REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX - SUP. "A" AO Nº 088 TERÇA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 2014

SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

*** As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).**

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (66,68)

.....

Líder do PMDB - 20
Eunício Oliveira (66,68)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (104)
Romero Jucá (40,105)
Vital do Rêgo (107)

Líder do PP - 5
Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 1
Sérgio Petecão (84,87)

Líder do PV - 1
Paulo Davim (76)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 11

Líder
Gim - Bloco (56,58,59)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,63)
Eduardo Amorim (17,47,48,80)

.....

Líder do PTB - 6
Gim (56,58,59)

Vice-Líderes do PTB
João Vicente Claudino (126)
Mozarildo Cavalcanti (57,125)

Líder do PR - 4
Alfredo Nascimento (41,63)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (92)

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim (17,47,48,80)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL/PRB) - 22

Líder
Humberto Costa - Bloco (117,121)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,70,99)
Inácio Arruda (89,94,115,128)
Marcelo Crivella (36,120,127)

.....

Líder do PT - 13
Humberto Costa (117,121)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,103)
Anibal Diniz (25,102)
Paulo Paim (101)
Eduardo Suplicy (100)

Líder do PDT - 5
Acir Gurgacz (49,55,70,99)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PCdoB - 2
Vanessa Grazziotin (1,91,116)

Vice-Líder do PCdoB
Inácio Arruda (89,94,115,128)

Líder do PSOL - 1
Randolfe Rodrigues (18,75)

Líder do PRB - 1
Marcelo Crivella (36,120,127)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (39)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Jorge Viana
Vital do Rêgo (107)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM/SD) - 16

Líder
Wilder Morais - Bloco (95,112,119)

Vice-Líderes
Mário Couto (34,61,124)
Jayme Campos (28,106,110,122)
Alvaro Dias (73,123)

.....

Líder do PSDB - 11
Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (77)
Alvaro Dias (73,123)
Paulo Bauer (5,35,72,78)

Líder do DEM - 4
José Agripino (2,10,14,44,46,74)

Vice-Líder do DEM
Wilder Morais (95,112,119)

Líder do SD - 1
Vicentinho Alves (42,54,71,111)

PSB - 4

Líder
Rodrigo Rollemberg - PSB (65,98)

Vice-Líder
Lídice da Mata (29,38,83,129)

PROS - 1

Líder
Ataídes Oliveira - PROS (96,108,114)

EXPEDIENTE

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Diretor-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigráfia e Redação de Debates Legislativos

Impresso sob à responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE REGISTROS LEGISLATIVOS DE
PLENÁRIOS E DE ELABORAÇÃO DE DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 19ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de maio de 2014 005

1.1.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de abril de 2014 015

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de abril de 2014 030

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de abril de 2014 042

Ata da 14ª Reunião, Conjunta, realizada em 15 de abril de 2014 (realizada em conjunto com a 23ª reunião da CDH)

1.1.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de maio de 2014 060

Ata da 30ª Reunião, Ordinária, realizada em 28 de maio de 2014 074

1.1.4 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 17ª Reunião, Conjunta, realizada em 20 de maio de 2014 082

1.1.5 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de abril de 2014 129

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de abril de 2014 131

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de abril de 2014 147

Ata da 23ª Reunião, Conjunta, realizada em 15 de abril de 2014 165

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de abril de 2014 192

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de abril de 2014 217

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de maio de 2014 240

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de maio de 2014 259

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de maio de 2014 271

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de maio de 2014 282

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de maio de 2014 315

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de maio de 2014 328

1.1.6 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de abril de 2014 350

Ata da 13ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de abril de 2014 366

Ata da 14ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de abril de 2014 392

Ata da 15ª Reunião, Ordinária, realizada em 24 de abril de 2014 412

Ata da 16ª Reunião, Conjunta, realizada em 8 de maio de 2014 (realizada em conjunto com a 12ª reunião da CRA)

Ata da 17ª Reunião, Ordinária, realizada em 8 de maio de 2014 430

Ata da 18ª Reunião, Ordinária, realizada em 15 de maio de 2014 449

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de maio de 2014 463

Ata da 20ª Reunião, Ordinária, realizada em 29 de maio de 2014 477

1.1.7 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de maio de 2014 493

Ata da 19ª Reunião, Conjunta, realizada em 20 de maio de 2014 (realizada em conjunto com a 17ª reunião da CMA)

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de maio de 2014 518

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de maio de 2014 545

1.1.8 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA
Ata da 12ª Reunião, Conjunta, realizada em 8 de maio de 2014..... 547
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de maio de 2014..... 570
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de maio de 2014..... 601
1.1.9 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT
Ata da 16ª Reunião, Conjunta, realizada em 20 de maio de 2014 (realizada em conjunto com a 17ª reunião da CMA)
Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de maio de 2014..... 611

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA DÉCIMA NONA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2014, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quarenta e seis minutos do dia vinte e sete de maio do ano de dois mil e quatorze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Anibal Diniz, Humberto Costa, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Waldemir Moka, Ana Amélia, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Vicentinho Alves, Armando Monteiro e Antonio Carlos Rodrigues, e, ainda, do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Gleisi Hoffmann, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, José Agripino, Jayme Campos, João Vicente Claudino e Cidinho Santos. A Presidência declara aberta a reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da ata da 18ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, a Presidência dá início à apreciação das matérias constantes da pauta. **Item 1**- Mensagem (SF) nº 38 de 2014, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura - FIDA, no valor equivalente a até EUR 11.360.000,00 (onze milhões e trezentos e sessenta mil euros), e de até DES 2.000.000,00 (dois milhões de Direitos Especiais de Saque), de principal, cujos recursos destinam-se ao 'Projeto Dom Helder Câmara'", tendo como relatora a Senadora Gleisi Hoffmann, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. O Presidente da Comissão, Senador Lindbergh Farias, designa a Senadora Ana Amélia relatora "ad hoc" da matéria. Após a leitura do relatório pela relatora "ad hoc", o Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 2**- Mensagem (SF) nº 39 de 2014, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 58,860,000.00 (cinquenta e oito milhões, oitocentos e sessenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis'", tendo como relatora a Senadora Kátia Abreu, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. O Presidente da Comissão designa o Senador Armando Monteiro relator "ad hoc" da matéria. Após a leitura do relatório pelo relator "ad hoc", o Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 3**- Mensagem (SF) nº 40 de 2014, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição Federal, a autorização da contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre o Município de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul e a Corporação Andina de Fomento - CAF, para financiamento parcial do 'Programa Integrado de Investimentos para Revitalização e Ampliação da Infraestrutura Urbana de Canoas (Canoas para todos)'", tendo como relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Paim. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, o Requerimento nº 42/2014-CAE, que requer urgência para a matéria. **Item 4**- Projeto de Lei do Senado nº 130 de 2014 – Complementar, não terminativo, de autoria da Senadora Lúcia Vânia e outros, que "convalida os atos normativos de concessão de benefícios fiscais e concede remissão e anistia de créditos tributários referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)", tendo como relator o Senador Luiz Henrique, que oferece relatório favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 08/05/2014, foi apresentada a Emenda nº 01 (Substitutivo), de autoria do Senador Ricardo Ferraço. A apreciação da matéria é adiada. **Item 5**- Projeto de Lei da Câmara nº 39 de 2007, não terminativo, de autoria do Deputado Inocêncio Oliveira, que "estabelece critérios para a edição do Rol de Procedimentos e Serviços Médicos - RPSM e dá outras providências", tendo como relator o Senador Roberto Requião, que oferece relatório favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 6**- Projeto de Lei do Senado nº 312 de 2013 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que "define montante a ser entregue aos

Estados e ao Distrito Federal nos termos do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal", tendo como relator o Senador Delcídio do Amaral, que oferece relatório contrário ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 7**- Projeto de Lei do Senado nº 544 de 2013, não terminativo, de autoria do Senador Vicentinho Alves, que "altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para excluir como doença preexistente as malformações congênitas e tornar obrigatórias a fundamentação e a comunicação, por escrito, da negativa de cobertura por doença preexistente", tendo como relator o Senador Luiz Henrique, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 8**- Projeto de Lei do Senado nº 277 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que "acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade", tendo como relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório contrário ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 9**- Projeto de Lei do Senado nº 365 de 2013, não terminativo, de autoria do Senador Casildo Maldaner, que "altera o art. 31 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal e dá outras providências, para incluir, entre os encargos da concessionária de serviços públicos, a obrigação de divulgar suas demonstrações financeiras", tendo como relator o Senador Pedro Taques, que oferece relatório favorável ao Projeto com quatro emendas que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 10**- Projeto de Lei do Senado nº 637 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que "altera o inciso II do art. 7º da Lei nº 8.706, de 1993 e o inciso II do art. 10 da Medida Provisória nº 2.168-40, de 2001, para dispor sobre a contribuição dos filiados a cooperativas de transportadores autônomos ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP)", tendo como relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório contrário ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 11**- Projeto de Lei do Senado nº 175 de 2011 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para dispor que o reajuste da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física não se enquadra nas hipóteses de renúncia de receita tributária", tendo como relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 12**- Projeto de Lei do Senado nº 247 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Magno Malta, que "altera a redação dos §§ 1º e 3º do artigo 1.361, do Código Civil, e dá outras providências. (Altera as formas de constituição e de transferência da propriedade fiduciária)", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 154 de 2013, não terminativo, de autoria do Senador Vicentinho Alves, que "altera a redação do § 1º e insere §§ 4º e 5º, ao art. 1.361, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) – altera o art. 6º, da Lei nº 11.882, de 2008 e dá outras providências", tendo como relator o Senador Delcídio do Amaral, que oferece relatório contrário aos Projetos de Lei nºs 247 de 2007 e 154 de 2013. A apreciação da matéria é adiada. **Item 13**- Projeto de Lei do Senado nº 677 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que "dispõe sobre o compartilhamento da infraestrutura de coleta e processamento de informações no mercado de cartões de crédito e débito", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 680 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que "proíbe cláusulas de exclusividade entre bandeiras e adquirentes no mercado de cartões de crédito e débito", tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 677 e 680 de 2007. A apreciação da matéria é adiada. **Item 14**- Projeto de Lei do Senado nº 221 de 2009, terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que "cria Áreas de Livre Comércio nos Municípios de Corumbá e Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências", tendo como relator o Senador Antonio Carlos Rodrigues, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta, e ainda, pela aprovação das Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Pedro Taques. A apreciação da matéria é adiada. **Item 15**- Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2004, terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que "dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos", tendo como relator o Senador Waldemir Moka, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE-CCJ, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 3. A apreciação da matéria é adiada. **Item 16**- Projeto de Lei do Senado nº 169 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos, quando adquiridos por empresas recicladoras, cooperativas e associações para emprego, exclusivo, em serviços e processos de reciclagem", tendo como relator o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 17**- Projeto de Lei do Senado nº 53 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que "altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a fim de permitir a repactuação de contratos firmados no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil (FIES)", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do

Senado nº 8 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "adota medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, usando os mesmos critérios da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008 (dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário)", que tramita em conjunto, ainda, com o Projeto de Lei do Senado nº 544 de 2009, terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que "altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, para instituir a previsão de método de atualização de saldo devedor mais favorável aos alunos financiados e a dispensa de pagamento de prestações ou saldo devedor nos casos que especifica, e dá outras providências", tendo como relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 53 de 2008, das Emendas nºs 1 e 2-CE, e dos Projetos de Lei nºs 8 e 544 de 2009. A apreciação da matéria é adiada. **Item 18**- Projeto de Lei do Senado nº 415 de 2013, terminativo, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, que "altera o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, para submeter ao rito previsto no art. 25 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, a manifestação de inconformidade contra compensação de ofício com débito não lançado que suscitar divergência na interpretação da legislação tributária", tendo como relator o Senador Antonio Carlos Rodrigues, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 19**- Projeto de Lei do Senado nº 238 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Jefferson Praia, que "altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, que altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências, para prorrogar, até 31 de dezembro de 2033, os prazos previstos nos arts. 1º e 3º", tendo como relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 20**- Projeto de Lei do Senado nº 152 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que "altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para estender aos agentes públicos ocupantes de cargo de provimento em caráter efetivo a isenção do imposto de renda dos proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional", tendo como relator o Senador Antonio Carlos Rodrigues, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 21**- Projeto de Lei do Senado nº 309 de 2012, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "altera a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para autorizar a pessoa física a realizar doações aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso diretamente em sua Declaração de Ajuste Anual do imposto de renda", tendo como relator o Senador Pedro Taques, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 22**- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 39 de 2014, de iniciativa do Senador Alvaro Dias, que requer, nos termos do art. 58, § 2º, III, da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, que seja convocado nesta Comissão de Assuntos Econômicos, a fim de discutir a atual situação do Setor Elétrico brasileiro, o Sr. Edison Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia, assim como seja convidado para a mesma audiência o Sr. Nelson Fonseca Leite, presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). A apreciação da matéria é adiada. **Item 23**- Requerimento nº 40 de 2014, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, que requer, nos termos dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater o tema dos demitidos na Reforma Administrativa realizada durante o governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello, com a presença dos senhores Wilson Prudente, procurador do Ministério Público do Trabalho; Mauro Gomes de Mattos, advogado e jurista (OAB-RJ); Wilson Dufles, presidente da Associação Nacional de Demitidos e Anistiados (Anadema); Josemilton da Costa, diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Rio de Janeiro (Sintrasef); bem como representantes da Advocacia Geral da União (AGU), Defensoria Pública da União (DPU) e Procuradoria Geral da União (PGU). A apreciação da matéria é adiada. **Item 24**- Requerimento nº 41 de 2014, de iniciativa do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que requer, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, a realização de Audiência Pública para debater e apresentar esclarecimentos sobre as denúncias de operações fraudulentas no mercado financeiro que atingem o fundo de pensão Postalis, dos funcionários dos Correios, tendo como convidada a sra. Cláudia Muinhos Ricaldoni, presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar). A apreciação da matéria é adiada. São apreciadas, ainda, as seguintes matérias extrapauta: **Item 25**- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 42 de 2014, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência para o PRS nº de 2014, advindo da Mensagem do Senado Federal nº 40 de 2014, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição Federal, a autorização da contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 50,000,000.00 (cinquenta

milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre o Município de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul e a Corporação Andina de Fomento - CAF, para financiamento parcial do 'Programa Integrado de Investimentos para Revitalização e Ampliação da Infraestrutura Urbana de Canoas (Canoas para todos)'". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 42 de 2014-CAE. **Item 26**- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 43 de 2014, de iniciativa do Senador Rodrigo Rollemberg e outros, que requer, em aditamento ao Requerimento nº 28/2014-CAE, que propõe a realização de audiência pública para subsidiar as atividades do Grupo de Trabalho sobre Política Tributária e Sustentabilidade, a inclusão de um representante da Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) entre os convidados. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 43 de 2014-CAE. **Item 27**- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 44 de 2014, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, que requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de lançar e divulgar material produzido pelo Ministério Público do Trabalho e Movimento Down que disponibiliza, por meio de instrumentos acessíveis, legislações de interesse das pessoas com deficiência. Propõe-se para a audiência a presença de representantes das seguintes instituições: Movimento Down; Ministério Público do Trabalho; Organização Carpe Diem; Instituto Nacional de Educação de Surdos; Fundação Rorina (cegos); e Secretaria-Geral da Presidência da República. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 44 de 2014-CAE. **Item 28**- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 45 de 2014, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, que requer, em aditamento ao Requerimento nº 44 de 2013-CAE, que dispõe sobre a realização de audiência pública para instruir o PDS nº 275 de 2012, que seja incluído o nome do Sr. Luiz Guarabyra, representante do Grupo em Defesa dos Participantes da Petros (GDPAPE). Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 45 de 2014-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lindbergh Farias,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 18ª Reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para o seu conhecimento.

Aviso do Tribunal de Contas da União. Aviso nº 659-Seses-TCU-Plenário, de 7 de maio de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 012.949/2013-2, na sessão ordinária de 7 de maio de 2014, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

O Senador Eduardo Suplicy é Relator do item nº 3.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, se me permitir, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Só um segundo, Senador.

Eu vou ler aqui alguns avisos até que o Senador Eduardo Suplicy esteja com o relatório pronto para ler aqui no plenário.

Senador Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – V. Exª pode vir até aqui à mesa?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Item 3:

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 40, de 2014
- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição Federal, a autorização da contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre o Município de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul e a Corporação Andina de Fomento - CAF, para financiamento par-

cial do "Programa Integrado de Investimentos para Revitalização e Ampliação da Infraestrutura Urbana de Canoas (Canoas para todos)".

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sr. Presidente, os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa Integrado de Investimentos para Revitalização e Ampliação da Infraestrutura Urbana de Canoas (Canoas para todos). O programa terá o valor total de US$100 milhões, sendo US$50 milhões financiados pela CAF (Corporação Andina de Fomento) e US$50 milhões como contrapartida do Município de Canoas.

O objetivo geral é apoiar o desenvolvimento econômico e social do Município mediante a melhoria da infraestrutura física de capeamentos públicos. Os investimentos do programa contribuirão para a geração de novos empregos, melhoria da distribuição de renda e redução da pobreza.

Para alcançar o objetivo, o programa foi estruturado em quatro componentes: obras, fortalecimento institucional, outros gastos e imprevistos. A execução do programa estará a cargo do Município, sendo constituída Unidade de Execução do Projeto vinculada diretamente à prefeitura.

As ações vinculadas ao programa, incluídas na lei orçamentária, contemplam: construção, revitalização de praças, parques e áreas verdes; ampliação e melhorias do sistema de drenagem e canalização no Município; e pavimentação de vias públicas.

A operação de crédito externo pretendida será realizada na modalidade de empréstimo com margem variável e juros vinculados à Libor Semestral para dólar dos Estados Unidos da América.

Essa operação pretendida será contratada por Canoas, no valor de até US$50 milhões para o financiamento parcial do Programa Integrado de Investimentos para Revitalização e Ampliação da Infraestrutura Urbana.

A Secretaria do Tesouro Nacional emitiu parecer favorável ao pleito e à concessão da garantia. São fornecidas informações acerca da situação no Município de Canoas no que diz respeito ao cumprimento das condições e exigências de natureza financeira e processual estipuladas nas Resoluções nºs 40 e 43, do Senado, bem como relativas às constantes da nº 48, de 2007, que estabelece os limites e condições para que a União possa conceder garantias em operações de crédito.

Relativamente aos aspectos de natureza financeira, nos termos das condições e exigências definidas nas resoluções aplicáveis ao financiamento pretendido, cabem os diversos esclarecimentos no sentido de que:

a) O programa foi identificado como passível de obtenção do financiamento externo pela Cofiex;

b) A contratação da operação de crédito foi deferida pelo parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, porque foram atendidos os requisitos mínimos previstos;

c) Relativamente à exigência constitucional de que os programas constem do plano plurianual e da lei orçamentária, o programa mencionado consta da Lei do Plano Plurianual do Município de Canoas para 2014-2017;

d) Estima a receita e fixa despesa a lei municipal para o exercício de 2014, contemplando as dotações para a execução do programa;

e) A Secretaria do Tesouro Nacional também verificou que há previsão do oferecimento de contragarantias da parte do Município de Canoas;

f) É possível atender a esse pleito de garantia, pois: são consideradas suficientes e adequadas as contragarantias a serem prestadas; e o Município conta com recursos suficientes, devidamente demonstrados;

g) De acordo com o Relatório de Gestão Fiscal da União, há margem para a concessão da pleiteada garantia da União;

h) O Município de Canoas encontra-se adimplente;

i) A verificação da adimplência financeira e suas entidades e de recursos dela recebidos poderá ser feita mediante consulta ao Cadastro Único de Convênio.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional emitiu parecer favorável.

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Município de Canoas encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nºs 40 e 43, do Senado, devendo ser concedida autorização para a contratação da operação de crédito pretendida, nos termos do projeto de resolução que segue.

Dessa maneira, Sr. Presidente, meu parecer é favorável.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, o Senador Suplicy...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... já fez a leitura.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Quero só acrescentar que, conforme a norma de quando apreciamos esses projetos, está aqui presente o Secretário da Fazenda, Marcos Antonio Bosio, da Prefeitura de Canoas, para quaisquer esclarecimentos que ainda, porventura, se façam necessários.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, eu pedi pela ordem, porque, de fato, como disse o nobre Relator, Senador Suplicy, eu recebi, em meu gabinete, o Prefeito Jairo Jorge e também o Secretário Marcos Antonio Bosio. O que eles me dizem, Presidente – e aí vai o meu pedido a V. Exª e a esta Comissão –, é que o período de quatro meses venceu no dia 27, e nós tínhamos somente mais 30 dias para votar a matéria, senão, teríamos que retomar o processo desde o início. E, em época de eleições e época de Copa, não conseguiríamos mais viabilizar esse projeto de US$50 milhões, para o qual a Prefeitura de Canoas vai, na contrapartida, dar os mesmos US$50 milhões.

Então, o apelo que eu faço a V. Exª – tenho a certeza de que a Senadora Ana Amélia tem a mesma visão e posição – é que, em caráter excepcional, devido ao vencimento que acontece hoje, dia 27, a gente vote a matéria e permita viabilizar o empréstimo em questão, tão importante e solicitado pela Prefeitura de Canoas.

É bom dizer que a Prefeitura de Canoas, para aqueles que não sabem, é uma composição de 18 partidos. Então, é praticamente liderada pelo Jairo Jorge; a Vice-Presidenta, inclusive, é do PP, Beth Colombo.

Eu diria que os Partidos que têm assento nesta Comissão praticamente estão todos nessa composição.

Tenho certeza de que ninguém será contra, e será atendida essa solicitação do Prefeito de Canoas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente, Senador Lindbergh Farias.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Relator, Senador Eduardo Suplicy, caro Senador Paulo Paim, queria apenas ratificar a manifestação do Senador Paulo Paim. Se não conhecesse o rigor na administração municipal de Canoas, talvez eu não ousasse apoiar, porque afeta uma determinação da Comissão de Assuntos Econômicos em relação a esses procedimentos. Então, temos que superar essa medida, mas com a compreensão de que foi feito o dever de casa e que não é justo que, nesta hora... E também temos que correr contra o tempo, porque o processo eleitoral também altera as questões legais e essa é uma questão muito séria.

Então, penso que podemos criar uma exceção neste episódio, em função do rigor administrativo e financeiro do Município de Canoas de que isso, cumprida a determinação, teria que voltar e ficaria só para depois que passasse o período eleitoral. Aí teríamos dificuldades maiores para a administração.

Também renovo, Presidente Lindbergh, a manifestação do Senador. Tenho a honra de ter, na composição do meu Partido, a Vice-Prefeita, Srª Beth Colombo, que, junto com o Prefeito Jairo Jorge, tem dado uma demonstração de muita competência, de muita convivência, de convergência com várias alianças. O Sr. Jairo Jorge foi, aliás, citado pela revista *Veja* como um exemplo de uma arquitetura política elogiável para o Brasil. Ele tem a tolerância que é preciso para juntar as pessoas que pensam desigualmente em favor de um projeto maior que é um benefício para a sociedade de Canoas.

Por isso, essa avaliação e o meu voto também. Eu sou da Comissão de Assuntos Econômicos.

Agradeço o Senador Eduardo Suplicy pela manifestação, pelo voto, apoiando a manifestação Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senadora Ana Amélia, Senador Paulo Paim, Senador Eduardo Suplicy, temos o Ato nº 1, de 2013, da CAE. Falamos sempre que lemos numa reunião e, havendo pedido de vista, vota-se na outra reunião. É claro que acho que aqui há um consenso entre todos os Parlamentares, todos os Senadores desta Comissão de Assuntos Econômicos de que temos tido uma prática completamente isenta, independente dos Partidos políticos, porque queremos aqui ajudar os Estados e os Municípios. Em havendo esse apelo da Bancada gaúcha, e não havendo objeção de nenhum Senador,...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – E o meu acordo também.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – ... vamos colocar em votação este caso, porque não queremos prejudicar o Município de Canoas.

Entendi as explicações aqui do Secretário. Já fizemos isso em final de semestre de todo ano. Temos essa preocupação também de não usarmos o Ato nº 1, porque há um encerramento de prazos ali.

Então, não havendo objeção de nenhum Senador, neste caso, que é uma situação particular que foi explicada aqui pelo Senador Paulo Paim e pela Bancada gaúcha – Senadora Ana Amélia, sua concordância aqui é fundamental para que exista essa unidade da Bancada gaúcha e desta Comissão de Assuntos Econômicos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Senador Pedro Simon também.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Também, sei que o Senador Pedro Simon também.

Então, em virtude disso, vamos excepcionalmente colocar logo em votação o item nº 3, que foi relatado pelo Senador Eduardo Suplicy.

Em votação o relatório do Senador Eduardo Suplicy.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

Há um pedido de urgência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Acho que a Bancada gaúcha...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Nós, Senadores, pedimos urgência para votar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pedimos urgência – eu, a Senadora Ana Amélia, o Senador Simon e o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Com o meu apoio também. Urgência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Eduardo Suplicy.

Em votação o requerimento de urgência proposto pela Senadora Ana Amélia, pelo Senador Paulo Paim, pelo Senador Pedro Simon e pelo Senador Eduardo Suplicy.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 44, de 2014, CAE, que requer urgência para a matéria.

Senhores, estamos com problema de quórum, porque está havendo um debate extremamente interessante com o Sr. Domenico De Masi, aqui ao lado, que foi organizado pelo Senador Cristovam Buarque.

Então, Senador Luiz Henrique, Senador Cyro Miranda, nós vamos só colocar o extrapauta, votar dois requerimentos extrapauta e vou encerrar esta reunião.

Os requerimentos são:

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 43, de 2014
- Não terminativo -

Requer, em aditamento ao Requerimento nº 28/2014-CAE, que propõe a realização de audiência pública para subsidiar as atividades do Grupo de Trabalho sobre Política Tributária e Sustentabilidade, a inclusão de um representante da Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) entre os convidados.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg e outros

Como será agora, dia 29 de abril, quero colocar logo em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 44, de 2014
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de lançar e divulgar material produzido pelo Ministério Público do Trabalho e Movimento Down que disponibiliza, por meio de instrumentos acessíveis, legislações de interesse das pessoas com deficiência. Propõe-se para a audiência a presença de representantes das seguintes instituições: Movimento Down; Ministério Público do Trabalho; Organização Carpe Diem; Instituto Nacional de Educação de Surdos; Fundação Rorina (cegos); e Secretaria-Geral da Presidência da República.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Como tem data também, vai ser, na verdade, uma reunião na Comissão de Direitos Humanos, mas, caso V. Exªs... Desculpem-me, mas eu acharia importante a Comissão de Assuntos Econômicos também participar.

Os Srs. Senadores...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Para humanizar a Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Exatamente, Senadora Ana Amélia.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Com a palavra, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Há um requerimento de minha autoria, Presidente, em aditamento ao Requerimento nº 44. É para incluir o nome do Sr. Luiz Guarabyra, representante do Grupo em Defesa dos Participantes da Petros, na audiência pública que nós estaremos requerendo para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2012, que trata da governança e da transparência na gestão dos fundos de pensão.

Esse é um tema muito interessante. É um projeto do Senador Paulo Bauer. E eu, como Relatora, então, fiz o requerimento. Estou querendo incluir o Sr. Luiz Guarabyra entre as autoridades que estarão presentes para debater o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senadora Ana Amélia, como é inclusão de um nome, vamos colocar extrapauta também.

Em votação o requerimento da Senadora Ana Amélia.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o aditamento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Na verdade, antes de encerrar, há duas mensagens aqui. O Senador Luiz Henrique está participando de debate em outra Comissão...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Ele está no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Desculpem-me. A Senadora Ana Amélia me corrige, dizendo que ele está no exterior.

Há aqui o item nº 2, que é a Mensagem do Senado Federal nº 39, de 2014, que vai ser lida hoje e votaremos na próxima terça-feira.

Há o item nº 1, que é outra mensagem. Eu queria designar, depois, a Senadora Ana Amélia para ler também o relatório que votaremos na próxima terça-feira.

Então, vamos ao item 2:

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 39, de 2014
- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 58,860,000.00 (cinquenta e oito milhões, oitocentos e sessenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis".

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, permita-me, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Há também uma solicitação na mesa. É o item nº 1. A Relatora é a Senadora Gleisi Hoffmann, que me pediu relatar *ad hoc*, pela importância do tema e porque poderá haver prejuízo nos encaminhamentos futuros.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu designei a Senadora Ana Amélia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É que eles vieram falar para mim aqui, agora, a sua equipe.

Se já está designada a Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – É.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vá lá, Senadora, porque eu, aí, me sinto liberado para ir para outra Comissão correndo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Está bom, Senador Paim. Muito obrigado.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto em questão foi considerado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), na forma da Recomendação nº 1.293, de 20 de dezembro de 2011, homologada pela Ministra de Planejamento, Orçamento e Gestão em 27 de dezembro de 2011.

A Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações sobre as finanças da União, na condição de garantidora da operação, bem como analisou as informações referentes ao mutuário. No Parecer nº 366, de 4 de abril, o órgão manifesta-se favoravelmente ao oferecimento da garantia, condicionada à verifica-

ção pelo Ministério da Fazenda da adimplência do mutuário para com a União e suas entidades controladas, à formalização do respectivo contrato de contragarantia e à satisfação das condições de efetividade do contrato.

O Banco Central efetuou o credenciamento da operação conforme o Ofício nº 256, e, ainda, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por intermédio do Parecer nº 651, pronuncia-se pela legalidade das minutas contratuais e regularidade na apresentação dos documentos requeridos pela legislação para o encaminhamento do processo ao Senado Federal, sujeitando a operação às mesmas condicionalidades previstas pela STN (Secretaria do Tesouro Nacional).

Passamos, então, à análise.

Cabe também a esta Casa dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo dos entes federados e para a concessão de garantia da União para as referidas operações.

Tais normas constam da Resoluções do Senado Federal nº 43 e nº 48. A Lei de Responsabilidade Fiscal, que é a Lei Complementar nº 101, também normatiza o tema, notadamente em seus arts. 32 e 33.

Conforme a Secretaria do Tesouro Nacional – Parecer já referido, nº 366 –, o objetivo geral do projeto a ser financiado é ampliar a cobertura e melhorar a qualidade da educação infantil e do ensino fundamental na rede municipal de Florianópolis, assegurando o desenvolvimento das múltiplas dimensões humanas de seus estudantes por meio do acesso a serviços de jornada integral.

Serão investidos um total de US$118,43 milhões, sendo US$59,570 mil a contrapartida estadual, e US$58,860 milhões financiados pelo BID, com desembolsos previstos para serem feitos em até cinco anos.

O cálculo estimado do serviço da dívida, bem como do custo efetivo médio da operação está situado em 4,41% ao ano, flutuante conforme a variação da Libor, que é a taxa de juros de referência do mercado interbancário londrino.

Sempre de acordo com a Secretaria do Tesouro, o pleito atende às exigências das Resoluções do Senado e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Já a Lei Complementar nº 433, autoriza a presente contratação de operação de crédito e a vinculação, como contrapartida, da parcela municipal da arrecadação com impostos federais, conforme previsto no art. 159 da Constituição Federal, e as receitas próprias do Estado a que se referem os arts. 156 e 158 também da Carta Magna.

A Secretaria do Tesouro Nacional considera as garantias oferecidas pelo Município suficientes para ressarcir a União caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação de crédito.

Em relação à adimplência, a Secretaria do Tesouro afirma estar o Município adimplente com as instituições financeiras e relativamente aos financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União ou garantias por ela honradas. Quanto aos precatórios, as emissões de certidões e as consultas ao Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes (Cedin) estão suspensas até decisão final de mérito do Processo de Acompanhamento de Cumprimento de Decisão.

A Secretaria do Tesouro Nacional atesta também que a União possui margem para a concessão da garantia pleiteada, dentro do limite estabelecido. Ademais, com base na análise das cláusulas contratuais, constata que as obrigações são passíveis de cumprimento e não geram ao Tesouro Nacional riscos superiores aos normalmente assumidos.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a seu tempo, frisou que a minuta de contrato não contém disposição de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis do País, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

Enfim, tanto a Secretaria do Tesouro Nacional como a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional não apresentam óbices para a autorização do presente pleito, ressalvando-se apenas que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, seja atualizada a verificação da adimplência do Município de Florianópolis em face da União, formalizado o contrato de contragarantia e verificado o cumprimento das condições necessárias para a efetividade do contrato.

Assim, concluo com o voto.

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Município de Florianópolis encontra-se de acordo com o que preceitua a legislação vigente, notadamente as Resoluções do Senado Federal nºs 43 e 48, devendo ser, portanto, concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte projeto de resolução do Senado, de 2014.

Portanto, é esse o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Em cumprimento ao Ato nº 1, de 2013, da CAE, concedo vista coletiva da presente matéria, que volta à pauta na próxima terça-feira.

Passo, imediatamente, ao último item da nossa pauta, que tem como Relatora *ad hoc* a Senadora Ana Amélia:

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 38, de 2014
- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura - FIDA, no valor equivalente a até EUR 11.360.000,00 (onze milhões e trezentos e sessenta mil euros), e de até DES 2.000.000,00 (dois milhões de Direitos Especiais de Saque), de principal, cujos recursos destinam-se ao "Projeto Dom Helder Câmara".
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente Lindbergh Farias, caros colegas Senadores, eu vou aproveitar o resumo da própria pauta de hoje sobre essa autorização de empréstimos.

O tomador do recurso é a República Federativa do Brasil através do Ministério do Desenvolvimento Agrário; o agente financeiro é o Fundo Internacional para o Desenvolvimento de a Agricultura (Fida), e o objeto, como disse V. Exª, Senador Lindbergh Farias, é o projeto Dom Helder Câmara.

Os objetivos do programa, que vão ser cobertos por este financiamento internacional, são: contribuir para a redução da pobreza e da desigualdade rural no Nordeste Semiárido, melhorando a articulação de políticas de desenvolvimento rural, acesso da população às políticas públicas e formulação de políticas por meio de ampliação de inovação.

O projeto abrange 129 Municípios em 7 Estados do Nordeste, beneficiando, diretamente, 74 mil pessoas e, indiretamente, 243 mil famílias.

O valor, como disse V. Exª, é de €11.360.000,00 (onze milhões e trezentos e sessenta mil euros), e os Direitos Especiais de Saque são de 2.000.000,00. O prazo de desembolso é de 72 meses, ou 6 anos; o prazo de carência é de 36 meses, 3 anos; o prazo de amortização é de 18 meses, 15 anos; prazo total: 216 meses, 18 anos. Indexador: atualização cambial da moeda de financiamento. Juros em euro, Euribor, que é semestral, mais *spread* variável em Direitos Especiais de Saque, cesta de moedas baseada na SDR libor/euribor semestral mais *spread*.

Os posicionamentos da Secretaria de Tesouro Nacional, da Procuradoria da Fazenda Nacional, do Banco Central do Brasil e da Cofiex foram todos favoráveis.

Eu queria agradecer à Senadora Gleisi Hoffmann, que fez o relatório original – eu estou sendo Relatora *ad hoc*.

Eu queria acrescentar também que, de acordo com os dados disponibilizados, o valor do empréstimo a ser contratado com o Fida equivale a um montante de US$18.472.288,00 (dezoito milhões, quatrocentos e setenta e dois mil duzentos e oitenta e oito dólares dos Estados Unidos da América), conforme conversão procedida nesse parecer, sendo previstas contrapartidas do Tesouro Nacional no valor de até US$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

A operação de crédito externo pretendida já se encontra com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras, do Banco Central do Brasil, sob o nº TA 676873.

Ademais, as condições financeiras do empréstimo são as usualmente praticadas pelo Fida, que incorporam as taxas de juros de referência para o mercado monetário interbancário europeu, a denominada Euribor. Esta taxa apresenta diferentes valores, de acordo com o prazo a que se reporta.

Então, com muito prazer, apresento este relatório favorável ao relatório da Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Em cumprimento ao Ato nº 1, de 2013, da CAE, concedo vista coletiva da presente matéria.

Antes de encerrarmos, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sobre o item 5, Sr. Presidente.

Fui procurado pelo Conselho Regional de Medicina do meu Estado, Mato Grosso do Sul. Esse projeto tem a pretensão de que... Quando há reajuste no plano de saúde com os segurados, esse reajuste nunca é repassado para o profissional. Não se trata só do médico, mas de todo profissional. Então, o reajuste... Todos os anos temos dificuldades, já vimos até greve de médicos em função dessa questão. Esse projeto pretende disciplinar isso. Ele confere poder à Agência Nacional de Saúde Suplementar para intermediar a negociação, levando em conta exatamente o reajuste que foi dado, o custo da operadora.

Tenho comigo – li com muito cuidado o relatório, e o Relator é o Senador Roberto Requião – que esse projeto não é terminativo aqui, salvo melhor juízo; ele é terminativo lá na Comissão de Assuntos Sociais. Há

um pedido. Penso que, claro... O Senador Roberto Requião não está. Também sei que pode haver algum tipo de problema, mas, de qualquer forma, eu queria colocar aqui que isso é uma prioridade. Se isso não for resolvido, vamos ter sempre aquele problema dos profissionais da área de saúde com as operadoras. Seria um bom projeto para ajudar na intermediação.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Waldemir Moka, posso me comprometer com V. Exª e deixar esse projeto na pauta, para retornarmos na próxima terça-feira. Esse projeto é polêmico. A Liderança do Governo tem um encaminhamento. Então, seria importante que a gente tivesse um número de Parlamentares para que houvesse o debate. Eu me comprometo com V. Exª, hoje a gente tem a ausência do Relator, a manter esse projeto, para que a gente faça uma discussão na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da próxima semana. Esse compromisso aqui...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu acato a decisão de V. Exª. Só tinha o compromisso de que... Aliás, há uma reunião hoje de todos os conselhos aqui em Brasília, não só do meu Estado. E uma das prioridades desse encontro é exatamente esse projeto, porque eles têm a expectativa de que isso possa criar uma intermediação.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado, Senador Moka. Na próxima terça-feira, esse projeto estará de volta à pauta.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 20 minutos.)

ATA DA 11ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 2 DE ABRIL DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e um minutos, do dia dois de abril de dois mil e quatorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, Paulo Davim, Cícero Lucena, Jayme Campos, Eduardo Suplicy, Wellington Dias, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Paulo Bauer, e das Senadoras Angela Portela, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia e Lídice da Mata. O Senador Ivo Cassol registra a presença. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta.

ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 494, de 2013 - Não Terminativo -*Isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados os alimentos para dietas com restrição de carboidratos, de gorduras, de proteínas ou de sódio e os alimentos para dietas de ingestão controlada de açúcares, e altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), da Contribuição para o PIS/PASEP - Importação e da COFINS -Importação incidentes sobre a importação e a receita de venda no mercado interno desses alimentos.* **Autoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 494, de 2013. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 494, de 2013. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 558, de 2013 - Não Terminativo -** *Altera o art. 29 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, modificando a fórmula de reajuste dos benefícios dos segurados da Previdência Social e dá outras providências.* **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Senador Humberto Costa (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad hoc:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 558, de 2013. **Resultado:** A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Paulo Paim, em substituição ao Senador Humberto Costa. Retirado de Pauta a pedido do Relator "ad hoc" para reexame do Relatório. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2008 - Terminativo -** *Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências", para instituir rateio dos recursos oriundos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres e destinados ao custeio da assistência médicohospitalar dos vitimados.* **Autoria:** Senador Marconi Perillo. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2008, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, de 2012 - - Terminativo -** *Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para estabelecer critério de distribuição do resultado do exercício financeiro para as contas vinculadas dos*

trabalhadores. **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2012. **Resultado:** Retirado de Pauta para atender ao Requerimento nº 13, de 2014-CAS, aprovado EXTRAPAUTA, de iniciativa do Senador Humberto Costa e da Senadora Ana Rita, de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2012. A tramitação da matéria fica suspensa na CAS, nos termos do artigo 118, § 4º, do Regimento Interno do Senado Federal, aguardando a realização de Audiência Pública em data oportuna. **ITEM 5 - TRAMITAÇÃO CONJUNTA - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, de 2013 - Terminativo -** *Acrescenta § 5º e 6º ao art. 55 e acrescenta § 9º ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências", para dispor sobre a contagem do período de defeso no âmbito da pesca como tempo de contribuição e aposentadoria especial dos pescadores.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, de 2013 - Terminativo -** *Acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 55 e § 9º ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contagem do período de defeso no âmbito da pesca como tempo de contribuição e definir regras para a concessão de aposentadoria especial para os pescadores e trabalhadores em atividades afins; e acrescenta o art. 4º-A e o inciso XVIII ao art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para instituir o salário-ambiental durante o período de defeso.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2013, na forma da Subemenda Substitutiva que apresenta à Emenda nº 1-CMA (Substitutivo); e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2013, que tramita em conjunto. **Resultado:** Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. Aprovada, em Turno Único, a Emenda nº 2-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2013. Fica rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2013, que tramita em conjunto. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do RISF. Poderão ser oferecidas Emendas no Turno Suplementar, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9, de 2014 - Terminativo -** *Altera a alínea "p" do § 9º do art. 28 Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre as contribuições efetivamente pagas por pessoa jurídica relativas a programa de previdência complementar na composição do salário de contribuição.* **Autoria:** Senador Blairo Maggi. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2014. **Resultado:** Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. **EXTRAPAUTA - ITEM 7 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 13, de 2014 -** *Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº. 48, de 2012, do Senador Paulo Bauer, que Altera a Lei nº. 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para estabelecer critério de distribuição do resultado do exercício financeiro para as contas vinculadas dos trabalhadores, com a presença do seguinte convidado: Secretário-Executivo do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.* **Autoria:** Senador Humberto Costa e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 14, de 2014 -** *Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Assuntos Sociais com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a finalidade de debater o resultado da pesquisa SIPS/IPEA (Sistema de Indicadores de Percepção Social) intitulada Estupro no Brasil uma radiografia segundo os dados da saúde (versão preliminar), coordenada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, com a presença dos seguintes convidados: • Senhor Daniel Cerqueira – Diretor de Estudos e Políticas de Estado, das Instituições e da Democracia do IPEA – (DIEST); • Senhor Danilo Santa Cruz Coelho – Técnico de Planejamento e Pesquisa da DIEST – IPEA; • 01 Representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM; • 01 Representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; • Jornalista Nana Queiroz (Movimento #NãomereçoSerEstuprada); • CFMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria; • 01 Representante da União Brasileira de Mulheres – UBM; • 01 Delegada da Delegacia da Mulher do Estado do Amazonas; e • 01 Delegada da Delegacia da Mulher do Distrito Federal.* **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 15, de 2014 -** *Requer, nos termos do art. 96-B, combinado com os arts. 90, inciso IX, e 100 do Regimento Interno do Senado Federal, seja o Financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) a Política Pública a ser avaliada em 2014 pela Comissão de Assuntos Sociais.* **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais (CAS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 16, de 2014 -** *Requer, nos termos do art. 96-B, combinado com os arts. 90, inciso IX, e 100 do Regimento Interno do Senado Federal, seja a Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher a Política Pública a ser avaliada em 2014 pela Comissão de Assuntos Sociais.* **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais (CAS). **Resultado:** Aprovado. **2ª PARTE - Políticas Públicas - Finalidade:** Seleção das Políticas Públicas desenvolvidas pelo Poder Executivo, a serem avaliadas pela CAS no ano de 2014, em atendimento ao artigo 96-B do RISF. **Resultado:** Políticas Públicas selecionadas e aprovadas mediante Requerimentos da Comissão de Assuntos Sociais: - Financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS); - Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher. Usam da palavra

os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, João Durval, Paulo Davim, Eduardo Suplicy, Benedito de Lira, Cyro Miranda, e as Senadoras Angela Portela, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Lúcia Vânia, e o Senador **Waldemir Moka**, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Às nove horas e trinta seis minutos, assume a presidência o Senador Paulo Paim, para que o Senador Waldemir Moka, autor do Item 1, pudesse discuti-lo, reassumindo, em seguida, a presidência. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Declaro aberta a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de seis itens, conforme pauta previamente divulgada, sendo dois projetos não terminativos e quatro terminativos.

Srs. Senadores, eu gostaria de, objetiva e rapidamente, dizer que, na reunião anterior, nós combinamos aqui a escolha de políticas públicas a serem avaliadas por esta Comissão de Assuntos Sociais.

Desde o dia 13 de março, nós começamos enviando *e-mails* aos Senadores solicitando a apresentação de sugestões para a escolha de políticas públicas. Foram enviados para todos os gabinetes.

Em 19 de março, a Presidência comunicou aos senhores o recebimento de doze sugestões de políticas públicas enviadas pelos Senadores membros e informou que cada Senador deveria escolher três itens ou três assuntos para que se pudesse compor a escolha de políticas públicas, por ordem de prioridade. Até o dia 28 de março, sexta-feira passada, foram recebidos – e eu agradeço essa participação – 18 *e-mails*.

Na verdade, os membros da Comissão participaram maciçamente da escolha. Então, cada um desses 18 priorizou três temas. E nós havíamos combinado que aqueles itens que recebessem a maior quantidade do item 1, ou seja, a primeira prioridade, essa seria a escolha para que a gente pudesse fazer essa avaliação aqui na Comissão.

O item mais sugerido por esses 18 Senadores – e aí eu fico até…, mas eu acho que tinha que ser mesmo, na minha avaliação…

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Tinham que agradar a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Foram seis sugestões do item que eu sugeri, que é o financiamento do Sistema Único de Saúde, que eu acho que foi também o tema mais debatido aqui. Nós tivemos até uma subcomissão. Mas, logo em seguida, também veio a política de assistência integral à saúde da mulher.

Eu queria propor – e acho que não há prejuízo – que, em vez de um único item, a gente pudesse adotar esses dois itens, os dois mais votados, que seriam o financiamento do Sistema Único de Saúde e a política de assistência integral à saúde da mulher.

Se todos concordarem, nós faremos dois requerimentos, e esses requerimentos irão ratificar essas duas escolhas dos dois itens mais votados.

Passo a palavra a algum Senador ou Senadora ou, então, se os Srs. Senadores concordarem ou se tiverem alguma coisa a acrescentar, a Presidência está à disposição para ouvir.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Bom dia, Senador Moka; bom dia, Srªs e Srs. Senadores. Todos os temas são extremamente importantes. É pena que tenhamos um ou dois.

O financiamento do Sistema Único de Saúde, realmente, foi o tema que predominou nesta Comissão durante muito tempo e é uma preocupação nacional.

Os outros temas são todos da mesma importância, mas há um que me chamou muito a atenção, particularmente, da Senadora Ana Amélia, que é a política nacional de atenção à Oncologia. V. Exª, que é médico, sabe como isso tem avançado na população brasileira. Esse era um tema que eu também gostaria de ver discutido por esta Comissão. Não vai para a política pública, mas que a gente comece a debater com maior intensidade e, quem sabe, no ano que vem, a gente consiga que ele tenha um número maior de adeptos.

Em relação aos outros temas, avalio que todos foram muito bem qualificados. Contudo, temos que escolher apenas dois.

Parabéns a V. Exª pelo tema sugerido.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – … que, conforme já disse, dois requerimentos… Um requerimento ou dois requerimentos? (*Pausa.*)

Ah, sim. Entendi.

É porque, na verdade, esses dois itens terão relatores diferentes. Assim, nós vamos tratar desses dois temas aqui de uma forma mais abrangente. A Comissão de Assuntos Sociais promoverá uma avaliação desses dois itens, fazendo críticas, sugestões e elogios no que for positivo. Eu acho que essa é, sem dúvida nenhuma, a grande contribuição que a Comissão pode dar nesse processo.

Eu gostaria, então, de ler o primeiro requerimento.

REQUERIMENTO Nº..., DE 2014-CAS

Nós termos do art. 96-B, combinado com os arts. 90, inciso IX, e 100 do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Assuntos Sociais decide selecionar a seguinte política pública do Poder Executivo para avaliação em 2014: Financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Comissão de Assuntos Sociais.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o requerimento lido.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o presente requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

REQUERIMENTO Nº..., DE 2014-CAS

Nós termos do art. 96-B, combinado com os arts. 90, inciso IX, e 100 do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Assuntos Sociais decide selecionar a seguinte política pública do Poder Executivo para avaliação em 2014: Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher.

Autoria: Comissão de Assuntos Sociais.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão, coloco em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela ordem, com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Não sei se V. Exª já deu ciência a esta Comissão das iniciativas do Dr. Carlos Gadelha, Secretário de Ciência e Tecnologia, a respeito das iniciativas no âmbito do Poder Executivo sobre a sua feliz solicitação de dar um prazo de 60 dias para que um grupo de trabalho, integrado pelo governo, Ministério da Saúde, o conselho que trata das pesquisas clínicas, que as autoriza, a Anvisa, o setor médico, as entidades médicas, e também a indústria farmacêutica, encontrasse um caminho para facilitar os registros das pesquisas clínicas.

Essa matéria interessa sobremaneira a esta Comissão em função dos interesses dos pacientes que, a cada dia, nos demandam maior agilidade nesses procedimentos. Assim, fiquei ontem muito confortada pela iniciativa do Secretário Carlos Gadelha ao informar o intento.

Dessa maneira, penso que seja importante que V. Exª dê ciência a esta Comissão do trabalho, já que foi sua a iniciativa louvável desse procedimento.

Obrigada, Sr. Residente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu agradeço, mas a informação a Senadora Ana Amélia acaba de transmitir à Comissão.

Na verdade, houve uma audiência pública para debater a dificuldade na tramitação daquilo que nós chamamos de pesquisas clínicas. Na verdade, essas pesquisas clínicas são necessárias quando da adoção de novos medicamentos. Exige-se isso, mas nós temos demorado um tempo muito grande.

Eu quero aqui reconhecer, até porque, na audiência pública, foi colocado – e é verdade – que há todo um esforço no sentido de diminuir esse tempo. Mas nós acabamos encaminhando aos dois grupos, que o pessoal diretamente interessado e o pessoal do Ministério da Saúde, a Anvisa, tivessem 60 dias para encontrar um encaminhamento, uma solução. Ontem, o Secretário Gadelha deu a informação de que já constituiu esse grupo, que esse grupo vai se reunir. Penso que, nesse prazo de 60 dias, nós haveremos de encontrar uma solução.

O nosso País perde muito com isso, porque os laboratórios têm de fazer a pesquisa clínica. Se há um país em que isso é demorado, eles vão fazer em outro. Sem dizer, por exemplo, que vários desses pacientes são voluntários, Senadora, como é o caso do jornalista do seu Estado, do *Zero Hora*. Sem dúvida alguma, você participa disso e tem toda uma legislação, toda uma regulamentação.

Eu penso que isso é um avanço. Na verdade, a iniciativa foi da Senadora Ana Amélia. Aliás, uma audiência pública muito rica, como, aliás, tem sido a média dessas audiências públicas. As Srªs e os Srs. Senadores têm sido muito felizes nas escolhas dos temas de audiências públicas. A cada audiência pública, felizmente, a Comissão tem conseguido encaminhar várias dessas questões.

Então, fica aqui o registro, mas, na verdade, estamos ansiosos para que, no prazo de 60 dias, ao final de 60 dias, a gente possa ter, realmente, alguma coisa que avance nesse sentido. Ontem, por coincidência ou não, discutimos também um projeto de lei do Líder do Governo, Senador Eduardo Braga, que está disciplinando essa questão de pesquisa, mais na esfera da ciência e tecnologia. Ele prometeu que, quando da discussão do mérito, vai abordar especificamente essa questão de pesquisas clínicas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Sr. Presidente, pela ordem, novamente.

Na pauta eu tenho a relatoria de um tema que já veio a debate, que é o Projeto de Lei 8.212, e o Senador Paulo Davim deu uma boa contribuição com uma emenda, que trata da questão do rateio dos recursos oriundos do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, destinados ao custeio da assistência médico-hospitalar das vítimas. Como o representante da Seguradora Líder, que tem, digamos, a responsabilidade da arrecadação e da cobrança desse imposto que pagamos, dessa contribuição, nos procurou, e nós, como é orientação, como recomenda a boa política, sempre que vem uma proposta que seja razoável, que ela tenha a maior condição de aprovação pela Casa, que tenha a maior facilidade na execução, na implementação, eu penso que esse é o melhor caminho, do que querer uma coisa muito boa e ela não ter aplicabilidade.

Diante disso, solicito a V. Exª a retirada de pauta do item 3 para efeito dessa negociação. Pretendo voltar o mais breve possível à pauta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Então, a pedido da relatora, estamos retirando da pauta o item 3.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2008
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências", para instituir rateio dos recursos oriundos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres e destinados ao custeio da assistência médico-hospitalar dos vitimados.

Autoria: Senador Marconi Perillo

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2008, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta.)

O item 1 tem como relatora a Senadora Lúcia Vânia. Eu a estava aguardando, mas temos de começar essa pauta. É até de minha autoria. Eu gostaria que o Senador Paulo Paim presidisse, porque pretendo discutir, ou pelo menos esclarecer esse projeto. Queria que o Senador Cyro Miranda pudesse fazer a leitura do relatório da Senadora Lúcia Vânia.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Duplamente honrado, pelo autor e pela relatora, eu me sinto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com a palavra, o Senador Cyro Miranda.

Senador Cyro, a Mesa pede que eu faça a leitura do item.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 494, DE 2013
- Não terminativo -

Isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados os alimentos para dietas com restrição de carboidratos, de gorduras, de proteínas ou de sódio e os alimentos para dietas de ingestão controlada de açúcares

e altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a importação e a receita de venda no mercado interno desses alimentos.

Autoria: Senador Waldemir Moka.

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.

Relatório: pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 494, de 2013.

Observações: - *A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.*

- *Votação simbólica.*

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda como Relator *ad hoc*.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Muito obrigado.

Mais uma vez, fico muito honrado com a distinção de ser Relator *ad hoc* pelo autor e pela Relatora.

De autoria do Senador Waldemir Moka, a iniciativa tem o objetivo de reduzir para zero as alíquotas de tributos federais incidentes sobre os alimentos para dietas com restrição de carboidratos, de gorduras, de proteínas ou de sódio e os alimentos para dietas de ingestão controlada de açúcares. Especificamente, a medida proposta abrange os seguintes tributos:

1) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);

2) Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep);

3) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins);

4) Contribuição para o PIS/Pasep – Importação; e

5) Cofins – Importação.

Ao justificar sua proposta, o Senador Waldemir Moka argumenta que, embora sejam imprescindíveis para o bem-estar de determinados segmentos populacionais, os alimentos para dietas especiais são normalmente onerosos, o que pode impedir sua aquisição por pessoas de baixa renda. Dessa forma, ao reduzir a tributação sobre tais produtos, o acesso a eles seria facilitado, de forma que os interessados teriam benefícios diretos à sua saúde, advindos de nutrição mais adequada às suas necessidades.

O projeto, que não foi objeto de emendas, foi distribuído para ser analisado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Análise.

Como bem explica o autor, as normas para os tipos de alimentos de que trata o projeto estão descritas na Portaria nº 29, de 13 de janeiro de 1998, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. A ingestão de alimentos dietéticos geralmente é prescrita para pessoas portadoras de algum tipo específico de condição metabólica ou fisiológica, a exemplo de diabetes, cardiopatias, hipertensão arterial, obesidade e insuficiência renal crônica, cada uma acarretando necessidade ou restrição alimentar específica.

O Brasil passa por um processo de transição epidemiológica, em que as doenças crônicas não transmissíveis têm sido a principal causa da morbimortalidade na população. Nesse contexto, levantamentos têm constatado o aumento de sobrepeso e de obesidade entre os brasileiros e brasileiras, bem como alta prevalência de hipertensão arterial e de diabetes melito.

Outras pesquisas indicam também que nosso País atravessa um período de transição nutricional, caracterizada principalmente pela substituição que os indivíduos fazem de alimentos *in natura* por produtos industrializados, prática essa impulsionada pelo cotidiano da vida urbana moderna, a qual dificulta que as pessoas disponham de tempo para preparar suas refeições. Nesse sentido, a mencionada rodada da POF revela que alimentos tradicionalmente presentes na mesa do brasileiro, como o arroz, o feijão e as hortaliças, vêm sendo paulatinamente trocados por biscoitos recheados, por refrigerantes e por outros preparos alimentícios industriais.

Portanto, esse quadro, formado pela conjunção de taxas elevadas de obesidade, hipertensão e diabetes na população e de aumento no consumo de alimentos industrializados, leva-nos a concluir que a demanda por alimentos para dietas com restrição de carboidratos, de gorduras, de proteínas ou de sódio e por alimentos para dietas de ingestão controlada de açúcares já é considerável e tende a aumentar em um futuro próximo.

Por isso, consideramos louvável a proposta em comento, pois ela facilita o acesso das pessoas que necessitam dessa classe particular de alimentos, na medida em que promove a redução de seus preços. Certamente, muitas pessoas têm tido sua saúde prejudicada por não poderem adquirir os alimentos adequados à sua prescrição dietética específica.

Devemos pontuar também que a carga tributária brasileira é alta e suficiente, de maneira que a instituição de tributos incidentes de produtos destinados à recuperação da manutenção de saúde parece ser uma

forma cruel de punir e excluir aqueles que já padecem de suas enfermidades. De fato o Estado brasileiro não deve interpor barreiras econômicas que possam impedir as pessoas de se alimentarem de maneira adequada.

Finalmente, cumpre-se-nos registrar que a Medida Provisória nº 634, de 26 de dezembro de 2013, que vigora, mas ainda não foi convertida em lei, já adicionou o inciso. De modo que eventual conversão dessa medida provisória em lei demandará adequações no texto do presente projeto.

Voto.

Em vista do exposto, votamos, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 494, de 2013.

Esse é o relatório, preparado e feito pela Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Senador Waldemir Moka para discutir, como autor.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Vou ser muito objetivo.

Na verdade, as pessoas precisam desse alimento. Faz parte da dieta, e é um preço muito alto. Esses alimentos são muito caros.

Esse projeto encontrou uma repercussão muito grande. Eu recebi muitos, muitos, muitos pedidos para isso.

Então, quero agradecer o relatório da Senadora Lúcia Vânia, lido pelo Senador Cyro Miranda, mas queria pedir que a gente pudesse aprová-lo. Ele não é terminativo aqui – essa questão do impacto, de tudo –, ele ainda terá oportunidade, e acho que essa discussão também será importante.

Eu queria pedir a aprovação das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores para esse projeto. Tenho certeza de que, se aprovado, ele dará uma grande contribuição, sobretudo para as famílias que têm a doença e têm dificuldade para adquirir esse tipo de alimento. Trata-se de uma dieta, realmente, que é prescrita e que precisa ser seguida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir… Senador Paulo Davim, é que eu quis acelerar!

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV - RN) – Serei rápido, serei breve.

Aproveito a oportunidade para parabenizar o Senador Moka pela sensibilidade, porque esse é um problema sério. Só se sabe a dificuldade de se adquirir alimentos para determinados pacientes, pelas restrições deles, quem tem na família algum paciente que faz uso dessas dietas especiais. E são extremamente caras. Eu tenho restrição de glúten, e todos os produtos sem glúten são caríssimos.

Então, enquanto na Europa, na América do Norte, há um incentivo para que as indústrias produzam mais alimentos com baixo teor calórico, alimentos que restringem determinadas proteínas, aqui, no Brasil, não. Eu sinto isso na pele, porque os produtos sem glúten continuam muito caros, assim como os produtos que restringem determinadas proteínas para pacientes que têm suas limitações.

Portanto, quero parabenizar o Senador Moka pela sensibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Senadora Lúcia Vânia, como Relatora principal. O Senador Cyro Miranda foi Relator *ad hoc*.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar o Senador Cyro Miranda e agradecer-lhe por ter exercido a relatoria como Relator *ad hoc*. Em segundo, quero cumprimentar o Senador Moka porque, sem dúvida nenhuma, esse é um projeto de grande alcance social e que virá a melhorar a vida de centenas de pessoas que dependem dessas restrições alimentares. Essa isenção de impostos, sem dúvida nenhuma, vai facilitar e vai possibilitar que as pessoas possam utilizar esses alimentos de forma mais em conta, mais barata.

Portanto, agradeço ao Senador Moka e cumprimento-o.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Conforme já fizemos na Comissão, Senador Cyro Miranda, o relatório volta à Senadora Lúcia Vânia, que fez um brilhante relatório, em questão de justiça, com o aval de V. Exª.

Então, quem concorda com o projeto relatado, lido pelo Senador Cyro Miranda, mas relatado pela Senadora Lúcia Vânia, permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 494, de 2013.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Devolvo a Presidência ao Senador Waldemir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 558, de 2013
- Não terminativo -

Altera o art. 29 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, modificando a fórmula de reajuste dos benefícios dos segurados da Previdência Social e dá outras providências.
Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Relatoria: Humberto Costa
Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 558, de 2013.
Observações:
- Votação simbólica.

Peço ao Senador Paulo Paim que faça a leitura do relatório do Senador Humberto Costa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exª por ter me indicado como Relator da matéria. Eu já fui Relator desta matéria na Comissão de Direitos Humanos. Eu assumo a relatoria *ad hoc*, mas peço que a matéria seja retirada de pauta, pois o parecer do Relator Humberto Costa não é favorável ao projeto. Eu assumo *ad hoc*, vou dialogar com ele, e ficaria sob a minha responsabilidade fazer essa mediação, se assim V. Exª concordar. Se ele estivesse aqui, eu pediria que retirasse, mas assumo *ad hoc* e retiro de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Essa é uma prática usual na Comissão. Tenho certeza de que V. Exª e o Senador Humberto Costa haverão de chegar a um texto convergente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com relação ao item 3, a Senadora Ana Amélia pediu que fosse retirado de pauta.

Estamos muito próximos de alcançar o quórum. Os itens nºs 4 e 5 já foram lidos, nós só precisamos de quórum para votá-los. A Senadora Vanessa Grazziotin me disse que estaria presente, assim como a Senadora Lídice da Mata. Eu pediria à Bruna, ao pessoal da nossa assessoria… Com a vinda das duas, alcançaremos o quórum e votaremos os dois projetos, que já foram lidos.

Enquanto aguardamos o quórum, Senadora Lúcia Vânia, vamos ao último item da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9, de 2014
- Terminativo -

Altera a alínea "p" do§ 9º do art. 28 Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre as contribuições efetivamente pagas por pessoa jurídica relativas a programa de previdência complementar na composição do salário de contribuição.
Autoria: Blairo Maggi
Relatoria: Lúcia Vânia
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2014.
Observações:
- Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia para proceder à leitura do relatório.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2014, de autoria do Senador Blairo Maggi, altera o art. 28 da Lei nº 8.212, de 1991, introduzindo dispositivo que possibilita a isenção da contribuição previdenciária sobre a parcela referente ao pagamento de programa de previdência complementar. Atualmente, o referido instrumento legal só permite essa isenção nos casos em que o programa de previdência complementar da empresa cubra a totalidade dos funcionários.

O PLS nº 9, de 2014, foi encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa, em 4 de fevereiro de 2014. No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

Análise

Compete à Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, analisar os aspectos atinentes à seguridade e previdência social.

Como enfatizado na justificação do Projeto de Lei em apreço, a Carta Magna, em seu art. 202, bem como a Lei Complementar nº 109, de 2001, art. 68, estabelece que as contribuições pagas pelo empregador em bene-

fício dos empregados não constituem parcela do salário de contribuição, para fins de incidência previdenciária. Entretanto, esse mesmo entendimento não está acolhido na Lei nº 8.212, de 2001. Esta prevê o pagamento pelo empregador da contribuição previdenciária incidente sobre a parcela das contribuições pagas pelo empregador em benefício de seus empregados, salvo nos casos em que a pessoa jurídica empregadora disponibilizar o programa de previdência complementar à totalidade de seus funcionários.

Ora, hoje, no Brasil, muitas empresas têm recorrido a estratégias que possibilitam o acesso de seus funcionários a programas de previdência complementar sem que, no entanto, isso seja feito de maneira a abranger a totalidade do corpo funcional. Especificidades concernentes ao tamanho das empresas, seu campo de atuação e mesmo à sua capacidade funcional têm levado os empresários a decisões outras que não a da montagem de programas de previdência complementar internos e abrangentes. Há possibilidades diversas, fruto de negociações com as diferentes categorias funcionais e que têm redundado em arranjos distintos para os quais os funcionários têm sido contemplados.

O resultado, no entanto, é que a legislação vigente tem penalizado tais práticas. O próprio Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), à luz da Lei nº 8.212, tem reiterado a posição de cumprimento daquela legislação, confirmando as autuações às empresas. No limite, o pagamento adicional a que estão submetidas as empresas constituem um significativo incremento nos custos da produção e a consequente perda de competitividade.

O Projeto de Lei nº 9, de 2014, visa assim, sanar uma impropriedade que por ora atinge a boa parte das empresas brasileiras, restabelecendo o espírito original da Lei, inscrito na Carta Maior, bem como na Lei Complementar nº 109, e reduzindo custos que tanto oneram nossa produção.

Por fim, em vista de se tratar de decisão terminativa, é mister que se busque analisar também os aspectos jurídico-normativos. Assim, no que tange à constitucionalidade, juridicidade e à regimentalidade, nada há que prejudique o projeto. O texto segue a boa norma, cumprindo plenamente os requisitos de clareza e objetividade.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2014.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Em discussão…

Pela ordem.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Eu quero, inicialmente, parabenizar a Senadora Lúcia Vânia, que faz um relatório sucinto, mas bem explicado, de fácil compreensão. Mas quero pedir vista, Sr. Presidente, porque, na minha opinião, faz uma mudança significativa no texto da lei. Eu acho que isso precisa ser mais bem debatido por esta Comissão.

Como é terminativo aqui, penso que o pedido de vista, neste momento, é importante para que possamos aprofundar essa mudança na legislação.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Vista coletiva. Nos termos do art. 132, concedo vista ao projeto.

Nós temos dois projetos que só precisam ser votados; já foram lidos e a votação é nominal.

Projeto de Lei do Senado nº 48 – item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, de 2012
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para estabelecer critério de distribuição do resultado do exercício financeiro para as contas vinculadas dos trabalhadores.

Autoria: Paulo Bauer.

Relatoria: Paulo Davim.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2012.

Observações:

- Em 26.03.2014, lido o relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede vista ao Senador Humberto Costa, nos termos regimentais.

- Votação nominal.

Eu consulto os Srs. Senadores se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim para as suas considerações, se julgar necessário.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Eu só queria agradecer ao Senador Casildo Maldaner, que estava saindo, porque manteve o quórum aqui, e queria saudá-lo porque hoje é o aniversário do nosso querido colega. Era apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sr. Presidente, o Senador Humberto Costa está com requerimento solicitando uma audiência pública a respeito desse assunto. Ele está chegando, mas, como ele não está aqui neste momento, eu vou apresentar um requerimento de audiência pública para o Executivo do Conselho do FGTS.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu tenho que colocá-lo em votação. É um requerimento que V. Exª pode fazer verbalmente, mas quem decide é o Plenário.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Porque é um projeto que foi lido, foi debatido. Claro que o pedido de vista é cabível; só que tenho de submeter ao Plenário, e depois V. Exª tem que formalizar.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Está certo. Eu vou formalizar. Eu vou assinar juntamente com o Senador Humberto Costa…

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sim.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – … que já está trazendo o requerimento; só que ele está a caminho ainda, e o objetivo é justamente pedir uma audiência pública para que possamos debater este assunto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Certo.

Então, há um requerimento verbal, que será formalizado pela Senadora Ana Rita.

Eu concedo a palavra, se quiser justificar, mas a justificativa é essa que V. Exª está fazendo, não é? Mas eu concedo a palavra a V. Exª.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sr. Presidente, muito rapidamente, o projeto é interessante, é importante, mas é preciso fazer algum debate, aprofundar o debate na audiência pública, considerando que ele trata da distribuição do resultado do exercício financeiro para as contas vinculadas dos trabalhadores.

Eu entendo que essa é uma decisão fundamental porque mexe no Fundo de Garantia dos trabalhadores. E eu penso que, se o projeto for aprovado, ele poderá trazer algumas dificuldades para os trabalhadores.

O Senador Humberto Costa está chegando, e ele poderá aprofundar melhor essa justificativa, mas a minha compreensão é de que poderemos ter algumas dificuldades em função disto: o projeto redistribui o Fundo de Garantia. Na minha opinião, isso precisa ser mais bem conversado, mais bem debatido, para que uma decisão desta Comissão não traga prejuízo aos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Humberto Costa, a Senadora Ana Rita acaba de formular verbalmente um requerimento, mas, segundo a Senadora, V. Exª traria o requerimento por escrito. Se V. Exª o tiver, é importante que V. Exª o traga à Mesa.

Eu concedo a palavra a V. Exª para a justificativa desse requerimento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Eu serei rápido, Sr. Presidente.

Na verdade, a partir dos estudos que tivemos a oportunidade de fazer na assessoria da nossa Bancada, nós identificamos que, obviamente, o projeto tem uma boa intenção, mas, ao fazermos as contas, o que nós observamos é que o fundo sofrerá uma queda nos seus recursos, nas suas receitas; ao mesmo tempo, a divisão dos lucros que é proposta significa um valor ínfimo em relação a cada trabalhador.

Então, o que eu queria é exatamente que tivéssemos uma audiência pública para que pudéssemos nos esclarecer melhor e, com esse esclarecimento, votar com mais tranquilidade essa proposição.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com a palavra, o Senador Relator Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV - RN) – Não me oponho, Sr. Presidente, a essa audiência pública, até porque é um projeto que, na minha avaliação, é extremamente meritório, de autoria do Senador Paulo Bauer, e nós estamos convencidos de que é viável.

Agora, não obstante a consciência que nós temos, nada impede que façamos um audiência pública para consolidar as nossas certezas.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Então, eu submeto a questão aos Srs. Senadores.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o requerimento – que, na verdade, está pedindo uma audiência pública para instruir este projeto – permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o requerimento, é claro que agora a votação desse projeto fica condicionada à oitiva dessa audiência pública, e, logo em seguida, ele volta a fazer parte da nossa pauta.

O último item a ser votado é o item 5.

ITEM 5

TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, de 2013
- Terminativo -

Acrescenta §§5º e 6º ao art. 55 e acrescenta §9º ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências", para dispor sobre a contagem do período de defeso no âmbito da pesca como tempo de contribuição e aposentadoria especial dos pescadores.

Autoria: Paulo Paim

Relatoria: Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2013, na forma da Subemenda Substitutiva que apresenta à Emenda nº 1-CMA (Substitutivo); e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2013, que tramita em conjunto.

Observações:

- Em 15.10.2013, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle aprovou parecer favorável ao projeto na forma da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo) e contrário ao PLS 152, de 2013, que tramita em conjunto.

- Em 26.03.2014, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede vista coletiva nos termos regimentais.

- Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

- Votação nominal.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, de 2013
- Não terminativo -

Acrescenta §§5º e 6º ao art. 55 e §9º ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contagem do período de defeso no âmbito da pesca como tempo de contribuição e definir regras para a concessão de aposentadoria especial para os pescadores e trabalhadores em atividades afins; e acrescenta o art. 4º-A e o inciso XVIII ao art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para instituir o salário-ambiental durante o período de defeso.

Autoria: Paulo Paim

Relatoria: Benedito de Lira

Consulto os Srs. Senadores se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira para suas considerações, se julgar necessário.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP - AL) – Sr. Presidente, a matéria já foi discutida, lógico que cada Senador dispõe dos adendos do projeto, mantenho meu parecer e nada mais tenho a acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e passo à votação, que será nominal.

Em votação a subemenda substitutiva, que tem precedência regimental. Na verdade, é…

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – É o texto, não é?

Procede-se à votação nominal.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com o substitutivo do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – "Sim".

Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Com o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Apoio Governo/PDT - BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com o Relator.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV - RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Benedito de Lira, voto conhecido. É o voto "sim" do Relator.

Senador Cyro Miranda. *(Pausa.)*

Aprovada a subemenda, ficam prejudicados o Projeto e a Emenda nº 1, da Comissão de Meio Ambiente.

Aprovada em turno único a Emenda nº 2, da Comissão de Assuntos Sociais, que é o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2013.

Fica rejeitado o PLS nº 152, de 2013, que tramita em conjunto.

A matéria vai a turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Há ainda, sobre a mesa, requerimento extrapauta, da Senadora Vanessa Grazziotin e da Senadora Ana Rita.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 14, de 2014
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Assuntos Sociais com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a finalidade de debater o resultado da pesquisa SIPS/Ipea (Sistema de Indicadores de Percepção Social) intitulada Estupro no Brasil uma radiografia segundo os dados da saúde (versão preliminar), coordenada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com a presença dos seguintes convidados: Sr. Daniel Cerqueira – Diretor de Estudos e Políticas de Estado, das Instituições e da Democracia do IPEA – (DIEST); Sr. Danilo Santa Cruz Coelho – Técnico de Planejamento e Pesquisa da DIEST – IPEA; 01 representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM; 01 representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; jornalista Nana Queiroz (Movimento #NãoMereçoSerEstuprada); CFMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria; 01 representante da União Brasileira de Mulheres – UBM; 01 Delegada da Delegacia da Mulher do Estado do Amazonas; e 01 Delegada da Delegacia da Mulher do Distrito Federal.

Eu quero informar à Senadora Vanessa Grazziotin que nós temos aqui uma norma: são apenas seis expositores. Vocês podem convidar os dez expositores, mas quatro ficarão na bancada, e falarão depois. Como expositores, V. Exªs vão ter que escolher, entre os dez, seis expositores. Nós votamos isso aqui. Passou a ser norma da Comissão, e eu não posso mudar isso.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sr. Presidente, a Comissão de Direitos Humanos também tem esse mesmo procedimento. Então, acho importante reduzir, porque senão fica uma audiência pública muito longa e sem possibilidade de fazer o aprofundamento, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Eu gostaria de sugerir, Senadora Ana Rita, porque essas sugestões vieram de várias entidades, e eu achei de bom-tom não retirar. Mas a gente pode acertar para ficarem seis expositores, porque, só do Ipea, há dois convidados; delegadas são duas; então, dá perfeitamente para colocar um representante de cada segmento, de tal forma que fiquem seis.

Eu só queria chamar a atenção, Presidente Moka, se me permite, para a importância desse debate. A Senadora Ana Rita e eu estamos tentando organizar, já para a terça-feira da semana que vem, porque é uma questão muito grave que vem acontecendo no Brasil. E não são só os dados da pesquisa em si, mas a reação.

A jornalista Nana, que está convidada, lançou uma campanha, pela internet, contra o estupro, e a campanha teve uma grande adesão inversa: pessoas dizendo "eu quero ser estuprada". Isso é algo extremamente grave que vem acontecendo no País, e esse debate é urgente.

Então, é importante que esta Comissão participe juntamente com a Comissão de Direitos Humanos e a Procuradoria da Mulher, e que a gente faça o convite, Senadora Ana Rita, a todas as Deputadas Federais, para que estejam conosco na terça-feira fazendo esse debate, que é também um ato de solidariedade à jornalista Nana, que vem sofrendo ameaças gravíssimas pela internet.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu preciso… Veja bem, Senadora Vanessa: eu tenho que… O pedido a gente aprova, e, na terça-feira, eu tenho que conversar com a Senadora Ana Rita, para ver a questão de espaço no plenário e também que a gente possa fazer isso em conjunto. Se a Senadora Ana Rita tiver lá o plenário disponível e já puder, de antemão, disponibilizar, podemos fazer lá.

Quero dizer que, da minha parte, tem total apoio. Eu só quero organizar espaços, convidados, para que a gente possa realmente tratar desse assunto.

E V. Exª tem toda a razão. Achei aquilo muito ruim, o resultado, e pior ainda a receptividade.

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita; logo em seguida, à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Senador Moka, eu quero aqui parabenizar a Senadora Vanessa, que tomou a iniciativa e está pedindo o apoio da Comissão de Direitos Humanos. A Senadora Vanessa também é membro da Comissão de Direitos Humanos.

Esse é um tema que realmente precisa ser debatido, não só esse, mas outros. Há uma coisa que nos preocupa muito: o comportamento da sociedade sobre determinados temas que, se ganharem visibilidade maior… Esse comportamento, na minha opinião, muito machista por parte de parcela da nossa sociedade é extremamente complicado, porque coloca em risco a vida das pessoas.

Eu penso que o Senador tem realmente a obrigação de ajudar, de fazer um debate, de trazer esclarecimentos. A população precisa se apropriar de determinados conceitos, determinadas reflexões, e não só do que aparece nas redes sociais. As redes sociais são um espaço aberto, legítimo, onde as pessoas se manifestam de forma legítima, mas há algumas opiniões que ferem profundamente os direitos das pessoas, colocando em risco a vida das pessoas. É um pouco, na minha opinião, o reflexo de como a população está reagindo a uma pesquisa importantíssima que foi feita, na medida em que dá um retrato da realidade. Porém, nós precisamos aprofundar essa pesquisa, esse retrato, para ver que tipo de ação ou que tipo de atividade, enfim, é possível fazer para contrapor essa opinião, não digo unânime, mas muito grande no meio da população, o que demonstra, realmente, uma visão completamente raivosa, rancorosa e de preconceito. Então, isso precisa ser realmente aprofundado.

Eu penso que essa audiência pública tem que ser a primeira de uma série de outras que deveremos fazer, Senadora Vanessa.

Então, o meu encaminhamento, Senador Moka, é no sentido de que a próxima audiência que a Senadora Vanessa está propondo seja realizada no espaço da Comissão de Direitos Humanos, cujo auditório é maior do que este. Nós precisamos apenas ajustar a data, a fim de verificamos se não haveria conflito com nenhuma outra atividade, uma vez que o espaço da Comissão de Direitos Humanos é também utilizado para a discussão das medidas provisórias.

Ajustado isso, nós poderíamos pensar num cronograma que começa com seis pessoas e, assim, nós poderíamos fazer outras audiências públicas, envolvendo, inclusive, o Conselho Nacional de Psicologia, uma entidade que pode ajudar muito nesse debate, bem como outros profissionais da área da sociologia, da antropologia, enfim. Acho que são debates que precisam ser ampliados com o envolvimento de pesquisadores, além do Ipea, de outras áreas que também poderão nos ajudar.

Eu quero, aqui, inclusive, dizer que o Ipea presta um brilhante serviço a todos nós, porque apresenta uma pesquisa de muita valia, que nos apresenta o retrato de algo que, até então, não tínhamos a dimensão, ou seja, a postura e o comportamento de determinadas pessoas da nossa sociedade. E a pesquisa dá luz a essa realidade. Então, nós precisamos nos apropriar dessa pesquisa e, a partir dela, fazer um bom debate e definir os próximos passos.

Então, parabenizando a Senadora Vanessa, reafirmo que, certamente, contaremos com o apoio da Presidência desta Comissão, do Senador Moka, e dos seus demais membros para promovermos esse debate com a maior seriedade e consistência possível.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Antes de conceder a palavra à Senadora Ana Amélia, quero dizer, de pronto, que, da parte da Comissão de Assuntos Sociais… A Senadora Vanessa, na condição de nossa Vice-Presidente, se tiver que presidir, presidirá a audiência pública, mas eu faço questão de estar lá, como apoiador dessa iniciativa, a meu juízo, fundamental.

Acho que não há nada que justifique isso. Acho um equívoco essa questão de que, em função de as mulheres… Isso é um absurdo! Agora, o que me preocupa é que, realmente, a pesquisa demonstra que a população pensa, pelo menos uma parte significativa dela, desse jeito, e o que é pior: uma grande parte de mulheres.

Então, isso precisa, realmente, ser debatido, pois há alguma coisa errada nisso. E nós temos, aqui, de aprofundar o debate sobre o tema e nos contrapormos a esse tipo de preconceito.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente, Senador Waldemir Moka, caras colegas Senadoras, Senadores, eu queria também destacar, com apoio integral, a iniciativa das Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Rita.

Também queria, como jornalista há mais de 40 anos, dar o meu total apoio à Srª Nana Queiroz, uma jornalista jovem, de 28 anos, que teve a ousadia e a coragem de lançar essa campanha nas redes sociais. Eu penso que o que ela fez, tal como a pesquisa, dá um indicativo de que a sociedade está doente. A sociedade brasileira está doente, porque um comportamento com esse grau de radicalismo, em se tratando da vida das pessoas, do direito da mulher à sua privacidade, do respeito ao corpo da mulher e aos sentimentos mais importantes, como a relação afetiva, o amor, o relacionamento sexual e todo esse complexo do relacionamento humano. Então, imagino que a iniciativa seja boa e fico feliz até que a Presidente da República, como a primeira mulher eleita para comandar os destinos do País, tenha usado a sua rede social para hipotecar solidariedade a Nana Queiroz. Eu, como jornalista, também não podia deixar de reconhecer o valor da coragem que ela teve de fazer esse enfrentamento.

Mas penso que isso é um processo muito lento, porque depende, basicamente, da mudança da cultura. Não adianta lei. Nós temos leis maravilhosas, mas o que vai mudar é a cultura e o entendimento de que é preciso as pessoas se respeitarem no gênero, na questão racial, em todas as questões. Enquanto não entendermos e não praticarmos isso, Senador Moka, caros colegas Senadores, enquanto não mudarmos a cultura desse radicalismo contra isso ou contra aquilo, ou mais, o sentimento da relação humana, teremos grande dificuldade.

E não é a lei, porque as pessoas sempre imaginam: "Vamos fazer uma lei para punir." Você puniu o estuprador? Qual seria a mais grave punição para um estuprador? Então não se trata disso, também, que fere o outro lado. Já sei também. Quando o Senador Benedito falou.

Então há um outro lado dessa questão, e temos que encontrar uma forma de mudança cultural. E temos que começar pela escola. A Senadora Vanessa e a Senadora Ana Rita e eu participamos de um encontro com o Bando Mundial, em que a instituição multilateral está seriamente envolvida em programas de educação nessa área, que diz respeito a direitos humanos, que é a questão de gênero.

Assim, não adianta termos uma ascensão das mulheres, termos mais mulheres na política, se, na base, estamos desrespeitando o corpo da mulher. Envolvendo, aí, as questões mais vulneráveis, quando as jovens de periferia estão sendo violentadas, e o que é pior: a violência sexual contra jovens ocorre dentro de casa, na relação familiar. É o pai, é o padrasto, é o namorado da mãe e, assim, sucessivamente.

Então, gostaria de cumprimentar as duas Senadoras e agradecer o Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Presidente Moka, quero dizer que ficaremos muito honrados, não só com a sua presença na audiência, que, conforme relatou a Senadora Ana Rita, faremos todo esforço para que aconteça já na próxima terça. Mas seria importante que todos os senhores Senadores fossem para esse debate importante.

Acredito que a primeira forma de reagir é esta: entender que assuntos de gênero não são assuntos exclusivos de mulheres, mas são assuntos de mulheres e de homens também. Concordo com o que disseram as Senadoras Ana Rita e Ana Amélia: sempre soubemos que o problema é grave. Sempre buscamos explicações para o fato de mais da metade do eleitorado, Senadora Lúcia Vânia, que são as mulheres, ocuparem menos de 10% das cadeiras do Parlamento. Isso tem a ver com a percepção da sociedade.

Como disse, as leis são importantes, mas elas não ditam a cultura, que deve ser trabalhada também. Se percebermos, grande parte dos pesquisados que chegaram a essa conclusão são mulheres. Agora, o machismo não vem só de homem, o machismo vem de mulher também, e principalmente.

Então, está mais do que na hora. Penso que é este o serviço que nos presta, e é só o início, não tenho dúvida nenhuma, Senadora Ana Rita, de fazermos uma avaliação desde já de como a escola, a educação formal no Brasil está aplicando a lei, está aplicando a Constituição, está desenvolvendo…

Porque se for o caso, se for necessário colocar, não um programa, mas uma disciplina na escola, vamos colocar. Porque a pesquisa nos mostra que o homem não é racional porque ele não tem controle? E a mulher provoca o homem? E o inverso? Então, não pode. Nós somos seres humanos, somos a espécie humana dividida em dois gêneros que tem a mesma inteligência, a mesma capacidade, os mesmos direitos, os mesmos deveres, os mesmos desejos.

Então, Senador Moka e Senadora Ana Rita, a reunião será em seguida, da Comissão de Direitos Humanos. Quero que a gente possa também ter como coautora desse requerimento a Senadora Lídice, que estava até há pouco aqui, Senadora Ângela, Senadora Lúcia Vânia e Senadora Ana Amélia. Seria muito importante reforçar que precisamos de homens na audiência pública.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Quem virá à audiência pública? Só jornalistas?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Não. Vamos discutir. Tem aqui, mas está aberto, depois vamos discutir, não é só ela. Convidamos o Ipea, a Secretaria de Políticas para as Mulheres. Talvez, nós pudéssemos reduzir o universo dessa primeira audiência pública e deixarmos outras, com outras entidades, para depois. Porque a ideia, Senadora Lúcia Vânia – são muitas Anas aqui e as duas presentes –, é iniciarmos um ciclo de debates, mas como faz a Comissão de Infraestrutura, não só um debate. Aprovar, quem sabe, um relatório, fazer as três comissões, a partir dessas três comissões, duas comissões e a Procuradoria, e irmos à Presidência da República, irmos aonde for preciso para que a gente tome providências mais drásticas. O caso requer. É extremamente grave. Eu acho que nós não sabíamos que era tão grave como efetivamente e realmente é.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, de forma muito rápida, não poderia deixar de me manifestar, como membro da Comissão de Direitos Humanos, sobre um tema tão grave. Eu coordeno a Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Uma iniciativa que surgiu no Rio Grande do Sul, por parte do Deputado Edegar Pretto, filho do já falecido Adão Pretto. Quero só dar esse depoimento, Sr. Presidente, de forma muito rápida. O Supremo Tribunal Federal, na hora de decidir a questão do Estatuto da Igualdade Racial e todas as posições contraditórias que muitos levantavam em relação ao tema, e ali entra um capítulo da mulher. E, naquela decisão do Supremo – eu estive lá –, o Supremo decidiu favorável, inclusive, às cotas porque um dos argumentos usados no Supremo foi resgatando um escritor que teria dito, no tempo da escravatura, que a mulher negra gostava e preferia ser violentada. Isso foi decisivo para que o Supremo, então, se posicionasse contra aqueles argumentos e, mais uma vez, consolidando que há uma violência que é um crime hediondo e, por isso, todos nós estamos juntos nessa caminhada.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela ordem, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Bom, eu quero cumprimentar a Senadora Vanessa pela iniciativa e quero chamar atenção porque eu acho que, em uma audiência pública dessa natureza, teria que ter alguém do Ministério da Justiça, alguém vinculado também à área de cultura porque, veja você, agora, recentemente, no metrô de São Paulo, tinha uma propaganda da seguinte forma: "É muito bom andar de metrô. E, principalmente, é melhor ainda andar no metrô na hora do pico porque é a hora em que eu dou um xaveco nas mulheres." Essa propaganda estava lá circulando e ninguém faz nada.

Então, à medida que a gente aceita uma coisa dessa, a gente está reforçando essa cultura machista que nós temos. Então, eu acho que a audiência pública tem que ter não apenas uma jornalista que teve a coragem de fazer uma campanha dessa natureza, mas também as autoridades públicas relacionadas à área de publicidade, para que isso não se repita. Porque, na medida em que a gente faz uma audiência pública, uma pessoa corajosa como a jornalista vem nas redes sociais e conclama as pessoas para se engajarem nessa luta, é preciso que o Poder Público esteja presente e que se responsabilize por essas divulgações que são reforçadoras do machismo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – A Senadora Vanessa disse que as outras autoridades vocês irão discutir. Eu acho que isso realmente precisa ser discutido e eu acho que vocês vão… Agora, nós precisamos saber – embora seja na Comissão de Direitos Humanos essa primeira, mas é… A Ana Rita também é Presidente – para convidar essas pessoas, tem um prazo para o convite. Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV - RN) – Presidente Moka, eu quero me somar a todos os companheiros que externaram a sua preocupação sobre este tema. Acho extremamente oportuna essa audiência pública de iniciativa da Senadora Vanessa porque este Parlamento não pode se omitir a um fato, que eu reputo, de extrema gravidade. Eu não sei o que está acontecendo, mas me parece até que é uma total ausência de civilidade. Essa manifestação em massa nas redes sociais parece até um salto aos sentimentos mais primitivos. Então, no modelo social e até do ponto de vista psicanalítico – não sou autoridade no assunto –, mas as leis

sociais, os princípios, a moralidade, a estrutura social é que inibem o id, que é a porção interior mais animalesca, mais primitiva.

Então, quando vejo essa manifestação, é como se a sociedade brasileira, em vez de estar em plena evolução, ela estivesse sofrendo um processo involutivo. Como nós sabemos que são as leis, as normas, a ética que restringem e colocam limites a essa manifestação primitiva, animalesca, acho que esta Casa precisa, urgentemente, dar resposta a uma manifestação absolutamente inaceitável e abominável. Hoje em dia, as redes sociais têm uma força inimaginável. Se a gente banalizar essa manifestação de anticivilidade e de primitivismo, se a gente banalizar isso, nós pecaremos. Isso pode degringolar para uma manifestação muito mais grave do que apenas manifestações através das redes sociais.

Quero me somar à preocupação de todos e parabenizar a Senadora Vanessa pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Vanessa Grazziotin, então, a Secretaria da Comissão de Assuntos Sociais vai ficar com a responsabilidade de organizar a audiência. Vamos fazer os convites, claro que tudo combinado com a Senadora Ana Rita, mas vou tomar para nós a responsabilidade da organização da audiência, embora o plenário seja o da Comissão de Direitos Humanos. Eu pediria a V. Exª – temos aqui uma equipe extremamente eficiente, V. Exª conhece – para trazer os nomes dessa primeira… Não sei se terça-feira, mas vocês vão decidir, de repente a gente dá um pouco mais de prazo para organizar essa audiência.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada.

(Iniciada às 9 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 28 minutos.)

ATA DA 12ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 9 DE ABRIL DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas, do dia nove de abril de dois mil e quatorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, João Durval, Rodrigo Rollemberg, João Alberto Souza, Paulo Davim, Cícero Lucena, Jayme Campos, Eduardo Suplicy, Benedito de Lira, Cyro Miranda, e das Senadoras Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **1ª PARTE - ITEM 1** - MENSAGEM (SF) Nº 25, de 2014 - Não Terminativo - Autoria: Presidente da República. *Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome da Senhora SIMONE SANCHES FREIRE para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.* Relatório: A Comissão de Assuntos Sociais dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação da Senhora Simone Sanches Freire, para o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Resultado: Lido o Relatório, a Presidência concede, automaticamente, Vista Coletiva aos membros da Comissão nos termos do artigo 383, inciso II, alínea "b" do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria retorna à Pauta da próxima Reunião Deliberativa para arguição pública da indicada e posterior votação procedida por escrutínio secreto. Relatoria: Senador Jayme Campos. **2ª PARTE - ITEM 1** - TRAMITAÇÃO CONJUNTA - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 300, de 2005 - Não Terminativo - Autoria: Senador Paulo Paim. *Acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, determinando que a taxa de juros cobrada sobre empréstimos consignados em folha não excedam em 05 pontos percentuais ao ano a taxa básica da economia (taxa Selic).* TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 276, de 2007 - - Não Terminativo - Autoria: Senador Valdir Raupp. *Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para permitir ao titular de benefício do Instituto Nacional do Seguro Social solicitar o bloqueio de seu registro, para impedir descontos decorrentes de operação de crédito consignado.* TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 345, de 2007 - Não Terminativo - Autoria: Senador Paulo Paim. *Altera dispositivos da Lei nº 10.820, de 2003, e da Lei nº 8.213, de 1991, para limitar em vinte por cento, da remuneração ou do benefício disponível, o desconto de pagamento de valores referentes a empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil a idosos que percebam até três salários mínimos, e dá outras providências.* TRAMITA EM

CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 565, de 2007 - Não Terminativo - Autoria: Senador Paulo Paim. *Acrescenta o § 7º ao art. 6º da Lei nº 10.820 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a vedação de diferenciação nas condições de empréstimo consignado ao aposentado, pensionista e trabalhadores da ativa*. TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2007 - Não Terminativo - Autoria: Senador Pedro Simon. *Acrescenta artigo à Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que "Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências"*. Relatório: Pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº(s) 300, de 2005, e 276, 345, 565 e 641, todos de 2007, que tramitam em conjunto. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. Relatoria: Senador Cyro Miranda. **ITEM 2** - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2012 - Não Terminativo - Autoria: Senador Gim. *Concede incentivo tributário a pessoas jurídicas que auxiliem na capacitação profissional de jovens em abrigos ou casas de reabilitação*. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2012, com a Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. Relatoria: Senador Benedito de Lira. **ITEM 3** - TRAMITAÇÃO CONJUNTA - TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, de 2013 - Terminativo - Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim. Ementa do Projeto: *Acrescenta § 5º e 6º ao art. 55 e acrescenta § 9º ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências", para dispor sobre a contagem do período de defeso no âmbito da pesca como tempo de contribuição e aposentadoria especial dos pescadores*. TRAMITA EM CONJUNTO - TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, de 2013 - Terminativo - Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim. Ementa do Projeto: *Acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 55 e § 9º ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contagem do período de defeso no âmbito da pesca como tempo de contribuição e definir regras para a concessão de aposentadoria especial para os pescadores e trabalhadores em atividades afins; e acrescenta o art. 4º- A e o inciso XVIII ao art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para instituir o salário-ambiental durante o período de defeso*. Resultado: Não foram oferecidas Emendas durante o Turno Suplementar. O Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2013, é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Relatoria do Projeto: Senador Benedito de Lira. **ITEM 4** - TRAMITAÇÃO CONJUNTA PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, de 2009 - Terminativo - Autoria: Senador Augusto Botelho. *Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para definir procedimentos a serem adotados na apuração de responsabilidades e estabelecer sanções a serem aplicadas aos agentes públicos responsáveis pelo descumprimento injustificado de obrigações assumidas no âmbito do Sistema Único de Saúde*. TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, de 2011 - Terminativo - Autoria: Senador Humberto Costa. *Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para modificar o art. 36, que institui regras sobre a elaboração dos planos de saúde, e para inserir dispositivos que regulam a responsabilidade sanitária dos gestores no âmbito do Sistema Único de Saúde*. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2011, e da Emenda que apresenta; e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2009, que tramita em conjunto, e das 8 (oito) Emendas a ele apresentadas pelo Senador Tião Viana durante o prazo regimental. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. Relatoria: Senador Wellington Dias. **ITEM 5** – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 355, de 2013 - Terminativo - Autoria: Senador Vital do Rêgo. *Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para determinar que o paciente inscrito há longo tempo na lista única de espera e receba atenção prioritária e seja objeto de critérios diferenciados de alocação e distribuição e para responsabilizar o Ministério da Saúde pela segurança e confiabilidade da lista única nacional*. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2013. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **ITEM 6** - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9, de 2014 - Terminativo - Autoria: Senador Blairo Maggi. *Altera a alínea "p" do § 9º do art. 28 Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre as contribuições efetivamente pagas por pessoa jurídica relativas a programa de previdência complementar na composição do salário de contribuição*. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2014. Resultado: Adiado. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. **ITEM 7** - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 466, de 2013 - Terminativo - Autoria: Senador Blairo Maggi. *Acrescenta o art. 14-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ocorra por meio eletrônico*. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2013, e das 2 (duas) Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Relatoria: Senador Armando Monteiro. **EXTRAPAUTA - ITEM 8** - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 17, de 2014. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e outros *Requeiro, em aditamento ao RAS 14/2014, que a realização de Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Assuntos Sociais com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a finalidade de debater o resultado da pesquisa SIPS/IPEA (Sistema de Indicadores de Percepção Social) intitulada Estupro no Brasil uma radiografia segundo os dados da saúde (versão preliminar), coordenada pelo Ins-*

tituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, tenha a presença dos seguintes convidados: • Senhor Marcelo Cortês Neri – Presidente do IPEA; • 01 Representante do Centro.Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA; • 01 Representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM; • Jornalista Nana Queiroz (Movimento #NãomereçoSerEstuprada); • 01 Representante do Ministério da Justiça; e • 01 Representante da Secretaria de Direitos Humanos. Resultado: Aprovado. **ITEM 9** - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 18, de 2014 - Autoria: Senador Cícero Lucena e outros. *Em aditamento ao Requerimento nº 7/2014-CAS, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, no qual solicita a realização de Audiência Pública "com o objetivo de instruir o PLS 340 de 2012", requeiro que seja convidado para participar dos debates o Presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Sr. Antônio da Oliveira Santos.* Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Jayme Campos, Cyro Miranda, e as Senadoras Ana Rita, Ana Amélia, e o Senador **Waldemir Moka**, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A presente reunião destina-se à apreciação de oito itens, conforme pauta previamente divulgada, sendo três não terminativos e cinco terminativos.

Eu quero informar a V. Exªs que a Comissão de Assuntos Sociais já tem os nomes das pessoas que deverão ser sabatinadas por esta Comissão, pessoas que deverão fazer parte da Anvisa e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

No entendimento da Presidência, aliás, quero submeter essa questão ao Plenário, faremos a leitura do relatório – eu já designei alguns relatores – na quarta-feira, pedimos vista coletiva para que todos os Senadores e Senadoras possam avaliar o relatório, ter as informações que julgarem necessárias, para, na outra semana, chamar àqueles que foram indicados para serem questionados aqui.

Então, eu estou submetendo isto ao Plenário, embora já seja uma norma do Senado. Repito: faz-se a leitura do relatório numa semana e, na semana seguinte, faz-se o questionamento e o submete à apreciação e à votação.

O item 1 da nossa pauta é exatamente a indicação de um desses nomes.

Então, passamos à Mensagem do Senado Federal nº 25, de 2014:

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 25, de 2014
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome da Senhora SIMONE SANCHES FREIRE para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Jayme Campos.
Relatório: A Comissão de Assuntos Sociais dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Eu concedo a palavra ao Senador Jayme Campos para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM - MT) – Sr. Presidente, demais colegas Senadores aqui presentes, por designação do eminente Presidente desta Comissão, o eminente Senador Waldemir Moka, coube-me relatar a indicação da Srª Simone Sanches Freire para exercer, como bem disse aqui o nosso Presidente, o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Submete-se ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) a Mensagem (MSF) nº 25, de 2014 (Mensagem nº 49, de 19 de março de 2014, na origem), de Sua Excelência a Presidente da República, que submete à

apreciação do Senado Federal o nome da Srª Simone Sanches Freire para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), na vaga decorrente da renúncia do Sr. Elano Rodrigues de Figueiredo.

A submissão objeto da MSF nº 25, de 2014, cumpre o que determina o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, que atribui ao Senado Federal competência privativa para aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar. Cumpre, também, o disposto no parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, que cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e dá outras providências. Nos termos desse parágrafo, os diretores da ANS serão cidadãs ou cidadãos brasileiros indicados e nomeados pelo Presidente da República, após aprovação prévia pelo Senado Federal.

A apreciação da mensagem por este Colegiado tem como sustentáculo o art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que atribui competência à CAS para opinar sobre proposições que digam respeito a seguridade social – que na Carta Magna abrange previdência social, saúde e assistência social – e assuntos correlatos.

Acompanham a mensagem os documentos especificados nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso I do art. 383 do RISF, com redação dada pela Resolução nº 41, de 29 de agosto de 2013, do Senado Federal.

A teor do que consta no seu *curriculum vitae*, a Srª Simone Sanches Freire é cidadã brasileira, com graduação em Ciências Jurídicas pela Universidade São Francisco, de São Paulo, concluída em 2000. Em 2004, concluiu pós-graduação em Direito Público – Direito Administrativo, Tributário e Constitucional pela Universidade Estácio de Sá, do Rio de Janeiro. Em 2008, concluiu especialização em Regulação de Saúde Suplementar, pela Fundação Getúlio Vargas, em parceria com o Hospital Sírio Libanês e a ANS.

Na ANS, a Srª Simone Sanches Freire iniciou suas atividades em maio de 2002, inicialmente em contrato temporário de nível superior, lotada na Corregedoria da autarquia. Em agosto de 2005, foi admitida, também na ANS, no cargo efetivo de Analista Administrativo – especialidade Direito, após aprovação, em 3º lugar, em concurso público para provimento de cargo efetivo. Nessa condição, exerceu suas funções na Corregedoria até novembro de 2007. Desde essa época, ocupa o cargo efetivo de Especialista em Regulação de Saúde Suplementar – especialidade Direito, após aprovação, em 1º lugar, no concurso público para o cargo, realizado em 2007.

Na condição de servidora efetiva da ANS, a Srª Simone exerceu as seguintes funções: fiscal, no Núcleo Regional de Atendimento e Fiscalização de São Paulo, de novembro de 2007 a outubro de 2009; Coordenadora, na Coordenadoria de Inquéritos, de outubro de 2009 a junho de 2013; na Gerência de Apoio à Diretoria Colegiada, de junho de 2013 a setembro de 2013. Desde setembro de 2013, é Diretora-Adjunta de Gestão da ANS.

Consta, ainda, no currículo, que a indicada teve atuação como multiplicadora do tema "Ética Pública na ANS" e como Presidente da Comissão de Ética da autarquia. Ademais, de novembro de 2001 a maio de 2002, foi advogada da empresa FARS Informática Comércio e Comunicação Ltda.; ocupou cargo comissionado no Fórum da Comarca de Barueri (SP), de abril de 1996 a novembro de 2001; trabalhou como auxiliar de escrevente no 1º Cartório de Registro de Imóveis e Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Barueri (SP), de setembro de 1993 a março de 1995; e foi vendedora de O Boticário, de fevereiro a agosto de 1993.

O currículo relaciona, ainda, atividades de capacitação técnica em várias áreas, especialmente em Ética Pública e Direito Administrativo.

No final da argumentação escrita que acompanha a Mensagem – em cumprimento à redação vigente da alínea "c", do inciso I, do art. 383 do RISF –, a indicada ressalta a sua atuação na promoção da ética na ANS, desde o seu treinamento como multiplicadora de ética pública pela Escola Nacional de Administração Pública (ENPA) em 2002. Informa, também, que foi a responsável direta pela elaboração e edição do Código de Ética da ANS.

Nos demais documentos anexados à MSF nº 25, de 2014, a Sr.ª Simone Sanches Freire declara: (1) ser possuidora de 1% das quotas da empresa FARS Informática Comércio e Comunicação Ltda., onde não exerce nem exerceu atividade de gerência ou administração; (2) não ter parentes que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional; (3) não possuir ações judiciais em que figure como autora ou ré; (4) não ter atuado em juízos ou tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais e não ter ocupado cargo de diretora em agência reguladora; e (5) não possuir débitos com as Fazendas municipal, estadual e federal, conforme certidões anexadas.

Em face do histórico pessoal e profissional apresentado e aqui resumido, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação da Srª Simone Sanches Freire para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), na vaga decorrente da renúncia do Sr. Elano Rodrigues de Figueiredo.

Esse é o meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Quero novamente informar que foi feita apenas a leitura do relatório pelo Senador Jayme Campos. Portanto, V. Exªs terão tempo, de hoje até a próxima quarta-feira, para tomarem ciência do relatório. A Presidência pretende, na próxima quarta-feira, aí, sim, convidar a Srª Simone Sanches para que venha a esta Comissão para ser sabatinada, questionada, para então,

depois dos questionamentos, procedermos à votação para a indicação do nome da Srª Simone para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Essa é a nova forma do procedimento. Repito: lembro que essa será a nova prática doravante adotada, não só na Comissão de Assuntos Sociais, mas em todas as Comissões em que houver sabatina. Até porque, e é importante lembrar, nós tivemos, há pouco tempo, um nome que fora apreciado e que depois suscitou questionamentos. Então, para que isso não aconteça, nós estamos dando o prazo de uma semana para que todos os Senadores e Senadoras, não só desta Comissão, mas outros Parlamentares, já que esse relatório será publicado, tomem conhecimento, especialmente àqueles que questionaram essa sabatina possam ter acesso a esse relatório, para que a gente possa votar.

Portanto, eu quero dar a maior transparência possível, o maior número de informações e dizer que aqui, nesta Comissão, vamos proceder rigorosamente a essa análise, não só do currículo, como também dos questionamentos.

Nos termos do art. 383, inciso III, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, esta Presidência concede, automaticamente, vista coletiva aos membros desta Comissão.

A matéria retorna à pauta na próxima quarta-feira, dia 16 de abril, para arguição e posterior votação, em escrutínio secreto (art. 383, inciso VI, do Regimento Interno) da indicação do nome da Srª Simone Sanches Freire para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Próximo item da pauta:

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 300, de 2005
- Não terminativo -

Acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, determinando que a taxa de juros cobrada sobre empréstimos consignados em folha não excedam em 05 pontos percentuais ao ano a taxa básica da economia (taxa Selic).
Autoria: Paulo Paim
Relatoria: Cyro Miranda

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 276, de 2007
- Não terminativo -

Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para permitir ao titular de benefício do Instituto Nacional do Seguro Social solicitar o bloqueio de seu registro, para impedir descontos decorrentes de operação de crédito consignado.
Autoria: Valdir Raupp
Relatoria: Cyro Miranda

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 345, de 2007
- Não terminativo -

Altera dispositivos da Lei nº 10.820, de 2003, e da Lei nº 8.213, de 1991, para limitar em vinte por cento, da remuneração ou do benefício disponível, o desconto de pagamento de valores referentes a empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil a idosos que percebam até três salários mínimos, e dá outras providências.
Autoria: Paulo Paim
Relatoria: Cyro Miranda

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 565, de 2007
- Não terminativo -

Acrescenta o §7º ao art. 6º da Lei nº 10.820 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a vedação de diferenciação nas condições de empréstimo consignado ao aposentado, pensionista e trabalhadores da ativa.
Autoria: Paulo Paim
Relatoria: Cyro Miranda

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2007
- Não terminativo -

Acrescenta artigo à Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que "dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências".
Autoria: Pedro Simon
Relatoria: Cyro Miranda
Relatório: Pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº(s) 300, de 2005, e 276, 345, 565 e 641, todos de 2007, que tramitam em conjunto.
Observações:
– A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em Decisão Terminativa;
– Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda para proferir seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, como sou autor não só desse mas de diversos projetos apensados, e também o é o Senador Pedro Simon, quero dizer que eu estive conversando com o Senador Cyro agora, porque, quando eu apresentei esse projeto, qual era o objetivo? Muitos bancos, no consignado, davam 3%, outros davam 5%, outros davam 1%, outros davam 8%, outros davam 9% de cobrança. Então, eu queria estabelecer que no, máximo, poderia ser 5% ao ano.

No entanto, o Senador Cyro me fez uma série de argumentações, que eu entendo procederem, no sentido de que temos que ter o cuidado de não engessar todo o sistema. Então, após entendimento sobre os diversos projetos, pedimos a retirada de pauta para conversarmos um pouco mais. Se não chegarmos a um entendimento, poderá o relatório dar pela prejudicialidade, porque existem diversas leis que já tratam do tema.

Enfim, esse foi o nosso entendimento.

O.k., Senador?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Perfeito.

Este é o mal de quando se demora muito a tramitação de projetos nesta Casa. Vejam: o Senador Paulo Paim, em 2007, deu entrada nesse PLS. É evidente que com o passar do tempo foram acontecendo muitas coisas nesse mercado. Então, realmente, como está engessaríamos o sistema financeiro. Inclusive poderia até haver aproveitadores, mas, hoje, uma taxa de 5% é inviável.

Então, concordo plenamente com o Senador Paulo Paim em ver se nós conseguimos uma forma de reformular, a fim de não dar nem pela rejeição nem pela prejudicialidade, mas, sim, acharmos uma saída. Portanto, concordo com a retirada de pauta desse projeto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Na qualidade de Relator, o Senador Paulo Paim sabe e o Plenário também... Então, a Presidência retira de pauta, na verdade, por entendimento entre relator e autor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu quero também aproveitar para informar que a Presidência recebeu, por escrito, pedidos para retirarem de pauta os itens 2, 4 e 5, a pedido dos relatores, para reexame.

(São os seguintes os itens retirados:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2012
- Não Terminativo -

Concede incentivo tributário a pessoas jurídicas que auxiliem na capacitação profissional de jovens em abrigos ou casas de reabilitação.
Autoria: Senador Gim
Relatoria: Senador Benedito de Lira

ITEM 4

TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, de 2009
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para definir procedimentos a serem adotados na apuração de responsabilidades e estabelecer sanções a serem aplicadas aos agentes públicos responsáveis pelo descumprimento injustificado de obrigações assumidas no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Autoria: Senador Augusto Botelho

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, de 2011
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para modificar o art. 36, que institui regras sobre a elaboração dos planos de saúde, e para inserir dispositivos que regulam a responsabilidade sanitária dos gestores no âmbito do Sistema Único de Saúde.
Autoria: Senador Humberto Costa
Relatoria: Senador Wellington Dias

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 355, de 2013
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para determinar que o paciente inscrito há longo tempo na lista única de espera e receba atenção prioritária e seja objeto de critérios diferenciados de alocação e distribuição e para responsabilizar o Ministério da Saúde pela segurança e confiabilidade da lista única nacional.
Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senador Humberto Costa.)

Na verdade, aí cabe uma explicação. Não é só de agora, mas desde a época do Senador Jayme Campos que esta Comissão tem uma eficiência em função da presença... É muito raro na quarta-feira a gente não votar os projetos ou que não dar quórum. Em função disso, os projetos não se acumulam na Comissão. À medida que vão chegando os pareceres, a Presidência vai pautando. Assim, muitas vezes eu pauto em uma semana, mas recebo um requerimento do Relator porque o próprio autor pediu, enfim, como é regimental, embora eu tenha pautado, mas posteriormente, com esse requerimento, eu faço de ofício a retirada de pauta.

Item 3 da pauta:

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, de 2013
- Terminativo -

Acrescenta §§5º e 6º ao art. 55 e acrescenta §9º ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências", para dispor sobre a contagem do período de defeso no âmbito da pesca como tempo de contribuição e aposentadoria especial dos pescadores.
Autoria: Senador Paulo Paim

TRAMITA EM CONJUNTO
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, de 2013
- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Acrescenta §§5º e 6º ao art. 55 e § 9º ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contagem do período de defeso no âmbito da pesca como tempo de contribuição e definir regras para a concessão de aposentadoria especial para os pescadores e trabalhadores em atividades afins; e acrescenta o art. 4º-A e o inciso XVIII ao art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para instituir o salário-ambiental durante o período de defeso.*
Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim
Relatoria do Projeto: Senador Benedito de Lira
Observações:
– Em 02.04.2014, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em Turno Único, a Emenda nº 2-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2013; e rejeitou o Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2013, que tramita em conjunto.

– Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não foram oferecidas emendas na discussão suplementar.

O substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2013, é dado como definitivamente adotado – é dado como adotado – sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado.

Este turno suplementar é exatamente para que se alguém quisesse fazer alguma emenda ainda seria permitido nesse período. Mas depois de encerrada a discussão, ele é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será, portanto, comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, só uma frase...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu queria agradecer a todos os Senadores e Senadoras pelo entendimento aqui construído.

Os pescadores do Brasil – nós temos um potencial enorme na nossa costa, e o brasileiro come peixe cada vez mais, que bom isso – agradecem, porque isso vai permitir que eles, na época do defeso, tenham um tipo de seguro-desemprego e, ao mesmo tempo, isso conta para efeito de aposentadoria, da forma como foi redigido, claro, porque principalmente em alto-mar é um serviço periculoso, penoso e insalubre, eles teriam direito à especial.

Era isso.

Eu agradeço a todos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela ordem, o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM - MT) – Ouvi o Senador Cyro Miranda e só quero tirar uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sim.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM - MT) – Este é o item 3.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sim.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM - MT) – Projeto do Senador Benedito de Lira, de autoria do Senador Paulo Paim, melhor dizendo... Esse aqui é turno suplementar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Turno suplementar.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM - MT) – Porque na medida em que ele falava terminativo, todavia, aqui na frente, é turno suplementar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Na verdade, nós já tínhamos feito a votação como terminativo, com quórum qualificado. E aí ficou só o turno suplementar. Penso que a explicação que eu dei talvez não tenha sido suficiente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM - MT) – Perfeito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está correta.

Eu quero apenas cumprimentar o Relator Benedito de Lira, que fez um brilhante substitutivo. Só isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Enquanto temos tempo, quero colocar aqui dois requerimentos extrapauta que são importantes.

EXTRAPAUTA
ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 17, de 2014

Requeiro, em aditamento ao RAS 14/2014, que a realização de Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Assuntos Sociais com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a finalidade de debater o resultado da pesquisa SIPS/IPEA (Sistema de Indicadores de Percepção Social) intitulada Estupro no Brasil uma radiografia segundo os dados da saúde (versão preliminar), coordenada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, tenha a presença dos seguintes convidados: Sr. Marcelo Cortês Neri – Presidente do IPEA; representante do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA; representante

da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM; Jornalista Nana Queiroz (Movimento Não mereço Ser Estuprada); representante do Ministério da Justiça; e representante da Secretaria de Direitos Humanos.
Autoria: Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Rita.

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita, para encaminhar o requerimento.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Sr. Presidente. Na verdade, esse requerimento é um aditamento ao requerimento que já foi aprovado nesta Comissão na semana passada, mas considerando o número excessivo de representantes nessa Mesa, fizemos uma recomposição da Mesa para que pudéssemos hoje apresentar essa nova proposta.

A audiência pública é importante para debatermos o resultado da pesquisa. Embora o Ipea tenha feito uma correção no percentual de mulheres que andam com roupas curtas merecem ser estupradas, de qualquer modo o percentual ainda é muito alto, em torno de 26% das pessoas que responderam à pesquisa acham que a mulher merece ser estuprada se ela anda com uma roupa não muito adequada. É um dado que nos preocupa bastante.

Então, fazer esse debate, Sr. Presidente, é muito importante até para compreendermos a razão dessa opinião das pessoas.

Por isso, estamos reapresentando a listagem dos nossos convidados e esperamos que esta Comissão possa aprová-la.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Continua em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Para discutir, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, concordo plenamente com a Senadora Ana Rita. Quase 30%, é gravíssimo o percentual, embora o diretor do Ipea, que deu o dado incorreto, acabou caindo, tendo que sair daquele setor. Enfim, não atua mais nessa área, porque ele inverteu, falou que mais de 70% eram...

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Na verdade, 65%.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Que 65% eram favoráveis a essa violência absurda. Mas, assim mesmo, concordo que se mantenha a audiência, porque o índice ainda é altíssimo, dizer que 25% ainda entendem que o estupro é possível e defendem que ele aconteça. Isso é inadmissível.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Em discussão. *(Pausa.)*

Queria dizer que acho também oportuno discutirmos o formato dessa pesquisa. Há uma crítica muito grande na formulação das perguntas – até vou participar – porque, muitas vezes, as pessoas acabam respondendo em função de não terem alternativa. Vamos deixar esse debate... Mas entendo que essa pesquisa é muito polêmica, desde a forma como foi feita, foi colocada, até o resultado, e aí a inversão do resultado é um absurdo mesmo.

Mas eu concordo com V. Exª, acho que nada justifica isso. Isso é um absurdo do ponto de vista da convivência, da civilidade. Eu achei isso um absurdo. Esse é um tema muito importante para esta Comissão debater junto com a Comissão de Direitos Humanos, que V. Exª preside, e preside muito bem, possamos fazer o debate no dia 15, próxima terça-feira, na Comissão de Direitos Humanos, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais.

Concedo a palavra a V. Exª.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Sr. Presidente.

Só quero ressaltar que a iniciativa dessa audiência pública também é da Senadora Vanessa Grazziotin, que, como Procuradora desta Casa, também tem se dedicado a fazer esse debate.

Vejo que a Comissão de Direitos Humanos é o espaço adequado para aprofundarmos a opinião das pessoas. Nós não queremos, aqui, nessa audiência pública, colocar em xeque o papel do Ipea, que presta um belíssimo trabalho para todos nós, para a sociedade brasileira. O que nos preocupa é realmente a opinião das pessoas, queremos entender isso. Por isso, com a Senadora Vanessa, nós vamos fazer, depois, outra audiência pública conjunta da CAS e da Comissão de Direitos Humanos, trazendo profissionais da área de psicologia, inclusive do Conselho Nacional de Psicologia, para que nós possamos entender o comportamento humano. Acho que nós vivemos um momento em que precisamos compreender isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu acho que seria muito importante a participação de um sociólogo nesse debate. Só a título de sugestão.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – É uma sugestão boa. Nós também pensamos nisso, em ter alguém da área de psicologia, da área de sociologia, de antropologia, para que a gente possa, de fato,

entender melhor o comportamento das pessoas e o olhar que as pessoas têm sobre a convivência humana. Então, eu acho que esse debate vai ser importante nesse aspecto.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu quero registrar que, quando a Senadora Vanessa Grazziotin trouxe esse requerimento, eu disse que ela seria a Presidente da Comissão de Assuntos Sociais na terça-feira, até como uma forma de a gente mostrar a importância do tema. Mas é claro que eu estarei presente e tenho certeza de que os membros desta Comissão estarão lá para fazer esse debate.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela ordem, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Eu queria, Presidente Moka, apenas cumprimentar as Senadoras Ana Rita e Vanessa Grazziotin pela iniciativa, o que já tinha feito na nossa reunião anterior, e pelo ajuste da pauta dos convidados. É claro que, independentemente do equívoco ocorrido num órgão oficial de pesquisa e estatística, no caso o Ipea, o tema realmente é extremamente atual e que não é de nenhuma forma justificável imaginar que a mulher provoca esse tipo de violência. E há, cada vez mais – a Senadora Ana Rita liderou a CPMI da Violência contra a Mulher – violência e, de fato, foram constatadas coisas escabrosas, eu diria, em relação a isso. Temos que debater para tentar sensibilizar e conscientizar a sociedade brasileira, ainda muito machista, lamentavelmente, quanto a esse risco, porque o problema maior é que a violência contra a mulher ocorre dentro de casa, ou seja, no ambiente familiar. É inadmissível imaginar que tenha que haver um policial em cada casa brasileira, em cada lar brasileiro.

Então, a gente tem que usar uma figura para chamar a atenção para a gravidade do problema.

Meus cumprimentos a S. Exªs.

Em segundo lugar, Presidente, hoje, pela manhã, o noticiário do Bom Dia Brasil me chamou a atenção para a importância do debate sobre a questão da obesidade que teremos neta Comissão amanhã.

Muitos motoristas brasileiros não estão recebendo a habilitação ou a estão recebendo com uma validade limitada de apenas dois anos por conta da obesidade. A explicação dos médicos é que há, digamos, o problema de a pessoa obesa sentir sono, apneia do sono, durante a condução do veículo. Esse é um problema grave. Vejam só a consequência que tem a obesidade. Não é só o problema do lugar no avião, dos direitos da pessoa, mas hoje é uma questão de saúde pública. As crianças estão ficando mais obesas, e não é só por uma alimentação equivocada, mas também por falta de atividade física. Agora, na Inglaterra, estão limitando o uso de *tablets* pelas crianças a 15 minutos apenas para que não se comprometa o seu desenvolvimento motor, o espaço do lúdico, da brincadeira, do sair correndo, da boneca e da prática de esportes também.

A sociedade moderna está sendo levada a uma inatividade, a uma ociosidade, a uma vida sedentária desde criança, o que tem provocado obesidade, especialmente em crianças e adolescentes, parte por conta de uma alimentação equivocada, como o consumo do chamado *fast food*, parte pela falta de hábitos da prática de exercício físicos.

Hoje, inclusive, vi a notícia de que pessoas não estão recebendo nem a habilitação por conta de obesidade.

Então, muito obrigado, Sr. Presidente, por ter agendado para amanhã o debate sobre esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – A audiência pública está marcada para amanhã, às 10h30min.

Eu acho que o tema é realmente muito importante.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Sr. Presidente, pela ordem, ainda sobre o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pois não, Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Sr. Presidente, eu queria parabenizar a Senadora Ana Amélia para iniciativa do requerimento. Inclusive, gostaria de ressaltar, a propósito, que apresentei a esta Comissão três sugestões de acompanhamento de políticas públicas, uma delas exatamente sobre obesidade. Penso que é um tema para ser discutido realmente de uma maneira mais aprofundada.

Estão tramitando nesta Casa vários projetos, alguns deles até exagerados, sobre o tema. Contudo, penso que não se vai resolver o problema da obesidade por meio de leis. Você não resolve o problema da obesidade com leis, dizendo "é proibido ser obeso". Isso não vai dar certo!

Então, para mim, essa discussão é da maior importância para que encontremos uma linha de como fazer um processo de educação. Este é o meu pensamento.

Parabéns, Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Encerrada a discussão do requerimento, coloco-o em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela ordem, com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM - MT) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar a Senadora Ana Amélia pela iniciativa de fazermos realizar uma audiência pública nesta Comissão em relação ao tema obesidade.

Eu tenho um projeto, Senadora Ana Amélia, que está tramitando na Casa – já foi, inclusive, aprovado em algumas comissões –, correlato com o objetivo dessa audiência pública, na medida em que nós queremos que todos os refrigerantes ou qualquer outro produto açucarado evidencie, no seu rótulo, o teor de calorias que contêm.

A iniciativa da senhora é importante, sobretudo quando virmos os dados, hoje, sobre a obesidade no Brasil. São alarmantes! Eu imagino que a próxima doença, no Brasil, daqui a dez anos, será a obesidade. Nos Estados Unidos, já há uma grande preocupação das autoridades de saúde quanto à obesidade. E, aqui, no Brasil, as coisas estão se encaminhando na mesma direção.

Nesse caso, ressalto que o projeto de minha autoria também tem a finalidade de contribuir para reduzir ou extirpar de vez o avanço significativo da obesidade. Então, todas as vezes que se propõe o debate sobre um tema como este aqui, sobretudo com a realização de uma audiência pública, eu apoio, porque entendo que é uma medida proveitosa e importantíssima.

Como eu disse, conversando com alguns profissionais da saúde, já se sabe que essa será a doença do século, tendo em vista os números, Senador Moka, que estão avançando em uma progressão alarmante – da ordem de 6% a 8% ao ano. E a tendência, se não tomarmos algumas providências é de crescimento. Com isso, certamente, nós teremos uma população obesa, hipertensa e com outras doenças que são originárias da própria obesidade.

Dessa maneira, quero cumprimentá-la. Espero que seja um debate amplo, do qual eu quero participar aqui na Comissão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Muito obrigada, Presidente.

Aduzindo, Senador, eu queria registrar, exatamente, que a obesidade tem como sequelas as doenças cardiovasculares.

Eu me lembro de que discutimos aqui, no começo do mandato, a questão da sibutramina, cujo uso os próprios cardiologistas defendiam, pedindo que a Anvisa a autorizasse em função de ser fundamental, uma vez que os riscos de doenças cardíacas para o obeso é enorme, além de outros problemas decorrentes da obesidade, como o diabetes. Sim; a obesidade é uma das causas dessa doença.

Então, tudo indica uma prevenção precoce da obesidade, inclusive para ajudar as nossas crianças e os nossos adultos a terem uma consciência sobre a importância da prática de exercícios físicos. Isso também para os adultos. Então, é uma cadeia vinculada à questão da obesidade. Claro, uma doença que pode estar refletindo a melhor condição de vida das pessoas, comprando mais, consumindo mais, mas tem que fazê-lo adequadamente, para preservar a sua saúde.

Então, agradeço ao Senador Jayme e ao Senador Cyro Miranda também. Acho que iniciativas como a deste projeto que ele fala são todas relevantes também. Então, a Comissão amanhã vai ter um grande desafio pela frente. Mas, como o nosso Presidente é muito protagonista nisso, vai sair, eu não tenho dúvida, uma solução para esse problema nacional.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Apenas um comentário.

Eu acho que a questão da obesidade passa por uma reeducação alimentar. Temos uma geração de ansiosos, muita ansiedade. Há pessoas cujo grande problema é a ansiedade. Mas há doenças também; são síndromes mesmo. E aí, não tem jeito, porque aí é uma doença difícil. A obesidade é consequência de má alimentação, de falta de exercício, mas há realmente algumas síndromes, as pessoas são obesas por todo um distúrbio. Enfim, eu acho que nós vamos ter oportunidade de discutir amanhã essa questão.

Eu penso sinceramente que as crianças, sobretudo no início, as células vão criando memória, os chamados adipócitos. E aí as pessoas, as crianças que... E existe mãe que, para aquele pequeninho, magrinho, dá-lhe comida, dá-lhe comida. Tudo isso tem uma implicação mais tarde. Então, é só para a gente mostrar a importância dessa discussão. Amanhã será um dia importante para a gente discutir todas as causas e as consequências da obesidade.

Pois não, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, só concordando integralmente com V. Exª em relação às crianças – eu aprovei em todas as comissões –, mas há forças ocultas que gostam da obesidade e para ele trabalham, que são os setores da indústria. Isso tem que ser analisado com profundidade.

Eu aprovei um projeto dizendo que, nas cantinas escolares, não se poderia vender nenhum produto que venha a contribuir efetivamente para a obesidade. E trancaram o projeto. Ia para Câmara, mas entraram com aqueles recursos sem-vergonha, digo sem-vergonha porque olhem a gravidade do fato! Já existe lei em diversos Estados e inclusive aqui no DF que nas cantinas não se poderia vender produtos... Na linha do seu projeto também, só que o nosso era global, total. Haveria uma fiscalização nas cantinas com a participação inclusive de profissionais especializados para a alimentação decente para as crianças. O projeto está trancado.

Então, há setores da indústria que vivem da obesidade tanto aqui como nos Estados Unidos, onde é uma epidemia. O seu projeto vai ter problema também, pode saber.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já teve. Então, nós temos que estar preparados para esse bom debate.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu inclusive recebi – quero informar – a visita do criador da Mônica,...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Maurício de Sousa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – ...Maurício de Sousa e de sua filha, a inspiradora da Mônica. Ele me dizia que há um projeto que radicaliza: não pode haver nenhum projeto específico ou propaganda que se dirija ao público infantil. Ele tem uma visão, com a qual eu concordo, que a Mônica, por exemplo, poderia ser usada para mensagens positivas. Eu acho que é possível isto: colocar nessas embalagens coisas importantes. É importante que se estabeleça também com a criança uma mensagem positiva a partir exatamente da educação alimentar. Eu acho que isso tudo... Foi uma visita muito amável! Ele tem uma consciência muito elevada. Imaginem! Uma pessoa que dedicou a vida dele inteira às crianças não pode ter nenhum sentimento que não seja positivo em relação às crianças. Então, eu acho que a preocupação dele é válida. Pediu para a gente... E uma das questões que nós podemos aqui também depois discutir é essa questão desses projetos. Eu acho que nós temos que direcionar. A campanha tem que ser educativa. Campanhas para evitar exatamente esses males.

O outro requerimento aqui é do Senador Paulo Paim em aditamento ao Requerimento nº 7, de 2014, da CAE, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 18 DE 2014

Em aditamento ao Requerimento nº 7/2014-CAS, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, no qual solicita a realização de Audiência Pública "com o objetivo de instruir o PLS 340 de 2012", requeiro que seja convidado para participar dos debates o Presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Sr. Antônio da Oliveira Santos

Autoria: Cícero Lucena e Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para que justifique esse requerimento

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, tanto esse quanto o outro requerimento, que deve estar também na mesa e se refere à Anamatra, visam ampliar o leque do debate, permitindo maior participação, no caso da Anamatra, que é a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, e também o representante da CNC (Confederação Nacional do Comércio), que tem nos ajudado muito, em alguns projetos de cujo entendimento V. Exª participou, como, por exemplo, o reconhecimento final da profissão de comerciário. Então, ambos os requerimentos vão no mesmo sentido.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Acho que há outro requerimento no mesmo sentido.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não há aqui na mesa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já foi votado? Então, melhor.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Os outros projetos que tenho aqui são terminativos, e não temos quórum para essa deliberação.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Pela ordem. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pois não, Senadora.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Aproveitando, então, que esta reunião está se encerrando, quero convidar os nossos Senadores que compõem a Comissão de Direitos Humanos para a reunião que teremos às 11h30. Precisamos também garantir quórum lá.

Sabemos que o debate na CCJ, com certeza, vai estender-se bastante, mas vamos nos esforçar para garantir um quórum qualificado na Comissão de Direitos Humanos para que possamos votar os projetos terminativos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Penso que hoje é um dia em que a CCJ vai acabar monopolizando o quórum porque o assunto, a CPI da Petrobras, está em pauta. Eu quis votar os projetos que poderíamos votar também para liberar os membros da Comissão de Assuntos Sociais e da CCJ.

Reforço o convite da Senadora Ana Rita para logo mais, às 11h30, estar na Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, aproveitando essa boa vontade, na linha da Senadora Ana Rita, registro que a Comissão de Assuntos Econômicos e a CCJ, hoje à tarde, poderão votar a renegociação da dívida dos Estados, um sonho antigo da maioria dos Estados brasileiros. Então, todos os Srs. Senadores, se puderem nos ajudar nessa votação, será hoje às 16h na CAE.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Estarei lá presente porque é um assunto importante a renegociação da dívida dos Estados.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 9 horas e 47 minutos.)

ATA DA 13ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2014, QUINTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos, do dia dez de abril de dois mil e quatorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, Paulo Davim, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Suplicy, Wellington Dias e Cyro Miranda, e das Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se ao início da Audiência Pública destinada a discutir políticas públicas de combate à obesidade, em atendimento ao Requerimento nº 70, de 2012-CAS, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, com a presença dos seguintes oradores: **SILVIA COZZOLINO,** Presidente do Conselho Regional de Nutricionistas da 3ª Região – CRN3; **PATRICIA CONSTANTE JAIME,** Coordenadora Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde – CGAN/MS; **ROGÉRIO TOLEDO JÚNIOR,** Coordenador da Comissão de Prevenção e Combate à Obesidade da Associação Médica Brasileira – AMB. Justificou ausência **MAURO FISBERG,** Coordenador Clínico do Centro de Atendimento e Apoio ao Adolescente do Departamento de Pediatria da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. Usam da palavra a Senadora Ana Amélia e os Senadores Cyro Miranda e **Waldemir Moka**, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Declaro aberta a 13ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

A ata é considerada aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 70, de 2012, da Comissão de Assuntos Sociais, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de discutir políticas públicas de combate à obesidade.

Comunico aos senhores oradores que esta Presidência concederá a palavra por dez minutos, porque nós, aqui, priorizamos o debate logo após a exposição.

Convido para compor a Mesa os ilustres oradores: Silvia Cozzolino, Presidente do Conselho Regional de Nutricionistas da 3ª Região, CRN-3.

Seja bem-vinda, Drª Silvia, muito obrigado pela presença.

Convido a Srª Patrícia Constante Jaime, Coordenadora-Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde.

Seja bem-vinda, Patrícia, muito obrigado pela presença.

E convido o Dr. Rogério Toledo Junior, Coordenador da Comissão de Prevenção e Combate à Obesidade da Associação Médica Brasileira.

Seja bem-vindo, Dr. Rogério, obrigado pela presença.

Senadora Ana Amélia, o Dr. Mauro Fisberg, Coordenador Clínico do Centro de Atendimento e Apoio ao Adolescente do Departamento de Pediatria da Universidade Federal de São Paulo não pôde estar presente, mas justificou a sua ausência, o que a Presidência registra.

São os quatro expositores que a proponente, Senadora Ana Amélia, pediu que esta Comissão convidasse.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, que é a propositora desta audiência pública.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente Waldemir Moka, cara Drª Patrícia, Drª Silvia, Dr. Rogério, obrigada por terem aceitado o convite para estar conosco aqui.

As iniciativas de audiências públicas têm o objetivo de, primeiro, esclarecer a população, prestar um auxílio dos especialistas aos generalistas, que somos nós, à exceção do Senador Moka, que é médico, portanto, diferentemente de mim, tem uma *expertise* na questão de saúde.

Temos visto que o Brasil está caminhando, lamentavelmente, para também ter a obesidade como uma epidemia.

A sociedade moderna tem um pouco de responsabilidade, eu digo mais em relação ao jovem, à criança e ao adolescente, porque, digamos, é muito mais prazeroso comer "porcarias", a exemplo dos saquinhos de tudo que é coisa, que a gente vê as pessoas comendo – muita gordura saturada, muito colesterol, muito sódio –, além de muito *fast food*, muito sanduíche, pouca verdura, pouco exercício, e todos, digamos, os equívocos da nutrição. Não que um sanduíche, um bom sanduíche de *fast food* no final de semana é um prazer que todos podemos ter, mas no dia a dia... Exatamente aí que está a virtude: no meio.

Recentemente, uma pequisa feita por um instituto sobre obesidade mostrou que 66% do universo que se interessa pelo tema são mulheres, 66%, e 33% apenas, homens. Então, eu cheguei à conclusão que a mulher, primeiro, pela preocupação com a saúde, também com os aspetos estéticos, esse tema, vale registro. E me surpreendeu, Senador Moka, que a mesma pesquisa mostrava, no item amamentação, que 49% de homens tinham interesse e 51% de mulheres. Isso me surpreendeu.

Aí, fui fazer referência a esse tema, e estava uma jovem mãe, recém-mãe, primeiro filho, jovem, vinte e poucos anos. E eu fiz esse comentário, e ela disse: "Senadora..." Eu disse que não entendi por que o homem tão envolvido em uma matéria desta: amamentação – aliás, esse é o melhor alimento para a criança, que é o leite materno. E aí a jovem mãe disse: "Senadora, eu acho que tenho a justificativa, porque eu, quando tive meu bebê, tive dificuldade na amamentação, de dar o leite para a criança, não saía leite, era difícil. E eu pedi ao meu marido: pelo amor de Deus, vá à internet, vá atrás de saber o que é possível para resolver o meu problema". E a justificativa é absolutamente razoável. Hoje, os casais jovens estão todos lincados, conectados com as redes sociais, com a internet, com o Google, com todas essas coisas. É claro que o Google tem muita coisa boa, mas também temos que separar o joio do trigo. Então lá havia desde recomendar tomar caldo de cana para aumentar o leite – vejam só – a outros procedimentos que vinham, é claro, talvez de lições da vovó, que no passado eram válidas, mas hoje a ciência tem outros tratamentos médicos também.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Em Bela Vista, eles receitam canjica.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – A canjica, lá em Lagoa Vermelha também, Senador, com leite e com açúcar. E açúcar mascavo ainda. Não sei qual é... É menos, pelo menos, que o açúcar industrializado. Exatamente, foi bem lembrado, porque lá continua essa questão da canjica.

Então, eu queria apenas dar esta introdução para ponderar sobre a relevância desta matéria em relação aos aspectos relacionados à obesidade em nosso País.

Eu gostaria de agradecer a todos – à Drª Patricia, à Drª Silvia e ao Dr. Rogério – por terem comparecido à nossa audiência. E entendo também as razões do Dr. Mauro, que estava convidado, mas que, por razões alheias à vontade dele, certamente, não pôde comparecer.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Rapidamente, vou conceder a palavra na mesma sequência que compus a Mesa. E aí, na réplica, inverto a chamada. Então, quem falar primeiro, na réplica, falará por último.

Quero registrar entre nós a presença do Senador de Goiás, Senador Cyro Miranda, que nos acompanha também nesta audiência.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu só queria pedir licença por 3 minutos, porque eu tenho que ir à comissão para votar. Temos uma votação de embaixadores. Mas já pode começar, pois tenho duas assessoras aqui que anotam, e eu volto em seguida.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Quero também dizer, Senadora, que aqui na Comissão começou uma campanha, pois, já me deram três copos d'água e um café amargo hoje. Acho que é influência de V. Exª na Comissão já!

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Assim que a Senadora voltar, vou também votar e volto. (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Vocês vão falar daqui da Mesa.

Quero, então, informar que, por 10 minutos será a exposição. Ali há um relógio digital – eu sempre falo isso – que marca os 10 minutos. No nono minuto, tocará uma campainha, não sou eu quem a toco. Sempre deixo claro, porque as pessoas aqui já olham achando que estou... É que, depois de tocar, vocês têm ainda 1 minuto – é claro que não é tão rigoroso assim –, vocês terão 1 minuto, 1 minuto e meio para concluir o raciocínio.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Aí, depois, o Presidente toca a campainha. Depois, é por conta dele.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Se não respeitarem isso, aí serei obrigado a acionar a campainha.

Quero conceder a palavra, então, à Drª Silvia Cozzolino, Presidente do Conselho Regional de Nutricionistas da 3ª Região.

A SRª SILVIA COZZOLINO – Inicialmente, eu gostaria de agradecer o convite e dizer que é um prazer estar aqui representando o Conselho Regional de Nutricionistas da 3º Região, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Eu vou falar rapidamente, porque ao chegarem meus dez minutos, eu vou parar, mesmo que eu esteja na metade do tema, porque eu também, tenho alguma coisa para falar sobre micronutrientes, mas, se der, depois eu volto a falar.

Então, eu vou falar um pouquinho sobre a introdução à obesidade e algumas sugestões de políticas públicas.

Lembrar que a obesidade é o primeiro passo para as doenças crônicas não comunicáveis. Essas doenças são caracterizadas por terem uma etiologia incerta, múltiplos fatores de risco, longos períodos de latência, curso prolongado, origem não infecciosa e estão associadas a deficiências e incapacidades funcionais.

Quais seriam elas? A obesidade, diabetes, câncer, doenças cerebrovasculares e hipertensão arterial.

Quais são os fatores mais ligados aos fatores de risco? Seriam: dieta, sedentarismo, altos níveis de colesterol, tabagismo, etilismo, e sem dúvida também os fatores genéticos.

A obesidade é a principal causa das doenças cardiovasculares. E as doenças cardiovasculares são a principal causa de mortalidade no mundo. Estima-se que, em 2030, a doença cardiovascular seja responsável por 23,4 milhões de óbitos por ano, principalmente infarto de miocárdio, acidente vascular cerebral. E no Brasil é responsável por 30% dos óbitos.

Hoje, a obesidade é considerada uma doença de causas multifatoriais, ligadas a fatores genéticos, ambientais, socioeconômicos, psicológicos. E mais recentemente tem-se observado que a composição da nossa microbiota pode também ter efeito em relação à obesidade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – O que é microbiota?

A SRª SILVIA COZZOLINO – É a população microbiana do nosso intestino. É a composição de micro-organismos do nosso intestino, que são responsáveis por processos inflamatórios, por várias ações e nutrição.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Obrigada.

A SRª SILVIA COZZOLINO – Bom, a obesidade é considerada um desbalanço entre gestão de alimentos que vão proporcionar energia e o gasto energético.

É importante salientar que, se uma dieta é muito restrita em energia, você não vai conseguir adquirir os micronutrientes de que o organismo necessita, principalmente minerais, vitaminas, compostos bioativos.

E as políticas públicas para combater a obesidade deverão proporcionar ações contra o sedentarismo.

Lembrar que dietas com menos de 1.200 calorias não fornecem os micronutrientes necessários.

Pesquisas recentes também têm mostrado que, se nós tivermos inadequada ingestão de micronutrientes, minerais, vitaminas, esses compostos bioativos encontrados em plantas, em frutas e verduras, nós não vamos ter os micronutrientes necessários, e isso pode levar tanto ao desenvolvimento das doenças crônicas não comunicáveis ou também chamadas doenças crônicas não transmissíveis, mas também à progressão dessas doenças.

Então, lembrar que uma alimentação saudável favorece o crescimento adequado, mantém o organismo saudável e pode diminuir o risco para doenças crônicas não comunicáveis.

É importante frisar bem que é diminuir o risco, porque, se uma pessoa tiver algum fator genético que leve à doença, pode até retardar, mas nós não podemos dizer que previne. Então, ela reduz o risco.

E lembrar que a segurança alimentar e nutricional significa, e isso é muito importante, levar acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente para uma nutrição adequada e de forma permanente, e que informações básicas sobre práticas alimentares saudáveis são muito importantes. As pessoas não sabem como preparar adequadamente os alimentos para manter o valor nutricional. E elas devem também ser informadas sobre os riscos de insegurança alimentar. Com isso tornar possível a existência digna da sociedade.

Bom, aqui são algumas ideias, que eu coloquei, que eu pensaria como políticas públicas. Primeiro, promover a segurança alimentar em seus fundamentos, seus principais fundamentos. Lembrar que a alimentação da gestante é essencial para garantir a saúde do concepto e diminuir os riscos de uma programação metabólica que pode conduzir a maiores riscos de doenças crônicas não transmissíveis.

Hoje se sabe que a alimentação da mãe pode modificar o comportamento que a criança tenha genes específicos que vão poder levá-las a terem mais propensão a doenças na terceira idade. E a alimentação saudável deve ser ensinada como matéria obrigatória desde a pré-escola, pois, a criança é o principal alvo e a criança precisa ser orientada do que é uma alimentação adequada.

A atividade física é essencial na atualidade para garantir que a ingestão de calorias seja adequada para promover também os micronutrientes e deveria ser obrigatórias nas escolas. A gente sabe que hoje a atividade física na escola não é mais como antigamente, praticamente eles fazem teoria em vez de por a criança para fazer atividade física.

Incentivar os professores de educação física das escolas públicas e privadas a realizarem medidas antropométricas em seus alunos que permitem encaminhar as crianças com sobrepeso e obesidade para a consulta do nutricionista. Nós tivemos uma aluna do doutorado que realizou uma pesquisa em que ela treinava os profissionais da área de educação física a medir e a pesar os seus alunos, e ter um mapa com os dados, um banco de dados que permitisse, ao final do ano, verificar se a atividade física que eles estavam propondo resolveria ou melhoraria a questão de saúde, sobrepeso e obesidade dessas crianças.

Estabelecer parcerias com canais de comunicação para divulgação da alimentação saudável e orientação para os riscos de dietas desequilibradas; orientar a população para a leitura e compreensão da rotulagem nutricional e que essa seja a mais completa, tendo macronutrientes e também micronutrientes. Promover parcerias: academia, Governo, indústrias de alimentos.

A academia com as indústrias de alimentos, visando aplicar os conhecimentos científicos para elaboração de alimentos mais saudáveis e o Governo, academia e indústrias de alimentos implementarem políticas públicas que realmente venham ao encontro com as necessidades atuais de uma população do século XXI, de mulheres que trabalham e que necessitam de suporte para proporcionar a sua família uma alimentação de qualidade e que garanta condições de saúde adequadas.

Eu ainda tenho três minutos. Então, eu vou falar um pouquinho sobre obesidade e micronutrientes.

A gente sabe que os minerais estão envolvidos em processos metabólicos que protegem ou mantém a integridade endotelial e, com isso, poderiam diminuir a progressão de arteriosclerose. Os minerais participam como antioxidantes e estabilizadores de membranas e, quando nós não temos uma ingestão adequada, pode haver um desbalanço entre a produção de espécies reativas de oxigênio e nitrogênio, que são substâncias consideradas radicais livres, que precisam ser, de alguma forma, parcialmente neutralizadas para que nós tenhamos mais saúde.

Os minerais atuam, tanto no metabolismo energético, como na secreção e ação de insulina. E evidências existem de que uma má distribuição ocorre nos indivíduos obesos desses minerais.

O sistema imune também é mantido pelos minerais e vitaminas. Eles mantêm a funcionalidade, são reguladores intracelulares da apoptose e regulam a detecção e função de citocinas que são moléculas inflamatórias.

O zinco está relacionado com alterações do metabolismo do tecido adiposo na resistência à insulina e na obesidade e, quando eu tenho um baixo teor de zinco nas dietas, eu aumento os níveis circulantes do neuropeptídio Y, que pode levar a uma resistência e que é um hormônio importante para a saciedade. Ele afeta a homeostase de alguns neurotransmissores hipotalâmicos. Então, a própria vontade de comer, a própria falta de sensibilidade de que o organismo já está satisfeito pode ocorrer devido à deficiência de zinco.

Em indivíduos obesos a concentração plasmática eletrostática no cabelo está diminuída e existe aumento da expressão urinária

Importante: quando eu tenho maior quantidade de zinco, vou elevar a produção de mais metalotioneína. Se eu tiver hormônios tipo glicocorticóides, também vou estimular mais essa formação de metalotioneína, que é uma proteína, e essa proteína vai fixar o zinco...

(*Soa a campainha.*)

A SRª SILVIA COZZOLINO – ... em tecidos específicos em que, eventualmente, ele estaria indisponível para ser utilizado nas funções normais do organismo.

O cálcio – vou falar rapidamente, porque só tenho um minuto – poderia, numa hipótese inicial...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Deixe-me tranquilizá-la, porque acho que vale a pena você fazer a exposição.

A SRª SILVIA COZZOLINO – Está bom.

Então, em relação ao cálcio e à obesidade, a alta ingestão de cálcio parece estar associada a um menor peso corporal. Qual seria a hipótese disso? Esse cálcio poderia formar sais com ácidos graxos – gorduras –, aumentar a excreção dessa gordura e, consequentemente, diminuir a energia da dieta. E pode também haver aumento da perda, nesse caso, da gordura fecal, diminuindo a energia da dieta.

Há trabalhos mostrando que leite e derivados podem exercer efeitos significativamente maiores na adiposidade se comparados a suplementos de cálcio.

Recentemente, também foi observado que pessoas obesas possuem maior concentração de cálcio intracelular, e esse cálcio intracelular pode regular a lipogênese e a lipólise em adipócitos humanos. Se eu tiver uma baixa ingestão de cálcio, vou aumentar o cálcio dentro da célula, o que vai aumentar a formação de tecido adiposo e vai inibir a quebra dessa gordura. Então, a suplementação com cálcio alimentar diminui o paratormônio e também a 1,25 de hidroxicolecalciferol, que é a vitamina D ativa. Com isso, pode diminuir o cálcio intracelular.

O selênio, como sabemos, é outro elemento que nós temos trabalhado muito. Ele é muito rico na nossa castanha-do-brasil e tem uma série de ações, inclusive na glândula tireoide. Esse trabalho, só para completar, é de uma aluna minha de doutorado, no qual avaliamos o efeito de ingestão de uma noz de castanha-do-brasil por dia, mostrando que poderia influenciar em obesas mórbidas. Podemos observar os níveis plasmáticos, eritrocitários e de atividade da glutationa peroxidase antes da suplementação e depois de oito semanas com apenas uma noz de castanha-do-brasil por dia, aumentando bastante todos esses parâmetros. Por outro lado, pode-se observar que houve também um aumento do HDL – colesterol –, que seria aquela lipoproteína interessante que removeria o colesterol do tecido para o fígado. Observamos ainda que o Índice de Castelli, outro fator importante para medida de risco cardiovascular, também diminuiu com o consumo de apenas uma noz por dia.

Aqui está o meu *e-mail*. E esse é o meu grupo de alunos de mestrado e doutorado da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Muito obrigado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pois não.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Como passou muito rápido, eu queria entender: a castanha também influi na parte hormonal?

A SRª SILVIA COZZOLINO – Não. A castanha...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Você passou muito rápido, e eu fiquei meio perdido.

A SRª SILVIA COZZOLINO – Não. A castanha é rica principalmente em selênio, que é um micronutriente, e ele faz parte da glutationa peroxidase. A glutationa peroxidase atua junto com a vitamina E como um poderoso antioxidante do organismo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Isso é bioquímica pura, Senador Cyro. Sei disso porque sou médico e dei aula de química metade da minha vida. Então, para mim não é tão estranho, Drª Silvia.

Eu quero conceder a palavra à Drª Patrícia Constante Jaime.

A SRª PATRICIA CONSTANTE JAIME – Bom dia a todas e a todos.

Cumprimento o Senador Moka, que preside esta audiência pública. Também cumprimento e parabenizo a Senadora Ana Amélia pela relevância do tema desta audiência que é tão caro hoje para a saúde pública brasileira: pensar na obesidade, em especial na obesidade em crianças e adolescentes.

Senador Cyro, agradeço-lhe a presença.

Esta é a oportunidade do Ministério da Saúde de apresentar, em nome do Governo brasileiro, o conjunto das políticas públicas que estamos implantando e delineando para a prevenção e o controle da obesidade.

Também gostaria de cumprimentar a Professora Silvia Cozzolino. Chamo-a de professora, mas é minha colega de profissão, nutricionista. Ela é sempre uma referência na Universidade de São Paulo. A gente tem uma história. Ela foi minha professora e eu fui professora da filha dela. Então, é uma questão de gerações na nutrição.

Dr. Rogério é uma alegria, um prazer a gente estar aqui compartilhando desta Mesa.

Vou falar brevemente, é quase um Zepelim, mas fica como uma oportunidade para o debate das políticas públicas para o enfrentamento da obesidade.

Quando a gente fala de enfrentamento fala da integralidade do cuidado que, necessariamente, passa por ações de promoção de modo de vida saudável, pela prevenção de comportamentos que levam ao ganho de peso, ao excessivo ganho de peso, e também pelo cuidado integral, pelo tratamento daqueles indivíduos, dentro do contexto do Sistema Único de Saúde brasileiro, o SUS, daqueles casos que demandam já uma intervenção médica, uma intervenção multidisciplinar, um cuidado com diferentes olhares do campo do saber que passam pela Medicina, pela Nutrição, pelo educador físico, pelo psicólogo, compondo uma equipe multiprofissional que é tão necessária para o acompanhamento dos indivíduos que apresentam excesso de peso.

Então, esse é um cenário muito rápido. O Brasil tem hoje uma grande possibilidade de avaliação do cenário nutricional da população brasileira com inquéritos desde a década de 70 que nos permitem verificar que hoje a desnutrição já não é mais um problema de saúde pública. Obviamente, temos um compromisso de sempre zelar por isso – mesmo que tenha uma criança desnutrida a gente vai olhar por essa criança –, mas, do ponto de vista da magnitude, o sobrepeso e a obesidade são os principais problemas de saúde pública em geral na população. Se falar de crianças menores de cinco anos ainda tenho a coexistência de carências de micronutrientes, como bem disse a Profª Silvia, em especial da anemia. Hoje, uma em cada cinco crianças brasileiras apresenta anemia.

Esse é um sistema de monitoramento de fatores de risco de doenças crônicos do Ministério da Saúde, o Vigitel. A cada ano, a gente vai atualizando esses dados. Esses dados são interessantes porque mostram a tendência de aumento do excesso de peso e da obesidade na população brasileira ano a ano, desde 2006 até 2012. A gente observa que nenhum outro desfecho em saúde vem aumentando com a velocidade do excesso de peso e da obesidade. O que nos permite projetar que, se nada fosse feito – e tenho a alegria de usar esse verbo no condicional, mas não realidade não é esse o tempo verbal porque estamos fazendo – a gente teria um cenário que, em 20 anos, o Brasil seria semelhante ao México e aos Estados Unidos sob o ponto de vista da magnitude da obesidade.

Esse também é um problema. Aqui eu falava de adultos. Então, eu tenho um, em cada dois brasileiros, apresentando excesso de peso e por volta de 17% da população adulta brasileira já apresentando obesidade. É um problema também observado entre as crianças e os adolescentes. Então, é uma abordagem de ciclo de vida. Não posso dizer que só numa fase de vida eu tenho risco. Eu tenho risco em todas as fases do ciclo da vida. Isso, obviamente, está relacionado com a tendência de consumo alimentar da população brasileira, como bem lembrado pela Senadora Ana Amélia. Uma redução do consumo dos nossos alimentos básicos, que são aqueles alimentos tradicionais da culinária brasileira, da cultura brasileira, e o aumento do consumo de produtos alimentícios ultraprocessados, o que vai mudando não só a composição química da dieta, em termo de nutrientes, mas altera comportamentos. Então, aquele comportamento que nós tínhamos de nos sentar à mesa com a família ou no ambiente de trabalho, de consumir uma refeição quente com o colega de trabalho, na escola, vai se perdendo pelo *fast food*, pela comida rápida.

Então, quais são as ações desenvolvidas no Sistema Único de Saúde brasileiro para o enfrentamento desse cenário? A gente trabalha, primeiramente, com uma ação de vigilância alimentar e nutricional. A gente tem de ter uma situação de vigiar, vigiar no sentido positivo, vigiar no sentido de conhecer o problema, de ir o mais próximo possível do local onde as pessoas vivem, trabalham, onde as equipes de saúde acompanham essas famílias. Também ações de promoção da alimentação adequada e saudável, porque, como bem dito pela professora Silvia, é muito mais efetivo prevenir a obesidade do que tratar a obesidade. Então, a gente precisa investir muito em ações de promoção. O cuidado integral daqueles sujeitos que já apresentam excesso de peso e o conjunto de comorbidades associadas ao excesso de peso, como hipertensão, diabetes, câncer, e também uma agenda de regulação e controle de alimentos, na perspectiva de garantia de um ambiente que seja promotor da saúde.

Sobre a vigilância alimentar nutricional, a potencialidade é, primeiro, conhecer a situação de saúde da população e verificar se a obesidade é um problema, em que faixa etária, como está a prevalência naquele território; identificar territórios e grupos populacionais sobre maior risco; identificar os fatores que estão relacionados e subsidiar o planejamento de ações de promoção da saúde e prevenção de doenças.

Temos um Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional da população brasileira, no sistema SUS, que se chama Sisvan. Esse sistema é coletado no dia a dia do acompanhamento de cada usuário do Sistema Único de

Saúde na atenção básica, que tem indicadores de peso, estatura, aferidos pelas equipes de saúde, e colocados num sistema que vai permitir conhecer essa realidade.

Temos investidos fortemente na implantação desse sistema, com melhora substancial da cobertura do Sisvan na população brasileira. No geral, 23% da população brasileira usuária do SUS hoje participa desse sistema e se pegar a faixa etária de crianças menores de cinco anos isso chega a 50% das crianças já sendo acompanhadas.

Sobre a promoção da alimentação adequada e saudável, gostaria de destacar, primeiro, a necessidade de ter ações de educação alimentar e nutricional, ou seja, um conjunto de protocolos, diretrizes e guias alimentares que apoiem os profissionais de saúde, a população a dotarem práticas alimentares saudáveis. Aqui destaco, em especial, a potência da estratégia de saúde da família, que está ali no território de um conjunto das equipes de saúde da família, dos NASFs, de levar essa ação de promoção da alimentação saudável. Saúde da família, atenção básica brasileira está praticamente em todos os Municípios brasileiros, com grande investimento do SUS, cada vez mais na consolidação como um modelo preferencial de organização da atenção básica, porta de entrada no sistema de saúde, ordenadora do cuidado.

Como bem dito também, lembrado pela Senadora Ana Amélia, a primeira iniciativa de prevenção da obesidade é promover o aleitamento materno, porque já tem estudos que mostram que ele protege a saúde da criança e previne obesidade e a imunidade da criança. O aleitamento materno tem que ser acompanhado de uma alimentação complementar saudável, ou seja, que a criança seja alimentada exclusivamente até o sexto mês e depois, de forma complementar, até o segundo ano de vida, e que quando introduzido o alimento na dieta que sejam alimentos saudáveis, porque é o período estratégico, de formação de hábitos alimentares saudáveis.

Então, temos no Sistema Único de Saúde algumas estratégias voltadas para essa ação. Primeiro é uma rede brasileira de bancos de leite para apoiar as mulheres que não podem amamentar, as crianças em risco; o Hospital Amigo da Criança, que tem todo esse foco de credenciamento, para cada vez mais ser sensível ao aleitamento materno, desde o período da gestação, pré-natal, até o momento tão crítico do parto de apoiar a mulher nessas primeiras horas de vida da criança; e uma estratégia que se chama Amamenta e Alimenta Brasil, que é de capacitação e formação de tutores na atenção básica. Temos mais de 4 mil tutores formados, que são profissionais da atenção básica, capacitados a manter uma agenda nas UBSs, nos postos de saúde, de orientação do aleitamento materno e alimentação complementar.

(*Soa a campainha.*)

A SRª PATRICIA CONSTANTE JAIME – Me dê dois minutos, Senador, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Claro, por favor.

A SRª PATRICIA CONSTANTE JAIME – Uma outra ação importante é o Programa Saúde na Escola, com foco em pré-escolares e escolares. O PSE é hoje um grande programa intersetorial, com parceria da educação e saúde e está presente em 4.861 Municípios brasileiros, envolve mais de 18 milhões de educandos, em 80 mil escolas públicas brasileiras. Temos mais de 30 mil equipes de atenção básica, trabalhando numa relação conjunta entre posto de saúde e escola lá no Município. A prevenção da obesidade tem sido uma tônica das semanas de mobilização do PSE.

A Profª Silvia falou da necessidade da avaliação do peso e da estatura de forma regular nas escolas, e o PSE prevê isso no seu primeiro componente: a obrigatoriedade de, ano a ano, avaliar o estado nutricional das crianças. Então, já temos política pública para conduzir isso.

Uma outra ação, porque o SUS é para todos cidadãos brasileiros, não só os usuários do Sistema Único de Saúde, do Posto de Saúde, mas também para a criança que frequenta a escola privada, então, nós firmamos um acordo com a Federação Nacional das Escolas Particulares de ensino, a Fenep, para a promoção de cantinas escolares saudáveis, para que as cantinas sejam promotoras de uma alimentação saudável, porque o ambiente da escola determina muito o padrão de consumo da criança, porque, no cotidiano, ela vai consumir pelo menos cinco dias por semana nesse ambiente das escolas. Então, temos esse esforço, com cursos de capacitação de merendeira, de dono de escola.

Mas a prevenção da obesidade não passa só pela alimentação; ela também passa pela promoção da atividade física e das práticas corporais saudáveis.

Então, temos hoje um grande carro chefe em política pública para a indução, que é o programa Academia da Saúde. A utilização para construção e manutenção de polos da Academia da Saúde nos territórios de atenção básica, que são espaços na comunidade para a prática atividade física, não só aquelas ATIs que ficam soltas na praça, mas são espaços na comunidade em que eu tenho uma equipe de saúde de referência que apoia a comunidade na prática da atividade física e outras ações.

Por fim, eu gostaria de falar do cuidado integral. Temos hoje um objetivo e uma meta de, cada vez mais, inserir mais o nutricionista na rede de atenção básica do SUS, entendendo sua potência de qualificação do

cuidado. Então, nós estamos ampliando muito o número de nutricionistas que compõem os NASFs, que são os Núcleos de Apoio à Saúde da Família, que apoiam a equipe mínima da saúde da família, e nós lançamos uma linha de cuidado para a prevenção e o controle da obesidade para orientar protocolos e cuidados que passam desde a prevenção até a reabilitação, de tal forma que hoje um hospital que faz cirurgia bariátrica não pode fazer só a cirurgia bariátrica no Município ou naquela região de saúde; ele tem que se comprometer, para receber recurso do SUS, a fazer uma linha toda, onde eu tenho referência de prevenção, onde eu tenho referência de promoção da saúde. Essa é uma normativa recente que está em fase de adesão pelos Estados e Municípios brasileiros, lembrando sempre do caráter interfederativo do Sistema Único de Saúde e da necessidade de pactuação entre gestores estaduais, gestores municipais e a União.

A ação de regulação e controle, eu acho que um debate que temos sempre que ter com esta Casa, em especial, é a necessidade de criar ambientes que favoreçam uma alimentação industrializada cada vez mais protetora da saúde, que tenha teores reduzidos de nutrientes nocivos – e esse é um exemplo de redução do sódio, num acordo que nós fizemos com a indústria de alimentos – mas também há a necessidade de regular a publicidade de alimentos direcionados à criança. É muito recente a discussão que nós tivemos no Conanda, que foi em relação à publicidade abusiva direcionada às crianças, que foi aprovada, se não me engano, na semana passada, uma resolução do Conanda sobre proteção da criança em relação à publicidade em geral e que envolve a publicidade de alimentos.

Muito obrigada.

Desculpa por me estender. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu agradeço a Patrícia.

Concedo a palavra ao Dr. Rogério Toledo Júnior, que é o Coordenador da Comissão da Associação Médica Brasileira de Prevenção e Combate à Obesidade.

O SR. ROGÉRIO TOLEDO JUNIOR – Primeiramente, queria agradecer ao Senador Moka, à Senadora Ana Amélia, aos outros Senadores aqui presentes, meus colegas de Mesa e à plateia em geral pela oportunidade. Eu me sinto extremamente honrado, porque nós não conseguimos fazer nada sozinhos, e essa composição dá forças.

Esse trabalho, eu vou contar uma história de como ele apareceu e tornou-se uma grande criança para mim, porque é muito fácil falar de obesidade neste País, não neste País, no Planeta. É a doença que batizamos, em 2002, lá na associação médica, como sendo o mal do século – e os americanos, no ano passado, fizeram isso pelo FDA e tiveram que retirar, porque entramos com uma interpelação. Mal do século porque ele atinge qualquer pessoa em qualquer faixa etária, em qualquer país, em qualquer classe social. É muito fácil falar de obesidade, para mim, pelo menos.

Esse eslaide é meio provocativo, é da revista Lancet, uma das mais importantes revistas médicas respeitadas do Planeta. Nauru é uma ilha na Oceania onde é absolutamente cultural as pessoas serem obesas, mas nós temos, em segundo lugar, o homem americano: 28,5% deles são obesos. Os brasileiros homens, em 19º lugar, com 25,8; e as mulheres aparecem em 15º. Uma provocação às mulheres: as americanas não estão nem em 26º. Prestem atenção nesse conceito.

Nós temos uma obesidade que mata mais de 2,8 milhões de pessoas por ano. E hoje 12% da população mundial é considerada obesa. Nós temos, no continente americano, outro dado muito interessante, 26% dos adultos são obesos. Em contrapartida, no Sudeste Asiático, apenas 3% o são. Esse é um dado da OMS que afirma que, em todas as regiões do mundo, a obesidade, como a Silvia mostrou para a gente, duplicou entre 1980 e 2008. Duplicou; 50%, não; 100% é o número absoluto.

Nós temos que as mortes por doenças chamadas, na Medicina, de não contagiosas ligadas à obesidade, como diabetes, hipertensão e doenças cardiovasculares – e o importante aqui é ser repetitivo, porque só batendo na tecla, batendo no martelo é que vamos gravar essas informações –, são dois terços das mortes que acontecem no Planeta. Meu Deus do céu, mais que 66% de responsabilidade! Nós temos que tomar cuidado, nós temos que tomar conta disso, nós temos que tomar alguma atitude.

O excesso de peso, como eu disse, é encontrado em todas as faixas etárias, em todas as classes sociais. E, antes de começamos a falar dos cinco aos nove anos, eu vou mostrar os dados um pouquinho anteriores a 2008, mostrados pela Patrícia, mas entendam que, se pais obesos tiverem filhos, a chance de eles serem obesos é de 90%, porque é na infância que as células adiposas tomam força e não conseguem ser extraídas, e a luta desse indivíduo será muito maior. Por isso, os métodos não servem para todos. Nós temos uma digital: é o tratamento individualizado. Isso é muito importante, porque a genética é também importante nesse momento.

Então, mostrando dados aqui que variam de 1974, vocês podem ver com tristeza que nós temos aqui excesso de peso, criança de cinco a nove anos, entre 1974 e 2009, de 10,9 nos meninos para 34,8. Nós temos

aqui dados do próprio Ministério, nas meninas de 8,6 para 32. E eu vou fazer isso em todos os gráficos e chamar a atenção pela inversão do déficit de altura e o déficit de desenvolvimento.

Eu posso aumentar dos 10 aos 19 anos a faixa etária e vou ter a mesma escalada. O que me assusta muito é que os homens passaram as mulheres e isso é muito interessante. E ainda estamos em 19º, não em 15º, no *ranking* mundial. Posso mudar para mais de 20 anos de idade, que é fase de pós-formado, a fase produtiva, e esse gráfico não muda. Ele não muda. E eu estou falando de 1974 a 2009. Hoje temos dados da Patrícia, já de 2012, que continuam na escala ascendente.

Nesse panorama, temos, aqui no Brasil, 65 milhões de pessoas ou 40% da população, pelo menos, com excesso de peso, e 10 milhões são obesas. Dez milhões são, aproximadamente, 5% da população. É muita gente. Nós temos que fazer alguma coisa.

Os homens, com 51%, passaram as mulheres, com 42%. Mas só ser obeso para nós não é importante na área médica. O sobrepeso já é capaz de causar danos que, lá na ponta, não vai dar para segurar, não vai dar para tratar, não vai dar para salvar, eles vão morrer. Só que para quem demora morrer o custo eleva – e eleva muito. Temos que tratar no início. Temos que tratar a criança pequena, o jovem, o adolescente. Eles vão levar para casa, de uma maneira lúdica e interativa para os pais, o que eles aprenderam nas aulas, nas informações com que nós estamos passando.

Infelizmente, a classe A é a mais estreita na proporção da obesidade, a classe B é intermediária, mas a classe C – repito –, infelizmente, toma conta e de goleada. São eles que precisam ser atacados. Eles precisam de informações. Eles não têm que ter televisão. Eles têm que saber a verdade. Os recursos deles são bem minguados e, dentro desses recursos, nós temos que adaptar a cada classe social, a cada grupo um tipo de atenção para conter essa obesidade.

Quando a gente fala do famoso IMC, que é peso vezes altura ao quadrado. Eu queria que as pessoas soubessem que a altura ao quadrado não é a altura vezes dois, mas a altura vezes a própria altura, para não se ter o viés de cálculo. É preciso chamar muita atenção, porque a gente pega esse cálculo errado todos os dias e em número muito elevado. A gente tem que ensinar que altura ao quadrado é altura vezes altura. E a tabela não pode ser rígida como foi dito aqui, porque cada pessoa tem um biotipo, tem uma genética diferente. Então, nós temos nessa tabela as variações de que você pode usar 25 para cá, 34 para lá, onde se divide isso, mas que não seja rígido. Há pessoas que têm IMC um pouco elevado, mas possui, na gordura ruim e na gordura boa, um bom equilíbrio. Então, essa pessoa tem um outro viés, por isso esse gráfico não é linear.

Quando a gente fala que as variáveis precisam ser levadas em consideração: idade, sexo, histórico familiar, crescimento, etnia e possíveis doenças... Mas eu insisto: não é protecionismo, mas apenas o médico, a classe médica pode começar a conduzir essa história. Ele quem dirá, na saúde, o que pode ser feito. Não que ele seja dono da verdade, mas ele vai precisar da composição. Ele vai ter a composição... Todo mundo pode achar alguma coisa, mas quando a gente fala em doenças, fala-se nas não transmissíveis em que existem a hipertensão, diabetes, etc.. Esse diagnóstico vai sair por aí. Antes de tomar qualquer decisão quanto à saúde, a gente pede que as pessoas consultem um médico. Eu acho que isso é importante. Mas, repito, não é bairrismo, porque nós somos um time. É só uma questão de condução.

Falavam que a saúde e a má-forma atingia graus de várias maneiras e vários processos. Nós, na Associação Médica Brasileira, fizemos o seguinte: no conselho científico, que reúne todas as especialidades, perguntamos: "Qual é o maior problema de saúde, de sobrepeso (obesidade), na sua área?" Nós tabulamos isso por especialidade. Não terei tempo, pois elas são muito repetitivas, como: acidente vascular cerebral, infarto agudo do miocárdio, cardiopatia, diabetes, aneurisma, aterosclerose. Na área digestiva, perguntei, à época, ao Nelson Andreollo, titular do CBCD – Colégio Brasileiro de Cirurgia Digestivo –, qual era o maior problema, para ele, na obesidade. Ele disse-me: "A cirurgia bariátrica. Eu, como cirurgião, digo-lhe que estou sofrendo muito com o descaso, com o abuso da cirurgia bariátrica, porque, até à cirurgia, o paciente tem chance, ele pode deixar de ser obeso e vai deixar de ser doente; depois da cirurgia, ele vai ser doente para sempre. Eu bato, brigo e discuto, porque a classe médica é unida; mas, do outro lado, tem um financiamento terrível das indústrias de aparelho. Eu acabo perdendo na queda de braços, mas eu ganho na minha moral."

Na gastroenterologia, a endoscopia que se faz comumente, no paciente obeso ou superobeso, em clínica, corre risco de vida por causa da sedação, da intubação de causar um acidente.

Na urologia, os homens têm que saber que o sobrepeso pode causar disfunção erétil. As mulheres têm que saber que aumenta até um terço o câncer de mama e endométrio. Só o sobrepeso aumenta em 33% a incidência de câncer de mama e endométrio.

Na hepatologia, hoje a doença mais incidente no Brasil, a esteatose hepática ou gordura no fígado, o principal começo da chegada à esteatose, à cirrose micronodular, à cirrose instalada, ao adenocarcinoma, que

é o câncer hepático. Hoje em dia, a esteatose está disparada por causa de sobrepeso e obesidade. Está matando muita gente. O custo disso é brutal.

E nós vamos falar sobre nutrologia, pneumologia, oftalmologia, urologia, sendo que as principais causas – vou encerrar – são a alimentação – grosseiramente eu não posso competir com minhas duas colegas, nem com Silvia nem com Patrícia –, o sedentarismo eu posso falar, que é a inatividade e desmotivação; o estresse, sem dúvida nenhuma, leva a um círculo vicioso e este leva à obesidade.

O importante é lembrar – aqui vou me desculpar, é o que eu penso –, mas vou mostrar que eu penso em time, em grupo. Os profissionais são da Clínica Geral da Endócrino, da Cardiologia, da Nutrologia (Nutrição, que sou fã, como bem sabe a Patrícia, desde a Profª Backster), Psiquiatria, Gastroenterologia, Medicina Física, Reabilitação, Ortopedia e Traumatologia.

A frase que eu deixo para vocês é: vamos tratar desses obesos com apoio, determinação, mas, mais do que tudo, em maiúsculo, Respeito. E não é estética que estamos discutindo; estamos discutindo saudabilidade. É muito mais importante isso.

Quando falo em metas, tal como me pediram aqui nesta reunião – mais uma vez eu agradeço a oportunidade –, em criação de alternativas de combate à obesidade sob o ponto de vista das entidades médicas e a elaboração de projetos e emendas ao Orçamento visando reduzir a obesidade da população brasileira desde as crianças, penso em principalmente começar lá, com campanhas educativas. E eu fiquei sabendo agora que estão sendo feitas, eu não tinha essa informação. E temos que requerer dos órgãos públicos, das entidades, providências. Além disso, criar um fórum técnico de obesidade permanente dentro do próprio Ministério da Saúde, porque 75% da população brasileira usam a medicina do SUS.

E se pegarmos todos os obesos, e é a classe C, e teoricamente é a Classe C que usa os atendimentos do SUS, acho que vamos acertar em cheio e rapidamente. Aprenda a somar calorias para ter a variedade lá de comidas. Comer não faz mal, comer faz bem, e é obrigatório comer bem e comer direito.

Esse é um prato bastante equilibrado, que copiamos da própria nutrologia. E eu quero agradecer à AMB que me deu essa oportunidade, à minha esposa que me aguenta, não sei como, à minha mãe que está lá me ouvindo – ela é magrinha, graças a Deus –, meu pai, que já morreu, senão eu ia passar essa vergonha, e à Luciana que é a pessoa que me ajuda a montar as minhas aulas.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu quero agradecer muito a contribuição da Professora Sílvia, da Drª Patrícia e do Dr. Rogério.

Acho que tem uma exposição, quase que raios X de corpo inteiro, como dizemos, dos problemas.

E eu concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para que ela faça os questionamentos ou algum comentário que achar necessário.

Logo em seguida, Senador Cyro Miranda.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Eu queria agradecer imensamente. Como aprendemos com audiência pública, Senador Cyro, caro Presidente Moka! Mesmo que não sejamos médicos, elas sempre têm um impacto sobre as informações que recebemos aqui. E o entusiasmo com que todos falaram é também uma forma de você impregnar o interesse por aquele tema e assumir um compromisso.

Então, não há dúvida de que o que foi feito por vocês foi extremamente relevante para sublinhar e chamar a atenção para o nosso compromisso de continuar trabalhando por ele.

Todos foram exemplares nas suas áreas respectivas.

O Dr. Rogério apresentou uns dados, e eu estou aqui com um texto que fala do impacto econômico da obesidade no País, da Drª Luciana Bahia, que é endocrinologista da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Vocês devem conhecê-la. E, nesse artigo, ela coloca: "no Brasil as doenças crônicas não transmissíveis [o Dr. Rogério fez a referência] concentram 72% do total de óbitos segundo dados de 2009 do sistema de informação de mortalidade, percentual que representa mais de 742 mil mortes por ano."

As que mais matam são as doenças cardiovasculares: 31,3%; câncer, 16,2%; doenças respiratórias crônicas, 5,8%; e o diabetes melito, 5,2%.Todas essas condições estão relacionadas em maior ou menor grau com a presença da obesidade.

As conseqüências econômicas da obesidade não se limitam aos elevados custos médicos, mas incluem também os custos indiretos ou sociais como diminuição da qualidade de vida, problemas de ajustes sociais, perda de produtividade, incapacidade laboral, com aposentadorias precoces e morte.

Os indivíduos obesos gastam com o serviço de saúde aproximadamente 42% a mais do que indivíduos com peso normal, incluindo 105% a mais de prescrições de medicamentos (dados dos Estados Unidos), além de significativa perda de produtividade.

Ora, se estamos considerando, como disse ali naquele gráfico, que a maior parte é classe C, a mais pobre, gastar mais também é um problema social de alta monta. Então, não só o SUS.

Caso nenhuma modificação no cenário atual dessas doenças ocorra, como medidas preventivas, conscientização populacional, e o crescimento populacional permaneça igual, a projeção de gastos do Governo pode aumentar em até dez vezes nos próximos cinco anos, configurando um impacto econômico enorme, que pode vir a comprometer a sustentabilidade do nosso festejado SUS.

Então, isso aqui apenas coloca luz mais forte ainda – luz não amarela, mas vermelha –, muito acesa, sobre esse problema. Eu acho que ficou muito claro tudo isso.

Quando a Patrícia começou a falar, eu tinha anotado aqui sobre a questão da anemia, no caso da nutrição, porque há um índice alto. Eu queria saber então como se combate e por que a anemia ocorre. Pela má nutrição? Pela falta dos nutrientes necessários ao combate dela?

Foi mencionado aqui, no caso da merenda, a cantina, mas não se falou de outra questão, que é o fato de que é o Estado, o Poder Público que fornece. Nós temos controle da qualidade dessa alimentação, ou é tudo de caixinha?

Houve, claro, eu sei, um movimento de aproveitar a produção local para ajustar essa alimentação à cultura local, porque a comida que se come na merenda escolar no Ceará é bem diferente da de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, e na minha Lagoa Vermelha. Então, é sobre esse cardápio ajustado não só do ponto de vista nutricional, mas também das condições do negócio.

Aí há outro setor. Hoje, o setor privado é muito forte na educação. Há uma atenção do Ministério da Saúde sobre as cantinas dessas escolas privadas, sobre o que estão vendendo ali? Há frutas, ou é só salgadinho? Muito salgadinho, por sinal. E, no setor público, como está funcionando isso? É a questão que eu levanto para a Patrícia, já que o Ministério da Saúde está cuidando disso.

Eu queria dar só uma informação curiosa. Há uma cidade lá no Rio Grande do Sul, que até ganhou páginas do *The New York Times* pelo problema da obesidade, chamada Lagoa dos Três Cantos, uma cidade de quase dois mil habitantes, pequena, portanto. Ela fica na região do Alto Jacuí, a quase 300 km de Porto Alegre. Um prefeito lá, Senador Cyro, teve a feliz iniciativa de propor, porque havia obesidade alta na população, um regime coletivo e colocou toda a cidade no regime. No final do regime coletivo, com exercícios, com orientação médica – todo mundo se pesou antes e depois, quem estava participando, evidentemente, do programa –, foi uma tonelada e meia de peso retirado. Então, veja só, é um fato curioso. Deu uma repercussão muito grande essa iniciativa lá em Lagoa dos Três Cantos, que menciono aqui para vermos que, às vezes, com talento e com criatividade, você pode fazer isso que o Dr. Rogério falou. As causas individuais ou as iniciativas individuais têm menos peso do que as coletivas. Então, é a força do coletivo e a influência sobre as pessoas.

É claro que isso foi feito junto também com nutricionistas, com exercícios físicos e com acompanhamento médico. Então, essas são as questões que apresentei para a Drª Patrícia.

Agora para o Dr. Rogério.

A Câmara dos Deputados aprovou um decreto legislativo que cancela a proibição de venda de medicamentos contra a obesidade no Brasil. Em 2011, uma resolução da Anvisa proibiu o uso das substâncias anfepramona, femproporex e mazindol. A decisão também estabeleceu controle rígido da prescrição de medicamentos que contenham a substância sibutramina. [Acompanhamos também audiências com o Dr. Dirceu, quando chegou à Anvisa]. O texto aprovado no plenário da Câmara susta essa resolução, possibilitando, dessa forma, que os inibidores de apetite voltem a circular no País.

No argumento do decreto, o Deputado Beto Albuquerque [meu amigo do Rio Grande do Sul] justifica que, com a proibição, a Anvisa extrapola sua competência legal e invade as atribuições [desta Casa ou] do Poder Legislativo. O parlamentar defende ainda que a restrição causa insatisfação na classe médica, além de colocar em risco a saúde de pessoas obesas. Aprovada, a matéria segue agora para a análise do Senado.

Pergunto ao senhor, Dr. Rogério: qual é a impressão do senhor, como médico, sobre os medicamentos usados nos tratamentos contra a obesidade. Os médicos, em geral, defendem posições bastante contraditórias a respeito do seu uso. Então, queria um comentário seu a respeito disso, depois que eu terminar aqui.

Acrescento também essa questão das classes C e D, o maior problema. Como podemos chegar? Além das políticas públicas, eventualmente organizações não governamentais, as próprias entidades médicas se envolverem mais nessa questão.

A Drª Silvia foi muito didática, professora há tanto tempo. Quando a senhora mostrou o primeiro gráfico, o Senador Moka fez um sorriso, tudo prontinho, fácil de ler, fácil de entender, menos aquela palavra que eu não sabia, Senador Moka. Mas uma das coisas que aprendemos é perguntar o que não sabemos. Eu não tenho nenhum constrangimento de perguntar o que não sei.

Para a senhora. Uma pesquisa Datafolha, que foi encomendada pelo Instituto Oncoguia, instituição com o qual trabalhamos muito, juntamente com a nossa Luciana Holtz, e a American Cancer Society mostrou que o brasileiro desconhece a relação entre obesidade e câncer. Como a senhora acha que se pode resolver esse problema em relação a isso?

Queria também perguntar: quem engorda mais fácil e tem maior dificuldade para perder peso, os homens ou as mulheres?

Por que as pessoas estão engordando tanto? Claro, vimos, a senhora mesma mostrou ali: de onde vem esse desespero pela comida e a dificuldade para perder peso.

Para todos, o que podemos fazer para aliviar essa epidemia brasileira também?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Às vezes, eu fico pensando se a Senadora Ana Amélia fosse especialista na área. É impressionante a capacidade que tem a Ana Amélia em assuntos... Parabéns, Senadora, pela exposição que, agora enriquecida com os questionamentos, certamente vai melhorar essas explicações.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Presidente Moka, Senadora Ana Amélia, a quem parabenizo pela feliz e brilhante ideia de trazê-los, Srª Patricia, Srª Silvia e Dr. Rogério. Parabéns pelos raios X, como disse o nosso médico e Presidente desta Comissão, que foi feito. Muito prático, muito didático, eficiente, cobriram todos os aspectos que imaginávamos. Para nós aqui é um aprendizado.

Realmente, uma audiência pública tem, por finalidade principal, trazer o conhecimento para instruir esta Casa legislativa para que não façamos determinadas coisas que não são inócuas.

Eu vou pôr um foco, o único foco meu, onde eu estou preocupado.

Eu vejo aqui, tramitam aqui no Congresso Nacional, tanto no Senado Federal como na Câmara, 23 projetos inerentes à obesidade. Mas o que me preocupa muito é que a maioria institui: dia nacional da prevenção da obesidade, dá prioridade de atendimento às pessoas, regulamenta o tratamento cirúrgico, cria a semana nacional da previdência, cria o programa de prevenção e por aí vai, uma série de coisas que são boas, mas que vemos que não resolvem, não é por aí. Institui políticas de combate à obesidade, obriga a divulgação de advertência, dispõe sobre a restrição de propaganda. Há um projeto interessante também, Senadora Ana Amélia, de Jataí, no meu Estado, no sudoeste goiano, que institui política de combate à obesidade, e fez também alguma coisa parecida com um Município do Rio Grande do Sul, também tratando nesse sentido, alertando, fazendo, durante um mês, uma amostragem – não tanto quanto a sua, coletiva, mas de outra maneira.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Aliás, em Jataí tem muito gaúcho, viu, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Pois é. Eu acho que foram os gaúchos que levaram para lá... Os gaúchos estão tomando conta do Brasil. Tem que tomar cuidado. (*Risos.*)

Mas aqui vieram alguns aspectos em que a gente dá uma volta um pouquinho ao passado. A educação física: eu acho que aqui fizemos parte de um currículo que tinha educação física como obrigatoriedade, mas não era a educação física de hoje.

(*Manifestação fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Até na faculdade. Isso. A mesma coisa. Eu tive também. Exatamente. Quer dizer, hoje, a gente vê a educação física sentado no banco escolar. A educação física faz virar a página e fazer assim com a cabeça.

A preocupação maior que a vemos são projetos que dizem assim: "Proibição do refrigerante nas cantinas." Isso é um absurdo. Então, vamos ter que proibir o refrigerante, nós vamos ter que proibir o chocolate, o *fast food.* Quer dizer, eu acho que isso não educa. Se fizermos uma lei assim: "É proibido ser obeso." Vai funcionar? Quem for obeso vai ter que pagar uma pena. Não funciona! Não é por aí.

Para mim, vem do princípio, da educação, que foi falado aqui. Os custos econômicos que a Senadora foi feliz em falar são inúmeros. A gente está falando aqui em projetos que estão preocupados em mudar os assentos dos transportes aéreos, terrestres. É uma necessidade hoje? É, mas, se formos resolver esse problema, eu vou com aquela frase que ouvi e gostei muito: nós vamos continuar com a febre quebrando o termômetro. Então, acabamos com a febre quebrando o termômetro? Não. Nós vamos ter que cuidar da febre.

Nós vamos ter que cuidar da base de todos esses problemas, problemas aqui de rotulagem. Há um monte de problemas que vão tornar a rotulagem numa verdadeira bula. Alguém vai ler? Não, mas há a necessidade de alguns aspectos que são importantes (açúcar, sódio e uma série de outras coisas), mas não da maneira que querem fazer. Agora, todas essas coisas são necessárias. Mas como nós vamos resolver o problema? Nós temos dois: o que já existe e que aqui já se falou muito; e o principal, como nós vamos inverter esse gráfico, para que ele seja regressivo?

A Professora Sílvia falou da pré-escola para as futuras gerações. Isso, para mim, estaria como a educação de trânsito. Eu não vou conseguir que uma pessoa na faixa etária de 50 anos, de repente aquele fumante ou mascador de chiclete, que não jogue aquilo no chão. Agora, se vier da pré-escola, essa de base, é o que nós vamos ter que construir. Aí, os senhores vão ter que nos ajudar em como construir isso.

Também as campanhas educativas são importantes. Mas já pensou uma campanha educativa que fala do produto e que depois termina assim: "Esse produto consumido em excesso pode gerar obesidade." Quer dizer, você nem entende o é. Hoje, a gente já decorou que não pode beber, que faz mal, mas o mesmo pode acontecer quanto à obesidade Também não vai funcionar. Aquilo vai ficar, vai cair numa mesmice, que, depois, o pessoal vai continuar bebendo, sabendo que a bebida em excesso traz transtorno.

Precisa ser alertado, sim, mas precisa haver formas, eu acho, mais eficientes e menos burocráticas, que venham trazer resultado efetivo. Vimos que, na bebida, ainda não trouxe resultado efetivo. Vai da educação. É evidente que um sanduíche de pernil, de mortadela...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Combo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Combo. Exatamente. Quer dizer, é acessível, é barato para a população. Então, está induzido àquilo. Mas temos outras coisas também baratas e nutritivas. Aí, cabe a vocês.

Então, eu deixo muito mais no conceito, de conceituar isso na origem. Nós temos efetivamente dois problemas: os que já existem, que estão aí, de que temos que tratar; e a causa, ou seja, não quebrar o termômetro. Porque aqui no País há muito esse costume. Exemplo são as cotas, quer dizer, não vamos resolver o problema das universidades dando cotas. Hoje precisa? Sim, mas nós vamos resolver é dando uma educação pública de qualidade, para que todo mundo tenha acesso, e por aí vai.

Então, deixo só uma pergunta, para não dizer que não fiz nenhuma.

Atualmente, qual é a qualidade das merendas ofertadas nas escolas? As medidas instituídas pela Portaria Interministerial nº 1.010, de 2006, surtiram resultados práticos? O que se pode fazer para melhorar a qualidade da alimentação nas escolas? Os estabelecimentos de ensino aderiram à proposta de uma alimentação saudável? Isso é base, isso é lá na pré-escola, quer dizer, já se acostuma com aquela alimentação e com aquele conceito.

No mais, é parabenizar e agradecer pessoalmente pela informação e esclarecimento de que muita coisa – não sou da área – me deixou enriquecido e um ferrenho defensor contra essa obesidade. Temos que inverter esse gráfico. Esse gráfico tem que ser justamente o contrário, senão vamos pagar uma conta muito cara.

Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Pela ordem, Presidente Moka. Eu só queria acrescentar, para o Dr. Rogério, a quem perguntei sobre os medicamentos contra a obesidade ou inibidores de apetite, que a gente aqui tem um critério, o nosso Presidente é extremamente sensível à participação coletiva. Então, esta audiência está sendo transmitida pelas redes sociais; portanto, há uma participação coletiva.

Como fiz a pergunta direta sobre a questão do medicamento, Patrícia Alencar: "Senadora, diga 'sim' à causa dos obesos, situação grave, muito séria, importante, é por questão de saúde e vida. Pede liberação dos medicamentos".

Delaine Alves: "Solicitamos apoio para a aprovação do PDC nº 1.123, de 2013, que trata do retorno dos medicamentos para obesidade".

Nara Rúbia Ferreira: "Senadora, somos milhares de obesos que contam com o vosso apoio à volta de inibidores de apetite para que possamos nos tratar".

São pessoas que, claro, certamente mandaram para o Senador Moka e para todos os Senadores, porque agora a matéria vem para esta Casa. Só para ver o grau de relevância que tem a matéria.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu não vou repetir os argumentos, eu quero também participar.

Tenho uma proposta. Nós, na Comissão de Assuntos Sociais, elencamos dois temas: o subfinanciamento do SUS ou financiamento – falo subfinanciamento porque acho que há um subfinanciamento do SUS – como uma proposta para que façamos um acompanhamento de políticas públicas; e a educação integral da mulher, ou melhor, saúde da mulher.

Se vocês quisessem e topassem, poderiam propor, ao longo do tempo que acharem necessário, daqui a dois meses, 30 dias, 40 dias, uma proposta sobre – se quiserem, coloquem mais alguém, mas, claro, com a participação do Ministério da Saúde – aquilo que, do ponto de vista de legislação, seria importante. Nesse sentido, poderíamos realmente ter uma legislação que vocês estão sugerindo. Há vários projetos, não vou questionar a intenção ou a qualidade, mas tenho a impressão de que, partindo de vocês, com a experiência e as informações que têm, essa sugestão poderia ser um projeto da Comissão de Assuntos Sociais, de forma coletiva, e iríamos

sugerir ao Senado e ao Congresso a aprovação. Penso que, com a autoria de vocês, esse projeto ganharia muita força e uma repercussão muito grande, porque, afinal de contas, estamos sugerindo uma legislação que partiu de pessoas que têm experiência, informação, vivência.

Vocês já vão responder, mas eu queria que, ao responderem, digam o que acham dessa proposta e se têm alguma coisa a acrescentar.

Eu vou inverter a fala. O último a falar foi o Dr. Rogério e, na sequência, será o primeiro a fazer uso da palavra.

O SR. ROGÉRIO TOLEDO JUNIOR – Muito obrigado, Presidente.

Senadora Ana Amélia, vou falar sobre os medicamentos. Foi uma briga ferrenha na Anvisa porque, inadvertidamente, eles foram completamente contra as diretrizes em tirar do mercado. Sem qualquer situação, eles tiraram, mesmo quando foi comprovado a eles – a nutrologia comprovou, a endocrinologia comprovou – que as medicações são necessárias. Eu não falo isso só para o paciente obeso. Vou falar da esteatose hepática, que é a gordura no fígado, de que todo mundo ouve falar e fica apavorado. Hoje, acho que sete em dez exames de ultrassom estão marcando esteatose hepática, mas, no paciente com sobrepeso, é até esperado. Eles ficaram à mercê de uma única droga, que é a sibutramina. Só essa ficou.

Mas eu alerto pelo seguinte: não são as drogas que vão resolver. Elas, sozinhas, não fazem nada. E nós sabemos que o brasileiro é muito comodista, por dois motivos. Primeiro, ele acha que o posto não vai atender, que a consulta demora – e demora três, quatro, cinco meses. Então, é muito mais fácil tomar o remédio. Isso é um risco contra a vida dele. Não vai resolver, vai ajudar. Sou a favor que ela volte, mas sempre com orientação médica. Isso é fundamental.

Vou dar uma informação muito importante aos senhores. Por que a Classe C? Eu tive várias reuniões com o pessoal da Fundação Nestlé. Na época, era presidente o Ivan Zurita, e ele me levou a conhecer uma ONG, a da Fernanda Keller, lá em Niterói, no Rio de Janeiro. Ele me pediu a composição técnica, porque eles têm a composição prática. De que jeito? Nessa escola, cada criança, com o seu problema, é atendida individualmente, Só que há hipertensão, diabetes, alteração de postura, problemas dermatológicos etc. Ele pediu que a Associação Médica Brasileira compusesse. E eu fui ver o que a Fundação Nestlé faz pelo Brasil. Eles levam as crianças para a cozinha, mostram o que é uma nutrição, mostram como se faz, e elas se encantam. Aí vira o quê? Uma ação lúdica e interativa. Vão chegar em casa e dizer: olha, aprendi isso e isso. Mas vão dizer: você foi para a escola aprender a ler e escrever ou para aprender a comer? Os dois. Por isso que eu falo que é uma questão de integração.

Nós temos como lema, eu tenho, como coordenador da Comissão de Obesidade, a informação para a formação. Não somos impositores. Damos direito ao jugo, mas temos que ser rígidos nas informações. Temos que dar todas, principalmente aquela de que eu falei: a cirurgia da obesidade é definitiva. Doente para sempre. E está um descalabro neste País porque não está havendo controle. Eu lamento dizer isso. Lamento porque esse paciente é custoso, vai custar e vai morrer mais depressa porque ele vai ter desnutrição, alteração de absorção de nutrientes. Isso é fato. A cirurgia faz isso.

Não querendo adentrar no caso da anemia, que a Patrícia vai responder, há o paciente que tem problema gástrico, por exemplo. A cirurgia bariátrica coloca a impossibilidade definitiva – vou insistir: definitiva – da absorção de ferro desse paciente. De tempos em tempos, ele vai ter que fazer infusão venosa. Isso é grave e sério. Agora, pior é o cálcio. Eu não tenho como dar cálcio para esse paciente. Então, é um problema sério. Eu poderia falar de especialidade por especialidade, mas eu não tenho tempo.

Senador Presidente, eu escrevi aqui no meu papel: uma comissão para avaliação em conjunto, isto é, Ministério da Saúde, a Patrícia e as entidades que o senhor acaba de convidar.

Eu aceito, sim, e lhe digo: parabéns pela sua iniciativa. Eu acho que teremos condição de julgar aquelas 22 menções que o senhor apresentou e avaliar qual vai ser eficaz e servir para uma coisa. Porque, número por número, eu quero resultado. Por que eu quero resultado? Porque, o meu País, eu confio nele, acredito nele. Essa população merece essa informação, e eu sou médico. Não é por Hipócrates, não, e nem porque sou hipócrita, porque eu não sou. É porque eu quero resultado. O médico vive da saúde dos meus pacientes, porque, se eles não a obtiverem, eles vão trocar de médico.

Obrigado, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Muito obrigado, Dr. Rogério.

Com a palavra Patrícia Constante Jaime.

A SRª PATRICIA CONSTANTE JAIME – Muito obrigada.

Eu vou começar a falar, brevemente, sobre a questão da anemia.

Hoje, a anemia é um problema muito importante nas crianças menores de cinco anos, nas mulheres gestantes e, com um aumento da obesidade, tende a se tornar um problema relacionado à cirurgia bariátrica.

A anemia na infância, que é a de maior magnitude, está relacionada a todos os fatores que fazem a criança a não consumir ferro e outros micronutrientes, como vitamina A, zinco. Esses nutrientes estão associados à formação de células sanguíneas, na quantidade suficiente. Então, ocorre numa dieta inadequada ou em um consumo não suficiente – nas crianças muito pequenininhas pela questão do volume– ou ainda nas perdas, que são as parasitoses, as diarreias.

Hoje, felizmente, em função do saneamento básico brasileiro, a gente tem melhorado a anemia que está relacionada às perdas intestinais de ferro. Mas seguem o problema de um consumo insuficiente de micronutrientes, de vitaminas e de minerais. Por isso, são importantes as ações de educação para um consumo alimentar saudável. Também temos que associar, em especial nas crianças menores de dois anos, fontes adicionais de micronutrientes na dieta, que é a suplementação, a fortificação. Então, temos pensando em um conjunto de estratégias para melhorar o que chamamos de *input*, a quantidade de micronutrientes consumidos.

O fato é que é superfundamental prevenir a anemia, porque uma criança que teve anemia, mesmo que tratada, não tem o mesmo desenvolvimento cognitivo. A anemia está muito relacionada ao desenvolvimento cognitivo.

Então, um país como o nosso, que é um país que está superando a pobreza, está enfrentando a miséria, está tendo um salto educacional, não pode permitir que uma geração de brasileirinhos e brasileirinhas cheguem à escola com déficit cognitivo decorrente de deficiência nutricional, como é o caso da anemia na primeira infância, em especial.

Sobre a questão da obesidade, é hoje um problema muito grave para o Sistema Único de Saúde. Temos um gasto de R$500 milhões por ano atribuído à obesidade, só para internação e atendimento de média complexidade, sem falar nos problemas psicológicos, sociais, de doenças relacionadas. Esses são dados de um estudo, uma tese de doutorado belíssima que trabalhou com isso e que dialoga com um estudo apresentado pela Senadora Ana Amélia.

O SUS paga a conta da obesidade, só que a obesidade não é causada dentro do setor saúde, ela é causada para fora dos muros do SUS. O SUS paga a conta, tem que acolher, tem que tratar.

Então, a resposta à obesidade é necessariamente uma resposta intersetorial, Senador. Então, eu aceito o seu convite, mas tomo a liberdade de trazer comigo alguns colegas da Esplanada, que estão relacionados ao Mistério da Educação, ao Ministério do Desenvolvimento Social, à Secretaria Especial de Direitos Humanos – falo de proteção da criança, que tem que ser apoiada e protegida em relação às práticas alimentares –, o Ministério da Agricultura, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, porque falo de um sistema alimentar que seja promotor de uma alimentação saudável, e não só de olhar para o Sistema Único de Saúde, que tem a sua responsabilidade. Seria trazer o conjunto de outros...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Só um minuto, Patrícia. Eu acho que você pode consultar, mas, se você colocar toda essa turma aí, nós não vamos sair. (*Risos.*)

Eu tenho experiência nisso. Se for, aí não vem, fica...

Eu acho que tem que ser assim: você tem que tomar o compromisso, você lidera isso, você faz o contato com a Educação, com a Saúde, com quem você achar importante. Mas eu acho que grupos muito extensos não chegam a uma conclusão ou, então, vão demorar demais. Quando criaram uma comissão para fazer um bicho, saiu um camelo, um dromedário. Então, é mais ou menos isso.

Aí eu estou lhe pedindo, mas quero uma coisa enxuta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Esqueceu do beija-flor e o morcego, Senador?

A SRª PATRICIA CONSTANTE JAIME – Mas é porque essa turma já está conversando, Senador. Temos hoje um espaço de governança que chama Câmara Interministerial de Segurança Alimentar Nutricional, que congrega 19 Ministérios; e, no âmbito dessa Câmara, elaboramos uma estratégia intersetorial de prevenção e controle da obesidade.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Você vai trazer isso do Governo.

A SRª PATRICIA CONSTANTE JAIME – Isso, posso vir com a maior alegria, representando o Governo Federal em relação ao que é esse pensar.

Em relação às escolas, ao papel da merenda escolar, a senhora tem toda razão, Senadora. Hoje, temos um Programa Nacional de Alimentação Escolar, coordenado pelo FNDE, vinculado ao MEC, e não ao Ministério da Saúde, que tem uma responsabilidade e que melhorou muito ao longo dos anos. Se pensarmos o que era a merenda de uma dieta industrializada que chegava ao Município... Com a municipalização, hoje conseguimos ter muito mais autonomia local do gestor e o empoderamento dos conselhos de alimentação escolar no Município para a compra de alimentos e não necessariamente de formulações industriais.

Agora, pensando que o ambiente escolar não é só oferta de alimentos, mas também é educação, para formar cidadãos que consigam fazer escolhas saudáveis é que temos o programa saúde na escola, para trazer desde ações de vigilância, mas também de diálogo entre a saúde e a educação.

E temos que encarar um problema, Senador, que é o seguinte: levar a nutrição para os projetos político-pedagógicos das escolas para além da biologia, ou seja, para além daquele olhar sobre o que é macronutriente, o que é gordura, o que é carboidrato. Trata-se de uma educação para a nutrição que seja emancipadora da criança, para que ela consiga saber o que é cozinhar, o que é comprar, o que é administrar esse componente. Não se trata de uma educação prescritiva, só sobre o que é bioquímica da nutrição. Esse é um desafio para nós.

Esta Casa está discutindo o Plano Nacional de Educação, como é que a gente consegue envolver esse debate para dentro do espaço escolar.

Por fim, eu gostaria de dizer que precisamos ter um conjunto de medidas para prevenir e tratar a obesidade que passam muito pela educação, mas também devemos ter medidas de apoio e de proteção, porque, se a escolha saudável for a mais difícil de ser adotada, ela vai ser adotada por poucos. E aí não se resolve o problema da pandemia da obesidade. Eu tenho que criar espaços promotores da saúde, espaços que protejam, por exemplo, as crianças. Eu acho que esse é um debate que a sociedade brasileira precisa fazer: como combinar ações de educação com ações de proteção e de apoio ao cidadão que quer ter uma prática saudável.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Agradeço à Drª Patrícia.

Só uma observação: quando eu digo... Evidentemente não estou restringindo a participação de outros Ministérios, até porque eu já dei aula. Professor e médico não têm essa...

Mas estou dizendo assim: se você pensar em um grupo que vai ter representação de 19 Ministérios, não vamos a lugar algum. Então eu acho que...

Podemos ouvir isso tudo, mais uma, duas ou três pessoas, quem sabe a Saúde, que você representa, ou a Educação, mas devemos ter um grupo reduzido para chegar a um texto, senão vai terminar o ano e nós não vamos conseguir o texto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Senador Moka, pela ordem.

Lembrei agora, quando estavam falando da sua proposta, que é muito adequada, com base no que disse a Drª Patrícia sobre a questão da anemia das crianças das classes mais... A pessoa de nível econômico melhor tem um grau de informação com assistência médica, com o pediatra, com aquela coisa do acompanhamento. Mas essas pessoas, não. Elas não têm informação. Elas não sabem o que é anemia nem por que a anemia acontece.

Aquele projeto da CNBB, com a Drª Zilda Arns, das crianças, eu penso que, como ONG, o trabalho de pesar as crianças, de fazer o acompanhamento nas periferias, pode trazer para esse grupo menor uma coisa de prática de um projeto que tem um alcance social grande, dentro dessa lógica de que a sociedade...

Não é um assunto para a Associação Médica Brasileira nem para o Ministério da Saúde nem para a Drª Silvia, da área de nutrição. Esse é um problema da sociedade.

Daí a minha sugestão de convidar o representante da CNBB, desse trabalho da criança, porque eles fazem isso no Brasil inteiro. Inclusive esse modelo é exportado, usado em países mais pobres, como os da África, no Timor Leste, em que ela esteve, e em outros países.

Então eu acho que seria interessante, porque é uma coisa muito pontual. Então eu queria sugerir isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Drª Silvia Cozzolino.

A SRª SILVIA COZZOLINO – Eu vou começar falando um pouco do ferro, porque, como a Patrícia levantou, eu acho que o importante é biodisponibilidade do ferro.

Quando pensamos hoje numa alimentação balanceada para criança nessa fase, a carne é um alimento importante, porque ela tem o ferro numa forma mais biodisponível. Então, é importante que isso seja orientado e que, muitas vezes...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Todos os tipos de carne?

A SRª SILVIA COZZOLINO – Todos os tipos de carne, principalmente a carne vermelha, que teria uma proporção entre ferro de reserva, que seria igual a outro, mas que tem o ferro que está ligado ao heme, que é muito mais biodisponível do que o ferro de origem vegetal, como o do feijão, por exemplo, ou de outras misturas.

Como a senhora falou da parte da Drª Zilda Arns, eles recomendavam aquela multimistura. Mas aquilo realmente não é tão biodisponível. Na verdade, era um acréscimo, mas não tinha uma biodisponibilidade adequada. Então, é importante que, nessa fase principalmente, a criança tenha essa fonte de ferro mais biodisponível.

A propósito disso, só para comentar, agora em maio, vamos ter um congresso de biodisponibilidade, em Foz do Iguaçu, em que vão quase 30 pesquisadores dessa área de biodisponibilidade, que trabalham com micronutrientes. Vai ser em Foz do Iguaçu, de 12 a 14 de maio. Nós estamos promovendo esse evento lá.

Bom, em relação àquilo que a senhora me perguntou sobre a relação entre obesidade e câncer, obesidade é um estado de inflamação crônica. Então, tudo o que vai originar interfere em termos de como alguns

micronutrientes vão interferir, reações que podem levar à formação de câncer também. Então, por isso, eu falei que hoje está se estudando muito essa parte da colonização do nosso intestino, e isso teria influências muito interessantes que poderiam, eventualmente, se chegassem a um estudo mais aprofundado, até diminuir o risco de as pessoas desenvolverem alguns tipos de doenças.

Então, cada vez mais, estuda-se a genômica humana e a relação disso com os nutrientes, como o nosso organismo reage a isso e como, eventualmente, podemos ter o mesmo tipo de dieta e eu me comportar completamente diferente de você. Isso é o que está mais se estudando hoje, e se pretende chegar, no futuro, a cada um ter uma alimentação personalizada, de acordo com as suas características genéticas. Estamos trabalhando muito dentro dessa linha de procurar avaliar isso.

Em relação à obesidade, sabemos que, depois que ela se instala, é muito difícil tratamento. Quando se chega à doença, concordo em que é o médico que deve cuidar, mas o nutricionista tem um papel fundamental para, no começo, evitar isso primeiramente. É o profissional que mais tem conhecimento de nutrição e que poderia, certamente, ajudar esse paciente a não chegar à obesidade, que é uma doença de especialidade médica e tudo mais.

Então, é muito difícil ter o tratamento da obesidade. O indivíduo precisa estar muito motivado. Ele precisa ter um acompanhamento psicológico, ele precisa ser incentivado a práticas esportivas regulares. E existem hoje, no mercado, até alguns produtos que podem, de alguma forma, ajudar esse indivíduo nesse problema.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Não só medicamentos.

A SRª SILVIA COZZOLINO – Pode ser.

Hoje existem, vamos dizer assim, recomendações de alguns tipos substitutos de refeição. Eu não estou dizendo que eu... Eu acho que temos que ver caso a caso, mas existem situações...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Algumas alternativas.

A SRª SILVIA COZZOLINO – ... em que algumas coisas podem ser feitas, mas que daí já é de novo um tratamento, já é de novo alguma coisa que precisa ser muito bem acompanhada e avaliada do ponto de vista da nutrição, do que o indivíduo está recebendo.

Como eu falei, é importante que, quando você dá uma dieta abaixo de 1.200 calorias, os micronutrientes, certamente, vão estar deficientes. E esses micronutrientes, que são pouco, vamos dizer assim, não são muito valorizados, podem ter papel preponderante em todo esse processo. Então, acho que é importante considerá-los com relação à qualidade das merendas.

Recentemente, faz só dois meses, assumimos o Conselho Regional de Nutricionistas da 3ª Região, e tivemos o cuidado de chamar os nossos representantes em vários órgãos, para ver como é que estava a situação. E, infelizmente, na conversa que tivemos com esses nossos representantes, nutricionistas que fazem parte desse conselho da merenda escolar, eles falaram sobre a dificuldade de haver alguma ação sobre isso; falaram que eles trabalham mais sobre denúncia, ou seja, alguém denuncia que não estão fazendo adequadamente, que eles não têm cursos de preparação de merendeiro, a parte higiênico-sanitária. Então, é um problema sério e, na verdade, eles têm uma possibilidade de não atuar adequadamente dentro disso, porque falta pessoal, porque faltam várias ações.

E, finalmente, em relação ao que o Senador Moka afirmou, coloco-me à inteira disposição, com o maior prazer. Acho que teríamos como contribuir dentro desse grupo, para podermos traçar algumas diretrizes.

E só falaria mais uma coisinha rápida, em relação ao que, por exemplo, a Patrícia levantou: hoje em dia, é um problema sério deixarmos as crianças brincarem na rua, como fazíamos quando éramos crianças. Hoje em dia, a mãe trabalha, sai, e a criança fica com as babás, quando há, e, quando não há, com cuidadores. E, muitas vezes, não existem lugares para que elas possam fazer uma atividade física, e ficam, na frente da televisão, consumindo alimentos calóricos.

Enfim, isso é um problema sério. E acho que deveríamos ter mais espaço para essas crianças brincarem, mais parques, mais incentivo a essa atividade física. Só isso. Obrigada.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – É claro, vou até pedir para a Senadora Ana Amélia para vir presidir, porque não quero interromper. Acho que é importante conversar mais, mas, ao mesmo tempo, tenho realmente um compromisso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Senador Moka, para mim, estou satisfeita.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Eu também, Senador, porque tenho um compromisso agora, e saio em dois minutos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – E queria que V. Exª, pela qualidade, passasse já para a proposta, é só marcar a data.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – É por que o assunto é complexo, e não vamos exauri-lo aqui, nesta audiência. Por isso que digo, Patrícia, a participação do Governo é importante, mas acho que é importante que, como você tem um grupo interministerial que está discutindo isso, é fundamental que esse grupo ouça, por exemplo, o Dr. Rogério, a Drª Sílvia. Tenho certeza de que não quero uma proposta que venha do Governo; quero uma proposta que venha das pessoas daqui, porque a Casa vai discutir. Então, se o Governo quiser mandar, tem a iniciativa de propor ao Congresso um projeto de lei, alguma coisa.

Mas, nesta Comissão, gostaria que pudéssemos sugerir um texto que levasse em consideração, exatamente, opiniões como a do Rogério, a da Sílvia, e a de outros que vocês julgarem necessárias. Mas temos que ter um grupo, a Comissão tem que ter esse contato com vocês. E, se vocês quiserem ampliar, é uma questão de vocês, mas gostaria que fosse dessa forma.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Só uma sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sim.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Sugiro a inclusão também, nesse grupo, de um representante da indústria de alimentos, porque acho que é o maior parceiro nessa história.

E só queria esclarecer uma das coisas que falei sobre a pré-escola, apenas uma pergunta: a campanha de prevenção contra o câncer de mama, quando foi feita, reduziu em quanto o câncer? O senhor tem esse dado, Dr. Rogério?

O SR. ROGÉRIO TOLEDO JUNIOR – Não, não tenho esse dado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Mas certamente reduziu.

O SR. ROGÉRIO TOLEDO JUNIOR – Senador, se V. Exª me der algumas horas, consigo pedir para a Febrasgo, que é a Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia, esse dado, pois eles têm.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Porque assim, teremos parâmetros para o desenvolvimento de uma campanha, alertando os pais, que são os maiores responsáveis pelo que está acontecendo agora. O jovem que está sendo educado na escola vai ser o pai do futuro, que já vem com outra mentalidade. Obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Esse dado da Drª Sílvia, para mim, é extremamente relevante, é a questão do controle, da fiscalização da qualidade da merenda escolar. Se o nutricionista está encontrando essas dificuldades, então, temos um risco sério. Aí vale, Drª Patrícia, nessa Câmara Setorial, no Ministério, ter uma ação mais protagonista nesse processo. Então, já é um dever de casa para o grupo de trabalho, Senador.

Parabéns, Senador Moka, pela condução.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Ana Amélia, para encerrar, gostaria de dizer ao Dr. Rogério...

O SR. ROGÉRIO TOLEDO JUNIOR – Desculpe-me, gostaria de dar uma informação importante. Para a cultura do povo brasileiro a obesidade está relacionada com estética, e aí a gente fala em cirurgia plástica.

Vocês não sabem o que os cirurgiões plásticos sofrem após a cirurgia bariátrica. Está sendo criada uma nova espécie humana, o chamado Frankenstein do Século XXI. As cirurgias corretivas pós-bariátricas, de superobesos ou de grandes obesos, são terríveis. A pessoa fica trancada, com péssima qualidade de vida, com depressão, não trabalha, não produz. É impressionante! Em contrapartida, Senador, temos a situação de que todas as sociedades estão respondendo pela obesidade, por isso que ela está tabulada. A divulgação tem de ser para todas as especialidades médicas, porque causa mal em todo o organismo. Acha que um homem brasileiro, latino-americano, fica sabendo que o sobrepeso pode causar disfunção erétil? As mulheres, na parte da dermatologia, têm a chamada dermatite seborreica. Então, temos de mostrar pela informação. Não é estética, é informação. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – É o que eu digo, dá para perceber a complexidade desse assunto. É claro que a argumentação do Dr. Rogério vai provocar uma reação nos cirurgiões, podem ter certeza disso, mas acho que não é essa a nossa finalidade hoje. Certamente, eles vão argumentar: "e aquelas pessoas que, se não fizerem cirurgia bariátrica, vão morrer?" Esse é um argumento que já ouvi. Então, nós não vamos fazer, mas há determinados tipos de obesidade mórbida em que a indicação é de cirurgia. O Doutor há de concordar também que existem casos em que... Claro que, se começarmos a praticar cirurgia bariátrica em Raimundo e em todo mundo, aí fica difícil mesmo.

O SR. ROGÉRIO TOLEDO JUNIOR – O que está acontecendo? Nós temos 10% de indicação e 90% de execução. Nós estamos banalizando a cirurgia, esses são dados físicos. As pessoas estão sendo operadas sem necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Agora, essa é uma responsabilidade do colega e dos Conselhos Regionais de Medicina. É uma coisa grave, que não pode acontecer. Mas eu quero, então, ao encerrar, dizer que agradeço muito. Eu acho, Senadora Ana Amélia, que iniciamos uma discussão. Eu

gostaria somente de, daqui para o final de julho, que esta Comissão pudesse ter uma proposta concreta, de uma legislação que recomende, por exemplo, uma campanha. Vamos proibir toda a publicidade para o público infantil. Eu recebi a visita do Maurício de Sousa, com a filha, dizendo que a Mônica pode ser usada para uma mensagem positiva. Então, quem sabe ela aparece dizendo que as crianças devem evitar isso? Essas coisas todas temos de discutir, como educação, saúde. Essa relação interministerial é fundamental. Agora, eu gostaria que vocês pudessem apresentar uma proposta aqui.

Eu vou dar por encerrada a audiência pública, agradecendo mais uma vez a grande contribuição que os Senhores e as Senhoras deram a esta Comissão. Muito obrigado.

Está encerrada a reunião. (*Palmas.*)

(Iniciada às 10 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 30 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Anibal Diniz, Inácio Arruda, Eduardo Suplicy, Alvaro Dias, Mozarildo Cavalcanti, Antonio Carlos Rodrigues, Humberto Costa, Paulo Paim, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda e da Senadora Ana Rita, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Antonio Carlos Valadares, Marcelo Crivella, Randolfe Rodrigues, Eduardo Braga, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, José Sarney, Romero Jucá, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Magno Malta e a Senadora Gleisi Hoffmann. Registra a presença a Senadora Vanessa Grazziotin. A Presidência registra a presença de Suas Excelências os Senhores Douglas Fischer, Procurador, Coordenador da Assessoria Criminal do Procurador-Geral da República no Supremo Tribunal Federal; Vladimir Aras, Procurador, Secretário de Cooperação Internacional do Ministério Público Federal; Silvio Amorim Júnior, Procurador Regional da República – Secretaria de Relações Institucionais da Procuradoria-Geral da República –; e do Senhor José Martins Arantes, Assessor de Articulação Parlamentar da Procuradoria-Geral da República. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública. Assunto / Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que trata da Reforma do Código Penal Brasileiro, e as matérias a ele anexadas. **Observações:** Foi aprovado o Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 32, de 2014, o qual requer, nos termos do inciso I do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 29, de 2014-CCJ, o convite, para a Audiência Pública em questão, sobre o tema "Advocacia Pública como Instrumento da Segurança Jurídica", do Senhor MÁRCIO CHAER, Diretor da revista Consultor Jurídico, responsável pela publicação do Anuário da Advocacia Pública, de 2014. **Requerimento de realização de audiência:** RQJ 6/2014, Senador Vital do Rêgo e outros. **Reunião destinada a instruir a seguinte matéria:** PLS 236/2012, Senador José Sarney. **Participantes: Rodrigo Janot Monteiro de Barros,** Procurador-Geral da República; e **Fabiano Augusto Martins Silveira,** Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. **Resultado:** Realizada a Audiência Pública. O Senhor Senador Vital do Rêgo passa a Presidência para o Senador Pedro Taques. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às dez horas e cinqüenta e dois minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e quatorze; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Muito bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 28ª Reunião Ordinária.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que trata da reforma do Código Penal Brasileiro, e as matérias a ele anexadas, conforme Requerimento nº 6, de nossa autoria.

Temos a honra de receber hoje, encerrando o ciclo das reuniões em forma de audiência pública, o Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, Procurador-Geral da República.

Convido à Mesa, o Dr. Fabiano Augusto Martins Silveira, Mestre e Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, Consultor Legislativo nosso, Conselheiro do CNJ.

Tenho a honra de poder abraçar o Dr. Fabiano, queridíssimo companheiro da Casa, para também participar desta reunião.

Registro a presença do Senador Pedro Taques, fraternal companheiro, que é autor, relator e principal signatário do parecer da Comissão Especial do Senado motivador da apreciação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do novo Código Penal que eu tenho a honra de relatar.

Passo a palavra ao Sr. Procurador-Geral da República para a sua exposição inicial.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Exmo Sr. Presidente, Exmos Srs. Senadores, quero registrar inicialmente que é uma honra voltar a esta Comissão e, de alguma forma, se puder, contribuir com esse trabalho difícil que é a alteração e a modernização da legislação penal brasileira. Aponto já, de início, que não sou teórico das letras penais e que o meu testemunho aqui será mais da minha experiência no Ministério Público, ao longo da minha carreira, na aplicação da Lei Penal.

Fiz aqui algumas anotações sobre algumas modificações introduzidas no Código Penal que eu acho relevante destacar.

Inicio elogiando fortemente o trabalho realizado pelo Senador Pedro Taques, que realmente conduziu com muita propriedade os trabalhos da sistematização e proposição do novo Código Penal Brasileiro.

A primeira questão que eu queria assinalar é, a meu ver, no meu entendimento, o acerto na proposta de se acabar com a dicotomia clássica entre reclusão e detenção. Isso fazia sentido num momento histórico do Direito Penal, mas hoje em dia não faz mais sentido essa dicotomia.

Também gostaria de pontuar como positivo o reconhecimento que houve, pela Comissão, da supremacia do regime de cumprimento de pena sobre o sistema do livramento condicional. O livramento condicional muitas vezes se superpõe ao regime de cumprimento de pena. E, pelo que entendi da proposta, o regime de cumprimento de pena, a prevalecer, será o fechado, o semiaberto e o domiciliar, com as cautelas necessárias para esse regime.

Informo aos senhores que um grupo interdisciplinar composto pelo Conselho Nacional do Ministério Público, pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, pelo Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais, pelo Ministério da Justiça e pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Segurança Pública, estamos realizando um projeto que será lançado na quarta-feira, às 9h30, cujo nome é "Segurança sem Violência". Esse projeto se destina a, em um primeiro momento, oferecer soluções de curto, de médio e de longo prazo para a melhoria do sistema prisional brasileiro.

Dentro de uma das medidas propostas discutidas, se chegou à conclusão de que seria razoável exatamente essa de se acabar com o regime aberto e transformá-lo em regime domiciliar com as cautelas de controle. Esse projeto, essa proposta, esse programa será lançado na quarta-feira e dele constará, como uma das referências, exatamente essa, coincidentemente, que é a extinção do regime aberto e a substituição pelo regime domiciliar.

Outro ponto em que o Código caminha, na linha do Direito Penal moderno, é o de ampliar as possibilidades de aplicação de pena alternativa.

A gente tem que ter ideia, ter presente que a pena, em si, tem um efeito didático e um efeito de ressocialização, e só a pena privativa de liberdade não tem esse condão de permitir essa ressocialização. No Direito Penal moderno, se aplicam, eu diria, para determinados tipos de delito, com muito mais propriedade, essas penas alternativas àquela restritiva da liberdade do réu.

Outro ponto importante que eu devo ressaltar, que vi no projeto, é, eu diria, a valorização e a contextualização num sistema de realidade da pena de multa. A pena de multa tem um destino, tem uma finalidade própria.

A gente costuma brincar que a pena de multa dói na parte do corpo que é mais sensível para o ser humano, que é o bolso. Para que isso aconteça, ela tem que, realmente, ter uma robustez que faça com que essa pena de multa seja vista, efetivamente, como pena.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB. *Fora do microfone*.) – Que possa doer mesmo.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Que possa doer, exatamente, que possa ter a sua consequência jurídica pretendida, e ser inserida, de vez, num sistema de penas do Código Penal, tirando dela

esse caráter tributário que, hoje, se quer emprestar e passando, com o reconhecimento da pena, para que o Ministério Público, como faz com as outras penas previstas no Sistema Pena, possa, então, fazer cumprir a questão do cumprimento da pena de multa.

Outro ponto, no particular, que me parece interessante também pontuar é que ela incide, automaticamente, em todo crime que gere dano material para a vítima. Isso é bastante positivo no meu ponto de vista.

Outro ponto de vista que acho que vale ressaltar positivamente na proposta do Código é essa proposta mais rigorosa no tratamento dos crimes hediondos.

Ela aumenta o rol dos crimes hediondos e aumenta o tempo de condenação a ser cumprido, a ser descontado pelo autor do crime na progressão do seu respectivo regime.

Outro ponto que era um paradoxo que se vivia na aplicação da Lei Penal era a unificação da pena, ou das penas, no estabelecimento do limite máximo de 30 anos, mesmo o apenado tendo, após a aplicação da sua sentença condenatória transitada em julgado, cometido novos crimes. Então, isso, enfim, quebrava a isonomia do cumprimento da pena, a partir do momento em que aquele que se encontrasse já no patamar de 30 anos pudesse cometer crimes e que, para esses crimes, não houvesse uma reação à altura do Estado.

A proposta do Código vem suprir esse paradoxo e passa, então, na unificação da pena para aqueles crimes cometidos após a unificação anterior, a ampliar para o máximo de 40 e a não levar em consideração o tempo anterior já descontado.

Outra questão polêmica, mas eu acho que o Direito Penal brasileiro merece evoluir, é a responsabilidade da pessoa da jurídica, a ampliação da responsabilidade da pessoa jurídica, além daqueles crimes ambientais propriamente ditos.

Isso é uma questão de política criminal. Os senhores estarão mais bem preparados para deliberar sobre isso, mas o que eu acho, no particular, que importa dizer é que, na aplicação da pena à pessoa jurídica, a aplicação disso não pode inibir a aplicação da pena da pessoa física, de maneira autônoma, que, de qualquer forma, venha a concorrer com a prática do delito.

Não deve haver dependência de uma e outra no cumprimento dessa mesma pena.

Um ponto que acho extremamente positivo e que se pretende alterar com essa proposta do Código Penal – e aqui eu colocaria bastante ênfase – é no novo tratamento dos prazos e do sistema prescricional no Direito Penal. Até há bem pouco tempo, tínhamos prescrição em prospecção – por sorte já foi vencida – em que, quando se via que, na gradação da pena, não se conseguiria atingir a execução da pena em razão da prescrição, o réu já era liberado do cumprimento da sua reprimenda. Esta já acabou, acaba aqui um problema sério para nós, que lidamos com a aplicação do Direito Penal: a prescrição retroativa. Esse é realmente um problema sério, é uma criação autenticamente brasileira que não deu certo, ou seja, é você considerar que, aplicada a pena *in concretu*, se possa retroceder a contagem da prescrição naqueles marcos interruptivos de prescrição.

Acho que esse é um ponto que é muito positivo, vai diminuir bastante a sensação de impunidade.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela forma como se conduz esta Comissão, o nosso convidado permite, com a sua simplicidade e com o seu jeito especial de tratar determinadas matérias complicadas, admitir uma interrupção à fala do Dr. Janot, até porque qualquer contribuição de V. Exª será sempre muito bem-vinda.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Claro, e irá engrandecer a minha fala.

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não, aí não posso... Essa fica fora dos arquivos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Sr. Presidente, sem querer ser inconveniente, mas esse ponto de que o Dr. Rodrigo Janot tratou é de suma importância porque fizemos uma pesquisa, Dr. Rodrigo, por ocasião da elaboração do projeto, e nenhum país do mundo tem algo parecido. V. Exª tocou no ponto. Não fomos a países muito longínquos, só aqueles filiados à ONU, e nenhum país do mundo tem algo parecido. V. Exª toca em um ponto, penso, crucial do projeto. Desculpe, Sr. Presidente.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Se o Senador me permitir uma brincadeira, eu, como todo mineiro, gosto muito de jabuticaba. E tudo aquilo que começamos a construir e não sabemos se é novidade ou não, perguntamos se é jabuticaba ou não. Se for jabuticaba, todos temos que ter uma atenção redobrada para ver se essa criação, essa inovação realmente é coerente, é aplicável. Realmente, então, não é do meu conhecimento, não fiz uma pesquisa profunda, mas essa prescrição retroativa, a construção dessa prescrição retroativa, como era a prospectiva, não é do meu conhecimento que exista em outros países do mundo. E aqui realmente acho que, com isso, se consegue reduzir um pouco essa questão da impunidade. Da mesma

forma, outras medidas, tais como pendência de recurso especial extraordinário, se interposta, não flui o prazo prescricional. Isso faz com que se evite também a prescrição intercorrente, que é outro mal com que lidamos na tramitação dos processos penais.

Temos aqui uma questão de harmonização com as demais legislações, que é a questão do tratamento da prescrição etária. Acho que foi efetivamente bem posto que, segundo o Estatuto do Idoso, primeiro, você acaba com a prescrição etária da pena em abstrato, e você, ao lado disso, traz a prescrição etária de 70 para 60 anos para a pena *in concretu*. Acho que ficou bem medida essa questão da aplicação prescricional etária.

Quanto ao aumento da pena base do homicídio, acho que valeria a gente pontuar que o desvalor da conduta que retira uma vida humana é muito grande e a elevação a um patamar mínimo de 8 anos impõe um início de cumprimento de pena mais restritivo. O que eu vejo aqui, no que se refere ao homicídio, é que ficou bem equilibrada a distribuição dessas penas. Pelo que pude perceber, homicídio culposo passa a ser apenado com 2 a 6 anos; o homicídio com culpa gravíssima, de 4 a 8 anos; o homicídio doloso é de 8 a 20, não mais de 6 a 20, e o qualificado de 12 a 30 anos de prisão. Então, no que se refere à tutela desse bem maior, que é a própria vida humana, eu vejo com muito equilíbrio essa distribuição de penas no que se refere ao homicídio.

Na questão dos crimes cibernéticos, estamos a trafegar por águas procelosas, porque são temas muito modernos, muito novos e de difícil qualificação. Mas vejo que andou bem o projeto, que aproveitou a experiência internacional na qualificação desses crimes cibernéticos, valendo-se da Convenção de Budapeste de 2004 e também de conceitos técnicos posteriores a ela, suprindo algumas dúvidas de aplicação da Convenção de Budapeste em outros países que a ela se filiaram com os problemas da aplicação dessa convenção na tradução disso para o Código Penal.

Vou tocar em um assunto delicado, que é a parte das drogas. Eu vejo que havia, na Comissão de Juristas, uma proposta inicial que se espelhava na proposta do Código Penal Português, que era medir a descriminalização pelo uso, pela quantidade da droga. Então, criava-se aí uma presunção, e a aplicação disso... eu vejo como problemática a aplicação dessa presunção pela quantidade de droga, quantas vezes o sujeito usa essa quantidade de droga. Enfim, não é uma situação de aplicação fácil. Eu acho que bem andou quando se colocou ou quando se pretende que o juiz da causa, diante da circunstâncias do caso concreto, analise se se trata de usuário ou de traficante, para efeito do tratamento penal adequado.

Outro ponto que eu acho que temos que enfrentar com maturidade e cautela é a questão do terrorismo. Depois do Onze de Setembro, eu acho que o mundo, pelo menos o mundo ocidental, tomou um choque com aquele fato, e, apesar de o Brasil ser um país pacífico, um país tranquilo, não se pode dizer que estamos livres de um ato bárbaro como aquele. Eu noto que há uma dificuldade enorme em se definir o crime de terrorismo em razão das várias manifestações como ele se coloca. A ONU tropeça na definição desses crimes, então, os países tropeçam na definição desses crimes.

O que se pode, nesse crime de terrorismo, é verificar os pontos em que ele toca. Então, ele envolve necessariamente violência física ou psicológica, ele se destina a provocar medo ou terror – daí o nome "terrorismo" – e se destina a gerar esse medo ou terror em larga escala, de maneira que ultrapasse, em muito, aquelas pessoas eventualmente envolvidas no núcleo do delito efetivamente praticado. Portanto, é um assunto que merece toda a nossa atenção, é um assunto que merece discussão, e acho que não podemos, a escopo de definir o tipo penal do terrorismo, criminalizar os movimentos democráticos, os movimentos sociais. Eu acho que não chega a esse ponto, porque o núcleo, o que é? São atos, são violências físicas ou psicológicas que se destinam a gerar uma situação de pavor ou de terror em larga escala, alcançando além das pessoas eventualmente atingidas por esse ato de violência, quer física, quer psicológica.

Outro ponto que acho positivo na proposição do Código Penal é essa distinção entre a organização criminosa e a quadrilha. Ele faz uma gradação do nível de organização desses grupos que, de forma permanente, se reúnem para o cometimento de crimes. Dá à associação criminosa uma organização menor do que a organização criminosa, esta sim, pressupondo uma organização, gerência, distribuição de tarefas e tal, penalizando de maneira distinta a organização de maneira mais gravosa do que a associação criminosa.

Um outro ponto sensível, mas que eu acho que deva ser enfrentado, é a questão da criminalização do jogo do bicho. O Brasil é signatário de instrumentos internacionais e se empenha no combate ao crime da lavagem de dinheiro e corrupção. O jogo do bicho tem se mostrado, ao longo dos anos, como um instrumento apto ou à lavagem de dinheiro ou à corrupção. Então, eu acho que a criminalização do jogo do bicho daria ao Estado instrumentos melhores no combate à lavagem e à corrupção.

Outra novidade que acho que merece o nosso aplauso, pelo menos na visão do Ministério Público, é a criminalização da conduta do enriquecimento ilícito, que é mais um instrumento posto à disposição do Estado no combate à corrupção. Vejo isso como um ponto muito positivo nessa proposta do projeto.

Nos crimes contra a ordem tributária e crimes financeiros, o que se põe é um enfrentamento mais firme nesses crimes que, na verdade, sangram, seja dinheiro público nos tributários, seja o dinheiro do mercado nos financeiros, um dinheiro que poderia estar inserido no meio circulante, um dinheiro que estaria inserido na capacidade de investimento do próprio Estado. Ele trata de maneira, eu diria, mais firme os crimes, sejam tributários, sejam financeiros, e vejo isso como um ponto muito positivo.

Eu acho que deve ser vista também como positiva a proposta do art. 154, que trata de redução à condição análoga à de escravo. Eu acho que, no século XXI, o Brasil sendo signatário de vários instrumentos internacionais, que possamos ainda admitir na sociedade brasileira a redução de um ser humana à condição análoga à de escravo...

Lembraria que o Brasil, em razão da subscrição de pactos internacionais, no que se refere a isso, está sujeito também ao controle das cortes internacionais. E, atrelado à condição análoga à de escravo, há a tipificação de um delito que, infelizmente, perpassa hoje a sociedade, não só brasileira, mas do mundo como um todo, que é o tráfico de seres humanos para efeito de prostituição, para efeito da redução ao trabalho análogo ao de escravo, para extração de órgãos e para imposição de trabalho forçado ainda que não seja com condição de redução ao trabalho análogo ao de escravo. Então, nesses casos de tráfico de seres humanos, seja para extração de órgãos, seja para trabalho forçado, seja para trabalho análogo ao de escravo, seja para prostituição, acho que deve haver uma repressão à altura do Estado para que, no século XXI, novamente, a gente não possa conviver com esse tipo de delito.

Por último, um outro ponto que acho que merece destaque e merece aplauso, pelo menos da parte do Ministério Público: no que se refere à homologação de sentença estrangeira, quando relativa à homologação de ações penais públicas, a homologação depende de pedido do Procurador-Geral da República, em simetria com o que se faz na distribuição da persecução penal, que é o titular da ação penal.

Então, seriam essas breves considerações sobre alguns pontos que retirei do projeto. E estarei à disposição dos senhores para responder aquilo que eventualmente eu tenha condição de responder, já lembrando que não sou um teórico do Direito Penal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço ao Dr. Rodrigo Janot, que novamente volta, vem à Casa nos trazendo mais uma exposição, desta feita de caráter objetivo, analisando o trabalho que a Comissão Especial da Casa formulou, o que, para nós, Dr. Rodrigo, pelos pontos de convergência, já mostra que o Ministério Público entendeu o espírito da lei, a vontade do legislador em atualizar o nosso Código dentro de princípios muito claros cobrados pela sociedade.

Eu registro a presença do Dr. Douglas Fischer, Procurador, Coordenador de Assessoria Criminal do Procurador-Geral da República; do Dr. Vladimir Aras, este queridíssimo amigo, Procurador e Secretário de Cooperação Internacional do Ministério Público Federal; Dr. Silvio Amorim Junior, que está sempre conosco, Procurador Regional da República e Secretário de Relações Institucionais da Procuradoria-Geral da República; Dr. Arantes, Assessor de Articulação Parlamentar da Procuradoria-Geral da República. A todos, os nossos cumprimentos.

Usando a condição de Relator, *data venia,* há necessidade de ouvir primeiro o Senador Pedro Taques, mas tenho, daqui a pouco, que abrir. Eu vou pedir ao Senador Moka para continuar na Presidência dos nossos trabalhos. Eu e a Senadora Vanessa temos que nos dirigir para outra sala, para outra atividade, desta feita a Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal, e não poderia deixar de elencar alguns questionamentos ao Dr. Rodrigo Janot no que diz respeito a poucos temas. O senhor conseguiu desidratar as minhas perguntas. Mas alguns temas ficaram para uma avaliação de V. Exª.

O substitutivo aprovado pela Comissão Especial excluiu uma das inovações trazidas pelo texto elaborado pela Comissão de Juristas. Nós já debatemos isso aqui e queria ouvir V. Exª. A barganha como um instituto inspirado no modelo norte-americano possibilitaria que o réu negociasse com a Justiça uma pena de prisão menor, ou uma pena alternativa – V. Exª falou aqui, *en passant*, sobre penas alternativas – em troca da confissão, pondo um rápido fim ao processo. Na visão de V. Exª, não seria esse um instrumento útil, considerando a morosidade do sistema de Justiça? Não haveria interesse da sociedade e do próprio sistema judicial por essa inovação? Queremos ouvir o Ministério Público.

No que tange à aplicação do princípio da insignificância, que está no parágrafo único do art. 26 do nosso substitutivo, estabelece-se que é vedado o reconhecimento da insignificância penal quando o agente for reincidente, possuir maus antecedentes ou habitualidade delitiva. Não seria essa uma regra rigorosa, que poderia levar à prisão o acusado reincidente de crimes insignificantes? Eu já fiz também essa pergunta aos nossos outros convidados.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Imagine. (*Risos.*) Eu também.

Não seria melhor que o julgador, diante do caso concreto, avaliasse a relevância da reincidência? Reincidência em crimes insignificantes.

Há muitas controvérsias relacionadas ao tema da maioridade penal.

Muito se discute a constitucionalidade da sua redução, ou mesmo a sua flexibilização. Nesse sentido, inclusive, discute-se a possibilidade de tornar a incapacidade do adolescente, com idade entre 16 e 18 anos, em matéria penal, numa presunção relativa e não mais absoluta.

Gostaria de ouvir V. Exª sobre os aspectos constitucionais desta medida, bem como com relação ao seu mérito.

Mais uma pergunta: Como se poderia garantir, por meio da lei, que a sentença seja clara no que tange à aplicação das circunstâncias agravantes e atenuantes? O que V. Exª acha de estabelecer um incremento ou decréscimo fixo – metade, um terço, um sexto –, em vez de uma faixa de um terço até a metade? De um sexto a um terço, um incremento fixo, em vez dessa atual faixa aplicativa.

Última pergunta: qual é a opinião de V. Exª sobre a inclusão dos delitos de corrupção ativa e passiva, peculato? V. Exª já falou alguma coisa sobre crimes hediondos aqui, mas, falando novamente sobre rol de crimes hediondos, qual a opinião de V. Exª sobre a inclusão dos delitos de corrupção ativa, corrupção passiva, peculato e excesso de exação no rol dos crimes hediondos?

Faço um questionamento com modelo prático: seriam realmente hediondas, ou seja, dotadas de excepcional repugnância todas as condutas açambarcadas por esses crimes? Por exemplo, oferecer e exigir R$50,00 ou R$100,00 para se livrar de uma multa de trânsito. É uma indagação dentro do espírito do legislador quando tratou da matéria de crimes hediondos.

Vou passar a palavra, agora, ao Senador Pedro Taques para as suas indagações.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT. *Fora do microfone*.) – Se quiser responder, eu aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vou passar a palavra, então, ao Dr. Rodrigo e depois ao Senador Pedro Taques.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Começando aqui pelo *plea bargaining*, acho, sim, que esse é um instrumento que pode auxiliar, e muito, primeiro na diminuição da tramitação de processo penal; segundo, conseguir uma efetividade maior da Justiça penal, na medida em que se permite que acusação e defesa firmem um compromisso, no cometimento do crime, de qual crime apena a pena a ele aplicada para efeito da aplicação da Lei Penal, sem que haja aí toda uma tramitação de processo, instrução, etc.

Esse instituto é criado dentro de um sistema, nossas famílias de direito. Temos o Direito saxão e a família do Direito romano-germânico. Ele é fruto de uma criação no Direito saxão, mas esse instrumento já está comprovado e aplicado em países que adotam, como nós, o sistema da família romano-germânica.

Lembraria um dos exemplos – como o Dr. Fabiano fez; estudou na Itália, e eu, também – é que, no código penal italiano, há a figura do *patteggiamento*, que nada mais é do que o *plea bargaining* aplicado no Direito Penal de um país que se insere dentro da família romano-germânica. Não vejo nenhum problema na aplicação do instituto, no Direito brasileiro, como integrante dessa família de Direito romano-germânica, já que há a experiência aplicada desse instituto. E vejo que esse instituto, sim, pode, e muito, auxiliar a efetividade do Direito Penal, pode auxiliar a aplicação do Direito Penal de forma mais rápida e pode ajudar a desafogar também a tramitação de processos na Justiça Penal.

Quanto ao problema do princípio da insignificância, acho que a proposta segue a linha do Supremo. A aplicação do princípio da insignificância não é um direito penal do autor, então nós temos o direcionamento do Direito Penal para aqueles delitos que, realmente, mereçam uma atuação especial do Estado, só que, nesses delitos de menor potencial ofensivo, se o sujeito é um *habitué* da prática do crime, eu acho que não se aplica a exceção ao princípio da insignificância. O princípio da insignificância, enquanto aplicado, não pode gerar um incentivo ao cometimento de crime.

Então, nós temos furto privilegiado – o Supremo já exclui a aplicação do princípio da insignificância. Enfim, havendo a repetição delitiva, a reincidência, o sujeito não pode ter, através do princípio da insignificância, uma impunidade ou um *bill of indemnity* na prática de delitos.

Maioridade penal.

A maioridade penal é uma discussão acalorada que rende posições de um lado e de outro. A minha opinião pessoal, não como jurista, mas como cidadão brasileiro... Como jurista, posso dizer, como aplicador do Direito, que eu vejo, sim, que a redução da maioridade penal, em princípio, ofende a cláusula pétrea da Constituição, mas isso falando em princípio, porque, caso essa questão venha a ser suscitada no Supremo, terei que me pronunciar. Portanto, falo em tese. Agora, como cidadão brasileiro, eu não vejo efetividade, eu não vejo objetividade, eu não vejo como a redução da maioridade penal possa atingir um resultado que se pretenda com

a própria aplicação do Direito Penal. Eu acho que bem anda aqui, me parece que foi uma PEC que já passou aqui no Senado e foi para a Câmara, se não estou enganado, não lembro mais o número...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT. *Fora do microfone*.) – A do Senador Aloysio?

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Como informação a V. Exª, a PEC do Senador Aloysio já foi votada e está em grau de recurso ao Plenário. O Senador já encaminhou o recurso ao Plenário; aqui houve um placar desfavorável à PEC do Senador Aloysio e houve um recurso ao Plenário.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Eu acho que, para efeito de eficácia da aplicação da Lei Penal, a questão não se põe com a redução, mas se põe com o aumento do cumprimento da eventual reprimenda que se venha a aplicar nesse menor que pratica ato equiparado a crime.

Pessoalmente, não estou convencido de que a redução da maioridade penal tenha o efeito que se espera. Eu não estou convencido. Colocar um adolescente num sistema penitenciário caótico como o nosso, pergunto se isso não terá exatamente o efeito contrário do que se quer da pena, que é reeducação, que é ressocialização.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – V. Exª conhece o texto da PEC do Senador Aloysio Nunes?

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Não me recordo mais. Eu lembro que aumentava o tempo de cumprimento da reprimenda aplicada ao menor.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – É... Mas ele, na verdade, deixa ao juiz e ao Ministério Público a prerrogativa de classificar isso e diz exatamente: quando do chamado crime hediondo.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Certo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Quer dizer, é aquele menor, dezessete...

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Agora me lembrei .

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Recorrente várias vezes, porque eu acho que, de tudo que vi aqui...

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Excelente solução, essa que foi encontrada.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – ... essa seria a melhor solução.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Claro, claro. De acordo inteiramente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O incidente processual que propõe a PEC é exatamente na avaliação em casos de crimes reconhecidamente hediondos, manifestado, provocado pelo Ministério Púbico. O Senador Pedro Taques pode também lembrar a PEC do Senador Aloysio, como nós e o Senador Moka estamos fazendo também. No caso de crimes reconhecidamente hediondos, com repugnância social absoluta, há um incidente processual provocado pelo Ministério Público para avaliação especial, caso a caso, do juiz de Direito.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Sr. Presidente, é exatamente isso.

A proposta de emenda do Senador Aloysio cria o incidente de desconsideração de inimputabilidade penal, dando, lá no 129, ao Ministério Público, mas com especialidade na infância e adolescência, o poder-dever de, em se tratando de crimes hediondos, pedir ao juiz especialista da vara que ouça um grupo multidisciplinar se, naquele caso concreto de 16 a 18 anos, ele teria condições de responder pelos seus atos. Isso não está no Código. Isso é uma proposta de emenda.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Agora me lembrei do texto... *(Fora do microfone.)*. Eu acho que, realmente, essa solução vai ao ponto exatamente, foge da cláusula pétrea e foge também dessa solução simplista de que, em superando a questão constitucional, a redução gerará um efeito de redução da criminalidade. Isso não... A cláusula realidade nos mostra que isso não...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Tratando caso a caso.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Caso a caso. Exatamente. Eu acho que essa é a solução ideal, a que vai ao ponto mesmo.

A outra questão é se, no caso de agravante e atenuante, seria uma faixa fixa ou faixa percentual. Eu acho que, na individualização da pena, o juiz leva em consideração as circunstâncias do agente do delito. Nessas circunstâncias da personalidade, do cometimento do crime, etc., seja para agravar, seja para atenuar, eu prefiro o sistema não de tabelamento, mas o de fixação de uma zona em que o juiz possa trabalhar, como o atual, para que ele possa, então, promover a individualização da pena mesmo. A cada indivíduo que comete um crime, segundo as suas circunstâncias, o juiz aplica, nessa gradação que a lei permite, que eu acho que é o ideal, aquilo que resolve o caso concreto.

Senador Vital, quanto a transformar corrupção ativa, passiva, peculato, enfim, em crime hediondo, eu confesso que, para não dar aqui uma resposta leviana, eu não meditei ainda sobre isso. Acho que é uma situação grave, mas eu não sei se, como o exemplo que o senhor deu, uma multa de trânsito levaria isso a uma classificação de um crime hediondo. Então, para não ser leviano, eu gostaria de meditar sobre esse assunto, porque sobre ele eu ainda não me debrucei.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vou passar a palavra ao Senador Pedro Taques. Nós teremos ainda que ouvir o Dr. Fabiano, como nosso convidado.

Antes, solicitando o apoio de V. Exªs, há um adendo ao requerimento de audiência pública que nós vamos fazer na próxima semana, a "Advocacia Pública como Instrumento de Segurança Jurídica", aqui, nesta Comissão. É uma matéria interessante e nós estamos trazendo uma audiência pública.

Assinamos este requerimento eu e o Senador Pedro Taques. Entre os convidados, estamos requerendo a presença do Sr. Márcio Chaer, Diretor da revista *Consultor Jurídico*.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 32, de 2014

Requeiro, nos termos do inciso I do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 29, de 2014-CCJ, o convite, para a Audiência Pública em questão, sobre o tema "Advocacia Pública como Instrumento da Segurança Jurídica", do Senhor MÁRCIO CHAER, Diretor da revista Consultor Jurídico, responsável pela publicação do Anuário da Advocacia Pública, de 2014.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Em discussão.

(*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Pedro Taques com a palavra, para as suas perguntas.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Sr. Presidente, a Senadora Vanessa pediu para antecipar. Ela disse que a pergunta não será amazônica na extensão. Então, eu abro mão da minha agora e depois eu faço.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Amazônica não. Apenas do tamanho do Estado do Amazonas, não da Amazônia, senão eu entro no Estado do Senador, e também aí não dá. (*Risos.*)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – E entra em outros países também.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Eu não sou nem membro efetivo da Comissão. Agradeço, Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senadora Vanessa, com a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Quero cumprimentar o Dr. Janot e dizer que este debate é da mais extrema importância, até porque ele orienta, contribuirá com o projeto que deverá sair daqui, desta Comissão, para o Plenário, o novo Código Penal.

Tenho duas observações muito rápidas. Acho que avançamos bastante nesse aspecto. O primeiro deles diz respeito à tipificação do crime a que o senhor, Dr. Janot, já se referiu

O senhor, Dr. Janot, já se referiu a tráfico de pessoas. O Código Penal, a legislação brasileira é muito deficiente quanto a isso. Mas a nova tipificação, apresentada pelo nosso querido Senador Pedro Taques, acho que evoluiu muito, e aprovamos recentemente outro projeto no Plenário muito extenso, transformando a política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas em lei. Porque nós temos uma política, um plano nacional, mas não efetivamente em forma de lei. Então, isso é muito importante. O Senado já aprovou no Plenário, está na Câmara, e lá acho que a gente precisa, Senador Taques, fazer gestões para que também aquela Casa possa votar o ais rápido possível.

A outra observação que faço é em relação à redução da maioridade penal. Eu concordo com V. Exª, não que não esteja convencida da eficácia de diminuição da maioridade. Pelo contrário. Eu estou convencida de que não haverá eficácia. Não! O que nós precisamos fazer é tratamento diferenciado para você tratar meninos e crianças.

Eu sempre digo que o debate começa com: não, vamos baixar de 18 para 16. Mas há países que já está com nove anos de idade – com nove anos de idade. Acho que temos que investir em outra questão. Mas agora, a pergunta, Senador Pedro Taques.

Senador Pedro Taques – eu perguntei a ele, ele sabe todos os artigos de cor, enfim –, o art. 121 trata do crime de gênero praticado contra a mulher, principalmente aumenta a penalidade quando isso ocorre no âmbito

familiar e doméstico e caracteriza violência doméstica. Nós temos, no mínimo, dois outros projetos tramitando aqui, um V. Exª relata e o outro está com a Senadora Gleisi Hoffmann, ambos de iniciativa da CPMI de Violência Contra a Mulher. Nós queremos incluir no Código Penal – e eu queria ouvir sua opinião – o termo "feminicídio". Eu estou com um estudo aqui, eu já pedi para tirar cópia, Dr. Janot, para passar para o Presidente da Comissão, para o nosso Relator e para V. Exª. É um trabalho feito pela ONU Mulheres, que mostra que em torno de 12 países... Salvo engano, Costa Rica foi o primeiro país a inserir este termo. O que significa o feminicídio? É o crime contra a mulher pelo fato de ela ser mulher. Infelizmente, isso existe, é muito forte, e daí a Lei Maria da Penha.

Então, eu queria ouvir a...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Pois não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Sr. Presidente, posso? Permite-me um aparte, Senadora Vanessa?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Eu já concluo, porque a minha sugestão é esta, Senador Pedro Taques: pegar esses dois projetos e ver como é que V. Exª pode incluir, ainda, na sua proposta.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Sim, permita-me, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Nós recebemos, Sr. Presidente, Sr. Procurador-Geral, contribuições valiosas da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que a Senadora Vanessa participou.

No Relatório elaborado pela Comissão Especial de Senadores, nós tivemos por bem não elencar o nome jurídico, mas trouxemos como uma qualificadora do homicídio como violência de gênero, e isso fizemos a modulação com a pena, para que nós tivéssemos uma distorção da Lei Maria da Penha.

Mas as contribuições da CPMI foram valiosas não só nesse ponto, mas em outros temas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O Senador Pedro Taques já esclareceu a dúvida.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – O nome jurídico eu entendi que não se faria necessário, porque a rosa não mudaria o seu cheiro se ela se chamasse cadeira.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Exatamente por isso... *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

Senador Pedro Taques com a palavra.

Com a palavra V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senador Vital do Rêgo, Sr. Procurador-Geral, eu preparei aqui 72 perguntas, mas, em razão do avançado da hora e V. Exª ter que presidir a CPI da Petrobras...

Dr. Rodrigo, eu agradeço as valiosas contribuições de V. Exª e quero agradecer o Ministério Público brasileiro pela contribuição por ocasião da Comissão Especial de Juristas. Nós tivemos ali membros do Ministério Público. O Relator foi o Dr. Luiz Carlos Gonçalves. Por ocasião da Comissão Especial de Senadores, o Dr. Douglas Fischer teve uma contribuição elevada. A Escola Superior do Ministério Público da União contribuiu com notas técnicas que foram muitas delas trazidas, incorporadas ao bojo do projeto que nós estamos a debater.

Eu tenho algumas perguntas objetivas.

No entender de V. Exª, no Brasil, prende-se muito ou prende-se mal?

Nós temos 550 mil presos no Brasil, temos muitas pessoas que estão lá presas e deveriam estar fora e pessoas que estão fora e deveriam estar lá dentro. Como o Código Penal pode ser um instrumento de atuação?

O segundo ponto: quando se fala em segurança pública, pensa-se logo no Código Penal. Nós, durante todo o trabalho da Comissão Especial de Senadores, debatemo-nos contra isso.

O Código Penal é um dos instrumentos, um dos instrumentos para que nós possamos diminuir os índices de violência no Brasil, mas não é uma panaceia que vai resolver de unha encravada até dor de cabeça, falo isso em homenagem ao médico Vital do Rêgo. Então, queria uma fala de V. Exª, uma reflexão a respeito disso.

A respeito do terrorismo, temos na Constituição um mandado expresso de criminalização, lá no art. 5º, XLIII, sobre terrorismo. E somos signatários de tratados internacionais a respeito disso. Como diferenciar terrorismo de manifestações populares? Criminalizar as manifestações seria inconstitucional no Brasil, mas precisamos de um tipo de terrorismo e precisamos, sim, coibir a prática de crimes nas manifestações. O Senador Vital do Rêgo tem um projeto importante sobre isso. Sou relator desse projeto. Essa é uma outra indagação.

Permita-me, Sr. Presidente: no Brasil nós precisamos de mais ou menos legislação penal? Mais ou menos legislação penal?

E uma última pergunta: eu sou entusiasta do Direito anglo-saxão, notadamente o Direito Penal, quando fala em conciliação, em barganha. Lá nos Estados Unidos, como V. Exª bem sabe, o promotor é chamado de juiz na porta do tribunal. Ele resolve muitos casos, porque se dá valor à palavra do promotor, dá-se importância à palavra do juiz. Aqui, infelizmente, no sistema romano-germânico, se desconfia. Por isso nós estabelecemos uma mediação para o juiz: de tanto a tanto ele pode aplicar. Não seria o caso de nós já abolirmos, dando ao juiz, que é um agente político, a um órgão do Estado o poder-dever de estabelecer a pena, tendo em conta as circunstâncias do caso concreto?

São essas as perguntas. Eu agradeceria se pudesse ouvir uma reflexão de V. Exª sobre isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Para concluir, eu gostaria de ouvir o Dr. Fabiano Augusto Martins Oliveira. Ele já foi apresentado, é tão conhecido da Casa. Fiz questão de convidá-lo para acompanhar o Dr. Janot neste momento importante em que nós estamos finalizando as audiências públicas para o trato da matéria tão importante que tramita na Casa.

Esta relatoria, junto com a Presidência, vai conceder um prazo regular para apresentação de emendas e, a partir daí, nós haveremos de apreciar a matéria como um todo no plenário desta Comissão.

Com a palavra o Dr. Fabiano.

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS OLIVEIRA – Sr. Presidente, Sr. Senador Pedro Taques, Srª Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Waldemir Moka, que aqui esteve até bem pouco tempo, gostaria, em primeiro lugar, de agradecer imensamente este distinto convite. Eu tenho um relação com o tema pelo fato de ser Consultor Legislativo do Senado Federal. Também, quando fui Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público – aqui está o Senador Pedro Taques –, constituímos, naquela altura, uma comissão, no âmbito do Conselho Nacional, que realizou estudos, ofereceu contribuições que me pareceram não desprezíveis.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Valiosas contribuições. Eu peço desculpas pelo pecadilho de venial tomo, como diria Eça de Queirós, pelo esquecimento, mas a contribuição do Conselho Nacional do MP, através de V. Exª, foi significativa.

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS OLIVEIRA – Muito obrigado, Senador Pedro Taques. Cumprimos com o nosso dever de participar do processo democrático de construção de um novo Diploma Penal.

Eu gostaria de cumprimentar também, de maneira muito especial, o Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros. Devo dizer, Senador Pedro Taques, Senador Vital, que essa simplicidade, essa honestidade intelectual, essa clareza têm uma grife que é a grife de Minas Gerais.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS OLIVEIRA – Bom, aí já teríamos uma divergência não solúvel. De qualquer modo, eu quero também dizer aqui, fazer aqui um reconhecimento público da participação, em todo esse processo, do Dr. Douglas Fischer, que, com o seu talento, com a sua dedicação à causa pública, sua vocação para o serviço público, prestou não só ao Senado, mas ao País, uma relevantíssima contribuição. Sei que o Senador Pedro Taques concordará e subscreverá essa singelíssima homenagem.

Eu não vou me alongar. Eu quero dizer que, ao ler o projeto, identifiquei pontos que me pareceram de uma felicidade rara e que devem ser aplaudidos, como, por exemplo, o tratamento jurídico penal do índio; como, por exemplo, a consagração, finalmente, das regras do concurso aparente de normas; como, por exemplo, o reconhecimento do que se tratava de uma velha reivindicação doutrinária, da inexigibilidade de conduta diversa como causa de exclusão da culpabilidade. Outro exemplo: a culpa gravíssima. Essa modalidade pode resolver ou nos ajudar a resolver problemas concretos, como, por exemplo, os homicídios culposos no setor do trânsito.

Então, eu daria, aqui, vários exemplos sobre o acerto, a felicidade, mesmo, de escolhas legislativas que foram feitas por esse Código.

Qual a ideia em que eu gostaria de me centrar, aqui, inicialmente? Primeiro, uma contextualização, Senador Vital, de que tenhamos todos uma noção da envergadura, da dimensão dessa empresa que é a reforma de um Código Penal.

Nós temos um Código Penal que data de 40, ele foi concebido por uma comissão de juristas. Primeiro, foi o texto da lavra do Prof. Alcântara Machado, do Largo de São Francisco, depois, foi submetido a uma comissão revisora, mas essa ideia de um pequeno círculo de pessoas esclarecidas, com formação especializada, de que ele apresentaria uma solução e essa solução deveria ser acolhida, essa ideia já está no passado.

Não se faz mais um código com essa compreensão tão elitista do fenômeno do Direito. O código será, necessariamente, o resultado de disputas, de compreensões diversas de mundo, de temas polêmicos.

Então, eu gostaria de saudar, aqui, o trabalho da comissão de juristas responsável pela elaboração, por quê? Sobretudo, por quê? Porque eles provocaram. Eles lançaram os temas: aborto, anencefalia, homofobia. Então, tiveram a coragem de colocar os temas na pauta de discussão.

Se nós vamos, digamos, se nós temos condições históricas, políticas, sociais de avançar com segurança sobre esses temas, isso o Parlamento dirá. O que importa é que – e, agora, eu também, ao mesmo tempo, saúdo o trabalho da comissão especialmente criada para esse fim no âmbito do Senado Federal – essa comissão, conhecedora das dificuldades, das polêmicas dos temas intricados, soube, com habilidade, impedir que a reforma paralisasse em face dessas polêmicas, que tendem à paralisia no âmbito do Parlamento.

Então, eu saúdo o trabalho aqui conduzido pelo Senador Eunício Oliveira, e também pelo Senador Pedro Taques, na medida em que, com inteligência, soube, digamos, vencer etapa, não perder o todo, a compreensão do todo, e a missão essa que é a maior de todas, que é a reforma da legislação penal brasileira.

Num primeiro momento, houve uma reação forte de setores ligados a igrejas. Também nos círculos acadêmicos houve uma reação, mas, repito, com habilidade, com firmeza e resgatando o espaço institucional onde essas divergências devem ser equacionadas, qual seja, o Senado, a Câmara dos Deputados, recuperando esse espaço, ou melhor, não abrindo mão da legitimidade desse espaço, aqui nós avançamos. Conseguimos, aqui, avançar e apresentar um texto digno de elogios. Digno de críticas, também, evidentemente, porque... Há uma frase célebre, inclusive, que abre o texto de Francisco Campos, na Exposição de Motivos, Dr. Rodrigo, que diz o seguinte: "Com o Código nasceu a tendência de reformá-lo." É a frase que abre a Exposição de Motivos, e não será diferente, não tenhamos a ilusão de que seja diferente.

Uma segunda reflexão a que me proponho é: qual foi, Senador, o impacto da Constituição da República, de 1988 sobre a legislação penal? Eu diria, de forma muito simplificada, que a Constituição produziu um número considerável de leis especiais. Veja que interessante: na década de 90, tivemos, pelo menos, quatro tentativas frustradas de reforma do Código Penal, patrocinadas pelo Poder Executivo. Isto também é algo digno de nota, o fato de que essa reforma nasce no Parlamento, é iniciativa do Parlamento brasileiro. Ou seja: aqueles que detêm habilitação constitucional, legitimidade constitucional para entrar no tema entraram no tema. O que eu diria? Tivemos quarto reformas frustradas e, ao mesmo tempo, tivemos a legislação especial ganhando terreno. E uma legislação especial com forte imagem constitucional, com forte carisma constitucional. Refiro-me, por exemplo, ao Estatuto da Criança e do Adolescente, que é lei especial; Lei do Racismo, lei especial, bem como a Lei de Drogas, a Lei dos Crimes Ambientais, a Lei dos Crimes Tributários. Então, vejam, percebam que a proposta de Código, tentando recuperar a centralidade do sistema, incorpora muitas dessas leis, leis que ganharam alguma afetividade de grupos que lutaram por elas. Por isso, não será também uma tarefa das mais simples convencê-los sobre a sua incorporação pura e simples.

Qual é o ganho, afinal de contas, para esses grupos, que lutaram por essas leis, para que elas sejam simplesmente, digamos, fagocitadas pelo Código? Nós, juristas, compreendemos muito bem a ideia de uma modernidade jurídica centrada na clareza, na homogeneidade, na unidade do tratamento da matéria, mas digamos que no mundo real as coisas não caminham dessa forma, o caminho é mais acidentado, enfim, as divergências vão surgir em relação a essa simples opção técnica de incorporação dessas leis.

Poderíamos discutir aqui, eminente Senador Pedro Taques, uma reforma orientada aos preceitos. O que quero dizer com isso? Uma reforma orientada aos crimes, à parte especial. Tratamos aqui de crimes cibernéticos, a Senadora falou em feminicídio, com muita autoridade. Poderíamos discutir, portanto, esse grande mosaico que constitui a parte especial.

Eu faria aqui, de uma forma bastante objetiva, eu abriria, talvez, um cenário diferente, que seria uma reforma orientada ao modelo punitivo, ao modelo sancionatório, talvez uma reforma orientada às penas. Ou seja: organizar melhor as estratégias punitivas talvez seja a estratégia que renderia menos polêmica do ponto de vista das lutas, das resistências pontuais ao modelo.

Quando falamos reformas das estratégias punitivas, basicamente, Senador, refiro-me a três perguntas: qual é a porção que cabe á pena privativa de liberdade nesse modelo – no modelo atual e no modelo proposto? Qual a porção que caba às penas restritivas de direito, às penas alternativas? Qual é a porção que cabe à pena de multa? Não podemos fugir dessa... Pretendemos inovar substancialmente o modelo punitivo? Sim ou não?

A leitura – posso estar enganado – que faço é que a proposta ora submetida à análise inova, propõe correções não irrelevantes ao modelo vigente, mas, de todo modo, isso não é pouco – é preciso que se diga, não é pouco –, o modelo punitivo ainda continua muitíssimo calcado na figura da pena privativa de liberdade. Vou dar um exemplo: todas as penalidades, todas as infrações penais, os tipos legais de crime recebem uma pena privativa de liberdade: um a quatro anos etc. O homicídio acabou de ser definido, oito a vinte anos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Permita-me, Sr. Presidente, sem querer interromper, até para que ele possa tomar um copo d"água?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deixe-me agora só organizar aqui porque o dever me chama para a próxima atividade. Pelo a V. Exª para assumir a presidência dos trabalhos e, aí, sim...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Um segundo, um segundo.

Existe no Substitutivo 355 figuras típicas sem contar causas de aumentos. Dessas 355, existem 81 cuja pena não excede a dois anos – 81 das 355 –, 185 crimes, na figura básica, admitem o regime inicial aberto, 126 a pena excede a quatro anos, 45 excede a oito, portanto, essa preocupação do Dr. Fabiano nós a tivemos. Nós temos aqui uma construção de um código que, diferentemente do que alguns falaram, não é um código que prende. Não é um código que tem dez mil anos de pena. A maioria dos crimes, até dois anos, permite a substituição; até quatro, a substituição pelo 44 e 77 atual.

Então, é só para contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Antes de voltar a palavra ao Dr. Fabiano, eu gostaria de agradecer penhoradamente a presença do Dr. Janot.

O Senador Pedro Taques, com toda a condição de Relator, vai presidir.

Dr. Janot, a sua participação final vai incorporar o debate assim como a do Dr. Fabiano, e nós temos a certeza de que estamos cumprindo com o nosso papel.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Gostaria de agradecer, Sr. Presidente, o privilégio de estar aqui nesta Casa novamente e poder contribuir para que esse importantíssimo projeto de lei possa vingar na sociedade brasileira.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Dr. Fabiano, por favor, a palavra está com V. Exª.

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS OLIVEIRA – Sr. Presidente, se algo pode ser dito em relação à proposta em exame é o fato de que ela, digamos, do ponto de vista da gradação, da gravidade objetiva dos delitos, oferece reparos, correções importantíssimas. Eu não tenho dúvida em afirmá-lo. As informações há pouco prestadas por V. Exª são uma demonstração disso.

Mas qual é o meu ponto basicamente? É o fato de que nós dependemos de um mecanismo muito sutil, que é o mecanismo da substituição. Esse mecanismo depende de condições objetivas e subjetivas. Muitas vezes, ele dependerá, Sr. Presidente e Dr. Rodrigo, da percepção, da crença do magistrado no modelo de penas alternativas. Se o magistrado, de alguma forma, não estiver muito convencido, tiver dúvida sobre a fiscalização desse modelo na sua realidade local, ele possivelmente tenderá à não substituição. Repito: a substituição é um mecanismo cuja eficácia depende da cultura judiciária, interpretada de uma forma como se aposta ou não nessa solução.

Trocando em miúdos, eu diria que nós poderíamos, talvez – e deixo aqui como uma contribuição para o debate pura e simplesmente –, pensar seriamente na possibilidade de cominação direta da pena restritiva de direitos, a exemplo do que ocorre no consumo indevido de droga, em que há uma cominação direta, de tal maneira que nós pudéssemos desviar do mecanismo da substituição. Ora, não há dúvida de que a pena restritiva, depende de, a meu ver, simplificação, de modo que a população entenda melhor. Se há alguma coisa que a pena privativa de liberdade tem de vantagem em relação a outras estratégias punitivas é o fato de que o mecanismo de sofrimento que ela impõe é muito bem assimilado, é muito bem compreendido. Se, ao contrário, nos banalizamos, vulgarizamos a pena alternativa, como por exemplo, pagamento de cesta básica, fica muito difícil de internalizar simbolicamente essa mensagem de repreensão. Portanto, o projeto, nesse ponto, é muito feliz quando reforma o mecanismo da substituição e a ele faz inserir a suspensão condicional da pena, ou seja, simplifica as coisas.

Então, o que eu entendo que possa talvez ser um passo a ser dado, especialmente àquele número de infrações punidas até dois anos? Por exemplo, um crime de injúria, o que impede que seja punido com a pena de prestação de serviços à comunidade, já, de imediato? O que impede um crime de dano, um crime patrimonial de dano? Ou seja, ao mesmo tempo a pena privativa de liberdade deixaria de ser essa vedete, teria uma porção tão grande no modelo e nós poderíamos, de alguma forma – e acho que a simplificação importaria –, eleger uma determinada modalidade de pena alternativa, como, digamos, aquela que abre alas, que, a meu ver, seria a prestação de serviços à comunidade. Depois, mecanismos de conversão e outras modalidades.

Bom, eu fiz aqui uma contribuição... Talvez, nem sei se posso chamar assim, mas eu toco em um ponto, que me parece relevante, porque diz respeito à essência do modelo punitivo e diria que, Sr. Presidente, nós falamos... V. Exª pergunta se prendemos muito e prendemos mal. Talvez prendemos muito e também prendemos mal. De qualquer modo, o que importa é que algumas figuras tenham um olhar muito especial por parte da comissão de reforma. Por quê? Porque elas têm um impacto significativo: 49% da nossa população carcerária está encarcerada por crimes contra o patrimônio – furto, 17%; roubo, 28%; recepção... Isso é um percentual, ou seja, o nosso sistema penal, de alguma forma, está voltado para a microcriminalidade patrimonial e violenta. Também crimes sexuais, tráfico de drogas, posse e porte ilegal de armas, com o Estatuto do Desarmamento, houve um incremento substancial.

Eu teria outras considerações a fazer, mas compreendo também que nós avançamos já bastante aqui.

Gostaria de saudar mais uma vez o Dr. Rodrigo Janot, inclusive pela sua coragem de enfrentar de uma forma tão direta um tema tão complicado como é o tema da maioridade penal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Em nome desta Casa, agradeço ao Dr. Fabiano – esta é sua casa – as valiosas contribuições e as reflexões. Eu tenho certeza de que a Comissão de Constituição e Justiça, analisando este projeto, na sub-relatoria agora do Senador Vital do Rêgo, essas valiosas contribuições serão levadas em conta, ao menos alguns temas que V. Exª trouxe eu não tinha, confesso, pensado e me comprometo a fazer uma maior reflexão sobre eles.

Passo a palavra ao Dr. Rodrigo Janot.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Ouvi com muita alegria e atenção as considerações do ilustre Dr. Fabiano.

Gostaria de iniciar esse debate – se é que se pode chamar assim – com uma constatação: o projeto de lei em tramitação do Senado, depois de todo esse percurso relatado pelo Dr. Fabiano, para que até aqui sobre ele pudéssemos nos debruçar, acho que é um ponto que deve ser ressaltado e aplaudido. É um processo que segue um processo democrático à excelência. Se as minhas anotações aqui não me fazem errar, foram anexadas 147 proposições e existiram 806 emendas recebidas.

Isso é um trabalho de fôlego e que demonstra, realmente, a vocação democrática da Casa ao tratar um assunto de tão elevada importância.

Eu vejo, nesse projeto, Dr. Fabiano, uma lógica de hierarquia de pena, sim. Vejo uma equalização, um equilíbrio na distribuição de penas no que se refere ao desvalor das condutas tratadas nos diversos tipos que são 360, se não me engano, previstos na parte especial.

Então, eu vejo, primeiro, uma hierarquia clara na aplicação dessas penas e uma equalização, uma distribuição equitativa das penas de maneira bem lógica e bem coerente.

No que se refere à substituição das penas privativas de liberdade, V. Exª traz um ponto instigante que é o acolhimento já direto de uma fixação de pena que não seja aquela privativa de liberdade. Eu queria lembrar que dentro do sistema nosso, o sistema judicial, essa aplicação de pena se insere num controle vertical na aplicação da jurisdição. Então, essa vocação do juiz para a aplicação ou a substituição de pena privativa de liberdade se insere num sistema de controle também. E nesse sistema de controle a possibilidade de errar é menor, já que são várias cabeças que se debruçam sobre essa mesma questão.

Eu acho que a proposta do Código traz uma evolução, sim, como dito pelo ilustre Presidente e Relator, Senador Pedro Taques. É que o quantitativo de tipos penais desse contexto de trezentos e tantos até quatro anos que permite a substituição da pena privativa. Então, eu não sei... Teria que meditar também, debruçar-me sobre isso, mas acredito que essas propostas contidas no projeto de lei já constituem um avanço enorme.

Vejo também, da mesma maneira que V. Exª, que essas penas substitutivas da privativa de liberdade não podem ser banalizadas e não podem ser diminuídas. Então, essa questão da implantação de cestas básicas, nos processos penais do Supremo sob a minha responsabilidade e quando há a possibilidade de uma pena substitutiva, nós estamos tentando quebrar esse paradigma das cestas básicas e, sim, partirmos para uma aplicação de penas substitutivas que efetivamente tragam esse valor intrínseco de um desvalor da conduta daquele que praticou o ilícito.

Sobre a questão do feminicídio, eu também não ousaria dizer se o melhor seria a tipificação direta do crime de feminicídio ou se, como previsto no projeto de Código Penal, há uma qualificação específica para a imposição do acréscimo da pena. O que observo é que essa tipificação do crime de feminicídio tem crescido pelos mesmos países coirmãos aqui da América Latina. Nasceu na Costa Rica, estendeu-se à Venezuela, à Guatemala, onde eu estive em questão de 30 dias atrás ou menos um pouco; fui a uma visita técnica à Guatemala e a então Procuradora-Geral daquele País me fazia ver a redução efetiva da prática desse delito quando se tipificou especificamente o crime de feminicídio. Então, ela me fazia ver que a tipificação específica teve uma relação direta com o decréscimo da prática do delito.

Ao lado disso há toda uma formulação de centrais de justiça em que quando esse crime é praticado, ao lado dos crimes sexuais, na unidade a que a pessoa se dirige ela recebe tratamento psicológico, tratamento médico; o Ministério Público está ali. O juiz da causa está ali para aplicar medidas restritivas. Então, a pessoa se dirige a um centro onde consegue o atendimento integral, seja da parte jurídica, seja da parte médica ou de antecipação de prova, seja da parte de medidas restritivas. Então fisicamente, ela tem todo o seu apoio.

Então, não bastou ela me fazer ver só o fato de haver a tipificação do crime, mas também se criar essa estrutura que permitisse uma aplicação rápida e eficiente do direito.

Na mesma linha, Senador Pedro Taques, se no Brasil se prende muito ou se prende mal, eu ficaria no meio termo. Prende-se muito e mal. E nessa mesma linha do Conselheiro Fabiano, as estatísticas que lotam o nosso sistema prisional são, de um lado, as questões envolvendo drogas e, de outro, as questões contra o patrimônio, seja roubo, seja furto. Então, nós temos aí essa vocação do Direito Penal pelo patrimonial, que superlota o nosso sistema penal.

Também acredito, Senador Pedro Taques, que a questão da segurança pública não se resolverá com a instituição de um Código Penal moderno. Este é um dos instrumentos para que possamos resolver ou minimizar às questões de segurança pública. E lembraria um outro, que passa, às vezes, desapercebido da maioria das pessoas, qual seja, se nós temos um sistema prisional falido, se nós temos um sistema prisional ruim, se nós temos um sistema prisional que não respeita, ou parte dele, não respeita os direitos mínimos do apenado, isso tem um reflexo direto na segurança pública fora do presídio. Todas as vezes em que há uma queda da qualidade do serviço prisional, você tem um incremento da violência fora do presídio, porque esse sistema prisional perverso, ele passa a ser causa de aumento da criminalidade fora do presídio, controlado por aqueles que dentro do muro estão.

A questão do terrorismo e movimentos populares. Os movimentos populares são movimentos democráticos na pura expressão da palavra. É a democracia viva que se faz manifestar nas ruas. A tentativa de definição de um crime de terrorismo, seja na proposta do projeto do Código – porque existem outros projetos em tramitação aqui – não pode, segundo minha visão, chegar a embaraçar o exercício da democracia pelos movimentos populares. Isso seria um retrocesso e uma forma inconstitucional de você restringir o Estado democrático de direito. Entretanto, nós temos que enfrentar essa questão. O que me parece é que a gente, intuitivamente, consegue muito mais saber ou intuir o que é terrorismo do que não é ao descrever esse tipo. Eu acho que o núcleo tem que gerar em torno disso: violência física ou psicológica com o intuito de gerar terror, de gerar pavor, de gerar medo em larga escala e que ultrapasse aquele núcleo de pessoas eventualmente atingidas com os específicos atos de violência física ou psicológica. Mas isso não pode chegar a atingir essa expressão viva da democracia, que são os movimentos populares.

No que se refere a ter mais ou menos legislação penal, Pedro Taques, sem querer ser mineiro, mas acho que a questão não é ter mais ou ter menos; a questão é a gente ter a correta legislação penal, que é aquela que a sociedade espera, com a definição do que seja tipicamente relevante para a matéria penal, de maneira consentânea com o que vivemos hoje e com a repressão adequada para prevenir e apenar a prática desses ilícitos.

Finalmente, a questão do *plea bargaining*, você desprezar a atuação do Ministério Público, que é aquilo que nasceu na origem desse instrumento do Direito Anglo-Saxão, que também foi transplantado para o Direito Romano-Germânico, como o exemplo do partejamento, na Itália, você quebrar a origem disso, que é o Ministério Público atuando à uma atuação direta entre a acusação e defesa que não sobrecarrega a estrutura judiciária, eu tenho medo de a gente chegar – e atribuir isso ao próprio juiz para que faça – a uma jabuticaba. Então, assim, é criar uma situação diferente, e que não foi testada, e que eu não sei se atingiria essa finalidade do instituto, que é agilidade, para desafogar o sistema judiciário tradicional com a tramitação desses processos.

Eu prefiro investir num controle prévio, na definição de regras claras, nos tipos em que pode haver a transação, como se dá essa transação e que o juiz seja mantido dentro do sistema acusatório que hoje vige ou que se pretende implantar no Brasil, que o juiz se atenha a essa função de juiz de garantia, ainda que seja nesses acordos, mas que não seja ele a proatividade na fixação desses acordos.

São essas as considerações, enfim, que entendo pertinentes.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Em nome da Comissão de Constituição e Justiça, agradeço a S. Exª o Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot, agradeço a presença do Dr. Douglas Fischer, que tem uma contribuição relevante e significativa nesse projeto, Dr. Silvio, Dr. Vladimir e, se Dr. Rodrigo me permitir, o Arantes, o Senador número 82 aqui, nesta Casa.

Dr. Fabiano, muito obrigado pela sua fala.

Apenas para que o cidadão possa saber, nos rincões do Brasil, nós estamos tratando do projeto de lei que muda o Código Penal. O nosso Código, a parte especial, que trata dos crimes é de 1940; a parte geral, que são regras de aplicação dos crimes, é de 1984.

Foi feito um pedido e foi constituída uma comissão de juristas. Dela participaram advogados, juízes, promotores, professores, defensores. Ela foi presidida pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça Gilson Dipp e a relatoria estava a cargo do Procurador Regional da República Dr. Luiz Carlos Gonçalves.

A Comissão Especial de Juristas elaborou um relatório e entregou ao Presidente Sarney, que convolou, transformou esse relatório em um projeto. Aqui no Senado, regimentalmente, foi constituída uma comissão de Senadores presidida pelo Senador Eunício e eu fui o Relator dessa comissão de Senadores que apresentou

um substitutivo. Esse substitutivo está sendo debatido aqui na Comissão de Constituição e Justiça, conforme determina o Regimento.

E, na Comissão de Constituição e Justiça, o Presidente da CCJ, Senador Vital do Rêgo, é o novo Relator desse projeto.

Nós fizemos várias audiências públicas na Comissão de Juristas, na Comissão de Senadores e agora, na CCJ. E mais uma vez os Senadores terão a oportunidade de contribuir, Dr. Rodrigo Janot, apresentando emendas aqui na CCJ para que depois o projeto possa ser votado aqui na Comissão de Constituição e Justiça e no Plenário do Senado. Depois vai à Câmara dos Deputados.

Portanto nós temos um longo caminho. Espero que esse caminho não seja muito longo; que seja um longo, mas não um muito longo caminho e que esse projeto possa ser votado aqui, na Casa da Federação onde se encontram os Senadores, e não fique esquecido numa gaveta escura, na Câmara dos Deputados.

Dr. Rodrigo, mais uma vez agradeço a presença de V. Exª e as contribuições valiosas.

Não havendo nada mais a ser tratado, encerro a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 52 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e um minuto do dia vinte e oito de maio de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Anibal Diniz, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Eduardo Suplicy, Alvaro Dias, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti, Antonio Carlos Rodrigues, Humberto Costa, Paulo Paim, Roberto Requião, Sérgio Petecão, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Cyro Miranda, Gim, Eduardo Amorim e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Lídice da Mata, Ana Rita e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Antonio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues, Eduardo Braga, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, José Sarney, Romero Jucá, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima e Magno Malta. Registra a presença o Senador Wellington Dias. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 3) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, de 2012 - Não Terminativo.** *Dá nova redação ao art. 334 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal e acrescenta-lhe o art. 334-A.* **Autoria:** Deputado Efraim Filho. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao Projeto e contrário à emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1. **ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 137, de 2013 – Terminativo.** *Dispõe sobre a transmissão do direito de utilização de área pública por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de venda de jornais e de revistas no caso de morte ou enfermidade de seu titular.* **Autoria:** Senador Gim. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do substitutivo que apresenta. *Em 27/05/2014, durante a discussão foi acatada a Emenda nº 1, do Senador Gim.* **Resultado:** Encerrada a discussão e adiada a votação. **ITEM 21) EMENDAS DE PLENÁRIO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, de 2012. Ementa do Projeto:** *Altera o art. 132 da Constituição Federal.* **Autoria do Projeto:** Deputado Maurício Rands. **Relatoria das Emendas:** Senador Inácio Arruda. **Relatório:** Pela rejeição da Emenda nº 3–PLEN à Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2012. **Resultado:** Concedida vista coletiva nos termos regimentais. **EXTRAPAUTA: ITEM 24) OFICIO "S" Nº 4, de 2014 - Não Terminativo.** *Comunica, em consideração ao disposto no art. 103-B, inciso XIII, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, a aprovação da recondução do Senhor EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA para compor o Conselho Nacional de Justiça.* **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria**: Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatório:** Votação secreta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 25) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, de 2014 - Não Terminativo.** *Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais.* **Autoria:** Deputado Arnaldo Faria de Sá. **Relatoria:** Senadora Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Concedida vista coletiva nos termos regimentais. O Senhor Senador Vital do Rêgo passa a Presidência para o Senador Anibal Diniz. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às dez horas e trinta e um minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e quatorze, restando adiados os demais itens constantes da

pauta, a saber: ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, de 2008; ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, de 2013; ITEM 4) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 39, de 2013; ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 508, de 2013; ITEM 7) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, de 2010; ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 454, de 2012; ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, de 2010; ITEM 10) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, de 2013; ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 367, de 2007; ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, de 2008; ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 728, de 2011; ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 480, de 2013; ITEM 15) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, de 2012; ITEM 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 437, de 2012; ITEM 17) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, de 2013; ITEM 18) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106, de 2012; ITEM 19) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 114, de 2013; ITEM 20) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, de 2014; ITEM 22) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, de 2011; ITEM 23) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 52, de 2014; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião, Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 29ª Reunião Extraordinária.

As senhoras e os senhores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada.

O Senador Mozarildo pede a inclusão em pauta do Ofício nº 4, de 2014:

EXTRAPAUTA

OFICIO "S" Nº 4, de 2014
- Não terminativo -

Comunica, em consideração ao disposto no art. 103-B, inciso XIII, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, a aprovação da recondução do Senhor EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA para compor o Conselho Nacional de Justiça.
Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatório: Votação secreta.

Alguma objeção à inclusão do item extrapauta? (*Pausa.*)

Não. Incluído o item extrapauta do Senador Mozarildo.

Quando V. Exª tiver o parecer, poderá ler.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB - RR) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Estou chamando os relatores.

Eu gostaria de pedir a inversão de pauta do Item 25. É o Item que trata de um assunto muito importante em discussão no Congresso Nacional. O Item 23, digo melhor.

É o PDS 52, de 2014, da Senadora Lúcia Vânia. É a Relatora.

Alguma objeção à inversão de pauta? (*Pausa.*)

Nenhuma objeção. Vamos começar com o Item 23, a partir do momento da chegada da Senadora Lúcia Vânia.

A pauta da reunião de hoje prevê o Projeto de Lei do Senado 212, que institui diretrizes a serem observadas pelos Municípios, com vistas a estabelecer padrões adequados de acessibilidade e conforto às dependências internas das moradias.

Outra matéria não terminativa é o PLS 288, que institui a Lei de Imigração no Brasil.

Também o PLC 62; a PEC 39, que aumenta em 2% o repasse de IR e do IPI para o Fundo de Participação dos Municípios.

Aproveito o Senador Pedro Taques para pedir, também, a inversão de pauta para o projeto que dispõe... O Item 5 é terminativo.

Senador Pedro Taques, eu gostaria de ouvir V. Exª. O projeto do contrabando e do descaminho está sendo relatado por mim, em comunhão com V. Exª. V. Exª apresentou uma emenda, eu fiz um apelo a V. Exª e vou incorporar a emenda de V. Exª ao Código Penal,...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ...porque entendo, no mérito, que a matéria é extremamente importante. V. Exª aumenta a gradação da pena do descaminho, através de emenda.

Não aceitei, temporariamente, a emenda de V. Exª, para que o projeto não retorne à Câmara dos Deputados.

Eu gostaria de pedir licença a V. Exª para colocar em votação...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... o projeto, com este entendimento: dizer que, na condição de Relator, como V. Exª também é, do Código Penal Brasileiro, vou, *in limine*, colocar a emenda de V. Exª como uma contribuição a mais que V. Exª dá a essa questão do contrabando e do descaminho, que, no Brasil, tem se tornado absolutamente avassaladora, ...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... em virtude da ausência de legislação específica.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, concordo com S. Exª. Nenhuma objeção a que seja colocado em votação nesta reunião.

Pelo acordo que nós fizemos, a emenda apresentada será incorporada ao projeto do Código Penal, que vem sendo muito bem relatado por V. Exª.

Concordo inteiramente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Projeto de Lei da Câmara 62, de 2012, Item 3:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, de 2012
- Não terminativo -

Dá nova redação ao art. 334 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal e acrescenta-lhe o art. 334-A.

Autoria: Deputado Efraim Filho

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Relatório: Favorável ao Projeto, na forma do relatório e do substitutivo que apresenta.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agradeço ao Senador Pedro Taques pela compreensão, registrando que a emenda de V. Exª será aproveitada no Código Penal.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e contrário à Emenda nº 1.

A matéria vai ao plenário.

Senadora Gleisi Hoffmann, seja bem-vinda.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente, bom dia. Obrigada.

Cheguei com 6 minutos de atraso. V. Exª é muito pontual. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Obrigado, Senadora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Na realidade, eu queria fazer uma solicitação, Sr. Presidente, se ainda for possível, de colocar extrapauta o parecer sobre o projeto do Estatuto das Guardas Municipais.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Alguma objeção, Srs. Senadores? (*Pausa.*)

Nenhuma objeção. A matéria está inclusa extrapauta.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR. *Fora do microfone*.) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª poderia fazer logo esse relatório, já que a matéria é extrapauta?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Posso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Nós estamos só com dois Senadores, os outros Senadores estão voltando.

Há um entendimento nessa matéria.

ITEM EXTRAPAUTA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, DE 2014

Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais.
Autoria: Deputado Arnaldo Faria de Sá
Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatório: Favorável ao projeto.

Concedo a palavra a S. Exª para proferir o seu relatório.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Submete-se à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 39, de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais.

O projeto, em boa parte oriundo da proposta elaborada no 3º Congresso Nacional de Guardas Municipais, realizado em Curitiba, em 17 de setembro de 1992, pretende instituir normas gerais para as guardas municipais que já se fazem presentes em inúmeros Municípios brasileiros, com papel essencial e destacado na segurança pública urbana e na proteção municipal preventiva.

Apoiado por manifesto emitido, em maio de 2014, pela Conferência Nacional das Guardas Municipais, o projeto tem por objetivo, conforme seu art. 1º, regulamentar o §8º do art. 144 da Constituição Federal, segundo o qual "os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei".

O art. 2º prevê que as guardas municipais têm por incumbência a proteção municipal preventiva. Possuem natureza civil, mas uniformizadas e armadas, embora permaneçam as restrições contidas na Lei nº 10.826, conhecida como Estatuto do Desarmamento.

O art. 3º enumera os princípios de atuação das guardas municipais, fundados na proteção dos direitos humanos fundamentais, exercício da cidadania e das liberdades plenas, além de assinalar, entre outros compromissos relevantes, o foco na evolução social da comunidade.

O art. 4º do projeto reafirma a destinação das guardas municipais, que é prevista no art. 144, §8º, da Constituição, definindo como competência geral a proteção dos bens do Município, seus serviços e instalações, abrangendo os de uso comum, os de uso especial e os dominiais.

Em seu art. 5º, o projeto especifica detalhadamente aquelas atribuições gerais, destacando-se: a presença e a vigilância para prevenir, inibir e coibir infrações penais e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais; a colaboração de forma integrada com os órgãos de segurança pública, em ações conjuntas, que contribuam com a paz social; a proteção ao patrimônio ecológico, histórico e cultural, arquitetônico e ambiental do Município; a cooperação com os demais órgãos da defesa civil em suas atividades; a interação com a sociedade civil para discussão e soluções de problemas e projetos locais voltados para a segurança das comunidades; o estabelecimento de parcerias com órgãos estaduais e da União ou com Municípios vizinhos para o desenvolvimento de ações preventivas integradas; o auxílio na segurança de grandes eventos e de dignatários; e a atuação na segurança escolar.

O art. 6º prevê que as guardas municipais poderão ser criadas por lei municipal e serão subordinadas aos prefeitos.

O art. 7º dispõe sobre o efetivo máximo das guardas municipais, de acordo com a população do Município, e o art. 8º prevê que os Municípios limítrofes podem compartilhar suas guardas municipais mediante consórcio público.

Os arts. 9º e 10 estruturam as guardas municipais em carreira única, formada por servidores públicos com plano de cargos e salários, conforme dispuser a lei municipal, e relacionam os requisitos básicos para investidura no cargo de guarda municipal, entre os quais a exigência do nível médio de escolaridade, além de outros que poderão ser estabelecidos por lei municipal.

O art. 11 trata da capacitação específica para o exercício das atribuições da guarda municipal, exigindo matriz curricular compatível com essas atividades, que poderá ser adaptada da matriz nacional da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp).

Para atender a essa exigência, o art. 12 faculta aos Municípios a criação de órgão de formação, treinamento e aperfeiçoamento dos integrantes da guarda municipal.

Os arts. 13 e 14 integram o capítulo do projeto que trata do controle, determinando que o funcionamento da guarda municipal deverá ser acompanhado por órgão de controle interno, via corregedoria, e externo, via ouvidoria, prevendo ainda que lei municipal tratará do código de ética para as guardas municipais, vedando a

aplicação de regulamento disciplinar militar, alinhando-se, portanto, com o art. 19, que veda a hierarquização militar das guardas municipais.

Os arts. 15 a 18 cuidam das prerrogativas referentes ao provimento de cargos em comissão, inclusive o de diretor; percentual mínimo de ocupação de cargos por mulheres; progressão funcional; reforça a autorização de porte de arma, conforme previsto em lei; cria a linha telefônica direta 153 e frequência de rádio específica; e assegura ao guarda municipal o recolhimento em cela isolada, em hipótese de prisão, antes de condenação definitiva.

O art. 20 reconhece a representatividade das guardas municipais no Conselho Nacional de Segurança Pública, no Conselho Nacional das Guardas Municipais e no Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública.

Finalmente, os arts. 21 a 23 trazem disposições diversas, como a padronização dos equipamentos e do uniforme, o prazo de 2 anos para adaptação das guardas municipais existentes a esta nova lei, a possibilidade de que a guarda municipal possa adotar denominação distinta e consagrada pelo uso, e a cláusula de vigência imediata.

Não foram apresentadas, Sr. Presidente, emendas no prazo regimental.

Da análise.

De acordo com o art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado, compete à CCJ opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência. Além disso, conforme o art. 101 do Regimento Interno, também compete à CCJ emitir parecer quanto ao mérito sobre as matérias de competência da União, entre elas segurança pública.

De imediato, observo que não foi encontrada nenhuma inconstitucionalidade formal ou material no projeto. A Constituição Federal prevê que a União estabelecerá normas gerais sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico e paisagístico, e que "a lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades".

Ademais, o §8º... Só um minuto, Sr. Presidente.

Ademais, o §8º do mesmo artigo da Constituição determina que "os Municípios poderão constituir guardas (...) destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei".

O projeto observa a juridicidade, por atender aos requisitos de adequação da via eleita, generalidade, abstração, coercitividade, inovação e concordância com os princípios gerais do Direito, e obedece ao Regimento Interno do Senado.

Quanto ao mérito, o projeto é oportuno e conveniente, por regulamentar, em nível nacional, as guardas municipais, padronizando seus princípios, atribuições, criação, exigência para investidura no cargo, capacitação, controle interno e externo, prerrogativas, vedações e representatividade.

Os institutos de pesquisa mais renomados têm demonstrado que a segurança pública está entre as principais preocupações da população brasileira, e não foi por outra razão que o legislador constituinte admitiu uma atividade de polícia a partir das guardas municipais, resumindo nesse modelo uma atividade de segurança comunitária, inclusive para apoio aos órgãos policiais estaduais e federais quando for o caso.

A diversidade de guardas municipais traz desafios que enfim estão sendo enfrentados pela proposição em apreço. As inúmeras leis municipais que criaram as diversificadas corporações de guarda pelos Municípios brasileiros não conferem uma identidade mínima nacional a esses profissionais, mas sim uma identidade própria para cada Município que, por vezes, pode até afrontar o texto constitucional pela distinção de funcionamento entre as instituições.

Uma das formas de construir e consolidar a identidade e a padronização das instituições passa, necessariamente, pela formação, capacitação e treinamento desses profissionais, tema esse que restou delineado pelo presente projeto, na medida em que prevê a adaptação da matriz curricular nacional para a formação em segurança pública elaborada pela Senasp.

Mais do que isso, a proposição admite que os Municípios possam criar órgão próprio de formação, treinamento e aperfeiçoamento dos integrantes da guarda municipal ou firmar convênios ou consorciar-se visando ao atendimento da capacitação para a atividade.

Seguramente, um dos principais avanços da proposição corresponde ao reconhecimento do poder de polícia das guardas municipais, ampliando-se o conceito anterior de uma guarda municipal meramente patrimonial para um novo paradigma, focado também na preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas, patrulhamento preventivo, proteção sistêmica da população, entre outros. O novo conceito, definitivamente, ampara e dá à população mais segurança jurídica à atividade policial das guardas municipais, permitindo-lhes maior contribuição para a redução e prevenção da criminalidade e da violência.

Outro avanço significativo que merece destaque no projeto é a fixação de um limite quantitativo para o efetivo a ser criado para as guardas municipais, que deverá obedecer ao percentual definido por esta lei geral em comparação ao número total de habitantes do respectivo Município.

Obediente aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade e eficiência, a regra geral determina os requisitos básicos para a investidura no cargo.

Cumpre registrar, ainda, que a proposição tem o cuidado especial de assegurar aos integrantes da carreira de guarda um direito típico dos agentes policiais do sistema de segurança pública vigente, qual seja, a garantia de recolhimento em cela isolada nos casos de prisão antes de condenação definitiva, protegendo-se, desta forma, a integridade física e a vida desses profissionais, pois são vistos como inimigos pelos criminosos.

De todo o exposto, manifestamos nossa opinião de que o PLC nº 39, de 2014, representa mais um importante instrumento para o sistema de segurança pública, com o objetivo de atender a essa, que é uma das principais demandas da sociedade, realizando a atividade de segurança urbana, a função de proteção municipal preventiva e apoiando os órgãos policiais estaduais e federais nessa atividade fundamental.

Reconhecemos que o projeto não esgota toda a pauta de necessidades dos integrantes dos quadros das guardas municipais, que deverá permanecer como objeto de atenção permanente por esta Casa Legislativa. Mas são inegáveis os avanços conquistados para a categoria e para a sociedade. Não é demais lembrar que a aprovação do projeto trará inúmeros benefícios, tanto para o ente federado, que é o Município, como para os profissionais das guardas municipais, como ainda para o sistema de segurança nacional em geral, o que representará, sem dúvida, um ganho efetivo para a sociedade:

a) será criada uma identidade nacional para as guardas municipais;

b) a estruturação em carreira única com progressão funcional e a ocupação de cargos em comissão somente por integrantes dessa carreira, motivando os guardas municipais a desempenharem um trabalho cada vez melhor;

c) as guardas municipais serão valorizadas, tendo existência própria, permanente e subordinação direta ao chefe do Poder Executivo local;

d) as guardas municipais terão poder de polícia, reconhecendo-se a importância de seu papel na proteção à vida e ao patrimônio.

Em face do exposto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2014.

É o parecer e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em discussão a matéria.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Eu peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vista concedida, na forma...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Vista coletiva, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... regimental.

Senador Gim, vista coletiva.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB - DF) – Vista coletiva, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A matéria será pautada na próxima reunião.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB - DF) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Gim Argello.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria aqui, em respeito aos presentes à nossa reunião – o Sr. Luiz Ribeiro, Presidente dos Quiosques e Trailers do Distrito Federal; o Sr. José Maria, Presidente de Jornalismo do Distrito Federal; o Dr. Valdenir, Presidente dos feirantes do Distrito Federal; a Esmeralda, Presidente da Feira da Torre; o Presidente dos Quiosques e Trailers de Palmas, que se encontra aqui, e de vários Estados –, que, por favor, Sr. Presidente, se fizesse a inversão de pauta logo, se V. Exª pudesse nos atender, do PLS 137, de 2013, para ser o primeiro item da pauta, item terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em votação.

Não havendo nenhuma objeção, está invertida a pauta.

Temos o item 23. Esta Presidência aguarda a presença tanto da Senadora Lúcia Vânia, quanto do Senador Humberto Costa, para discuti-lo, pois é uma matéria super interessante. E temos este item, agora, que é terminativo, Senador Gim. Nós não temos quórum, mas nós podemos já construir um acordo.

Eu consulto o Senador Pedro Taques, que é o meu controle de qualidade permanente aqui na Casa.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Menos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu já apresentei o relatório.

O Senador Pedro Taques, de forma muito clara, teve objeção a pontos jurídico-constitucionais no relatório. Nós reformamos o relatório em comunhão com V. Exª, Senador Gim, e V. Exª apresentou, no dia 27, ontem, uma emenda, a Emenda nº 1, dependendo de relatório.

Queria ler a Emenda nº 1, Senador Pedro Taques. Não sei se V. Exª já foi contatado sobre a Emenda nº 1, que diz – é o art. 3º do projeto, que está aqui comigo –:

"Esta lei entra em vigor na data da sua publicação:

III – por revogação do ato pelo Poder Público municipal, desde que demonstrado o interesse público de forma motivada."

Com isso, entendemos que superamos os justos óbices que V. Exª colocou.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Concordo inteiramente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a V. Exª.

Encerrada a discussão, a matéria irá a voto, a partir do momento em que atingirmos o quórum qualificado.

Senador Gim, parabéns! Parabéns aos senhores feirantes que estão aqui!

Agradeço ao Senador Pedro Taques, que – repito – deu o controle – digamos assim – constitucional dessa matéria, à Senadora Gleisi, que conseguiu costurar um acordo político com relação a essa matéria, Senador Gim. Eu, na condição de Relator, posso me sentir assim extremamente satisfeito, por estar oferecendo ao País um novo regramento que trata dessa matéria.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB - DF) – Eu que agradeço, Senador Vital do Rêgo, o tão brilhante relatório provido por V. Exª.

Quero agradecer, de forma muito especial, ao Senador Pedro Taques, que entendeu a necessidade dos quiosques, das bancas de feira, das bancas de jornal do nosso País, dos *trailers;* e também à Senadora Gleisi Hoffmann, tendo em vista que ela conseguiu costurar esse acordo aqui e também para sanção.

Muito obrigado, Senadora Gleisi Hoffmann. E, Pedro Taques, muito obrigado mesmo.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Sim.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB - DF) – Em meu nome e no de todos os feirantes do meu Estado e do seu Estado também.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Senador Gim, V. Exª me permite?

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB - DF) – Pois não, pois não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Eu sou useiro e vezeiro em frequentar feiras. Quero mandar aqui um reconhecimento ao Pedrinho da Feira, lá em Mato Grosso.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito bem.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Compro o jornal em banca, tomo garapa em quiosque e sou daqueles que frequentam a feira.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB - DF) – Ô coisa boa! Isso é um motivo de felicidade para mim e para todos que estão aqui representando o Brasil todo hoje, esses representantes do Distrito Federal.

Muito obrigado.

Uma salva de palmas para todos que aqui estão construindo esse acordo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senadora Gleisi Hoffmann.

Passo a presidência ao Senador Anibal, para que eu possa, em outras Comissões, consagrar votos que são importantes em relatorias específicas.

Volto daqui a pouco.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Só queria aproveitar também, Presidente, para parabenizá-lo e o Senador Gim Argello. Acho que é a segunda vitória que conquistamos nesta Comissão.

A primeira foi em relação aos taxistas – também construímos um acordo para reconhecimento do direito – e, agora, às feiras, às barracas de feiras e aos quiosques.

Quero parabenizar também todos aqueles que lutaram para chegar a esse acordo e a essa solução.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Inácio.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Se for possível, tenho um projeto na pauta, o item 27, como Relator.

Item 27.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Item 27.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – É não terminativo.

Não sei se há mais alguma outra relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Deve ser o item 21, Senador.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Vinte e um.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vinte e um?

V. Exª está solicitando inversão de pauta?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Se for possível. Se não houver nenhum outro relator...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Como V. Exª é o único relator dos não terminativos, então vamos direto ao item. Vamos lá.

Item 21.

Emenda de Plenário nº 3, oferecida à Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2012.

É um item não terminativo:

ITEM 21

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, de 2012
- Não terminativo -

Altera o art. 132 da Constituição Federal.
Autoria: Deputado Maurício Rands
Autoria da emenda de plenário: Senadora Ana Amélia.
Relatoria: Senador Inácio Arruda
Relatório: Pela rejeição da Emenda nº 3–PLEN à Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2012.
Observações:
– Em 09/05/2012 a Comissão aprovou o Parecer favorável à Proposta com as Emendas n° 1-CCJ e n° 2-CCJ, de redação;
Em 07/08/2013, foi apresentada a Emenda nº 3-PLEN, tendo como primeira signatária a Senadora Ana Amélia
– Em 18 de março de 2014, foi realizada audiência pública para instrução da matéria.

Eu concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda, para proceder à leitura do seu relatório.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Sr. Presidente, essa matéria foi amplamente discutida aqui, na nossa Comissão, e depois foi submetida ao Plenário. Ela trata da questão dos procuradores municipais, uma carreira importantíssima.

O único debate mais substantivo que terminou prevalecendo no Plenário foi em relação à capacidade dos pequenos Municípios em instituir uma carreira de procuradores.

Como Relator, contra-argumentei, no sentido de que esses pequenos Municípios, mesmo o menor Município do Brasil, com menor população, normalmente contratam escritórios para cumprir a função que hoje os procuradores já cumprem em muitas cidades brasileiras, em importantes cidades brasileiras, nas capitais todas, nas médias e grandes cidades, em grande parte.

E a emenda da Senadora Ana Amélia, com todo o respeito, buscava exatamente criar uma diferenciação entre os Municípios, no sentido de proteger em tese os pequenos Municípios que não teriam condições de arcar com as despesas e com os custos dessa carreira.

Ora, não se pode fazer numa carreira pública, mas se está obrigado a fazê-lo de qualquer sorte, contratando-se escritórios privados, às vezes com custos muitíssimas vezes maiores do que o custo da carreira pública.

Portanto, o nosso parecer foi pela rejeição, mantendo o texto original da emenda e esperando a aprovação da nossa Comissão, para que a matéria possa voltar finalmente ao Plenário.

Essa matéria é originária da Câmara, autoria do ex-Deputado Maurício Rands, teve como Relator o nosso atual Ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, que conferiu parecer, evidentemente, favorável à matéria. Agora ela está no Senado, e, se houver alguma modificação, voltará à Câmara. Se não houver modificação, vamos aprová-la e promulgá-la aqui, na nossa Casa do Congresso Nacional, brevemente, se for possível.

Então, nosso parecer é contrário à emenda, mantendo o texto original da Comissão.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Em discussão a matéria.

Pela ordem, Senador...

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR - SP) – Solicito vista.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vista concedida.

Vista concedida. Ninguém pede coletivamente? Vista concedida.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Sr. Presidente, eu apelaria para que a vista fosse coletiva, para que pudéssemos apreciar a matéria o mais rápido possível.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Sr. Presidente, peço vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vista coletiva.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vista coletiva concedida.

Vista concedida.

Nós não temos nenhum relator de matéria não terminativa presente e não podemos apreciar as matérias terminativas porque não temos quórum qualificado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Sr. Presidente, nós temos uma matéria importantíssima, que foi fruto de um amplo debate agora, no encontro dos pontos de cultura, em Natal.

É uma proposta que veio da Câmara dos Deputados. Já foi relatada em duas Comissões e está, agora, na Comissão de Constituição e Justiça e é relativa ao Projeto Cultura Viva, um projeto muito importante, que não é terminativo na nossa Comissão.

Se fosse possível colocarmos extrapauta... É um projeto de que sou Relator. Nós estamos muito sintonizados com a nossa colega Senadora Marta Suplicy, que está na expectativa de podermos aprovar esse projeto no Senado. Ele obrigatoriamente voltará à Câmara, porque já houve modificações em várias Comissões, inclusive estamos apresentando um substitutivo nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A Secretaria está trazendo a matéria para apreciação. Daí vamos colocar em votação para ver se podemos incluí-la extrapauta.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente, queria fazer uma ponderação. Estamos sem matéria não terminativa e sem o quórum devido. Estamos tentando fazer um esforço aqui, que acho meritório. E acho meritório que o Senador Inácio esteja solicitando, mas penso que se estamos com essa dificuldade e se há várias atividades na Casa, peço para encerrar a reunião da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Ponderação aceita.

Declaramos encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 3 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 33 minutos.)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

ATA DA 11ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL, COMPOSTA PELA 17ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, E 19ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS 08h30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6.

Às oito horas e cinquenta e sete minutos do dia vinte de maio de dois mil e quatorze, no plenário nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senhor Senador **EDUARDO AMORIM**, reúnem-se as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, e de Serviços de Infraestrutura – CI. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ana Rita, Anibal Diniz, Armando Monteiro, Cícero Lucena, Eduardo Braga, Flexa Ribeiro, Ivo Cassol, Jorge Viana, José Agripino, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves e Waldemir Moka**.** A Presidência submete ao plenário um aditamento ao Requerimento nº 26, de 2014-CMA, para incluir entre os convidados da audiência pública convite ao Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo. O aditamento foi aprovado. Passa-se à **PAUTA. AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA,** destinada a debater o funcionamento da telefonia celular no país, em atendimento aos Requerimentos RMA nº 26/2014, de autoria dos Senadores Eduardo Amorim e Ivo Cassol; RCT nº 11 e 13, de 2014, de autoria dos Senadores Vital do Rêgo, Zeze Perrella e Eduardo Amorim; e RQI nº 4, de 2014, de autoria do Senador Jorge Viana. Antes de iniciar a audiência pública, a Presidência faz a leitura da escusa do Presidente da OI, bem como a indicação do diretor Marcos Mesquita para representar a empresa nesta sessão. A indicação do diretor Marcos Mesquita é submetida ao plenário, sendo aprovada. Com o intuito de ordenar os trabalhos, a Presidência divide a audiência pública em duas mesas: a primeira composta pelos Srs. Eduardo Levy, Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal – SINDITELEBRASIL; Marcos Mesquita, Diretor de Relações Institucionais da Oi S.A.; Antonio Carlos Valente da Silva, Presidente da Telefônica Vivo; Carlos Zenteno, Presidente da Claro S.A.; Rodrigo Abreu, Presidente da TIM Brasil S.A.; e a segunda composta pelos Srs. João Rezende, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; Euza Missano, Promotora de Defesa dos Direitos do Consumidor do Ministério Público de Sergipe – MPSE; Leão Serva, Jornalista

da Folha de São Paulo; e Deputado Augusto Bezerra, Representante da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais – UNALE. A Presidência concede a palavra aos convidados da primeira mesa, pelo tempo de dez minutos, com cinco minutos de tolerância. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores Jorge Viana, Waldemir Moka, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, que tecem comentários e perguntas. Os convidados respondem aos questionamentos e apresentam suas considerações finais. A seguir, a Presidência agradece a presença dos convidados e dá início a segunda mesa, concedendo a palavra aos convidados pelo prazo de dez minutos, com tolerância de mais cinco minutos. Os convidados apresentam a explanação inicial do tema, seguida por perguntas e comentários feitos pelos Senhores Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Jorge Viana, e pelo Deputado Federal Edinho Bez (PMDB/SC). Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. A Presidência submete ao plenário a dispensa da leitura e aprovação das atas da 55ª, 15ª e 16ª Reuniões da CMA e últimas reuniões da CCT e da CI. As atas foram aprovadas e serão publicadas no diário do Senado Federal. Antes de encerrar, a Presidência agradece a participação dos seguintes cidadãos, que enviaram perguntas aos convidados, pelo sistema de interatividade do Senado Federal, através das redes sociais e do Alô Senado: Jéssica Silva Souza, de São Paulo; Sr. Nelson Barenho, de Cascavel, no Paraná; Felipe da Silva Alves, de Vassoura, no Rio de Janeiro; Solon Antonio Servegnini, de Alvorada, no Rio Grande do Sul; Cleusa Maria Sancho Spinola, de São Paulo; José Eduardo Figueiredo de Araújo, de Fortaleza, no Ceará; Rogério Guedes da Silva, de Taguatinga, no Distrito Federal; Sr. Cláudio da Cunha e Silva Filho, de Sobradinho, no Distrito Federal; Tiago Souto Bezerra, de Natal, no Rio Grande do Norte; Maria de Fátima Anselmo Edelma, de Atibaia, em São Paulo; José Jota da Silva Filho, do Rio de Janeiro; Gelson Guilherme Werlang, de Santa Catarina, entre tantos outros. Agradeço a todos pela oportunidade e ainda ao Sr. Paulo Oscar Beber, de Rio Branco, no Acre; do Sr. José Wilson do Couto, de Extrema, em Roraima; e do Sr. Luciano Aparecido Deemazzi, de Araputanga, no Mato Grosso. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e seis minutos, lavrando a presente ata os respectivos secretários das comissões, Raymundo Franco Diniz, Égli Lucena Heusi Moreira e Alvaro Araújo Souza, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Eduardo Amorim,** Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, no exercício da presidência – Senador **Zeze Perrella,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DE 20/05/2014

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Bom dia a todos.

Muito obrigado pela presença dos senhores e das senhoras colegas Parlamentares e da imprensa por este momento tão especial, em que vamos discutir a telefonia no nosso País.

Portanto, declaro aberta a 11ª Reunião Conjunta das Comissões Permanentes; realizada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, 17ª Reunião; pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, 16ª Reunião; e pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, 19ª Reunião; da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para discutir o funcionamento da telefonia celular no País.

Esta reunião contará com a utilização dos serviços de interatividade do Senado Federal, que permitem aos cidadãos encaminhar perguntas e comentários aos Senadores presentes e aos nossos convidados por intermédio desta Presidência.

Qualquer cidadão pode acessar o Portal *e-Cidadania*, no endereço *www.senado.leg.br/ecidadania* e, na página desta audiência, acompanhar a transmissão, ao vivo, e registrar sua participação no mural do cidadão.

Os comentários e as perguntas sofrerão triagem, conforme definido nos termos do uso do Portal. Essa triagem não é feita com base na qualidade do comentário ou no mérito da pergunta, mas no cumprimento de regras de respeito e urbanidade e na conexão com a finalidade do serviço oferecido e o tema ora tratado.

Cada Senador ou Senadora, assim como a sociedade, podem ver todas as participações publicadas na mesma página do Portal *e-Cidadania*, onde também estarão disponíveis as apresentações trazidas pelos convidados e, após o encerramento, os vídeos da audiência.

É importante destacar que os cidadãos podem também apresentar as suas perguntas por meio do telefone "Alô Senado" (0800-612211).

Informo que foi aprovada na CCT a solicitação de inclusão do Exmo Sr. Paulo Bernardo, Ministro das Comunicações, entre os convidados para a audiência.

Dessa forma, consulto os Srs. Senadores se concordam com a inclusão extrapauta de um aditamento ao Requerimento nº 26, de 2014-CMA, para que se convide o Ministro para tratar do tema "funcionamento da telefonia no País", além de formalizar o caráter conjunto da reunião.

Consulto o Plenário se poderemos tratar desse convite. E, lógico, a audiência do Ministro estaria marcada, portanto, se assim os senhores concordarem, para a próxima semana.

Não havendo objeção, em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Informo que o Ministro Paulo Bernardo confirmou a sua participação na próxima terça-feira, dia 27 de maio.

Em função do grande número de palestrantes, esta audiência será dividida em duas mesas. A primeira mesa será formada pelos Presidentes das empresas de telefonia; os demais formarão a segunda mesa.

Dessa forma, convido o Presidente do Sindicato das Empresas de Telecomunicações do Brasil, Sr. Eduardo Levy, para compor a mesa.

Convido o Sr. Antônio Carlos Valente, Presidente da Telefônica Vivo, para compor a mesa.

Convido o Sr. Rodrigo Abreu, Presidente da TIM Brasil S.A., para compor a mesa.

Finalmente, convido o Sr. Carlos Zenteno, Presidente da Claro S. A., para compor a mesa.

Vamos estabelecer o tempo de 10 minutos, com mais 5 minutos de tolerância, para cada convidado. Assim, logo depois das devidas apresentações, convidaremos os demais participantes para a segunda mesa.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Pois não, Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – A informação que nós tivemos, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é que o Presidente da Oi não pôde comparecer por motivo de força maior, de transição na empresa, e enviou um diretor. Como não se trata de uma convocação, eu entendo que o diretor poderia representá-lo, se o Plenário assim entender.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – A decisão do Plenário, inicialmente, Senador Raupp, foi no sentido de que estivessem ocupando as mesas apenas os Presidentes. Contudo, a decisão do Plenário é soberana e pode reconduzir os rumos, se assim desejarem.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Minoria/SD - TO) – Eu estou de acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Em discussão.

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Amorim, eu queria cumprimentar V. Exª, que assumiu a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor e tem procurado, de alguma maneira, dar as condições para que se faça o melhor trabalho possível aqui.

Eu sou autor desse requerimento. V. Exª não só o acolheu como também encampou, fazendo um outro requerimento. E eu sou o proponente dessa ideia, dessa intenção, que é de todos os colegas, de discutir a qualidade dos serviços de telefonia em nosso País.

Nós temos recebido cobranças e reclamações de toda sorte e, quando apresentei o requerimento, de fato, foi quase que impositivo o convite no sentido de termos os Presidentes das companhias. Então, antes de mais nada, eu gostaria de cumprimentar e agradecer ao Sr. Valente, Presidente da Vivo, por estar aqui; ao Presidente da TIM Brasil por estar aqui, Sr. Rodrigo Abreu; e também ao Presidente da Claro, da mesma forma, por estar também conosco. E, obviamente, cumprimento o Sr. Eduardo Levy, Presidente do Sindicato das companhias.

Contudo, o nosso propósito, e por isso acho que a iniciativa de V. Exª é absolutamente correta, era convidar a comporem a mesa todos os Presidentes – como disse, era o propósito do requerimento –, porque, senão, nós teríamos aqui os representantes dos representantes e a qualidade do debate que o Senado merece fazer cairia.

Nós estamos falando de um serviço de primeira necessidade hoje, pelo qual o cidadão brasileiro nos cobra. Por onde eu passei e disse que iria apresentar esse requerimento me aplaudiram. Diziam: "Até que enfim vão fazer um debate para a gente entender direito por que é caro e a qualidade tem caído, por que ainda não se atingiu... Para completar uma ligação, você tenta três, quatro vezes." Aqui no Senado não é diferente. Mas, de qualquer sorte, nós aqui...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Jorge, para orientar, faço até um posicionamento. Se o requerimento foi aprovado com essa condição de que só teriam assento à mesa os presidentes da empresa, eu quero manter o requerimento. Não votei, mas, se o requerimento foi votado nessa condição, eu penso que nós deveríamos manter a condição em que o requerimento foi votado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Senador Moka, vamos deixar o Senador Jorge Viana terminar de se expressar.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Então, dentro desse propósito... Por isso eu estou fazendo um registro, porque eu acho que nós devemos cumprimentar os três presidentes que estão aqui presentes. Mas nós temos, Senador Moka, V. Exª que é tão zeloso também nas coisas, uma parcela enorme do País que está – como o País estabeleceu sua política – mais diretamente vinculada a uma outra companhia, que é a Oi. Uma parcela enorme. E fica aqui o registro. É claro, nós não podemos impedir... Às vezes acontece de, por um motivo de força maior, um dos presidentes não poder estar aqui. Por isso que eu estou, primeiro, cumprimentando todos os que vieram, que fizeram o sacrifício, cancelaram a agenda. E lamento a ausência do presidente da Oi.

De qualquer sorte, eu penso, Presidente, eu sou o autor do requerimento, dois colegas já se manifestaram, que se houver como, depois de ouvidos todos os que vieram, os presidentes, nós também ouvirmos o vice-presidente ou o representante da Oi, para que não fique... Mas que fique o apelo para que, em uma próxima convocatória de presidente, venham os presidentes.

Já temos três companhias que trouxeram seus presidentes e o presidente do sindicato. Eu faria, então, até como proponente, um pedido aos colegas para que nós pudéssemos... Porque, senão, nós vamos ficar com uma faixa de contribuintes, de consumidores que vão ficar sem uma resposta no caso de nós não ouvirmos a Oi.

Então, eu faço um apelo – deixando aqui não um protesto, mas um registro de agradecimento aos que vieram – para que nós possamos, no final, depois de os três presidentes falarem, ouvi-lo também, por conta da importância que a Oi tem para o País, para o consumidor brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu retiro a minha observação em função de que o proponente, ele mesmo está fazendo o apelo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Bom, fica decidido então que vamos ouvir, após todos, o presidente da Oi.

Senador Moka, o senhor acatou a sugestão do Senador Jorge Viana? É essa a ideia?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sim. Eu fiquei receoso. É que, como não votei o requerimento que convocou, quando ouvi o Senador Jorge Viana dizer que essa era a condição, eu não queria descaracterizar o requerimento. Mas o próprio proponente entende que há um representante da Oi e é importante que ele seja ouvido, e eu não tenho nenhum óbice em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Eu vou ler aqui o que nós recebemos da Oi, da empresa Oi, a resposta:

Acusamos o recebimento do Ofício nº 106, de 2014, da CMA, em resposta ao nosso expediente, no qual havíamos comunicado a impossibilidade do comparecimento do engenheiro Zeinal Bava, presidente da Oi, na audiência pública a ser realizada dia 20/05/2014, no plenário 6 da Ala Senador Nilo Coelho. Ao tempo em que compreendemos e respeitamos a decisão de V. Exª, ratificamos o interesse da Oi em colaborar com os trabalhos das comissões que promoverão a audiência pública já referida. No entanto, tomamos a liberdade de, mais uma vez, apresentar o nome do Sr. Marcos Augusto Mesquita Coelho, Diretor de Relações Institucionais, que comparecerá ao plenário, ficando à disposição de V. Exª para apresentar à companhia, caso seja possível, eventual consideração.

Então, consulto ao Plenário se concorda que o Sr. Marcos Augusto Mesquita possa substituir o presidente. (*Pausa.*)

Não havendo nenhuma objeção, está aprovado.

Solicito à assessoria da Comissão que acrescente um local à mesa. E convido, portanto, também para estar à mesa o Sr. Marcos Augusto Mesquita Coelho.

Comunico que, num segundo momento da mesa, estará presente aqui, representando a Unale, o Deputado Augusto Bezerra; a Promotora, com muito orgulho para todos nós sergipanos, a Drª Euza Missano, Promotora de Justiça de Defesa do Consumidor do Estado de Sergipe; o Sr. Leão Serva, jornalista da *Folha de S. Paulo;* e, por último, o Sr. João Rezende, presidente da Anatel.

Vamos começar nosso trabalho.

Passo a palavra agora, portanto, por quinze minutos – dez minutos, com cinco de tolerância, não podemos tolerar mais do que isso porque senão ultrapassaremos, com certeza, às 11 horas ou o meio-dia, hora próxima de quando deveremos terminar esta audiência pública –, ao Sr. José Eduardo Levy, Presidente do SindiTelebrasil.

Dez minutos o senhor tem, com cinco de tolerância.

O SR. EDUARDO LEVY – Bom dia a todos.

Senador Eduardo Amorim, Presidente da Mesa, Srs. Senadores, em primeiro lugar queria agradecer a oportunidade de poder estar aqui e apresentar, em nome das empresas, um conjunto de atividades que estão sendo

realizadas para procurar mostrar de uma forma clara e transparente o esforço do setor de telecomunicações de manter em crescimento os seus investimentos, a implantação da sua infraestrutura, a redução dos preços ao consumidor e o cumprimento de 100% de todas as metas que nos têm sido colocadas pelo órgão regulador.

Eu queria mostrar um pouco os números do setor de telecomunicações. Nós investimos, em 2013, R$29,3 bilhões, o que dá aproximadamente R$80 milhões por dia, um crescimento bastante significativo de 2010 até 2013. Então, isso é para demonstrar primeiro aos senhores que o setor efetivamente tem investido na infraestrutura de telecomunicações neste País.

O crescimento também está muito acelerado. Nós estamos com crescimento de celulares. Por exemplo, aqui, no que significa banda larga móvel, nós temos um crescimento, no ano de 2013, de 69%.

O total de celulares vem crescendo. Nós temos 274 milhões de *chips* ativados, o que significa celulares nas mãos dos consumidores, significa *modems* que são colocados em máquinas e significa equipamentos de comunicação, máquina a máquina, efetivamente. E nós temos já, hoje, 45% dos celulares que podem acessar a banda larga em alta velocidade.

Esse crescimento da banda larga móvel – hoje ela representa 85% de toda a banda larga no Brasil, são 146 milhões de acessos em banda larga existentes hoje no País – é uma revolução silenciosa que o setor faz, colocando à disposição de toda a população a capacidade de poder acessar informações, redes sociais, dados de educação, saúde etc. Nós já temos hoje 3.648 Municípios com cobertura de banda larga 3G, o que significa que 91% da população está coberta, e supera, em muito, as obrigações que nos foram colocadas nos editais da Anatel que nós adquirimos nos leilões no passado.

Cento e cinco Municípios hoje no País já têm cobertura em banda larga móvel de quarta geração. A obrigação para maio de 2014 era de 43 Municípios, incluindo aí os 12 Municípios-sede da Copa do Mundo; todos já estão com o acesso em banda larga de quarta geração. Nós implantamos aproximadamente 8 mil antenas no período para poder fazer cobertura a esses 105 Municípios.

Outra questão muito interessante, porque muitas vezes se fala no País sobre competição, sobre pouca competição, é que o Brasil é, através do reconhecimento desse índice de um instituto alemão, um dos países mais competitivos do mundo, onde a competição é medida pela concentração de mercado com base no *market share* de cada uma das empresas. Nós temos uma distribuição bastante equilibrada, com quatro empresas celulares basicamente, o que é um feito em relação ao que existe em todo o mundo.

Outro dado muito importante a ser destacado é a queda do preço do minuto do celular e o crescimento do tráfego também no período. Nós tivemos uma queda muito expressiva. O Brasil hoje já pratica R$0,15 de preço médio do minuto do celular.

O brasileiro gasta, em média, pelos dados do IBGE, R$19,50 por mês com celular. A renda média do brasileiro é de R$2.046, segundo os últimos dados do IBGE. Para o brasileiro, isso representa menos de 1% da sua renda média no consumo do seu celular.

Estudos de comparação internacional – e esse estudo eu tenho aqui em minhas mãos, depois eu posso deixar uma cópia, Senador Eduardo Amorim, para os Senadores e para a Comissão –, mostram que o Brasil tem o quarto preço mais barato de telefonia móvel pré-paga entre esses 18 países que estão aqui listados. O Brasil está aqui marcado em verde. À semelhança da telefonia móvel pré-paga, também a banda larga pré-paga é a terceira mais barata entre 15 países analisados.

Essas duas tabelas procuram desmistificar um pouco o pensamento e a ideia de que o Brasil é um país de serviço muito caro. Além de ter dados bastante ilustrativos e bastante embasados de consultorias que fazem os trabalhos, nós temos também o próprio dia a dia que nos ocorre. Nós temos hoje uma ativação de mais de uma banda larga por segundo no País. Se efetivamente fosse um serviço muito caro, a demanda e o crescimento não seriam tão grandes como são hoje.

Como é que funciona a telefonia celular? Isso aí é um pouco para explicar talvez a dificuldade de se observar uma qualidade que possa ser um pouco mais efetiva, apesar de todo esse esforço que as empresas fazem de implantação. Normalmente, antigamente, quando nós tínhamos poucos clientes de celular, nós tínhamos uma torre que atendia uma certa área geográfica. Com o crescimento da demanda, do tráfego, etc., nós temos que colocar, nessa mesma área geográfica, mais antenas; precisa ser ampliada a infraestrutura.

Com a quarta geração, em que a frequência utilizada é mais alta, o alcance da antena diminui, a infraestrutura necessária ainda é maior. Então, um dado que é muito importante para ser observado é que não há como dar qualidade de serviço sem a implantação de infraestrutura. E o que nós temos feito? Nós temos lutado de uma forma incessante, permanente, para poder convencer os Municípios e os Estados da necessidade de mais infraestrutura de celular no País através de implantação de mais antenas.

Mesmo assim, temos, com todas as dificuldades, cumprido com os nossos compromissos. A cobertura de 2,5GHz, que é a cobertura de quarta geração, tem esses compromissos todos. E os compromissos, até maio de 2014, já estão todos eles cumpridos. A fonte disso é o edital de licitação da Anatel.

Outra questão que também é feita permanentemente – eu, quando estive com o Senador Eduardo Amorim, trouxe a informação a ele e estou trazendo agora aos demais Senadores – é que os editais trazem este dado para nós: um Município será considerado atendido quando a área de cobertura contiver, pelo menos, 80% da área urbana do distrito sede do Município atendida pelo serviço móvel pessoal. Nós temos feito um esforço muito grande para chegar além desta área amarela que está marcada aqui no gráfico, mas, efetivamente, a nossa obrigação é o atendimento do Município sede, e não dos distritos.

Da mesma forma, a obrigação da cobertura em estradas. Os editais não contemplam essa obrigatoriedade. Então nós temos a infraestrutura colocada nos Municípios e temos pontos de sombra, ou pontos sem cobertura nesses trechos das estradas. Então, muitas vezes, os Srs. Senadores nos fazem um questionamento de por que, no deslocamento de um Município para o outro, pode haver a queda de uma ligação. É porque esse ponto, efetivamente, pode não estar sendo atendido. Apesar de não estar na obrigação, nós temos procurado, cada vez mais, ampliar a cobertura da telefonia celular no País.

Mas o grande desafio para a expansão desse serviço são as mais de 296 leis estaduais e municipais, que restringem a implantação dessas antenas no País. E o Senado, no momento, tem uma participação importante. Foi daqui que nasceu o projeto da Lei Geral das Antenas, foi à Câmara Federal, a Câmara incluiu uma série de emendas, esse projeto está retornando agora para o Senado, e nós estamos na boa expectativa de que possamos aprovar. Com essa lei federal, nós acreditamos que uma boa parte desses entraves que temos serão superados.

A melhoria da qualidade, então, efetivamente, é muito importante se o processo de licenciamento for ágil e se a legislação incentivar esses investimentos. Como eu mostrei aos senhores no início, investimentos nós temos feito para melhorar essa qualidade.

Também temos muito questionamento sobre Copa do Mundo. Como é feito um projeto de telefonia celular em lugar de alta concentração de tráfego, em um estádio, por exemplo? O local é dividido em setores, colocamos ali um projeto para melhor alocar as frequências e minimizar a interferência entre elas.

Nós temos, para poder oferecer o serviço celular no Brasil, pedaços ou frequências disponíveis, faixas de frequência disponíveis em que podemos alocar clientes podendo fazer suas chamadas. Este aqui, marcado em amarelo, por exemplo, é o total que nós temos disponível. Essa disponibilidade nós colocamos toda ela em um estádio com antenas de frequências menores, que têm maior alcance, e com antenas de frequências maiores, que têm menor alcance, para distribuir em um projeto ideal em um estádio.

Para ampliar a capacidade das redes para uso de dados e aliviar a rede de telefonia móvel, além do projeto todo de telefonia celular, nós podemos acrescentar uma rede *wi-fi* que complementa e amplia a capacidade de escoamento da rede celular. Nós podemos fazer isso, porque essa rede usa uma frequência não licenciada pela Anatel. Então, significa que qualquer proprietário, assim como nós em casa ou uma empresa ou um escritório, pode fazer sua própria rede *wi-fi* onde quiser.

No caso dos estádios, dos doze estádios existentes para a Copa do Mundo, seis estádios optaram por ter uma rede própria de *wi-fi* para poder, provavelmente, utilizar em uma decisão comercial ou de *marketing* com seus sócios, etc., como é o caso da Arena do Corinthians, por exemplo.

Um estádio tem, em um projeto de engenharia – em vermelho, um em que há maior densidade de tráfico; em amarelo, menor densidade de tráfico... Nós fazemos, então, todo projeto para atender, efetivamente, essa região. Um exemplo é o estádio Mané Garrincha, em que nós tivemos uma solução que, depois, foi adotada para todos os demais estádios. Todas as empresas se uniram para implantar uma infraestrutura única, a mesma que nós tivemos nas Olimpíadas de Londres, uma solução tecnológica utilizando um equipamento único para distribuir todos os sinais, com a oferta de todos os serviços de 2G, 3G, 4G, cobertura em todos os pontos do estádio e uma infraestrutura com equipamentos, redes e antenas.

Dividimos, recebemos uma área básica em cada estádio em torno de 200m², solicitamos entre 120 e 150 dias para executar todos os serviços, implantamos todos estes equipamentos quando nos foi dado tempo suficiente para fazê-lo. Esses equipamentos, no caso do Mané Garrincha, estão implantados, porque são oriundos da Copa das Confederações. O exemplo, no estádio Mané Garrincha, dessa infraestrutura é isto aqui, em vermelho, aquela sala da fotografia que mostrei aos senhores. E aqui está todo cabeamento em fibra ótica e antenas que estão colocadas, estes pontos que estão aqui. E há aqui alguns detalhes que mostram as antenas que estão dando a cobertura. Cada estádio tem em torno de 300 antenas para dar uma cobertura efetiva, 100% suficiente para atender toda demanda do estádio. Estão aqui todos os pontos.

Um exemplo da Copa das Confederações: no caso do Mané Garrincha, nós tivemos 90 mil ligações de voz, 300 mil comunicações de dados 3G, 60 mil comunicações de dados 4G. Nós tivemos, em todos os jogos, 4,6 milhões de mensagens multimídia.

Cada estádio existente no Brasil, Senador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO LEVY – Quatro milhões. Quatro milhões e meio de mensagens multimídia.

O tráfego de um estádio é basicamente um tráfego de dados, um tráfego de fotografia e de vídeo. Por isso, o projeto tem de ser bastante robusto, para dar vazão, para ter capacidade para transmitir tudo a tempo e a hora.

Cada estádio em que nós estamos trabalhando tem a cobertura *indoor*. Todos eles estão concluídos, em fase de testes, basicamente. E, dos doze, seis têm *wi-fi* em implantação. Alguns estádios não tiveram a autorização dada pelo estádio. Como eu já havia explicado, o *wi-fi* não é algo que somente pode ser feito pelas empresas, qualquer um pode executar o serviço.

Cada um dos estádios está aqui. Eu apenas gostaria de destacar que há dois estádios com os quais temos uma preocupação maior, única e exclusivamente em função do tempo que nos foi dado para executar o serviço. Nós precisamos de algo em torno de 150 dias.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – O senhor...

O SR. EDUARDO LEVY – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Já ultrapassamos todo o tempo. Concedo-lhe mais um minuto, para que o senhor possa concluir.

O SR. EDUARDO LEVY – Pois não.

Nós recebemos esses projetos, o estádio, a sala para fazer o serviço, com um prazo inferior a 60 dias, quando nós precisamos de 120 dias a 150 dias.

Todos os estádios terão serviço de 2G, de 3G e de 4G, sendo que, na Arena da Baixada, em Curitiba, e na Arena de São Paulo, haverá certa dificuldade em áreas onde estarão os torcedores.

O serviço de telecomunicações é muito importante para o País, porque cresce o PIB quando a infraestrutura de um país cresce. As nossas telecomunicações são essenciais porque nenhum de nós vive sem elas. Elas são singulares porque nós não temos substitutos para elas. E são estruturantes porque ajudam a reduzir o custo de um país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Muito obrigado, Sr. Levy, pela sua participação, pela sua colaboração.

Antes de passar a palavra ao Sr. Antonio Valente, comunico aos colegas Senadores que, após o fim das exposições de cada Mesa formada, abriremos oportunidade para as perguntas dos colegas Senadores. As inscrições, portanto, já estão aqui sendo permitidas.

Comunico também que, na Sala 7, existe um telão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Eu lhe darei a palavra pela ordem, Senador.

Existe um telão na Ala Alexandre Costa, na Sala 7, para atender àqueles que ainda não estão acomodados, se assim desejarem. Lá está disponível esse telão, e há assentos para todos.

Antes de passar a palavra pela ordem ao Senador Jorge Viana, faço questão de ler aqui uma resposta que mandamos para a direção da Oi, com vistas à previsão da substituição do nome recomendado:

[...] registro o recebimento do VPRI-056/2014 encaminhado por V. Sª, sobre o convite ao Presidente da OI S.A. para participar da audiência pública conjunta a realizar-se nesta Comissão no próximo dia 20, e o oferecimento de sua participação por meio de seu Diretor das Relações Institucionais, Senhor Marcos Augusto Mesquita Coelho.

Esclareço, entretanto, que devido às manifestações de vários Parlamentares ficou acertado que os convites seriam feitos exclusivamente aos presidentes das empresas de telefonia celular, bem como ao Presidente da Anatel [...].

Então, essa foi a decisão que tomamos, mas a vontade do Plenário é soberana.

Pois não, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – V. Exª falou das inscrições. Eu gostaria de saber, no caso, como normalmente fazemos nas Comissões, por ser eu o autor do requerimento, se eu fico como primeiro inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – O senhor tem preferência.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Passo a palavra, então, ao Sr. Antonio Valente, Presidente da Vivo S.A., para que possa fazer a sua exposição.

O SR. ANTONIO CARLOS VALENTE DA SILVA – Bom dia a todos!

Eu queria, inicialmente, saudar o Presidente Eduardo Amorim e os demais Senadores. Quero parabenizá-los por essa iniciativa.

Quero trazer algumas informações para os senhores com relação a esses itens.

Vou falar um pouco de Copa do Mundo. Vou falar um pouquinho de qualidade de rede, de forma geral, no nosso País. Vou falar um pouquinho sobre atendimento também e apresentar algumas conclusões.

Inicio, então, pela Copa do Mundo.

Já foi apresentada pelo Dr. Levy uma série de informações com relação aos estádios. A informação nova que estou trazendo nesse eslaide é relativa às etapas que, de alguma maneira, são seguidas para que o serviço seja oferecido ao usuário, ao cidadão, durante as partidas.

Então, a primeira etapa é a entrega da infraestrutura. Não é possível começar a instalação dos equipamentos sem que essa infraestrutura seja entregue pelo construtor ou pelo operador do estádio.

Numa segunda etapa, é feita a instalação da eletrônica, exatamente como o Dr. Levy apresentou.

Numa terceira etapa, a instalação das antenas. Em geral, essa etapa sucede a instalação dos equipamentos, até porque as coberturas, em geral, ficam disponíveis para a instalação posteriormente.

Uma quarta etapa é a de conectividade, ou seja, os equipamentos eletrônicos são interligados à rede.

E uma quinta etapa, que está ali em roxinho, é fundamental, a etapa de ajustes do sistema. É sempre necessário que eles sejam feitos e são função de testes que são realizados depois que todos os equipamentos estão instalados. A esta etapa eu pediria uma atenção especial dos senhores, porque, em alguns casos, nós vamos ter, em função dos prazos, uma certa dificuldade para complementá-la.

Então, aquilo que está sendo relacionado no lado esquerdo da lâmina são as datas de entrega dos estádios. E nós podemos observar que os estádios, como já foi comentado aqui, de São Paulo, Curitiba e Manaus foram entregues para as operadoras muito recentemente, agora em março de 2014.

Dentro do conjunto de responsabilidades que foi atribuído a cada operadora em função da divisão que fizemos, nos coube, à Telefônica Vivo, fazer o atendimento do Estádio de Brasília, do Estádio de Fortaleza, o Castelão, e do Estádio da Arena da Amazônia. As demais operadoras, que não estão aqui denominadas, mas que depois certamente poderão ser apresentadas por cada um dos presidentes, ficaram com a responsabilidade da entrega das outras áreas comuns, nos outros estádios.

Só para vocês terem uma ideia, mostro a situação da sala de equipamentos, em abril de 2013, à esquerda, em Brasília, e depois em abril de 2014. Essas fotografias, de certa forma, já foram apresentadas pelo Dr. Levy. E do lado direito a sala de equipamentos, em abril de 2014, em Manaus, e como ela ficou em maio de 2014, depois que essa sala foi entregue para as instalações serem realizadas.

No caso dos estádios do Paraná, Curitiba, e de São Paulo, nós estamos vendo com dificuldades a realização dos testes de ajustes do sistema, exatamente em função dos prazos da entrega dessas salas. E, consequentemente, diferentemente das outras arenas, onde nós tivemos possibilidade, todas as operadoras, de fazer os ajustes necessários, nesses casos de São Paulo e Paraná, ainda que a gente vá trabalhar durante todo o período que nos seja permitido, possivelmente, a gente não terá o tempo necessário para fazer os ajustes, em função dos testes que seriam realizados.

Bom, também, como já foi comentado pelo Dr. Levy, em algumas arenas, foi permitida a instalação pelas operadoras, para oferta em serviço gratuito, de *wi-fi*; em outros casos, não. Aqui estão as arenas onde foi permitida a instalação pelas operadoras de *wi-fi*: Amazônia, Pantanal, Mané Guarrincha, Beira-Rio, Maracanã e Fonte Nova. Nos demais estádios, por decisões próprias dos administradores dos estádios, isso acabou não acontecendo, e essa rede *wi-fi* vai ser oferecida pelos próprios operadores dos estádios, ou pode não ser oferecida.

Também uma informação para os senhores que eu acho bastante relevante é a situação dos aeroportos. Nós temos alguns aeroportos onde as instalações já foram concluídas, ainda que de forma não definitiva, já que, em muitas situações, isso acabou não sendo possível de ser feito, e alguns outros onde nós temos uma construção ainda em andamento.

Aí um destaque especialmente para os aeroportos que estão ali em amarelo: Porto Alegre, Curitiba, Natal, Viracopos, Guarulhos e Cuiabá. E esses casos dependem ou de disponibilidade de espaço, ou de negociação, ou de ambos. E esse é um tema que nós estamos procurando desenvolver junto com os administradores dos estádios, sejam eles já privatizados ou estádios ainda com administração pública.

No entorno de todos esses estádios, nós estamos colocando uma quantidade muito grande de *sites* temporários para pontos de concentração, chamados FIFA Fan Fest, salas de imprensa. Esse tipo de solução, que está colocada aqui, não sei se dá para ver ali uma espécie de contêiner, é uma solução comumente utilizada

pelas operadoras em grandes eventos. Talvez o maior exemplo de utilização desses equipamentos temporários seriam as festividades do final de ano, quando há uma grande concentração de pessoas que durante poucas horas se reúnem para comemorar as festividades de final de ano.

Então nós vamos, também, além do reforço definitivo que está sendo colocado em diversas cidades, colocar esses *sites* temporários exatamente para fazer frente a essa concentração de pessoas no entorno desses estádios e nesses outros pontos de concentração.

Outro ponto extremamente relevante é que nós estamos colocando um exército de profissionais para acompanhar todo esse evento. Enquanto todo mundo está vendo a partida, enquanto está todo mundo indo para o estádio, nós temos um exército de pessoas trabalhando. Então nós temos cerca de 800 profissionais trabalhando no atendimento, de forma direta e indireta, na Copa do Mundo, para que a gente possa ter proteção lógica contra todo tipo de situação indesejável que possa acontecer nesses eventos, mas também intervenções físicas. Muitas vezes você tem um acidente, muitas vezes você tem algum tipo de situação em que tem que atuar. E temos, obviamente, parceiros nossos internacionais que têm experiência também com grandes eventos, como são citados o caso do Super Bowl, que acontece nos Estados Unidos uma vez por ano, ou o caso do Ramadã, lá na Arábia Saudita, onde existe uma concentração enorme de pessoas. Esses fornecedores vão estar conosco, juntamente com esses 800 profissionais nossos, à disposição para atendimento dessas necessidades.

Bom, vou falar um pouquinho de qualidade de rede. Em termos de crescimento de voz, nós temos tido aí um crescimento muito significativo. Ao longo dos últimos três anos, vocês observam um crescimento de quase 80%. E, além disso, mais importante do que o crescimento de voz é o crescimento de dados. E esse crescimento de dados não está acontecendo só aqui no Brasil, está acontecendo no mundo inteiro.

A nossa associação mundial, que congrega 220 operadoras em todo o mundo, apresentou dados recentes de que sempre se tem o último ano analisado praticamente como a soma de todos os anos anteriores, em função do crescimento do volume de dados.

E, adicionalmente a esse crescimento de volume de dados, acesso à internet e tal, você tem uma outra situação que é bastante interessante, que é a questão dos usuários simultâneos. Diferentemente dos usuários de voz que fazem uma chamada e se desconectam da rede, os usuários de dados ficam permanentemente trocando informações com a rede, pelos aplicativos que cada um dos usuários deixa aberto, pela utilização que normalmente fazem até independentemente de estarem fazendo aquele movimento de uso. Muitas vezes o cliente não percebe isso, mas a rede está permanentemente negociando com os usuários.

Então tipicamente nós saímos de um uso de voz de cerca de dez minutos por dia, por usuário, para uma utilização em média de cerca de duas horas, exatamente por conta dessa questão das redes de dados. Obviamente isso demanda uma quantidade adicional muito grande de novos *sites*. A forma de cursar o tráfico na rede móvel é através da instalação de novos *sites*, ou novas portadoras, que são formas de utilização do espectro. Em algumas cidades brasileiras nós já conseguimos uma evolução importante, como é o caso de Curitiba, Brasília e Rio de Janeiro, onde nós já temos leis mais modernas, que permitem a colocação dessas antenas sem que exista nenhum tipo de dano para a cidadania, e em outras certamente a gente terá necessidade de ter avanços, como é o caso de São Paulo, Porto Alegre e Aracaju, somente para citar três casos.

Além dessa questão da modernização das leis, outro ponto extremamente importante é a questão do tempo para o licenciamento de uma estação. A gente sabe das estruturas dentro do Poder Público municipal, das dificuldades de cursar determinadas solicitações. Devido a isso, é necessário que, além das leis, a gente também tenha uma agilização do processo de implantação dessas diversas antenas nas diversas cidades.

Para vocês terem uma ideia, nós estamos colocando quatro vezes mais *sites* no período de 2012/2014, como eu disse, e vamos ter necessidade de novas licenças, novas instalações e portadoras incrementais, que é aquilo que depende só da gente, 1,7 vezes. Vocês observam que o crescimento é completamente diferente. Por quê? Porque nos locais onde a gente já podia fazer a instalação desses equipamentos as instalações estão sendo feitas. O grande problema que nós temos é com relação aos *sites* incrementais.

Bom temos um plano de cobertura rural. Os Estados em roxo são os Estados que estão sob a nossa responsabilidade, praticamente todos os estados do Nordeste, Minas Gerais e uma parte importante do Estado de São Paulo, além de uma parte importante também do Estado do Espírito Santo. Estamos prontos para fazer o atendimento, dentro da obrigação que nos foi imposta pela Anatel, de mais 1.534 Municípios, incluindo aí as escolas rurais desses Municípios. Então, as 1.534 escolas rurais em diversos distritos rurais estarão sendo atendidas nesses Estados.

Bom, vou falar um pouquinho sobre atendimento. Só para terem uma idéia do que é o mundo de uma operadora, nos nossos canais de relacionamento, recebemos mensalmente 400 milhões de consultas, de saldos, de promoções, de cliente especial e de clientes pré-pagos. Temos 54 milhões de contatos nas nossas URAs, nas nossas unidades de respondedores automáticos, e 18 milhões de consultas por internet ou atendimento SMS.

Obviamente tudo isso está suportado por sistemas que rodam 7 dias por semana, 24 horas por dia, 365 dias por ano e, nos canais tradicionais, só para vocês terem uma ideia da magnitude do que estamos falando, são 19 milhões de comunicações locais que são realizadas todos os meses, por 35 mil pessoas que estão distribuídas em 30 centros de atendimentos em diversos Estados da Federação. Além disso, nós temos uma quantidade muito grande de lojas próprias e revendas para atendimento ao consumidor.

O nosso desafio é sair dos canais tradicionais e passar por um sistema de multicanalidade, ou seja, cada vez mais oferecer novas opções para o cliente, para que ele não se comunique somente através dos *call centers*, mas sim por outras formas, se eles assim o desejarem. E aqui nós temos um plano de trabalho exatamente para tocar cada uma dessas questões.

Bom, vou falar um pouquinho só, em termos finais, dentro do tempo que nos foi dado – desculpe pela aceleração aqui, mas quero ficar dentro dos 10 minutos –, que nós estabelecemos, num tempo muito rápido, acordo de *roaming* com diversos países para tecnologias de terceira geração e quarta geração. Sabemos que vamos ter diversos visitantes internacionais. Então fizemos isso especialmente para a quarta geração. É bom que se diga que nós acabamos de completar um ano de quarta geração no Brasil. Então fizemos aí já uma grande quantidade de acordos de *roaming*.

Estamos preparando a nossa estrutura para que seja possível proteger a infraestrutura, a rede, tecnologia de informação contra ataques lógicos e patrimoniais de que infelizmente podemos ser alvo. Vamos continuar a evoluir para aeroportos, mesmo que durante a Copa, para que a situação venha a melhorar gradativamente. E a nossa infraestrutura, sem dúvida, vai ser a melhor possível. Talvez a gente pudesse fazer mais, mas é a melhor possível.

No caso da questão geral da qualidade, cada vez mais é essencial o serviço e nós temos necessidade de fazer cada vez mais, como eu disse, instalações físicas, e essas instalações físicas, muitas vezes, estão fora do nosso controle, ainda que a gente tenha interagido com praticamente todos os governos estaduais, municipais e também aqui, com o Congresso Nacional, no sentido de obter rapidamente a aprovação da Lei Geral de Antenas.

Então queria agradecer o tempo dos senhores e, depois, me colocar à disposição para perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Obrigado, Dr. Antonio Valente.

Antes de passar a palavra para o Dr. Rodrigo Abreu, reafirmo que esta reunião contará com a utilização do serviço de interatividade do Senado Federal, que permite aos cidadãos encaminhar perguntas e comentários aos Senadores presentes e aos nossos convidados por intermédio desta Presidência. Qualquer cidadão, volto a dizer, pode acessar o portal *e-cidadania* no endereço www.senado.leg.br/e-cidadania e, na página desta audiência, acompanhar a transmissão ao vivo e registrar a sua participação no mural do cidadão.

Passo a palavra ao Sr. Rodrigo Abreu e digo que as inscrições estão abertas para os colegas Senadores logo após o término dos expositores desta mesa.

O SR. RODRIGO ABREU – Obrigado Senador. De novo, saudando o Senador Presidente da Mesa e, em nome dele, todos os outros Senadores, digo que para nós é um prazer e é uma ótima oportunidade poder participar de uma discussão como esta, porque, de fato, Senador, os objetivos são comuns. Acho que não existe nenhum conflito de interesses nos objetivos tanto do Senado, das Comissões, como do Poder Público, da Anatel e das empresas. As empresas, sem dúvida nenhuma, querem continuar a prestar um excelente serviço e, como o próprio Valente e o Levy destacaram, ajudar na contribuição ao crescimento econômico-social do País.

Eu gostaria de começar falando muito rapidamente da TIM, porque muitas vezes até o próprio conhecimento da empresa acaba ficando prejudicado, por se tratar de um único setor, mas é uma empresa brasileira com mais de 74 milhões de clientes, a segunda maior operadora móvel hoje, com 27% de mercado, líder no segmento pré-pago, com uma cobertura em mais de 1.400 Municípios, com mais de 12 mil funcionários diretos, 21 mil indiretos, 13 centrais de atendimento, 18 mil consultores no total. Ocupa o 13º lugar entre as maiores empresas brasileiras e tem um investimento, hoje, para os próximos três anos, da ordem de R$11 bilhões.

Então nós estamos falando de números bastante grandes, bastante significativos em relação ao que podem contribuir para o crescimento do setor e do País.

Depois disso, quero passar rapidamente, para que a gente possa olhar alguns dados sobre o setor e talvez desmistificar alguns conceitos que foram criados, porque eu acho que o setor precisa também aumentar esse nível de diálogo, seja com a sociedade, seja com as instituições públicas.

O Brasil, como já foi destacado, possui hoje um dos mercados móveis mais competitivos do mundo. Então, naquela escala de nível de competitividade, nós estamos praticamente atrás só do Reino Unido e da Rússia, entre os grandes países, em relação ao seu nível de competitividade. Isso é uma garantia de direito de escolha, de menor preço e de maior inovação.

E esse nível de competitividade levou a um aumento do investimento no País. Como já foi destacado, o investimento total do setor de telecomunicações foi de quase 30 bilhões. Só no setor móvel, esse investimento

já cresceu mais de 174% desde o início da década de 2000 e, no ano passado, só a TIM investiu mais de R$3,8 bilhões na melhoria do seu serviço, da sua infraestrutura.

Isso leva talvez a uma situação que, dentre as situações dos níveis de infraestrutura do País, faz com que o setor de telecomunicações seja o mais bem avaliado globalmente em relação à comparação com os nossos principais setores de infraestrutura, quando comparados com o *ranking* internacional, com a posição global no *ranking,* de acordo com o Fórum Econômico Mundial. Então o Telecom hoje é o 45º país em relação a esse *ranking*. Ainda temos muito a melhorar, sem dúvida nenhuma, mas, quando comparados com a energia, 76;estradas, 120; portos, 131; nós vemos que a nossa participação tem melhorado bastante e certamente vai continuar melhorando.

Quando nós olhamos para o crescimento, também já foram dados alguns dados sobre o crescimento, vemos que esse crescimento significa que existe uma fase de transição dos investimentos necessários no País no setor de telecomunicações, em particular no segmento móvel. Como foi apontado, a banda larga móvel hoje é o serviço de telecomunicações que mais cresce no País. No ano passado, quando comparado ao ano anterior, nós tivemos um crescimento de quase 70% dos usuários de banda larga móvel e, só no caso da TIM, o Valente comentou alguns dados de tráfego, o tráfego de dados só na TIM cresceu 87% no ano passado quando comparado a 2012. Então é uma fase que requer novos investimentos, com uma série de desafios para os quais nós devemos estar preparados.

Eu gostaria de falar muito rapidamente de alguns desses desafios também para posicionar o setor em relação a sua inserção macroeconômica e ao ambiente no qual o setor opera, falar também rapidamente do que nós como TIM e, muitas vezes, como setor estamos fazendo para atacar esses desafios.

O primeiro desafio é um desafio de natureza macroeconômica. Muito se diz que o setor é um setor de altíssima arrecadação e que tem altos preços e um alto custo para o usuário com resultados excepcionais, com resultados milionários das empresas. Obviamente, é um setor de grande porte econômico. No entanto, quando a gente olha o que aconteceu, ao longo do tempo, com o setor de telecomunicações, pode ver que o setor de telecomunicações é deflacionário com relação à macroeconomia de maneira geral. Ele tem crescido menos do que o PIB na sua receita e essa receita, no ano passado, acabou crescendo a um nível inferior ao da inflação. Então, os serviços de telecomunicação, de maneira geral, ajudaram a controlar os custos de inflação no País de maneira geral.

Obviamente, ao longo do tempo, a inflação e os custos acabam tendo impacto bastante grande na própria capacidade de investimento do setor, o que faz com que a margem de lucro operacional, chamada Ebitda, do setor no País seja uma das margens mais baixas quando na sua comparação com os países tradicionais e mesmo com os países da América Latina. Nós temos uma margem operacional Ebitda no País, das companhias de telecomunicações, na média de 26% praticamente, contra 35% na América Latina, 38% nos países emergentes, 38% na Europa, e, no mundo, uma média de 38,7%. Então é um ambiente de custos bastante elevados.

Obviamente que a isso se soma aqui um desafio tributário. Acho que vale a pena mencionar – e aqui eu exemplifico com o resultado do próprio grupo TIM no ano passado, 2013, em que, apesar das receitas bastante elevadas, a nossa receita bruta da TIM foi de quase R$30 bilhões – que, entre tributos, como ICMS, PIS, Cofins, Fistel, Fust Funttel, contribuição social sobre o lucro e Imposto de Renda, nós chegamos a pagar quase R$8,4 bilhões de tributos no ano passado.

Realizamos um investimento, como eu comentei, superior a R$3,8 bilhões, R$3,9 bilhões, e chegamos a um lucro líquido de R$1,5 bilhão, que foi distribuído para os investidores, dos quais uma enorme parte para investidores pessoa física brasileiros. São mais de 1,5 milhão de investidores pessoa física brasileiros na base acionária da TIM.

É importante destacar aqui também que, dos fundos setoriais – Fistel e Fust, em particular, os quais nós podemos ver aqui que representaram R$1,2 bilhão dos custos tributários do ano passado da companhia –, infelizmente, uma parte ínfima ou quase inexistente desses fundos setoriais acabou sendo investida no setor para ajudar a melhorar a cobertura, para ajudar a cobrir situações em que não existe viabilidade econômica de prestação do serviço, como é o próprio objetivo do Fundo Fust, que é o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações. E, com isso, obviamente, você acaba tendo um desafio que é simplesmente tributário. Deveriam voltar para o setor esses fundos, para ajudar a melhorar o próprio setor, mas esses fundos, infelizmente, não têm retornado ao setor. Eles estão sendo hoje utilizados para superávit primário.

Passando agora ao desafio da infraestrutura.

O Valente já comentou – e o próprio Levy – bastante sobre o desafio de infraestrutura. O desafio de infraestrutura requer um enorme investimento em tecnologia, entre os quais, supersimplificando, em dois grandes componentes: a própria infraestrutura de antenas e torres e toda a infraestrutura de acesso das telecomunicações móveis, mas também um investimento muito grande, muito elevado, em toda a parte de transporte: na

fibra ótica, nos acessos à internet, na comunicação com as outras redes. E como já foi mostrado, uma vez que o serviços de dados utilizam frequências diferentes, utilizam concentrações de usuários maiores, certamente a pressão sobre a infraestrutura, em particular, sobre as antenas, acaba também sendo bastante aumentada, com todos os desafios de licenciamento, de regulamentações, de legislações municipais que já foram comentados.

No nosso caso, nós aumentamos, como eu comentei, os nossos investimentos para o período de 2014/2016. E aqui seguem alguns dados rápidos relativos à nossa atividade de investimento no primeiro trimestre deste ano. No primeiro trimestre deste ano, nós já investimos mais de R$600 milhões, dos quais mais de 70% voltados à infraestrutura 3G, incluindo o próprio atendimento rural. Nós somos responsáveis pelos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Desse total, mais de 94% do total de investimento em infraestrutura e com um crescimento muito acelerado da infraestrutura. Só em números de *sites*, nós esperamos aumentar em 3 mil o número até o final do ano, conectando fibra até a antena, aumentando as velocidades de conexão para velocidades superiores a 2Mbps, que já estão disponíveis nas cidades hoje onde está presente esta fibra, que são mais de 40, em todas as grandes capitais. Essa infraestrutura chega a mais de 100 cidades, até o final, do País. E na infraestrutura de fibra, quase 60 mil quilômetros de fibra.

Em relação à fibra, cabe também destacar aqui um pouco do investimento que tem sido feito não só nas principais regiões do País do ponto de vista de número de usuários, mas também nas principais regiões do ponto de vista de interesse da expansão na nossa cobertura de infraestrutura. A TIM, no ano passado, fez o lançamento, a ativação comercial de um dos maiores investimentos em fibra que o País já viu, que foi a ativação da linha de transmissão do Amazonas, que ligou três Estados, 27 Municípios, mais de 300 milhões de investimento.

Fizemos uma série de acordos comerciais com o próprio grupo da Claro e com a própria Vivo. Estamos compartilhando essa infraestrutura com outras operadoras, e, com isso, a banda larga pôde, pela primeira vez, chegar, com uma velocidade que antes não era possível, porque a região só era atendida por satélite, à Região Norte do País. Então, isso faz parte da nossa estratégia de investimento em infraestrutura, que vai continuar, certamente, como todas as outras operadoras têm a sua estratégia de crescimento da infraestrutura de fibra também.

Esses investimentos têm gerado significativa melhoria nos indicadores de qualidade. Nós temos aqui sempre um destaque muito negativo em relação ao número de reclamações de usuários, seja na Anatel, seja no Procon. Mas vale a pena mencionar que esses índices, quando analisados de forma relativa, percentual, são relativamente baixos.

Por que sempre nós aparecemos, do ponto de vista de um grande índice de reclamação? Porque é o setor que mais tem usuários no País. Agora, um índice de reclamação de 31 reclamações por 1.000 usuários é um índice de reclamação que certamente merece uma atenção muito grande. Mas ele tem diminuído.

Então, os índices têm diminuído. O índice de reclamação de redes, por exemplo, foi reduzido em mais de 50% durante o ano passado e, certamente, esses índices devem continuar a ser reduzidos. É um investimento em atendimento, que tem sido feito de maneira bastante intensa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Dr. Rodrigo, o senhor tem mais um minuto para encerrar sua apresentação.

O SR. RODRIGO ABREU – O.k.

Já falamos, Senador, sobre os desafios de cobertura na Copa do Mundo. Então, eu não vou me estender em relação aos desafios de investimentos na Copa do Mundo, como já mencionado aqui, nos dois principais estádios: Arena da Baixada e arena de São Paulo.

E, aqui, talvez, uma última desmistificação sobre a percepção do setor em relação aos preços. Foi publicado na imprensa, no início do ano, que, segundo a UIT, o preço do minuto de telecomunicações móveis entre as mesmas operadoras no País seria um dos preços mais altos do mundo, na casa de US$0,71. Na prática, o que aconteceu? A UIT analisou simplesmente os planos homologados na Anatel, e não os preços praticados em mercado. Os preços praticados em mercado, com todas as promoções que todas as operadoras praticam diariamente, são absurdamente inferiores a esse preço, como pode ser visto aqui, no nosso estudo. O estudo da UIT mostrou um preço de US$0,71 para uma ligação entre usuários da mesma operadora na mesma rede. Na prática, esse preço é inferior a US$0,03. É um preço, hoje, no minuto do usuário pré-pago, equivalente a R$0,05, e não a R$1,50. É uma diferença abissal e, na prática, como já foi apresentado pelo próprio Levy, hoje, nós temos um dos setores mais competitivos do mundo em termos de preços e esses preços incluem impostos. Se nós excluirmos os impostos, esse efeito se multiplica.

Finalmente, apenas gostaria de destacar, do ponto de vista da transparência e da participação da TIM na comunicação com seus usuários, que nós temos a transparência como um dos valores. Disponibilizamos, assim como uma série de outras iniciativas de operadoras, também, um portal chamado Portas Abertas para aumentar o nível de comunicação com os usuários. Nós temos uma área interativa que mostra toda a nossa

área de cobertura, onde estão sendo feitos os investimentos, espaço para recebimento de sugestões. Temos dado *feedback,* depois que são ativadas novas antenas, aos usuários que fizeram as reclamações, que fizeram sugestões, e essa área informativa ajuda também a fazer com que o usuário tenha um conhecimento muito grande de qual é a infraestrutura que está disponível para ele.

E, finalmente, para terminar, vale a pena falar que a questão de superação dos desafios é, necessariamente, uma integração do setor privado e do setor público. Tributação justa, uso dos recursos dos fundos setoriais, iniciativas de compartilhamento de infraestrutura – que todos nós temos feito, todas as operadoras têm feito iniciativas de compartilhamento de infraestrutura –, legislações que permitem e incentivam os investimentos, a estabilidade regulatória, os processos ágeis de licenciamento de infraestrutura, tudo vai fazer com que os investimentos continuem sendo efetivados de maneira bastante intensa.

E, só para terminar, em relação, ainda, ao tamanho desse investimento, quando comparado com a receita do setor, hoje, esse é o setor do mundo que apresenta os níveis mais altos de investimento em relação a sua receita de serviços. Esses níveis, no setor brasileiro, hoje, estão na casa de 18% a 19% das receitas líquidas das operadoras, enquanto, no mundo, essa média gira ao redor de 14% a 15%. Então, de fato, o setor tem investido muito.

Sabemos que não estão superados todos os desafios. Nós ainda precisamos trabalhar muito, seja do ponto de vista de atendimento, seja do ponto de vista de infraestrutura, mas, certamente, temos, aqui, todo um interesse, o interesse é comum, em continuar avançando essa cobertura, essa infraestrutura.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Muito obrigado, Dr. Rodrigo.

Agora, passo a palavra ao Dr. Carlos Zenteno, e reafirmo aos colegas Senadores que, depois da última apresentação, estará aberta a oportunidade para as devidas perguntas.

Com a palavra o Dr. Carlos Zenteno, que tem 10 minutos, mais 5 de tolerância, para que a gente possa dar andamento adequado a nossa audiência pública.

O SR. CARLOS ZENTENO – Srs. Senadores, Deputados e convidados especiais, muito obrigado pela oportunidade de estar aqui com vocês.

Realmente, isto que nos une aqui é um objetivo comum, por tudo que eu escutei até agora dos presidentes das outras companhias, também do presidente do sindicato, pelos comentários dos Srs. Senadores. É um objetivo comum.

Realmente, o Brasil vai sediar o maior evento esportivo do mundo.

Isso vai trazer muitas pessoas para este País, vai mostrar o que somos capazes de fazer e vai mostrar a imagem de um país que tem se desenvolvido muito no passar dos anos.

Então, é uma grande responsabilidade que temos aqui, todos, de trabalhar juntos para garantir que esse evento seja um sucesso total em relação às telecomunicações. Por isso, entendo que estamos todos reunidos aqui.

De entrada, muito obrigado pelo convite. Acho que esse é o foro correto, o caminho correto para realmente mostrar as melhoras e a superação dos obstáculos que têm que ser enfrentados nas próximas horas. Não temos muito tempo para resolver o que é necessário para que esse evento seja o que todos esperamos.

Primeiro vou mostrar um pouco sobre nosso grupo America Movil, Claro e depois vou entrar em detalhe sobre as situações que temos para resolver nas próximas horas.

O Grupo America Movil tem presença em 18 países da América Latina e presença também em alguns países da Europa, temos 90 mil rádio-bases, equipamentos para dar cobertura; mais de 438 mil km de fibra ótica; 7 satélites, 2 por lançar; 98 milhões de casas passadas; 16 *data centers* e um cabo submarino que está em processo de instalação precisamente para o último trimestre do ano.

No Brasil, temos mais de 14 mil *sites* instalados, cobertura 2G em 3,647 mil cidades; 3G em 1,472 mil e 93 cidades já com cobertura 4G prontas para receber nossos visitantes na Copa do Mundo.

Esse cabo submarino é um projeto mais importante que o grupo tem na América Latina completa, um projeto de 17,5 mil km de fibra, que vai sair precisamente do litoral brasileiro, cruzando por todo o Caribe, chegando nos Estados Unidos. Isso vai permitir uma capacidade de 85 terabits por segundo até os Estados e vai ter entrada no Brasil precisamente em Fortaleza, Salvador e Rio de Janeiro.

Algumas informações sobre os investimentos, que já foram falados aqui: o setor, no ano passado, investiu quase R$30 bilhões, precisamente para fornecer toda tecnologia disponível hoje e tem níveis de investimentos comparados precisamente o EBITDA de 70%, que é muito superior, como podemos olhar, quando comparado com outros operadores do mundo, com AT&T e a própria America Movil em outros países, e isso mostra precisamente nosso compromisso.

O Capex, os investimentos de capital feito sobre a receita líquida no Brasil estão em quase 21%.

Agora, vamos entrar diretamente na situação dos estádios para a Copa. Primeiro as cidades. Todas as cidades estão praticamente já com cobertura, de acordo com as metas definidas pela Anatel: Manaus com quase 85%; 94% em Fortaleza; Natal com quase 96%; 94% em Recife; quase 95% em Salvador; Cuiabá com 95%; 87% em Brasília; 92% em Belo Horizonte; São Paulo com quase 90%; 92% no Rio de Janeiro; Curitiba com 86% e Porto Alegre com quase 91%.

Todas as cidades tinham uma meta definida, e, como vocês podem olhar, temos como meta 80%, e todas estão preparadas para receber os nossos visitantes. Quando falo visitantes são visitantes nacionais e, com certeza, estrangeiros. A cobertura está praticamente pronta. Além disso, vamos colocar o que aparece aí como COWs, células móveis que se instalam nos lugares perto dos estádios para aumentar a capacidade.

Agora, como está a situação específica desses estádios? Bom, basicamente todos os estádios foram dimensionados – estou mostrando informação bastante técnica –, e vou falar do estádio de Brasília, simplesmente porque estamos aqui hoje. O estádio Mané Garrincha, por exemplo, aguarda ter a presença de 13,6 mil visitantes concorrentes no momento da partida.

O fornecedor se chama Ruckus. Temos aí um número de Aps de 210, que significa basicamente que são dispositivos que vão estar disponíveis. Usuários simultâneos: 21 mil. Depois, temos aí cada camada de tecnologia, porque nem todos os visitantes têm *smartphones*. Há visitantes que ainda têm aparelhos 2G mais básicos, 3G e 4G.

Então, continuando com o exemplo de Brasília, teremos basicamente 9 setores, grupos de antenas, dedicados para 2G, 72 para 3G e 15 para a tecnologia 4G. Isso significa que esperamos ter um tráfego de 1.735 Erl, que é como geralmente medimos o tráfego em telefonia. E cobriremos 810 mil kB, quase 811 mil kB, ou seja, 800 GB de tráfego no mesmo momento de dados.

Então, basicamente, toda essa infraestrutura foi desenhada por engenheiros tecnicamente qualificados, com suporte internacional também em grandes eventos. Contratamos fornecedores que fizeram serviços – todos os operadores de que estou falando – para eventos importantes, como o Super Bowl, nos Estados Unidos, e como eventos os que aconteceram nas Olimpíadas.

Agora, qual é a nossa situação mais urgente? As implantações mais críticas que hoje temos são nos estádios que foram entregues recentemente, como foi falado. O Estádio Beira-Rio, por exemplo, em Porto Alegre, foi entregue no mês de março. Os estádios, nesse caso da Baixada, em Curitiba, o estádio de São Paulo foram entregues nos últimos dias do mês de abril.

Então, o que isso significa? Olhando algumas fotografias que foram apresentadas, significa que temos que correr, porque há poucas horas, poucas semanas para realmente instalarmos toda essa complexidade de equipamentos que estamos mostrando nesta apresentação para vocês hoje. Então, o tempo está contra nós, mas vamos correr, vamos fazer todo o necessário para garantir a melhor qualidade possível dentro dos estádios para os nossos visitantes, tanto os nacionais quanto os estrangeiros.

Dentro da gestão dos grandes eventos, estamos com um time dedicado completamente. Vamos ter monitoramento *on-line* das 12 cidades, equipes especializadas, experientes em grandes eventos como este. Temos aí praticamente cinco engenheiros dedicados por estádio. Significa que vamos ter 60 engenheiros espalhados pelo País todo, um centro de operações que utiliza tecnologia de ponta para garantir esse trabalho de mais de mil técnicos espalhados pelo País todo para garantir essa qualidade do serviço.

Por último, a Claro tomou a iniciativa também de lançar um *chip* especial para todos os visitantes. É um *chip* que vai ter uma oferta especial. Essa foi uma iniciativa solicitada pela própria Anatel no começo do ano passado e que atendemos precisamente para que os nossos visitantes possam ter também a melhor experiência no Brasil.

Esse *chip* especial para visitantes vai ter os valores que estão mostrados aí de R$60,00, e vão fazer ligações ilimitadas dentro da rede com outros visitantes que estarão também no Brasil. E poderão usar dados e todos os serviços que estão definidos dentro da nossa cobertura. É um serviço que está pronto para receber aparelhos também com tecnologia 4G, como está mostrado aí no gráfico.

Fizemos acordos de *roaming* com 14 países. Vamos receber usuários de 4G desses 14 países. E temos um acordo de *roaming* 3G com mais de 150 países.

Nos dias passados, apareceu uma matéria da revista *Info Exame*, que fez um estudo, uma série de testes diretos em todos os estádios, em todas as cidades do País. E saímos muito bem avaliados, praticamente ultrapassamos a velocidade solicitada, como está mostrado no gráfico. Mostramos a maior velocidade de conexão de internet, que é resultado de todos esses investimentos de que já falamos desde o começo da reunião – em fibra ótica, em satélites, em todo o necessário para garantir a qualidade dentro de todos os estádios e sedes principais.

Basicamente, gostaria de agradecer o espaço que temos aqui e gostaria de fechar com uma reflexão para todos aqui. Realmente, temos poucas horas para entregar o que é necessário no relacionado à tecnologia. Acho que é o momento de estarmos todos juntos, como Brasil. Não podemos pensar – temos que deixar um pouco de lado – nos negócios relacionados aos aluguéis dos espaços, com as facilidades dos aeroportos, dos estádios. Eu faço um chamado a todas as pessoas que estão participando de todos esses processos para realmente abrir as portas às empresas de telefonia para que possamos começar a instalar esse equipamento o quanto antes possível, porque, caso contrário, não vamos garantir a qualidade que precisamos ter tanto nos estádios como nos aeroportos.

Muito obrigado pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Muito obrigado, Dr. Carlos Zenteno pela exposição.

Insisto que o objetivo da audiência pública não é apenas debater e discutir a telefonia móvel durante a Copa do Mundo, mas discutir a telefonia móvel durante todo o período para todos nós, brasileiros, e não somente para a Copa do Mundo.

Passo a palavra ao Sr. Marcos Mesquita, como foi aqui aprovado pela Comissão, Diretor da Oi S.A. Inicialmente tinha dito que somente os presidentes participariam, mas a decisão da Comissão é soberana, e foi aprovado que o Sr. Marcos Mesquita poderia falar pela Oi S.A. Assim, atingiríamos todas as grandes empresas de telefonia móvel no País.

Com a palavra, pelo tempo já dito, o Sr. Marcos Mesquita.

Depois, abriremos para as perguntas das Srªs e dos Srs. Senadores.

O SR. MARCOS MESQUITA – Bom dia a todos, Senador Eduardo Amorim, demais Senadores, representantes das nossas empresas de telecomunicações e também demais convidados para esta audiência pública.

A primeira palavra é de agradecimento pela compreensão dos senhores pela impossibilidade da presença do nosso presidente. Zeinal Bava é Presidente da Oi e preside também a Portugal Telecom, duas empresas que estão em processo de fusão. É uma fusão que demanda a movimentação de um capital extraordinário. Envolveu uma captação de recursos recentemente da ordem de R$8,5 bilhões, boa parte disso em dinheiro, captado de fundos internacionais que têm demandado a presença do nosso presidente para complementação dessas negociações. É um processo longo que tem sido comunicado pelos meios oficiais ao mercado. Esse processo deverá ir até os meses de setembro e outubro, quando então teremos uma nova empresa cotada em bolsa no Brasil, em Lisboa, em Nova York, toda ela no novo mercado. Assim, todas as nossas ações convergirão para um único título, uma ação ordinária, e com uma grande diluição do capital, de forma que seremos uma empresa totalmente capitalizada em bolsa pela maior parte possível de investidores.

Deixaremos de ter a figura do acionista controlador. Isso gera a necessidade de uma governança extremamente profissional, e é esse trabalho que infelizmente impede que o Zeinal esteja aqui conosco. Mas ele agradece a possibilidade de a Oi poder expor e colaborar nesse debate e deseja a todos nós uma manhã de profícuo trabalho. Espera que possamos colaborar com os senhores na busca de um melhor serviço e na busca de que as telecomunicações permaneçam sendo uma grande alavanca de desenvolvimento no Brasil.

É importante dizer que a Oi entendeu já há bastante tempo a necessidade de trabalhar dentro de um conceito de convergência.

Os produtos de telecomunicações podem ganhar ou perder importância, na medida em que a tecnologia avança, mas é certo que o consumidor sempre valorizará mais a empresa que puder entregar o maior conjunto de serviços, de forma a que se tenha com ele uma só relação, e não mais uma relação baseada em produtos diversos, com regulamentos diferentes, e que impõe à comunicação entre o consumidor e as empresas uma série de dificuldades.

Essas dificuldades de comunicação, para que o consumidor entenda, decorrem do fato de que o serviço de telefonia fixa é diferente do serviço de telefonia móvel, também diferente do serviço de TV por assinatura, que também é diferente de outros serviços de telecomunicação, como ligação por banda larga.

Então, na medida em que se consegue ter um único relacionamento, através de uma única cobrança, você facilita essa comunicação. Boa parte das nossas dificuldades hoje, no relacionamento com os nossos clientes, vêm exatamente desse item. Nós nos obrigamos a entregar informações que são, muitas vezes, de difícil compreensão por parte do nosso consumidor.

Faço um breve histórico para posicionar a Oi, de maneira a individualizá-la para os senhores.

A partir de 2008, a Oi passa a prestar serviços em todo o Brasil, porque iniciamos a nossa operação em São Paulo com telefonia celular. A Oi já era, neste momento, a fusão da então Telemar com a Brasil Telecom. Então, já prestávamos serviços em 26 Estados, e incorporamos o Estado de São Paulo. Portanto, a Oi opera no Brasil inteiro com todo o seu portfólio de produtos, em São Paulo, exceto telefonia fixa.

Em 2010, a Oi se tornou a patrocinadora oficial da Copa do Mundo de 2014.

Portanto, em todas essas responsabilidades que assumimos em conjunto com os nossos pares de mercado, para a Oi é um fato especial, porque, como patrocinadora, ela tem compromissos não só regulatórios, mas também compromissos comerciais com a FIFA.

E eu quero antecipar a todos os senhores que todos os compromissos regulatórios e todos os compromissos comerciais estão sendo acompanhados por uma equipe absolutamente focada nesse assunto; estão todos eles sendo cumpridos.

Se tivesse aqui uma transparência, eu teria o prazer de mostrá-la totalmente ticada, com cada uma das etapas desse compromisso cumprido.

Importante para nós é que a Oi ampliou a sua participação ao fazer inicialmente um acordo operacional com a Portugal Telecom.

Essas sinergias foram importantíssimas para a Oi, porque uma operadora europeia já estava há alguns anos na nossa frente, aqui no Brasil, em relação à tecnologia. E é toda essa tecnologia que nós deveremos implantar no Brasil com as redes LTS e as redes de comunicação 4G.

Então, a nossa engenharia, a nossa arquitetura de rede está privilegiada por esse conhecimento adicional que conseguimos incorporar na Oi pela entrada da Portugal Telecom na nossa companhia.

Em termos de estrutura, vimos aqui números extraordinários de quanto já se investiu, no Brasil, em telecomunicações, para que pudéssemos prestar serviços lá na ponta do Rio Grande do Sul ao extremo, em Roraima, ou ao Leste, no Amazonas – no caso da Oi, com uma rede de fibra ótica de 330 mil quilômetros. A Oi é certamente, em função da área que precisamos cobrir, a operadora com a maior rede de fibra ótica no Brasil. Nós estamos presentes em 5,477 mil Municípios.

Faltam poucos para complementar o total dos Municípios do Brasil.

Em torno de 12 milhões de domicílios têm um serviço da Oi, um serviço de telefonia fixa ou um serviço de banda larga Velox. Temos toda a cobertura de 2G, 3G e 4G também com todas as obrigações regulatórias cobertas e temos 520 mil *hotspots* de *wi-fi* espalhados pelo Brasil.

Hoje é bastante possível que, se os senhores entrarem em uma lanchonete ou estiverem circulando por um local de alta densidade de circulação, possam ligar o seu celular para ver que lá há um *hotspot* da Oi disponível ali. *Hotspot* é uma solução importante. Os senhores viram que a nossa rede de 3G está cada vez mais solicitada por um aumento de voz e, principalmente, por um aumento de dados. Então, sempre que você puder carrear esse fluxo de dados ou de voz para a rede fixa, que é uma rede que hoje está mais disponível e com maior capacidade de utilização, você gera para o seu consumidor uma experiência melhor na navegação e no uso de voz e, ao mesmo tempo, você consegue gerar um serviço melhor, uma percepção melhor do seu serviço. Essa é uma das opções que há no mercado, que está disponível para o mercado de telecomunicações para enfrentarmos essa montanha de aumento de volume que a cada dia chega às nossas redes.

Essa presença nacional é extremamente expressiva. Efetivamente, dizemos: "A Oi é a operadora do Brasil", em função dessa presença que temos nos lares no Brasil. Essa capacidade de fibra ótica, apenas para mensurar, em função dos números que os senhores já viram aqui, é pelo menos 30% maior do que os esforços já feitos pela segunda operadora aqui no Brasil.

Convergência. A Oi foi a que iniciou os serviços do celular na tecnologia GSM. Apostamos, naquele momento, em que o serviço era mais importante que os celulares. E foi uma aposta que deu certo. Hoje em dia, no mundo, é impensável você pensar num aparelho celular sem o uso de um *chip*, sem a possibilidade de você escolher a operadora ou o serviço que prefere no mesmo telefone. Na época, tivemos uma grande discussão sobre essa liberdade de escolha para o cidadão, que acabou sendo efetivamente aquilo que o mercado seguiu. A ideia de convergência permanece na Oi e, agora que você tem um serviço mais completo, ele se realiza melhor em relação ao cliente.

Também aqui alguns números para dimensionar a nossa operadora. Nós temos cerca de 75 milhões de clientes. Obviamente, não são indivíduos, porque os indivíduos têm mais de um produto da Oi. Mas, se separarmos pelas grandes áreas os segmentos da Oi, no segmento residencial há cerca de 19 milhões, e aí você tem a telefonia fixa, o Velox e a TV paga através da Oi TV. Mobilidade pessoal, 48 milhões de clientes e, cada vez mais clientes demandam uma tecnologia maior de 3G ou 4G. No mercado corporativo, onde a Oi tem uma presença bastante expressiva, nós temos 8,3 milhões de clientes, aí separados nos seus segmentos de pequena e média empresa, no segmento corporativo e no de governo.

Gostaríamos de falar sempre para todos os senhores acerca do projeto Banda Larga nas Escolas. Isso nasceu de uma obrigação regulatória que conseguimos negociar com as nossas autoridades, e o Brasil se obrigou a prover Internet de banda larga em todas as escolas da rede pública no País.

Do universo de 61 mil escolas, universo que cresce porque essa obrigação vai até 2025, que é o término do nosso contrato de concessão, 85% aproximadamente dessas escolas nos rincões mais distantes do Brasil são cobertos pela Oi. Para vocês terem ideia, 95% dessa população de estudantes de rede pública é servida por uma conexão Oi de banda larga em cada uma das escolas do País. É certamente o maior projeto de inclusão digital feito no mundo, basicamente com recursos do setor de telecomunicações.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – O senhor tem mais um minuto.

O SR. MARCOS MESQUITA – Mais um minuto?

A Oi tem uma grande experiência na realização de grandes eventos, e todos eles, quando finalizados, deram-nos muito orgulho pelos elogios que recebemos e pelo fato de sabermos que prestamos um bom serviço.

A Oi foi a provedora de telecomunicações no evento do Pan-Americano em 2007, talvez um dos maiores eventos que recebemos no País. Logo em seguida, fizemos os jogos mundiais militares, a Rio+20, que foi um desafio. Embora tenha sido num espaço muito concentrado, chegamos a ter cerca de oito mil conexões simultâneas dentro do Rio Centro, e todas as delegações foram absolutamente bem cobertas. Na Copa das Confederações também tivemos uma participação bastante a contento em relação a todos os desafios que nos haviam sido colocados.

Eu acho que isso mede bastante a importância do setor de telecomunicações para a economia. Nós temos 214 mil colaboradores diretos ou indiretos. A Oi, no ano passado, recolheu R$10,3 bilhões em tributos.

Questão de investimentos. Infelizmente, um negócio como o nosso efetivamente é um negócio de altíssima necessidade de investimentos. A base de custos fixos do nosso negócio representa praticamente todo o nosso negócio. Portanto, quando se fala em investimento, isso dá uma medida do esforço que vem sendo feito.

Os números ali separam os investimentos de 2012 e 2013 com aproximadamente R$6 bilhões nesses dois anos. E, nessa comunicação que fizemos ao mercado, está já comprometido que a Oi investirá, em 2014, pelo menos R$5,5 bilhões. Isso é um compromisso da Oi com o mercado, e ele se realizará e vem se realizando no acompanhamento deste ano.

Seis bilhões, como o Dr. Zenteno acaba de dizer, representam cerca de 20% das nossas receitas líquidas. Não há nenhum setor da economia no Brasil que invista 20% das suas receitas líquidas em infraestrutura nos negócios.

Então, como sabemos dos resultados de qualidade e das reclamações que temos todos os dias de uma parcela dos nossos clientes, os senhores sabem que esse é um esforço extraordinário e sabemos que ele ainda é pequeno.

Por isso, tenho a impressão de que da mesma forma como o Zenteno nos conclamou aqui a termos uma postura absolutamente positiva em relação ao grande evento que virá ao Brasil, em que o País vai estar na vitrine do mundo, há também uma proposta minha para nós, setor: precisamos urgentemente não só de um novo modelo industrial para nossas companhias, de forma que esses investimentos possam ser efetivamente compartilhados, porque, senão, não teremos fôlego para atender esta demanda, que é cada vez mais crescente.

Mas, mais do que isso, precisamos também de novos modelos de negócios, e esses modelos de negócios são normalmente impactados por mudanças na regulação e por mudanças na legislação. Daí o nosso esforço cotidiano de estar aqui no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, tentando esclarecer os senhores sobre as dificuldades que o setor tem para prestar melhor serviço.

Nós já falamos bastante sobre a Lei das Antenas, que está na Câmara dos Deputados e que precisa ser urgenciado. Infelizmente, tivemos notícia de que um partido deverá levar o projeto, já aprovado na comissão especial, com alguns aprimoramentos em relação ao texto inicial, para discussão em plenário. Nós obviamente contamos que poderemos conversar com os Srs. Deputados, demonstrando-lhes a urgência da aprovação deste projeto. Ele voltará para o Senado em função das modificações. E eu tenho certeza de que os senhores entenderão que houve aprimoramentos na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Antes que o senhor encerre, todo o tempo já foi...

O SR. MARCOS MESQUITA – Está o.k.

Eu encerro apenas dizendo o seguinte: em relação à Copa do Mundo, a Oi é responsável por três estádios, o Estádio do Mineirão, o Estádio do Maracanã e o Estádio da Arena Pantanal, em Cuiabá.

Nós tivemos um pouco mais de sorte do que os nossos outros *players* de mercado, porque esses estádios estavam em melhores condições do que os demais para implantação de infraestrutura. Então, toda a cobertura *indoor* já está pronta. Apenas no Mineirão não foi possível fazer o *wi-fi*, porque foi decisão do administrador do estádio ele mesmo prover esse serviço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Muito obrigado, Dr. Marcos.

Antes de passarmos a oportunidade para as perguntas dos Srs. Senadores, gostaria de agradecer ao colega e amigo, Deputado Gilmar Carvalho, Deputado Estadual pelo meu Estado, Sergipe, também radialista, que foi um dos idealizadores da proposta desta audiência pública. Foi no seu programa diário que muitos questionaram por que se paga tão caro neste País e não há um serviço de qualidade. Por isso que estamos aqui discutindo.

Regimentalmente, os autores dos requerimentos nas três Comissões têm preferência para fazer os questionamentos. Então, como um dos autores, começo fazendo este questionamento ao Sr. Marcos: o senhor disse que temos uma das telefonias mais baratas do mundo, mas não é isso que diz, por exemplo, a União Internacional de Telecomunicações, UIT, em artigo publicado no ano passado.

Outro questionamento que lhe faço, ouvindo o senhor, é com relação à cobertura: É lamentável que, num país como o nosso, continental como o nosso, ainda não haja a exigência legal de que a cobertura seja ampla, porque esta é a ideia que todos nós, consumidores, temos: a cobertura deve, sim, existir de forma qualificada em todos os lugares.

Cito como exemplo um povoado no meu Estado, Colônia Treze que é maior do que mais da metade dos outros Municípios do nosso Estado, mas que ainda é um povoado. Lá, lamentavelmente, não se tem acesso à telefonia móvel de forma nenhuma. A Colônia Treze, volto a dizer, é maior do que metade das nossas cidades – Sergipe tem 75 Municípios –, e não tem acesso nenhum. Parece que realmente os cidadãos daquela comunidade ainda não vivem realmente com aquilo que todos nós merecemos, embora pagamos realmente muito caro para isso.

Como eu disse, dando oportunidade a todos os que estão nos assistindo pela TV Senado e nos ouvindo pelas redes sociais, pela Rádio Senado, faço duas perguntas dos ouvintes. Depois, continuaremos ao longo da audiência pública. Uma é do cidadão Rogério Guedes da Silva, aqui de Taguatinga, Distrito Federal. O cidadão afirma que as suas operadoras de telefonia móvel – Oi e TIM – cobram por ligações que caem na caixa postal, mesmo que a pessoa não atenda a ligação.

De forma que isso acontece frequentemente, quando o usuário está em *roaming*. Sugere que em casos como o citado, o cliente tenha o ressarcimento equivalente ao dobro da tarifa cobrada pelas operadoras.

Deixo aqui esse questionamento.

O segundo é do cidadão Cláudio da Cunha Silva Filho, de Sobradinho, também aqui do Distrito Federal, Brasília.

O cidadão parabeniza a iniciativa de debater sobre a telefonia de celular ao mesmo tempo em que repudia a empresa Oi pelo descaso de enviar para audiência pública um representante da empresa em vez do Presidente, diferente demais companhias. Comenta que isso é uma clara demonstração de descompromisso.

Agora, passo a palavra ao Senador Jorge Viana e, depois, os senhores poderão responder a todos esses questionamentos. Vamos fazer como normalmente se faz aqui no Senado, nas audiências públicas. Dividiremos em blocos de quatro Senadores. Daremos oportunidade para as respostas e, depois, um novo bloco.

Estão inscritos o Senador Jorge Viana, o Senador Aloysio Nunes, o Senador Waldemir Moka, o Senador Anibal Diniz, o Senador Flexa Ribeiro, a Senadora Vanessa Grazziotin, o Senador Ivo Cassol e a Senadora Ana Rita.

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria cumprimentar V. Exª, Senador Eduardo Amorim, que, como eu, tomou também a iniciativa de apresentar um requerimento aqui. Eu apresentei na Comissão de Infraestrutura. Depois, trabalhamos a ideia de fazer a audiência conjunta, e V. Exª operou essa proposição. Quero cumprimentar V. Exª e toda a equipe da Comissão.

Então, estamos aqui em uma audiência conjunta de três Comissões do Senado Federal para debater um tema que, não tenho dúvida, é do maior interesse do cidadão brasileiro.

É bom que esteja ocorrendo agora, no mês da Copa. É óbvio que não vamos tratar só de Copa, mas falaremos também da Copa do Mundo. Eu penso que nesta hora, podemos ter conhecimento de como funciona esse serviço no mundo inteiro; de como esse serviço pode ser de altíssima qualidade; poderemos comparar com a qualidade que o cidadão brasileiro tem desse serviço, que não é mais um serviço, como era no passado, para alguns poucos. É um serviço em que todo e qualquer cidadão gasta uma boa parcela sua renda na busca de ter boa comunicação.

Isso é bom, é uma conquista dos tempos atuais. Alguns dizem até que nós nos dividimos – e vi outro dia uma entrevista de um grande pensador italiano – em sociedade analógica e digital. Todos querem entrar na era digital.

Por não se tratar de um serviço de luxo, mas, sim, de um serviço de primeira necessidade, acho que ele está sendo debatido no lugar adequado. A Comissão de Fiscalização e Controle, Defesa do Consumidor e Meio Ambiente do Senado tem a satisfação de ter uma audiência nesse nível, obviamente com as Comissões de Infraestrutura e de Ciência e Tecnologia.

É bom fazer dessa maneira, não aqui para emparedar ninguém, mas para, respeitando o cidadão, debater profundamente por que a qualidade do serviço de telefonia no Brasil ainda não alcançou aquilo que queremos que o cidadão tenha disponível para ele. Por que se discute tanto a infraestrutura dessa área? Por que se discute o custo desse serviço, que foi um conquista do cidadão brasileiro?

Mas, antes de fazer o meu questionamento, quero cumprimentar a todos que fizeram a exposição, o Sr. Eduardo Levy, mas, de maneira muito especial, não posso deixar até de fazer esse registro, porque senão ficaria deselegante com os três Presidentes que vieram: Presidente Antonio Carlos Valente, da Vivo, que veio e atendeu ao que estava estabelecido no convite do Senado Federal; o Presidente Rodrigo Abreu, da TIM e também o Sr. Carlos Antony, da Claro, porque vieram.

Quero dizer que eu fiz a contemporização. Era explícito o convite para os Presidentes. Peço desculpas aos três Presidentes, porque fica deselegante para os senhores ter vindo, e a Oi ter mandado um representante. Acho que o usuário que está cobrando tem razão. O Presidente foi republicano quando apresentou uma alternativa. Lamento, respeito muito o Sr. Marcos Mesquita, mas certamente não era a audiência que queríamos. Queríamos o Presidente da Oi também falando.

Penso que o Senado tem de criar uma regra de não abrir mão, e vou me associar. nos próximos convites, para que o convidado possa vir, senão cai muito a audiência.

Temos aqui um grupo grande de Senadores ao longo do dia, porque este é um assunto de interesse do cidadão brasileiro, e faço minha intervenção.

Telefonia virou uma simbologia por conta de ter sido tomada a iniciativa, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, na minha opinião, acertadamente, de chamar para o setor privado a responsabilidade de nos ajudar a ter um melhor serviço.

Durante muito tempo, o que ocorreu foi elogiado fortemente. As linhas telefônicas foram universalizadas, e nós avançamos muito. Depois, tivemos essa evolução tecnológica, e o Brasil, então, agora consegue ser um dos melhores mercados e, como falaram aqui, um dos mais competitivos do mundo – eu acho que quem disse isso foi o Presidente Valente, além de outros –, porque temos mais telefones do que cidadãos brasileiros.

Eu sei que é assim no mundo. O número de usuários de internet e de telefonia no mundo já passa de dois milhões, mais de 40% da população já faz uso. Aqui, no Brasil, de fato, temos um mercado bom, mas temos algumas questões que não estão diretamente vinculadas ao calendário, mas também estão, porque a Copa nos faz encontrar com tecnologias que só encontra quem vai para os Estados Unidos e para a Europa, que é uma telefonia de alta qualidade, com velocidade, custo baixo e um serviço realmente de qualidade. No Brasil, só conhecemos o serviço que nos é oferecido, e o que temos encontrado é muita reclamação.

Então, eu faço a observação de que a Lei Geral das Telecomunicações, de 1997, a Lei nº 9.472, estabelece duas orientações: a qualidade e a regularidade do serviço. Penso que é isso que devemos buscar sempre. Agora, numa área em que a tecnologia muda tanto, em que você tem que fazer um processo permanente de inovação e, ao mesmo tempo, atender à Lei de Universalização, eu sei que é um desafio grande. Num país de dimensões continentais como o Brasil, isso amplia mais as dificuldades. Então, eu não estou tirando as dificuldades que nós temos.

Há outro agravante: a população brasileira de maior renda está concentrada em algumas cidades – isso também vira um problema. E a universalização em áreas onde não há uma população com um nível de renda muito elevado, tudo isso compõe uma série de variáveis que não são fáceis de serem vencidas. Mas acho que o pior negócio é estarmos desconectados, sem saber o que está acontecendo. Nós não sabemos as dificuldades dos senhores, outros cobram as dificuldades do Governo, outros transferem para as prefeituras e governos de Estados, que também estão nessa conta.

Uma das perguntas que vou fazer, que eu queria apresentar. Eu não tenho dúvida de que uma das questões centrais é o custo de prestar esse serviço. Os senhores já apresentaram, de maneira objetiva, as planilhas. Qual é esse custo comparado com o do resto do mundo? Primeira pergunta: qual é o custo de operar telefonia no Brasil comparado com o do resto do mundo? Se a gente não faz assim... A gente fica falando que é caro no Brasil, mas de quanto é esse custo pelo menos em alguns países da Europa e nos Estados Unidos? Esta é uma pergunta.

No caso do Brasil, quanto desse dinheiro – estou me referindo a impostos – fica na União, quanto fica nos Estados, com o ICMS, e quanto fica nas prefeituras, pelos serviços?

Pergunto isso para que quem está nos acompanhando pela TV Senado e pela Rádio Senado possa saber para aonde está indo aquilo de que ele vira sócio quando usa um telefone. Para mim, é importante que essa questão seja respondida.

Segundo ponto. Esta é uma pergunta que vamos ter que reproduzir para o Presidente da Anatel, a quem agradeço por estar aqui. Em 2012, aumentou muito a cobrança da qualidade do serviço de telefonia no Brasil, a

ponto de a Anatel tomar uma medida – já estava no Ministério Público, as assembleias já estavam reclamando, aqui no Congresso também – e estabelecer a suspensão...

A Anatel, naquele período, suspendeu, temporariamente, a comercialização de novas linhas para algumas operadoras. Isso mostra que chegamos a uma situação crítica. E a Anatel pediu um plano de ação das operadores. Isso em 2012. Então, eu gostaria de perguntar se esse plano de ação foi plenamente executado – eu gostaria de um comentário de V. Sªs – e se não estava na hora de a Anatel e as empresas estabelecerem um novo plano de ação para que se possa cumprir o estabelecido na lei, ou seja, a universalização com qualidade dos serviços.

Então, para mim, seriam essas duas perguntas e um último comentário, Sr. Presidente e caros convidados...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Senador Jorge Viana, desculpe interrompê-lo...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Apenas para lembrar que ainda temos a outra metade da audiência pública, o que lembro também aos demais colegas Senadores.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – A audiência não está encerrando aqui. As perguntas...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Perfeito; a audiência foi dividida em duas mesas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – As perguntas, como dizia, nós deveremos direcionar aos Presidentes das teles que compõem a primeira mesa, para que eles possam respondê-las, até porque, como é muito dinâmico aqui, a gente sabe que todos nós participamos de muitas outras Comissões.

Nós resolvemos fazer esse intervalo para as perguntas, mas lembrando que ainda temos a Unale, pela voz do Deputado Augusto Bezerra; a Drª Euza Missano, representando o Ministério Público; o Sr. Leão Serva, representando a imprensa; e, por último, o Sr. João Rezende, Presidente da Anatel.

Então, se os colegas Senadores ficarem para fazer os seus questionamentos por último e se forem perguntar isso tudo, a audiência pública não vai terminar aqui.

Contudo, ela ainda continua, e as perguntas deverão ser dirigidas, preferencialmente, aos Presidentes das teles. Assim, ganharemos em relação ao tempo, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É o que estou fazendo, Sr. Presidente, até porque eles são parte. A Anatel estabeleceu uma decisão – e a minha pergunta, naturalmente, vou fazer ao Presidente –, mas eles é que foram penalizados pela suspensão dos serviços e também ficaram com a responsabilidade de implementar um plano de ação.

Eu gostaria de um comentário sobre como foi a execução desse plano de ação pelas empresas e se, por conta das reclamações e dos questionamentos feitos, não temos que também fazer uma ação conjunta – Anatel e os senhores – no sentido de atender essa demanda.

Uma última colocação que faço. Há uma questão que precisa ficar clara – e hoje é um dia bom para que fique bem clara. O Sr. Levy abriu a sua fala com isso, que, para mim, é um questionamento importante: em Genebra, no ano passado, a União Internacional de Telecomunicações – então não é qualquer coisa, não é sindicato de governo, não é governo, não é usuário, mas a União Internacional de Telecomunicações (UIT) – estabeleceu que o Brasil tinha uma telefonia móvel das mais caras do mundo, com tarifas de US$0,71 por minuto. Essa posição está divulgada para todos nós. Aqui, foi colocada uma outra versão.

Assim, eu gostaria também de um comentário dos senhores a respeito, para que se coloque claramente qual é a atual situação – e não estou pondo em dúvida a posição dos senhores: se mudou do ano passado para cá ou ainda está da mesma maneira; enfim, como é isso? Essa informação é importante para o usuário, ou seja, saber se estamos pagando caro, porque, senão, fica uma versão de que o serviço é caro e ruim.

Se entendemos que o serviço precisa melhorar e que precisa de mais um tempo, eu serei defensor, pois nós estamos implantando tecnologia no País. Mas eu preciso ter... Eu só sei defender aquilo que eu conheço; por isso estou fazendo essa pergunta.

E, por último mesmo, foi colocado aqui... E os parabenizo pelo esforço, pois o Brasil, agora, será a sede dos eventos de maior audiência do Planeta, a Copa do Mundo e as Olimpíadas; parabenizo-os pelo esforço em nos ajudar a colocar o Brasil no nível de outros países. Então, isso é parte; eu compreendo isso. Nós estamos também aprendendo com isso, com a instalação dessa tecnologia em estádios – fiquei impressionado ao ver. Contudo, agora, qual é o plano para que isso possa chegar aos hospitais, aos aeroportos que não estão vinculados à Copa e ao alcance do cidadão? Qual é a perspectiva temporal que nós temos para que o cidadão brasileiro tenha um serviço de qualidade por um preço competitivo?

Então, eu concluo fazendo uma observação: a Oi tem um contrato conosco aqui – e não é culpa da OI, mas do Senado –, mas nós ainda estamos na era analógica se compararmos com a era digital que nós teremos

na Copa do Mundo. Nenhum Senador usa telefone 4G, e, talvez, o Brasil não saiba. E o nosso contrato impõe que seja só 3G. Então, o nosso serviço também é de péssima qualidade. Eu sou Vice-Presidente do Senado, faço parte da Mesa Diretora com o Presidente Renan, e estamos lutando para que nós mudemos desse patamar, pois não tem sentido nenhum os nossos servidores, todo mundo que trabalha aqui, os profissionais que estão aqui não terem acesso a um serviço de qualidade.

Então, concluo fazendo um apelo para que nós aproveitemos este evento aqui não para fazer confronto, mas para pensarmos o País: pensarmos como é que o Pais deve fazer para ter uma telefonia de qualidade, que possa se firmar como um bom endereço no mundo sob esse aspecto, para que as empresas possam ganhar o seu dinheiro, fazer os seus investimentos, mas, especialmente, que o cidadão possa ter um serviço por um preço adequado, ou seja, com uma relação custo/benefício que seja adequada para um bom uso da tecnologia e que não venha a comprometer a renda do cidadão brasileiro com um serviço que, hoje, está sendo questionado por sua qualidade.

Muito obrigado e parabéns a todos que nos ajudam a compreender melhor os problemas da telefonia no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Antes de passar a palavra ao Senador Aloysio Nunes, que é o próximo que fará os seus questionamentos, volto a insistir: nós ainda temos a outra metade, já ouvindo as instituições, o Ministério Público, a imprensa, as assembleias legislativas e a própria Anatel, por último. Então, aqueles que tiverem perguntas para essas instituições ainda terão essa oportunidade.

Passo a palavra ao próximo orador – o Senador Aloysio Nunes se ausentou, por enquanto –, o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu quero cumprimentar todos que compõem a mesa. Quero ser objetivo, em função da escassez do tempo.

Claro, assim como o Jorge Viana, acho que é muito deselegante que o Presidente da Oi – respeitando os seus motivos – não esteja aqui presente, embora o Sr. Marcos Mesquita tenha vindo aqui antecipadamente e justificado. E foi por isso, mas no meu caso, especificamente, foi porque o Jorge Viana, Senador autor do requerimento... Porque a condição era clara, e eu não sabia disso. Eu acho que o Senado tem que realmente fazer com que esses requerimentos não comportem representantes, quando for assim. Eu acho que isso tem que ficar claro. Nada de pessoal. É evidente que o Sr. Marcos Mesquita cumpriu a sua função e deu os esclarecimentos.

Sr. Presidente, eu vou objetivar, para não ficar sendo repetitivo. A primeira coisa que me chamou a atenção é que todas elas fizeram uma espécie de propaganda do investimento, onde tem mais, quem tem menos. Isso ficou claro aqui. Ficou muito claro. Isso me chama a atenção, porque a preocupação é aumentar a cobertura. Mas, com esse aumento de cobertura, começou a concorrência: aumentar a cobertura e diminuir preço, uma empresa querendo cobrar uma tarifa menor do que a outra, até para ter mais adesão, o que é, do ponto de vista comercial, o que se estabelece, e beneficia a população.

Só que a qualidade do serviço caiu. É muito ruim. Gente, eu estou falando... Aqui, entre nós, eu duvido que haja algum Senador aqui que, ao longo do dia, se fizer trinta ligações... 60% a 70% dessas ligações caem no meio da ligação. Você tem que ligar outra vez. Acontece isso invariavelmente. E o pior, Sr. Presidente: você liga para uma pessoa conhecida, de quem você tem na agenda o número correto. Aí, a voz diz o seguinte: que o número não existe! Para quem está usando o telefone... Eu quero que o senhor entenda, não é pessoal. Mas, se eu não fizer isso aqui, eu não estou traduzindo a indignação do usuário. E é preciso ficar claro.

É claro que está sendo feito um investimento, e o investimento é alto, tudo isso que os senhores colocaram. Mas é importante que os senhores saibam que tem que haver uma forma, Sr. Presidente, depois de ouvir todos que compõem a mesa... Não quero comparar, porque são coisas completamente diferentes, mas os planos de saúde começaram também a vender um monte de planos de saúde, e depois não há hospital, não há leito, não há tempo para as consultas. Aí, o que se foi obrigado a fazer? Enquanto não melhorar, não pode mais haver adesão no plano de saúde. Mas eu acho que, em algum momento – eu não quero ser leviano aqui –, a Anatel vai ter que fazer isso.

Nós temos que fazer alguma coisa, porque não é possível. Eu entendo: aumentar o investimento, aumentar a cobertura, para ter mais adesão. Mas aumentar a cobertura e o investimento não significa necessariamente aumentar a qualidade do serviço, e a qualidade do serviço é muito ruim. Eu quero dizer isso da forma mais clara possível. E aí eu não sei qual é a empresa que está prestando um serviço pior. Não dá para dizer. A nossa, lamentavelmente – não vou entrar nessa disputa aqui –, é muito ruim. Muito ruim! Então, eu gostaria... É claro que se compararmos a telefonia que tínhamos lá atrás, antes de fazer com que o setor privado participasse, quando você tinha que entrar numa fila para comprar o telefone de rede fixa, não dá para comparar. Mas ninguém vai ficar aqui eternamente se lembrando disso. Ora, "o mercado é muito competitivo". É competitivo

porque nós temos praticamente 200 milhões de consumidores. Cada brasileiro, tenha qualquer renda, tem o seu celular, sem falar nas empresas de forma coletiva.

Quer dizer, é também extremamente ambicioso pegar uma fatia desse mercado. Vai haver um investimento, depois a empresa vai ficar evidentemente só com o seu investimento. E sou um daqueles que defendem que o investimento tem que ter retorno. Não é isso.

Mas nesse momento, Sr. Presidente, é muito ruim a qualidade do serviço. Existe a preocupação com a Copa, mas não é isso. Acho que a Copa do Mundo vai servir como uma vitrine, alguém disse, mas a minha preocupação, lá no meu Mato Grosso do Sul, é que a cobertura é muito ruim. Ela cai, e as pessoas pagam por cada ligação que fazem. Caiu, faz-se outra ligação para o mesmo número. O telefone fica mudo. Você fala, mas da pessoa que está te ouvindo você não consegue ouvir o que ela está falando. Parece que não há ruído o telefone.

Os senhores precisam saber dessas coisas e o que fazer para melhorar isso.

Então, quero falar da realidade, do dia a dia das pessoas.

Eu não tenho questionamentos, Presidente. V. Exª sabe, eu presido a Comissão de Assuntos Sociais. Às 11h vou para lá presidir uma audiência pública como esta.

Vou pedir a atenção do Presidente. Presidente, esta audiência pública não pode terminar só com os nossos questionamentos, as nossas respostas. Nós temos que ter, junto à Anatel, alguma coisa de concreto, concreto, para que possa melhorar a qualidade do serviço. Eu sei que o investimento é que vai melhorar a qualidade do serviço, mas sei também que o investimento está sendo usado para aumentar a cobertura, porque há uma disputa muito grande do ponto de vista das empresas. Aumenta a cobertura, aumenta o número de adesões e piora a qualidade do serviço. Penso que, assim, vamos chegar a um momento em que haverá grande cobertura, mas com uma qualidade de serviço extremamente ruim.

É a minha participação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Muito obrigado, Senador Moka.

Peço aos colegas Senadores que as perguntas sejam direcionadas, para que cada expositor possa ter tempo adequado para pensar na resposta.

O próximo Senador inscrito é o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Sr. Presidente, senhores convidados, o grosso das minhas perguntas, Sr. Presidente, eu farei ao representante da Anatel e ao jornalista Leão Serva, que escreveu um artigo no jornal *Folha de S.Paulo*, na sua coluna semanal, cuja leitura, aliás, eu recomendo enfaticamente, porque ele toca em temas que dizem respeito à vida cotidiana do Brasil, do cidadão brasileiro, sob uma ótica um pouco diversa daquela que nós costumamos utilizar para analisar os temas. Ele escreveu um artigo que, aliás, foi a minha motivação para convidá-lo para esta audiência pública, publicado na *Folha de S.Paulo*, no dia 17/03/2014.

A maneira como ele aborda esse tema sugere uma conexão, digamos assim, entre as operadoras e a Anatel. Uma conexão que, no meu entender, não me parece muito virtuosa, a menos que se prove o contrário.

Eu vou ler:

Certamente já te aconteceu de discar um número conhecido, para casa ou alguém íntimo, e ouvir da operadora a mensagem: "Esse número de telefone não existe' ou 'esse telefone está programado para não receber ligação'. Você provavelmente pensa: 'digitei errado', pois sabe que o número existe e não está programado pra nada.

Essas respostas erradas revelam defeito no serviço telefônico.

Mas podem servir para dissimular um problema mais grave. Ao ouvi-las, os usuários podem não se dar conta de que o sistema está congestionado (o que justifica punição à companhia). As mensagens amalucadas podem esconder um defeito maior com um menor.

Aí, ele relata a sua tentativa infrutífera de comunicar-se com a Anatel para registrar as reclamações. São centenas de telefonemas, que acabam por se frustar porque só se ouve: "Digite o número 1; digite o número 2; digite o número 9", digite não sei o quê, até que caia a ligação e tenha que começar tudo de novo. O fato é que não se consegue registrar essa falha como uma reclamação.

Eu queria saber por que isso ocorre. Realmente, é uma das ocorrências, um dos fatos mais irritantes e que a companhia, a empresa telefônica, por falta de investimento ou cobertura ou por razão que seja, não consegue completar a ligação. E a Anatel não registra a reclamação. Então, é uma coisa realmente... Se há uma combinação, é uma combinação muito perversa.

Esse artigo do Leão Serva suscitou um editorial da *Folha de S.Paulo*. O título do editorial, do dia 18, é: "Esta agência não existe". O editorial aborda um outro tema, que é o fato de que, segundo relatório do Ipea, "39% dos usuários ignoram se os pacotes de tráfego de dados que contratam incluem ou não um limite de volume; dos que sabem dizer, desconhecem qual a consequência prevista caso o ultrapassem".

Esse é o editorial da *Folha*, baseado em um trabalho do Ipea.

Eu pergunto aos senhores: se isso ocorre, não seria por falta de uma informação mais correta aos clientes sobre o conteúdo, as cláusulas, os contratos que firmam com as companhias?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Senador Aloysio Nunes, eu gostaria que V. Exª direcionasse a pergunta, para qual membro ou quais membros da mesa. Assim, fica muito mais fácil. Como eu disse, o Presidente da Anatel será o último.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Eu vou direcionar para o Sr. Marcos Mesquita, que veio aqui falar em nome da Oi, porque o meu celular é da Oi. O Senado contrata a Oi. Aliás, eu já havia comentado com ele, numa ocasião... (*Falha na gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Continuando, Senador Flexa Ribeiro. Depois, Senador Ivo Cassol e Senador Eduardo Braga.

Peço aos membros da mesa que anotem as perguntas e insisto com os colegas Senadores, pois ainda temos o segundo momento da audiência pública.

O último a falar será o Sr. João Rezende, Presidente da Anatel. Antes, temos a Unale, representada aqui pelo Deputado Augusto Bezerra; o Ministério Público, representado pela Drª Euza Missano; o jornalista Leão Serva, aqui já citado pelo nobre Senador Aloysio Nunes; e, por último, o Sr. João Rezende, Presidente da Anatel.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro, para fazer os questionamentos aos expositores.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Amorim, Srs. Presidentes das companhias de telefonia, Srs. Senadores, esta audiência é de tal importância que foi requerida por três Comissões. Por sugestão do Senador Eduardo Amorim, juntamos as três e fizemos uma só. Aqui está representada a Comissão de Infraestrutura, a Comissão de Ciência e Tecnologia e a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor. Ou seja, as três que têm a ver com o tema da telefonia de modo geral.

O que eu ouvi – cheguei já no meio da audiência, porque o meu voo atrasou um pouco, e não sei o que antecedeu a isso – foi uma explanação de cada companhia dizendo os investimentos previstos, como se encontram, número de usuários, mas nada na linha que pelo menos eu busco alcançar, o que não é de hoje, é de muito tempo.

O secretário executivo da FIFA deu uma declaração dizendo que estava preocupado com os estádios, com a questão da mobilidade, mas que agora ele se preocupava com a comunicação; a preocupação final dele era com a comunicação. Já não estava mais se preocupando se os estádios ficariam com pendências, se as obras não estariam prontas, como não ficarão, lamentavelmente. Mas a parte de comunicação pode dar problema e, como já foi dito aqui, é o evento que tem maior audiência e visibilidade no mundo.

Mas eu não queria falar de Copa. O Senador Moka fez referência a isso. Nós tratamos aqui Copa, quais são as providências que estão sendo tomadas para a Copa. Mas a Copa é um evento que vai demandar 30 dias, e, depois disso, os brasileiros continuam. Eu digo sempre que a Copa é no Brasil, não é para os brasileiros. Porque poucos são aqueles que vão poder ter acesso aos estádios. Vamos continuar assistindo pela televisão, como faríamos se fosse em outro país.

Acho que temos outras prioridades no nosso País à frente da Copa. E questiono a qualidade do serviço disponibilizado pelas companhias. Eu tenho a impressão de que deve ser um dos de pior qualidade do mundo. E, segundo a UIT, um dos mais caros, senão o mais caro, do mundo. Então, nós temos baixa qualidade e elevado preço.

Já foi dito aqui, em algumas audiências públicas, que o custo elevado é em função dos encargos que são colocados sobre o preço. Mas, retirados esses encargos e comparados com o preço internacional, eles ainda são mais altos. Então, na realidade, os encargos podem elevar o preço, mas o serviço sem os encargos ainda é mais caro que nos outros países e de pior qualidade.

Eu sou da Região Amazônica e, lá, internet é algo que a gente tem que procurar, e é difícil de achar.

Nós temos agora a implantação da tecnologia 4G – parece que foi a Claro que venceu a licitação –, e há o compromisso de levar a telefonia móvel a todos os Municípios, com uma cobertura até 30km da sede do Município – não sei se está correta esta informação. Ora, 30km para a Amazônia é uma brincadeira, corresponde a um quarteirão no sul e sudeste do País. Quer dizer, não vai resolver o problema na Amazônia, nós vamos continuar sem cobertura de telefonia e, por consequência, sem dados.

Pergunto aos senhores – aí, Senador Presidente, a Claro está com a incumbência porque ganhou a licitação para instalar a 4G; a Oi é que tem a telefonia fixa lá na região, e todas as empresas presentes aqui estão instaladas também em todo o Brasil, quer dizer, elas concorrem no Brasil inteiro –: como nós vamos universalizar a telefonia móvel? Porque o que foi dito aqui é verdade. O artigo que o Senador Aloysio leu corresponde exatamente ao que acontece.

Mas, pior do que isso, quando você quer fazer uma ligação, você tem que repetir a chamada dez vezes, porque ela cai antes de completar-se a ligação; quando você está discando, cai a ligação. Está discando, cai a

ligação. Então, você faz dez ligações para que uma seja completada, e, quando essa se completa, ocorre o que o Senador Moka disse: ela é interrompida, e você tem que começar de novo.

Então, eu perguntaria: em que tempo o Brasil vai ter uma telefonia de qualidade, para voz e dados, em todo o território nacional?

Quanto à telefonia móvel, não há obrigatoriedade, por parte do Governo, para universalização; então, como é que nós vamos chegar à universalização, sem que haja interesse das companhias em áreas em que ainda não há densidade de tráfego? Não vão chegar lá! Na Amazônia, vai chegar daqui a cem anos, porque não existe a obrigação de se levar a telefonia móvel para lá. E, no tocante à telefonia fixa, a cada momento, diminui-se sua utilização; está ficando um instrumento de enfeite, eu diria, pois todos demandam é a telefonia móvel.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – O senhor pergunta para qual membro da Mesa, Senador Flexa, para que possamos ganhar tempo? Ainda temos a outra metade da audiência pública.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Eu perguntaria para o presidente da Claro, que tem a obrigação contratual de levar o 4G a todas as cidades, e ao representante da Oi, que é o que opera a telefonia móvel e fixa na nossa região.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Obrigado.

Por último, o Senador Ivo Cassol. E volto a insistir: ainda temos a segunda metade da audiência, e acho que devemos direcionar as perguntas aos presidentes das teles; acho que todos eles estão anotando os questionamentos; eu pedirei, mais uma vez – e insistirei –, a brevidade possível e necessária.

Com a palavra, o Senador Ivo Cassol, que foi um daqueles que insistiu e persistiu na realização desta audiência. Eu só tenho a agradecer, Ivo Cassol, pelo seu apoio para que esta audiência se realizasse.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Obrigado.

Ao nosso Presidente, o Senador Eduardo Amorim, aos nossos convidados o nosso obrigado.

O que deu para perceber, pelo que cada um dos presidentes e o representante da Oi demonstraram, foi que praticamente as soluções estão já para ser completadas. Mas a realidade nacional é outra.

Hoje, na verdade, a expectativa é em cima da Copa do Mundo. E eu queria fazer uma pergunta para todos os presidentes que estão aqui presentes – e eu espero que o presidente da Oi, tão logo fique a par de toda a situação da empresa, possa vir a esta Comissão; ele disse que assumiu há pouco, que houve uma composição; portanto, esperamos, Marcos, a presença dele também, que era uma questão de entendimento nosso aqui.

A expectativa, na verdade, é que nós teremos no Brasil, todos os anos, uma Copa do Mundo. Isso porque parece que todas as coisas que estão sendo feitas são só para a Copa do Mundo! Ao mesmo tempo, nós temos só 12 Estados da Federação brasileira que serão contemplados com esses investimentos importantes para atenderem a essa demanda pela comunicação. E o resto dos Estados da Federação? Como é que ficam? Vamos continuar capengando?

Vou dar um exemplo aqui agora: eu estava, agora há pouco, atendendo ao telefone na sala ao lado. Para conversar com meus assessores, com a Liderança, com minha irmã de Porto Velho, no Estado de Rondônia, com quem eu estava falando, quando se começa a conversar, a ligação cai no meio; quando não cai no meio, você não consegue entender o que o outro está falando. Até parecem dois marcianos falando, e não se consegue entender nada.

Então, a situação da telefonia no Brasil, infelizmente, vamos ser verdadeiros: está uma porcaria. Não vamos... Está ruim! Está péssima. É o que todo o povo brasileiro... Quando eu fui à tribuna e fiz um discurso – e aqui nesta Comissão também reivindiquei a presença de vocês – é porque não é justo. E nós temos aqui a presença, se não me engano, do nosso presidente da Anatel. É preciso ver se há mecanismos, se é preciso ser criado algum mecanismo mais rígido por este Senado, porque nós aqui aprovamos essas leis. Mas não é justo nós termos a situação da maneira que nós temos hoje.

Quem paga essa conta? É o nosso povo brasileiro. Somos nós! Quando falo nós, são todos os que consomem, que têm telefone.

Se nós estamos falando de Copa do Mundo, para termos uma comunicação de Primeiro Mundo, e nós estamos em Brasília e nós não a temos... Nos não a temos aqui em Brasília. Quando eu falei aqui, levantei, que a situação aqui não era boa, alguém pensou que: "Ah, é de Rondônia! Então, lá em Rondônia, na Região Norte, Flexa Ribeiro, então não tem telefone!" Não, eu estou falando aqui de Brasília. Falta sinal em vários lugares.

Eu estive com o Márcio conversando e ele esteve comigo lá. Mas aí tem o seguinte: quando está tudo redondo, o Governo do Estado e o Governo Federal não se entendem e não deixam botar uma torre, não deixam aquilo outro e o brasileiro fica fazendo o papel, infelizmente, de cobaia. Então, o que nós precisamos? Nós precisamos de comunicação. O Brasil acredita que a potencialidade que tem é grandiosa, mas infelizmente vivermos a reboque de outros países é prejudicial para todo mundo.

O Flexa Ribeiro falou na questão da Região Norte aqui. Nós, da Região Norte, não podemos ser tratados da mesma maneira que o Centro-Oeste e os outros Estados da Federação brasileira. Por que não podemos ser tratados, Flexa? Muito simples. Na hora de fazer preservação, nós, da Região Amazônica, servimos de pulmão do mundo e servimos de pulmão para o resto do País, mas na hora de termos um atendimento na telefonia, infelizmente, o tratamento é o mesmo. Essa é para o presidente da Anatel.

Mas o que precisa ser feito aqui? Deem na nossa mão o que precisa mudar. Nós temos que ter um tratamento não melhor do que os outros, mas diferenciado, porque as localidades são mais distantes, as dificuldades nossas são muito maiores. E aí nós precisamos desses investimentos que existem. E aí nós vamos reclamar para quem? Nós, que somos Senadores, estamos aqui reclamando que nós mesmos não temos como usar o aparelho do jeito que merecemos, imaginem o resto da população que está aí, entendeu?, nos assistindo agora nesta Comissão pela TV Senado! É triste a realidade que vivemos!

E aí vem a pergunta para todo mundo: será que nós teremos uma Copa do Mundo todo ano no Brasil? Lógico que não. É de 50 em 50 anos. Então, nós temos que parar essa história de fazer só para a Copa do Mundo. Isso é "conversa de bêbado para delegado".

Nós temos que fazer porque o Brasil é nosso e vocês têm a concessão, portanto, têm obrigações a cumprir. E nós precisamos desse atendimento porque nós estamos pagando. Em quem não paga a conta, vocês metem a taca. Metem a taca. Metem a caneta. Não venham com essa conversa, não, porque o meu telefone, várias vezes, mesmo com a conta paga, vocês cortaram. Com a conta paga! E para religar é uma novela. Olha, demora para poder recolocar. Para cortar é fácil, vão lá e só tiram um *chip*. Caiu a conta do cliente! Mas, para colocar de volta, é preciso levar comprovante, levar isso, levar aquilo e levar aquilo outro. Então, o que nós precisamos é que funcione. Vocês têm uma concessão, estão ganhando – se alguém aqui na Mesa não estiver ganhando me avisa, porque isso também me interessa, entendeu? –, todo mundo está ganhando e ninguém está aqui tomando prejuízo. Se tiver tomando prejuízo, com certeza, pode ser firma brasileira, pode ser firma internacional, quando tem alguma coisa que não dá lucro, passa a bandeira para frente ou entrega para o Governo Federal de volta.

O preço diminuiu nos últimos anos? Diminuiu. Antigamente, um telefone fixo era o valor de um carro. E todo mundo tinha como capital dentro de casa um telefone fixo. Essa história acabou. Mas hoje todo brasileiro tem, no mínimo, dois ou três telefones, de várias operadoras, para não ficar pagando ligação, pegando os planos que tem no meio do caminho. Mas não adianta só isso, nós queremos é qualidade. Nós queremos é que nós brasileiros – e não só os que vêm assistir à Copa do Mundo tenham uma comunicação especial com os países deles –, nós, que aqui ficamos, aqui vivemos e pagamos a conta, tenhamos qualidade nesse serviço.

Então, por isso aqui a reivindicação de todos. No Brasil, não há Copa do Mundo todo ano; é de 50 em 50 anos. Vamos esperar mais de 50 anos para melhorar? Vamos fazer só para a Copa do Mundo, para 12 Estados? Não, nós temos 20 Estados, 26 Estados e um Distrito Federal. Então, precisamos tratamento igual para todos. É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Senador Ivo Cassol, o senhor direciona a sua pergunta...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Para todos os presidentes e para o representante da Oi também.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Vamos começar a seção de respostas. Peço, na medida do possível – é lógico! –, agilidade, porque ainda temos a segunda metade, quando vamos ouvir os representantes do consumidor, do Ministério Público, dos Deputados Estaduais, através da Unale, onde foram instaladas diversas CPIs Brasil afora, da imprensa e, por último, o presidente da Anatel, que, com certeza, poderá responder muitos questionamentos.

Dr. Eduardo Levy, o Senador Jorge Viana não direcionou a sua pergunta, mas acho que, como o senhor representa os sindicatos das teles, poderia responder alguns questionamentos aí do Senador Jorge Viana.

Depois, teremos as perguntas do Senador Aloysio Nunes para o representante da Oi. O Senador Moka não fez um direcionamento, faz questionamentos a todos, mas o Senador Flexa fez um direcionamento para o representante da Claro.

Sr. Eduardo Levy.

O SR. EDUARDO LEVY – Muito obrigado, Senador Eduardo Amorim.

Queria começar falando com o Senador Ivo Cassol. Nós estamos de acordo com V. Exª em relação a que não deve ser feito apenas para a Copa do Mundo, tanto é que o investimento nosso em Copa do Mundo especificamente é um investimento para cobertura *indoor* nos estádios que, inclusive, não está na matriz das obrigações da FIFA. O setor resolveu investir 200 milhões nos estádios porque os estádios foram todos destruídos, foram

feitas obras e então nós entendemos que, podendo colocar uma infraestrutura que vai ficar permanentemente em todas essas arenas, seria alguma coisa que, para a Copa do Mundo, marcaria, mas posteriormente ficaria.

Para o restante do País como um todo o que nós temos é efetivamente cumprido com as metas que nos são colocadas através dos editais e dos leilões de que nós participamos. No caso mais recente do leilão da quarta geração da telefonia celular, o leilão foi feito e as obrigações que nós tivemos eram para antecipar a ativação nas seis capitais da Copa das Confederações e posteriormente nas cidades com uma quantidade grande de habitantes. São 45 cidades que nós temos que atender até o final deste mês, que nós atendemos, que naturalmente incluem as 12 capitais da Copa, porque são cidades com uma quantidade muito grande de habitantes. Então, o evento de implantação da telefonia celular no Brasil corre de acordo com o cronograma estabelecido pela Anatel, que antecipou a implantação para seis cidades da Copa das Confederações, mas são implantações que vão ficar efetivamente em todos os pontos.

Em relação ao que o Senador Jorge Viana comentou sobre a UIT, e V. Exª também, Senador Eduardo Amorim, ele comentou e eu vou responder primeiro apenas com os números, a UIT estabeleceu ou disse que o Brasil cobra US$0.71 por minutos dos nossos consumidores. Os nossos consumidores consomem ou utilizam, em média, 132 minutos por mês. Então, 132 minutos por mês vezes US$0.71 dá US$93 e, pela conversão de hoje, R$209,00. Então, a primeira pergunta, ao fazer esta resposta é: existe alguém no País que acredita que a conta média do brasileiro é de R$209,00? Não é.

Agora vem a explicação do porquê do dado que a UIT obtém. A UIT vai buscar no *site* da Anatel aqueles valores que estão ali autorizados pela Anatel como valores máximos a serem praticados num determinado plano, o que não é efetivamente aquilo que se utiliza no Brasil com a quantidade de promoções que são permanentes, com aquilo que falou o Senador Ivo Cassol das pessoas que utilizam outros *chips* para poderem fazer chamadas gratuitas, etc.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Concorrência, a bendita concorrência.

O SR. EDUARDO LEVY – A concorrência leva a isso.

Eu tenho dados do IBGE, que é um instituto extremamente renomado do País, que mostram que o brasileiro gasta menos de 1% da sua renda média em celular. E o brasileiro tem uma renda média hoje acima de R$2 mil.

Também foi comentado pelo Senador Jorge Viana a respeito da tecnologia no Brasil. A tecnologia no Brasil é absolutamente a mesma utilizada por outros países. Não tem como ser diferente. O Brasil é extremamente avançado nos serviços de telecomunicações e ele é interpretado, inclusive, como o setor de infraestrutura brasileira mais bem colocado no *ranking* de competitividade do Fórum Econômico Mundial. Nós temos orgulho, então, de estarmos com o estado da arte de telecomunicações implantado.

Mas também é importante que fique claro que o que faz com que o celular respire, aquilo que faz com que ele possa funcionar bem são as antenas.

Se não houver antenas em profusão no País, nós teremos dificuldades de fazer com que no deslocamento as chamadas permaneçam em pé, digamos assim. Nós temos diversas estações, que procuram buscar o melhor sinal, para dar um bom atendimento àquele cliente.

Como ilustração apenas do Distrito Federal, o Distrito Federal – e o Presidente Valente comentou aqui não só a questão da legislação, mas da burocracia – fez um decreto que nos atende muito bem, que atende à sociedade na rapidez e na instalação de antenas, mas, há mais de 12 meses, não temos uma só licença autorizada, para fazer a implantação dos nossos serviços. Algumas empresas, com dificuldade de implantar em uma e outra cidade, utilizam mecanismo de liminares, muitas vezes, na Justiça, para cumprir a obrigatoriedade legal da Anatel, que nos fiscaliza permanentemente, no sentido de exigir aquela qualidade de serviço que a sociedade precisa.

Nós, então, precisamos, mais do que qualquer outra coisa, da facilidade de implantarmos infraestrutura naqueles pontos onde a qualidade do serviço apresenta alguma deterioração ou em que essa qualidade – não vale rir – esteja já apresentando nos nossos computadores como necessária à expansão. Nós fazemos com que a expansão saia antes que a qualidade de serviço apresente redução daquilo que é necessário oferecer à sociedade, como também aquilo que a própria Anatel nos exige.

Em relação ao custo com o resto do mundo, o Acre, por exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Eduardo, peço que procuremos, na medida do possível, ser mais sucintos, porque ainda há quatro expositores, entre eles, o Ministério Público.

Enfim, pediria a todos agora celeridade e que não façamos uma nova exposição. Muita coisa já foi vista, já foi debatida. Agora está na hora também de ouvirmos a outra parte.

Mas vamos lá. Pediria mais objetividade.

O SR. EDUARDO LEVY – O.k.

Quando foi comentado, no início, a respeito da queda de chamada, em que muitas vezes o cliente é prejudicado, existe uma regra no Brasil, segundo a qual, quando uma chamada é encerrada e é feita uma nova ligação para um mesmo cliente dentro do período dos 120 segundos, essa chamada não é interpretada como uma chamada nova. Então, não há prejuízo por parte do consumidor.

Em relação ao uso de fundos, que o Senador Anibal Diniz comentou, o projeto do Senador Mercadante está na Câmara e possibilita a utilização do Fundo Fust para a aplicação em banda larga, que pode contemplar regiões menos atendidas.

Em relação à responsabilidade sobre a qualidade, mesmo com todas essas questões, a responsabilidade é sempre nossa.

Em relação à questão do custo com o resto do mundo, os nossos impostos são, na média, mais do que o dobro do que o segundo maior colocado na América Latina. O Acre tem um imposto – o Senador Jorge Viana não está aqui – de 25% só de ICMS, que, cobrado por dentro, representa um ônus para o nosso cliente em 33%.

Quanto ao aumento de cobertura, que o Senador Waldemir Moka comentou, nós estamos fazendo crescer muito a cobertura, estamos além das obrigações que os editais nos exigem, efetivamente.

Em relação ao editorial da *Folha de S.Paulo*, que o Senador Aloysio Nunes falou, o nosso setor é muito fiscalizado e tem como um de seus pilares a transparência. Então, todas as questões que são relacionadas a clientes são muito transparentes, não só pela fiscalização com a Anatel, como também pela própria filosofia de trabalho das empresas.

O Secretário da FIFA, preocupado com a comunicação, Senador Flexa Ribeiro... Nós falamos aqui muito da implantação dentro dos estádios, mas nem toda a responsabilidade da comunicação – entre a transmissão de televisão, etc. – está sob a responsabilidade dos Presidentes que aqui estão.

Já respondi ao Senador Ivo Casso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Passo a palavra agora ao Sr. Antonio Valente, que, sendo justo e correto, foi o único que realmente fez a exposição dentro do tempo, ressalto isso. Peço, agora, a brevidade necessária.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Também, desculpe. Sendo justo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – É verdade. É verdade. Mas insisto na brevidade necessária porque ainda temos a segunda metade.

Agora, a gente ouve o lado do consumidor.

O SR. ANTONIO CARLOS VALENTE DA SILVA – De todas as questões que foram colocadas pelos Srs. Senadores, tivemos três pilares. Primeiro, foco na Copa; segundo, questões de preço; terceiro, questões relacionadas à qualidade.

Com relação à questão da Copa, Senador, eu gostaria de dizer que, na realidade, na audiência passada, nós tivemos a presença do Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, e houve um questionamento muito forte dentro da Comissão com relação a situação, para atendimento aos estádios, aeroportos, pensando nesse grande evento que vamos viver daqui a 30 dias.

Então, o nosso objetivo, especificamente da Vivo, e acredito que dos outros presidentes, também, foi, exatamente, dar uma resposta para que a sociedade brasileira tivesse as informações que julga relevante, para saber qual é a situação. Esse é o primeiro ponto que eu gostaria de destacar.

A questão dos preços, senhoras e senhores, comenta-se muito a questão da UIT. Com todo o respeito que eu tenho à União Internacional de Telecomunicações, ela se equivocou, pura e simplesmente. Ela usou dados que não foram corretos e usou dados de US$0.71 por minuto, quando, por todas as avaliações, de todas as empresas, a gente chega a um valor de R$0,15 por minuto. Isso significa US$0.65 centavos de dólar. É isso o que o brasileiro está pagando por minuto. Desses US$0.65, aproximadamente 4 estão relacionados à prestação do serviço e 2,5 a impostos.

Como é que se distribuem os impostos? Foram R$60 bilhões durante o ano de 2013, sendo, aproximadamente, R$35 bilhões dirigidos aos Governos estaduais e os R$15 bilhões restantes distribuídos por toda a cadeia entre impostos federais e fundos. Desses fundos, temos R$7 bilhões que são dirigidos à Anatel para pagamento do Fundo de Fiscalização, Fundo de Universalização e Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Então, eu entendo, Senador, quando o senhor fala das áreas que estão sem cobertura, dos distritos rurais. A questão que, talvez, a gente precise responder é a seguinte: com esse volume de recursos anuais que são dirigidos do setor de telecomunicações, por que razão pelo menos parte desses recursos não são dirigidos

para aquelas áreas onde existe sabida dificuldade de viabilidade técnica e econômica? Então, respondendo objetivamente à questão que foi levantada pelo Senador Jorge Viana.

A terceira questão é a questão da qualidade. É preciso que se saiba que, para que a gente preste um serviço de qualidade dentro do mundo da telefonia móvel e celular, nós precisamos de três componentes.

Primeiro, nós precisamos de espectro radioelétrico. O espectro radioelétrico é um bem do cidadão brasileiro colocado à disposição das empresas e, consequentemente, à disposição do cidadão, através da Anatel. É a Anatel que licita esses espectros, que coloca esses meios, que são do cidadão brasileiro, à disposição das empresas.

Só a título de informação – e, aqui, não há nenhum conteúdo que não seja, simplesmente, a título de informação –, no caso das frequências de terceira geração, na Europa, elas foram oferecidas às operadoras no ano 2000; no caso do Brasil, foram oferecidas no ano de 2008. Certamente, existe uma quantidade enorme de razões para que isso esteja acontecendo, ou que isso tenha acontecido, mas esse é um fato, esse é um dado. No caso das frequências de 700MHz, das quais outros países do mundo já começaram a dispor, elas ainda não foram oferecidas no Brasil. Então, não temos como oferecer um serviço de qualidade sem que esse primeiro item seja atendido.

Segundo item: não é possível imaginar que vamos violar as legislações municipais de licenciamento de antenas. Colocamos antenas e torres quando esses licenciamentos são obtidos. Se nós não o fizéssemos, estaríamos, aqui, respondendo por um outro ponto, o não cumprimento das legislações municipais. Infelizmente, apesar de todos os esforços, existe um descompasso entre a necessidade do serviço, a necessidade do cidadão, do usuário e o período que se obtém para essas licenças serem efetivamente concedidas.

Coloco aqui para a reflexão do Senado Federal um ponto bastante importante. Foi uma prioridade do Senado, que aprovou uma lei em dezembro de 2012. Nós estamos nos aproximando de junho de 2014, e, até o dia de hoje, não temos uma lei federal de antenas aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Está na Câmara.

O SR. ANTONIO CARLOS VALENTE DA SILVA – Voltando da Câmara para cá.

Para os senhores perceberem, se tivéssemos, de alguma maneira, vinculados a essa legislação, certamente, os danos seriam óbvios e evidentes.

E o terceiro é a questão do investimento. Então, eu acho que todas as empresas – não foi o meu caso, não trouxe aqui nenhum número, nenhuma propaganda, só falei sobre fatos e dados referentes à Copa do Mundo, cobertura, atendimento e aqueles compromissos que nós estamos assumindo –, todas as empresas foram grandes investidoras ao longo dos últimos anos e continuarão sendo grandes investidoras, que é o terceiro ponto para que a gente tenha um serviço de qualidade. Agora, a gente precisa também que exista a compreensão e o entendimento de que existem outros atores que também têm um rol importante a jogar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Muito obrigado.

Agora, com a palavra, o Sr. Rodrigo Abreu para responder a um questionamento que recebemos através das redes sociais. Insisto na brevidade que precisamos porque ainda temos um segundo momento na audiência pública.

O SR. RODRIGO ABREU – Obrigado, Senador.

Bom, muito rapidamente respondendo à questão enviada pelo Rogério Guedes da Silva, que mencionou que existia cobrança por chamadas que caem na caixa postal, eu gostaria de informar ao Rogério que as chamadas que caem na caixa postal são absolutamente gratuitas, inclusive existe uma mensagem que diz isso: "A sua mensagem será gratuita", não é cobrado nada para deixar a mensagem na caixa postal. Deve haver algum tipo de equívoco no entendimento dessa situação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Então, ele pode reclamar se for cobrado?

O SR. RODRIGO ABREU – Sem dúvida nenhuma; deve. Não é cobrada a chamada que cai na caixa postal.

Muito rapidamente, só um outro ponto ou dois em relação aos comentários feitos, já complementando também as posições do Valente e do Levy, em relação ao Senador Jorge Viana, dos comentários referentes a custos comparados com o resto do mundo, além dos custos tributários e operacionais, existe o próprio peso do custo indireto da operação no mercado brasileiro. Então, eu gostaria de chamar a atenção, em particular, para um, os nossos custos de capital, ou seja, o nosso investimento, que também é muito onerado em relação a uma comparação com o mesmo investimento fora do País.

Então, em um determinado tipo de equipamento básico para nossa operação, sejam eles antenas, rádios, equipamentos de comunicação, a carta tributária indireta que incide sobre eles faz com que nós aqui paguemos, em média, duas vezes mais o que uma operadora fora do País para adquirir esses equipamentos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – A culpa é do Estado.

O SR. RODRIGO ABREU – Existe uma carga tributária que, infelizmente, acaba fazendo com que essa equação fique complicada.

Só outro comentário, que reforça mais uma vez. É importante a gente dar evidência para, de fato, desmistificar a questão do preço. Outra evidência que eu ofereço é até olhar o próprio minuto de pré-pago que é veiculado em todos os grandes planos. No nosso caso, que tem outros planos muito comparáveis, são R$0,25 uma chamada ilimitada. Esses R$0,25 equivalem a menos de US$0.12, ou seja, de maneira muito, muito, muito inferior ao custo publicado pela UIT, sendo que essa chamada é ilimitada, isto é, se uma duração média de chamada tem três, quatro, cinco minutos, você vê que esse custo, realmente, está muito, muito, muito aquém daquele custo divulgado pela UIT.

Em relação ao modelo do setor, eu gostaria, talvez, de fazer outro comentário que vale para as observações de todos os Senadores quanto à qualidade do serviço, quanto à obrigatoriedade de cobertura, quanto à necessidade de nós observarmos o tema cobertura e disponibilidade do serviço de maneira abrangente no País, qual seja, em relação à própria condição do sistema móvel celular, que não é restrita ao Brasil. O sistema móvel celular, em qualquer lugar do mundo, apresenta, sim, uma necessidade muito alta de investimentos para cobertura, e economicamente é inviável você fazer uma cobertura absolutamente integral de todo o qualquer país, de toda e qualquer área. Isso acontece em qualquer país do mundo,não só no Brasil.

O que se faz em vários países do mundo – e aqui volta, mais uma vez, a questão do fundo – é que em muitas áreas onde não existe viabilidade econômica são feitos investimentos a partir dos fundos setoriais para fazer um subsídio de operações em áreas onde essa viabilidade econômica não existe. Isso é feito, por exemplo, em um dos países mais desenvolvidos do mundo, que são os Estados Unidos. Nos Estados Unidos, o fundo setorial aplica, ao ano, mais de US$2 bilhões para universalizar o serviço de telecomunicações. No Brasil, nós nunca conseguimos utilizar R$1,00 para universalizar o serviço de telecomunicações, apesar de esses fundos setoriais estarem sendo recolhidos desde o início da operação privatizada das telecomunicações.

Por último, acho que fica, também, a mensagem para os Senadores da Região Norte. Nós entendemos, sim, todas as operadoras entendem a importância de fazerem investimentos não só para a Copa e não só em determinadas regiões, e é por isso que tem sido muito comum e muito frequente uma iniciativa do setor de compartilhamento de infraestrutura a cada nova infraestrutura instalada. Então, no nossa caso, nós demos o exemplo da implantação de uma infraestrutura de fibra ótica, na Região Norte, na Região Amazônica, incluindo três Estados na Região Amazônica. E essa implantação de 1,7km de fibra, apesar de ter sido instalada pela TIM, vai ser compartilhada com, praticamente, todas as operadoras, levando a um serviço de mais qualidade, mais velocidade para as regiões que, antes, não dispunham desse tipo de recurso.

Então, de fato, as operadoras entendem, sim. É uma questão, de novo, de viabilizar a implantação do investimento junto com todos os demais requisitos de cobertura, qualidade e retorno, obviamente, que é necessário para se fazer o tripé: competição, universalização e qualidade de serviços, que são os três componentes básicos que eu entendo sejam bastante monitorados pela agência já há bastante tempo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Muito obrigado, Sr. Rodrigo Abreu, pelas explicações.

O SR. RODRIGO ABREU – Obrigado e agradeço novamente a convocação, a presença.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Passo a palavra ao Sr. Carlos Zenteno. Sei que o senhor, junto com o Antonio Valente, foi um dos que respeitaram o tempo, mas que sejamos breves nas repostas, por favor.

O SR. CARLOS ZENTENO – Sim, perfeito.

Bom, muito obrigado pela oportunidade, novamente.

No que está relacionado à qualidade, como foi falado aqui, em julho de 2012 foi definido um programa de melhora de qualidade da rede, com todos os operadores. Implementamos esse programa de qualidade durante os passados anos. No caso da Claro, comprometemos um investimento de R$6,3 bilhões, que finalmente terminamos executando.

Como foi falado também aqui, a qualidade para nossos clientes não é somente para a Copa. É para todos os dias. Realmente, todas as companhias, fazemos um esforço para fazer os investimentos e fazer o necessário para cumprir isso.

Especificamente dos indicadores que ajudam a medir a qualidade e para não ficar em uma situação um pouco subjetiva, os indicadores que são medidos pela Anatel, por exemplo, o SMP5, que fala de acesso de bolso, nós cumprimos praticamente em todos os Estados na última medição. A meta é 95%. No Rio de Janeiro, temos uma área de melhora. Estamos em 94,47%, mas temos que entregar essa diferença.

No SMP7, as quedas de ligação aumentam 98%, ou seja, 2% de queda nas ligações são permitidas – não são aceitáveis, mas é o indicador. Nós cumprimos, na última medição, todas as unidades federativas.

No SMP8, que é acesso de dados, aumenta 98%. Cumprimos todas as unidades federativas, com exceção de Minas Gerais. A meta é 98%. Atingimos 97,89% e 97,58%.

No que se refere ao SMP9, que é queda de dados, cumprimos todas unidades federativas.

No SMP10, que é transmissão de dados instantâneos, aumentou 95%. Temos pendências para cumprir em quatro unidades federativas: Ceará, Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Rondônia.

E no SMP11, que é transmissão média de dados, a meta é 70%. Cumprimos todas as unidades, com exceção de Rondônia também.

Então, os indicadores de qualidade estão sendo acompanhados mensalmente. São públicos. E todas as companhias, fazemos um esforço para entregar a qualidade todos os dias, e não somente para a Copa.

Para poder entregar a melhor qualidade dentro do serviço, seguramente precisamos ter um espectro disponível. Proximamente será leiloado o espectro de 700MHz. Precisaríamos também ter uma flexibilidade de uso do espectro para todas as tecnologias, não somente para relacionar uma frequência com uma tecnologia específica. Então, entendemos que essa é uma demanda que será atendida, já considerada no próximo leilão.

Certamente também que seja aprovada a Lei das Antenas, para podermos evoluir muito mais rápido com essas implementações.

Passando muito rapidamente à situação da cobertura do Norte, que foi mencionada por S. Exª o Senador Flexa, nós temos o compromisso de, antes do mês de junho deste ano, entregar 310 Municípios que já estão definidos. Nesses 310 Municípios vamos cobrir a área urbana. São 80%, que foram falados, precisamente o que está definido no edital. Serão 4 Municípios no Acre, 17 no Amazonas, 123 no Maranhão, 89 no Pará, 25 em Rondônia, 13 em Roraima, 23 em São Paulo e 26 no Tocantins. Somam-se 310 Municípios. Depois cobriremos, antes de dezembro de 2014, outros 356; e 473 antes de dezembro de 2015.

Então, todo esse plano está definido. Vamos cumprir o que está comprometido.

Algumas áreas rurais não foram consideradas no edital e no leilão porque são áreas que estão fora dos 30km mencionados. Também apoio a solicitação de utilizar o fundo criado para isso, o Fustel, que, sem dúvida, permitiria chegar até esses lugares que estão muito mais isolados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Muito obrigado, Dr. Carlos.

Agora, para responder as perguntas, o último expositor, Dr. Marcos Mesquita, da Oi. Peço novamente brevidade. Ainda temos o segundo momento da audiência pública, em que ouviremos o representante da Unale sobre as diversas CPIs que foram instaladas, assim como o Senado Aloysio Nunes, com informações colhidas, pois esse questionamento também tem sido feito na Câmara, com a possibilidade de instalação de uma CPI para fazer todos esses questionamentos.

Passo a palavra ao Dr. Marcos Mesquita, para que possamos encerrar a primeira etapa e seguir para a segunda metade da audiência pública.

O SR. MARCOS MESQUITA – Obrigado, Senador. E obrigado pelas questões.

Há algumas questões que foram propostas a todos os representantes, mas há questões pontuais, em relação à Oi, que eu gostaria de ter a oportunidade de responder.

O Senador Aloysio fala sobre a qualidade do serviço prestado pela minha companhia aqui no Senado Federal.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Especificamente a gravação irritante.

O SR. MARCOS MESQUITA – A gravação irritante irrita mais a nós do que ao senhor, eu posso garantir.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Pois não, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – É bom que se diga: há muitas questões que foram colocadas aqui aos representantes das empresas, mas que realmente dependem da atuação de outras esferas governamentais, de várias esferas governamentais. O senhor se referiu á Lei das Antenas, que está parada na Câmara, agora parece que está caminhando, está na comissão especial.

Há o contingenciamento do Fustel, a baixa execução orçamentária, provavelmente por contingenciamento também da Anatel, mas eu me referi especificamente a essa questão.

O SR. MARCOS MESQUITA – Perfeito.

Há padrões que foram adotados pelo sistema de telecomunicações. A partir do momento em que o sistema reconhece um tipo de problema, ele tem um esclarecimento a dar ao consumidor. Isso tem mais ou menos o mesmo padrão em todas as companhias e até repete padrões internacionais.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS MESQUITA – Pois é. Na verdade, o que está errado não é o padrão, mas a identificação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS MESQUITA – Exato. Isso. O senhor saiba que ,assim que terminamos aquela conversa, quando falávamos de Marco Civil da Internet, eu encomendei às nossas áreas técnicas, principalmente àqueles que cuidam do contrato aqui no Senado Federal, que me esclarecessem isso e buscassem imediatamente a solução. Nós estamos próximos dessa solução, e eu trarei para o senhor...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Se me permite, não é uma questão apenas do Senado Federal.

O SR. MARCOS MESQUITA – Lógico, lógico.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Quer dizer, não estou aqui defendendo algo só para os Senadores. Estou falando algo que seguramente ocorre com usuários não só da Oi, mas também de outras companhias.

O SR. MARCOS MESQUITA – Certo. E é exatamente assim. Eu viria informá-lo de que estamos resolvendo o assunto para toda a rede e não, obviamente, para este caso.

O senhor também comentou que, segundo pesquisa do Ipea, 39% dos consumidores não têm noção sobre questões importantes dos contratos. Isso é assim, infelizmente, mesmo. E isso se repete na imensa maioria dos contratos de prestação de serviço. Há um problema da nossa parte na hora de vender em não esclarecer corretamente o consumidor. As pessoas são treinadas...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Não é um problema de telefonia. Pois não, continue.

O SR. MARCOS MESQUITA – Não foi o Senador que cassou a minha palavra, não é? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Não, ainda não.

O SR. MARCOS MESQUITA – O que acontece? Há também, por parte do consumidor, e isso é bastante evidente em todos os testes que fizemos, que ele está preocupado com o essencial do serviço que está ali para contratar. Em muitos casos, ele não sabe sequer operar corretamente aquele equipamento que era o objeto de desejo dele, está certo? E ele sai da nossa loja, infelizmente, com dúvidas de como ligar o aparelho, de como operar coisas simples do aparelho.

Então, este é um trabalho que é a preocupação cotidiano de todas as nossas empresas: ter com o consumidor uma relação mais direta, mais próxima, mais esclarecedora.

O próprio Projeto do Marco Civil da Internet, que tratou tanto do aspecto da privacidade, na verdade, traduziu tudo isso num conceito chamado transparência. Isso traz mais obrigações para todos nós. Agora, esses contratos – é importante dizer – passam pela revisão anterior dos órgãos de regulação, também dos órgãos de direito do consumidor. Ou seja, eles são lançados como um padrão aceitável; o dia a dia acaba mostrando para nós dificuldades que precisam ser acertadas nessa maior proximidade com o cliente.

O senhor fez, obviamente, referência ao artigo do jornalista. Realmente, nós, como executivos da área de telecomunicações, lamentamos profundamente tudo aquilo que lemos no seu artigo. Eu até dou um testemunho pessoal. Eu, em seis anos de telecomunicações, nunca tive um exemplo tão eloquente quanto o seu. Particularmente, inclusive, acredito que aquela projeção que você faz no seu artigo é muito mais um exercício do que representa a realidade.

Então, aquela preocupação do senhor, Senador Aloysio, de que a extrapolação daquele dado pudesse estar representando um relacionamento inadequado entre nós e a agência, eu sou obrigado, pela minha função dentro da empresa, de dizer que isso não existe. Pelo contrário, nós temos um respeito muito grande pela Anatel, aprendemos todos os dias com a Anatel, e a Anatel tem sido zelosa e até, na nossa forma de entender, extremamente rigorosa com o setor. Eu tenho uma percepção sobre isso inversa àquele sentimento que o artigo pode ter passado para o senhor.

Em relação à Oi especificamente, em relação ao contrato, eu quero dizer que nós estamos trabalhando com a 1ª Secretaria, com as áreas de engenharia, já trouxemos para os senhores as dificuldades para a melhoria aqui.

Brasília é, certamente, uma dessas áreas com as maiores complicações para prestar bem o serviço de telecomunicações. O Senado Federal e a Câmara dos Deputados, em particular, talvez sejam, dos imóveis que a gente serve, os mais difíceis. Há restrições de todos os aspectos: para se usar um espaço maior, para poder multiplicar a capacidade de transmissão aqui dentro.

No local onde boa parte dos senhores mora, aquela quadra 309, desde outubro, a Oi tenta fazer melhorias ali e não conseguimos ainda a autorização do Senado. As pessoas responsáveis por isso estão tentando agilizar para que possamos melhorar esse sistema.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Dr. Marcos, gostaria que o senhor concluísse, por favor.

O SR. MARCOS MESQUITA – Pois não. Eu concluo...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Eu gostaria de começar a segunda metade antes do meio-dia.

O SR. MARCOS MESQUITA – ...pela pergunta do Senador Flexa, porque acho que ela é bastante importante para todos nós.

O Senador Flexa cometeu um engano ao fazer a relação de universalização com a tecnologia de quarta geração.

O que está associado à tecnologia de quarta geração é uma outra frequência de 450MHz, que servirá à telefonia rural e, efetivamente, ela tem mesmo essas limitações. São 30km a partir da área geodésica dos Municípios a serem servidos. Isso está sendo cumprido, há um cronograma e as empresas estão, inclusive, antecipando essa implantação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – No meu Estado, não está sendo cumprido não.

O SR. MARCOS MESQUITA – O 450?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – De 30km a partir da área geodésica. Primeiro, uma cidade dista da outra no máximo 22km; já éramos para ter cobertura global. Sergipe é o menor Estado da Federação, e não temos isso.

O SR. MARCOS MESQUITA – Mas é importante corrigir o seguinte:...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Não temos isso.

O SR. MARCOS MESQUITA – ...o cronograma de instalação do 450 vai até o final de 2015. Nós temos uma meta quantitativa para cumprir...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – O senhor quer dizer que, em 31 de dezembro de 2015, no meu Estado, por exemplo, que é o menor do País, territorialmente falando, vamos ter cobertura total? Não haverá nenhuma área sem cobertura?

O SR. MARCOS MESQUITA – É importante ressalvar: cobertura total da tecnologia de 450MHz. As demais tecnologias de 4ª geração e de 3ª geração obedecem o outro padrão de cobertura, que são eventos absolutamente urbanos. Todas as nossas contas foram feitas para cobrir 80% da área do Município.

Essas áreas que ficam além de 30km dessas áreas geodésicas do Municípios serão cobertas com uma tecnologia mais apropriada para cobrir longas distâncias, com um tipo de concentração de pessoas menor do que a característica das zonas urbanas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – É porque, no meu Estado, Dr. Marcos, não há longas distâncias, é tudo muito próximo.

O SR. MARCOS MESQUITA – Pois é.

O SR. RODRIGO ABREU – Se o Senador me permite, até como operadora que é responsável pela cobertura obrigatória no Estado, o nosso projeto de cobertura prevê, sim, até o final de 2015, uma cobertura que vai se aproximar de uma cobertura móvel...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – De 100%?

O SR. RODRIGO ABREU – ... que ela usa... Cobrindo todas as cidades, todas as áreas até 30km dos Municípios, e, se existir, de fato, uma distância menor que 22km, vamos ter cobertura praticamente integral do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Sergipe foi desenhado de modo, Senador Aloysio Nunes, que uma cidade não dista da outra mais do que 22km, 23km. Sergipe, eu digo sempre, é um Estado onde se poderia começar qualquer projeto, desde a saúde pública, desde a segurança pública, a educação e até a telefonia móvel, porque é um Estado pequeno, é denso, e, portanto, não tem como justificar.

O SR. RODRIGO ABREU – De fato, vai existir uma cobertura integral, e, no nosso caso, nós não estamos usando só a tecnologia de 450MHz: estamos usando a tecnologia 3G, o que vai permitir, em boa parte da região, a utilização dos serviços móveis, apesar de a obrigação ser uma obrigação de serviços fixos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Eu agradeço a todos os que estão aqui na Mesa – Dr. Eduardo Levy, Dr. Antonio Valente, Dr. Rodrigo Abreu, Dr. Carlos Zenteno –, a todos os presidentes da empresa, ao diretor da Oi – é lamentável que não pôde vir o presidente da Oi.

Dispenso e agradeço à Comissão – Senador Aloysio, não sei se o senhor recebeu um chocolate aqui; os servidores da Comissão...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Não. Infelizmente, não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Mas eu compartilho o meu. Eu compartilho o meu, para que a gente não faça uma hipoglicemia. (*Risos*.)

Agradeço a todos, e vamos para a segunda metade da audiência agora. Vamos ouvir a parte do consumidor.

Convido, para estar aqui presente:

– Sr. João Rezende, presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

– Drª Euza Missano, Promotora de Defesa dos Direitos do Consumidor do Ministério Público de Sergipe (MPSE), que convido com muito orgulho; uma guerreira, um bom exemplo;

- Sr. Leão Serva, jornalista da *Folha de S.Paulo* – como disse o Senador Aloysio Nunes, de sua indicação;

- Deputado Augusto Bezerra, representante da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale).

Então, vamos para a segunda metade da audiência. Peço desculpa a todos pela demora, mas o tema é extremamente palpitante, e o povo brasileiro, o cidadão brasileiro paga muito por isso e exige um serviço de qualidade, sim.

Com a palavra, já começando, não dando tempo nem para o cafezinho, o Deputado Augusto Bezerra, que tem dez minutos – e espero agora a maior brevidade possível; depois, mais cinco minutos, se necessário for – espero que não seja necessário, para que, mesmo que alguns tenham recebido o chocolate da Comissão, possamos encerrar esta audiência, que está sendo extremamente profícua.

O SR. AUGUSTO BEZERRA – Sr. Presidente da Comissão, Senador Eduardo Amorim, no seu nome, eu faço a saudação a todos os que estão aqui na Mesa.

E, sendo didático, até pelo adiantado da hora, eu quero dizer, Senador e demais membros que estão nesta audiência pública, que eu fiquei bem atento.

Eu sou deputado estadual, Deputado Augusto Bezerra, de Sergipe, e estou representando, neste evento, a Unale (União Nacional dos Legislativos) – são deputados estaduais de todo o Brasil. E nós temos, Senadores, 17 Estados que fizeram sua CPI.

Eu trouxe – e vou deixar aqui com o Presidente – o relatório final da CPI de Sergipe. E a gente nota, principalmente a gente que quer uma atenção especial da Anatel, Sr. Presidente, duas versões da telefonia: uma telefonia bonita, toda encadernada, com investimentos de R$29 bilhões, com uma programação para tudo dar certo na Copa, e a telefonia do dia a dia, Senador Aloysio Nunes, a telefonia daquele que tem uma empresa e não tem CGC – o CGC é o número do celular – e que tem um celular pré-pago no qual coloca R$10,00 ou R$15,00 e vive desse celular. Então, é dessa telefonia que irei falar.

Nós entramos em Sergipe com a CPI para resolver essas questões. Dezessete Estados fizeram a CPI e praticamente o resultado é o mesmo. Em Sergipe – vou falar do meu Estado e da CPI de que sou relator e na qual estava presente, há pouco, o Deputado Venâncio Fonseca, Presidente da Comissão, mas precisou sair –, eu quero falar que a CPI detectou uma série de discordâncias quando se fala que o valor é US$0.71! Não! É cobrado muito menos.

Eu quero, inclusive, dizer à Anatel que o preço de tabela é um, mas as operadoras dão abatimentos e o preço cai. Mas isso não quer dizer que o preço baixou. Abatimento não é preço, abatimento é circunstância: naquele momento oferecem um pacote.

Senador Eduardo Amorim, se uma audiência como esta, que deve estar sendo gravada, não sair com propostas concretas, praticamente não vale à pena. Então, uma das coisas é que deve existir o aceite do dono do aparelho celular, da linha, quando se faz uma mudança de plano ou quando se aceita qualquer plano. Tem que ter isso. E deve-se escutar o povo.

Nós abrimos um Procon na Assembleia Legislativa de Sergipe. Colocamos barraca no calçadão, na rua principal do nosso Estado, e colhemos as reclamações. O que o povo realmente entende que pode melhorar? O quê? O atendimento.

Os investimentos existem. Eu quero dizer que em Sergipe a CPI iria pedir que parassem de vender linhas, já que a qualidade do serviço é ruim; mas as quatro operadoras, em Sergipe, apresentaram um plano de investimento, e eu estou aqui e vou deixar com o Presidente da Comissão.

A Vivo, de um modo particular, discriminou o que quer fazer na capital e a Prefeitura de Aracaju já deu o aceite. Então, essa próxima semana, lá no meu Estado, vou chamar as quatro operadoras e de imediato colocar antenas na capital. Nós temos umas sugestões, como disse o Senador Eduardo Amorim, que é do meu Estado de Sergipe. Temos povoados que são maiores do que 25, 30, 40 cidades do nosso Estado. Povoados com 15, 20, 30 mil habitantes, que não têm sinal de nenhuma das quatro operadoras.

Então, quero dizer que pelo menos nós não tomamos a decisão que a Anatel já tomou em determinado momento, de suspender a venda de novas linhas em Sergipe, porque as quatro operadoras atenderam; enviar o plano de investimentos e a Vivo, de um modo particular, como esse documento que estou aqui e vou entregar ao Presidente, já pode iniciar um trabalho de recuperação na qualidade do serviço.

Então, uma CPI só se abre – eu quero deixar claro – com o fato determinante. Nós não podemos abrir CPI porque achamos. Abrimos CPI porque temos dúvidas na transparência das contas, nós temos um péssimo serviço, nós temos uma coisa que é muito cruel e eu não vi ninguém falar sobre isso até agora.

A minha conta, a conta dos senhores que estão aqui tenho certeza de que é uma conta pós-paga. Pois a conta pré-paga de telefone é aquela que você paga primeiro, dá o dinheiro, não sabe nem como foi usado, porque quase nenhum brasileiro tem acesso à conta do pré-pago. Nenhum brasileiro tem acesso a ela, porque não sabe e ninguém divulga como ter acesso fácil à conta do pré-pago. A conta do pré-pago hoje é três, quatro ou até dez vezes mais cara do que a conta do pós-pago. Veja, aquele cidadão que às vezes até deixa de comer e coloca R$10,00, R$15,00 de crédito só sabe que acabou porque recebe uma mensagem: "A partir de hoje o senhor coloque crédito de novo, porque os créditos acabaram." Então, é com esse proprietário de celular que eu estou preocupado. Acho que esta é a nossa função, primeiro, para que todos tenham acesso a um serviço decente, de qualidade, que você possa conversar, que você possa ligar uma vez, ou duas, mas ligar dez vezes para terminar uma conversa é difícil.

E há outra coisa que eu não ouvi ninguém falar, que é a questão do pré-pago e eu coloquei aqui. Nós estamos solicitando, pela CPI, e queria que, realmente, essa lei fosse votada aqui no Senado, porque a lei da telefonia, Sr. Presidente, é uma lei já ultrapassada, é uma lei de 1997. É preciso que Deputados, Senadores e o Governo entendam que é hora de renovar esse tipo de lei. Não pode mais, essa tecnologia cresceu muito, os investimentos são enormes, há mais aparelhos celular do que gente no Brasil e, realmente, não se está acompanhando a qualidade do trabalho.

Outra coisa é a taxa de interconexão – muita gente não sabe nem o que é isso –, que é quando eu ligo de Oi para Vivo; da Vivo para a Claro. Venha cá, não é uma coisa só, não; uma ligação só não? São cobrados valores, e a pessoa não sabe quando é que está ligando para outra operadora. Eu tenho funcionários meus, e muitos de vocês devem conhecer gente simples que tem quatro aparelhos, quatro chips. Quando é para ligar para o compadre dele ele coloca o da Oi; quando é para ligar para a mulher, ele coloca o da Vivo. Quer dizer, chega um momento em que é preciso se tomar determinadas posições para poder a gente, quando faz o pagamento de uma taxa, quando faz o pagamento do valor de uma conta – e eu peço uma atenção especial à Anatel, que é o órgão fiscalizador –, que se faça o pagamento, mas que se tenha uma qualidade de serviço.

Então, a qualidade do serviço é ruim, a Anatel precisa fiscalizar. Em momento nenhum eu vejo as operadoras todas com vontade, fazendo investimentos. Agora, para mim, o principal investimento em um setor é aprimorar a qualidade, Senador Aloysio Alves, porque realmente, se você não deixa o seu cliente satisfeito, eu até tenho condições de dizer, depois de uma audiência como esta, praticamente o povo usa, a população usa o celular porque não tem outro jeito. Se for de uma operadora e passar para outra é o mesmo erro, são as mesmas dúvidas.

Então, o artigo que eu vi comentado pelo Senador Aluísio Alves, desculpe-me, Aloysio Nunes, Senador de São Paulo...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – A confusão só me engrandece, porque Aluísio Alves foi um grande político do Rio Grande do Norte.

O SR. AUGUSTO BEZERRA – Mas eu agradeço, eu o conheço; apenas troquei o nome. Eu sei que V. Exª é Senador de São Paulo, do PSDB. Então, eu quero deixar claro que o artigo é uma realidade. Você liga, você liga, não consegue falar. Saem coisas absurdas: você tem o número da pessoa correto e sai que esse telefone não existe. Como não existe? Como esse telefone não existe se você tem o número correto na sua agenda de telefone?

Portanto, é preciso que os investimentos, é preciso que a fiscalização, que o dinheiro que a Anatel recebe desse fundo para fiscalizar e para investimentos seja para serem feitas melhorias concretas. Eu estou aqui, graças a Deus; no Estado de Sergipe hoje nós estamos nessa audiência com o Senador Eduardo Amorim, com o Ministério Público, presente a Drª Euza Missano, que recebe, juntamente com todos os órgãos, e agora que eu criei o Procon da Assembleia, porque é muito importante que cada Estado crie o seu –, o número de reclamações é ilimitado, é imenso. Há pacotes que eu digo que não adiantam, porque há pacotes que dizem: você tem direito a 300 minutos. Pois então, no meio da conta um cidadão conseguiu olhar que tinha uma ligação do número dele para o número dele mesmo, o que não pode acontecer, usando os 300 minutos todo.

Então, pronto, do pacote ele não vai usufruir nada, o pacote todinho foi tirado e ele paga uma imensidão. Por quê? Porque naquele pacote em que ele resolveu entrar ele não deu o aceite. Assim, são coisas e são orientações que a CPI do meu Estado e praticamente do Brasil inteiro – eu estou aqui com a do Espírito Santo, com várias CPIs que terminaram no País e que deram as suas sugestões para melhorar os serviços –, e quase todas elas falam o que eu estou dizendo aqui: igualdade entre as tarifas do serviço de telefonia pré e pós-pago – estou finalizando, Presidente – é uma solicitação nossa. Primeiro, todo mundo sabe, é a melhoria do serviço que é essencial.

Sem a melhoria do serviço, e eu espero que, depois da CPI de Sergipe eu possa vir aqui em outra oportunidade no Senado e dizer: as operadoras cumpriram os seus planos, que entregaram a mim na Assembleia Legislativa de Sergipe.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – O senhor tem um minuto.

O SR. AUGUSTO BEZERRA – O fim da tarifa básica da telefonia fixa; eliminação da tarifa de interconexão, essa história de ligar da Vivo para a Oi, de ligar da Oi para a Tim, que é cobrado e cobrado caro — muita gente não sabe disso –; disponibilidade detalhada da conta do pré-pago, porque nós temos a nossa conta e eu confesso aos senhores, é muito difícil, eu não consigo entender aquelas contas, mas pelo menos eu tenho ela, eu posso pedir a um analista, a uma pessoa para analisar. E o pré-pago? Aquele que botou R$10,00, R$20,00? Ele não tem nem como saber onde gastou o dinheiro ou se gastou realmente todo o seu crédito.

Pedimos também a desoneração dos tributos incidentes na conta telefônica; o aumento do percentual de exigência às operadoras, por parte da Anatel, das áreas de cobertura para celular e banda larga em Municípios, no mesmo parâmetro das zonas urbanas e rural; venda de novas linhas de celular limitada ao número de canais — eu acho que tem que ter. Não sei se é aqui em Brasília, Presidente, mas na nossa terra, em Aracaju, na capital, se vende *chip* no calçadão como se vende banana, você não sabe nem o que está comprando ali, o cara habilita e você já sai falando no telefone, vende no meio da rua. Então não sei se esse número exagerado, essa venda exagerada de *chips* têm prejudicado então a operação e a condição de funcionamento dos aparelhos.

Eu quero encerrar dizendo da importância, que a CPI do nosso Estado realmente aconteceu, que as operadoras tiveram o maior respeito pela CPI e entraram com suas propostas. E eu estou trazendo hoje aqui em Brasília a resposta da Prefeitura de Aracaju que tinha algumas coisas complicando para a Vivo, mas sei que todas vão poder usar, e a gente espera que, desta audiência pública, também saia pelo menos a resposta desses itens que eu fiz questão de enumerar.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Senadores.

Todos aqui estão interessados na telefonia móvel.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Obrigado, Deputado Augusto Bezerra, representando aqui a Unale.

E, antes de passar a palavra ao Sr. Leão Serva, eu gostaria de pedir ao Senador Aloysio Nunes que presidisse aqui temporariamente a audiência pública.

Passo a palavra, portanto, ao Sr. Leão Serva, jornalista da *Folha de S.Paulo* e, em seguida, à Drª Euza Missano.

O SR. LEÃO SERVA – Bom dia a todos, Senador Eduardo Amorim, Senador Aloysio Nunes, em nome de quem eu agradeço a todos os Senadores pelo convite de estar aqui hoje.

Eu entendo, eu fiz o trabalho, esse que deu origem primeiro a esse artigo, depois ao editorial da *Folha* e que motivou este convite, todo baseado na experiência propriamente de usuário, quer dizer, de usuários em geral, tanto é que eu evitei mencionar especificamente qual era a razão do meu telefonema ou da minha questão específica, exatamente porque ela poderia ter uma especificidade que não era geral.

Então, todas as referências que eu fiz são universais, vamos dizer assim, e como tal devem ser tomadas. Inclusive os números que eu usei lá não devem ser tomados como um chute ou coisa parecida, porque desde o momento que eu fiz aqueles, quer dizer, eu mencionei 115 telefonemas, na verdade foram muitos outros, muitos mais, no entanto, 115 estão documentados no meu celular e portanto eu só fiz os cálculos sobre aqueles 115.

Esses telefonemas foram feitos no dia 11 de março, entre o dia 11 e o dia 17, quando saiu o artigo, e eu fiz outros tantos telefonemas para ver se aquilo não tinha sido uma questão episódica de um dia, e também ouvi a Assessoria de Imprensa da Anatel, que me confirmou que o problema era verdadeiro e que eles iriam tomar providências no sentido da melhoria.

Desde então, outras tantas vezes realizei o mesmo teste e mesmo hoje, entre ontem à tarde e hoje, eu fiz 50 telefonemas para a Anatel e tive um aumento na taxa de telefonemas efetivamente realizados, de ligações completadas de 9% em março, para 14% agora, mas no entanto também 50% dos telefonemas caem depois de algum tempo. O *call center* da Anatel derruba a ligação, certamente não propositalmente, mas as ligações caem. Portanto, o usuário de telefonia celular que resolve ligar para o seu *ombudsman*, que é a Anatel, ele tem um Muro de Berlim entre ele e uma muralha intransponível. Alguma coisa assim.

Mas eu hoje queria falar de quatro pontos específicos.

O primeiro ponto é: pedido não atendido e cobrado. Diz respeito à cobrança irregular por requisições de dados que não são entregues. Isso pelas companhias de celular.

O segundo é o pacote ilimitado que tem limites. Sobre a publicidade que prometeu durante os últimos anos pacotes ilimitados de dados e que nos últimos meses as operadoras passaram a limitar os pacotes.

Depois, a dissimulação do congestionamento do sistema, que até foi tema de vários Senadores, como o Senador Aloysio e outros, que trata das mensagens malucas que recebemos de vez em quando.

Por fim, as incapacidades da Anatel em realizar a tarefa para a qual a lei da privatização e posteriormente as outras leis criaram, que há de ser propriamente o *ombudsman* da telefonia.

Pedido não atendido é cobrado. Se a Promotora Drª Euza Missano ou o Senador Aloysio vai ao supermercado e pede um saco de um quilo de açúcar e o supermercado não tem o açúcar, o supermercado não vai cobrar essa quilo de açúcar, ele não vai cobrar o pedido do açúcar, ele só cobra evidentemente pelo produto entregue.

No entanto, não é o que acontece na internet brasileira, quando o usuário é um usuário de telefonia celular. Quando o nosso aparelho celular pede uma página ou pede o *e-mail,* ele emite para o servidor da companhia de celular um sinal que os técnicos chamam de *request*. Na língua da internet, que é o inglês, isso quer dizer uma requisição de dados.

Esse *request* vai e aí, recebido pelo outro celular, pelo servidor da companhia, emite, em resposta, os dados requisitados. Se a internet funciona mal, a requisição não chega a ser completada. No entanto, agora que os pacotes ilimitados de dados passaram a ter limites e ser cobrados, milhares de usuários brasileiros estão detectando que o tráfego de dados, mas na verdade o tráfego da requisição está sendo cobrado, porque ele é computado como tráfego de dados. Então, eu peço o *e-mail* para a operadora, não recebo os meus *e-mails.* É fácil, qualquer usuário provavelmente já detectou que, em várias situações do dia, o celular esquenta, mesmo que ele não esteja usando. Esse calor é porque o seu celular está fazendo *request* permanentemente frustrado. Esse *request* frustrado é computado como o tráfego de dados e é abatido da conta do cidadão. Se ele tem um pacote ilimitado, pelas novas regras que estão sendo exercidas, ou bem a companhia interrompe o tráfego de dados, até 2 gigas, me parece, ou, se são pacotes maiores de 4 gigas e tal, ela reduz a velocidade, o que piora ainda mais a entrega. Quer dizer, são mais vezes que você chega ao supermercado, pede o açúcar e não o recebe.

Ouvida, a Anatel disse o seguinte, os atendentes da Anatel dizem que a agência não tem como medir especificamente o tráfego de dados do seu celular para a operadora, que ela não tem capacitação técnica neste momento para auditar esse tráfego de dados e que, portanto, cabe ao usuário apenas reclamar junto a sua operadora. Como ele por definição vai à Anatel, depois que já reclamou e se viu frustrado na sua reclamação junto à operadora, em outras palavras, a Anatel está dizendo ao usuário, nesse caso específico: "Vá reclamar ao bispo."

Pacote ilimitado com limites. Essa é uma questão que diz respeito à tecnicalidade, mas também diz respeito à publicidade. Durante os últimos dois anos, desde que elas acentuaram a sua venda de pacotes de dados, elas vieram vendendo pacotes ilimitados de dados. Pacotes ilimitados diziam todas as publicidades.

Nos últimos meses e talvez isso tenha coincidência pelo fato de que agora estão disponibilizando os pacotes de 4G, as operadoras passaram a exercer o que está no contrato, e de fato está no contrato, sintomaticamente naquelas letras miúdas, que estão logo acima da assinatura. Então, quem tem um pacote de dados provavelmente assinou um contrato onde está dito que até 2 gigas o pacote pode ser interrompido, quando chega ao limite, e até 4 gigas a velocidade pode ser reduzida. Mas objetivamente os pacotes eram vendidos como ilimitados.

Então, foram vendidos pacotes ilimitados que têm limite.

Ouvida, a Anatel disse que o procedimento das operadoras é correto e que, portanto, estava certo porque estava em contrato. No entanto, isso, parece-me, caracteriza uma publicidade enganosa. Então ela disse à operadora da Anatel que a Anatel não controla a publicidade das operadoras. Isso é uma questão importante, porque a Anatel deve ser o *ombudsman*, a controladora, o que na lei da privatização original na Inglaterra se chamava de *watchdogs*, o vigilante do setor. Se ela é o vigilante do setor, ela também teria que cobrir questões em que a publicidade não seja adequada ao serviço efetivamente prestado.

Dissimulação do congestionamento. A palavra "dissimulação" não quer necessariamente dizer que dissimulação vem de um dolo, de um desejo de dissimular. A dissimulação é um engano que escurece ou que impede a detecção exata de um problema. O que acontece? Essas chamadas de que tantos aqui falaram e que de fato todos nós ouvimos – eu estranhei o diretor da Oi dizer que jamais aconteceu com ele – são muito comuns. Nós ligamos para um telefone que conhecemos – da mãe, da namorada, da própria casa – e vem a mensagem: "o telefone chamado não existe", ou "o telefone está fora da área de conexão". E você sabe que a pessoas está, às vezes, na casa vizinha.

Essas mensagens malucas, na verdade, dizem respeito a uma questão muito específica, ou melhor, elas dissimulam uma questão clara. As operadoras são avaliadas pela Anatel conforme índices de *performance* que envolvem, por exemplo, o tempo de resposta e o número de chamadas efetivamente completadas. Mas uma chamada que é completada e que tem como resposta: "o telefone chamado não existe", é virtualmente impossível, tanto imobiliza o usuário do seu impulso de reclamar, porque ele se vê numa situação maluca, ele liga de novo e a próxima ligação talvez se complete, então paralisa o usuário do desejo eventual de reclamar dessa prestação de serviço. Portanto, ele não documenta exatamente onde ele estava quando aconteceu isso e exatamente a hora em que aconteceu, dados que a Anatel alega serem necessários para poder trabalhar uma eventual reclamação.

Então, as operadoras são avaliadas conforme o seu índice de chamadas efetivamente completadas. Se elas são completadas com uma resposta amalucada, fica virtualmente impossível tanto a checagem quanto a ação do usuário. Diante disso, a resposta que me foi dada pela assessoria de imprensa da Anatel foi a seguinte:

"Quanto à existência de mensagens estranhas retornadas pela operadora em chamadas para telefones comuns que os usuários sabem que existem, a Agência já tomou conhecimento dessas ocorrências e abriu procedimento de fiscalização para averiguação."

Mas até hoje nada foi concluído, nada sobre isso foi anunciado.

Por fim, a incapacidade da Anatel. Como eu disse, a checagem que eu fiz, eu procurei trabalhar com dados documentáveis. Documentei efetivamente 115 telefonemas, é um ocupado imediato, que mostra de fato que o sistema está ocupado. Dos 115 telefonemas, 10 se completaram, o que é um índice de 9%, e 105 deram sinal de ocupado. Das 10 ligações que se completaram, 8 caíram depois de um minuto. Das duas vezes em que a ligação se completou efetivamente e eu fui atendido, a primeira ligação caiu após sete minutos. Não é que eu seja prolixo, mas é que se tratava de um caso que precisava de mais de sete minutos para ser explicado. Eu liguei outras 32 vezes, e só então eu consegui ser atendido, efetivamente o meu telefonema se completou. Um para 115 é uma revelação de 0,86%, menos de 1%. E daí foi que fiz o cálculo.

A Anatel anuncia em seu *site* que no ano passado atendeu 7,67 milhões de consumidores, fez 7,67 milhões de atendimentos – 7.670.000 atendimentos a consumidores. Se isso reflete uma taxa de 1%, de 0,86%, isso quer dizer que, provavelmente, 875 milhões de reclamações quereriam ter sido feitas para a Anatel, e são 2,4 milhões por dia sem conseguir.

Como eu disse, desde então, eu segui ligando e testando, porque, de fato, a Anatel disse que melhoraria, e, em uma coisa, melhorou mesmo: hoje, quando as ligações se completam, entra numa URA, não fica mais em silêncio durante o minuto que derruba a ligação. Entra numa URA que te descreve várias coisas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – O que é URA, Leão, por favor?

O SR. LEÃO SERVA – URA são aquelas mensagens de voz que dizem: "Se você ligou porque você quer fazer uma reclamação nova, disque 1; se você quer acompanhar uma reclamação velha, disque 2; antes e fazer uma nova reclamação, verifique se você já ligou para a Claro, se você já ligou para a sua operadora." Então, ele faz uma longa explanação que serve para você, esclarece-te. Em alguma medida, alguém que talvez desista nesse momento, fala: "Opa, eu ainda não liguei para a minha operadora." Ou outros ficam, e, quando você fica, efetivamente uma maior taxa de ligações está se completando. Como eu falei, houve uma melhora de 50% nesse efetivo atendimento.

Então, as conclusões a que eu cheguei, que eu apresento para vocês, submeto aos Srs. Senadores e à audiência, são sobre as incapacidades da Anatel. Ela não tem como medir o tráfego de dados entre celular e operadora e, portanto, ela não tem como auditar eventuais cobranças irregulares; ela só consegue administrar ali o conflito entre o usuário e sua operadora. A Agência alega que não é sua competência analisar a publicidade das operadoras. Quem já ligou para o Decon, ou para o Procon, para os diversos, sabe que também são congestionados, têm ali milhares de outras reclamações de outra ordem. Então, eu entendo que isso deveria ser competência da Anatel chamar para si essa responsabilidade. Ela alega que, há vários meses, está analisando essa dissimulação do congestionamento, e isso é uma coisa que a população inteira reconhece e, de fato, precisa de uma resposta urgente, mas ainda não houve essa resposta.

E, por fim, o absoluto congestionamento da central de atendimento que impede alguma coisa, como 99% das reclamações. Eu acho importante também dizer que o índice de reclamações – e por isso é estratégica essa questão – feitas pelos usuários à Anatel é utilizado pela Anatel como termômetro ou, pelo mercado, como o termômetro da eficiência das empresas. O próprio diretor da TIM anunciou, eu seu depoimento, agora há pouco, apresentou um gráfico que mostrava como sinal da eficiência da TIM, ou do segmento, eu não me lembro, o número de reclamações. Ora, se a Anatel é incapaz de atender à totalidade das pessoas que reclamam, o seu índice de atendimento não pode ser usado como termômetro de qualidade do setor, porque, digamos, está bloqueando, é como se puséssemos o termômetro na geladeira. Então, isso é importante.

Outra coisa, eu ouvi várias pessoas falaram aqui sobre o preço cobrado e sobre o fato de que a Organização Internacional das Telecomunicações utiliza o preço de tabela para dizer qual é o preço praticado no Brasil. Essa é uma questão... Evidentemente que a concorrência, as promoções reduzem o preço, mas, neste momento, os pacotes ilimitados de dados, por exemplo, que eram ilimitados por vontade das operadoras, estão sendo cobrados quando excedem o limite. Então, se eles estão sendo cobrados, o preço promocional nem sempre é eterno e, portanto, o preço promocional não pode ser levado em consideração para efeito de comparação permanente dos mercados. É preciso, de fato, usar o preço de tabela, no mínimo, para que se saiba até onde pode chegar. Quer dizer, muitas dessas promoções podem, amanhã, acabar, e aí, nesse caso, estaríamos não

com o preço promocional, que foi exposto aqui, mas com preços de tabela ou mais elevados que, bom, Deus sabe quem são. A OIT optou pelos preços de tabela anunciados no *site*.

É isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Eu agradeço ao jornalista Leão Serra pela sua contribuição, por ter se deslocado até aqui e ajudar-nos nesta audiência pública.

Passo a palavra, então, à nossa penúltima expositora, a Drª Euza Missano, Promotora do Ministério Público de Sergipe, Promotoria em Defesa dos Direitos do Consumidor.

Para quem não conhece a Drª Euza Missano, antes, ela fazia um belíssimo trabalho na Defensoria da Saúde em nosso Estado. Tenho a certeza de que muitas vidas em Sergipe, dado o caos que se tem instalado na saúde pública – eu, como médico, bem sei –, foram salvas pela atitude, pela coragem e pela determinação desta mulher que está ao nosso lado. Eu bem sei disso. Agora, ela ocupa uma nova missão, que é a defesa do consumidor. Portanto, tê-la aqui, Drª Euza, é um privilégio muito grande. Obrigado por estar aqui conosco, mesmo com o adiantado da hora. A senhora tem dez minutos e mais cinco, se necessário for.

A SRª EUZA MISSANO – Eu agradeço. Agradeço a todos. Uma boa tarde a todos.

Eu agradeço ao Senador Amorim. O senhor, realmente, faz jus ao seu Partido, o PSC: é um cristão verdadeiro, pois compartilhou o chocolate dele aqui.

Agradeço muito o convite que foi feito.

Até ouvir o Leão Serva agora, eu estava um pouco preocupada, porque eu estava vendo a discussão sendo levada para as questões no atacado, para a questão macro, esquecendo-se dos nossos consumidores que estão no varejo. Quando o Leão trouxe agora aqui todas essas explicações, eu disse: "não, é com isso que o Ministério Público se preocupa".

Senador, nós temos de entender que o marco regulatório da telecomunicação é de 1997. Então, o País precisa de novos investimentos em tecnologia na área de telecomunicações, evidentemente. Esses investimentos e esses avanços de que trataram aqui todos os presidentes das telefônicas devem existir, mas, aliado a isso, nós temos que ter uma garantia de que o nosso consumidor vai ser atendido, de que o nosso consumidor está protegido.

Então, precisamos de um novo marco? Sim, precisamos, mas precisamos também implementar esses mecanismos de proteção ao consumidor. Ora, se há condições, como foi apresentado ainda há pouco, de qualificar um serviço que é prestado dentro da relação consumerista, como índices de reclamações, e há um órgão regulador que não oferece, na verdade, o arcabouço para fazer o atendimento legítimo ao consumidor do serviço que ele recebe, então, verdadeiramente, esse não pode ser o indicador a ser apresentado à comunidade.

Eu vou analisar alguns itens que foram apresentados previamente, e dizer que, no meu Estado, o Ministério Público de Sergipe recebe reclamações, inclusive individuais de consumidores, para que, aí, sim, nós tenhamos, Leão, esse marco que acabou de informar que é o índice de reclamações.

Eu gostaria somente de fazer uma reflexão com os senhores. Se nós analisarmos, realmente, o universo que é atendido hoje pelo serviço de telefonia, Senador, e formos observar, como foi dito aqui, como uma medida justa o número de reclamações, se formos utilizar um patamar, vai, realmente, haver um número reduzido. Só que as reclamações são as mesmas e sempre constante. E não se encontra uma solução adequada para esse tipo de problema.

Para definir um adequado escoamento desse tráfego na rede das operadoras, é fundamental, sim, como disseram aqui alguns presidentes e, inclusive, o presidente do sindicato, que haja uma legislação específica – e para isso se caminha – que não somente regulamente e discipline as antenas, mas que estabeleça uma política urbana que proteja a saúde e que proteja o traçado urbanístico da cidade. Então, nós precisamos aliar essa proteção à implementação e ao compartilhamento também dessa infraestrutura em comunicação. Esse é o item em que eu acho que todos somos pacíficos. Precisamos, realmente, definir essa política urbana para o número cada vez crescente de investimentos nessa área.

Como disse o Deputado pelo meu Estado, Deputado Augusto Bezerra, que, brilhantemente, junto com o Deputado Venâncio, conduziu essa matéria na CPI, no meu Estado, houve uma Ação Civil Pública movida por uma das operadoras já em função de dados da CPI que foram apresentados. E já avançamos com a solicitação de novas áreas para implementação e fixação de novas antenas, pelo menos temporariamente, mas precisamos definir tempo.

Então, as operadoras devem ter registros e limites que vão apontar o monitoramento do congestionamento do tráfego nas suas redes, para que, antes de isso acontecer – essas mensagens de que o Leão falou – elas já imponham a necessidade de novos investimentos.

Por sua vez, o Poder Público, com base numa política muito bem definida, também deve estabelecer prazos de garantia para que esse serviço seja implementado com a instalação de novas redes.

Essa infraestrutura é necessária, todavia, nós precisamos adequá-la às regras protetivas de defesa do consumidor.

Para o Código de Defesa do Consumidor, a importância maior, a pedra de toque de toda a relação de consumo é a informação. Então, o consumidor informado a respeito de todas as condições do contrato que ele celebra é um consumidor protegido.

Então, eu gostaria de dizer aos senhores que o Ministério Público, com base na legislação federal, não somente faz o controle judicial com o ajuizamento de Ações Civis Públicas, mas também o controle abstrato, administrativo desses contratos que são celebrados com o consumidor.

Portanto, dizer que a Agência que vai regular não tem controle sobre a publicidade... Ora, a oferta é o primeiro contato que eu tenho com a minha operadora. Então, a oferta do serviço, Senador Aloysio, é o primeiro momento, é o que vai me chamar a atenção: a publicidade. E essa oferta, pelo Código de Defesa do Consumidor, vincula o contrato.

Preocupa-me muito também o fato de dizerem que não se consegue controlar essa publicidade quando há um código, uma lei federal que estabelece, inclusive, ser crime publicidade enganosa, ser crime publicidade abusiva.

Precisamos estar atentos. Os nossos consumidores verdadeiramente têm que insistir, em que pesem essas mensagens que ouvimos constantemente e que irritam sobremaneira os consumidores, nas denúncias que devem ser feitas aos órgãos alternativos de defesa do consumidor.

Eu inclusive parabenizo a posição que foi adotada pela Assembleia do meu Estado com a criação desse canal direto, para que os consumidores possam permanecer alertas, denunciando esses tratos que são feitos, esses estragos, melhor dizendo, que são empreendidos.

Então, precisamos, sim, disso e temos algumas propostas. Há necessidade de um novo marco regulatório, que é importantíssimo. Precisamos definir políticas de proteção verdadeira ao usuário desse serviço. O usuário deve estar protegido desde o início da oferta, como disse agora, até mesmo na publicidade maciça que é lançada. Quantas e quantas vezes nós recebemos mensagens com ofertas de serviços nos nossos telefones? Quantas e quantas vezes nós recebemos serviços e estamos pagando por eles?

Deputado Augusto, além da dificuldade de entender a conta, o senhor nem sabe por que está pagando. Muitas vezes, o senhor paga por um serviço, mas, quando liga para a operadora, a operação diz assim: "Ah, mas o senhor devia ter ligado para recusar e dizer que não quer o serviço". Na verdade, é o contrário. Nada pode ser levado, a não ser que seja gratuito, evidentemente, o que não é. Então, nós temos realmente essa situação. Precisamos estar alerta para esse fato, para esse controle necessário do serviço que é colocado.

Diferentemente de outros serviços públicos, nós não pagamos simplesmente pela disponibilidade do serviço, e, sim, pelo uso do serviço. É o comparativo em estratégia que foi feito ainda há pouco pelo nosso colega Leão Serva, que disse: "No supermercado, você paga pelo produto". Aqui eu não pago pela disponibilidade do produto; aqui eu pago pelo recebimento, pela execução adequada, segura, eficaz e contínua de um serviço público. Na verdade, não é somente a disponibilização desse serviço.

No nosso Estado, volto a dizer, o Ministério Público, e com o meu retorno, na verdade, eu sou Promotora de Defesa do Consumidor há mais de 15 anos no meu Estado; passei estes quatro anos emprestada para a saúde pública – foi um carbureto de vida, realmente –, e, retornando agora para o consumidor, existe essa ação movida em face de uma das operadoras, e nós já estamos prestes a chegar realmente a uma conclusão por conta desse pedido que foi feito de implementação de instalação de novas antenas, que tem que estar compatível com esse controle de demanda de tráfego nas redes. Então, acho que vamos chegar a uma solução adequada.

Mas nós já abrimos um procedimentos administrativo – inclusive, Senador Eduardo Amorim, provocado por essa audiência pública –, em face de todas as outras operadoras que têm serviço no meu Estado, para que a gente vá apurar justamente se esse monitoramento, que é necessário, ele está existindo, para que não haja um congestionamento mesmo, para que não venham essas mensagens que nós nos irritamos tanto em receber, quando sabemos que, na verdade, não há o completamento da chamada efetiva.

Temos outros procedimentos relativos a tarifação também do completamento da chamada. Acho que, além de um novo marco regulatório, nós temos que ter esses serviços, porque o País avançou muito na questão das telecomunicações. E nós, na verdade, ainda mantemos aqueles meios de controle ainda lá de 1997. Então, precisamos avançar com relação a esse monitoramento.

O Ministério Público de Sergipe tem apresentado sugestões, encaminhamentos constantes à Anatel, de todas as denúncias que nós recebemos do trato coletivo, evidentemente. E temos recebido respostas, muitas vezes, da instalação dos procedimentos que vêm sendo desenvolvidos, mas que não têm aquela imediaticida-

de que nós aguardamos, porque o consumidor quer a resposta rápida, e principalmente a imprensa, que tem – pelo menos no meu Estado nós observamos isso – cobrado insistentemente. Nós sabemos que a velocidade que vocês precisam da resposta, às vezes, não é a velocidade que nós temos condição de oferecer. Mas a imprensa cobra insistentemente resultados nesse sentido.

Então, como contribuição, deixo esta perspectiva de que precisamos entender que é uma relação de consumo, que temos uma lei federal que disciplina toda essa parte protetiva, desde a oferta até à execução do contrato e pós execução do contrato, quando nomes de consumidores são negativados no Serviço de Proteção ao Crédito, muitas vezes, indevidamente. Então, nós temos essa lei. Precisamos formar um marco regulatório diferenciado agora, nesse serviço. E principalmente, concordo aí, sim, com os presidentes das teles que estiveram aqui antes e que manifestaram o seu desejo de aprovação o mais rápido possível dessa regulamentação pertinente às antenas, porque realmente eles têm essa dificuldade. No meu Estado, sentimos isso agora recentemente.

E quero dizer que, no Ministério Público de Sergipe, nós estamos sempre atentos a esses reclamos. Estamos à disposição do Senado, principalmente da Comissão de Defesa do Consumidor, no que pertine a assuntos relacionados à telefonia móvel.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Muito obrigado, Drª Euza Missano, pela sua exposição, pelos seus esclarecimentos.

Por último, agora, com a palavra o Dr. João Rezende, Presidente da Anatel, último expositor.

Agradecemos aqui a presença de todos por esse momento tão importante para discutirmos um tema tão importante para todos os brasileiros.

Com a palavra Dr. João Rezende.

O SR. JOÃO REZENDE – Primeiramente, boa tarde a todos.

Eu queria agradecer o convite feito pelas Comissões de Meio Ambiente, Infraestrutura e de Ciência e Tecnologia.

Nós na Anatel sempre estivemos presentes no Parlamento, no Congresso brasileiro. Nos últimos dois anos, nós estivemos, mais ou menos, umas 60 vezes entre a Câmara e o Senado, eu pessoalmente umas 20 vezes, sempre à disposição para debater e para colocar as questões referentes ao serviço de telefonia no Brasil. E principalmente para fazer algumas colocações, porque muitos temas que aqui estão surgindo são temas extremamente novos, inclusive em nível mundial.

Nós vimos inclusive o debate do Marco Civil da Internet, que discute exatamente isto, como é que feita a regulação da internet, como se trabalha nesse debate da discussão, porque a Anatel, hoje, pela LGT (Lei Geral de Telecomunicações), não tem competência para regular serviço de internet. Quer dizer, a SVA, que é um Serviço de Valor Adicionado, nós estamos ainda na questão tradicional do trabalho de fiscalização do serviço Telecom.

É importante dizer também que o único serviço hoje que é um serviço público controlado por tarifa é a telefonia fixa. Nem o serviço móvel é serviço tarifado, com tarifa, nem muito menos a internet, que são serviços privados, eu até acho que é um modelo que eu defenderia, que eu acho que é realmente o modelo privado de autorização, portanto só fazer essa colocação.

Principalmente fazer uma outra colocação: há dez anos, nós tínhamos entre TV por assinatura, telefonia fixa, serviço móvel e internet não mais que 35 milhões de dispositivos conectados, hoje nós temos 360 milhões de dispositivos conectados. Então todo esse debate sobre a telefonia eu considero importante, principalmente uma atenção positiva que é vista através do próprio crescimento do serviço que vem exponencialmente no Brasil, desde 1998, nós estamos nos aproximando hoje a 272 milhões de *chips* vendidos no mercado, quando se trata da telefonia móvel.

O número, hoje, mais importante do setor é que a terceira geração vem substituindo a segunda geração, os celulares 2G. Quanto aos celulares 2G, a gente sabe que a experiência com internet é uma experiência limitada, muito limitada, então a população hoje está procurando a banda larga móvel, embora, no Brasil, a banda larga fixa também seja importante, mas estamos acompanhando um crescimento exponencial da terceira geração.

Aqui é o número de acessos já em 4G, nós estamos chegando a 1,3 milhão de assinantes de 3G. E, nos últimos cinco anos, a banda larga móvel cresceu perto dos 1.200%. Quer dizer, isso mostra que o mercado está extremamente evolutivo, um crescimento exponencial desses valores e, é evidente que esse crescimento, se não for acompanhado por um investimento das operadoras, tende a ter um estrangulamento do serviço prestado, tanto que, em 2012, nós tomamos a decisão de parar o processo de venda através de cautelar, no sentido de que as empresas apresentassem um plano de investimentos, que ainda está em andamento, nós o estamos monitorando, para acompanhar exatamente esse crescimento *versus* investimentos realizados. É muito importante que esse crescimento de 1.200% seja acompanhado por um plano de investimento.

Do ponto de vista de medidas pró-competição, nós vimos atuando numa redução das tarifas de interconexão. É bom que se diga que, num processo de privatização, as tarifas, tanto de assinatura básica, que eram corrigidas pelo IGP, que era o IGP da Fundação Getúlio Vargas, como as tarifas interconexões, nós entendemos que era um valor muito elevado para atrair, inclusive, processo de compra do antigo Sistema Telebras, nós estamos buscando, então, uma reversão dessas tarifas de interconexão, que são ligações diferentes de empresa para empresa, como disse o Deputado Augusto Bezerra. Ela chegou a R$0,52, nós vamos a R$0,16, em 2015, e a tendência, até 2018, é reduzir abaixo de R$0,10. Nós vamos chegar a padrões mundiais. Porque um dos problemas da qualidade no Brasil refere-se também aos clubes de assinantes que são explorados pelas operadoras. As operadoras oferecem muita vantagem para ligações dentro da própria rede, o que atrapalha demais. Ao invés de você usar quatro, três redes disponíveis, você usa só a rede da sua operadora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOÃO REZENDE – Não. Congestiona, há um congestionamento.

Então, nós estamos buscando essa redução da tarifa de interconexão no sentido de buscar uma forma de melhorar, com padrões internacionais – tanto faz você ligar na sua operadora, como fora da sua operadora – preços equivalentes. É evidente que, nos países internacionais, geralmente é 50% a 50%.

Quando nós fizemos essas medidas de redução das tarifas de interconexão, a cada um minuto que se falava dentro da rede, cada 60 segundos, 48 segundos, 80% – estou me confundindo – 80% de um minuto é falado dentro da própria rede. A nossa intenção é que esse percentual caia para 50% no sentido de obedecer o padrão mundial. Então, estamos buscando a redução das tarifas de interconexão. Essa já é uma decisão, inclusive já impactando nos indicadores de R$0,43, em 2011, para R$0,17, em 2015, as tarifas que estamos projetando no sentido também de não tirar investimento, de uma hora para outra, das empresas. Não vamos cortar de uma vez as tarifas de interconexão para que haja a manutenção dos investimentos.

Isso também já foi falado. A evolução dos minutos falados *versus* preços. Nós estamos perto de 90 bilhões de minutos falados e os preços vêm sofrendo, vêm tendo uma redução.

Agora, há outra coisa que eu também acho importante – e é importante que o Deputado que é Presidente das Assembleias Legislativas e o próprio Senado discuta isso –, porque se olharmos ali a carga tributária, principalmente do ICMS em um Estado como Rondônia, por exemplo, a fatura chega a representar, de ICMS, 63% da fatura do usuário é imposto. Nós temos outros Estados que é 40%. Então, temos uma variação e, um dos motivos da não expansão mais rápida do serviços de telefonia do ponto de vista para o usuário, é o custo da carga tributária sobre telefonia.

Nós sabemos que uma reforma tributária depende muito de uma discussão federativa. Evidentemente que a última reforma tributária feita no Brasil foi em 1988. De lá para cá não se conseguiu alterar o sistema tributário. Então, é evidente que se você comparar a carga tributária brasileira de 60%, na média de 50%, com o 4% que é cobrado nos Estados Unidos sobre telefonia, a gente vai ver as dificuldades que o usuário está tendo inclusive para suportar o tamanho da carga tributária sobre as contas de telefonia.

Ao olharmos a evolução, como o Deputado Estadual colocou, sobre a assinatura básica, que nasceu lá no contrato de concessão, em 1997, de 2006 para cá, a Anatel instituiu uma série de requisitos. Enquanto o IPCA, por exemplo, foi de 51%, a tarifa básica só foi reajustada em 9%. Hoje a assinatura básica em relação a 2005 é mais ou menos 50% do valor real dela de 2005. Houve uma redução real no preço da assinatura básica, baseada num processo de 2006 para cá, que a própria Anatel criou um instrumento de cobrar a produtividade das empresas. Então, este ano mesmo, o reajuste da assinatura básica foi 0,65%. A inflação – todo mundo sabe – foi na casa dos 6%,7%.

Os indicadores mostram, inclusive na última coleta de preço do IBGE, em 17/04/2004, uma deflação nos serviços de telecomunicações, impulsionada pela redução da tarifa de interconexão e das ligações fixo/móvel. Todo mundo sabe hoje que as pessoas procuram não fazer ligação do fixo para o celular. Então, estamos também reduzindo a cobrança das ligações, tanto do fixo para o móvel, como entre operadoras de móvel/móvel. O próprio IBGE aponta essa deflação de 0,003%.

Na *Folha de S. Paulo,* de 10/04/2014, vimos que, nas altas de preço dos últimos 12 meses, o serviço de comunicação teve uma variação de 0,25%, enquanto a média do setor passou dos 6,15%. Então, o serviço de comunicação vem tendo uma redução, principalmente pela redução das tarifas do fixo para o móvel e também do móvel para o móvel. E a tendência é continuar assim, porque nós vamos continuar buscando, nas tarifas de interconexão, preços internacionais. Vamos continuar procurando, para que as tarifas cobradas de fixo para móvel e de móvel para móvel cheguem a um padrão internacional, que é abaixo de um dígito, ou seja, abaixo de US$0,10.

Rapidamente, sobre a questão da cautelar. Estamos fazendo um acompanhamento de Município por Município, antena por antena, no Brasil inteiro em relação ao serviço móvel pessoal.

O que percebemos nesse momento é que, no serviço de voz, houve uma estabilidade, mas estamos ainda com bastante dificuldade na transmissão de dados. E para as empresas, não bastam só antenas, temos que investir em infraestrutura de longa distância, os *backbones*, as grandes infraestruturas de redes. Porque, na realidade, como dizia um amigo meu – e isso é real –, na verdade, o serviço de voz vai acabar. As pessoas estão comprando dados no celular. Ninguém está comprando mais serviço de voz. Inclusive, em muitos países, o serviço de voz é um agregado do serviço de dados. Então, estamos partindo para o serviço de dados.

Estamos acompanhando todo o processo de investimento das empresas. Umas estão com investimentos maiores, outras têm um período ainda para completar. Nós fizemos esse processo até 2012, e nós pretendemos, inclusive, em julho, fazer um balanço. E já nos colocamos à disposição aqui do Senado para trazer um balanço dos dois anos de cautelar e, inclusive, quais são os instrumentos que nós estamos disponibilizando nesse processo.

O número de antenas cresceu 438 ERBs, mensalmente, nos últimos 2 anos, após cautelar, mas achamos que ainda é preciso melhorar mais. Aí, há a questão da Lei das Antenas, há uma série de outras questões, mas achamos que é preciso incrementar mais o número de antenas, porque, evidentemente, países menores que o nosso têm um índice de antenas por usuários bem maior que o nosso. Mas é evidente que não basta só o número de antenas. Nós precisamos de infraestrutura de longa distância.

Hoje, o que trafega não é mais o telefone fixo, que é a velocidade de 64k em voz. Hoje, o que trafega na rede são dados e velocidade. As pessoas querem velocidade de dados. É evidente que nós temos... E percebemos que foi colocada a questão do preço, a questão da qualidade e o desejo do cidadão de também ter o seu serviço.

Então, hoje, as maiores reclamações que recebo de Senadores, Deputados, prefeitos, na Anatel, são porque no distrito deles não há serviço de celular. Enquanto há um grupo reclamando que tem problema de qualidade – e é real que existe problema de qualidade, nós percebemos, problema de cobertura –, mas há uma grande parte da população que quer, desesperadamente, o serviço, ela quer ter acesso ao serviço. Então, nós temos que atuar nas duas pontas, tanto que estamos fazendo leilões no sentido de ampliar o espectro para que haja a melhor cobertura de serviços possível.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO REZENDE – Posso estender um pouquinho?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Claro.

O SR. JOÃO REZENDE – No regulamento que nós já lançamos atrás, sobre aquela preocupação de chamadas que caem no processo de ligação, nós fizemos uma mudança no nosso regulamento de que, caso haja chamadas sucessivas, consideradas essas efetuadas entre um mesmo código de acesso e origem, e o tempo compreendido entre o final de uma chamada e o início da seguinte for inferior a 120 segundos, deve ser considerado como sendo uma única chamada, nessa discussão da queda de chamada, para que não haja prejuízo ao usuário, quando ele está ligando para aquele mesmo número, e cai uma ou duas vezes, para que seja cobrado mais de uma vez. Então, já entrou. E, em primeiro de março de 2013, nós temos um processo de fiscalização sobre essas questões. Mas eu diria ao senhor, Senador, que diminuíram, no nosso *call center*, pelo menos – depois vou falar um pouquinho do *call center* –, as reclamações sobre queda de chamada. Houve uma diminuição em relação a isso. Então, nós estamos trabalhando.

Vou falar agora um pouco na questão do *call center*. O nosso *call center* é fundamental para a Agência, porque ele é o nosso diagnóstico. E o que ocorreu com o nosso *call center*, todo mundo sabe, quem é gestor sabe qual é a dificuldade hoje de contratar empresas terceirizadas. Nós tínhamos um contrato feito, licitado em 2009, com uma empresa que vinha apresentando dificuldades de cumprir o seu contrato, inclusive com atraso de pagamentos aos atendentes do *call center*. Nós rompemos o contrato com essa empresa e chamamos a segunda colocada, só que, nesse período, evidentemente, de 30 a 60 dias, a Anatel, de fato, teve uma grande dificuldade em atender os seus usuários. A questão está se normalizando, ainda não se normalizou completamente, mas estamos trabalhando nisso.

Evidentemente, quando se rompe um contrato de licitação pública é preciso fazer todo um processo de notificação da empresa, é preciso consultar sua procuradoria jurídica. Não se tira uma empresa terceirizada de uma hora para outra.

Aliás, diria mais: que o problema de terceirização nos *call centers* não é só um problema de telefonia, é cartão de crédito na área de bancos, dos *call centers* de jornais, de revistas, de planos de saúde, das empresas aéreas. Temos um problema vinculado à falta de capacidade de treinamento dessa mão de obra. Acho que essa é uma discussão, ou seja, que o serviço terceirizado dos Estados e Municípios e também do Governo Federal têm essas dificuldades de a empresa passar a ter dificuldades de cumprir esse contrato.

No caso do nosso *call center*, consideramos fundamental que ele volte a ter a capacidade que teve no ano passado. Nós atendemos, no ano passado, 7 milhões de pessoas, sendo, mais ou menos, 3,5 milhões de reclamações e outros 4 milhões sugestões, reclamações, enfim, outras questões vinculadas a isso.

É importante dizer que nós, a Anatel, é uma das poucas Agências, inclusive do mundo, que tem *call center.* Então, a Anatel tem um *call center* hoje com 300, 400 funcionários; tem várias posições de atendimento. Então a Anatel acha que o nosso *call center* é a nossa mola mestra de conseguirmos extrair dados e informações do *call center* para votar nossas políticas de regulamentação. E o nosso *call center* está atravessando um período em que estamos buscando a sua normalização, e acredito que, rapidamente, teremos essa normalização.

Só para não deixar de colocar, nós também aprovamos agora no Regulamento Geral de Direitos do Consumidor dos Serviços de Telecomunicações uma série de medidas. Vou falar rapidamente de algumas, porque sei que o tempo está se esgotando. Primeiro, cancelamento automático. Estamos discutindo a possibilidade do cancelamento automático. Você vai digitar e cancelar o serviço, e a empresa tem dois dias para tentar resgatar esse consumidor. Quando você estiver ligando para o *call center* da operadora e cair a ligação, estamos obrigando que a empresa retorne a ligação para esse usuário que caiu a ligação. Estamos tomando uma série de medidas. Colocamos esse regulamento em consulta pública. Portanto, a partir de julho já entram algumas medidas em funcionamento.

Temos uma série de questões, como, por exemplo, a não discriminação de promoção. Se, numa mesma área, a empresa está oferecendo promoção ela tem que estender para toda a base assinante. É um série de outras questões: a questão da fidelização, a questão da transparência com o consumidor, a questão da transparência na conta. A Anatel vem trabalhando.

Quero dizer para vocês o seguinte: que o nosso *call center*, na verdade, é, para nós, o serviço mais fundamental que temos lá, do ponto de vista de seguir atualizando a regulamentação à medida que percebemos as dificuldades dos consumidores em relação ao serviço de Telecom.

Acho que é isso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Um pergunta apenas que foi formulada sobre a questão da publicidade. O senhor entende que a oferta integra o contrato, que, portanto, a supervisão da execução desse contrato é de competência da Anatel?

O SR. JOÃO REZENDE – Olha, a publicidade, entendo que integra o contrato na relação da empresa com o usuário.

A Anatel – e aí o jornalista está colocando uma coisa específica – eu entendi ser isso – da internet. Eu disse, logo que iniciei minha fala, o seguinte: a Anatel, até por conta do nascimento dela, não regulamos serviço de internet.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Em geral.

O SR. JOÃO REZENDE – Em geral, eu acho que faz parte do contrato e nós podemos olhar isso com atenção. Acho que essa é a questão. Agora, que nós, hoje, não fiscalizamos o serviço de internet, não fiscalizamos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Pode perguntar.

O SR. LEÃO SERVA – Trata-se de um serviço de dados dentro do contrato de telefonia celular. E é desse contrato que é parte do pacote que a pessoa comprou, inclusive eles chamam de pacote. Nesse caso, não é a questão específica do celular, mas é a relação da publicidade do que foi vendido para o pacote de celular.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Portanto, é estranho não fiscalizar. Entendo assim, é estranho não fiscalizar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) –

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Senador Flexa, quero registrar aqui a presença do Presidente da Subcomissão de Telefonia celular, lá na Câmara dos Deputados, Deputado Edinho Bez, do PMDB de Santa Catarina. Seja bem-vindo!

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Como eu estava na CAE, porque tinha que verificar alguns projetos lá, eu não tive a oportunidade de assistir ao debate.

Mas, quanto a esse questionado posto, eu acho que a Anatel em de fiscalizar também a parte da internet. Se não está no contexto da Anatel, nós vamos ter que modificar a legislação de tal forma que ela possa vir a fiscalizar. Por quê? Porque, como foi dito aqui, é vendido ao usuário um pacote. Hoje, você tem telefonia fixa, telefonia móvel, dados, tudo num pacote só. É só a internet que a Anatel não fiscaliza?

Então, Presidente, Senador Eduardo Amorim, nós vamos ter que ter uma ação legislativa no sentido de dar à Anatel também as condições de ela fiscalizar a internet. Até porque são vendidos 10 megas e entregue um mega. Alguém tem que defender o consumidor nesse caso.

O SR. JOÃO REZENDE – Só para esclarecer o seguinte. Nós, inclusive, estamos fazendo agora pesquisas através das PUBs, que são instaladas para medir a internet. É evidente que nós temos critérios de acesso à internet.

Eu estava entendendo que estavam falando da publicidade da internet. Agora, nós, inclusive, temos velocidade instantânea, velocidade máxima, e nós temos uma média para atingir de 80% da velocidade contratada.

Então, essa fiscalização nós fazemos em relação à velocidade e ao valor contratado. Eu estava entendendo publicidade na internet. Era isso que eu estava entendendo.

A SRª EUZA MISSANO – São publicidades que são feitas pelas operadoras da comercialização desses pacotes. É isso o que nós estamos questionando, e os órgãos de defesa do consumidor também, Presidente.

O SR. JOÃO REZENDE – Eu entendi. Então, nós fazemos hoje pesquisa, no Brasil inteiro, através de PUBs, que são equipamentos instalados, em que existe um regulamento da Anatel de entrega de uma certa quantidade – velocidade média, instantânea e *download*. A Anatel trabalha com a fiscalização dessas questões.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Então, a Anatel já fiscaliza?

O SR. JOÃO REZENDE – Já fiscaliza.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Alguma operadora está cumprindo com o que ela vende ou não?

O SR. JOÃO REZENDE – Aí nós vamos entrar, Senador, naquela discussão de tráfego de internet. O que o regulamento estabelece é uma velocidade instantânea de 30% para o ano que vem. E uma velocidade média de 80%. Ao longo da conexão, o usuário tem que ter 80% da velocidade contratada. Esse é o regulamento da Agência.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Sim, mas, na fiscalização feita pela Anatel, qual é o comportamento das empresas?

O SR. JOÃO REZENDE – Algumas empresas têm cumprido e outras não. Então, nós, toda vez que termina o processo, pesquisamos. Se não cumpriu, nós abrimos um procedimento de multa, e aí vai o processo de multa às operadoras que não estejam cumprindo dentro da regulamentação da Anatel.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Bom, lá na Amazônia, nenhuma delas cumpre.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – A Amazônia é completamente esquecida.

O SR. JOÃO REZENDE – Então, todas serão penalizadas, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Completamente esquecidas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – A questão não é penalizar. É fazer com que elas ofereçam o serviço para o usuário. Isso é que é importante.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Deputado Edinho, da Subcomissão.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB - SC) – Pois não.

Primeiro eu quero iniciar...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Já estamos encerrando, mas...

O SR. EDINHO BEZ (PMDB - SC) – Será bem rápido.

Senador Eduardo Amorim, em nome de toda a Comissão, cumprimento os nossos convidados e o Presidente da Anatel, com quem já estamos acostumados a trocar ideias, conversar, debater.

Eu era o Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara até março deste ano e, realmente, há uma reação generalizada de que os serviços prestados pelas operadoras de telefonia fixa e celular não vêm correspondendo.

Mas também quero aqui reconhecer que – nós estamos tratando disso há mais de um ano – houve um avanço. A Anatel tomou algumas providências depois de inúmeros debates que nós tivemos na Câmara e aqui no Senado também, mas está longe disso; está longe. E, obviamente, há uma reação. Muitas vezes as pessoas ligam para dizerem o seguinte: "Na minha cidade não está funcionando." Sim, mas não está funcionando na Amazônia, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul. É geral isso. Mas eu quero aqui reconhecer o esforço da Anatel nos últimos tempos.

Eu estou dizendo porque eu venho acompanhando de perto, trocando ideias.

Eu sugeri à Anatel – e não fui atendido, mas recebi o relatório das providências tomadas, com mais de 40 páginas –, Presidente, a suspensão de novos telefones celulares fixos, os *ships*, até que se encontre uma saída. Nós vendemos – são as informações que eu tenho – mais de 270 milhões de telefones celulares por 200 milhões de habitantes.

A Itália é um país que tem uma extensão territorial um pouco maior que Santa Catarina, que é um dos menores Estados, em território, do no Brasil. E, lá, temos mais de 60 mil antenas instaladas. Então, nós não podemos ter qualidade se não investirmos em instalação de antenas.

Existe uma controvérsia, uma burocracia nas prefeituras – e é verdade que as operadoras têm tentado, e não conseguem, nós checamos isso –, que levam um ano e dois meses, como é o caso de Manaus e Porto Alegre, são dois exemplos de que nós estamos tratando muito, e que, por isso nós estamos defendendo, o Senado e a Câmara, junto à Lei das Antenas – e foi uma das sugestões minha também – dar um prazo para as prefeituras para, quando uma empresa, uma operadora solicitar autorização para instalar antena, para melhorar a qualidade de telefone celular, a prefeitura terá um prazo de até 60 dias para se manifestar. Caso contrário, será instalado. É a única forma de nós darmos uma agilizada nisso.

Quanto aos demais investimentos, na telefonia fixa, nós ficamos satisfeitos. Nós tivemos as empresas, em Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro, e vimos isso. No telefone celular, eu não consegui ainda ver uma saída a curto prazo. Para a Copa do Mundo, eu considero resolvido o problema, pois será instalada uma infraestrutura especial nos Estádios.

Eu não quero aqui ocupar o tempo, pois estamos encerrando, mas apenas quero dizer o seguinte: quem fiscaliza a internet no Brasil, então, senão a Anatel? É uma pergunta.

Segunda: qual o número de antenas instaladas que nós temos hoje, no Brasil, se, há um ano e pouco, nós estávamos com 53?

Essas são as perguntas.

Parabenizo o Senado e me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Antes de o Presidente João Rezende responder, Senador Jorge Viana, eu sei que o senhor se esforçou para retornar à audiência pública, V. Exª tem algum questionamento? Já vamos encerrar. Mas quero agradecer ao Sr. Leão Serva, porque eu sei que ele tem voo agora marcado. Fique à vontade.

Agradeço a participação de todos que estão na Mesa: ao Dr. Euza Missano, ao Deputado Augusto Bezerra, e, antecipadamente, ao Dr. João Rezende.

Com a palavra, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Hoje, eu fiquei numa situação mais complicada ainda. Eu sou só o 1ª Vice-Presidente da Casa, mas o Presidente Renan não pôde vir e houve sessão de homenagem especial, que eu tive de presidir; eu tinha de atender na Presidência e tinha de estar aqui, inclusive, porque sou proponente de um relatório que foi acolhido pelo nosso Presidente.

Mas eu queria, antes de mais nada, pedir desculpas aos nossos convidados e reafirmar a importância de esta audiência estar ocorrendo aqui no Senado.

Parabenizo o Presidente, Senador Eduardo Amorim; aos convidados todos, na pessoa do Presidente da Anatel, mas, sem diminuir a importância do trabalho que vai de um jornalista a todos envolvidos neste tema. Porque, se tem algo que atende ao interesse dos consumidores do Brasil, do cidadão brasileiro, hoje, são serviços como este, que nós temos de oferecer com qualidade e com um custo que seja razoável.

Ninguém está questionando isso, mas o País não consegue – parece-me – resolver bem esta equação de universalizar um serviço e ter qualidade nesse serviço.

Eu acabei de falar e repito aqui: eu não acesso 4G – nós, Senadores, porque o contrato que nós fizemos com a Oi, no Senado, draconiano, não permite que passe da tecnologia 3G. Então, ainda somos meio que analógicos, comparados com quem já está transitando.

O Senador Flexa, que é o meu colega de Mesa, sabe que nós estamos tentando desfazer esse contrato, porque esses resultados da 8.666 são um equívoco total: é comprar o mais barato. Comprar o mais barato, você compra coisa muito ruim nesta lógica, em vez de ser o melhor custo-benefício, que é o melhor serviço com o menor preço. Nós temos que desfazer um contrato para que o Senado possa ter, inclusive, tecnologia 4G.

Eu só agradeço, de fato, a presença de todos. E falando, com todo o respeito, ao presidente da Anatel, sei da importância da sua vinda aqui, mas eu acho que é dessa maneira que nós podemos conduzir um tema tão cobrado pelo cidadão brasileiro, de forma adequada: os trazendo para cá. Nós ouvimos os presidentes das operadoras. Eles apresentaram as razões. Nós, Senadores, cobramos uma opinião, porque, no fundo, temos uma situação no País que é esta: nós estamos todos questionando a qualidade do serviço e o custo desse serviço, que tem uma qualidade questionável.

A gente também quer ter uma perspectiva, saber que nós vamos sair, quando, como. Ouvimos aqui relatos importantes sobre como é que vão funcionar esses sistemas nos estádios, nas cidades-sede, mas nós também queremos saber quando nós vamos ter essa tecnologia, esses serviços, nas cidades que não forem sedes, nos hospitais, nas escolas, nas universidades. Então, é um debate interessante porque ele não vem aqui num enfrentamento, ele vem aqui para ser discutida uma política para o nosso País para esse setor. Que também não vá direto da reclamação do cidadão para a Justiça. Temos de fazer um espaço de encontro das ideias, de propostas. O Senado está se oferecendo para isso.

No mais, eu espero – e vou ficar aqui para ouvir os comentários – que possamos ter uma referência, talvez do Presidente da Anatel, sobre qual é a maior dificuldade que a gente tem hoje? É de fato consolidar a infraestrutura para oferecer o melhor serviço? É a nossa política de tarifas que está equivocada ou são os impostos? Fiz essas perguntas anteriormente, na outra Mesa. Se são os impostos, também, pediria para ver quem é que está levando a maior fatia, porque nós temos serviços, então, o ISS é da prefeitura. Nós temos impostos que são dos Estados e temos os da União. É preciso que haja transparência nisso e um horizonte temporal de quando é que o cidadão brasileiro vai ter um serviço com alguma qualidade, com um preço competitivo e que possa nos fazer ter algo parecido com o que a gente já vê fora. Dos 270 milhões de brasileiros que acessam a internet ou a telefonia, a grande maioria nunca foi à Europa ou aos Estados Unidos. Eles não sabem como é que funciona lá. Alguns privilegiados sabem, mas o cidadão brasileiro tem o direito de ter esse acesso, de saber quando é que vai chegar para ele algo que realmente o coloque em igualdade com outros cidadãos do mundo.

São questões que a gente menciona porque, às vezes, dependem também de uma ação nossa aqui, de uma ação nossa no Senado Federal, no Parlamento, para ajudar naquilo que nos cabe.

Essas seriam as minhas observações. Mais uma vez, peço desculpas ao Presidente e aos convidados e os parabenizo, porque o Senado hoje, aqui nesta Comissão, está fazendo um dos debates mais interessantes para o cidadão brasileiro que está lá fora.

Então, agradeço mais uma vez a todos e parabenizo todos os colegas desta Comissão e das outras duas – de Infraestrutura e Ciência e Tecnologia – pela iniciativa. Como um dos proponentes, estou muito agradecido, Presidente, pelo trabalho que V. Exª conduziu hoje pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Lembro que a audiência pública continua, continua na próxima semana. Portanto, já me antecipo e convido a todos para estarem aqui na próxima semana, dessa vez ouvindo o Ministro das Comunicações, Sr. Paulo Bernardo.

Passo a palavra ao Dr. João Rezende, Presidente da Anatel, para responder aos últimos questionamentos.

Logo em seguida, vamos encerrar a audiência pública.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Pois não, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – É só um questionamento rápido para o Dr. João Rezende responder. Quando é que o Brasil, em todo o seu território, vai ter um serviço de comunicação padrão FIFA? Agora o mote é esse: padrão FIFA. Então, quanto tempo falta para a gente ter isso?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Da Amazônia a Sergipe, do Rio Grande do Sul...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Isso, nos quatro pontos cardeias.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Em Sergipe, eu vi aqui, que possivelmente no próximo ano.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – V. Exª é um privilegiado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Tomara! Não aconteceu ainda não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Vai ganhar o Governo e ainda vai ter...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Obrigado pela torcida.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – ... internet de Primeiro Mundo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não quero interromper, mas já interrompendo, eu estou vendo ali o ICMS , e fico contente até porque o Estado do Acre é um dos que têm um dos melhores, mas mesmo assim é alto, mas se for possível ter de ISS também, que incide, e os encargos da União...

O SR. JOÃO REZENDE – ISS não incide sobre a telefonia.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mas nenhum tipo de serviço as operadoras pagam para as prefeituras?

O SR. JOÃO REZENDE – ISS só de outros serviços. Aí o usuário não paga, nesse caso.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pois é, mas tem alguns serviços que eu sei...Hoje vi aqui...

O SR. JOÃO REZENDE – Ali é PIS/Cofins, inclusive da União e do Estado. Inclui o ICMS, PIS/Cofins.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Então tá.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Não inclui o FUST.

O SR. JOÃO REZENDE – Nem o Funttel.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Isso é importante.

Acho, aí entrando um pouco no que o Senador Flexa disse, que a equação, no Brasil, é difícil de resolver, porque somos um continente, quando a gente tenta pôr o mesmo serviço em todos os lugares. Acho que é

mais certo dizer: "Olha, em algumas regiões nós vamos ter uma qualidade durante tanto tempo, em outras nós vamos alcançar." O problema é que está faltando essa comunicação com o País para que a gente se previna.

É claro que é inaceitável que, em Brasília, ainda estejamos na era analógica ao invés de estarmos na era digital.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Se aqui está assim, Senador Jorge Viana, imagine em outros Estados.

Dr. João com a palavra, para encerrarmos a audiência, com os últimos questionamentos.

O SR. JOÃO REZENDE – Em relação ao que o Deputado me perguntou, Edinho Bez, quero deixar bem claro que Anatel fiscaliza velocidade da internet. Nós fiscalizamos em relação ao que está sendo entregue e ao pacote oferecido. Mas nem um outro tipo de aspecto nós fiscalizamos internet, até porque direito autoral não é conosco, problema de provedores não é com Anatel. Quero deixar bem clara essa postura, porque isso inclusive foi discutido no Marco Civil da Internet.

Em relação à pergunta do Senador Jorge Viana, ele citou três coisas que estão faltando para um serviço de qualidade no País: está faltando infraestrutura, está faltando investimento e está faltando um pouco de desoneração para o serviço de telefonia no Brasil, não tenho dúvida nenhuma.

Eu comungo, aliás sempre estou com o Senador Flexa, cobrando coerentemente os interesses do Estado dele, da Região Norte e, de fato, precisamos criar mecanismos de utilização dos fundos setoriais para investimento em áreas que sejam mais deprimidas economicamente. Não vejo outra saída neste momento que não fosse a utilização de recursos do Fust, do Fistel, desses fundos que estão hoje recolhendo do próprio usuário essas tarifas, para que a gente consiga avançar numa infraestrutura de qualidade. Não tenho dúvida nenhuma de que o Brasil precisa repensar esses fundos e precisa de recursos desses fundos para investir na melhoria da infraestrutura no Brasil inteiro e não só em áreas economicamente mais rentáveis, mas também nas áreas que não são rentáveis.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Dr. João, eu acho, como Parlamentar e como cidadão, que tudo que tem a ver com comunicação, como a internet, a forma como isso é propagado, é vendido, é responsabilidade, sim, da Anatel de fiscalizar, porque senão o consumidor estará extremamente desprotegido, esquecido e jogado. A Anatel é fundamental. Não pode um país como o nosso se pagar e não pagar barato, paga muito caro, como está explicando ali, um serviço ainda muito ruim. Senador Flexa, se em um Estado pequeno como o meu é muito ruim, a ponto de ser necessário instalar uma CPI, como foi dito aqui, imagine no Estado como o de V. Exª, que é maior que muitos países mundo afora.

Então, é preciso avançar, avançar muito, respeitando, sobretudo, o cidadão brasileiro, o consumidor brasileiro. Precisamos melhorar e ver de onde vem os investimentos, se é preciso desonerar, se é preciso evoluir nessa questão da Lei das Antenas. Vamos fazer a nossa parte, devemos fazer a nossa parte, mas o que não pode, de forma nenhuma, é o consumidor ser penalizado e não ter a quem recorrer. Vamos ao Ministério Público, ao Procon, enfim, batendo recordes e recordes de reclamação. É melhor deixar reclamar, ficar sozinho, solitário do que procurar uma solução. Como a Drª Euza Missano disse aqui, as questões são recorrentes, são as mesmas, são as mesmas, uma sensação de que ele fica totalmente desprotegido.

Ao encerrar esta audiência pública, que se iniciou antes das 9 horas, agora já são quase 13h30, agradeço a presença de todos. Lembrando que a audiência terá continuidade, não é Senador Jorge Viana, na próxima semana, com a vinda do Ministro Paulo Bernardo, oportunidade que, com certeza, tiraremos muitas dúvidas.

Antes, porém, submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 55ª, 15ª e 16ª Reuniões da CMA e últimas reuniões da CCT e da CI.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram.(*Pausa)*

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Portanto, agradeço a todos, agradeço ao Dr. Leão Serva, agradeça à Drª Euza Missano, ao Sr. João Rezende, ao amigo Deputado Augusto Bezerra, todos que estiveram presentes aqui, aos presidentes e diretores de teles, àqueles que se deslocaram de seus Estados para participarem desta audiência pública. Cito o empresário e amigo da Infográfica, Júnior.

Cito também o Presidente da ITNET, Jamyson, e todos os que vieram aqui. Cito também o Deputado Estadual Augusto Bezerra, que presidiu a CPI no meu Estado. A todos, muito obrigado.

Na próxima semana, haverá mais discussão acerca desse tema, oportunidade que contaremos com a presença do Ministro Paulo Bernardo.

Dr. Euza Missano, obrigado pela sua presença.

Antes de encerrar, eu gostaria de agradecer a participação dos diversos cidadãos, que enviaram perguntas aos convidados, pelo sistema de interatividade do Senado Federal, através das redes sociais e do Alô Senado.

As perguntas que aqui não foram feitas serão encaminhadas para os respectivos expositores. Infelizmente, em razão do tempo, não foi possível realmente ler todos os comentários. Contudo, a maior parte das manifestações e reclamações que coincidem com as motivações desta audiência pública foram abordadas nas exposições dos nossos convidados, bem como os questionamentos apresentados pelos Senadores.

Assim, deixo registrado aqui nosso agradecimento pela participação das seguintes pessoas: Jéssica Silva Souza, de São Paulo; Sr. Nelson Barenho, de Cascavel, no Paraná; Felipe da Silva Alves, de Vassoura, no Rio de Janeiro; Solon Antonio Servegnini, de Alvorada, no Rio Grande do Sul; Cleusa Maria Sancho Spinola, de São Paulo; José Eduardo Figueiredo de Araújo, de Fortaleza, no Ceará; Rogério Guedes da Silva, de Taguatinga, no Distrito Federal; Sr. Cláudio da Cunha e Silva Filho, de Sobradinho, no Distrito Federal; Tiago Souto Bezerra, de Natal, no Rio Grande do Norte; Maria de Fátima Anselmo Edelma, de Atibaia, em São Paulo; José Jota da Silva Filho, do Rio de Janeiro; Gelson Guilherme Werlang, de Santa Catarina, entre tantos outros. Agradeço a todos pela oportunidade e ainda ao Sr. Paulo Oscar Beber, de Rio Branco, no Acre; do Sr. José Wilson do Couto, de Extrema, em Roraima; e do Sr. Luciano Aparecido Deemazzi, de Araputanga, no Mato Grosso. A todos, muito obrigado.

Parabéns às belíssimas exposições nesta audiência pública.

Repito: na próxima semana, nesta mesma Comissão, neste mesmo espaço, aqui estaremos para ouvir o Ministro das Comunicações, Sr. Paulo Bernardo.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 26 minutos.)

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 2 DE ABRIL DE 2014, QUARTA-FEIRA, CONVOCADA PARA APÓS A 19ª REUNIÃO, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e dois minutos do dia dezenove de março de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência Eventual do Senhor **Senador Wellington Dias**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana Rita, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Wellington Dias, Ângela Portela, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Sérgio Petecão, Lídice da Mata e Gim. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente Eventual declara aberta a presente Reunião. Passa-se à apreciação da Pauta**: Pauta Deliberativa. Item 1. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 31 de 2014,** *Requeiro, nos termos do Art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa indica o Senador Anibal Diniz para integrar a comitiva de Deputados e Senadores que comporá a delegação brasileira que participará da 47ª Sessão da Comissão de População e Desenvolvimento da ONU, que ocorrerá em Nova York entre 7 e 11 de abril do corrente ano*". Autoria: Senadora Ana Rita. **Resultado**: aprovado. Às quatorze horas e cinco minutos, o Senhor Presidente consulta as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores se concordam com a inclusão de Requerimento extrapauta, coloca em votação e a Comissão aprova a inclusão. **Item 2. Extrapauta. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 32 de 2014,** que requer a realização de Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de debater o resultado da pesquisa SIPS/IPEA (Sistema de Indicadores de Percepção Social) intitulada Estupro no Brasil uma radiografia segundo os dados da saúde (versão preliminar), coordenada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, com a presença dos seguintes convidados: Senhor Daniel Cerqueira – Diretor de Estudos e Políticas de Estado, das Instituições e da Democracia do IPEA – (DIEST); Senhor Danilo Santa Cruz Coelho – Técnico de Planejamento e Pesquisa da DIEST – IPEA; 01 Representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM; 01 Representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; Jornalista Nana Queiroz (Movimento #NãomereçoSerEstuprada); CFMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria; 01 Representante da União Brasileira de Mulheres – UBM; 01 Delegada da Delegacia da Mulher do Estado do Amazonas; e 01 Delegada da Delegacia da Mulher do Distrito Federal". Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e Senadora Ana Rita. **Resultado**: aprovado. Fazem uso da palavra o Senhor Senador Wellington Dias e a Senhora Senadora Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e oito minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro

das notas taquigráficas. – Senador **Wellington Dias,** Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20 Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Item único:

ITEM 1

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 31, de 2014

Requeiro, nos termos do Art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa indica o Senador Anibal Diniz para integrar a comitiva de Deputados e Senadores que comporá a delegação brasileira que participará da 47ª Sessão da Comissão de População e Desenvolvimento da ONU, que ocorrerá em Nova York entre 7 e 11 de abril do corrente ano.

Autoria: Senador Ana Rita

Passo a palavra à Senadora para encaminhamento.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Senador Wellington Dias, esse requerimento apresentado aqui refere-se a um evento que vai acontecer em Nova York, e a Comissão de Direitos Humanos está indicando o nome do Senador Anibal Diniz para integrar essa comitiva.

É um evento importante, que vai discutir, na verdade, população e desenvolvimento.

A Comissão de Direitos Humanos do Senado, a Comissão de direitos Humanos da Câmara e outras entidades brasileiras participarão. Outras Comissões do Senado, a Comissão de Assuntos Sociais já fez indicação do nome.

Portanto, é apenas para referendar em nome desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Agradecendo a apresentação, abro para discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o requerimento para o encaminhamento na forma devida.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sr. Presidente, há outro requerimento que eu gostaria que pudesse ser incluído como extrapauta. É um requerimento solicitado pela Senadora Vanessa, que também estou subscrevendo, para a realização de uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – O.k.

Consulto as Srªs e Srs. Senadores se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Paus*a.)

Aprovado a inclusão do extrapauta. Coloco em apreciação o requerimento.

EXTRAPAUTA
ITEM

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 32, de 2014

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de debater o resultado da pesquisa SIPS/IPEA (Sistema de Indicadores de Percepção Social) intitulada Estupro no Brasil uma radiografia segundo os dados da saúde (versão preliminar), coordenada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, com a presença dos seguintes convidados: Senhor Daniel Cerqueira – Diretor de Estudos e Políticas de Estado, das Instituições e da Democracia do IPEA – (DIEST); Senhor Danilo Santa Cruz Coelho – Técnico de Planejamento e Pesquisa da DIEST – IPEA; 01 Representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM; 01 Representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; Jornalista Nana Queiroz (Movimento#NãomereçoSerEstuprada); CFMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria; 01 Representante da União Brasileira de Mulheres – UBM; 01 Delegada da Delegacia da Mulher do Estado do Amazonas; e 01 Delegada da Delegacia da Mulher do Distrito Federal.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e Senadora Ana Rita.

Concedo a palavra à Senadora.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sr. Presidente, este requerimento também já foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais; a solicitação é para que façamos uma audiência pública conjunta entre a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos, com o objetivo de aprofundar a pesquisa feita pelo Ipea, intitulada "Estupro no Brasil: uma Radiografia segundo os Dados da Saúde."

Essa pesquisa gerou uma informação nova, que nós não conhecíamos, em que as pessoas acham que qualquer mulher que esteja vestida de forma extravagante mereça ser estuprada. Essa é a opinião de uma parcela significativa da sociedade e, entre essas pessoas, inclusive mulheres.

Então, o debate precisa ser feito, porque, daqui a pouco, as mulheres estarão sendo estupradas em função do resultado dessa pesquisa. É um debate importante, inclusive trazendo a jornalista Nana, que criou o movimento "Eu não mereço ser estuprada" e que está sendo altamente questionada, altamente perseguida, em função desta campanha que ela está fazendo contra o estupro.

Então, revela um pensamento na sociedade que nós precisamos aprofundar.

É esse o objetivo da audiência pública e contamos com o apoio desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Parabenizando as Senadoras pela apresentação do requerimento, e não havendo quem queira debater, declaro encerrada a discussão.

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento também por unanimidade.

Não havendo mais temas na pauta, declaro encerrada a reunião da Comissão.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 2 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 8 minutos.)

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 3 DE ABRIL DE 2014, QUINTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e oito minutos do dia três de abril de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência Eventual do Senhor **Senador João Capiberibe**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores João Capiberibe, Randolfe Rodrigues e Eduardo Suplicy. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública,** nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 97 de 2014-CDH, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, aprovado em 12/03/2014, para **"debater 'A necessidade de revisão da Lei da Anistia'. Na oportunidade, será apresentada a nova composição da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia e a Presidenta do CFP, Mariza Borges, dará posse à psicóloga Vera Paiva, que coordenará a CNDH/CFP nos próximos três anos".** O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais e apresenta os senhores convidados, solicitando que tomem lugar à mesa. Em seguida, passa a palavra à Presidenta do Conselho Federal de Psicologia, Mariza Monteiro Borges, para a cerimônia de posse da psicóloga Vera Paiva, na Coordenação da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia. O Senhor Presidente passa a palavra à Senhora Vera Paiva, empossada Coordenadora da CNDH/CFP; que expõe as linhas que norteiam o Conselho e serão adotadas por aquela Comissão. Dando prosseguimento aos debates, o Senhor Presidente passa a palavra aos demais convidados, nessa ordem: Cláudio Pereira de Souza Neto, Secretário Geral do Conselho Federal da OAB; Deputada Federal Luiza Erundina. O Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Eduardo Suplicy e, às dez horas e quarenta minutos, passa a Presidência para o Senador Randolfe Rodrigues. O Senhor Presidente eventual retorna a palavra ao convidado Aurélio Virgílio Veiga Rios, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal. O Senhor Presidente eventual faz suas considerações finais. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores João Capiberibe, Randolfe Rodrigues e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e dezoito minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **João Capiberibe,** Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Declaro aberta a 21ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 97, de 2013, da Comissão de Direitos Humanos, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, aprovada em 23/10/2003, para debater a necessidade da revisão da Lei de Anistia.

Começo por dar boas-vindas à Deputada Luiza Erundina, que é autora de um projeto na mesma direção, que prevê a revisão da Lei de Anistia.

E a todos os presentes, um bom-dia.

Nesta oportunidade também, vamos apresentar a nova composição da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Pedagogia.

Antes, vou compor a Mesa, para que a gente possa, então, daqui a pouco, dar posse à nova Presidenta. Agora o termo é "presidenta" mesmo. Depois que o Brasil elegeu uma mulher, esse termo passou a ser considerado assim. Não sei se já está no dicionário.

Tenho a honra de convidar o Sr. Aurélio Virgílio Veiga Rios, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal. (*Pausa.*)

Ele estava aqui ontem. Deve chegar daqui a pouco.

Sr. Cláudio Pereira de Souza Neto, Secretário-Geral do Conselho Federal da OAB.

Seja bem-vindo.

Srª Mariza Monteiro Borges, Presidenta do Conselho Federal de Psicologia.

Seja bem-vinda. Obrigado.

Srª Vera Paiva, Coordenadora da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia.

Seja muito bem-vinda.

E, claro, nossa querida Deputada Luiza Erundina, de cuja atuação política sou absolutamente fã.

Dando sequência, eu gostaria de passar a palavra a Srª Mariza Monteiro Borges, que vai dar posse, então, à Presidência da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia.

A senhora tem a palavra.

A SRª MARIZA MONTEIRO BORGES – Cumprimento a Mesa e todos os presentes.

É uma honra para mim, na posição em que estou e para o Conselho Federal de Psicologia, poder, neste momento, nesta sala da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, empossar a Presidente da nossa Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal, que conduzirá os trabalhos relacionados aos direitos humanos, no âmbito do Conselho e, óbvio, na interação do Conselho com a sociedade. A Comissão terá sobre si a responsabilidade de dar continuidade à luta em defesa dos direitos humanos e aprofundar os trabalhos no sentido da promoção e garantia de direitos.

Vera compôs a Comissão, depois que recebeu nosso convite, e teve o cuidado de compô-la com membros de diferentes partes do Brasil, alguns são também conselheiros do próprio Sistema Conselhos de Psicologia, outros têm se destacado na luta e na defesa dos direitos humanos.

Ela vai falar um pouco sobre as atribuições, a linha de ação estabelecida para esta Comissão, que é composta por Vera, como Presidenta; Bárbara Conte, do Rio Grande do Sul; Marcos Roberto Vieira Garcia, de São Paulo; Marco Aurélio Prado, de Minas Gerais; Maria Aparecida Silva Bento, de São Paulo; Rebeca Bussinger, do Espírito Santo; Vera Vital Brasil, do Rio de Janeiro; Vladimir Stempliuk, de Brasília; e Valter da Mata, da Bahia.

Nesta oportunidade, aproveito para oferecer os préstimos do Conselho Federal de Psicologia, uma autarquia pública que tem por delegação do Estado a ordenação, o dever de ordenar, regular, orientar e fiscalizar o exercício profissional da Psicologia. Essa autarquia conta hoje com 23 unidades regionais, que são os Conselhos Regionais de Psicologia, e aproximadamente 230 mil psicólogos inscritos. Uma das tarefas que a lei determina como sendo uma prerrogativa que podemos exercer é a de servir como órgão consultor para assuntos de Psicologia, tanto junto aos órgãos públicos como à iniciativa privada.

Nesse sentido, demonstro aqui a nossa vontade e disposição de sermos parceiros, de podermos ser consultados, de trabalharmos junto com esta Casa, o Senado Federal, assim como com o Congresso Nacional em assuntos relacionados com a Psicologia, em qualquer momento do processo legislativo que vocês acharem que podem se beneficiar da Psicologia como consultora. Nós temos acesso a um grupo de profissional muito grande, temos acesso e parceria com entidades da Psicologia brasileira e com universidades e cursos de Psicologia. Então, podemos, de alguma maneira, por meio de psicólogos que produzem conhecimento, que exercem a profissão e que têm experiência em áreas específicas, contribuir com esta Casa. E esse é o nosso desejo.

Declaro empossada a nossa Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, Vera Paiva, a quem passo a palavra. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Muito obrigado.

Agora, claro, vamos ouvir a apresentação.

Antes, porém, eu a cumprimento por essa função tão importante. Eu presido, aqui, a Subcomissão da Verdade, da Comissão de Direitos Humanos, e gostaria muito dessa cooperação, para que possamos desvendar, abrir essa cortina do passado, e revelar para as gerações do presente o que significou a ditadura neste País e as violações dos direitos humanos.

Passo a palavra à Coordenadora Vera Paiva.

A SRª VERA PAIVA – Sinto-me honrada por ter sido convidada pela atual diretoria e pelos conselheiros do Conselho Federal de Psicologia recém-empossados para ocupar este lugar, neste momento em particular do Brasil. Para mim, é duplamente desafiante.

Eu queria lembrar que o exercício profissional do psicólogo está fundamentado nos direitos humanos. A definição da ética do exercício profissional do psicólogo está fundamentada nos direitos humanos.

Nós temos uma tarefa importante, que é disseminar esta informação aos psicólogos: o que são os direitos humanos, como é que uma prática profissional se fundamenta para usar apenas os princípios gerais que estão no preâmbulo da Carta, na defesa, na garantia da dignidade, liberdade, autonomia de todos os seres humanos. Esse é o primeiro desafio que cabe a nós desenvolver nestes três anos de mandato, digamos assim.

A segunda coisa é lembrar a expansão do trabalho dos psicólogos, que, finalmente, saem de uma prática mais liberal de consultório etc. e começam a se espalhar como servidores públicos, no plano privado, nas ONGs, no terceiro setor, nas diversas áreas de atividade humana, e têm cumprido um papel importantíssimo. E vou citar só três que são bastante afeitos àquilo que a gente está pensando para esta Comissão nos próximos anos. Atividades importantes no âmbito do SUS, que, afinal, tem pouco mais de 20 anos e que foi abrindo espaço, no cuidado da saúde, à saúde mental; no SUAS, que é novidade, que é o Sistema Único de Assistência Social, que tem um importante papel e – aproveitando a presença do colega da Ordem – junto aos operadores de Direito, a noção do que é direito humano. E o tipo de assessoria que o psicólogo pode prestar nem sempre está fundamentada nos princípios, por falta de formação.

Direitos humanos não é um tema da formação do psicólogo, nas faculdades de Psicologia, e boa parte daquilo que nós temos que responder no cotidiano, por exemplo, desses três setores se aprende ao fazer, porque há poucas disciplinas dedicadas ao trabalho no SUS; apenas nos últimos dez anos isso tem começado a acontecer nas faculdades de Psicologia. Então, o papel do Conselho Federal e, em particular, da sua Comissão, na nossa opinião, é produzir alguns consensos e tratar de alguns temas que, de alguma maneira, orientem, lá na ponta, a prática do psicólogo no campo e no quadro da sua ética e respeitando, como disse antes, o seu vínculo com a Carta de Direitos Humanos.

O trabalho da Comissão é ressaltar, com base no que os especialistas têm formulado, com base em evidências científicas... Porque psicólogo que é cristão não pode confundir o exercício da profissão com o exercício da sua religiosidade. Eu sou católica, mas, quando trabalho como psicóloga, não posso usar a ética católica, para dar um exemplo vivo. Eu tenho que estar posicionada no quadro de direitos humanos e, no caso do Brasil em particular, no âmbito do Estado, que é laico, que não é um Estado sem religião, mas é um Estado que respeita a liberdade religiosa, de não ter uma religião ou de ter a sua religião respeitada sem a violência, a negligência do direito a sua religiosidade, que implica até não ter religião. Então, esse é o tipo de debate que pretendemos fazer e buscar no âmbito do Conselho e em colaboração com a sociedade na qual nós estamos inseridos.

Nós estabelecemos que, no plano da promoção, violação e negligência de direitos, porque muitas vezes o Conselho é chamado a dar informações técnicas e fazer avaliações na negligência dos direitos, por exemplo, da população encarcerada; por exemplo, dos meninos presos porque estão em conflito com a lei; por exemplo, dos internados à revelia por uso e abuso de drogas; por exemplo – estou dando alguns exemplos –, os atos de homofobia, machismo e violência contra a mulher, cujas vítimas têm sido negligenciadas eventualmente pelo Poder Público, cujas vítimas não têm sido ouvidas. A gente estabeleceu que, nesses três anos, nós teremos quatro eixos centrais que nos parecem importantes de formulação, posicionamento e informação dos psicólogos.

O primeiro – e que acho atravessa todos os outros – é o da violência do Estado. A questão é como lidar com a repercussão da violência de Estado como herança clara da nossa ditadura militar mais recente, mas que repercute em momentos da vida política e da história do Brasil sobre os quais a gente também não falou o suficiente, não pediu perdão, nem fez a reconciliação, nem houve punição, e que continua atravessando, que é o genocídio colonialista indígena.

O genocídio indígena aprofundou-se na ditadura, e a gente sabe, pelos elementos coletados pela Comissão da Verdade até agora, que aumenta brutalmente o número de mortes, de desaparecidos, de torturados ao longo da ditadura. Os indígenas não estão contados entre aqueles 500 – já subiu a 500 o número – mortos e desaparecidos. A gente precisa lembrar aqui que, eventualmente, ainda é efeito do racismo que atinge a

população indígena do Brasil, mas a gente estaria pensando na violência do Estado com uma contribuição específica dos psicólogos, que é a produção tecnológica, técnica e prática das clínicas de testemunho que estão sendo desenvolvidas no Brasil inteiro. Nesse trabalho, há vários psicólogos, com apoio inclusive do Ministério da Justiça, entre outros, da sua Secretaria de Direitos Humanos, ouvindo o testemunho de pessoas que sofreram a violência do Estado não apenas na ditadura, mas também hoje.

Como eu tenho dito, a gente percebe que, pelo fato de não termos chegado à Justiça e não termos registrado na memória todos os eventos de violação de direito a uma prisão digna, violação de direito de defesa, continuam acontecendo no Brasil, especialmente entre as populações mais pobres, cenas de desaparecimento, de tortura, de assassinato. Isso indica negligência do Estado, de um lado, mas exige cuidado também, como promoção e proteção, por parte de profissionais – e aí o psicólogo tem entrado nas clínicas de testemunho, expandidas para além daqueles que sofreram violência e tortura ao longo da ditadura, mas também para os que hoje ainda sofrem esse tipo de experiência.

Na inauguração do busto de meu pai, eu comentei o quanto a história de Rubens Paiva é um protótipo da história de Amarildo. Essa foi a minha fala lá.

Amarildo tem cinco filhos, como meu pai tinha. Amarildo foi tratado como bandido, como meu pai foi, até que, um mês atrás – a gente já sabia disso, mas se consolidou com a informação –, alguém deu o depoimento de que foi testemunha da farsa, que ele não tinha fugido e que, de fato, ele tinha morrido no dia 21. A família de Amarildo esperou semanas – acho que mais de dois meses, eu não sei exatamente precisar – para que os policiais que, como no caso do meu pai, há 43 anos, assistiram e ouviram a tortura denunciassem que ele sofreu tortura – mas ele continua desaparecido.

A família de Amarildo vive aquilo que a minha família viveu: todo dia tínhamos que lidar com o luto – e eu vou sintetizar uma experiência comum aos desaparecidos de ontem e de hoje, com quem eu tenho conversado –, porque, se eu declaro o luto, eu estou contribuindo para matar a pessoa que já mataram ou não, porque a gente, no fundo, mantém a esperança viva de que ele reapareça. É parte da experiência de não ter enterrado um ente querido, que fora assassinado brutalmente pela ditadura ou pelas forças policiais, que agem ainda nos mesmos moldes.

Então, eu só queria lembrar que os psicólogos têm um papel importante como setor que cuida do sofrimento psicossocial de um lado dessas famílias e eventualmente, estávamos conversando sobre isso há pouco, Senador, com a prática psicoeducativa podem ajudar na formação de policiais, por exemplo, para que revejam a cultura de violência na qual foram formados e aprendam que direito humano não é direito de bandido, como os torturadores nos fizeram acreditar. Quem formulou a noção de que direito humano é direito para bandido foi Erasmo Dias, foi Fleury, foram todos aqueles que, na verdade, vão para os rádios, para as televisões dizer que direito humano é direito para bandido.

Então, esse é um trabalho que pretendemos desenvolver na Comissão, estimulando, apoiando as clínicas de testemunho como algo que é uma contribuição específica da psicologia, mas registrando também a memória e a história com base nessas clínicas, contribuindo para que promovamos, quem sabe, o arrependimento e a justiça que precisamos para muito além daqueles que foram diretamente afetados no período mais duro da ditadura.

Um segundo tema que vamos tratar e que acho que também é atravessado para as questões da violência de Estado é o racismo.

Sabemos que é fruto do segundo momento que também não revimos na nossa história, que é a escravidão. Também não pedimos perdão pela escravidão até hoje. Temos dificuldades, cada vez menor, na história brasileira de reconhecer o racismo e o *apartheid* que não está institucionalizado como na África do Sul e acabo de voltar de lá, mas que é também *apartheid* se subimos e olhamos as favelas, se olhamos quem está interno na Febem, se olhamos a cor do rolezinho, ela é preta, ela é não branca, pelo menos. E o racismo tem episódios horríveis que também nos lembram a tortura do pelourinho. Amarrar o menino negro, nu, em um poste, como vimos recentemente, ou a reação racista à circulação de não brancos nos espaços de consumo, para mim é ainda a reprodução e a negligência do Estado, por outro lado, do direito das pessoas não brancas de circularem e de não sofrem tortura e violência. As pessoas que colocaram o rapaz negro amarrado no poste estão onde? Foram punidas? Não. Para mim, isso é negligência.

Como lidar com essas questões no âmbito da profissão é algo que vamos trabalhar. Como lidar, por exemplo, com o sistema de quotas, com políticas psicoeducativas ou o trabalho do psicólogo na escola para lidar com o racismo, que permanece excluindo milhares de jovens negros de escolhas profissionais. O professor, no debate sobre escolha de profissão, e tenho vários alunos que já estudaram isso, vai ser cozinheiro, você não pode ir para a faculdade, a USP não é para você. Como lidar com essas questões do racismo institucional ou

de atos de racismo que atravessam a nossa vida cotidiana. E aí o racismo dos não brancos, eu chamaria assim, que inclui negros, pardos e indígenas, todos os tipos e as tradições étnicas que temos no Brasil.

O terceiro tema – são quatro – que pretendemos... Só um parêntese: lembrem-se de que esses são temas – isso me escandaliza toda vez que penso – que não são ensinados nas escolas de psicologia, por isso temos que cumprir essa função. O terceiro tema seria o trabalho e as políticas junto ao usuário de drogas e álcool e suas famílias, que também sofrem a mesma coisa. Até anteontem, não era um problema de saúde, era um problema de polícia, portanto, a confusão entre o cuidado adequado e ético desse grupo imenso de pessoas afetadas pelo uso e abuso de álcool e drogas e de suas famílias no âmbito dos direitos humanos não é algo tranquilo e é controversa, há várias controvérsias que a gente tem que enfrentar para orientar o trabalho dos psicólogos: a internação compulsória, o espaço não laico patrocinado às vezes pelo Estado de acolhimento, internação. São temas que a gente vai enfrentar.

E o último tema, que também, na minha opinião, é atravessado pela violência de Estado, pela negligência e violação de direitos neste âmbito das políticas públicas ou da ação concreta da polícia é o sexismo, entendido tanto como violência contra a mulher, o machismo. Então, tanto a violência literal contra a mulher como a violência simbólica contra a mulher também é relevante, assim como a homofobia e a violência contra travestis e transexuais, que se perpetua em todas as instituições, gera abandono de cuidado, no caso das instituições públicas, gera distorções de políticas de assistência social ou mesmo junto a operadores de direitos que têm que tratar, por exemplo, de adoção, de casos de homofobia, entre outros.

Então, com isso, espero ter dado um pouco a noção de como a gente pode contribuir com esta Comissão e com várias outras que existem por aí e de como a gente pretende, no âmbito desta gestão do Conselho Federal de Psicologia, presidido pela Mariza, tratar especificamente de algumas áreas de direitos humanos que a gente considera relevantes no momento que o País está vivendo.

Era isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Muito obrigado.

Gostaria de registrar a presença do Senador Eduardo Suplicy, presença que muito nos honra nesta audiência pública que visa a debater, discutir a revisão da Lei de Anistia.

Eu tenho aqui uma solicitação do Dr. Cláudio Pereira de Souza, que tem um compromisso inadiável daqui a pouco, para a gente começar nossa discussão, nosso debate por ele.

Também quero registrar que o Dr. Aurélio manda nos dizer que ele está recebendo a Federação Iberoamericana de Ombusdman e que, às 10h30, estará conosco. Portanto, eu passo a palavra ao Dr. Cláudio Pereira de Souza Neto, que é Secretário-Geral do Conselho Federal da OAB, um dos pilares na luta pela redemocratização do nosso País.

O SR. CLÁUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO – Sr. Senador João Capiberibe, que preside a nossa reunião; Sr. Senador Eduardo Suplicy; Deputada Luiza Erundina; Drª Mariza e Drª Vera, que representam o Conselho Federal de Psicologia, bom dia a todos.

Fico tocado com essas palavras da Drª Vera quando aponta que há, na verdade, uma continuidade entre as práticas arbitrárias de nossas autoridades policiais que, no regime militar, torturavam e desapareciam e matavam presos políticos e que continuam reincidindo nessas práticas no dia a dia das grandes cidades brasileiras. No Rio de Janeiro, em São Paulo e em outras capitais do País é muito comum que jovens, em especial jovens negros, que moram nas favelas e nas periferias das grandes cidades, continuem se submetendo ao arbítrio e à violência praticada, infelizmente, por autoridades públicas.

As nossas polícias ainda são polícias militarizadas e, pior, ainda se organizam em conformidade com uma concepção de segurança pública que se assenta na ideia de combate, de guerra, como se houvesse entre nós inimigos a combater e territórios a serem ocupados. As polícias, no Brasil, ainda não entenderam que a sua função é de prestar um serviço público aos cidadãos, e não de combater inimigos, de tal modo que não se justifica o treinamento que é dado às polícias. Para quê ensinar guerra na selva às polícias das nossas grandes cidades? Não se justifica a aquisição de equipamento e armamento voltado para a guerra, não se justificam muitos dos protocolos ainda utilizados entre nós, que são protocolos que servem muito mais ao combate da tropa no campo de batalha que à prestação de um serviço público eficiente, mas igualmente comprometido com os direitos humanos para os cidadãos brasileiros.

Então, tenho também essa percepção de que há uma continuidade entre as práticas de arbitragens do regime militar e essa cultura de violência e arbítrio que ainda predomina entre as nossas polícias.

Por outro lado, o Brasil, acho que finalmente, e com atraso em relação inclusive aos nossos vizinhos da América Latina, passa a realizar de maneira mais séria políticas no campo da memória e da verdade. É obviamente digna de nota a criação da Comissão Nacional da Verdade e também e, sobretudo, das diversas comis-

sões da verdade que foram criadas nos Estados e as que foram criadas junto a outras entidades da sociedade civil. A OAB, por exemplo, tem uma comissão nacional da verdade que investiga o papel que os advogados exerceram durante o regime militar e, portanto, essa comissão nacional da verdade acabou produzindo e estimulando a criação de comissões da verdade em todo o Brasil. O resultado de todo esse trabalho certamente contribuirá para que conheçamos melhor esse período da nossa história e nos conscientizemos da violência, da iniquidade e do arbítrio que caracterizava as ações dos agentes públicos e, com isso, possamos romper com a tradição do arbítrio que ainda caracteriza em parte as nossas autoridades.

Bom, se a política de memória e verdade avançou, o mesmo não se pode dizer sobre o problema da Justiça. Porque as políticas de transição se assentam num tripé: memória, verdade, mas também justiça. É necessário que os crimes praticados durante o regime militar possam ser investigados em inquéritos policiais, possam ser objetos de processos penais e que os seus eventuais responsáveis possam ser julgados pelo Poder Judiciário. O que se pede não é vingança, o que se pede é dar aos torturadores o direito fundamental a um processo justo, mas que eles sejam efetivamente processados, e processados em conformidade com a regra do Estado democrático de direito, regra que eles não concederam àqueles que se opunham ao regime ditatorial. E nós queremos conceder a eles, agora, essa possibilidade de serem processados de acordo com a nossa Constituição e de acordo com as leis processuais e com as leis penais em vigor no Brasil. É fundamental que isso possa ocorrer.

Nesse cenário, há duas decisões importantes que precisam ser comentadas. A primeira é a do Supremo Tribunal Federal, que, infelizmente, numa DPF ajuizada pela OAB, manifestou seu entendimento de que a Lei de Anistia abarcava também os agentes públicos que praticaram crimes durante o regime militar. O argumento que prevaleceu foi o de que houve um grande acordo nacional que daria fundamento a essa Lei de Anistia e, portanto, a Lei deveria ser interpretada em conformidade com esse grande acordo nacional que envolvia o perdão e o esquecimento relativamente a todos aqueles que praticaram atos ilegais durante o regime militar, não apenas os militantes opositores, mas também os agentes públicos.

Não sei que acordo foi esse. Não tenho para mim que a população tenha sido efetivamente chamada a participar desse acordo; não tenho para mim que deles tenham participado os exilados que estavam no estrangeiro e, sobretudo, aqueles que sofreram tortura nas cadeias brasileiras e, muito menos, aqueles que já haviam morrido, obviamente pela impossibilidade física de participar desse acordo, desse contrato hipotético que teria servido de base à Lei de Anistia.

Bom, mas o fato que nos interessa discutir é a possibilidade de rever essa decisão do Supremo Tribunal Federal. E penso que haja plena possibilidade de que isso ocorra, e por duas razões fundamentais. A primeira razão fundamental é a de que o próprio Supremo Tribunal Federal permite a reabertura dos debates sobre questões já decididas quando surja um fato novo de grande relevância. E qual é o fato novo de grande relevância surgido após a decisão do Supremo Tribunal Federal? A decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que, manifestando-se sobre a nossa Lei de Anistia, disse que essa interpretação que fazia com a anistia abarcasse agentes do Estado era incompatível com o Direito Internacional dos direitos humanos; um direito internacional que se consolidou, por exemplo, nos julgamentos do pós Segunda Guerra Mundial, pelos quais se inadmitiu a tese de que os agentes do nazismo, do estado alemão, quando mataram milhões de judeus, estavam agindo sob as ordens de seus superiores hierárquicos. Não se admitiu essa tese! Pelo contrário. Desde então, vem prevalecendo, no Direito Internacional dos direitos humanos, nos tratados internacionais sobre direitos humanos, dos quais o Brasil, inclusive, é signatário, bem como nos princípios gerais do Direito Internacional sobre direitos humanos, essa impossibilidade, qual seja, a de anistia para agentes da ditadura. Foi isso que disse a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a cujas decisões o Brasil também se submete, sob pena de inviabilizar a sua própria participação na OEA.

Esse é um fato novo que justifica a reabertura do debate do tema perante o Supremo Tribunal Federal. E o Supremo Tribunal Federal tem essa oportunidade de julgar embargos de declaração – que nós interpusemos contra a decisão proferida na ADPF – que estão pendentes de apreciação no Supremo e, com isso, recepcionar essa interpretação, que tem predominado na comunidade internacional, interpretação que tem predominado nos órgãos internacionais de proteção aos direitos humanos.

Então, este é um primeiro fato que eu gostaria de relatar aos Senadores, em especial, e também aos demais presentes, que é o fato de que, mesmo no Supremo Tribunal Federal, o tema ainda não está concluído. E não está concluído porque surgiu um fato novo relevantíssimo que legitima a alteração da posição do Supremo Tribunal Federal.

Vejam que o Supremo Tribunal Federal fez isso, por exemplo, ainda este ano, relativamente àquele benefício que consta da Lei Orgânica da Assistência Social, o benefício da LOAS de um salário mínimo mensal para portadores de deficiência e para idosos, se não me engano. Havia ali, na lei, critérios muito restritos, e o Supremo, de início, ao julgar uma ADIN, havia dito que esses critérios eram compatíveis com a Constituição Federal.

Todavia, depois, a Suprema Corte mudou de opinião ao julgar uma reclamação, reconhecendo mesmo, ali nos seus votos, que a hipótese era de alteração do precedente do Supremo, justamente pelas circunstâncias fáticas de aplicação da Lei Orgânica da Assistência Social.

Então, isso é possível! O debate está aberto. E penso que a cidadania brasileira deva levar a sua pretensão ao Supremo Tribunal Federal, ao debate público, à imprensa de que nós desejamos ver julgados esses agentes públicos, para que as práticas autoritárias não se perpetuem, como vêm se perpetuando, entre nós.

O segundo fato, encaminhando-me para a conclusão, Senador, que é importante relatar para V. Exªs é que o Direito Internacional dos direitos humanos, os Tratados Internacionais sobre direitos humanos, hoje, no Brasil, ocupam uma posição que, embora seja inferior à Constituição, é superior às leis. Os Tratados Internacionais sobre direitos humanos são infraconstitucionais, mas supralegais. É isto que tem entendido o Supremo Tribunal Federal, de dois anos para cá, em precedentes sobre o depositário infiel. A prisão do depositário infiel está proibida no Pacto de San José da Costa Rica, do qual o Brasil é signatário, embora seja permitida na legislação nacional. Mas, como o Pacto é superior à Legislação nacional, o Supremo Tribunal Federal tem entendido que a prisão civil do depositário infiel é impossível no Brasil.

O mesmo raciocínio, exatamente o mesmo raciocínio, é aplicável ao tema da possibilidade de julgamento e condenação dos agentes públicos que praticaram crimes durante o regime militar. Se a Lei de Anistia é válida à luz da Constituição, como disse o Supremo Tribunal Federal, ela não é válida à luz do Direito Internacional dos direitos humanos, à luz do Pacto de San José da Costa Rica e à luz da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Se não é possível, portanto, o controle de constitucionalidade da Lei de Anistia, como disse o Supremo, e se o Supremo mantiver essa orientação no julgamento dos embargos de declaração, é possível, sim, o controle de convencionalidade, de tal modo que nada impede que juízes, ao julgar os casos concretos, as ações penais que vêm sendo ajuizadas pelo Ministério Público Federal, recebam essas ações, essas denúncias, as processem e promovam o julgamento desses agentes públicos. Nada impede que isto ocorra à luz do Direito Internacional dos direitos humanos.

Essa posição não é apenas minha, pois é também a posição da OAB. Hoje, nós acreditamos no sucesso dessas ações penais. Se essas ações penais não vierem a prosperar, nós pretendemos, inclusive, ajuizar uma outra ADPF, para apresentar ao Supremo soluções para lidar com a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Assim, o debate não está concluído entre nós. Pelo contrário. Nossa opinião é de que há grandes possibilidades que o Brasil, enfim, julgue os responsáveis pelas mortes, pelo desaparecimento e pela tortura durante o regime militar.

Agradeço, Senador, e peço desculpas por sair um pouquinho mais cedo. Os advogados se submetem, claro, à agenda dos Magistrados e houve a marcação, de última hora, de uma audiência com um Ministro, e que vou ter que comparecer.

Obrigado a V. Exª pelo convite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Dr. Cláudio, nós é que agradecemos pelas informações relevantes, que, certamente, nos ajudarão na discussão e na tramitação do Projeto de Lei que tenta promover a revisão da anistia.

Eu estava tentando me lembrar, aqui: na verdade, não foi um pacto a votação da Lei de Anistia, em agosto de 1979, salvo engano, terminou com 207 votos da Arena pela aprovação da Lei, e com 203 votos do MDB contrários à aprovação da Lei. Então, quem aprovou a Lei foi o partido da ditadura. Então, não foi um pacto, foi uma imposição. Isto fica muito claro na hora da decisão, na hora da votação em plenário. Foi mais ou menos esse o placar, com a diferença de poucos votos.

Eu consulto o Senador Suplicy se ele deseja usar da palavra agora. *(Pausa.)*

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sr. Presidente, como eu tenho que passar pela Comissão de Relações Exteriores para outro compromisso, antes, porém, quero ouvir a minha querida ex-Prefeita e companheira de tantos anos a Deputada Luiza Erundina de Sousa, aí, então, depois farei uma breve observação. Eu também gostaria de ter ouvido a Presidenta Mariza Monteiro Borges, mas só pude ouvir a Vera Paiva. Creio que esta é uma oportunidade importante de ouvirmos a todos.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – É uma grande honra para nós recebermos a Deputada Luiza Erundina, que todos admiramos sua trajetória política, sua participação ativa a vida democrática do nosso País.

É com enorme honra que passo a palavra à Deputada Luiza Erundina.

A SRª LUIZA ERUNDINA – Bom dia a todos e a todas!

Quero saudar esta Mesa tão querida e tão simbólica na relação com o tema aqui debatido. Quero saudar Mariza Monteiro Borges, Presidente do Conselho Federal dos Psicólogos, instituição que não só tem dado uma contribuição extraordinária, como disse a Vera Paiva, na busca da compreensão das causas estruturais, cultu-

rais, humanas, da violência, e tem contribuído para enfrentar essa questão humana grave, mas politicamente é uma das instituições ditas de classe média ou liberais, junto com a minha categoria de assistentes sociais, que exerceu uma militância política importante na resistência à ditadura militar, pelo menos o sindicato de São Paulo, que junto com o sindicato de assistentes sociais de São Paulo, participamos daquelas manifestações de resistência democrática com os trabalhadores do ABC, quando a ditadura estava nos estertores da sua existência, da sua sobrevivência. Portanto, é uma categoria que tem um apelo político importante, tem um histórico de militância política desde a luta de resistência à ditadura militar.

Aproveito, inclusive, para deixar isso registrado e agradecer o apoio que temos recebido dessa categoria de profissionais nos nossos mandatos, no mandato como Prefeita e como Deputada. Nós temos recorrido e temos tido uma resposta pronta desses profissionais na ajuda a uma minoria, pelo menos na Câmara dos Deputados, na luta de resistência em torno dos direitos humanos e da liberdade democrática, que, como foi dito aqui pela Mesa, ainda está por se concluir e se resolver definitivamente.

A Vera Paiva, essa mulher extraordinária não só como profissional, como figura humana, que também viveu e vive a tragédia dos familiares, filha de um nobre Deputado, nobre Parlamentar, um extraordinário brasileiro ainda desaparecido. Rubens Paiva é um símbolo, é um emblema que nos emula, nos alimenta e nos dá esperança de que essa luta não fique inconclusa, para que não fique inconcluso o processo de redemocratização em nosso País.

Agradeço, através da Vera Paiva, à família do Ruben Paiva pela contribuição que deram e tem dado a essa luta de resistência de todos nós do Brasil, na busca da plenitude da democracia em nosso País.

Agradeço também o nosso Presidente da Comissão, Senador Capiberibe. Não é por acaso que esta audiência está se dando sob a direção desse Senador.

Sou suspeita de falar sobre ele, porque sou amiga, irmã, admiradora profunda deste brasileiro, deste Parlamentar. Ele também foi vítima, teve seus filhos e suas filhas no exílio, a sua companheira, a Deputada Janete Capiberibe, que também foi vítima do arbítrio, da ditadura militar. E hoje estão aí batalhando pela redemocratização plena de nosso País. Quero agradecer, Suplicy, que também compõe esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que o espaço mais democrático do Congresso Nacional, no Senado e na Câmara dos Deputados. E somos minoria nestas Comissões, porque a causa dos direitos humanos e a causa da democracia direta não são representadas no Congresso Nacional pela maioria. Nós somos uma minoria que resistimos teimosamente para que exista um espaço em que a sociedade possa expressar-se, exercitando o poder direto, que é a democracia participativa, democracia direta. Então, este é um espaço sagrado no Senado e na Câmara, fruto de uma conquista dolorosa, difícil, lutada bravamente por alguns Parlamentares, para que a sociedade tenha pelo menos o espaço de uma comissão para se expressar naquela Casa, na Câmara, que se diz a Casa do Povo, e há pouco povo naquela Casa, e há poucos Parlamentares que, de fato, representam e são fiéis ao povo na sua expressão mais ampla do que é povo numa Nação como a nossa.

Então, saúdo os presentes, saúdo os Parlamentares, o companheiro Suplicy também. Falar do Suplicy é "chover no molhado" pela história de luta, de resistência e de compromisso com o povo, e a ética na política. Portanto, sinto-me muito honrada, muito promovida com esse convite, de estar na Casa destes dois Parlamentares e de alguns outros Parlamentares – não são muitos os Parlamentares, Senadores, que são aliados desta nossa causa aqui.

A OAB, esta instituição que já está nos anais da História brasileira, na resistência. Há momentos críticos da vida nacional, e continua sendo a instituição que nos apoia e que nos representa do ponto de vista das questões jurídicas no Supremo, na sociedade como um todo e, portanto, quero agradecer, por intermédio do Dr. Cláudio, a sua presença e atuação comprometida e consequente da Ordem dos Advogados do Brasil, com que também temos contado sempre na nossa luta no Parlamento. Saúdo todos vocês na pessoa do Agostinho, que também é um batalhador, é um Assessor e, mais do que um Assessor é um militante que nos tem ajudado muito nessa caminhada, que é a luta e a resistência democrática em nosso País.

Vamos ao tema. Eu me alonguei muito porque não poderia deixar de fazer referência a esta Mesa, a essas instituições aqui presentes e a esses Parlamentares que nos representam. E vocês dois nos representam, diferentemente de outros, de quem não se pode dizer isso, pois não estaríamos falando a verdade.

Eu começaria, tentando contribuir com a reflexão sobre o tema, sobre a necessidade da revisão da Lei da Anistia, colocando alguns equívocos que existem, inclusive, no tema colocado na forma como estou colocando; quer dizer, não se trata de revisar a Lei da Anistia. Trata-se de reinterpretar apenas um parágrafo de um artigo daquela Lei, que é o §1º do art. 1º, que usa o conceito de crimes conexos, identificando todos os crimes que ocorreram no período da ditadura militar sob o mando, sob o comando e sob as ordens dos militares como sendo crimes políticos e, como tais, passíveis de anistia, passíveis de graça, passíveis de perdão. Esse é um grande equívoco. Não se trata de revisar a Lei da Anistia, mas se trata de reinterpretar este §1º do art. 1º,

excluindo dela o conceito de crimes conexos, para excluir do benefício da anistia os que cometeram crimes de lesa-humanidade, crimes de graves violações aos direitos humanos e, como tal, mantida aquela interpretação desse artigo da lei, não se fará a justiça de transição, e, não se fazendo a justiça de transição, não se completará o processo de redemocratização, nem se findarão os crimes, que continuam: os crimes de desaparecimento, os crimes não esclarecidos; são crimes que permanecem, enquanto não se conhecer os destinos dessas pessoas que desapareceram, e são quase 200 brasileiros e brasileiras, pelo menos na conta ainda não de todo fechada sobre os desaparecidos políticos em todo o nosso País. Não é uma Lei da Anistia; a Lei nº 6.683, de 1979, de 28 de agosto, não é uma lei de anistia, é uma lei de autoanistia; foi uma autoanistia. Anistiaram-se os militares, os algozes, anistiaram-se aqueles que promoveram esses bárbaros crimes de lesa-humanidade durante 21 longos e dolorosos anos da história brasileira.

Portanto, não é uma anistia, é uma autoanistia, precisa ser reinterpretada no seu artigo e não é uma lei que tenha sido fruto – a Lei da Anistia, ou a autoanistia – de um acordo, não foi fruto de um entendimento, não foi fruto de um amplo debate, segundo alguns insistem em defender, inclusive a Presidente da República, eu quero denunciar isso nesta reunião.

Há poucos dias, quando se iniciavam as manifestações a respeito dos 50 anos do golpe, a Presidente, ao se manifestar a respeito e diz que não há que se rever a Lei da Anistia porque foi um acordo, e acordo se cumpre. Não foi acordo. Não foi acordo. Não foi fruto de acordo. Portanto, a Presidente não tem o direito, sobretudo ela, vítima do arbítrio, da forma mais cruel a que ela foi vítima, tanto ela quanto tantas outras e tantos outros brasileiros, ela não tem o direito, mesmo como Presidente da República, sobretudo sendo Presidente da República, Chefe das Forças Armadas, de dizer que não se pode mexer na Lei da Anistia porque foi fruto de um amplo acordo. Não é verdade. Foi uma autoanistia, e ela só se deu, até com as limitações que ela tem, por força da determinação e da pressão dos Estados Unidos sobre as ditaduras do continente latino-americano, porque já não interessavam mais a eles manter e sustentar essas ditaduras do continente, uma vez que a Guerra Fria já havia acabado. Eles tiveram interesse, Dr. Aurélio, esse homem maravilhoso do Ministério Público que também é uma figura permanente em nossas Casas, sobretudo nas comissões de direitos humanos – quero aproveitar para, publicamente, agradecê-lo, homenageá-lo e honrá-lo, além da sua instituição, o Ministério Público, pelo que ele representa de apoio aos brasileiros e brasileiras que lutam pela verdade, pela memória e pela justiça.

Então, não se trata de um acordo, não houve acordo, o próprio Senador já falou, foi uma eleição com uma diferença de cinco votos, e cinco votos a favor de um mesmo partido, por sinal, o partido que sustentou a ditadura militar.

Esses equívocos precisam ser corrigidos, sem o que não se pode chegar a um objetivo maior que é a justiça de transição. Por sinal, quando foi encaminhado à Câmara o projeto de lei para criar a Comissão Nacional da Verdade, em 2010, já havia – e se mantém até hoje – o equívoco de colocar como objetivo da Comissão da Verdade o resgate da memória, da verdade histórica com vistas à reconciliação nacional. Não se reconciliam o algoz e a vítima, não há possibilidade de se reconciliarem. E a reconciliação do Brasil, da Nação brasileira com ela mesma, o reencontro histórico do Brasil, da sociedade brasileira com ela mesma passa pela justiça de transição. E se não se julgarem os crimes da ditadura militar nos termos da legislação do Estado democrático de direito, como já falou aqui o Dr. Cláudio, nós não podemos dizer que houve, de fato, reparação, e que houve, de fato, o cumprimento da sentença da Corte Interamericana, condenando o Governo brasileiro, condenando o Estado brasileiro a trazer a verdade sobre os desaparecidos políticos. É para rever aí, a Corte diz mesmo que a Lei da Anistia, na forma em que ela existe, é nula, nos termos da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Assim, o Brasil está em débito com os direitos humanos na sua concepção mundial e internacional por não cumprir até hoje a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Como estamos vendo, há muito ainda a se fazer a partir da ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, encaminhada, como já falou o Dr. Cláudio, pela OAB ao Supremo Tribunal Federal. E houve uma decisão absolutamente incompreensível e inaceitável por parte do Relator, o Ministro Eros Grau, que também usava o argumento de que era uma lei fruto de acordo, de amplo entendimento da sociedade brasileira com o governo da época e com o Congresso Nacional, o que não é verdade, como já se viu. O pior é que também ele disse: "Essa foi uma lei aprovada no Congresso Nacional na época, e, portanto, deveria ser reconhecida a sua constitucionalidade. Primeiro, foi fruto de acordo amplo com a sociedade; segundo, foi uma lei aprovada por maioria no Congresso Nacional. Logo, é constitucional." Portanto, manteve-se o entendimento de constitucionalidade da chamada Lei da Anistia.

Depois dessa decisão da Suprema Corte brasileira, do Supremo Tribunal Federal, dizendo que essa tinha sido uma lei aprovada no Congresso, eu, como membro do Congresso, de uma das Casas do Congresso, entendi, em 2010, a partir dos argumentos do próprio relator, que este mesmo Poder Legislativo, que deu maio-

ria enviesada, como foi visto aqui, na aprovação dessa lei, esta mesma instituição, este mesmo Poder, um dos Poderes do Estado brasileiro, tenha o poder de rever sua decisão de 1979. Então, o que fiz? Entrei, em 2011, com um projeto de lei, exatamente arguindo esses pontos que coloquei aqui, propondo exatamente a reinterpretação do §1º do art. 1º da Lei nº 6.683, de 1979, a chamada Lei da Anistia. Esse projeto tramita desde 2011, está na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Algum tempo atrás, não havia viabilidade nenhuma de ela vir para a pauta e muito menos de ser aprovada. Eles até gostariam que ela tivesse vindo para a pauta para derrotá-la, mas a gente segurou o processo até que a sociedade civil respaldasse politicamente a decisão que aquele projeto de lei propunha. E é verdade que esse respaldo está começando a vir.

Antes, a própria Comissão Nacional da Verdade, reiteradamente, categoricamente, dizia que não se tratava de rever a Lei da Anistia, não debatia o tema e não falava de justiça, porque os limites da lei que criou a Comissão Nacional da Verdade diziam respeito à reconciliação nacional. Trata-se de memória, de verdade e de reconciliação nacional. E insistimos para incluir a justiça de transição. Nesse sentido, a sociedade começou a perceber isso e a debater e a formular sua posição a respeito disso.

Recentemente, nesta semana, a *Folha de S.Paulo* publica os resultados de uma pesquisa que mostra que a maioria dos brasileiros é favorável à mudança, à revisão da Lei da Anistia. Portanto, há o respaldo da sociedade, o respaldo político, para que a iniciativa de lei de um membro de uma das Casas do Congresso, que aprovou, em 1979, a Lei da Anistia, promova a sua revisão ou a sua reinterpretação muito simples, correspondendo, inclusive, à sentença da Corte no sentido de corrigir essa distorção jurídica da concepção de crimes conexos, que estão contidos na chamada Lei da Anistia.

Além disso, tenho de lembrar que a Lei da Anistia é de 1979 e que a Constituição Federal é de 1988, e os entendidos aqui sabem muito mais do que eu, evidentemente, sobre o peso disso. Quer dizer, há leis anteriores, mas há uma Constituição, que é, portanto, um marco do fim de um regime e do início de outro regime, o que, por si só, seria suficiente para desconsiderar ou anular as leis anteriores que confrontassem os dispositivos de uma nova Constituição. E a Lei da Anistia confronta o art. 5º, inciso XLII, da Constituição Federal. Portanto, há também um erro no fato de uma lei de 1979 valer, contradizendo, contraditando um dispositivo constitucional de 1988, que é um marco institucional do fim de um regime e do início de um novo regime. No caso, era o fim da ditadura civil-militar ou empresarial-militar. Como diz Fábio Comparato, foi um governo não civil-militar, mas, sim, empresarial-militar.

Por outro lado, uma Constituição que, claramente, estabelece que determinados crimes, como os de torturas e desaparecimentos são crimes imprescritíveis, são crimes, portanto, não passíveis de anistia e não passíveis de graça, nem passíveis de perdão. Portanto, está tudo atrapalhado e está tudo contrário para impedir exatamente a verdade total, a reparação completa. E aí sim, a justiça de transição, a partir da qual nós poderemos falar em democracia plena em nosso País.

Então, essa luta é uma luta absolutamente indispensável, premente. Este ano de 50 anos do golpe é uma oportunidade para se ampliar e aprofundar a consciência da cidadania sobre essas questões, trazer a pressão externa sobre esta Casa, para que ela não seja tão leniente, como, lamentavelmente, a posição da Presidente é leniente. Por quê? Ela teme o quê? Os comandantes militares? Ela é o Comando maior. Por que esse receio? Não entendo, sobretudo de parte de uma pessoa que pagou caro, como muitos brasileiros e brasileiras, em relação à questão da liberdade, da democracia e dos direitos humanos em nosso País.

O Supremo Tribunal Federal, como já foi visto, insiste em não rever isso. Então, vamos rever através de um projeto de lei do Congresso, da Câmara, das duas Casas juntas, e, de uma vez por todas, a gente colocar um ponto final nesse impasse, sem o que nós não ficaremos quites com a Nação brasileira, com a democracia brasileira e, sobretudo, com as vítimas da ditadura militar.

A Câmara, formalmente, promulgou um ato considerando 2014 como o ano da democracia, da memória e do direito à verdade. Aprovamos, na Comissão de Constituição e Justiça, esta semana, a criação do Dia Internacional do Direito à Verdade sobre os Crimes de Graves Violações aos Direitos Humanos e à Dignidade Humana, por orientação, por determinação da ONU, que definiu a data de 24 de março, data do assassinato de Dom Oscar Romero, em El Salvador, país que estava também sofrendo uma ditadura militar, assassinado quando celebrava uma missa. Então, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou isso na Câmara dos Deputados. Espero que a aprovação se reproduza, se ratifique aqui no Senado Federal. E a partir do próximo ano, 2015, estaremos a celebrar, no dia 24 de março, nacionalmente – Municípios, Estados e a União –, a data internacional dos direitos humanos, como é o 8 de março, o Dia Internacional da Mulher, seguindo uma orientação e uma atitude de vários países que já criaram essa data, esse dia, esse momento de celebração e de reiteração dos nossos compromissos com o direito à verdade e à recusa absoluta, intransigente à grave violação dos direitos humanos.

Então, em grandes linhas, para não me estender mais, para não cansá-las e cansá-los, é o que nós temos a dizer, reiterando o nosso compromisso incondicional, até o dia em que a gente tenha, de fato, o último desaparecido aparecido, pelos meno em relação ao destino dos seus restos mortais, como fizemos quando Prefeita de São Paulo. E eu tenho dito que se não tivesse feito outra coisa como Prefeita daquela importante capital, ter revelado a verdade sobre a vala clandestina de Perus, com 1.049 cadáveres, dos quais já conseguimos revelar a identidade de oito ou nove – e a partir daí, os arquivos do País todos começaram a se abrir, e as pessoas começaram a ter a condição de ir em frente na busca dos seus familiares e na busca de completar esse triste período da nossa história –, nos dá, portanto, muita vontade de viver o máximo que Deus nos permitir, lúcida e com energia, junto com a energia dessa juventude parlamentar e essa juventude que está aí a reagir, a resistir, não tendo muita clareza do quê, e a gente tem que fazer esses jovens perceberem que há causas importantes para eles abraçarem, como esta que é a causa da justiça, da verdade, da reparação absoluta dos graves crimes de lesa-humanidade que este País cometeu durante um largo período de tempo da sua história.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Deputada, muitíssimo obrigado. Suas palavras nos enchem de esperança por um País mais justo, melhor para todos; e um País, sobretudo, que consiga mobilizar seu povo para construir este caminho de justiça, de respeito aos direitos humanos e de harmonia entre todos nós.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Eu gostaria, se possível, como eu tenho que estar na Comissão de Relações Exteriores – eu peço desculpa ao Dr. Aurélio Virgílio Veigas Rios –, de fazer um breve registro.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Passo-lhe já a palavra. Registro a presença do Senador Randolfe Rodrigues, que é autor do requerimento, que nos permite ter este debate aqui na Comissão. E convido o Senador para presidir.

Como vou ter que me ausentar, eu gostaria de dizer que eu sou o Relator do projeto do Senador Randolfe Rodrigues, que tem uma similitude com o da Deputada Luíza Erundina, com uma pequena diferença: nós estamos aproveitando a contribuição deste debate para elaborar o relatório conclusivo que vamos apresentar 4ª feira, sobre a proposta do Senador.

Eu solicito ao Senador que assuma aqui e passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Eu gostaria, Presidente, Senador João Capiberibe, de passar às suas mãos uma brevíssima contribuição, mas que exatamente vem ao encontro das palavras agora proferidas pela Deputada Federal Luiza Erundina; pela Presidente Marisa Monteiro Borges, do Conselho Federal de Psicologia; Vera Paiva, também do Conselho Federal de Psicologia, e do nosso representante da OAB, que aqui a nós falou há pouco.

Coincide de eu ontem ter visto – e trouxe aqui em virtude desta audiência – uma entrevista recente, na verdade de 23 de outubro de 2013. Havia uma pessoa de grande afinidade com a ex-Prefeita Luiza Erundina, porque foi justamente o seu Secretário de Assuntos Jurídicos.

Então, queria registrar a palavra expressa no *blog* de José Dirceu, pelo Prof. Dalmo de Abreu Dallari, sobre o tema que é o objeto principal do nosso encontro.

Como o senhor avalia a discussão sobre a anistia hoje? Diz o Prof. Dalmo Dallari:

A questão encontra-se muito mal colocada do ponto de vista jurídico. Antes de mais nada, foi extremamente infeliz e juridicamente errada a decisão do Supremo Tribunal Federal ao considerar, com base na Lei de Anistia, os torturadores dos que haviam sido anistiados. Isso foi um erro jurídico extremamente sério. Compromissos internacionais do Brasil, inclusive com a Convenção Americana de Direitos Humanos, estabelece que crimes contra a humanidade não são prescritíveis, ou seja, não são sujeitos de perdão e sempre será possível a punição.

A Lei de Anistia se aplica neste caso?

Responde o Prof. Dalmo Dallari:

A Lei de Anistia não se aplica a estes crimes. Trata-se de um compromisso jurídico do Brasil. É importante ressaltar que o Supremo Tribunal Federal também usou o fundamento falso e infeliz. Na ocasião, o Relator, Ministro Eros Grau, disse que a Lei de Anistia foi produto de um acordo. Isso é absolutamente errado. Naquele momento, não havia acordo possível. O que aconteceu foi que os que desejam democracia e a punição dos culpados também queriam que os presos políticos fossem libertados e os exilados pudessem retornar ao Brasil. Com base da Lei da Anistia, criava-se essa possibilidade, mas isso está muito longe de dizer que as pessoas que lutavam com isso estavam de acordo com o perdão dos torturadores. De maneira que foi falsa a sustentação do STF e juridicamente errada, porque contrariou o compromisso jurídico do Brasil.

Como o senhor avalia as iniciativas recentes em torno da revisão da Lei da Anistia? "Excelentes".

Cumprimento, então, a Deputado Luiza Erundina e o Senador Randolfe Rodrigues.

Prossegue, pelo Sr. Dalmo Dallari:

A revisão busca estabelecer a correta filiação do Brasil aos compromissos internacionais. Quando o STF julgou que os torturadores estavam anistiados, estava ofendendo dispositivos do Direito Internacional que o nosso País é obrigado a estabelecer. A rediscussão, agora, e a aplicação correta da Lei da Anistia recoloca o Brasil no campo jurídico internacional, é uma correção importante para que o País se alinhe em termos práticos com os seus compromissos internacionais.

O parecer do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, colocou a questão nos termos corretos. A meu ver, nem é preciso alterar a Lei da Anistia, basta aplicar corretamente, ou seja, dentro dos limites estabelecidos pela Constituição [conforme a Deputada há pouco mencionou]. E, pelos compromissos internacionais estabelecidos pelo Brasil, os torturadores não estão anistiados, não são beneficiados pela Lei da Anistia, e não é preciso mudá-la; para fazer este efeito basta fazer a aplicação correta, para que eles possam ser punidos.

E, finalmente, a última questão. O senhor acredita que o STF possa mudar sua decisão agora?

É perfeitamente possível, porque ainda existem caminhos que permitem a reabertura dessa questão, e a decisão anterior pode ser modificada. O Supremo conta, hoje, com uma composição diferente, há Ministros que não estavam no tribunal quando da primeira decisão. A questão posta, hoje, perante o STF abre todas as possibilidades de revisão, é o legalmente correto e o juridicamente desejável, é o caminho.

Passo às mãos do Presidente, o Senador Randolfe Rodrigues, porque acredito que é uma contribuição relevante de uma pessoa respeitada como um dos maiores juristas brasileiros.

Então, tenho só uma breve indagação: ainda ontem, a Veroca Paiva, querida, mencionou, por ocasião da inauguração do busto do seu querido pai, Rubens Paiva, assim como ainda há pouco falou, que ela esteve recentemente e até diversas vezes, na África do Sul.

A África do Sul teve também um procedimento através da Comissão de Reconciliação e Verdade – presidida pelo Bispo que ganhou, por seu trabalho nessa Comissão, o Prêmio Nobel da Paz, Desmond Tutu, o qual, aliás, foi retratado num belíssimo filme, ao qual acho que todos nós assistimos, sobre o encontro até de... Não me lembro bem, há um jornalista norte-americano que encontra uma jornalista francesa e ambos vão seguindo por toda a África do Sul.

No trabalho, a Comissão ouvia, ao mesmo tempo, os familiares das vítimas de quem, porventura, tivesse sido vítima das atrocidades do Apartheid, e também escutava o responsável por aquela atrocidade. E havia, então, como que um reconhecimento por parte do algoz em relação às vítimas e até uma solicitação de perdão, o reconhecimento – o tratamento era outro. E a Veroca, ontem, enfatizou esse aspecto.

Fico pensando por que a nossa Lei da Anistia não tem este procedimento que me pareceu uma coisa interessante. Também pediria até que os presentes pudessem fazer uma reflexão sobre isso. Então, era a contribuição.

Eu deixo nas mãos de V. Exª a relevante contribuição do professor Dalmo Dallari (*Palmas.*)

Eu vou pedir licença.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Claro, Senador Suplicy.

Obrigado, Senador Suplicy. De fato, é uma importante contribuição do Dr. Dalmo Dallari, que reafirma o caminho que estamos percorrendo.

Queria cumprimentar a todos, e, para darmos sequência a esta audiência, vamos agora ouvir o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal.

Dr. Aurélio, por favor.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Permita-me apenas dar uma informação?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Senador Suplicy, por favor.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – A Deputada Luiza é muito amiga do Prof. Dalmo Dallari e informa que ele costuma, de dezembro a abril, permanecer em Paris, dando contribuições ali e até a estudos que ele tem formulado, mas ele chega domingo. Então, quem sabe possa V. Exª interagir com ele a respeito dessa questão premente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Obrigado, Senador Suplicy.

Dr. Aurélio Rios.

O SR. AURÉLIO RIOS – Bom dia a todos, a todas.

Eu queria agradecer o convite da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal.

Eu tenho a dizer, Senador Randolfe, que acho que estou colecionando milhas no meu cartão de fidelidade aqui nesta Comissão. É a terceira vez nessa semana que eu venho aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – A Comissão da outra Casa estava sob exílio, mas a Deputada Erundina e outros a retiraram do exílio agora.

O SR. AURÉLIO RIOS – Que maravilha.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Então, o senhor colecionará das duas Comissões.

O SR. AURÉLIO RIOS – Das duas agências. Que ótimo.

Estivemos aqui na segunda-feira, para tratar da questão muito grave dos desaparecidos na democracia. Eu cuidei, inclusive, especialmente, de um tema muito caro à Procuradoria Federal do Direitos do Cidadão, que são as execuções sumárias que ainda são feitas pela polícia, especialmente pelas polícias militares, e sobre o resíduo e o resquício autoritário da ditadura que ainda está impregnado em muitas instituições, e nós não podemos ter ilusão em relação a isso.

Depois, tivemos uma outra audiência aqui sobre a questão dos comunicadores, o preocupante aumento do número de mortes de jornalistas e de comunicadores. No ano passado, foram 136, entre blogueiros e jornalistas, o que é um número bastante preocupante também no Brasil.

Agora, vamos tratar da questão da Lei de Anistia e dos seus desdobramentos. Cumprimentando a todos na sua pessoa, Senador Randolfe Rodrigues, que representa a juventude brasileira combativa, que quer, não se conforma com o estado de coisas no País, eu queria fazer essa homenagem de respeito pelo imenso trabalho que o senhor e toda a juventude têm feito, em especial o Levante Popular da Juventude, que tem também feito um trabalho muito importante de acirrar certas contradições e fazer com que as pessoas não esqueçam a participação de certos personagens nos atos mais vis e covardes praticados pela ditadura.

Quero cumprimentar a Drª Mariza, do Conselho Federal de Psicologia; Vera Paiva, os nossos respeitos. Enfim, é um prazer estar aqui com você, mas, principalmente, eu queria cumprimentar todos os presentes que nos ouvem e veem também na pessoa da minha querida amiga e batalhadora Luiza Erundina, Deputada Federal, mulher que realmente representa a luta não só das mulheres, a luta dos indigentes, das pessoas em situação de rua e, especialmente, das pessoas injustiçadas, das vítimas, dos mortos e desaparecidos no País. É a luta incessante dela, desde o primeiro mandato, para que nada que tenha sido produzido nesses últimos 50 anos seja esquecido. Isso é muito importante.

Milan Kundera dizia que "a luta da verdade será a luta permanente contra o esquecimento". Obviamente a Lei de Anistia não pode significar um esquecimento, não pode significar a impunidade. Isso já tem sido dito diversas vezes pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, quando, em outros casos que não dizem respeito ao caso Gomes Lund, no qual o Brasil foi condenado pela atuação militar especificamente na Guerra do Araguaia, em outros países – para que isso fique bem claro – ela declarou a nulidade de todos os processos de alta anistia, dizendo que isso não tem a legitimidade pretendida para se fazer disso um escudo de impunidade.

Quero fazer só uma ressalva, porque, originariamente, foi convidado para estar aqui o Dr. Rodrigo Janot, Procurador-Geral da República, que me indicou para estar aqui. Mas, indicou-me com uma ressalva que eu gostaria de deixar bem clara, de que estou aqui falando em meu nome, do Procurador Federal dos Direitos dos Cidadãos, e nada do que eu disser aqui pode significar a opinião dele. Primeiro porque a opinião dele está sendo construída, já posso adiantar, como vocês já viram no primeiro parecer que ele deu, porque a postura dele não é a mesma do seu antecessor; mas também não posso antecipar o que ele dirá perante o Supremo ou na DPF. Então, faço essa primeira ressalva para deixar bem claro que aqui falo em nome da Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos.

Nessa situação, quero concordar inteiramente com o que aqui disse a Deputada Luiza Erundina. Primeiro, não se conhece um acordo que não tenha sido escrito, que não seja publicado em cartório, que ninguém saiba os termos. Então, vira um acordo difuso, um acordo de boca e um acordo que, ainda que tivesse sido formalizado com todos os requisitos que o Código Civil estabelece para a validade de um ato jurídico, teria um grande problema: nenhum acordo dura a vida inteira, como um matrimônio não dura a vida inteira, como nós mesmos, na nossa curta passagem pelo Planeta, não somos eternamente duráveis. Ou seja, não é possível que trinta anos depois um determinado tipo de acordo, que teria sido feito entre os anos de 78 e 79, quando muitos brasileiros e brasileiras não eram nascidos, pudesse servir como base para toda uma geração, na base de um entendimento a respeito de uma lei promulgada pelo Congresso Nacional.

Então, o acordo que a gente pode tratar aqui é um acordo feito no Congresso Nacional, que gerou a Lei de Anistia. É só esse que eu conheço, a lei tal como ela foi promulgada. E seria absurdo! Eu fico muito feliz que os jovens juízes, especialmente os meus colegas, jovens promotores, como o Sérgio Suyama, como o Antônio Cabral, não tão jovens, como a Eugênia Gonzaga e o Marlon Veixas nunca aceitaram esse acordo, nunca acharam que não deveriam fazer o trabalho que o Ministério Público faz em qualquer situação onde haja um crime grave de violação de direitos humanos. O que a sociedade espera de um Promotor de Justiça quando vê

ossadas humanas? Quando vê depoimentos gravíssimos de familiares de desaparecidos dizendo que o pai, segundo notícia, foi torturado e desapareceu na dependência da tortura, na dependência dos locais de tortura?

Obviamente, a sociedade espera que o Ministério Público investigue, que procure saber a materialidade do crime, que vá atrás de fazer identificação por DNA, atrás das testemunhas, e verifique exatamente o que ocorreu, especialmente quando se tratar de sequestro ou de ocultação de cadáver, porque ambos são crimes permanentes e a ideia da prescrição, é sabido, não acolhe essas situações.

Então, para nós todos, que somos de outra geração, é um enorme prazer ver colegas que nem eram nascidos na promulgação da anistia e que simplesmente não se acham parte disso porque, primeiro, nunca encontraram, em nenhum cartório, em nenhum lugar, esse tal acordo que, dizem, foi feito. Segundo, porque, ainda que alguns queridos advogados liberais, que tiveram um papel muito importante lá atrás, venham, ainda hoje, ressaltar isso. Perdão, é o que eles acham, é o que foi feito lá atrás. A nova geração, como a do Senador Randolfe Rodrigues, dos nossos promotores, procuradores e juízes, não tem nenhum compromisso com isso, e nem pode ter, nem pode estar presa. O compromisso que ela tem de ter é com a memória, com a verdade e também com a justiça, o pilar não funciona sem esse tripé.

São três pilares que, juntos, formam um triângulo equilátero: a memória, a verdade a justiça. Não há como se esconder delas, até porque as marcas estão aí. Nós demoramos 50 anos para que não houvesse uma ordem do dia. Nós demoramos 50 anos para que, finalmente, as Forças Armadas acordassem para o fato. Várias instalações militares neste país foram usadas como centros de tortura e assassinatos. E muitos desaparecidos. Há vários relatos de que eles foram vistos pela última vez nessas instalações militares.

Portanto, era importante que as Forças Armadas não só fizessem um mea-culpa, não só fizessem, um dia, um sincero pedido de desculpas à sociedade brasileira, mas iniciassem um processo interno de verificar. Não estamos falando da casa da morte. Não estamos falando de locais clandestinos. Estamos falando de instalações oficiais militares. Então, isso é um avanço que, ainda que muito tardiamente, tem que ser dito.

O outro grande avanço, dito pela minha querida Deputada Luiza Erundina, é o fato de que a opinião pública começa a tomar sentido das coisas, começa a verificar que a ideia da anistia ligada à governabilidade e à estabilidade do regime democrático é falsa. Ela tem que ser trabalhada dentro da sua dimensão real.

Então, é um sintoma muito importante que a sociedade brasileira acorda para verificar que a Lei de Anistia não foi interpretada corretamente pelo Supremo. O Supremo a interpretou à luz das décadas de 70 e 80, quando passávamos pela transição política. Essa transição tem que acabar um dia. Nós temos que consolidar as instituições democráticas. É nosso dever cívico remover os entulhos autoritários que estão presentes em várias instituições.

Então, acho que a ideia da reformulação do conceito da Lei de Anistia precisa ser, realmente, retomada. Ou seja, a decisão do Supremo tem que ser revisitada.

E há boas razões para isso e fatos novos que nos deixam animados com essa perspectiva. Primeiro, houve uma renovação no Supremo. Daquela decisão para essa não são os mesmos. Depois, a circunstância política do País mudou – a circunstância política. Está absolutamente pronto para dar uma interpretação conforme, como pede o grande jurista Dalmo Dallari, que diz: "Não precisamos revogar a lei. É apenas interpretá-la como ela deveria ter sido interpretada desde sempre." Ela não serve e não pode servir de escudo para a impunidade. E as pessoas que estavam agindo em nome do Estado não podem se beneficiar no mesmo modo e na mesma intensidade daquelas pessoas que sofreram a repressão na pele a repressão, que foram punidas, presas e exiladas. A situação é muito diferente.

Lá atrás, o então Conselheiro Claudio Fonteles, da Comissão Nacional da Verdade, deixou isso muito claro: "Não há dois lados." A Comissão Nacional da Verdade foi criada para investigar o Estado brasileiro, os seus agentes, a sua participação efetiva nos crimes de lesa-humanidade, em crimes bárbaros, nas torturas mais lancinantes que submeteram essas pessoas, inclusive jovens mulheres, como é o caso da Presidenta Dilma, com 18 e 19 anos, barbaramente torturada, e de tantos que morreram em razão da tortura e desaparecem nos diversos porões abrigados pela ditadura.

Hoje, penso eu que o Supremo Tribunal Federal tem essa obrigação cívica de rever uma decisão equivocada – equivocada quanto aos seus pressupostos e equivocada, principalmente, quanto à sinalização para o futuro do País. Um órgão da importância do Supremo Tribunal Federal tem que ter a visão olímpica o jogo, porque as suas decisões se projetam para o futuro. E, neste País, que tantos ajudaram a construir, sobretudo a nossa querida e batalhadora Luiza Erundina, que está aqui, nós estamos construindo para os nossos filhos, para os nossos netos, para as gerações que se seguem. Dentro de toda ideia de memória e verdade está um compromisso intergeracional de que aquela geração que sofreu, que foi aniquilada, de algum modo sirva de cobertor ou de colchão para que as novas gerações vivam em outro País, vivam em outro grau de institucionalidade.

E, para que isso ocorra, temos de lembrar o que aconteceu. Nós não podemos esquecer o que se passou neste País, para que isso nunca mais ocorra.

Então, a ideia da memória, a ideia da justiça, a ideia de pegar esses lugares que serviram como centro de tortura e desaparecimento e de torná-los uma referência para a memória do País é absolutamente essencial, para que todos os estudantes das escolas públicas possam visitá-los, saber o que se passou neste País.

Do mesmo modo como há o Museu Imperial, em Petrópolis, onde todo mundo pode ver como viveu a realeza no Brasil, é importante que tenhamos também os museus ou centros de referência dos períodos mais tristes do País, especialmente no momento em que a ordem democrática foi solapada por um golpe militar.

A ditadura deixou raízes profundas, infelizmente, algumas delas... Não vou falar sobre isso; tive oportunidade de falar, um pouco mais, sobre isso na audiência nesta Casa, na segunda-feira. Mas, se nós não levarmos a sério a ditadura, não mostrarmos assim as feridas enormes que ela causou ao País, não seremos capazes de cumprir a etapa final do nosso processo de transição. Nós estaremos condenados permanentemente a ter uma transição inacabada. E este País merece, mais do que Copa do Mundo, mais do que grandes eventos, que o cidadão tenha o respeito do Estado. E o Estado passa a servir-se e a estar a serviço da cidadania.

Então, com essas palavras, não querendo me alongar, meu prezado Senador Randolfe Rodrigues, querida Deputada Mariza, Vera, queria deixar nosso recado de que conte conosco da Procuradoria Federal do Cidadão, do Ministério Público.

Nós temos dois grupos de trabalho muito importantes, que estão funcionando hoje, na instituição. Um é o grupo Memória e Verdade, que trata dessas referências históricas, para que não se esqueça o que aconteceu e de que serviu aquele prédio; o outro é o grupo de Justiça de Transição, que tem um trabalho muito importante, que é levar os torturadores sabidos, conhecidos, com provas cabais e materiais, ao banco do tribunal, para que o juiz se pronuncie sobre se aquele procedimento daquela criatura, impingiu sofrimento, que levou as pessoas ao desaparecimento, à morte, merece ou não ter o olhar da Justiça.

Evidentemente, não há tempo de falarmos sobre a questão de prescrição, de como isso funciona, mas eu queria terminar a minha fala, especialmente exaltando essa juventude, os novos juízes, os novos promotores, que, a despeito da decisão do Supremo, a despeito da passividade do Congresso Nacional em não colocar em pauta a questão da anistia, de acordo com o projeto da Luiza Erundina e, também, aqui, no Senado, do Senador Randolfe Rodrigues, seguem em frente e continuam a batalha. A eles especialmente servirá esse outro País.

O que estamos fazendo aqui, tenho certeza, se projetará para o futuro. E falta às instituições ter esta ideia: a de que nada que fizermos aqui servirá pessoalmente para qualquer uma das pessoas que viveram isso, mas que nós queremos construir um País muito mais justo, um País em que a cidadania seja o centro da atenção, e não as grandes obras, os viadutos, as coisas que eventualmente possamos ter construído.

Este Brasil será bom, quando as pessoas tiverem escola, quando as pessoas puderem andar na rua, quando a polícia for pacificada.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Dr. Aurélio, queríamos lhe agradecer e, em seu nome, ao Ministério Público Federal, à Procuradoria-Geral da República, ao Dr. Rodrigo Janot.

De fato, o Dr. Rodrigo Janot traz um alento importante à luta que a Deputada Luiza Erundina tem travado no Parlamento, essa luta – que é uma luta pela democracia – de revisão da Lei da Anistia. E ele trouxe muita esperança para nós quando o primeiro ato – e nunca é demais destacar isso, não é, Luiza? – do Dr. Janot foi anunciar a sua manifestação pela revisão da Lei da Anistia. Obviamente, como o senhor já disse, essa manifestação ficou em torno de um caso específico, mas que já indica o caminho que a Procuradoria-Geral da República, na gestão do Dr. Janot, pretende aqui apontar.

Com a exposição do Dr. Aurélio, nós estamos concluindo esta Audiência Pública sobre a Lei da Anistia.

Antes de concluir, eu gostaria de obviamente aqui agradecer as presenças da Drª Mariza Monteiro Borges, Presidente do Conselho Federal de Psicologia, Mestre em Psicologia pela Universidade de Brasília; a Drª Vera Paiva, Coordenadora da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, que participaram desde o começo desta Audiência Pública, como membros da nova Composição da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia.

Agradeço a participação das senhoras nesta Mesa e nesta audiência pública sobre a revisão da Lei da Anistia.

Antes de concluir, quero aqui fazer alguns registros que considero necessários ainda sobre esta Audiência Pública, neste momento em que a Presidente desta Comissão, a Senadora Ana Rita, designou a nós e ao Senador João Capiberibe para comunicar que pretende esta Comissão, na próxima semana, trazer a debate e a voto o projeto de lei que tramita aqui sobre revisão.

E nós gostaríamos aqui de fazer, fundamentalmente, um registro: a primazia deste debate no Congresso Nacional sobre a revisão da lei da anistia, e foi por isso que nós a convidamos para esta audiência pública, é desta senhora que nos honra com a sua presença, a Deputada Luiza Erundina.

Quem primeiro trouxe esse debate, não somente para o Congresso Nacional mas para a vida pública brasileira, foi a Deputada Luiza Erundina. A Deputada Luiza Erundina trouxe esse debate não em 2011 – permita-me Deputada –, mas a senhora trouxe esse debate para o Brasil na redemocratização, em 1988, quando foi prefeita de São Paulo.

Nunca é demais, Dr. Aurélio, destacar que foi na gestão da Prefeita Luiza Erundina que foi descoberto o cemitério clandestino de Perus. Foi na gestão da Prefeita Luiz Erundina que isso foi descoberto devido à decisão política desta prefeita. E nunca é demais destacar: a mais corajosa prefeita, uma das mais corajosas gestões municipais, senão a mais corajosa gestão municipal que houve neste País.

Foi nesta gestão, durante a gestão do governo do Município de São Paulo, que foi descoberto o Cemitério Clandestino de Perus e quando se colocou a lume a primeira grande denúncia, no início da redemocratização, sobre os crimes da ditadura militar. A necessidade da revisão da Lei da Anistia começou ali.

Então, o projeto que Luiza apresentou não foi apresentado em 2011. Permita-me, Luiza. Foi apresentado quando você era Prefeita de São Paulo, já em 1988; em sua gestão não no Legislativo, mas na sua gestão na prefeitura.

Permita-me dizer, Luiza, que a sua gestão naquela prefeitura em 1988 serve de farol para todos aqueles que são defensores de direitos humanos neste País e no mundo. A sua gestão à frente da Prefeitura de São Paulo é inspiradora para todos nós. Primeiro, pelo compromisso daquela gestão em defesa dos direitos humanos, segundo, pelo compromisso daquela gestão na defesa dos mais pobres.

Um governo, e principalmente um governo que se reivindica de esquerda, tem que ter o compromisso de ter lado. E o lado de um governo que se reivindica de esquerda, o lado de um governo que se diz defensor dos direitos humanos é estar junto dos mais pobres. O governo de Luiza Erundina, de 1988 até 1992, ousou, na cidade de São Paulo, defender os direitos humanos e estar ao lado dos mais pobres. Não foi à toa que, durante aquele governo, tendo um Secretário de nome Lúcio Gregori, que, pela primeira vez, em São Paulo, falou-se em tarifa zero do transporte coletivo. Não é à toa que a juventude, Dr. Aurélio, de que o senhor fala hoje, no ano passado, 2013, ocupou as ruas do Brasil todo dizendo que essa tarifa zero, que Luiza e Lúcio Gregori levaram para o seu governo, em 1989, e recebeu a reação da elite de São Paulo naquele dia, era não só possível, como era necessária.

Então, Luiza, a ideia do que pretendemos fazer aqui, na semana que vem, e a ideia do projeto que apresentamos no Senado é que ele seja aprovado aqui, em uma correlação de forças que acreditamos que é mais favorável, e que vá para a Câmara e seja apensado ao seu, para fortalecer o seu projeto na Câmara, e, de lá, siga para sanção da Presidente da República. Junte-se ao seu e vá, saído do Congresso Nacional, ser sancionado pela Presidente da República.

Não acredito, Luiza, que a Presidente da República não sancione esse projeto. Eu não quero acreditar; quero acreditar que tenha sido uma má interpretação da imprensa o que ouvi na última segunda-feira sobre a opinião da Presidente da República em relação à revisão da Lei da Anistia. Não é possível, Luiza, Dr. Aurélio, que a gente seja colocado contra os velhos generais da ditadura, e a Presidente fique ao lado deles.

A revisão da Lei da Anistia não é revanchismo; a revisão da Lei da Anistia é um imperativo histórico. Nós não podemos ter, no nosso ordenamento jurídico, uma lei que anistia torturador. Nós não podemos passar a vergonha de ser condenados pelas cortes internacionais de direitos humanos. É isso o que ocorre com a Lei que temos no nosso ordenamento jurídico. Estamos sendo condenados pelas cortes internacionais de direitos humanos porque temos, em nosso ordenamento jurídico, uma lei imposta pela ditadura, que permite que torturadores façam depoimentos diante dos noticiários, diante das TVs e jornais e digam: "Torturei e matei somente o que foi necessário". Isso não é possível!

A Alemanha, depois que passou por um regime nazista, fez a remissão dos seus pecados de tal modo que hoje, na Alemanha, cultuar o nazismo é crime – cultuar o nazismo é crime! Nós precisamos concluir o nosso demorado processo de transição. Nós não podemos continuar a conviver com o fascismo e com o nazismo. Nós não podemos continuar a conviver com aqueles que acham que é normal – ou que foi normal – matar e torturar num período triste, infeliz da nossa história. Nós temos que virar em definitivo essa chaga indelével da história nacional, e só o faremos quando sepultarmos em definitivo as chagas que foram deixadas. Essa lei é uma chaga indelével da nossa história e essa chaga indelével precisa e necessita ser sepultada.

É isso, Luiza, Dr. Aurélio, eu queria agradecer por essa audiência.

Esperamos que na próxima semana esta Comissão dê um passo para que consigamos avançar com o projeto que se encontra aqui, para encontrar logo o da Erundina, lá na Câmara dos Deputados, e, enfim, o Congresso Nacional dê um passo fundamental para o Brasil: rever a Lei da Anista. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 18 minutos.)

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 9 DE ABRIL DE 2014, QUARTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 11 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e quarenta e dois minutos do dia nove de abril de dois mil e quatorze, no Plenário número sete, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana Rita, João Capiberibe, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, João Durval, Roberto Requião, Paulo Davim, Vanessa Grazziotin e João Vicente Claudino. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, propõe a dispensa da leitura e aprovação das atas da 15ª a 21ª Reuniões da CDH, que são dadas por aprovadas, e faz suas considerações iniciais. Passa-se à apreciação da Pauta. **Pauta Deliberativa. Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2009** - Terminativo – que altera os §§ 3º, 6º, 7º e 8º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com o propósito de eliminar entraves burocráticos à concessão do benefício de 1 (um) salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso. Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2011** - Terminativo - Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que "dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências", e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência. Autoria: Senadora Angela Portela. Relatoria: Senadora Ana Rita (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad Hoc*: Senador Eduardo Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as 5 Emendas aprovadas na CDR. **Resultado**: Adiado. **Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2011** - Terminativo - Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CE. **Resultado**: Adiado. **Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 443, de 2011** - Terminativo - Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo "situação de vulnerabilidade temporária" de que trata o seu art. 22. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado**: Adiado. **Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2012** - Terminativo - Altera a ementa e o art. 1º e acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para estender o benefício aos portadores de doenças graves ou incapacitantes, nas condições que especifica, e dá outras providências. Autoria: Senador Eduardo Lopes. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2012** - Terminativo - Altera o art. 39 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever tentativas de reinserção familiar da criança ou do adolescente. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado**: Adiado. **Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2011** - Terminativo - Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, dispondo sobre a acessibilidade nos passeios públicos. Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Senador Roberto Requião. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDR. **Resultado**: Adiado. **Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2011** - Terminativo - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na modalidade de educação de jovens e adultos a política de atenção educacional e social aos idosos. Autoria: Senador Gim. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. **Resultado**: Adiado. **Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2012** - Terminativo - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da

Criança e do Adolescente e dá outras providências, para instituir medidas destinadas à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes. Autoria: Senadora Angela Portela. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS. **Resultado**: Adiado. **Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2012** - Terminativo - Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Gim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). **Resultado**: Adiado. **Item 11. Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2006** - Não Terminativo - Fixa a idade mínima para o trabalho como ator, modelo e similares. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Autoria: Senador Valdir Raupp. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. **Resultado**: Retirado de Pauta, a pedido da Relatora, Senadora Lídice da Mata. **Item 12. Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2012** - Não Terminativo - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para regulamentar o processo de escolha dos conselheiros tutelares. Autoria: Senador João Vicente Claudino. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela rejeição do projeto. **Resultado**: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição do Projeto. **Item 13. Projeto de Lei do Senado nº 461, de 2013** - Não Terminativo - Altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, entre as hipóteses para movimentação da conta vinculada do trabalhador, a opção de saque para tratamento de doenças graves, aquisição de prótese e órtese, dentre outros equipamentos específicos sob medida, para portadores de deficiência física e dá outras providências. Autoria: Senador Mário Couto. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. **Resultado**: Retirado de Pauta, a pedido do Relator, Senador Paulo Davim. **Item 14. Sugestão nº 1, de 2014** - Não Terminativo - Cria o Programa de Prevenção da Violência na Rede Educacional Brasileira. Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. **Resultado**: Adiado. **Item 15. Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2013** - Não Terminativo - Define crime conexo, para fins do disposto no art. 1º, § 1º, da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Favorável ao Projeto. **Resultado**: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. **Item 16. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 33, de 2014**. Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos para debater o seguinte tema: "Mobilidade Urbana: Estatuto do Rodoviário e o Brasil no Séc. XXI". Para tanto, sugiro que sejam convidados: Representante da CNTTConfederação Nacional dos Trabalhadores do Transporte; Representante do Ministério dos Transportes; Representante do Ministério das Cidades; Sr. Alceu Weber, Representante dos Rodoviários do RS; Representante do DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconomicos; Sr. Claudir Nespolo, Representante da CUT. Autoria: Senador Paulo Paim. **Resultado**: Aprovado. **Item 17. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa s/nº, de 2014**. Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão com a finalidade de debater a incidência do imposto de renda sobre os alimentos fixados judicialmente para a manutenção dos filhos, com a presença das seguintes convidadas: Professora Flávia Piovesan, da PUC/SP, membro do CLADEM (Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher) Membro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e Procuradora do Estado de São Paulo. Ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da Republica. Professora Misabel Derzi, Tributarista, Titular de Direito Financeiro e Tributário da Universidade Federal de Minas Gerais, de Direito Financeiro e Tributário das Faculdades Milton Campos, ex-Procuradora Geral do Estado de Minas Gerais, Advogada. Juiz Gildo Alves de Carvalho Filho. Titular da 8ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Manaus e Juiz Coordenador do Núcleo de Conciliação das Varas de Família e Polo Avançado FAM/TJAM. Diretor do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM, no Estado do Amazonas. Professora Lena Lavinas, Economista, titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Cadeira de Economia do Bem-Estar e Avaliação de Políticas Públicas e Programas Sociais. Senhor Rolf Madaleno, Advogado, Especialista em Direito de Família e Sucessões. Leciona Direito de Família e Sucessões na Graduação e Pós-Graduação na PUC/RS. É 1º Secretário do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Senhor Carlos Alberto Freitas Barreto, Secretário da Receita Federal do Brasil. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado**: Retirado pela autora, Senadora Vanessa Grazziotin. **Item 18. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa s/nº, de 2014**. Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada audiência pública na Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjunta com Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para discutir

sobre os crimes cometidos por agentes do Estado na assim chamada "Casa da Morte", localizada em Petrópolis-RJ. Convidados: Sr. Celso Amorim – Ministro de Estado da Defesa; Nadine Borges Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro; José Paulo Cavalcanti Filho - Comissão Nacional da Verdade. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado**: Não Lido. **Item 19. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa s/nº, de 2014**. Requeiro, na forma do disposto no art. 90, V, Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, sejam convidados a prestar depoimento no plenário desta Comissão a respeito da colaboração das Forças Armadas com as Comissões da Verdade nacional e estaduais, bem como com o Ministério Público Federal os Senhores: General de Exército Enzo Martins Peri; Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto; Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado**: Retirado pelo autor, Senador Randolfe Rodrigues. **Extrapauta**. **Item 20. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 34, de 2014**. Requeiro, em aditamento ao RDH 32/2014, que a realização de Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de debater o resultado da pesquisa SIPS/IPEA (Sistema de Indicadores de Percepção Social) intitulada Estupro no Brasil uma radiografia segundo os dados da saúde (versão preliminar), coordenada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, tenha a presença dos seguintes convidados: Senhor Marcelo Cortês Neri - Presidente do IPEA; 01 Representante do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA; 01 Representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM; Jornalista Nana Queiroz (Movimento#NãomereçoSerEstuprada); 1 Representante do Ministério da Justiça; e 01 Representante da Secretaria de Direitos Humanos. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado**: Aprovado. **Item 21 Extrapauta. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 35, de 2014**. Requeiro, nos termos regimentais, que esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa solicite ao Senhor Ministro de Estado da Defesa, Celso Amorim, a abertura de sindicância no sentido de apurar a ocorrência de graves violações de Direitos Humanos nas seguintes instalações administrativamente afetadas ou que estiveram administrativamente afetadas às Forças Armadas: Colégio Militar de Belo Horizonte; 19° Batalhão de Caçadores – Salvador/BA; Quartel da Polícia do Exército – Forte do Barbalho - Salvador/ BA; 6° Companhia da Polícia do Exército – Porto Alegre/RS; Pelotão de Investigações Criminais do Batalhão da Polícia Especial – Brasília/DF. Tais locais foram citados por testemunhas e vítimas de violência perpetrada por agentes do Estado no período compreendido entre 1964 e 1985 e complementam a lista encaminhada através do Ofício n° 124/ 2014 – CNV. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado**: Aprovado. **Item 22 Extrapauta. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 36, de 2014**. Requeiro, nos termos regimentais, que esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa encaminhe correspondência aos governadores dos Estados abaixo relacionados solicitando que sejam realizadas, pelas Comissões Estaduais da Verdade ou Secretarias de Direitos Humanos investigações no sentido de apurar a ocorrência de graves violações de Direitos Humanos nas seguintes instalações: Minas Gerais: - Delegacia de Roubos e Furtos – Belo Horizonte. Delegacia de Ordem Política e Social – Atual Departamento de Investigação Anti-drogas da Polícia Civil – Belo Horizonte. São Paulo: Destacamento de Operação Interna – Atual 36° Distrito Policial – São Paulo. Pernambuco: Casa de Detenção – Atual Casa de Cultura de Pernambuco – Recife. Rio Grande do Sul: Presídio de Ilha das Pedras. Tais locais foram citados por testemunhas e vítimas de violência e o envio de informações a seu respeito é de fundamental importância para o esclarecimento dos crimes perpetrados por agentes do Estado no período compreendido entre 1964 e 1985. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado**: Aprovado. **Item 23 Extrapauta. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 37, de 2014.** Requeiro, nos termos Regimentais, a aprovação de MOÇÃO DE APOIO ao movimento dos servidores do Senado Federal pela instalação de estruturas internas que facilitem o uso da bicicleta como meio de transporte para o trabalho, a ser lida em Plenário, com o seguinte teor: "MOÇÃO DE APOIO: A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa declara seu apoio à causa dos servidores do Senado Federal, pela instalação de estruturas internas que facilitem o uso da bicicleta como meio de transporte para o trabalho, tais como paraciclos, vestiários, armários, vias de acesso e faixas de travessia, devidamente sinalizadas, nas dependências do Senado Federal e imediações, bem como pela autorização de seu acesso aos vestiários, em trajes de ciclismo, casuais ou esportivos, utilizando as passagens e portarias previamente designadas pela Administração da Casa. Parabenizamos aos servidores pelo ato de conscientização denominado "1º Bicicletaço no Senado", promovido no último dia 7 de abril, Dia Mundial da Saúde, trazendo a todos nós a lembrança de que atitudes simples e cotidianas - como usar a bicicleta em lugar do automóvel - podem fazer muito por uma vida saudável e pela sustentabilidade do Planeta, mas é preciso que os Poderes constituídos tomem atitudes concretas paraviabilizar essa opção. O Senado Federal deve ser um exemplo nessa direção. A CDH confia em que a causa dos servidores será atendida muito brevemente". Autoria: Senadora Ana Rita. **Resultado**: Aprovado. Às onze horas e quarenta e sete minutos, assume a Presidência o

Senador Paulo Davim. Às onze horas e quarenta e oito minutos o Senhor Senador Paulo Davim passa a Presidência para o Senador Paulo Paim. Às onze e quarenta e nove minutos o Senhor Senador Paulo Paim passa a Presidência para a Senadora Ana Rita. Às treze horas e seis minutos, assume a Presidência o Senador Randolfe Rodrigues; e devolve à Senadora Ana Rita, às treze horas e dez minutos. O Senhor Senador Randolfe Rodrigues faz encaminhamento solicitando a Senhora Presidenta que convide o Senhor Wadih Damous, Presidente da Comissão Estadual da Verdade do Estado do Rio de Janeiro, para compor a mesa. A Senhora Presidenta concorda, convida o Senhor Wadih Damous para sentar-se à mesa e franqueia-lhe a palavra por três minutos. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, Paulo Paim, Paulo Davim, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e onze minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita,** Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Proponho a dispensa das leituras e as aprovações das Atas da 15ª e 21ª Reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Senador Paulo Paim, estamos aguardando a vinda dos demais Senadores. Antes, porém, informo que foi concluída a primeira parte da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Como já houve a votação, esperamos que os membros desta Comissão para cá se encaminhem. Acontece que também está em funcionamento a Comissão de Educação, que conta com a presença do Ministro. Portanto, é um momento importante, um privilégio poder ouvir o Ministro e de debater com S. Exª as questões de educação. Portanto, vamos tentar encaminhar, aqui, aquilo que for possível, esperando as presenças das colegas Senadoras e dos colegas Senadores.

Sugiro, então, Senador Paulo Paim, considerando a presença de V. Exª, que façamos a leitura de um requerimento constante da pauta, de autoria de V. Exª, que é o item 16, pág. 320.

ITEM 16

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 33, de 2014

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos para debater o seguinte tema: "Mobilidade Urbana: Estatuto do Rodoviário e o Brasil no Séc. XXI". Para tanto, sugiro que sejam convidados: Representante da CNTT Confederação Nacional dos Trabalhadores do Transporte; Representante do Ministério dos Transportes; Representante do Ministério das Cidades; Sr. Alceu Weber – Representante dos Rodoviários do RS; Representante do DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconomicos; Sr. Claudir Nespolo-Representante da CUT.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para que faça os devidos encaminhamentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Ana Rita, o debate sobre mobilidade urbana é de interesse nacional naturalmente, e, claro, uma preocupação nossa que sempre vai na linha de melhorar a condição de vida dos trabalhadores e da população como um todo via transporte rodoviário, seja ele de carga ou de passageiro, já que ainda continuamos em destaque, em nível internacional, na linha de acidentes de trânsito, numa visão do Brasil do Século XXI.

Por isso, convidamos representantes dos mais variados setores, os quais estão olhando, vendo e discutindo, com muito carinho, o Estatuto do Rodoviário, que, na verdade, mudou de nome, a pedido do setor – o projeto é de minha autoria – para Estatuto do Motorista. Já fizemos várias audiências e faremos mais esta com o objetivo de alavancar essa votação de forma definitiva.

Esse é o objetivo do requerimento, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Informo que está havendo votação na CCJ novamente, portanto, estamos sendo solicitados para irmos para lá. Assim sendo, peço ao Senador Paulo Davim que presida esta Comissão. Vou até a CCJ para ver como está o andamento da discussão e retorno para que possamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Solicito ao Senador Paulo Paim que permaneça aqui conosco...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu peço a V. Exª que, se perceber que tenho que votar, avise porque eu também faço parte...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Porque V. Exª também é membro da CCJ, assim como o Senador Randolfe.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas quero votar aqui, porque inclusive o projeto é do Senador Randolfe, que me convocou, ontem, para estar aqui hoje.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Vou solicitar ao Senador Paulo Davim que presida esta reunião, já que S. Exª não é membro da CCJ. Nós vamos nos dividindo aqui, pois é importante que esta reunião continue, porque temos projetos necessários para serem votados hoje e vamos aguardar aqui até que os membros da CCJ sejam liberados para que possam vir para cá.

Passo a Presidência ao Senador Paulo Davim. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco Maioria/PV - RN) – Convido o Senador Paulo Paim a assumir a Presidência para que eu possa fazer a leitura de dois projetos meus não terminativos. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então vamos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Tenho a honra de estar aqui presente em nossa reunião e, em especial, para acompanhar a votação do PLS nº 237, que faz a revisão da Lei da Anistia, do Presidente daquela que eu considero uma das mais atuantes, aliás, a mais atuante comissão estadual da verdade deste País, e que tem dado uma contribuição enorme à reconstrução da verdade, da memória e da justiça, que é o Dr. Wadih Damous, da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro. Nunca é demais destacar as recentes contribuições dessa Comissão Estadual da Verdade ao trabalho junto à Comissão Nacional da Verdade, com os depoimentos que tem trazido àquela comissão e, recentemente, com o depoimento que trouxe de membros da reserva do Exército Brasileiro, de torturadores que atuaram durante a ditadura no País. Então, o Dr. Wadih Damous é um dos convidados para a reunião de hoje. Eu solicito a V. Exª que, além de registrar sua presença, faça as honras devidas, convidando o Dr. Wadih Damous para compor a Mesa desta reunião de hoje.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senador Randolfe. Faço o convite ao Dr. Wadih, para que venha estar conosco aqui, prestigiando esta Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

Seja bem-vindo!

Quero também fazer minhas as palavras do Senador Randolfe e parabenizar a Comissão Nacional da Verdade, que tem feito um trabalho importante de resgatar a memória do nosso País. Tivemos a alegria de receber, no Estado do Espírito Santo, o Dr. Saboia, que esteve conosco a semana passada, fazendo já uma exposição dos trabalhos realizados pela Comissão Nacional da Verdade. Quero aqui parabenizá-los e também agradecer a oportunidade.

Concedo a V. Sª um tempo de fala, se assim desejar. Dois a três minutos, para que possamos dar aqui sequência aos trabalhos.

O SR. WADIH DAMOUS – Senadora Ana Rita, é uma honra estar compondo a Mesa desta tão importante Comissão do Senado Federal. Agradeço ao Senador Randolfe Rodrigues pela honra do convite para estar aqui.

Nós entendemos que esse projeto de lei que será apresentado hoje é da maior relevância. Não podemos mais conviver com a existência de pessoas que cometeram as maiores barbaridades neste País em termos de atentados aos direitos humanos continuando imunes às regras do Estado democrático de direito. Qualquer cidadão em nosso País que pratique crimes deve responder por eles na forma do nosso ordenamento jurídico, na forma do regramento do Estado democrático de direito. E essas pessoas acabam contribuindo como exemplo de impunidade. Muitos dos crimes que essas pessoas praticaram continuam sendo praticados hoje em dia. Torturas, desaparecimentos forçados, infelizmente ainda são prática corrente no chamado combate à criminalidade, em políticas de Estado de segurança pública, e isso tem grande contribuição daqueles que não foram punidos no passado.

Temos recebido relatos que nos deixam de cabelos arrepiados com a capacidade que aqueles agentes públicos tiveram de cometer crimes de lesa-humanidade, que, como sabemos, são imprescritíveis, não podem ser objeto de anistia. A autoanistia tem sido condenada por todas as cortes internacionais do mundo, a Corte Eu-

ropeia, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, e acho que o projeto de lei que será apresentado aqui hoje para apreciação desta Comissão corrige uma aberração jurídica que, infelizmente, está em curso em nosso País.

Mais uma vez, Senadora, Senador Randolfe Rodrigues, quero agradecer o convite para estar aqui e dizer que apoiamos a aprovação do projeto de lei que será apresentado aqui daqui a pouco e dizer que sua aprovação, sua transformação em lei, em aditamento à Lei de Anistia, que afasta a possibilidade de anistia a esses agentes públicos, coloca o Brasil no rumo dos países civilizados e é um passo importante para a consolidação da nossa democracia.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Dr. Wadih Damous, que também é Presidente da Comissão Estadual da Verdade do Estado do Rio de Janeiro. Que bom que o senhor está aqui! Também é muito bom ouvir a opinião da Comissão Nacional da Verdade a respeito do projeto que será apreciado daqui a pouco.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV - RN) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sim, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV - RN) – Solicito a retirada de pauta do item 13, de que sou Relator. Recebi uma solicitação da Caixa Econômica, pedindo um prazo de 15 dias para que possa encaminhar um parecer. A gente volta a apreciar daqui a 15 dias esse item.

Solicito também a inversão de pauta para que eu possa fazer a leitura do item 12.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Só vou fazer um encaminhamento, junto com o pedido do Senador Paulo Davim.

Quero informar que a Senadora Lídice da Mata pediu para retirar de pauta o item 11, do qual é Relatora, e agora, o item 13, do Senador Paulo Davim.

(São as seguintes as matérias retiradas de pauta:

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 83, de 2006
- Não terminativo -

Fixa a idade mínima para o trabalho como ator, modelo e similares.
Autoria: Valdir Raupp
Relatoria: Lídice da Mata.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 461, de 2013
- Não terminativo -

Altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, entre as hipóteses para movimentação da conta vinculada do trabalhador, a opção de saque para tratamento de doenças graves, aquisição de prótese e órtese, dentre outros equipamentos específicos sob medida, para portadores de deficiência física e dá outras providências.
Autoria: Mário Couto
Relatoria: Paulo Davim.)

É importante registrar que do item 1 ao item 10, todos já foram lidos... Do item 1 ao item 6 e o item 8 já foram lidos. Os demais não foram lidos ainda e são projetos terminativos.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues para uma questão de ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Obrigado, Presidente.

Da mesma forma, solicito a retirada do item 19, que era um requerimento de minha autoria, visto que ainda ontem conversei com S. Exª o Ministro da Defesa, e esse tema já está em tratativa, em entendimento com S. Exª. Então, do item 19, um requerimento de minha autoria, solicito a retirada de pauta.

E também, já contando com a presença do nosso Relator, Senador João Capiberibe, e com a presença de ilustres convidados, dentro do possível e na ordem que V. Exª achar melhor, solicito a inversão de pauta para apreciação do item 15, que é o Projeto de Lei nº 237, de minha autoria, cuja relatoria é do Senador João Capiberibe, que busca fazer a revisão da Lei de Anistia.

(É o seguinte o item retirado)

19
REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requeiro, na forma do disposto no art. 90, V, Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, sejam convidados a prestar depoimento no plenário desta Comissão a respeito da colaboração das Forças Armadas com as Comissões da Verdade nacional e estaduais, bem como com o Ministério Público Federal os Senhores: General de Exército Enzo Martins Peri; Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto; Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito.
Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – O Senador Paulo Davim também pediu inversão de pauta para o item 12. Como S. Exª pediu primeiro, vou, então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Claro. Primeiro o Senador Paulo Davim, obviamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Com a concordância dos membros desta Comissão, primeiramente, vamos ler o item 12, um projeto não terminativo, para cuja votação temos quórum, e, em seguida, o item 15, também não terminativo, para o qual o Senador Randolfe pediu inversão de pauta.

Aqueles que aprovam a inversão de pauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inversão de pauta.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 221, de 2012
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para regulamentar o processo de escolha dos conselheiros tutelares.
Autoria: João Vicente Claudino
Relatoria: Paulo Davim.

Com a palavra, o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV - RN) – Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2012, do Senador João Vicente Claudino, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para regulamentar o processo de escolha dos conselheiros tutelares.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) examina o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 221, de 2012, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que propõe o acréscimo, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de novos critérios para a escolha de membros dos conselhos tutelares.

O ECA exige que os candidatos a membro do Conselho Tutelar tenham reconhecida idoneidade moral e idade superior a vinte e um anos, além de serem residentes no Município. A proposição acrescenta a esses requisitos a exigência de não ser o candidato filiado a partido político e de ter reconhecida atuação na defesa e na promoção dos direitos da criança e do adolescente, comprovada por títulos, documentos ou consideração da comunidade local. O conselheiro tutelar estará sujeito à perda de mandato em caso de filiação a partido político.

O autor justifica a proposta com fundamento na importância de desestimular a candidatura de pessoas que somente queiram usar o cargo de conselheiro tutelar como trampolim político-eleitoral. A exigência de reconhecida atuação na defesa e na promoção dos direitos de crianças e adolescentes reforçaria a candidatura de pessoas mais comprometidas com essas causas do que com a política partidária.

O PLS nº 221, de 2012, foi distribuído à CDH e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que se manifestará em caráter terminativo.

Análise.

Os Conselhos Tutelares são órgãos autônomos, não jurisdicionais, aos quais compete zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente nas suas respectivas áreas geográficas de atuação.

A concepção descentralizada de aplicação do ECA atribui alto grau de autonomia aos Estados e Municípios para fixar normas adequadas a sua realidade específica. Nessa linha, dada a elevada diversidade que temos no Brasil, os membros dos Conselhos Tutelares são eleitos pela comunidade local.

O desencanto de muitos cidadãos com os partidos políticos é compreensível, dada a profusão de maus exemplos que muitos políticos têm dado. Não obstante, é preciso evitar que a política passe a ser estigmatizada como um assunto espúrio, sob pena de ferirmos de morte o processo democrático e esvaziarmos a política partidária, deixando as agremiações completamente à mercê dos maus políticos. Não podemos admitir a presunção de má-fé contra as pessoas somente em razão de serem filiadas a partidos políticos.

É desejável, inclusive, que a filiação partidária, quando houver, seja conhecida do público. Dessa forma, os cidadãos podem acompanhar melhor o trabalho dos Conselheiros Tutelares, pois a ciência de que um dado membro é filiado a algum partido facilita a identificação do uso político do seu mandato.

Com relação à criação do requisito de reconhecida atuação na defesa e na promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes, opinamos que essa exigência tende a ser inócua, pois poderia advir da consideração da comunidade local. Ou seja, o ato de eleger um candidato a membro do Conselho Tutelar poderá ser interpretado como reconhecimento da comunidade.

Em suma, consideramos ser preferível preservar a ampla autonomia municipal para regulamentar essa matéria, bem como a autonomia dos eleitores para escolher seus candidatos, podendo, inclusive, rejeitar aqueles que pareçam querer usar o Conselho Tutelar como mero trampolim político.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2012.

Era só, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senador Paulo Davim.

Na verdade o relatório, pelo que consta aqui, já tinha sido lido, e o Senador Gim havia pedido vista desse relatório. O Senador Gim não está presente, mas eu pergunto se algum dos Senadores quer se manifestar com relação a isso.

Eu vou colocar em discussão a matéria.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Srª Presidente, eu acho que o importante para alguém ser do Conselho de Defesa da Criança e do Adolescente é o empenho dessa pessoa em restringir.

Fazer com que essa pessoa não possa ser filiada a partido político não me parece adequado. Nós aqui nesta sala somos pessoas que certamente teríamos condições de estar no Conselho da Criança e do Adolescente, mas, por sermos filiados a partidos políticos, então, estaríamos impedidos?

Eu estou de acordo com o parecer.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senador Eduardo Suplicy.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório pela rejeição do projeto.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão de Direitos Humanos pela rejeição do Projeto.

O Projeto segue para análise da CCJ, em decisão terminativa.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, de 2013
- Não terminativo -

Define crime conexo, para fins do disposto no art. 1º, § 1º, da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.
Autoria: Randolfe Rodrigues
Relatoria: João Capiberibe
Relatório: Pela aprovação do Projeto
Observações:
Tramitação: CDH, CRE e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe para leitura do relatório.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Srª Presidenta, Senadora Ana Rita:

Sr. Wadih Damous, é uma satisfação grande recebê-lo aqui na Comissão. Conhecemos seu empenho e seu trabalho em defesa dos direitos humanos, sobretudo em defesa da democracia do nosso País.

Queria felicitar o Senador Randolfe Rodrigues pela iniciativa de apresentar esse projeto de lei que atende e atualiza, digamos, a Lei de Anistia, a Lei de 1979.

Queria cumprimentar também o Prefeito de Serra do Navio, José Maria, e o Vereador Jeziel, que nos visitam nesse momento. Serra do Navio é uma região emblemática de nosso País. Ali se concentrou uma grande mina de manganês que foi explorada, mas, logo depois da Segunda Guerra, essa mina foi exaurida. Foi explorada até exaurir a última pedra de manganês. O Prefeito herdou um drama tremendo que é a poluição, a contaminação, muitas dificuldades para gerir a sua pequena comunidade. Esse é um problema da mineração. Toda vez que se esgota, herda-se uma cidade fantasma, abandonada. Agora ele está tentando recuperá-la.

Srª Presidenta, Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 237, de 2013, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, tem por finalidade excluir da anistia concedida pela Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 (Lei da Anistia) – quando ela foi promulgada, eu vivia em Maputo, em Moçambique, e aguardava com muita ansiedade poder retornar ao meu Pais, juntamente com a minha companheira, Janete, e meus três filhos –, os crimes cometidos por agentes públicos, militares ou civis, contra opositores do governo, no período por ela abrangido. Pretende, ainda, declarar extinta, retroativamente, a prescritibilidade desses crimes.

O autor justifica sua iniciativa com fundamento na impossibilidade de punir crimes cometidos por agentes do governo ditatorial sem alterar a Lei de Anistia. Considera injusta a falta de punição a esses crimes, que feriram direitos humanos fundamentais. Ressalta, também, que a Constituição de 1988 torna o crime de tortura inafiançável e insusceptível de graça e anistia. Argumenta, igualmente, que a anistia aos agentes públicos criminosos não teria sido recepcionada pela Constituição de 1988, devido à incompatibilidade entre a lei que a instituiu e a Carta Magna, mas pondera que, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, a declaração dessa incompatibilidade só poderia advir de revisão legal promovida pelo Legislativo.

O PLS nº 237, de 2013, foi distribuído às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

Até o momento, não foram oferecidas emendas ao projeto.

Vamos à análise.

Conforme dispõe o art. 102-E, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre matérias pertinentes à garantia e à promoção dos direitos humanos.

Na essência do PLS nº 237, de 2013, está a relação entre a defesa dos direitos humanos, a rejeição à violência e à repressão política e a construção do Estado Democrático de Direito.

A repressão durante a ditadura civil-militar perseguiu, cassou, torturou, matou e forçou o exílio de milhares de opositores, reprimindo direitos fundamentais legítimos de toda a sociedade. Em nome de uma causa, fosse ela boa ou má, a violência política foi admitida e praticada pelo Estado. Por trás da repressão violenta, estava a mesma razão que justificava o autoritarismo político, as cassações e o exílio, ou seja, o não reconhecimento do direito fundamental dos adversários de existir e de se manifestar livremente.

De fato, como sustenta o autor da proposição ora examinada, a anistia aos agentes públicos que tenham cometido crimes políticos ou conexos como estes, contra opositores dos governos de então, fere nosso senso de justiça e nega a primazia dos direitos humanos reconhecida na Constituição Cidadã.

Diversos países que emergiram de períodos ditatoriais levaram a cabo a responsabilização daqueles que tenham cometido crimes em nome do Estado. No Brasil, contudo, disseminou-se o discurso de que a anistia seria a condição necessária para que o País pudesse avançar rumo à redemocratização e à reconciliação.

De fato, no final da década de 1970, ainda em posição de força, mas politicamente moribunda, a ditadura foi forçada a aceitar a progressiva abertura política. Porém, a própria premissa de que a anistia seria condição para a redemocratização pacífica atesta que essa lei nada mais era do que um pacto leonino entre a ditadura e a sociedade. Trazia implícita e mal disfarçada a ameaça de resistência violenta, de continuação da repressão, de prolongamento do regime antagônico ao Estado Democrático de Direito. Portanto, não houve, na negociação da anistia, igualdade de posições entre a sociedade, refém de um regime repressivo, e seus carcereiros. A ditadura aproveitou-se da força de que ainda lhe restava para impor uma anistia que lhe desse cobertura a sua retirada de cena, assegurando a impunidade de seus agentes mais impiedosos.

Hoje, importa para o País e para toda a humanidade que os crimes contra os direitos humanos sejam punidos, para que a impunidade não estimule a sobrevivência da cultura da tortura e da aniquilação violenta dos adversários políticos. Mais que isso, a impunidade dos agentes da ditadura, daqueles que assassinaram, sequestraram, ocultaram corpos, essa impunidade fez com que essa tortura avançasse no tempo e chegasse aos nossos dias. Mais do que punir os que torturaram no passado, a revisão da lei da anistia é fundamental para coibir a tortura do presente.

Este é o objetivo do presente projeto de lei: revisar a Lei da Anistia, de maneira a promover sua adequação aos princípios fundamentais que inspiram a Constituição de 1988 e o sistema de tratados internacionais sobre direitos humanos dos quais o Brasil é signatário.

Em suma, a Lei da Anistia permitiu acelerar a redemocratização, mas foi injustamente imposta e teve um alto custo, que ainda hoje pagamos. A persistência dos embates ideológicos em torno dos fatos trágicos e lamentáveis ocorridos durante a ditadura militar impedem, de certo modo, que aprendamos lições importantes sobre esse passado, e isso ocorre, em parte, porque muitos torturadores ainda podem se apresentar como defensores da ordem e não como criminosos, pois jamais foram julgados.

É somente nessa condição absolutamente bizarra que uma pessoa pode admitir a prática de crimes atrozes e andar livremente, de cabeça erguida, protegida pela lei.

A impunidade da tortura, da repressão policial violenta, da intolerância política e do desrespeito aos direitos humanos, de modo geral, são cadáveres insepultos da ditadura, assim como o são os dissidentes ainda desaparecidos.

In fine, no que diz respeito ao sistema internacional de direitos humanos, é preciso lembrar o julgamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos, de 24 de novembro de 2010, posterior, portanto, à mencionada decisão do Supremo Tribunal Federal, que declarou:

As disposições da Lei de Anistia brasileira, que impedem a investigação e sanção de graves violações de direitos humanos, são incompatíveis com a Convenção Americana, carecem de efeitos jurídicos e não podem seguir representando um obstáculo para a investigação dos fatos do presente caso, nem para a identificação e punição dos responsáveis, e tampouco podem ter igual ou semelhante impacto a respeito de outros casos de graves violações de direitos humanos consagrados na Convenção Americana, ocorridos no Brasil.

A decisão da Corte prossegue recusando o recurso à prescrição, à irretroatividade da lei penal, à coisa julgada e mecanismos outros similares em seus efeitos de exclusão de responsabilidade e indicando como caminho obrigatório a investigação, a responsabilização e a punição dos culpados.

É necessário lembrar que as decisões da Corte vão além de uma simples recomendação e que, na condição de membro, o Brasil tem responsabilidade por seu cumprimento.

Isso dito, vamos ao voto, Srª Presidente.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2013.

Encerro dizendo que a democracia no Brasil precisa avançar e, para isso, nós precisamos atualizar conceitos e valores. Em defesa dos direitos humanos, é fundamental que esta Casa faça a revisão, adeque essa lei. Não se trata nem mesmo de uma revisão da Lei de Anistia, apenas de adequá-la àquilo que decidiu a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, tornando nula a nossa Lei de Anistia, tornando sem valor aquilo que foi feito lá em 1979.

Portanto, o nosso voto é pela aprovação, para que a gente corrija, para que a gente possa trazer para as gerações do presente. Eu nunca, durante esses 50 anos – eu diria desde que retornei ao País, no final de 1979 –, tinha testemunhado um momento tão importante na sociedade brasileira em relação à ditadura civil militar de 1964, onde alguns órgãos de imprensa que apoiaram, naquele momento, vieram a público, reconheceram e pediram desculpas.

Nesse momento, é necessário também que as nossas Forças Armadas venham a público e peçam desculpas, que reconheçam que, em seus prédios, em seus locais, foram praticados crimes hediondos, imprescritíveis, que precisam ser investigados e seus autores, punidos.

As Forças Armadas, para o bem da democracia, precisam responder aos anseios da sociedade; não têm mais que responder para aqueles que praticaram os crimes e que hoje se encontram aposentados, desfrutando, inclusive, de privilégios. Os que foram perseguidos não conseguem esses mesmos benefícios que os perseguidores, os torturadores conseguem hoje. Portanto, é o momento de esclarecer para a sociedade brasileira, de responder para a sociedade brasileira.

Espero que esta Casa, que o Senado, de uma forma célere, aprove, em definitivo, a adequação da Lei de Anistia.

Era isto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senador João Capiberibe, pela relatoria.

Em discussão a matéria.

Senador Eduardo Suplicy e Senador Paulo Davim.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Srª Presidenta, Senadora Ana Rita, Dr. Wadih Damous, Presidente da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, cuja presença agradecemos, prezados Srs. Senadores, eu recebi o texto de uma aula que o Prof. Fábio Konder Comparato pronunciou. Ele não estava presente fisicamente, mas encaminhou o texto para ser lido, porque precisou levar sua esposa ao hospital. Mas ele fez uma reflexão exatamente sobre o tema que aqui estamos a discutir.

Dada a importância do Prof. Fábio Konder Comparato, sua contribuição tão significativa, vou pedir licença para fazer a leitura desse texto, porque acredito que todos vamos aprender com ele.

Transcorrido meio século da instauração do regime autoritário empresarial-militar, é hora de refletirmos sobre as suas causas e o seu desenvolvimento durante mais de vinte anos.

Para se compreender o golpe de 31 de março de 1964, é preciso, antes de tudo, considerar o fato de que desde os tempos coloniais o poder político supremo neste País foi exercido pela classe dos grandes proprietários e empre-

sários, associada aos principais agentes do Estado. Essa soberania efetiva, no entanto, sempre foi encoberta pela ordenação jurídica oficial.

Entre ambos os grupos detentores do poder político supremo, até o golpe de Estado de 1964 os conflitos de interesse foram resolvidos por meios conciliatórios, sem se chegar ao confronto violento.

Quanto ao povo propriamente dito, ele nunca, nem de longe, deteve poder algum e sempre permaneceu alheio aos grandes episódios de nossa história política. Dois exemplos bastam para ilustrar esse fato.

A Independência, que, paradoxalmente, não foi o resultado de uma revolta do povo brasileiro contra o rei de Portugal, mas, ao contrário, do povo português contra o rei no Brasil, não suscitou o menor entusiasmo popular. Um observador judicioso, como Saint-Hilaire, pôde testemunhar: "A massa do povo ficou indiferente a tudo, parecendo perguntar como o burro da fábula: – Não terei a vida toda de carregar a albarda?"

A mesma cena, com personagens diferentes, repetiu-se em 15 de novembro de 1889, quando a insurreição do Marechal Deodoro e sua tropa contra o Gabinete do Primeiro-Ministro Ouro Preto provocou o fim da monarquia. "O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava", lê-se na carta, tantas vezes citada, de Aristides Lobo a um amigo. "Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada".

A partir da Independência, as Forças Armadas atuaram como agentes de ordem e segurança, submetidas ao poder político. Essa posição subordinada, no entanto, começou a ser repelida na caserna a partir da Guerra do Paraguai. A experiência dos governos militares nos primeiros cinco anos do período republicano foi frustrante para as Forças Armadas, pois elas tiveram que deixar o poder pela falta de apoio dos dois grupos políticos dominantes à época: a oligarquia cafeeira e a burocracia estatal. Desde então, a corporação militar passou a aspirar ao exercício do comando efetivo do Estado, como sucedia nos demais países da Ibero-América.

Após a Segunda Guerra Mundial, dois fatores vieram provocar um confronto aberto entre os dois grupos detentores da soberania efetiva: o fortalecimento das organizações de esquerda (partidos e sindicatos), de um lado; de outro lado, a instalação da Guerra Fria entre os Estados Unidos e seus aliados, contra a União Soviética e seus satélites, além da irrupção da Revolução Cubana em 1959. Temerosos de perder seus privilégios econômicos e o poder de pressão política, os grandes proprietários e empresários, apoiados no exterior pelos Estados Unidos e, interiormente, por algumas entidades importantes da sociedade civil, como a Igreja Católica, chamaram em 1964 as Forças Armadas a destituir o governo constitucional.

O que o empresariado não previra, no entanto, é que a corporação militar, instalada no comando político, nele decidiu permanecer definitivamente, instaurando um regime de terrorismo de Estado; isto é, uma política estatal de aniquilamento da oposição, principalmente mediante homicídios, desaparecimentos forçados e torturas, visando a criar um ambiente de terror na sociedade diante do Estado.

A partir daqui vamos entrar no tema propriamente.

A partir do processo contra os criminosos nazistas perante o Tribunal Militar Internacional de Nuremberg em 1945, os atos de terrorismo de Estado são considerados como crimes contra a humanidade. Tal qualificação foi reiterada pelo Estatuto do Tribunal Penal Internacional de 1998.

Em consequência, os Estados cujos agentes perpetraram tais crimes não têm competência para decretar ou reconhecer sua impunidade, pela prescrição ou a anistia. Em primeiro lugar, porque os crimes em questão são de responsabilidade do próprio Estado, que reconhece a prescrição ou estabelece a anistia, ou melhor, a autoanistia. Em segundo lugar, porque a humanidade como um todo é considerada vítima de tais crimes, e nenhum Estado representa a humanidade.

Lembremos alguns episódios constitutivos da política de terrorismo de Estado, durante o regime empresarial-militar instalado no país em 1964.

Em 1969, com o financiamento dos banqueiros paulistas e o apoio logístico da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, criou-se a chamada Operação Bandeirante, que deu origem, logo após, à instituição em todo o país das organizações de repressão violenta, denominadas DOI-CODI (Destacamento de Operações Internas e Centro de Operações de Defesa Interna). O DOI-CODI aqui instalado na Rua Tutoia –em São Paulo] celebrizou-se pelas atrocidades nele cometidas. Segundo dados colhidos pela Arquidiocese de São Paulo, quando aquela organização esteve sob o comando do então Major Carlos Alberto Brilhante Ustra, mais de 500 presos foram torturados, sendo quarenta deles até a morte.

Concomitantemente, o Exército aparelhou em Petrópolis uma casa, onde pelo menos 19 pessoas foram executadas, sendo seus corpos incinerados a fim de não deixar vestígios. Dessa Casa da Morte, apenas uma pessoa presa saiu viva: Inês Etienne Romeu, que tive a honra de representar como advogado, em uma ação declaratória movida contra a União Federal em 1999.

Outro episódio de terrorismo de Estado ocorreu na repressão à chamada Guerrilha do Araguaia, com o assassínio de não menos de 60 oponentes políticos, dois terços deles depois de presos e torturados. Em recente depoimento prestado à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro [cujo Presidente está presente aqui] , o coronel

reformado do Exército Paulo Malhães declarou que, na segunda metade da década de 1970, os cadáveres dos mortos foram desenterrados, suas mãos decepadas e ventres abertos, sendo em seguida lançados em rios, envolvidos em sacos impermeáveis com pedras de peso calculado, de modo a evitar que afundassem completamente ou flutuassem. Em 24 de novembro de 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, ao julgar o Caso Gomes Lund e outros versus Brasil, condenou por unanimidade o Estado Brasileiro pela prática de graves violações de direitos humanos durante a repressão à Guerrilha do Araguaia. Até hoje, porém, o Estado brasileiro não executou nenhum dos nove pontos decisórios dessa sentença da Corte.

Finalmente, deve ser citada também a chamada Operação Condor, um acordo internacional firmado em 1975 entre o nosso País, a Argentina, o Uruguai, o Paraguai, e a Bolívia, para coordenar, com o apoio dos Estados Unidos, a repressão política às pessoas consideradas subversivas. Estima-se que cerca de 60 mil pessoas foram mortas durante o desenrolar da Operação Condor, até 1980.

A partir da segunda metade da década de 1970, com a progressiva retirada de apoio do empresariado aos governos militares, procuraram estes preparar sua retirada do poder. Nesse contexto, as Forças Armadas negociaram com os grupos que sempre exerceram a soberania entre nós – grandes proprietários e empresários, associados aos agentes políticos – a devolução a estes do comando do Estado, desde que assegurada a impunidade aos responsáveis pelos crimes de terrorismo de Estado, até então praticados. A fórmula utilizada para tanto foi a concessão de anistia também aos crimes conexos aos delitos políticos. Fórmula de manifesta incoerência, pois a conexão criminal supõe a comunhão de objetivos de todos os delitos praticados, e ninguém em são juízo poderá afirmar que os opositores ao regime militar e aqueles que os torturaram e mataram agiram com objetivos comuns. De se ressaltar a trágica ironia de que a própria lei excetuou da anistia os condenados pela prática de crimes de terrorismo (art. 1º, § 2º).

Tive a honra de representar o Conselho Federal da OAB – diz Fábio Konder Comparato – na propositura da arguição de descumprimento de preceito fundamental nº 153, pela qual foi pedido ao Supremo Tribunal Federal que interpretasse a Lei de Anistia, não só à luz do art. 5º, inciso LXIII da Constituição Federal de 1988, o qual declara insuscetível de anistia o crime de tortura, como também em função do sistema internacional dos direitos humanos. Em abril de 2010, a nossa mais alta Corte de Justiça decidiu confirmar a eficácia anistiante da lei, em benefício dos criminosos do regime militar. Seis meses após, porém, no já citado Caso Gomes Lund e outros versus Brasil, a Corte Interamericana de Direitos Humanos julgou que essa interpretação da Lei de Anistia pelo Supremo Tribunal Federal representou frontal violação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

Qual a lição a tirar da ocorrência do mais longo regime de exceção de nossa História? Como evitar que tragédias políticas semelhantes voltem a acontecer?

Não hesito em dizer que a solução para tal – assim conclui Fábio Konder Comparato – consiste em construir um regime de autêntica soberania popular, em que as grandes decisões políticas sejam tomadas diretamente pelo povo, e não mais pelos seus mal chamados representantes, associados ao grande empresariado.

Ora, isto implica necessariamente a organização de um processo de sistemática educação política do povo, bem como a introdução em nosso ordenamento constitucional de instituições adequadas, como o plebiscito, o referendo popular e o recall de mandatos eletivos, sempre por iniciativa popular, sem autorização ou aprovação do Congresso Nacional, como se declara no art. 49, inciso XV da atual Constituição.

Não hesito em dizer que, para o lançamento desse programa nacional de redenção popular, esta Faculdade [a Escola de Governo] deverá colocar-se na linha de frente, renovando substancialmente a sua atuação pedagógica.

Assim conclui esse eminente professor.

Quero dizer que também li, na última reunião, uma entrevista do Prof. Dalmo de Abreu Dallari, que, em diálogo comigo, me disse: "Olha, nem precisaria haver uma nova lei, porque isso já está definido pela Corte Interamericana". Mas acho que isso aqui constitui uma contribuição relevante para a análise da sua iniciativa, Senador Randolfe Rodrigues.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senador Eduardo Suplicy.

Está inscrito o Senador Paulo Davim. Em seguida, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Presidente, rapidamente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – ..., quero registrar a presença do meu querido companheiro, Prefeito de Serra do Navio, no Amapá, Prefeito José Maria Lobato nesta Comissão de Direitos Humanos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada.

O Senador João Capiberibe já havia feito o registro. É com alegria que nós recebemos o Prefeito neste momento, que é histórico, na Comissão de Direitos Humanos, pois, possivelmente, aprovaremos, aqui, hoje, um projeto que vai modificar, alterar a Lei de Anistia para garantir que aqueles que cometeram os crimes da ditadura possam ser de fato punidos de acordo com a nossa legislação hoje.

Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV - RN) – Srª Presidente, quero saudar o Dr. Wadih e dizer que é muito bom ter sua presença nesta Comissão.

Esse projeto, de iniciativa do Senador Randolfe, é extremamente meritório. É um projeto que busca ser o antídoto para o futuro. Agora, não é um projeto simples. Ele é complexo. É um projeto que deve ser debatido exaustivamente, um projeto que terá que ser acompanhado com muito cuidado para que essa matéria, essa iniciativa seja para o bem de todos nós e do Brasil.

Não obstante a falta da manifestação dos órgãos do governo, como a AGU e o Ministério da Justiça, em se tratando da Comissão de Direitos Humanos, considerando que essa matéria vai tramitar na CCJ e na CRE, se não me engano...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sim; na Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV - RN) – Até porque é da alma da Comissão de Direitos Humanos; a Comissão de Direitos Humanos tem que ser assim mesmo, não pode ser diferente. A análise da CCJ é a da CCJ; a da CRE é a da CRE. Mas o papel da nossa Comissão aqui é esse.

De forma, que eu faço essa ressalva: nós temos de fazer uma discussão bem aprofundada, bem esmerada e ouvir também essas instituições. Acho que precisamos estabelecer uma dicotomia entre a força militar daquela época e as instituições militares de agora. Por hipótese alguma, poderemos macular a imagem dessas instituições. Eu acho que aqueles que estão à frente das forças militares, das Forças Armadas hoje, na época, talvez, não estivessem nem nas academias. Todavia, eu acho meritório. Devemos sim; razão pela qual o meu voto é favorável. Porém, reafirmo: defendo essa discussão aprofundada, sobretudo com o posicionamento da AGU e do Ministério da Justiça.

Quero aqui parabenizar a iniciativa do Senador Randolfe e externar essa minha preocupação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senador Paulo Davim.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Srª Presidente, meu querido Wadih Damous, o convite que fiz ao Presidente da Comissão Estadual da Verdade para estar aqui, quero reiterar, é devido à contribuição daquela Comissão ao trabalho de reconstituição, primeiro, da verdade histórica. E não existe o trabalho de reconstituição da verdade histórica se ele não for, depois, acompanhado da busca por justiça.

Srª Presidente, meu querido Wadih, meu querido Eduardo Suplicy, eu tinha quatro anos de idade quando João Bosco escreveu *O Bêbado e a Equilibrista*, que, depois, foi cantado, em uma das suas mais célebres interpretações, por Elis Regina.

Foi Henfil que, numa célebre definição, telefonando para o seu irmão Betinho, dizia: "Meu querido irmão, nossa causa, agora, já tem um hino; só falta a anistia". A música de João Bosco, cantada tão belamente por Elis, virou um hino daquele mais importante e célebre movimento, entre tantos belíssimos movimentos dos anos 70 pela abertura política. Sem dúvida nenhuma, o movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita foi o mais belo e representativo dos movimentos.

O movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita é sintetizado nas manifestações; é simbolizado em fotos como aquela do jornal *Folha de S.Paulo*, em que a perspectiva do fotógrafo capturou a imagem daquela pomba branca tendo ao fundo a manifestação popular. É simbolizado na música, no hino cantado por Elis, com a bela letra de João Bosco. É simbolizado com a volta dos exilados. Há todos esses símbolos, mas não pode ser símbolo a Lei nº 6.683, que foi aprovada pelo Congresso Nacional. Não, Srª Presidente! Porque aquela lei não foi o resultado da luta, não foi a anistia sonhada e desejada pelos exilados; aquela lei foi imposição da ditadura.

Srª Presidente, também quero divergir daqueles que dizem que aquele projeto de lei foi o resultado dos pactos pela democracia. Não existe pacto quando um lado está armado e o outro está desarmado. Não existe pacto sob uma ditadura. Não existe pacto quando não existem liberdades democráticas, quando não existem direitos civis. Existia um regime de exceção, e não existia o exercício de liberdade de manifestação, e não existia liberdade democrática, e não existia livre manifestação. E mais: não existiam liberdades partidárias. Nós tínhamos um Congresso Nacional amordaçado e limitado. O direito à manifestação partidária era de dois partidos. Um que, no máximo, podia dizer "sim" e, o outro, que tinha que dizer "sim, senhor". Um da liberdade vigiada e, o outro, o partido do regime. Um que era o da oposição consentida e, o outro, que era o partido do regime.

As oposições reunidas no MDB tiveram empurrada a lei do regime, esta Lei da Anistia. E esta lei foi confeccionada no ventre do regime, não pensando naqueles que estavam no cárcere. Tanto é que muitos daqueles que estavam no cárcere só foram libertados do cárcere, muitos deles, devido à expiração de suas penas, quatros, cinco anos depois.

A lei teve um mérito, temos que reconhecer, que foi o retorno dos exilados. O único. Mas a lei foi pensada pelo regime, em especial e principalmente, para anistiar aqueles que torturaram e mataram durante o regime.

Não há nessas palavras nenhum ódio. Mas eu quero aqui, Senador Suplicy, repetir o que eu ouvi, o eu li, melhor dizendo, da Presidente Dilma em entrevista ao *Correio Braziliense*, em 23 de junho de 2012. Ela, como vítima da ditadura, em uma entrevista longa e emocionante ao *Correio Braziliense*, disse: "Nem ódio nem vingança, mas também tampouco perdão". Essa é a melhor reação que pode existir por nossa parte, como agentes do Estado democrático de direito. Não pode haver ódio, mas também não pode haver perdão. E não pode haver ódio nem perdão em relação àqueles agentes do Estado, e aí temos que lembrar Hannah Arendt. Ela, em sua obra *Banalidade do mal*, chegou a escandalizar os estado judeu porque dizia que aqueles agentes da tortura, agentes como aqueles que vocês descobriram, Wadih, agentes como o Sr. Paulo Malhães, eles, por si só, não são o mal, eles são a encarnação do mal, peça de uma engrenagem do mal.

O que se constituiu no ventre da ditadura brasileira entre 1964 e 1985, agentes como Paulo Malhães, são somente peças de uma engrenagem do terrorismo de Estado que foi instituído no Brasil. O Brasil institui uma engrenagem de terrorismo de Estado, uma engrenagem como o próprio Sr. Paulo Malhães revelou. Em seus depoimentos, o Sr. Paulo Malhães diz, com a maior das friezas: "Eu matei e torturei somente quando era necessário." Com esse tipo de revelação, ele deixa claro a prática da tortura, que a tortura e a morte eram uma prática do Estado brasileiro, era uma ação dentro da estrutura do Estado brasileiro. Ele deixa claro, então, a atuação do Estado brasileiro e a atuação dele como parte da engrenagem do Estado brasileiro, como um agente da engrenagem do Estado brasileiro para atuar dentro da estrutura.

Então, Srª Presidente, Srs. Senadores, Srª Senadora Vanessa Grazziotin, quero reiterar aqui que o objetivo dessa lei, o objetivo central dessa lei não é olhar para o passado. É uma lei para olhar para o futuro. O aparato que foi legado pela ditadura deixou uma estrutura conservadora no Estado brasileiro que mantém sequelas ainda hoje. Lamentavelmente, as estruturas das nossas polícias eram repressivas antes de 64. Mas, após 64, constituiu-se uma estrutura de polícia mais voltada para a repressão.

Se temos dramas nacionais como Amarildo e Cláudia, esses dramas são também terríveis heranças do período autoritário. Esses dramas são terríveis heranças do arbítrio, do autoritarismo e do modelo de repressão que foram causadas. O modelo de repressão construído durante a ditadura instituiu um modelo de polícia voltado para a repressão.

Reiterando, o trecho da música de João Bosco fala da volta do irmão do Henfil, mas também fala de tanta gente que partiu num rabo de foguete. E fala também de um Brasil que chora com marias e clarices. Fala, assim, de Maria, viúva de Manoel Fiel Filho, operário que foi morto nos cárceres da ditadura pela tortura. Fala de Clarisse, viúva de Vladimir Herzog, que foi morto pela ditadura na tortura em seus porões.

Senador João Capiberibe, é belíssimo o relatório que o senhor apresenta no dia de hoje; o senhor, que foi resultado não da lei que aprovamos em 79, volta para o Brasil como resultado daqueles que se mobilizaram, da luta da sociedade brasileira pela volta daqueles que tinham sido exilados.

O senhor apresenta hoje um relatório – e a Senadora Ana Rita não poderia ter designado ninguém melhor para apresentar esse relatório nesta Comissão, nesses 50 anos que lembramos uma página infeliz da história nacional, – para que possamos dar uma mensagem para as gerações do presente. Essa página da história nacional não pode ser repetida jamais! Jamais! Aprovando esse projeto de lei aqui na Comissão – e eu espero que o quanto antes possamos aprovar a urgência desse projeto de lei bem como aprová-lo no plenário do Congresso Nacional – daremos uma mensagem do Brasil ao mundo.

A Corte Internacional de Direitos Humanos já condenou o Brasil, em virtude do que o Estado brasileiro fez com suas vítimas no Araguaia, que o Estado brasileiro fez com os seus patrícios no Araguaia. A Corte Internacional de Direitos Humanos já condenou o Brasil por ter, no seu ordenamento jurídico, uma lei que anistia torturadores. Ao aprovarmos esse projeto de lei – e espero que o Congresso Nacional o quanto antes o aprove –, estamos retirando do ordenamento jurídico uma lamentável lei que anistia torturadores. Com ela, aprovando essa lei, não queremos levar para cadeias velhinhos octogenários. Nós queremos retirar do ordenamento jurídico uma lei que anistia torturadores e queremos, com isso, não olhar para o passado, mas olhar para o futuro e dizer que este é um País que não aceita leis que anistiam, que não aceita a tortura, que considera a tortura um crime de fato inafiançável e imprescritível.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senador Randolfe Rodrigues.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Eu só quero me manifestar, cumprimentando o autor do projeto e o Relator por tão importante matéria que esta Comissão aprecia hoje. Em seguida, farei uma questão de ordem, um pedido que votemos extrapauta um requerimento, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sim, deixe-me concluir essa parte.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Direitos Humanos, favorável ao projeto.

A Senadora Vanessa solicita requerimento de urgência.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Que seja incluído na pauta, que possamos votar um requerimento de audiência pública em conjunto esta Comissão com a Comissão de Assuntos Sociais, com a CAS.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Então, são duas questões.

Vou colocar em votação o requerimento de urgência do projeto que acabamos de votar.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência.

Coloco em discussão o requerimento extrapauta apresentado pela Senadora Vanessa.

Aqueles que o aprovam o pedido de extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senadora Vanessa, estão também aqui na pauta outros requerimentos de V. Exª. O Requerimento nº 17. Então, vamos votar primeiro os que estão na pauta; posteriormente, votaremos o extrapauta. O Senador Randolfe também tem um requerimento na pauta.

ITEM Nº 17

REQUERIMENTO Nº..., de 2014

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão com a finalidade de debater a incidência do imposto de renda sobre os alimentos fixados judicialmente para a manutenção dos filhos, com a presença das seguintes convidadas: Professora Flávia Piovesan, da PUC/SP, membro do CLADEM (Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher) Membro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e Procuradora do Estado de São Paulo; Ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da Republica; Professora Misabel Derzi, Tributarista, Titular de Direito Financeiro e Tributário da Universidade Federal de Minas Gerais, de Direito Financeiro e Tributário das Faculdades Milton Campos, ex-Procuradora Geral do Estado de Minas Gerais, Advogada; Juiz Gildo Alves de Carvalho Filho, Titular da 8ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Manaus e Juiz Coordenador do Núcleo de Conciliação das Varas de Família e Polo Avançado FAM/TJAM; Diretor do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM, no Estado do Amazonas; Professora Lena Lavinas, Economista, titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Cadeira de Economia do Bem-Estar e Avaliação de Políticas Públicas e Programas Sociais; Senhor Rolf Madaleno, Advogado, Especialista em Direito de Família e Sucessões. Leciona Direito de Família e Sucessões na Graduação e Pós-Graduação na PUC/RS. É 1º Secretário do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM; Senhor Carlos Alberto Freitas Barreto, Secretário da Receita Federal do Brasil.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Senadora, a Maria do Rosário hoje não é mais Ministra, portanto, podemos substituir por um representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Claro!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Então, fazemos esse adendo ao requerimento de V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – A Ministra Ideli, a nova Ministra.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – A Ministra Ideli Salvatti, que foi quem substituiu Maria do Rosário. É só substituir os nomes. Na impossibilidade da Ministra, alguém representando a Secretaria de Direitos Humanos.

Antes de conceder a palavra à Senadora Vanessa, quero fazer uma observação.

Também a Comissão de Direitos Humanos, assim como a Comissão de Assuntos Sociais, tem como orientação que as audiências públicas não ultrapassem o número de seis convidados. E, pelo que estou vendo, há mais de seis convidados. Solicito a V. Exª, se for possível, refazer o requerimento, já definindo quais os convi-

dados que vão ficar. Se for o caso, faremos duas audiências públicas, porque, senão, teremos uma Mesa extremamente grande, com dificuldade de fazer o debate com a profundidade necessária.

É possível fazermos dessa forma?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Eu agradeço a observação. A mesma observação eu tenho feito para o meu gabinete, exatamente a mesma, mas eles insistem em que temos de contemplar todos e que, depois, a Comissão faz essa corte. A sugestão é que aprovemos o requerimento e façamos igual da outra vez: que diminuamos o número, porque muitas vezes se convidam duas pessoas do mesmo órgão. Presidente, a senhora tem razão. Eu concordo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Mas V. Exª vai ter de apresentar um requerimento retificando depois o requerimento aprovado. Então, acho que é melhor refazer o requerimento e aprovar o texto correto, porque senão teremos retrabalho. Pode ser?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Então, vamos retirar o requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sem problemas. Vamos fazer dessa forma. Acho que facilita um pouco mais as coisas.

Agradeço a compreensão da Senadora Vanessa.

Também quero agradecer profundamente a presença do Dr. Wadih Damous, da Comissão Estadual do Rio de Janeiro, que esteve conosco acompanhando a discussão do projeto apresentado pelo Senador Randolfe Rodrigues e relatado pelo Senador Capiberibe, que faz uma atualização na Lei da Anistia, muito necessária para que possamos fazer, de fato, justiça em nosso País.

Muito obrigada pela presença e agradeço profundamente pelo trabalho que tem realizado não só na Comissão estadual do Rio de Janeiro, mas também colaborando com a Comissão Nacional da Verdade.

Muito obrigada.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 34,

Requeiro, em aditamento ao RDH 32/2014, que a realização de Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de debater o resultado da pesquisa SIPS/IPEA (Sistema de Indicadores de Percepção Social) intitulada Estupro no Brasil uma radiografia segundo os dados da saúde (versão preliminar), coordenada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, tenha a presença dos seguintes convidados: Senhor Marcelo Cortês Neri - Presidente do IPEA; 01 Representante do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA; 01 Representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM; Jornalista Nana Queiroz (Movimento #NãomereçoSerEstuprada); 01 Representante do Ministério da Justiça; e 01 Representante da Secretaria de Direitos Humanos.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, para encaminhar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Primeiramente, agradeço a V. Exª. Eu não estava na CAS hoje, onde foi aprovado o mesmo requerimento com as retificações devidas, até porque o tom do debate agora não muda. Houve de fato um erro na pesquisa, que não é pequeno, entretanto não muda a realidade de que há uma parcela, um quarto da população brasileira, que tem uma visão que não condiz com a modernidade, com os direitos humanos, com as relações respeitosas que devam haver na nossa sociedade. Acho que o debate vem em boa hora. Agradeço a V. Exª, que aprovou o mesmo requerimento, com o mesmo conteúdo, o mesmo teor hoje muito cedo na Comissão de Assuntos Sociais.

Creio que teremos um belo debate amanhã.

O requerimento não é meu; o requerimento é nosso. Certamente faremos com que o debate seja muito importante aqui.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senadora.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A audiência pública, Senadora Vanessa, conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais já está marcada para o dia 15 de abril, na próxima terça-feira, às 11 horas.

Obrigada.

Vou colocar em votação requerimento do Senador Randolfe.

Item 18, p. 326.

ITEM Nº 18

REQUERIMENTO Nº , de 2014

Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada audiência pública na Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para discutir sobre os crimes cometidos por agentes do Estado na assim chamada "Casa da Morte", localizada em Petrópolis-RJ. Convidados: Sr. Celso Amorim – Ministro de Estado da Defesa; Nadine Borges Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro; José Paulo Cavalcanti Filho - Comissão Nacional da Verdade.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Presidente, em relação a esse requerimento, eu queria sugerir que nós o supendêssemos.

O Requerimento nº 19 eu já tinha pedido para retirar de pauta.

Esse de nº 18 eu queria sugerir que ficasse suspenso, porque entrei em contato ontem com S. Exª o Ministro da Defesa, e nós vamos ter um diálogo primeiro com o Ministro da Defesa, para, em seguida, vermos a melhor forma de darmos encaminhamento a esse requerimento. Então, sugiro a suspensão desse requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Então, ele fica sobrestado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Sobrestado. Perfeitamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Então, não será votado na manhã de hoje. Não havendo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Presidente, se V. Exª me permite, há dois requerimentos protocolizei agora. Na verdade, se for possível incluí-los extrapauta...

É um requerimento de sugestão ao Ministério da Defesa para que seja acrescentado...

O Ministério da Defesa instaurou uma comissão de sindicância para atender um ofício da Comissão Nacional da Verdade para investigar eventuais crimes cometidos em centros de tortura que existiram durante a ditadura civil militar. Estou sugerindo acrescentar a investigação a outros, estender essa investigação a outros seis centros de tortura: o Colégio Militar de Belo Horizonte; o 19º Batalhão de Caçadores, de Salvador - BA; o Quartel da Polícia do Exército Forte de Barbalho, de Salvador - BA; a 6ª Companhia de Polícia do Exército em Porto Alegre – RS; o Pelotão de Investigações Criminais do Batalhão da Polícia Especial em Brasília – DF.

Esses locais foram citados por testemunhas e vítimas de violência perpetrada por agentes do Estado no período compreendido entre 1964 e 1985 e complementam a lista encaminhada através do Ofício nº 124/2014, da Comissão Nacional da Verdade.

Presidente, já protocolizei esse requerimento que, na verdade, é para ser encaminhado na forma de ofício ao Ministério da Defesa, para que o referido Ministério, que já instaurou sindicância em sete centros, a estenda a esses outros seis centros.

Da mesma forma, Srª Presidente, há outro requerimento desta feita para os Governos estaduais de Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul, para que esta Comissão de Direitos Humanos encaminhe, oficie a esses Governos estaduais que seja feito, em conjunto com as Comissões Estaduais da Verdade, investigações nesses centros que são locais, onde, segundo depoimentos, ocorreram graves violações aos direitos humanos. Os locais são: em Minas Gerais, Delegacia de Roubos e Furtos de Belo Horizonte; Delegacia de Ordem Política e Social, atual Departamento de Investigação Antidrogas da Polícia Civil em Belo Horizonte; em São Paulo, Destacamento de Operação Interna, atual 36º Distrito Policial de São Paulo; em Pernambuco, Casa de Detenção, atual Casa de Cultura de Pernambuco, em Recife; no Rio Grande do Sul, Presídio de Ilha das Pedras.

Nesses termos, Srª Presidente, é que peço deferimento; que esses dois requerimentos possam ser incluídos extrapauta e, assim, deliberados por esta Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão dos dois requerimentos como extrapauta. Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão extrapauta.

Vou colocar em votação o primeiro requerimento apresentado pelo Senador Randolfe Rodrigues.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 35, de 2014
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, que esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa solicite ao Senhor Ministro de Estado da Defesa, Celso Amorim, a abertura de sindicância no sentido de apurar a ocorrência de graves violações de Direitos Humanos nas seguintes instalações administrativamente afetadas ou que estiveram administrativamente afetadas às Forças Armadas: Colégio Militar de Belo Horizonte; 19° Batalhão de Caçadores – Salvador/BA; Quartel da Polícia do Exército – Forte do Barbalho - Salvador/ BA; 6° Companhia da Polícia do Exército – Porto Alegre/RS; Pelotão de Investigações Criminais do Batalhão da Polícia Especial – Brasília/DF. Tais locais foram citados por testemunhas e vítimas de violência perpetrada por agentes do Estado no período compreendido entre 1964 e 1985 e complementam a lista encaminhada através do Ofício n° 124/ 2014 – CNV.
Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Em votação o requerimento.
Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado o requerimento.
Segundo requerimento apresentado pelo Senador Randolfe Rodrigues.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 36, de 2014
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, que esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa encaminhe correspondência aos governadores dos Estados abaixo relacionados solicitando que sejam realizadas, pelas Comissões Estaduais da Verdade ou Secretarias de Direitos Humanos investigações no sentido de apurar a ocorrência de graves violações de Direitos Humanos nas seguintes instalações: Minas Gerais: - Delegacia de Roubos e Furtos – Belo Horizonte. Delegacia de Ordem Política e Social – Atual Departamento de Investigação Anti-drogas da Polícia Civil – Belo Horizonte. São Paulo: Destacamento de Operação Interna – Atual 36° Distrito Policial – São Paulo. Pernambuco: Casa de Detenção – Atual Casa de Cultura de Pernambuco – Recife. Rio Grande do Sul: Presídio de Ilha das Pedras. Tais locais foram citados por testemunhas e vítimas de violência e o envio de informações a seu respeito é de fundamental importância para o esclarecimento dos crimes perpetrados por agentes do Estado no período compreendido entre 1964 e 1985.
Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Em votação o requerimento.
Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado o requerimento.
Por último, há um requerimento de minha autoria. Solicito ao Senador Randolfe Rodrigues que presida a reunião a fim de que eu faça a defesa do requerimento.
O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Submeto à apreciação da Comissão a inclusão extrapauta do requerimento da Senadora Ana Rita.
As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a inclusão extrapauta permaneçam como estão. (*Pausa.*)
Aprovada.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 37, de 2014
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos Regimentais, a aprovação de MOÇÃO DE APOIO ao movimento dos servidores do Senado Federal pela instalação de estruturas internas que facilitem o uso da bicicleta como meio de transporte para o trabalho, a ser lida em Plenário, com o seguinte teor: "MOÇÃO DE APOIO: A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa declara seu apoio à causa dos servidores do Senado Federal, pela instalação de estruturas internas que facilitem o uso da bicicleta como meio de transporte para o trabalho, tais como paraciclos, vestiários, armários, vias de acesso e faixas de travessia, devidamente sinalizadas, nas dependências do Senado Federal e imediações, bem como pela autorização de

seu acesso aos vestiários, em trajes de ciclismo, casuais ou esportivos, utilizando as passagens e portarias previamente designadas pela Administração da Casa. Parabenizamos aos servidores pelo ato de conscientização denominado "1º Bicicletaço no Senado", promovido no último dia 7 de abril, Dia Mundial da Saúde, trazendo a todos nós a lembrança de que atitudes simples e cotidianas - como usar a bicicleta em lugar do automóvel - podem fazer muito por uma vida saudável e pela sustentabilidade do Planeta, mas é preciso que os Poderes constituídos tomem atitudes concretas para viabilizar essa opção. O Senado Federal deve ser um exemplo nessa direção. A CDH confia em que a causa dos servidores será atendida muito brevemente."

Autoria: Senadora Ana Rita.

Senadora Ana Rita, para encaminhar.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Chegou à Comissão de Direitos Humanos uma solicitação de alguns servidores desta Casa que querem ter a bicicleta como um dos meios de transporte para vir ao trabalho, mas encontram algumas dificuldades, considerando que o espaço físico ainda não está suficientemente preparado e adequado para receber os servidores que chegam de bicicleta. Falta espaço para guardar a bicicleta, falta espaço para trocar de roupa, porque quem vem de bicicleta vem com uma roupa adequada. Enfim, achei muito justa a reivindicação e achei que a Comissão de Direitos Humanos é a comissão adequada para atender a essa solicitação de nossos servidores.

Portanto, apresento esse requerimento como uma moção de apoio, apenas apoiando a luta dos servidores, a ser encaminhado à Presidência desta Casa para avaliar a possibilidade de atendimento a essa demanda dos servidores do Senado Federal.

Apenas isso. Acho que é muito justo. Precisamos incentivar esse tipo de prática, é uma forma de contribuir para que haja uma melhoria na mobilidade urbana, toda cidade é muito cheia de carro, e o transporte alternativo de bicicleta além de contribuir com a saúde das pessoas também contribui para que tenhamos uma cidade mais saudável. Então, achei muito justo, por isso estou apresentando esse requerimento de apoio a essa demanda.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Muito bem, Senadora Ana Rita.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, a moção apresentada pela Senadora Ana Rita.

Devolvo a presidência para sua titular.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Agradeço, Senador Randolfe Rodrigues.

Não havendo mais nada a ser discutido, considerando que os projetos na pauta são terminativos, não temos quórum suficiente para isso, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 11 minutos.)

ATA DA 8ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL, 23ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA E 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO, NO DIA 15 DE ABRIL DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS 11 HORAS.

Às onze horas e dezenove minutos do dia quinze de abril de dois mil e quatorze, na sala dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora Ana Rita, reúnem-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, Casildo Maldaner, João Capiberibe, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka e Wellington Dias. Deixam de comparecer os demais membros das Comissões. É registrada a presença da Deputada Federal Erika Kokay. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos dos Requerimentos nº 32, de 2014-CDH de autoria das Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Rita, aprovado em 02/04/2014; o de nº 34 de 2014-CDH, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, aprovado em 09/04/2014 e dos Requerimentos nºs 14 e 17 de 2014-CAS, de autoria das Senadoras Ana Rita, Vanessa Grazziotin e Ana Amélia, aprovados em 02 e 09/04/2014, respectivamente, para "Debater o resultado da pesquisa SIPS/IPEA (Sistema de Indicadores de Percepção Social) intitulada Estupro no Brasil uma radiografia segundo os dados da saúde (versão preliminar), coordenada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA". A Senhora Presidenta declara que a Audiência Pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular, por meio do Portal e-Cidadania – link: http://bit.ly/CDHPesquisaEstupro, e do Alô Senado, através do número 080061-2211. A Senhora Presidenta apresenta os expositores e solicita que tomem lugar à mesa. Dando continuidade, faz suas considerações iniciais acerca do tema da Au-

diência Pública. A Senhora Presidenta passa a palavra para a Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidenta da Comissão de Assuntos Sociais - CAS, que anuncia a presença do Senador Waldemir Moka, Presidente da CAS, e faz suas considerações iniciais. A senhora Presidenta passa a palavra para o Senador Waldemir Moka, Presidente da CAS, que faz suas considerações iniciais. A Senhora Presidenta passa a palavra aos convidados nesta ordem: Daniel Cerqueira, Diretor de Estudos e Políticas do Estado, Instituições e da Democracia do IPEA; Nana Queiroz, Jornalista, Idealizadora do Movimento #NãomereçoSerEstuprada; Beatriz Cruz, Coordenadora Geral de Ações de Prevenção em Segurança Pública, da Secretaria de Segurança Pública do Ministério da Justiça; Andrei Suárez Dillon Soares, Coordenador Geral de Indicadores e Informações em Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e Rosângela Rigo, Secretária Adjunta de Enfretamento à Violência contra as Mulheres da Secretaria de Políticas para as Mulheres. A Senhora Presidenta registra a presença de diversas pessoas presentes no plenário da Comissão. Ao término das exposições, a Senhora Presidenta concede a palavra aos expositores para fazerem suas considerações finais. A educadora Daiara Figueiroa apresenta suas considerações, em representação à jornalista Nana Queiroz, que teve que se ausentar em razão de compromisso. A Senhora Presidenta faz os seguintes encaminhamentos: 1) realização de novas audiências, com a presença de especialistas nas áreas de Antropologia, Sociologia e Psicologia, a fim de melhor compreender o tema, trabalhar na prevenção, na mudança de cultura e contra a impunidade; 2) adequação da legislação, a fim de coibir os crimes virtuais praticados contra a mulher; 3) encaminhamento aos Ministérios correspondentes das sugestões da Jornalista Nana Queiroz, de atuação do Estado em cinco frentes, quais sejam: a) Educação: abordagem adequada das temáticas estupro e violência sexual para crianças, desde a pré-escola, o que será viabilizado por meio de curso oferecido pelo Governo Federal com a presença de um professor representante de cada escola pública; b) Saúde: preparação dos médicos, para que orientem as mães e pais, já durante o pré-natal, sobre o abuso sexual infantil; c) Justiça: Treinamento das polícias para lidarem de forma adequada com as vítimas da violência sexual e com os agressores; d) Comunicação: os meios de comunicação devem informar o que é violência sexual, estupro e suas principais ocorrências; e) Assuntos estratégicos: necessidade de haver maior coleta de dados sobre as causas do estupro, os casos em que mais ocorre, o que pensa a população sobre a violência sexual, etc. Fazem uso da palavra as Senhoras Senadoras Ana Rita, Vanessa Grazziotin e Lídice da Mata e o Senhor Senador Waldemir Moka. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e quatro minutos, lavrando eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e pelo Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita,** Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – Senador **Waldemir Moka,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Declaro aberta a 23ª reunião extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjunta com a 14ª reunião da Comissão Permanente de Assuntos Sociais, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos dos Requerimentos de nº 32, de 2014, da Comissão de Direitos Humanos, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, aprovado em 2 de abril de 2014, e de nº 34, de 2014, da Comissão de Direitos Humanos, de autoria também da Senadora Vanessa Grazziotin e outros, aprovado em 9 de abril de 2014, e dos Requerimentos de nºs 14 e 17, de 2014, da CAS, de minha autoria, e da Senadora Vanessa Grazziotin e Senadora Ana Amélia, aprovados em 2 e 9 de abril de 2014, respectivamente, para debater o resultado da pesquisa do Ipea, do Sistema de Indicadores de Percepção Social, intitulada *Estupro no Brasil, uma radiografia segundo os dados da saúde,* que é uma versão preliminar, coordenada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-cidadania, pelo *link* http://bit.ly/cdhpesquisaestupro, conforme aparece na tela, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Quero aqui cumprimentar a todos vocês, dizer da nossa alegria de poder recebê-los para esta audiência pública. Faço o registro da presença do Senador Moka, que é o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Também da Senadora Vanessa Grazziotin, que é uma das signatárias desta audiência pública e é vice-presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Estamos aqui hoje nesta audiência, eu como Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Vou presidi-la, intercalando com a Senadora Vanessa Grazziotin, o que já foi acertado com o Senador Moka. Estamos também com outras atividades neste momento, por isso estamos iniciando com alguns

minutos de atraso. Estávamos em outra audiência pública, sobre a Petrobras, com a Presidente da Petrobras, Srª Graça Foster. Portanto, iremos nos intercalando nesta audiência pública.

Quero convidá-los para compor a Mesa. Convido o Sr. Daniel Cerqueira, Diretor de Estudos e Políticas do Estado, Instituições e da Democracia, do Ipea. Seja bem-vindo, Daniel, pode se sentar aqui, por favor. Obrigada pela sua presença, seja bem-vindo.

Convido também para compor a Mesa a Srª Nana Queiroz, jornalista, idealizadora do *Movimento Não Mereço Ser Estuprada*. Seja bem-vinda, Nana. Parabéns pelo trabalho que desenvolveu durante esse período. Obrigada pela presença, seja bem-vinda.

Convido também a Srª Beatriz Cruz, Coordenadora Geral de Ações de Prevenção em Segurança Pública da Secretaria de Segurança Pública do Ministério da Justiça. Seja bem-vinda, Beatriz.

Convido também o Sr. Andrey Odilon Soares, Coordenador-Geral de Indicadores e Informações em Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Seja bem-vindo, Sr. Andrey. Obrigada pela presença.

Convido também a Srª Rosângela Rigo, Secretária Adjunta de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Obrigada, Rosângela por sua presença. Seja bem-vinda.

Eu farei aqui algumas considerações iniciais. Em seguida, passarei a palavra para que a Senadora Vanessa para fazer também suas considerações iniciais; depois, ouviremos nossos convidados e convidadas.

A pesquisa Percepção Social da Tolerância à Violência contra as Mulheres, divulgada pelo Ipea em 27 de março, com dados corrigidos há poucos dias, trouxe importantes informações para pensarmos como enfrentar as diversas formas de violência contra as mulheres, em especial a violência sexual. Os resultados divulgados geraram uma reação em cadeia nas redes sociais de internet e nas organizações femininas em geral, demonstrando a indignação de milhares de mulheres e homens à resposta emblemática de 26% dos entrevistados que concordaram com a afirmação de que mulheres com roupas curtas merecem ser atacadas. Hoje, mais do que discutir possíveis falhas, vamos juntas debater documento correlato à pesquisa, intitulado: Estupro no Brasil, uma Radiografia Segundo Dados da Saúde. O primeiro estudo quantitativo nacional que trata dessa temática.

A partir de dados do Sistema de Informações de Agravo de Notificação do Ministério da Saúde (Sinan), foram analisados todos os registros desse crime no País. O intuito é compreender, mais detalhadamente, o fenômeno, para contribuir, efetivamente, nas políticas públicas, orientadas para a superação desse grave problema social. A radiografia sobre o estupro no Brasil demonstra os fatores associados à vitimização recorrente às consequências para as vítimas e ao tratamento oferecido pelo Sistema Único de Saúde.

Conhecer a estrutura oferecida pelo Ministério da Saúde para atender às vítimas é um dado importante para analisarmos a violência sexual, quando 58% das pessoas entrevistadas afirmaram que, se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros. Esse imaginário social nos traz a dimensão do preconceito e do machismo arraigado em nossa sociedade. Não é sem razão a estimativa de, no mínimo, 527 mil pessoas estupradas por ano no Brasil e que, desses casos, apenas 10% chegam ao conhecimento da polícia, também conforme análise do Ipea. A violência institucional é um fator determinante para que apenas 10% dos casos de estupro cheguem ao conhecimento público. Mas, quero aqui destacar também que, na pesquisa do Ipea, 91% das pessoas entrevistadas concordam que não é correto bater na esposa e que os espancadores deveriam ir para a cadeia. Além disso, 89% consideram que o homem não pode xingar ou gritar com a própria mulher. Esses dados são interessantes porque demonstram que há um discurso de não aceitação da violência doméstica contra mulheres. No entanto, 47% concordaram totalmente que, o que acontece em casa não interessa aos outros, e 58% concordaram com a frase: "Em briga de marido e mulher não se mete a colher." Assim, se, por um lado, temos um discurso de não aceitação da violência, por outro lado, a aceitação das condutas dentro de casa contradiz esse discurso.

Esse paradoxo revela que avançamos um passo, mas que precisamos trabalhar ainda mais, para mudarmos comportamentos na esfera doméstica e familiar, inclusive pelo altíssimo índice de casos de estupro, que ocorrem com envolvimento de parentes muito próximos.

Para debater essas questões, iniciaremos agora a nossa audiência pública conjunta entre a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais.

Eu passo, antes disso, a palavra para a Senadora Vanessa Grazziotin, para que ela possa também fazer as suas considerações iniciais.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Primeiro, quero cumprimentar todos os presentes, os companheiros e as companheiras, em especial o nosso Presidente, Senador Moka, que deveria estar aqui, não é, Senador Moka? Afinal de contas, o Senador Moka é o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, e eu sou a Vice-Presidente da Comissão. Como sou uma das autoras do requerimento, o Senador me dá a oportunidade de estar aqui.

Lamentamos todos que tenha havido uma coincidência no horário dos debates. Estamos aqui debatendo um assunto da mais extrema importância e relevância para a sociedade, e, ali, ao lado, um tema muito mais candente, até porque é uma chama assim muito acesa, muito forte. Debate-se outro tema, que é a Petrobras. E lá há muito combustível.

Isto que estou dizendo, é uma chama muito forte – uma chama muito forte, muito combustível, e a fogueira assim se alastrando, as chamas se alastrando, Senador Moka.

Mas quero primeiro... Não vou fazer uma intervenção longa, porque nós temos de nos revezar, inclusive, com a presença lá, e o que nós queremos é ouvir nossos convidados.

Mas quero destacar alguns aspectos. O primeiro é que o requerimento nós apresentamos, antes de sabermos dessa troca de tabelas, desse erro na divulgação da pesquisa do Ipea. Consideramos gravíssimo o fato de que 65% da população achava que mulher que usa roupa que mostra o corpo merecia ser estuprada.

A vinda da correção, divulgada alguns dias depois, não diminui, nem um pouco, em nem um milímetro, o desejo e a disposição do Senado de continuar debatendo essa matéria, porque 25% da população, que são os dados...

Os dados mostram que 70% da população é contra, não pensa assim, discorda totalmente dessa análise de que mulher que mostra o corpo tem de ser estuprada, que três e pouco por cento não opinaram e que 26% aproximadamente concordam – um quarto da população é muita gente. E isso nos remete à percepção de que a nossa sociedade é machista.

Nós carregamos uma dose de machismo muito grande. Quando falo dessa dose de machismo, não apenas os homens carregam isso, mas também as mulheres.

Sessenta e cinco por centos dos entrevistados na pesquisa do Ipea foram mulheres. E é óbvio, porque todo ser humano, seja homem, seja mulher, independentemente de gênero, é fruto do ambiente em que vive, do ambiente em que foi criado.

E, infelizmente, apesar de que a legislação brasileira não apenas criminaliza, mas também condena qualquer forma de discriminação, as práticas sociais e a própria convivência dentro da estrutura de poder ainda precisam ser muito trabalhadas, para que sejam modificadas e para que se consiga garantir um tratamento de plena igualdade entre homens e mulheres.

Nós aqui estamos debatendo e vamos debater a questão da violência, do estupro, mas costumamos dizer que estamos numa Casa onde há 81 parlamentares, dos quais somente 10 são mulheres, somente 10 dos 81, ou seja, um pouquinho mais de 10%. Na Câmara dos Deputados, os indicadores são piores ainda.

Então, esse é um debate muito importante. Tenho certeza absoluta, a convicção de que não ficaremos nesse debate apenas. Nós deveremos aprofundar o tema.

O serviço que o Ipea presta à sociedade é muito importante, em que pese ter havido displicência, não lembro se antes registrada, por parte, não diria do Instituto, mas de algumas pessoas que teriam grande responsabilidade pelo Instituto. Mas, repito, isso não diminui em nada a nossa responsabilidade, e até obrigação, em debater esses dados, porque 26% é muito e, mais, é um número significativo, ou seja, quase 60% da população diz que, se as mulheres pudessem se comportar – ou se soubessem se comportar melhor –, haveria menos estupros no País. O que é saber se comportar na visão da sociedade?

Comunico aqui que já dei entrada em um projeto de lei... Há leituras, inclusive, que questionam a constitucionalidade do projeto, Senador Moka, mas é um projeto, por conta da LDB, que coloca a obrigatoriedade, não de conteúdo programático, mas de disciplina que trate dessa questão da igualdade, porque é fundamental.

O que nós precisamos é atacar o problema com uma profundidade maior, não apenas no discurso, mas nas práticas do cotidiano. No dia a dia, nas ações públicas, nas ações dos Estados, é preciso que isso seja levado em consideração para que possamos superar essa visão, que, infelizmente, não faz bem à sociedade, não só porque leva à violência contra as mulheres... Porque se a sociedade é machista, ela vê a mulher como objeto e, se vê a mulher como objeto, é um objeto que pode ser utilizado, pode ser descartado e pode ser usufruído da forma como quem está vendo queira, não é?

Desde já agradeço a todos os nossos convidados e convidadas. Esperamos que tenhamos todos um excelente debate.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senadora Vanessa Grazziotin.

O Senador Moka gostaria também de se manifestar nesse início?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Apenas uma observação, Senadora Ana Rita.

O tema do outro lado realmente é um tema politicamente que tem que... Mas eu julgo que o nosso tema aqui é o mais importante e pretendo acompanhá-lo aqui, tenho certeza. A minha presença aqui é exatamente para dar a importância que a Comissão de Assuntos Sociais, por meio de nossa Vice-Presidente e também de V. Exª, dá a esse assunto que nós vamos ter a oportunidade de debater.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Muito obrigada, Senador Moka.

Vamos, então, agora, conceder a palavra aos nossos convidados.

Antes de mais nada, faço, novamente, aqui, o reforço: quem está nos acompanhando e quiser participar com comentários ou perguntas pode fazê-lo por meio do portal e-cidadania, o *link* é http://bit.ly/cdhpesquisaestupro, conforme aparece na tela, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Convido, então, o Sr. Daniel Cerqueira, Diretor de Estudos e Políticas do Estado, Instituições e da Democracia, do Ipea.

Vou conceder a palavra por, no máximo, 10 minutos, para cada convidado, em função do nosso tempo. Depois, ouviremos, ao final, as considerações.

Então, Sr. Daniel Cerqueira.

O SR. DANIEL CERQUEIRA – Bom dia a todos.

Gostaria, em primeiro lugar, de cumprimentar todos na Mesa, em particular, a Senadora Ana Rita, a Senadora Vanessa Grazziotin, o Senador Moka, todas as autoridades e todos os presentes aqui.

É um enorme prazer estar aqui debatendo um tema de tanta importância para a sociedade brasileira. Nós, do Ipea, ajudamos a trazer à tona essa questão que, muitas vezes, não quer ser discutida. É uma face da sociedade que, às vezes, queremos botar embaixo do tapete ou esconder entre quatro paredes. No entanto, é de suma importância trazermos à tona esse tema, e o explorarmos da forma como deve ser feito, para o superarmos, para que consigamos chegar a um estágio em que a sociedade, como um todo, introjete em si os princípios do Estado de Direito.

Também queria saudar a todos, às Senadoras, ao Senador, em nome do nosso Presidente Marcelo Neri, que, como todos sabem, é Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos. Nesse acúmulo de funções, infelizmente, ele lamenta não poder estar aqui presente, porque ele considera, também, que é um tema de enorme importância. Ele pediu que eu saudasse, em nome dele, essa iniciativa, que é fundamental.

Na verdade, nós fizemos duas pesquisas conjuntas sobre esse tema de violência doméstica: uma era exatamente uma pesquisa baseada nesse sistema de indicadores de percepção social, que trata de como a sociedade percebe a violência contra a mulher; outra pesquisa, conduzida mais diretamente por mim e por um colega, Danilo Coelho, era exatamente entender a questão do estupro, segundo a única base de dados disponível nacionalmente, que é a base do Ministério da Saúde. Nós nos orgulhamos bastante desse trabalho, a despeito desse erro, que foi uma grande fatalidade, inclusive porque um dos coordenadores, o diretor da Diretoria Social, terminou pedindo exoneração, o Rafael, é um dos pesquisadores mais meticulosos e eficientes do Ipea. No entanto, houve esse erro, que é algo comum na academia nacional e internacional, mas, pela repercussão que teve, como o Marcelo Neri chamou, foi um pequeno grande erro.

Como a própria Senadora Vanessa destacou aqui, quando a gente vai olhar o que as duas pesquisas conjuntas estão dizendo, elas trazem à tona um grande problema que temos, e aquela mudança, aquele erro de número não modifica em nada, a nosso ver, o resultado das pesquisas.

Nós consideramos que a violência de gênero, em particular a violência sexual, é um reflexo direto da ideologia patriarcal, que vai definir papéis e estruturas de poder entre homens e mulheres na sociedade. Muitas vezes, essa ideologia patriarcal é refletida numa cultura do machismo, que vê a mulher, ao mesmo tempo, como objeto de desejo e de propriedade. Muitas vezes, essa noção termina passando, às vezes, de forma implícita, de forma sub-reptícia, para a sociedade, nas várias expressões culturais, na música, nos meios de comunicação. Eu trouxe um exemplo aqui da música do grande Ataulfo Alves, um autor, um compositor sempre atento aos ditos populares de sua época. O que a gente vê ali descrito é exatamente essa noção da violência sexual e como ela termina, pelas várias expressões culturais, sendo assimilada e, de alguma forma, ajudando a reproduzir essa violência doméstica, em particular a violência sexual.

Então, como é que a gente entende qual a relação entre essa ideologia do machismo, a violência sexual e o estupro? A gente percebe o seguinte: existem dois canais que fazem com que essa relação aconteça. Em primeiro lugar, há uma inversão de papéis entre vítimas e culpados. Então, como a música do Ataulfo Alves coloca, é a mulata assanhada. Quer dizer, a culpa passa a ser da vítima, e não do algoz. Quando a gente vai olhar algumas questões da nossa SIPS, de tolerância social à violência contra a mulher, percebemos claramente esse quadro. Como já foi citado pelas Senadoras aqui, mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar, 65% de concordância. Essa segunda questão, que considero até mais importante do que a que terminou sendo destacada nos jornais, fala que se mulheres soubessem se comportar, haveria menos estupros. Isso é um claro indício de como a sociedade termina culpando a própria vítima por esse crime.

Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas, 26% de concordância. A leitura que acho mais interessante não é ficarmos ponto a ponto detalhando se uma questão teve 65%, 30% ou 50%, mas olhar o cômputo geral, a mensagem geral que está sublinhada nessa pesquisa, mostrando essa enorme

tolerância da sociedade em relação à violência doméstica, sobretudo em relação à violência sexual. Por outro lado, essa relação entre a ideologia patriarcal, o machismo e estupros, propriamente ditos, se dá por um outro canal, se dá não só como a sociedade sanciona isso no seu dia a dia pela cultura, mas também por uma replicação dessa estrutura de simbolismo, de gênero dentro do próprio Sistema de Justiça Criminal. Isso se dá de duas maneiras dentro do Sistema de Justiça Criminal. Em primeiro lugar, pelas leis. Se a gente for olhar o avanço das leis, a gente vai ver que essa história de reconhecer a dignidade e a liberdade sexual aconteceu ontem. Então, a gente olha um pequeno apanhado. Em 1916, no Código Civil, a mulher era relativamente capaz. Até a década de 70 e 80 era admitida nos tribunais a legítima defesa da honra para quando o sujeito matava a mulher. A gente se lembra daquele famoso caso Doca Street, que teve julgamento em 1979, em que ele ficou três meses numa situação conjugal, parece, e foi inocentado.

Além disso, se a gente vai olhar ainda na década de 70 e década de 80 os manuais do Código Penal de discussão de doutrina jurídica, a gente percebe que em muitos manuais se colocava essa discussão se o marido podia ser acusado de ter estuprado a própria mulher. Então, existem alguns que eram mais liberais nesse monto, permitam-me ler, que falavam assim:

Assim, sempre que a mulher não consentir na conjunção carnal e o marido a obrigar ao ato, com violência ou grave ameaça, em princípio caracterizar-se-á o crime de estupro, desde que ela tenha justa causa para a negativa.

Outros autores nem essa exceção contemplam, porque o sexo era uma consequência natural do casamento.

Com a Constituição de 1988, muda-se um pouco mais esse quadro. Mas, apenas em 2009 – nós estamos falando de 2009 – no Código Penal o estupro deixa de ser caracterizado de um crime contra os costumes para ser um crime contra a liberdade e dignidade sexual. Então, estamos falando de ontem. Se estamos falando no plano da lei, se a gente for no plano da operação, no dia a dia das pessoas que operam o Sistema de Justiça Criminal, a gente vê que esse problema não é menos grave.

(Soa a campainha.)

O SR. DANIEL CERQUEIRA – Três minutos.

Desde que a mulher chega numa delegacia do IML, muitas vezes é vista com desconfiança, muitas vezes há chacotas.

Trouxe aqui algumas transparências de alguns números citados no nosso trabalho para mostrar o tamanho do problema do estupro, vou só falar de alguns números muito rapidamente para falar da coisa mais importante: E agora, qual é a nossa contribuição? Qual é o nosso papel? Qual é a nossa responsabilidade no Estado brasileiro? Olhando, a gente queria ter um quadro de como o estupro acontece no Brasil. Quando a gente fez uma busca pela literatura, incrivelmente não achamos, não existe nenhum indicador, nenhuma pesquisa que seja focada nessa questão de violência sexual, não existe nenhum outro dado sobre violência sexual no Brasil. Como fazer políticas públicas efetivas sem dados precisos para gerar diagnósticos e avaliar se as ações foram efetivas ou não? Nós olhamos então com base numa SIPS que nós tínhamos, nós estimamos esse número de 527 mil estupros por ano, mas nós não consideramos muito bom esse instrumento. Por quê? Porque diante dos tabus dos programas de segurança da própria mulher, muitas vezes ela não se sente confortável numa pesquisa domiciliar para reportar se ela foi vítima ou não. Então, acho que é daí para mais.

Quando a gente vai olhar então os dados administrativos do Ministério da Saúde, chamo a atenção, esses dados não refletem a situação que acontece de forma generalizada no País, porque pode acontecer um processo de autosseleção. A mulher ou a criança chega ao hospital, a um estabelecimento de saúde. Muitas vezes, aquela amostra que chega ali dos dados administrativos é diferente do que acontece no País, que a gente não sabe. Mas, olhando esses dados da saúde, a situação é absurda. Nós vimos mais de 12 mil casos de estupro registrados no SUS em 2011. Dentre eles, 70% eram de crianças e adolescentes. E olhando apenas para as crianças, em 11,8% os perpetradores eram os próprios pais que deveriam proteger essas crianças. E quando a gente fala de pais, padrastos e familiares próximos, essa estatística sobe para mais de 30%.

A gente outro dia ficou abismado com aquela situação que aconteceu na Índia de estupros coletivos. Segundo esses dados da saúde, 15% dos estupros são coletivos e recorrentes. Então são primos que se juntam, são amigos que se juntam para perpetrar o estupro.

E quando a gente vai olhar estupros recorrentes, são 50%. Só para finalizar, eu queria dizer que é uma situação extremamente complexa, mas tem que haver um avanço. E nós consideramos que haja dois caminhos factíveis e interessantes de a gente ir nessa direção. Quais são esses caminhos?

Em primeiro lugar, trazer à tona, como trouxemos no Ipea esse problema, para discutir e falar claramente: a mulher, a criança ou a adolescente que foi vítima de estupro ela é a vítima, ela nunca é algoz, não importa se ela está vestida ou sem roupa, ou qual for o seu comportamento.

Por que isso é importante? Porque quando a mulher se sente meio culpada de ser estuprada ela nunca vai às autoridades. Então não adianta a gente falar de leis duras, falar de outra medida, se simplesmente é um problema invisível, porque a mulher prende dentro de si e às vezes não conta nem para o marido com medo de ser estigmatizada em casa.

Então é trazer à tona esse problema para dizer claramente: a mulher é sempre vítima.

Em segundo lugar, a gente tem que investir seriamente em dados de qualidade. A gente está falando de um problema seriíssimo que nós temos, e acho que é lamentável que a única base de dados que nós temos mais interessante para analisar esse fenômeno seja o Ministério da Saúde. Faltam pesquisas domiciliares com esse foco, falta uma união das bases de dados que já existem. Então trazer esse dado da saúde, juntar com informações dos IMLs, dados da polícia, fazer uma integração de grandes bases de dados para que a gente possa ter informações acuradas para tecer um diagnóstico, saber onde, quando, por que, em que situações esses fatos ocorreram para a gente intervir.

Sem isso, creio que continuaremos apenas falando de política, e algumas aparentemente vão em boa direção, mas sem se ter certeza se elas são eficazes ou não para superar esse problema.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Daniel Cerqueira.

É uma pena que o nosso tempo não seja tão grande. Com certeza teríamos muitas outras coisas para conhecer da pesquisa. Mas esse é um primeiro momento de um debate. E nós queremos depois programar novos momentos para que possamos continuar aprofundando essa questão, justamente porque também queremos contribuir na elaboração de políticas públicas. E o debate é um momento muito importante para isso.

Agradeço ao Daniel Cerqueira, que é o diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Ipea.

Vou conceder a palavra agora para a Nana Queiroz, também por um tempo de dez minutos. Se houver necessidade, mais três.

A Nana, todos já a conhecem, é jornalista, idealizadora do movimento Não Mereço Ser Estuprada.

A SRª NANA QUEIROZ – Agradeço a todos vocês por dedicarem o seu tempo a isso.

Acho que o nosso colega do Ipea já falou muito bem sobre números, e eu vou falar sobre pessoas.

Sem querer, eu desenvolvi também uma pesquisa sobre estupro no Brasil. Eu recebi mais de três mil mensagens sobre o tema e acompanhei muito de perto as discussões no nosso grupo, que teve 45 mil participantes, em alguma altura.

Eu recebi relatos desses 90% que se calaram. Então eu sei agora um pouco por que a mulher não denuncia o estupro. E eu quero falar para vocês sobre esses 90% que ficaram em silêncio.

Eu quero falar para vocês da Joana, que foi abusada pelo pai durante toda a infância e a adolescência. Ela desenvolveu seios aos 11 anos, e aos 11 anos o pai começou a tocá-la nas partes íntimas, obrigá-la a masturbá-lo e passava a mão nos seios dela.

A Joana só descobriu que ela tinha sido abusada sexualmente pelo pai aos 22 anos, quando ela foi fazer terapia. E quando ela encarou o pai mais tarde, o pai da Joana disse que ele nunca a estuprou porque ele nunca a penetrou.

Gente, parece absurdo, porque a gente está falando, numa audiência, de pessoas com escolaridade alta, mas o brasileiro não tem ideia do que é estupro. Se vocês pensarem na legislação brasileira, só em 2006 a gente incluiu a possibilidade de uma mulher estuprar um homem ou uma criança. Isso é a lei brasileira, que é feita por Senadores, capacitados, eleitos pelo povo. O que pensa a população sem estudo ou com estudo de pouca qualidade? O brasileiro, repito, não sabe o que é um estupro. Quando a gente olha para um fato, 70% é abusado na infância e na adolescência, eu me atreveria a dizer pelos relatos que recebi de que a maioria é de mulheres entre esses abusados na infância e na adolescência, a gente está falando crianças e adolescentes que, em sua maioria, não têm ideia de que estão sofrendo abuso.

Eu vou falar para vocês da história do Renato, que é homossexual. Quando ele começou a desenvolver a sexualidade dele – então, é importante dizer que a criança desenvolve a sexualidade dela antes de ela estar pronta para o sexo; a sexualidade se expressa de n outras maneiras, antes da maturidade sexual da criança. O Renato manifestou a homossexualidade dele em como ele brincava, em como ele andava, em como ele falava. O irmão dele percebeu isso e estuprou ele. O Renato só reconheceu que ele tinha direito de reclamar que ele tinha sido estuprado quando ele era adulto. Ele e a família encararam o irmão. E o irmão disse: "Afinal, ele era *gay*, ele gostava".

Gente, crianças não gostam de sexo. Não é óbvio isso? Não, não é para o brasileiro. O brasileiro não sabe que, apesar de a criança expressar a sexualidade dela de algumas maneiras, essa sexualidade não é uma se-

xualidade genital. A sexualidade genital vem só depois da puberdade, quando a criança desenvolve a capacidade de fazer sexo.

Eu tenho n outros relatos e eu tenho um dado que me choca muito, aqui, do Distrito Federal, onde vivo. Sou paulista, mas hoje em dia me considero muito brasiliense, e me entristece muito esse dado. Foi divulgado no ano passado que 85% dos casos de estupro no Distrito Federal acontecem na casa da vítima ou do agressor. Nós estamos falando que são pessoas que se aproximam dos pais da vítima, ganham a confiança para abusar de crianças e adolescentes. E estamos falando de pais, irmãos, tios e primos que abusam de pessoas dentro de casa. Estamos falando de situações extremamente complexas. Primeiro, para entender o que é estupro, como eu já disse, brasileiro não sabe o que é estupro. Segundo, como lidar emocionalmente com isso; como lidar com a hipótese de botar o seu pai ou seu primo na cadeia; como lidar com a hipótese, não do agressor, é fácil botar o agressor na cadeia, mas de entristecer a mãe do agressor, deixar o filho do agressor sem pai, sem sustento. É nessas complexidades que a gente tem que pensar quando a gente está tratando de estupro intrafamiliar, e vou repetir isto, o nosso foco tem que ser em estupro intrafamiliar, porque o estupro no Brasil não acontece no beco escuro, acontece dentro de casa: 85%!

Nós, do Movimento Não Mereço Ser Estuprada, reunimos um corpo muito qualificado de educadores, especialistas em questões de gênero, saúde, etc., entre eles, a Daiara Figueroa, que está sentada aqui, que está fazendo um estudo maravilhoso sobre isso, e nós estamos sugerindo para a Presidenta e para vocês aqui, que podem fazer algo a respeito, uma abordagem em cinco frentes.

A primeira frente, educação. Os professores têm de estar preparados para discutir com os alunos o estupro. Estupro não é tabu, criança é capaz de entender estupro, criança precisa ser capaz de entender estupro, porque ela é estuprada; criança precisa falar de estupro na escola, no pré e na pré-escola. Ah, mas eu não vou chegar e falar para a criança sobre vagina e pênis. O.k., fala sobre toque, fala contando historinha, a criança é capaz de entender qualquer coisa se adaptada à linguagem que ela é capaz de entender, se é falada de maneira lúdica. O que nós sugerimos é que o Governo Federal ou o Senado, que o Governo se responsabilize por organizar um curso, trazendo um professor de cada escola pública do nosso País para aprender como lidar com isso, como falar sobre isso com as crianças, e esse professor volte para sua escola para ser um multiplicador, a fim de treinar os outros professores da escola.

Segunda frente: SUS. Estados Unidos ou México, se não me engano, adotou a ideia de que médicos falassem com as mães no pré-natal sobre o estupro de crianças. Então, o médico que está fazendo o pré-natal fala: agora, você vai ser mãe – se o pai estiver junto, melhor ainda, porque a responsabilidade não é só da mulher –, estupro acontece dentro de casa. Os cuidados que você tem que ter são X, Y, Z, e você vai perceber de X e Y maneiras.

Não é para fazer a cultura do pânico, como acontece nos Estados Unidos. Você não pode fazer assim na cabeça da criança porque você é pedófilo. Não é isso. A cultura brasileira é uma cultura do toque, de abraçar, de brincar. Mas um pouco de instrução é necessário, sempre com a medida.

Polícia. Eu nem vou bater muito nessa tecla. A polícia tem que ser preparada para não culpabilizar a vítima. Ela tem que receber também treinamento.

Quarta frente: publicidade. O brasileiro precisa ouvir na novela da Globo, no Jornal Nacional, na *Folha de S. Paulo*, no *Estado de Minas*, no *Correio Braziliense*, o que é estupro. A brasileira precisa saber como denunciar o estupro. Ela precisa saber que ela não está sozinha.

O último – eu acho que nisso eu vou fazer uma voz só com o nosso colega do Ipea: pesquisa. A gente está desenvolvendo esse documento para a Presidenta. A gente não tem base de dados. A gente não tem ideia. Estou falando para vocês que 85% dos estupros do DF acontecem dentro de casa porque é o único dado que há. Eu não sei dos outros Estados. Eu não sei. Eu sei daquelas 3 mil pessoas que me inscreveram.

Incentivo. Será que a gente não tem que incentivar? Será que a gente não tem que fazer prêmios para boas práticas de combate ao estupro? Será que a gente não tem que trabalhar nisto, no estímulo?

Muita gente tem falado sobre endurecer a lei. Eu não acredito nisso. Eu acredito que a lei brasileira é dura com o estuprador e o crime, dentro da cadeia, é ainda mais duro, porque todos nós sabemos que o estuprador é tratado da pior forma possível dentro da cadeia. O que nós precisamos é que a lei seja aplicada. Se você só tem 10% que denunciam, o que nós precisamos é fazer 100% denunciar. É isso que tem que mudar. Não é endurecer lei, não é encarceramento geral.

Eu andei olhando as políticas da Secretaria da Mulher e da Secretaria da Juventude e vi que elas trabalham muito no tratamento da vítima. A gente em que trabalhar na prevenção, gente! E prevenção se faz com educação. É a prevenção que precisa ser trabalhada, neste momento, na escola, no SUS, na polícia, na publicidade. E é no incentivo e na pesquisa que a gente vai fazer isso.

Então, fica aí a sugestão do nosso movimento. Se vocês quiserem ouvir histórias de mais vítimas, eu posso preparar um relatório com mais histórias de joanas, renatas, marias, joões. Essas histórias me doem. Eu não tenho conseguido dormir. Cada vez que eu as leio, eu não tenho dado conta de responder a todas essas pessoas. E eu espero que essas histórias doam no coração de vocês também, porque a gente precisa que elas doam, para a gente fazer alguma coisa. Tem que doer. É isso. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Muito obrigada, Nana, pelo seu depoimento, pelo trabalho que você tem realizado, pelo movimento que foi criado. É isso. Eu acho que iniciativas como essa vêm contribuir, inclusive, com o Parlamento brasileiro.

Muitas vezes, pensamos que é endurecendo a legislação que resolvemos os problemas, e não é apenas isso. Nós precisamos, sim, fazer um trabalho preventivo, políticas públicas eficientes e que elas sejam, de fato, implementadas pelos Poderes Públicos, tanto por parte da União como dos Estados e Municípios. É preciso, realmente, encarar essa questão com a devida responsabilidade e compromisso, porque são vidas que, na infância, já estão sendo comprometidas, em função dos abusos.

Existem muitos outros casos que poderíamos lembrar aqui – a Senadora Vanessa está pedindo para falar –, mas eu me lembro de um caso que eu atendi há uns 20 anos e que retornou, recentemente, aqui. O pai das crianças veio fazer um agradecimento porque, enfim, me parece que já tinha conseguido fazer justiça e o caso havia sido esclarecido, mas ainda está em fase de resolver algumas questões. Um casal de classe média alta, os dois de nível superior, um engenheiro e outro psicólogo, onde três crianças, duas meninas e um menino, passaram anos, os primeiros anos de vida, sendo violentados pela mãe, e que o pai só foi perceber passado algum tempo. Quando eu os conheci, as crianças já tinham em torno de cinco, sete, nove anos; hoje, já têm mais de vinte anos, todos três. E foi uma dor muito grande para aquele pai. Ele sofreu muito, porque ele tinha que denunciar sua própria companheira. E, infelizmente, a dificuldade de convencer a Justiça de que a mãe realmente era estupradora.

Então, assim, é uma situação muito complexa e que a gente imagina que essas coisas não acontecem, mas, infelizmente, acontecem.

Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Eu só queria, Senadora Ana Rita, diante da intervenção feita agora pela Nana Queiroz, que é uma jornalista e, como diz aqui, ela foi convidada, exatamente, para esta audiência pública como idealizadora da campanha "Não Mereço Ser Estuprada". É importante que se diga que ela, por iniciativa própria, tomando conhecimento de alguns fatos, tomou a iniciativa de divulgar essa campanha via internet e, a partir daí, recebeu muitas dezenas e eu diria até centenas de ameaças via internet, o que é muito grave, porque mostra que, dentre esses 26%, existe um percentual, que também creio que deva ser medido, de pessoas que incentivam, incitam a violência – não é?

E viu, Nana, você não pediu absolutamente nada para o Senado, mas nós encaminhamos, via Procuradoria da Mulher da Casa, Senador Moka, um expediente ao Ministério Público Federal e ao Ministério da Justiça para que fizessem investigações no âmbito da internet, ou seja, da rede, para que se pudesse encontrá-los. É importante também, porque muitas vezes a gente fala em punir aquele que pratica o crime, mas e aquele que incita o crime? Não sei se são *fakes*, se são pessoas verdadeiras ou não. Mas a tecnologia permite, sim, ao Poder Judiciário, permite ao Ministério Público, ao Ministério da Justiça e à Polícia Federal fazer essa investigação.

Então, faço esse relato publicamente – não o tínhamos tornado público –, dizendo que aguardamos um retorno breve por parte desses órgãos a quem nós encaminhamos esse expediente.

A SRª NANA QUEIROZ – Se me permitem só falar uma coisinha, se eu puder.

Eu acho que faltam leis que protejam a mulher de crimes virtuais. A quantidade de mulheres expostas na sua intimidade como vingança no WhatsApp, no Facebook, em *sites*, hoje em dia, por fim de relacionamentos é uma violência crescente contra a mulher. Nós já conhecemos três casos de meninas que se suicidaram porque tiveram vídeos de sexo publicados, e isso também é grave, tem que ser tomado a sério. E isso é uma coisa que o Senado pode fazer. Essa lei o Senado pode aprovar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Com certeza.

Muito bem, Nana.

Obrigada pela sua colaboração, pela sua ajuda aqui. Muito obrigada.

Antes de conceder a palavra para o próximo convidado, quero fazer alguns registros.

Reforçar aqui a presença da Daiara Figueroa, que também faz parte do movimento "Não Mereço Ser Estuprada"; a presença da Bárbara Melo, da União Brasileira de Estudantes Secundaristas; da Maria Ivonete Gomes do Nascimento, representante da Secretaria da Mulher do Distrito Federal; Sergei Suarez Dillon Soares, do Ipea; Luana Simões Pinheiro, do Ipea; Marcos Dantas, também do Ipea; Bárbara Sales, do Gabinete da Senadora Ana Amélia; Eliane Ferreira, do Núcleo Ações Socioambientais do DER – não é?–; Diego Pacheco, da Presidência da

República; Bruna, da Assessoria da Casa; Andréia, da Assessoria do Senador Moka; Ivônio Barros, da Assessoria do Senador Cristovam Buarque.

Desta forma, concedo a palavra à Beatriz Cruz, Coordenadora-Geral de Ações de Prevenção e Segurança Pública da Secretaria de Segurança Pública do Ministério da Justiça, também pelo tempo de dez minutos. Se houver necessidade, vamos prorrogar por mais três.

A SRª BEATRIZ CRUZ – Bom dia a todos.

Eu queria cumprimentar a Senadora Ana Rita, a Senadora Vanessa Grazziotin, os meus colegas de mesa, o Senador Moka e, em nome dos senhores, cumprimentar todos os presentes. Agraço, em nome do Ministro José Eduardo Cardozo e da nossa Secretária, Regina Miki, o convite para participar desse debate que, na percepção do Ministério, é fundamental, de extrema importância.

Eu queria começar trazendo breves considerações sobre o local onde nós entendemos que se situa esse debate, essa discussão.

No âmbito da segurança pública, nós trabalhamos basicamente em duas frentes: a repressão qualificada à criminalidade e à violência e a prevenção à violência.

No que diz respeito à prevenção, nós temos um conjunto de ações que vão desde ações de prevenção social, de prevenção situacional até ações que dialogam com outras políticas, como por exemplo as ações voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher. Mas, na prevenção, o maior desafio, digamos assim, para se trabalhar não são especificamente ações preventivas que considerem, por exemplo, fatores de risco para o envolvimento de determinado grupo com algum tipo de violência ou criminalidade, porque a partir da análise desse fatores de risco nós podemos sopesar e pensar em fatores protetivos e em ações específicas.

O maior desafio, a maior dificuldade no campo da prevenção à violência é trabalhar a desconstrução de uma cultura da violência, que é onde se situa a questão da violência contra a mulher.

Nós temos algumas falsas concepções no Brasil de que este não é um país violento, algumas coisas relacionadas a nossa cultura que nos levam a afirmar, em alguns casos, de forma equivocada, que o brasileiro não é machista, que o brasileiro não é homofóbico, que o brasileiro não é racista quando, na verdade, a gente sente cotidianamente, na tentativa de implementação das nossas políticas, que justamente essa questão de desconstrução dessa cultura da violência é o maior desafio que nós temos hoje no País. Mais do que pensar em políticas específicas para grupos específicos, a nossa dificuldade é trabalhar a partir dessa perspectiva: primeiro, enxergar a sociedade brasileira como uma sociedade efetivamente machista. E os dados que o Ipea trouxe com as importantes pesquisas que vem realizando demonstram justamente isso, que nós vivemos ainda numa cultura da violência. E a desconstrução dessa cultura, entendemos que é o nosso maior desafio, um desafio que é do governo brasileiro, mas é também da academia, da sociedade brasileira, do Senado, enfim, de todos os órgãos que de alguma forma têm como contribuir para a desconstrução dessa cultura.

E isso é algo extremamente difícil de se fazer, trabalhar a desconstrução de uma cultura da violência, principalmente porque nós, como brasileiros, não nos enxergamos inseridos nessa cultura.

A Nana dizia que o brasileiro não conhece o estupro. Eu acho que o brasileiro não entende. Ele conhece, ele sabe o que é estupro. A questão é que ele não entende que isso é algo violento.

Chamaram muita atenção esses dados da pesquisa do Ipea que aponta que 26% dos entrevistados concordam que as mulheres que mostram o corpo de alguma forma merecem ser atacadas ou mesmo dos 58,5% que concordam que se a mulher soubesse se comportar haveria menos estupro. Isso nos chama muito a atenção, porque justamente se insere nesse desconhecimento da questão da violência.

É mais do que certo – e podemos afirmar isso com bastante tranquilidade – que a questão do estupro não está de nenhuma forma vinculada a qualquer tipo de atividade que a vítima possa realizar, primeiro, porque é meio óbvio que não dá para se culpar. Não se deve, de forma alguma, culpar a vítima. Mais do que isso, o crime de estupro não é um crime de oportunidade como alguns outros que nós temos, não é um crime em que a situação na qual a vítima se coloca favoreça de alguma forma a existência do crime.

O crime de estupro está absolutamente vinculado à relação de poder, ao fato de se subjugar, ao prazer que o agressor sente em subjugar a mulher e à necessidade que esse agressor tem de humilhar, de subjugar e, de alguma forma, de estabelecer o seu poder em relação à vítima. Então, não há absolutamente nenhuma relação com a forma como a vítima se porta ou com o tipo de vestimenta que ela possa estar usando.

De outra feita, nós também temos o entendimento de que o fenômeno da violência é um fenômeno que, em que pese ele atinja toda sociedade brasileira, não é um fenômeno que atinge todos da mesma forma. E aí, nesse sentido, precisamos trabalhar ações específicas para os grupos mais vulneráveis a esse fenômeno da violência, uma vez que a violência não atinge todos da mesma forma. Em que pese toda a sociedade brasileira sofra com a questão da violência, grupos como mulheres, crianças, adolescentes e pessoas com deficiência estão mais vulneráveis em razão de outros tipos de vulnerabilidade também à violência. É preciso que esta-

beleçamos políticas que tenham foco nesses grupos. Para isso, é fundamental que se conheça esse fenômeno e a forma como esse fenômeno da violência atinge cada um desses grupos, para pensar efetivamente, como bem colocou o colega do Ipea, políticas específicas a partir de diagnósticos mais concretos.

E alguns dados preliminares dessa segunda pesquisa que o Ipea acaba de realizar nos chamaram bastante a atenção. Por exemplo, crianças e adolescentes vítimas têm como seus algozes, na grande maioria das vezes, pais, padrastos ou pessoas que sejam muito próximas e, no que diz respeito às mulheres, 60,5% dos casos de estupro são cometidos por desconhecidos. Claro que isso tem duas razões, a gente não pode unicamente extrair esse dado e, a partir daí, afirmar que as mulheres não são vítimas de estupro no âmbito doméstico familiar, isso é uma falsidade. Obviamente, a gente sabe que as mulheres têm sido tradicionalmente vítimas desse tipo de crime também no âmbito doméstico e familiar. Mas é preciso que a gente entenda e analise de alguma forma esse dado até para perceber que, por exemplo, no âmbito doméstico e familiar, quais são as principais dificuldades para que as mulheres denunciem o crime? Que ele acontece a gente sabe, mas a pesquisa demonstra que 60,5% das mulheres são vítimas de estupro por desconhecidos. Então, existe uma invisibilidade em relação aos estupros que acontecem no âmbito doméstico familiar. Precisa-se entender quais são os fenômenos e por que isso acontece.

Primeiro, acreditamos porque as mulheres têm uma grande dificuldade de se enxergarem como vítimas, isso dialoga um pouco com a questão da construção dessa cultura da violência. As próprias vítimas, por n razões que não teríamos tempo aqui para abordar, não se enxergar em razão da nossa tradição, da própria forma como a Legislação brasileira também enxergava as mulheres. As mulheres acabam não se enxergando como vítimas quando são vítimas de algum tipo de violência sexual no âmbito de um casamento, de uma união estável com seus namorados, seus companheiros.

Então, por um lado temos isso. Por outro, temos a questão da invisibilidade do número de denúncias que existem em relação às mulheres, também porque a política voltada para o enfrentamento à violência contra as mulheres é uma política mais incipiente, mais recente, e no que se refere à criança e ao adolescente já é uma política mais consolidada, de mais anos. A centralidade da questão do enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil, como política pública, é algo muito recente. A Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República tem pouco mais de dez anos. Então, é óbvio que isso, de alguma forma, vai se traduzir nos dados que as pesquisas vão apontar e também porque a gente precisa desconstruir, de alguma forma, algumas culturas do próprio Sistema de Justiça Criminal, que fazem com que as mulheres não se sintam à vontade para denunciar. Mesmo onde temos delegacias especializadas de atendimento às mulheres, ainda existem algumas dificuldades de mudar a forma de...

(Soa a campainha.)

A SRª BEATRIZ CRUZ – ...como essas mulheres têm sido abordadas, recebidas pelo nosso Sistema de Justiça Criminal e também pelo nosso Sistema de Segurança Pública.

A gente vem realizando inúmeras ações, muitas delas em conjunto com a Secretaria de Políticas para as Mulheres para tentar fazer frente a essas questões.

O tempo é curto, não poderemos abordar tudo que gostaríamos neste momento, mas uma das ações que eu gostaria de citar que entendemos que é fundamental, é o desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações Segurança Pública, o Sinesp. O Sinesp é um sistema que já existia, mas que a partir de 2012 passou a ter um novo fôlego, inclusive com a publicação de uma legislação que torna obrigatória a alimentação do sistema por parte dos Estados. O Ministério da Justiça vem trabalhando com o Sinesp em duas frentes:

1) na padronização dos boletins de ocorrência, na parte mais metodológica, para garantir que a gente possa ter comparabilidade entre as ocorrências policiais. Porque a gente tinha um problema de dados na segurança pública que, de alguma forma, é a tradução de que cada Estado acabava registrando a sua ocorrência de uma forma diferente. Então nós temos trabalhado na questão da padronização metodológica desses boletins de ocorrência. E o sistema hoje já tem um padrão.

2) no fortalecimento dos Estados, na pactuação de convencimento, porque a gente tem essa dificuldade na segurança pública, da questão federativa; as polícias, na sua maioria, são polícias estaduais, então temos toda essa dificuldade de pactuar sempre com os Estados, trabalhar no convencimento do Estado para que ele alimente o sistema. E temos investido fortemente na parte tecnológica, para que os Estados possam ter um sistema que facilmente agregue informações para o sistema nacional.

A partir do momento que tivermos informações produzidas pela própria segurança pública, sobre segurança pública, nós vamos poder qualificar os nossos diagnósticos, cruzar esses dados com dados que já vêm sendo produzidos na saúde e por outras fontes e pautar, de uma forma mais concreta, as nossas políticas que internamente vêm sendo desenvolvidas.

E uma segunda frente. Nós temos que trabalhar no fortalecimento das delegacias especializadas de atendimento às mulheres. E onde não for possível, pelo menos que se tenha um serviço especializado, porque também existe a questão da demanda, das dificuldades dos Estados em relação a contingente de pessoal. Nós temos trabalhado na interiorização do serviço especializado, em que pese não se ter uma delegacia estruturada de atendimento à mulher, pelo menos que o serviço que vai ser prestado para as mulheres pelas delegacias seja um serviço especializado.

Para finalizar, temos também atuado em algo que entendemos ser fundamental para o enfrentamento à violência sexual, junto com o Ministério da Saúde e a Secretaria de Políticas para as Mulheres – eu até não vou me alongar, porque acredito que Rosângela vá aprofundar um pouco mais esse tema. Temos trabalhado na perspectiva da qualificação da coleta de vestígios da violência sexual. Porque, por vezes, a vítima não chega pela segurança pública. Na verdade, a vítima de violência sexual tem n portas de entrada no Brasil. Ela pode chegar pela assistência, ela pode chegar pela segurança, ela pode chegar pela saúde, ela pode chegar pelo Centro de Referência da Mulher, e esse é um desafio imenso, e a gente precisa trabalhar na estruturação da rede como um todo, para que essa rede funcione efetivamente como uma rede.

Então, a partir do dia 24, vamos ter o primeiro curso que vai ser realizado em Belo Horizonte, com peritos oficiais que vão dar aulas para os médicos do SUS para trabalhar um pouco a perspectiva de, quando a mulher chegar pela saúde, independentemente de ela ir ou não, na sequência, ao IML, o médico do SUS estar qualificado a realizar a coleta do vestígio de forma mais qualificada, que depois vá servir para a perícia para que possa produzir a prova.

Nós não estamos falando em produção de prova pela saúde, não é isso, estamos falando de qualificação da coleta do vestígio da violência, que não é uma atividade certamente pericial, para que depois a perícia possa fazer uso desse material. Ou, quando a mulher for encaminhada, que de alguma forma a gente não perca... Aliás, quando as mulheres acabam não indo ao IML, que a gente não perca a oportunidade de responsabilizar o agressor.

Porque entendemos que parte do problema tem uma relação direta com a impunidade. Precisamos conseguir efetivamente trabalhar também nessas duas frentes, que é prevenir a violência, trabalhar e atender essa mulher da melhor forma possível quando ela for vítima de algum tipo de violência, e punir o agressor, tudo que for necessário. Agora, o autor de estupro precisa de punição. Enquanto o crime de estupro for um crime que praticamente não enseja nenhuma punição, dificilmente a gente vai conseguir trabalhar a desconstrução também dessa cultura da violência.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Agradecemos a participação de Beatriz, que muito bem representou aqui o Ministério da Justiça.

Eu gostaria de comunicar a presença da Deputada Erika Kokay, a quem agradecemos muito; a presença do Senador Capiberibe também e a presença da Claudia Lyra, servidora do Senado, que está de licença da Secretaria-Geral da Mesa do Senado. A Claudia Lyra acompanha muito de perto os trabalhados da Procuradoria, dando uma grande contribuição.

Eu gostaria de comunicar as presenças e agradecer muito. Essa é uma prática, Senador Moka, que a Comissão de Direitos utiliza. Todos os presentes aqui são devidamente citados, e é muito importante registrar a presença de Iara Cordeiro, da Secretaria da Mulher, da Câmara dos Deputados; de Isis, do Senado Federal, Procuradoria da Mulher; da Talita Vitor, do Marlon Foguel, da Liderança do Governo; da Roseli, da Secretaria de Políticas para as Mulheres; do Evandro, do jornal *O Globo*; do Hugo Melo, do Ministério da Justiça; e da Inee...

Então, agradecendo a presença deles.

A Nana tem que se retirar porque tem compromisso com seu trabalho e, no seu lugar, vamos convidar a Daiara Figueroa, que ficará aqui, caso haja dúvida, elas trabalham muito juntas nessa questão. Então, convidamos a Daiara para fazer parte da Mesa.

Vou mostrar uma charge cujo tema é "Pensadora Contemporânea", e tudo indica que, pelo desenho, seja de Valesca Popozuda. É uma charge que foi publicada na edição de ontem do jornal *Correio Braziliense:* "Pensadora Contemporânea".

É isso. Quando a gente fala aqui de publicidade, nós não só estamos falando da publicidade de uma nova cultura, cultura contra a violência, cultura contra o machismo, mas uma publicidade que não permita que isso aconteça, porque isso é incentivo. A gente liga a televisão, propaganda de bebida alcoólica, de cigarro, mulher, e mulher "semivestida". Então, isso cria exatamente, dá muito fôlego à cultura da violência, à cultura do machismo. Eu quero lamentar muito que um jornal com a credibilidade, com o respeito que tem *O Globo* tenha publicado uma foto dessa e numa posição assim. Então, "Pensadora Contemporânea". Não. Acho que cada

pessoa se veste como quer, tem sua profissão, mas daí para fazer esse tipo de publicidade é algo que deprecia a condição da mulher, a condição feminina.

Passo a palavra agora a Andrei Soares, que é Coordenador-Geral de Informações e Indicadores em Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

São dez minutos.

O SR. ANDREI SUÁREZ DILLON SOARES – Antes de mais nada, boa tarde a todos.

Em nome da Ministra Ideli Salvatti, gostaria de parabenizar a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado por este encontro e este debate...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Peço desculpas, mas estou sendo comunicada de que falei *O Globo*. Não tem nada a ver com *O Globo*, é o *Correio Braziliense*.

Que fique bem claro e, se, por acaso, eu falei e troquei, que seja imediatamente corrigido.

Obrigada, Cláudio.

O SR. ANDREI SUÁREZ DILLON SOARES – Parabenizando a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado por este encontro fundamental, eu gostaria também de saudar o Senador Moka, a Senadora Ana Rita, a Senadora Vanessa, todos os presentes à mesa, o nosso público muito qualificado. Especialmente, quero parabenizar o Ipea por ter realizado essa pesquisa e por trazer ao espaço público um tema fundamental.

Nós vivemos hoje no Brasil numa sociedade em profundas mudanças. O Brasil de 20 anos atrás é muito diferente do Brasil de hoje; o Brasil de 10 anos atrás é muito diferente do Brasil de hoje. Nós tivemos, no aspecto de gênero, uma inclusão educacional da população feminina que foi maciça nos últimos 10 anos. Nós reduzimos as desigualdades regionais, as desigualdades raciais. Agora o que a gente percebe é que, em sociedades em mudança sempre vem, para usar uma expressão freudiana, um retorno do reprimido: sempre tem certas coisas que resistem a mudança. E o que nós vamos perceber? Nós vamos perceber que o racismo e o machismo são dois desses fenômenos que resistem a mudança no Brasil.

Antes de retomar esse tema, vou querer também falar um pouco do nosso sistema estatístico nacional. Sei que a jornalista, minha colega de profissão, Nana, falou muito das vulnerabilidades do nosso sistema estatístico nacional. Agora eu também gostaria de ressaltar as grandes melhoras que ele teve. A colega do MJ falou do Sinesp. O Sinesp reúne dados agregados sobre o estupro, hoje, nos permitindo ter uma ideia um pouco melhor do universo do estupro. A Sinesp mapeia bem mais estupros do que os dados da saúde. Eu acho que, para 2011, ele mapeou, salvo engano, mais ou menos 44 mil. Há desagregações, neste momento, melhores que nos permitem saber um pouco mais sobre a situação da violação.

Nós também temos, no âmbito da SDH, uma base de dados que está cada vez em maior consolidação que a base de dados da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, especificamente do Disque 100, que tem, literalmente, centenas de milhares de registros de violações de direitos humanos de diferentes tipos. O próprio Sinan e a saúde têm feito um trabalho fantástico no sentido de reformular o Sinan, para que o Sinan incorpore cada vez mais, vá de uma visão, digamos, mais herdada do período autoritário, pelo qual a saúde simplesmente tinha uma visão de vigilância epidemiológica, para uma saúde como instrumento também de mapeamento e identificação de violência.

Acho que o Ministério da Saúde merece ser parabenizado por essa mudança. Um número interessante, nesse sentido, é o número de casos de violência sexual registrados pelo Sinan. Em 2009, foram 7.500; em 2010, 11.600; em 2011, 15.700; e, no ano passado, 20.800. Isso significa o aumento da violência sexual? Não, mas significa uma melhora da qualidade de dado por registro administrativo. O que é importante de registro administrativo? É uma forma alternativa à pesquisa.

Tradicionalmente, em função da estrutura federativa do Brasil, quem trabalha com informação no Governo sabe como é difícil agregar a informação. Nós temos 27 unidades da Federação autônomas, no caso dos Estados, e mais 5.569 Municípios e o Distrito Federal. A incorporação dessas bases, a criação de grandes bases de dados tem sofrido grandes avanços nos últimos anos. Qualquer pessoa que trabalha com esse tema sente muito otimismo. Dá uma vontade de ver onde é que a gente estará em 2016, 2017, 2018. A gente vê os avanços ocorrendo. Não estamos num ponto ótimo, mas avançou-se muito.

Agora, vou falar mais especificamente. Eu acho que vou abordar um tema que precisa ser abordado, que foi a questão desse pequeno grande erro. Eu sou jornalista por formação. Todo jornalista sabe o que é o fantasma da edição. Você faz aquela matéria com carinho, revisa, revisa e sai um erro de concordância no *lead*. Todo mundo já viveu isso. Agora, a questão é: quando você erra, como você age? Essa é a questão fundamental. O que é que um jornalista faz quando ele apura uma matéria com um pequeno erro? Primeiro, ele volta e reapura tudo, para identificar o erro. Isso em função de uma relação republicana que ele tem com o leitor. Ele sabe que tem uma dívida com o leitor, ele tem uma relação de responsabilidade com o leitor. Ele mapeia internamente,

para saber exatamente a extensão do erro. Ele admite o erro, corrige o erro, pede desculpa e, acima de tudo, aprende para fazer melhor da próxima vez.

Eu queria parabenizar o Ipea porque foi exatamente isso que o Ipea fez. O Ipea identificou um erro, corrigiu-o. Publicamente, confessou que houve um erro, e houve um aprendizado institucional com isso. Eu acredito muito em aprendizagem institucional, em instituições cada vez melhores. E instituições que aprendem com seus erros são cada vez mais aptas para realizar direitos, para promover a realização progressiva de direitos humanos.

Nesse contexto de uma sociedade em mudança, eu vou falar mais especificamente do machismo como legado cultural brasileiro. Acho que já tivemos várias exposições aqui sobre o tema. Então, não vou entrar tanto nem nos resultados da pesquisa, nem em outros dados específicos. O que eu acho fundamental aqui dizer é que cada vez mais, na sociedade brasileira, percebe-se que o estupro não é uma forma violenta de praticar a sexualidade; ele é uma desculpa sexual de praticar a violência. Isso é fundamental.

A lógica do estupro é uma lógica perversa no sentido mais freudiano da palavra, de agir sobre o corpo alheio, de incidir sobre o corpo alheio; e o prazer está na incidência sobre o corpo alheio. Então, a dignidade da pessoa humana, que é um conceito fundamental dos direitos humanos, reside na concepção do corpo como sendo uma região de autonomia do sujeito detentor de direitos.

Então, é preciso entender que a sexualidade é quase acidental no estupro, ele é essencialmente um exercício de poder e uma forma de praticar violência.

Dito isso, eu também não quero me prolongar muito, mas eu queria abordar outra questão.

Todo esse processo há anos nos ensina o seguinte: a iniciativa da Nana nos mostrou uma coisa fantástica, que é como nós temos uma sociedade vibrante no Brasil, uma sociedade civil. A agorafobia em relação à violência sexual acabou no Brasil. O tema está em pauta, nós estamos discutindo isso. A Comissão, aqui, está muito de parabéns por ter colocado isso mais em pauta, e faz muito tempo que a sociedade brasileira não abordava esse tema de uma forma tão frontal, de uma forma tão corajosa.

Houve uma eclosão de fervor público em torno do resultado da pesquisa; mesmo corrigida, percebe-se que 1% é 1% de mais, que 0,1% é 0,1% de mais, no que diz respeito à dignidade da pessoa humana, e ao desrespeito à dignidade da pessoa humana não existe patamar aceitável; e ao mesmo tempo, em termos das instituições brasileiras...

(Soa a campainha.)

O SR. ANDREI SUÁREZ DILLON SOARES – Eu acho que esse processo vindica as instituições. Ele mostrou que nosso sistema funciona, o nosso sistema estatístico nacional funciona, houve uma correção transparente perante a sociedade – o Ipea está muito de parabéns por isso.

Esse processo vindica o conceito de realização progressiva dos direitos humanos, porque trouxe à tona a necessidade de se abordar o tema. Nós tivemos muitos avanços em direitos humanos nos últimos anos, mas, ainda assim, há espaço para muito mais, tanto na área legislativa como na área federativa, em termos de articulação interativa de consolidação de estruturas nos Municípios, tanto em termos de políticas públicas de âmbito nacional.

Esse processo vindica a sociedade civil brasileira, inclusive a liberdade de imprensa, a imprensa apontou o erro; vindica uma imprensa que é capaz de fazer uma crítica ao erro. Vindica o Estado na sua capacidade de correção do erro. E vindica a sociedade civil na sua capacidade de compreensão do fenômeno social latente que estava, que perdura mesmo após essa pequena questão.

Acho que ele também vindica o conceito que é um conceito fundamental, um desafio para nós atores do Estado, que é o conceito de elaboração de políticas públicas, a base de dados empíricos. O Estado é cada vez mais demandado para fazer mais. Isso é parte do processo democrático, isso é parte do processo civilizatório – e é bom que seja assim, nós servidores temos que entregar, o sistema político tem que entregar cada vez mais. E a aprendizagem, a percepção de que a informação é o insumo básico – e sai vindicado por esse processo.

E acho que a última vindicação é a vindicação da crença de que toda pessoa humana tem uma dignidade inerente que cabe ao Estado proteger. Esse é o conceito fundador dos direitos humanos, é um direito consolidado na Declaração de 1948, um conceito que se reitera na Conferência de Viena e é um conceito que vive até hoje.

Então, esse processo todo é de grande aprendizagem e grande consolidação institucional para o Estado brasileiro. Então, a gente tem que comemorar tanto a percepção, o retorno ao espaço público desse debate sobre o enfrentamento ao machismo, que é o patriarcalismo que se recusa a morrer, e acho que também ao racismo, que é a escravidão que às vezes se recusa a morrer inteiramente.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Muito obrigada ao Dr. Andrei, representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Antes de passar a palavra à nossa próxima e última expositora para abrirmos o debate, comunico a presença da Senadora Lídice da Mata.

Com a palavra Drª Rosângela Rigo, Secretária Adjunta de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, da Secretaria de Política para as Mulheres.

A SRª ROSÂNGELA RIGO – Bom dia a todos.

Cumprimento, em nome da Ministra Eleonora Menicucci e da Secretária' de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, Aparecida Gonçalves, a iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin, da Senadora Ana Rita e do Senador Moka, pela importância e necessidade desse debate na sociedade. É fundamental que cada vez mais possamos dialogar, conversar, discutir temas que sempre foram considerados temas do espaço privado, temas de responsabilidade não do conjunto das políticas públicas, mas sim das pessoas. Então considero fundamental esta audiência pública.

E o Ipea novamente traz a discussão e algumas questões que reafirmam e demonstram uma sociedade brasileira ainda marcada pelo machismo, pelo racismo e pelo patriarcado. As pesquisas reafirmam isso, mostram isso e mostram o quanto esta é uma discussão necessária, o quanto a gente tem que desnaturalizar essas questões.

Não é à toa que na década de 70 e 80 o movimento feminista trouxe para o Brasil toda a indignação e toda a discussão sobre o que era a autonomia das mulheres sobre o seu corpo, sobre a sua vida, sobre a sua sexualidade, sobre os seus sonhos e sobre os seus desejos.

Isso que a Nana fez nesse momento, falando dessa indignação, demonstrando essa indignação e sobre ela uma série de preconceitos e muitas questões que o movimento aponta, mostrando o quanto esse conservadorismo, esse reacionarismo da sociedade se reflete na vida das mulheres, isso é o que basicamente as mulheres apontam há muitas décadas e séculos. Nós temos que construir uma sociedade de igualdade e, portanto, romper com as relações desiguais de poder entre homens, mulheres e constituir e consolidar políticas públicas específicas que contribuam para isso.

Eu queria tratar, nesse finalzinho da audiência, da questão das políticas públicas de enfrentamento da violência contra as mulheres, justamente porque vários companheiros da mesa abordaram essa questão mais geral e essa naturalização da violência contra as mulheres ou o fato de não se reconhecer no estupro uma violência sexual, uma violação dos direitos das mulheres. É fundamental avançar e constituir novas ações e novas parcerias, inclusive com a sociedade.

Mas queria marcar também e resgatar alguns momentos ou pontos, elementos históricos que podem nos ajudar a pensar naquilo que a Beatriz trouxe também, que as políticas públicas para as mulheres são mais recentes no sentido do quanto o Estado se responsabiliza pela sua implementação.

No Brasil, a Secretaria de Política Para as Mulheres foi criada em 2003 e é a partir daí que se pensa ou se busca a responsabilização do Estado para implementar políticas públicas. Nunca antes na história deste País a gente teve um elemento que organizava, articulava, elaborava e, junto com os demais Ministérios, buscava a implementação dessas políticas públicas. Isso faz diferença. Faz diferença numa concepção de Estado e de modelo de gestão capaz de olhar para as mulheres a partir da sua diversidade, a partir da sua especificidade e também com um orçamento próprio para se pensarem essas políticas públicas e para reverter essas questões e esses dados que são mostrados não só pelas pesquisas, uma vez que muitas das mulheres que hoje são gestoras públicas também participam da sociedade no sentido de buscar e construir essas políticas públicas que possam alterar a vida das mulheres.

Não é à toa que foi a partir desse período que essa agenda passou a fazer parte também da agenda social do governo e, portanto, de um novo envolvimento do Poder Público para construir ações nas diferentes esferas do conjunto dos governos, seja o Federal, sejam os governos estaduais e municipais. Então, acho que isso faz-nos olhar também para os dados da pesquisa com esse olhar de como e do quanto vimos implementando essas políticas públicas.

Quero lembrar também que uma política pública bastante importante para nós, que é a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, foi uma das primeiras políticas públicas que abordou a integralidade do atendimento e acolhimento das mulheres nos serviços públicos e já apontava, no direito das mulheres, a questão dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, também as questões de violação desse exercício desses direitos, em especial a violência sexual sofrida por mulheres, crianças, jovens, adolescentes, e, portanto, também já apontando serviços e equipamentos públicos capazes de buscar, na rede de serviços públicos de atendimento às mulheres ou crianças e jovens, alternativas e soluções para o acolhimento dessas pessoas que so-

freram esse tipo de violência, como buscamos não só o atendimento humanizado, mas a busca, também, da criminalização dos agressores, porque é fundamental que se combata a impunidade.

Não é à toa que, no exemplo lembrado do Doca Street, uma das grandes palavras de ordem, naquele momento do movimento de mulheres, foi o combate à impunidade, justamente porque toda violência em relação às mulheres era tratada com tal naturalidade que não existia punição, e não era necessária, porque as mulheres eram naturalmente violadas, agredidas fisicamente, sexualmente, e portanto não se tinha o direito, ou o reconhecimento de que isso era uma violação dos seus direitos. Então, é importante marcar isso, porque faz diferença. E faz diferença como o Estado assume para si a responsabilidade, com essas políticas, em que temos – como o companheiro da SDH já falou – muito a avançar, mas demos passos importantes na conquista dessas políticas públicas.

Queria lembrar que a violência contra as mulheres é abordada de diversas formas e há dois marcos importantes para ela, o que para nós da SPM é superimportante. Vale a pena reafirmar. Em 2006, a Lei Maria da Penha traz também para a sociedade a discussão da violência doméstica, para fora do espaço doméstico e, portanto, com a possibilidade de trabalharmos com a prevenção, com o atendimento, com o acolhimento das vítimas de violência doméstica, das mulheres em situação de violência, mas também com o combate à impunidade, com uma maior responsabilização do sistema de Justiça, naquilo que compete à questão da apuração dos casos e da penalização dos agressores; como também o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que cria uma estratégia de gestão capaz de articular os diferentes entes da Federação e, na sua autonomia, construir políticas públicas capazes de responder ao enfrentamento à violência contra as mulheres.

E, lembrando sempre, essas políticas públicas são pautadas em uma concepção de que é fundamental enfrentarmos essa violência por meio da prevenção, por meio do acolhimento e atendimento às mulheres em situação de violência ou a todas as pessoas que sofrem violência, e também garantindo acesso aos serviços, acesso à Justiça e ao combate à impunidade. Esses elementos trazem também como responsabilidade, não só para a SPM, mas para o conjunto do Governo, ações e políticas públicas que antes não estavam colocadas.

É importante dizer que, em 2013, o programa Mulher, Viver sem Violência, na gestão da Presidenta Dilma, articula essas diversas ações, o enfrentamento à violência no País, recoloca para a sociedade brasileira o compromisso do Governo em construir e, de fato, alterar o cotidiano da vida das mulheres. E um dos eixos do programa Mulher, Viver sem Violência é a questão da humanização do atendimento nos hospitais e nos IMLs e uma qualificação dos profissionais e da coleta dos vestígios da violência sexual.

Então, isso muda também, constrói novos paradigmas no atendimento, assim como estamos ousando construir, na Lei Maria da Penha e com a Casa da Mulher Brasileira, trabalhando com vários serviços no mesmo espaço físico, mas, acima de tudo, garantindo a integralidade do atendimento à mulher, também essa questão do atendimento à violência sexual, a humanização desse atendimento, a ampliação dos serviços de saúde que serão referência para esse atendimento e a maior articulação com os institutos de medicina legal ou os IMLs, conhecidos na maioria dos Estados por todos nós, que também atendem, acolhem as mulheres no sentido do exame de corpo de delito, que possamos fazer cada vez mais esse atendimento integrado.

É importante dizer que, para isso, o Governo brasileiro realizou...

(Soa a campainha.)

A SRª ROSÂNGELA RIGO – ...implementou o decreto, no dia 13 de março, que estabelece as diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de saúde, e também a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre atendimento obrigatório e integral em todas as unidades de saúde. Isso significa dizer que, a partir de reconhecer que essa é uma violência presente na sociedade e que, há muitas décadas, as mulheres mostram essa indignação e a sociedade também a mostra. Vimos reafirmado, com as questões levantadas pela pesquisa do Ipea, que é fundamental que cada vez mais possamos ter não só orçamento, mas um Estado comprometido com políticas públicas específicas para as mulheres, porque romper com a desigualdade, romper com a opressão significa reconhecer a nossa sociedade ainda machista, ainda patriarcal, ainda racista, e fazer de políticas públicas ações afirmativas capazes de mudar a vida das mulheres, a vida das crianças, a vida da população negra e, acima de tudo, de enfrentar e de dizer: construir um sociedade igualitária significa colocar as mulheres em igualdade com os homens e combater aquilo que é uma violação dos nossos direitos, o que é uma violação de todas as questões que dizem da autonomia das mulheres sobre sua vida, sobre seu corpo, sobre sua sexualidade, seus sonhos e seu desejo de construir um País, uma cidade ou um Estado cada vez melhor para homens e mulheres.

Acho que essa audiência pública nos ajuda a refletir, a reafirmar a importância das políticas públicas, a reafirmar a importância, para a sociedade, via meios de comunicação, do papel que cumpre naquilo que é de fortalecer ou de acabar reforçando os preconceitos; mas numa democratização dos meios de comunicação,

esperamos ter condições de uma maior presença e participação da sociedade, para que possamos também nesses meios ver refletidos novos valores, novas questões que dizem do dia a dia de homens e mulheres numa sociedade igualitária e justa. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Muito bem. Obrigada, Rosângela Rigo, Secretária Adjunta de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, da SPM, pela sua contribuição, mais uma vez, aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Estão inscritos o Senador Moka, que está aqui desde o início da audiência pública; a Senadora Lídice da Mata, a Deputada Erika.

Primeiramente, os Parlamentares; depois, passo para você; preciso do seu nome aqui.

Senador Moka, por favor.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Ana Rita, Senadora Vanessa Grazziotin, serei bem objetivo.

Ouvi com atenção como é complexo isso. Não é uma pergunta, Dr. Daniel, mas apenas uma reflexão: penso que, infelizmente, a pesquisa, ao ser divulgada e depois reconhecido o que é positivo, tem um ruído e ficou com esse ruído. Talvez fosse interessante, até porque a gente precisa mesmo de mais dados, de mais coisas, que em algum momento vocês pudessem repetir essa pesquisa. Acho que isso é fundamental, porque para muita gente: "Ah, não, não era 65, era 25, então está bom!" Não está bom! É horrível isso. Mas como houve a pesquisa, primeiro lançou-se o número 65 e depois diminuiu para 25. É como se o próprio erro justificasse isso. Ficou muito ruim. Na minha modesta avaliação, acho que o Ipea, um instituto que tem uma grande credibilidade, que tem grandes técnicos, em algum momento poderia repetir e talvez até discutir, com esse fórum mesmo, as perguntas que foram feitas.

A assessoria da Senadora Ana Rita passou mostrando que as perguntas, na verdade, foram selecionadas a partir de várias outras perguntas.

Eu ouvi uma crítica assim: "Ora, se você perguntar para a pessoa: em briga de marido e mulher ninguém mete a colher." Isso é um ditado. As pessoas são capazes de concordar com isso em função de que você ouve isso repetidas vezes, desde quando se é criança. Mas não é assim. A pesquisa perguntou antes se na briga entre o marido e a mulher um estranho não deve se intrometer... Mas eu acho que é fundamental. Não é pergunta e não é crítica, Dr. Daniel, até porque eu conheço o Ipea e conheço a sua credibilidade, mas fica aqui uma sugestão.

Eu gostaria... Porque fora os jornalistas, representados pela Daiara, as pessoas que falaram de alguma forma têm ligação com o Governo. Vocês falaram quase de forma uníssona. E eu gostaria que a gente ouvisse também, até para ampliar esse debate, outras entidades que não tenham esse vínculo com o Governo, porque vão ficar mais à vontade para estabelecerem críticas, não que as pessoas aqui não pudessem fazê-las. Mas eu julgo isso fundamental.

E, para finalizar, acho que esse grupo deveria se reunir – e eu estaria à disposição na Comissão de Assuntos Sociais –, mas, aqui, em respeito à proposição feita pela Senadora Vanessa Grazziotin, que nós, da Comissão de Assuntos Sociais, junto com a Comissão de Direitos Humanos, pudéssemos, a partir desse grupo... Se vocês tivessem alguma sugestão, em termos de texto de legislação, que pudesse modificar ou acrescer a legislação e que vocês achassem importante, a Comissão de Assuntos Sociais e, tenho certeza, a Comissão de Direitos Humanos estariam dispostas a assumir esse texto, fazer disso um projeto de lei, contemplando aquilo que vocês acham que ajudaria dessa forma.

Eu fiquei horrorizado com essa pesquisa. É muito ruim isso para o País. É muito ruim! E ficar sabendo aqui... A jornalista disse que 85% dos casos de Brasília são dentro de casa, quer dizer, essa é uma constatação muito, mas muito séria. Sem falar que, recentemente, o Papa pediu perdão pela pedofilia, e a igreja sempre tratou isso como um tabu. Eu acho que quando o Papa vem e fala... Agora, é preciso também punir os padres pedófilos, porque senão essa coisa de perdão, perdão... E é o que a Rigo falou. Tem que punir esse pessoal. Não é possível. "Ah, não, mas padre, não..." Que história é essa?

Sou católico, nascido dentro de um colégio salesiano, dei aula a minha vida inteira em colégio, mas sou frontalmente contra e sempre coloquei. É a terceira vez que falo que a Igreja Católica precisa ouvir, a gente tem que ter coragem de dizer. Não basta o perdão. É preciso punir aqueles que praticaram.

Fico por aqui, não tenho questionamento e aprendi muito com o que eu ouvi hoje aqui. Estou levando para uma reflexão, mas gostaria muito que vocês pudessem nos ajudar a enfrentar junto com a sociedade um tema que me parece absurdo. Eu não consigo realmente... Fico indignado com os depoimentos, principalmente da nossa querida jornalista que veio hoje aqui.

Muitíssimo obrigado.

Desculpe não poder mais ficar, mas há mais de uma hora tem um pessoal me aguardando.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senador Moka. (*Palmas.*)

Que bom! Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, é médico e tem muito a contribuir também nesse debate, trazendo os homens para essa reflexão. Isso é fundamental.

Vou conceder a palavra à Senadora Lídice da Mata, só lembrando que já começou a sessão em homenagem à campanha da fraternidade sobre a questão do tráfico de pessoas.

Então, nós queremos também acompanhar, e é importante liberarmos aqui para que a sessão não tenha prejuízo da nossa presença.

Senadora Lídice.

A Vanessa está lembrando que a Senadora Lídice foi a Relatora da CPI que investigou a questão do tráfico de pessoas e que a Senadora Vanessa foi a Presidente da Comissão. Então, é um tema que tem tudo a ver conosco.

Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Bom dia! Quase boa tarde.

Muito obrigada, Presidente Ana Rita, pela referência à nossa Comissão do Tráfico de Pessoas. Também não me canso de registrar que foi uma proposta da então Senadora Marinor Brito, que já havia feito isso em seu Estado.

Quero destacar duas coisas. A primeira é a fala de Moka, que acho muito importante para nós, para a nossa luta como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Segundo, quero dizer que acho extremamente importante e fundamental que essa pesquisa seja feita pela Ipea, tanto pela credibilidade quanto pelo caráter que a pesquisa tem. Não é uma pesquisa quantitativa, é uma pesquisa que tem elementos qualitativos de formação, de percepção social. Isso é fundamental para que nós possamos atuar com políticas que realmente possam contribuir para a superação do preconceito e do machismo. O nosso debate e a pesquisa visam a que possamos reconhecer o terreno, digamos assim, para estabelecer as formas de atuação.

Eu, quase um dinossauro da luta feminista no Brasil, vejo essa pesquisa como algo extremamente importante e resultado de nossas conquistas, resultado de nossas lutas. Nós não tínhamos nenhum organismo que estabelecesse claramente um diagnóstico ou um referencial estatístico a respeito das questões sobre a discriminação da mulher.

Lembro-me de que a Deputada Luiza Erundina tem um projeto. Creio que não foi aprovado totalmente. Ele determina que, anualmente, o Governo Federal, o Governo brasileiro, divulgue um anuário estatístico sobre a situação da mulher na sociedade, na área da economia, na área da inclusão. Acho que o Ipea já está fazendo esse tipo de pesquisa, ou a Secretaria Nacional dos Direitos da Mulher já está apresentando um relatório. Mas esse era um projeto, antes da existência da Secretaria da Mulher, que já fazia parte das preocupações da Deputada Federal Luiza Erundina.

Essa questão do estupro tem um fundamento muito profundo porque atua sobre um componente fundamental, fundador, do machismo que é a ideia de que uma mulher é propriedade de alguém e a de que seu corpo pode ser usado como bem quer quiser esse proprietário. Na consciência do cidadão é que vai se estabelecendo essa compreensão. Isso lhe dá o direito de tocar meninas, adolescentes ou crianças que vendem no mercado informal. É alguém que está lá sem que o proprietário esteja junto reivindicando a sua propriedade. "O seu corpo posso pegar, posso usar." Isso faz com que jovens meninos de classe média, meninos de renda mais baixa, sintam-se no direito de atirar em uma mulher, de atirar na sua ex-namorada, de bater na sua ex-namorada e, da mesma forma, de estuprarem uma menina que desejaram, mesmo que ela nunca tenha olhado para eles. É o instinto da violência do proprietário ao demarcar o seu terreno.

Então, essa questão acho que foi um equívoco grave, mas que, no entanto, teve o seu lado positivo, porque despertou a sociedade brasileira. A contribuição da imprensa, da jornalista que tomou a iniciativa de fazer aquela campanha na internet, foi extremamente positiva para que nós pudéssemos estabelecer através da sociedade esse debate que foi muitas vezes fica restrito aos círculos do espaço parlamentar, quando não restrito aos círculos das feministas, que durante muitos anos, no nosso País, foram tratadas como falando algo que não deveria ser ouvido, porque na verdade eram mulheres que estavam ali amargas com suas próprias vidas. Assim que eram tratadas as feministas na década de 80 e assim por diante.

Eu ouvi, na Constituinte, ainda, de um deputado, passando, quando uma mulher tinha feito uma reclamação lá e tinha sido um pouco maltratada, que ele dizia: "Isto é coisa das mulheres mal amadas". É aquela pecha velha, antiga, que a gente de vez em quando ainda ouve falar.

Essa questão é uma questão social grave e a sociedade brasileira é extremamente violenta com suas mulheres, com suas meninas. Há 25 anos, o Cedeca começou a fazer o levantamento e a pesquisa da violência sexual contra mulheres, na Bahia, e isso se tornou uma marca que levou o Brasil a assumir uma campanha contra o abuso sexual em crianças e adolescentes, em nosso País; e nós precisamos transformar isso em uma

pauta primeira da luta social em nosso País, porque da luta das mulheres já é há muito temp. Que seja a luta da sociedade brasileira; de homens e mulheres da sociedade brasileira.

Então, quero parabenizar o Ipea pela decisão da realização da pesquisa e da necessidade de nós, cada vez mais, por meio da Secretaria da Mulher, estabelecermos políticas que sejam capazes de dar conta da sociedade, de tornar visível para a sociedade essa chaga social que se abate sobre a vida das mulheres brasileiras e do mundo. Não é uma questão apenas do Brasil, é uma questão do mundo. E eu fico feliz de falar aqui.

Não quero mais tomar tempo. Nós estamos com a agenda super cheia e tenho que sair daqui correndo para a Campanha da Fraternidade, porque nós acabamos de votar o projeto que é resultante do nosso trabalho sobre o tráfico de pessoas, que o tipifica, previne e protege as vítimas, e pune os criminosos. E é a primeira lei do Brasil sobre essa questão, de lavra nossa do Senado. E nós esperamos...

Eu quero convocar a nossa Presidente, a Senadora Ana Rita, e a Presidente da CPI, a Senadora Vanessa Grazziotin, para que após a Semana Santa a gente faça uma ida à Presidência da Câmara dos Deputados e às Lideranças, para que façamos avançar essa tramitação do projeto na Câmara. E não tenho dúvida de que isso só foi possível – já estava há um ano dentro desta Casa – porque a CNBB definiu esse como tema da Campanha da Fraternidade. Foi muito importante a definição da CNBB, porque mesmo que houvesse uma posição positiva do Governo Federal, a tendência era de que isso aqui fosse ficando como uma luta das mulheres reivindicando. Mas quando a CNBB assumiu para si essa batalha, sensibilizou outros segmentos e tornou possível a sua aprovação.

Muito obrigada, Srª Presidente. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senadora Lídice. (*Palmas*.)

Bárbara, você vai falar daqui a pouquinho.

Eu vou passar a palavra para a Deputada Erika Kokay. Depois, nós vamos ouvir a Bárbara, para que ela possa também se manifestar enquanto movimento estudantil.

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – Eu queria parabenizar as Comissões pela realização desta audiência pública e parabenizar também o Ipea pela realização desta pesquisa porque ela desnuda uma relação que é muito permanente e que estava de certa forma invisível, pela naturalização da subalternização de mulheres em nosso País; e nos aponta, entre outras coisas, para o fato de que realmente não fizemos o luto, ainda, nem da escravidão, nem tampouco do colonialismo ou da própria ditadura militar.

Nós temos elementos de desumanização muito intensos, que são expressos por essa pesquisa. Primeiro, o sentimento de que a mulher é coisificada, é uma coisa, ou seja, ela pertence a um homem. E, segundo, uma percepção, porque penso que seria muito importante se tivéssemos dados para serem comparados com a anterioridade da Lei Maria da Penha, mas uma percepção ainda muito difusa e muito ambígua acerca da violência doméstica. Ou seja, atribuir aos homens, como temos na pesquisa acerca da tolerância, que devem ser os chefes de família e que as relações domésticas dizem respeito apenas à própria família, e a casa pode ser um sepulcro de toda a observância e a vigilância da própria sociedade, indica uma incompreensão acerca das violências que ainda não se expressam de formas tão nítidas, ou seja, que deixam seus hematomas na alma, mas não deixam seus hematomas no próprio corpo.

E, ao mesmo tempo, nós vamos ver uma percepção que acho que é fruto da Lei Maria da Penha e das políticas públicas, particularmente das políticas desenvolvidas pela SPM, as políticas públicas que apontam uma intolerância com relação à violência, à violência quando na percepção do que é violência. Penso que ainda há uma dificuldade de se perceberem as várias formas de violência. Qualquer subalternização é uma violência e deve ser encarada enquanto tal, porque ela dialoga, ou beira, ou assume de forma muito intensa um processo de desumanização.

E nós vamos ver, e me lembra muito Darcy Ribeiro, quando diz que o estupro foi um instrumento utilizado para a implementação do colonialismo, e o estupro foi uma realidade neste País. Este País tem uma mestiçagem – e nós podemos homenageá-la todos os dias – que via de regra é fruto do estupro na sua origem ou na sua gênese; e tem que ser considerado dessa forma.

Então, é muito importante que nós possamos reconhecer as paredes e os tetos de vidro, as burcas, os véus e as mordaças, que se tornam invisíveis pela naturalização da subalternização e da desumanização da mulher. Essas pesquisas, as duas, apontam nessa perspectiva.

E, por fim, quero dizer que presido a CPI da Câmara que discute e investiga a exploração sexual de crianças e adolescentes; a violência sexual. E nós veremos que a violência doméstica, se ela hoje tem instrumentos que são instrumentos legais, como a Lei Maria da Penha, no que diz respeito à mulher, mas nós ainda temos uma violência doméstica permitida, permitida, atingindo as crianças. E nós vamos nos deparar com um processo muito profundo de vitimização, uma cadeia de vitimização através da violência sexual. A vitimização do

assujeitamento, de não considerar o próprio corpo, da pobreza, quando diz respeito particularmente à exploração sexual.

A exploração sexual está muito associada e tem a variável da pobreza de forma muito intensa, e é a primeira vitimização. A segunda é abrir mão dos direitos ou tirar os direitos sexuais, a sexualidade. É a infância roubada. A terceira vitimização diz respeito à fala, à fala da criança, e a criança fala de várias formas. A fala dela não é considerada. E a quarta diz respeito particularmente às adolescentes em situação de exploração sexual, a culpabilização da sociedade, que nós vamos ver também na pesquisa do Ipea, quando se diz sobre as roupas ou se as mulheres poderiam evitar ou ter evitado o próprio estupro.

É um processo de dominação invisível, profundo, que dilacera, que é a transformação das vítimas em culpadas. Nós vamos perceber isso na exploração e violência sexual de crianças e adolescentes e também na violência sexual que atinge as mulheres. Por isso, penso na importância de darmos visibilidade a essa relação que oprime, que desumaniza, que mostra que nós não fizemos o luto nem da ditadura, nem da escravidão, nem tampouco do colonialismo neste País.

E quero encerrar parabenizando a SPM, porque penso que o programa Mulher, Viver Sem Violência é absolutamente fundamental por abranger uma série de serviços ou possibilitar que a mulher rompa com a via-crúcis. A via-crúcis das mulheres é impressionante, particularmente das mulheres vítimas de violência. Quando elas são acolhidas e têm uma percepção de um bom acolhimento pelos núcleos de saúde, só vão atingir esses núcleos de saúde, antes do projeto que unifica os serviços, depois de passar pela delegacia; às vezes, encaminhadas, em seguida, para a delegacia de atendimento às mulheres; depois, para o próprio IML; depois do IML... Enfim, é uma via-crúcis, porque é um processo também de revitimização que a SPM enfrenta de duas formas: através da coleta das provas pelo próprio sistema de saúde, que é um projeto também que diz respeito ao Ministério da Justiça, e também na unificação dos serviços e na ressignificação da vida.

Vamos perceber que temos dois aspectos que precisam ser enfrentados: um é a impunidade, que naturaliza e provoca temor. A impunidade provoca temor e naturaliza, provoca uma aporia do ponto de vista da perspectiva ou do movimento de denúncias se não se reflete numa responsabilização. O segundo é o atendimento. O atendimento ainda é muito precário, particularmente às crianças e adolescentes.

Os Creas, onde ficam os serviços, têm uma dificuldade imensa de promover um atendimento que possa interromper a situação de violência sexual e, particularmente, ressignificar as vidas de mulheres e crianças neste País. Como diz a pesquisa feita pelo Ipea e pelos dados colhidos pelo sistema público, 70% das vítimas de estupro são crianças e adolescentes, o que indica que ainda estamos abaixo do marco civilizatório. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Deputada Erika Kokay.

Aproveito para informar também que acabei de receber a informação de que, no dia de hoje, a Unicef, Deputada Erika Kokay, está, juntamente com a Secretaria da Copa da Bahia, apresentando uma pesquisa sobre abuso sexual contra crianças e adolescentes no meio esportivo, especialmente nos times de futebol. Então, é uma pesquisa que nós, posteriormente, precisamos conhecer e também fazer o debate aqui. O relatório chama-se "A infância entra em campo". É outra pesquisa que também com certeza nos trará dados que precisaremos aprofundar.

Deputada Erika, a jornalista Nana, que já esteve conosco, disse para nós, agora cedo, que 85% dos casos de estupro aqui, em Brasília, acontecem dentro de casa. É um dado realmente muito alarmante.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Do Ipea, são 80%.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Eu vou convidar a Bárbara Melo, Presidente da Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), para fazer também a sua fala. E, posterior à fala da Bárbara, nós passaremos para a Mesa, para as considerações finais.

A SRª BÁRBARA MELO – Boa tarde a todas e a todos. Meu nome é Bárbara, como foi dito. Sou do Rio de Janeiro, estudei em escola técnica, fiz Administração. Hoje, faço pré-vestibular em São Paulo.

Gente, eu acredito que tocar no que não é palpável, no que é imaginário acaba por si só sendo um tabu. Isso é muito prejudicial, porque, dentro das escolas e das creches, já se dividem as pessoas pela sua sexualidade. Eu não acho que a violência seja um fenômeno. Ela tem lado, tem raça, tem cor, tem sexualidade, sim, e tem gênero, na verdade, porque é o seguinte: quando o corpo é algo subjugado, ou seja, as pessoas já aprendem a esconder o seu corpo para não serem olhadas de outra forma, como, por exemplo, quando uma menina chega à escola usando short, com calor de 40 graus, e é mandada de volta para casa, porque está com uma roupa indevida para um ambiente escolar, quando professores, dentro de salas de aula, quando uma menina aborda sobre...

Houve um caso muito emblemático na minha escola: a menina voltou do banheiro, atrasada para a aula, e o professor falou: "É. Você teve tempo suficiente para ir ao banheiro na hora do intervalo. Por que você demo-

rou?" Aí ela falou: "Eu estou menstruada e tive que trocar o absorvente." E ele: "Ninguém tem nada a ver com isso aqui. Entendeu, menina? Você está louca? Fique quieta." E isso no ensino médio.

Então, assim, quem forma opinião, na sociedade, em grande parte são os professores e também os pais, porque tem que desmascarar as coisas na sua essência, falando o que está errado. E o Estado ser mais duro com isso não quer dizer que ele está acabando com liberdade de expressão; quer dizer que ele está libertando a expressão dos que foram subjugados por muito tempo.

É o seguinte: você ser julgado pela sua roupa, pela sua cor de cabelo, pelas suas expressões, isso quer dizer que a aparência está sendo mais importante do que não a essência, mas a verdade dos fatos.

No Rio de Janeiro – eu sou de lá, onde o *funk* é muito forte –, as MCs acabam usando métodos violentos de expressão. Quando a Valesca Popozuda fala que a... é dela, que a genitália dela é dela, é porque, gente, violência se responde, muitas vezes, com violência. E tratar essa violência, no seu fundo, é entender que quando se subjuga alguém, quando se proíbem roupas em ambientes educacionais, quando se fala que a pessoa não pode usar uma determinada vestimenta porque alguém vai se excitar, um alheio, isso é errado, isso é muito errado.

Então, assim, dentro dos ambientes escolares, o machismo é muito forte, muito forte, muito presente. Devem-se reciclar os profissionais de educação; deve-se também, dentro dos ambientes familiares, não uma vistoria... É importante uma vistoria, uma pesquisa de casa em casa, sim, para entrevistar e saber a realidade que está acontecendo lá dentro com as mulheres.

A questão do estupro, gente, é você dizer que uma pessoa é subjugada à outra, de acordo com a sua autoridade: "Eu posso; eu sustento essa mulher; ela tem de fazer sexo comigo toda noite. Eu sustento essa criança; ela não pode discordar de mim."

Então, assim, nós da União Brasileira de Estudantes Secundaristas, para concluir, encampamos a campanha "Não mereço ser estuprada", porque é o seguinte, gente: você ser desnuda com o olhar, e ser desnuda com o olhar não quer dizer se a pessoa está com uma roupa curta e alguém olha para ela, mas desnuda com o olhar é o preconceito de achar que uma menina é fragilizada, é um bibelô, isso é ruim para a emancipação dessas próprias mulheres.

É o seguinte, gente: tem de se tomar lado quando se fala da questão de gênero e não invisibilizar o que está latente na sociedade. Não é só com números que você vai dizer o que tem de ser mudado, é com lado. E os estupros, no Brasil, sempre aconteceram e a colonização foi essencial para isso.

Mas é o seguinte, ...

(Soa a campainha.)

A SRª BÁRBARA MELO – ...a cultura de que uma pessoa, para ser respeitada, tem de estar debaixo do braço de outra é muito ruim, é muito ruim e muito prejudicial para a sociedade como um todo. Achar que a mulher ser dona do seu próprio corpo é também a sociedade reconhecer isso.

Então, deve-se entrar, sim, nas famílias; deve-se entrar, sim, nas escolas, porque o que é público, o que é de todos deve ser muito bem observado, e também aquilo que é privado, porque a influência dos setores da mídia nisso é muito forte.

A mensagem que é dada quando se estereotipa uma mulher em um personagem de novela é muito forte. E o Brasil deve se preocupar com isso. Não deve ter medo se a sociedade civil vai se mobilizar ou não, porque, quando é justo, as pessoas falam; quando é justo, as pessoas se mobilizam.

Para concluir, quero saudar a iniciativa para esta discussão, para esta audiência pública. Que nós tenhamos coragem de denunciar, sim. Aqui, nesta Casa, há muitas expressões de machismo latentes. Que a denúncia seja cada vez mais feita. Cada pessoa aqui, Deputado e Senador, tem uma responsabilidade muito grande em tomar partido nesse caso, em ficar do lado da parcela da sociedade que sofre mais com o preconceito e que são, sim, as mulheres que, pasmem, são 50% da nossa população. Quando foi eleita uma Presidenta, com "a", houve toda uma discussão: "Ah, mas tem que ser Presidente. Ah, mas aquilo, mas aquilo outro."

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Bárbara, terminando.

A SRª BÁRBARA MELO – Então, nós temos que reafirmar o gênero, reafirmar o que parece ser óbvio, mas não é. As meninas, dentro das escolas, estão, sim, sofrendo, e sofrendo muito com o machismo, que é implementado na sociedade. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Bárbara, pela sua participação. Muito bem.

Bárbara é Presidenta da Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas).

Muito obrigada, Bárbara.

Vou passar a palavra à Senadora Vanessa, que precisa se ausentar. Em seguida, passarei aos demais membros da Mesa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Eu quero...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Antes, Senadora Vanessa – desculpe-me interrompê-la –, eu quero registrar aqui a presença da Lisiane Portella, da Assessoria da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal.

Obrigada pela presença de vocês.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Que têm sido grandes parceiros nossos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Com certeza.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – ... nas Comissões aqui do Senado. Muito obrigada.

Eu não vou poder ouvir as considerações finais, porque está chegando a vez da minha inscrição lá na Petrobras, na outra Comissão.

Primeiro, quero dizer que algumas conclusões nós podemos tirar desta audiência pública. De fato, acho que esse episódio ocorrido no Ipea não foi nem um pouco agradável, não só para o Instituto, mas também para o Brasil, para a sociedade como um todo. Agora, errar é humano. Mas fica evidente que, diante do acontecido, outras medidas têm que ser tomadas. Eu acho que deveria haver uma nova pesquisa. Penso que o Instituto poderia dar um tempo, porque sabe melhor do que nós em que período aplicar exatamente a pesquisa.

Foi publicada uma pesquisa recentemente por um órgão de imprensa que baixou o número – acho que foi só na cidade de São Paulo – para 12% de pessoas que acham que quem se mostra, quem usa roupa curta ou mostra o corpo merece ser estuprada. Entretanto, se verificarmos, há possibilidade de uma contaminação dessa pesquisa pela forma como o tema foi debatido pela sociedade.

Então, acho que, diante de todos esses cuidados, é necessário que se retome essa questão, e com muito força. E qual é o objetivo disso? Aí nós queremos cumprimentar muito o Ipea. Estabelecer políticas públicas, e isso foi dito aqui.

É inadmissível que tenhamos somente a base do Ministério da Saúde. É preciso que haja uma integração de outros órgãos – IML, segurança –, para que esses dados, o conjunto dessas informações, sejam mais consistentes no sentido de nos orientar a uma política pública, até mesmo na elaboração de leis.

Nana falou: "Essa lei o Senado pode fazer. Aquela lei..." O Senado tem feito muito. Aqui mesmo foi relatada a lei que trata do atendimento no Sistema Único de Saúde às mulheres vítimas de violência. Lá também se fala da notificação. E a portaria ou o decreto que regulamentou essa lei é fruto desse debate. Isso ocorreu no ano de 2012.

Agora, nós estamos tratando... Parece que são percepções, concepções antigas, antiquadas, mas as últimas perduraram até 2009. Nós estamos num processo de construção, porque, afinal de contas, nós estamos lutando contra uma cultura que vem de uma política, obviamente, que não só discriminava a mulher, mas também o homem – o homem com menos posses, o homem despossuído de qualquer bem material na sociedade. Esse homem era discriminado, e a mulher era discriminada mais ainda. Então, nós temos que lutar contra essa política de uma forma eficiente.

Nós não podemos permitir... Até a década de 80, as pessoas eram julgadas ou justificavam seus crimes em defesa da honra. Homens – e só homens – podiam justificar a defesa da honra. A mulher não podia justificar a defesa da honra! Isso de agora, da década de 80, minha gente. Então, nós não vamos poder, porque isso é tão recente, esperar mais 30 anos, 40 anos para evoluir. Não! A evolução tem que se dar muito mais rapidamente.

No mais, Senadora Ana Rita, dizer que as duas Comissões, assim como a Procuradoria da Mulher, estão muito atentas a isso e toda contribuição que vier é muito importante para que, repito, a gente possa avançar na legislação e na política pública de proteção dessa parcela importante da sociedade.

Que o crime acontece dentro de casa, a gente sabe; que 80% envolvem mulheres, a gente sabe também; e que 70% atingem crianças e adolescentes. Isso é muito grave porque atinge não só a criança. A criança diretamente, mas toda a estrutura da sociedade indiretamente.

Então, Senadora, a senhora conduz aqui o final da nossa audiência.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senadora Vanessa, que é uma das autoras do requerimento desta audiência pública.

Eu quero aproveitar para registrar a presença da Marinete, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que está aqui conosco no dia de hoje e tem sido uma grande parceira.

Eu vou, agora, passar a palavra aos nossos convidados e convidadas para fazer as considerações finais. Vou pedir que sejam breves porque nós precisamos, também, conforme já foi dito, ir para a sessão solene.

Então vou passar a palavra começando de quem falou por último. Com a palavra, Rosângela Rigo, da SPM (Secretaria de Políticas para as Mulheres).

A SRª ROSÂNGELA RIGO – Só mais uma vez cumprimentar pela iniciativa, Senadora, e dizer da importância que o Parlamento teve e tem tido nesse momento para que o Brasil possa discutir políticas públicas para as mulheres.

As Senadoras aqui presentes, a Deputada e muitos Parlamentares têm contribuído, em especial, com o que aconteceu no ano passado com a CPMI do Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e que permite, também, que o Executivo Federal possa olhar e apontar para os diferentes Entes da Federação as suas responsabilidades e como implementar essas políticas públicas. Esse é um debate fundamental. Então, há a importância dele, as pesquisas, a sociedade civil presente e exigindo cada vez mais direitos e cidadania fazem com que a gente possa avançar e, de fato, construir um País com igualdade, como diz a Presidenta Dilma, com tolerância zero para qualquer tipo de violência, em especial a violência contra as mulheres.

Esse é o desafio da SPM, esse é o desafio do Governo Federal e, portanto, estamos aí com os parceiros do Governo comprometidos nessa tarefa e nesse desafio. Mais uma vez obrigada e parabenizo pela iniciativa.

Ah, eu queria só lembrar que a Senadora Lídice da Mata falou sobre o Raseam (Relatório Anual Socioeconômico da Mulher). A SPM o lançou neste ano, que é de responsabilidade da SPM organizar, e ele está no *site* da SPM e foi apresentado com todos os dados sobre a questão das mulheres no Brasil. O *site* da SPM, para quem quiser, é www.spm.gov.br e o título é Raseam, que tem uma publicação com a capa fácil de identificar os dados e essa organização e informação sobre a situação das mulheres no Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Rosângela. (*Palmas.*)

Leve o nosso abraço e o nosso carinho, também, para a Ministra Eleonora Menicucci.

Passo a palavra agora para o Andrei Suárez Dillon Soares, Coordenador Geral de Indicadores e informações em Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O SR. ANDREI SUÁREZ DILLON SOARES – Eu queria agradecer a todos e reafirmar que a Secretaria de Direitos Humanos está empenhada no enfrentamento a toda forma de violência contra a mulher. Esse empenho se dá em várias frentes, se dá na área de educação e direitos humanos, pela qual a Secretaria publicou mais de 60 publicações que foram utilizadas por Municípios, por polícias, por uma série de atores na ponta, na promoção e defesa dos direitos humanos.

Nós atuamos por intermédio dos centros de referência que estão em numerosas unidades da Federação, tanto promovendo o conceito de direitos humanos como promovendo o conceito da dignidade inerente do ser humano, especialmente da mulher, por todo o território nacional. Nós promovemos isso pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, que hoje está integrada à Ouvidoria, ao Disque 130 da SPM, com o sistema de encaminhamento de denúncias de violação de direitos de mulheres para a SPM.

Estamos empenhados na promoção e defesa dos direitos da mulher como um subgrupo, dentro de nossas iniciativas de enfrentamento à violência sexual contra as crianças, onde temos duas grandes ações neste sentido, o Pair, um programa de ações integradas que visa a articular as redes de promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, porque, como nós vimos, em grande medida a violência sexual se dá em ambientes domésticos e contra crianças e adolescentes. E também mantemos uma pesquisa em cooperação com a Polícia Rodoviária Federal, o Projeto Mapear, pelo qual identificamos pontos de exploração sexual e violência sexual de crianças e adolescentes, no qual a vitimização é, em grande medida, na sua imensa maioria, feminina. E também elaboramos o Sistema Nacional de Indicadores de Direitos Humanos, no âmbito do qual mapeamos uma série de questões de gênero, inclusive traços de vitimização, no intuito de agregar sempre mais inteligência ao processo de realização progressiva de direitos humanos.

O tamanho do problema nós sabemos, quer dizer, o machismo levou a 6.804 casos de violência sexual registrados em 2012, pelo Sinan. Ele levou a 4.522 homicídios de mulheres.

Acho que é importante também dizer que o machismo não é um patrimônio masculino, como às vezes é concebido por um certo tipo de homem. Por que digo isso? Porque o machismo também tem uma vitimização masculina.

Aproximadamente 40 mil homens morrem, por ano, em fins de semana, por motivo fútil, quase todos jovens; e quase todos os crimes, onde tanto o agressor quanto a vítima são homens, em grande medida são crimes vinculados a conceitos equivocados do conceito do que é ser homem.

Então, há um espaço para mudança cultural, há necessidade de mudança cultural e a SDH está empenhada, dentro de sua capacidade, em sempre promover essa mudança.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Andrei, da SDH, pela sua presença e pela contribuição.

Vou conceder a palavra à Srª Beatriz Cruz, do Ministério da Justiça, Coordenadora Geral de Ações de Prevenção em Segurança Pública.

A SRª BEATRIZ CRUZ – Senadora, mais uma vez quero agradecer pelo Ministério da Justiça estar participando de um momento tão importante e parabenizar novamente pela iniciativa.

Acreditamos que é fundamental que se debata a questão da violência contra a mulher, em especial baseada em pesquisas que estejam demonstrando que a questão da violência é algo ainda muito presente na sociedade. E nos colocar à disposição, em nome do nosso Ministro José Eduardo Cardozo, da nossa Secretária Nacional de Segurança Pública, Regina Miki, para colaborar sempre que esta Casa necessitar desse debate, uma vez que é prioridade do Ministério, da nossa Secretaria, atuação firme no enfrentamento de qualquer tipo de violência, em especial o enfrentamento à violência contra a mulher, que é um tema discutido neste momento.

Só para finalizar, informo que estaremos, em breve, publicando uma pesquisa, um mapeamento que a Senasp fez, em relação à situação das nossas delegacias especializadas de atendimento à mulher, o que vai gerar uma publicação com a situação, hoje, das nossas delegacias, cujo objetivo foi entender como estão estruturadas nossas delegacias, para conhecer suas necessidades e, a partir daí, continuar no trabalho de fortalecimento das delegacias especializadas, que têm, na nossa concepção, papel fundamental no campo da segurança pública, no enfrentamento à violência contra a mulher.

Mais uma vez, muito obrigada e nos colocamos à disposição. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Beatriz. Nosso abraço também para Drª Regina Miki, que tem sido uma grande parceira e colaboradora também desta Comissão de Direitos Humanos, assim como o Ministro.

Vou conceder a palavra à Daiara Figueroa, que é educadora e que também faz parte do movimento Eu Não Mereço Ser Estuprada. Ela está aqui, agora, substituindo a Nana Queiroz, que teve de se ausentar. Ela está aqui, marcando sua presença desde o início.

Então, por favor, Daiara.

A SRª DAIARA FIGUEROA – Agradeço, em nome do movimento Eu Não Mereço Ser Estuprada, pela oportunidade de debater esse tema, finalmente, de maneira mais ampla.

Eu agradeço pessoalmente, porque eu mesma fui vítima de estupro. E integrei esse movimento por acaso, porque fui a primeira pessoa a falar abertamente sobre a minha experiência. Fui abusada sexualmente durante minha infância, mas só percebi isso depois. Consegui falar com minha mãe sobre como fui abusada pela nossa própria família, por pessoas da nossa própria família. Gosto de falar dessa trajetória pessoal principalmente porque, depois da repercussão do meu relato, começaram a surgir milhares de outros relatos na internet.

Nós podemos ter a certeza, ao contrário do que foi afirmado por pessoas em algumas revistas, de que o estupro não foi inventado agora. O estupro é uma realidade do mundo. Não nos podemos limitar a falar do Brasil. A verdade é que a estatística que encontramos no nosso País é a mesma estatística encontrada por órgãos internacionais no mundo inteiro: 50% das vítimas são crianças de até 13 anos de idade, 70% das vítimas são crianças e adolescentes, e 80% dos agressores são conhecidos e familiares.

Então, quero dizer, em nome do movimento, que acreditamos, sim, que existam muitas estratégias para combater e prevenir essas agressões. A primeira estratégia é a educação. Não existe alternativa. Isso é importante. Como a Bárbara estava falando e como muitos questionaram, nós acreditamos que as redes de ensino têm de ser integradas, sim, às fontes de informação, para se revelar o panorama real da violência sexual no Brasil. Temos de permitir que essas pesquisas consigam chegar às escolas, porque é o espaço mais propício para fazer essas averiguações não apenas do abuso contra crianças, mas também da violência sexual doméstica de todo tipo.

Quando falamos de violência contra a mulher, é bom levar algo em consideração: é claro que é propício que estejamos falando de estupro neste momento, mas a violência contra a mulher representa um cosmos. Todas nós já fomos violentadas, nós somos violentadas constantemente. Nós somos violentadas pela nossa mídia, por um conselho de publicidade que acompanha as propagandas no Brasil, mas que é composto praticamente por apenas homens. As mulheres, que são 50% do público dessa propaganda, não são atingidas. A nossa sociedade é guiada por essa mídia, que incorpora todo o preconceito revelado nessas pesquisas de que tratamos aqui. Isso acaba se replicando em todos os órgãos.

Então, nós pedimos, sim, o fortalecimento das pesquisas não apenas nos institutos, mas também no âmbito universitário, para procurar alternativas de tratamento, de acompanhamento e de prevenção dessa violência. Nós pedimos a integração da questão de gênero no Programa Nacional de Ensino e, especialmente, também do tema transversal da violência sexual, sim, dentro dos PCN. É importante tratar disso na escola, para conseguirmos, finalmente, desconstruir, desmistificar e retirar o tabu da questão da violência sexual e educar uma geração inteira, para que nosso País se transforme. O Brasil é visto mundo afora com aquela imagem da mulher sexualizada, e é importante que, neste momento, possamos debater isso. Podemos ser, inclusive,

pioneiros, para podermos transformar isso dentro de nossa rede de ensino, porque, através da educação, nós transformamos a sociedade.

Nós precisamos educar nossos funcionários da saúde e nossos funcionários do Legislativo e do Executivo para tratarem da violência de maneira ampla, como ela existe. A violência pode se revelar num gesto, numa imagem. Como a própria Senadora mostrou, uma charge pode representar uma violência contra a mulher. Eu me sinto agredida quando vejo na televisão, na rede mais assistida do Brasil, esteriótipos de mulheres burras com poucas roupas, sendo tratadas com chacota, como se aquilo fosse objeto de comédia. Não é possível tolerar isso. Nós não podemos nos calar diante dessa agressão das quais somos vítimas constantemente, dentro da nossa própria casa, por parte dessas mídias.

Outra coisa que eu quero deixar muito clara é que eu não denunciei o meu agressor, os meus agressores. Eu, como mulher, como a criança que eu era na época, tive medo de magoar a minha família, eu tive medo de expor a mãe dessa pessoa, que é uma pessoa que eu amo profundamente, foi a pessoa que me educou, que me criou, que trocou minha fralda. Eu tenho visto, junto com a Nana, em todos os relatos que têm chegado até nós, que são relatos de fracasso.

Eu fiz o meu relato abertamente, mas eu me empoderei em cima da agressão que eu vivi. Eu falo disso abertamente porque sei que eu não preciso sentir vergonha, eu não preciso sentir o nojo que eu sentia quando eu fui agredida, eu não preciso sentir medo de ser agredida novamente porque a culpada não sou eu. Quem tem que se envergonhar e sentir nojo do que fez é o meu agressor. E são todos esses agressores com os quais convivemos no dia a dia.

Ainda assim, com esse meu empoderamento, eu não tive coragem de denunciar – e não tenho ainda. Eu acho que não é apenas pela punição que nós conseguimos combater essa violência, porque as relações humanas são complexas, e eu ainda me recuso a colocar em jogo a saúde psicológica, amorosa da minha família, dos meus relacionamentos humanos por conta de uma pessoa.

Eu consegui me empoderar pela fala e acredito que precisamos criar uma rede de empoderamento pela fala, da mesma forma que existe com alcoólicos anônimos. Enfim, nós precisamos abrir espaço onde as pessoas agredidas e os agressores também possam se curar psicologicamente, espiritualmente, ao abordar essa agressão, ao tratar dessa agressão para transformar essa violência. É através da fala que nós vamos nos curar. É enfrentando esse fato e reconhecendo que a transformação pode ser possível.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Daiara, pela sua presença, pelo seu depoimento e pela coragem que você tem, pelo seu empoderamento justamente de poder falar publicamente sobre sua experiência. E mais do que isso, por assumir um movimento tão importante, sobre o qual você já relatou, e a própria Nana também, o Movimento Não Mereço ser Estuprada, um movimento que ganha força, pelo que vejo, e que é fundamental.

Eu quero lhe dizer uma coisa, Daiara, todos nós precisamos nos educar. Não é verdade? O movimento que vocês criaram ajuda a educar a sociedade. E a presença de vocês aqui hoje também contribui para educar o Parlamento. Porque nós vivemos num Parlamento onde a grande maioria é composta por homens e nem todos ainda percebem isso com muita clareza.

Nós precisamos de Parlamentares comprometidos com essa causa. Eles precisam também passar por um processo de educação para entender o que significa isso na vida de uma mulher, na vida de uma criança. E fazer a sua parte como legislador, individualmente e coletivamente, para que nós possamos superar isso.

Parabéns pela sua coragem! Parabéns pela sua presença! Parabéns para a Nana, que, de forma muito corajosa – eu diria mais do que isso –, de forma muito competente, ela traz este debate aqui hoje para a Comissão de Direitos Humanos.

Muito obrigada.

Vou conceder a palavra agora ao Daniel Cerqueira, que é Diretor do Ipea, para que também faça as suas considerações finais.

O SR. DANIEL CERQUEIRA – Obrigado.

Eu vou ser muito breve, dado o adiantado da hora.

Primeiro, eu queria, naturalmente, saudar mais uma vez e agradecer não só a iniciativa de fazer este debate tão importante, mas sobretudo as palavras carinhosas que a gente ouviu aqui em relação ao nosso trabalho no Ipea. E aí eu posso falar não só como diretor, mas como pesquisador da Casa, que sou há muitos anos, que todo o corpo funcional, todos nós vestimos a camisa do Ipea e somos bastante ciosos da qualidade do nosso trabalho. Ocorre que até, muitas vezes, aviões caem. Por mais que a gente tenha a preocupação com o processo de qualidade, muitas vezes, um avião cai. E, quando ele cai, muitas vezes ele serve para tornar exatamente o transporte aéreo mais seguro.

Então, vocês podem ter certeza, aqueles todos que sempre confiaram no trabalho do Ipea nesses 50 anos de bons serviços ao Estado brasileiro, vocês podem não só confiar, como podem confiar mais ainda, porque todo o processo de controle de qualidade que nós já fazíamos nós estamos repensando e revisando, para que não aconteça. Mesmo assim, não vamos garantir que isso não poderá ocorrer, porque isso acontece direto na Academia.

E eu queria dizer o seguinte: ao mesmo tempo em que, como funcionários, todos nós sentimos essa mácula, por outro lado, eu tenho certeza de que todos nós ficamos bastante orgulhosos da pesquisa. E eu diria o seguinte: se hoje fosse repetir, se a gente pudesse voltar no tempo e disséssemos que "não vai ter nada", ou, então, "vai sair a pesquisa do jeito que foi, com todas as confusões que aconteceram", eu acho que nós – eu pelo menos – optaríamos por botar a pesquisa em campo, porque nós trouxemos um assunto que vem sendo trazido há vários anos, mas nós trouxemos com força novamente esse assunto tão importante para o Brasil.

E eu vou terminar fazendo algumas considerações em relação ao Senador Moka e à Senadora Vanessa, de a gente revisitar esse tema. Eu queria deixar empenhada aqui a nossa palavra, nos seguintes termos: esse é um assunto que nós levamos muito a sério. Prova disso é que temos hoje aqui não só a minha diretoria – ali está o Sergei Soares, que é o Diretor da Área Social no Ipea; esse evento que nós fizemos, o conjunto dessas duas pesquisas, deve-se às duas diretorias juntas; lá há uma área de gênero –, mas também está ali a Luana, que é pesquisadora de gênero do Ipea. Nós temos uma área de violência, e nós vamos continuar. Já temos várias pesquisas. Eu ainda não vou dizer, mas vamos ter pesquisas ainda neste ano, com resultados bastante interessantes nesse tema, e tenham certeza de que nós vamos continuar nesse processo. Como pesquisadores, nós temos um papel meio de puxar o bloco, de forçar para que tenhamos mais dados de qualidade e para que possamos aprofundar os temas.

Mas nós temos de fazer também um reconhecimento sobre o trabalho que já foi feito, ou seja, nós temos que considerar duas coisas: o retrato e o filme. O retrato que a gente tirou com as nossas duas pesquisas foi muito feio: os dados trazidos da Cips, os dados da pesquisa da análise dos dados do Ministério da Saúde e do Sinan mostraram uma fotografia muito feia. Então, não há dúvida quanto a essa questão do machismo no Brasil, que foi amplamente discutida aqui. Agora, a gente tem que falar do filme. É verdade que, se a foto é feia, o filme melhorou. O filme melhorou na legislação, o filme melhorou no empenho e no envolvimento do Estado brasileiro. A prova disso é que nós temos hoje a Secretaria de Políticas para as Mulheres, a Secretaria de Direitos Humanos.

Quando a gente diz assim: não temos dados. Claro que nosso objetivo é puxar essa corda, para que a gente tenha, cada vez mais, dados de qualidade. Mas isso não é totalmente verdade, como já foi explicitado aqui. A Senasp tem trabalhado nesse Sinesp/RJ, que é um projeto muito esperado por todos nós, pesquisadores, no Brasil; a Secretaria de Políticas para as Mulheres também tem uma base de informações muito interessante, assim como a Secretaria de Direitos Humanos. Mas a gente, de qualquer forma, tem que se empenhar muito para conseguir avançar alguns metros nesse problema que é muito grave e, ao mesmo tempo, muito complexo e difícil de solucionar, como foi dito aqui, porque está entranhado na cultura da sociedade brasileira. (*Palmas*.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Muito obrigada, Daniel Cerqueira, representante do Ipea.

Quero lembrar que, quando estive aqui em 2011, assim que cheguei ao Senado Federal, o Ipea foi uma das primeiras instituições que visitei, para buscar apoio e buscar subsídios para o mandato. E o Ipea sempre nos acolheu superbem, de forma muita prestativa.

Então, muito obrigada, não só pela pesquisa, pelo debate que nós estamos fazendo aqui hoje, pelas informações que vocês trazem, mas também pelo compromisso que o Ipea tem de oferecer à sociedade brasileira informações fundamentais para que todas as instituições que queiram fazer um trabalho possam ter o Ipea como base de informações para desenvolver políticas, para estudos e tudo mais.

Então, parabéns ao Ipea!

Quero também aproveitar este momento para afirmar que todas as audiências públicas que fazemos aqui, em particular esta de hoje, nos comprometem, cada vez mais, com essa temática; comprometem o Parlamento e também outras instituições públicas, tanto do sistema de Justiça quanto do Poder Executivo, para que possamos pensar, de fato, políticas públicas que venham dar respostas a essas questões que machucam a vida de tantas meninas, de tantas mulheres e de tantos homens também. Por que não falar também da violência, do estupro contra meninos, que também sofrem da mesma forma que as meninas e mulheres?

Então, este debate nos traz esse comprometimento cada vez maior, além de outras iniciativas que o Congresso também tem tomado.

Falamos, há pouco, da CPI que investigou o tráfico de pessoas, que é o tema da Campanha da Fraternidade deste ano, para ser aprofundado pelas comunidades, pelas Igrejas de um modo geral, em particular pela Igreja Católica.

Também trago aqui os resultados da CPMI que investigou a violência contra a mulher. Eu fui a Relatora desse importante trabalho, para o qual tivemos a ajuda e o apoio de muitas pessoas.

Aqui, um dado da CPMI que quero colocar para vocês. A CPMI teve muitas dificuldades de levantar informações sobre a violência sexual, porque a CPMI tratou da violência contra a mulher de um modo geral, violência física, psicológica e tudo mais, mas também tratou do estupro, da violência sexual.

Por que nós tivemos dificuldades? Porque não existem dados sistematizados, que é o que vocês também afirmam aqui. Nós não temos dados nas delegacias, pois os boletins de ocorrência nem sempre registram isso com a devida propriedade... Então, os dados que nós temos ainda são muito falhos nesse aspecto, no que se refere à questão da violência sexual. E nós identificamos que apenas Brasília, São Paulo e Florianópolis têm o Instituto Médico Legal mais estruturado, com condição, realmente, de fazer os exames quando a pessoa realmente sofre uma violência sexual. Então, há uma carência de profissionais capacitados, há uma carência de melhorias nesses órgãos de atendimento, nesse caso dos institutos médicos para que façam, de fato, os exames de corpo de delito colhendo o material e fazer todo esse exame... Então, é preciso avançar também nesses aspectos.

Nós tivemos a oportunidade, inclusive, de visitar as famílias das jovens que foram estupradas e mortas naquele conhecido episódio de Queimadas, na Paraíba, e vimos o quanto os familiares daquelas pessoas sofreram naquele momento e continuam sofrendo.

Felizmente, a Justiça, a polícia atuou de forma rápida e o julgamento de boa parte dos envolvidos, quase todos, aconteceu e todos os julgados foram punidos. Ainda falta, se não me falha a memória, o julgamento da pessoa que tramou toda aquela situação.

Então, é preciso realmente dar resposta à sociedade para que as pessoas possam se sentir mais seguras.

Finalizo apresentando alguns encaminhamentos, encaminhamentos propostos por vocês e também alguns que estão sendo propostos por nós da Comissão de Direitos Humanos e pela Comissão de Assuntos Sociais.

E aqui quero reforçar que, dada a complexidade deste tema, nós estamos propondo a continuidade deste debate com novas audiências públicas, mas também com novos atores, que possam trazer reflexões para que possamos aprofundar cada vez mais, chamando pessoas, estudiosos, especialistas, pesquisadores das áreas de antropologia, sociologia, psicologia, para que possamos entender melhor este tema, trabalhar na prevenção e na mudança de cultura e contra a impunidade.

Estou propondo essas áreas, mas poderemos aqui ampliar. Assim, vamos pensar juntos aqui, Comissão de Direitos Humanos e Comissão de Assuntos Sociais. E vamos também encaminhar aos Ministérios as sugestões das cinco frentes indicadas aqui pela Nana, ou seja, sobre a discussão na escola, no SUS, nas polícias, na publicidade e no fomento à pesquisa e métodos de coleta de vestígios de estupro.

Então, a seguir, nós detalhamos a atuação que nós deveremos ter.

No caso da educação: abordagem adequada da temática do estupro e da violência sexual para crianças, desde a pré-escola; que haja cursos oferecidos pelo Governo Federal, com a presença de pelo menos um professor representante de cada escola pública, conforme a sugestão dada pela Nana. Vamos estudar a possibilidade de encaminhar isso ou algo semelhante a isso em discussão com o Ministério da Educação.

No que se refere ao SUS, uma preparação dos médicos para que orientem mães e pais sobre o abuso sexual infantil, já durante o pré-natal. Vamos também dialogar com o Ministério da Saúde para estudarmos a possibilidade de promover esse tipo de ação.

Treinamento das polícias para lidarem, de forma adequada, com as vítimas de violência sexual e os agressores. E, quanto a isso, eu me lembro de que o debate recente que nós fizemos aqui foi em torno do parto humanizado. Muitas mulheres sofrem violência durante o parto, por preconceito até dos próprios profissionais que fazem o atendimento, não só no parto por cesariana, como no parto natural. São profissionais que não têm paciência de esperar a mãe dar a luz aos seus filhos e que, muitas vezes, usam palavras que deixam essa mãe, como eu diria, constrangida exatamente pela forma como lhe está sendo dado o atendimento.

No que se refere à questão da publicidade, é preciso, sim, que haja o comprometimento das emissoras, tanto de TV, quanto de rádios, jornais, enfim, de todos os meios de comunicação para que possam realmente oferecer a possibilidade ao público, às pessoas que usufruem dos meios de comunicação, informações adequadas a respeito do que, de fato, seja a violência sexual, do que seja, de fato, o estupro e as suas principais ocorrências.

Com relação à pesquisa, é necessário haver também uma maior coleta de dados sobre as causas do estupro, os casos que mais ocorrem, o que pensa a população sobre a violência sexual, enfim, uma necessidade

também exposta aqui pelo Diretor do Ipea, o Sr. Daniel. O Ipea é um parceiro. Outros institutos poderão colaborar também. Acho que é importante aprofundarmos esse tema.

Há ainda a necessidade de adequar a legislação, a fim de coibir os crimes virtuais, o que é fundamental, já que a ocorrência de exposição da sexualidade feminina de forma não autorizada por meio da Internet é frequente e já resultou, inclusive, em vários casos de suicídio. Recentemente, há menos de um mês, no Estado do Espírito Santo, na cidade de Vila Velha, aconteceu um caso como esse. A vítima não cometeu suicídio, mas foi morta. Após relações sexuais com o seu namorado, foi publicado um vídeo. Enfim, situações como essa acontecem todos os dias. Então, acho que, aqui, vocês conseguiram levantar várias situações, vários temas que merecem ser estudados e aprofundados por nós.

Eu finalizo informando também que a CPMI apresentou diversos projetos de lei, alguns já aprovados aqui pelo Senado e que já tramitam na Câmara. Um deles é o que trata do crime de feminicídio, já aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, já aprovado aqui pelo Senado e que está na Câmara dos Deputados. Também aprovamos o projeto de lei que cria o Fundo de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, com a possibilidade de receber recursos não só do Poder Público, mas também do setor privado, a fim de investirmos no enfrentamento à violência contra as mulheres, E aprovamos, também aqui no Senado Federal, um projeto de autoria da Deputada Iara Bernardi, que possibilita às mulheres vítimas de estupro terem atendimento preferencial nas unidades de saúde e nos hospitais, coisa que não acontecia. E a demora era tanta que se perdia a oportunidade inclusive de fazer a coleta do material, que é o principal instrumento de comprovação do estupro. Então, são algumas iniciativas de projetos de lei, alguns aprovados e outros não, mas é importante qualificarmos a nossa legislação para oferecer às autoridades condições viáveis de fazer a apuração desses fatos e punir de fato os agressores.

Era isso que eu gostaria de dizer. Pedimos desculpas pela demora desta audiência pública, mas acredito que ela foi muito própria e rica em termos de informações.

Agradeço profundamente a todos vocês. Agradeço ao Daniel, à Nana, à Daiara, à Beatriz, ao Andrei, à Rosângela, à Bárbara, aos Senadores que aqui estiveram, à Senadora Vanessa, ao Senador Moka, à Senadora Lídice da Mata, à Deputada Erika Kokay; enfim, agradeço a presença de todos vocês.

E não havendo mais nada a discutir, a tratar, neste momento, declaro encerrada a presente audiência pública.

Muito obrigada a todos vocês.

(Iniciada às 11 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 4 minutos.)

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE ABRIL DE 2014, QUARTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 11 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e três minutos do dia dezesseis de abril de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença da Senhora Senadora Ana Rita. Registra-se a presença do Senador Cyro Miranda. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública,** nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 20 de 2014-CDH, de autoria da Senadora Ana Rita, aprovado em 19/03/2014, para debater o tema: **"Contratação temporária de reservistas do Exército para exercer atividades típicas e exclusivas da polícia militar do Estado do Goiás, em detrimento da contratação de concursados aptos e habilitados para os cargos"**. A Senhora Presidenta apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e faz suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, nesta ordem: Deputado Estadual Mauro Rubem, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa da Assembleia Legislativa de Goiás; Coronel Edson Costa Araújo, Superintendente Executivo da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Goiás; Major Francisco Ramos Jubé, Assessor da Secretaria de Segurança Pública de Goiás; Weberth Godói, representante dos concursados aprovados no concurso da Polícia Militar do Estado de Goiás–PM/GO; e Jessé Azevedo Dantas, representante dos concursados aprovados no concurso da Polícia Militar do Estado de Goiás–PM/GO. A Senhora Presidenta faz suas indagações aos expositores e, em seguida, concede a palavra a três pessoas presentes no plenário da Comissão, que fazem suas declarações, nesta ordem: Alexandre Vitor Noronha, Agente de Polícia Federal, instrutor de armamento e tiros; Laelson dos Santos, pai de concursado da PMGO; Thiago Rodrigues da Silva, concursado da PMGO. Em seguida, a Senhora Presidenta concede a palavra aos convidados, para suas consi-

derações finais. A Senhora Presidenta faz os seguintes **encaminhamentos**: 1) A Senhora Presidenta propõe que os integrantes da Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado de Goiás, Coronel Edson e Major Francisco, se comprometam a fazer gestões no sentido de que o Governador de Goiás receba os concursados, Deputados Estaduais de Goiás e Ministério Público de Goiás, para discutir a proposta dos concursados; 2) oficiar o Ministério Público Estadual, o Ministério Público Federal, o Ministério da Defesa e o Ministério da Justiça encaminhando, anexo, as notas taquigráficas desta audiência pública; 3) solicitar ao Governador que prorrogue o prazo do concurso. A Senhora Presidenta convida os presentes a assistir dois breves vídeos produzidos pelo Senado Federal em homenagem ao "Dia Nacional do Braile", dia 8 de abril. Faz uso da palavra a Senadora Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora ***Ana Rita,*** *Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa*

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Declaro aberta a 24ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 20, de 2014, da Comissão de Direitos Humanos, de minha autoria, aprovado em 19 de março de 2014, para debater o tema "Contratação temporária de reservistas do Exército para exercer atividades típicas e exclusivas da Polícia Militar do Estado do Goiás em detrimento da contratação de concursados aptos e habilitados para os cargos".

Quero, primeiramente, cumprimentar a todos vocês, dizer da nossa satisfação de receber aqui um número significativo de trabalhadores concursados da Política Militar, mas também acolher, com muita satisfação, os representantes que vieram aqui hoje para debater conosco esse tema.

Convido para compor a Mesa o Deputado Estadual Mauro Rubem, do Estado de Goiás, que nos apresentou essa demanda, que a Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado também está acolhendo. O Deputado Mauro Rubem é Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa.

Seja bem-vindo, Deputado. Obrigada pela presença. Já é a segunda vez que o senhor está conosco aqui em audiência pública. Então, muito obrigada pela presença.

Convido também o Coronel Edson Costa Araújo, superintendente executivo da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás.

Seja bem-vindo, Coronel Edson. Por favor, sente-se aqui.

Convido também o Sr. Weberth Godoi, que está aqui representando os concursados aprovados no concurso da Polícia Militar do Estado de Goiás, o concurso da PM.

Seja bem-vindo, Weberth. Obrigada pela presença.

Antes de passar a palavra para os nossos convidados, vou fazer aqui uma breve consideração, fruto do nosso diálogo durante esse período, do diálogo com o Deputado Mauro Rubem, que solicitou esta audiência pública, e também do diálogo com alguns concursados, que apresentaram aqui as suas demandas, as suas preocupações, as suas angústias. Este espaço aqui hoje é um espaço de diálogo. Temos aqui a presença do Senador Cyro Miranda, Senador também do Estado de Goiás, que está aqui para colaborar conosco nesse debate. Possivelmente, outros Senadores estarão aqui daqui a pouco, porque uma boa parte está na Comissão de Constituição e Justiça, inclusive a Senadora Lúcia Vânia, também do Estado de Goiás, que não é membro da Comissão, mas também tem interesse de fazer parte deste debate, de colaborar conosco.

Esta audiência pública foi motivada por um grupo de pessoas aprovadas em concurso público para a Polícia Militar do Estado de Goiás e pelo Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, o Deputado Mauro Rubem.

O concurso foi realizado em 2012 para o preenchimento de vagas de praças, oficiais e cargo de soldado músico da Polícia Militar. Segundo informações dos concursados, o Governo do Estado, ao invés de nomear os aprovados no certame, está contratando reservistas do Exército para suprir a histórica carência de policiais militares, em total desrespeito à Constituição Federal.

Na verdade, eu, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, aceitei esse debate, considerei-o importante até para esclarecer as dúvidas, não apenas para atender a uma reivindicação dos concursados, mas, sobretudo, porque há problemas sérios na área de segurança no Estado de Goiás. Esta Comissão de Direitos Humanos tem recebido denúncias e diversas manifestações de violências praticadas inclusive por policiais mi-

litares naquele Estado. Então, fazer este debate aqui hoje é altamente necessário e importante, até para que possamos dar uma resposta a essas questões que têm chegado à Comissão de Direitos Humanos.

Por outro lado, a contratação de policiais militares temporários que compõem o serviço de interesse militar voluntário estadual, além de ilegal, certamente abrirá um precedente perigoso. Essa é a nossa opinião. Em princípio, vamos ver aqui qual é o debate e quais são as informações que nós teremos por parte inclusive do Coronel Edson.

Entendo que a prestação da segurança pública é um serviço essencialmente do Estado e não pode ser entregue a quem não possui o devido preparo e treinamento para tal finalidade. Como amplamente divulgado pela imprensa, o número de homicídios em Goiânia foi recorde em 2013: 621 homicídios, frente a 577 ocorridos em 2012.

Aqui, no Entorno de Brasília, há problemas muito sérios com a segurança pública. Esta Comissão recebeu durante a minha gestão, que começou no início de 2013, denúncias de torturas. Acompanhamos o caso de um servidor da TV Senado que foi espancado por policiais de Santo Antônio do Descoberto, vindo a falecer no dia seguinte. Recebemos denúncia de que há policiais que usam a arma Taser como instrumento de tortura para arrancar confissões de suspeitos por atos criminosos.

O Instituto Médico Legal vem sendo denunciado recorrentemente pela falta de estrutura adequada e porque tem que atender dez Municípios e não dá conta de todos.

E ainda quero aqui lembrar que, como Relatora da CPMI da Violência Contra as Mulheres, que investigou os casos de violência contra as mulheres, nós fizemos diligências em alguns Municípios do Entorno de Goiás e pudemos perceber a carência de profissionais, no que se refere à infraestrutura física das delegacias e ainda a situação do IML. São diversas situações que precisam ser observadas pelo Poder Público do Estado de Goiás, especialmente pelo Poder Executivo, mas também sabemos que todo o sistema de justiça também tem a sua parcela de responsabilidade, porque, para enfrentar a violência e assegurar a segurança pública para todos os cidadãos e cidadãs, é preciso fazer um trabalho integrado entre as instituições do sistema de segurança e as instituições do sistema de justiça. Então, é preciso ter um olhar atento para toda essa realidade.

Portanto, foi dentro desse contexto que aceitei o pedido para realização desta audiência pública no intuito de colaborar na melhoria da segurança pública do Estado de Goiás.

Então, o nosso objetivo aqui hoje é oferecer a nossa contribuição, possibilitar esse debate de forma tranquila, serena, mas com os ouvidos bastante atentos às demandas como também às informações aqui trazidas pelo Governo do Estado, através do representante, o Coronel Edson, que é o Superintendente Executivo da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás; pelo Parlamento, no caso aqui, representado pelo Deputado Mauro Rubem, é de fundamental importância; e também dos concursados da Polícia Militar.

É com esse objetivo que estamos realizando esta audiência pública. Esperamos que saiamos daqui com informações precisas e com encaminhamentos bastante concretos.

Dessa forma, vou conceder a palavra inicialmente ao Deputado Estadual Mauro Rubem, que é o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás e que foi a pessoa que nos procurou, juntamente com os concursados, para que pudéssemos realizar esta audiência pública.

Vamos combinar aqui um horário. Acho que é possível 15 minutos para cada um; se houver necessidade, vamos prorrogar mais pouco. Coronel, sabemos que o senhor tem muitas informações a dar também, então, se houver necessidade, vamos prorrogar, mas, em princípio, 15 minutos para cada um. Pode ser? Vamos marcar naquele painel, no reloginho; quem está olhando daqui vê lá, quem está aqui olha aqui. Ele é automático. Então, quando estiver faltando um minuto, a campainha vai tocar. Se houver necessidade, nós vamos prorrogar.

Então, Deputado Estadual Mauro Rubem.

O SR. MAURO RUBEM – Primeiro, quero cumprimentar a Senadora Ana Rita, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, e agradecer-lhe pela contribuição de colaborar com o Estado de Goiás, com a segurança pública, ao promover esta audiência pública.

Como a senhora bem disse, estivemos aqui também tratando de outro assunto, que para nós é extremamente importante, que é o uso excessivo de agrotóxicos e a contaminação de estudantes no Município de Rio Verde.

Agradecemos não só pela audiência pública aqui, mas também pela presença da Senadora em uma audiência pública em Rio Verde, conhecendo a própria comunidade que foi profundamente agredida pelo modelo de produção que usa excesso de agrotóxico e que joga, inclusive, em cima dos alunos. Então, quero agradecer duplamente, Senadora, em nome do Estado de Goiás, em nome da Assembleia, pela coragem e pelo compromisso pela pauta que tanto nos une.

Quero cumprimentar o Coronel Edson, já conhecido nosso de muito tempo, e agradecer pela presença. Acho que é muito importante a presença do Executivo aqui, principalmente por ser uma pessoa que reputo

de muita seriedade. Ele sabe disso. Quero cumprimentar o Weberth Godoi; cumprimentar todos os concursados que aqui estão – há mais um grupo de concursados chegando de Goiânia; cumprimentar, de forma muito especial, o Senador Cyro Miranda, do nosso Estado de Goiás, representante de Goiás no Senado. Para nós, é importante a presença aqui; e cumprimentar os demais presentes.

Como a senhora bem disse, Senadora, nosso objetivo aqui é, de fato, fazer valer o que a Constituição determina. A Constituição determina que emprego público deve ser preenchido por funcionários que sejam submetidos a concurso público. Concurso público é o instrumento que a Constituição de 88 para cá determinou como forma de ingresso para o Estado.

Nós fomos surpreendidos com a decisão do Estado, que já foi questionada pelo Ministério Público de Goiás. Já obtivemos, através do Promotor Fernando Krebs, uma liminar que chegou a suspender essas convocações do Simve e determinou a convocação dos concursados, mas o tribunal acabou não confirmando essa liminar. O mérito da matéria ainda está em julgamento, mas o próprio Ministério Público solicitou que o Procurador do Estado, que acabou não atendendo esse pedido, solicitasse ação direta de inconstitucionalidade da lei que tem sido objeto para poder preterir os concursados.

Aqui, Senadora, depois o próprio Weberth vai falar. São jovens, todos de nível superior, vocacionados para a segurança pública. Submeteram-se a um processo de quase um ano de seleção para o concurso público, investiram na vida, gastaram dinheiro, foram aprovados – depois o Weberth pode falar sobre isso com mais detalhes.

O Governo, inicialmente, soltou uma matéria dizendo que não havia mais aprovados no concurso, mas há 2.300 aprovados no concurso público, além dos que já foram chamados. Acredito que há mais de dois mil reservistas desqualificados, no meu entendimento, para prestar segurança pública, que não foram preparados intelectual nem profissionalmente para o cargo.

Ocorreram diversos problemas no Estado, vários casos, inclusive, ocasionados pela pressa, pela forma, no meu entendimento, até eleitoreira de convocação do Simve. Muitos deles tinham ficha e até a própria polícia estava atrás. Mas já estavam com farda, exercendo, inclusive, função, Senador Cyro Miranda. Pessoas que nunca tiveram manejo com armas, em pouco mais de 30 dias, em poucos dias, já liberaram armas, o que a Constituição determina como proibido, eles não podem portar armas. Recentemente, há um conflito de responsabilidades, e nós entendemos que é uma afronta geral.

E, ao mesmo tempo, o que nós temos no Estado? O Estado de Goiás, Senadora Ana Rita, tem um terço dos policiais militares de que precisa. Nós temos, hoje, em 2014, menos policiais do que tínhamos em 1980. Então, nós temos uma situação da segurança pública profundamente desprestigiada. Os nossos policiais da ativa estão trabalhando com carga horária exorbitante – o Coronel Edson sabe do nosso trabalho juntamente com outros Parlamentares em Goiás para fixar a carga horária máxima do policial militar, que nem isso é fixado. Hoje, o policial militar, em Goiás, trabalha acima de 44, 48 horas semanais, chega a trabalhar 60, 70 horas. A qualidade de vida desse policial não é suficiente. Eles são deslocados de uma cidade para cobrir outras, fazendo, no meu entendimento, um verdadeiro balé, como se houvesse segurança, mas, na prática, é impossível ter segurança com um grupo reduzido.

Outra situação que julgo extremamente grave e séria: os policiais de Goiás recebem um salário que não é um salário alto. O salário dos policiais, em início de carreira, está em torno de R$2,9 mil, R$3 mil, se eu não estiver enganado. E esses contratados temporariamente, sem uma proteção legal da Constituição, despreparados, além de serem violentados por esse caminho, recebem em torno de R$900,00 para fazerem funções semelhantes.

Então, nós estamos vendo aí, claramente, um sucateamento da segurança pública. Muito me estranha a cúpula da segurança pública concordar com isso, porque a cúpula da segurança pública deveria proteger a base da segurança pública. E, ao defender aqui salários, um terço de salários baixos, como já o são, algo reduzido aí –, a duras penas, chegou-se a esses valores de R$2,9 mil e R$3 mil; e, agora, numa canetada, numa ação ilegal, de um retorno, no meu entendimento, à monarquia – a indicação de policial bota arma em quem quer e põe para trabalhar –, nós estamos vendo aí também a agressão aos diversos policiais que estão na ativa hoje, puxando o salário desses policiais para baixo – puxando o salário para baixo –, visto que a forma dos novos ingressos são pelo um terço do valor.

Essa é uma situação crítica que estamos passando. A eficiência desses policiais é profundamente questionável. Dezenas de casos já foram mostrados, pelo despreparo. E, também, por outro lado, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, eu entendo como sendo importante a gente relatar, Senadora, é que mesmo essas pessoas foram convocadas pelo Simve, numa seleção, aliás, numa prova até politiqueira e eleitoreira – eu até vou pedir, por favor, pega minha pasta, no carro, para mim, porque, ao longo desta reunião, quero mostrar a prova a que o Simve foi submetido. Na prova a que foi submetido o Simve, foi inclusive, primeiro, retirado, que português não precisava, e fez alusão e apologia ao governo de plantão. Então, isso não qualifica ninguém para fazer segurança para nós.

Mas eu quero destacar, como defensor de direitos humanos, a minha preocupação com essas pessoas, esses brasileiros desempregados que estão sendo chamados para ocupar o Simve sem proteção trabalhista nenhuma – nenhuma proteção trabalhista. Eles são comissionados da situação mais precária possível. Inclusive, nós temos hoje um jovem desses que foi baleado numa intercorrência e ele está sem nenhuma cobertura, sem nenhuma proteção. Nós que defendemos e apoiamos, inclusive, o Hospital da Polícia Militar no Estado de Goiás, entendemos que ele cumpre um papel importante, o Ipasgo, que é o instituto de previdência e assistência à saúde nosso, que também faz uma assistência para o conjunto de servidores e, particularmente, para os policiais militares. Mas estes, que estão lá colocando a sua vida, despreparados, sem nenhuma segurança de futuro... Nem a de presente eles têm.

Nós entendemos que essas pessoas estão, hoje, sendo usadas meramente numa fachada eleitoreira, porque o que precisamos fazer é o que a Segurança Pública sempre fez: concurso público, convocação desses concursados, submetê-los a um curso de formação pelo tempo necessário, Senador, porque são nove meses de preparo, e nós entendemos que a própria seleção, por um ano, é também um processo de formação, porque é uma escolha, uma decisão de um jovem, meninos de vinte e poucos anos que fazem uma escolha e, com isso, estão definindo a sua vida para atender a sociedade.

Então, nós entendemos que esse modelo de convocação, efetivamente, agride a Constituição, agride os goianos, porque não constrói uma polícia e muito nos preocupa, da mesma maneira que me preocupa a proteção dos direitos fundamentais de trabalhadores temporários, como esse do Simve, mas nós também nos preocupamos muito que, passados dois anos, eles serão dispensados. Essas pessoas que estarão dentro dos quartéis, dentro da estrutura, dentro da Inteligência da Segurança Pública do Estado, estarão desempregados, estarão livres para serem aliciados, Senador Cyro Miranda, para qualquer outro trabalho. Isso é muito grave!

Nós sabemos que precisamos construir um novo sistema de segurança no Brasil, e é responsabilidade do Governo Federal, dos Governos estaduais, municipais, do Parlamento, da sociedade, dos empresários. Eu mesmo defendo a PEC 51, defendo uma reestruturação na segurança pública, entendo que é preciso ter um orçamento específico. Agora, com certeza, essa medida tomada no Estado de Goiás é um retrocesso, é uma afronta ao Estado democrático de direito, é uma violação de direitos dos concursados e é também uma exposição para essas pessoas que estão desempregadas, que são chamadas a trabalhar e que, efetivamente, não têm nem noção do risco e da situação em que são colocadas. Isso não é solução.

Eu entendo, Senadora, e gostaria que esta audiência pública pudesse concluir pela apresentação efetiva de um posicionamento, já que o Estado tem necessidade de mais concursados, que convoque os concursados que estão na fila de espera. Esses concursados já estão há mais de 50 dias acampados na porta do Palácio das Esmeraldas, no centro de Goiânia, passando por uma situação difícil. Estão sendo submetidos a mais uma prova porque eles não aceitam ficar calados e não aceitam ver a Constituição ser rasgada.

Então, a minha expectativa é de que hoje, aqui, tenhamos um entendimento e que nós tenhamos novos colaboradores. Volto a dizer: surpreende-me a falta de defesa que a Polícia Militar está tendo dentro da Polícia Militar. O Coronel Edson me conhece e sabe há quanto tempo temos uma relação de respeito e de franqueza, mas me surpreende a Polícia ser tratada como está, ter seu salário reduzido à metade, ser comissionado, ser por indicação política, ser algo que rebaixa o que tanto a Polícia Militar já fez pelo Estado de Goiás e o quanto nós precisamos dela.

Eu defendo outro sistema de segurança, mas que tenha todo esse contingente da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Guarda, da Polícia Federal, de todos os elementos que fazem segurança e mais outros, dada a característica do Brasil e do Estado de Goiás para fazer.

São essas as minhas colocações e agradeço muito o espaço permitido por V. Exª, Senadora.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Deputado Estadual Mauro Rubem pelas informações.

Realmente, V. Exª traz aqui algumas informações que nos preocupam muito e faz uma reflexão preocupante.

Preocupa-me muito quando os trabalhadores são dispensados após um processo de convivência na Polícia Militar e uma convivência, inclusive, com armas, porque o policial precisa usar armas, e, depois, ele fica dispensado com todo um saber, com toda uma capacidade, disponível para o que vier. Então, dependendo da consciência desse trabalhador, ele pode estar a serviço do bem, na proteção das pessoas – não quero fazer um pré-julgamento de quem está aqui e nem do conjunto de trabalhadores colegas de vocês, mas a sociedade faz o assédio – como também poderá prestar outro serviço que não seja adequado para a nossa sociedade, infelizmente, após todo um saber adquirido e toda uma experiência acumulada durante esse período que ficarão, possivelmente, se assim for definida a contratação dessas pessoas, que não são vocês, os concursados, mas os demais, disponíveis para qualquer outra atividade que não seja lícita.

Essa é uma preocupação que eu também tenho e que o Deputado levantou aqui, e que acho que tem que estar no rol das reflexões das autoridades estaduais.

Vou conceder agora a palavra ao Coronel Edson Costa Araújo. É com muito prazer que o recebemos aqui, Coronel – a nossa expectativa também é muito grande com relação à presença de V. Sª –, e ao Superintendente Executivo da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, portanto, representando aqui também o Governo do Estado de Goiás. Também 15 minutos para V. Exª e, se houver necessidade, ampliaremos o prazo.

O SR. EDSON COSTA ARAÚJO – Obrigado, Excelência.

Eu já represento aqui para ter um tempo um pouco maior porque gostaria de fazer a minha fala em duas partes: uma parte técnica e, depois me manifestar sobre o mérito da questão especificamente.

Começo saudando S. Exª, a Senadora Ana Rita, Presidente desta Comissão, o nosso Deputado Estadual Mauro Rubem, mui digno representante da Casa Legislativa do Estado de Goiás, um representante realmente contundente nas suas apresentações, tem sido uma pessoa combativa, mas respeitosa, ao mesmo tempo, reconhecendo os momentos e as pessoas por trás das questões e das crises; cumprimentar o Herbert, que é representante dos senhores concurseiros, pelos quais a Polícia Militar, a Segurança Pública e o Governo do Estado de Goiás têm o maior respeito. Gostaria de, desde o início, registrar isso e que estamos lidando com questões técnicas legais acima das questões pessoais.

Eu inicio minha fala, Srª Presidente, antes de fazer uma exposição técnica, primeiro falando sobre a contextualização que a senhora fez da Segurança Pública do Estado de Goiás, dizer que a senhora tem razão. Goiás passa por problemas difíceis, a criminalidade, a violência, mas queria registrar que esse cenário desenhou, na verdade – e a senhora vai ter que concordar conosco –, serve para qualquer Estado e qualquer grande cidade do nosso País. O Brasil passa por um momento de conturbação, um momento onde a criminalidade e a violência, infelizmente, estão sem controle. O Brasil passa por essa situação. Infelizmente, por questões históricas, por questões estruturais, temos deficiências nos nossos sistemas tanto da segurança pública, da Justiça criminal, quanto da execução penal, fruto de ações e providências que há muito deveriam ter sido tomadas em nível nacional e que não foram tomadas adequadamente.

O Pacto Federativo para o Brasil, infelizmente, coloca a segurança pública e a segurança dos cidadãos brasileiros numa situação de muita dificuldade. Quando a Constituição fala que a segurança pública é dever do Estado, infelizmente, não temos consolidada e regulamentada a participação desse Estado. Que ente federativo é responsável por isso? E, afinal de contas, sobra para o ente federativo, Estado, a responsabilidade total por operacionalizar a segurança pública sobre regras e determinações e normas que são estabelecidas pela União. Então, nós temos uma entidade União, que estabelece as regras, temos uma entidade federativa Estado, que é obrigado a operacionalizar essa segurança pública e de quem é cobrado tudo, e temos o ente federativo Município, que não tem responsabilidade direta alguma sobre a segurança pública.

Portanto, é preciso que nós, Senador – e sei que esta Casa tem trabalhado realmente nesse sentido –, busquemos repensar isso. Temos o processo de financiamento de segurança pública totalmente centralizado na União, e os nossos Estados todos passam por dificuldades, mormente na questão das condições para terem os efetivos adequados para dar combate e atender às demandas próprias da segurança pública tanto em números quanto na questão da qualidade desses vencimentos. O Estado de Goiás, Deputado Mauro Rubem, paga muito bem a segurança pública. O soldado que ganha, hoje, entrando, cerca de R$3.000,00, como V. Exª disse, é uma das situações mais relevantes em termos de salários no Brasil. Temos Estados que, infelizmente, beiram e mil e poucos reais. O Estado de Goiás dá, dentro das dificuldades que tem, exemplo nesse sentido.

Como eu dividi a minha fala em dois aspectos, eu gostaria de, depois, tecer mais a respeito dessa questão, mas deixar claro que são duas questões totalmente diferentes. Aquilo que se pontua aqui do concurso para a Polícia Militar daquilo que o Estado de Goiás estabelece como programa, um programa que ele está tentando apresentar para o Brasil como proposta de controle da criminalidade, especificamente dos homicídios.

Nós temos, nesse programa, uma avaliação que já ocorre há muitos anos, não é de agora, em que se estuda a possibilidade de se propor algo de diferente para que se possa amenizar a questão dos homicídios.

Sabemos que o Brasil tem 50 mil homicídios/ano, e grande parte desses 50 mil homicídios acontece levando a faixa etária dos 18 aos 26 anos. É uma faixa de muita preocupação para a sociedade. Ou esse jovem está morrendo ou está matando, e há muito que o Estado, nós, técnicos da segurança pública, temos estudado a possibilidade de apresentar algo que pudesse colaborar no sentido de amenizar esse grave transtorno para o Brasil.

Em conversas dos nossos técnicos com o próprio Exército, temos dificuldades gravíssimas com os nossos jovens que prestam serviço ao Exército, que são qualificados, especialmente na Brigada de Operações que funciona em Goiânia, onde esses jovens são super qualificados, muito mais qualificados até do que os membros das corporações, tanto da Polícia Militar quanto Polícia Civil, e, ao final desse estágio que eles têm, desse

tempo de serviço no Exército, eles são disponibilizados de volta à sociedade sem ter emprego, sem ter encaminhamento, e, normalmente, são arregimentados, cooptados pela criminalidade.

Esse foi um dos motivos, Srª Senadora, dessa Brigada de Operações Especiais ter sido transferida do Sudeste, do Rio de Janeiro, para Goiás, porque a cooptação pelo crime organizado desses jovens, que eram superqualificados em estratégias militares e uso de armamentos especializados, de munições especializadas, de explosivos, inclusive, chegou-se a um ponto em que – e isso pode ser confirmado pelo Exército – estrategicamente eles tinham que fazer uma mudança mais centralizada, distanciando da organização criminosa. Só que, aqui, em conversa com o Comandante da Brigada de Operações Especiais, nós estamos tendo o início dos mesmos problemas que tivemos no Rio. Então, esse foi um dos motivos, dentre outros, de levarmos a ter a possibilidade de que a Polícia Militar pudesse pelo menos fazer o encaminhamento desse efetivo, trabalhar esse efetivo, embora por pouco tempo, mas nos empenhar para que, ao final desse período, tivéssemos condições de dar uma formação superior a esses jovens, levá-los a uma universidade.

Por isso falei para a senhora que seria uma oportunidade muito positiva falar aqui hoje, porque não se trata de um programa de recomposição de efetivo, mas se trata de um programa social, um programa com preocupação estratégica, com foco estratégico, pelo qual realmente tem que se demandar a atenção do Estado para esses jovens. E, com certeza, ao final do período, eles terem condições de serem encaminhados. E a segurança pública quer trabalhar no sentido de que eles tenham um encaminhamento para um emprego. Já temos tido contato com a iniciativa privada. A segurança privada tem interesse em absorver esses efetivos. Então, ele, realmente, nesse aspecto estratégico, é uma solução viável e é compartilhada pelo Exército brasileiro.

De outra forma, Srª Senadora, ainda como programa social, como disse, a parcela de jovens nessa faixa etária que está envolvida com o crime é muito preocupante. Nossos técnicos consideram também que muito mais importante do que nós combatermos esses jovens no dia a dia, que teriam sido cooptados pelo crime e estariam trabalhando para o tráfico de drogas, é nós trabalharmos com eles dentro da instituição.

Então, a ideia é de que nós possamos recrutar esses jovens nas zonas quentes de criminalidade do nosso Estado, região do Entorno, região metropolitana de Goiânia, onde nós tenhamos a maior participação desses jovens na criminalidade. E fazer o mesmo trabalho, prepará-los, fazer com que eles se tornem referência para esses mesmos jovens dessas periferias, desses bairros em que eles possam ser referências positivas para esses jovens e possam ter encaminhamento adequado na vida.

Antes de falar da questão técnica, da possibilidade técnica disso, eu gostaria de colocar só dois pontos muito rapidamente, mas depois eu gostaria de passar para a senhora um estudo desse trabalho, desse programa social que é o Simve.

Quero deixar claro que a situação dos nossos concursados aqui ou dos concursos para a segurança pública não guarda nenhuma relação com o Simve. Mesmo porque o Simve tem previsão legal de referência de cargos, com previsão máxima de 2.600, enquanto, para os profissionais, nós temos, sim, carência de efetivo, como disse o Deputado. Hoje nós temos cerca de 18 mil vagas abertas para buscarmos a complementação. Na verdade, não é por falta de vagas que nós não estamos chamando todos aqueles que alcançaram bons resultados no concurso. Na verdade, são outras as questões.

A questão talvez tenha referência com aquilo que nós falamos no começo aqui: a questão do financiamento da segurança pública. O Estado, não só o de Goiás, mas todos os Estados do Brasil, não tem condição de contratar os seus contingentes na quantidade ideal. Isso por questões referentes à própria Lei de Responsabilidade Fiscal, que nos limita e que nos impossibilita. Obviamente, a Lei de Responsabilidade Fiscal não é, por si só, a questão mais crítica, mas ela existe por conta de que o Estado tem limites orçamentários para a contratação de pessoal.

Só neste primeiro semestre, o Estado de Goiás fez a inclusão de quase seis mil servidores para a segurança pública, porque não é só a Polícia Militar que precisa de efetivos. Nós temos os Bombeiros, a Polícia Civil, a Polícia Técnico-Científica, que precisam também de ser arregimentados. Então, seis mil. E o Estado tem dificuldades para isso.

Eu gostaria de convidar o Major Jubé, para que ele pudesse fazer uma exposição, e gostaria, desde já, de pedir aqui um tempo um pouco maior para que nós possamos fazer aqui primeiro uma apresentação técnica desse programa social e da comprovação de que ele é legal, simplesmente é uma coisa nova no Brasil, é um programa novo, mas em que existe legalidade e possibilidade de acontecer.

O Brasil, certamente, deveria utilizar esse programa para realmente a gente fazer um combate diferente à criminalidade, um combate assimilando a nossa juventude, trabalhando a nossa juventude. E eu acho que os órgãos militares, tanto o Exército, quanto a Polícia Militar, têm condições de fazer esse trabalho.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Como é o seu nome, por favor?

O SR. FRANCISCO RAMOS JUBÉ – Major Francisco Jubé, assistente policial da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Você vai fazer uma apresentação do programa, não é isso?

O SR. FRANCISCO RAMOS JUBÉ – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Tudo bem.

O SR. FRANCISCO RAMOS JUBÉ – Eu gostaria de saudar a Senadora Ana Rita, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado; agradecer a oportunidade; saudar o nosso Deputado Mauro Rubem, um colega e um grande Deputado atuante no Estado de Goiás; saudar o Weberth, representante dos concursados da gloriosa Polícia Militar; e, de forma especial, saudar o Coronel Edson, Superintendente Executivo da Secretaria de Segurança Pública.

Bom, Serviço de Interesse Militar Voluntário Estadual (Simve). O primeiro aspecto que eu gostaria de deixar claro é que esse serviço não é pioneiro, não é novidade. Pode ser pioneiro nas polícias militares. Não há inovação e não há empirismo na aplicação do serviço militar. O serviço militar existe no Brasil desde que o Brasil é Brasil, praticamente. O serviço militar no Estado basicamente é uma cópia do que existe já na prática nas Forças Armadas, ou seja, Exército, Marinha e Força Aérea Brasileira.

Interessante ressaltar que o serviço temporário, como tentam colocar, é aplicado nessas Forças e é a base das Forças Armadas do Brasil, que, por sua vez, são a base de sustentação da soberania nacional. Portanto, por si só, por lógica, não seria nem necessário arguir o que nós vamos reportar com relação à Constituição do Brasil para garantir a legalidade, a constitucionalidade de tal serviço.

É bem lógico. Se os marinheiros existem; se os fuzileiros existem; se os soldados de primeira classe, que já passaram o serviço militar inicial, que é obrigatório, existem; se os oficiais temporários, combatentes, médicos, dentistas, engenheiros, administradores, existem; são temporários e militares, no mesmo regime, na mesma lei.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO RAMOS JUBÉ – Nós vamos chegar ao poder de polícia, meu amigo.

Então, vamos questionar aqui e analisar a constitucionalidade inicialmente.

Categoria especial. Óbvio. Militar, ou seja, deixou de ser civil, mudou de *status* social. Lá nos arts. 142, 143 da Constituição Federal. Se analisarmos o art. 42, permitam-me fazer a leitura rapidamente, principalmente do §1º, que dita:

§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei [diga-se de passagem, competência delegada aqui], *as disposições do art. 14, §8º; do art. 40, §9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º* [lá vem outra competência delegada], *cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, §3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores.*

Observemos que a União, ao sancionar tal dispositivo, delegou aos Estados a capacidade de legislar sobre as suas forças militares. E, se vocês observarem o que dita, principalmente, o art. 142, §3º, inciso VIII da Constituição – permitam-se novamente fazer a leitura: "aplica-se aos militares o disposto no art. 7º, incisos VIII, XII, XVII, XVIII, XIX e XXV, e no art. 37, incisos XI, XIII, XIV e XV [...]. Esse artigo aqui, meus amigos, é taxativo, impositivo, restritivo, pacificado e sumulado pelo Supremo Tribunal Federal. Como já está dito sobre a interpretação desse artigo, o limitador de idade à contratação temporária estão aqui. E excetua aos militares, quando não cita o inciso II e IX, a contratação temporária e a efetivação de concurso público. Claro que, mesmo assim, os militares do Simve se submeteram a concurso público para ingressarem aos cargos temporários que exercem.

Está disposto lá na Constituição, basta buscar a jurisprudência. Não estamos inventando nada.

(Manifestação da plateia.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Eu vou pedir aos participantes, aos concursados, porque não dá para se manifestar aqui na audiência pública, porque, senão, a gente não consegue conduzir. Então, eu vou pedir a vocês que, mesmo não concordando com a fala, por favor não se manifestem, para não criarem dificuldade aqui na condução desta audiência pública.

Continue, por favor.

O SR. FRANCISCO RAMOS JUBÉ – Como está bem expresso isso, o inciso X reitera a competência legislativa do Estado:

A lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra.

Por força do art. 42, que nós reiteramos, para que não se faça confusão: "aplica-se por força do art. 42, §1º, o art. 142, §3º, inciso X." Está na segunda parte do art. 42 da própria Constituição do Estado.

Em face disso, criou-se a primeira ambiência para a regulamentação. O Estado de Goiás não criou o serviço militar. Simplesmente, regulamentou o que já é possível, legal, constitucional, como coloca a nossa Magna Carta.

O que possibilitou a criação desse serviço? O art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 4.375, de 1964, que é a Lei do Serviço Militar, que regula a vida do soldado ao general, de todas as forças militares do Brasil, sejam elas estaduais ou federais. E lá trouxe a capacidade para que o serviço militar fosse prestado nas fileiras militares dos Estados também, exceto que não no nível obrigatório, mas, sim, no nível de voluntariado. Portanto, senhores, por força desse estudo de todos esses artigos, criou-se a capacidade jurídica, a capacidade legal e a capacidade legislativa do Estado.

O Simve, senhores, advém, como nós falamos, da Lei do Serviço Militar, do citado artigo que lemos, o que coloca apenas algumas exigências básicas para a sua realização. Quais seriam? A força militar ter na Constituição do respectivo Estado a sua capacidade de reconhecimento como força auxiliar e reserva, previsão estatutária e instituição dos respectivos cargos, o que foi feito com a Lei nº 17.882, de 2012. Ou seja, regulamentou uma legislação federal, genérica. Portanto, nada que a Constituição não tenha já sido recepcionada e abarcada ao arcabouço legal do nosso Brasil.

O que se prevê dentro dessa lei? Contratação por tempo determinado, ao limite de 33 meses, para que, durante esse período, tenha-se a fase da formação e o Estado tenha o compromisso de qualificar esse militar, graduá-lo e reinseri-lo no mercado de trabalho. Lembrando que esse militar que lá está é titulado ano a ano para fins de concurso público em todas as esferas do Estado. Após a aprovação da lei, esses militares, então, passaram a ocupar não função comissionada, como foi colocado aqui anteriormente. Eles ocupam cargo. Foram criados cargos militares para a investidura do serviço militar no âmbito do Estado.

Poder de polícia. Por força do art. 4º, e da sua recepção pela própria Constituição, e serem eles ocupantes de cargo policial militar, logo estatutários, na sua essência, possuem toda a plenitude de direitos e deveres e são subordinados a toda legislação castrense, ou seja, ao Estatuto Militar, ao Código Penal Militar, ao Código de Processo Penal Militar. Estão totalmente sujeitos a essa regulamentação. Daí vem a obrigatoriedade e a investidura da sua capacidade de atuação dentro do poder de polícia. Além do que já é reportado, ainda, no próprio decreto-lei que instituiu e regulou a vida básica das polícias e bombeiros militares, e também reforçado no Estatuto Federal, 6.680, e no Estatuto Estadual, 8.033.

Para que fins se justifica o Simve? Ele não se justifica a concorrer com o quadro efetivo. O quadro efetivo é o núcleo base nosso. A missão do quadro efetivo é única e exclusivamente gerir o Simve. Esse é o objetivo. O soldado de primeira classe tem por missão principal ser o orientador, supervisor e o comandante imediato do soldado de terceira classe do Simve. Essa é a sua atividade. O Simve destina-se a atividades de policiamento básico, policiamento de saturação, policiamento comunitário, policiamento de eventos. Essa é a essência.

É vedado, como foi colocado aqui anteriormente, o exercício, por parte desses militares, de atividades de policiamento tático, proteção de dignitários e de inteligência. Ele não pode ter acesso a esse tipo de material.

Faço um parêntese nesse sentido para falar um pouco da qualificação desses militares.

Senadora, nesse rol desses servidores, desses militares soldados de terceira classe, encontramos pilotos de combate, homens de operações especiais, homens de guerra na selva, homens de combate em blindados, paraquedistas, pessoas que fizeram incursões em nível internacional. Ou seja, internacionalmente ele pode ir, tomar o Chefe do Poder Executivo internacionalmente e não pode fazer a segurança internamente? São os homens que realizaram a ocupação do Morro do Alemão. Temos fuzileiros lá que fizeram a ocupação. A maioria deles já formado em garantia da lei e da ordem, ou seja, disciplina de caráter eminentemente de segurança pública. Não é qualquer policial militar, nem militar que possui no currículo a mesma gradação na área de operações especiais, por exemplo. Pessoas que fizeram a segurança da visita do Presidente Barack Obama ao Brasil. Portanto, com alta capacidade técnica, sim.

Desvios de conduta ocorrem em todas as esferas, na magistratura, no Ministério Público, nas polícias, nas Forças Armadas, na medicina. Toda sociedade está sujeita a essa mazela. O que temos que fazer é corrigir e execrar os maus profissionais das fileiras da instituição.

Portanto, esse é o Simve que existe hoje. Em quadro, senhores, apartado do quadro em que os senhores concorrem. O quadro de vocês é o quadro combatente de carreira, com vagas exclusivas, reservadas e apartadas do quadro dos soldados de terceira classe. Jamais um soldado de terceira classe ocupará a vaga de um soldado de primeira. A hierarquia não permite, nem o quadro determinadamente fechado e criado para o implemento de tal serviço.

Diante do aspecto disciplinar, por força da própria lei, esses militares respondem na mesma monta e na mesma capacidade que qualquer outro militar, desde os crimes próprios até os aspectos disciplinares. A

vantagem é a seguinte: identificou-se o desvio de conduta, a Administração Pública já pode, de pronto, com a mera sindicância sumária, processar dando direito do contraditório e da ampla defesa, claro, e licenciar esse policial militar em má conduta.

Os aspectos sociais. Como o Secretário já reportou, os militares do Simve eram cooptados pelo crime no Rio, principalmente. A brigada veio para Goiás. O terreno aqui para instalação de uma milícia é propício. Esta mesma preocupação já veio trazida pelo Centro de Inteligência das Forças Armadas: como cuidar desse pessoal altamente qualificado? Há uma opção. Goiás, sendo um parceiro, buscou isto: recebê-los, qualificá-los, reinseri-los no mercado de trabalho. Essa é a proposta. O segundo aspecto é retirar a possibilidade de que esse jovem ingresse no crime, já que a maior população carcerária criminosa no Brasil está na faixa etária de 17 a 30 anos.

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCISCO RAMOS JUBÉ – Este é o objetivo social: dar qualificação ao jovem, resgatá-lo e colocá-lo na sociedade pronto para o mercado de trabalho.

O Simve não é concorrente dos senhores, de forma nenhuma. Não ocupa vaga. Ele é um programa de cunho social e que vem complementar a atividade a que os senhores se propõem. Pensem nisso, reflitam sobre isso. Essa é a essência do projeto. Não joguem pedra naquilo cuja essência ainda não conhecem. Busquem o conhecimento, busquem isso, alinhem-se. Garanto que vocês terão sucesso.

Basicamente, essa é a explanação técnica. O tempo já se exaure.

Eu agradeço e me coloco à disposição para quaisquer dúvidas.

A Srª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Major Francisco Ramos Jubé, que é assessor da Secretaria de Segurança Pública de Goiás, pelas informações.

Antes de retomar a palavra ao Coronel para que faça as complementações, eu quero avisar que, como diversas pessoas já chegaram, além de todos vocês que estão aqui, e como o espaço aqui não é suficiente para acolher a todos, nós disponibilizamos o Plenário 6, que tem um telão em que está sendo transmitida esta audiência. Então, as pessoas que se encontram aqui no corredor poderão acessar o Plenário 6 para poder acompanhar esta audiência pública. Parece-me que há pessoas aqui na entrada. Então, todos estão avisados. Se vocês puderem avisar os colegas, o Plenário 6 está à disposição para recebê-los.

Eu retorno a palavra ao Coronel Edson Costa Araújo, para que faça aqui as complementações necessárias do trabalho que está sendo realizado, do projeto que está sendo proposto na Polícia Militar do Estado de Goiás.

O SR. EDSON COSTA ARAÚJO – Bem, Srª Senadora, eu acho que a exposição do Major Jubé esclarece a questão técnica, a questão legal da possibilidade desse programa, que é um programa social. Ele não tem nenhuma vinculação com a questão do servidor efetivo, do profissional da Polícia Militar.

Eu quero esclarecer que, ainda que houvesse uma discussão e que, porventura, houvesse a dissolução desse programa, isso, de forma alguma, iria atuar em benefício da demanda que os senhores têm, porque os senhores estão demandando por uma causa específica, que são vagas específicas do quadro profissional, principalmente por não se tratar de ausência de vaga, mas, sim, de questões outras que nos levam a limitar os ingressos nas corporações.

Srª Senadora, o concurso ocorreu, como a senhora disse, e havia um cadastro de reserva de 10%. Esse concurso ocorreu, um concurso com os problemas e as dificuldades próprias, mas os nossos jovens foram muito bem nesse concurso e, logicamente, eles alcançaram bons resultados, como acontece nos demais concursos que há por aí. Na verdade, os concursos têm previsão de vaga, eles têm um número que é estipulado pelo concurso, que é lei. Nós sabemos que faz lei para as partes nessa questão. Havia a previsão de um cadastro de reserva de 10%. Esse concurso se deu, houve os chamamentos necessários desses 10% e houve um processo de demanda, de busca, porque os candidatos, como eu disse, alcançaram êxitos nos seus resultados, bons resultados, mas não conseguiram se classificar dentro do quantitativo de vagas para o concurso. Nós sabemos, a senhora sabe, que a Administração Pública se submete às leis, e o Estado não pode desobedecer às leis que estabeleceu dentro do concurso. Então, não haveria nem como buscarmos complementar os nossos efetivos via extrapolação ou usurpação dos próprios mandamentos que foram estabelecidos no concurso.

Por via de uma interferência do próprio Ministério Público e por sensibilidade do Governo do Estado, houve a proposta de um TAC junto ao Ministério Público, e se conseguiu aumentar esse valor de 10% para 50%. Eu acho que foi um encaminhamento mais político que técnico, porque, na verdade, o nosso concurso já estabelecia as suas regras básicas. O quantitativo, Srª Senadora, de previsão de vagas para esse concurso, como a senhora sabe, deve obedecer a certas condições do cenário estadual: o nosso orçamento, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que nos limita. Então, quando se estabeleceu esse quantitativo de vagas, é lógico que essas vagas estão muito aquém da necessidade da segurança pública. Eu sou um servidor da pasta e gostaria de ter mais 18 mil homens, mas, infelizmente, o Estado não tem condições, por questões de imposições orçamentárias, de

arcar com esse custo a mais. Então, foi feita uma avaliação de impacto. O pedido inicial do Comandante-Geral foi muito maior, mas, infelizmente, o que se pôde atender, dentro das condições do Estado, foi o que foi previsto no edital. E conseguimos ainda avançar para 50% das vagas.

Na verdade, o Estado é consciente de que fez aquilo que podia. Certamente, o nosso Estado tem trabalhado no sentido de viabilizar a segurança pública, buscando, inclusive, representar junto às discussões nacionais o estabelecimento de um fundo nacional para a segurança pública que possa, realmente, colaborar com os Estados, com o Estado de Goiás em particular, no sentido de dar condições para que possamos aumentar o número de contratações e de financiar a segurança do Estado de Goiás. Creio que essa é uma luta de todos os Estados. Nós temos aí a questão do piso nacional com colaboração do Executivo, da União para estabelecermos melhores condições de vida para os nossos policias militares, mas, infelizmente, essas demandas têm sido proteladas. É com muita dificuldade que todos os Estados hoje do Brasil lutam no sentido de manter a lei, manter a ordem no País.

Esses esclarecimentos que nós damos aqui é no sentido de que o Estado cumpre aquilo que é legal. Nós não temos ninguém que não tenha passado no concurso e que não tenha sido chamado. Há uma certa polêmica e uma retórica em relação a que deveriam ser chamados todos aqueles que alcançaram boas notas, mas essa não é a realidade dos concursos públicos. Isso não é só com a segurança pública, é na área de medicina... Em qualquer concurso, é estabelecido um quantitativo de vagas, e, independentemente dos bons resultados dos que não alcançaram classificação dentro daquele quantitativo de vagas, eles não são chamados, porque há uma previsão do concurso para isso. Quem prestou o concurso sabia de antemão e tinha já analisado as regras para esse concurso.

Portanto, não por falta de disposição do Estado, mas por impedimentos legais, por impedimentos financeiros e orçamentários, infelizmente, não temos mais esses jovens conosco na segurança pública, Senadora.

Estamos aqui à disposição da senhora para maiores esclarecimentos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Coronel Edson Costa Araújo, pelas informações aqui prestadas.

Depois, nós vamos entrar aqui no debate. Eu tenho algumas questões também a levantar, mas, antes de conceder a palavra ao Weberth Godoi, que é o representante dos concursados aprovados no concurso de Goiás, eu quero aqui justificar a ausência do Ministério da Justiça. Nós convidamos o Ministério da Justiça para que pudesse estar aqui hoje conosco, mas, através da assessoria parlamentar, nós recebemos a informação de que o tema tratado nesta audiência pública não é de competência do Ministério da Justiça. Portanto, não há nenhuma representação aqui hoje em função disso.

Convidamos também o Ministério Público do Estado de Goiás. Infelizmente, o Ministério Público não designou nenhum representante para que estar aqui hoje, e, pelo que eu sei, também não justificou a razão...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Parece que eles estão viajando em função do feriado prolongado, e não foi possível mandar alguém que pudesse falar pelo Ministério Público do Estado de Goiás.

Justifico essas duas ausências nesta mesa de debate.

Vou conceder a palavra ao Weberth Godoi, que está aqui representando os concursados. Por favor, Weberth, também por um tempo de 15 minutos.

O SR. WEBERTH GODOI – Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar a mesa: o Coronel Edson Costa, o Major, a Senadora Ana Rita, o Deputado Mauro Rubem e o Senador Cyro Miranda, que se ausentou.

Eu gostaria de agradecer a todos vocês aprovados no concurso público da PM Goiás, ao pessoal aqui, de Brasília, aos aprovados do Entorno, ao pessoal de Goiânia, que acabou de chegar. Eu gostaria de convidar, Senadora Ana Rita, o Jessé, que acabou de chegar de Goiânia, para dar uma breve explanação técnica aqui de toda nossa situação.

Estamos acampados – hoje, se eu não me engano, há 67 ou 68 dias – na porta do Palácio Pedro Ludovico, aguardando um posicionamento do Governo, aguardando sermos recebidos. De forma alguma, não queremos afrontar o Governo, não queremos, de forma alguma, afrontar o projeto Simve. Como o Major mesmo falou, eu acredito que a segurança pública precisa de todo e qualquer quantitativo efetivo para justamente atuar no combate ao crime.

A minha função aqui no momento é falar um pouco da nossa trajetória nesse concurso. Eu particularmente, assim como todos os aprovados nesse concurso que atingiram a nota de corte nesse concurso... Em

primeiro lugar, nós não somos concurseiros, porque cada um tem o sonho de compor a fileira da segurança pública e de honrar a gloriosa PM Goiás.

E gostaria de compartilhar com vocês que é um sonho meu honrar a farda da PM Goiás. O meu irmão foi promovido por ato bravura. Hoje, ele é terceiro-sargento da PM DF, e o próprio Governador do DF, Agnelo Queiroz, mencionou que o meu irmão é um herói, porque ele quase perdeu a vida para salvar alguém que ele não conhecia. Eu tenho certeza de que cada um aqui dos senhores tem essa mesma ambição, essa mesma força de vontade, porque ser policial militar hoje não é profissão, mas, sim, vocação, porque estaremos trabalhando diariamente com perigo, com riscos, assim como toda profissão.

Nesse concurso, existiram mais de 16 mil inscritos, só que só atingiram a nota de corte desse concurso e passaram por todas as etapas desse concurso 3.242 aprovados, que estão aptos para ingressar na fileira da gloriosa PM Goiás e somar com o efetivo. Parte desses 3.242 já foi convocado, que era o que o edital, preliminarmente, estabelecia, que era 1.050 vagas. Existia uma cláusula de barreira no nosso concurso, e o próprio Procurador-Geral do Estado, Dr. Alexandre Tocantins, emitiu um parecer no sentido de que essa cláusula de barreira é ilegal e deveria ser extirpada de todo concurso do Estado de Goiás. Havia essa mesma cláusula de barreira no concurso do Corpo de Bombeiros em 2009 e ela foi retirada; e no do Instituto Mauro Borges, 2013, e foi retirada.

Nós sabemos que o efetivo da Polícia Militar, como todos os efetivos, realmente, está defasado. Existem homens, só que já existe uma solução. O nosso Ex^{mo} Governador Marconi Perillo até mencionou, e estamos confiantes na sensibilidade deles, que seremos realmente convocados, e é o que nós aguardamos. Sabemos que existem dificuldades financeiras. Só que a solução já temos: em 2012, foi aprovada a Lei nº 17.866, que aumenta o quadro efetivo da Polícia Militar para 30.741 homens. A mesma lei já prevê dotação orçamentária. A cada semestre, a cada seis meses, deveria haver um aumento de 20%. Não houve aumento em 2012, não houve aumento do efetivo em 2013; foi haver o aumento agora, com o chamamento de 1.050 homens no dia 5 de janeiro de 2014.

Nós sabemos que a infraestrutura da academia da Polícia Militar não comporta todos os aprovados. Eu sei que existem alguns projetos, que o curso de formação para cabos e sargentos, agora, no meio do ano, vai receber uma nova turma do Simve – inclusive, já está aberto o processo seletivo deles. Nós aprovados sabemos de todas as situações e dificuldades do Governo. O que nós temos é uma proposta que queremos deliberar junto ao Governo. O que nós queremos é justamente um cronograma, porque nós estamos aprovados nesse concurso.

Dos 2.300 candidatos que são considerados eliminados devido à cláusula de barreira, que é uma cláusula ilegal, mais de 860 candidatos entraram com ações individuais personalíssimas, ganhamos uma liminar antecipando o mérito e, inclusive agora, no próximo mês, no mês de maio, vai ser julgado o mérito. Os nossos advogados estão totalmente confiantes devidos a algumas ilegalidades, a algumas coisas erradas que houve nesse concurso. Infelizmente, começou-se o erro pela banca examinadora, pela UEG, que colocou uma cláusula de barreira ilegal no nosso concurso, que foi aprovada pela Segplan. Desses 860, Senadora Ana Rita, estamos no *Diário Oficial do Estado* com todos os nomes, a partir do dia 25 de fevereiro de 2014. Desses 860 que entraram com a liminar, já 27 candidatos aqui do Entorno entraram na corporação, pois houve migrações, houve vagas. Inclusive, houve o concurso da PM DF, em que mais de 607 candidatos que passaram na PM Goiás passaram na PM DF e migraram para o concurso da PM DF, deixando as vagas ociosas no Estado de Goiás. Só que as mesmas já foram absorvidas. Com isso, o cadastro reserva, como o Coronel Edson mencionou, para o Entorno, já se exauriu. Já acabou o cadastro reserva dos 50%. Para o Entorno, eles já começaram a chamar o cadastro reserva *sub judice*. Aqui, no Entorno, hoje, nós somos 263 candidatos, prontos para iniciar o curso de formação. Já foram chamados de 23 a 27 – eu tenho nome por nome. E, para a região metropolitana, ainda existem 133 candidatos do cadastro reserva normal. Fora isso, o Jessé pode dar mais detalhes, porque ele é o representante da capital, de quantos de lá entraram com ação e estão compondo o cadastro reserva.

É como eu havia falado: passar num concurso público não é fácil. Muitos dos meus amigos aqui... Eu estou desempregado por causa desse concurso. Eu era funcionário aqui em Brasília e tinha o meu emprego há mais de três anos. Só que para eu poder participar de todas as etapas do concurso que foram feitas em Goiânia, na capital, avaliação médica, psicotécnico, avaliação da vida pregressa, o TAF, físico – todas as etapas foram em Goiânia –, então, eu tive de me deslocar e tive ficar dois dias em Goiânia para fazer o TAF e o psicotécnico. Há amigos meus que fizeram cirurgia de acuidade visual e que gastaram mais de 5.000 – o Raimundo está ali, o Tiago também. Remoção de tatuagens. Só que isso tudo já estava descrito no nosso edital, que é a lei do concurso, mas tudo isso foi para estar apto e aprovado em todas as etapas do concurso. Muitos aqui estão totalmente endividados por causa desse concurso, porque estamos investindo no nosso sonho de honrar a gloriosa PM Goiás.

Eu tenho certeza de que todos esses homens e mulheres serão a melhor e a maior turma que a PM Goiás pode receber, porque eu tenho certeza de que cada um aqui tem sangue no olho e vai honrar aquela gloriosa PM Goiás, que tem mais de 155 anos. Vai honrar a gloriosa PM Goiás, assim como o Coronel Edson e o Major, que estão brilhantemente servindo a gloriosa PM. Temos um futuro promissor a zelar. Não estaremos propícios a suborno e a outras coisas. Como o Major falou, se isso for identificado, vai sendo corrigido.

Antes de finalizar, eu gostaria só de compartilhar apenas um detalhe. O Major descreveu uma lei de 1964. Essa lei já está ultrapassada, mas está em vigência. O Ministério Público, na pessoa do Promotor Fernando Krebs, está analisando a parte legal. Nós, como aprovados, não queremos entrar nesse mérito. A questão já está no Ministério Público; já há uma ação direta de inconstitucionalidade; já há uma ação civil pública.

Nós, aprovados, queremos um posicionamento, queremos sentar com o Governo para tentar elaborar um cronograma, porque, hoje, estamos na seguinte situação: há 860 candidatos aprovados no cadastro reserva *sub judice*, só que nós não sabemos quando será a nossa convocação. Esse é o último mês do meu seguro-desemprego, e eu já estou desesperado, sem uma perspectiva, porque temos compromissos financeiros.

Eu gostaria de compartilhar algo com os senhores. Realmente, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros são forças auxiliares das Forças Armadas. A partir do momento em que saiu a Constituição de 1988, toda e qualquer lei estadual, municipal é totalmente ilegal perante a Lei Federal 10.029, que eu gostaria de compartilhar com vocês.

É possível contratação de policiais temporários? Sim, na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros. Mas a Lei 10.029, em seu art. 5º, estabelece que:

Art. 5º Os Estados e o Distrito Federal poderão estabelecer outros casos para a prestação de serviços voluntários nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares, sendo vedados a esses prestadores, sob qualquer hipótese, nas vias públicas, o porte ou o uso de armas de fogo e o exercício do poder de polícia.

Como os senhores sabem, qualquer civil tem o poder de polícia, só que eu gostaria de compartilhar algo inusitado com vocês, um fato que está acontecendo no meu Município, o Novo Gama. Eu sou residente, morador de lá, onde existem 40 civis. Todo flagrante de delito que eles têm feito os delegados de lá não estão aceitando. Realmente, eles têm o poder de polícia, só que não têm a fé pública para assinar o boletim de ocorrência. Então, realmente está sendo solicitada a presença de um policial efetivo, concursado, para assinar o boletim de ocorrência, porque os outros não têm fé pública – eles passaram por um processo seletivo de duas matérias. Cada um dos Senadores é especialista, e nós também temos psicólogos, professores, advogados em nosso meio – a minha área de atuação é a de tecnologia da informação. Cada um, na sua especialidade, está somando e agregando conhecimentos à gloriosa PM Goiás na sua área de atuação.

Então, eu gostaria de novamente mencionar, antes de passar a palavra para o Jessé, a condição hoje dos 860 candidatos que estão no cadastro reserva e pedir ao Governo sensibilidade, além de fazer uma solicitação para sentarmos e viabilizarmos uma proposta. Sabemos que a Academia de Polícia está cheia, e, no mês que vem, eles irão para o estágio supervisionado, porque, no curso de formação, há seis meses de aula teórica e três meses de estágio supervisionado. A primeira turma, que entrou em janeiro, no próximo mês vai para o estágio supervisionado. Então, a Academia de Polícia já teria possibilidade de receber os aprovados que compõem o cadastro de reserva. Sei que a infraestrutura pode ser pouca, mas vamos sentar, vamos negociar. Inclusive há uma proposta dos aprovados: se for possível chamar 100% dos aprovados, pode-se dividir em dois turnos ou, então, chamar metade agora e metade depois.

O que nós queremos, hoje, para iniciar uma negociação, é tirar o acampamento, que eu sei que é uma afronta no momento político que estamos vivendo.

(Soa a campainha.)

O SR. WEBERTH GODOI – Precisamos justamente iniciar uma negociação.

E eu gostaria de pedir a cada aprovado aqui, que é de Brasília, que faça como eu. Queria, por favor, fazer uma solicitação a vocês. Muitos de nós residimos no Entorno do Estado de Goiás, só que toda a nossa vida acadêmica, a nossa vida profissional foi feita aqui em Brasília – nós temos essa peculiaridade –, e, consequentemente, votamos também aqui em Brasília. Nesta semana, fui ao Tribunal Regional Eleitoral do meu Município e já transferi o meu título de eleitor para a cidade em que eu moro, porque, como residentes da nossa cidade, do nosso Município, precisamos parar de ficar só reclamando e realmente ter poder de voto para escolher ótimos representantes e dar um voto de credibilidade a quem está nos ajudando desde o início. Então, os aprovados do Distrito Federal têm essa peculiaridade. Façam a migração do seu voto também, para termos mais poder, está o.k?

Obrigado.

Queria passar a palavra para o Jessé.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Antes de o Jessé iniciar a fala dele, quero agradecer ao Weberth, que foi bem fiel ao tempo destinado a ele.

Nós vamos conceder ao Jessé Azevedo Dantas o tempo de dez minutos, assim como foi concedido ao Francisco Ramos. Se, no tempo de dez minutos, não conseguir concluir, daremos mais uns dois ou três minutos para você.

O SR. JESSÉ AZEVEDO DANTAS – Perfeitamente, Senadora.

Primeiramente, quero parabenizar todos aqui da mesa. Bom dia a todos. Desculpem-me pelo atraso.

O nosso objetivo hoje nesta audiência pública é falar. Somos aprovados, sim, no concurso da Polícia Militar, como o Weberth Godoi se pronunciou aqui. Há hoje aproximadamente 900 nomes no cadastro de reserva, divulgado no *site* da UEG e publicado do *Diário Oficial do Estado de Goiás*. Queremos achar uma solução, sentar com o nosso Governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo, e buscar, da melhor forma, algo que possa se somar à segurança pública, além de resolver a nossa situação, já que o próprio Governador disse que 2014 é o ano da segurança pública. Então, queremos andar de mãos dadas com ele e somar.

A respeito do Simve – não estamos aqui para discutir se ele é legal ou não –, nesta semana, o Juiz Gustavo Assis Garcia se pronunciou incompetente para julgá-lo, porque essa questão não é da competência da Justiça Militar. A própria Lei 10.029, em seu art. 5º, proíbe que os Estados e o Distrito Federal estabeleçam situações adversas à contratação temporária:

Art. 5º Os Estados e o Distrito Federal poderão estabelecer outros casos para a prestação de serviços voluntários nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares, sendo vedados a esses prestadores, sob qualquer hipótese, nas vias públicas, o porte ou o uso de armas de fogo e o exercício do poder de polícia.

Então, o Simve exerce a mesma função de um policial efetivo no Estado de Goiás, contrariando o que a lei veta.

Enfim, estamos aprovados, e pode haver contratação temporária no mesmo período, haja vista que o nosso Governador, ainda quando era Senador, criou o Projeto de Lei nº 74, que, em seu art. 61, §2º, estabelece:

> Art. 61. .....
>
> .....
>
> § 2º Os aprovados em número excedente ao das vagas inicialmente previstas no edital possuem [...] direito à nomeação ou contratação, limitada pelo prazo de validade do concurso, salvo em caso de demonstração inequívoca da Administração, quanto à necessidade de admissão de pessoal, inclusive pela contratação de agentes temporários ou prestadores de serviços terceirizados para o desempenho de funções inerentes aos cargos ou empregos do concurso.

Portanto, nós hoje vimos aqui pedir essa força que a nossa Senadora Ana Rita tem, que o nosso Deputado Mauro Rubem tem, e, juntamente, com o Major Jubé e o Coronel Edson Costa. Pedimos esse apoio para que possamos sentar com o Governo de Estado e buscar uma solução para resolver esse problema, já que todos aqui são aprovados, estão no cadastro de reserva aguardando a convocação. A própria lei que foi criada em 2012 para aumentar o efetivo da polícia militar para 30.741 homens já prevê essa dotação orçamentária. Então, que tal a gente sentar com o Governador, checar essa dotação orçamentária, além das receitas extraordinárias que o Estado pode entrar em caso de saúde, educação e segurança, sentar e achar uma possibilidade?

Nós até criamos algumas propostas, entre elas, o pedido de prorrogação do concurso por mais um ano, porque o concurso foi homologado no dia 6 de novembro de 2013 e vence agora no dia 6 de novembro de 2014. Então que se prorrogue até 6 de novembro de 2015. E que, se houver a possibilidade, por parte do Estado, seja feita a convocação de 100% dos aprovados, de imediato, assim que a academia estiver vazia, ou que essa convocação seja feita em 50% dos aprovados agora em julho de 2014 e dos outros 50% em janeiro de 2015. Ou, ainda, aceitamos uma contraproposta por parte do Estado, da maneira que o Estado achar que é pertinente ser feita essa convocação, total ou parcialmente. Nós pedimos é esse apoio.

Inclusive, Senadora, estaremos colhendo assinaturas no Senado, no Congresso, da seguinte forma:

A comissão dos aprovados do concurso público da Polícia Militar do Estado de Goiás, de 2012, juntamente com os Parlamentares do Congresso Nacional, vem através deste solicitar ao Ex^mo^ Sr. Governador Marconi Perillo que receba em audiência referida a comissão dos aprovados acampados para que a mesma possa encaminhar um documento a ser estudado e apreciado pelo Governo do Estado no sentido de convocar os aprovados do referido concurso.

A proposta foi deliberada pela maioria de nós aqui. Foi uma audiência que promovemos na Câmara Municipal de Goiânia e chegamos a essas propostas. Nós estamos acampado há quase 80 dias na porta do Palácio. De maneira alguma estamos em afronta ao Governo. Nós só queremos que o Governo olhe para nós e veja que nós somos, sim, aprovados em concurso e que queremos muito somar com a segurança pública do Estado

de Goiás e poder servir a sociedade goiana e honrar a gloriosa Polícia Militar, assim como o Coronel Edson e o Major Jubé, que são excelentes homens, e ter o nosso direito garantido, já que somos aprovados.

De forma alguma viemos apedrejar ou usar xingamentos; mas sempre de maneira branca, por meio de uma manifestação branca, queremos conquistar nossos objetivos e nunca fazer afronta ao Governo. Nós pedimos o apoio do senhor, Major Jubé, do senhor, Coronel Edson, da Senadora Ana Rita, do Deputado Mauro Rubem e de todos os Parlamentares desta Casa, que nos apoiem, para que cheguemos ao nosso Governador e solucionemos esse problema, que é a convocação dos aprovados no concurso público.

Agradeço, desde já, a presença de todos e a confiança. Juntos, somos fortes e imbatíveis. Temos muita fé em Deus. Uma frase que escutei de um senhor, no acampamento, foi: "Um jogador bom faz gol e vence o jogo; vários jogadores bons fazem gols e vencem um campeonato." Nós somos jogadores bons. Iremos vencer essa batalha.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Jessé Azevedo Dantas.

Também agradecemos ao Francisco e ao Weberth Godoi; os dois estão aqui representando os concursados aprovados no concurso da Polícia Militar do Estado de Goiás. Também agradecemos ao Coronel Edson e ao Major Francisco Ramos, que aqui estão representando não só a Polícia Militar, mas também o Governo do Estado de Goiás. Que bom que vocês vieram. Queremos aqui agradecer a presença do Deputado Estadual Mauro Rubem, que preside a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, que está intermediando esse diálogo dos concursados junto ao Governo do Estado. Eu quero dizer, Deputado Mauro Rubem, que pode contar com esta Comissão de Direitos Humanos para apoiar, reforçar, porque entendemos que a causa é justa, a causa é nobre, ela é extremamente necessária. Então, é preciso, sim, que haja o diálogo, a que haja a escuta por parte do Governo do Estado. São servidores, são trabalhadores preparados, capacitados, tiveram todo um período de preparação para o concurso, e é preciso, realmente, buscar uma saída, uma alternativa para que vocês possam, realmente, ser absorvidos e prestar o serviço para a sociedade de Goiânia, para todo o Estado de Goiás, até porque o Governo do Estado investiu nesse concurso público, investiu financeiramente inclusive. É dinheiro público colocado à disposição para que esse concurso pudesse ser realizado, para que vocês pudessem hoje estar aqui legitimamente pleiteando a contratação.

Mas eu quero, depois, fazer algumas perguntas para o Major para que eu tenha um pouco mais de informações. E, ao final, vou fazer alguns encaminhamentos nesta Comissão. Além disso, existem propostas dos concursados que vocês, depois, poderão colocar para o Governo do Estado de Goiás.

Antes, apenas para fazer um esclarecimento, normalmente, nas audiências públicas, não é de praxe abrir a fala para outras pessoas que não são as que foram convidadas, cujos requerimentos foram aprovados por esta Comissão. Mas como esta Comissão é de Direitos Humanos e Legislação Participativa, nós poderemos abrir esse espaço de diálogo, ouvindo algumas pessoas. Já abrimos um precedente aqui hoje. O Coronel Edson trouxe o Major Francisco, que junto com ele fez a fala – não estava prevista a fala do Major. Também ouvimos o Weberth, que, em princípio, seria o Jessé, pois foi o nome do Weberth que foi homologado aqui, que foi aprovado anteriormente para que fosse ouvido.

Portanto, já ouvimos dois representantes de ambas as partes e vamos abrir agora mais três falas dos concursados que aqui estão para que, depois, a Mesa possa se manifestar a partir dessas falas. O Coronel já disse que gostaria de se manifestar. Vamos ouvir as três pessoas e, depois, nós vamos fazer aqui uma fala final para que possamos concluir a nossa audiência pública dentro do prazo previsto.

Então, estão inscritos o Sr. Alexandre Vitor Noronha, que é policial federal; o Sr. Laelson dos Santos, pai de concursado e o Tiago Rodrigues da Silva. Vocês três irão falar, pelo prazo de três minutos para cada um, que também será cronometrado. Mas, antes de conceder a palavra a vocês, eu queria, aqui, fazer também alguns questionamentos.

Primeiro, Coronel, eu quero ouvir a respeito do concurso que foi feito para atender a x vagas: quantas pessoas foram contratadas desse concurso? Desculpe-me se vocês já o disseram, mas eu não ouvi. Dos concursados, quantos já foram absorvidos? Quantas vagas já foram preenchidas?

Há uma outra questão que eu gostaria de saber. Refiro-me ao trabalho voluntário, o Programa Simve (Serviço de Interesse Militar Voluntário Estadual).

Voluntário, alguém já disse aqui, acho que foi o Deputado, significa que não terão direitos trabalhistas. Por ser voluntário, então não terão direitos trabalhistas. É isso que eu quero que vocês esclareçam. O que significa isso? Até onde vai esse voluntariado? Porque, para exercer uma função de polícia, uma função altamente perigosa, as pessoas colocam em risco suas próprias vidas. Então, qual é a garantia que esses servidores, esses trabalhadores terão se é um programa de voluntários? Eu queria entender o porquê da palavra "voluntário" em um serviço altamente importante, que é prestar segurança pública à sociedade.

Essas respostas o senhor vai dar após a fala das outras três pessoas. Já estou levantando essas questões que me preocupam.

Outra coisa que me preocupa é a presença do Exército Brasileiro nas ruas, prestando um serviço de segurança pública, para o qual não foi preparado. O Exército Brasileiro é preparado para proteger o País. É preparado para uma eventual guerra, para prestar serviços para o País, preparado para manusear equipamentos diferentes do que são utilizados pela Polícia Militar. Então, ele é preparado para a guerra, para o combate. Eventualmente, alguns governos estaduais se utilizam do serviço do Exército, como aconteceu já no Estado do Rio de Janeiro, como apoio à Polícia Militar em casos extremos, em que o Exército vem para apoiar, mas quem comanda os serviços naquele momento é a Polícia Militar, quem dá orientação sobre o que fazer é a Polícia Militar, o comando fica com a Polícia Militar, e o Exército fica como apoio para ajudar, pelo menos é assim que vejo, é assim que entendo. Então, substituir a Polícia Militar por pessoas que foram preparadas para guerra, para proteger o País de outras forças externas, em minha opinião, esses trabalhadores não estão preparados para oferecer segurança à população civil.

Então, tenho essa preocupação e trago isso como reflexão para que também o Coronel possa se manifestar diante disso. Acho que é temerária essa prática, em minha opinião. Então, é preciso refletir mais sobre isso.

Não consegui perceber bem que se o Estado não tem financeiramente condições de bancar os concursados, como ele vai manter os que vêm do Exército se eles receberão recursos. (*Palmas.*)

Fiquei com essa dúvida. Por isso eu quero entender o que é voluntário. Porque voluntário não vai demandar recursos públicos por parte do Estado. Por outro lado, esses trabalhadores não terão direitos trabalhistas. Se não são voluntários, por que não pagar os que foram concursados para exercer essa tarefa?

Então, há uma série de questões ali que precisam ser esclarecidas.

Eu levanto essas preocupações, levanto esses questionamentos para que o Coronel e o Major possam esclarecê-los, talvez o próprio Deputado possa ajudar. Antes, porém, Coronel e Major, eu quero ouvir os três aqui designados para falarem também.

Digo mais uma vez que estamos abrindo um precedente, não é usual fazermos isso. Portanto, peço que vocês sejam bastante breves, cumprindo o prazo de três minutos, que serão marcados.

Inicialmente, concedo a palavra ao Sr. Alexandre Vitor Noronha, policial federal.

Quem é Alexandre? *(Pausa.)*

Você tem 3 minutos, Alexandre.

O SR. ALEXANDRE VITOR NORONHA – Obrigado Senadora Ana Rita.

Coronel Edson Araújo, meu colega Major Francisco Jubé, que tenho a honra de ser, além de policial, instrutor de armamento em tiro, assim como ele, estou muito feliz de o senhor estar aí, porque a maioria de minhas dúvidas o senhor vai esclarecê-las.

A questão que me preocupa muito no Simve, como instrumento de armamento de tiro – e o senhor vai ter condições de esclarecer isso – é a diferença básica entre a formação do egresso das Forças Armadas que está integrando o Simve e a formação básica oferecida para o praça ou oficial da PM.

Como opinião pessoal, como instrutor de armamento de tiro da Polícia Federal, quando o senhor estava dizendo sobre a formação muito específica e muito qualificada com certeza de alguns egressos de batalhões de operações especiais com táticas, equipamentos, armas e táticas especiais no serviço da Polícia Militar. Como opinião pessoal, eu gostaria que o senhor fizesse um comentário sobre isso, porque esses egressos das forças especiais nem sempre são a melhor opção para uma força que lida diretamente com a população civil. Como exemplo disso temos inúmeros ex-integrantes – ex-marines – de forças especiais americanas que, quando saem de combate das operações do exército americano, buscam preferencialmente emprego nas forças policiais locais e não conseguem por acreditarem que eles não são a melhor opção na atividade de policiamento preventivo e ostensivo, como é o caso constitucionalmente atribuído à Polícia Militar.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada Alexandre Vitor Noronha, que é policial federal.

Concedo a palavra ao Sr. Laelson dos Santos, pai de concursado.

Sr. Laelson, pode utilizar o microfone.

O SR. LAELSON DOS SANTOS – Bom-dia! Muito obrigado por haver me concedido a palavra.

Sou pai de concursado. Meu filho não pôde vir hoje porque estava trabalhando e pediu-me para representá-lo. Ouvi a explanação do Coronel e fiquei muito triste pelo relato que ele fez ali na frente. Ele fez o relato de que a Polícia praticamente não funciona eficientemente. Isso é muito triste. Vemos os índices de criminalidade aumentando, os índices do Entorno de Brasília, aqui no Goiás são altíssimos. Estes praças, que estão aqui hoje, poderiam estar nas ruas, combatendo o crime e estão aqui discutindo uma questão interna, uma questão

política do Governo, porque, para mim, isso é uma questão política. Vemos que, por parte do Governo, não há interesse nenhum na questão da segurança, porque nesses 84 dias de acampamento, não teve nenhum representante do Governo disposto a recebê-los, o que para mim é um desrespeito. Vivemos em um Estado democrático de direito, poderia atendê-los para dizer isso que está dizendo para nós aqui quanto à situação social do Governo, que também não compete aos concursados pagar esse preço, porque se o Estado está endividado é responsabilidade do Governador e seus gestores públicos e não dos concursados. Não se pode imputar aos concursados essa questão de que ultrapassou a questão da verba.

Isso, para nós, é um desrespeito muito grande com esses jovens que, hoje, estão se preparando para ingressar no serviço público, porque vemos um serviço que não funciona. Temos acompanhado a questão da segurança no Brasil inteiro, ele fez um relato sobre a segurança de Goiás, que é vizinha de Brasília e ficamos muito tristes, porque vemos jovens que estão preparados – meu filho estudou muito para esse concurso, como todos aqui estudaram – e quando passam ainda têm que ficar mendigando para ingressarem no serviço público. Isso é uma vergonha!

O Governador de lá deveria ter pelo menos a dignidade e a humildade de receber o pessoal.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada Sr. Laelson dos Santos.

Concedo a palavra agora para o Sr. Tiago Rodrigues da Silva.

O SR. TIAGO RODRIGUES DA SILVA – Boa-tarde!

Eu gostaria só de fazer alguns esclarecimentos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Levanta a mão Tiago para que possamos visualizá-lo. *(Pausa.)*

O SR. TIAGO RODRIGUES DA SILVA – No acampamento, todo mundo sabe, todos querem entrar na corporação da Polícia Militar. E, de antemão, já sabemos, temos certeza, de que a Polícia Militar é hierarquia e disciplina. No entanto, a proposta do acampamento é a seguinte – eu quero deixar bem claro que quando qualquer um dos senhores que se encontram hoje aqui, se por acaso estiver acampado na porta de suas casas um mendigo ou qualquer cidadão, os senhores saírão no portão para olhar, ver o que é, saber o que está acontecendo –: a nossa proposta é sermos vistos.

O nosso acampamento não é uma afronta. Jamais vai ser. Volto a repetir que lá impera, já acontece essa hierarquia e essa disciplina. Não hierarquia, porque somos todos iguais, praças, soldados, mas já fomos convidados por outras entidades e pessoas, que não quero citar o nome, entidades que participaram de protestos lá, até para quebradeira e tal, mas a gente sempre se comportou de forma ordeira, dizendo que seremos futuros policiais militares. No entanto, temos que manter a hierarquia e a disciplina.

Segundo, eu acompanho o Coronel Edson de longa data, já foi Comandante-Geral. Certa vez ele fez uma declaração, no primeiro dia dele, que me emocionou. Hoje eu creio que por toda a vida eu fui fã da Polícia Militar. Ele falou, no primeiro dia de mandato dele, que o bandido teria que procurar outro lugar para viver, porque no Estado de Goiás não iria fazer nome, porque a ostensividade iria ser muito grande e a Polícia Militar iria combater. Naquele momento, Coronel, o meu sonho reavivou e comecei a estudar desde aquele momento então.

Não foi o primeiro concurso. Não tive a oportunidade de ser aprovado em outros concursos, mas continuei lutando, e nunca saiu da minha cabeça querer fazer parte da Polícia. Então, sou um fã do senhor, um fã pessoal.

Segundo, quanto às verbas em questão, já sabemos, temos ciência, até em documentação, talvez não tenha dado tempo para o Jessé se pronunciar sobre isso. Falaram que não existe verba para o Estado de Goiás, mas sabemos que foram devolvidos aproximadamente R$4 milhões. Estou enganado, Jessé? Para questão de segurança pública.

(Interrupção fora do microfone.)

(Soa a campainha.)

O SR. TIAGO RODRIGUES DA SILVA – Outra coisa, já não se trata mais de honra, mas é um sonho, Coronel. Todo mundo aqui pode rir de mim, mas sou o cara que, na frente do espelho, de manhã cedo, questiono: "Cara, será que vou ser um policial mesmo?" Até já cheguei a prestar continência para mim mesmo na frente do espelho. *(Risos.)* É até motivo para rir, mas já até chorei. No acampamento, eu já levei revólver na cara de malandro que passou e meteu o revólver na minha cara e na do Vitor e não pudemos reagir, porque estamos sustenando o nome da Polícia Militar. O pessoal passa, não gosta de polícia, a torcida...

Hoje eu creio que se for comparar com a Grécia, nós não somos Atenas nem outras cidades daquele país. Hoje, se compararmos, eu creio que a gente é Esparta. Somos espartanos. Eu creio nisso! *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Após ter ouvido o Sr. Alexandre, o Sr. Laelson e o Tiago, vou conceder a palavra agora ao Coronel Edson e, em seguida, ao Major , para a necessidade de complementar alguma coisa e, assim , nos encaminhar para as considerações finais.

Então, após ouvirmos o Coronel e o Major, ouviremos os representantes dos concursados e concluir com a fala do Deputado.

O SR. EDSON COSTA ARAÚJO – Senhores, fiquei bastante satisfeito com a fala do Weberth e do Jessé, que fizeram uma exposição respeitosa, trazendo até nós a preocupação de vocês. Fiquei muito feliz, como de resto com todas as manifestações que tivemos aqui. É o sonho de vocês. Ele tem razão, eu fui Comandante-Geral por duas vezes, tenho mais de 34 anos de serviço público, amo a corporação. Vocês sabem, quem acompanha a minha vida sabe disso, que amo a corporação e sei o tanto que vocês desejam e acalentam esse sonho.

Agora, tem questões que temos que buscar caminhos, até discuti com a nossa Senadora, porque temos limitações.

Tentando responder a todos aqui, a questão, por exemplo, financeira e o retrato que fiz aqui não foi o de Goiás, mas o do Brasil. Infelizmente, segurança pública, meus amigos, no Brasil, foi relegada ao esquecimento. Nem nesta reunião temos a participação da União para discussões de interesse da segurança pública. Deveriam estar aqui até para apontar um caminho.

Buscamos há muitos anos – eu particularmente – a participação e rediscussão do sistema de segurança pública no Brasil, discussão do financiamento da segurança pública no Brasil, porque não é só o Estado de Goiás que não tem condições, mas nenhum Estado do Brasil tem condições financeiras para contratar o quantitativo de servidores, policiais, para efetivamente realizarem segurança pública. Goiás é um Estado pobre relativamente, mas em São Paulo é a mesma coisa, e São Paulo é um Estado rico, poderia ser comparado a um país, o mais rico da América Latina, mas também não tem condições para isso. Por quê? Porque há concentração da arrecadação dos impostos pela União, que não tem responsabilidade com a segurança pública, não tem responsabilidade financeira, nem política e nem moral com o que está acontecendo no Brasil.

O que está acontecendo com a criminalidade em Goiás em relação à quantidade de homicídios, é o que está acontecendo em Pernambuco, é o que está acontecendo no Rio de Janeiro, infelizmente.

Infelizmente, esta Casa, mesmo com todo esforço que o Congresso Nacional faz – leis tramitando, discussões –, mas, infelizmente, o Brasil não conseguiu dar um passo importante no sentido de rever e de avaliar uma questão tão importante quanto à segurança pública.

Em todas as nossas Polícias Militares – e posso dizer que conheço todas elas – não há efetivo suficiente. Por quê? Porque não têm condições, mas não por conta do endividamento do Estado, mas porque o Estado tem educação, saúde e outras tantas obrigações, mas bolo orçamentário é único. Vai uma fatia para cada área dela e, na verdade, não temos no Brasil suficiência necessária para atender essa questão.

Estamos, nós policiais militares, policiais do Brasil inteiro, lutando para que da mesma forma que a saúde tem uma verba carimbada, que a educação tem uma destinação específica, que nós da segurança pública possamos ter um tratamento especial que o Estado tenha condições.

Somos 12 mil homens, e essa lei que diz que aumentou o efetivo para 30 mil homens foi no meu comando. Entendi que era preciso pelo menos referendar o que realmente precisava. Esse cálculo de 30 mil para o Estado de Goiás foi feito sem levar em consideração férias, que teria que colocar pelo menos mais 10% de efetivo, 3% de outros afastamentos como doença, etc., e nem levei isso em consideração. Pedi que uma equipe técnica calculasse o que seria necessário para atendermos minimamente os nossos 246 Municípios, com policiamento rural, policiamento urbano, minimamente. Precisaríamos muito mais de 30 mil. Eu calculo que precisaríamos perto de 40 mil homens.

Estou dizendo aos senhores com sinceridade: nenhum Estado do Brasil tem condições hoje, dentro desse sistema que está aí, de arcar com isso. É preciso que haja uma mobilização para que realmente possa ser revisto o sistema policial que, infelizmente, Sr. Laelson, está falido. Esse sistema está falido e nós todos sabemos disso aqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Coronel, permita-me fazer uma pergunta ao senhor.

Qual é o número de profissionais que poderão ser contratados? Qual é a possibilidade do Estado de contratação dos concursados? Só para esclarecer a minha pergunta, quando se fez o concurso, se fez a partir de uma meta a ser preenchida. Após o concurso, deixou de existir essa meta? Por que mudou de opinião? Por que não se contratam os concursados?

O SR. EDSON COSTA ARAÚJO – Todas as vagas previstas foram preenchidas. Como foi dito aqui, tínhamos uma previsão de 10% de preenchimento de vagas, de cadastro de reserva, que foram preenchidas. No

entanto, houve uma pressão, houve sensibilidade do Governo do Estado aumentando para 50% e buscamos o preenchimento dessas vagas através desses 50%.

Agora, entendo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Elas foram todas preenchidas?

O SR. EDSON COSTA ARAÚJO – Todas preenchidas. Como foi dito aqui, o pessoal foi se afastando porque passaram em outros concursos. Houve o afastamento daqueles que já tinham sido chamados e foi havendo chamamento. Acontece que, no momento, temos dificuldade inclusive do ponto de vista técnico-pedagógico.

Como foi colocado, mais de 25% das aulas dessa turma já foram dadas. Então, praticamente mesmo que haja desistências, não tem mais como ser chamado.

Então, queria apelar, Senadora, e gostei do nível de colocação feito aqui pelos expositores, principalmente os dois que colocaram aqui na direção do único caminho que eu entendo, pela experiência que eu tenho que pode dar um encaminhamento para isso, que seria o encaminhamento político, porque tecnicamente já avaliamos tudo e não tem possibilidade de atendimento.

Acho que precisamos, como em toda crise o policial vai ser levado sempre a gerenciar crise, fazer a gestão de crise, e devemos buscar o caminho que é possível. Já conseguimos avançar alguma coisa com o governador, vocês já conseguiram fazer isso, com a participação do Ministério Público, mas acho que podemos ainda, Senadora, continuar tentando verificar o que podemos avançar nesse sentido. Tecnicamente, legalmente não tem muito o que fazer. A questão, como eu disse aqui, do Simve, não tem nada a ver com as vagas dos senhores. Se o Simve aqui, por exemplo, for questionar, declarar ilegal o que for, não vai resolver o problema de vocês, não é por aí. A questão não é por aí. Eu acho, inclusive, que, quando escolhemos uma estratégia errada, corremos o risco de perder nossa guerra, porque fizemos uma escolha errada. Eu acho que o caminho mais adequado, com a minha experiência e até sensibilizado pela exposição de vocês, é de que possamos tentar construir, com a ajuda do Deputado Mauro Rubem, com a ajuda da Senadora Ana Rita, tentar viabilizar ainda o acesso à sensibilização política e, logicamente, com a participação do Governo do Estado, da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, seria possível estudarmos alguma saída política para essa questão política legal.

Então, eu acho que esse é o caminho. O caminho do embate não vai nos levar a nada. Eu tenho certeza de que é isso, que os senhores não iriam ter sucesso com isso. Então, eu estou assim... Eu sei que o Estado já colocou um ponto nessa questão, um ponto de vista técnico e até um ponto de vista político, mas a política existe exatamente para isso mesmo, para que possamos reabrir caminhos, alargar caminhos. Então, eu sempre confio na possibilidade da gestão da crise, de encaminhamentos em que encontremos soluções que, talvez, não vão ser o melhor para todos – alguém vai perder ou nem todos vão ganhar –, mas que viabilizem algum sucesso para nós.

Então, eu quero encaminhar para isso. Essa nossa discussão técnica, demanda, essa briga, isso não vai nos levar a nada. Eu falo assim, já com uma proximidade e com afetividade que tenho por vocês. Gostaria de tê-los todos aqui, ainda mais com essa vibração de vocês. Eu fico até arrepiado, emocionado. Gostaria de tê-los todos comigo lá, na segurança pública, mas esse caminho não é o ideal. Se vocês aceitarem um conselho de alguém que tem experiência e que tem carinho por vocês, vamos tentar, com a ajuda do próprio Deputado, com a nossa Senadora, que vai poder direcionar diretamente ao Governo do Estado de Goiás. Eu vou me encarregar de levar esse momento de sofrimento de vocês, de preocupação, de desejo de vocês e, de repente, por esse caminho, tenhamos algum sucesso.

Então, eu prefiro encaminhar assim, Senadora. Logicamente que a senhora vai poder nos orientar de forma diferente, mas primeiro que o Governo do Estado é sensível desde o primeiro momento: recebeu diversas vezes, ampliou aquilo que podia fazer, mas eu tenho certeza de que, apesar de ter uma disposição, de ter finalizado, eu acho que há sempre possibilidade de reabrirmos essa discussão, de tentarmos... Não do ponto de vista técnico – os técnicos são frios, os números são frios –, mas do ponto de vista político, de repente, encontramos uma solução.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Então, Coronel, nós podemos sintetizar.

O SR. EDSON COSTA ARAÚJO – Isso não chega a ser – desculpe-me, Senadora – um compromisso do Governo do Estado, o qual eu represento aqui, mas um compromisso com o Coronel Edson mesmo, o representante da Secretaria que vai poder trabalhar junto com a senhora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Muito bem. Era isso que eu gostaria de ouvir do senhor. Então, que o Coronel, que está aqui hoje, dando todas as informações de forma muito prestativa, pudesse assumir esse compromisso de intermediar um encontro dos concursados com o Governador, mais a presença do Legislativo, que é importante, no caso a Assembleia Legislativa do Estado, do Ministério Público, é importante o Ministério Público acompanhar também, no sentido de buscar uma saída para essa situação.

Então, eu penso que, se nós pudermos fazer esse encaminhamento aqui hoje, além de outros que eu penso que nós deveremos fazer, mas aí cabe à Comissão de Direitos Humanos, mas, da parte da Polícia Militar, o Coronel cumprir com essa tarefa, no caso, em nome da segurança pública, de intermediar um diálogo, um encontro do Governador e sua equipe com os concursados, para que eles possam ter a oportunidade de ouvi-los e aí pactuar um procedimento que possa atender à demanda dos concursados e também atender à demanda da segurança pública do Estado. Está bom? (*Palmas.*)

O SR. EDSON COSTA ARAÚJO – Não é uma coisa muito fácil, não é um compromisso muito fácil; é um compromisso pessoal que eu estou fazendo. O Deputado Mauro Rubem me conhece. É uma dificuldade. Os técnicos, eles são frios, os técnicos são frios, os nossos amigos que lidam, lá na Fazenda, com os números, mas eu acho que é possível isso. Mas eu gostaria de contar, de construir uma com vocês. Depois, se for o caso, vou conversar com o Secretário de Segurança Pública, conversar com ele e ver se construímos esse caminho e voltar a conversar com vocês, no sentido de construirmos essa possibilidade. Fica um compromisso, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – E nós vamos fazer a nossa parte aqui, como Comissão de Direitos Humanos, oficiar ao Governador, informá-lo desta audiência pública, dos desdobramentos desta audiência e solicitar ao Governador que abra a sua agenda para que possa receber o Coronel e todos os concursados que aqui estão. Então, nós vamos fazer isso pela Comissão de Direitos Humanos, solicitar que ele abra esse espaço de diálogo com todos vocês. Está bom?

Eu pergunto ao Major se gostaria ainda de acrescentar alguma coisa. Está contemplado? É isso?

Então, eu vou agora passar a palavra para o Weberth Godoi, que é o representante dos concursados, para que, juntamente com o Jessé, possa também fazer as suas considerações finais.

O SR. WEBERTH GODOI – Primeiramente, queria agradecer, de coração, as palavras do Coronel, esse compromisso hoje aqui firmado de tentar viabilizar o recebimento da Comissão dos Aprovados. Inclusive, Coronel, é o que queremos, pois almejamos e estamos, há mais de seis meses, tentando ser recebidos. Desde que iniciou toda essa trajetória, quando foi firmado um primeiro TAC de 10% para 50%. Infelizmente, nós aprovados não tivemos a oportunidade de ter a palavra, de sermos recebidos, porque, até então, naquele momento, nós tínhamos documentos que provavam que não iriam ser suficientes os 50%, como hoje se materializou, porque houve migrações. Nós temos nome por nome de todos os candidatos que migraram, e é exatamente isso que solicitamos ao senhor, inclusive. Só está faltando, digamos, vontade política para resolvermos. Temos essa estratégia, sim, política, que o senhor pode viabilizar para nós. Temos exemplos que aconteceram na Polícia Militar de Tocantins, Polícia Militar de Minas Gerais, Polícia Militar do Distrito Federal, que, por um simples ato discricionário do Governador, ele chamou, disponibilizou um cronograma de convocação que contemple todos os aprovados.

Nós sabemos das dificuldades de estrutura pedagógica. Nós estamos sensíveis à causa. O que nós queremos hoje é ter uma tranquilidade, os pais aqui, mães aqui presentes, termos a certeza de um cronograma oficial que contemple os aprovados, que compõem hoje no cadastro reserva *sub judice*. Realmente, existem novas convocações. Eu não sei como a área pedagógica está administrando. Semana passada mesmo, o aluno Michael foi convocado na terça-feira já para iniciar o curso de formação na quarta, mesmo esse curso de formação já tendo iniciado. E, assim, caso o senhor precise de mais alguns detalhamentos, temos um parecer favorável do Comandante Sílvio Benedito de que ele tem interesse em todos os aprovados, da escola de governo na pessoa do Vilmar Rocha, um parecer favorável do Procurador-Geral do Estado, Dr. Alexandre Tocantins. Hoje, os aprovados dependem apenas do posicionamento do nosso Exmo Governador Marconi Perillo, que eu tenho certeza, por ser o ano da segurança pública, ele está sensível à causa e, consequentemente, vamos construir uma melhor maneira, que fique bom para os aprovados e para o Governo.

Obrigado pela atenção

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Weberth. (*Palmas.*)

Vamos ouvir o Jessé. Jessé, você gostaria ainda de complementar? *(Pausa.)*

O SR. JESSÉ AZEVEDO DANTAS – Só complementando aqui, eu quero agradecer ao Coronel Edson pelas suas palavras, assim como o Weberth o agradeceu. E ainda complementando, dizer que o Projeto nº 74, do então Senador Marconi Perillo, que fala dos aprovados em concurso público, mesmo que excedam os números de vagas, eu me esqueci de citar também que há várias jurisprudências que tratam desse assunto, inclusive os tribunais superiores falam sobre esse assunto. E a gente queria, aproveitando aqui a força dada pelo Coronel, pelo Major Jubé, a pessoa do Deputado Mauro Rubem e da Senadora Ana Rita, para que, juntamente aqui firmarmos nesta Mesa as nossas propostas, que aqui estão, e que serão encaminhadas ao Governo. Pedimos que os senhores nos ajudem a encaminhar, nos apoie nessa proposta assinando-a, porque só queremos achar a melhor forma. Não estamos aqui para medir força, muito menos para disputar vaga com o Simve. Isso daí é uma questão de Justiça, cabe à Justiça decidir se é ou não inconstitucional ou ilegal. Só queremos o que é o

nosso direito, que é a nossa convocação, e nunca afrontar o Estado e muito menos a Polícia Militar, à gloriosa Polícia que tanto queremos servir, e servir o Estado. A população goiana precisa de mais segurança, pois 2014 será o ano da segurança pública (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Muito bem, Jessé.

O Coronel Edson ainda quer fazer uma complementação. Por favor, Coronel.

O SR. EDSON COSTA ARAÚJO – Se a senhora permitir, quero fazer um aperfeiçoamento do encaminhamento, no sentido de que a senhora disse que vai oficiar o Governador, solicitando que ele lhe abra essa agenda e avalie essa possibilidade de reestudar o problema. Não é isso?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sim.

O SR. EDSON COSTA ARAÚJO – A senhora tem condições de fazer isso dentro de um período bem rápido. Então, eu acho que os senhores – eu estou querendo esquecer um pouquinho a discussão técnica; a discussão técnica é complicada e ela está acontecendo, como você bem disse, e não adianta ficar repisando aqui –, talvez, estão em sua última cartada. Vocês terão que se mobilizar daqui a pouco, e vão perder o momento. Então, já que a nossa Senadora vai fazer esse ofício, que tal se, quando esse ofício chegar à mão do Governador, não houver nenhuma mobilização mais na frente do Palácio? Porque, apesar de vocês dizerem que isso não é uma afronta, acaba que soar como uma afronta. Eu conheço o meu Governador. Eu sei que ele tem dificuldade de fazer gestões sob pressão. Então, eu acho que seria um passo que vocês dariam. Inclusive o ofício da Senadora iria encontrar um terreno propício a uma avaliação. Inclusive, ela pode dizer que isso foi resultado aqui da audiência pública e que, como há possibilidade de criação, há ambiência adequada para uma reavaliação desse problema.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – O Coronel faz esse apelo. Eu acho que cabe aqui aos concursados avaliarem essa ponderação que o Coronel faz.

Eu vou conceder agora a palavra ao Deputado Estadual Mauro Rubem, para que assim, ao final, já possamos ir concluindo.

O SR. MAURO RUBEM – Senadora, obrigado mais uma vez. Naturalmente, nós não queremos ficar remoendo as coisas para trás. Eu concordo, o Coronel me conhece há muito tempo, mas algumas questões eu acho que é importante ponderar aqui.

A primeira é que, realmente, a segurança pública no Brasil não vai bem, mas, em Goiás, vai pior. Goiás está pior do que outros Estados, o Coronel sabe disso. Nós temos hoje os indicadores de homicídios que, na capital, estão subindo na cifra de quase 15% a 20% ao ano. Pode ser que neste ano consigamos estabilizar o que já é alto. Então, na verdade, nós temos problema em outros Estados, realmente, mas nós temos aqui um quantitativo de policiais militares, que são fundamentais para a segurança pública, semelhante ao de 1980, e isso é gestão.

Nós sabemos, eu, mais do que ninguém, sou trabalhador, defendo o servidor. Nós não queremos que as pessoas sejam contratadas ou que se aumente o salário e não recebam. Somos contra essa imoralidade, e nós não queremos isso, mas, no Estado de Goiás, nós temos 30% apenas do efetivo necessário, e o senhor mesmo relacionou que é abaixo até do que necessitava da Polícia Militar, 25% só dos policiais civis. Nós temos déficit também nos corpos de bombeiros, nós temos déficit na polícia técnica e científica, então, nós temos uma situação crítica – crítica! Não é à toa que o Governo lançou o ano de 2014 como o ano da segurança. Então, eu acho que esse é um aspecto. Concordo plenamente que nós precisamos fazer uma grande conjunção. Eu, pessoalmente, até já participei da conferência de Segurança Pública, como outras pessoas participaram. Então, nós temos que fazer uma grande reforma de Estado na segurança pública para o País ter outros instrumentos de segurança pública, com financiamento definido, com tudo isso. Nós sabemos, mas estamos falando de uma coisa bem específica.

Agora, eu quero falar duas questões bem rápidas. A primeira é, desculpe-me, Major Jubé, mas a imoralidade do Simve. Desculpe-me, porque um sistema que usa essas provas aqui, como a primeira pergunta, que é uma pergunta profundamente eleitoreira, eu quero até lê-la aqui, porque o Senado precisa saber o que foi aferido para substituir esses concursados aqui.

A primeira questão diz o seguinte:

> *"Este é um ano eleitoral, com grandes lutas políticas. Em Goiás, a formação política dos candidatos foi transformada. Em 1999, criou-se um novo período político, que teve como grande destaque o partido e o seu representante: a) PMDB, de Marconi Perillo; b) PT, de Iris Rezende; c) PSDB, de Marconi Perillo; d) PT, de Maguito Vilela."*

Isso aqui é prova. Veja se isso aqui é uma coisa séria?

A outra questão que me preocupa, Major Jubé: se o Simve não é para promover segurança, por que o Governador está indo a cada cidade e deixando 30 aqui, 40 ali, chamando a população na cidade e dizendo: "Olha, vai reforçar os seguranças: aqui não vai ter bandido." Eu não estou entendendo. Eu não estou entendendo, está havendo um descompasso.

Para mim, a Secretaria de Segurança Pública deve sim promover ações sociais. Eu acho que deve, até porque segurança pública tem uma interface até muito grande com outras questões. Acho até que sobrecarrega a segurança pública. Agora, o senhor vir aqui dizer que isso não é um programa para substituir esses concursados, que é apenas um programa que não vai concorrer com o quadro efetivo? Não, perdoe-me, está havendo um equívoco gravíssimo! Aí é uma situação grave, séria, porque nós estamos dizendo aqui que é o seguinte: lá em Formosa, baixaram lá, parecem-me 60 ou 80 Simve para poder reforçar o policiamento ostensivo, para botar... Isso são funções. O que está aqui na Ação Direta de Inconstitucionalidade, que o Partido dos Trabalhadores entrou no mês passado contra essa lei, diz claramente o que são funções permanentes de Estado. É uma função permanente de Estado o policiamento, a segurança pública. Isso não é uma função temporária, e muito menos voluntária. Então, o senhor está completamente equivocado, baseando-se em regras, em princípios para poder justificar o injustificável. Permita-me falar isto aqui com toda a tranquilidade: é injustificável.

E aí eu quero aqui, inclusive – está aqui na Ação Direta de Inconstitucionalidade – transcrever para cá uma situação semelhante a essa. Foi feita também uma averiguação de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade de uma situação semelhante a uma lei estadual no Estado de São Paulo, em que se propôs contratar policiais voluntários, temporários, com a mesma situação aqui, e já tem decisão judicial mostrando essa inconstitucionalidade. Eu me espanto até porque, Major Jubé, a própria Procuradoria do Estado deu parecer contrário. Acho que o senhor sabe disso.

Então, eu acho uma coisa de que eu, pessoalmente, tenho entendimento, é que os concursados aqui precisam ser chamados. Mas, agora, eu tenho clareza de que o Simve é um atraso, é um retrocesso, é algo que tem que ser banido do Poder Público – banido, banido! Eu me surpreendo! Eu tenho certeza de que o Major aqui deve ter que fazer uma revisão de consciência, porque eu tenho certeza de que o Coronel Edson assim já o faz permanentemente, porque eu o conheço há mais tempo.

Dizer que o Simve fortalece a segurança pública, fortalece a Polícia Militar... Muitos de vocês dão a vida, dão a vida pela Polícia. Eu acho que não tem coisa mais grave e séria para atacar a segurança pública do Estado de Goiás hoje do que um programa voluntário que reduz em um terço o salário, que põe como temporário, põe como descartável – descartável! – uma pessoa que deve, inclusive, proteger as nossas vidas. Eu quero uma pessoa protegida, estabilizada, com capacidade de trabalho, com proteção para proteger a minha vida e a vida da minha família.

Então, isso é um crime! Isso é um crime! Eu acho que esses concursados vão ser chamados, Senadora, sabe por quê? Porque o Estado demora tanto para convocar os concursados; eles passam em outro lugar, e aí sobra vaga! Então, nós vamos ter, no fritar dos ovos, é convocar pouquinhos deles. Como está dizendo aqui, eles eram 2.300; hoje parte deles já foi chamado. E eu entendo aqui que uma coisa, Major, para poder dizer que eu não só quero falar para trás... Aliás, Coronel Edson, para dizer que, se eu não quero falar para trás, eu acho que é um sofrimento muito grande. Eu apoio o acampamento, participo, dou todo o meu apoio, o meu auxílio, não só por conta de que vocês devem ser convocados, mas porque quero segurança para o meu Estado, eu quero segurança. E confio em que nós precisamos reformar o aparelho de Estado de segurança, mas acredito que ele só vai ser um novo aparelho usando a segurança que nós temos. Nós não vamos descartar essa segurança de forma nenhuma, em hipótese nenhuma.

Agora, precisamos fazer com que esse impasse saia. Vejam o sofrimento desses meninos, o sofrimento dessas famílias – está ali um pai, há outros –, o sofrimento dos que estão lá acampados, ameados, humilhados. Às vezes, eu quero fazer essa denúncia aqui de que foram atacados inclusive pelo próprio Simve, que amedrontou, hostilizou e tentou fazer ações de intimidação ao acampamento ali. Pelo Simve, que, aliás, está envolvido em briga de torcidas, envolvido com um monte de coisas, com um monte de situações.

Então, eu quero aqui dizer que, para a gente avançar, Coronel Edson, eu até me disponho a defender uma pacificação. O senhor sabe que quando eu entro num negócio eu não saio dele. E eu não estou saindo desta luta, mas se o Governo der uma sinalização de que, por exemplo, vamos prorrogar o concurso imediatamente... Nós sabemos que a operacionalidade desse concurso exige uma formação na academia, não é uma coisa automática. Acho que precisamos ter pelo menos uma garantia de prorrogação.

Nós estamos num período eleitoral, e não vou discutir quem ganha ou quem não ganha, não é isso, não importa, não é esse o tema. Mas se o Governo falar: "Olha, eu não posso convocar agora – pegando aqui as recomendações que o senhor disse –, mas quem sabe o ano que vem eu possa". Aí esses concursados aqui, o pai do concursado e todos terão mais um ano, além de novembro deste ano, para poder sair dessa agonia.

Com isso, entendo que a gente pode criar uma situação diferente, porque, se isso não acontecer, esse acampamento vai ficar até o último dia.

E o que vamos fazer? Vamos entrar com ações para prorrogar o concurso, nós vamos derrubar a lei do Simve, Major Jubé, como ela caiu em São Paulo e em outros lugares. Nós vamos derrubar. E é ruim isso, porque é dinheiro público. Esses jovens do Simve também, esses que entram, eles também, de certa forma, são iludidos e ludibriados. Porque sempre teve uma porta de entrada correta e põe pela porta do fundo.

Então, eu gostaria de encerrar e fazer uma solicitação, além do encaminhamento que a Senadora já apresentou e outros.

(Interrupção fora do microfone.)

O SR. MAURO RUBEM – Pois é, nós temos, além da academia de Goiânia, a academia de Luziânia, mas eu quero respeitar o direito de gestão do Governo. O Governo vai ter que fazer as contas se pode contratar ou não. Acho que nós não podemos aqui, por mais justa que seja a nossa luta, estourar o caixa do Estado. Isso eu não vou fazer.

Mas uma coisa é real: precisa de concursado, há um concurso em vigor, no mínimo que se prorrogue o concurso. Podem dizer: "Olha, não damos conta de resolver, está muito difícil, está muito acirrado, está ficando ruim, está um clima tenso." Então vamos fazer um gesto de paz. A gente faz um gesto de paz de cá, e o Governo faze um gesto de paz de lá. Acho que isso ajuda, viu Coronel, porque pessoalmente não quero ver esses meninos por muito tempo ali acampados. Eu poderia até pensar, eu sou da oposição, papapa... Não é isso, até porque sei do risco que estamos correndo.

Quero fazer uma solicitação, Senadora, que a senhora oficialize aqui, como resultado dessa audiência pública, à Procuradoria Geral da República, o Dr. Janot, para que ele entre no STF com Ação Direta de Inconstitucionalidade nesta lei que aí está. Isso é para além do concurso, até porque, infelizmente, é importante a gente falar isso aqui, o Procurador-Geral do Ministério Público de Goiás se negou a fazer isso, mesmo sendo recomendado e solicitado pelo promotor que trabalhou no caso, que entrou com uma Ação Civil Pública nesse caso e solicitou ao procurador para fazer e o procurador, infelizmente, não fez. Ficando para o Partido dos Trabalhadores fazer a Ação Direta de Inconstitucionalidade do Estado de Goiás. Nós vamos solicitar ao Procurador-Geral da República, que tem a responsabilidade de fazê-lo.

E aí eu gostaria que o Senado, que esta Comissão pudesse fazer. E, naturalmente, me disponho, com toda a fraternidade e a responsabilidade que tenho com o meu Estado, para a gente achar um caminho de distensionamento, para a gente achar uma solução – não uma solução mequetrefe, uma solução enganosa, não isso. Eu também tenho que reconhecer aqui que o Coronel Edson não se propõe a fazer coisas desse tipo, eu o conheço.

Então, como nós precisamos de segurança pública permanente, segurança pública responsável, segurança pública de pessoas capacitadas e admitidas pela porta da frente, concursados, aí eu acho que a gente deve cuidar.

E agradeço, Senadora Ana Rita, o seu empenho em tratar mais uma vez questões do Estado de Goiás aqui no Senado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Deputado Mauro Rubem.

Eu ratifico aqui a sua fala. Acho que nós não podemos tratar segurança pública de forma irresponsável. Não estou dizendo que está havendo irresponsabilidade por parte do Governo, mas é preciso tratar com muita seriedade, porque estamos falando de vida de pessoas. Nós estamos tratando da segurança das pessoas.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Eu gostaria de encerrar, Coronel, porque já passou muito do nosso tempo.

Como o senhor gostaria de se manifestar, então, tudo bem, mais alguns minutos.

O SR. EDSON COSTA ARAÚJO – Eu gostaria de começar por respondê-la, Senadora, desculpe-me por não ter respondido da primeira vez sobre a questão do voluntário. Por que o Simve é voluntário?

O Simve não tem nada a ver com a Lei nº 10.029 ou qualquer outra lei de serviço auxiliar. Ele é feito com base na Lei do Serviço Militar, que é a lei que organiza a atividade militar, o serviço militar no Brasil.

É preciso entender que as Polícias Militares e bombeiros militares são organizações militares estaduais. São militares iguais aos federais e estamos embasados na Lei do Serviço Militar e não em leis de serviços auxiliares.

A sugestão do nosso Deputado para que a senhora notifique ou represente junto à Procuradoria Geral da República para essa Ação eu acho que ele tem os motivos dele e um desses motivos, eu tenho certeza, conhecendo o Deputado como eu conheço, é desconhecimento desse projeto.

Então, Deputado, eu gostaria de convidá-lo para que o senhor pudesse sentar comigo no meu gabinete, ou eu vou ao seu gabinete, porque eu quero fazer uma exposição desse programa.

Senadora, eu gostaria de pedir para a senhora e para o senhor também que a gente pudesse abrir uma pausa nessa discussão para que a gente pudesse expor a profundidade desse programa de inclusão social, de busca de cidadania, de trabalhar uma categoria de jovens. O senhor sabe que o Exército hoje pega os nossos jovens mais pobres, mais carentes. O senhor conhecer o contexto de como está se dando esse programa. E é um programa que pode salvar a nossa juventude do Brasil que está morrendo.

Eu gostaria que o senhor, dada a nossa amizade, o relacionamento que temos, pudesse vir conhecer um pouco mais, sem prejulgamentos. E sei que o senhor é um homem que sabe reavaliar as posições. Eu gostaria que pudesse abrir até uma oportunidade para que pudéssemos apresentar aqui também nesta Comissão, que é uma Comissão tão importante, para entender a dimensão desse programa e a importância dele para o Brasil.

Eu tenho mais de trinta anos de serviço, são 34 anos de serviço público, fui Comandante-Geral duas vezes. Então, Deputado, esse é um sonho que temos e que foi construído. Eu me modifiquei ao passar do tempo no sentido de que é preciso a gente fazer alguma coisa pelos nossos jovens que estão sendo trucidados nas ruas. E a Polícia Militar, como já fazem os colégios militares, tem condições também de atuar no socorro a essa faixa de jovens que realmente está sendo debelada pelo tráfico, pelos homicídios.

Dizer ao Deputado que Goiás não é diferente de nenhum outro Estado do Brasil. O Brasil está passando por dificuldades muito grandes. Não é uma questão de gestão estadual. É uma questão de gestão federal. Infelizmente o Estado não tem competência legal para legislar ou para decidir sobre questões nacionais. É importante, sim, que o senhor, como um homem que trabalha nesse sentido, e aqui esta Comissão possam, realmente, vincular essas questões pequenas com as questões causadoras de todo esse processo no Brasil.

Na verdade, aquilo que nós propusemos aqui não foi um escambo, não foi uma troca. Eu não propus uma troca para vocês. Entendendo a grandiosidade do momento, é um ato de vocês. Eu não posso falar para vocês "deem isso que eu vou dar aquilo", porque eu não posso falar pelo Governador. E há toda uma questão envolvendo isso.

Eu tenho certeza de que, pela minha experiência aqui, chegando lá um documento da nossa Senadora explicitando o que foi discutido, o que ela avaliou, o que ela vai solicitar, conhecendo como eu conheço, se houver um ato de boa vontade – usando as palavras do nosso Deputado – demonstrando até disciplina na sua acepção, como eu vi que vocês estão forçando e tentando colocar na vida de vocês já, eu acho que essa pode ser uma porta a se abrir para nós. Particularmente, sem ser compromisso do Estado, mas compromisso pessoal, trabalhar no sentido de que essa porta possa ser aberta, com a ajuda da nossa Senadora e do nosso Deputado.

Muito obrigado, Senadora. Foi um prazer. Agradeço, em nome do Estado de Goiás, do Governador Marconi Perillo, a possibilidade de ter vindo aqui e discutido com nossos jovens, para tentarmos construir alguma coisa melhor para o nosso futuro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Coronel.

Então, vamos agora para os encaminhamentos finais.

Antes, quero reforçar também a opinião da Comissão de Direitos Humanos. Acho que, do ponto de vista dos direitos humanos, nós precisamos zelar para que não haja precarização de trabalho e para que a segurança pública, realmente, possa ser assegurada à população do Estado de Goiás. Eu penso que há um esforço do Governo do Estado, mas, talvez, a forma de como fazer isso precisa ser mais bem avaliada, para que não tenhamos problemas no futuro.

Precisamos, de fato, construir uma segurança pública que seja qualificada, permanente e que dê tranquilidade à população do Estado.

Além dos encaminhamentos aqui propostos, que eu quero reforçar, vamos oficiar o Governador do Estado, fazendo referência a esta audiência pública. Ao mesmo tempo, solicitamos ao Coronel que intermedeie esse diálogo, para que receba os concursados, ouça-os e que dê uma resposta, na medida do possível, que atenda as expectativas dos concursados.

Vou dialogar com os três Senadores do Estado de Goiás – Senador Cyro Miranda, Senadora Lúcia Vânia e Senador Wilder Morais –, para que, juntamente com o Deputado Mauro Rubem, intermedeiem esse diálogo e possamos reforçar esse apelo ao Governo do Estado, para que trate a questão da segurança dentro do que prevê a nossa legislação, dentro do que prevê a Constituição Federal, no sentido de que garantir que ela funcione, de fato, no Estado, e atendendo as demandas dos concursados.

Vou também, Coronel, oficiar o Ministério Público Estadual, que, infelizmente, não pôde estar aqui hoje, e também o Ministério Público Federal, repassando notas taquigráficas desta audiência pública, para que eles possam também se apropriar do debate aqui, das informações que foram colocadas.

Vou oficiar também o Ministério da Defesa. Como se está falando de envolver o Exército ou de representantes do Exército Brasileiro, eu acho que é importante que o Ministério da Defesa se manifeste com relação a isso.

O SR. WEBERTH GODOI – E o Ministério da Justiça também, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – E o Ministério da Justiça. Embora o Ministério da Justiça tenha dito aqui hoje...

O SR. WEBERTH GODOI – Equivocadamente, eu acho.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – ... que, talvez, não tenha tido as informações necessárias, mas é importante oficiar também o Ministério da Defesa.

Além disso, vamos solicitar ao Governador que prorrogue o prazo do concurso para pelo menos daqui um ano, para novembro de 2015, para que tenhamos um tempo maior de diálogo e possamos atender a demanda. (*Palmas.*)

Coronel, talvez não tenhamos o tempo tão curto para ouvir a exposição a respeito do projeto, do estudo que vocês fizeram...

O SR. MAURO RUBEM – Eu me comprometo a ir.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sim. Acho que nada invalida. Acho que é importante ter essa apresentação por parte do Coronel, por parte da Secretaria de Segurança, com relação ao projeto que está em andamento, que seja feito para a Comissão de Direitos Humanos do Estado de Goiás. Mas acho que é importante que vocês nos repassem o material, para que possamos conhecer de forma mais breve. Posteriormente, marcaremos aqui, dentro da nossa agenda, uma apresentação desse programa.

É isso que eu gostaria de informar.

Deputado...

O SR. MAURO RUBEM – Tenho outra demanda que eu gostaria de fazer oficialmente aqui. É outro assunto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sim.

Então, quero agradecer profundamente a todos vocês que estão aqui, agradecer muito aos concursados. São pessoas sérias, tiveram uma postura muito boa aqui hoje, se manifestaram de forma muito firme e corajosa e de forma muito objetiva. (*Palmas.*)

Então, parabenizo vocês pela presença e pela exposição que aqui fizeram, em nome de todos os concursados.

Quero agradecer aqui ao Deputado Estadual Mauro Rubem, por ter possibilitado esta audiência pública, trazendo esta demanda aqui, para a Comissão de Direitos Humanos do Senado; agradecer muito ao Coronel Edson Costa Araújo; agradecer ao Major Francisco Ramos Jubé; agradecer aos representantes dos concursados que aqui falaram, Weberth Godoi e também Jessé de Azevedo Dantas; agradecer a nossa equipe; agradecer à Taquigrafia e a todos que ajudaram para que esta audiência pública pudesse acontecer. Então, agradecer a todos vocês.

Agora, eu quero fazer-lhes um pedido, antes de encerrar oficialmente. Eu preciso ter um espaço aqui. Não o fiz no início desta audiência pública, para não atrasar. Mas peço a vocês mais dez minutos. Por favor, se mantenham onde estão, porque esta audiência está sendo agravada e eu preciso aqui atender um apelo da TV Senado a respeito de outro tema, que é uma homenagem ao Dia Nacional do Braille, que é o dia 8 de abril.

Vamos assistir a dois vídeos, o primeiro deles elaborado pela TV Senado para o programa Inclusão, que mostra o trabalho do setor de impressão em Braille da Gráfica do Senado. O segundo vídeo foi produzido pelo Instituto Legislativo Brasileiro e pela Diretoria-Geral do Senado e apresenta o trabalho realizado pelos revisores das edições em Braille.

Então, eu peço a vocês que permaneçam onde estão. Nós vamos acompanhar o vídeo, que é importante para atender também a uma demanda da TV Senado. O apelo foi da Diretoria-Geral, para que nós pudéssemos ter essa oportunidade.

Então, solicito a vocês atenção a isso.

Muito obrigada.

(Procede-se à execução de vídeo.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Quero parabenizar o Senado Federal por esta importante iniciativa de inclusão social. (*Palmas.*)

Só para informar vocês, além de todo esse material produzido para as pessoas com deficiência visual, o Senado Federal também tem todo um programa de acessibilidade. Para pessoas com síndrome de Down, tem um trabalho muito bonito, muito benfeito na Biblioteca do Senado Federal.

É o Senado cumprindo com seu papel de inclusão social, dando um exemplo para todas as Casas Legislativas e para todas as empresas do nosso País de que é possível, realmente, criarmos as condições para que as

pessoas com deficiência possam estar no mercado de trabalho, possam ter uma vida comum como as demais pessoas brasileiras.

Então, parabéns ao Senado Federal por este trabalho!

Eu quero informar a vocês que eu estou recebendo aqui por parte da Comissão dos Aprovados e Acampados uma cópia do documento que já está sendo ou já foi encaminhada para o Governador, será encaminhada para o Governador do Estado, mas também para o nosso conhecimento, para o conhecimento da Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado. Estou recebendo uma cópia deste documento.

Então, muito obrigada.

Mais uma vez, parabéns para vocês! Obrigada pela presença. Obrigada a todos vocês que estão aqui à Mesa, que ajudaram, colaboraram com esse debate.

Assim, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública. (*Palmas.*)

(Iniciada às 11 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 45 minutos.)

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2014, TERÇA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 11 HORAS, NA SALA Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e quatorze, no Plenário número nove, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana Rita, João Capiberibe, Randolfe Rodrigues, Wellington Dias, Angela Portela, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Aníbal Diniz, Antônio Carlos Valadares, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Ricardo Ferraço, Gim e Marcelo Crivella. Registra-se a presença do Senador Casildo Maldaner. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, organizada em duas partes, 1ª parte, reunião de trabalho, que tem por finalidade debater sobre a morte do Coronel do Exército Paulo Malhães e 2ª parte, deliberativa. A Senhora Presidenta informa que ainda não há *quorum* para deliberação, inicia a 1ª parte da reunião e registra a presença do Sr. Wadih Damous, Presidente da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro e a presença do Sr. Giovanni Harvey, Secretário Executivo da SEPPIR. Em seguida, franqueia a palavra aos senadores e ao Senhor Wadih Damous. **Resultado:** Reunião de Trabalho realizada com a participação do Sr. Wadih Damous. Às doze horas e vinte e nove minutos, a Senhora Presidenta informa que há *quorum* regimental e declara aberta a 25ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. Em seguida, propõe a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 22ª à 24ª Reuniões da Comissão de Direitos Humanos, que são dadas por aprovadas. A Senhora Presidenta inicia a 2ª parte da reunião. Passa-se à apreciação da Pauta. **Pauta Deliberativa. Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2009** - Terminativo - Altera os §§ 3º, 6º, 7º e 8º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com o propósito de eliminar entraves burocráticos à concessão do benefício de 1 (um) salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso. Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. **Item 2. Projeto De Lei Do Senado nº 78, de 2011** - Terminativo - Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que "dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências", e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência. Autoria: Senadora Angela Portela. Relatoria: Senadora Ana Rita (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as 5 Emendas aprovadas na CDR. **Resultado**: Adiado. **Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2011** - Terminativo - Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CE. Tramitação: CE e terminativo nesta CDH. **Resultado**: Adiado. **Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 443, de 2011** - Terminativo - Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo "situação de vulnerabilidade temporária" de que trata o seu art. 22. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apre-

senta. Relatoria: Senadora Angela Portela. **Resultado**: Adiado. **Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2012** - Terminativo - Altera a ementa e o art. 1º e acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para estender o benefício aos portadores de doenças graves ou incapacitantes, nas condições que especifica, e dá outras providências. Autoria: Senador Eduardo Lopes. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Tramitação: Terminativo nesta CDH. **Resultado**: Adiado. **Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2012** - Terminativo - Altera o art. 39 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever tentativas de reinserção familiar da criança ou do adolescente. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Tramitação: Terminativo nesta CDH. **Resultado**: Adiado. **Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2011** - Terminativo - Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, dispondo sobre a acessibilidade nos passeios públicos. Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Senador Roberto Requião. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDR. Tramitação: CDR e terminativo nesta CDH. **Resultado**: Adiado. **Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2011** - Terminativo - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na modalidade de educação de jovens e adultos a política de atenção educacional e social aos idosos. Autoria: Senador Gim. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Tramitação: CE e terminativo nesta CDH. **Resultado:** Adiado. **Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2012** - Terminativo - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para instituir medidas destinadas à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes. Autoria: Senadora Angela Portela. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS. Tramitação: CAS e terminativo nesta CDH. **Resultado**: Adiado. **Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2012** - Terminativo - Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Gim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Tramitação: CAE e terminativo nesta CDH. **Resultado**: Adiado. **Item 11. Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2013** - Não Terminativo - Altera os itens 1º e 2º do art. 52 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para permitir à mulher, em igualdade de condições, proceder ao registro de nascimento do filho. Autoria: Deputado Rubens Bueno. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Favorável à Emenda nº 1-PLEN. **Resultado**: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Emenda nº 1-PLEN. **Item 12. Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2013** - Não Terminativo - Dispõe sobre a licença à gestante e à adotante, as medidas de proteção à maternidade para militares grávidas e a licença-paternidade, no âmbito das Forças Armadas. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Favorável ao Projeto. **Resultado**: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. **Item 13. Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2014** - Não Terminativo - Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação do Projeto e rejeição da Emenda nº 1-U. **Resultado**: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto e pela rejeição da Emenda nº 1-U. **Item 14. Projeto de Resolução do Senado nº 36, de 2011** - Não Terminativo - Modifica a denominação da Ala Senador Filinto Muller para Ala Senador Luiz Carlos Prestes. Autoria: Senadora Ana Rita. Relatoria: Senador Humberto Costa (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad hoc*: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado**: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. **Item 15. Sugestão Nº 12, de 2013** - Não Terminativo - Sugere alteração na Lei nº 10.790, de 28 de novembro de 2003, que "Concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores do Sistema Petrobrás, punidos por participar em movimentos reivindicatórios". Autoria: Associação Nacional dos Petroleiros Pedevistas - ANPP CONREPPV NACIONAL. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Relatoria: Senador Paulo Paim. **Resultado**: Adiado. **Item 16. Sugestão Nº 1, de 2014** - Não Terminativo - Cria o Programa de Prevenção da Violência na Rede Educacional Brasileira. Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. **Resultado**: Adiado. **Item 17. Sugestão Nº 2, de 2014** - Não Terminativo - Dispõe sobre a adoção de práticas de construção sustentável. Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. **Resultado**: Adiado. **Item 18. Projeto de Lei do Senado**

nº 59, de 2014 - Não Terminativo - Altera dispositivos do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para permitir que o empregado possa deixar de comparecer ao trabalho, por até 8 (oito) dias, por motivo de falecimento de familiar ou afim ou casamento, e por até 15 (quinze) dias, para tratamento de saúde de familiar ou afim, e dá outras providências. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Favorável ao Projeto. **Resultado**: Adiado. **Item 19. Requerimento s/nº, de 2014.** Com fundamento no disposto no Art. 142, do RISF, Requeiro uma diligência na cidade de Caxias do Sul- RS, para in loco ouvir e registrar depoimentos de autoridades representativas dos segmentos excluídos. Entre os que serão ouvidos estarão os representantes de entidades organizadas em defesa da qualidade de vida no processo de envelhecimento das pessoas com deficiência, comunidade LGBT, doenças raras, questões étnicas e pessoas idosas. A partir da coleta e geração dos dados, será possível propor alternativas técnicas e financeiras por parte do Senado Federal para os principais problemas levantados. Para isso, sugerimos que sejam ouvidos pelo Senador Paulo Paim e representantes das entidades em defesa aos grupos excluídos, os seguintes convidados: Dr. Leandro Minozzo – Como tratar as diferenças no processo de envelhecimento?; Pe. Ezequiel Dal Pozzo – Como propor envelhecimento ativo?; Sr. Santos Fagundes – Como criar projetos para apoio financeiros relacionados à qualidade de vida de segmentos excluídos socialmente?; Srª Berenice Piana - Como propor melhorias para um envelhecimento saudável dos autistas?; Sr. Marco Souza – Como sensibilizar as pessoas para os temas relacionados à exclusão social? Autoria: Senador Paulo Paim. **Resultado**: Não Lido. **Item 20. Requerimento s/nº, de 2014.** Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Requeiro, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão com a finalidade de debater a incidência do imposto de renda sobre os alimentos fixados judicialmente para a manutenção dos filhos, com a presença das seguintes convidadas: Senhora Flávia Piovesan, Professora da PUC/SP; 01 (um) Representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Senhora Misabel Derzi, Tributarista, Titular de Direito Financeiro e Tributário da Universidade Federal de Minas Gerais; Senhor Gildo Alves de Carvalho Filho - Titular da 8ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Manaus; Senhora Lena Lavinas, Economista, titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; 01 (um) Representante da Secretaria da Receita Federal do Brasil. **Resultado**: Não Lido. **Item 21. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 39, de 2014.** Autoria: Senadora Ana Rita e outros. Requeiro, a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais - CAS, com a finalidade de debater a humanização do parto no Brasil, alusiva ao Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e Dia Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Infantil, com as presenças dos seguintes convidados: Ministra da Secretaria de Direitos Humanos Ideli Salvatti, do Ministro da Saúde senhor Arthur Chioro, a Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, a Organização Pan-Americana da Saúde senhor Rodolfo, Rede Feminista de Saúde e Representante da Sociedade Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, a ser realizado no dia 28 de maio de 2014. **Resultado**: Aprovado. **Item 22. Requerimento s/nº, de 2014.** Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Com amparo no art. 58, § 2º, incisos II, III e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, incisos II e III, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania (CDH), para discutir o cronograma de implantação das medidas de acessibilidade destinadas a permitir que as pessoas com deficiência tenham acesso à programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, nos termos do Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Para fornecer informações, expor opiniões e responder aos questionamentos das senhoras e dos senhores parlamentares, sugerimos que sejam convidadas, para a mencionada audiência, as seguintes autoridades: Sr. Octavio Pieranti – Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações; Sr. Antonio José Ferreira – Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Sr. Daniel Pimentel Slaviero – Presidente da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e TV (ABERT); Sr. Aurélio Veiga Rios – Procurador Federal dos Direitos do Cidadão no Ministério Público Federal; e Sr. Manoel Rangel – Presidente da Agência Nacional de Cinema (ANCINE). **Resultado**: Não Lido. **Extrapauta. Item 23. Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2013** - Não Terminativo - Altera os arts. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para estabelecer o significado da expressão "guarda compartilhada" e dispor sobre sua aplicação. Autoria: Deputado Arnaldo Faria de Sá. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela aprovação da matéria, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta. **Resultado**: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). **Item 24 Extrapauta. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 40, de 2014.** Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Requeiro, nos termos do Art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para acompanhar as investigações do assassinato do Coronel Paulo Malhães, ocorrido no Estado do Rio de Janeiro em 24 de abril de 2014. **Resultado**: Aprovado. **Item 25 Extrapauta. Requerimen-**

to Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 41, de 2014. Autoria: Senadora Ana Rita. Requeiro, nos termos Regimentais, realizar diligência desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa no Estado do Espírito Santo para proceder a estudo sobre os impactos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA sobre os pequenos agricultores e assentados da reforma agrária, bem como para a garantia da segurança alimentar das comunidades envolvidas. **Resultado**: Aprovado. **Item 26 Extrapauta. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 42, de 2014.** Autoria: Senadora Ana Rita. Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a participação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, com o objetivo de intitulado 11º Seminário LGBT do Congresso Nacional, com a finalidade de debater e dialogar com a sociedade civil organizada e com o Governo Federal temas relacionados às DST/HIV/AIDS. O Seminário deverá ser realizado no dia 14 maio de 2014, em plenário a ser designado, das 9 às 18 horas e contará com a participação de representantes do Governo Federal, da sociedade civil e de especialistas em Saúde, Direito, Educação, Sexualidade, Psicologia e Cultura. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Ministro de Estado da Saúde; 2. Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; 3. Ministro de Estado da Educação; 4. Representante da Organização Internacional do Trabalho - OIT; 5. Representante da Organização Pan-americana da Saúde - OPAS; 6. Dr. Drauzio Varella, médico oncologista, cientista e escritor; 7. Eduardo Luiz Barbosa, pesquisador. **Resultado**: Aprovado. Às doze horas e quarenta e cinco minutos, assume a Presidência o Senador João Capiberibe. Às treze horas e três minutos o Senador João Capiberibe devolve a Presidência à Senadora Ana Rita. Às treze horas e trinta e cinco minutos a Senhora Presidenta anuncia a presença da Senhora Ana Maria Prestes, neta de Carlos Prestes e lhe concede a palavra. Às treze horas e quarenta e três minutos, assume a Presidência o Senador Randolfe Rodrigues. Às treze horas e quarenta e seis minutos o Senador Randolfe Rodrigues devolve a Presidência à Senadora Ana Rita. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, Randolfe Rodrigues, João Capiberibe, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Angela Portela e Casildo Maldaner. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio,* Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – *Senadora **Ana Rita,** Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa*

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Bom dia para todos vocês, bom dia aos Senadores aqui presentes, às autoridades aqui presentes.

Quero registrar que nós temos, aqui, a presença do Sr. Wadih Damous, Presidente da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, a presença, também, do Sr. Giovanni Harvey, Secretário Executivo da SEPPIR,

do Senador Randolfe, do Senador Humberto Costa e do Senador João Capiberibe.

Eu só quero informar a vocês que ainda nós não temos quórum regimental para abrir, oficialmente, esta reunião. Nós precisamos, pelo menos, da assinatura de 10 Parlamentares para que possamos ter o quórum necessário para abrirmos, oficialmente, a reunião. Então, como contamos com as presenças de três Senadores e também a presença de outras autoridades, e temos alguns assuntos a conversar, nós vamos, neste primeiro momento, transformar esta reunião em uma reunião de trabalho. Assim que tivermos quórum, nós vamos abrir, oficialmente, para que possamos fazer deliberações. Então, será uma reunião de trabalho. Vamos fazer uma discussão sobre alguns temas, inclusive da Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, que tem algumas questões que são urgentes e precisamos dialogar.

Então, vamos transformar este primeiro momento apenas em uma reunião de trabalho. Nós não poderemos, aqui, deliberar sobre nenhuma situação, nenhuma questão, mas eu acho que o debate, o diálogo, a conversa será bastante produtiva.

Ao fazer essa introdução, eu declaro aberta esta reunião de trabalho da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Só para esclarecer, Senador Randolfe, Senador João Capiberibe, Senador Humberto Costa, nós não poderemos, aqui, deliberar ainda e nem fazer a abertura oficial desta reunião da Comissão de Direitos Humanos. Então, é uma reunião apenas de trabalho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Com a palavra, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Presidente, no encaminhamento que V. Exª propõe, nós temos a ilustre presença aqui, já acordado com V. Exª, do Dr. Wadih Damous, Presidente da

Comissão Estadual da Verdade do Rio do Janeiro, que está a convite desta Comissão devido ao notório acontecimento do assassinato na última sexta-feira. Então, desde sexta-feira, estivemos em contato – eu, o Senador Capiberibe, que é o Presidente da Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça desta Comissão; V. Exª estava em Roma, em missão oficial –, acompanhando os acontecimentos do assassinato do Sr. Paulo Malhães.

O Sr. Paulo Malhães, como todos sabem, era a principal testemunha...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Senador Randolfe, V. Exª me permite, eu vou convidar o Sr. Wadih Damous, Presidente da Comissão da Verdade do Estado do Rio de Janeiro, para compor a Mesa. É importante. Não é uma reunião deliberativa. Então, Sr. Wadih...

Sim, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Pois bem. E a razão do nosso convite ao Dr. Wadih Damous, em comum acordo com V. Exª, Presidente desta Comissão, com a Presidência da Subcomissão e com a Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça desta Comissão, é pelo protagonismo da Comissão da Verdade, do Rio de Janeiro, em relação a essa testemunha que foi assassinada na sexta-feira.

Portanto, desde sexta-feira, a partir das informações, das primeiras notícias que tivemos do assassinato do Sr. Paulo Malhães, nós estivemos em contato, procuramos o contato com o Ministro da Justiça. Na sexta-feira, eu próprio estive em contato com a senhora, Presidente Ana Rita, que estava em Roma. Tive conhecimento de que a senhora mesma procurou contato com o Ministro; o Senador Capiberibe, Vice-Presidente desta Comissão, aqui no Brasil, procurou contato com o Ministro, mas não obtivemos sucesso. No entanto, tenho conhecimento de que esta Comissão tem insistido no contato para uma reunião urgente com o Ministro da Justiça.

O Sr. Paulo Malhães, como todos nós sabemos, era a principal testemunha. O contato com ele foi localizado pela Comissão da Verdade do Rio de Janeiro e, em especial, pelos esforços de um dos membros da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, a Srª Nadine Borges. Ele foi levado pela Comissão da Verdade do Rio de Janeiro à Comissão Nacional da Verdade.

O depoimento do Sr. Paulo Malhães na Comissão da Verdade foi um depoimento que causou impacto a todos, causou impacto nacional, em especial, pelas palavras que ele proferiu. O Sr. Paulo Malhães, reconhecido torturador, disse, na Comissão Nacional da Verdade, que matava e torturava somente quando necessário. Esse depoimento não dista de um mês. E, lamentavelmente, algo que nos impacta, Presidente Ana Rita, é que, após esse depoimento, uma medida básica e elementar que eu acho que deveria ter sido tomada por parte do Estado brasileiro não foi tomada, que era a medida de dar garantia de vida, assegurar a integridade física, assegurar as condições necessárias de segurança ao Sr. Paulo Malhães.

O Sr. Paulo Malhães foi assassinado na sexta-feira. Com isso, nós perdemos a principal testemunha, no meu entender, para recuperar a verdade do triste e sombrio período, do mais triste e sombrio período da História nacional. Isso tem um impacto sobre as outras testemunhas que podem revelar a verdade sobre a ditadura.

Por essas razões, Senadora Ana Rita, eu espero que nós possamos ter, ainda no dia de hoje, uma resposta do Ministro da Justiça. A senhora nos assegura que – parece-me – o Ministro ainda nos receberá hoje. Isto é importante: nos receber e ao Presidente da Comissão Estadual da Verdade do Estado do Rio. Essa é a razão de termos aqui o Presidente da Comissão Estadual da Verdade do Rio, porque foi a partir dessa comissão que foram obtidas as primeiras informações sobre o Sr. Paulo Malhães.

Eu tenho por mim, a impressão que eu tenho é de que o trabalho da Comissão Nacional da Verdade, o trabalho de recuperação da verdade histórica encontra-se em um momento crítico. Eu acredito que este é o momento em que todos nós temos que juntar esforços para que não seja prejudicado o trabalho de preservação da verdade histórica. Eu considero inaceitável o comportamento por parte da Polícia Civil do Rio de Janeiro de não aceitar o acompanhamento da Polícia Federal nesse caso. Sejam quais forem as conclusões prematuras que queiram dar a esse caso, eu acho inaceitável esse tipo de comportamento, pela característica que tem a vítima.

Então, foram essas as razões e me desculpe extrapolar um pouco, mas, desde sexta-feira, nós todos temos estado envolvidos com esse caso e com a gravidade que esse caso requer, principalmente do ponto de vista histórico, para a memória nacional e para a recuperação da verdade histórica nacional. Eu acho que o importante, neste momento, é ouvirmos o Dr. Wadih Damous.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Eu gostaria antes de conceder a palavra aos demais Senadores – o Senador João Capiberibe também está solicitando. Eu acho que é importante ouvirmos os Senadores que desejarem se manifestar. Depois, vamos conceder a palavra ao Dr. Wadih, para que ele faça exposição de toda a situação acontecida no Estado do Rio de Janeiro. Apenas para... Sim, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Rapidamente, Presidente.

Há um requerimento – obviamente não vamos ter quórum aqui para deliberar – de minha autoria que, quando for possível deliberá-lo... Nós podemos até, acredito que o Regimento assim... Eu consulto à assessoria da Comissão... Talvez a senhora possa até decidir *ad referendum* da Comissão. Seria um requerimento para

designar uma diligência da Comissão para acompanhar as investigações do caso do assassinato do Sr. Paulo Malhães. Portanto, eu consulto V. Exª e consulto a consultoria, a assessoria da Comissão se não seria o caso de, *ad referendum* da Comissão, a senhora designar, visto que não temos o quórum, essa diligência para o acompanhamento desse gravíssimo caso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senador Randolfe. A assessoria vai se informar se regimentalmente é possível, *ad referendum*, aprovarmos esse requerimento. Na verdade, situação como essa me parece que nunca aconteceu, mas vamos verificar... (*Pausa*.)

Na CRE já houve, mas em relação a outro tema, em relação a viagens. Portanto, eu acho melhor fazermos uma consulta à assessoria das comissões para saber se existe algum precedente com relação a isso, a fim de que nós não tomemos nenhum encaminhamento que, depois, sofra qualquer tipo de questionamento.

Mas, antes, eu quero parabenizar o Senador Randolfe que, com a ajuda do Senador Capiberibe também... Eu estava a serviço do Senado, inclusive por conta própria fui a Roma para a solenidade, a convite da CNBB, quando, na quinta-feira à noite, o Senador Randolfe Rodrigues me ligou. Mas, antes disso, eu havia recebido a informação também da minha assessoria, não só da Comissão de Direitos Humanos, mas também do mandato, com relação ao assassinato do Sr. Paulo Malhães. Imediatamente, na sexta-feira, orientei a assessoria da Comissão de Direitos Humanos que solicitasse uma audiência com o Ministro da Justiça e com a Ministra de Direitos Humanos. Fizemos isso oficialmente e pedimos ao Ministério da Justiça que acertasse uma data em comum acordo com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – do Governo Federal –, para que pudessem receber a Comissão de Direitos Humanos e também a representação da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, para que pudéssemos, então, conversar sobre o assassinato do Sr. Paulo Malhães, ou a morte dele, porque ainda não está totalmente elucidado o caso, e, assim, conversarmos sobre as providências que devemos tomar. Sabemos que é uma situação exige rapidez, por isso não podemos nos demorar em tomar as providências, mas, infelizmente, coincidiu com o final de semana, enfim, então, estamos aguardando que o Ministério da Justiça nos dê o retorno ainda pela manhã sobre o horário dessa audiência. Fizemos contatos agora pela manhã, eles estão ajustando isso. Espero que antes de terminar esta reunião nós possamos informar o horário dessa audiência. Pedimos que acertassem a agenda com os dois Ministros, a Ministra Ideli e o Ministro José Eduardo Cardozo, para que possamos, conjuntamente, dialogar com o Ministério da Justiça e com a Secretaria de Direitos Humanos. Então, assim que eu tiver o retorno, informarei a todos vocês.

Quero registrar, inclusive, que esse é um caso extremamente grave. Rapidamente ele teve repercussão nacional e internacional. Então nós da Comissão de Direitos Humanos não deveremos, de forma alguma, demorar em tomar as devidas providências com relação a esse caso.

Além disso, o Senador Randolfe disse-me, por telefone também, que uma das pessoas que colheu depoimento também pode ser vítima de alguma perseguição – talvez o Dr. Wadih possa explicar isso melhor. Enfim, nós precisamos também cuidar das pessoas que estiveram em contato com o Sr. Paulo Malhães por ocasião do depoimento, para que essas pessoas não sofram qualquer tipo de retaliação, de perseguição, que elas sejam preservadas, que elas sejam cuidadas. Essa também é uma preocupação que a Comissão de Direitos Humanos tem.

Vou conceder a palavra ao Senador João Capiberibe.

Caso a Senadora Vanessa não for usar da palavra, eu a concederei, em seguida, ao Sr. Wadih.

Senador João Capiberibe com a palavra.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Obrigada, Senadora Ana Rita, Presidente desta Comissão.

Meus caros Senadores e Senadoras; cumprimento o Dr. Wadih Damous, que muito nos honra com a sua presença. Nós reconhecermos a luta que o senhor e a Comissão da Verdade do Rio vêm travando para revelar ao País o que aconteceu nos anos da ditadura civil-militar, que durou 21 anos.

Claro que para todos nós que queremos a revelação da verdade, que queremos recuperar esse passado sombrio, assustador da história do nosso País, a morte do Coronel Malhães é extremamente preocupante e não pode ser considerada um caso comum.

A iniciativa do Senador Randolfe ao me comunicar, na sexta-feira, inclusive alegando a ausência de V. Exª, que estava fora do País, me fez produzir um documento e o encaminhei ao Ministro da Justiça no sentido de que colocasse a Polícia Federal, que é uma Polícia mais especializada, para acompanhar o caso.

O Coronel Malhães havia prestado depoimentos valiosos à Comissão da Verdade, inclusive revelando fatos novos, fatos que eram procurados há muito tempo, como, por exemplo, o caso do Deputado Rubens Paiva que, pela primeira vez tivemos algo mais palpável, concreto sobre o desaparecimento do Deputado Rubens Paiva. O assassinato do Coronel Malhães coloca em dificuldade a Comissão da Verdade no sentido de outros depoimentos, de outras oitivas de participantes ativos do processo de tortura, presos políticos nos anos da

ditadura. E inibe a participação, evidentemente, de outros pretensos depoentes, que certamente devem estar assustados. Já havia algumas pessoas que estavam se preparando para depor na Comissão Nacional da Verdade e, com o assassinato do Coronel Malhães, certamente essas pessoas vão pensar duas vezes antes de revelar a sua história e aquilo que testemunharam naqueles anos.

Outra questão de extrema gravidade, em função do assassinato do Coronel Malhães, além de inibir a possibilidade de outros depoimentos reveladores, é fazer com que as comissões, não só a Comissão Nacional, mas as comissões estaduais e todas as comissões espalhadas pelo Brasil, tenham muito mais dificuldades em convidar pessoas, porque não há como judicializar nem investigar as pessoas suspeitas, porque já há uma relação enorme de pessoas que sabemos que participaram, torturaram e assassinaram brasileiros e brasileiras, mas como a comissão não tem esse poder judicializante, não tem como atrair, trazer essas pessoas de forma coercitiva para prestar depoimento, elas têm que ser voluntárias. E, com esse assassinato, eu fico muito preocupado com o futuro das comissões da verdade.

Ainda outra questão extremamente preocupante é que nos parece, pelos indícios do assassinato do Coronel Malhães, os assassinos passaram várias horas dentro da residência dele, esperaram que ele chegasse, enfim, há uma série de indícios que mostram que dificilmente isso pode ser um crime comum, um latrocínio comum. O Coronel Malhães não era um homem comum, era um homem implicado em vários crimes, que estava falando e que já estava convocado para outros depoimentos. Então, me estranha que o Ministério da Justiça não tenha pensado e não tenha destacado o Coronel Malhães dentro dessas especificidades. A polícia talvez se apresse, pelo que estamos vendo, a falar de crime de latrocínio, mas esse cidadão não era uma pessoa comum. Parece-me que não havia tantas riquezas que atraíssem a atenção de ladrões para o seu patrimônio.

A busca da verdade e dos acontecimentos da ditadura tem um sentido, porque a tortura e essa prática de violência pelo Estado, pelo aparelho repressivo do Estado atravessou o tempo, Presidente. A não punição dos torturadores do passado fez com que essa prática continuasse até os dias de hoje. Varou o tempo e hoje nós continuamos convivendo com tortura, com desaparecimento de pessoas. Está aí o caso do Amarildo, que desapareceu poucas horas depois de torturado, sumiram com o seu corpo. Isso continua sendo praticado, só mudaram as vítimas; na época, eram os militantes políticos e sindicais, hoje é a população pobre, que vive na periferia urbana. Isso nos grandes centros urbanos. Isso acontece no Rio de Janeiro, acontece em São Paulo, agora imaginem nos lugares isolados deste País, onde a violência é praticada de forma sistemática. Acabamos de receber o relatório da CPT, que mostra que, em 2013, foram assassinados, em luta pela terra, 34 lideranças rurais, entre eles, 15 indígenas. Quinze indígenas foram assassinados. Ainda não levantamos a brutalidade e a violência praticadas na ditadura civil-militar contra os indígenas. O que temos é o Relatório Figueiredo, que mostra as barbaridades cometidas, mas isso continua até hoje. A preocupação é como vamos nos livrar disso.

Eu não vejo alternativa que não seja adequarmos a Lei de Anistia à Constituição Federal e às determinações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Nós temos que rever a Lei de Anistia. A impunidade dos que torturaram, dos que assassinaram, dos que seviciaram brasileiros continua. Essa impunidade não pode prolongar-se, sob pena de continuarmos convivendo para o resto da vida com a tortura e com a brutalidade dos órgãos de segurança do País. Então, precisamos definitivamente avançar com a lei proposta pelo Senador Randolfe Rodrigues. Este é o grande momento de criarmos uma comoção, de buscarmos apoio na sociedade, para que esta Casa se manifeste. Não é possível continuarmos com uma lei de 1979.

Estamos em 2004, e se continua torturando, se continua assassinando e se continua perseguindo as pessoas pobres deste País, e nos, neste Senado, aqui, calados. Temos possibilidade, sim, de resolver isso. Vamos aprovar essa lei. É a única maneira que vejo de coibir a violência do Estado, a violência estatal praticada contra a sociedade.

Eu vivi a experiência, eu fui governador, nós acabamos com isso no nosso Estado, mas não dá para fazer isso no País como um todo. É preciso uma lei para, primeiro, levantar o que foi feito. Aqui, há enorme facilidade... As comissões têm dificuldade de convocar as pessoas para depor, porque elas se recusam. Então, temos de investigar, temos de avançar com a lei. Está agora na Comissão de Relações Exteriores. Faço um apelo aos Senadores. Vamos conversar, Senador Randolfe, vamos conversar com nossos pares, vamos conversar, Srª Presidente, vamos pedir às comissões da verdade, à CNBB, à ABI, enfim, a todas as instituições deste País, que façamos um movimento para paralisar a tortura no Brasil, porque, na tortura de hoje a única diferença são as vítimas. No passado as vítimas eram políticas, hoje é qualquer cidadão pobre, apanhado na periferia das nossas cidades e, principalmente, aquelas que vivem nas regiões mais isoladas.

Era isso, Srª Presidente. Lamento que tenhamos de conviver num País com esse tipo de situação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senador João Capiberibe.

Vou, então, passar a palavra para o Dr. Wadih Damous, para que se manifeste no tempo necessário a respeito do assassinato do Coronel Paulo Malhães e de outras questões que, porventura, a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro tem realizado e que o senhor considere necessárias serem expostas aqui hoje.

O SR. WADIH DAMOUS – Srª Senadora Ana Rita, Presidente desta Comissão de Direitos Humanos do Senado, Srs. Senadores, senhoras e senhores, boa parte ou tudo do que se sabe acerca dos episódios de tortura, desaparecimentos forçados e outros episódios acontecidos na repressão política, desencadeada pela ditadura militar de 1964 deve-se aos relatos dos perseguidos, dos torturados, dos familiares, das entidades de direitos humanos, porque esses nunca se esconderam. Esses nunca tiveram vergonha do que fizeram àquela época, no combate ao regime militar. Escreveram livros, escreveram memórias. Sabe-se da Casa da Morte de Petrópolis, por exemplo, pela atitude heroica da única sobrevivente que por lá passou, que foi a Srª Inês Etienne Romeu. Então, aquilo que se pôde saber sobre o Coronel Paulo Malhães e outros, como o Coronel Brilhante Ustra, enfim, e agentes desse tipo, o que eles fizeram, o que eles perpetraram foi graças ao depoimento dessas pessoas que, ao longo dos anos, mesmo ainda sob regime ditatorial, tiveram a coragem de denunciá-los e de relatar esse episódio. Faltava, Senadora, a palavra dos agentes; faltava o outro lado, faltava o lado dos porões, faltava o lado dos assassinos, dos torturadores, dos terroristas. Isto estava faltando.

Durante os trabalhos das comissões da verdade, da Comissão Nacional, das comissões estaduais, alguns agentes foram chamados, e o padrão de depoimentos desses agentes era sempre o de que nada tinham a declarar, que nada sabiam e que não tinham informações a dar. Agora, surgiu daquelas trevas o Coronel Paulo Malhães, que resolveu falar. Falou numa extensão e com um detalhamento que, até então, nenhum outro agente havia falado. Nenhum outro.

O Coronel Paulo Malhães declarou, por exemplo, como fazia desaparecer os corpos dos que haviam sido mortos e torturados. O Coronel Paulo Malhães descreveu a técnica que era utilizada para esses desaparecimentos, numa descrição macabra. Esclareceu como fez para desaparecer com o corpo, com os restos mortais do Deputado Rubens Paiva. Disse como foi feita a operação limpeza no Araguaia, de desenterrar as ossadas dos combatentes, dos guerrilheiros e dar sumiço nelas. Enfim, o Coronel Paulo Malhães começou a descrever a operacionalidade da repressão, inclusive a cadeia de comando. Ele deixou claro, em seu depoimento, que essa cadeia de comando era ampla. Vinha desde o Planalto até os porões. Deixou claro, deitou por terra uma farsa, uma versão que todos já sabíamos, mas dessa vez da boca do agente, e não do relato dos perseguidos e dos torturados, de que a tortura e o desaparecimento constituíram uma política de Estado, e não excessos, e não meros excessos de agentes do porão.

Nesse sentido, não podemos atestar que o que o Coronel Paulo Malhães disse era verdade ou era mentira. Não temos condições de fazer isso, mas o Coronel Paulo Malhães mostrou disposição para falar. Ele estava falando. Tivemos notícia de que, nos últimos dias, ele acabara de ser intimado pelo Ministério Público Federal para prestar depoimento. Já havia recebido oficialmente essa intimação.

E, agora, acontece o assassinato ou a morte em condições absolutamente suspeitas do Coronel Paulo Malhães, logo após os depoimentos que ele prestou às comissões da verdade, à imprensa, enfim. As circunstâncias dessa morte são suspeitíssimas: a casa foi invadida, os invasores permaneceram na casa até a chegada do Coronel Paulo Malhães com sua mulher e com o caseiro, com eles permaneceram horas, com eles ficaram trancafiados em um quarto...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Desculpe-me, mas é porque conseguimos o quórum para deliberar. Então, o Senador Gim garantiu esse quórum. (*Palmas*.)

Mas eu peço à assessoria, agora, e aos demais, que ouçamos, com bastante atenção, o Dr. Wadih, porque esse depoimento que ele está prestando aqui é muito importante para nós.

O SR. WADIH DAMOUS – Voltando, Senadora. Do nosso ponto de vista – e nesse sentido nos associamos à preocupação dos Srs. Senadores, da Comissão Nacional da Verdade, das diversas comissões da verdade, dos familiares de desaparecidos, das entidades de direitos humanos. A morte do Coronel Paulo Malhães não pode ser tratada como uma ocorrência policial como outra qualquer. Não pode por se tratar de quem se tratava. O Coronel Paulo Malhães, hoje todos nós sabemos, tinha uma extensa folha corrida na atividade repressiva. Ele idealizou as casas da morte. Ele organizou tecnicamente, segundo ele próprio, a operacionalidade dos desaparecimentos. Ele esteve envolvido nos mais diversos episódios da repressão política no País: Araguaia, Casa da Morte, desaparecimento de Rubens Paiva, outros desaparecimentos, no Riocentro. E esse homem morre nessas circunstâncias.

Ora, a tendência natural da Polícia Civil do Rio de Janeiro ou de qualquer Polícia Civil, – eu não quero, aqui, estar lançando suspeitas sobre a idoneidade da Polícia Civil –, mas a tendência é encarar como uma ocorrência policial que, efetivamente, aconteceu. A casa foi invadida, roubaram objetos da casa e o dono da casa foi assassinado. Então, trata-se efetivamente de uma ocorrência policial. Mas nós temos que ir às motivações.

Não foi – como bem disse o Senador João Capiberibe – uma pessoa qualquer que morreu, mas alguém com essa folha de péssimos serviços prestados ao País, de macabros serviços prestados à repressão política que foi objeto dessa ação. E nós não podemos nos satisfazer simplesmente. Agora, recebemos a notícia de que teria sido o caseiro, e isso encerraria o episódio. Isso nós não podemos aceitar.

Então, nesse sentido, Senadora, a Comissão da Verdade do Rio se associa a esta Comissão de Direitos Humanos do Senado, à Subcomissão da Verdade, Memória e Justiça aqui do Senado no sentido de pedirmos ao Sr. Ministro da Justiça a interveniência da Polícia Federal nessas investigações. Essa investigação precisa ser ampliada. Esses aspectos precisam ser mais bem analisados. Eles não podem ser encerrados com uma mera alegação de latrocínio. Se ao final se chegar à conclusão de que se tratou simplesmente de um latrocínio, está bom, paciência.

Agora, como já foi dito aqui, todo o trabalho, que já é difícil, um trabalho árduo, um trabalho para o qual nós não temos a colaboração do Estado brasileiro de chegarmos à verdade, de sabermos o que de fato aconteceu, sobretudo com os desaparecidos... A questão dos desaparecidos é humanitária, porque a maldade que a ditadura praticou, desaparecendo com as pessoas e sonegando aos familiares a verdade sobre o que aconteceu com seus entes queridos, infelizmente a democracia brasileira perpetua essa maldade.

Srª Senadora e Srs. Senadores, encerrando, nós não podemos – eu repito – atestar a veracidade do que o Coronel Paulo Malhães disse, ou do que qualquer outro agente diga, porque são pessoas que ao longo da sua trajetória de vida não angariaram a confiança, a credibilidade. Nós não podemos atribuir a elas credibilidade naquilo que falam, embora o relato do Coronel Paulo Malhães seja plausível. Nós não encontramos nenhum corpo até hoje. E ele nos disse: "Vocês podem esburacar este País de cabo a rabo que vocês não vão encontrar ninguém". E até agora os fatos vêm dando razão ao Coronel Paulo Malhães. Mas, de qualquer maneira, falta a palavra oficial do Estado brasileiro; falta a palavra dos Srs. Chefes Militares; falta a palavra do Sr. Ministro da Defesa; falta a abertura dos arquivos militares; falta, enfim, a verdade oficia. E só quem pode declarar essa verdade é o Estado brasileiro, em prol da democracia, atendendo ao clamor e à dor dos familiares dos desaparecidos, que até hoje vivem a dor eterna de não poder ter tido a oportunidade de enterrar os seus mortos e de não saberem, até hoje, o que aconteceu efetivamente com eles.

Então, Senadora, mais do que corretamente, estarmos aqui pedindo ao Sr. Ministro da Justiça que faça com que a Polícia Federal participe dessas investigações, interfira nessas investigações, pois já passou da hora de o Estado democrático de direito brasileiro vir a público e esclarecer todos esses episódios. Esclarecer o episódio dos desaparecidos, esclarecer o episódio das Casas da Morte, esclarecer o episódio da bomba na OAB, esclarecer o episódio da bomba no Rio Centro, o episódio do desaparecimento de Mário Alves, de Rubens Paiva, de todos os desaparecidos, e aí, sim, com a palavra do Estado brasileiro, nós poderemos dizer que viramos essa página nefasta da nossa história, da história do Brasil.

Era o que tinha a dizer, Srª Senadora. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Muito bem.

Obrigada, Dr. Wadih Damous, que é Presidente da Comissão Estadual da Verdade do Estado do Rio de Janeiro, pelas informações aqui trazidas.

Quero reafirmar que a Comissão de Direitos Humanos do Senado, por intermédio da Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, é parceira fiel das comissões da verdade em todos Estados onde existem e da Comissão Nacional da Verdade. Estamos aqui com muita seriedade, com muito compromisso. Entendemos que essa é uma tarefa que nos cabe nesse momento e que deve ser levada com muita seriedade.

Então, Dr. Damous, pode contar conosco. Estamos aqui a sua inteira disposição, e também à disposição da Comissão Estadual, nos desdobramentos referentes a esse caso.

Quero aqui fazer um apelo para que o Ministério da Justiça nos atenda ainda hoje, aproveitando a presença do Dr. Damous aqui em Brasília, para que possamos dialogar sobre esse caso, que não dá para deixar para daqui uns dias ou para a semana que vem. É preciso, sim, que dialoguemos, porque o único objetivo nosso aqui é justamente contribuir com os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, que foi criada por iniciativa do Governo Federal, por iniciativa da Presidenta Dilma. Estamos aqui para apoiar, para ajudar. Assim, essa audiência com o Ministro da Justiça e com a Ministra Ideli é altamente necessária para que possamos fazer os encaminhamentos em comum acordo, referentes a este caso.

Senador João Capiberibe. (*Pausa.*)

Mas, antes, Senador João Capiberibe, me permita. Quero aqui informar que já temos o quórum necessário, o número de assinaturas necessárias para que possamos deliberar. Então, vou fazer a abertura agora oficial da reunião da Comissão de Direitos Humanos, que é uma reunião deliberativa. Até então estávamos em uma reunião de trabalho, informal, vamos dizer assim, porque não tínhamos quórum para deliberar. A partir do momento que temos quórum, vou fazer a abertura oficial.

Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 22ª à 24ª Reuniões da Comissão de Direitos Humanos.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe; em seguida, a concederei ao Senador Randolfe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Srª Presidente, já que podemos deliberar, em função do assassinato do Coronel Malhães, tendo em vista a dificuldade que nós vamos ter daqui para frente de continuar avançando nas comissões da verdade, quero dizer que nós, nesta Comissão, já ouvimos vários depoimentos de vítimas da ditadura militar, mas nós ainda não tivemos a oportunidade de ouvir o que pensa o Ministro da Defesa e os comandantes das Três Armas. Acho que é chegada a hora de fazermos um requerimento. Eu vou apresentar um requerimento para convidar o Ministro da Defesa e também os comandantes das Três Armas para que eles se manifestem em relação a esse caso aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Eu quero fazer esse registro. Vamos convidá-los. Espero que o Ministro da Defesa, e os comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica atendam ao nosso convite e venham a esta Comissão para colocar suas posições em relação ao que aconteceu no período da ditadura civil-militar, envolvendo inclusive locais das Forças Armadas, porque eu sei que foi criada uma comissão interna de cada Arma – Exército, Marinha e Aeronáutica – para investigar o uso de equipamentos das Forças Armadas e também dos espaços físicos das Forças Armadas na tortura de presos políticos. Essa sindicância está em curso, e nós vamos aproveitar para que eles venham aqui e já tragam o resultado dessa sindicância.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Permita-me um aparte, Senador Capiberibe?

Eu acho que, se me permite, na mesma direção, quero cumprimentar o Presidente Wadih Damous pelo depoimento e os objetivos que aqui coloca. Então, queria apenas recordar: é fato que, conforme V. Exª agora se refere, até por sugestão do Presidente Pedro Dallari e da Comissão Nacional da Verdade, o Ministro Celso Amorim, da Defesa, solicitou que cada uma das Forças Armadas pudesse, então, fazer essa apuração. Acho que seria importante ver qual é o prazo que está já definido para que isso ocorra e, portanto, apoio sua iniciativa, mas, talvez, seja bom que essa audiência se realize por ocasião da conclusão desses trabalhos que, salvo engano, têm o prazo já definido. Então, aí teremos um depoimento muito importante para que o Senado e a CDH possam ouvir.

É isso, Srª Presidente, em apoio à sugestão do Senador Capiberibe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sim. Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Presidente, primeiramente, em homenagem ao Senador que nos deu quórum e nos possibilitou deliberar, eu queria pedir inversão de pauta, pois há um processo de autoria do Senador Gim Argello, que é o item 8 da pauta, com a Relatoria do Senador Cristovam Buarque. Obviamente, eu me ofereço para ser Relator *ad hoc*. Quando V. Exª achar por bem, quero ser designado por V. Exª para relatar o projeto para que possamos deliberar. Complementarmente, homenagear o Senador que completou o quórum de nossa Comissão.

Presidente, estão sobre a mesa alguns requerimentos para V. Exª deliberar, que se referem, obviamente, ao tema da exposição do Dr. Wadih Damous, e que já haviam sido anunciados. O primeiro requerimento é o da designação para a realização de uma diligência externa que, agora, não precisa de nenhum *ad referendum*, nós já poderemos deliberar tranquilamente, que é para organizar uma diligência externa até a cidade do Rio de Janeiro, para acompanhar as investigações do caso do assassinato do Coronel Paulo Malhães. Obviamente, a diligência será designada com número x de Senadores que esta Comissão achar por bem; poderão ser três ou cinco. Obviamente, nessa diligência, parece-me natural que sejam integrantes os membros da Subcomissão da Verdade. De antemão, eu sugeriria como integrantes dessa diligência o Senador João Capiberibe, eu e V. Exª, por ser Presidente desta Comissão. Depois complementaríamos essa diligência, se fosse o caso, com mais dois membros. Então, um requerimento é para essa diligência.

O outro requerimento, que está sobre a mesa, só se fará necessário – eu já o retiro da Mesa – se não tiver êxito a reunião, que me parece que ocorrerá, com o Ministro da Justiça. Ocorrendo essa reunião, não se fará necessário esse requerimento. Era um requerimento de convocação do Ministro da Justiça e da Ministra dos Direitos Humanos. Concretizando essa reunião, que me parece que se concretizará ainda no dia de hoje, esse requerimento não se fará necessário. Então, eu o retirarei.

O terceiro requerimento, Presidente, era de convite ao Sr. Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, ao chefe de Polícia Civil do Rio de Janeiro, ao Sr. Wadih Damous – que não se faz mais necessário, porque ele já está presente aqui conosco e já se dispôs – e à Srª Nadine Borges para conversar sobre os acontecimen-

tos. Mas também retiro esse terceiro requerimento, porque ele se completa, primeiro, com a presença do Sr. Wadih Damous no dia de hoje e com a diligência que faremos ao Rio de Janeiro.

Então, na verdade, todos os requerimentos se limitam a um, que é o requerimento para diligência desta Comissão de Direitos Humanos à cidade do Rio de Janeiro, uma diligência de acompanhamento do caso do assassinato do Coronel Paulo Malhães.

Então, são esses dois encaminhamentos que faço à Mesa, Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Muito bem, Senador Randolfe Rodrigues.

Só para efeito de esclarecimento, que bom que o Senador Gim esteve presente para garantir o quórum, realmente, para que possamos deliberar aqui, porque não poderíamos fazer nenhum encaminhamento se não tivéssemos quórum, porque, quando a CRE delibera, existe um ato específico apenas para deliberação para viagens internacionais. Não é o caso que estamos discutindo aqui. Então, se o Senador Gim não tivesse chegado, nós, automaticamente, teríamos que encaminhar para uma próxima reunião da Comissão de Direitos Humanos. Esse é o primeiro esclarecimento.

O outro esclarecimento: é perfeitamente acolhido pela Mesa, mas, de certa forma, fica prejudicado, Senador Randolfe, porque o PLS de autoria do Senador Gim já foi lido pela Comissão de Direitos Humanos e é terminativo. Por ser terminativo, nós precisamos de dez Senadores presentes. Então, ainda faltam alguns. Nós estamos aqui em sete. Então, precisamos de mais três Senadores presentes para aprovar. O requerimento fica prejudicado em função disso. Mas, se até o final desta discussão, mais três Senadores chegarem – o Senador Humberto Costa está na Casa, com outra tarefa aqui, mas disse que virá assim que precisarmos dele –, nós conseguiremos aprovar. É o desejo de V. Exª e o nosso também, porque há diversos projetos terminativos e, em função do quórum presencial, tivemos algumas dificuldades, nas últimas reuniões, para aprová-los, inclusive o projeto de V. Exª. Mas fica aqui o acolhimento perfeito da solicitação do Senador Randolfe Rodrigues.

Eu gostaria de propor, com a anuência de vocês, que possamos inverter a pauta. O Senador Randolfe propõe a inclusão extrapauta do requerimento. Eu quero propor a inversão de pauta para que possamos aprovar o referido requerimento apresentado aqui pela Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, requerida aqui pelo Senador Randolfe Rodrigues.

Consulto se há concordância?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – E o PLC nº 29, sobre o qual há grande atenção na data de hoje?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Vamos votá-lo a seguir.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Vamos votá-lo?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Vamos votá-lo a seguir, Senador.

Então, consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores sobre se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta.

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Concedo, agora, a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, para que se manifeste com relação a esse requerimento.

Já foi falado, mas vou fazer a leitura inicialmente.

ITEM 24

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 40, de 2014

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para acompanhar as investigações do assassinato do Coronel Paulo Malhães, ocorrido no Estado do Rio de Janeiro em 24 de abril de 2014.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

O Senador Randolfe Rodrigues é o autor do requerimento, faz uma justificativa, a quem concedo a palavra para que faça os devidos encaminhamentos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Presidente, só completando, ainda justificam esse requerimento às mais recentes informações que, inclusive, o Dr. Wadih Damous aqui apresentou.

Ontem e hoje, o jornal *O Dia* anuncia que o *site* do Coronel Brilhante Ustra, 31 minutos antes de toda a imprensa noticiar a morte do Coronel Paulo Malhães, informava que o Coronel Paulo Malhães estava morto, ou

seja, o Coronel Brilhante Ustra, estranhamente, tinha a notícia da morte do Coronel Paulo Malhães 31 minutos antes – trinta e um minutos antes. Isto só reforça a necessidade de que essa investigação seja mais rigorosa e vá além do que simplesmente ser encerrada, como disse o Dr. Wadih Damous, com a confissão de um caseiro.

Eu não quero – repito: inclusive quero até concordar, Dr. Wadih – fazer nenhum julgamento sobre a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, mas lamento a forma como a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro está tratando o caso em não aceitar o envolvimento da Polícia Federal e, precipitadamente, apresentar a confissão de um caseiro como uma espécie de encerramento do caso, não aceito que esse caso seja tratado dessa forma.

Da mesma forma quero lamentar que o Estado brasileiro tenha tratado com tamanha negligência a principal testemunha dos crimes cometidos durante a ditadura civil-militar brasileira. Foi negligência total este senhor haver prestado depoimento na Comissão Nacional da Verdade e a vida dele não ter sido protegida. Seja qual for a razão da morte dele, foi negligência total, não há outra razão.

Por isso, nós do Senado da República, a Comissão Verdade, Memória e Justiça não pode se omitir mais do que outras instituições já se omitiram. Nós temos de acompanhar esse caso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senador Randolfe Rodrigues.

Em votação, o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento para uma diligência ao Estado do Rio de Janeiro, uma diligência externa desta Comissão de Direitos Humanos, em conjunto também com a Comissão Estadual da Verdade, do Estado do Rio de Janeiro.

Consulto as Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores sobre se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta do item... Desculpem-me, com a inversão de pauta do item 13.

Aqueles que aprovam a inversão de pauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Vou solicitar ao Senador João Capiberibe que presida a reunião, para que eu possa fazer a leitura desse relatório.

Faço também um apelo aos Senadores que estão presentes, para que possamos garantir o quórum, para votar os demais projetos não terminativos e, assim, aguardar a possibilidade de termos o quórum qualificado para votarmos os projetos terminativos.

Então, passo a Presidência ao Senador João Capiberibe. Mas, antes de passar a palavra ao Senador João Capiberibe, eu quero aqui agradecer a presença do Presidente da Comissão da Verdade do Estado do Rio de Janeiro, o Dr. Wadih Damous, que esteve aqui fazendo uma exposição sobre o caso do Coronel Paulo Malhães. Esperamos que os trabalhos sejam feitos da melhor maneira possível e que a diligência no Estado possa, realmente, fortalecer o trabalho da Comissão Estadual da Verdade e, assim, contribuir na elucidação desse caso.

Muito obrigada, Dr. Wadih, pela presença de V. Sª.

Passo a Presidência ao Senador João Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Item 13 da pauta.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 29, de 2014
- Não terminativo -

Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da Administração Pública Federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Ana Rita.

Concedo a palavra a Senadora Ana Rita para fazer a leitura do seu relatório.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – O Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2014 (Projeto de Lei nº 6.738, de 2013, na origem), de autoria da Presidência da República, reserva aos negros 20% das vagas em concursos realizados no âmbito da Administração Pública Federal.

Para fazer jus à reserva, no ato da inscrição, o candidato deve se declarar de cor preta ou parda, de acordo com o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A pessoa que concorre como negra também concorre simultaneamente para as vagas dispostas na regra geral.

Aplica-se a reserva aos certames que dispuserem de mais de três vagas. O acompanhamento e a avaliação acerca da implantação e dos resultados da medida são atribuídos ao órgão responsável pela política de promoção da igualdade étnica de que trata o §1º do art. 49 da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, o Estatuto da Igualdade Racial.

O projeto estabelece o prazo de dez anos para validade da medida proposta e prevê que a reserva não se aplica aos concursos cujos editais tenham sido publicados antes da vigência da lei, que terá início na data da publicação da lei projetada.

Na exposição de motivos que acompanha a matéria, o Poder Executivo apresenta a criação da reserva como um caminho para resolver o problema da sub-representação dos negros na Administração Pública.

E afirma que, embora o concurso público seja a melhor forma de seleção, o formato atual precisa ser modificado para que os certames sejam capazes de tornar a composição da Administração Pública Federal mais condizente com a face do conjunto da população brasileira.

A Presidenta da República requereu urgência constitucional para a matéria nos termos do §1º do art. 64 da Carta Magna. Assim, por aplicação do inciso II do art. 375 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), couberam à Comissão de Direitos Humanos e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a apreciação simultânea do projeto.

No prazo regimental, foi apresentada a Emenda nº 1–U, da Senadora Vanessa Grazziotin, que visa incluir, onde couber, dispositivo que reserva 40% das vagas dos concursos para candidatos que residam na localidade em que o certame estiver sendo realizado.

Análise.

O PLC nº 29, de 2014, é uma das matérias mais importantes já apreciadas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, estando seu conteúdo entre os temas atribuídos a este Colegiado pelo art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal.

A relevância da iniciativa proposta se justifica pela necessidade de se implementar medidas que visem à promoção da igualdade no setor público, cumprir o ordenamento pátrio vigente, bem como a igualdade racial com políticas afirmativas. A superação das efetivas desigualdades que apartam os brasileiros não é apenas uma obrigação jurídica imposta pela nossa Constituição. É hoje, antes de tudo, um dever de consciência no Estado democrático de direito. Estimativas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão indicam que apenas 30% dos servidores públicos federais ativos são negros (pretos ou pardos), contrastando com os 50,7% de negros da população brasileira, conforme dados do Censo 2010.

Em carreiras com maior remuneração a desigualdade é ainda maior. Entre os diplomatas, apenas 5,9% são negros; nos auditores da receita são 12,3% e na carreira de procurador da fazenda nacional 14,2% são servidores negros.

Infelizmente, é preciso reconhecer que as práticas que hierarquizam, discriminam e mantém a população negra em condição de subalternidade são rotineiras no Brasil, consubstanciando situações de desigualdades e ausência de acesso a políticas públicas e cidadania. É imperioso frisar as limitações técnicas da força do enfrentamento ao racismo; não apenas porque, passadas mais de cinco décadas da consideração da discriminação racismo como infração penal, sua ocorrência e a impunidade permanecem intocáveis, mas especialmente porque, em geral, o instrumento legal tem enfrentado tão somente a discriminação, incapaz, por sua própria natureza, de arrostar sua causa última, o próprio racismo. Este último tem justamente as ações afirmativas como fator corretivo.

E as melhores políticas, para serem produzidas, exigem a participação democrática, não havendo democracia verdadeira quando a cor de quem produz e executa as políticas públicas é tão consistentemente diversa daquela que se vê entre os cidadãos e cidadãs a quem o Poder Público se dirige por meio dos serviços que presta.

A reserva de 20% de vagas para as pessoas negras nos concursos públicos é decorrência do sucesso verificado com a adoção das cotas nas universidades. Verificou-se o ganho que a diversidade trouxe para a produção do conhecimento. Constatou-se que, havendo oportunidade para todos, o mérito de cada um é semelhante, sendo os benefícios sociais inestimáveis. Criou-se, dessa maneira, um círculo virtuoso, que esfacelou a naturalização de uma cultura racista, escondida sob o véu da falsa democracia racial, cuja suposta existência não resiste ao simples olhar ao redor.

Incentivar o ingresso de negros e negras na Administração Pública Federal é trabalhar concretamente para tirar do papel um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, nos termos do art. 3º da nossa Constituição, pois se trata aqui de construir uma sociedade livre, justa e solidária, capaz de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Não seria por demais sublinhar o que está disposto no art. 39 da Lei nº 12.288, de 2010, o Estatuto da Igualdade Racial, o qual impõe expressamente ao Poder Público a promoção de ações que assegurem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para a população negra, inclusive mediante "a implementação de medidas visando à promoção da igualdade nas contratações do setor público".

A proposição chega ao Senado com a aprovação da Câmara dos Deputados, mas também com o aval de milhares de pessoas envolvidas na organização da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que demanda do Parlamento brasileiro uma resposta para a desigualdade racial verificada nos quadros da Administração Pública Federal.

Ressalte-se que a reserva de vagas funciona como um incentivo, assim como as cotas nas universidades, mas todos os candidatos, independente da cor, precisam atender aos critérios básicos de desempenho exigidos em cada concurso, para que sejam considerados aptos a desenvolverem as tarefas inerentes ao cargo a ser provido.

Os mais de dez anos decorridos desde a adoção das primeiras cotas raciais e étnicas nas universidades já comprovam a inexistência de riscos do estigma e de atitudes discriminatórias. Pelo contrário, nosso País é melhor hoje porque as universidades deixaram de ser privilégio de uma minoria e por apresentar uma composição que espelha melhor a diversidade racial brasileira.

Cabe assinalar a existência de precedentes importantes nas esferas estadual e municipal. Atualmente três Estados – Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul – e 29 cidades brasileiras promulgaram leis prevendo cotas para a população negra em seus concursos públicos.

É oportuno ainda ressaltar, por derradeiro, que a medida proposta não implica aumento de despesa, posto que não se trata de previsão de contratação de novos servidores e, sim, de reserva de vagas nos concursos programados.

A discussão sobre a constitucionalidade e juridicidade das medidas afirmativas também já foi resolvida, tendo o Supremo Tribunal Federal se manifestado favoravelmente sobre o tema. Neste histórico julgamento, a Ministra Rosa Weber, em seu voto, ao justificar a constitucionalidade da política afirmativa, defendeu que o "Estado deve adentrar no mundo das relações sociais e corrigir a desigualdade concreta para que a igualdade formal volte a ter o seu papel benéfico".

Quanto à Emenda nº 1, da Senadora Vanessa Grazziotin, recomendamos sua rejeição, tendo em vista que a reserva de vagas para os habitantes da localidade de realização do concurso trata de tema diverso daquele contido no PLC nº 29, de 2014. A emenda volta-se mais à organização da Administração Pública Federal, por vezes envolta com inúmeros pedidos de transferência de funcionários, enquanto a proposição cuida do combate à discriminação racial. Acreditamos que o tema trazido pela Senadora deve ser discutido exaustivamente, quiçá em proposição autônoma, mas não no contexto do projeto ora em análise.

O voto, Sr. Presidente.

Face ao exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2014, e pela rejeição da Emenda nº 1.

Esse é o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Muito obrigado.

Ouvimos o relatório da Senadora Ana Rita sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de autoria da Presidente da República.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Senadora Vanessa com a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Serei breve, Sr. Presidente, até para que a gente possa avançar na pauta.

Primeiro, eu quero cumprimentar a Senadora Ana Rita pelo relatório que acaba de apresentar e dizer do meu apoiamento integral a este projeto em torno do qual alguns mitos têm que ser derrubados.

Eu ouvi, há pouco, alguns comentários acerca de que seria um equívoco estabelecer cota para concurso público, vez que o correto seriam somente cotas para a área da formação, ou seja, para as escolas e para as universidades. Eu não penso assim. Penso que, para acabar ou diminuir, minimizar essa situação de segregação de raça e de gênero no Brasil, nós precisamos tomar medidas mais radicais. Se, daqui a 20 anos, essa medida não for mais necessária, que se suprima isso do arcabouço legal. O que queremos é chegar a uma situação em que tudo seja tão natural, que não haja mais a necessidade de leis de discriminação positiva, afirmativa. Mas, por enquanto, nós precisamos muito disso.

Senadora, concordo com o relatório de V. Exª, com exceção do parecer à minha emenda. Mas quero dizer que acato o parecer de V. Exª, porque o compreendo perfeitamente. Mas esse é um debate que nós temos de enfrentar.

Aqui, somos três Senadores do Norte e um Senador do Nordeste. Eu nunca tive um momento sem viver essa dificuldade, mas é cada vez mais grave a situação dos concursados nos Estados da Região Norte, no meu Estado do Amazonas, na minha cidade de Manaus, que é a sétima maior cidade do Brasil, uma metrópole de dois milhões de habitantes. As pessoas fazem um concurso nacional, vão para lá e lá não querem ficar nem por dois anos, Senadora Ana Rita. Eu já disse que, no meu gabinete, não se atende a um telefonema que pede para que a gente ajude na remoção. Se quiser ir para lá vamos, que a gente traz.

A universidade do meu Estado, a Universidade Estadual do Amazonas, estabeleceu uma cota para o interior, e isso está dando certo. Houve uma ADI que foi julgada improcedente. Então, não me venham dizer... Eu, para apresentar um projeto, tenho dificuldade, porque todos dizem: "Ah, isso é inconstitucional, é ilegal." Nada há de inconstitucional, nada há de ilegal. Nós precisamos enfrentar os problemas do País, e essa ques-

tão regional é muito grave, é muito grave. É a Receita Federal, são as universidades, tudo, tudo! Tenho vários projetos que estão tramitando, mas esse de cota não me desligo dele. Há outros que tratam dessa questão de forma mais indireta. Mas apresentarei, como sugere V. Exª, numa propositura autônoma, essa proposta de se manterem vagas reservadas, para que pessoas da região possam disputá-las e também fazer os concursos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Não havendo...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sr. Presidente, quero também enaltecer o parecer da Senadora Ana Rita e a proposição da Presidenta da República, que tem o apoio da Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros.

Quero aqui dizer que essa votação está sendo acompanhada atentamente por todos que têm batalhado por isso, como o Frei David, da Educafro.

Então, meu voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, pela rejeição da Emenda nº 1-U.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Palmas.*)

Parabenizo-os pela aprovação.

Eu gostaria também de dizer que esse é um resgate feito com muito atraso. O Brasil é o País mais conservador, tem a elite mais conservadora de toda a América, que resistiu à libertação dos escravos. Foi o último País a libertar os escravos. Então, é claro que tudo no Brasil anda a passos muito lentos.

Devolvo a Presidência à Senadora Ana Rita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Aqui, agradeço à Senadora Vanessa pela compreensão.

Senadora Vanessa, temos concordância com suas preocupações com certeza, mas não era possível manter a emenda dentro do contexto do projeto que foi aqui apresentado.

Quero aproveitar para agradecer também a presença do Sr. Giovanni Harvey, Secretário Executivo da SEPPIR, que está aqui representando a Ministra Luiza Bairros. Agradeço a toda a equipe da SEPPIR, que também se empenhou para que o projeto fosse aprovado nesta reunião de hoje.

Quero informar também a todos vocês que existe um material produzido pela SEPPIR, esclarecendo o conteúdo do PLC nº 29, que acabamos de aprovar. Caso alguém tenha interesse em receber o material, é só procurar a assessoria da Comissão.

Senadores, passemos aos projetos não terminativos.

A Senadora Angela Portela não está aqui no momento. Então, vou colocar em votação o item 12, cujo Relator é o Senador João Capiberibe.

Item 12, projeto não terminativo, pág. 300.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, de 2013
- Não terminativo -

Dispõe sobre a licença à gestante e à adotante as medidas de proteção à maternidade para militares grávidas e a licença-paternidade, no âmbito das Forças Armadas.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador João Capiberibe.

Concedo a palavra para leitura do relatório ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Srª Presidenta, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 22, de 2013, do Poder Executivo, tem por finalidade regulamentar a licença à gestante e à adotante, bem como as medidas de proteção à maternidade para as militares grávidas e a licença-paternidade, no âmbito das Forças Armadas.

Conforme a exposição de motivos que acompanha a proposição, o art. 7º, inciso XVIII, da Constituição Federal, reconhece a licença à gestante como direito social. Contudo, a ausência de legislação infraconstitucional, dispondo sobre o exercício desse direito no meio militar, resulta na efetiva obstrução de seu gozo. De fato, são concedidas às mães militares licenças apenas por motivo de doença, quando ocorrem complicações de saúde associadas à gestação ou ao parto.

Se for aprovada a proposição, a norma resultante entrará em vigor na data de sua publicação.

O PLC nº 22, de 2013, foi distribuído à análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Não foram apresentadas à matéria no prazo regimental.

Análise.

Conforme previsto no art. 102-E, incisos IV, V e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre direitos das mulheres e sobre a proteção à família, à infância e à juventude.

A licença à gestante e a licença-paternidade são direitos sociais consagrados no art. 7º, incisos XVIII e XIX, da Constituição Federal. O art. 142, §3º, inciso VIII, da Constituição prevê a aplicação desses direitos aos militares. Considerando ainda que o art. 226 da Constituição garante à família especial proteção do Estado, vemos robusto amparo constitucional para a matéria ora examinada.

O PLC nº 22, de 2013, cria a base legal infraconstitucional necessária para estender esses direitos fundamentais aos militares, reconhecendo sua dignidade fundamental como indivíduos, mães e pais, protegendo suas famílias e, sobretudo, favorecendo a saúde e o bom desenvolvimento de seus filhos naturais ou adotivos.

Voto.

Em razão do que foi exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2013.

Esse é o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Direitos Humanos favorável ao projeto.

O projeto segue para análise da Casa e, posteriormente, à CRE.

Em seguida, item 14, pág. 332.

ITEM 14

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 36, de 2011
- Não terminativo -

Modifica a denominação da Ala Senador Filinto Muller para Ala Senador Luís Carlos Prestes.
Autoria: Senadora Ana Rita
Relatoria: Senador Humberto Costa

S. Exª não está presente no momento porque está em outra reunião. Então, solicito à Senadora Vanessa Grazziotin que seja a Relatora *ad hoc,* a quem concedo a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Com muito prazer, Srª Presidente.

Qual é a página?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Página 332, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Não, 331.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Página 332.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Está aqui, 332.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Senador Humberto Costa, que aqui esteve até agora há pouco, mas teve que sair para coordenar uma reunião, e disse que poderia ser nomeada a relatoria *ad hoc*. Entretanto, quero registrar que o relatório é dele. E eu acho que há método, porque fazemos assim na Casa, Presidente: eu faço a leitura, nós votamos e V. Exª depois devolve a ele a relatoria.

Eu vou partir diretamente para a análise do relatório. *(Pausa.)*

Estou com o relatório errado, Srª Presidente.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Enquanto a Senadora Vanessa Grazziotin identifica o relatório, eu gostaria de pedir a V. Exª, Srª Presidenta, que colocasse extrapauta o Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2013, de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que modifica o Código Civil para estabelecer o significado da expressão "guarda compartilhada" e dispor sobre outras aplicações. É um projeto muito relevante e importante. Não é terminativo. Eu gostaria de saber se é possível, para que seja feita a leitura do relatório e a votação desse projeto de extrema relevância para as famílias.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – A solicitação de V. Exª será atendida. Posteriormente, colocaremos a matéria como extrapauta.

Vou passar a palavra, então, à Senadora Vanessa, para que faça a leitura do relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – De fato, há uma incorreção na pauta, Srª Presidente, publicada no dia de hoje.

Como diz o Relator Humberto Costa, trata-se de uma medida decerto meritória, que assegura o direito à memória e à verdade. Em primeiro lugar, porque elimina a homenagem a uma figura histórica que teve atuação política no mínimo polêmica. Basta dizer que, na condição de Chefe de Polícia do Distrito Federal entre 1933 e 1942, período de ditadura, Muller foi um dos comandantes da acerba repressão aos comunistas e integralistas, comportamento em nada condizente com o respeito devido aos direitos humanos. Eu diria mais: com o respeito à democracia, Srª Presidente.

Em segundo lugar, porque homenageia um brasileiro que sofreu as agruras mais cruéis da repressão política: foi perseguido, preso e torturado, além de ver sua mulher ser deportada grávida para a Alemanha, onde foi assassinada em um campo de concentração durante o holocausto promovido pelos nazistas.

Cuida-se, em suma, de substituir a homenagem feita a um agente da intolerância por outra destinada a pôr em destaque um ícone da resistência à repressão, motivo que nos leva a preferir essa solução àquela veiculada no substitutivo da CE.

Portanto, o voto do Senador Humberto Costa, em razão que expõe, manifesta-se pela aprovação do texto original do Projeto de Resolução do Senado nº 36, de 2011.

Gostaria apenas de registrar a presença entre nós da querida amiga Ana Prestes, neta de Luís Carlos Prestes.

É o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senadora Vanessa Grazziotin.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sim, Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Srª Presidenta, Srs. Senadores, Srª Relatora Vanessa Grazziotin, eu vou dar uma única razão que me faz ser favorável ao projeto. É que, diariamente, para chegar ao meu gabinete de trabalho, eu tenho que passar pela Ala Filinto Muller, e diariamente eu me lembro das torturas que sofri. Então, eu peço aos Senadores que me evitem esses constrangimentos. É doloroso, todos os dias, subir aquela escada, como eu subo, e ver o nome de Filinto Muller sendo homenageado, um torturador, e eu me lembro das torturas que sofri. Por isso, peço voto favorável a este projeto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Presidente, primeiro, quero cumprimentar V. Exª por retirar de um espaço da democracia, que é o Parlamento, o nome de alguém que é antônimo da democracia. Não há espaço, em uma casa da democracia, para alguém que é antônimo da democracia, para alguém que não conviveu com a democracia, para alguém que legou a sua vida a golpear a democracia. Então, é antagônico à democracia o nome desse senhor em um espaço que é o espaço da democracia, que é o Parlamento. Segundo, a senhora, quando assim o faz, possibilita que todos nós possamos escolher livremente os locais de trabalho aqui no Senado.

Quando o povo do Amapá me concedeu a honra de ser eleito Senador, eu fiquei numa angústia enorme de que, no sorteio do espaço, o meu gabinete cair naquele local. Porque, se tivesse caído para trabalhar naquele local, eu preferiria trabalhar na Praça dos Três Poderes ou ir para o gramado, porque eu não aceitaria trabalhar em um local com aquele nome. Eu ficaria extremamente incomodado em trabalhar... Ou melhor, não aceitaria dar para qualquer cidadão, para qualquer pessoa o meu endereço com aquele local.

Vai ficar mais bem localizada uma das alas do Senador Federal com o nome de Luiz Carlos Prestes, alguém que, na história nacional, foi conhecido como Cavaleiro da Esperança. Aliás, todas as pessoas na história do País, mesmo os que criticam Luiz Carlos Prestes, o reconhecem pela sua história; mesmo os que criticam Luiz Carlos Prestes o respeitam. Não se diz a mesma coisa do nome que vai ser substituído naquela área.

Eu a cumprimento, Senadora Ana Rita, por dar esse presente à democracia brasileira, por nós estarmos votando hoje, neste dia, essa substituição aqui. E parece-me que, agora, nós vamos ao plenário, e espero que o Plenário possa, o quanto antes, resolver esse martírio continuado que nós estamos tendo aqui no Senado, que é conviver com o resquício da pior página da história nacional, que é o resquício desse nome no Senado Federal.

Parabéns, Senadora!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada.

E eu quero aqui também agradecer ao Senador...

Senador Eduardo Suplicy, está inscrito?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Eu quero cumprimentar todos os Srs. Senadores, V. Exª e a Senadora Vanessa, pela iniciativa e apoiar as expressões dos colegas que já falaram. Estou de acordo, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Eu quero agradecer também ao Senador Humberto Costa pela relatoria deste projeto; agradecer à Senadora Vanessa, que hoje relatou como *ad hoc*, mas, com certeza, Senadora Vanessa, o mérito é do Senador Humberto Costa, que se debruçou sobre o projeto e, em parceria, nós trabalhamos assim aqui, no Senado Federal. Que bom que V. Exª se propôs a fazer a relatoria *ad hoc*!

Este projeto tramita aqui desde 2011 e é aprovado num momento de conjuntura extremamente favorável, quando fazemos o debate, aqui nesta Casa, sobre o golpe de 64. Então, é extremamente salutar a aprovação do projeto neste momento. Acho que é uma resposta muito efetiva que este Senado está dando à sociedade brasileira.

Eu quero aqui agradecer muitíssimo aos colegas Senadores e Senadoras que têm acompanhado este nosso parecer.

Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Eu também gostaria de parabenizá-la pela iniciativa do projeto, parabenizar o Senador Relator, Humberto Costa, a Senadora Vanessa Grazziotin, e queria registrar aqui o meu voto favorável a este projeto de extrema importância e relevância, que é a mudança da Ala Filinto Muller para Luiz Carlos Prestes.

Parabéns pelo projeto!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senadora Angela.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Direitos Humanos, favorável ao projeto de resolução.

O projeto vai à CCJ e, posteriormente, à Comissão Diretora.

Senadora Angela Portela...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Na CCJ já passou, não é, Presidente?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Já.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Já vai para a Mesa Diretora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Por que está aqui "vai à CCJ"?

A orientação da assessoria é que vai à CCJ.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Vai à Mesa Diretora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Deixa eu me certificar aqui, porque a informação que eu tenho é que...

Já passou pela CCJ...

Deixe a assessoria se certificar aqui. (*Pausa.*)

Já passou, então, pela CCJ.

Obrigada pela correção.

O Senador Randolfe foi Relator na CCJ.

Então, agora segue diretamente ao Plenário desta Casa.

Muito obrigada.

A Senadora Angela Portela solicita inclusão, extrapauta, do PLC nº 117, de 2013, não terminativo.

Aqueles que concordam com a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

EXTRAPAUTA

ITEM 23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 117, de 2013
- Não terminativo -

Altera os arts. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para estabelecer o significado da expressão "guarda compartilhada" e dispor sobre sua aplicação.

Autoria: Deputado Arnaldo Faria de Sá

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Pela aprovação da matéria, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Concedo a palavra à Senadora Angela Portela para a leitura do relatório.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Agradeço à Senadora Ana Rita e aos demais Senadores que aprovaram a inclusão, extrapauta, deste projeto.

O mérito central do projeto é o de restituir a intenção do legislador quanto à efetividade do instituto da guarda compartilhada. Anda muito bem o autor, Arnaldo Faria de Sá, ao interpretar a guarda compartilhada como solução para os casos de conflito entre os ex-cônjuges, não se devendo evitar seu uso quando da existência de discórdia. Ao contrário, trata-se de coagir à sua aplicação, e a solução encontrada para isso é eficaz.

De fato, concordamos com a avaliação do autor de que a suposição da existência de acordo ou de bom relacionamento entre os genitores não pode ser critério para o estabelecimento da guarda compartilhada. Mesmo porque um parceiro beligerante poderia valer-se propositalmente da situação para impedir a aplicação da guarda compartilhada, que é, na maioria das situações, o instituto que melhor atende aos interesses dos filhos.

Assim, avaliamos a proposição como um meio de evitar que crianças e adolescentes sejam utilizados, por motivos estranhos aos seus interesses, como artifício para um genitor prejudicar o outro no momento da separação ou da definição da guarda.

Embora meritória, a proposição encerra problemas, ainda que saneáveis, de juridicidade e de técnica legislativa.

Quanto à juridicidade, o projeto não inova em algumas das medidas que adota, a exemplo da pretensão de regular a autorização de viagem dos filhos, matéria tratada de modo suficiente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990); e da alteração relacionada ao poder familiar (inciso II do art. 1.634). Ela também revoga incisos do art. 1.583 atinentes à guarda unilateral, sem justificar a medida, sugerindo a eliminação de comandos que continuam a ser necessários.

Quanto à técnica legislativa, a proposição peca contra a norma culta da língua no uso da pontuação, assim contrariando o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da elaboração, da redação, da alteração e da consolidação das leis.

Tais falhas nos motivaram a apresentar uma emenda substitutiva, que corrige as imperfeições apontadas e melhora a redação do projeto de maneira a aumentar a compreensão do seu objetivo, que é, justamente, facilitar a aplicação do instituto da guarda compartilhada.

O nosso voto, conforme o exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 117/2013, nos termos do seguinte Substitutivo.

EMENDA Nº – CDH (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 117 , DE 2013

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre a aplicação da "guarda compartilhada

Art. 1º Esta Lei modifica os arts. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre a aplicação da "guarda compartilhada".

Art. 2º A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com as seguintes alterações:

*"**Art. 1.583.** .....*

.....

§ 2º A guarda unilateral, concedida quando restar comprovada a impossibilidade de que seja estabelecida a guarda compartilhada, será atribuída ao genitor que revele melhores condições para exercê-la e, objetivamente, mais aptidão para propiciar aos filhos os seguintes fatores:

.....

.....

§ 5º Na guarda compartilhada, o tempo de custódia física dos filhos deve ser dividido de forma equilibrada entre a mãe e o pai, sempre tendo em vista as condições fáticas e os interesses dos filhos.

§ 6º Tanto na guarda unilateral, quanto na guarda compartilhada, ambos os genitores são partes legítimas para solicitar informações, receber prestações de contas e interferir nos assuntos ou situações que afetem direta ou indiretamente a saúde e a educação de seus filhos. (NR)"

*"**Art. 1.584** . . ..*

.....

§ 2º Quando não houver acordo entre a mãe e o pai quanto à guarda do filho, encontrando-se ambos os genitores aptos a exercer o poder familiar, será aplicada a guarda compartilhada, salvo se um dos genitores declarar ao juiz que não deseja a guarda do filho.

§ 3º Para estabelecer as atribuições do pai e da mãe e os períodos de convivência sob guarda compartilhada, o juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, poderá basear-se em orientação

técnico-profissional ou de equipe interdisciplinar, sempre visando à divisão equilibrada de responsabilidades entre a mãe e o pai e do tempo de convivência destes com o filho.

§ 4º O descumprimento imotivado da cláusula de guarda, unilateral ou compartilhada, poderá implicar a redução de prerrogativas atribuídas ao seu detentor, inclusive quanto ao número de horas de convivência com o filho.

.....

"§ 6º A escola e demais estabelecimentos semelhantes, públicos ou privados, incorrem em multa de R$ 200,00 (duzentos reais) a R$ 500,00 (quinhentos reais), por dia, caso deixem de atender à solicitação de informações efetuada por quaisquer dos genitores acerca de seus filhos. (NR)"

*"**Art. 1.585** Em sede de medida cautelar de separação de corpos, em sede de medida cautelar de guarda ou em outra sede de fixação liminar de guarda, a decisão sobre a guarda de filhos, mesmo que provisória, será proferida preferencialmente após a oitiva de ambas as partes pelo juiz, salvo se a proteção aos interesses dos filhos exigir a concessão de liminar sem a oitiva deles, aplicando-se-lhes as disposições do art. 1.584. (NR)"*

*"**Art. 1.634** Compete a ambos os pais, qualquer que seja a sua situação conjugal, o pleno exercício do poder familiar em relação aos filhos menores de idade, que consiste em:*

.....

VIII – autorizar expressamente a mudança de domicílio, quando implicar mudança de município. (NR)"

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Este é o nosso parecer, Srª Presidenta.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, na forma do substitutivo que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1 da CDH, o Substitutivo.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Srª Presidenta, eu gostaria só de agradecer a compreensão dos nobres pares, porque realmente este projeto do Deputado Arnaldo Faria de Sá é muito importante; havia necessidade de fazermos alteração no Código Civil para permitir que a guarda compartilhada fosse realizada também em casos de desacordo entre os casais.

Então, eu acho que este projeto só vem a ajudar nas relações familiares e a atender aos interesses das nossas crianças no caso de separação de seus pais.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Parabéns, Senadora Angela Portela. O projeto segue agora para a Comissão de Constituição e Justiça.

Eu solicito à Senadora Angela Portela que relate o item nº 11, cuja relatoria é de V. Exª. Mas, antes, enquanto V. Exª pega o relatório, eu quero registrar aqui a presença da Ana Maria Prestes, a neta de Luiz Carlos Prestes, que acompanhou a votação aqui, nesta manhã de hoje. É um prazer muito grande recebê-la, então, Ana Maria, obrigada pela sua presença. Eu digo que é uma homenagem que o Senado faz ao Luiz Carlos Prestes; é um reconhecimento também pela sua luta em defesa da democracia em um período tão duro da nossa história. E, com certeza, a família se sente... Eu diria que é um reconhecimento, com certeza, neste momento, e a gente espera que o Senado, o Plenário do Senado realmente aprove o projeto e, finalmente, possamos ter a mudança definitiva da Ala Filinto Muller, que é a ala onde se localiza o meu gabinete e que, volta e meia, fico constrangida em informar a quem vem nos procurar o nome da nossa ala. Então, parabéns pelo trabalho da família de vocês!

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Senador...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Presidente, é em cima deste tema. Permita-me apenas para aproveitar este momento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Claro, Senador.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu não sou membro efetivo da Comissão, mas eu, andando de carro agora, vinha escutando o Senador Randolfe fazendo alusões de que estamos mudando o nome da Ala Filinto Muller para homenagear Prestes. E eu, como catarinense, não poderia deixar de trazer o testemunho, ainda mais agora registrando aqui a presença da neta do Prestes, a Ana.

No meu Estado, há uma cidade, na fronteira com a Argentina, chamada Descanso. A origem da cidade Descanso é em função da Coluna Prestes, que por lá passou, vindo do Rio Grande. E, passando pelo oeste catarinense, que faz fronteira com a Argentina e que é um planalto daquela região, dirigindo-se a Dionísio Cerqueira, que é outra parada, na divisa com o Paraná, Santa Catarina e Argentina, fazendo um triângulo ali naquele chão, Descanso foi um lugar de pouso, de descanso, de repouso. Em função disso, surgiu a cidade chamada Descanso. Ela fica a 150km de Chapecó, conhecida no oeste catarinense. Faz divisa com a província de Missiones, na Argentina, e fica ao lado de São Miguel D'Oeste, Itapiranga. Hoje há pequenos distritos que se emanciparam. Mas, na época da ditadura, os Municípios da área de fronteira tinham seus prefeitos, todos, nomeados, e nós fazíamos política ali. Quando eu comecei, como Deputado Estadual, em 74, não era fácil. Mas eu sei que a Coluna Prestes passou por ali e ficou esse registro muito forte para nós, catarinenses.

Então, não poderia deixar de fazer esta homenagem, agradecendo ao historiador e constitucionalista, Senador Randolfe Rodrigues, que me confirmou há pouco que esteve lá há uns vinte e poucos meses, uns dois anos, visitando *in loco* o caminho por onde a Coluna Prestes passou, onde descansou e que fez surgir essa cidade em homenagem a esse movimento de Prestes.

Como catarinense, eu quero aqui me congratular com esse feito, com esse ato da sessão da Câmara, da Comissão de Direitos Humanos e que, naturalmente, deve ir ao plenário, onde teremos ocasião de nos manifestar brevemente, talvez ainda hoje ou nos próximos dias.

Meus cumprimentos à neta de Prestes que está aqui presente, o que para nós é uma honra.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senador Casildo Maldaner, pela presença aqui na nossa Comissão de Direitos Humanos, honrando esta Comissão e, também, manifestando aqui apoio ao projeto de lei.

Muito obrigada.

Eu vou passar a palavra à Ana Maria, para que ela também tenha oportunidade de se expressar aqui,...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Srª Presidente, rapidamente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – ... se houver concordância dos Senadores aqui presentes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Claro, nós queremos muito ouvir a Ana. Mas, rapidamente, Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Eu queria somente encaminhar a recomendação de urgência, já que as comissões não podem pedir urgência, ao projeto por parte da nossa Comissão de Direitos Humanos. E além de recomendação de urgência, parece-me que o trâmite será: Mesa Diretora e plenário, salvo engano. Sendo Mesa Diretora e plenário, nós vamos precisar, e muito, Senadora Angela – e muito! –, de seu apoio lá na Mesa Diretora.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Conte com o nosso apoio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Pelos notórios acontecimentos, pela composição da Mesa Diretora, precisaremos muito do seu apoio para que passe da Mesa Diretora e, obviamente, em seguida, vá a plenário, para que lá nós possamos aprová-lo.

Então, eu queria só fazer o encaminhamento da recomendação. O Senador Casildo também é da Mesa, então, obviamente, vamos precisar do...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Se é suplente, então é membro da Mesa. E vamos precisar muito tanto da Senadora Angela, quanto do Senador Casildo, para que ele seja aprovado pela Mesa e, saindo da Mesa, possa ser aprovado pelo Plenário.

Então, é só encaminhar a recomendação de urgência da Comissão para a Mesa e para o Plenário.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senador.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Eu gostaria só de dizer que amanhã há teremos reunião da Mesa Diretora e já podemos sugerir lá a inclusão na pauta desse projeto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Então, fica aqui a recomendação da Comissão de Direitos Humanos. A Senadora Angela Portela será a nossa defensora juntamente à Mesa Diretora.

O Senador Casildo também faz parte. Então, os dois defenderão lá a recomendação da inclusão deste projeto como se o projeto estivesse em regime de urgência.

Então, passo a palavra para a Ana Maria, para que ela também possa se manifestar neste momento.

A SRª ANA MARIA PRESTES – Bom dia, Senadora Ana Rita, bom dia a todos os membros da Comissão. De antemão, eu agradeço. Estou um pouquinho emocionada. Eu já sabia do projeto há algum tempo, pois vínhamos acompanhando, mas eu soube que ele seria tratado aqui hoje na Comissão de Direitos Humanos.

Logo procurei a Vanessa, de quem sou camarada de Partido, do PCdoB. Eu queria deixar um agradecimento e registrar algo que outro dia registramos na Comissão de Anistia, hoje presidida pelo Paulo Abrão, Secretário Nacional de Justiça.

Eles fizeram uma homenagem também ao Prestes pelo momento da Coluna Prestes, aos camponeses e a todos aqueles que se envolveram na Coluna e que, de uma certa forma, depois também sofreram as consequências de regimes ditatoriais que vieram ao longo do século XX.

E nós dizíamos, na época, o seguinte: Luiz Carlos Prestes nasceu Luiz Carlos Prestes e morreu Luiz Carlos Prestes. Nenhuma das três ditaduras, nenhum dos três regimes de exceção que ele enfrentou conseguiu tirar o nome dele.

Quero dizer que é simbólico que isso seja apreciado aqui hoje, na Comissão de Direitos Humanos, no mês em que nós tristemente lembramos os 50 anos do golpe de 1964.

Outra coisa que nós também, na Comissão de Anistia, quando julgados os processos de anistia, não só daqueles que foram os perseguidos, mas também os filhos e netos dos perseguidos, eu dizia para eles, quando fui receber o processo de anistia da minha mãe: "Olha, eu sou a Ana Maria Prestes, como há 50 anos a minha avó era a Maria Prestes. Eu tenho 35 anos. Sou cidadã brasileira como, há 50 anos, minha avó também, com 35 anos, era uma cidadã brasileira. Eu sou militante comunista, como há 50 anos, a minha avó era militante comunista, mas o que eu estou fazendo aqui hoje, há 50 anos, a minha avó não faria. Eu entrei pela porta da frente do Palácio da Justiça para ouvir da boca do Estado Brasileiro um pedido de desculpa, de reparação pelo que realizou àquelas pessoas e pela consequência que isso gerou aos seus filhos e aos seus netos." (*Palmas.*)

Então, Senadora Ana Rita, eu queria te agradecer, dizendo que a nossa esperança é que, na nossa vivência de democracia, nós desfilemos a nossa liberdade por alas, ruas e avenidas que levam os nomes dos nossos libertadores e não dos nossos algozes.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Muito obrigada.

É um orgulho, Ana Maria, ter você aqui hoje conosco, a neta de Luiz Carlos Prestes, dando esse depoimento tão bonito.

Então, todo o nosso carinho, a nossa admiração e o nosso respeito da Comissão de Direitos Humanos e do povo brasileiro também.

Muito obrigada pela sua presença aqui.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Senadora Ana Rita, permita-me, pois quero cumprimentar todos que já se pronunciaram, em especial a Ana, que é essa pessoa com aparência muito doce, e sei que de um conteúdo muito doce, mas muito forte, e que simboliza muito bem as mulheres.

E dizer que tão feliz quanto você, Ana, estamos todos nós, principalmente aqueles cujos gabinetes ficam na Ala, como disse o Senador Capiberibe, Filinto Muller. Espero que isso apenas seja uma lembrança que logo se vai de um passado.

Então, parabéns a você e parabéns Senadora Ana Rita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senadora Vanessa. Agradecemos aqui, então, a Ana Maria. Fique à vontade, Ana Maria, para permanecer conosco.

Nós estamos com horário bastante espremido.

Senadora Angela Portela, item nº 11, pág. 256.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, de 2013
- Não terminativo -

Altera os itens 1º e 2º do art. 52 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para permitir à mulher, em igualdade de condições, proceder ao registro de nascimento do filho.
Autoria: Deputado Rubens Bueno
Relatoria: Senadora Angela Portela
Relatório: Favorável à Emenda nº 1-PLEN

Concedo a palavra à Senadora Angela Portela, para a leitura do relatório.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Srª Presidenta.

Vamos ao relatório.

Retorna à apreciação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2013, do Deputado Rubens Bueno, que altera dispositivos da Lei de Registros Públicos para permitir que a mãe possa fazer a declaração de nascimento em igualdade de condições com o pai.

A proposição, aprovada unanimemente neste Colegiado e, em caráter terminativo, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, foi objeto de recurso para apreciação pelo Plenário do Senado. Ali, foi apresentada a Emenda nº 1, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, cuja finalidade é a de evidenciar que, conforme já dispõe a lei, a aposição do nome do pai na Declaração de Nascido Vivo não constitui prova ou presunção de paternidade, devendo o vínculo paternal ser verificado nos termos da legislação vigente. Por essa razão, devem a CDH e a CCJ instruir o trâmite da matéria com manifestações sobre a emenda apresentada, para decisão do Plenário da Casa.

Análise.

Permanecem inalterados os fundamentos e as condições que levaram à conclusão da CDH pela aprovação do PLC nº 16, de 2013. Dessa forma, podemos passar diretamente à análise da Emenda nº 1.

A razão dessa emenda, conforme exposto em sua justificação, consiste em esclarecer que a alteração promovida pelo PLC nº 16, de 2013, no sentido de equiparar mães e pais no ato de registro civil da criança, não afeta as regras vigentes relativas à presunção e à verificação da paternidade. Não se pretende, assim, alterar substantivamente a proposição, e sim esclarecer, para que não pairem dúvidas, que continuam a vigorar as normas relativas à identificação do pai.

Ainda que, do ponto de vista estritamente técnico, seja desnecessário esse esclarecimento, compreendemos o cuidado de seu proponente com o tema delicado das relações familiares. Há, inclusive, manifestação técnica do Ministério da Justiça a respeito. E se podemos acolher essa emenda, em prol da absoluta clareza, sem prejudicar o conteúdo normativo do PLC nº 16, de 2013, não há razão para que não o façamos.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação da Emenda nº 1, apresentada ao Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2013.

Esse é o nosso voto, Srª Presidenta.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senadora Angela Portela.

Em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável à Emenda nº 1 – PLEN.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontra. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável à Emenda nº 1 – PLEN.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável à Emenda nº 1 – PLEN.

A Emenda nº 1 – PLEN segue para análise da CCJ.

Solicito ao Senador Randolfe Rodrigues, se possível, presidir aqui, porque há um requerimento, de autoria da Senadora Grazziotin e também de minha autoria, para aprovarmos na manhã de hoje.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Requerimento das Senadoras Ana Rita e Vanessa Grazziotin:

ITEM 21

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 39, de 2014

Requeiro, a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais - CAS, com a finalidade de debater a humanização do parto no Brasil, alusiva ao Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e Dia Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Infantil, com as presenças dos seguintes convidados: Ministra da Secretaria de Direitos Humanos Ideli Salvatti, do Ministro da Saúde senhor Arthur Chioro, a Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, a Organização Pan-Americana da Saúde senhor Rodolfo, Rede Feminista de Saúde e Representante da Sociedade Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, a ser realizado no dia 28 de maio de 2014.

Autoria: Senadora Ana Rita e outros

Em votação o requerimento.
Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Declaro aprovado o requerimento de autoria da Senadora Ana Rita e da Senadora Vanessa Grazziotin.
Requerimento de autoria da Senadora Ana Rita.

EXTRAPAUTA

ITEM 25

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 41, de 2014

Requeiro, nos termos Regimentais, realizar diligência desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa no Estado do Espírito Santo para proceder a estudo sobre os impactos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA sobre os pequenos agricultores e assentados da reforma agrária, bem como para a garantia da segurança alimentar das comunidades envolvidas.

Em apreciação o requerimento.
Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)
Aprovado.
Requerimento também da Senadora Ana Rita.

EXTRAPAUTA

ITEM 26

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 42, de 2014

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a participação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, com o objetivo de intitulado 11º Seminário LGBT do Congresso Nacional, com a finalidade de debater e dialogar com a sociedade civil organizada e com o Governo Federal temas relacionados às DST/HIV/AIDS. O Seminário deverá ser realizado no dia 14 maio de 2014, em plenário a ser designado, das 9 às 18 horas e contará com a participação de representantes do Governo Federal, da sociedade civil e de especialistas em Saúde, Direito, Educação, Sexualidade, Psicologia e Cultura.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Ministro de Estado da Saúde; 2. Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; 3. Ministro de Estado da Educação; 4. Representante da Organização Internacional do Trabalho - OIT; 5. Representante da Organização Pan-americana da Saúde - OPAS; 6. Dr. Drauzio Varella, médico oncologista, cientista e escritor; 7.Eduardo Luiz Barbosa, pesquisador.
São esses os termos do requerimento.
Em discussão. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)
Aprovado, então, o requerimento.
Não havendo mais requerimentos, devolvo a Presidência à sua titular.
A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senador Randolfe Rodrigues.
Não havendo mais nenhum ponto na pauta, declaro encerrada a presente reunião.
Muito obrigada.

(Iniciada às 11 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 46 minutos.)

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 5 DE MAIO DE 2014, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e treze minutos do dia cinco de maio de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senhor **Senador Cristovam Buarque**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senhor Senador Cristovam Buarque.

Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública,** nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 16 de 2014-CDH, de minha autoria, aprovado em 19/03/2014, para "debater e analisar o possível atentado aos Direitos Humanos decorrente de manipulação de informações que se está convencionando chamar de "**Contabilidade Criativa**". O Senhor Presidente apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e faz suas considerações iniciais. Em seguida, o Senhor Presidente passa a palavra aos convidados, nesta ordem: Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa, Diretor Executivo da Caixa Econômica Federal; Dyelle Menezes, Jornalista, representante da Associação Contas Abertas – ONG; e Mansueto Almeida, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Em seguida, o Senhor Presidente faz indagações e concede a palavra aos convidados, para respondê-las. Faz uso da palavra o Senador Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e sete minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador ***Cristovam Buarque,*** *Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa*

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Esta reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 16, de 2014, de minha autoria, aprovado em 19 de março, para debater e analisar o possível atentado aos direitos humanos decorrente de possível manipulação de informações que se está convencionando chamar de "contabilidade criativa".

Fico muito satisfeito de ter aqui a presença dos senhores e da senhora que vou chamar para este debate transmitido pela televisão, para que a população brasileira possa perceber se há ou não essa manipulação de informações e se isso fere ou não fere os direitos humanos. Em primeiro lugar, Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa, que é Diretor Executivo da Caixa Econômica Federal – por favor –; a jornalista, representando a Associação Contas Abertas, Dyelle Menezes; o Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicas (Ipea) Mansueto Almeida.

Antes mesmo do início, quero manifestar aqui a tristeza de todo o Brasil com a morte, no final da semana passada, de Dom Tomás Balduíno; desse herói católico da luta pela reforma agrária, pelos direitos humanos, pela justiça social. Fica aqui o nosso respeito a esse grande brasileiro que já não está mais presente fisicamente, mas que está presente historicamente na memória do povo brasileiro.

Quero, inicialmente, dizer que convoquei esta audiência com base em duas preocupações. A primeira preocupação é tentar entender se temos ou não manipulação de dados hoje no Brasil. A segunda é se isso fere ou não os direitos humanos. Eu lamento que não tenhamos ninguém aqui, da área de direitos humanos especificamente, que pudesse dar a sua visão. Tentamos, mas não conseguimos. É uma pena!

De qualquer maneira, não será difícil debatermos entre nós, inclusive com os presentes que não estão na Mesa, esta realidade de manipulação de dados, caso exista, que é o que a gente quer analisar aqui, porque pode não ser, de fato, uma realidade. Caso exista, se ela serve como forma de ferir os direitos humanos. Isso por uma razão: a Presidenta Dilma fez finalmente o que há muito tempo o Brasil queria, a Comissão da Verdade. Essa Comissão da Verdade vem apurando o comportamento de pessoas que não respeitaram os direitos humanos do ponto de vista dos políticos que se opunham ao regime militar. A Comissão da Verdade procura saber se houve tortura, se houve assassinatos, onde estão os corpos.

Eu, pessoalmente, creio que precisamos de uma comissão da verdade para obrigar o Governo a dizer a verdade, e não só no que se refere aos direitos humanos tradicionais, de qualquer ser humano não ser torturado, por exemplo. Eu, pessoalmente, acho que não dizer com clareza qual é a taxa de inflação, por meio de manipulação de dados, fere os direitos humanos da população. Dizer que a Petrobras mandou dinheiro de *royalties* para a educação, como disse a Presidenta da Petrobras, Graça Foster, recentemente, numa audiência aqui do Senado, e esse dinheiro não chegar lá fere os direitos humanos. Lá que eu digo é na educação. Se ela não enviou, fere. Mas, aparentemente, nós constatamos que ela enviou. Só que não chegou à educação; ficou no Tesouro. Isso fere os direitos humanos de todos os brasileiros protegidos por uma lei de origem do Governo Federal que dizia que os *royalties* do petróleo iriam para a educação.

Então, nesse sentido, a verdade não pode ser apenas aquela que se refere aos mortos e aos torturados, embora essa seja a que nos dói mais visivelmente.

Também fere os direitos humanos enganar o povo. Por isso, queremos saber se há esse engano, se há ou não essa manipulação de dados.

Cada um dos senhores tem toda a liberdade de falar o que quiser, por um bom tempo, aliás. Vamos dizer, até 20 minutos; se for o caso, até um pouco mais.

De qualquer maneira, como forma de orientar, vou colocar algumas perguntas, que podem ser anotadas e respondidas ou não. Fiquem à vontade. Mas, se não forem respondidas, fica aqui a preocupação que eu manifesto do que são as manipulações.

1) Eu gostaria de saber se o Governo Federal usou recursos dos Estados e Municípios para atingir a meta de superávit fiscal em 2013. Os estudos que nós fazemos, eu e minha assessoria, passam a impressão de que sim. A parcela de dezembro do salário educação, de R$700 milhões, só foi transferida no dia 30 de dezembro de 2013. A receita só saiu do caixa do Tesouro e entrou nos caixas estaduais no início de janeiro de 2014. Significa que o dinheiro foi, mas houve uma manipulação no que se refere ao valor real do superávit.

2) Outra forma que, aparentemente, se usa como contabilidade criativa são os restos a pagar (processados e não processados), gerados em montante abusivo, criando um verdadeiro orçamento paralelo, via adiamento para o ano seguinte – no caso, 2014 – de despesas que deveriam ter sido pagas no ano – no caso, 2013.

Sei que aqui está a representante do Contas Abertas, mas cito dado da ONG Contas Abertas, que mostra que os restos a pagar processados em 2013 foram da ordem de R$51 bilhões. Em 2012, R$26 bilhões, ou seja, metade. O Ministério da Fazenda alega que o valor foi menor: R$33 bilhões. Ainda assim, são 27% a mais do que em 2012.

Tem razão o Ministério quando diz que são R$33 bilhões, e não R$51 bilhões, como diz o Contas Abertas? E, mesmo sendo R$33 bilhões, não é uma manipulação de informações?

3) O Governo desconta as despesas do PAC do cálculo do superávit primário. Essa despesa não financeira deveria reduzir o valor do superávit primário. Mas não é assim que o Governo procede. Essa é uma prática contábil correta ou é um artifício usado para maquiar as contas?

4) O método de antecipação de dividendos para fechar as contas do Governo Federal, bem como a venda de dividendos a receber da Eletrobras para o BNDES, isso tem sido feito como uma forma de manipulação de dados? O Governo Federal aumenta sua dívida para capitalizar BNDES (Eletrobras), e esse, ao mesmo tempo, recolhe dividendos para o Tesouro Nacional, aumentando artificialmente a receita primária. Em síntese: transforma emissões de dívida em receita primária. Isso é um fato ou não é um fato?

5) A Eletrobras teve sua lucratividade afetada pela perda de receita, com renovação das concessões de geração e transmissão de energia e forte perda de mercado. Isso não é uma manipulação para, primeiro, reduzir as tarifas de energia elétrica como forma de passar uma boa imagem à opinião pública, mas sem a verdade, que seria essa redução de tarifa graças ao aumento na produtividade – aí sim? Sem aumento da produtividade, isso não é uma manipulação?

Mesma coisa a Eletrobras em relação à Petrobras. O Governo está ou não usando a Petrobras para um controle artificial da elevação de preços que a política econômica está provocando? Essa é uma pergunta. E, se está, isso não fere os direitos humanos, primeiro, a esconder a verdadeira taxa de inflação? Segundo, porque ela vai explodir em algum momento? – ninguém segura preços artificialmente por muito tempo; e, terceiro, prejudicando um dos maiores patrimônios da sociedade e da história brasileira, que é a Petrobras?

6) Uma auditoria da Controladoria-Geral da União apontou que, em 2012, a Caixa Econômica, sem respaldo legal, encerrou 525.527 contas sem movimentação por até três anos e lançou os recursos como lucro no balanço anual. Esse procedimento gerou um acréscimo de receita de R$719 milhões (12% do lucro do Banco naquele ano). Eu quero dizer que, sobre isso aqui, as autoridades da Caixa Econômica me deram a resposta. Eu gostaria que a resposta fosse dada ao público, para mostrar que há razões, há argumentos para que isso tenha sido feito, não como se fosse uma química, uma manipulação, mas como se fosse uma rotina que se faz a cada tantos anos. É importante que a opinião pública saiba.

E, como perguntas diretas?

a) Pode-se dizer que há exercício de contabilidade criativa ou, mais explicitamente, contabilidade enganosa, nos aspectos citados acima?

b) As manipulações podem estar escondendo a real situação do patrimônio público das empresas estatais?

Eu vou distribuir essas perguntas por escrito. Pedi fossem impressas.

c) Há melhoria, manutenção ou deterioração na qualidade dos dados oficiais do Governo sobre inflação, investimento em infraestrutura, saldo comercial, desemprego, resultado das empresas estatais, total de gastos públicos e geração de restos a pagar?

Lembro a crise que vive hoje o IBGE. Será que essa crise não tem a ver com a tentativa de esconder a realidade?

d) Quais os custos para a sociedade brasileira que uma falta de transparência nos atos públicos pode trazer para o crescimento econômico, para a organização da sociedade e um correto estabelecimento de prioridades para os gastos públicos?

e) Como melhorar o processo de acompanhamento das ações de política fiscal pelo público em geral e pelo público mais especializado (formadores de opinião, empresários, economistas, investidores nacionais e internacionais)?

f) Com relação ao episódio recente do cancelamento das contas de poupança da Caixa Econômica Federal, qual a sua opinião – dos três ou dos que quiserem falar: houve confisco de poupança ou houve normalidade nos procedimentos administrativos?

g) Por que o mercado e os formadores de opinião apontam pouca confiabilidade nos números relacionados ao superávit primário e ao esforço fiscal do Governo Federal? Há fundamentos para explicar este descrédito?

Lembremos recente estudo do Banco Mundial, que apontava nessa direção.

h) Quais direitos dos cidadãos são violados quando o público fica impedido de saber exatamente o que está determinando os resultados da gestão pública, ou a escolha de medidas econômicas equivocadas ou uma execução pouco transparente dessas medidas? Deveria haver algum tipo de penalidade para tais atos? Quais e como?

i) Há risco de novo rebaixamento do Rating Soberano do Brasil (títulos de longo prazo) em decorrência de perda de confiança dos agentes econômicos na política fiscal brasileira? Vocês acham que há esse risco de rebaixamento ou vocês tranquilizam todos nós que esse rebaixamento não vai acontecer?

j) Pode-se afirmar que, além da reserva extra que estava no Fundo Soberano e de dividendos dos bancos públicos, o Tesouro Nacional também contou com cerca de R$7,2 bilhões do FGTS para fechar as suas contas em 2012? Isso é um fato?

Mais algumas poucas.

k) O TCU tem feito ressalvas (e recomendações) no relatório anual das Contas do Governo. Muitas destas ressalvas são associadas a estas operações de aumento artificial do superávit primário. O que falta para o Governo levar a cabo as recomendações do TCU? Ou rejeitá-las como equivocadas?

l) No que concerne à transparência fiscal, há ressalvas a serem feitas com relação aos procedimentos de execução dos investimentos públicos em geral e especialmente do Programa Minha Casa Minha Vida em particular?

Duas perguntas mais para terminar.

m) Como evoluiu no passado recente o passivo do BNDES junto ao Tesouro Nacional? Há riscos envolvidos nesse indicador contábil, ou seja, o BNDES está passando uma imagem falsa de sua estabilidade?

n) E, finalmente, em sua opinião, quais os principais riscos fiscais trazidos por operações dessa chamada contabilidade criativa, caso ela de fato esteja ocorrendo?

Essas seriam as perguntas. Não vou obrigá-los a responder a todas, não vou tolher o discurso de vocês, porque eu estaria ferindo um direito humano, talvez o da liberdade de expressão, mas é o que o povo está querendo saber. É o que o povo está querendo saber, além de outras perguntas.

Vou passar à fala, na ordem da chamada. Em primeiro lugar, ao Dr. Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa, que é Diretor-Executivo da Caixa Econômica Federal. Agradeço muito ao senhor e ao Presidente da Caixa por tê-lo encaminhado, atendendo ao nosso convite.

Concedo a palavra ao Dr. Paulo Henrique por 20 minutos. Se precisar de um pouco mais, não tem problema. São muitas perguntas, o tema é complexo. Fique à vontade.

O SR. PAULO HENRIQUE BEZERRA RODRIGUES COSTA – Bom dia, Sr. Presidente; bom dia, senhoras e senhores presentes na Comissão.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o convite feito à Caixa e a oportunidade que nos está sendo dada de trazer mais detalhes, mais informações, especificamente sobre o encerramento das contas com irregularidades cadastrais. Nossa intenção aqui é esclarecer os procedimentos operacionais, os procedimentos contábeis, a fundamentação legal de toda a operação e, também, demonstrar o esforço realizado nos últimos anos pela Caixa para o cumprimento dessas normas que tratam especificamente da manutenção e regularização de contas correntes. Por fim, espero aqui demonstrar que todas essas ações tiveram o objetivo do cumprimento das exigências legais, da manutenção do relacionamento, na medida do possível, com os nossos clientes e da garantia e preservação de todos os direitos dos correntistas e poupadores da Caixa.

Se V. Exª me permite, eu vou seguir uma apresentação que nós preparamos. Trazemos uma lista de pontos que nós consideramos importantes para esclarecer cada uma dessas nuances que eu comentei agora há pouco.

Em primeiro lugar, nós gostaríamos de falar sobre os requisitos legais para abertura e manutenção de contas de depósito no Brasil. Esses requisitos são estabelecidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.025, instituída em 1993 e modificada por algumas outras normas, mas que, essencialmente, estabelece a obrigatoriedade, para abertura e manutenção das contas de depósito, da completa identificação do depositante, incluindo CPF e CNPJ. Aqui, eu vou me deter nessa questão do CPF e do CNPJ, uma vez que a existência de CPFs e CNPJs irregulares foi a principal causa do encerramento dessas contas.

Em 2000, o Banco Central editou a Circular nº 3.006, em que trouxe procedimentos complementares, tratando ainda dessa questão da abertura, manutenção e encerramento das contas de depósito e se fixou num ponto que, para nós, aqui, é importante, que é a expressa determinação quanto à impossibilidade de abertura e manutenção das contas de depósito com CPF e CNPJ irregulares. Esse marco é importante porque, como nós vamos ver à frente, foi a partir daí que a Caixa começou a tomar uma série de medidas com a intenção de regularizar a situação dessas contas.

Ainda restando duvidas não só pela Caixa, mas pelo próprio sistema financeiro, em 2008, a Caixa fez consultas tanto ao Banco Central quanto à Receita Federal, visando esclarecer se os CPFs classificados como cancelados, suspensos e anulados pela Receita Federal também estavam sujeitos à determinação contida na Circular Bacen nº 3.006, de encerramento pela impossibilidade de manutenção do relacionamento. E a resposta veio por meio da Carta Circular nº 3.372, em 2009, que deixou bastante claro que as contas de depósitos com CPF e CNPJ naquelas situações, ou seja, cancelados, suspensos e anulados, também deveriam ser encerradas.

A partir daquele marco que mencionamos, da Circular Bacen nº 3.006, a Caixa adotou uma série de ações, ao longo de mais de dez anos, com o objetivo de regularizar a situação dessas contas.

Por que é importante demonstrar essas ações e passar pela questão da exigência legal de determinados critérios – com destaque para CPF e CNPJ – para a manutenção dessas contas abertas? Porque quando veio à tona essa operação, na matéria de uma revista de circulação nacional, houve o que entendemos como uma confusão, informando que contas inativas foram encerradas. É preciso ficar muito claro que o que determinou o encerramento dessas contas não foi inatividade ou ausência de saldo, e, sim, a exigência legal de que essas contas deveriam ter alguns requisitos mínimos para que permanecessem abertas. Foi essa exigência legal que a Caixa procurou cumprir, com base nas ações de que vamos falar aqui.

A primeira ação importante foi uma comunicação a todas as agências, para que promovessem a regularização dessas contas e enviassem comunicação a todos os clientes, informando a intenção de encerrar as contas que não fossem regularizadas. Isso ainda no ano de 2001. Em 2002, procurando aperfeiçoar o processo, a Caixa constituiu um banco de dados listando individualmente cada uma dessas contas. E a movimentação dessas contas passou a ser acompanhada pela área de controles internos, com o objetivo de que a Caixa pudesse entender a dinâmica de movimentação e acompanhar o processo de regularização.

Outro marco importante aconteceu em 2004, quando a Caixa restringiu a movimentação dessas contas com CPF e CNPJ irregulares nos canais diversos do da agência. Ou seja, essas contas não poderiam mais ser movimentadas no Internet Banking ou no autoatendimento; elas dependeriam que o cliente procurasse a agência e tivesse uma autorização gerencial para fazer a movimentação dessa conta. E qual era o objetivo dessa ação? Fazer com que os clientes procurassem as agências e promovessem a regularização da situação cadastral.

Dando prosseguimento a essas ações, em 2007, a Caixa desenvolveu um sistema: essas contas passaram a ser acompanhadas por um sistema de monitoramento de agência, um sistema específico, que, sob gestão da área de controles internos, acompanhava detalhadamente cada movimentação, cada modificação no *status* dessa conta, ainda com a intenção de orientar os clientes, de dar as condições para que os nossos gerentes e os nossos empregados nas agências pudessem orientar os clientes e esclarecê-los sobre a necessidade de manutenção do cadastro atualizado, atendendo a determinação legal.

Como se não bastasse, em 2008, foi constituído um grupo de trabalho, composto por diversas áreas técnicas e de negócio, com o objetivo de propor soluções e adotar providências para a correção das contas com CPF e CNPJ irregulares. Novamente, em 2010, foi fornecida uma orientação às agências, e isso foi incluído na meta de avaliação do desempenho das agências, um conjunto de ações, em que cada uma das unidades da Caixa se obrigava a: identificar, para cada conta, o tipo de inconformidade cadastral e que documentos existiam; prestar contas sobre as providências adotadas para a regularização; e, finalmente, relatar a situação das contas após cada uma dessas ações.

O conjunto de todas essas ações, o resultado dessas ações foi apresentado ao Conselho Diretor da Caixa no final de 2010, para deliberação sobre que medida adicional tomar em relação a essas contas.

É importante destacar que, nesse período, e acho que isso mostra o compromisso da Caixa, a eficácia das ações tomadas, mais de 318 mil contas tiveram sua situação regularizada.

Um ponto também importante para deixar claro aqui é que houve um processo decisório estruturado, houve uma governança sobre a decisão de encerramento dessas contas. Considerando que essas contas, como já falei, não possuíam os requisitos legais para que fossem mantidas abertas e, portanto, precisavam ser encerradas cumprindo a determinação legal emitida pelo Conselho Monetário e pelo Banco Central e que há praticamente dez anos a Caixa vinha envidando esforços para identificação e localização dos titulares dessas contas e regularização dessas contas, foi submetida ao Conselho Diretor uma proposta que internamente chamamos de voto, com os procedimentos para atendimento à regulamentação e principalmente tratando do encerramento dessas contas que permaneciam com CPF e CNPJ irregulares – naquele momento, estamos falando de aproximadamente 500 mil contas.

O número muitas vezes chama atenção, mas é importante citarmos, porque a Caixa possuía e possui hoje mais de 70 milhões de contas de depósito. Estamos falando aqui de 500 mil.

Então, o Conselho Diretor, analisando todos os esforços envidados até aquele momento, analisando todas as informações produzidas pelas áreas técnicas, tomou a decisão de autorizar o encerramento dessas contas, mas condicionou esse encerramento a duas questões específicas. Primeiro, que fosse desenvolvido um sistema corporativo que permitisse o controle individualizado dessas contas e, segundo, que houvesse processos internos administrativos normatizados e de amplo acesso a todos os empregados, prevendo quais seriam os procedimentos operacionais para encerramento e pagamento dos recursos aos clientes que procurassem qualquer uma das agências da Caixa.

Aqui, quando falamos de pagamento dos recursos, estamos também reconhecendo a natureza de cada uma dessas contas. Portanto, atualizando os saldos, ou seja, devolvendo os recursos devidamente atualizados, de acordo com a natureza de cada uma dessas contas. Essas duas foram as condições estabelecidas pelo Conselho Diretor em 2010 – é preciso ficar clara essa diferença temporal – , para que essas contas fossem encerradas.

Assim, a Caixa entendia que estariam protegidos os direitos dos clientes de acessar a qualquer tempo os seus recursos atualizados, mediante a simples identificação na rede de agências da Caixa.

Então, por que as contas não foram encerradas naquele exato momento ainda em 2010? Porque o desenvolvimento de um sistema corporativo que permitiu dar segurança, controle julgado adequado pela instituição, para que ficassem registradas as informações individuais de cada uma dessas contas e de seus titulares, ficou pronto em novembro de 2011 e, em janeiro de 2012, foram estabelecidos finalmente os procedimentos internos para encerramento dessas contas e pagamento dos recursos.

Então, satisfeitas as condições estabelecidas e ainda existindo exigência legal de encerramento dessas contas, em janeiro, os procedimentos de encerramento foram iniciados e, ao longo de todo ano de 2012, foram encerradas pouco mais de 496 mil contas de depósito com irregularidades cadastrais e que, portanto, não reuniam condições legais de serem mantidas abertas.

Os saldos dessas contas foram levados a resultado no mesmo exercício da Caixa. E vamos explicar um pouco os procedimentos contábeis adotados para que isso acontecesse.

Antes de entrar na técnica contábil que detalha o passo a passo da movimentação contábil envolvida no encerramento dessas contas, é importante destacar que, no entendimento da Caixa, não há uma norma bancária que trate especificamente do direcionamento a ser dado ao saldo das contas encerradas por inconformidade cadastral, uma vez que o plano de contas das instituições financeiras chamado Cosif (***Plano*** Contábil das ***Instituições*** do Sistema ***Financeiro*** Nacional) prevê claramente a devolução dos recursos ao cliente quando do encerramento da conta, mas não informa que procedimento a ser adotado quando infrutífera a localização desse cliente.

Portanto, o tratamento contábil previsto no Cosif diz que o recurso de uma conta encerrada não deve ser registrado como depósito, devendo ser destinado ao caixa ou a outra conta adequada. É que quando a gente fala de destinado ao caixa significa o efetivo pagamento desses recursos ao cliente que for localizado e que venha efetivamente a sacar os recursos.

Então, diante dessa ausência de previsão explícita em relação ao tratamento a ser dado aos saldos remanescentes dessas contas, a Caixa, visando refletir adequadamente o ato operacional de encerramento dessas contas, movimentou o saldo desses recursos para uma conta chamada Outros Credores, que, no nosso entendimento, refletia adequadamente a situação operacional existente, uma vez que não mais existiam as contas correntes especificamente, pois elas haviam sido encerradas, e agrupados os seus saldos consolidados por agência do ponto de vista contábil.

É importante que a gente entenda esse movimento em dois passos. Até esse momento, o que tinha sido feito era apenas uma aglutinação do saldo das contas sem gerar impacto positivo ou negativo do resultado da Caixa, mas, sim, já atendendo às disposições regulamentares relativas ao encerramento dessas contas. E nós passamos, então, ao segundo passo dado do ponto de vista dos procedimentos contábeis. E, aqui, existe

uma resolução do Conselho Monetário Nacional, a Resolução nº 4.144, que aprova o pronunciamento contábil básico e que estabelece que, para que um passivo seja exigido, ele atenda cumulativamente três condições: a primeira delas é a existência objetiva de uma obrigação presente; a segunda, que seja provável a saída de recursos aos detentores dos benefícios econômicos dessa obrigação; e, finalmente, que exista uma estimativa segura do valor necessário para liquidar essa obrigação.

Então, diante do comportamento observado ao longo dos dez anos de esforços em relação à regularização dessas contas e também da movimentação observada em relação aos saques, à saída desses recursos, o montante global foi considerado improvável, mudando então a natureza do passivo de exigível para um passivo considerado contingente, cuja possibilidade de saída dos recursos, neste caso, era remota.

Para nós ilustrarmos aqui a questão, desde o início do encerramento dessas contas em janeiro de 2012 até o dia 8 de janeiro de 2014, apenas 6.823 clientes, das 496 mil encerradas, haviam procurado a Caixa. Ou seja, nós estamos falando de aproximadamente pouco mais de 1% das contas. E, do valor dos R$719 milhões em saldos dessas contas, R$20,5 milhões haviam sido procurados, o que corresponde a aproximadamente 3%.

Esse entendimento de que esses recursos eram um passivo contingente de natureza remota, cuja existência seria confirmada pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da entidade que também segue uma norma do Banco Central, a Resolução nº 3.283, que aprovou o Pronunciamento Técnico Contábil nº 25, foi o que fez com que esses passivos não fossem, então, registrados nas demonstrações contábeis da Caixa e, portanto, lançados a resultado.

A primeira questão que surge, e isso constava, Sr. Presidente, no requerimento feito a esta Comissão, é se isso caracterizava um confisco. E aqui é importante a gente aproveitar o momento e desfazer uma certa confusão que foi estabelecida...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO HENRIQUE BEZERRA RODRIGUES COSTA –...em relação ao tema: a simples mudança de classificação contábil não muda a natureza do contrato cível de depósito. Ou seja, a Caixa permaneceu e permanece com a obrigação de repassar os recursos aos seus clientes quando procurada. Isso foi um cuidado estabelecido desde o momento em que foi tomada a decisão de encerramento dessas contas.

Aqui, nós mostramos de uma maneira esquemática como foi esse passo a passo. Primeiro, encerramento das contas, em função da exigência legal, ou seja, pelo fato de essas contas não atenderem aos requisitos legais de serem mantidas abertas. E, em função dos esforços empreendidos ao longo de dez anos, para regularização dessas contas, não terem regularizado a totalidade do estoque dessas contas existentes. A partir disso, essas contas foram encerradas, e constituído um passivo exigível chamado "outros credores". Seguindo a norma contábil, foi avaliado se esse passivo exigível deveria permanecer como exigível ou se teria uma natureza de passivo contingente, dadas as incertezas de materialização. Lembro aqui: dez anos de procura dos clientes, contas com restrição de movimentação desde 2004. Portanto, praticamente oito anos naquele momento sem que o cliente tenha nos procurado, mostrando um histórico de ressarcimento de valores baixo. Esse passivo, então, foi classificado como um passivo contingente remoto, e a transferência de valores de outros credores para resultado.

É importante dizer que, apesar de ter feito esse movimento, a Caixa, ao ser orientada pelo Banco Central de que deveria adotar um procedimento divergente, realizou uma modificação da sua prática contábil e, seguindo também uma norma contábil chamada CPC 23, ela fez uma alteração; ou seja, reconhecendo contra o patrimônio líquido, nas demonstrações contábeis do exercício de 2013 a reversão daquela receita que tinha sido reconhecida em 2012 e criação de um passivo com as mesmas características dos depósitos iniciais com a atualização aplicável, dependendo do tipo da conta, e líquido dos saldos que os clientes tinham procurado e movimentado junto à Caixa. Adicionalmente, a Caixa enviou correspondência para a totalidade dos clientes que ainda não tinham regularizado essas contas. Estamos falando de mais de 491 mil correspondências. E ainda contratou uma empresa terceirizada na tentativa de fazer uma nova qualificação cadastral e localização do endereço de 112 mil correspondências que haviam sido devolvidas em função de crítica na validação do endereço. Além disso, ela revisou todos os procedimentos internos envolvendo pagamento, controle, conferência das informações relativas a essas contas e reforçou as orientações dadas a todos os empregados da rede de agência, para que dessem especial atendimento a esses clientes.

É importante destacar ainda que, no período de 13 de janeiro deste ano a 30 de abril, foram pagos R$5 milhões a 3.391 clientes; ou seja, com toda campanha nacional feita sobre esse assunto, o esclarecimento que foi prestado até agora, somente 0,7% do saldo e da quantidade desses clientes procuraram a Caixa, o que nós acreditamos que também reforça a afirmação que fizemos aqui de que os esforços adotados ao longo dos dez anos para a regularização dessas contas foram bastante válidos.

Em relação a esse tema, Sr. Presidente, espero ter conseguido demonstrar os procedimentos operacionais, os procedimentos contábeis adotados pela Caixa, o esforço feito ao longo desses dez anos. E acredito, alinhado ao objetivo desta Comissão,...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO HENRIQUE BEZERRA RODRIGUES COSTA – ...ter deixado claro que os direitos dos clientes foram preservados ao longo de todo o processo, e continuam preservados, sendo que os recursos estão disponíveis desde o início do encerramento das contas, e até agora, para a busca pelos clientes em qualquer uma das agências da Caixa, pela simples identificação de cada um deles.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Nós que agradecemos a clareza da apresentação, embora eu queira deixar uma pergunta, que pode ser respondida no final: estão garantidos os direitos dos correntistas, mas o fato de que isso teria aumentado o lucro contábil da Caixa não é uma forma de manipular, uma vez que amanhã podem aparecer milhões querendo receber seu dinheiro e aí haveria prejuízo? Mas deixo para depois. Só peço que anote.

Na ordem em que foram chamados, a fim de que eu não cometa erro, passo a palavra à jornalista Dyelle Menezes, a quem agradeço muito estar aqui representando a associação Contas Abertas.

A SRª DYELLE MENEZES – Bom dia a todos.

Eu também gostaria de agradecer, mais uma vez, o convite para que o Contas Abertas estivesse aqui hoje. Estou representando o nosso Secretário-Geral Gil Castelo Branco, que é economista e lida diretamente com os dados do Contas Abertas e que, infelizmente, hoje, não pôde estar aqui porque já tinha um evento programado no Rio de Janeiro.

Eu gostaria também de cumprimentar a Mesa e de dizer que vou tentar ser clara e objetiva em relação ao que levantamos a partir do final do ano passado e ao acompanhamento que vimos fazendo quanto à postergação de pagamentos e de restos a pagar, que têm crescido significativamente.

Em primeiro lugar, partimos do princípio de que a postergação de despesas influenciou e inflou o resultado primário que obtivemos no ano passado, no Governo Federal.

Aqui, uma tabela que mostra mais ou menos o que fazemos. Todo ano, no final do ano, fazemos o acompanhamento do que chamamos de corrida para os empenhos, na Esplanada, e notamos que estava demorando um pouco no ano passado. E quais foram os motivos?

Nos últimos quatro dias, o Governo emitiu, em ordens bancárias, R$4 bilhões, enquanto nos 27 primeiros dias desse mesmo mês o valor foi de apenas R$2 bilhões. Esse valor, apesar de ser significativamente grande para os quatro últimos dias do ano, demonstra certa preocupação do Governo em emitir ordens bancárias num período em que, talvez, essas ordens não fossem sacadas. Ou seja, esse período de quatro dias envolve sábado, domingo, segunda e terça antes do feriado do dia 1º.

O que nós entendemos com a postergação para emitir as ordens bancárias é que isso influenciaria exatamente no resultado primário, já que, para a questão do superávit primário do Governo, isso só vale se as ordens forem sacadas por quem as recebeu. Então, só a emissão de ordens bancárias nesse período em que possivelmente não seriam sacadas não permitiria que isso influenciasse no mês de dezembro, mas somente em janeiro de 2014. Ou seja, as despesas passariam para o ano que vem – no caso, este ano, 2014 – e não seriam contabilizadas no período que influenciaria o superávit primário do ano passado.

Então, observamos uma diminuição dos pagamentos em relação a 2012, que foi de 7,1%, ou seja, o Governo já pagou menos em relação ao ano de 2012, e, ao mesmo tempo, pagou muito mais tarde esses valores.

Passando aqui, isso influencia diretamente no crescimento de restos a pagar. Do ano passado para 2014, o valor de restos a pagar inscritos e reinscritos foi de R$18,4 bilhões, em investimentos, outras despesas correntes e inversões financeiras.

Em 2013, de um ano para o outro, esse valor foi de R$176,7 bilhões. Ou seja, a gente tem um aumento de restos a pagar no valor de R$41,7 bilhões de um ano para o outro.

Em princípio, nossa principal questão com isso é que a passagem de um Orçamento de um ano para o ano seguinte fere o princípio da anualidade do Orçamento, ou seja, forma um orçamento paralelo. Para se ter noção de como isso tem afetado as contas públicas, dos R$42 bilhões, aproximadamente, que foram investidos do ano passado, apenas R$16 bilhões eram com o Orçamento do ano; o resto era proveniente de restos a pagar.

Então, a gente vê que isso influencia, sim, naquilo que está sendo gasto pelo Governo no ano seguinte e que isso é, mais ou menos, uma bola de neve, que vai passando de um ano para o outro sem que a gente tenha controle sobre o que está sendo feito no Orçamento do ano.

Neste ano especificamente, o que comprova o que eu já tinha dito sobre a questão da passagem de pagamentos de um ano para o outro, os restos a pagar processados, ou seja, as despesas que ficaram literalmente na boca do caixa, que foram empenhadas, foram liquidadas, só não foram pagas, subiram 27,8%, passando de R$23,6 bilhões, de 2012 para 2013, para R$33,6 bilhões de 2013 para 2014.

E aqui eu vou, talvez, já esclarecer uma questão que o Senador apresentou para a gente. A princípio, a nossa estimativa de R$51 bilhões era apenas uma estimativa. Como puderam ver, pelo menos nos últimos quatro dias do ano, as contas públicas mudaram bastante. Então, a nossa primeira estimativa de restos a pagar processados foi, sim, de R$51 bilhões. Porém, com as mudanças que aconteceram, cancelamento de empenhos que o Governo fez depois dessa nossa primeira estimativa, esse valor ficou em R$33,6 bilhões, que é o valor final de restos a pagar processados, ou seja, despesas que chegaram a ser liquidadas, que o Governo reconheceu que aquele serviço tinha sido prestado ou aquela obra tinha sido realizada, porém não pagou, exatamente por essa questão de não querer influenciar as despesas do ano passado.

Apesar de o Ministério da Fazenda ter apresentado uma nota dizendo que esse crescimento não tinha sido muito significativo, a gente vê que o total de restos a pagar em 2009, que não é tão longe assim, foi de R$95 bi e, no ano passado, foi de R$218,6 bi. Então, esse crescimento realmente tem sido exacerbado e tem sido significativo.

E o que a gente estava acompanhando necessariamente é que os restos a pagar não processados, ou seja, despesas que são só empenhadas, essas, sim, vêm crescendo continuamente. E, como eu já falei, o surpreendente foi o crescimento dos restos a pagar processados, que geralmente tinham um valor estável, que não aumentava significativamente nos últimos anos. Então, esse é o nosso principal motivo de preocupação em relação aos restos a pagar.

Estes são os tipos de despesas que foram postergadas no final do ano passado: transferência para Estados e Municípios; e como o Senador já comentou, R$700 milhões em pagamento do salário-educação também ficaram para o começo deste ano, em vez de terem sido colocados no final do ano passado; repasses do SUS também foram atrasados, em razão do cumprimento dessa meta do superávit primário do ano passado.

E aqui temos uma análise do Contas Abertas em relação a tudo isso: o resultado foi turbinado por manobras orçamentárias, sim, incluindo essa questão das despesas que foram postergadas; a contabilidade postergada é irmã da contabilidade criativa, ou seja, é uma maneira de enganar os resultados e maquiar aquilo que está sendo feito pelo Governo. Isso produz um descrédito às contas públicas incrível, porque a gente tem que monitorar dia a dia para saber se o resultado do superávit foi o que está sendo proposto pelo Governo Federal, ou se houve uma manobra, ou se postergaram despesas, ou ainda se as despesas extraordinárias têm um relevante envolvimento nisso também.

E a gente aponta também, no caso do Contas Abertas, que trabalha com isso, a falta de transparência da política fiscal, ou seja, exatamente essa questão de a gente sempre ficar questionando se aquilo que nos está sendo dado é real ou é – como aconteceu, na nossa opinião, no final do ano passado – inflado por questões de manobras orçamentárias.

E até essa questão da amarra para o resultado fiscal de 2014 – foi uma coisa que, na época, eu conversei com o Prof. Mansueto –, que é exatamente o seguinte: você não pagou as despesas em 2013, você passa essas despesas para 2014; então, você cria essa amarra para o resultado deste ano, que também é uma preocupação que estamos tendo e que vamos acompanhar até o final do ano, para ver se conseguimos cumprir essa meta que foi proposta.

Nós tomamos algumas medidas em relação a essa postergação, que acreditamos não seja correta. Então, a gente tem uma representação no Ministério Público junto ao TCU, com o intuito de caracterizar as condições em que o superávit primário foi firmado. Ou seja, queremos que o TCU analise isso detalhadamente e especificamente, e que isso apareça no relatório de contas públicas anual divulgado pelo TCU.

Algumas possibilidades para que isso seja feito de maneira efetiva é a criação do Conselho de Gestão Fiscal, que está no art. 67 da Lei Complementar nº 101/2000, que envolveria todos os Poderes, no intuito de ajudar a fiscalizar o que está sendo feito na política fiscal do País. E também o projeto de responsabilidade orçamentária, que está na Comissão de Assuntos Econômicos aqui do Senado, o Projeto nº 229/2009, que, entre outras coisas, propõe o acompanhamento desse crescimento dos restos a pagar, tentando diminuir os valores, para que isso não seja usado de maneira exacerbada pelo Governo Federal, como tem acontecido nos últimos anos.

Algumas consequências apontadas naquela análise primária do Contas Abertas já podem ser vistas:

a) o rebaixamento na nota de crédito pela Standard&Poor's, que foi notícia em vários lugares. Eles mencionaram essa criatividade do Governo Federal brasileiro em fazer os pagamentos no final do ano passado e deixaram claro, no relatório, que esse foi um dos motivos para o rebaixamento da nota;

b) o recuo do superávit federal em 2014. Nota-se que essas despesas que foram postergadas do ano passado para este já aparecem como um dos fatores de recuo do superávit primário. Se eu não me engano, o superávit primário recuou em 36% nesse primeiro trimestre. Então, a gente vê que isso realmente influenciou numa amarra para 2014 de maneira significativa;

c) e, quanto a essa questão da bola de neve, adiamento de pagamentos ainda estão acontecendo. A gente viu uma matéria de *O Globo* da última segunda-feira, segundo a qual em torno de R$10 bilhões não foram pagos e que isso envolveria recursos do Minha Casa, Minha Vida, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Bolsa Família.

Então, vemos que são áreas superimportantes, programas prioritários do Governo, e isso continua sendo adiado exatamente no intuito de que o superávit não seja, talvez, tão ruim quanto ele poderia ser não fossem as manobras orçamentárias.

Acho que eu fui rápida, porém os nossos dados são esses. A gente acredita que isso influenciou, sim, no superávit primário de 2013 e que essas manobras têm de ser controladas mais de perto, para que a gente possa exercer, literalmente, a fiscalização e o controle que a gente quer sobre as contas públicas do Governo Federal.

Eu deixo aqui os meus contatos. Eu sou jornalista no Contas Abertas, mas a gente pode fazer os levantamentos que forem necessários e atender aos questionamentos que forem precisos para quem busca e quem quer entender – qualquer cidadão comum – como está sendo feito o Orçamento público nos últimos anos.

Muito obrigada, mais uma vez, pelo convite.

Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Nós que lhe agradecemos, e quero deixar claro que sua apresentação foi muito enfática sobre a realidade de que, pelo menos em alguns itens, nós temos tido uma manipulação dos dados – desculpe se eu uso uma palavra forte, "manipulação", que você não usou.

Eu só deixo aí como pergunta: o seu sentimento é de que isso, de fato, fere direitos humanos da população ou não? Deixo para depois, e passo a palavra agora ao Mansueto Almeida.

O SR. MANSUETO ALMEIDA – Bom dia a todos, bom dia aos Senadores, bom dia ao público que nos acompanha pela TV Senado, bom dia aos demais componentes da Mesa. É um grande prazer estar aqui novamente no Senado Federal, com muito orgulho, para debater um tema tão importante.

Antes de começar, quero fazer uma ressalva. Apesar de eu ser funcionário do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), a opinião que vou dar aqui é uma opinião pessoal; não é a posição oficial do meu instituto.

Eu falo muito, mas vou tentar ser muito rápido. Quero fazer um breve retrospecto, um breve histórico da questão fiscal no Brasil, para entendermos um pouco esse debate da contabilidade criativa e chegar ao ponto da conclusão e dos desafios para os próximos anos no Brasil, independentemente de qual governo estará à frente desses problemas, desses dilemas que, como um todo, afetam a sociedade.

Quando eu falo alguma coisa sobre gasto fiscal, eu sempre começo enfatizando um ponto: não há o nível ótimo de gasto público, não há composição ótima de gasto público. Isso é decisão política. Se é decisão política, os valores têm de ficar muito claros para a sociedade, para, de fato, essa decisão política ser legítima.

Mais uma vez: quanto um país deve gastar com a educação em relação ao PIB? Quanto um país deve gastar com saúde em relação ao PIB? Existe alguma resposta a isso em algum manual de Economia? A resposta é "Não". Isso é decisão política, é debate político. Para o debate ser legítimo, os dados têm de estar muito claros. Os dados são claros? Os dados são muito claros para especialistas. Para não especialistas, os dados não são claros, mesmo para professores universitários. Eu participo de debates em universidades em que professores universitários, muitas vezes, não conhecem os dados do Orçamento.

Dito isso, vamos começar. Primeiro ponto: vamos relembrar o padrão de crescimento do gasto fiscal no Brasil. O Brasil, dado o nosso nível de desenvolvimento, não tem gasto fiscal pequeno. Se olharmos todo o gasto do setor público, incluindo juros, estamos falando de uma economia que gasta mais ou menos 40% do PIB. Os países que mais gastam na América Latina em relação ao PIB são Argentina, Equador e Brasil. Ou seja, o Brasil tem um gasto público elevado para o nosso nível de desenvolvimento, um país de renda *per capita* de US$11 mil. O gasto público médio de países da América Latina é em torno de 24%, 25% do PIB. Nós gastamos 40%.

Desde meados da década de 90, aumentamos a carga tributária em mais de 10 pontos do PIB, e o investimento público continua próximo a 2,5% do PIB. Então, o primeiro ponto para o qual quero chamar a atenção: por que, no Brasil, temos uma carga tributária elevada? O Brasil tem uma carga tributária elevada porque o gasto é muito alto. Essa carga tributária, de meados da década de 90 até hoje, cresceu em mais de 10 pontos de PIB. Aumentou a capacidade do setor público em investir? Infelizmente não. Por quê? Vamos ver.

Esse é o comportamento muito rápido da carga tributária do Brasil, de 1947 a 2012. Mais ou menos, de 1970 até 1993, a carga tributária do Brasil, no setor público, ficou flutuando em torno de 25% do PIB. A partir de

1993 e 1994 até hoje, essa carga tributária foi crescente e, hoje, está em torno de 36% do PIB. Ou seja, o Brasil aumentou a carga tributária, de meados da década de 90 até hoje, em mais de 10 pontos, e a nossa capacidade de investimento, o recurso que o setor público tem disponível para investir não aumentou.

Esse aí é o investimento de todo o setor público, excluindo estatais, de 1970 até 2011. Na média, de 74 a 80, no período do milagre, o crescimento da economia era puxado pelo crescimento da produtividade. Quando o crescimento da produtividade começou a cair, o Governo aumentou muito o investimento, para tentar continuar empurrando a economia a crescer àquelas taxas que crescemos até 1973.

A média de investimento do setor público, de 74 a 80 – Estado, Município, Governo Federal, sem colocar estatais – foi 5% do PIB. A média do nosso investimento público, 2003 e 2011, setor público, 1.7% do PIB.

Mas vocês vão me falar: mas, espera aí. Se este País, em relação à década de 90, aumentou a carga tributária em 10 pontos, como é que o investimento público, que em 92 era 1.82% do PIB, em 2011 foi para 2.30%?

Eu tenho um crescimento aqui de meio ponto do PIB, num período em que a carga tributária cresceu 10. Esse é um dos nossos dilemas. Apesar desse aumento brutal da carga tributária, não há muito espaço dentro do Orçamento para aumentar fortemente o investimento público.

Por quê? Esse aqui é um dos motivos. Um motivo, diga-se, meritório, motivo que tem a ver com decisões que foram tomadas na Constituição e nos governos posteriores. A sociedade brasileira quer mais proteção, quer mais programas sociais. O que o Brasil gasta com programa social, mais ou menos, o setor público como um todo, enfim, fazendo uma conta não tão rigorosa, é em torno de 23,5% do PIB. A gente gasta com Bolsa Família 0,5% do PIB, com educação pública 5,5% do PIB, com saúde pública, SUS, 4,5% do PIB, com Previdência Social, incluindo LOAS, 12% do PIB, seguro-desemprego, abono salarial, 0,9%. Se eu somar tudo isso, tenho 23,5% do PIB só de gasto social do setor público brasileiro.

Vocês podem me perguntar: isso é muito ou pouco? Isso é muito para um país em desenvolvimento. Foram escolhas. Agora, a gente tem que levar em conta, por exemplo, o gasto público total da Índia é 27% do PIB, do Brasil é 40%, dos 40%, 23,5% são ligados a funções sociais. O gasto público total da China é de 25% do PIB; o que a China gasta no total de gasto público, 25% do PIB, é equivalente ao que o Brasil apenas com gasto social.

Por que estou enfatizando tanto isso? Porque, mais ou menos, isso nos levará ao seguinte: o crescimento do gasto social, só para vocês terem uma ideia, na época da Constituição, a gente gastava com Previdência, INSS, 2,5% do PIB, hoje, a gente gasta mais de 7%. Você pode explicar grande parte do crescimento do gasto público desde 1988 até hoje, ou, então, desde 1999, quando a gente começou a fazer superávit primário pelo crescimento do gasto social, principalmente programas de transferência de renda. Dado que o setor público no Brasil gasta muito e eu preciso de uma carga tributária elevada, eu tenho alguns problemas que vou começar a explicar.

Primeiro problema: na nossa arrecadação, temos três grandes problemas. Só temos discutido, nos últimos dez anos nesta Casa, a solução de um desses problemas. No Brasil, você tem um número muito elevado de imposto e contribuições, então, as empresas gastam muito para cumprir suas obrigações fiscais. É o que chamamos de custo de *compliance*. As várias propostas de reforma tributária nos últimos dez anos tratam desse problema, do primeiro. Fora esse primeiro problema, eu tenho dois outros, que não são tratados em nenhuma proposta de reforma tributária que temos discutido no Brasil nos últimos dez, quinze anos.

O segundo problema é que o Brasil tem uma elevada proporção de impostos indiretos. Na média da OCDE, dos países da OCDE, o total de arrecadação via imposto indireto é equivalente a 33% da arrecadação. No Brasil, pelos dados da Receita Federal, é 49%. O que de cara nos leva à conclusão de que o sistema de arrecadação do Brasil é extremamente regressivo, porque a gente arrecada muito via imposto indireto. Existe algum debate sobre isso em algumas das propostas dos últimos dez, quinze anos de reforma tributária? Não.

Outro problema é o seguinte: apesar de eu ter um Estado que é eficiente para arrecadar e distribuir para a sociedade, há um problema muito sério quando você compara Brasil, América Latina e Europa. Esse é que é o problema.

Este é um estudo da Cepal. Tudo o que eu citar aqui, depois, quem tiver interesse, eu posso mandar. Normalmente, quando você olha como o Governo arrecada e, depois, como ele transfere para a sociedade, nos países da América Latina, quando você coloca o Governo tributando e distribuindo de volta para a sociedade, via transferência de renda, a desigualdade de renda, o Gini, cai muito pouco, cai de 2% a 7%. Na Europa, chega a cair 40%. Quando você pega a média da OCDE, a desigualdade de renda da OCDE é alta. Antes da tributação e transferência do Governo, a desigualdade de renda da OCDE chega a ser 0,5, o Gini. Quando você coloca o Governo tributando e transferindo, essa desigualdade cai para 0,3, chega a cair 30% a 40%. A América Latina e Brasil não conseguem fazer isso.

Há um debate sobre isto, sobre como melhorar a progressividade e como melhorar o efeito redistributivo do Governo, via tributação e transferência de novo. Esse é outro debate que está ausente nas nossas propostas

de reforma tributária. O problema do Brasil é tão sério que a gente está, no momento, olhando só isto: reduzir o número de impostos, reduzir o número de contribuições e, possivelmente, criar um IVA federal. Esses dois outros problemas não estão sendo tratados.

Há como o Brasil ter um sistema altamente progressivo, como há em alguns países? A resposta também, infelizmente, é não. Por quê? Porque a gente tributa muito para o nosso nível de desenvolvimento. Se a gente fosse tributar isso via imposto de renda, para vocês terem uma ideia, se a gente quisesse ter a estrutura de tributação de imposto de renda que têm os Estados Unidos, a gente teria que começar a tributar quem ganha R$400,00 por mês. Então, esquece. Como a gente precisa de tanta carga tributária, de tanto imposto, a gente não tem como fugir de imposto indireto a não ser reduzindo um pouco essa carga tributária. Por isso é que esse debate está um pouco interditado.

Dito isso, quais são os fatos estilizados que a gente pode falar sobre gasto público? Primeiro, entre 1991 e 2003, a despesa primária passa de 11% do PIB para 19% do PIB. Na despesa primária, eu estou excluindo a transferência para Estados e Municípios e estou excluindo também pagamento de juros. De cara, isso é um crescimento de oito pontos do PIB. Vocês já têm uma ideia de para onde foi o aumento da carga tributária.

Nesse período, o investimento público não aumentou. Grande parte desse crescimento de carga tributária está ligada às funções sociais, principalmente à transferência de renda, principalmente Previdência e mais recentemente, nos últimos quinze, vinte anos, a programas como LOAS, Bolsa Família.

Apesar desse crescimento do gasto, o País passou sistematicamente a gerar superávit primário a partir de 1999. Como? Aumentando carga tributária. Quer dizer, nesse período todo, pós-Constituição, como é que o Brasil passa a gastar mais e a gerar superávit primário a partir de 1999? Qual foi o truque? Não foi truque. Foi aumentando carga tributária. Equilíbrio fiscal baseado, como eu já falei, no forte crescimento da receita.

Essa é uma tabela que eu faço para acompanhar a despesa primária do Governo central, de 1999 a 2013, eu divido, faço várias colunas. O dado é exatamente igual ao do Tesouro, só que a minha abertura é maior. Eu uso a tabela do Tesouro e uso dados do Siafi. Eu tenho pessoal, INSS, subsídios, custeio administrativo, custeio de saúde e educação, custeio de gastos sociais, que são praticamente Bolsa Família, LOAS, seguro-desemprego, abono salarial. Ali eu tenho uma coluna que é investimento, sem Minha Casa, Minha Vida, e o total.

O que a gente tem sobre o crescimento do gasto de 1999 a 2013? De 1999, quando a gente começou a gerar superávit primário até 2013, eu posso explicar grande parte do crescimento do gasto como ponto percentual do PIB ocorreu em dois tipos: Previdência e custeio de gastos sociais, que mais uma vez são programas de transferência de renda que não Previdência, seguro-desemprego e abono salarial, Bolsa Família e o benefício para idosos e também para pessoas com deficiência.

Você consegue explicar 80% do crescimento do gasto público no Brasil, não financeiro, do Governo central, de 1999 a 2013, olhando só para as contas de transferência de renda. Se eu incluir custeio de saúde e educação, eu consigo explicar 94% do crescimento do gasto. Vocês vão me falar o seguinte: "Então, o que você está me falando é que se eu contratar o melhor gestor do mundo e convidá-lo para ser secretário do Tesouro, ele vai poder fazer pouca coisa?" Exatamente. Você pode contratar o melhor gestor do mundo e colocá-lo na Secretaria do Tesouro ou na Secretaria de Orçamento Federal ou como ministro do Planejamento, que ele vai poder fazer pouca coisa. Por quê? Porque grande parte do crescimento do gasto público do Brasil está ligada a regras. E grande parte do crescimento recente, neste período de 1999 a 2013, está ligada à recuperação do valor do salário mínimo.

Por que é que eu estou enfatizando tudo isso? Porque isso é novamente uma discussão política. Se eu quiser continuar com esse crescimento do gasto no ritmo atual, no ritmo dos últimos três anos, com a economia crescendo 2% ao ano, isso significa uma coisa muito clara: todo mundo aqui vai ter que pagar mais imposto.

O que a gente tem no período recente? No período recente...

Um ponto que vale a pena enfatizar é essa coluna Subsídios. Essa coluna Subsídios aumentou muito nos últimos três anos. Ela era 0,25% do PIB, em 2010; agora, está em 0,85%. E ela na verdade deveria ser muito maior. Por que ela não é maior? Porque há uma parte da conta de subsídios que eu vou mostrar e que a gente não está pagando. O que são esses subsídios? Aquela coluna Subsídios são praticamente estas quatro contas: equalização de juros; praticamente aqui são equalizações de juros das operações de empréstimo para crédito agrícola; a conta de desenvolvimento energético, como todo mundo sabe, o Governo passou agora a bancar parte do subsídio da conta de energia. No ano passado, isso teve um custo de R$8 bilhões; compensação em regime de Previdência Social, a gente fez uma desoneração da folha de pessoal. A Previdência perdeu receita e o Tesouro tem agora que compensar a Previdência. Isso gerou um gasto, no ano passado, de R$9 bilhões. Este ano, esse gasto vai ser muito maior. E eu tenho Minha Casa, Minha Vida. É um programa bom, um programa meritório? Sem dúvida o é. Só que, por trás de cada programa bom, de cada programa meritório, você tem um custo. Minha Casa, Minha Vida, em 2009, não existia ainda. Começou. Não tinha custo nenhum. O impacto

desse programa no ano passado nas contas do Tesouro Nacional foi R$14 bilhões. Aí vocês vão me perguntar: "Então, o total de subsídios do Minha Casa, Minha Vida é R$14 bilhões?""Não, é muito maior, é R$18, R$19. Cadê o resto da conta? É bancado pelo FGTS."

Portanto, eu sou da opinião de que tudo que é subsídio deveria ser bancado pelo Tesouro, para a sociedade ter ideia do quanto ela está gastando de subsídio. Eu não vejo com bons olhos o FGTS bancar a fundo perdido parte do subsídio do Minha Casa, Minha Vida. Deveria ser bancado pelo Tesouro. Quando você exorna a conta do subsídio, ela era, em 2010, de R$9 bilhões, no ano passado, R$41. Vocês me perguntam: "Mas a tendência dessa conta do subsídio é diminuir?""Não. A tendência é crescer muito mais. Por quê? Porque há uma grande parte dela que não está sendo paga." Por exemplo, há um programa muito importante que se chama Programa de Sustentação do Investimento. O Governo aumenta a dívida pública, manda dinheiro para o BNDES e o BNDES empresta esse dinheiro, cobrando juros baixos. Por exemplo, no ano passado, nossa inflação foi 6%. A taxa de juros de empréstimos para programas do TSI no primeiro semestre do ano era 3,5%. Era uma taxa menor do que a inflação. Vocês vão me perguntar: "Então, isso tem um custo?""Tem um custo brutal.""Esse custo está sendo pago?""Não." O Governo pode não pagar... "Em algum momento, o Governo vai ter que pagar?""Sim.""Ele está pagando?""Não.""Como é que ele pode não pagar?""Porque o credor é um banco público. O Governo manda nos bancos públicos. Então, o Governo pode postergar esse pagamento."

Se vocês olharem o balanço do BNDES, no ativo em 2009 o BNDES dizia que tinha recebido do Tesouro, a título de equalização de juro, R$785 milhões. Balanço do BNDES em final de 2009. Balanço do BNDES em final de 2013, o BNDES afirma que tinha recebido do Tesouro R$17,5 bilhões. "Essa conta vai parar?" Não, vai continuar crescendo. Por quê? Porque o PSE – acho que não está aqui –, o volume que o Governo permite, que o BNDES empresta com algum subsídio, quando começou o programa em 2009, era R$44 bilhões, hoje é R$312 bilhões. Então, essa conta de subsídios vai aumentar muito. Essa conta de subsídios não está aparecendo aqui porque ela não está sendo paga. Isso mais à frente vai ter que ser pago ou se vai ter que fazer um encontro de contas com o BNDES. Isso é muito ruim porque grande parte da população não sabe que o fato de eu, Governo, eu, BNDES, dar crédito subsidiado tem um custo muito alto, não é um custo pequeno.

Vocês vão me perguntar: "Será que você não está exagerando na questão fiscal?""Não, isso aí é o crescimento da despesa primária, não inclui juros." Eu vou falar de juros mais na frente.

Crescimento da despesa primária do Governo central em pontos de percentagem do PIB. Desde 1999, quando a gente começou a fazer superávit primário. No segundo governo Fernando Henrique Cardoso, a despesa primária cresceu 0,7 do PIB. No primeiro governo Lula, cresceu 1,2. No segundo governo Lula, apesar do forte crescimento da despesa, o PIB estava crescendo 4,6 ao ano. Isso diluía o crescimento da despesa. O crescimento da despesa primária no segundo governo Lula foi meio ponto do PIB. Crescimento da despesa primária no governo Dilma em três anos, 2011, 2012, 2013: 1,6 do PIB, quase os oito anos de governo Lula. Por quê? Porque o gasto continuou crescendo ao mesmo ritmo dos governos anteriores com um PIB que passou a crescer 2% ao ano. Isso teve um crescimento brutal da despesa primária.

Vocês vão me perguntar: "E daí? Qual é a preocupação?""A preocupação é mais ou menos isto aqui: esse crescimento da despesa primária está sendo acompanhado por uma forte queda do superávit primário em um momento em que as taxas de juros estão se elevando, em um momento em que a nossa economia está crescendo menos – e isso exige um primário maior para estabilizar a dívida sob PIB. É esse tipo de conta que as agências de risco olham e por isso que o Brasil foi rebaixado."

De janeiro a março de 2011, nos três primeiros meses do ano, o nosso primário foi 4,08%. De janeiro a março de 2012, foi 4,50%. Mesmo assim, em 2012, a gente teve problema de fechar as contas fiscais no final do ano e que deu origem a esses procedimentos de contabilidade criativa. De janeiro a março de 2013, o superávit primário, 2,75%. De janeiro a março de 2014, 2,12%. Aqui, em 2013 eu só consegui fechar as contas, porque tive uma receita muito elevada de concessão do pré-sal, do Campo de Libra e um Refis – só isso deu R$35 bilhões, 0,7% do PIB.

A gente vai ter outro leilão de pré-sal este ano? Eu não sei. A gente vai ter mais de R$20 bilhões de Refis este ano? Acho que não. Se, no ano passado, estava com o primário maior no início do ano, e tive dificuldade, só consegui fechar a conta, entregar o superávit primário de 1,9%, porque havia uma receita extra de 0,7%, imagine este ano. São esses dados muito simples que a gente olha e fica preocupado.

Política social *versus* política setorial, motivação e problemas. Aqui, quero deixar claras duas coisas: parte do crescimento do gasto público, a grande maioria, está ligada à política social, decisão da sociedade discutida nesta Casa. Política social, apesar do forte crescimento do gasto, é transparente no orçamento. O Governo não pode deixar de pagar o Bolsa Família, não pode deixar de pagar os aposentados por um, dois anos.

Então, a política social está clara no orçamento, embora nem todo mundo saiba encontrar quanto é que custa cada um dos programas sociais – mas a política setorial não. O Brasil, desde 2008, 2009, definimos, vai

continuar com política social ativa, mas vamos também fazer política setorial. Algum problema? Nenhum problema, isso é decisão de Governo, mas o custo tem que ficar claro.

E aí é que entra o problema relacionado a este nosso debate: o custo não ficou claro. Como é que você conciliou um Estado forte em política social com um Estado forte em políticas setoriais? Nenhum Estado do mundo faz isso. Podem falar: "Ah, a China faz isso." Não, o que a China gasta com o social é muito pouco; a China gasta muito com o setorial, porque gasta pouco com o social.

Países que gastam muito com o social não têm recurso para incentivar muito empresas e setores econômicos. O Brasil decidiu fazer as duas coisas. Qual foi o resultado disso? Essa era uma das perguntas do Senador. O total da dívida dos bancos públicos junto ao Tesouro Nacional, em 2007, era R$14 bilhões, meio ponto do PIB. E em quanto foi que isso terminou em 2013? Em R$467 bilhões, ou 9,7% do PIB. Vocês vão me perguntar: Isso vai diminuir? Não, isso vai continuar crescendo, porque o Governo está demandando dos bancos públicos uma atuação muito maior do que o *funding* que eles têm disponível. Logo, isso significa mais aumento de dívida.

Então, como é que o BNDES e alguns outros bancos públicos conseguiram ser tão ativos nos últimos anos? Porque o Governo aumentou a dívida e fez grandes empréstimos para bancos públicos. Novamente, o total da dívida dos bancos públicos junto ao Tesouro era meio ponto do PIB em 2007. Isso, hoje, é 9,7% do PIB, grande parte disso o BNDES. Há algum problema com isso? Novamente, isso é decisão de Governo, mas o que podemos demandar é que o custo disso tudo fique muito claro.

Dito isso e para encerrar, o que é contabilidade criativa? Posso falar que "contabilidade criativa", entre aspas, é uma forma de você fabricar um resultado primário. E como é que você fabrica um resultado primário? Isso que já foi dito aqui: você aumenta saldo de restos a pagar, tanto em despesas de custeio, como despesas obrigatórias; dois, você retira do orçamento da União parte do custo dos programas, como o PSI, Minha Casa, Minha Vida, investimentos via BNDES; e três, você faz aumento artificial da receita de dividendos.

O meu desafio aqui é explicar, em três minutos, para vocês tudo isso; o meu desafio é explicar para vocês, de forma muito didática, como é que isso ocorre. Primeira forma, truques contábeis é o pagamento e a antecipação de dividendos. Ora, se quero que os meus bancos públicos – o que é uma decisão legítima do Governo, a gente pode concordar ou não, decisão de Governo, o Governo pode achar o seguinte: quero que os meus bancos públicos tenham uma atuação muito mais ativa. Ótimo, é uma decisão legítima, mas, se você quer essa atuação mais ativa dos bancos públicos, o que é que se esperaria? Se falaria para os bancos público: "Não me paguem dividendos, paguem só o mínimo exigido por lei, e o resto dos dividendos vocês, bancos públicos, ficam com o dinheiro para emprestar."

O que foi feito desde 2009, quando, justamente, começou a expansão dos bancos públicos? Não foi feito isso, o Governo fez o seguinte: "Quero que vocês, bancos públicos, tenham uma atuação muito mais ativa e, ao mesmo tempo, quero que vocês paguem mais dividendos." Com é que os bancos públicos iriam fazer isso? O Governo aumenta a divida, lança títulos no mercado, empresta para bancos públicos e os bancos públicos, além de emprestarem muito, têm que pagar mais dividendos ao Tesouro Nacional.

Tudo bem, posso mostrar alguns dados? Claro. Isso aí é a receita de dividendos do Governo central, a média 1999/2001, a média 2002/2008 e a média 2009/2013. O que o Governo arrecadava com receita de dividendos era muito pequeno, até 2008, antes de começar a forte expansão dos bancos públicos. O Governo arrecadava com receita de dividendos 0,3% do PIB. Quanto o Governo arrecadou de 2009 a 2013, justamente no período em que o Governo começou a aumentar a dívida para emprestar para bancos públicos? Zero vírgula oito, em média, de 2009 a 2013. O que o Governo arrecadou dos bancos públicos duplicou, no mesmo momento em que o Governo aumentava a dívida e mandava dinheiro para bancos públicos. Claramente, isso, se não for truque contábil, nada é truque contábil.

Essa foi uma forma, de fato, de se expandir os bancos públicos e, ao mesmo tempo, forçar os bancos públicos a pagar mais dividendos, o que é contabilizado como receita primária. O outro lado disso é que você tem uma dívida maior com um custo maior. Fiquem na cabeça com a seguinte provocação. Eu converso com vários amigos meus economistas, que pensam diferente de mim e eles falam o seguinte: a dívida pública no Brasil não é problema, porque a dívida pública do Brasil a bruto é 60% do PIB; a dos Estados Unidos é muito maior; a da França é muito maior; a do Japão é muito maior, do Japão é mais de 200% do PIB. Eu vou mostrar por que esse argumento é falso.

Segundo truque contábil: venda de créditos futuros para o BNDES. O Tesouro Nacional emite título, porque ele não tem dinheiro sobrando, pega reais emprestado do mercado e empresta para o banco público e pede ao banco público para comprar dividendos que o Tesouro tem a receber. O banco público compra os dividendos pagando com o recurso que recebeu do próprio Governo como empréstimo e aí o banco fica credor da Eletrobras, por exemplo, isso ocorreu em 2009/2010. Se você olhar o balanço do BNDES em 2009, o BNDES não tinha absolutamente nada a receber do sistema Eletrobras.

O BNDES hoje tem, mais ou menos, R$8 bilhões a receber do sistema Eletrobras. Isso, normalmente, se está pegando uma receita futura e se está mandando para que o BNDES pague em dinheiro hoje. Parte desse dinheiro veio da própria emissão de título, do aumento do endividamento do Tesouro Nacional. Você está transformando um aumento de dívida em receita primária. Isso está, de novo, no meu menu de truque contábeis.

Terceiro truque contábil. Desculpe eu estar cansando vocês, mas são muitos truques contábeis. O terceiro truque contábil é usar um recurso do pré-sal para gerar receita primária. A gente precisaria de uma audiência pública especificamente sobre isso, porque eu já conversei com vários Deputados e Senadores como foi essa operação.

Novamente, quando a sociedade decidiu o seguinte: "Eu quero que o Governo faça um aporte na Petrobras porque eu quero que a Petrobras tenha mais recursos para explorar o pré-sal, que é uma riqueza nacional." De novo, uma decisão legítima, e a forma como isso foi discutido no Congresso é que essa operação seria neutra. Cinco bilhões de barris de petróleo que estão no fundo do mar, que são do Governo, o Governo daria para a Petrobras – isso se chama cessão onerosa –, em troca, a Petrobras daria o correspondente em ações para o Tesouro. Qual seria o impacto fiscal dessa operação? Da forma como ela foi discutida na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, zero. Não teria impacto fiscal nenhum.

No balanço do Governo, o Governo teria uma receita de R$76 bilhões e teria uma despesa, que era a compra de ações da Petrobras, R$76 bilhões. Não teria nenhum ganho fiscal. Essa foi a operação que foi aprovada nesta Casa. No dia da operação, ocorreu algo inesperado. O Governo fez o seguinte: o Governo emitiu títulos novamente. O Governo aumentou o seu endividamento, pegou R$25 bilhões, emprestou para o BNDES e também pediu ao Fundo Soberano para comprar, BNDES e Fundo Soberano juntos, R$32 bilhões de ações da Petrobras para a Petrobras pegar R$32 bilhões e pagar o Governo em *cash*, em dinheiro.

A operação deveria ser: o Tesouro Nacional ia receber R$74,8 bilhões, tudo em ações. Quando o Governo fez isso, o Tesouro Nacional, em 2010, recebeu R$42,8 bilhões em ações – deveria ter sido tudo, e R$32 bilhões, que foram contabilizados como receita primária, para fechar o superávit primário, recebeu de recursos que tinham sido emprestados ao BNDES, que vieram de dívida e de recursos do Fundo Soberano. Isso correspondeu a um ponto do PIB. Isso é um exemplo clássico de truque contábil. Isso foi discutido no Congresso? Eu faço um desafio: mostrem, nas atas das reuniões em relação à capitalização da Petrobras, uma única discussão sobre isto, sobre o uso do Fundo Soberano e do BNDES para compra de ações. Essa discussão não ocorreu no Congresso. Esse tipo de coisa é o que eu acho problemático numa democracia. Novamente, o Governo tem o direito de gastar com tudo, tem direito de dar subsídio, tem o direito de fazer o que quiser desde que isso seja legitimamente discutido e o custo fique muito claro para a sociedade e para o Congresso, que é onde o debate ocorre.

O quarto truque contábil é um ponto que já foi discutido. Se você quer reduzir o primário, pode reduzir. Novamente, não existe manual que fale qual deve ser o superávit primário. Agora, se eu começo a descontar uma série de coisas do primário, eu falo que tal tipo de investimento eu não vou contabilizar como gasto, você pode até não contabilizar como gasto, mas é gasto e diminui os recursos que você tem para pagar dívida e juros. Então, essa norma de descontar despesa do PAC do resultado primário pode até descontar todo o investimento, mas isso não vai mudar o fato de que você vai ter menos recursos para pagar juros e amortizar a dívida. Então, desconto de despesa do PAC está também no meu rol de truques contábeis.

O último truque contábil, para a gente não se cansar, é que uma despesa pública tem várias fases: a fase em que é aprovada no Congresso, a fase em que é autorizada, depois quando o recurso é empenhado. Quando termina o ano e o recurso está empenhado, mas não foi liquidado, ele se transforma em "restos a pagar não processado". Quando ele chegou a ser liquidado, o gestor público assinou o documento dizendo que recebeu a obra ou o serviço foi executado, mas não teve o efeito caixa, ele se chama "restos a pagar processado". Ele só tem um impacto na despesa primária, só reduz o primário quando de fato ele é pago.

Vocês vão me perguntar: qual é o problema? O problema é que estão acontecendo no Brasil duas coisas: primeiro, estou atrasando a liquidação do gasto empenhado. Segundo, parte do que é liquidado, como a Dyelle mostrou, o Governo não paga, ele espera a virada do ano para pagar. Isso é muito claro, foi o que aconteceu este ano. Olha o dado de janeiro, olha a despesa de janeiro do setor público, desde 1999, quando a gente começou a fazer superávit primário. Em todos os anos, desde 1999, a despesa pública em janeiro é menor do que em dezembro, é claro, pois em dezembro você tem pagamento de décimo terceiro, etc. Este ano foi o contrário, a despesa pública de janeiro de 2014 foi maior do que a despesa de dezembro de 2013. Por quê? Porque você represou várias das despesas de 2013 para janeiro. Então, restos a pagar é um problema? É, inclusive porque pouca gente sabe que, quando eu falo que um determinado gasto é obrigatório, como saúde e educação, quando falo que esse critério é obrigatório é em relação ao empenho, não em relação à liquidação nem a pagamento. O Governo pode empenhar tudo o que é obrigatório na área de educação e saúde...

(Soa a campainha.)

O SR. MANSUETO ALMEIDA – ...e pode atrasar bastante a liquidação e o pagamento. Isso tem sido feito nos dois últimos anos, por exemplo, com recursos da saúde. Olhem o crescimento do restos a pagar vinculado a recursos de saúde!

Conclusão e desafios: em 2003, a gente tinha um superávit primário que era acima de 3% do PIB. O de 2013, sem a receita de concessões e dividendos, estaria muito próximo a 1% do PIB. O resultado é que houve, sim, uma forte queda do primário. O grande desafio para o próximo Governo é, novamente, como elevar esse resultado primário para pelo menos 2,5% do PIB. A dívida líquida do setor público – e aí vocês vão me perguntar por que toda essa discussão tola de contabilidade criativa e eu vou mostrar o porquê –, a dívida líquida do setor público do Brasil, em 2002, era de 60% do PIB. Hoje, ela é de 34% do PIB. Apesar dessa queda brutal da dívida líquida do setor público, o custo dela é o mesmo, 17% ao ano. Esse é o custo da dívida líquida do setor público do Brasil. A gente paga uma taxa de juros de 17% ao ano, porque a dívida líquida tem a dívida bruta do Governo e tem algumas operações ativas, crédito que ele tem junto ao Tesouro, crédito que ele tem dos empréstimos que faz aos bancos públicos e aplicações em reserva. Esses ativos rendem menos do que o custo que o Tesouro paga para se endividar. Logo, a taxa de juros da dívida líquida do setor público é de 17% ao ano, muito maior do que a taxa Selic, que é hoje de 11% ao ano.

Aí vocês vão me dizer que têm vários economistas que falam que a dívida bruta do Brasil é de 58% do PIB. Pelo critério do FMI, é de 66% do PIB, o que é muito menor do que a os Estados Unidos, do que a do Japão. Primeiro ponto: olha a dívida bruta de vários países do mundo e o quanto eles pagam de juros. Os Estados Unidos têm uma dívida bruta de 105% do PIB; a França tem 90% do PIB; a Alemanha tem 78%; o Japão tem 243% do PIB; a Inglaterra tem 90%. Mas, quanto esses países pagam de juros? O setor público deles paga de juros... O Japão, com uma dívida de 243% do PIB, paga de juros 0,7% do PIB. Se a gente pagasse isso de juros, dívida pública não seria problema, deveria aumentar muito mais. O problema é que o Brasil, com uma dívida bruta de 66% do PIB, pelo critério do FMI, ou de 58% do PIB, por nosso critério, pagou de juros, no ano passado, 5,1% do PIB. Isso é quase o dobro do que a Espanha pagou, isso é muito mais do que a Grécia, com uma dívida de 164% do PIB, pagou.

Então, a gente tem uma dívida baixa e com custo de país quebrado. A gente paga mais de juros do que a Grécia pagou no ano passado. Então, a dívida bruta do Brasil, se a compararmos a esses países desenvolvidos, ela é baixa? É. Mas o problema é que o custo é muito alto. Olhem a conta de juros do setor público brasileiro. Ela chegou, em 2003, a ser 8,5% do PIB; depois, ela veio caindo até 2007 e, a partir de 2008 e 2009, a conta de juros não cai mais. A gente está preso a uma conta de juros no setor público que é 5% do PIB. A gente deveria, se fôssemos um país normal, pagar de juros algo como 3% ou 3,5% do PIB. Então, por que preocupa esse forte crescimento da dívida? Cooperação de estímulo aos bancos públicos, porque tem um custo alto e, possivelmente, essa conta de juros não vai diminuir nos próximos anos, a tendência, inclusive, é aumentar.

Como conciliar a demanda por maiores gastos com a educação, saúde e mobilidade urbana sem aumentar a carga tributária? Esse é o desafio. Da forma que o debate está posto hoje, a única solução é aumentar a carga tributária se a gente não discutir tudo isso. Por isso, eu falo que, dada a necessidade de atender demandas da população e, ainda mais, aumentar o primário para, no mínimo, 2,5% do PIB, não vai ser fácil reduzir carga tributária neste País nos próximos anos. Eu vou ser muito sincero com vocês: a tendência deste País, dado o debate que está posto à mesa hoje, é de aumento de carga tributária.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu quero agradecer muito ao Prof. Mansueto pela aula que nos deu aqui.

Eu gostaria que, de fato, os que nos estão assistindo tivessem captado a profundidade disso. Tenho a impressão de que não é fácil, pela televisão, passar esse conhecimento pleno. Por isso, quero ver se nós publicamos esta Mesa aqui, especialmente a sua apresentação.

Mas eu queria fazer algumas perguntas, mas, depois, passarei a Paulo Henrique para expressar sua opinião e, por último, você.

A primeira refere-se a gastos sociais. O que diferencia o investimento do custeio é a capacidade de os gastos de investimento trazerem um aumento de produtividade. Nesse sentido, por que a gente não considera a educação como investimento e não como custeio, uma vez que a educação traz um aumento na produtividade, senão imediatamente, no médio prazo?

Outra coisa: quero chamar atenção ao pouco custo da Bolsa Família, de 0,5% do PIB, apenas. Agora, eu queria fazer uma pergunta que talvez exija um estudo, a não ser que já esteja pronto. Quanto o Governo arrecada de quem ganha menos de três salários mínimos no Brasil? Há algum dado, algum estudo, para que a gente possa ir atrás se, neste momento, o senhor não puder responder isso? Ou seja, os que ganham três salários mínimos, até três, quanto pagam de volta para o Governo. E, aí, especialmente, quem recebe Bolsa Fa-

mília está devolvendo dinheiro ao Governo ou a gente pode dizer que a cesta da Bolsa Família é toda isenta? É uma pergunta.

E, finalmente, uma coisa que rompe com o que eu aprendi no passado: como é que países com dívidas elevadas conseguem manter juros baixos e o Brasil, com uma dívida que não é tão elevada, comparada à dos outros, é obrigado – não acredito que alguém aumente a taxa de juros só por sadismo – a manter a taxa de juros alta? São essas as perguntas que deixo aqui.

Passo a palavra agora ao Diretor Executivo da Caixa Econômica, Paulo Henrique, para fazer suas considerações gerais, sobre o que quiser, e não se esquecer de uma perguntinha que deixei relacionada ao lucro publicado, da Caixa Econômica, depois de ter sido feito esse trabalho em que o senhor mostrou perfeitamente a correção técnica da transferência de contas para a Caixa da Caixa.

O SR. PAULO HENRIQUE BEZERRA RODRIGUES COSTA – Sr. Presidente, acho que, para responder essa pergunta, vale a pena a gente abordar alguns pontos.

O primeiro deles é que, considerando a regra contábil vigente, ou seja, a prática inclusive internacional – e isso previsto no Pronunciamento Contábil nº 25 –, depois que o passivo é classificado como passivo contingente remoto, ele deve – e a palavra é "deve" mesmo – não ser registrado nas demonstrações contábeis. Portanto, ele deve ser levado a resultado.

Eu acho que é importante aqui a gente olhar não só esse lado do passivo, mas olhar o lado do ativo também. Por quê? Uma situação parecida com essa que a gente está discutindo aqui acontece com os empréstimos concedidos por uma instituição financeira. Ou seja, a gente concede um empréstimo para um cliente; ele, eventualmente, deixa de pagar a operação de crédito; ao longo do tempo, ela vai sendo completamente provisionada e, depois, baixada a prejuízo. Portanto, da mesma forma que, na operação passiva que a gente está discutindo agora de depósito, ela é baixada e gera um efeito de receita na instituição financeira, a operação ativa de crédito também, quando é baixada a prejuízo, gera um efeito de despesa na instituição. Então, do ponto de vista contábil, há um equilíbrio entre essa dinâmica observada do lado ativo e do lado passivo.

Outra coisa que também considero importante é que, depois de toda a discussão que houve, a Caixa procurou alguns pareceristas de renome nacional – podemos falar do Prof. Eliseu Martins e do Prof. Nelson Carvalho – para verificar se esse entendimento dado pela Caixa, de fato, era possível ou se estávamos vendo alguma coisa que ninguém tinha visto. E o parecer de ambos foi no sentido de que de fato, ou seja, considerando a prática contábil vigente, o procedimento adotado pela Caixa foi correto.

Uma coisa que também foi pouco explorada é um viés fiscal, que vou chamar tributário, desses procedimentos contábeis. Ou seja, quando olhamos o regulamento do imposto de renda, não podemos ter um ativo não contraposto a um passivo ou um elemento de patrimônio líquido, sob pena de que, ao não se baixar esse ativo, estejamos deixando de reconhecer a receita e, portanto, deixando de pagar tributos. Ou seja, sob um viés tributário, também não tínhamos a opção de deixar esse passivo registrado, portanto, deixando de reconhecer a receita e pagar o tributo correspondente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sem querer polemizar unilateralmente, eu posso dizer que também essa receita ao setor público foi muito conveniente para o setor público, de tal maneira que, de repente, tudo isso pode ter sido feito, apesar de toda a correção, porque o Governo queria aumentar a sua receita. E, ao transformar depósito na Caixa em lucro da Caixa, criou uma receita para o Governo. Isso não é verdade?

O SR. PAULO HENRIQUE BEZERRA RODRIGUES COSTA – Eu acho que tem alguns pontos. O primeiro ponto importante, Presidente, é que essas contas foram encerradas por uma imposição legal, pelo fato de elas não poderem ser mantidas abertas em função dos próprios requisitos legais estabelecidos. Então, daí para frente, na nossa visão, os lançamentos contábeis, a sequência da interpretação termina sendo quase que automática.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Do ponto de vista da Caixa, perfeito, mas, do ponto de vista das contas públicas, é a mesma linha da reserva de Libra, quando 15 bilhões entraram – e não vão entrar outra vez. Outra coisa que o Prof. Mansueto falou também é que não vai voltar. Uma receita desse tipo também não vai voltar nos próximos 40 anos, provavelmente. Estou falando agora como analista das contas do Tesouro e não como analista da correção do exercício contábil que a Caixa fez.

O SR. PAULO HENRIQUE BEZERRA RODRIGUES COSTA – Permita-me dar um passo além, Presidente.

Em relação à eventual geração de dividendo, que seria uma das fontes de receita, como o próprio Professor comentou há pouco, o efeito líquido desse movimento dessas contas foi de R$426 milhões no resultado da Caixa, e, portanto, a Caixa tinha uma margem de lucro ou prejuízo acumulado – eu estou sendo um pouco técnico –, o efeito líquido de tudo isso, de aumento de capacidade de pagamento de dividendo foi de R$309 milhões, frente a um volume de dividendos, pagos no ano de 2012, de R$7,760 bilhões. Ou seja, estamos falando, aí, de uma representatividade baixa em relação ao volume total de dividendo pago.

Eu acho que outra coisa, também, que merece ser considerada é que, quando, no ano de 2013, foram feitos os ajustes em relação a esses lançamentos contábeis, ou seja, a Caixa gerou crédito tributário pelo estorno desse reconhecimento de receita e, também, diminuindo a base de dividendo a ser paga no exercício de 2013. Ou seja, anulando, completamente esse eventual benefício que teria sido gerado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado.

Eu passo a palavra, agora, a Dyelle.

A SRª DYELLE MENEZES – Bom, eu acredito que o objetivo final da transparência das contas públicas seja atender ao próprio cidadão e a qualquer cidadão. Então, nesse sentido, sim, as manobras que são feitas ferem o direito do cidadão de ter o controle sobre aquilo cujo objetivo final é atender a ele mesmo. A gente pretende, no Contas Abertas, que a transparência seja máxima.

A gente tem, por exemplo, um projeto que é intitulado Índice de Transparência em que a gente analisa os portais de transparência dos Governos Estaduais e, agora, as Capitais também vão entrar, a partir desse ano, nesse projeto. E, no nosso primeiro Índice de Transparência, em 2010, a ideia era, exatamente, de que a informação estivesse lá. Então, tendo a informação, aquilo renderia uma nota aos portais dos Estados, inclusive na época da CGU.

Hoje, a gente enrijeceu esses critérios, porque não basta a informação estar lá. A informação tem de ser acessível para quem vai buscar. Então, o cidadão comum que, por vezes, não entenda nada de orçamento, ou que não seja especializado em orçamento, ele pode ir lá e buscar a informação e conseguir, por exemplo, quanto custou o Minha Casa, Minha Vida, ou quanto custou o Ministério da Educação, ou a Secretaria de Educação, ou a escola em que o filho dele estuda, naquele sentido.

Eu acredito que, no momento em que a gente tem as informações e, para analisar aquilo, a gente tem uma dificuldade imensa e para chegar ao resultado que foi dado, lá, no caso do superávit, a gente ainda tem que analisar que manobras ou que situações foram feitas, isso, sim, fere o direito do cidadão comum, que não é especializado no tema e que precisa dessa informação para confiar e para acreditar naquilo que está sendo exposto pelo Governo Federal.

Então, eu acho que, no sentido final da proposta de transparência e da proposta de ter tudo à mão, sim, fere os direitos humanos e fere os direitos do próprio cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado.

Passo a palavra, agora, ao Mansueto Almeida.

O SR. MANSUETO ALMEIDA – Senador, as três perguntas que o senhor colocou, primeiro, a questão – se eu me lembro –, a questão de quem ganha até três salários mínimos, quanto paga de imposto e quanto recebe.

Eu acho que tem, eu não me lembro, tem um estudo sobre isso. Eu não me lembro, exatamente, qual é o resultado do corte, mas você tem três, eu acho que tem três bons estudos no Brasil sobre a faixa de renda, quanto recebe do Governo e quanto paga, indiretamente e diretamente, de imposto, e, aí, você tem duas conclusões: o pessoal da USP – depois eu posso disponibilizar esses estudos –, o pessoal da USP fala que, no Brasil, quando você leva tudo em conta, quem ganha menos, paga muito mais de imposto, porque, como a gente viu, o imposto indireto no Brasil é muito alto, é 49% do total da arrecadação. Então, eles falam que o sistema é altamente regressivo. Quem ganha menos, acaba pagando muito imposto.

Há outro estudo, que é de uma professora da Federal de Pernambuco, que esteve no Governo Lula, no início, a Rosane Siqueira, em que ela mostra que não, que, na verdade, é mais ou menos neutro. Deveria ser progressivo. Quem ganha mais, deveria pagar muito mais. Quem ganha menos, deveria pagar muito menos. O que ela mostra é que não é tão regressivo quanto se pensa, mas é neutro.

E tem um terceiro estudo, recente, acho que do ano passado, que tem três coautores, que são o José Roberto Afonso, o Fernando Resende, que foi Presidente do Ipea, e o Fernando Gaiger, que é Técnico do Ipea, que mostra que, quando você computa na cesta de consumo das pessoas de baixa renda, por exemplo, o que elas usufruem do Governo com educação pública, saúde, o sistema se torna muito mais progressivo. Então, se o senhor me perguntar a forma de melhorar a progressividade, há várias. Investir em educação pública, principalmente em creche, em educação pública fundamental, é uma forma de melhorar a progressividade.

Então, há três estudos. Acho que seria interessante a gente pegar esses três estudos e mostrar a conclusão de cada um. Como eu falei, esse debate da regressividade é um debate que não apareceu nas nossas propostas de reforma tributária. Acho que esse é o primeiro ponto.

A segunda pergunta que o senhor fez, deixe-me ver se eu anotei...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Por que não considerar a educação como investimento, uma vez que traz um aumento na produtividade?

O SR. MANSUETO ALMEIDA – Claro.

Aqui, eu vou só fazer um adendo: a gente tem que parar de demonizar a despesa de custeio. Como o senhor falou, há diversos tipos. Poderia considerar custeio de educação como investimento? Poderia, mas não teria problema nenhum a gente aumentar o custeio da educação.

Aqui a gente tem que ter um debate mais sério, porque se coloca como custeio o que eu gasto com a educação, com creche, e o que eu gasto com passagem de avião. Tudo isso eu chamo de custeio, e o efeito é muito diferente.

O que é um problema – e, aí, acho que entra no ponto do senhor – é o seguinte: se a sociedade decide que quer gastar R$1 bilhão a mais por ano com educação infantil – porque todos os estudos mostram que é muito importante as crianças terem acesso à educação e a estímulos que nem sempre recebem em casa, então eu quero gastar R$1 bilhão, R$2 bilhões a mais com educação infantil e pré-escolar –, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o senhor vai ter que mostrar a fonte de recurso, a receita corrente para financiar aquilo. E vários projetos que saem desta Casa são vetados porque não se mostrou a fonte de receitas. A Lei de Responsabilidade Fiscal exige isso.

Agora, vamos supor que alguém decida o seguinte: eu quero construir dois trens de alta velocidade no Brasil de R$80 bilhões. Eu não preciso mostrar a fonte de recursos; eu posso simplesmente aumentar a dívida, mandar o dinheiro para o BNDES e mandá-lo financiar integralmente dois trens de alta velocidade de R$80 bilhões. Por que eu não preciso mostrar uma fonte de recursos permanente? Porque despesa de investimento não é considerada despesa de caráter continuado. Então, hoje, é muito mais fácil eu construir dois trens de alta velocidade do que aumentar o gasto em educação em R$1 bilhão.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Mas eu volto a insistir: aí há um problema conceitual. O gasto com educação parece ser continuado, mas não é. Depois que se ensina o teorema de Pitágoras a um menino, não é preciso ensinar outra vez a esse mesmo menino.

O SR. MANSUETO ALMEIDA – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Você precisa gastar todo ano com educação, porque você tem que ensinar coisas novas. Da mesma maneira, quando se faz uma estrada, todo ano você tem que fazer manutenção. Então, dá para considerar, a meu ver, investimento.

O SR. MANSUETO ALMEIDA – Dá. É um debate bom. Dá, sim. Não vejo nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Agora, veja bem, a merenda escolar, essa é custeio; necessário, mas é custeio. Todo dia o menino tem que comer de novo. Mas todo dia ele não tem que aprender de novo a mesma coisa. Ele vai passando de ano a ano, de ano a ano, e, quando ele termina, ele está ali pronto, como um prédio.

O SR. MANSUETO ALMEIDA – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Ou como um trem de alta velocidade, como você falou. Mas eu sei que essa é uma discussão mais longa.

Outra pergunta é: como é possível, com uma dívida tão alta, os juros serem baixos?

O SR. MANSUETO ALMEIDA – Aí há duas respostas. A primeira é que a nossa inflação é muito alta em relação à média desses países. Então, se a gente olha a nossa conta de juros, mais ou menos, ela é 5% do PIB – que o setor público como um todo paga de juros. Desses 5% do PIB, 2% do PIB é inflação. Então 2% do PIB estão lá porque nossa inflação é alta. Aí ficam aqueles 3% do PIB, que seriam mais ou menos juro real, que você poderia reduzir.

Mas aí há um problema – que não têm esses outros países que a gente citou – que são essas operações que parecem ser neutras do ponto de vista da dívida líquida, mas que não são, que têm um custo elevado. Por exemplo, a acumulação de reservas é um seguro que o País tem que fazer. Ninguém discute isso, mas há um debate sobre qual deve ser o volume da acumulação de reservas, porque, quando eu acumulo reservas, R$800 bilhões mais ou menos, eu tenho que enxugar o impacto financeiro daquilo – eu, o Governo. Então, eu lanço o título pagando 11% ao ano e aplico aquelas reservas que vão me render 1%, 2% ao ano. Então, a acumulação de reservas tem custo fiscal. Se o País tem um superávit primário maior, ele consegue acumular mais reservas, ele consegue arcar com o custo fiscal. Se ele não tem o superávit primário elevado, isso vai ser um peso.

Então, parte do custo tão alto está ligada à acumulação de reserva porque, como nosso juro é alto, o fato de a gente ter um juro alto distorce tudo. Primeiro, torna o custo de acumular reserva muito alto e, segundo, as operações, novamente, com bancos públicos também têm um custo fiscal.

Se a gente fizer uma conta muito básica: a TJLP hoje é 5% ao ano, a Selic é 11%. Você pega 11 menos 5... Vamos colocar 10 menos 5. Vamos colocar 5, só para tornar a conta mais fácil. Pega 5% e multiplica por R$400 bilhões, você tem R$20 bilhões por ano só de diferencial de juros. Fora isso, você tem o que a gente chama de equalização de juros. Quando o BNDES recebe dinheiro da TJLP, muitas vezes ele tem que emprestar a uma taxa menor do que a TJLP. Aí, o Governo fala: "Empreste, e eu banco a conta", que é aquela equalização de juros.

Aquela equalização de juros não está explícita em lugar nenhum. A gente deve estar falando de uma conta que deve gerar em torno de R$4 ou R$5 bilhões por ano.

Então, a gente está falando de uma conta com diferencial de taxa de juros e também aquela equalização que não está sendo paga. É possivelmente uma conta que deve estar perto de R$30 bilhões por ano. É uma conta que, possivelmente, é superior ao Bolsa Família. Com certeza, é superior ao Bolsa Família.

Por que o Brasil paga muitos juros? Porque ele faz uma série dessas operações que têm custo fiscal. E, além disso, a gente tem a inflação muito alta. Então, assim, em que é que o Brasil é anormal? No Brasil, o que a gente paga de juros, como eu mostrei ali, o que a gente paga de juros ao setor público é uma quantidade anormal. Há alguma forma de reduzir isso muito rápido? Há. É problemático, mas há.

Quando começou essa expansão forte de dois, três anos atrás, em 2012, a diferença TJLP e Selic estava em 2,25%. A TJLP era 5% e a Selic era 7,25%. Essa diferença hoje está em 6%. Uma forma de reduzir o custo da dívida é simplesmente aumentar a TJLP.

Isso pode ser feito do dia para a noite? Teoricamente, sim. Não depende de aprovação de Congresso nenhum, só que você vai criar outra complicação. Qual é? Quando se decidiu fazer esses leilões recentes de concessão, uma forma de reduzir a tarifa foi aumentar o crédito subsidiado. O concessionário fez uma aposta na concessão, participou do leilão, cobrou uma tarifa menor porque aumentou o recurso que ele capta junto ao BNDES, a TJLP e mais alguma coisa. Se aumentar a TJLP, eu vou modificar o equilíbrio financeiro de todos esses contratos. E, aí, eu vou ter que aumentar, que renegociar todos.

Então, a gente foi criando... Embora o objetivo do Governo tenha sido meritório, ao reduzir o custo das novas concessões, você criou armadilhas e reduzir aquele custo da dívida vai ser problemático.

Se o senhor me perguntar se entre os economistas há consenso de que tem que diminuir a diferença entre TJLP e Selic, com todos os economistas que eu converso, inclusive do Governo, eu diria que sim. Como isso será feito? Interrogação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu agradeço muito e quero dizer, antes de concluir, que eu espero que nenhum dos candidatos a Presidente tenha assistido porque senão eles vão desistir. Eles vão desistir porque não vai ser fácil enfrentar os próximos quatro anos na economia brasileira, ainda mais se for houver reeleição porque a própria Presidente vai ter que fazer coisas para corrigir o que vem fazendo até aqui. E isso vai trazer um problema sério de credibilidade e de indignação na população.

E, com o clima de mobilização que o povo está hoje, cada um com uma trincheira em casa, que é o computador, para se organizar e ir para a rua, a gente pode prever tempos muito difíceis daqui para frente por conta das armadilhas criadas e da contabilidade criativa tentando esconder a armadilha em vez de abrir a caixinha de mágico e dizer: "Olha aqui como é que se fez, olha aqui o que é ilusório e nós temos que acabar com as ilusões." No fundo, no fundo, é isso. Como acabar com as ilusões que a gente vem criando ao longo dos últimos anos ou, talvez mesmo, até décadas.

Eu quero agradecer muito a presença dos três, dizer que foi uma audiência enriquecedora e que eu espero que muitos tenham assistido e que possamos divulgar isso através de uma publicação mais adiante. Muito obrigado a cada um.

Eu quero apenas, antes de terminar, cumprimentar e agradecer a presença do Dr. Antonio D´avila, que é Diretor Administrativo da Associação Nacional dos Auditores do Controle Externo do Tribunal de Contas. Muito obrigado por sua presença.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 7 minutos.)

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2014, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quatro minutos do dia doze de maio de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senhor **Senador Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Paulo Paim e da Senadora Vanessa Grazziotin. Justifica ausência o Senador Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública,** nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 111 de 2013-CDH, do Senador Paulo Paim, aprovado em 20/11/2013, para "instruir a Sugestão Legislativa nº 11, de 2013, proposta pelo Sindicato dos Corretores de Imóveis de Brasília". O Senhor Presidente lê mensagens

eletrônicas de justificativa de ausência dos Senhores: Flávio Koch, Presidente do Fórum dos Conselhos Regionais e Ordens das Profissões Regulamentadas do Estado do Rio Grande do Sul; e Hermes Alcântara, Vice-Presidente Adjunto do Conselho Federal de Corretores de Imóveis. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta o senhor convidado Geraldo Francisco do Nascimento, Presidente do Sindimóveis/DF, solicita que tome lugar à mesa e passa-lhe a palavra. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e nove minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador ***Paulo Paim,*** *Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa*

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 27ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nºs 111, de 2014, da CDH, de minha autoria e de outros, aprovado em 20 de novembro de 2013, para instruir a sugestão legislativa nº 11, de 2013, proposta pelo Sindicato dos Corretores de Imóveis de Brasília.

Está aberta a nossa reunião.

Para este debate, foram convidados: Geraldo Francisco do Nascimento, Presidente do Sindimóveis, que está aqui presente; Joaquim Antonio Mendonça Ribeiro, Presidente da Federação Nacional dos Corretores de Imóveis.

Esse foi um dos que justificaram?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E o Joaquim Antonio Mendes?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Antes de marcar esta audiência pública... Aqui o espaço para audiência pública é muito disputado. Isso aqui é articulado, é dialogado com a Presidenta, a Senadora Ana Rita, com os Senadores. E, para esta audiência, houve uma insistência muito grande para que ela acontecesse, mas já em duas oportunidades, se não me engano, pediram para trocar o dia. Eu não posso ficar marcando e desmarcando audiência de acordo com a boa vontade daqueles que a pediram. Então, hoje vamos realizar a audiência com quem estiver aqui.

Não sei por que motivo...

O Sr. Geraldo Francisco do Nascimento, Presidente do Sindimóveis, foi convocado e está aqui presente. Foi o sindicato dele que apresentou a SUG. É isso, não é?

O Sr. Joaquim Antonio Mendonça Ribeiro, Presidente da Federação Nacional dos Corretores de Imóveis, é um dos que havia confirmado presença no debate, e não se fez presente.

O Sr. Flávio Koch, Presidente do Fórum dos Conselhos Regionais e Ordens das Profissões Regulamentadas do Estado do Rio Grande do Sul também havia confirmado, se eu não me engano, e mandou o seguinte *e-mail* – pelo menos mandou uma justificativa. Agora, do Geraldo Francisco do Nascimento, pelo que me toca aqui de informação, não chegou nada sobre a sua não presença.

Diz o Sr. Flávio Koch:

Apraz-me acusar o recebimento do seu convite, informando a realização da audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, com o objetivo de "instruir a SUG 11 de 2013, que altera a Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, para dispor sobre as eleições nos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis (Creci), e dá outras providencias", a ser realizada no dia 12 de maio de 2014, às 9 horas, no Plenário nº 2, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, Senado Federal, Brasília/DF, venho agradecer-lhe o convite a fim de participar desta audiência pública e aproveito a oportunidade e solicito escusas.

Tal solicitação dar-se-á pelo fato de que, por problemas de saúde, lamentavelmente, estou impossibilitado de comparecer.

Diante do exposto e, se possível, solicito a postergação de datas.

Desejo-lhe pleno sucesso, renovo meus votos de integral estima e considerações.

Cordiais saudações.

Flávio Koch,

Presidente do Fórum dos Conselhos Regionais e Ordens das Profissões Regulamentadas do Estado do Rio Grande do Sul.

Pelo menos o Flávio Koch mandou uma justificativa, informando que não poderia estar presente e alegando, inclusive, problemas de saúde. Mas, como esta audiência já foi protelada algumas vezes e esse aviso só chegou às 18h50 de sexta, não dá para a gente suspender a audiência, trazendo prejuízos para os outros convidados que se fizeram aqui presentes. Mas está feito o registro.

Além do Sr. Flávio Koch, havia confirmado também a presença o Sr. Hermes Alcântara, Vice-Presidente Adjunto do Conselho Federal de Corretores de Imóveis. O Sr. Hermes manda o seguinte *e-mail:*

Ilma Srª Ana Rita,

Agradecemos seu honroso convite para que nos façamos presentes na audiência pública marcada para o próximo dia 12 de maio de 2014, segunda-feira, às 9h, no Plenário nº 2, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, Senado Federal, Brasília.

Lamentavelmente, nesta data não podemos comparecer em razão de compromissos inadiáveis assumidos anteriormente.

Chegou quando este?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Chegou também sexta-feira, exatamente às 17h18.

Como não havia mais tempo hábil para que pudéssemos suspender a audiência, ela será realizada com quem está presente.

É bom lembrar que sou simplesmente Relator do projeto.

Como funciona a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa? Qualquer entidade de caráter nacional pode entrar com projeto aqui seguindo o que manda o Regimento. As entidades entram com o projeto, a Presidenta designa o relator, que, no caso, fui eu, para o projeto. Normalmente, é feita uma audiência pública para instruir o projeto.

Como a parte que pediu pela segunda vez não se fez presente, nós não podemos marcar e desmarcar, marcar e desmarcar e ficar esperando. Então, nós vamos cumprir o procedimento adotado por nós. No caso da SUG, eu sempre procuro fazer uma audiência pública, a audiência pública vai ser realizada com quem estiver presente, vou dar o meu parecer e o projeto vai ser votado na Comissão, se depender de mim, já na próxima semana ou na outra, e vai tramitar na Casa.

O parecer do relator é no sentido de que o projeto chegou e cumpriu todos os quesitos e, na audiência pública, a outra parte não se fez presente. Consequentemente, eu entendo que o projeto será debatido nas outras comissões, respeitando a autoria da entidade que aqui o apresentou.

Mas, para situar a população sobre o projeto, sem entrar no mérito, que será debatido nas comissões, aqui nós mostraremos que o projeto cumpriu o ritual para tramitar a partir desta Comissão.

Damos início, neste momento, à audiência pública destinada a discutir a Sugestão nº 11, apresentada pelo Sindicato dos Corretores de Imóveis do Distrito Federal, cujo objetivo é alterar a Lei 6.530, de 12 de maio de 1978, para fixar valores máximos para as anuidades cobradas pelos conselhos regionais de corretores de imóveis e dispor sobre a eleição de seus membros.

A cada dia, assistimos ao maior interesse da sociedade em participar das decisões tomadas pelo Congresso Nacional, e esta reunião é um fato. Por isso estamos aqui. Temos projetos de iniciativa popular da maior importância que, inclusive, viraram lei, como é o caso da Lei da Ficha Limpa e de tantas e tantas assinaturas que recebi. Desde que cheguei aqui, já na Assembleia Nacional Constituinte, trabalhei para a derrubada do voto secreto, que hoje é uma realidade. Foi fundamental, tanto lá na Câmara como aqui também, o movimento feito pela sociedade com esse objetivo. Mas o exemplo dado aqui é a Lei da Ficha Limpa, que demonstra a importância da participação da sociedade não apenas no dia das eleições, mas também ao longo do exercício do mandato legislativo.

Por isso, há uma campanha, em nível nacional – e eu confesso que estou participando dela, da pressão popular – que diz: "Deputado, quer meu voto? Vote pelo fim do fator previdenciário." Então, a pressão popular e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa abrem esse espaço para que a população possa diretamente aqui participar de debates e inclusive da apresentação de projetos, e muitos viram campanhas nacionais. Uma delas foi a que eu citei, do fim do fator e da própria política para os aposentados.

Mas, voltando ao tema, a Sugestão nº 11, de 2013, trazida pelo Sindimóveis, sugere alterações na Lei 10.975, que estabeleceu o Índice Nacional de Preços ao Consumidor como fator de correção da anuidade cobrada pelos conselhos regionais de corretores de imóveis. Os que sugerem alegam que, com isso, o valor das

anuidades praticamente dobrou nos últimos dez anos, penalizando a categoria dos corretores de imóveis, que não contam com uma renda certa para honrar esse compromisso. A ideia, segundo aqueles que apresentam a SUG, é fixar o valor dessa anuidade no limite máximo de R$250,00 por pessoa física ou firma individual.

Além disso, a Sugestão 11 apresentada a nós pelo sindicato correspondente, do DF, que iremos debater na audiência pública contempla outros dispositivos. O primeiro diz respeito à eleição dos conselhos regionais, estabelecendo uma proporção de dois terços dos membros escolhidos entre os profissionais inscritos no respectivo conselho e um terço oriundo dos profissionais inscritos por indicação do Sindicato de Corretores de Imóveis na jurisdição dos conselhos regionais.

O segundo dispositivo da sugestão estabelece que os conselhos regionais devem fornecer anualmente ao sindicato de corretores de imóveis em sua jurisdição o cadastro completo e atualizado de todos os corretores em atividade, inclusive dos estagiários, em formato eletrônico.

Aqui na CDH, nesta audiência, quero propiciar um diálogo franco e aberto, não apenas por parte daqueles que trouxeram a sugestão e são favoráveis, mas também aos contrários. Só que os contrários que pediram esta audiência – e eu, gentilmente, acatei o pedido, achei que era adequado –, pela segunda vez, não vieram. E eu não vou esperar uma terceira.

Pois bem, a partir desta discussão e dos argumentos que aqui serão apresentados, eu vou me posicionar como Relator da SUG.

Nem todos foram convidados, embora provocaram, e se fizeram presentes, mas vamos ouvir quem se fez presente. Não podemos prejudicar quem se faz presente por aqueles que se fizeram ausentes. Respeito, não estou entrando no mérito da decisão de não se fazerem presentes, mas quero dizer que só marquei esta audiência pela terceira vez a pedido exatamente daqueles que não se fizeram presentes.

Mediante o fato, vamos chamar à mesa o nosso convidado Geraldo Francisco do Nascimento, Presidente do Sindimóveis. Geraldo Francisco do Nascimento, por favor, assuma aqui.

Antes de passar a palavra ao Geraldo, permitam-me aproveitar este momento para dizer que estou muito preocupado – e os membros da Comissão sabem – com o litígio, o confronto que está havendo no meu Estado do Rio Grande do Sul entre os indígenas e os agricultores.

Sei que há uma indignação muito grande do povo gaúcho pela inércia dos poderes constituídos quanto ao fato. Já morreram dois agricultores no conflito e, se não me engano, cinco líderes indígenas estão presos: dois chefes e outros três.

Quem é gaúcho sabe, a imprensa gaúcha tem dado uma grande cobertura – e tem mais é que dar mesmo. Eu aqui me manifesto também tão indignado quanto o povo gaúcho, principalmente, e aqueles que lutam na área de direitos humanos pela inércia dos poderes constituídos. O próprio Governador Tarso Genro fez uma nota nessa linha também. Estou pedindo ao gabinete e, quando a nota chegar aqui, eu vou lê-la, em nome do Governador.

Lamentamos que um conflito desse porte – e não é só lá no Rio Grande do Sul, já aconteceu em outras regiões – não tenha recebido uma postura de mediação e negociação. A Funai, o Ministério da Justiça, enfim, não quero aqui culpar fulano ou beltrano, mas quero dizer que os poderes constituídos, numa situação como esta, têm que interagir, chamar para conciliação, chamar para o diálogo.

Eu me lembro de que havia e ainda existe conflito ali na região de Maquiné, entre quilombolas e agricultores. Eu saí daqui, em nome da Comissão de Direitos Humanos, fiz lá uma audiência pública na Assembleia, fiz uma audiência pública em Maquiné, buscando alternativas na linha de que existe só uma terra e duas comunidades, seja de agricultores, seja de quilombolas, seja de índios, que estão envolvidas na disputa da terra, e uma comunidade vai ficar. Os outros que provarem que estão lá também há tantos e tantos anos, ou séculos, no mínimo, têm que ser indenizados. E a quem cabe a indenização? Ao Estado e à União, que têm de indenizar. Foi assim que nós encaminhamos para evitar o conflito, à época. Eu sei que até hoje há polêmica quanto à indenização, mas pelo menos fomos lá, participamos, dialogamos, evitamos o conflito. Eu lamento que nada tenha sido feito em relação...

(Intervenção fora do microfone.)

Está aqui, a assessoria acaba de me entregar – permitam-me, eu vou aproveitar o momento, enquanto chegam os outros corretores, para ler – a nota do Governo do Estado:

Governo gaúcho condena ação da Polícia Federal que prendeu índios.

"Durante a reunião foram surpreendidos com a chegada ostensiva da Polícia Federal para o cumprimento dos mandados de prisão contra os indígenas, suspeitos da morte de dois agricultores. Não tínhamos qualquer informação de que tais mandados seriam cumpridos naquele momento. Pelo contrário, na reunião do dia 7 de maio, em Porto Alegre, com o Ministério da Justiça, manifestamos preocupação quanto ao momento e às condições do

cumprimento dos mandados. Pedimos ao Ministério da Justiça que coordenasse a questão, de forma a não aumentar a tensão social já existente no município", relata o documento.

> *"Nada temos a opor quanto ao cumprimento dos mandados. No entanto, do ponto de vista da solução do problema, a ação, realizada durante a reunião, revelou-se totalmente inadequada, já que interrompeu um momento muito importante de diálogo e construção de propostas que pacificariam o município e garantiriam o direito das duas partes."*

Ou seja, é aquilo que eu dizia antes: nesse caso, uma parte vai ter que ser reintegrada ou vai ter garantido o direito de ficar na terra, e a outra, que provar que também tem, em tese, o direito, teria que ser indenizada. Porque, em muitos casos, os governos incentivaram os agricultores – tem que ser dito isso – a se instalarem naquelas terras. Isso acontece no Brasil todo. E isso em governos passados. Não estamos falando nem de Sarney, nem de Collor, nem de Fernando Henrique, nem de Lula, nem de Dilma. Incentivaram, a exemplo do Amazonas e Mato Grosso, que agricultores se instalassem lá. Quase um século depois, aí vem a titulação da terra, seja quilombola, seja indígena, que é legítima e que eu defendo, mas tem que indenizar. A União tem que indenizar aquelas famílias que foram deslocadas para lá, plantaram, lá se instalaram, fizeram benfeitorias. E daí, vão ser simplesmente jogadas no olho da rua? Tem que haver...

Eu não estou entrando no mérito, mas quem tem direito à titularidade, quando for assegurada, naturalmente, seja quem for, vai ficar na terra. Quem foi enganado pela própria União para lá se instalar, dando-lhes até título de propriedade de uma terra, quando talvez não pudessem dar, esse é que criou o conflito e, agora, tem que indenizá-los, então, para que aqueles que estão lá possam se deslocar para outra região, comprar novas terras e voltar a produzir, enfim, dentro do que for possível.

Continua a carta:

Por fim, os secretários ressaltam que a demarcação de áreas indígenas é uma atribuição "exclusiva da União". "Portanto, esperamos que o Ministério da Justiça se responsabilize pela retomada do diálogo e a busca da solução do problema".

Há outros comentários de que o Ministério era para estar lá, e não foi, não cumpriu o prometido, mas, enfim, eu não vou ler toda a matéria. Eu me ative ao que disse o Governo do Estado.

O que nós estamos notando, permita que eu aproveite o momento para dizer isso, embora o tema vai ser outro, mas você vai ter o seu tempo, é que a violência está aumentando muito e nós temos que ver como buscar caminhos e soluções para isso tudo. Semana passada, no Rio, cerca de 400 ônibus foram quebrados. Se eu não me engano, em Manaus, 300 ônibus. Então, é preciso que se estabeleça um diálogo entre todas as partes envolvidas nesse conflito em busca da paz, da harmonia e da solução desses problemas.

Particularmente eu não entendo muito uma outra questão, aliás, eu não ia falar, mas resolvi falar. Disseram para mim: "Não fala". Eu digo: eu vou falar. "Não fala". Eu vou falar, vou acabar falando.

Eu não entendi bem essa história desse sindicalista lá da Bahia que está preso até hoje. Se há direitos humanos, é para todo mundo. Ele é vereador, se não me engano, e é da polícia, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É oficial militar, bombeiro, oficial militar. É oficial militar.

Eu não entendo muito essa história. Se fosse no meu tempo, se prendessem um sindicalista – digo no meu tempo porque eu estava na rua e agora estou no Parlamento –, eu iria querer saber por que prenderam o cara. Não quero saber se ele é bombeiro, se é militar. Eu sei que é um sindicalista, estava liderando a greve, agora, prenderam e ainda botaram na Papuda.

Aí, veio uma delegação falar comigo, dos familiares. Sabem o que eles pedem? "Senador, você acha que ele fez alguma coisa errada? Pelo menos deixem ele preso lá na Bahia para a gente poder visitá-lo, e tal. Como é que a gente vai se deslocar? Nós não temos dinheiro para deslocar da Bahia", para vir ver o cara aqui. E é um sindicalista, em pleno Estado democrático de direito.

O cara, por liderar uma greve – eu não estou entrando no mérito, seja quem for, de onde for, eu não estou entendendo bem essa história, para mim não casa bem –, como pegam, metem num avião, mandam para Brasília, metem na Papuda e os familiares... E o cara é vereador. Tem mandato de vereador.

Então, tem coisas que não estão casando. Essa dos índios eu não engoli até agora. Primeiro, porque não tinha que... Morreram dois agricultores. Fosse índio ou agricultor eu estaria com a mesma indignação. Como é que um conflito chega ao ponto de morrerem dois cidadãos? Foram mortos dois agricultores. Se fossem dois índios, eu estaria tão indignado quanto estou com a morte dos agricultores, porque eu não queria a morte de ninguém e não queria ninguém preso, ou seja, não queria conflito. E o conflito foi instalado porque alguém

comeu mosca, ou seja, não estava lá, conforme aconteceu e estou acompanhando, no momento da negociação. Não foram para a negociação e isso estourou com a morte de duas pessoas.

Essa história da Bahia também não tem como não comentar, porque eu vou para casa e fico pensando: no meu tempo eu reclamaria, por que não estou reclamando agora? O cara é vereador, nem sei se é bombeiro ou é policial militar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É bombeiro e liderou o movimento. Acharam que ele, então...

Será que tem ainda AI-5, aquele? Não. Não tem, não é? Eu estou me fazendo de louco, mas eu sei que não tem.

Agora, pegam o cara, prendem, mandam para a Papuda pela lei de segurança nacional. Foi em nome da lei de segurança nacional. O Plenário me ajude aqui.

Os familiares, que eu recebi aqui, não disseram nada, nem defenderam; o filho, no caso. Eles apenas me disseram: "Senador, só queria que o senhor pudesse ajudar. Deixem ele preso na Bahia para ver... Vamos ver, então, vamos julgar, vamos ver o procedimento." Agora, meter o cara na Papuda! Dizem que ele teve um enfarte já, teve um enfarte.

Então, eu estou fazendo um apelo aqui porque alguma coisa não está certa, não dá. E eu não posso ficar quieto. Se eu continuar quieto, eu não dormirei e vai dar um enfarte em mim daqui a um pouco, porque a cabeça começa a querer entender o caso.

É como o seu caso, indiretamente. Você apresentou o assunto, o pessoal reclamou, veio falar comigo. Tudo bem, vamos fazer uma audiência pública, tal, vamos ver os argumentos e eu vou dar o meu parecer. Mas o projeto tem o direito de tramitar. Senão o pessoal não vem e vai ficar bravo comigo, provavelmente, ainda. Foi a terceira vez já de audiência pública.

Enfim, estou fazendo aqui um apelo ao Ministério da Justiça. E queiramos ou não, é meio que o coração dessas duas questões que eu levantei aqui. Tanto a questão dos indígenas quanto essa questão da Papuda são duas questões mal resolvidas. O sindicalista teve um enfarte. Repito: para mim, se fosse deputado, fosse senador, fosse governador, fosse vereador, fosse um sindicalista, fosse só um líder, alguém que liderou um movimento e está preso por esse motivo é algo que não desce bem e que está me machucando aqui. Então, estou dividindo, porque esta audiência eu sei que é ao vivo para todo o Brasil, a responsabilidade com todos.

Fica aqui um apelo ao Ministério da Justiça para ver o que a gente pode fazer rapidamente. No mínimo, deixem-no voltar para a Bahia. No mínimo. E lá, se tiverem que julgar, julguem. Mas vamos julgar. Não dá para deixar o cara jogado aqui na Papuda, sem tratamento adequado, longe dos familiares, com os familiares não podendo sequer visitá-lo pela distância, porque não têm como pagar avião de lá para cá.

Feitos esses dois comentários que eu tinha de fazer, passo a palavra, então, ao nosso convidado, Sr. Geraldo Francisco do Nascimento, Presidente do Sindimóveis, para falar sobre a SUG que ele apresentou aqui na Comissão, da qual fui indicado para ser Relator.

O SR. GERALDO FRANCISCO DO NASCIMENTO – Senhoras e Senhores, bom dia! Quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, inclusive me solidarizando com V. Exª e com o povo do Rio Grande do Sul em relação a esse problema. Rogo a Deus que dê discernimento ao Poder Público, para que tome uma decisão, resolvendo esse conflito o mais breve possível, Senador.

Quero dizer que, infelizmente, com a insegurança em nosso País, parece que a Justiça voltou a enxergar e está tomando partido.

Bom, quero agradecer aos colegas que aqui estão, agradecer aos componentes da Comissão de Direitos Humanos e a V. Exª pelo empenho, e aos colegas, pois segunda-feira é o dia de atender aos anúncios de domingo – nem todos puderam comparecer, mas há pessoas chegando até agora.

E quero dizer da coincidência do projeto de lei: no dia em que completa 36 anos da regulamentação da nossa profissão, 12 de maio de 1978, estamos aqui defendendo um projeto de lei da nossa categoria – em 52 anos da nossa profissão, desde 1962, o primeiro genuinamente apresentado, de interesse dos corretores, dos trabalhadores.

Para quem não conhece, se V. Exª me permite...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) –Claro.

O SR. GERALDO FRANCISCO DO NASCIMENTO – É um projeto de que temos conhecimento. Já trabalhamos há 18 anos no Conselho, vendo os anseios da categoria. Então, quando entramos no sindicato, criamos este projeto para atender os nossos interesses, interesses do trabalhador, do corretor de imóveis. Então, apresentamos na Comissão de Direitos Humanos em 14 de agosto de 2013. Foi rápido.

Altera a Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, para dispor sobre as eleições dos conselheiros nos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis (Creci) e fixar valores máximos para as anuidades devidas pelos corretores a essas entidades e dar outras providências.

O art. 1º da Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11. Os Conselhos Regionais serão compostos por vinte e sete membros efetivos e igual número de suplentes, sendo dois terços eleitos em chapa pelo sistema de voto pessoal indelegável, secreto e obrigatório, dos profissionais inscritos, e um terço dos conselheiros efetivos por indicação do Sindicato dos Corretores de Imóveis existente na respectiva jurisdição dos Conselhos Regionais.

Art. 11-A – Aos profissionais que deixarem de votar sem causa justificada será aplicada multa em valor máximo equivalente ao de uma anuidade.

Parágrafo único. A data da eleição será comunicada ao sindicato existente em cada jurisdição dos Conselhos Regionais, com antecedência mínima de 180 dias.

Art. 16. Na fixação do valor das anuidades referidas neste artigo, serão observados os seguintes limites máximos: [...]

I – pessoa física ou firma individual: R$200,00 (duzentos reais);

II – pessoa jurídica, segundo o capital social:

a) até R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais): R$400,00 (quatrocentos reais);

b) de R$25.001,00 (vinte e cinco mil e um reais) até R$50.000,00 (cinquenta mil reais): R$500,00 (quinhentos reais);

c) de R$50.001,00 (cinquenta mil e um reais) até R$75.000,00 (setenta e cinco mil reais): R$600,00 (seiscentos reais);

d) de R$75.001,00 (setenta e cinco mil e um reais) até R$100.000,00 (cem mil reais): R$ 700,00 (setecentos reais);

e) acima de R$100.000,00 (cem mil reais): R$800,00 (oitocentos reais). [Acima de R$100 mil reais é de R$800,00 reais; é o limite máximo.]

§2º Os valores correspondentes aos limites máximos estabelecidos no §1º deste artigo serão corrigidos anualmente pelo índice oficial de preços ao consumidor, não podendo ultrapassar o limite de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais) para pessoa física ou firma individual.

Art. 23- A. Os Conselhos Regionais fornecerão, até 31 de julho e 31 de dezembro de cada ano, aos Sindicatos dos Corretores de Imóveis existentes em sua jurisdição, em formato eletrônico, cadastro completo e atualizado de todos os seus corretores em atividade, inclusive dos estagiários.

Parágrafo único. O Presidente do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis incorre em multa de 80% (oitenta por cento) do valor de uma anuidade, em favor da entidade sindical referida no caput, por cada cadastro que deixar de ser enviado nos prazos estabelecidos" (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) –Eu não sou Relator. É claro que aqui não vou fazer o contraponto, que não cabe a mim, mas sim ouvir. O objetivo do projeto, pelo que eu percebi, é fazer com que um valor exagerado não seja cobrado. É isso?

O SR. GERALDO FRANCISCO DO NASCIMENTO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu vi ali em uma redação que, em dez anos, mais do que dobrou o valor...

O SR. GERALDO FRANCISCO DO NASCIMENTO – Mais do que dobrou; exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, para quem está assistindo, o objetivo deles – eu serei o Relator e vou dar o parecer –, eles querem que a contribuição dos corretores seja uma contribuição que vá pelo campo da razoabilidade, e não seja exagerada, porque eles não têm condições de pagar. Esse é o objetivo do projeto que ele está nos apresentando.

O SR. GERALDO FRANCISCO DO NASCIMENTO – Muito obrigado, Senador.

A nossa justificação.

Esse 12 de maio de 2014 será um marco do antes e depois para os corretores de imóveis do Brasil. O Senador Paulo Paim é um defensor irrestrito do trabalhador brasileiro e dos menos favorecidos deste País. Esta SUG 11/2013 tenho a convicção de que será transformada em lei pelas mãos do Senador Paulo Paim, que não medirá esforços para corrigir as injustiças praticadas em nossa profissão, que há tempo vem prejudicando milhares de trabalhadores.

Sintetizando cada item do documento, o art. 11 da Lei 6.530, de 1978, no original, determinava que um terço dos conselheiros fossem indicados pelo sindicatos. Esse artigo foi alterado pela redação dada pela Lei 10.795, de 5/12/2003, tirando dos corretores de imóveis a ampla defesa e o contraditório, prescrito na Consti-

tuição Federal, em seu art. 5º, inciso LV: "aos litigantes, em processo judicial ou administrativo e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes."

Nós, corretores de imóveis, com a alteração da lei, somos os únicos que não temos direito à defesa; nossos processos são julgados na plenária dos conselhos. Lá, os corretores, os trabalhadores são julgados, condenados, sentenciados, muitas vezes, até à revelia. Os sindicatos, fazendo parte dos conselhos, como no original da Lei 6.530, que regulamentou a profissão, não deixarão nenhum processo ser julgado sem a profunda análise dos fatos. Serão defendidos em plenário os direitos do trabalhador que, muitas vezes, é julgado, condenado, apesar das multas, normalmente a três anuidades, suspenso e até cassado sem condições de defesa ou mesmo à revelia.

Já a Lei 6.530/78 e o Decreto 81.871, de 29 de junho de 78, que a regulamentou, foram omissos no tocante ao valor da anuidade paga aos conselhos pelos corretores de imóveis. Deve ter sido propositadamente, uma vez que a atribuição da autarquia federal é a defesa da sociedade e polícia dos seus inscritos, como bem esclarecido pelo STF na ADI 1717-6. No acórdão, o Ministro Sidney Sanches só e apenas afirmou que os conselhos de fiscalização (porque autarquias criadas por lei, sujeitas ao controle do TCU) não poderiam ser transmudados em entidades privadas, como fizera o aludido art. 58, já porque, indelegáveis a entidade privadas "atividades típicas de Estado, que abrangem até poder de polícia".

A Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em seu art. 1º, diz que "esta lei institui o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias". Em seu art. 3º prescreve:

Art. 3º Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.

Parágrafo único. Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

Os conselhos são órgãos integrantes da Administração Pública, já que de outra maneira não poderiam realizar serviços públicos típicos, próprios do Estado.

A Lei não deixa dúvidas que a defesa da sociedade é um dever do Estado. Não compete o trabalhador autônomo, que tem trabalho constante e certo, mas lucro incerto, arcar com mais este ânus, e sendo autarquias federais, nada mais justo que o Estado assuma de vez este ônus.

Enquanto Isto não ocorra, nossa anuidade, hoje, no valor de R$500,00, é pesada para o Corretor de imóveis profissional autônomo. E pior: as empresas de lançamentos (que vendem imóveis novos ou na planta) estão abrigando o corretor abrir empresa para emitir notas Fiscais, e aí, então, pagar R$500,00 pela anuidade da pessoa física e mais R$1.000,00 da pessoa Jurídica. Foi o que paguei – aliás, todos nós – neste ano de 2014.

A Lei 12.514, de 28 de outubro de 2011, sancionada pela Presidenta Dilma, em seu art. 6º, inciso II, determina o valor até R$250,00 para as profissões de nível técnico, que é o nosso caso, e empresa com capital social de até R$50.000,00.

O art. 3° diz que disposições aplicáveis para valores devidos a conselhos profissionais, quando não existir disposição a respeito em lei específica, são os constantes desta lei.

A nossa Lei 6.530 não é específica só para cobrança de contribuição para os conselhos. Segundo informações do nosso Conselho Regional da 8ª Região – Brasília, há 60% de inadimplentes. Quando o corretor de imóveis recebe seus honorários por algum negócio realizado e procura a entidade para colocar em dia seus compromissos, é obrigado a pagar honorários advocatícios e mais despesas postais de aviso de débitos. Perdurando por três anos, sua profissão é suspensa e seu nome negativado no Serasa e em outros agentes negativadores. Ainda sofre ação de cobrança e execução na Justiça Federal.

O que os corretores de imóveis autônomos querem é não ter sua inaptidão profissional, como postados nos *sites* de informação dos conselhos, quando o profissional está em atraso com sua anuidade. Temos certeza de que, com a redução do valor da anuidade, ganha a entidade, o Conselho, que vai ter 100% de adimplência, e ganha o corretor de imóveis, que não terá que ficar fugindo da fiscalização dos CRECIs e serem tratados como marginais por sua inadimplência involuntária. Mais de 300 mil Corretores inscritos em todo o País, teremos mais de 200 mil Corretores de imóveis, sendo tratados como delinquentes. E já chega a 600 mil o número de inscritos em todo o País, segundo as últimas informações.

A isenção de anuidade aos 35 de contribuição, uma taxa paga simplesmente para ter o direito de exercer a sua profissão, não pode ser *ad aeternum*. Muitas vezes, os trabalhadores de outros segmentos profissionais, não podendo mais exercer sua profissão ou mesmo se aposentando, veem um trabalho autônomo como uma terapia. Mas, não tendo condições físicas de exercer a atividade com o mesmo vigor de um jovem e mesmo que, possivelmente, já tenha contribuído com outros encargos durante sua vida produtiva, aos 70 anos nada mais justo que ser isento da obrigação de pagar a sua anuidade como profissional liberal nos conselhos.

Art. 11, "b" – As eleições nos conselhos deverão ocorrer entre os dias 1º de outubro e 30 de novembro nos anos que antecedem a posse dos eleitos, ficando obrigatória a publicação de edital de sua convocação em jornal de grande circulação com antecedência mínima de 120 dias da data da eleição.

Parágrafo único. A data da eleição será comunicada aos sindicatos existentes em cada jurisdição dos conselhos regionais, com antecedência mínima de 180 dias.

Esse artigo tem por finalidade dar transparência ao pleito eleitoral e evitar o que está ocorrendo atualmente, como na última eleição, quando o edital foi publicado o *Diário Oficial* do Distrito Federal – um jornal que corretor não tem obrigação de ler –, na semana de Carnaval, ou seja, na sexta-feira de Carnaval, dando 15 dias para a formação de chapa, sem fixação do edital em lugar visível, como determina a legislação eleitoral, e só dando publicidade na convocação da eleição após o vencimento do prazo determinado no Edital, com eleição realizada no mês de abril, sendo que a posse é sempre no dia 1º de janeiro do ano seguinte, mantendo-se o sistema de recondução da diretoria.

Por fim, para uma maior integração e harmonia entre os conselhos e as entidades sindicais dos corretores de imóveis para que os sindicatos possam dar publicidade a suas ações aos profissionais da categoria, manter uma aproximação com os seus entes, este projeto de lei obriga os conselhos regionais a fornecerem anualmente aos sindicatos dos corretores de imóveis existentes em sua jurisdição o cadastro completo e atualizado de todos os corretores em atividade em sua jurisdição, inclusive os estagiários, em formato eletrônico, o que ficou explícito na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a chamada Lei da Transparência.

O mais importante, entretanto, é que as relações entre corretores de imóveis, conselhos, sindicatos e empresas imobiliárias é agora um assunto oficialmente de repercussão nacional, de cuja responsabilidade ninguém pode pretender fugir, seja sob que justificativa for.

Exige-se, portanto, a partir de agora, que cada qual adote a sua posição, assumindo integralmente a responsabilidade decorrente, seja pró, contra ou de neutralidade, principalmente considerando tratar-se de um assunto de alta relevância e de pleno interesse social por envolver interesse de toda uma categoria profissional.

Geraldo Nascimento, Presidente do Sindicato dos Corretores de Imóveis do Distrito Federal e da Federação Nacional dos Corretores de Imóveis no Centro-Oeste.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Sr. Geraldo Francisco do Nascimento, Presidente do Sindimóveis, que fez a exposição do seu ponto de vista da importância da aprovação deste projeto, que eu estou relatando, que visa diminuir o valor da anuidade dos corretores para o conselho; e, ao mesmo tempo, ele quer balizar, regulamentar no projeto o processo eleitoral, com maior transparência, segundo os argumentos que aqui ele colocou.

Repito para quem está ouvindo que a outra parte que solicitou a audiência não se fez presente. Não estou entrando no julgamento. Eu os recebi e dialoguei com eles; e, pela segunda vez, eles não puderam estar presentes, e a reunião teve de acontecer.

Normalmente eu dou a palavra para dois ou três no plenário. Hoje, teremos uma sessão de homenagem no plenário, às 11 horas, que vai falar sobre a abolição da escravatura. Amanhã, inclusive, é dia 13 de maio, e, depois, eu comento um pouquinho mais sobre esse evento no plenário e convido a todos para o acompanharem.

Vai usar a palavra agora – e a solicitou no plenário – o Sr. Eduardo Rodrigues, da Associação dos Corretores Autônomos, a quem peço que fique, no máximo, nos cinco minutos.

Por favor, Sr. Eduardo Rodrigues.

O SR. EDUARDO RODRIGUES – Obrigado, Sr. Presidente. Primeiro, quero parabenizar V. Exª por esse trabalho árduo em defesa dos trabalhadores de todo o Brasil. Segundo, parabenizar o nosso Presidente do Sindimóveis, Sr. Geraldo Nascimento, porque estranhamente, Excelência, nós já entramos com um projeto aqui no Senado, e esse não foi à frente.

Então, fazendo uso aqui de poucas palavras, quero realmente parabenizar o senhor, porque, como disse o Geraldo, nós vamos para mais de 600 mil corretores em todo o Brasil e o Sindicato de Imóveis aqui de Brasília, digamos, que tomou essa dor de todo esse trabalhador.

Por incrível que pareça, hoje, existem corretores fora do mercado, porque não conseguem pagar uma taxa de R$465, que, para nós, é um absurdo.

Então, o projeto veio em boa hora. Eu espero que esta Casa realmente dê continuidade a este projeto e que hoje não seja só uma vitória do Sindimóveis, mas que seja uma vitória de toda a categoria de corretores. Salvo engano, nós somos a terceira maior de Brasília e pagamos a mais alta taxa – nem os advogados de Brasília pagam uma taxa absurda como a nossa.

Então, eu quero parabenizar V. Exª e também o nosso Presidente, Geraldo Nascimento.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Eduardo Rodrigues, da Associação de Corretores Autônomos aqui de Brasília, que também expressa o seu ponto de vista sobre o tema.

Passamos a palavra para o Sr. Carlos dos Santos de Jesus, que representa aqui os negócios imobiliários.

O SR. CARLOS DOS SANTOS DE JESUS – Bom dia, Presidente. Bom dia, Geraldo Nascimento, nosso Presidente do Sindicato. Bom dia, Deputado Paulo Paim.

Aproveito para lembrar que o senhor viu uma cobertura comigo no ano passado, lá no Sudoeste, e eu lhe dei um atendimento muito bom. O senhor viu a qualidade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só quero dizer que eu não pude comprar a cobertura.

O SR. CARLOS DOS SANTOS DE JESUS – Não pôde comprar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Comprei uma casinha quase lá em Goiás.

O SR. CARLOS DOS SANTOS DE JESUS – O senhor pode ter observado... Eu nem sabia que o senhor era Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Foi um atendimento muito bom.

O SR. CARLOS DOS SANTOS DE JESUS – Eu vim reconhecê-lo depois.

O SR. GERALDO FRANCISCO DO NASCIMENTO (Fora do microfone.) – Só corrigindo: Senador.

O SR. CARLOS DOS SANTOS DE JESUS – Senador. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não há problema.

O SR. CARLOS DOS SANTOS DE JESUS – A importância realmente do corretor bem-qualificado, bem-preparado no mercado faz a diferença em qualquer segmento da sociedade, seja um imóvel do Minha Casa, Minha Vida, como vendemos muitas vezes, seja uma cobertura de R$1 milhão, R$2 milhões.

Agora, eu queria ler esse projeto que o Sindimóveis trouxe. Eu acho que isso não é justo para nós, como pessoa jurídica. Já pagamos o Creci de pessoa física e ainda vamos ter que pagar o Creci de pessoa jurídica, quer dizer, duas vezes o valor do Creci de pessoa física.

No caso da OAB, por exemplo, o advogado paga a sua anuidade. Se ele tiver um escritório de pessoa jurídica, não tem que pagar mais duas vezes pela anuidade. Então, acredito que deverá acabar o pagamento do Creci de pessoa jurídica. Estamos só agregando valor ao nosso escritório e temos mais credibilidade no mercado.

Fui corretor autônomo, sem ter uma referência, sem ter um escritório. Infelizmente, os clientes não dão o mesmo tratamento se não for uma pessoa jurídica, uma imobiliária, e não houver um endereço fixo.

Então, eu queria propor que realmente acabasse o Creci de pessoa jurídica, que se mantivesse a redução do Creci de pessoa física e que esse projeto fosse adiante.

Agradeço a palavra.

Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Carlos dos Santos de Jesus, corretor de negócios imobiliários, que também expressou o seu ponto de vista.

E o Geraldo quer dar uma resposta a você.

O SR. GERALDO FRANCISCO DO NASCIMENTO – Muito obrigado pelo interesse.

Vai ser objeto de outro projeto de lei essa não cobrança, porque não poderíamos colocar, sobrecarregar... Até na emenda, se o Senador permitir, futuramente, poderia haver a não cobrança da anuidade da pessoa jurídica para a física, porque...

(Soa a campainha.)

O SR. GERALDO FRANCISCO DO NASCIMENTO – Parece-me – eu estava viajando – que foi aprovado o Simples, não é, Senador? Isso é muito bom para os corretores de imóveis autônomos. Só que há interesse também de um outro conselho, o Secovi, que vai passar a cobrar mais uma taxa, que é a contribuição sindical de todos os corretores de imóveis. Então, isso será objeto de um outro projeto de lei que pretendemos apresentar.

Esperamos e rogamos a Deus que os Senadores, inclusive o Sr. Relator... Há denúncia sobre mais de oito mil corretores escravos só em Brasília. Aqueles corretores que são obrigados a trabalhar 24 horas, diuturnamente, por conta da empresa, sem ter o seu trabalho reconhecido.

Estão aprovando uma lei com o reconhecimento dessa situação através de um contrato de parceria, de sociedade com a empresa, sem fins lucrativos, contrato esse que não vejo razão de existir, se são profissionais autônomos.

Tenho certeza de que nós e o nosso Senador também, no momento oportuno, vamos entrar, e ele vai nos atender – tenho certeza disso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi a exposição do Sr. Geraldo Francisco do Nascimento, Presidente do Sindimóveis.

Antes, ouvimos duas falas do Plenário: a do Sr. Eduardo Rodrigues, da Associação de Corretores Autônomos, e a do Sr. Carlos dos Santos de Jesus, negócios imobiliários. Deixo bem claro... Como você fala em cobertura, rapaz, nessa altura do campeonato? Deixo bem claro que não pude comprar, não comprei. Eu vendi um imovelzinho que eu tinha, paguei minhas dívidas de campanha e não pude comprar.

O SR. CARLOS DOS SANTOS DE JESUS – Mas, Senador, a cobertura era baratinha: R$1 milhão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Bah! Para quem está ouvindo, R$1 milhão, tu achas que é pouco dinheiro? Eu sou um homem de salário mínimo.

Mas, descontraindo, é brincadeira, mas você me atendeu muito bem. Claro, eu não pude comprar, mas você foi muito gentil na forma do atendimento que fez.

Nós vamos encerrar a nossa audiência, que cumpriu, já, o objetivo de instruir o projeto, mas eu pedi, aqui, para a Tânia, a Tânia – cadê a Tânia? A Tânia é aquela senhora que está ali. Ela é do Ceará – não é Tânia? Morou no Ceará, e eu pedi para ela que me passasse algumas informações. Ela escreveu, a punho, aqui, depois bateu no computador, alguma coisa sobre a sessão de homenagem que teremos, hoje, no Plenário.

Só para as pessoas se situarem, a partir das 11 horas, direto do Plenário, uma homenagem ao Dragão do Mar.

Dragão do Mar – escrita da Tânia, viu? O mérito é dela, eu só vou fazer a leitura.

Dragão do Mar. Esse é o nome pelo qual é conhecido o jangadeiro Francisco do Nascimento, que marcou o seu nome como abolicionista popular.

Então, essa sessão vem no momento adequado, temos uma homenagem hoje e, amanhã, é 13 de maio, e, amanhã, está na pauta o projeto das Cotas para os negros e descendentes de escravos.

Sua jangada se chamava liberdade e era com ela que o Chico da Matilde conduzia os navios do mar aberto para a segurança do porto.

Nascido em Canoa Quebrada – eu conheço Canoa Quebrada, viu? Bela praia –, cidade famosa do Ceará, o revolucionário Chico, em 1874, foi nomeado Prático da Capitania dos Portos, convivendo com o drama do tráfico negreiro.

Aí, ele se envolve na luta pela liberdade, ou seja, pelo abolicionismo, e uma de suas principais atitudes foi o fechamento do porto de Fortaleza, assim, impedindo o embarque de escravos para outras províncias.

Muito bem.

Em vigília, localizava alguma embarcação que entrasse no porto de Mucuripe e conduzia a sua jangada até ela, para comunicar o rompimento do tráfico negreiro no Estado.

O Dragão do Mar foi um verdadeiro dragão na luta contra o tráfico negreiro e seu nome está marcado nos livros de História, merecendo nossas homenagens.

Em 1884, o Ceará torna-se a primeira província brasileira a abolir a escravidão.

Uma salva de palmas ao Ceará. (*Palmas.*)

Repito, em 1884, o Ceará torna-se a primeira província brasileira a abolir a escravidão.

O movimento abolicionista cearense surgiu em 1879. Contribuiu, embora não decisivamente, mas contribuiu muito para essa abolição pioneira.

Em Fortaleza, o Centro Cultural Dragão do Mar leva o seu nome.

Muito bem.

E a iniciativa de hoje, se não me engano, é do Senador Pimentel – Pimentel eu vi que é, porque eu vi, essa homenagem, e deve ser, também, com o apoio dos outros dois Senadores do Ceará, que são o Eunício e o Inácio Arruda. É, é isso mesmo, Eunício e Inácio Arruda.

Então, meus cumprimentos ao Ceará, meus cumprimentos ao Dragão do Mar, esse lutador que fez da sua prática e a sua arte de domínio das águas, com a sua jangada, se transformando num instrumento de luta contra a escravidão e colaborando, sempre, claro, para que ele, como abolicionista, que o Ceará fosse a primeira província – pelo que li aqui, alguma informação eu tinha –, primeira província a assegurar o fim da escravidão.

Tenho outro documento, que ela também me passou aqui, que diz: Dragão do Mar no centro do Ceará; Liberdade. Liberdade. Liberdade. A palavra de ordem dos anos de 1800, no Ceará. Também nomeia a jangada que pertencia ao Francisco, como eles falaram. A jangada foi levada à capital do Império a bordo de um navio mercante, como símbolo da resistência popular abolicionista nas terras de Alencar. O líder dos jangadeiros cravou seu nome na história como o lendário Dragão do Mar, deflagrando a greve dos seus companheiros. Sua ousadia e coragem paralisaram o mercado escravista no porto de Fortaleza nos dias 27, 30 e 31 de janeiro de 1881. Chico, filho da Matilde tinha, então, 42 anos.

Boa parte dos livros de História omite que outros ancoradouros e até mesmo esparsas lideranças da elite econômica do Estado tomaram posição idêntica e interromperam o fluxo de escravos em suas regiões e nas

fronteiras com outras províncias do Nordeste, como nos conta a História do Ceará, organizado pela socióloga Simone de Souza (p.179). Antes e depois da greve que eternizou o Dragão do Mar, movimentos libertários como a Sociedade Perseverança e Porvir – é o título do movimento –, a Sociedade Cearense Libertadora – outro título – e jornais como o *Libertador* se destacam pela luta contra a escravidão. Mas foi a firmeza do mulato jangadeiro Chico da Matilde que ultrapassou os limites da província e alcançou o Império, mostrando a força da resistência nordestina que consagrou o maior herói popular da história abolicionista do Ceará.

O Dragão do Mar é filho de Canoa Quebrada, Aracati. No dia 15/04 – eu sou 15/03, quase no dia do meu aniversário – de 1839, o pescador Manoel do Nascimento e dona Matilde Maria da Conceição – aqui é a última parte – receberam com alegria o filho Chico. Poucos anos depois, aos oito anos, Chico perde o pai e vai morar com outra família. Aos 20, aprende a ler. Torna-se chefe dos catraieiros (condutores de bote), trabalha na construção do porto de Fortaleza, é marinheiro, e, finalmente, é nomeado prático da Capitania dos Portos. Com a deflagração da greve, em 1881, é demitido – porque estava à frente do movimento. Três anos depois, com a libertação dos escravos, Chico da Matilde leva a embarcação Liberdade no barco negreiro Espírito Santo para o Rio de Janeiro. Mas a Liberdade ganha asas e toma rumo incerto. O jornalista catarinense Raimundo Caruso, conta original versão nas páginas do seu livro Aventuras dos Jangadeiros do Nordeste:

> "A jangada Liberdade, de Francisco José do Nascimento, era a clássica, de troncos. Símbolo de uma resistência popular vitoriosa no Ceará, foi levada à Capital do Império a bordo de um navio mercante e, mesmo viajando no porão, inaugura a rota das futuras aventuras dos jangadeiros nordestinos em direção ao Sul. A embarcação foi exibida nas ruas do Rio de Janeiro, sob os aplausos da multidão, e pouco depois é doada ao Museu Nacional, onde foi recebida como valiosa peça etnográfica (...). Em seguida a jangada [que tem esse símbolo da liberdade] foi transferida para o Museu da Marinha (...), de onde [infelizmente, acabou desaparecendo].
> Até hoje não se sabe o destino da Liberdade, que uniu cearenses e permanece no imaginário de todos como a vitória concreta da solidariedade entre as raças, credos e timbres, do sertão ao litoral. Ao lado da vela, a imagem guerreira e emblemática do Dragão do Mar.
> Está encerrada a sessão.
> Uma salva de palmas ao Dragão do Mar, à liberdade e à igualdade. E que todos tenham direito a viver e envelhecer com dignidade! (*Palmas.*)
> Ah, a Tânia se destacou hoje, aqui, na reunião. Tânia, permita-me, antes de eu encerrar, sobre a situação que falei também na abertura, na questão do sindicalista – porque eu havia dito que íamos encerrar a reunião e tal –, veio a mim a seguinte informação mais precisa sobre a situação do sindicalista e Vereador de Salvador, Marco Prisco Caldas Machado. Recebemos, no gabinete, uma comitiva de três advogados, acompanhados da esposa do sindicalista e Vereador de Salvador detido na Papuda, solicitando apoio ao pedido de transferência para a sua cidade.
> Eu disse que iria ler o documento aqui, na Comissão de Direitos Humanos, por isso que estou lendo. Eu comentei porque não havia chegado, mas agora estou sendo fiel ao que eu havia me comprometido, e como o documento não havia chegado, eu comentei o fato já.
> O Vereador é membro da Aspra – Associação de Policiais e Bombeiros e de seus Familiares do Estado da Bahia. Foi um dos líderes do movimento. Recebemos os familiares e representantes da associação. Foi um dos líderes do movimento grevista da Polícia Militar em 2012, após a manifestação pela aprovação da PEC 300, que o Congresso não aprovou e a que, diga-se de passagem, eu sou a favor. E não estou dizendo só aqui, porque eu disse para eles também, a aprovação da PEC 300. A sua prisão preventiva foi requerida pelo Ministério Público Federal. É bom este esclarecimento: quem pediu a prisão preventiva foi o Ministério Público Federal, decretada em abril deste ano, sob a alegação da necessidade de manter a ordem pública.
> Não estou aqui entrando no mérito da questão; estou apenas dizendo que, se fosse em outros tempos, muita gente estaria na rua exigindo a liberdade do sindicalista. Relato esse fato apenas para defender primeiro a linha de direitos humanos. Eu não quero saber se é polícia, se é bombeiro, se é um sindicalista ou se é um militante de rua; direitos humanos, para mim, são iguais para todos. Relato esse fato para defende o que a família pede. A família está somente pedindo, e os advogados, a transferência do preso para a Bahia. Essa é uma questão de direitos humanos, de defender a união familiar, pois ele está longe dos filhos e da esposa. É um líder sindical grevista e vereador. Ninguém pode dizer que ele é um criminoso, então, ninguém está aqui defendendo criminoso.
> Ademais, a Lei nº 12.848, de 2013, aprovada aqui, no Congresso Nacional, anistiou todos os que participaram da manifestação, inclusive o parlamentar custodiado. Então, já há uma lei que anistiou a

todos que participaram desse movimento. Minha defesa aqui vai na linha da defesa dos direitos humanos, garantidos por inúmeros acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, e também consta, na nossa Carta Magna.

Enfim, como todos sabem, eu fui sindicalista durante dois mandatos, e corre, naturalmente, no meu sangue esta força de um ex-sindicalista que está vendo um sindicalista preso por ter liderado um movimento da categoria. Mas, enfim, termino com as palavras do Rui Barbosa: "O homem que não luta pelos seus direitos não merece viver."

Está encerrada a sessão. (*Palmas.*)

(Iniciada às 09 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 09 minutos.)

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2014, TERÇA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 11 HORAS, NA SALA Nº 13, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte e oito minutos do dia treze de maio de dois mil e quatorze, no Plenário número 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Ana Rita, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana Rita, João Capiberibe, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues e Vanessa Grazziotin. Justifica ausência o Senador Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a 28ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, organizada em duas partes: 1ª parte, reunião de trabalho, que tem por finalidade Apresentação de Relatório da diligência desta Comissão, realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 06/05/2014, para acompanhar as investigações do assassinato do Coronel Paulo Malhães; e 2ª parte, deliberativa. Em seguida, a Senhora Presidenta informa que ainda não tem o quorum para deliberação, inicia a reunião de trabalho e registra a presença do Senhor Amerigo Incalcaterra, representante para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. A Senhora Presidenta lê resumo do Relatório com o auxílio de equipamento de projeção multimídia. Em seguida, franqueia a palavra aos Senadores. Resultado: Relatório apresentado, deliberação adiada. 2ª parte da Reunião. Pauta Deliberativa. Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2009 - Terminativo - Altera os §§ 3º, 6º, 7º e 8º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com o propósito de eliminar entraves burocráticos à concessão do benefício de 1 (um) salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso. **Autoria:** Senador Raimundo Colombo. **Relatoria:** Senador Anibal Diniz. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Item 2. Projeto De Lei Do Senado nº 78, de 2011 - Terminativo - Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que "dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências", e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência. **Autoria:** Senadora Angela Portela. **Relatoria:** Senadora Ana Rita (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as 5 Emendas aprovadas na CDR. Resultado: Adiado. Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2011 - Terminativo - Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CE. Tramitação: CE e terminativo nesta CDH. Resultado: Adiado. Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 443, de 2011 - Terminativo - Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo "situação de vulnerabilidade temporária" de que trata o seu art. 22. **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Relatoria:** Senadora Angela Portela. Resultado: Adiado. Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2012 - Terminativo - Altera a ementa e o art. 1º e acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para estender o benefício aos portadores de doenças graves ou incapacitantes, nas condições que especifica, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Eduardo Lopes. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Tramitação: Terminativo nesta CDH. Resultado: Adiado. Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2012 - Terminativo - Altera o

art. 39 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever tentativas de reinserção familiar da criança ou do adolescente. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador João Capiberibe. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Tramitação: Terminativo nesta CDH. Resultado: Adiado. Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2011 - Terminativo - Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, dispondo sobre a acessibilidade nos passeios públicos. **Autoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatoria:** Senador Roberto Requião. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDR. Tramitação: CDR e terminativo nesta CDH. Resultado: Adiado. Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2011 - Terminativo - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na modalidade de educação de jovens e adultos a política de atenção educacional e social aos idosos. **Autoria:** Senador Gim. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Tramitação: CE e terminativo nesta CDH. Resultado Adiado. Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2012 - Terminativo - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para instituir medidas destinadas à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes. **Autoria:** Senadora Angela Portela. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS. Tramitação: CAS e terminativo nesta CDH. Resultado: Adiado. Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2012 - Terminativo - Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual. **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Senador Gim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Tramitação: CAE e terminativo nesta CDH. Resultado: Adiado. Item 11. Sugestão Nº 12, de 2013 - Não Terminativo - Sugere alteração na Lei nº 10.790, de 28 de novembro de 2003, que "Concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores do Sistema Petrobrás, punidos por participar em movimentos reivindicatórios". **Autoria:** Associação Nacional dos Petroleiros Pedevistas - ANPP CONREPPV NACIONAL. **Relatório:** Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: Adiado. Item 12. Sugestão Nº 1, de 2014 - Não Terminativo - Cria o Programa de Prevenção da Violência na Rede Educacional Brasileira. **Autoria:** Programa Senado Jovem Brasileiro. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Adiado. Item 13. Sugestão Nº 2, de 2014 - Não Terminativo - Dispõe sobre a adoção de práticas de construção sustentável. **Autoria:** Programa Senado Jovem Brasileiro. **Relatoria:** Senador Anibal Diniz. **Relatório:** Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Adiado. Item 14. Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2014 - Não Terminativo - Altera dispositivos do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para permitir que o empregado possa deixar de comparecer ao trabalho, por até 8 (oito) dias, por motivo de falecimento de familiar ou afim ou casamento, e por até 15 (quinze) dias, para tratamento de saúde de familiar ou afim, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Anibal Diniz. **Relatório:** Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. Item 15. Requerimento s/nº, de 2014. **Autoria:** Senador João Capiberibe. Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública na Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal – CDH, para debater a implementação das recomendações que constarão no Relatório final da Comissão Nacional da Verdade. Sugiro que sejam convidados: 1- Representante da Comissão Nacional da Verdade; 2- Representante da Comissão Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; 3- Representante da Comissão Estadual Memória, Verdade e Justiça do Rio de Janeiro; 4- Ex-Ministra da Secretaria de Direitos Humanos Deputada Maria do Rosário; 5- Representantes dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos; 6- Procurador Geral da República. Resultado: Não Lido. Item 16. Requerimento s/nº, de 2014. **Autoria:** Senador João Capiberibe. Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública na Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para ouvirmos os comandantes das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) a respeito das sindicâncias instauradas com a finalidade de apurar responsabilidades relativas aos locais de tortura em suas dependências. Sugiro que sejam convidados os Comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica. Resultado: Não Lido. Item 17. Requerimento s/nº, de 2014. **Autoria:** Senador João Capiberibe. Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o apoio da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal – CDH, para o lançamento do livro Um Homem Torturado: Nos Passos de Frei Tito de Alencar, de Leneide Duarte-Plon e Clarisse Meireles. Trata-se da história da prisão do frei Tito de Alencar Lima, realizada no contexto da violenta repressão que se abateu sobre os religiosos que participaram da resistência à ditadura. Solicito que o lançamento ocorra no dia 05 de agosto de 2014, às 18h00, na Biblioteca do Senado Federal. Gostaria de criar um clima afetivo e agradável para tal ocasião. Sugiro os seguintes convidados: Leneide Duarte-Plon; Clarisse Mei-

reles; Frei Beto. Resultado: Não Lido. Item 18. Requerimento s/nº, de 2014. **Autoria:** Senador Paulo Davim. Com fundamento no disposto no art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de diligência externa pela Subcomissão Permanente para Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo - CDH, no estado de São Paulo, com a finalidade de apurar as questões relativas à população de imigrantes haitianos deslocados do estado do Acre para a cidade de São Paulo. Resultado: Não Lido. Item 19. Requerimento s/nº, de 2014. **Autoria:** Senadora Ana Rita. Senhora Presidenta, Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir as medidas preventivas que serão adotadas em favor de crianças, adolescentes e populações em situação de rua durante a realização de grandes eventos, através do programa "Agência de Convergência". Proponho para a audiência a presença do seguinte convidado: 1. Exma. Sra. Ideli Salvatti, Ministra Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Resultado: Não Lido. Item 20. Requerimento s/nº, de 2014. **Autoria:** Senadora Ana Rita. Senhora Presidenta, Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a anistia aos servidores públicos demitidos pelo governo Collor, ocupantes de empregos permanentes pagos pela Rubrica FAS, prevista na Lei nº 8.878/94. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Sr. Sebastião Vieira Caixeta, Procurador do Trabalho; 2. Sr. Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy, Consultor-Geral da União/AGU; 3. Sr. Júlio César Barbosa Melo, Produrador Federal; 4. Sr. Ricardo Emilio Pereira Salviano, Defensor Público Federal; 5. Sr. Ulisses Borges, Advogado do SINDSEP; 6. Sra. Erida Maria Feliz, Presidenta da Comissão Especial Interministerial/CEI/MPOG. Resultado: Não Lido. Item 21. Requerimento s/nº, de 2014. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin e Senadora Ana Rita. Senhora Presidenta, Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a situação de adolescentes e jovens indígenas da Amazônia Legal Brasileira e apresentação da Exposição de Fotos do Projeto Jovens Comunicadores Indígenas. Propomos para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1) Representante da UNICEF; 2) Jovens representando os Estados da Amazônia Legal. Resultado: Não Lido. Item 22. Requerimento nº , de 2014. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Com fundamento no disposto no Art. 142, do RISF, Requeiro uma diligência na cidade de Caxias do Sul- RS, para in loco ouvir e registrar depoimentos de autoridades representativas dos segmentos excluídos. Entre os que serão ouvidos estarão os representantes de entidades organizadas em defesa da qualidade de vida no processo de envelhecimento das pessoas com deficiência, comunidade LGBT, doenças raras, questões étnicas e pessoas idosas. A partir da coleta e geração dos dados, será possível propor alternativas técnicas e financeiras por parte do Senado Federal para os principais problemas levantados. Para isso, sugerimos que sejam ouvidos pelo Senador Paulo Paim e representantes das entidades em defesa aos grupos excluídos, os seguintes convidados: Dr. Leandro Minozzo – Como tratar as diferenças no processo de envelhecimento?; Pe. Ezequiel Dal Pozzo – Como propor envelhecimento ativo?; Sr. Santos Fagundes – Como criar projetos para apoio financeiros relacionados à qualidade de vida de segmentos excluídos socialmente?; Srª Berenice Piana - Como propor melhorias para um envelhecimento saudável dos autistas?; Sr. Marco Souza – Como sensibilizar as pessoas para os temas relacionados à exclusão social? Resultado: Não Lido. Item 23. Requerimento nº , de 2014. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. Requeiro, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão com a finalidade de debater a incidência do imposto de renda sobre os alimentos fixados judicialmente para a manutenção dos filhos, com a presença das seguintes convidadas: Senhora Flávia Piovesan, Professora da PUC/SP; 01 (um) Representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Senhora Misabel Derzi, Tributarista, Titular de Direito Financeiro e Tributário da Universidade Federal de Minas Gerais; Senhor Gildo Alves de Carvalho Filho - Titular da 8ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Manaus; Senhora Lena Lavinas, Economista, titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; 01 (um) Representante da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Resultado: Não Lido. Item 24. Requerimento nº , de 2014. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. Com amparo no art. 58, § 2º, incisos II, III e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, incisos II e III, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania (CDH), para discutir o cronograma de implantação das medidas de acessibilidade destinadas a permitir que as pessoas com deficiência tenham acesso à programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, nos termos do Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Para fornecer informações, expor opiniões e responder aos questionamentos das senhoras e dos senhores parlamentares, sugerimos que sejam convidadas, para a mencionada audiência, as seguintes autoridades: Sr. Octavio Pieranti – Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações; Sr. Antonio José Ferreira – Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

Sr. Daniel Pimentel Slaviero – Presidente da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e TV (ABERT); Sr. Aurélio Veiga Rios – Procurador Federal dos Direitos do Cidadão no Ministério Público Federal; e Sr. Manoel Rangel – Presidente da Agência Nacional de Cinema (ANCINE). Resultado: Não Lido. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, Randolfe Rodrigues e João Capiberibe. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – *Senadora* ***Ana Rita,*** *Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa*

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Declaro aberta a 28ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à apresentação do relatório da diligência desta Comissão realizada na cidade do Rio de Janeiro, no dia 6 de maio de 2014, para acompanhar as investigações do assassinato do Coronel Paulo Malhães.

Quero aproveitar esta oportunidade para informar que esta reunião foi planejada em dois momentos: o primeiro momento destinado à leitura e à aprovação do relatório da diligência realizada no Estado do Rio de Janeiro; a segunda parte destinada à deliberação das matérias que estão na pauta. Mas, considerando que nosso quórum está baixo hoje na Casa – em função, inclusive, da Marcha Nacional dos Prefeitos, praticamente todas as Comissões estão com dificuldade de formar quórum –, nós vamos aqui hoje priorizar a leitura do relatório. Se não houver quórum para a votação do relatório, ele será votado na próxima reunião ordinária. Hoje, será feita a leitura do relatório, o debate sobre o relatório, serão feitas as complementações necessárias pelos membros aqui presentes, mas a aprovação do relatório se dará na próxima semana.

Quero registrar aqui a presença do Sr. Amerigo Incalcaterra, representante regional da América do Sul nas Nações Unidas na área de direitos humanos. O Sr. Amerigo está no Brasil, acompanhando as investigações do caso Paulo Malhães. Nós já tivemos, antes de iniciar esta reunião, uma conversa. Tivemos a oportunidade de expor para ele a impressão da nossa Comissão de Direitos Humanos a partir da diligência que realizamos no Estado do Rio de Janeiro.

Então, quero aqui agradecer profundamente pela presença ao Sr. Amerigo, que está aqui e que é o representante regional da América do Sul nas Nações Unidas na área de direitos humanos.

Obrigada pela presença. É sempre muito bem-vindo. A Comissão de Direitos Humanos está sempre à disposição naquilo que for necessário, prestando as informações e os esclarecimentos que julgar necessário a partir do nosso trabalho aqui.

Aproveito para também registrar a presença do Senador João Capiberibe, Vice-Presidente desta Comissão, e do Senador Randolfe Rodrigues. Os dois Senadores estiveram também na diligência realizada no Rio de Janeiro. A diligência foi realizada através de requerimento apresentado pelo Senador Randolfe Rodrigues.

Então, faremos aqui uma apresentação do relatório, que foi construído conjuntamente, mas, se houver necessidade de fazer alguma alteração, alguma mudança ou alguma complementação, este é o momento.

Daremos início à leitura do relatório. Na verdade, o relatório completo tem 18 páginas. É um relatório que fala da nossa presença no Rio de Janeiro, das nossas impressões, mas também procuramos colocar no relatório informações obtidas através de jornais que circularam com notícias a respeito desse assunto. Nele, há os devidos registros dos respectivos jornais. Enfim, é um relatório bastante completo.

Nós vamos aqui fazer a leitura de uma síntese do relatório, do essencial do relatório, para que não seja tão demorada a leitura. Vocês poderão acompanhar pelo telão.

Conforme vocês estão vendo, o objetivo da diligência foi o de acompanhar as investigações do assassinato do Coronel Paulo Malhães, ocorrido no Estado do Rio de Janeiro, em 24 de abril de 2014, através do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos nº 40, de 2014, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Os participantes dessa diligência foram os Senadores Ana Rita – eu, como Presidenta desta Comissão –, o Senador João Capiberibe e o Senador, autor do requerimento, Randolfe Rodrigues, além da presença do Dr. Wadih Damous, que é o Presidente da Comissão da Verdade do Estado do Rio de Janeiro.

No dia 20 de março de 2014, o Sr. Paulo Malhães depõe à Comissão da Verdade do Estado do Rio de Janeiro com revelações sobre seus métodos de tortura e desaparecimento de presos políticos, incluindo o Deputado Rubens Paiva.

Esse relatório traz um breve histórico, conforme já iniciei. Então, é uma síntese também desse histórico.

No dia 24 de abril de 2014, o sítio do coronel é invadido. Ele, a esposa e o caseiro são amarrados por bandidos. O coronel é encontrado morto.

No dia 28 de abril de 2014, foram roubados dois computadores, três pastas do escritório e armas. Outros três computadores e documentos foram apreendidos pelo Ministério Público Federal.

No dia 29 de abril de 2014, o caseiro Rogério Pires Teles é preso, acusado de participação no crime. A viúva, Dona Cristina, se declara surpresa.

Essas informações que estou passando, que estão no relatório, estão também fundamentadas nas notícias que saíram em diversos jornais, não só nos jornais locais, do Estado do Rio de Janeiro, mas nos jornais de repercussão nacional. Então, o relatório está bastante completo e estará à disposição de todos vocês posteriormente.

No dia 29 de abril de 2014, a polícia divulga a imagem de dois irmãos de Rogério, acusados pelo crime.

Diversos segmentos apontam relação do crime com o passado obscuro do torturador.

Aqui faço questão de fazer a leitura de um trecho que está no blogue de Andrade Talis, de 26 de abril de 2014.

Entre aspas: "Nove horas buscando armas é tempo demasiado. Tudo indica que procuravam documentos. Dossiês. Fotografias. Filmes. Arquivos dos porões da ditadura.

O coronel deve ter sido interrogado antes de morrer. É preciso descobrir sinais de tortura."

O Ivan Seixas também faz um depoimento na Comissão da Verdade do Estado de São Paulo: "O coronel Ustra publicou nota sobre o assassinato de Malhães às 13 horas e 31 minutos, antes da primeira notícia na imprensa, às 13 horas e 39 minutos." Entre aspas: "É altamente suspeito ter essa notícia antes mesmo da própria imprensa. Isso chama a atenção, e acho que devíamos exigir que a Polícia Federal entre no caso."

Também entre aspas: "O crime guarda semelhanças com um outro ocorrido em novembro de 2012, quando o também coronel reformado do Exército Júlio Miguel Molina Dias foi assassinado na sua casa em Porto Alegre. Segundo a polícia, em uma tentativa frustrada de roubos de armas. A vítima também seria uma colecionadora." Isso está no jornal *GGN*, de 27 de abril de 2014.

Ainda o histórico.

Entidades levantam hipótese de queima de arquivo e pedem rigor na apuração.

Entre aspas, é uma fala do Dr. Wadih Damous, da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro: "As circunstâncias de sua morte apontam para uma queima de arquivo e uma tentativa de intimidação de outros agentes do aparelho repressivo do regime militar que, porventura, estivessem também dispostos a prestar depoimentos sobre os anos de chumbo."

Uma outra informação do Dr. Pedro Dallari, da Comissão Nacional da Verdade: "Por se tratar de uma situação que envolve investigação conduzida pela [...] [Comissão Nacional da Verdade], que é órgão federal, pedi que a Policia Federal fosse acionada para acompanhar as investigações conduzidas pela Polícia Civil do Rio [de Janeiro]."

Uma outra informação da Srª Ravina Shamdasani, do Alto Comissariado da ONU: "É preciso ter investigação imediata para esclarecer os fatos em torno desse caso, e que os responsáveis sejam levados à Justiça."

A partir de agora, vou fazer a leitura, na íntegra, do relatório, porque, até este momento, nós procuramos subsidiar o relatório com diversas informações obtidas de jornais, coisas que já são de conhecimento público, a que vocês poderão depois ter acesso.

O roteiro da diligência começa às 8h30 da manhã, o encontro com o Dr. Wadih Damous, Presidente da Comissão da Verdade do Rio, que fica na Rua Marechal Câmara, 210, 4º andar, no centro do Rio de Janeiro.

Às 9h foi feita uma visita ao preso Rogério Pires, na Delegacia Antissequestro, que fica na Avenida Afrânio de Melo Franco, 159, Leblon, Rio de Janeiro.

Às 11h, reunião com o Dr. Fernando da Silva Veloso, Delegado Chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Rua da Relação, 42, 12º andar, também no centro do Rio de Janeiro.

Esse foi o roteiro da nossa diligência.

Foi solicitada também uma reunião com a Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro às 13h, que não se realizou, porque, segundo informou a Secretaria, o Secretário José Mariano Beltrame estaria impossibilitado de atender os Senadores como proposto, indicando o Delegado Chefe da Polícia Civil para representá-lo.

A Polícia Rodoviária Federal prestou completa assistência aos Senadores, fornecendo traslado, escolta e batedores à comitiva, sem o que seria impossível cumprir a contento a diligência, razão por que agradecemos sua colaboração e eficiência, prestando nossas homenagens à corporação.

O terceiro momento do nosso relatório trata do encontro da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro.

Às 8h30, a Comissão chegou à Comissão da Verdade do Rio e, após entrevista coletiva inicial, reuniu-se com o seu Presidente, Dr. Wadih Damous, tratando dos seguintes assuntos: Novas declarações da viúva do Coronel Malhães em entrevista ao Jornal *O Dia*, sobre supostas confissões feitas pelo coronel a ela antes de sua morte; necessidade de reunião do material apreendido pela Polícia Civil e pelo Ministério Público Federal, evitando a dispersão de evidências; o papel fiscalizatório do Senado e necessidade de o Estado propiciar garantia de vida ao caseiro preso e à viúva do coronel assassinado.

Às 9h20, encerrou-se a reunião com a saída da comitiva para a Delegacia Antissequestro.

A oitiva do preso Rogério Pires Teles.

Às 10h, a comitiva chegou à Delegacia Antissequestro, onde inicialmente teve sua entrada impedida, com a alegação de que o responsável pela delegacia se encontrava em serviço externo, inexistindo autorização superior expressa para a visita.

Os Senadores entraram em contato telefônico com a chefia da Polícia Civil do Rio de Janeiro por meio da delegada Elizabeth, subchefe dessa polícia. Também tentaram contato direto com o Secretário de Segurança, sem sucesso.

Às 10h40, diante da ausência de respostas, os Senadores dirigiram-se à saída e, abordados massivamente pela imprensa, informaram da dificuldade encontrada e do prejuízo que o impedimento da oitiva do preso traria à diligência, o que poderia ser interpretado como falta de colaboração do Estado para com o Senado Federal.

Às 10h45, a entrada dos Senadores e do Presidente da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro foi autorizada pelo delegado chefe da Polícia Civil, Dr. Fernando Veloso.

A entrevista com o preso ocorreu na presença apenas dos Senadores e do Presidente da Comissão da Verdade do Rio e durou cerca de 40 minutos.

O preso Rogério Pires Teles deu aos Senadores as seguintes declarações – eu vou fazer a leitura conforme está no relatório e a apresentação mostrada na tela está de forma mais sucinta –:

Que foi a primeira vez que se envolveu em confusão com a polícia.

O caseiro é casado, tem 28 anos, mora próximo ao sítio, tem três filhos com a atual esposa, mais dois filhos com outra, e tem quatro irmãos.

Trabalhou por oito anos com o coronel, saindo e voltando, segundo ele, uma dez vezes nesse período. As interrupções ocorriam por conta do valor pago pelos seus serviços e, quando reclamava do valor, o coronel o mandava procurar outro trabalho. O coronel lhe pagava R$200,00 por semana, sem assinar sua carteira. Trabalhava fazendo de tudo: capina, serviços de eletricidade, troca de fiação, interruptores, telhas que caíam, madeiramento.

Ainda segundo ele, não sabe o que o coronel tinha na casa, nunca entrou além da sala; só entrou para trocar um bocal, uma lâmpada.

O coronel ficava na varanda lendo jornal e cuidava das plantas. Não recebia muitas visitas. Saía de vez em quando para ir a Nova Iguaçu e ir ao hospital.

O coronel deixava um rapaz colocar gado na propriedade e este levava esterco para o sítio. Uma vez foi junto com esse rapaz e conheceu o coronel, surgindo a oportunidade de emprego.

O coronel não o tratava mal, "nem mal nem bem", segundo ele. Só discutiam por causa do pagamento, que era pouco. Quase não falava com D. Cristina. Tudo sobre o sítio era tratado com o coronel.

O coronel tratava a filha dele – a filha do caseiro – de "minha netinha", e a filha o chamava de "vovô".

No dia do crime, estava – fala dele entre aspas – "lá atrás da casa de madeira, capinando em volta para que o fogo usado no sítio não atingisse a casa". Não participou de nada.

Por volta de 13h, o coronel chegou ao sítio com a esposa, quando ele avisou que o cachorro estava latindo muito, desde cedo, desde umas dez e pouco, onze horas.

O cachorro ficava na área da casa do coronel e não dava para ir lá ver quando o coronel não estava em casa, porque o cachorro mordia todo mundo. O coronel falou: "Tá bom" e entrou na casa.

Depois disso, em horário que não sabe precisar, foi rendido pelos agressores e levado para dentro de casa. Supõe que, no mínimo, o Sr. Paulo informou que havia alguém trabalhando ali – "Sr. Paulo" era como ele chamava o coronel.

Conseguiu sair da casa por volta de 22h. D. Cristina conseguiu se soltar e o desamarrou. *Depois foi telefonar para o 190 e chamar socorro.*

Então, só para ficar bastante claro aqui: a D. Cristina foi quem desamarrou o caseiro, e quem foi telefonar para o 190 foi a própria D. Cristina, que – não está escrito aqui, mas o telefone de casa não estava funcionando – teve que ir até uma residência próxima ao sítio.

Segundo o caseiro, reconheceu dois irmãos dentro de casa – um estava de capuz; outro, de boné. O de boné mandava olhar para outro lado. Reconheceu a tatuagem.

A tatuagem, também não está aqui no relatório, era do irmão que estava de capuz; na fala dele, ele disse isso; está faltando só acrescentar isto aqui.

Não sabe se havia mais alguém.

Um dos irmãos ia para atrás da casa e falava, mas não sabe "se falava no telefone ou cochichava com alguém".

Pega telefone celular no sítio [essa foi uma pergunta que nós fizemos para ele, e ele disse que o telefone celular pegava no sítio].

No começo, os três ficaram amarrados no corredor.

Depois, ficou na cozinha; D. Cristina, esposa do coronel, ficou num quarto; e o coronel foi levado para outro.

Mais tarde ficou no mesmo quarto que D. Cristina, mas o coronel não.

Não ouviu barulho de tiro. Não ouvia barulho de "fuçar as coisas".

Na hora da morte não viu o que houve, estavam separados.

Não sabe por que a polícia o está acusando. [...]

Falou para a polícia que não nada tem a ver com isso. Em nenhum momento falou que matou o coronel. [Não foi forçado a falar que matou.]

Já tinha feito um depoimento antes.

Foi convocado a depor lá no sítio; que tinha que ir, junto com D. Cristina.

Na segunda vez, ligaram para ele e o levaram até a delegacia. E aí perguntaram tudo de novo e o prenderam.

No primeiro depoimento, não informou que tinha reconhecido os irmãos. Na segunda vez, a polícia perguntou se tinha envolvimento, se tinha dado informações aos irmãos. Então, Rogério disse que não tinha envolvimento nenhum com isso.

Declarou que – abro aspas – "numa vez que eles falaram nisso de ir lá roubar, eu pedi para eles não fazerem isso, mas não adiantou de nada. Eles acabaram fazendo, e eu fiquei prejudicado."

Então, os irmãos haviam dito que queriam ir lá no sítio roubar. Ele disse que ele pediu para não irem, mas que não adiantou de nada.

Estudou só até a segunda série, não sabe ler nem escrever.

Não sabe assinar o nome; "assina com o dedão ou copia da identidade".

Não tinha advogado, nem defensor público acompanhando.

Não combinou com os irmãos para eles entrarem na casa. Os irmãos sabiam que ele trabalhava ali.

Naquelas redondezas, todo mundo tinha comentários sobre o coronel, que ele era ruim, que dava tiro se entrasse ali.

Não sabe onde estão os irmãos. Estão foragidos.

Não sabe se eles já deram entrada na Polícia.

Rogério nunca teve passagem na Polícia.

Teme pela vida. Quer ver os filhos crescerem. Acha que não vai mais poder morar na mesma casa.

Às 11h30, encerrou-se a visita à Delegacia Antissequestro. A imprensa aguardava a comitiva para nova entrevista coletiva.

Agora, nós vamos passar para a reunião na Chefia da Polícia Civil do Rio de Janeiro.

Às 12h24, tem início a reunião na Chefia da Polícia Civil do Rio de Janeiro, com a participação dos Senadores, do Presidente da Comissão da Verdade do Rio e das seguintes autoridades policiais: Fernando Veloso, Chefe da Polícia Civil do RJ; Elizabeth Ayres, Subchefe Administrativa da Polícia Civil do RJ; André Drummond, Diretor do Departamento Geral da Polícia Especializada; do Rio de Janeiro; Pedro Medina, Delegado Titular da Divisão de Homicídios da Baixada; Marcos Castro, Delegado da Divisão de Homicídios; e William Pena Júnior, Divisão de Homicídios.

Durante a reunião, os Senadores foram informados sobre o andamento das averiguações a cargo da Polícia Civil do Rio de Janeiro e apresentaram diversos questionamentos quanto ao caso. Foram, então, informados de que o preso foi realmente ouvido sem advogado, conforme o Código Penal.

A Polícia entende que Rogério não assume que tenha participado diretamente da morte, mas há evidências de sua participação no crime que embasam sua prisão.

O chamado da viúva do Coronel, feito à noite, somente foi atendido no dia seguinte, por se tratar de área dominada pelo tráfico.

Às 13 horas e 36 minutos, encerrou-se a reunião e, logo após, houve mais uma entrevista coletiva.

Análise.

De todo o visto e ouvido, foi possível concluir que, embora a Polícia Civil do Rio de Janeiro afirme trabalhar com todas as linhas de investigação, sem descartar nenhuma hipótese, o seu foco real é o homicídio e o procedimento informado prende-se ao latrocínio, sem qualquer relação com a vida pregressa do Coronel Paulo Malhães.

Pelo que entendemos, a prisão de Rogério se deve à dedução da Polícia quanto à sua participação no crime por elementos que os delegados dizem possuir, mas que não foram apresentados durante a diligência.

Rogério não tem antecedentes criminais, não lê nem escreve, embora saiba copiar o nome, foi ouvido sem advogado e nos pareceu muito assustado. Pai de cinco filhos, perguntado, disse que teme pela vida e pela família.

A negativa de sua participação no crime foi repetidamente afirmada ao longo de toda a conversa com os Senadores e com o Presidente da Comissão da Verdade do Rio, que voltaram diversas vezes ao assunto.

A ausência de confissão foi confirmada pela Defensora Pública Raquel Ayres, que foi indicada para defender Rogério Pires e o visitou já no dia seguinte à diligência, conforme divulgado pela imprensa.

Aqui eu vou informar o que a imprensa já noticiou através da *Folha de S.Paulo* do dia 8 de maio de 2014.

Ela esteve na Divisão Antissequestros, no Leblon, Zona Sul do Rio, e constatou que Pires está deprimido. "Foi nosso primeiro contato e ele negou, peremptoriamente, participação no roubo e na morte de Malhães", disse.

Há muitas dúvidas e questionamentos a serem respondidos no decorrer da investigação, em especial quanto aos motivos e autores do crime.

Por que os criminosos permaneceram tanto tempo na casa?

O que procuravam quando vasculharam tudo?

Com quem falavam ao telefone nesse período?

Por que foram levados somente dois de cinco computadores?

Por que foram levadas algumas pastas de documentos do escritório?

Qual o seu conteúdo?

Qual o conteúdo dos outros três computadores e demais materiais apreendidos?

O que aconteceu no período de 22 horas do dia 24 de abril, horário em que o caseiro e a viúva de Malhães foram libertados, até as 8:30 do dia seguinte, horário em que a Polícia Militar chegou à casa?

Se, conforme a Polícia, a região é controlada pelo tráfico de drogas, porque a hipótese de crime comum é a mais aceita até o momento?

O Coronel Malhães era um homem grande e forte, apesar de septuagenário. Tinha um perfil duro nos seus depoimentos públicos e revelou-se um assassino frio e cruel, sem medo de matar e sem remorso por tê-lo feito. O caseiro Rogério era um homem franzino. Seus irmãos seriam também?Como dominaram o Coronel? O Coronel se entregaria sem resistir?

Houve luta?Qual a real causa da morte?

Não nos parece que haja elementos suficientes – seja pela natureza e valor dos objetos roubados, seja pelas circunstâncias do crime em si – que autorizem afastar a hipótese de que o assassinato do Coronel Paulo Malhães se relacione com seu passado de torturador e com as revelações que fez à Comissão da Verdade.

Diante dos fatos, os Senadores que compuseram a diligência apresentam as seguintes recomendações.

Diante das informações coletadas na diligência e do quadro observado, sugerimos a adoção das seguintes providências:

1. Contato oficial com a Defensora Pública designada, Drª Raquel Ayres, para acompanhamento do caso pela CDH;

2. Solicitação de cópia do inquérito policial, ainda que mediante sigilo;

3. Pedido de proteção para Cristina Malhães, viúva do coronel assassinado, nos termos da Lei nº 9.807, de 1999, que institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas;

4. Pedido de proteção, também, para Rogério Pires Teles, durante sua prisão e após eventual soltura;

5. Solicitação ao Procurador-Geral de Justiça do Rio de Janeiro de designação de dois membros do Ministério Público para acompanharem o caso;

6. Interlocução com a Comissão Nacional da Verdade acerca das providências relacionadas ao caso.

Sala da Comissão, 13 de maio de 2014.

Então, este é o relatório que a Comissão que fez a diligência apresenta aos Srs. Senadores e às demais pessoas aqui presentes.

Antes de mais nada, quero apenas informar – não faz parte do relatório, mas são fatos novos ocorridos após a diligência, que trago aqui como uma nota final – que a Polícia Civil do Rio prendeu, no sábado, dia 10 de maio, duas pessoas, que seriam o Uewerton Pires de Araújo, 22 anos, sobrinho do caseiro Rogério Pires, e o cunhado do rapaz, que, segundo os vizinhos, chama-se Uelisson. Essas informações foram obtidas pela *Gazeta do Povo*.

Ontem, dia 12 de maio de 2014, a Polícia divulgou a recuperação de armas e objetos que teriam sido roubados do sítio do Coronel Malhães. E, hoje, dia 13 de maio de 2014, o laudo divulgado aponta infarto como causa da morte.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB - AP) – São essas as armas?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sim. Segundo o que foi...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Segundo a Polícia do Rio.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sim; e me parece que também a viúva reconheceu essas armas.

Não está dito ali, mas, pelo que dizem os jornais, a viúva reconheceu as armas como sendo as pertencentes ao Coronel Paulo Malhães. É o que diz o jornal *Gazeta do Povo*, em sua edição do dia 10 de maio de 2014, bem como o jornal *O Dia*, edição de 12 de maio de 2014; e o jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de 13 de maio de 2014.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Está também em *O Globo* de hoje, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Como informa o Senador Randolfe Rodrigues, está também em *O Globo* de hoje.

Então, eu abro a palavra para discussão às Srªs e aos Srs. Senadores.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Para discutir, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Srª Presidente, inicialmente, quero parabenizar V. Exª pelo relatório, ao qual desejo fazer algumas complementações.

Primeiramente, Srª Presidente, como conclusão nossa, considero indispensável constar no relatório a responsabilidade do Estado brasileiro em relação à vida do Sr. Paulo Malhães.

Há um consenso entre nós aqui presentes, entre os membros desta Comissão de Direitos Humanos, entre os membros da Subcomissão da Verdade e Justiça desta Comissão de Direitos Humanos, entre mim, o Senador Capiberibe e a Srª Presidente Ana Rita, de que o Sr. Paulo Malhães era a principal testemunha dos crimes ocorridos durante a ditadura brasileira.

Pois bem, esse senhor é contatado pela Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, como todos nós sabemos. Esse senhor, que foi contatado pela Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, é levado a depoimento na Comissão Nacional da Verdade. Ele presta depoimento na Comissão Nacional da Verdade, que é a instituição do Estado brasileiro responsável por encontrar a verdade sobre os crimes produzidos durante a ditadura brasileira. A Comissão Nacional da Verdade torna público esse depoimento, com a aquiescência, é óbvio, desse senhor. Mas, por decisão dos membros da Comissão Nacional da Verdade, o depoimento desse senhor é tornado público, é colocado em cadeia de rádio e de televisão, para todo o Brasil ver. Ele dá um depoimento bombástico, e todos ficam sabendo disso. Depois, todo o Brasil soube que ele, entre outros aspectos, nesse depoimento, disse que matava e torturava só quando necessário. Ele sai desse depoimento na Comissão Nacional da Verdade, e não há por parte do Estado brasileiro nenhuma tomada de decisão, nenhuma responsabilização sobre a segurança e a vida desse senhor.

A bem da verdade, esta Comissão de Direitos Humanos tem de fazer constar nesse relatório a responsabilização do Estado brasileiro em relação à vida desse senhor. O Coronel Paulo Malhães não está vivo porque houve negligência do Estado brasileiro. É necessário, a bem da verdade, dizermos isto, com todas as letras da palavra, com todas as palavras da frase: houve negligência do Estado brasileiro em relação à vida do Sr. Paulo Malhães. Não é necessário dizer de quem foi a negligência, mas houve negligência do Estado brasileiro ao não dar garantia de vida ao Sr. Paulo Malhães. Esse é o ponto número um.

Segundo, há de se espantar... Percebo que é necessário um diálogo franco e aberto por parte da nossa Comissão de Direitos Humanos. Acho que é uma recomendação para nós de que haja um diálogo franco e aberto da parte da nossa Comissão de Direitos Humanos, junto com a nossa Subcomissão da Verdade e com a Comissão Nacional da Verdade, sobre as reais condições de funcionamento da Comissão Nacional da Verdade. Se as condições de funcionamento daquela Comissão são precárias, temo qual será a conclusão.

Quem é que vai depor ainda na Comissão Nacional da Verdade? Qual o próximo coronel que vai depor? Quem sairá das catacumbas, dos porões da ditadura, para falar à Comissão Nacional da Verdade depois do que aconteceu? Seja o que tenha acontecido com o Coronel Paulo Malhães, mesmo que tenha sido um latrocínio ou um homicídio simples, seja o que for, qual coronel vai ter segurança para depor?

Está comprometido o trabalho de recuperação da verdade. É preciso saber qual é a condição de estrutura que a Comissão Nacional da Verdade tem. De nada adianta ter sido criada a Comissão Nacional da Verdade se as condições não foram dadas para que a recuperação da verdade ocorresse por parte da Comissão Nacional.

Então, como Parlamento, temos de adotar uma medida: a de proporcionar um encontro amplo, aberto, franco e sincero com os membros da Comissão Nacional da Verdade.

Do encontro que nós tivemos com os delegados de polícia, Srª Presidente Ana Rita, pudemos ver que é cartesiano demais o método de análise da Polícia Civil do Rio de Janeiro. É cartesiano demais! Quero um pouco de dialética. Só analisam o homicídio em si, nada mais. Como só o homicídio em si?

"Quer dizer que o Coronel Ustra soube disso 31 minutos antes?", nós perguntamos lá. E eles nos disseram: "Isso não vem ao caso. Isso não faz parte da investigação, só o homicídio em si. E temos quase a conclusão

de que foi latrocínio." Não há nenhuma outra hipótese! Parece que trabalhavam com uma hipótese somente! Mais do que só uma hipótese, era a certeza de que o caminho... Está cartesiano demais. Não há outro método de análise. É um caminho cartesiano, a marcha batida num caminho apenas.

A senhora elencou no relatório meia dúzia de dúvidas. Eu e o Senador Capiberibe podemos acrescentar mais uma dúzia às dúvidas já existentes, o que dará mais de uma dezena de dúvidas. Das dúvidas sobre a PM, acrescento: por que a PM só chegou às 8h30? Se a PM só chegou às 8h30 da manhã, a viúva e o caseiro se desamarraram às 22h, noticiaram à polícia às 22h, 22h30 – 22h30, 23h, zero, 1h, 2h, 3h, 4h, 5h, 6h, 7h, 8h. Onze horas decorreram. Onze horas, da hora de um crime até a polícia chegar. A notícia é que é uma área controlada pelo tráfico, e a polícia não podia chegar. Ora, meu Deus, se é uma área controlada pelo tráfico, então existe a certeza de que é um latrocínio simples. Desculpe-me a polícia do Rio. Talvez minha capacidade intelectual não tenha chegado a tanto. Então, é uma área controlada pelo tráfico, e há a certeza absoluta de que o latrocínio foi simples!

Para completar, a notícia de hoje, de *O Globo*, dos outros jornais, de que a polícia recuperou armas do coronel, recebo a notícia – falta confirmar, não quero agir de má-fé – de uma das jornalistas que estão investigando que tudo indica que os nomes dos presos que foram noticiados não estão corretos. Ou seja, os nomes Anderson e Rodrigo, que foram presos como portadores dessas armas, não são de fato os nomes corretos que foram noticiados.

A cada notícia, surgem mais dúvidas sobre o fato. Eu acho muito prematuras as conclusões que existem sobre esse caso. A única certeza que eu tenho – e acho que tem que constar do nosso relatório – é que, seja qual for a conclusão, o Estado brasileiro falhou, fracassou. O Estado brasileiro perdeu, porque esse senhor era para estar vivo, e nós poderíamos dar um passo enorme na recuperação da verdade histórica. Estamos passos atrás com a morte desse senhor, e considero isso indispensável em relação ao nosso relatório.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB - AP) – Srª Presidenta, Sr. Senador Randolfe Rodrigues, antes de entrar no relatório, eu gostaria de fazer um comentário sobre o dia de hoje.

Há 126 anos, a Princesa Isabel, pressionada pela armada inglesa, assinou a lei que extinguia a escravidão no Brasil. Foi o último País – vejam a resistência das nossas elites em permanecer com o estado de injustiça – a libertar os escravos na América. E só o fez por causa da pressão inglesa. Os ingleses, que foram os maiores traficantes de escravos de toda a história, tinham constituído uma fortuna com o tráfico, investiram em pesquisa e chegaram à Revolução Industrial. A partir daí não lhes interessavam os escravos; interessavam-lhes consumidores. Eles, então, patrocinaram a causa da abolição e fizeram com que o Império, no dia 13 de maio de 1888, terminasse por abolir a escravidão.

Mas hoje o 13 de maio não é um dia tão lembrado, porque se conhece a história. O dia 20 de novembro, que é o Dia da Consciência Negra, da resistência, é muito mais festejado do que o 13 de maio. Mas, ainda assim, hoje vamos ter em plenário a votação do projeto que estabelece cota para concursos para servidores públicos da Administração Pública direta e indireta. Enfim, acho importante que essa discriminação positiva se firme na sociedade brasileira para a gente recuperar um pouco dessa desigualdade absurda que nós vivemos.

Srª Presidente, em relação ao relatório, acho que foi bem detalhista. Entrou nos detalhes das conversas que tivemos lá no Rio, conversa com o caseiro Rogério, com a Polícia Civil, e o Senador Randolfe já colocou as dúvidas. A questão que envolve o assassinato do Coronel Malhães, mas também envolve o assassinato do Coronel Molina, em circunstâncias semelhantes, mostra que, de fato, há uma tentativa de paralisar os depoimentos em relação aos crimes da ditadura. Acho que está de fato na hora de a Comissão da Verdade – dificilmente uma outra testemunha falará com tanta desenvoltura como falou o Coronel Malhães –, acho que é importante que a Comissão da Verdade apresente seu relatório, que deve ser feito em breve. A gente vai em busca o do desdobramento desse relatório.

A minha expectativa agora é muito grande em relação à sindicância que está sendo realizada pelas Forças Armadas, pelas três Forças, nos locais onde se praticou a tortura. Estou confiando que essa sindicância vai nos trazer um desdobramento importante que pode estimular esta Casa a aprovar o Projeto de Lei 237, de autoria do Senador Randolfe, que propõe adequar a Lei de Anistia à Constituição Federal e também à Resolução da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Eu acho que esse é o caminho mais célere para que possamos, de fato, avançar e nos reencontrar com a nossa história, com os fatos que verdadeiramente aconteceram no passado.

O assassinato do Coronel Malhães colocou um ponto final nas possibilidades de a Comissão da Verdade levantar a verdade relativamente aos crimes da ditadura. Eu acredito que agora, com a sindicância desenvolvida pela nossa Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, vamos ter possibilidade de avançar muito mais, porque tenho certeza de que eles vão nos apresentar, pela seriedade com que essas instituições conduzem os seus trabalhos, um relatório muito próximo da verdade. Então, os desdobramentos desse relatório é que ele

vai incidir aqui no avanço do debate sobre a aprovação da adequação da Lei de Anistia, de 1979. Essa lei que foi imposta ainda em plena ditadura. Não existiu um consenso nem acordo; ao contrário, quem aprovou a lei foi o partido que apoiava a ditadura, sendo contrário à oposição naquele momento.

Portanto, o relatório mostra também as dificuldades que tivemos. Acho que uma Comissão do Senado deveria ter muito mais facilidade para poder buscar de fato informação. A minha expectativa é de que a gente acesse, mesmo de forma sigilosa, o inquérito, porque há contradições. A Polícia Civil do Rio disse que o caseiro confessou, e o caseiro diz que não confessou. A única maneira de a gente saber é tendo acesso ao inquérito para que a gente possa estudar e, de fato, saber as razões que levaram a isso. E também, com acompanhamento de advogados – o caseiro vai ter essa oportunidade de ser acompanhado por advogado – e acompanhando aqui da Comissão, como está proposto, a gente pode continuar acessando informações, trazendo-as para cá para que este debate continue.

Mas eu acho que isso encerra, digamos, as possibilidades da Comissão Nacional da Verdade de avançar em busca da verdade, porque ninguém mais, como falou o Senador Randolfe, vai ousar prestar depoimentos esclarecedores como prestou o Coronel Malhães.

Era isso. O trabalho foi árduo. Sei que nós tivemos um dia tenso naquele dia; aquele 6 de maio foi para nós muito marcante, porque chegamos a viver situações ali de praticamente sermos impedidos a realizar o nosso trabalho. Eu acho que a sociedade brasileira ainda tem dificuldade em conviver com uma representação democrática, tem muita dificuldade; é um país de pouca cultura democrática, digamos. Mas eu acho que valeu o esforço, vale o trabalho que esta Comissão está realizando e eu quero parabenizá-la pela condução da Comissão.

Era isso que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Agradeço ao Senador João Capiberibe.

Senador Randolfe Rodrigues, quero dizer que as solicitações serão todas contempladas no relatório. O relatório não poderá ser votado hoje porque não temos quórum para isso.

Então, na próxima semana, eu quero ver se é possível a gente acertar o dia e o horário, porque, na terça-feira, a Comissão de Direitos Humanos já tem uma audiência pública agendada. E eu quero propor aos colegas Senadores que façamos a próxima reunião na quarta-feira, dia 21, às 11h30, porque há CCJ às 10h e, em seguida, a nossa reunião, para que possamos deliberar sobre o relatório, já com essas inclusões que os senhores têm sugerido.

Quero apenas registrar que também foi dito aqui a importância de solicitarmos a cópia do inquérito policial. O relatório já aponta para essa necessidade, porque nós já dialogávamos sobre isso durante a diligência, da importância de termos acesso à cópia do inquérito policial. E também faremos – foi sugerido aqui – essa interlocução com a Comissão Nacional da Verdade. É fundamental fazer isso, além dos outros encaminhamentos já colocados aqui.

E também quero reafirmar, Senador Randolfe, que tenho plena concordância com V. Exª: o Estado brasileiro falhou. Falhou porque nós perdemos a possibilidade não só de continuarmos ouvindo o Coronel Paulo Malhães, mas também de garantir que outras pessoas, que outros coronéis possam se manifestar perante a Comissão Nacional da Verdade.

A vida desse coronel teria que ter sido preservada após o seu depoimento para que não acontecesse o que aconteceu, seja o crime em função do seu histórico de vida, seja o crime por roubo. Não importa neste momento; a vida dele tinha que ser preservada.

O depoimento dele foi muito rico. Pelo que sabemos, ele prestou um depoimento para a Comissão Nacional da Verdade que durou 23 horas. Então, muitas informações ele passou, com certeza. E também pode ser que muita coisa não tenha sido dita naquele momento. Para quem vivenciou tantos anos do período da ditadura e cometeu tantas coisas, possivelmente, ele teria ainda muito mais a ser dito. A sua morte, realmente, é uma perda para a Comissão Nacional da Verdade e é uma perda para nós, brasileiros, que vamos deixar de conhecer um pouco mais dessa história triste da nossa realidade brasileira.

Então, eu tenho plena concordância com as reflexões que o Senador Randolfe faz e penso que esse deve ser um dos pontos do nosso diálogo com a Comissão Nacional da Verdade. Deveríamos aprofundar um pouco essa questão e, assim que for possível, dialogar com a Comissão Nacional da Verdade.

Como não temos quórum para deliberar, nem sobre o relatório nem sobre as matérias que estão na pauta, declaro encerrada esta reunião e convoco todos para a próxima reunião, na quarta-feira, dia 21, às 11h30.

Então, agradeço a todos. Muito obrigada.

(Iniciada às 11 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 23. minutos.)

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2014, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e oito minutos do dia dezenove de maio de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senhor **Senador Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública,** nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 33 de 2014-CDH, de minha autoria, aprovado em 09/04/2014, para debater o tema "Mobilidade Urbana: Estatuto do Rodoviário e o Brasil no Século XXI". O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Luiz Antônio Festino, Grupo de Trabalho da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres – CNTTT; Alceu Weber, Delegado Sindical do Sindicato dos Rodoviários do Estado do Rio Grande do Sul; Claudir Nespolo, Presidente da Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul; Eduardo Guterra, Secretário-adjunto de Saúde do Trabalhador da CUT; Fernando Araldi, Diretor-Substituto do Departamento de Cidadania e Inclusão Social da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades; Paulo Douglas Almeida de Moraes, Membro do Ministério Público do Trabalho – MPT; e Omar José Gomes, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres – CNTTT. O Senhor Presidente concede a palavra as seguintes pessoas presentes no plenário: Senhor Valdir de Souza Pestana, Federação dos Trabalhadores em transportes do Estado de São Paulo; Adaílson Rodrigues, Representante da página "Rodoviário na Luta" do Estado do RS; Hamilton Dias de Moura, Secretário Executivo do Fórum Nacional de Defesa da Lei; e Sílvio Marinho, Federação dos Trabalhadores Rodoviários do Estado do Mato Grosso. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) Entrar em contato com todas as centrais para saber se são favoráveis, ou não, à Lei. Fazer uma listagem atual com o posicionamento das centrais; 2) Encaminhar pedido de audiência com o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros; 3) Criar uma comissão geral para indicar as pessoas que vão ao plenário para argumentar contra ou favor da lei, esclarecendo os parlamentares sobre o conteúdo da lei, antes da votação; 4) Fazer requerimento solicitando o apensamento da lei 4246/2012 ao projeto do estatuto do motorista, possibilitando a discussão do conteúdo da lei e tal proposta no âmbito do Estatuto do Rodoviário; 5) Reunião urgente da Frente Parlamentar em Defesa dos Rodoviários. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador ***Paulo Paim,*** *Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa*

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 29ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 33, de 2014, da CDH, de nossa autoria, aprovado em 9/04/2014, para debater o tema "Mobilidade Urbana, Estatuto do Rodoviário Brasil do século XXI". E vamos aproveitar, claro, para discutir a proposta de mudança na lei atual, que veio da Câmara dos Deputados. E este é um espaço em que vamos aprofundar também este debate.

Esta audiência pública se realizará em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, link http:/bit.ly/rodoviário e do Alô Senado, por meio do número 0800612211.

Isso que eu li rapidamente vai estar na tela e quem quiser e estiver interessado vai ter ali o instrumento para o debate.

Convidados para este debate: Omar José Gomes, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, que eu convido para a Mesa.

Seja bem-vindo, Sr. Omar. (*Palmas.*)

Alceu Veber, Delegado Sindical do Sindicato dos Rodoviários do Rio Grande do Sul. (*Palmas.*)

Seja bem-vindo, Alceu.

Esteve comigo lá no gabinete do Sul, debatendo este tema.

Claudir Nespolo, Presidente da Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul. (*Palmas.*)

Eu sempre fico: Nespolo (ê) ou Nespolo.

O SR. CLAUDIR NESPOLO – Nespolo (é).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nespolo (é). Nem um nem outro.

Seja bem-vindo.

O Nespolo é um líder do Rio Grande, pelo qual eu tenho o maior respeito. Ele sabe disso, e fiz questão de que ele estivesse hoje aqui pelo peso que ele representa no movimento sindical gaúcho, com todo respeito. Claro, há outros líderes da mesma envergadura. Mas, para este tema, eu fiz questão de que ele estivesse presente. Pedi que convidasse um outro dirigente. Eu disse "não, o Claudir já está acompanhando o debate". Por isso, a importância do Claudir também aqui conosco.

Fernando Araudi, diretor substituto do Departamento de Cidadania e Inclusão Social da Secretaria Nacional de Transporte e de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades. (*Palmas.*)

Seja bem-vindo também.

Olha, tem todo um material escrito aqui. Mas eu vou deixar nos Anais da Comissão e faço uma pequena introdução e vamos ao debate.

Primeiro, eu quero dizer que o Estatuto dos Rodoviários, como assim o pessoal entende mais adequado o nome, tem sido debatido já há alguns anos, com audiências públicas aqui no Senado, na Câmara dos Deputados. Fiz já umas dez audiências públicas em nível nacional nos Estados, inclusive no Rio Grande do Sul.

A ideia é assegurar, num único instrumento legal, uma lei que contemple efetivamente direitos para aqueles que transportam o País pela via rodoviária.

Então, para nós, esta audiência é de suma importância nessa visão do Estatuto. Entre eles, nós queremos assegurar no caso o direito à aposentadoria especial, e o Estatuto é o instrumento muito adequado e correto para assegurar esse direito.

Mas, sem sombra de dúvida, também me preocupou muito, e depois nós vamos permitir que a Mesa fale também, o Plenário vai poder se expressar... Veio uma alteração na lei atual da Câmara para o Senado e me passaram a ideia de que essa lei é unânime entre todos os partidos. Primeiro, a mim ninguém consultou. E eu nem sei o teor da lei. Então, não é unânime. Não há unanimidade entre os Senadores. E seria muito bom que também vocês expressassem aqui o seu ponto de vista, porque percebo que há um movimento para votar essa lei já esta semana, para que ela vá para a sanção da Presidenta ainda esta semana. Acho que são importantes as alterações, no caso, que praticamente revogam a lei atual, não é, Omar? É importante que haja debate e audiências públicas porque não pode somente um setor determinar o que seria melhor para o País. O resultado aqui...

Estou vendo que o plenário desta audiência pública está praticamente lotado... Podem se sentar nas filas aí, podem mandar a moçada que está mais atrás sentar nas filas... Não precisam ficar depois da câmera, podem vir todos para antes da câmera. Estão todos convidados a se sentarem nos outros lugares que estão à disposição.

Enfim, ao longo do debate eu também vou colocando meu ponto de vista, minhas preocupações, mas a primeira coisa que eu acho que tem que ser dita aqui, de minha parte, é que essa lei não pode ser votada a toque de caixa. Ela ficou muito tempo na Câmara dos Deputados para chegar aqui e ser votada em uma semana, sem os Senadores sequer conhecerem o teor das mudanças, porque essa história de votar em regime de urgência urgentíssima uma lei tão abrangente como essa, que altera uma lei que foi costurada durante 40 anos... A lei anterior demorou 40 anos para se tornar realidade e agora, de um momento para outro, alteram radicalmente a lei, segundo informações que eu tive, sem sequer ouvir os trabalhadores, as centrais, a Confederação, os sindicatos dos trabalhadores em transporte terrestre.

Então, esta audiência tem também o objetivo de alertar o Senado de que este debate tem que ser feito com a responsabilidade e o equilíbrio necessários. Ninguém é contra debater e votar leis que venham da Câmara ou do Senado, que vão do Senado para a Câmara ou da Câmara para o Senado, mas vamos devagar, para não acelerar o processo quando as coisas não estão claras.

Então, nós vamos, de imediato, iniciar aqui o nosso debate, onde cada um vai colocar seu ponto de vista.

Antes, quero dizer que eu recebi aqui também o manifesto das entidades representativas dos trabalhadores em transportes rodoviários de cargas e passageiros do Estado do Rio Grande do Sul. Eu até posso lê-lo aqui, na íntegra, como vou ler também na tribuna. O manifesto vai na linha do que eu expressei aqui. Há uma discordância com essa história de que essa lei, que foi aprovada, a toque de caixa, lá na Câmara, seja aprovada aqui sem audiências públicas, sem debate, e que represente, efetivamente, uma linha de entendimento no campo da razoabilidade, e não somente a visão de um lado.

Vamos ao debate.

Depois, no momento adequado, eu leio o manifesto.

Quero dizer que nós estamos ao vivo para todo o País nesta audiência desta manhã de segunda-feira.

Passamos a palavra, de imediato...

Há uma solicitação de que o Festino faça a primeira exposição no debate.

O Festino representará, então...

Troca com você, Omar? Ou coloca mais um lugar na mesa. Tem mais um lugar na mesa. Pode ficar aqui.

Então, o Festino falará em nome da CNTTT, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Terrestre. Está certo?

O SR. OMAR JOSÉ GOMES – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Nada melhor que a experiência do Omar para me orientar aqui.

Festino, você, que é líder também dessa Confederação, está convocado para usar da palavra neste momento para abrir o nosso debate.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FESTINO – Bom dia, Senador. Quero cumprimentar a todos.

Eu tinha preparado, em virtude do tema, "Mobilidade e Estatuto", mas, agora, no momento, com essa questão da Lei nº 12.619, com a tentativa de mudança, eu vou fazer uma apresentação mais tentando relacionar uma coisa com a outra.

Da nossa Confederação, está presente aqui a Federação de Goiás, o Jaime Bueno, o Pestana, da Federação de São Paulo, o Antonio Tristão, o Índio, do Rio de Janeiro, o Samir, de Mato Grosso do Sul.

Tem mais federações. Em Passo Fundo, da Federação do Rio Grande do Sul. Minas Gerais veio com uma boa delegação. Está o.k? Então, o pessoal do transporte, na luta aí pela lei.

Essa questão da mobilidade, nós temos que ver, primeiro, a importância do setor de transporte. Por ser uma atividade meio...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Festino, só me permita, dizendo que o Ministério Público do Trabalho também está chegando, está apenas se identificando na portaria do Senado. Dr. Paulo Douglas fez questão de vir, preocupado também com o tema sobre o qual agora você vai discorrer.

Então, a gente convida o Dr. Paulo para chegar aqui à Mesa. Tem lugar para mais um aqui.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FESTINO – Então, a importância do setor, por ser uma atividade meio, ela está inserida em todos os demais setores. Eu tentei colocar ali alguns eslaides, algumas fotos de onde o setor está inserido. Então, não tem setor da economia, setor da sociedade que não tenha o setor de transporte. Eu acredito que seja uma das categorias com maior inserção na sociedade.

E o que a gente ouve sempre? O transporte está em crise. Faz muitos anos que se discute a crise do transporte. Mas a realidade é a falta de uma política de mobilidade entre União, Estados e Municípios. Não existe uma política única de mobilidade. Ali é um exemplo. O da esquerda seria representando São Paulo. E o da direita, Taboão da Serra, que é o lado de São Paulo. Então, não adianta nada você fazer uma política de mobilidade para São Paulo quando o Município no entorno não tem essa mesma política. Não tem a unidade de ação entre os Estados, entre os Municípios e entre a União.

Uma das questões básicas do setor de transporte é a humanização do transporte. Não adianta nada você fazer uma boa política se você não fizer a humanização. Então, todos têm o direito a circulação. Todos têm o direito. Então, um exemplo ali é um coletor de material reciclável, que também tem o seu direito de andar nas vias. Não pode ficar restiro somente ao veículo de alto luxo e tudo o mais.

E a Constituição, no seu art. 5º, diz que é livre a locomoção em território nacional em tempo de paz. E o art. 30 da mesma Constituição delega aos Municípios diretamente o regime de concessão ou permissão o serviço público de interesse local, incluindo transporte coletivo.

Agora, como está essa questão do transporte coletivo? Aí um exemplo bem claro: se priorizou o automóvel. Então, 160 pessoas em 160 automóveis, enquanto dois ônibus padrão, trólebus padrão transporta essas mesmas 160 pessoas. Ou um ônibus trólebus articulados transporta essas mesmas 160 pessoas. Por isso, a humanização de transporte passa por aí.

Aí é o gargalo. É uma representação lá de Santos, que o Pestana conhece bem, com os motoristas do transporte de carga. Nós temos um gargalo para entrar em Santos. Não tem uma política de mobilidade, e você fica esperando na fila dois dias, um dia, eternamente, afetando o diretamente de quem? Os trabalhadores do setor de transporte, né? Essa é uma representação bem clara desse gargalo que está o transporte de carga.

A outra questão: essa falta de política, a primeira alternativa que os Municípios encontram é restringir. Mas restringir em cima do quê? Restringe em cima do caminhão, restringe em cima do ônibus. É a primeira alternativa dos Municípios. Então, hoje, Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, todos têm restrição ao caminhão, mas sem olhar o fator humano, que é o motorista. Se ele chegar às 5h da manhã, ele já não

entra mais na cidade de São Paulo, vai ter que esperar o dia inteiro. E como é que fica esse trabalhador, que dirigiu oito horas e querem que ele dirija agora 12 horas?

Outra situação em que eu também defendo o direito da população de reivindicar, mas também... O primeiro que está sendo atingido é queimando ônibus, queimando caminhão. Novamente, quem está sendo atingido é isso aí.

Os congestionamentos, a situação daquele transporte coletivo...

E aí eu vou mudar um pouquinho a questão da mobilidade, antes de entrar na questão do Estatuto.

Em quais condições os trabalhadores em transporte atuam? Condições de trabalho: congestionamentos, poluição ambiental, poluição visual, poluição sonora. E a categoria tem uma caraterística de jornada de trabalho sem interrupções, irregularidade de horário de refeições, inclusive para necessidades fisiológicas – isso é em todos os setores –, trabalho noturno e nos finais de semana, precarização das relações trabalhistas, atividade de elevado risco à saúde física e mental – é uma das categorias que tem mais problemas de saúde mental –, baixa autoestima e sedentarismo. O sedentarismo também tem afetado muito os motoristas do transporte de cargas. Mas o que acontece aqui no Congresso Nacional? Leis são aprovadas. São aprovadas. Mas elas saem do papel?

Um exemplo bem claro disso: *Regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, "mototaxista", em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua, e "motoboy".* É o sindicato se articulando para tentar regulamentar uma lei, enquanto o Governo não implanta nos Estados, não implanta nos Municípios. A questão do mototaxista, que hoje é uma realidade no País inteiro, é jogada para o Município regulamentar. Então, a lei é aprovada, só que não é implantada. Não adianta nada.

A lei que dispõe sobre atividade de movimentação de mercadoria também está aí, cria-se uma confusão tremenda dentro do movimento sindical, e a regulamentação dela, em si, nunca sai do papel. A última regulamentação é da profissão de taxista, e também vai na mesma linha. Regulamenta-se o mercado de trabalho, regulamenta-se a atividade quando se coloca um preposto, e tudo o mais, sem se preocupar com a regulamentação da profissão.

E o mais grave para nós: no dia 30 de abril de 2012, nós tivemos aprovada a regulamentação da profissão de motorista, a Lei 12.619, através de um substitutivo que passou aqui no Senado; o Senador Paim foi o Relator de plenário. Essa lei está perdurando há dois anos, mas sem nada de os órgãos públicos implementarem a lei. Ela está ficando restrita somente às rodovias federais, enquanto Estados e Municípios não atuam.

Nesse meio tempo da tentativa de implantação da lei, os setores econômicos, através do agronegócio, através dos grandes embarcadores, fizeram uma mobilização, durante esses dois anos, para derrubar a lei. Não derrubaram ainda, mas finalmente eles conseguiram aprovar no dia 29; no dia 30, seriam comemorados dois anos da lei; no dia 29, eles passaram no Congresso. Com que afirmativa? Está lá: "Deputado confirma a claque que foi paga".

E o próprio Deputado Marquezelli, que é do meu Estado de São Paulo, agropecuarista, vinha alegando, o tempo todo, que tinha acordo com os trabalhadores. Mas que acordo é esse com os trabalhadores, que não participaram da discussão? As audiências públicas que houve não foram totalmente democráticas, como foram as 30 audiências que nós realizamos – aqui no Senado, na Câmara dos Deputados, em oito assembleias legislativas. Elas foram democráticas, com a permissão de participação de todos os trabalhadores. Nesse caso aí, não houve.

Mas o Governo, através da Casa Civil, fechou um acordo, dizendo que tem acordo com os trabalhadores – que não foram ouvidos. E finalmente passaram. Ela está chegando aqui no Senado. Daí a importância deste debate hoje.

Coincidiu com a importância desse debate. Está havendo, como o Senador já colocou, uma tentativa de mobilizar – a mesma coisa que houve na Câmara –, de pegar voto de liderança, e, mais uma vez, não haver discussão nenhuma. Essa é a situação que estamos passando hoje.

Por intermédio da Federação de São Paulo, nós colocamos, no gramado da Câmara, mais de cinco mil cruzes. Isso foi colocado simbolicamente para mostrar a grave situação que o setor passa, devido a essa falta de regulamentação. Existe a lei, mas não existe a regulamentação.

Nesse ínterim, tivemos o Estatuto do Motorista. O Estatuto do Motorista é de 2008. Fizemos também vários debates sobre o Estatuto do Motorista especificamente.

Agora, qual a diferença entre o Estatuto e a regulamentação aprovada? Os dois têm princípios básicos: melhorar as condições de trabalho e segurança de saúde dos trabalhadores, diminuir a ocorrência de acidentes e doenças do trabalho, a qualificação profissional, o atendimento médico-profilático reabilitador pelo SUS, com a garantia de que há doenças específicas na categoria, e o seguro obrigatório. Esses são os princípios básicos que nós reivindicamos entre o Estatuto e a Lei nº 12.619, que estão tentando derrubar. A diferença entre o Estatuto e a regulamentação é que a lei regulamenta a profissão de motorista; e o Estatuto é destinado a regular

a atuação no mercado de trabalho. Não existe muita diferença, mas ele é muito mais amplo. O Estatuto tem uma abrangência maior porque ele vai entrar em todas as questões do mercado de trabalho, não ficando somente na questão da condição de trabalho e da regulamentação da pessoa do motorista e dos trabalhadores do transporte em si. Então, daí a importância do Estatuto e essa discussão que nós estamos querendo fazer.

Uma das alternativas que nós já conversamos a respeito com o Senador Paim – e até era a proposta dele – é apensar esse PL nº 4.246 ao Estatuto para se ter um tempo maior. Não é que nós não queiramos a discussão. Nós queremos a discussão, sim, mas com um tempo maior para conversar sobre as mudanças que foram feitas na Câmara, como aconteceu com a lei; ou seja, tivemos um tempo para criar um substitutivo, que não é o ideal; veja bem, não é o ideal. Em momento algum nós falamos: "Essa lei é perfeita." Ela não era perfeita e tem que sofrer aperfeiçoamentos.

E qual é a atuação nossa? Em 2011, nós criamos a Frente Parlamentar em Defesa do Trabalhador em Transporte, da qual o Senador Paim é o Vice-Presidente e a Deputada Jô Moraes, a Presidenta. E nós já começamos uma articulação, novamente, aqui dentro do Congresso Nacional, pela Frente Parlamentar em Defesa dos Trabalhadores em Transporte e pela garantia a lei – no mínimo, garantir a lei. Também nós estamos atuando através do Fórum Nacional em Defesa dos Trabalhadores em Transporte, em defesa da vida, por menos acidentes e mais vidas. Infelizmente, nós não estamos com o material aqui para distribuir para vocês, mas ele foi criado, em outubro de 2013, especificamente para tentar garantir a lei.

E fica a controvérsia com o que eles falam: "Olha, quem está apoiando..." "Os trabalhadores estão apoiando a mudança e tudo mais." Vejam bem, estes são os grupos que participam da discussão do Fórum: a Federação de São Paulo, a Federação do Paraná, a nossa Confederação, a CNTTT, a CNTA, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Autônomos, Unicam; há o apoio da Federação Internacional do Transporte, da UIS-Transporte, Nova Central, Força Sindical, UGT, CTB, e também não está aí, mas também estamos recebendo o apoio do Bira, da CGTB. Já conversamos com ele várias vezes. Há o apoio da NPT, dos procuradores do trabalho, da Fenaseg, do Ministério Público da Trabalho, da Abramet e de várias entidade relativas à questão da vida, SOS Estradas. Então, são várias entidades que realmente estão discutindo a questão do transporte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Anamatra também, que é importantíssima.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FESTINO – A Anamatra vêm apoiando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Os juizes do trabalho, eu vi. A Anamatra, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho...

O SR. LUIZ ANTÔNIO FESTINO – A Anamatra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ...que estão tendo uma posição muito firme, muito clara em defesa dos trabalhadores. Eu estive num congresso deles, em Gramado, e, por exemplo, eles acham que terceirização tem que acabar, e tinha que ser todo o mundo CLT. A posição da Anamatra é essa, para ver que tem uma posição avançada, bem além do que muitos imaginam. Eu só dou como destaque, e claro que o Ministério Público do Trabalho está aqui, do nosso lado, parceiro como sempre.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FESTINO – Inclusive, o Ministério Público do Trabalho vai colocar mais as sessões técnicas da lei, do que gerou essa aprovação há dois anos, e o que está gerando agora. Então, nós temos também a Polícia Rodoviária Federal. Então, essas entidades realmente estão discutindo a lei, e não aquele pequeno grupo que estava presente lá na Câmara e que recebeu inclusive, vou aplaudir. A imprensa denunciou durante sete dias seguidos que aquele grupo não representava nada e estava lá somente para aplaudir a atuação do Deputado Marquezelli, junto com o agronegócio.

As entidades em defesa da vida também estão participando em conjunto, as entidades sociais, da sociedade, em defesa da vida. Fizemos algumas atividades, lançamos em São Paulo uma manifestação no dia, lá na porta, fomos para a feira de transporte, estivemos em Minas Gerais, estivemos no Paraná, e fazendo algumas manifestações. A intenção é aumentar essas manifestações, que nem a de hoje, que já estamos na porta da Câmara dos Deputados.

Mais algumas manifestações, em virtude dessa retirada da lei, e com ameaça, porque o Brasil vai parar, e tem que parar se realmente mudarem a tentativa de mudarem a lei. Mudar, pode ser, mas tem que mudar para melhorar, e não para piorar a lei.

Eu agradeço mais uma vez, Senador Paim, em nome da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Transportes Terrestres e da nova Central Sindical dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

O SR. LUIZ ANTÔNIO FESTINO – Só um detalhe, Senador. Senador, só um detalhe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Fala, pode falar.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FESTINO – Eu também acabei esquecendo de falar. Por incrível que pareça, o Relator, na Câmara dos Deputados, é o Deputado Jovair Arantes, é o que pediu o aumento para 12 horas, é o que aumentou o tempo de espera.

Ele tinha um projeto de lei de 2000, o 3.066, onde ele pede aqui uma jornada de trabalho com até 8 horas, com, no máximo, uma hora de prorrogação. Projeto dele, de 2000, que está lá, tramitando na Câmara. A parada a cada 120 minutos, tem uma parada de 15 minutos. Hoje, o que foi aprovado é, até 4 horas, uma parada de 30 minutos. No projeto dele, já previa, a cada duas horas, parar 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Contradição.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FESTINO – Então, há incoerência de quem aprova as leis aqui, no nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Luiz Antônio Festino, que falou em nome da CNTTT, representando aqui, inclusive o Omar José Gomes, que está aqui na Mesa, simbolicamente, eu diria, porque eu me lembro do dia em que nós aprovamos essa lei que eles querem revogar agora. O Omar fez aqui um discurso emocionado, disse que ele esperou 40 anos para ver a lei se tornar realidade. Agora, quase num passe de mágica, não para o bem, mas para o mal, praticamente estamos revogando a lei, pelo que eu estou percebendo.

É por isso que essa audiência é importantíssima, e o universo aprece que conspira para o bem. Já tínhamos marcado essa audiência há muito tempo, e casualmente, ficou acertada para hoje, e é neste semana que eles querem aprovar, em regime de urgência o projeto de lei da Câmara.

Há um movimento, como fui comunicado – pelo menos é o que me disseram –, com a assinatura de todos os Líderes. Só para vocês entenderem como funciona, a matéria com a assinatura de todos os Líderes pode ter chegado hoje aqui, na Casa. Os Líderes pedem para o Plenário se posicionar e votam a matéria. Então, esta audiência veio no momento adequado.

Vou pedir uma salva de palmas para o Omar, que, embora não tenha falado, representa a simbologia de uma luta histórica. (*Palmas.*)

Dando sequência, vou passar a palavra para o líder delegado sindical do Sindicato dos Rodoviários do Estado do Rio Grande do Sul, Alceu Weber.

O SR. ALCEU WEBER – Um bom-dia a todos e a todas aqui presentes, que representam todos os Estados e várias classes trabalhadoras! É bonito ver aqui essa união. Quero agradecer a presença dos senhores no Senado.

Agradeço aos telespectadores que nos assistem pela TV Senado e aos Senadores pela presença, dado o tema importante, latente e muito fomentado nos últimos tempos, que é o transporte, seja o transporte coletivo, seja o transporte de cargas. E tratamos também dessas agruras que têm acontecido e que foram relatadas pelo nosso companheiro da CNTTT.

Eu gostaria, antes de tudo, de posicionar aqui qual o cenário que temos vivido, qual a importância do transporte de cargas e do transporte coletivo para o País. Falo da importância econômica. O nosso País foi planejado para o transporte sobre rodas, e a gente não pode esquecer a essência disso. Alguns governantes se esqueceram disso e perderam o seu poder logo em seguida, ali na frente. Lembro-me, como se fosse hoje, de que essa categoria já instituiu e destituiu governantes em vários Estados e Municípios. Isso também é verdadeiro.

Então, dentro dessa tônica, não podemos deixar de lado a importância da qualidade de vida promovida por esse segmento tratado no PLS nº 271. O foco dele é o trabalhador. Busca-se não torná-lo máquina, mas, sim, trazê-lo de volta à essência humana. É isso que busca o PLS nº 271. Esse é o primeiro ponto que eu gostaria de deixar muito claro.

Se existe importância econômica neste País quanto ao transporte feito sobre rodas, será que damos a devida e igual importância aos trabalhadores que conduzem o seu caminhão, a sua van, o seu ônibus, qualquer que seja a modalidade de transporte rodoviário?

O intuito da conversa que tivemos com Paulo Paim ainda no ano de 2011, se não me engano – perdoem-me, isso se deu em 2012 –, foi o de que esse Projeto de Lei fosse mais abrangente do que ele já havia sido, do que aquilo para o que a natureza dele já havia apontado em 2008. Corrijam-me se eu estiver errado. Em 2001, houve a intenção no PL nº 91, oriundo daquele...

Paim, se eu estiver errado, pode me corrigir. Em 2008, ele foi reeditado, já de forma mais abrangente.

Agora, na nossa conversa com o Paim, nós dissemos: "Olha, Paim, ele é excelente, mas há algumas incongruências que a gente gostaria de acertar." Imediatamente, o Senador se posicionou de forma favorável, porque entendeu a essência do Projeto de Lei do Senado.

Os trabalhadores de base têm sofrido uma série de mazelas pelo excesso de jornada de trabalho. Em Porto Alegre, para a gente dar um parecer aqui, ele pode chegar a trabalhar por 12 horas e 10 minutos, com uma janela de intervalo que o ocupa fora de casa, fora dos afazeres, por até quatro horas. Diga-me que quali-

dade de vida tem um trabalhador que sai de casa às 5h e que retorna às 20h30 para a sua residência. Que tipo de filho ele vai criar? Que tipo de saúde esse rapaz vai ter?

Pasmem! Eu estava ouvindo os dados ditos pelo companheiro da CNTTT. Falou-se de índice de saúde, da saúde física e mental desse trabalhador. Essa é uma grande verdade. Ele é altíssimo, mas ele é o menor índice de todos os trabalhadores que procuram um médico. Por que será? Porque ele não tem tempo de procurar um médico. Quando ele para, um caminhão para, um ônibus para, e alguma coisa deixa de ser transportada. Não existe transporte feito no dia seguinte. Ou ele o faz, ou ele não o faz mais. No transporte de passageiro, ocorre a mesma coisa. Se tu deixas o passageiro na parada hoje, amanhã tu não vais transportá-lo. Tu vais transportar em outro dia o passageiro, não naquele dia. Transporte não feito não se recupera. Esta é a natureza do nosso serviço: trabalhar com horário.

Outro modelo estressante. O relógio não para. Ele é incessante. Cada segundo é um segundo. Se você perdeu o *time* desse segundo, meu amigo, tudo muda na vida do homem. Aí, aquele homem, aquele camarada comedido, acostumado a conduzir com aquela cautela, ele mudou a cautela dele.

Eu estava vindo agora para cá e achei sensacional. Inclusive, não sei de quem foi a iniciativa, se foi da Câmara, do Senado, enfim. Acompanhando um ônibus, na traseira dizia a velocidade com que o ônibus estava trafegando. Achei sensacional! Sabem por quê? Porque existe muito a queixa do excesso de velocidade. Muitas vezes o camarada está em uma via de 60km a 60km por hora. Eu diria que isso está errado, sim. Claro que está errado. Por que está errado? No aspecto em que ele não tem que andar no máximo da velocidade da via, porque essa é a velocidade máxima da via. Mas existe a cultura de implementar, dentro dessa sistemática, que ele cumpra o máximo. Assim são planejados os horários, dentro dos quais eles têm que transportar, levar cargas e trazer, arriscando a sua habilitação, e não a de quem está atrás da mesa e que promoveu aquele horário absurdo. Aí paga o trabalhador. Lá no Sul estamos arranjando uma perrenha direta, e o Ministério Público tem sido muito parceiro nesse aspecto, porque é descontado do seu bolso, e não do bolso do empregador, muito embora haja controvérsia no tema de que é risco da profissão. Mas, bom, também é risco do negócio, de quem tem o negócio. Então, nós temos que analisar por outros pontos de vista.

Alguns índices alarmam muito e oneram o INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social.

Só em 2013 nós tivemos 2.932 mortos em trânsito por ônibus e caminhão. Foram 2.932 mortos no País. Os afastamentos por estresse chegam a quase um milhão anual. Nesse mesmo ano chegou a quase um 1 milhão – foram 931,432 mil. Esses são os dados atualizados de 2013.

Esse é um dado que nos deixa preocupados. Eu tenho aqui uma fonte um pouquinho mais antiga, da OIT, que diz o seguinte: ela estima que no mundo 6 mil trabalhadores morrem a cada dia, devido a acidentes de doenças relacionadas ao trabalho. Além disso, a cada ano ocorrem 270 milhões de acidentes de trabalho não fatais. Vejam bem, o acidente não fatal te gera pelo menos três dias de atestado. A média é três dias de afastamento do trabalho.

Será que não se percebe, será que o capital não tem percebido o que tem feito? Vamos pegar o exemplo de São Paulo. Há grandes empresas com mais de 80 caminhões estacionados no estacionamento porque não têm profissional capacitado. O que está acontecendo com esse profissional? Nós temos três vezes mais emissões de CNH profissional no Brasil e não temos profissionais. Estranho isso! Aí a gente vai ver o que está acontecendo. Você enxerga um pedreiro com CNH profissional. Trabalha de pedreiro, porque é opção dele trabalhar de pedreiro. É menos estressante do que dirigir, do que conduzir um veículo pesado, arriscar a sua vida e a do próximo, porque ele está conduzindo uma arma. E ele sabe disso.

Então, nesse aspecto, eu gostaria de deixar claro que o capital tem fechado as portas para o seu próprio negócio, achando que o homem que está conduzindo é apenas uma máquina, um robô, primeiro ponto. Segundo ponto, esquece que ele está furtando desse trabalhador a única ferramenta que ele tem, a única barganha que ele tem, que é a sua força de trabalho. E essa força de trabalho é a sua saúde, porque, se ele não estiver bem, saudável, ele não vai poder conduzir com maestria e fazer com excelência o seu labor.

Então, é nesse sentido que eu gostaria de deixar muito claro, além do que previne também o projeto de lei do Senado o alto índice de LER – Lesão de Esforço Repetitivo, na categoria. Houve algumas tentativas no passado de se reduzir isso para caixas não mecanizadas. Automatizadas. Existe uma crescente, existem outras tecnologias que têm abarcado isso, mas ainda hoje o nosso índice é altíssimo de caixas mecânicas. No País chega a 70%, a 71% chegou no ano passado, e este ano disseram que houve uma reduzida de 2%. Está em 69%, quase 70% de caixa mecânica. Cada motorista urbano – só para a gente ter uma ideia –, a cada dia de trabalho, a cada período trabalhado diário, chega a fazer, 3,8 mil trocas de marcha. E nem vou falar da perna esquerda, porque, dependendo da embreagem, eu vou te contar: o rapaz chega em casa "esgualepado". Mas no sentido de que isso gera, tanto no ombro direito, no cotovelo, como também na perna esquerda, uma série de fatores que não contribuem com a saúde.

Então, em relação à LER, vem prevenir, porque, se reduz o tempo em trabalho, logicamente, haverá um tempinho a mais para ir ao médico também, não é? Hoje, o camarada não tem tempo para fazer um preventivo.

Há três semanas, um colega que nunca teve problema de coração, uma máquina o cara, com quase 30 anos de serviço, nunca teve qualquer problema, simplesmente sofreu uma parada cardiorrespiratória na direção. A sorte foi que ele havia recém-parado no fim da linha. Quando puxou o freio de mão, ele passou mal, e seu cobrador o socorreu.

Então, eu gostaria de dizer o seguinte: nós não fazemos exames preventivos. Nós não tratamos a doença. As medidas são corretivas, não preventivas. Precisamos de atenção preventiva porque vidas dependem de nós. O motorista urbano carrega, em média, mil vidas com ele. Será que são tão menos importantes essas mil vidas? Elas precisam andar com esse profissional.

Por último, gostaria de ressaltar algo...

(Soa a campainha.)

O SR. ALCEU WEBER – ... muito importante a respeito do direito à saúde, para encerrar.

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução de riscos de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (Constituição Federal, art. 196).

Constituição Federal também, art. 7º do Capítulo II (Dos Direitos Sociais):

São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

XXII – redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

O que mais não seria senão o Projeto de Lei do Senado nº 271?

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi Alceu Weber, Delegado Sindical do Sindicato dos Rodoviários do Estado do Rio Grande do Sul.

Também quero convidar para a mesa, porque o Claudir, que é Presidente da CUT do Rio Grande, vai dividir o tempo com ele, o Eduardo Guterra, que é da saúde do trabalhador.

Convido o Eduardo Guterra para a mesa. *(Palmas.)*

Eu quis falar um espanhol aqui, mas não deu certo.

Eu também queria registrar a presença conosco do Sr. Antonio Escosteguy. Quando me deram esse nome, eu perguntei: "Mas quem é esse cara? Eu conheço quase todo mundo!". Daí me responderam: "Paim, é o Castrinho!". Eu queria uma salva de palmas para o Castrinho. *(Palmas.)*

Castrinho é advogado e tem lado na história. Nós nos conhecemos desde que eu era moleque. Ele, formado há pouco tempo; eu, sindicalista. Castrinho sempre esteve na linha de frente em defesa dos trabalhadores.

É um orgulho para mim, Castrinho, hoje, eu, como Senador, te ver aqui em uma audiência importante como esta, por sua história. Você é um meio símbolo da história em defesa dos trabalhadores que eu aprendi a respeitar ao longo da caminhada de nossas vidas. Por isso aceite com muito carinho uma salva de palmas. É bom te ver aqui, sempre tendo lado. *(Palmas.)*

Passamos agora a palavra ao Presidente da Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, Claudir, que vai dividir o tempo com o Eduardo.

O SR. CLAUDIR NESPOLO – Muito bem, Senador. Eu queria saudá-lo e, em seu nome, saudar todos os outros Parlamentares que aqui estão de corpo presente ou acompanhando pela TV Senado, saudar cada trabalhador e cada trabalhadora aqui presente.

Nesta rápida manifestação, em que faço questão de dividir o tempo com a nossa liderança nacional do setor do transporte, farei dois comentários, Senador. Um, a fim de caracterizar a conjuntura; o outro, de mostrar minha indignação com algumas coisas que estão acontecendo aqui. Eu acho que são conteúdos que têm que aparecer em uma audiência pública deste calibre, desta iniciativa, e que ajudam a pavimentar os caminhos e a trazer alguma informação a mais, de forma que as autoridades, tanto legislativas como executivas, consigam compreender a complexidade da situação e façam as coisas certas. Nós só queremos que façam as coisas certas – não é isso?

Falar em gargalo – e foi uma excelente apresentação, no início, proporcionada aqui pelos nossos companheiros da CNTTT – significa dizer o quê? Se não houvesse aumentado 20 milhões de empregos, não haveria o gargalo do transporte urbano; não haveria o problema que há hoje de mobilidade nas grandes cidades; não haveria a consequência que foi ter havido esse incremento de trabalhadores todos os dias se levantando e se deslocando no Brasil ou as oportunidades da expansão do ensino técnico, as oportunidades do acesso ao ensino superior noturno. Senador, aquele corredor de Porto Alegre que vai para Canoas, sua cidade originária,

até o Vale dos Sinos, passou a ter outro ritmo à noite, por conta das universidades que há ali e a quantidade de pessoas do ProUni, do Fies, que começaram a frequentá-las.

O gargalo do transporte urbano é resultado de uma política correta de expansão do emprego e de acesso a serviços de educação no Brasil. Em primeiro lugar isso.

O gargalo dos portos, das estradas, dos caminhões transportando o que tem que ser transportado é consequência da extraordinária expansão da produção nacional resultante de políticas públicas de estímulo à produção no campo, mais alimento, estímulo à produção de caminhões, políticas de renúncia fiscal. Portanto, o setor econômico está muito bem contemplado naquilo que se chama aquisição de bens e produtos para fazer a sua atividade empresarial girar e ir para frente.

Agora, quem é responsável por fazer essas coisas andarem está doente. Porque os danados que têm as licitações em transporte urbano, que foram feitas há 50, 30, 20 anos, dizem que tem que haver tantas linhas e não dialogam com essa nova demanda que está nas ruas. E são as mesmas linhas e os mesmos itinerários. Aumentaram os ônibus, como foi dito aqui. Hoje os ônibus não são mais uns "onibusinhos" Mercedes Benz – é óbvio que esses ainda existem –; são os articulados e biarticulados. E está vindo aí o ônibus que mais parece um trem, os transportes leves sobre trilhos ou os BRTs.

Os caminhões, para ultrapassá-los, hoje em dia, nas estradas exige uma certa habilidade do motorista de carro, sob pena de não conseguir ultrapassá-los, porque os caminhões ficaram de um tamanho extraordinário.

Então, esse é um gargalo que tem que ser resolvido. E ele é resultado do bom momento por que o Brasil passa. E este bom momento, Senador, eu tenho dito para os meus companheiros da CUT, tanto a nacional como a estadual, não pode ser às custas e do massacre dos trabalhadores que operam no setor. (*Palmas.*)

Este bom momento por que o Brasil passa, que é extraordinário e tem que ser aprofundado, tem que ter sequência, porque nós queremos emprego, queremos educação, queremos que passem por uma mobilidade urbana, então, tem que se resolverem os impasses.

Leis como a sua que se está debatendo aqui e o retrocesso que o setor econômico quer fazer na Lei nº 12.619 são uma tragédia, porque apontam para o seguinte: desde o olhar do poder econômico, que ganhou com a renúncia fiscal na compra do caminhão; que ganhou na renúncia da folha de pagamento, enfim, nos ajustes da previdência; que ganhou estímulo aos balaios, como nunca ganharam na vida, agora não fazem um gesto a favor; pelo contrário, querem restringir essa conquista que foi, esse avanço que houve nesse combinado. E agora estão aqui as propostas de reduzir, cortar pela metade.

Então, eu queria encerrar esta minha rápida fala dizendo que nós vamos continuar dentro do Senado hoje à tarde, Senador Paim. Os trabalhadores rodoviários que vieram de Porto Alegre – convido os outros também – vão continuar hoje à tarde visitando os gabinetes. Nós queremos debater, e já que vários Senadores não estão aqui, vamos a Senador por Senador, para explicar isto para eles: um país de primeira não pode ter emprego de terceira. (*Palmas.*)

Um país de primeira, em que o Brasil está se transformando, como o Brasil está se apresentando não pode ter seus profissionais com estresse mental. Olha o que significa esse impasse do excesso de gente nos ônibus: o cobrador e o motorista, além de ter dificuldade de conduzir com o mínimo de dignidade, corre risco de assalto, risco de ser xingado pelo cara que não foi bem servido por conta dessa precariedade do transporte. Então, é muito justo corrigir esses gargalos, obviamente, mas trazendo profissionais de qualidade, profissionais estimulados a se aperfeiçoarem como profissionais do volante. Agora, para isso, tem que ter carreira. Para isso, tem que ter 30% de risco de vida. Para isso, tem que ter aposentadoria especial, porque aí você traz profissionais compatíveis com o momento da economia do Brasil, que vão se adaptar, vão se formar, vão se qualificar, porque vão estar felizes trabalhando, e não vão estar nesse sistema aí colocado, que mata, mutila e joga os trabalhadores para...

Obrigado. (*Palmas*.)

Guterra, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Presidente da Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, Claudir Nespolo, que deixou muito claro o seu ponto de vista de que os trabalhadores brasileiros não vão aceitar essa história de querer mudar a lei do dia para a noite.

E eu quero até dizer a vocês que é importante, se vocês puderem, ficarem aqui até amanhã, terça-feira – a maioria dos Senadores e Deputados chega em Brasília hoje à noite –, pelo menos uma comissão representativa, até desta audiência pública, para conversar amanhã com os Líderes.

Eu me comprometo de marcar uma audiência com o Presidente Renan Calheiros para amanhã – ele deve chegar hoje à tarde –, para que ele ouça o outro lado da moeda; que todos possam ser ouvidos, para que nós, no mínimo, no mínimo, eu diria... Eu até proporia a gente fazer uma comissão geral no plenário do Senado, para

debater o tema. E vamos convidar todas as partes. Por que não? E, naturalmente, fazer o debate da importância de apensar esse projeto ao Estatuto dos Rodoviários, ou Estatuto dos Motoristas, como alguns preferem. O.k.?

Meus parabéns, Claudir, pela sua exposição.

Passamos a palavra, de imediato, para complementar o tempo, ao Eduardo Guterra, Secretário da Saúde do Trabalhador da Central.

O SR. EDUARDO GUTERRA – Bom dia a todos.

Bom dia, Senador Paulo Paim, nosso coerente e árduo defensor da causa dos trabalhadores, nossa grande liderança aqui no Senado.

Além de ser Secretário-Adjunto de Saúde do Trabalhador da CUT, sou da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes da CUT, pertenço à Executiva Nacional da CUT, sou presidente da Federação Nacional dos Portuários.

Então, quando a gente ouve os trabalhadores de transporte, de certa forma, este debate sobre as condições de trabalho, condições de vida, saúde, melhores condições de trabalho, falta de condições de trabalho tem tudo a ver com a nossa categoria de forma geral. Ou seja, quanto ao transporte como um todo, o grande desafio é como é que nós enfrentamos a modernidade, como é que nós enfrentamos a chegada de novas tecnologias, a exigência das empresas, cada vez mais, em aumentar o seu faturamento, aumentar a sua produtividade às custas dos trabalhadores. Então, esse é o nosso grande desafio.

Com relação a esse tema, eu acho que já foi muito bem colocado aqui por todos – abraço meu amigo Pestana, que está aqui, um grande guerreiro nessa discussão.

Eu queria complementar um pouco o que disse o Claudir no que diz respeito às questões estruturantes.

Já foi colocado aqui que o modal de transporte nosso foi construído para que a nossa carga praticamente fosse transportada em cima de pneus, ou seja, em cima de caminhões. Então, eu queria alertar os companheiros para o fato de que eu acho que o nosso trabalho tem que andar em paralelo com os projetos de reestruturação da nossa matriz de transporte, que caminham internamente e publicamente, em vários eventos que eu já fui. E, é claro, é intenção do Governo ir reduzindo esse transporte de carga em cima de caminhões. Até 2025, o projeto é de se reduzir, o máximo possível, o transporte de carga em cima de caminhões, e que essa carga seja transportada por uma distância menor do que ocorre hoje: o caminhão sai de uma cidade do Rio Grande do Sul e leva o arroz lá no Rio Grande do Norte. Vai se tentar fazer isso através de ferrovias, hidrovias. Tanto que existe uma mudança do agronegócio no Brasil hoje de transferir suas plantações lá pela Região Norte, enfim. É uma mudança que vai acontecer drasticamente no nosso setor.

Outra questão que é importante é essa do gargalo na chegada da carga nos portos. Isso é um problema em todos os portos. Por quê? Porque o grande latifundiário, o grande produtor de *commodities* que são exportadas para o mundo todo não tem uma política de armazenagem.

Ele não tem armazém para colocar a carga dele. Então, ele bota no caminhão e manda para o porto, e usa o caminhoneiro para isso. E o que quer o caminhoneiro? Transportar a carga. Então ele chega e fica no porto realmente, como foi colocado aqui, porque o cara manda o caminhão... O navio não está atracado hoje e vai atracar daqui a 5 ou 7 dias... Então, é um problema que se está tentando resolver. Parece-me que se está organizando uma fila, como foi feito no Porto de Paranaguá, que era o exemplo de fila de caminhões no Brasil, mas que passou a organizar uma fila... Quer dizer, nenhum empresário poderia mandar o caminhão para o porto sem que o navio tivesse uma fila planejada. Parece-me que isso está melhorando as condições dos nossos portos, mas o nosso desafio para o próximo ano é embarcar 120 milhões de toneladas de *commodities* dessa safra que está vindo aí. É um salto de, aproximadamente, 30% do que nós exportamos no ano passado.

Outra questão importante e estruturante. Nós fazemos parte do Programa Brasil Maior, onde está se discutindo a renovação da frota de caminhões no Brasil. A média de idade dos nossos caminhões no Brasil é uma vergonha, se você comparar com os Estados Unidos. Nossa média de idade é de 16 anos. Nos Estados Unidos, um caminhão não passa de 6 ou 7 anos de vida. Eles têm uma política de descarte de caminhão que é uma coisa... Ela foi apresentada lá para a gente. Então, nos próximos dias vai haver uma discussão em cima dessa renovação da frota de caminhões, que eu também acho que é importante.

Sobre a questão da mobilidade urbana, Senador, nós trouxemos aqui... Se o senhor me permitir fazer a leitura de algo que não é grande, extenso... Porque nós, até o ano passado, fazíamos parte do Conselho das Cidades, do Ministério das Cidades. É um Conselho constituído a partir das conferências regionais das cidades e se forma a partir da Conferência Nacional, que é feita de dois em dois anos. Então, nós, como representantes dos trabalhadores lá, aprovamos uma resolução normativa e recomendamos à Presidência da República uma série de questões que eu gostaria de ler, porque, na verdade, é uma coisa pequena, mas que acho que diz tudo. É uma proposta para essa discussão da mobilidade urbana.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vai para a leitura.

O SR. EDUARDO GUTERRA – Pois não.

A parte que fala do Conselho das Cidades eu vou pular.

Considerando as históricas mobilizações e ações da sociedade pelo direito ao transporte público e a mobilidade urbana, principalmente nos anos 1980 e 1990 e que integram os debates do direito à cidade;

Considerando o resultado da I Conferência Nacional das Cidades que institui o Conselho Nacional das Cidades e o Comitê Técnico de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana, que avançam para a necessidade da construção de uma política nacional de mobilidade urbana;

Considerando as recentes manifestações da sociedade, com destaque para amplos setores da juventude, que foi às ruas nas principais cidades de nosso país, se mobilizando por bandeiras contra o aumento das tarifas, da melhoria da qualidade dos transportes públicos, do direito à cidade e da ampliação de direitos sociais como saúde e educação, entre outras;

Considerando a convocação da Presidenta Dilma Rousseff à sociedade, aos Governadores e Prefeitos na construção de um Pacto Nacional da Mobilidade Urbana;

Considerando a convocação do Comitê Técnico de Mobilidade Urbana devido à sua experiência na construção de propostas, e de outros atores na temática para apontar ações para que componham o Pacto Nacional da Mobilidade Urbana;

Considerando a Política Nacional de Mobilidade Urbana, Lei nº 12.587 de 3 de janeiro de 2012, em que o Comitê Técnico de Mobilidade Urbana foi articulador da sua construção e aprovação;

Considerando o papel do Ministério das Cidades e do Conselho Nacional das Cidades de ser responsável pelas políticas de desenvolvimento urbano e mobilidade urbana;

Considerando o anúncio do Governo Federal em disponibilizar o valor de R$50 bilhões para viabilizar a construção do Pacto Nacional da Mobilidade Urbana;

Considerando que o Pacto Nacional da Mobilidade Urbana deverá ser pautado em eixos de ação que implementem uma política efetiva de mobilidade urbana sustentável, com a priorização do transporte não motorizado e do transporte coletivo em detrimento do transporte individual motorizado; e

Considerando que a qualidade e a segurança do transporte público dependem da qualificação e das condições adequadas de operação pelos trabalhadores do sistema, adota mediante votação e torna pública, a seguinte resolução de Plenário:

Art. 1º. Propor a redução de no mínimo 50% das tarifas pagas pelos usuários do transporte público através das seguintes medidas:

I – desoneração dos tributos sobre o transporte público e seus insumos, mediante a aprovação do Reitup;

II – redução em 75% no preço da energia elétrica e eliminação da tarifa hora sazonal no transporte público;

III – redução de 50% do preço do diesel para o transporte público;

IV – integração física e tarifária das redes de transporte;

V – criação de fontes extratarifárias para custeio das gratuidades sociais nas passagens;

VI – priorização do transporte coletivo no trânsito com a adoção de faixas exclusivas e com fiscalização; e

VII – racionalização e integração das redes de transporte público.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GUTERRA – Art. 2º. Criar os Fundos Nacional, Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Urbano que deverão garantir: melhorias, subvenções e investimentos na política de mobilidade urbana, por meio de dotações orçamentárias e outras fontes. (...)

Art. 4º. Linhas de financiamento especiais e contínuas deverão garantir os investimentos públicos e privados no setor, por meio de aplicação de 100% da CIDE sobre a gasolina para o transporte público urbano; 2% do OGU por dez anos; e utilização dos recursos arrecadados do IPVA, com a taxação de estacionamento dos polos geradores de trânsito sobre uso e ocupação do solo urbano e dos pedágios urbanos nas grandes cidades.

Os outros pontos, Senador, eu não vou ler porque se trata de como é que se vai fazer o controle social dessa proposta nos Estados e Municípios.

Por último, eu queria colocar aqui que nós também tiramos o apoio à PEC nº 90, que define o transporte público como um direito social, e o apoio à regulamentação da profissão e do regime de trabalho dos trabalhadores do setor de transportes, previstos em diversos projetos em tramitação no Congresso Nacional.

Então, eu queria deixar isso com o senhor, porque é uma resolução e é uma contribuição importante que nós estamos dando, não só nessa discussão da mobilidade urbana, mas também para esse tema aqui.

São essas, então, as nossas sugestões para a discussão.

Obrigado a todos pela atenção.

Obrigado, Senador e companheiro Claudir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Sr. Eduardo Guterra, Secretário de Saúde do Trabalhador da CUT, que complementou o tempo do Sr. Claudir, Presidente da Central.

Passamos a palavra, agora, ao Sr. Fernando Araldi, Diretor Substituto do Departamento de Cidadania e Inclusão Social da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades.

O SR. FERNANDO ARALDI – Bom dia a todos!

Agradeço o convite da Comissão de Direitos Humanos para participar desta audiência pública, em especial ao Senador Paulo Paim e demais componentes da Mesa.

Para falar um pouco sobre mobilidade urbana, um tema importante nessa discussão, temos que falar que os trabalhadores são um elemento fundamental nessa questão, pois não se faz mobilidade urbana, transporte coletivo sem os trabalhadores, sem o motorista, sem o cobrador, sem o piloto do trem. Então, é essencial que o trabalhador hoje seja envolvido nessa discussão. Da mesma forma, temos de falar da importância que a mobilidade urbana tem no deslocamento casa/trabalho de todos os trabalhadores do País.

Hoje, nós já temos uma Política Nacional de Mobilidade Urbana, consubstanciada na Lei nº 2.587, de 2012, que é o marco regulatório da mobilidade urbana, pois organiza todo o sistema de mobilidade urbana do País, colocando todos os princípios e diretrizes de como deve se dar a mobilidade urbana no País.

Eu queria falar um pouco sobre essa política nacional, pois ela ainda não foi bem divulgada e eu acho que esta é uma oportunidade de a gente colocar aos trabalhadores e a todos que estão nos assistindo a importância da política nacional. Assim, eu queria falar um pouco sobre ela, porque acho que é importante.

O Sistema Nacional de Mobilidade Urbana é composto pelos modos de transporte, os serviços e as infraestruturas. Então, isso resulta no deslocamento de pessoas e cargas no território do Município. Vamos tratar aqui de um território menor, o do Município.

Ela tem alguns princípios e eu queria colocar alguns que são importantes, que são a acessibilidade universal, acho que isso é importante, a mobilidade, trazer essa acessibilidade para todos; a eficiência, a eficácia e a efetividade na prestação de serviços; e a segurança nos deslocamentos. São alguns dos princípios que acho que são importantes; a equidade no acesso aos transportes públicos também é muito importante.

A lei prioriza o não motorizado sob o motorizado, o transporte público sob o transporte individual. Então, hoje existe no Brasil um transporte público que ainda não tem aquela qualidade que eu acho que deveria ter; e o transporte não motorizado também não apresenta. A gente anda no Brasil e as calçadas não são o melhor lugar para se andar; as ruas estão com muitos carros, congestionamentos, etc. E o transporte público ainda não chegou a um patamar de qualidade que deveria ter.

Hoje, o Ministério trabalha muito para que haja esse aumento da qualidade do serviços. E isso resulta em diretrizes da política, que é o planejamento. Acho que o item essencial hoje no País é uma falta de planejamento nas cidades brasileiras no transporte pública e na mobilidade urbana como um todo. Quer dizer, falta planejamento. O Ministério tem trabalhado hoje e existe uma gama enorme de recursos, já foram aplicados R$90 bilhões em mobilidade urbana e agora, com o pacto pela mobilidade urbana, foram disponibilizados mais R$50 bilhões, mas o Ministério se depara com a dificuldade de colocar isso em prática, esse nível de recursos, nas cidades brasileiras por falta de planejamento das cidades.

Por que falta planejamento? O Brasil ficou um longo tempo sem investir em mobilidade urbana. A partir de 2009, começou a se investir maciçamente nesse modal, não é nesse modal, mas na mobilidade. No entanto, as cidades brasileiras não estavam preparadas. Os Municípios, as prefeituras, os governos do Estado não tinham planejamento no que investir.

Então, hoje a gente se depara com a dificuldade de colocar em prática um montante de recursos dentro das cidades por falta de planejamento. Assim, estamos trabalhando forte nessa parte de planejamento. E uma coisa que a política nacional trouxe em seu art. 24 é a exigência de planos de mobilidade das cidades brasileiras para que elas acessem os recursos federais. E o porquê disto? Para as cidades buscarem se planejar para poderem ter acesso aos recursos. É uma exigência que a lei traz e que eu acho que é importante. Acho que sem planejamento a gente vai continuar hoje com congestionamento nas ruas, com transporte coletivo de baixa qualidade, por quê? Porque falta um pouco de planejamento.

Outra coisa, a integração de modos de transporte e serviços. Hoje não existe. Hoje o transporte... O trabalhador sai de bicicleta para acessar o transporte público e não consegue porque chega na estação do metrô ou na estação do trem ou no terminal rodoviário e não tem um bicicletário para deixar essa bicicleta. Quer dizer, não tem essa integração entre os modos de transporte. Hoje, os transportes ficam individualizados. Você não tem essa integração, o que é importante.

A política tarifária é outro ponto que está sendo debatido dentro do pacto pela mobilidade urbana, que é a redução da tarifa pública. Hoje, a tarifa do transporte é calculada de um modo, vamos dizer, que já está implantado há muito tempo. É uma planilha que foi feita no tempo do Geipot e que não tem essa modernidade

que hoje a gente poderia ter. Vamos dizer, é uma modernidade de uma tarifa, de um cálculo tarifário de uma melhor forma.

Então o que a lei traz é que hoje devem ser colocados nas cidades, ser feita a concessão dos transportes, e isso é feito. Na maioria das cidades hoje ainda não há essa concessão de transportes. Hoje é mais permissão, e algumas cidades já fizeram, como Brasília fez recentemente, um trabalho que não foi fácil. Acho que é difícil se mudar o modo de se fazer isso, mas foi muito importante. Por quê? Porque a tarifa e o transporte foram muito mais organizados então. Essa organização do transporte é importante.

O usuário, eu acho que os direitos que o usuário tem são: o de receber um serviço de qualidade – eu acho que está faltando ainda um pouco nós avançarmos nesse tema –; o de participar do planejamento, quer dizer, a participação social e o controle social do que é melhor para a mobilidade urbana nas cidades; o de segurança e da informação.

Hoje a gente não tem nem informação dentro do sistema de transporte. Às vezes você chega a um ponto de ônibus e não sabe que ônibus passa lá e nem para onde vai. Então acho que o avanço que deve ser feito nas cidades é ter essa informação para o usuário.

A lei também traz as atribuições dos entes. Escutei aqui do colega que não existia essa atribuição dos entes federativos. A lei traz o que cada ente tem de responsabilidade: a União, o Estado e o Município.

Eu queria falar mais um pouquinho aqui sobre o Pacto pela Mobilidade Urbana. Ele tem três eixos: o eixo da menor tarifa, mais qualidade e maior participação e controle social.

Mais qualidade de serviço: o Governo está investindo R$50 bilhões para que se implante esse pacto. Isso é infraestrutura de sistema de transporte. Está investindo em metrô, em BRT, em corredor de ônibus, em VLT, em monotrilho e em vários sistemas de transporte.

A menor tarifa está sendo... Foi criado um grupo de trabalho junto ao CAF, que é o Conselho de Articulação Federativa, para trabalhar essa parte de redução da tarifa.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO ARALDI – O Governo já fez algumas atuações, que foram: desonerar a folha, e foi feita uma desoneração tributária, que foi a redução do PIS e do Cofins à alíquota zero; e outra parte que é maior participação e controle social. A lei já traz a importância de que haja conselhos municipais de transporte e mobilidade urbana, para que a comunidade trabalhe esse tema de mobilidade urbana.

Acho que o meu tempo está acabando aqui. Eu queria agradecer a oportunidade de falar um pouquinho aqui. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – (*Falha na gravação.*)

Fernando Araldi, Diretor Substituto do Departamento de Cidadania do Ministério das Cidades.

Vamos agora para o último convidado aqui da Mesa. Depois nós teremos cinco companheiros do plenário que vão fazer uso da palavra, na seguinte ordem: Valdir de Souza Pestana, Federação dos Trabalhadores em Transporte do Estado de São Paulo; Adailson Rodrigues, representante da página *Rodoviário na Luta*, Rio Grande do Sul; Hamilton Dias de Moura, Secretário Executivo do Fórum Nacional de Defesa da Lei; Sílvio Marinho, Federação dos Trabalhadores Rodoviários do Estado do Mato Grosso.

Eles podem, tanto, nos seus cinco minutos que terão, expressar o seu ponto de vista como fazer alguma pergunta para a Mesa.

Eu passo a palavra, agora, ao membro do Ministério Público do Trabalho, o Dr. Paulo Douglas Almeida de Moraes.

O SR. PAULO DOUGLAS ALMEIDA DE MORAES – Bom dia a todos, Senador Paulo Paim, mais uma vez, é com grande satisfação que o Ministério Público vem a essa Casa.

Eu gostaria, aqui, de cumprimentar todos os trabalhadores na pessoa do Sr. Omar, Presidente da CNTTT. Gostaria, também, de registrar, aqui, a saudação a alguém que faz com que isso tudo funcione, a Loni, que é uma batalhadora, que, enfim, realmente, torna tudo isso possível. E gostaria de dizer que eu acho que Deus... Se alguém tinha dúvida se ele existia, não pode ter mais, porque, realmente, essa audiência pública foi absolutamente providencial, foi colocada, quase que de maneira divina, no momento correto, penso eu, abrindo a oportunidade para que nós possamos manter o maior avanço já visto no transporte rodoviário de carga e de pessoas nesse País.

Como já dito, há 40 anos, aqui, o Sr. Omar testemunhou o início de uma grande batalha pela defesa do motorista, e nós tivemos esse debate, ele vem amadurecendo ao longo desses 40 anos, e nós temos, agora, uma certa situação de perplexidade. Falamos, hoje, aqui, sobre Estatuto dos Motoristas, que é o estado da arte em termos de proteção desse profissional, o reconhecimento de que se trata de uma atividade penosa, o reconhecimento de que esse motorista deve gozar de proteções especiais, para que possa desempenhar, adequa-

damente, a sua missão. Mas, por outro lado, temos uma conquista consolidada, a Lei nº 12.619, sendo covardemente atacada, sabotada, desde o início da sua vigência, Senador, e sabotada conscientemente em busca de um único interesse: a transferência indevida de mais de R$60 bilhões ao ano de custos que deveriam ser suportados pelo contratante do frete rodoviário brasileiro para o bolso dos trabalhadores, da sociedade em geral.

Aqui, foi dito o enorme custo, hoje na casa dos quarenta bilhões por ano, com relação a mortos e feridos, suportado pelo SUS, parte pelo INSS. Dezesseis bilhões desses quarenta bilhões correspondem a acidentes envolvendo caminhões e ônibus. Aqui, foi dito, também, que 2,9 mil pessoas, Dr. Alceu colocou com muita propriedade, morrem, a cada ano, nas rodovias federais policiadas. Nós temos, pelo menos, quatro mil mortes, quando considerada toda a malha rodoviária brasileira.

Nós temos um doutrinador, na verdade, um grande filósofo, Kant, que dizia o seguinte – e, aqui, é importante, para definir dignidade: dignidade é tudo aquilo que não pode ter preço. (*Palmas.*)

Obrigado.

E o que o nosso sistema, cuja Lei nº 12.619 vem modificar, o sistema de transportes fez? Ele precificou a vida desses motoristas. Os nossos motoristas, hoje, têm preço. Quatro mil pessoas morrendo a cada ano em troca de R$62 bilhões, que deveriam ir para o bolso ou custar, melhor dizendo, ao bolso do contratante de transporte, mas sai do bolso da sociedade. Nós pagamos duas vezes. Nós pagamos R$62 bilhões para matar quatro mil motoristas e usuários de rodovias a cada ano. E é em busca da manutenção desse sistema, que grupos, sem o menor senso de humanidade – nós estamos, aqui, discutindo questões básicas do ser humano –, sem o menor senso de humanidade, de amor ao próximo mesmo, vêm lutando para destruir uma lei que busca reestruturar, e tem condições de reestruturar esse sistema, sob o primado da dignidade humana, do respeito ao ser humano e a segurança no trânsito.

E por que dizemos isso e afirmamos com convicção? Por que a Lei 12.619, desde o seu início, já salvou mais de 1,6 mil pessoas. Então, busca-se hoje com o Projeto 4.246, Senador, trocar uma lei que já salvou quase duas mil pessoas por outra, por um outro sistema – agora o projeto legitima o sistema anterior –, um sistema que mata quatro mil pessoas ao ano.

Então, reputo absolutamente providencial essa oportunidade que V. Exª abre para que nós tenhamos – agora sim – legítimos motoristas com oportunidade de se manifestar em defesa dessa grande conquista para toda a sociedade, não apenas para os motoristas. (*Palmas.*)

E nessa batalha, nessa luta – nessa luta desigual, porque o dinheiro fala alto e esses grupos têm muito dinheiro nessa luta desigual muita desinformação foi passada. Nós tivemos várias fases. Assim que a lei entrou em vigor, um grupo que não representa motoristas promoveu paralisações no País, pagando, inclusive, chapas para parar a rodovia dizendo que eras motoristas. Isso aconteceu de novo na Câmara, agora, por ocasião da aprovação desse projeto. Pessoas, servidores terceirizados da limpeza, recebendo de R$20,00 a R$50,00 para se passarem por motoristas e aprovarem um projeto que nega dignidade aos motoristas. Isso é absolutamente inaceitável! O Fórum, acertadamente, já pediu providências, mas, mais do que isso, nós precisamos corrigir esse grave erro que estamos para cometer, é este o momento. Quando digo desinformação, é que devemos reconhecer a habilidade daqueles que trabalharam por esse texto, foram extremamente hábeis.

E aqui, hoje, eu coloco, de público, uma grande decepção, mas também agora, neste momento, uma grande esperança. Eu já fui resgatar, Senador, trabalhador escravo lá no norte do Mato Grosso, o Dr. José Pedro, na época, chefiando a nossa Procuradoria no Mato Grosso. No final do ano passado, fui resgatar trabalhadores no Pantanal, sempre ao lado do movimento sindical, porque nós acreditemos que não há defesa dos trabalhadores sem um movimento sindical sério.

Eu gostaria de destacar que dentro desse movimento sindical a gente sempre observou um destaque especial para a Central Única dos Trabalhadores, uma Central que tem uma história de combatividade e que deixa o Ministério Público do Trabalho sempre com a certeza de que teremos uma defesa intransigente do trabalhador, porque, eventualmente, intransigência é importante.

Mas o que aconteceu nesse debate? Nós tivemos, logo depois que a lei entrou em vigor, uma discussão, uma mesa instalada no Ministério dos Transportes e nessa mesa, obviamente, o assento da CNTTT, que é legitimada hoje, a instância máxima representativa dos trabalhadores em transporte no País, tivemos também a CNTT, da qual está aqui o Dr. Eduardo Guterra, e da CUT também, também falou há pouco outro companheiro. E, naquela mesa, coerentemente com a história da CUT, os discursos mais efusivos na defesa da Lei nº 12.619 vinham da CUT, vinham da CNTT. Claro, a CNTTT assinou a lei em conjunto com os trabalhadores, também defendendo. Mas o que houve nesse – e por isso eu disse, quem construiu esse texto tem muita habilidade... Eu não sei se com verdade ou não, hoje a proposta que vem da Câmara eles anunciam que vem com assinatura da CUT. E aí a decepção, porque é algo que contraria a história dessa Central – uma Central que sempre defendeu a vida e o trabalhador –, me parecia incoerente que assinasse embaixo de uma proposta que interessa

apenas ao grande capital, um capital absolutamente divorciado de qualquer compromisso com o ser humano, sobretudo com o trabalhador.

Agora, ouvindo hoje o Eduardo e o Claudir, eu sinto que houve uma desinformação, eu sinto que a CUT não rasgou a sua história, eu sinto que nós temos, sim, os trabalhadores, de estar todos empenhados e unificados na defesa dessa conquista. Eu queria depois ouvir do Eduardo se estou errado, mas tenho a impressão de que, pelo que ouvi, eu tive apenas um pesadelo, porque eu, realmente, quando percebi a postura dessa central percebi que algo estava acontecendo. Então, acho que eu tive apenas um pesadelo. Digo, mais uma vez, que este momento é de capital importância por duas razões, Senador. Não estamos apenas salvando essa lei, que é, como já disse, uma conquista enorme para a sociedade, não podemos abrir mão dela, mas estamos também consolidando aqui a união efetiva dos trabalhadores em torno da defesa desse grande avanço. Eu percebo que o silêncio talvez questione: por que colocar essa situação de maneira pública? Porque estamos, Senhores, no momento final de salvar ou não essa norma. É necessário que as cartas venham para a mesa, é necessário que as máscaras sejam retiradas, é preciso que nós tenhamos, realmente, grandeza de espírito para defender, sem nenhuma ressalva, os interesses para os quais nascemos. O Ministério Público do Trabalho nasceu, enquanto instituição, para defender os direitos fundamentais dos trabalhadores, e faz isso a qualquer custo, é a nossa missão. As centrais sindicais de trabalhadores nasceram, igualmente, para essa finalidade, assim como as confederações patronais nasceram para defender, eventualmente, sem muito escrúpulo, os seus interesses econômicos. Digo sem escrúpulo porque quando se troca a vida de 4 mil pessoas por qualquer soma em dinheiro isso se chama assassinato. E quando passa de uma pessoa, passa de dez, Senador, estamos falando de 4 mil que morrem a cada ano, isso não é assassinato, é genocídio.

Então, o que o Ministério Público vem fazendo, ao lado do Fórum Nacional em Defesa da Lei 12.619, que V. Exª abraçou aqui no Senado, encaminhou, aprovada por unanimidade nesta Casa e também na Câmara dos Deputados. Estamos absolutamente empenhados em fazer com que essa norma seja cumprida na sua integralidade. Estamos acompanhando atentamente o encaminhamento desse projeto de lei. Não nos furtaremos, caso ele seja convertido em lei, em discutir a constitucionalidade dele perante o Supremo Tribunal Federal, por meio da Procuradoria-Geral da República, mas esperamos não precisar fazer isso. (*Palmas.*)

Esperamos que o bom senso, efetivamente, fale mais alto que o dinheiro. Esperamos que o nosso senso de amor ao próximo, o nosso senso básico do porque somos seres humanos, fale mais alto neste momento. Somos todos brasileiros, somos todos irmãos, somos todos trabalhadores. Não podemos aqui, de modo algum, endossar uma proposta travestida de um falso apoio de trabalhadores, quando ela mata trabalhadores. O Ministério Público acredita que não precisará ajuizar nenhuma espécie de ação direta de inconstitucionalidade, porque esta Casa, o Senado, cuidará. Assim, estamos absolutamente confiantes nisso, de que essa atrocidade não passará pelo Legislativo, não será assinada pelo Poder Legislativo. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Dr. Paulo Douglas Almeida de Moraes, membro do Ministério Público do Trabalho, que, de forma muito firme, incisiva, diz a todos que essa lei mata trabalhadores, e vida não tem preço, permita que eu resuma o seu ponto de vista.

Mas eu me surpreendi também com a sua fala. Eu, até o momento, entendia, entendo e continuo acreditando tranquilamente que a CUT não endossa esse projeto; não endossa. Até porque, quando dizem que veio assinado de lá para cá, ele pode ter vindo com a assinatura dos Líderes de todos partidos, mas, à minha mão, não chegou nenhum documento – e eu tive esse cuidado – que diga que a CUT – e é uma questão até de respeito às outras centrais – nem a Força Sindical, nem a UGT, nem a CGT apoiam esse projeto.

Então, para não ficar nenhuma dúvida, eu vou me dar ao bom trabalho. Eu sempre digo que o trabalho faz bem. O que será um homem sem o seu trabalho? Tem que ter lazer, mas o trabalho – pra mim – faz parte das nossas vidas; o trabalho é fundamental. Eu vou me dar ao trabalho e vou ligar para todas as centrais; vou ligar para todas as centrais para saber qual é a posição delas em relação a essa lei.

Eu estou convicto, porque tenho uma relação boa com todas elas. Eu fui secretário e Vice-Presidente da CUT Nacional, mas tenho uma relação boa com todas as centrais. A Nova Central – tenho certeza absoluta, porque já me falou – também é contra a lei. O Calixto esteve aqui conversando comigo.

Então, eu não medirei esforços para que a situação fique clara, para que, quando o debate for para o Plenário, a gente saiba quem efetivamente está do lado ou não de salvar vidas, eu diria – a vida dos nossos motoristas e, consequentemente dos pedestres, enfim, de veículos, para que um motorista estressado, cansado, judiado, humilhado e nem sequer tendo questões como as nós queremos que ele tenha, como aposentadoria, possa desenvolver como gostaria a sua atividade. Mas eu me comprometo aqui com V. Exª, Dr. Paulo, de, hoje à tarde correr atrás dessa posição e vou ligar para cada um dos Presidentes.

E quem não responder, não respondeu. É um direito também: se não quiser, não responde. Como eu lamento, porque tenho muito respeito por ele, o Ministério dos Transportes não ter mandado sequer um re-

presentante para esta Reunião. O convite foi feito, e eu recebi a seguinte carta aqui. Quando o Ministro não pode vir, eu entendo. Eu sei que eu estou ao vivo aqui, vou falar tudo que eu sempre falo. Quando o Ministro não pode vir, eu entendo; mas mande um representante. Como foi o caso do Ministério das Cidades. Independente da posição, ele não entrou na polêmica, mas, pelo menos, está aqui. E, se alguém perguntar, ele vai ser provocado, ele dirá o que ele entende que pode dizer.

Agora, eu lamento muito ter recebido a seguinte carta – eu diria até – do meu amigo, porque ele foi Relator do Estatuto da Igualdade Racial, no momento em que ninguém quis relatar – ele disse: "Não, eu vou relatar, Paim" –, que é o Senador César Borges. Relatou e deu o parecer favorável. Foi um gesto ousado. Não estou entrando aqui na questão partidária.

Mas diz a carta, e usa o nome do Ministro – eu achava que, no mínimo, não deveria ter usado, na minha avaliação: incumbiu-me – ou seja, mandou – o Exmo Sr. Ministro dos Transportes César Borges de agradecer o convite para a audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, que será realizada no dia 19 de maio de 2014, às 9 horas, nesta Capital. Infelizmente, devido a compromisso assumido anteriormente, não será possível o seu comparecimento. Desta forma, desejo pleno êxito.

Eu lamento; eu acho que não é a posição do César Borges. Tenho certeza de que o Ministro, no mínimo, mandaria um representante; no mínimo, mandaria. Deve ser uma posição assumida pela assessoria – o Ministro não podendo estar, resolveram dizer que, simplesmente, ninguém viria representá-lo. Eu lamento esta carta, porque todas as audiências públicas que eu realizo sempre ou o Ministro vem, ou, quando não vem, legitimamente fala: "Paim, não dá para estar aí, mas vou mandar sicrano ou beltrano", enfim, um representante para que, no mínimo ouça a posição da sociedade.

Eu sei que eles estão assistindo; ninguém que pense que ninguém está assistindo a esta audiência pública. A audiência pública está sendo ouvida em todos os ministérios. É um assunto explosivo, vocês sabem que é; é um assunto explosivo, porque esse tema trata de uma questão que envolve milhões de trabalhadores, pode ser nesse sentido, que tocam o País.

E há aqui uma discordância muito grande, pelo que percebo, entre um setor e outro.

Um setor, mais da parte do empregador, quer alterar radicalmente a lei que foi defendida pelos trabalhadores, pelo que eu entendi.

O dia que eu relatei, foi nesta mesma sala, foi-me entregue o documento, dizendo, e estava o Ministério Publico junto: "Paim, esse é um grande entendimento entre empregados, empregadores e o Ministério Público, é o substitutivo global sobre a lei de autoria do ex-prefeito de Novo Hamburgo, Tarcísio Zimmermann, e ex-Deputado Federal.". Acatei o que me foi entregue, fui ao Plenário e defendi nessa mesma lógica, dizendo que aquilo era um grande entendimento. Houve, depois, 19 vetos. Independentemente disso, com vetos ou sem vetos, a nossa obrigação era trabalhar em cima da lei. Eu sempre digo que lei nenhuma é perfeita; sempre pode ser aperfeiçoada, mas não praticamente revogada como é o caso que está acontecendo aqui.

Por isso, lamentamos essa posição e vamos consultar. Estou convencido de que as centrais e as confederações de trabalhadores não estão favoráveis ao encaminhamento que foi dado a partir da aprovação desse projeto na Câmara. Se lá passou, é legítimo, é democrático, mas o Senado é outro espaço, é outro fórum, e aqui a obrigação nossa é debater com a profundidade que essa proposta de lei exige.

Por isso, vou fazer dois encaminhamentos. Primeiro, e já estou com o requerimento que assinei na Mesa, em resumo: a Comissão de Direitos Humanos, nessa oportunidade, se dirige a V. Exª para que haja uma agenda com representantes dos trabalhadores rodoviários para ouvir suas propostas, reivindicações, para a data do dia 20, amanhã, uma vez que os trabalhadores e suas lideranças estão em Brasília. Foi encaminhado para o Presidente Renan Calheiros. Esse pedido de audiência vai em nosso nome, como Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos. Não é só o Paim como Relator da lei anterior; é a própria Comissão de Direitos Humanos que vai pedir uma audiência para os senhores para amanhã. Esse é um encaminhamento.

O encaminhamento dois, e depois vou ouvir o Plenário, é sobre um pedido para que dê preferência a que essa proposta seja discutida no corpo do Estatuto do Rodoviários e dos Motoristas, como propõe inúmeros companheiros que falaram comigo no dia de hoje.

Terceiro. Essa lei não pode ser votada em regime de urgência urgentíssima, como foi dito, sem nenhum debate em uma comissão. Para mim, o ideal seria fazermos uma comissão geral sobre esse tema no Plenário do Senado em que cada um iria expressar o seu ponto de vista, para que todos os Senadores saibam, efetivamente, o que estão votando. Essa história de uma lei chegar aqui em um dia e votar no outro, podem ter certeza de que grande parte dos Senadores nem saberão o que estão votando. Vamos lembrar que a lei anterior é uma lei extensa e que todas as mudanças estão se fazendo ali.

Se vocês concordarem, farei esses três encaminhamentos: primeiro, pedido de uma audiência pública; segundo, uma comissão geral; e, terceiro, na linha que eu falei aqui, que não seja votado sem nenhum debate,

de forma imediata, sem que possam os trabalhadores tomar conhecimento. Além disso, aquilo que eu já falei, vou ligar para todas as centrais e confederações – acho que isso pode ajudar – para que a gente entregue um documento em nome de todos os trabalhadores.

Eu sei que a polêmica é a questão dos autônomos. Essa é a polêmica principal. Se tem problema, vamos discutir. Mas não pode, de pronto, revogar uma lei, como foi dito aqui muito bem, que salvou vidas. Deram-me o número, 1.500 pessoas a menos morreram. Está certo esse número?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quase 1.600. Então, procede o número que eu tinha de que 1.500 pessoas, no mesmo período, não morreram no trânsito a partir da afirmação da lei. Se fosse uma vida, já seria importante; calcule mais de 1.500.

Eu quero, também, registrar a presença conosco dos seguintes companheiros no plenário – só colocaram os nomes da entidades: FTETROCI-MS, do Mato Grosso do Sul; RodoCUT, do Rio Grande do Sul; Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários, Rio de Janeiro; Associação Jurídica da CUT do Rio Grande do Sul; Fórum Nacional em Defesa da Lei; Secretaria de Transporte de Força Sindical de São Paulo; Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Goiás; Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Tocantins; Condsef de Brasília; Sintrasef de Minas Gerais; Fettrominas, Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Belo Horizonte, Minas Gerais; Sittrinde do Rio Grande do Sul; Sindi de Passo Fundo, Rio Grande do Sul; CNTTT de Brasília/DF.

Ainda, há algumas perguntas que chegaram à mesa, e uma delas vai para o Festino, para o senhor responder, depois que o plenário se pronunciar, Festino. Pergunta ao Sr. Luiz Antônio Festino: "Se é proibido dirigir e telefonar, ao mesmo tempo, como os motoristas podem dar troco nos coletivos?" – entendeu a pergunta, não é? Se não posso dirigir e usar o telefone – o que está correto, não tem que usar mesmo –, e ele diz como que o motorista pode dirigir e dar o troco ao mesmo tempo? Fica a pergunta com o Festino.

E a outra, que é bem mais longa, vou lê-la num segundo momento. Depois, vou ler também o manifesto dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas e Passageiros do Rio Grande do Sul. E vou até propor, se concordarem com o manifesto, que, com pequenos ajustes, esse manifesto se transforme num manifesto desta reunião. Com ajustes, naturalmente, faríamos também um manifesto que seria entregue a todos os Senadores e ao Presidente da Casa.

Então, neste momento, vou passar a palavra ao Sr. Valdir de Souza Pestana, da Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado de São Paulo, cinco minutos.

O SR. VALDIR DE SOUZA PESTANA – Bom dia, Senador Paim, por meio de quem, cumprimento todos os membros da Mesa!

Acredito que cinco minutos seria muito pouco, viu, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu sei disso, eu sei disso.

O SR. VALDIR DE SOUZA PESTANA – Mas faço questão de fazer alguma colocação e não deixar o Dr. Paulo Douglas sozinho.

Chegou um monte de recadinhos para mim aqui, mas prefiro carimbar o boi. O Guterra conheço há muitos anos – há muitos anos –, em lutas no porto. O Claudir estou conhecendo agora.

Curto e grosso, Claudir: acho que vocês não estão na CUT, a sua voz e a do Guterra vão ser dissonantes dentro da CUT. E vou um pouco mais além, Senador, esta audiência é pública e está sendo gravada ao vivo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está ao vivo, para todo o Brasil – está ao vivo!

O SR. VALDIR DE SOUZA PESTANA – E escutar o Líder do PT dizer que vai votar na lei do jeito que ela estava – porque a sua Bancada assim determinou – mata qualquer um que está neste plenário! Desculpe, Senador, pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Gostaria, primeiro, de dizer que não fui consultado em nenhum momento.

O SR. VALDIR DE SOUZA PESTANA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E, se houve essa decisão, estou dizendo, em público, aqui que eu não estava nessa reunião.

O SR. VALDIR DE SOUZA PESTANA – (Valdir de Souza Pestana) Conheço a sua idoneidade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se propusessem isso na minha presença, advogaria exatamente pelo contrário!

O SR. VALDIR DE SOUZA PESTANA – Falo, e sem medo, conheço a sua idoneidade. Respeitei, por muitos anos, o Vicentinho – muitos! – e, hoje, posso dizer para V. Exª que choro. Posso dizer mais ainda: quanto

aos que antecederam a minha fala, quando falaram de doenças, sabemos que, no meio da Previdência, há um monte de bandidos.

Mas nunca mais esqueço, Senador Paulo Paim: 5h30 da manhã, a Polícia Federal na minha porta me levando preso. Isso está marcado comigo, porque o INSS entendia que os trabalhadores em transportes afastavam-se como vagabundos, para terem um ganho maior, não queriam trabalhar. E hoje, diante de um Mesa seleta, como a de V. Exªs, escutar as realidades dos trabalhadores em transportes, o que vai aumentar muito mais... Porque, enquanto todos nós discutimos a redução no Brasil da jornada de trabalho para 6 horas, nós, trabalhadores em transportes, temos que trabalhar 12 horas!

E isso com o aval de quem, Senador? Desculpe, Guterra, você é meu amigo há muitos anos, você sabe que questiono, sou um ácido crítico; o Claudir, conheço agora. Então, você pega o Paulinho, junto com o pessoal do agronegócio, dentro da CUT em São Paulo, nos sindicatos, discutiram, vieram para plenário – o Festino tem foto, temos tudo. O vale-claque foi uma ponta do que aconteceu lá, em relação ao Marquezelli.

O jabuti que transita dentro da lei, Senador, se V. Exª olhar direitinho, não é uma tartaruga subindo na árvore, não; é um jabuti passeando dentro da lei.

Para o transporte, não há nada. Mas, para cegonheiro, para seguro, para curso de formação, para todas as coisas que não têm nada a ver com a gente – eixo levantado, rodovia, maior outorga, menor outorga –, tem de ter coragem para falar.

Eu gostaria que, se pudesse, com o poder que lhe é cabível dentro do Senado, o senhor pedisse, inclusive, junto com o Deputado Hugo Leal, as notas taquigráficas, porque aquilo que foi para lá não foi o mínimo do que tentamos negociar. Mudou-se o texto no meio do caminho. Idas e vindas à Casa Civil nós fizemos, com o Paulo Douglas, com o Sr. Omar, com o Festino, na época da Gleisi Hoffmann.

Então, isso não está mais para brincadeira, Senador! Eu acredito no senhor. Subo ao palco ao qual o senhor tiver de subir, como subi diversas vezes quando o senhor foi a Santos conosco. (*Palmas.*)

O Guterra na lei e o senhor também na MP nº 595... E, agora, vamos enfrentar mais uma, que é o marco regulatório do porto também.

(Soa a campainha.)

O SR. VALDIR DE SOUZA PESTANA – Então, Senador, de coração, espero... Eu tinha tanta coisa para perguntar! Agora, nada que os senhores falaram em relação ao Governo e à mobilidade justifica nos matar nas rodovias e nas cidades. Nada! É impossível, é inacreditável eu escutar de pessoas com bom senso e com boa qualidade de vida que devem nos deixar matar nas rodovias e nas cidades com uma lei que vai mexer na CLT e no Código Nacional de Trânsito. Será que estou escutando o Senado e a Câmara dos Deputados falarem ou estou escutando o agronegócio mandando neste País, ditando regras, deixando custos absurdos para a Nação?

Nós trabalhadores portuários... O Eduardo Guterra sabe por que nós brigamos com o agronegócio.

Companheiro Claudir, da CUT, quantas matérias vocês colocaram metendo o cacete no agronegócio?

Olhem, reflitam sobre o que estou falando! Não são só os trabalhadores! Já está passando para mais do que ideologia, já está passando mais do que para financiamento de campanha, já está passando para muito mais do que isso! Ou seja, estão matando. Como colocou Paulo Douglas, isso é genocídio. Se, com oito horas e com duas horas extras, nós já matávamos nas rodovias, imagine com doze horas, com seis horas, com um intervalo de três horas fracionado dentro da jornada de trabalho! Ou seja, nós vamos matar muito mais, e espero que não seja um filho, um parente, um irmão ou um vizinho seu, porque, todos os dias, as pessoas estão morrendo.

Está lá na frente. São cinco mil cruzes que nós colocamos. Já estamos prevendo mais do que ia acontecer.

Senador, de coração, peço que o senhor faça tudo o que puder fazer, como o senhor sempre fez, porque o que estão cometendo desta vez é uma barbárie. Tenha a certeza disto: é uma barbárie! Se o senhor olhar tudo o que está dentro da lei, o senhor vai ver que os interesses vão muito mais além do que as nossas vidas, Senador. Desculpe-me, mas eu tinha de desabafar. Mas é o que espero do senhor. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

O Sr. Valdir de Souza Pestana, da Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado de São Paulo, expressou, com toda a tranquilidade, o seu ponto de vista.

Por isto, esta é uma audiência pública, este é um debate: cada um assume aqui o seu ponto de vista e as suas posições.

Repito: esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo para todo o Brasil. E podem ter a certeza de que é uma das audiências com a maior assistência entre as que realizamos nesta Comissão. Ou seja, o povo brasileiro está acompanhando este debate, até porque tem tudo a ver com a vida dele, já que tratamos aqui do transporte coletivo e do transporte de cargas, enfim, das rodovias. A lei que sair do Senado é que vai balizar

como vai ser a atividade do setor e, consequentemente, se haverá mais mortes ou não no trânsito. Por isso, a audiência tem essa abrangência.

Passamos a palavra ao Sr. Adailson Rodrigues, representante da página Rodoviários na Luta do Rio Grande do Sul.

O SR. ADAILSON RODRIGUES – Bom dia!

Saudamos a Mesa.

Quero parabenizar, em primeira mão, pela sua fala, o Sr. Paulo Douglas, porque ela reflete exatamente aquilo que os rodoviários do País todo vem sentindo na carne.

Sou motorista em Porto Alegre. Sei do dia a dia, sofro no dia a dia o que é a vida dos rodoviários e não sofro nem a porcentagem mínima do que sofrem os caminhoneiros em geral.

Cito exemplos da violência a que é exposto tanto o trabalhador da estrada quanto o da cidade. No caso do trabalhador da cidade, os motoristas são expostos a assaltos frequentes, a agressões e às mazelas decorrentes do trânsito no dia a dia. Na estrada, vou trazer à tona um caso que aconteceu na RS-122, em que dois jornalistas morreram em decorrência de um acidente provocado por um motorista que vinha de uma longa e estressante jornada.

Soma-se a isso a falta de manutenção do veículo, que reflete o descaso muitas vezes das empresas quanto aos trabalhadores. Quem é que levou a culpa disso tudo? O trabalhador, o motorista. Ele tinha uma parcela de culpa? Sim. Tem que cumprir a legislação? Sim, mas e as empresas? Qual a parte que cabe às empresas, em relação à responsabilidade tanto com o trabalhado quanto com as vidas que estão na rua, em círculo?

Então, voltando, à questão dos rodoviários, à questão do PLS. A gente teve, por parte do Governo Federal, desoneração da folha de pagamento, PIS/Cofins, entre outros tributos que foram reduzidos, e em contrapartida das empresas em geral – e voltando para Porto Alegre –, não temos nada. Nem o trabalhador, muito menos a sociedade. Nem redução de tarifa, nem melhoria na qualidade de vida do trabalhador.

Por isso o PLS nada mais é do que um direito nosso, e vejo-o como se fosse um plano de carreira para nós, trabalhadores, porque ele contempla as 36 horas da jornada de trabalho, os 25 anos da aposentadoria especial e também os 30% de risco de vida, risco de vida esse que, no começo da minha fala, já lembrei das mazelas a que estão expostos os nossos trabalhadores nas estradas e nas cidades, os motoristas em geral: taxistas, motoristas de coletivo urbano, motoristas de coletivo rodoviário interestadual e os caminhoneiros, que são nossa maior reflexão hoje em dia da situação no Brasil.

Então, temos que atingir um ponto de vista de maneira que se entenda que a categoria hoje, no Brasil, é esquecida, é desmerecida, muitas vezes tanto por parte do Governo quanto dos empresários em geral. O Governo socorre muito e muito as empresas, e as empresas não dão como contrapartida benefícios ao trabalhador e à sociedade. Nós temos casos em Porto Alegre de demissões daqueles trabalhadores mais esclarecidos que tendem a ir à luta, e o Ministério Público é nossa testemunha, porque é o que mais corre conosco lá para tentar sanar essas discussões, para tentar impedir que os trabalhadores sejam massacrados tanto no dia a dia do trabalho quanto nas demissões, quando ele se levanta contra o seu patrão.

Então, o Senador colocou aqui um assunto explosivo. Realmente, um assunto explosivo, mas a gente tem que levar em conta que, quando a consciência da categoria rodoviária do País se estender em sua plenitude, e ela tiver noção da importância que ela tem para a sociedade em geral, ela para este País. E só assim, sentindo na pele, sentindo na carne a população do Brasil vai entender, e os legisladores do País vão entender o significado dessa categoria para o País. Como foi dito aqui, no começo dos assuntos, o País foi programado para rodar sobre estradas. Só que foi esquecido aquele que se locomove na estrada. Então, é esse que tem que ser lembrado aqui.

Estou me tornando, talvez, repetitivo, mas se faz necessário que eu o seja, porque só assim, insistindo, a gente vai alcançar algum êxito na nossa caminhada.

O rodoviário, hoje, é uma figura esquecida no País, maltratada, judiada, tanto o trabalhador rodoviário das cidades quanto o das estradas, e devem ser lembrados, sim.

Vou saudar a Mesa e agradecer de novo ao Sr. Paulo Moraes – parabéns pela sua fala, muito boa –; ao Sr. Eduardo e ao Senador Paim, por proporcionar aos rodoviários do País esta discussão, que hoje saiu das garagens, saiu das empresas e virou um assunto nacional.

(Soa a campainha.)

O SR. ADAÍLSON RODRIGUES – Que os trabalhadores de Porto Alegre e do Brasil inteiro tenham consciência de que hoje a nossa luta se nacionalizou e que devem aderir à causa.

Um abraço a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Adaílson Rodrigues, representante da página "Rodoviário na Luta" do Rio Grande do Sul.

Ele defendeu, com muita ênfase, o Estatuto do Motorista, ou Estatuto do Rodoviário, nome que mais pegou nas ruas, projeto de nossa autoria que está tramitando na Casa já há quase uma década.

Passamos a palavra agora ao Sr. Hamilton Dias de Moura, Secretário Executivo do Fórum Nacional de Defesa da Lei.

O SR. HAMILTON DIAS DE MOURA – Senador Paulo Paim, bom dia. Bom dia a todos na Mesa. Em nome do nosso Presidente, Omar, quero cumprimentar todos os nossos companheiros das federações de trabalhadores presentes, em especial nossos companheiros de Minas Gerais.

Quero dizer, Senador, mais uma vez, que o senhor tem sido abençoado. Quando fizemos aquela audiência com o senhor, com o Presidente Omar, na semana retrasada, nós tivemos a sua acolhida para estarmos presentes a esta audiência a fim de debater o Estatuto. Na verdade, era compromisso do senhor dar continuidade a este debate logo depois da aprovação da Lei nº 12.619. Dessa forma, estimulamos muitos companheiros, dirigentes sindicais, a estarem aqui presentes também e terem essa abertura brilhante do senhor para que pudéssemos mesclar este debate. Por isso agradecemos muito. Agradecemos também o Presidente Omar, que está se esforçando para convocar as nossas federações, os nossos direitos sindicais.

Eu queria saldar os companheiros Vilmar e Guterra, em nome de todos os companheiros que participam da Central Única, e louvar suas falas.

Como Secretário Executivo do Fórum, é minha responsabilidade fazer a integração, a convocação com as demais instituições e entidades, particularmente entidades sindicais. Nos últimos dez meses, parece que vivemos aqui dentro do Congresso. Não há equívoco: por várias vezes, nós convidamos formalmente, enviamos ofícios do Fórum, todas as centrais sindicais. Convidamos, inclusive pessoalmente, eu e o companheiro Festino, o Paulinho e o assessor da CNTT-CUT para estarem presentes.

E não é coincidência. No dia 6 de dezembro de 2013, fizemos o lançamento do Fórum Nacional, em São Paulo, no CMTC Clube, inclusive com a presença de Deputados e vereador do PT, que lá se incumbiram de levar o debate para dentro da Central Única dos Trabalhadores. O Festino esteve pessoalmente com o Vaccari – tesoureiro, não é? –, e nós evidentemente respeitamos, por viver em um país democrático, a oposição pelo fato de não querer participar do Fórum.

Agora, nós assistimos, na plenária, a primeira tentativa de votar o regime de urgência. Temos a foto; conversamos pessoalmente com o Paulinho e com aqueles que estavam encaminhando a questão junto ao agronegócio. A CUT realizou – está no *site* da CNTT-CUT, vocês podem entrar – um seminário junto com o agronegócio, com o Marquezelli, com o Nélio Botelho, em São Paulo, para debater a questão.

Estou saudando os companheiros para dizer que há um equívoco por parte daquele grupo da CUT. Um equívoco.

Hoje queremos louvar o debate que a Deputada Jô Moares, pelo PCdoB, o PSOL e o Hugo Leal, pelo PROS, fizeram na Câmara. Nossa última estratégia, Senador Paim – e o senhor conhece muito mais do que nós o Regimento –, foi fazer com que houvesse emenda de plenário para que a Lei não fosse votada sem debate. Nós aderirmos a um possível acordo em algumas cláusulas do projeto que seria votado possibilitou que o debate fizesse com que viesse à tona algumas coisas, como esse absurdo da compra da claque.

Por isso, nós gostaríamos de estar convencidos de que os Senadores desta Casa, pelo que aconteceu na Câmara dos Deputados... Evidentemente, o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Alves, acolheu a nossa representação contra o Deputado Marquezelli. O caso já está sendo discutido na Corregedoria e deve ir à Comissão de Ética. Já foi acolhido pela Mesa da Câmara. Então, evidentemente, um debate deste, no mínimo...

Conversamos aqui com o Senador Requião, com o Senador Cristovam Buarque, com o Senador Randolfe, com o Senador Inácio Arruda e a Deputada Jandira Feghali, que se comprometeram e, no mínimo, estabeleceram junto com o senhor, que é o vice-presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Trabalhadores em Transporte, estabelecer este debate de forma franca e aberta. E o nosso intuito principal agora é o seguinte: que o Governo, o Poder Executivo e os Senadores, mesmo aqueles que acham que está correto mudar a lei, saibam que vão homologar um genocídio nas estradas, pelos números que nós temos, reais, que vai continuar e ainda vai aumentar, inclusive pela falta de trabalhadores preparados para dirigir. Nós vamos aumentar, menos de doze meses após a aprovação – caso for aprovada essa lei –, o genocídio nas estradas.

O que nos cabe aqui, ao Fórum principalmente, que é um fórum específico, é debater e defender a lei – o Fórum é específico. Então, as instituições, as entidades que estão dentro do Fórum podem fazer os seus movimentos, como o movimento sindical, como o Ministério Público do Trabalho, a Anamatra, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais, todos eles fazem, paralelamente ou concomitantemente, os seus movimentos, mas o Fórum é específico para defender a lei.

Então, cabe a nós, nesta bela oportunidade, registrar ao Governo, aos Senadores, que, ao homologar possivelmente essa espera de 42, de 46, aqui no Senado, da forma como foi votada, estarão simplesmente consolidando o genocídio na estrada. E fica aqui o nosso registro.

Mas nós temos a expectativa e a esperança de que isso não aconteça, porque os nossos trabalhadores, os nossos dirigentes sindicais, assistindo a isso, vendo esta oportunidade e pegando mão nesta última oportunidade que o senhor está nos dando aqui, agora – e não tenho dúvida de que agora é a nossa vez –, vão aderir e se mobilizar nacionalmente para barrar esse genocídio. Ou, no mínimo, não corroborar com o que está acontecendo aqui no Congresso Nacional.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Esse foi o Sr. Hamilton Dias de Moura, Secretário Executivo do Fórum Nacional de Defesa da Lei, que diz que a lei é um genocídio e que, a partir desta audiência, ele espera que haja uma mudança de rumo e se permita um amplo e transparente debate sobre o que se quer votar.

Passamos a palavra agora ao Sr. Silvio Marinho, da Federação dos Trabalhadores Rodoviários do Estado de Mato Grosso.

Com a palavra, o Silvio.

O SR. SILVIO MARINHO DO NASCIMENTO – Bom dia a todos! Senador Paulo Paim, a quem a gente reconhece como lutador do povo, cumprimento a Mesa na pessoa do Sr. Omar, Festino, Dr. Paulo Douglas, que nós conhecemos também como grande lutador do povo.

Cumprimento os demais membros da Mesa.

Falo aqui na condição de advogado da Federação dos Trabalhadores Rodoviários do Estado de Mato Grosso e, neste momento, muitos sindicalistas estão assistindo a esta audiência, até porque não puderam estar aqui em função da mobilização no Estado.

Deveria estar falando aqui como jurista, mas o que vou falar também tem um aspecto jurídico do tema colocado aqui.

Está na Constituição Federal, no art. 7º, que garante, reconhece acordos e convenções coletivas de trabalho. Paulo Paim, sabemos que o Estatuto do Motorista, que é o objeto desta audiência, é mais amplo, e a defesa do Estatuto do Motorista começa com a defesa da Lei nº 12.619; isso ninguém contesta. (*Palmas.*)

Fico feliz em ver aqui o Dr. José Pedro.

Acreditando nisto, que a Constituição tem que fazer valer, nós não podemos permitir que a vontade do agronegócio prevaleça sobre o acordo histórico que foi feito neste País, entre trabalhadores e empregadores, nas representações das federações, da CNTTT e da CNT, em que se selou aquele acordo depois de diversos meses de discussão. Esta lei não é vontade de Senador, de Deputado; é vontade das forças que interagem, capital e trabalho. No dia a dia dos sindicatos – há vários sindicalistas aqui –, nós sabemos que, quando se vai lá e se faz um acordo, não há interferência de ninguém.

Por que o agronegócio quer interferir nessa situação em que se está regulando simplesmente a relação capital e trabalho entre empregador e empregado? É isso que diz a lei! Além da jornada de trabalho, que já está assegurada. A Justiça já vinha decretando jornada de trabalho de oito horas para os motoristas. Isso era uma questão já praticamente assegurada em quase todos os tribunais do País.

Outra questão também que eu gostaria de trazer aqui para reflexão: o Deputado Marquezelli mandou a desculpa – com todo o respeito ao trabalhador, porque foi assim mesmo -, mandou dois bate-paus lá no Estado do Mato Grosso – o Nélio Botelho e um assessor dele – para forjar a fundação de um fórum lá na Assembleia Legislativa. E nós sabíamos que era para legitimar o discurso de alteração da lei. A resposta que veio do Mato Grosso foi: "Não altera". E mais: "Garante as condições de trabalho".

Em função daquele fórum no Mato Grosso, existe uma grande luta lá com o Ministério Público Federal, com o Ministério Público do Trabalho para as questões ambientais, no principal foco do agronegócio, que é, no Mato Grosso, por exemplo, a questão do transporte de grãos via ferrovia.

E lá – lembro-me muito bem – o Nélio Botelho disse que precisava alterar a lei porque senão não se transportava o grão. E, na época, um sindicalista, sabiamente, disse: "É, transporta o grão e mata o motorista".

Eu sou atuante, sou um advogado orgânico, e hoje nós estamos vendo a situação no Mato Grosso. Pela leitura empírica nossa, estamos sabendo que as *trades*, o agronegócio já percebeu muito bem: nós temos excesso de caminhões no País e temos falta de motoristas! Daqui a pouco, essa coisa se equilibra. No Mato Grosso – não sei se em outra parte do País –, muitos dos trabalhadores do Mato Grosso migraram para transportar no Pará, para transportar produtos lá na Bahia, e estão parados muitos caminhões, porque não há produto para transportar. E não é só empregado, não! É autônomo também! E o agronegócio já percebeu isso. Frete que antes custava R$140, hoje estão querendo pagar R$70, R$80! E é uma irresponsabilidade muito grande. Digo

irresponsabilidade, pois a gente sabe que o Ministério das Cidades foi lá e contribuiu para alterar a lei, mas vem e faz um discurso deste aqui, achando que quem está aqui está brincando de defender essa categoria no País! É uma irresponsabilidade a gente ver como a CUT agiu anteriormente – e eu me sinto à vontade de falar, porque participei de vários congressos da CUT e vi a omissão da CUT nesse processo! É uma irresponsabilidade, sim, dessa central sindical! Com todo o respeito aos representantes que estão aqui, que talvez não tenham essa posição da CUT, como foi lembrado.

Paulo Paim, antes de me sentar aqui, eu fiz uma pergunta a esses representantes que estão aqui. Também me sinto à vontade de dizer, Paulo Paim, que, em 1989, entreguei santinho nas portas da UNE para ajudar a eleger uma representação dos trabalhadores. Antes de me sentar aqui, eu perguntei: "Escutem aqui: se esse Governo der uma rasteira nessa categoria, nós vamos para a rua defender esse Governo?" Não! É preciso que a Presidente Dilma saiba disso! Saiba disto: que a representação dos trabalhadores rodoviários vai se opor, em grandes mobilizações nacionais, a esse Governo que se prepara para dar essa rasteira na classe trabalhadora, depois de muitos anos da conquista dessa lei histórica!

É inconcebível – com todo o respeito às trabalhadoras domésticas: no recanto do lar, um sofá de luxo para se sentar e assistir televisão, e o direito a controle de jornada? E esse trabalhador que sai nessa estrada arrebentada, como no Estado de Mato Grosso, onde há 20 quilômetros que, há três anos, o Governo está dizendo que privatizou, mas o motorista leva duas horas para atravessar 20 quilômetros da cidade? E vêm, com uma manobra dessas, apoiar esse golpe do agronegócio, contra esse acordo histórico da classe trabalhadora e dos empresários do setor de transporte de cargas?

Não dá para aceitar.

E aí, vocês que estão aqui do movimento sindical, esta é a resposta que obtive dos sindicalistas do Estado de Mato Grosso – e há quatro aqui representados: "Nós não vamos apoiar esse Governo nas urnas!"

Esse recado, Paulo Paim, precisa ser levado à Presidente Dilma.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Essa é a posição do Silvio Marinho, representando a Federação dos Trabalhadores Rodoviários do Estado do Mato Grosso, dizendo que a lei é inadmissível e que todos os instrumentos possíveis e imagináveis serão usados para que ela não seja aprovada.

Agora que falaram companheiros do plenário, foram quatro, é o momento de nós darmos a palavra para a Mesa novamente. Cada um de seus membros terá o tempo de cinco minutos para suas considerações finais. Quanto aos encaminhamentos, percebo que não há discordância. Mas lerei antes de eles falarem e, se houver alguma discordância, poderão se posicionar.

Primeiro, por parte desta Comissão, ela entrará em contato com todas as centrais, estendo às Confederações também, para saber se são favoráveis ou não à lei; fazer uma listagem e deixar registrado aqui nos Anais da Comissão de Direitos Humanos, que lerei em plenário;

Dois, encaminhar pedido de audiência com o Presidente do Senado, Renan Calheiros – já mostrei o requerimento – para amanhã; sugerir que a lei seja discutida em plenário, antes da votação final, para que todos os Parlamentares dela tenham conhecimento. Aí vem a ideia, no quatro e no cinco aqui, da criação de uma Comissão-Geral.

E, por último, que esse projeto – vou encaminhar o requerimento – seja apensado ao Estatuto do Rodoviário, para que se discuta, então, dentro do Estatuto do Rodoviário, o que permitirá, claro, uma discussão mais ampla.

Quanto aos encaminhamentos, tranquilo? O.k.? Quero uma resposta do Plenário. *(Palmas.)*

Fale, Hamilton, pois esses vão ser os encaminhamentos.

O SR. HAMILTON DIAS DE MOURA – Eu falei agora há pouco com a Deputada Jô Moraes. Nós estávamos tentando falar com o Inácio Arruda. Então, sobre aquela reunião que seria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com a Frente...

O SR. (Não Identificado) – Sobre aquela reunião que seria com aquele grupo que faz parte da direção, se for possível para amanhã...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tudo bem. Estou à disposição. Quanto a isso, tudo bem. O.k.? Então, tem que anexar aqui, porque eu vou entrar com o requerimento para apensar o projeto que chega ao Estatuto.

O SR. HAMILTON DIAS DE MOURA – E o senhor pegar a nota taquigráfica de votação da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso aí não tem problema. Isso é mais burocrático. Tanto a reunião de amanhã e os encaminhamentos aqui são a médio e longo prazos.

Quanto à reunião de amanhã, fica o nosso compromisso de fazê-la com a ajuda de vocês, o.k.?

Como chegaram aqui muitos questionamentos, antes da fala e ao final, ainda lerei o Manifesto. Se todos concordarem, o Manifesto, aprimorado, será lido em plenário no Senado até mesmo hoje à tarde, quando poderei fazer a leitura.

Lerei aqui, rapidamente, alguns comentários:

> "Quando vão melhorar as estradas catarinenses? Nossas estradas são horríveis. Quando teremos um transporte público de qualidade e que atenda aos anseios dos catarinenses que moram no interior? Não aguentamos mais!
> A Lei 12.619 foi elaborada após uma Ação Civil Pública do Ministério Público do Trabalho, exatamente buscando humanizar a jornada de trabalho do motorista. A partir dessa ação, de forma inédita, trabalhadores e empregadores sentaram-se à mesa e negociaram um texto que regulamentou a profissão."

Outro comentário: Um texto consensual que, se não é perfeito, foi o possível após os 19 vetos da Presidenta da República, além das restrições e omissões administrativas. E recém completados dois anos de vigência, já querem acabar com ela sem consultar o trabalhador? Querem propor uma lei absurda [estou resumindo aqui o comentário]: jornada de até 12 horas, além do fracionamento do intervalo de repouso e a mitigação dos intervalos de descanso. Enfim, querem mascarar o controle de jornada, flexibilizando os intervalos e a jornada extraordinária. Não há avanço, apenas retrocesso. [Está se referindo à lei que veio da Câmara]. Além disso, é um desrespeito.

Outro comentário: A entidade, legitimamente representante dos trabalhadores e empregadores, como o CNT e CNTTT, que elaboraram o texto com a participação também de empregadores à época... Complementamos... Bem como com o Ministério Público do Trabalho que deu início a essa discussão que intermediou e construiu um acordo. Querem dar legitimidade a entidade de utilidades duvidosas.

Outro comentário: Atreladas ao setor patronal, mas insensíveis às condições dos trabalhadores, não há interesse no trabalhador, seja empregado ou autônomo, e, sim, em um segmento econômico que busca apenas o aumento da margem de lucro com a redução de custos na área de recursos humanos. Sacrifícios!

Outro comentário: o empregador, para compensar o custo da tributação, manutenção de equipamentos, tempo de escoamento da safra, enfim, transfere o custo significativo do transporte para o motorista, como se ele fosse culpado pela situação das estradas ou tributos. A Justiça do Trabalho vem reconhecendo a existência de uma espécie de dano moral, conhecido como dano existencial, que é o ato do empregador que tolhe o direito do trabalhador em ter uma vida social privada saudável. Com a nova legislação em discussão esse dano será irreversível.

Outro comentário: institucionalizado, o Estado legitimará tal dano ao trabalhador. Em um governo voltado ao trabalhador, no mínimo há uma contradição enorme, se concordar que isso aconteça. A questão é que tanto a CNTT e a CNT, ao discutirem a lei durante o ano de 2011 – posso dizer isso porque participei –, buscaram conjugar – está escrito aqui – o interesse dos empregadores e dos empregados, ou seja, contemplar os interesses econômicos e trabalhistas. Como disse Festino, o texto não é perfeito, poderá ser aperfeiçoado, mas não o que foi feito. Aí diz: porém, foi o maior avanço em décadas, em termos de transporte – a lei anterior que eles querem mudar. A lei deve ser sempre discutida, corrigida, aperfeiçoada, enfim, renovada, porém, sem perder as suas diretrizes, que são a saúde do trabalhador, a jornada digna, a garantia de uma vida social com os rendimentos obtidos no transporte. Enfim, últimos comentários. Ou seja, não viver apenas pelo trabalho, e, sim, gozar a vida em face do seu trabalho.

Porém, os autores dessa aberração querem cortar na raiz as conquistas alcançadas pela junção de interesses de pessoas diretamente ligadas ao trabalho. O tempo de espera, por exemplo, foi um efeito dessa junção entre interesses patronais e laborais. Foi um avanço histórico e amenizou os gastos dos empresários, por questões alheias à sua vontade. No caso, a demora para embarque e desembarque, e não prejudicou o trabalhador. Está se referindo ao que foi construído na lei anterior, que querem mudar. Uma mera consulta ao trabalhador evitaria um texto tão prejudicial.

Por que não fazem uma pesquisa nacional perguntando aos motoristas? Porém, é óbvio que não houve consulta nenhuma ao trabalhador e, sim, tentaram cooptar alguns, sequer do transporte, para apenas fazer claque. O trabalhador em transporte está sob risco altíssimo.

Ainda tem aqui os seguintes comentários. Eu sempre leio todos os que chegam aqui, sejam para o bem, sejam para o mal. Comentário do Rubens: o Estatuto dos Rodoviários, Cobradores, Motoristas e demais setores. Meu amigo Sílvio Marinho, advogado, defensor dos trabalhadores do Transporte Rodoviário do Mato Grosso, participou desde o início da luta junto ao MP pela jornada de trabalho tem razão. Comentário: a saúde do trabalhador é também a saúde da população. A qualidade de vida é um bem e tem de ser coletivo, não é possível querer individualizá-lo.

Normalmente, quando o motorista, após passar o efeito de seu rebite para cumprir a jornada imposta, ao se envolver em um acidente, leva a vida de terceiros, ou seja, até quem não trabalha é vítima da situação do transporte. É um problema social, coletivo, de interesse público. Está dizendo que o rebite acaba causando acidente pelo excesso de carga horária.

Se o Senado insistir em votar, em regime de urgência, o texto aprovado pela Câmara, só resta às entidades legítimas e sérias pararem o País, independentemente de o período ser de Copa ou não. Não parar por interesses pelegos e, sim, em prol do trabalhador.

Estou lendo o que chegou aqui, viu, pessoal? A responsabilidade toda é de quem escreveu. Fábio Freitas: essas rodovias estão cada vez piores. Um exemplo são as rodovias de Minas, que todo dia matam um monte de gente. Na verdade, é muito blá-blá-blá e esses políticos nunca arrumam nada; rodovias sucateadas em todo o País.

Marcelo Menezes. Mais estradas já, já, já, já! Mais estradas já!

Radares! Fiscal de trânsito! Postos de saúde! Estágios nas empresas! Recolha os moradores de rua!

Edson Vieira. Mande os Senadores andarem pelas ruas da estrada do Brasil, daí verão se querem aprovar essa lei na Câmara.

José Soares da Silva. O cidadão parabeniza o pronunciamento dos sindicatos e do presidente da Confederação de Trabalhadores de Transportes do Sul. Aqui registra a importância do Castrinho. Viu, Castrinho? Aqui tem um fã seu. Quero destacar a presença do Castrinho nesta reunião.

Maria de Fátima Anselmo Adelman.

A cidadã manifesta sua opinião favorável a respeito da redução da carga horária de oito para seis horas, tema debatido na audiência pública sobre mobilidade urbana no Brasil no século 21, na ótica do Estatuto do Rodoviário, televisionado na segunda-feira, hoje no caso. Segundo ela, essa redução evitará o cansaço do funcionário além de gerar melhor rendimento do trabalho.

A Maria de Fátima está cumprimentando a audiência pública e o debate que aqui está se dando.

Por fim, os Senadores que apreciarão este texto podem perguntar ao Dr. Paulo Douglas, que foi o autor da ação civil pública que culminou na 12.719. Qual foi a sua motivação? Ele está aí na audiência pública. Perguntem sobre a viúva do marido vivo.

Hoje, o setor do transporte é o campeão em acidente de trabalho. No ano passado, o TST dedicou o ano inteiro assegurando trabalho a rodoviário. A Lei nº 12.719 surgiu da insegurança do trabalhador. E agora eles querem flexibilizar às custas das mortes. E daí Senadores, vocês vão ser coniventes com isto? Eu não.

O Eduardo Charles Alves diz: Senador, pergunta ao Sr. Luiz Antonio como é permitido o motorista de coletivo dirigir... aquela história do troco.

Aqui as últimas duas. O cidadão sugere que as empresas de transporte promovam um exame de prevenção de saúde para seus motoristas a cada ano, pois segundo ele a carga de trabalho é muito excessiva, o que contribui para o desencadeamento de estresse e acidentes.

Como bem disse o Dr. Paulo Douglas, não é hora da CUT tomar uma postura... Vou ler como está aqui: "Como disse o Dr. Paulo Douglas, não é hora da CUT tomar uma postura pública, definitiva, oficial, contrária à mudança da lei? Um ponto de interrogação claro, ele está perguntando. Ele espera que a CUT tome uma postura oficial, para que não fique nenhuma dúvida quanto à posição da CUT em relação à proposta que está vindo da Câmara.

Finalmente, o cidadão solicita uma fiscalização maior no cumprimento do horário de trabalho e na reposição de horas-extras, adicional noturno e descansos semanais. Solicita ainda melhores condições de infraestrutura nas rodovias, principalmente nos Estados do Pará e Tocantins, onde há um abandono total. Reclama que todo ano é feito o reparo nas rodovias, o que considera um desperdício de verba pública, pois o asfalto é de péssima qualidade. Informa que pode provar a situação e a forma de como o asfalto é feito.

Ele reclama que é feito lá os tapa-buracos usando material de pouca qualidade para no outro ano ter que fazer tudo de novo.

Essas foram as inúmeras pessoas. Não li o nome de todas elas, mas fui lendo o que elas disseram. Agora vamos voltar aos nossos convidados, para que cada um deles possa, durante cinco minutos, expressar o seu ponto de vista, não só sobre a audiência, mas também sobre os questionamentos que vieram do plenário e também os que eu aqui li.

Confesso que não li todos porque não havia condição, mas todos iam na mesma direção, ou seja, questionando a lei que vem da Câmara e exigindo que o Senado não aceite o projeto que vem de lá.

Como antes eu comecei com o Dr. Omar e o Faustino, agora vou inverter: vou começar do último para o primeiro. O último aqui é o Sr. Eduardo Guterra, Secretário-Adjunto da Saúde do Trabalhador. O senhor tem cinco minutos para o seu ponto de vista e as considerações finais.

O SR. EDUARDO GUTERRA – Bom, a questão é a seguinte, não sei se os companheiros conhecem, mas dentro da CUT, da nossa Central Sindical, temos uma discussão chamada macrossetor. Temos quatro macrossetores dentro da CUT: o macrossetor da indústria, que junta metalúrgico, petroleiro, químico, enfim; o macrossetor que cuida da questão do pessoal do campo, os rurais, o pessoal da agricultura familiar; o macrossetor do funcionalismo público; e o macrossetor de comércio, serviços e logística.

Essa discussão que temos aqui hoje, nós tratamos na CUT com todos os trabalhadores do setor de transporte. Então, não falamos lá só sobre rodoviário autônomo ou empregado. Temos uma visão de classe, temos uma visão de ramo. Por isso, fomos procurados pelos trabalhadores autônomos, fomos procurados pela CUT. Este que fala a vocês aqui desmente qualquer participação desse senhor que vocês falaram em reuniões dentro da Central Única dos Trabalhadores. Eu fui uma das pessoas que participei da organização de dois seminários. Em momento nenhum esse cidadão esteve dentro da CUT. Em momento nenhum esse cidadão esteve na sede da CUT, onde...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Até respondendo a quem fez a pergunta, podemos dizer aqui que você, que a representa, como Secretário Adjunto da CUT nacional, assume que a CUT não concorda com esse projeto...

O SR. EDUARDO GUTERRA – Deixa eu... Foram feitas muitas respostas, um monte de informação, eu vou chegar lá. (*Palmas.*)

O SR. EDUARDO GUTERRA – Só que antes de fazer essa pergunta, foram feitas muitas considerações e afirmações e me sinto no direito de responder. Quero essa condição, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vai lá, vai lá. Calma, pessoal. Ele está respondendo... Só para ajudar no encaminhamento.

O SR. EDUARDO GUTERRA – Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É que veio uma pergunta aqui pedindo que a CUT – essa pessoa é cutista, pelo que percebi da leitura –, dizendo que gostaria que a CUT deixasse claro que não concorda com o teor na íntegra do projeto que vem de lá. Foi isso que ela pediu. Você responde na hora em que entender adequado.

O SR. EDUARDO GUTERRA – Está bom. Então, a questão é essa: houve dois seminários dentro dessa discussão de macrossetores. O primeiro foi específico para essa discussão de autônomo. Lá, nós discutimos a regulamentação do frete, que abriu um grande debate sobre essa discussão. O frete, hoje, Senador, beira muito a questão do agiotismo, a forma como é cobrado e estabelecido no Brasil. O motorista fica à mercê dessa condição de pegar uma folha... Às vezes, para tomar banho num lugar, você tem que ter o frete, para se alimentar num lugar você tem que ter o frete. Então, nós discutimos isso lá.

A outra coisa que discutimos: seminário de requalificação e qualificação desses trabalhadores. Hoje há um modelo de treinamento de trabalhadores, quando chega um veículo novo. Muitas vezes, o trabalhador não tem condições de operar aquele caminhão, porém, há uma demanda muito grande, em função de novos caminhões, de novas tecnologias. Isso foi discutido naquele seminário. A questão da discussão da dificuldade das paradas, porque não é só a questão do descanso em si, a questão das paradas. A importância da questão das paradas. Tem prostituição, tráfico de drogas, sem contar a falta de infraestrutura para que o trabalhador, o motorista tenha condições de fazer uma parada.

Então, esses dois seminários discutiram isso. No primeiro seminário, realmente, esse cidadão, cujo nome vocês falaram, que não quero repetir, esteve. Assim como, no segundo, esteve a Sula Miranda, que é a madrinha desses caminhoneiros. Ela se propôs a ir lá, nós vamos impedir que ela vá? E foi muito bem recebida, ou vocês não iriam receber bem a Sula Miranda?

Isso é uma coisa. A outra questão que foi falada do companheiro Vicentinho, viu, Pestana. Você sabe que Vicentinho é autor de um projeto de lei que proíbe a dupla função. Então, é um companheiro que está afinado com a gente nessa discussão. Pode ser que você, como Líder de Governo numa Casa como esta, você tenha que negociar, dialogar, como representante do Partido dos Trabalhadores na Câmara; e tenha que dialogar com todos os setores.

E não é mentira nem novidade para ninguém a força que o agronegócio tem aqui dentro. Nós sentimos isso na questão portuária porque você estava junto, e você sabe o debate que tivemos aqui com a maior representante do setor do agronegócio. Aqui nesta mesma sala. Art. 14, pois é.

Então, eu queria deixar bem claro para vocês. A gente tem que ter cuidado quando falar da CUT. Não vão pegar uma discussão pontual e importante como essa e questionar a CUT, a história da CUT na luta em prol dos trabalhadores. Ela hoje representa 35% dos trabalhadores no Brasil. É a maior central deste País.

Essa discussão é importante. Estou conversando com o Dr. Paulo Douglas, e acho que houve muita discussão, muita disputa nesse debate, que pode ter causado esse mal-estar.

Veja bem, eu não estou escalado aqui para falar em nome da CUT, tanto que quando houve esse questionamento em nome da CUT, imediatamente mandei um torpedo para o secretário da CUT nacional, o companheiro Sérgio Nobre, porque o Vagner e a direção da CUT estão viajando. Estão em um congresso onde vamos eleger o João Felício Presidente da Confederação Internacional de Sindicatos. Mas, imediatamente eu o acionei, para conversarmos sobre isso.

Agora, a minha posição enquanto dirigente sindical da CUT nacional é de que podemos trabalhar para reverter esse processo. Eu me proponho a discutirmos... A CUT nunca foi favorável a que um projeto de lei como esse se transformasse em um instrumento, não é?... que todos aqui falaram.

Eu sou contra esse projeto de lei do jeito que está aí, agora, precisamos reconstruir essa discussão porque, se ela chegou nesse ponto, Senador, algum motivo houve, alguma disputa houve. E eu posso falar de cadeira, o senhor é testemunha, o meu amigo Osmar é testemunha de que eu participei de duas reuniões na Casa Civil discutindo isso, e eles estavam lá.

Em momento nenhum, nós representantes da CUT fizemos qualquer negociação que possibilitasse a mudança dessa lei da forma como está. E me comprometo em, hoje à tarde ainda, chegarem aqui nesta Casa os dois documentos que nós tiramos desses dois seminários. Em nenhum momento nós apoiamos a mudança na lei, em nenhum momento nós rechaçamos a lei ou o acordo que foi aprovado aqui nesta Casa.

Era isso o que eu queria dizer para os companheiros. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pessoal, então, para que fique nos Anais da Casa, para mim é o preto no branco, porque eu sou preto, e aqui a maioria é branca. Deixe-me dizer, o que ficou aqui, no meu entendimento, é que o Secretário da Saúde do Trabalhador Adjunto, Eduardo Guterra, disse que não concorda com essa lei da forma como ela chegou aqui.

O SR. EDUARDO GUTERRA – Não concordo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele não concorda e vai levar essa posição para as instâncias da CUT. E, ao mesmo tempo, ele disse que, em nenhum momento, nos seminários, foi discutida a aprovação dessa lei. Ok, pessoal? É isso o que vai constar. E quando eu falar no plenário, direi isto: que nos seminários citados, nunca foi citado, e o representante da CUT do Rio Grande do Sul, em nível nacional – apenas como esclarecimento – esteve aqui e disse que essa posição não foi, segundo ele, discutida pelas instâncias da CUT e que ele não concorda com o teor do projeto que chegou aqui no Senado, o.k.? Limpou a área?

Agora fala o Claudir, Presidente da Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, para complementar, porque vai na mesma linha e eles dividiram o tempo de fala.

O SR. CLAUDIR NESPOLO – Muito bem, Senador. Confesso que estava impaciente porque escutei as sucessivas falas tentando desmoralizar a CUT. Fiquei muito indignado e me deu vontade de sair da Mesa.

Confesso-lhe aqui, porque a gente tem uma história, uma prática, uma concepção sindical que não é inventada de um evento para o outro. É uma linha de coerência que nos traz desde a fundação da CUT, e a mantemos inclusive com, eventualmente, expulsão de alguns dirigentes que se atrapalham do ponto de vista da concepção sindical. Então, fiquei bastante preocupado.

Agora, o Guterra já esclareceu alguns pontos, e eu vou dizer para vocês que a nota da CUT está muito clara. É só abrir o Facebook e ver a nota do dia 22/05/2012. A CUT nacional se manifesta sobre o projeto na íntegra, na forma como foi aprovado, e questiona coisas que ficaram fora desse projeto.

A CUT cobra nessa decisão por que ficou fora a aposentadoria especial? Desse projeto que alguns querem defender, que acham que é a maior maravilha do mundo, que eu acho que tem que defender, porque, se ele progredir, pode ser um atraso pior ainda, mas não consta ali aposentadoria especial, não consta ali que a CUT queria manutenção no transporte urbano do cobrador ou do agente de bordo. Não consta. Nós peleamos para que constasse. Não consta.

Então, é óbvio que a CUT junto com o seu setor da área de transporte vai fazer debate no sentido de aprimorar a lei. Agora, pela primeira vez, venho a um evento escutar que a CUT está traindo o trabalhador. Nunca escutei isso na minha vida. Viajei quase 1.100 quilômetros para vir aqui prestigiar uma agenda fundamental para uma classe que está no meio daquilo que chamo do gargalo do crescimento do Brasil, está no meio ali. Se vocês estão pagando o preço, o pato, e eu falei aqui no início, esse crescimento do Brasil que tem que ser esticado, o Brasil merece, precisa chegar a esse outro patamar, não pode ser à custa do sufoco que vocês levam na direção urbana e na estrada. Aí, precisa-se abrir os caminhos para melhorar a legislação e não atrasar.

Então, quero completar a fala do Guterra, que, se a CUT não tem uma posição clara a respeito desse assunto, terá no próximo período. Sei também que há muito ciúme da CUT, lamento muito, mas tem ciúme da CUT. A CUT fez esse seminário a que ele se referiu aqui, foram dirigentes sindicais de outras centrais querendo conversar com a gente. Perfeitamente plausível que haja um certo ciúme de algumas falas aqui, que eu respei-

to, deduzo e coloco no devido lugar. E reafirmo aqui o compromisso da Central com aquilo que é o PLS 271, que tem que entrar com vigor.

O debate aqui não pode se reduzir à Lei 12.619, em que pese ser fundamental não ter retrocesso a ela, que já é pequena, menor do que a gente queria. E quero reafirmar os termos do PLS 271, incluindo, portanto, uma condição melhor para os trabalhadores rodoviários, para os trabalhadores motoristas e para quem opera o transporte rodoviário em âmbito urbano, porque esse passivo tem que ser encerrado e colocado sob outra perspectiva da dignidade humana. Com isso o Brasil todo pode entrar numa nova fase de crescimento, com respeito, com dignidade para quem segura o dia a dia para que as coisas aconteçam como devam acontecer.

Um abraço. A gente segue na luta como sempre esteve. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Claudir Nespolo, Presidente da Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, que reafirma as palavras de Eduardo Guterra quanto à posição da CUT sobre este tema. E deixou claro que o projeto, que hoje é lei, não é um projeto perfeito. Claro que todo mundo aqui concorda com ele, tanto que, no projeto original, nós tínhamos colocado aposentadoria, colocado todas as outras vantagens para o trabalhador. Mas, enfim, o acordo possível para a votação foi o que está aí. E ele foi muito feliz dizendo que agora a preocupação é que esse que está vindo da Câmara piora aquele que já não era o ideal. Esse vem e piora. Por isso a posição dele vai na mesma linha do Eduardo Guterra querendo que haja um amplo debate.

E como está proposto aqui nos encaminhamentos que fiz, que este projeto seja apensado ao Estatuto. Uma vez apensado ao Estatuto, nós vamos trabalhar, inclusive, com a aposentadoria especial.

Então, acho que vamos sair daqui com uma linha de unidade com todas as centrais, pedindo que esse projeto seja apensado ao Estatuto do Rodoviário. E vamos fazer um único debate. E a própria lei atual pode ser inserida no Estatuto no momento da sanção. Foi assim que fizemos com o Estatuto do Idoso. Existia a Política Nacional do Idoso, nós não a alteramos a pedido dos setores que haviam formulado, mas fizemos todo um arcabouço e a colocamos com os avanços dentro do Estatuto. Se nós conseguirmos fazer isso, teremos uma única lei, que será o Estatuto dos Rodoviários. Ali estará tudo que interessa ao conjunto da classe trabalhadora.

Claro que para passar uma série de questões, terá que haver muita mobilização, muita pressão; por exemplo, a própria aposentadoria especial. Nós só conseguimos aprovar e conseguimos a sanção depois que tivemos de atender a um pedido de que não constasse ali, porque a Previdência queria aprofundar mais a questão do cálculo dos gastos que teríamos, então, estamos caminhando bem.

Eu ia dizer, Claudir, que, em nenhum momento, eu achei que tu irias levantar da mesa, tu és o homem do bom combate, tu fizeste isso aqui como uma forma de expressão. Eu duvido que ele levantasse da Mesa; ele iria pelear até o fim defendendo as posições em que ele acredita e que, para alegria nossa, estão convergindo todos na mesma linha.

Agora eu passo a palavra para o Dr. Paulo Douglas Almeida de Moraes, membro do Ministério Público do Trabalho, seguindo aqui a lista.

O SR. PAULO DOUGLAS ALMEIDA DE MORAES – Mais uma vez, agradecer a oportunidade e dizer, até para responder à nossa internauta, que, de fato, essa questão derivou de algo aparentemente singelo, mas que denota, com muita clareza, a magnitude de tudo o que estamos debatendo.

Uma senhora, a qual não conheci, buscou um médico do trabalho, o Dr. Lamberto, dizendo-se viúva de um marido vivo, no Mato Grosso. E ela dizia que era viúva de um marido vivo porque o marido se encontrava drogado, viciado em drogas – ela acreditava ser rebite –, e veio pedir ajuda ao médico do trabalho, que nos buscou, procurou-nos na Procuradoria do Trabalho do Município, lá em Rondonópolis.

Nós fomos às rodovias, então, testar urina de motoristas, Senador; ficamos de 22 horas às 5 horas da manhã, em uma oportunidade; mais uma vez, durante a madrugada, em Diamantino, e o resultado dos testes demonstrou que, na verdade, aquela senhora era apenas um exemplo do que acontece com um terço dos motoristas deste País. E ela só se equivocou em um ponto: ela acreditava que o esposo estava viciado em rebite, mas, na verdade, a grande maioria dos motoristas, segundo os testes, são viciados em cocaína; eles têm que usar cocaína para conseguir ficar acordado.

Fizemos outro teste, em 2012, e novas pesquisas no Brasil todo dessa vez. A situação de 2007 para 2012 se agravou drasticamente. Agora os motoristas estão utilizando metanfetamina, além da anfetamina, que é o famoso rebite, misturada com a cocaína; misturada! Alguns deles, 8% dos com positividade apontada nas pesquisas, nos testes clínicos, utilizando barbitúrico. Motorista agora tem que usar remédio para dormir também, ele não consegue; ele tem que usar remédio para ficar acordado e remédio para ficar dormindo.

Então, essa senhora, essa viúva de um marido vivo, foi a feliz busca de socorro dessa senhora que deu um impulso a mais nesse debate e acabou culminando com a Lei nº 12.619. Uma norma, como já dito, que representa um grande avanço, embora não exista ainda norma perfeita; a nossa Constituição já teve inúmeras emendas.

O que se discute aqui, na verdade, é que uma eventual revisão de uma norma como essa, de tamanha importância, não pode ser feita à luz do interesse daqueles que colocam o lucro na frente da vida, que colocam o dinheiro à frente da vida. Assim, que façamos a discussão, que façamos o aperfeiçoamento, mas que façamos com o devido cuidado.

Os encaminhamentos que V. Exª está propondo vêm ao encontro dessa finalidade, desse cuidado. V. Exª sabe muito bem aquilatar a vida, isso ficou muito claro. E disse, e usou uma expressão que eu acho que resume tudo isso neste momento: unidade. E eu dizia aqui ao Eduardo Guterra que o Ministério Público do Trabalho se coloca à disposição do movimento sindical para atuar como um fomentador, um indutor dessa unidade, que é tão importante, talvez nunca tenha sido tão importante na história dos trabalhadores rodoviários deste País.

Temos que colocar disputas sindicais de lado quando a vida do trabalhador está em risco, e o Ministério Público do Trabalho, portanto, se coloca à disposição para colaborar nesse intento na busca dessa unidade tão importante.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Paulo Douglas Almeida de Moraes, membro do Ministério Público do Trabalho.

Permitam-me um comentário rápido. Estou aqui há quase 30 anos graças a vocês todos; eu posso dizer que todos, de uma forma ou de outra, colaboraram para que eu estivesse aqui durante quase três décadas, porque eu cheguei aqui na constituinte. Foram dois anos. Entrei como Deputado Federal Constituinte. Foram dois anos e, depois, mais 25 anos de atividade; agora 28 anos.

Aqui já é difícil aprovar um projeto, calculem se nós tivermos de dividir isso. Se tivermos de dividir, aí é que não se aprova nada mesmo, em prol do trabalhador. Se for contra, aprova, pode saber, porque, se tivermos de dividir, eles aproveitam e acabam aprovando questões que não são de nosso interesse. Canso de pegar projeto quase que pelo rabo; quando está quase indo, aí entro com requerimento, consigo suspender, seguro. Nós temos que ter claro que aqui – se fala tanto em Arena agora, é Arena para cá e Arena para lá – é uma arena de jogo muito pesado, então essa palavra que eu teria buscado aqui e o Dr. Paulo Douglas reafirmou é fundamental, pessoal.

Devemos conseguir a unidade de todas as centrais e confederações em cima de um único projeto. Chegou aqui, agora – e não vou me negar a falar, mas não vou me posicionar, sobre isso são vocês que vão depois debater –, a proposta de um estatuto do caminhoneiro autônomo; é praticamente uma proposta, contém artigo por artigo. Ele foi muito educado, está pedindo que eu analise e dê uma resposta. Isso é algo que nós vamos ter que discutir num outro momento, porque, na verdade, a intenção, dentro do estatuto do rodoviário, era ter um capítulo, que seria o melhor caminho, que talvez contemple o que ele quer. Ter um capítulo com algumas questões que são do autônomo, especificamente, nós sabemos disso.

Então, respondendo já ao Luiz Augusto: Luiz Augusto, claro que vou analisar, com o maior carinho, a tua proposta; é a proposta mesmo de um estatuto.

Qual o caminho mais adequado? Termos um capítulo dentro do estatuto que trate da questão do autônomo, pelas suas questões específicas, e sem prejuízo, porque o que percebo no debate dessa lei? Onde é que está o maior problema? Os autônomos são os que mais estão se mobilizando em relação à lei que está aí, com base no agronegócio. Pelo menos foi o que percebi. Agora, não podem, com esses setores da economia, os autônomos apresentarem uma lei que vai trazer um prejuízo global para todos os profissionais que atuam nessa área. Então, acho que o melhor caminho seria jogarmos tudo para dentro do estatuto dos rodoviários e com capítulos específicos. Claro que o taxista, por exemplo, vai ter um capítulo específico ali dentro. Claro que o transporte de passageiros é uma coisa e o transporte de cargas é outra coisa. Então, nós pretendíamos, e é esse o objetivo, dentro do estatuto, tratar de toda a questão do transporte tanto na área rural quanto na urbana, mas dividindo por capítulo, respeitando as diferenças. Seria o melhor caminho no meu entendimento para chegarmos ao final num acordo.

Mas, agora, seguindo a ordem, fala o Sr. Luís Antônio Festino, do Grupo de Trabalho da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FESTINO – Senador, dificilmente, nessas audiências, procuro debater o tema e o assunto, mas eu queria só fazer um esclarecimento nessa questão polêmica da participação. Não estou falando aqui da CUT como um todo. Eu faço parte do Fórum Nacional de Saúde e Segurança do Trabalhador das Centrais Sindicais. Talvez onde haja mais convergências das centrais seja na saúde do trabalhador, e o Guterra também faz parte.

Essa questão da posição da CNTT-CUT, não estou falando aqui posição da CUT, mas CNTT-CUT, nós denunciamos no dia 8, confirmado setor da CUT – setor –, através de uma discussão com o Deputado Vicentinho, que colocou para os Deputados Gustavo Petta, Jô Moraes, Ademir Camilo, que ele estaria ali defendendo a

posição que a CUT estava defendendo. Ele falou ali a CUT. E que a defesa era o que eles estavam apresentando para ele. E nós fizemos essa denúncia, que vou passar para o Senador, isso foi divulgado, e o mais estranho foi que no final, na votação, quem fez a defesa da mudança da lei, por dez minutos, quando fala, por dez minutos, um pró e um contra, foi o Deputado Vicentinho. Não é nada contra a CUT, mas foi uma posição tomada por setores da CUT. Então, vamos passar para o Senador Paim.

Outra questão, o Senador me passou aqui uma pergunta sobre a dupla função e o Claudir falou da questão da aposentadoria. Qual foi a nossa discussão na questão do PL inicial do Deputado Tarcísio Zimmermann com a questão da lei que foi aprovada através do substitutivo? O Deputado Tarcísio Zimmermann colocava para a gente que você não faz omelete sem quebrar os ovos e que tudo aqui dentro você tem que discutir. A princípio, durante anos, nós ficamos discutindo consequências para o trabalhador, aposentadoria especial, penosidade, seguro. Ficamos discutindo só as consequências. Quando chegou a discussão ao Senado, nós percebemos que nós temos que combater as causas e as causas estão onde? Estão em todos os setores, como você falou. Não estão em um setor somente.

A gente fala muito aqui do transporte de carga. Eu tenho aqui uma nota do G1, uma matéria publicada em 18/04, "Ônibus interestaduais se envolvem em acidentes a cada 16 horas no País." Os ônibus interestaduais são os ônibus de passageiros. Então, todos os setores estão envolvidos.

E também uma grande vitória foi colocar a situação no Código de Trânsito, porque aí você passa a discutir o autônomo, o servidor público, porque não é só o autônomo. O motorista que está no serviço público, lá na cidade de Porto Alegre, ele pode ter uma jornada diferente daquela do motorista que está com uma carteira registrada ou do autônomo se a regra de trânsito é igual para todos?

Então, a lei teve o grande mérito de ser para todos os motoristas, para mais de cinco milhões de motoristas, o que é muito questionado. Não é só pelo agronegócio. A CNI também fez muita pressão dentro da Câmara, porque ela não quer discutir a questão do trabalhador que está trabalhando lá na indústria, do motorista que está na indústria. A CNC não quer discutir a questão do motorista que está lá no seu comércio. Por isso é que a lei tem este grande mérito: ela é um avanço nesse sentido.

Foi feita essa mudança de consequência para causas. A questão da dupla função está presente no projeto do Deputado Tarcísio Zimmermann, está presente no Estatuto do Motorista. Já estava previsto a gente fazer uma série de reunião sobre o Estatuto do Motorista e discutir setorialmente cada categoria, com todos os seus problemas.

Está presente aqui o pessoal do Motofrete. A lei também abrange o Motofrete, porque abrange todos os motoristas, não só aqueles com vínculo empregatício, mas aquilo que está lá no art. 7º, é o que está lá, ou seja, aqueles que tenham a função remunerada. Então, não interessa onde ele está. São todos os motoristas. Então, a dupla função está lá e continua.

Com relação à aposentadoria, nós vamos continuar discutindo isso no Estatuto. Acho que temos que discutir mesmo.

Para encerrar, eu queria colocar aqui uma questão. Eu fiquei contente por o Ministério das Cidades estar presente, porque durante todo esse processo o Ministério das Cidades esteve ausente. Por incrível que pareça, na hora de discutir a Resolução 405, que regulamentou a lei, só o Denatran participou e está participando só em nível federal. O Ministério das Cidades, até o momento, não soltou uma nota sequer para os Municípios, para os Estados. Nós vimos uma ausência total. Ministério dos Transportes, ausência total. Deixaram para a Casa Civil decidir tudo. Há nota técnica do Ministério dos Transportes, Senador, que coloca o seguinte: "Olha, o assunto está com a Casa Civil." Se o assunto é transportes não será a Casa Civil que decidirá o destino do trabalhador.

Para encerrar, Senador, queria entregar aqui, como contribuição para o manifesto que vai ser feito, a Carta de São Paulo, que foi o Fórum Nacional, que nós discutimos. Esse é um texto que apresentaríamos como contribuição. Está no manifesto. Já é uma posição dessas várias entidades que falei, esperando que a gente consiga brecar e apensar ao Estatuto esse PL nº 4.246.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Luiz Antônio Festino.

Para complementar ainda pela CNTTT, o Presidente desta Confederação, o Sr. Omar José Gomes.

O SR. OMAR JOSÉ GOMES – Grande Senador Paulo Paim, demais companheiros, líderes sindicais, companheiros das Federações, componentes desta Mesa, em primeiro lugar, quero dizer que esta audiência foi primordial no momento. Todo apoio ao Senador Paim em convocar esta assembleia.

Outra, hoje estou satisfeito de ouvir aqui a opinião de dois membros da corte, mas, lamentavelmente, e já foi dito pelo Festino, no dia da votação, o Deputado Vicentinho, na hora que começou a falar disse: "acabei de falar com o Paulinho, o Conselho dele e meus companheiros vamos votar sim". Se está gravado, está lá na gravação deste dia.

Então, faço um apelo aos dois companheiros da CUT aqui para que ver se o Vicentinho pode rever a sua posição em relação ao nosso projeto.

E quero também dizer para o Senador, eu sou Presidente da Confederação, o senhor disse que ia telefonar, já estou dando o meu sim. E também sou Vice-Presidente Nacional da Força Sindical, também já estou dando sim à sua pergunta.

Muito obrigado a todos os companheiros. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. O Sr. Omar José Gomes, que é Vice-Presidente da Força Sindical, da Nova Central. Mas o senhor falou Força. Eu fiquei na dúvida também. Então é da Nova Central. E deixou clara a posição da Nova Central. Já ajuda para a consulta que vamos fazer.

O SR. OMAR JOSÉ GOMES – Três requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu só queria esclarece o seguinte: Câmara é Câmara, Senado é Senado. Por isso é bicameral.

Quanto ao debate que houve lá, e sei que houve emendas que foram rejeitadas, todo esse debate vai ter aqui. E é natural que aqui o projeto seja modificado. Não razão, porque aqui é a Casa revisora, senão não teria sentido existir o Senado.

Acho que o bom debate continua. E vamos fazê-lo aqui no Senado, de preferência sob a ótica dos encaminhamentos que aqui tiramos, para que saiam no final fortalecidos quem? Os trabalhadores e trabalhadoras que atuam na área do setor rodoviário. Esse é o objetivo.

Antes de passar a palavra ao próximo convidado, vou ler aqui até para os que faltam falar caso queiram comentar.

Precisamos ainda de mais investimento no transporte público, como a construção e inspeção das linhas de metrô, mais valorização dos motoristas e cobradores de ônibus, construção e revitalização de ferrovias pelo País.

Motorista é motorista, é uma única profissão. A relação do trabalho é outra história.

As linhas mestres da profissão são únicas, sendo que a cada espécie de relação de trabalho há sim, claro, estou lendo aqui, as suas particularidades. A regulamentação profissional é única.

Reconhece que há diferenças, que na regulamentação isso possa ser ajustado.

E também é urgente, necessário uma política de Estado nacional sintetizado num SUS do transporte coletivo rodoviário urbano.

Vamos ao Sr. Fernando Araldi, Ministério das Cidades.

O SR. FERNANDO ARALDI – Obrigado.

Nessas minhas considerações finais, queria ressaltar a importância do trabalhador no transporte público. Não existe transporte público sem o rodoviário, sem motorista – ressalto, mais uma vez, a importância! Acho que tem que ser discutido, e esta audiência propicia essa discussão em cima de uma alteração de uma legislação – acho que é importante que haja essa discussão!

Quero ressaltar aqui que o Ministério das Cidades trabalha para a melhoria das condições do trabalhador. Quando colocamos investimento em infraestrutura de sistema de transporte, estamos propiciando ao trabalhador do serviço de transporte melhoria; quando colocamos um VLT, que é um sistema de transporte numa linha segregada, diminui-se a tensão do trânsito; quando se colocam faixas exclusivas de ônibus, propicia-se aumento da velocidade do transporte e o trabalhador ganha redução de tempo, para chegar no seu trabalho – isso está visando aumento da qualidade de vida do trabalhador. Então, o Ministério das Cidades tem essa preocupação.

Uma segunda preocupação que o Ministério busca solucionar é a redução de tarifa do sistema de transporte. Hoje, há uma grande discussão para que mude a forma como é feita a tarifa no País, com a melhoria da tarifa, a redução da tarifa. Então, há uma grande discussão.

Quanto ao controle e participação social, o colega trouxe a resolução do Comitê do Conselho das Cidades. É importante que o Conselho das Cidades, que exerce o controle social, estenda-se aos Municípios e aos Estados, para que tenham essa participação social na discussão da mobilidade urbana. No âmbito nacional, já está bem consolidada, dentro do Ministério das Cidades, o Conselho das Cidades, mas acho que tem que ser estendida essa participação social aos Municípios, para que seja discutida a sua realidade.

Outra coisa que gostaria de colocar é que tudo isso faz parte de um pacto pela mobilidade urbana sobre o qual o Governo está discutindo hoje, para que esse pacto seja nacional, entre Estados, Municípios, entre os trabalhadores, entre toda a Nação – que se discuta esse pacto! E o pacto é dividido em três eixos: um é a qualidade; o outro é a tarifa; e o outro é o controle e a participação social. Então, é importante que isso seja discutido dentro da Política Nacional de Mobilidade Urbana, que é um marco regulatório importante.

Queria frisar, mais uma vez, porque é pouco divulgado no País, a importância de os senhores conhecerem esse marco regulatório, que traz todos os deveres, os princípios e as diretrizes. E, mais uma vez, agradeço a oportunidade de estar aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Este é o Sr. Fernando Araldi, que aqui falou em nome do Ministério das Cidades. Meus cumprimentos pela presença. Sempre digo que o pior dos mundos é não vir, quando fazemos um convite ao Ministério, mas não participa – concordando ou discordando, o Ministério está aqui presente!

Então, os meus cumprimentos ao Ministério das Cidades, que se fez presente, ouviu e percebeu que há, de fato, uma discordância grande em relação ao projeto que está vindo da Câmara dos Deputados. Claro que não cabia ao senhor assumir aqui uma posição ou outra, mas o importante é que ouviu. Espero que o Ministério dos Transportes também – sei que estão assistindo a esta audiência pública – perceba que esta matéria exige muito cuidado no tratar dela, porque, só nesses dois manifestos que tenho aqui, no mínimo, 70% do movimento sindical se posiciona claramente contra o manifesto, somando todas as entidades que estão aqui. Isso não quer dizer que outros não poderão, oficialmente, também, se manifestar. No Rio Grande do Sul, pelo que eu vi, pelo menos das entidades que mandaram, é unânime. Aqui o Claudir me dizia que sindicatos filiados à CUT – ele é o presidente do Rio Grande do Sul – assinam esse manifesto. Esse manifesto é mais duro, inclusive, que esse outro manifesto que me chega neste momento.

Vou passar a palavra ao delegado sindical do Sindicato dos Rodoviários do Estado do Rio Grande do Sul, Alceu Weber.

O SR. ALCEU WEBER – Mais uma vez, eu gostaria de reiterar o agradecimento da estada, do calor com que têm nos conduzido nesta cidade; agradecer a todas as pessoas das delegações que vieram de Minas Gerais, Belo Horizonte, Goiânia, São Paulo, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o pessoal do Rio Grande do Sul, que veio conosco, porque é nessa linha que temos de seguir.

Acho que foi falado aqui em disputa, mas ela vai acontecer na hora certa, quando tiver que acontecer, com o seu teor adequado. Mas quando a pauta que está em jogo é a vida e a saúde dos trabalhadores, a disputa tem que ficar de lado, e a gente tem que se juntar em prol de um único objetivo, resolver esse problema, que é muito mais do que social. Ele é uma questão de hombridade. Aqui do meu lado, há um senhor que, há 40 anos, tem se empenhado por isso. Então ele sabe o valor que tem a vida do trabalhador no transporte coletivo e também de carga, em todos os outros segmentos rodoviários deste País.

Então, é nesse sentido que eu gostaria de chamar a atenção que estamos aqui juntos para unir essas forças, para dar as mãos, para que a gente possa resolver juntos. Somente com um pouquinho de cada um, com a doação de cada um aqui é que vamos conseguir chegar a um objetivo final. Não é no ataque pessoal e, sim, no coletivo, visando, no final, ao rumo dessa história e dessa categoria; mudar de vez o que nós temos de trágico neste País, que são sangue, morte. Essa é a realidade das estradas brasileiras, sejam elas registradas, policiadas ou não, a realidade é essa. Muitas nem chegam às autoridades e são contabilizadas.

Se existe, então, um remédio para o transporte de Porto Alegre, eu diria que se chama PLS nº 271, adendo da Lei nº 12.619, tratado com seriedade e como deve ser, na mão de quem circula toda a riqueza deste País. A riqueza maior é a vida, que são os transportadores rodoviário deste País.

Uma última condição que eu gostaria de dizer é a seguinte. O amplo apoio é óbvio que estamos para dar, Senador, e diria que estamos atrasados, pelo menos, seis anos nesse apoio. Estamos atrasados, pelo menos, seis anos, porque, de 2008 para cá, foi chão, foi estrada e a gente sabe da caminhada que o Senador tem feito em todos os Estados, na busca de apoio para esse projeto de lei, porque ele sabe da importância disso, da importância social e da seguridade que isso vai causar para o trabalhador e para as suas famílias.

Então, é nesse aspecto que eu gostaria de chamar atenção para a nossa condição de vítimas, pois somos as vítimas da vez. É ruim falar na condição de vítima, mas é o que o trabalhador é: vítima do processo de trabalho e de produção. A sociedade costuma pagar com sangue, o sangue das estradas onde as suas famílias são perdidas. A sociedade paga dessa forma quando o trabalhador é mal preparado, mal orientado, sofre com estresse laboral. A sociedade paga com sangue; o trabalhador paga com o suor, porque trabalha de sol a sol e não vê os seus ganhos sendo ajustados. Mas todas as famílias pagam com lágrimas, porque esse é resultado de um profissional despreparado, não tendo as condições adequadas naquele local para desempenhar importante função.

Então, eu gostaria de chamar a atenção e agradecer a todos porque, nessa união, é que vamos chegar a algum lugar e dizer que, se tiver que vir do Rio Grande do Sul para o Amazonas, amanhã a gente está indo, mas a gente está indo porque acredita que esse projeto tem um cunho que é para a proteção do trabalhador, seja hoje, seja amanhã. Enfim, estaremos sempre juntos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Alceu Weber, líder sindical do Sindicato Rodoviário do Estado do Rio Grande do Sul, que deixou sua posição muito clara. Ele

é favorável à aprovação do Estatuto do Rodoviário, e que dentro do Estatuto estejam todas as propostas de interesse da categoria, entre elas, claro, a aposentadoria especial.

Eu vou ler aqui os encaminhamentos e depois consulto a vocês se há necessidade ou não de ler o manifesto. Fica já o meu compromisso que eu vou ler o manifesto em Plenário, ou hoje ou amanhã, mas que vou ler, vou ler. Se vocês terminarem o manifesto hoje, eu leio hoje ainda. O bom seria ler hoje, para que se pense em votar amanhã. Saibam que há posição discordante da visão que tentaram passar, de que o projeto era unanimidade.

Encaminhamentos:

1. entrar em contato com as centrais, para saber se são favoráveis ou não à proposta que está vindo da Câmara, e fazer uma listagem sobre a posição de cada uma. Eu repito: também as confederações;

2. encaminhar pedido de audiência ao Presidente do Senado, Renan Calheiros, para uma comissão falar sobre essa questão. Já assinei o requerimento aqui;

3. entrar com o pedido – e entrarei – de uma comissão geral para que se faça o debate no Plenário do Senado sobre o tema;

4. fazer requerimento solicitando o apensamento da Lei nº 4.246, de 2012, ao projeto do Estatuto do Rodoviário, possibilitando assim uma discussão de todo o conteúdo num único instrumento legal, que seria o Estatuto do Rodoviário;

5. reunião urgente – foi-me pedida aqui, o Ademir, não é? Lembrou? –, reunião urgente da Frente Parlamentar em Defesa dos Rodoviários, para tratar também desse tema.

Esses são os encaminhamentos.

Bom, eu tenho na verdade aqui, eu diria que dois manifestos. Um chamado *Carta de São Paulo*, em defesa da lei, consequentemente contra as alterações propostas, que está aqui. Este já está inclusive impresso, não é? Eu acho que este aqui, dando a minha sugestão, já que está impresso, seria bom que chegasse à mão de todos os Senadores, porque este aqui fala, não fala contra ninguém, defende a causa. Defende o porquê da lei. Seria importante, se existe uma quantidade razoável, que a gente seja... Que seja distribuído aqui no Senado.

Este outro, que veio do Rio Grande do Sul, é muito mais radical que esse que é assinado por todas as centrais. Este cita nomes, pontua, joga pesado mesmo, chama de – vou usar a expressão, porque não vou ler aqui agora – no mínimo de safado para cima quem... Pelego, safado, quem é a favor dessa lei. Este veio do Rio Grande do Sul. E como eles assumiram a identidade, só vou ler aqui o nome das entidades: Sindimercosul, Rio Grande do Sul; Sindirodosul, Rio Grande do Sul; Sinecarga, Rio Grande do Sul; Sindiliquida, Rio Grande do Sul; Sindicap, Rio Grande do Sul; Sindicato Rodoviário de Santa Rosa, Rio Grande do Sul; Sindicato Urbano Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul; Sindiguaíba, Rio Grande do Sul; Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Alto Uruguai, Rio Grande do Sul; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira do Sul, Rio Grande do Sul; e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, também de Pelotas, Rio Grande do Sul. Enfim, e assina também o documento Jorge Luiz Frizzo, Secretário de Transporte da Força Sindical.

Este aqui, eu não sei se para efeito de Plenário... Porque eu sempre gosto de ir na linha propositiva, de defender as causas, tu argumentar em cima daquilo que tu defende, e não entrar muito no ataque pessoal, porque às vezes não ajuda.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FESTINO – (*Fora do microfone.*) Esse é aquele pedido que o senhor fez na semana passada, para o fórum que estava se reunindo em Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso. E, ah, eles já encaminharam. Está aqui o manifesto deles. O que eu poderei fazer, se vocês concordarem, é fundir os dois num só. É possível? Ou acham que eu devo ler os dois no plenário? Eu respeito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Puder trabalhar hoje à tarde? Este aqui com certeza eu vou registrar. Registrar é uma coisa. Eu vou e digo: "olha, eu peço que registre em Plenário." Leio o nome das entidades dos trabalhadores do Rio Grande do Sul, porque aqui, pelo que eu vi, liga todas as centrais sindicais, cada um tem a sua filiação, que estão pedindo que a gente não aprove esse projeto da forma que veio da Câmara. Este eu registro.

Este aqui também.

Além de vocês panfletarem, eu pediria que vocês, se pudessem, montassem um manifesto desta reunião, que eu lerei na íntegra em Plenário.

O SR. HAMILTON DIAS DE MOURA – Uma sugestão, Senador: vamos ver se a gente faz um contato com os dois ou três nomes que o senhor leu aí, que a gente tem contato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso. Tá.

O SR. HAMILTON DIAS DE MOURA – Falando, eles devem estar assistindo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza.

O SR. HAMILTON DIAS DE MOURA – E a gente, o fórum, com a anuência dos companheiros que estão aqui, a gente faz uma coisa mais voltada para essa audiência aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para essa reunião, mas usando subsídio de ambos.

O SR. HAMILTON DIAS DE MOURA – Claro, pedindo permissão a eles para usar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E eu, assim mesmo, me comprometo de mandar registrar os dois que eu recebi.

O SR. HAMILTON DIAS DE MOURA – A gente usa esse aí no momento da...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso. E eu vou mandar registrar, já digo que vou mandar registrar, hoje, à tarde, Festino, os dois, tanto esse que defende, como esse que bate duro no projeto que está vindo lá da Câmara dos Deputados.

E é bom lembrar, foi isso mesmo, não sabia que tinha sido tão rápido. Como eles reuniram no Rio Grande do Sul, eu digo: "Me mandem a sua posição sobre esse projeto, que eu quero saber qual é a posição dos trabalhadores gaúchos sobre o tema", e esse é o que chegou aqui.

Então...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A leitura eu pretendo fazer hoje, à tarde, do manifesto global, fruto desta audiência. Esses dois eu peço para registrar citando as entidades. Vou citar todas que estão aqui e, aqui, também, vou citar todas, que são dois: um, a favor da lei, quer dizer, não se mexa na lei, e o outro sendo duro contra a lei que vem vindo da Câmara dos Deputados.

O SR. ADAÍLSON RODRIGUES – E isso não impede o trabalho de amanhã, que o senhor propôs, de visitar os Gabinetes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em nada. Vamos continuar visitando todos e colocando a posição que é de vocês e que foi fruto, também, dessa reunião.

O SR. ADAÍLSON RODRIGUES – Sim.

O SR. VALDIR DE SOUZA PESTANA – Senador, tem condições de voltar a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Fale. Pode, pode. Estamos nos "finalmentes". São os encaminhamentos.

O SR. VALDIR DE SOUZA PESTANA – Eu só estou engasgado com uma coisa. Desculpe. Claudir, eu vejo a sua indignação – eu vi, eu vi –, mas, Guterra, curto e grosso, como seu amigo, nada – nada –, vai justificar, seja Deputado, Senador, no possível, negociar uma vida de um ser humano.

Nunca mais eu quero escutar isso de você, como sendo seu amigo. Nem Vicentinho, nem o Papa, nem ninguém tem essa condição. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deixa que eu arredondo.

Não, pessoal, até, aqui, é unanimidade, na Mesa, para não reabrir o debate. Nós estamos buscando a unidade. Eu vou tentar dialogar com todos, inclusive com o Vicentinho. Vou dialogar com todos, na linha de buscarmos uma caminhada alternativa que não permita que a lei seja aprovada nos moldes em que veio da Câmara dos Deputados.

Poderemos, até, como, aqui, foi dito, pedir que haja um grande entendimento em cima do Estatuto, que é um caminho – que é um caminho, não é?

Mas, para evitar qualquer tipo de, nesse momento de encerramento, eu diria que, nesta Mesa, aqui, houve unidade no tema. Quem está nessa Mesa não está adorando a lei antiga, posso usar esse termo, não é que acha que a lei antiga é perfeita, mas, também, entende que essa, da forma que está, prejudica a lei antiga, e, por isso, houve essa unidade na busca de que a gente consiga fazer com que os encaminhamentos que eu propus se tornem verdadeiros, ok, pessoal?

Uma salva de palmas para todos aí. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu vou convidar a todos, a Mesa fica, e os senhores venham para cá, para a gente tirar uma foto, para mostrar a unidade dos trabalhadores em cima da alteração da lei que está vindo da Câmara. Ninguém aqui está dizendo, e você colocou bem, que a lei antiga é perfeita.

Então, os que forem mais jovens, fiquem aqui na frente, porque tem que dobrar o joelho – e nós, eu e você, não é? E podem alguns ficar aqui atrás.

(Iniciada às 9 horas e 8 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 26 minutos.)

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2014, TERÇA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 11 HORAS, NA SALA Nº 13, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e quatorze minutos do dia vinte de maio de dois mil e quatorze, no Plenário número treze, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores **Ana Rita, Paulo Paim e Vanessa Grazziotin**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública,** nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 12 de 2014-CDH, de autoria da Senadora Vanessa Graziottin, aprovado em 26/02/2014, para debater o tema: **"Alternativas para a implementação de programas de capacitação de servidores públicos para atender vítimas de violência doméstica e familiar"**. A Senhora Presidenta apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Ana Teresa Iamarino, Assessora da Secretaria de enfrentamento à violência contra as mulheres da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; José Francisco da Silva, Coordenador-Geral de Análise e Desenvolvimento de Pessoal – DEPAID/SENASP do Ministério da Justiça; Sebastião Luiz da Silva, Gerente de Capacitação Profissional da Subsecretaria de Planejamento e Capacitação – representante da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. A Senhora Presidenta faz indagações aos convidados acerca do tema, sendo prontamente respondidas em considerações finais. Faz uso da palavra a Senadora Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora ***Ana Rita,*** *Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa*

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Declaro aberta a 30ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 12, de 2014, da CDH, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, aprovado em 26 de fevereiro de 2014, para debater o tema "Alternativas para a Implementação de Programas de Capacitação de Servidores Públicos para Atender Vítimas de Violência Doméstica e Familiar".

Quero, inicialmente, justificar, neste momento, a ausência da Senadora Vanessa Grazziotin, que está participando de uma outra atividade: a CPI da Petrobras e, sendo S. Exª membro titular naquela Comissão, ela não pode se ausentar. Por isso, agora, eu conduzirei esta audiência pública, e assim que for possível S. Exª estará presente para, posteriormente, conduzir esta audiência pública.

Quero, de antemão, agradecer a presença de todos os nossos convidados e convidadas.

Solicito que venham compor a Mesa o Sr. Sebastião Luiz da Silva, Gerente de Capacitação Profissional da Subsecretaria de Planejamento e Capacitação, representante da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Seja bem-vindo, Sr. Sebastião!

Obrigada pela presença.

Pode se sentar aqui.

Convido também a Srª Ana Teresa Iamarino, Secretária de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, da Secretária de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

Seja bem-vinda, Ana!

Obrigada pela presença.

Também convido o Sr. José Francisco da Silva, Coordenador-Geral de Análise e Desenvolvimento de Pessoal – Cenasp, do Ministério da Justiça.

Muito obrigado pela presença, Dr. José Francisco.

Seja bem-vindo!

É com grande satisfação que recebemos os nossos convidados e a nossa convidada Ana.

A Senadora Vanessa Grazziotin, com certeza, faria aqui uma abertura, pois a solicitação de audiência pública é iniciativa de S. Exª. Mas eu também quero, aqui, tecer alguns comentários, para que possamos introduzir esse tema, introduzir essa reflexão, esse debate tão importante no enfrentamento à violência contra as mulheres.

A CPMI da Violência Contra a Mulher identificou que uma das dificuldades que ainda temos do País é a falta de capacitação ou capacitação insuficiente de servidores de todos os Poderes, tanto do sistema de Justiça quanto do Poder Executivo, e, por isso, é preciso, sim, que haja um investimento muito maior nessa área de preparação de pessoas, de trabalhadores e trabalhadoras, que atendem mulheres em situação de violência, para que as mulheres vítimas ou que vivem situação de violência possam ser bem-atendidas, bem-encaminhadas e assim poderem receber do Estado a proteção que elas precisam.

Então, eu quero dizer que essa audiência pública, que tem como tema "Alternativas para a implementação de programas de capacitação de servidores públicos para atender vítimas de violência doméstica e familiar", solicitada pela Senadora Vanessa Grazziotin, é muito oportuna.

A CPMI da Violência Contra a Mulher analisou o repasse de convênios da SPM – Secretária de Políticas para as Mulheres do Governo Federal – aos Estados e Municípios, para os cursos de capacitação e constatou que essa era a segunda ação com o maior número de convênios, demonstrando uma grande preocupação da Secretaria com a capacitação dos profissionais que atendem mulheres em situação de violência. No entanto, a CPMI também constatou que nem sempre os cursos de capacitação atingiam o seu objetivo, porque nem sempre havia mudança no comportamento dos servidores públicos.

Outro problema diagnosticado pela CPMI foi sua fragmentação e a necessidade de que as capacitações fossem permanentes.

Por fim, na sua grande maioria, os cursos não tinham avaliação da capacitação recebida, isto é, como na capacitação, promover uma qualificação no atendimento.

A CPMI sugeriu ainda um cadastro nacional de capacitadores para facilitar o acesso de Estados e Municípios a profissionais qualificados.

Assim consideramos muito apropriado esta audiência pública para que, além do que diagnosticamos e sugerimos na CPMI, possamos pensar novas estratégias e alternativas em capacitação de modo a melhorar substancialmente o atendimento a mulheres em situação de violência.

Ao fazer essa pequena introdução, essa consideração inicial, eu vou sugerir que nós comecemos pela Ana Teresa, da SPM, porque a SPM é que é a responsável pelo repasse de recursos aos Estados e Municípios, para que os Estados e os Municípios possam fazer, de fato, as capacitações, e, logo em seguida, nós vamos passar para o Ministério da Justiça e, depois, para o representante da segurança pública aqui do Distrito Federal. Pode ser assim? *(Pausa.)*

Então, eu vou passar a palavra para a Ana Teresa.

Ana Teresa, como temos aqui uma Mesa com apenas três pessoas, eu vou conceder 15 minutos para cada um. Caso não seja possível você concluir em 15 minutos, daremos mais dois minutos para fazer a conclusão de sua fala.

Nós vamos marcar o tempo e quando estiver faltando um minuto para o término de sua fala, a campainha vai tocar.

Fique bastante à vontade.

Muito obrigada.

A SRª ANA TERESA IAMARINO – Obrigada.

Um bom dia a todas e todos.

Eu gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa da Senadora Ana Rita, que já vem fazendo um trabalho muito produtivo de cooperação para o enfrentamento da violência contra as mulheres. Como bem já ressaltou em sua introdução, o trabalho da CPMI foi fundamental, trouxe à tona muitas questões que a gente pôde utilizar para uma avaliação das políticas públicas e um novo olhar para o norte de aprimoramento dessas políticas.

Então, para falar do tema de capacitação de servidores públicos, eu acho importante a gente, primeiro, fazer uma contextualização de onde esse tipo de ação está inserido dentro da política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres, que define os princípios e fundamentos conceituais e políticos, determina diretrizes e orienta a formulação de políticas públicas voltadas para o enfrentamento à violência contra as mulheres.

Lá no documento de diretrizes da política, está previsto que o enfrentamento da violência contra as mulheres requer uma atuação conjunta dos diversos setores envolvidos com a questão – e aqui a gente está se referindo à saúde, segurança pública, Justiça, educação, assistência social, entre outros –, no sentido de propor ações que desconstruam as desigualdades e combatam a discriminação e a violência contra as mulheres que interfiram nos padrões sexistas e machistas ainda presentes na nossa sociedade brasileira e que promovam o empoderamento das mulheres e garantam o atendimento qualificado e humanizado àquelas que estão em situação de violência.

Esse é sempre um desafio, e é, de fato, uma prioridade da Secretaria garantir que as mulheres que se encontram em situação de violência sejam atendidas de forma humanizada e qualificada. Então, entre as diretrizes, a gente tem que incentivar a formação e capacitação dos profissionais para o enfrentamento da violência, em especial no que tange à assistência, que é onde está inserido o atendimento às vítimas. Para isso, para que se tenha um atendimento adequado, como o fenômeno da violência é um fenômeno multifacetado e que possui consequências nas mais diversas áreas na vida das mulheres, a Secretaria trabalha com um conceito de rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, que inclui os diferentes serviços e instituições. Para que a gente possa dar conta da adversidade, compreendida por esse fenômeno, então, busca a construção de uma rede que consiga ser articulada e que consiga trabalhar em conjunto nos diferentes setores.

Então, é importante que esses serviços trabalhem com o conhecimento dos demais, para que eles possam compreender que aquele atendimento prestado é parte de um todo, mas ele não dá conta da complexidade sozinho. Então, a gente se depara muito com isso, quando percorre o País, conversando com os diferentes setores, que, ao se deparar com uma situação de violência, os diferentes setores, todos os servidores se colocam numa situação de responsabilidade e tentam dar conta do fenômeno por completo, porém, aquela instituição tem as suas limitações de competência, e isso acaba gerando alguns conflitos que, a nosso ver, são facilmente solucionados se houver uma compreensão desse trabalho em rede para que você possa acionar os demais responsáveis.

Então, a perspectiva da intersetorialidade representa ainda um desafio na medida em que propõe uma ruptura com o modelo tradicional de gestão pública em que cada serviço é departamentalizado. Então, para trabalhar com o fenômeno da violência, a gente tem que expandir esse conceito de gestão que setorializa o atendimento para entender que há outros serviços que devem ser acionados. E esse trabalho deve ser feito de forma conjunta. Essa previsão está na Lei Maria da Penha em seu art. 9º, onde faz referência que a assistência às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar deverá ser prestada de forma articulada e conforme os princípios e diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas de política pública de proteção, quando for o caso, e prevê também, nos arts. 35 e 29, a criação desses diversos serviços especializados nas diferentes áreas.

Então, para que isso seja possível, a Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República desenvolveu o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, uma iniciativa que a gente está trabalhando desde 2007, que, na verdade, consiste em uma estratégia de gestão que orienta as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres em âmbito federal, estadual e municipal e prevê a execução das ações que estão presentes tanto no Plano Nacional de Política para as Mulheres quanto na própria Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Então, o objetivo geral do pacto é garantir o atendimento às mulheres em situação de violência, com a ampliação, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços especializados na rede, de forma a promover a capilaridade da oferta e a garantia do acesso a todas as mulheres. Então, a gente tem um desafio, que é anterior, que é fazer com que esses serviços especializados estejam disponíveis para as mulheres nas mais diferentes localidades do País, e, além disso, que o atendimento prestado seja qualificado e humanizado como as mulheres necessitam.

Então, existem alguns exemplos de ações no pacto no que tange ao nosso tema de capacitação, que aqui coloquei em destaque, que são: incorporar a temática do enfrentamento à violência e a Lei Maria da Penha em conteúdos programáticos de cursos, concursos públicos, principalmente no processo de formação dos operadores do Direito, que foram as áreas mais afetadas no desenvolver das suas atividades a partir da Lei Maria da Penha; a formação e capacitação de profissionais das delegacias para o atendimento às mulheres em situação de violência; indução, articulação, coordenação e elaboração de protocolos, fluxos, procedimentos e normatização dos serviços em articulação com o Sistema Único de Saúde, o Sistema Único de Assistência Social, o Sistema Único de Segurança Pública, Poder Judiciário e Ministério Público, porque a gente sabe que há uma prática, no serviço público, de trabalhar com base em regramentos, em protocolos, em normatizações. Então, é importante esse processo de definição para que, a partir dali, a gente possa fazer o trabalho de qualificação propriamente dito. Formação dos profissionais na área de segurança pública, saúde, educação, assistência social e operadores do Direito no que se refere às questões de relação de gênero e violência contra as mulheres, porque o trabalho de atendimento às mulheres vítimas de violência precisa ser entendido para além das questões específicas de cada área. É importante quem está responsável pela segurança pública, pela saúde, pela Justiça conhecer o fenômeno da violência. Todos precisam ter a mesma compreensão do que é a violência contra as mulheres para que, depois, saibam como utilizar os seus conhecimentos específicos da sua área dentro daquele contexto que é único. Capacitação permanente das atendentes da central de atendimento à mulher, o Ligue 180, com destaque para as especificidades das mulheres, como, por exemplo, as questões das

mulheres do campo e da floresta, indígenas, lésbicas, negras. A central de atendimento às mulheres é um serviço de utilidade pública prestado pela Secretaria de Política para as Mulheres e tem se configurado, cada vez mais, como uma importante porta de entrada para os demais serviços da rede, porque presta esse atendimento qualificado, essa escuta e encaminha a mulher para o serviço mais próximo de onde ela estiver.

Além disso, também, atualmente, nós desenvolvemos uma parceria com as instituições da segurança pública e com o Ministério Público para encaminhamento dos relatos de violência e das denúncias como forma de subsidiar as investigações das situações de violência ocorridas no País.

Promoção de atendimento qualificado.

As mulheres em situação de violência no Centro de Referência de Assistência Social, os Cras, e nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social, os Creas, que possuem uma capilaridade bastante importante.

E nesse trabalho de intersetorialidade, é fundamental que também esses serviços, apesar de não serem especializados para o atendimento às mulheres, também prestem um atendimento qualificado com a mesma compreensão do fenômeno.

Então, capacitação permanente dos operadores da segurança pública em questões de gênero e violência contra as mulheres – Lei Maria da Penha.

Esses são exemplos de ações. E como eu disse, já estamos trabalhando com o pacto desde 2007 e, desde então, já conseguimos importantes avanços, importantes resultados, porém, permanecem alguns desafios que eu gostaria de abordar ao final.

E eu acho que o mais importante, nesta audiência pública, é que possamos, entendendo o contexto em que se encontra esse trabalho de capacitação, fazer um debate para levar à Secretaria também recomendações e forma de atuar, para que possamos aprimorar o nosso trabalho.

Então, como resultados do pacto, eu salientei aqui o aumento e fortalecimento dos organismos de política, para as mulheres, estaduais e municipais, que teve um salto bastante significativo no período. Isso, a nosso ver, é fundamental no que se refere à capacitação, porque, quando você tem organismo de política para as mulheres nesses diferentes níveis, eles ficam responsáveis, pois uma das responsabilidades dos organismos é pensar a qualificação da rede com um olhar bastante qualificado, especializado para a questão. Daí conseguimos inserir na pauta dos governos estaduais e municipais essa preocupação com uma coordenação mais adequada. Então, também para a qualificação dos serviços e para o processo de capacitação, é importante o fortalecimento desses organismos.

A capacitação dos Cras e Creas no tema da violência contra as mulheres. Essa foi uma iniciativa de parceria da Secretaria de Política para as Mulheres e do Ministério do Desenvolvimento Social, que desenvolveram um material conjuntamente, um material que abordasse especificamente as questões de gênero sob um olhar da perspectiva feminista para o atendimento que será prestado então nos Cras e Creas. Desse curso participaram tanto representantes das Secretarias de Assistência Social, em nível estadual e municipal, como também os próprios servidores que atendem nos Cras e Creas.

(Soa a campainha.)

Capacitação dos profissionais de saúde para a constituição da rede em atenção às mulheres em situação de violência, que é feito pelo Ministério da Saúde quando da criação dessa rede especializada.

A capacitação de policiais civis por meio de cursos de especialização do Renaesp, que é coordenado pela Senasp; e também alguns cursos que já vêm sendo desenvolvidos pelas próprias academias de polícias estaduais, que incluíram a questão de gênero no curso de formação dos policiais. Aqui, eu cito como exemplo o Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, onde eu conheço essa experiência.

Disponibilização da matriz de conteúdo mínimo para a formação de agentes públicos responsáveis pelo atendimento por meio de editais em termos de referência do pacto, no momento do repasse do recurso; capacitação permanente das atendentes da central. Isso é feito de forma continuada, permanente, periódica, com avaliação; capacitação dos agentes consulares e do corpo diplomático, que é realizado diretamente pela Secretaria em parceria com o Ministério das Relações Exteriores; capacitação dos delegados da Polícia Federal, também em parceria com a SPM com a Polícia Federal.

E, no âmbito do sistema de Justiça, tivemos também importantes avanços com uma parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, que incluiu a Lei Maria da Penha às suas constitucionalidades e às suas questões como sendo um módulo no curso oferecido para ingressantes na carreira. Além disso, as escolas estaduais também passaram a abordar o tema com um roteiro recomendado pela Escola Nacional.

A criação do Fonavid, que é o fórum de juízes da violência doméstica, e do Copevid, que é a comissão permanente de promotores que discutem a violência doméstica, que são espaços privilegiados para realizar discussões sobre o tema e que, portanto, têm, como resultado, a capacitação desses atores.

Dentre as prioridades, temos a Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha, coordenada conjuntamente pela Secretaria e pelos representantes nacionais de todas as instituições do sistema de Justiça, está a qualificação do atendimento e a conscientização dos operadores do Direito. Para isso, foi também desenvolvido um portal que é o www.compromissoeatitude.org.br, que possui um conselho editorial com a participação de todos os atores. Então, existe ali um material que é referência para a atuação desses profissionais.

Por fim, eu gostaria de dar destaque aos nossos desafios e tentar subsidiar um pouco a nossa discussão.

Toda vez que se fala em capacitação, temos que entender que os servidores públicos, que serão alvo dessas ações, estão inseridos numa sociedade machista, patriarcal e sexista e, portanto, muitas vezes, acabam por reproduzir esse comportamento. E é na atitude desses servidores que tentamos intervir quando falamos em capacitação, ou seja, tentamos atingir conceitos que estão muito arraigados e que são muito íntimos desses profissionais. Então, os cursos não podem ser nem de carga horária baixa, pontuais, tampouco com estratégias teóricas. Eles precisam ter uma metodologia que consiga, de fato, atingir essas questões.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA TERESA IAMARINO – Além disso, a Lei Maria da Penha propôs, como já fiz referência, uma mudança bastante estrutural na forma de atendimento, quando prevê essa intersetorialidade e quando deixa claro que o trabalho segmentado e setorializado não vai dar a resposta adequada. Então, quando se fala de serviços públicos, nós temos uma resistência muito grande das instituições em trabalhar de forma articulada e integrada. É muito mais cômodo setorializar, porque, para integrar, é preciso participar de discussões, debates e estar frequentemente em contato. Isso gera mais trabalho, e, muitas vezes, percebemos uma resistência muito grande em relação a isso.

Existem alguns setores que são mais conservadores, e aqui eu não teria como não fazer referência aos setores da Justiça que também insistem em utilizar estratégias para não seguir as normas e diretrizes definidas pela Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Temos o caso, por exemplo, da própria Suprema Corte, em que o STF decide questões como a suspensão condicional do processo, não permitindo que seja realizada nos casos de violência doméstica. Mesmo assim, continua havendo decisões nesse sentido tanto por parte do Ministério Público quanto do Poder Judiciário. Então, isso prova que as questões que movem são muito mais complexas do que apenas um entendimento superficial da questão.

Outro desafio é a alta rotatividade dos funcionários nos serviços de atendimento às mulheres – não só no atendimento às mulheres, mas principalmente. Esse é o nosso foco. Isso determina que não bastam mesmo ações pontuais; elas têm que ser permanentes, e, a cada troca, na verdade, é preciso voltar a esse processo de qualificação do início para que possa atingir aquela nova pessoa que está ali no serviço prestando atendimento.

O critério de escolha de servidores nas carreiras para os serviços especializados não considera o fator vocação – muitas vezes, é por tempo de serviço. Por outro lado, determinados servidores também podem – vemos alguns relatos sobre isso – entender como punição ir para os serviços especializados de atendimento às mulheres, o que é muito ruim e pode gerar uma predisposição negativa do servidor.

Ainda enfrentamos dificuldades em relação à estrutura física e de pessoal para os serviços especializados de atendimento às mulheres, o que complica muito o atendimento qualificado.

A precariedade da modalidade de repasse de recursos através de convênios para a realização de capacitação de servidores, o que dificulta o acompanhamento e a avaliação dos resultados e, muitas vezes, pode até inviabilizar a sua execução, como é o caso algumas tentativas de repasse que são frustradas pela inadimplência desses parceiros. A Senadora Ana Rita já fez referência a essa prioridade da Secretaria. E, de fato, por muito tempo, tivemos uma grande parcela do nosso pouco orçamento destinado para as capacitações, e a nossa única forma de fazê-las é através dos convênios, que têm um processo burocrático muito dificultador e, para a estrutura, inclusive, da própria Secretaria acompanhar todos esses processos é muito difícil e, para fazer uma avaliação de resultado, a dificuldade passa a ser muito maior.

Então, já nesse último período de gestão da política de enfrentamento à violência, optamos por reduzir o investimento de capacitação através dessa modalidade de convênio, porque, ao fazer a avaliação dessas dificuldades, passamos a fazer, no que é possível, uma capacitação direta, através da parceria e de execução direta da Secretaria, quando é possível. E, no mais, temos tentado incentivar que as próprias Secretarias estaduais e municipais pensem essa responsabilidade como sendo delas e que elas tenham muito mais condições de acompanhar e aí discutirmos juntos a matriz pedagógica.

Aqui eu entro no último item, que é a construção de um material pedagógico que possa ser utilizado por todos os serviços para habilitar e também que possamos conseguir habilitar profissionais para compor um banco de capacitadores que fique disponível para todo o País. Ainda há um entendimento de que a violência contra as mulher é uma questão privada e que o Estado não deve intervir. Isso fica também, muitas vezes, no entendimento velado e acaba aparecendo nas resistências que encontramos na hora de prestar o atendimento ou de fazer as qualificações.

Também existe uma tendência de pensar políticas por enfrentamentos à violência doméstica com enfoque na família e nas crianças. E aí as mulheres não são tidas como sujeitos de direitos, que é o enfoque que tentamos priorizar para um atendimento qualificado.

E, por fim, o que já tinha mencionado, mas acho que essa é uma questão ainda central: é a dificuldade maior da capacitação é, de fato, intervir nos conceitos que estão muito arraigados e que se dão no íntimo. E acaba que, muitas vezes, aparecem de forma muito velada, muito sutil e, por isso, é difícil de enfrentar. Quando é muito expresso, muito declarado, fica mais fácil de contra-argumentar e, como as questões se dão dessa forma muito velada, a dificuldade é muito maior.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA TERESA IAMARINO – Então, acho que é isso que eu gostaria de mencionar. Fico aqui, à disposição, para o debate.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada à Srª Ana Teresa, Assessora na Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, da SPM, pela sua exposição, porque num espaço curto de tempo, conseguiu abordar questões importantes, o que, durante os trabalhos da CPMI, realmente percebemos.

Para fazer o trabalho de capacitação para um público tão diversificado é necessário capacitar desde o servidor que está lá na ponta, que faz o primeiro atendimento, até o servidores, o juiz, o promotor, enfim, todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, estão envolvidas nesse processo. E cada um traz dentro de si, o que você mesma disse, de uma forma muito velada, às vezes, um conceito, uma opinião, e é na capacitação que se percebe isso. E isso reflete, de forma muito forte, também no atendimento, nas decisões que, muitas vezes, são tomadas refletem esse comportamento, esse entendimento, esse olhar que ainda paira sobre a mulher.

Então, ainda vivemos numa sociedade extremamente machista, em que as pessoas, realmente, reproduzem isso no seu cotidiano. E superar isso vai depender de um tempo muito longo ainda; pelo menos, é assim que eu vejo. Mas o trabalho é extremamente necessário, e alguns resultados positivos já foram aqui apontados.

Então, quero agradecer a oportunidade de ouvir você e saber que o trabalho que está sendo conduzido pela SPM tem sido conduzido de forma muito firme. Mas precisamos avança e avançar muito ainda.

Eu quero aproveitar o momento para registrar a presença da Ivonete Nascimento, Secretária-Adjunta da Secretaria da Mulher do Distrito Federal.

Obrigada pela sua presença.

Também registrar a presença da Rita Poli, da Secretaria da Mulher também, do Distrito Federal.

Então, obrigada pela presença de vocês.

Quero registrar a presença também da Tatiana, a Tati, conhecida assim, que é a Assessora da Deputada Ana Lúcia, lá do Estado de Sergipe, que está aqui hoje nos visitando. Tati, seja bem-vinda! Assessoria de advocacia que assessora nossa Deputada lá no Estado de Sergipe, uma grande companheira que também luta no enfrentamento da violência contra as mulheres. Nós tivemos a oportunidade de estar lá falando sobre esse assunto, então muito obrigada pela presença, Tati. Você está acompanhada também? *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Do Jeferson. Seja bem-vindo!

Obrigada pela presença.

Eu vou conceder a palavra pelo tempo que for necessário. A gente começa com quinze minutos, mas se houver necessidade, podemos prorrogar, assim como nós fizemos com a Ana Teresa.

Eu vou passar a palavra então para o José Francisco da Silva, o Coordenador-Geral de Análise e Desenvolvimento de Pessoal do Ministério da Justiça (Senasp, do Ministério da Justiça). Então, Dr. José Francisco, fique à vontade.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DA SILVA – Obrigado.

Srª Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Ana Rita, Sr. Sebastião Luiz, Gerente de Capacitação do DF, Srª Ana Teresa, da Secretaria de Políticas da Mulher, senhoras e senhores, repre-

sentantes de organizações e entidades dessa área tão específica e que merece uma atenção tão especial, que a partir do Senado Federal, desta Comissão, instala um momento especial de debate.

E aqui nós queremos então dar um pouco da nossa visão a partir do Ministério da Justiça, que é responsável, através da sua Secretaria Nacional de Segurança Pública, pela capacitação de forma bastante, podemos dizer, articulada, através dos seus departamentos, que são o Departamento de Política Preventiva, voltada à prevenção; outro departamento que é a Força Nacional, a sua estrutura também, digamos administrativa e financeira, através de um departamento; e o Departamento especificamente de Pesquisa e Capacitação, que é o DEPAID, ao qual estou vinculado.

Dentro da Senasp, ela tem missão e vocação para capacitar, para contribuir na formação, de forma geral, das forças de segurança do País, particularmente voltada para as polícias estaduais. Aí compreende Polícia Militar, Polícia Civil, perícia e também bombeiro militar.

Para contribuir de uma forma ainda importante, definitiva, a Senasp desenvolveu ao longo dos anos, com parceria com os Estados, desenvolveu uma matriz curricular nacional, para orientar essa formação e também as capacitações. Essa matriz foi recentemente revista, isso sempre de forma participada longamente, e foi, digamos assim, o ano passado, referendada a partir de uma revisão da matriz – desde 2009 que ela vem desenvolvendo essa revisão da matriz –,e o anos passado, então, ela foi, digamos, sacramentada com a participação de todos os Estados.

Dentro dessa missão que o Ministério tem de desenvolver essas capacitações, por meio do Departamento específico de Ensino e Pesquisa, ele desenvolve estudos, desenvolve pesquisas, diagnósticos e também capacitação em alguma linha que inclui – eu não a citei –, mas ela desenvolve também um apoio grande na formação das guardas municipais, outra área importante na segurança pública nacional e que, recentemente, a gente vê um desenvolvimento grande dessa área nos Municípios brasileiros.

Para também atingirmos essa capacitação, e essa capacitação deve ser permanente, espelhada a partir da matriz curricular nacional, desenvolvemos, então, digamos, três produtos que são base para essa formação:

1– podemos chamar de ensino presencial, que é desenvolvido também em articulação com os Estados de uma forma que pode ser por convênio firmado, a partir de um edital; pode ser firmado com participação direta da Senasp – Secretaria Nacional de Segurança Publica – com os Estados e Municípios;

2– desenvolvemos também o ensino a distância, responsável por uma capacitação permanente ao longo de 10 anos. Estamos agora, este ano, completando 10 anos, e

3– propusemos, inclusive, uma avaliação profunda desse produto, porque em 10 anos já podemos avaliar a política e sua assertiva, os descaminhos, os erros e também os acertos para que possamos fazer uma revisão. Nesse momento passamos sobre uma avaliação profunda.

Para esse ensino a distância, nós temos, hoje, uma média de 120 a 140 mil inscritos por ciclo. Quer dizer, a cada ciclo nós temos uma frequência de 130 a 140 mil inscritos acompanhando nossos cursos. Nosso cardápio está na área de 64 a 65 cursos ofertados a cada ciclo, são três ciclos por ano, e, neste momento, nós estamos encerrando as inscrições para o segundo ciclo. Então, por ano, nós temos uma frequência de mais de 300 mil a 350 mil agentes policiais passando pelos nossos cursos a distância.

E também temos a especialização. Acreditamos que a especialização é uma área que também está completando aniversário e que também está passando por uma avaliação – e já a estamos finalizando – profunda, porque é uma parceria do Ministério da Justiça com a academia, porque foi sentido, ao longo do tempo, a necessidade dessa aproximação, desse convívio da academia, pois nós sabemos que, ao longo do tempo, a segurança pública ficou muito em si mesmo, não é? Então, foi preciso fazer esse estímulo para que a academia viesse com sua *expertise*, com seu conhecimento, com sua sabedoria a somar na área da segurança pública. Então, é o desenvolvimento da Renaesp – Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública –, já foi feita aqui a referência por Ana Teresa, que visa a esse aperfeiçoamento. São cursos de aperfeiçoamento que também nós temos aqui, eu posso citar alguns e que vão de direitos humanos, adversidades e, entre eles, depois citarei, mais especificamente, algumas disciplinas em que são ministrados alguns cursos de especialização. Isso, ao fim e a cabo, resultará na melhoria da qualidade dessa segurança pública oferecida. Por quê? Esses que estão neste momento, nesses anos, participando dessas especializações, são profissionais da segurança que, ao longo do tempo, vão assumindo também a gerência das academias e mesmo as gerência na segurança, que também estamos finalizando essa avaliação e iremos ver quais os resultados que nós obtivemos até agora.

Na temática específica da violência doméstica, nós podemos verificar, em cada produto desse, como, então, temos trabalhado. Nós trabalhamos a partir de dois programas prioritários, o Enafron, que é o desenvolvimento de estratégias nas fronteiras, que é a capacitação de policiais para a prevenção e a repressão de ilícitos nas fronteiras, nos Municípios de fronteiras, e o Brasil Mais Seguro, outro programa prioritário, que visa, sobretudo, à redução da criminalidade violenta, através de incentivos vários, que passam pela capacitação e

também pelo financiamento, através de convênios ou mesmo de forma direta, no fornecimento de insumos e equipamentos para a qualificação e melhoria das perícias nos Estados. Isto é fundamental, porque uma perícia de qualidade, com material, com insumo e bem-capacitada pode oferecer um resultado também muito positivo na medida em que facilita a elucidação dos casos, dos crimes. Então, ela vai incidir, nesse programa, na redução dessa criminalidade violenta.

Através, então, desse programa específico, nós podemos oferecer cursos de investigação, cursos que, na temática específica, colaboram muito, porque é fundamental ter um corpo qualificado em condições de desenvolver essa investigação que é tão fundamental para a elucidação dos crimes ao final, para que nós, então, não fiquemos com a sensação de que nada acontece, de impunidade etc.

Então, esse investimento, particularmente na investigação, pode trazer resultados positivos nessa área específica, nesse tema específico em que nós estamos trabalhando. Dentro desses cursos de investigação, em 2012 nós capacitamos 107 profissionais de segurança pública em 80 horas, e houve, dentro do Curso de Investigação de Homicídios, uma cadeira, uma disciplina específica sobre violência doméstica contra a mulher. Foi um curso de R$240 mil, para 107 profissionais.

No ano de 2013, no mesmo Curso de Investigação de Homicídios, nós pudemos capacitar 369 profissionais em segurança pública em 80 horas. E aí nós tivemos um recurso de R$1.423 milhão, especificamente para esse curso, também com a disciplina Violência Doméstica contra a Mulher.

Em 2014, até o momento, pudemos capacitar 95 profissionais no Curso de Investigação de Homicídios e na disciplina Violência Doméstica contra a Mulher.

E agora, numa parceria fundamental com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, estamos desenvolvendo apenas um primeiro curso que pudemos fazer, com 61 profissionais, que é um curso integrado, de que participam policiais e também agentes da saúde, médicos, enfermeiros, peritos. Isso está voltado para vários Estados brasileiros. Tivemos um primeiro e estamos, agora, – não é Ana Teresa? – fazendo uma avaliação profunda desse trabalho para que possamos ter, então, resultados de alto nível.

Ainda, fazendo um balanço destes dois anos e três ou quatro meses de 2014, nós tivemos, então, 632 profissionais capacitados com um gasto em torno de R$2,133 milhões.

Cada capacitando sai no valor médio de R$3,33 mil. No ensino a distância, ao longo também de 2011 para cá, nós pudemos capacitar 126.278 profissionais, nos seguintes cursos. Eu vou fazer questão de nomear um a um, para que nós tenhamos um pouco a dimensão de que capacitação é essa a esses profissionais.

Concepção e aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente: 25 mil capacitados;

Enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes: 24.550;

Prevenção da letalidade de crianças e adolescentes: 1.200;

Programa de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte: 6.200;

Atendimento às mulheres em situação de violência: 31.270.

É interessante, em termos de inscrição, como foi atendida a solicitação proposta. Investigação criminal I: 15 mil;

Investigação criminal II: 8 mil

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ FRANCISCO DA SILVA – Investigação de estupro: 9.300;

Investigação de homicídios I: 3 mil;

Investigação de homicídios II: 1 mil.

Então, o total de 2011 até agora, 2014: 126.200 capacitados. Os valores, no total, gastos nesse ensino a distância, até o momento – de 2011 até hoje – são R$7,5 milhões.

Estamos também desenvolvendo já uma consultoria específica, que está trabalhando um caderno temático de referência sobre abordagem investigativa nas infrações penais contra a mulher. Isso é fundamental, porque, a partir desse caderno temático, nós vamos ter orientações precisas e disponíveis para os policiais. O produto quarto, que é o último, é aquele através de grupos focais que serão feitos através dessa pesquisa, nós vamos poder ter informações importantes de forma a possibilitar que o policial atuante na investigação de infrações penais contra a mulher e demais delitos correlatos tenha condições de aplicá-la em suas atividades diárias. Então, a gente está jogando muito peso na construção desse caderno temático. Ele já está caminhando para o final.

Há também um outro caderno temático que se refere à abordagem investigativa nas infrações penais contra a criança e o adolescente, também no mesmo formato. Ao final, nós teremos também uma orientação clara, precisa, para todos os policiais atuantes nessa área.

Este trabalho não seria possível não fosse essa articulação. O que nós estamos desenvolvendo, então, especificamente com a Secretaria de Políticas da Mulher, nós esperamos que, em breve, os resultados apareçam,

porque você terá profissionais da saúde também capazes de orientar, de receber, de recepcionar, de encaminhar, dando agilidade ao processo e, particularmente, não se perdendo no meio da cadeia a materialidade, as provas.

Um outro ponto de articulação fundamental, e de muita importância, são o Distrito Federal, os Estados, e também os Municípios, através das guardas municipais.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ FRANCISCO DA SILVA – Então, torna-se possível esses – vamos chamar assim – núcleos de capacitação. No formato que nós desenvolvemos, temos ali toda uma estrutura pedagógica para desenvolver esses cursos presenciais toda uma estrutura pedagógica para desenvolver esses cursos presenciais, particularmente, com um corpo de docência bastante especializado.

São desenvolvidos, a própria estruturação do curso, a proposta do curso é feita com a participação da Academia e de policiais. Temos uma coordenação local, que, por muitas vezes, é delegada a algum profissional do Estado, sob a nossa supervisão, e uma supervisão permanente, também, a partir do Ministério da Justiça, da Senasp, dentre esses cursos.

Então, o produto que nós temos, pelas avaliações que temos, constantes, são avaliações de boa para ótima, em relação a esses cursos. Precisamos, sim, de aprofundar, precisamos, sim, de ampliar, porque nada será, se interrompermos, já foi dito aqui, a capacitação, e, particularmente nessa área, nessa área temática, há de ser continuada e articulada.

É necessário que seja integrada, para que, também, nós possamos ter frutos e contribuir, definitivamente, para a redução, a diminuição desse tipo de crime e de violência.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Muito bem.

Obrigada, Dr. José Francisco da Silva, Coordenador Geral de Análise e Desenvolvimento de Pessoal (Depaid), da Senasp, do Ministério da Justiça, pelas informações, pelos dados aqui trazidos.

Eu vou, agora, conceder a palavra ao Sr. Sebastião Luiz da Silva, Gerente de Capacitação Profissional da Subsecretaria de Planejamento e Capacitação, representante da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

O SR. SEBASTIÃO LUIZ DA SILVA – Bom dia a todos. Eu gostaria, inicialmente, de dizer que é uma satisfação minha, pessoal, e da Secretaria de Segurança, em participar de um debate como este, e de louvar a atitude da Casa em colocar o assunto em debate, haja vista ser uma questão cultural essa questão de machismo, de violência contra a mulher e coisas que, há poucos anos, nós começamos a trabalhar.

E a gente percebe que há muito o que se fazer, até mesmo porque muitos que cometem essa violência são pessoas que já têm uma determinada idade e que não acordaram ainda para essas questões de direitos iguais. Esses machistas acham que a mulher é uma propriedade, é um objeto, e isso acaba se refletindo na segurança pública, porque, a partir do momento em que alguém, quer seja a mulher, uma criança, alguém se torna vítima de uma violência doméstica, passa a ser uma questão de segurança pública. E a segurança vê isso com muito mais amplitude, porque o que deveríamos fazer é educar melhor o cidadão para que isso não acontecesse. E não adianta a gente aplicar a legislação, penalizar o infrator, se não diminuirmos a incidência da violência doméstica.

Então, eu acho que tem que haver um trabalho maior. Esse trabalho precisa começar nas escolas, em ensino básico e médio, para que o cidadão, ao chegar a um porte em que ele se sente superior à mulher, ele tenha a consciência de que a violência não poderá ser cometida. E, de qualquer forma, nós precisamos trabalhar a nossa força policial para que contenha as violências ou, pelo menos, tome as providências com aqueles que cometeram a violência.

Em se tratando de capacitação, a Secretaria de Segurança de Brasília... Até agora, nós ouvimos falar em coisas bem mais amplas e qualquer número que a gente exponha agora vai se tornar pequeno, mas o Distrito Federal é um território relativamente pequeno, apesar de ter uma população já relativamente grande, mas nós estamos trabalhando para que a nossa força policial esteja preparada para exercer a sua função de forma bem adequada.

Assim, eu vou fazer referência a um acordo de cooperação técnica que nós temos com o Ministério da Justiça, com a Secretaria Nacional de Segurança Pública. Esse acordo foi feito em 2004, quando começou, então, o ensino à distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). A partir daí, nós passamos a utilizar a plataforma da Senasp e capacitar a nossa força de trabalho em todos os cursos que ela oferece.

Como o Dr. Francisco disse, a Senasp coloca os cursos à disposição de todos os Estados, da segurança pública de todos os Estados e do Distrito Federal, e é basicamente nessa plataforma que está a nossa capacitação.

Essa capacitação é desenvolvida para todos os profissionais da segurança pública e não é obrigatória. O cardápio de cursos é colocado à disposição do policial. Ele não tem a obrigação de fazer. No entanto, nós va-

mos ver mais à frente que alguns cursos específicos para combate à violência contra a mulher, as crianças, ao tráfico humano, os homofóbicos, os policiais passam a fazer esses cursos voluntariamente.

É claro que nós temos, nas academias de cada força... É bom deixar claro, aqui, que a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros, que têm as suas academias, onde os seus agentes são formados, têm um leque de disciplinas para a formação de cada força. Nessas academias, são colocadas... Normalmente, esse assunto é abordado de uma forma multidisciplinar.

Não existe, ainda, uma disciplina específica para o combate ao tráfico de pessoas ou à violência contra a mulher, mas ele é tratado multidisciplinarmente, para que todo o policial saia da academia com essa consciência da necessidade que ele tem de ter uma atenção especial para os casos que ele encontrar de violência doméstica de um modo geral.

Então, além desses cursos específicos em que se trata das minorias, a Senasp oferece, como o Dr. Francisco colocou, mais de 60 cursos por ciclo e esses policiais, então, fazem esses cursos no seu horário de folga, fazem sem a necessidade de anuência do seu chefe, mas ele pode fazer, inclusive, no seu horário de trabalho também. Cada academia ou cada força tem um telecentro onde ele pode ocupar um computador dentro do seu horário de trabalho para fazer o curso, já que é um curso de capacitação profissional que vai auxiliá-lo no desenvolvimento das suas atividades.

Os cursos são desenvolvidos especificamente para a área de segurança pública, nesse intuito de garantir essa qualificação ao policial. Com isso, ele estará mais qualificado para ocupar determinadas funções dentro das polícias.

A Polícia Civil do Distrito Federal tem duas delegacias: uma especificamente para atendimento e proteção às crianças, que é a DPCA, e a Delegacia de Atendimento à Mulher. que hoje tem núcleos em todas as delegacias circunscricionais. Até pouco tempo, isso não acontecia. Em todo o Distrito Federal, qualquer ato de violência contra a mulher teria de ser encaminhado à DEAM, aqui na Asa Sul, mas hoje nós já temos o atendimento em todas as delegacias. Isso é considerado um avanço, já que a mulher vai se sentir mais à vontade para registrar a sua ocorrência ou para reclamar qualquer agressão que tenha sofrido.

No conteúdo programático para esse curso de combate à violência contra a mulher há dois módulos, num curso de 40 horas. Um deles aborda o tema como um todo e os aspectos legais e procedimentais, já que a polícia, na maioria das vezes, chega depois que o fato ocorre. Já que a violência é doméstica, não há como fazer uma prevenção. Mesmo que haja um policial passando na porta da residência, lá dentro pode estar acontecendo um ato violento. Por isso eu disse, antes, que é necessário que se faça alguma coisa para mudar a cultura do cidadão que comete esse tipo de violência.

Dentro das capacitações que são feitas, nós pegamos as de 2012 e 2013 mais o primeiro ciclo deste ano, nós temos um grupo de capacitações de quase 300 pessoas. Mesmo sendo espontânea a procura do curso, nós temos, nesse período, especificamente para esse assunto, uma procura muito grande pelo tema. Nós temos aí 285 capacitações realizadas nesse tema.

Além desse tema, nós temos outros que são ligados também. Como eu disse, há grupos vulneráveis, há crianças e adolescentes, exploração de crianças e adolescentes, exploração sexual, direitos humanos, segurança contra homofóbicos. E tudo isso nós fazemos utilizando a plataforma da Senasp.

Estamos com um estudo para que isso aconteça dentro da Secretaria de Segurança, uma vez hoje todo policial tem um computador em casa.

(Soa a campainha.)

O SR. SEBASTIÃO LUIZ DA SILVA – Não é o caso de muitos Estados no Brasil, onde há ainda muita dificuldade de acesso ao ensino a distância, mas Brasília não enfrenta esse problema. Por isso, nós acreditamos que, se desenvolvermos a nossa rede, onde tenhamos os nossos cursos, nós poderemos abranger uma quantidade maior de policiais capacitados melhor em temas específicos.

Aliás, devo ressaltar que terminamos, agora, no dia 5, três turmas de um curso de combate à exploração sexual e tráfico de pessoas, feito por nós lá na Secretaria em convênio com a Secretaria Extraordinária para Grandes Eventos, também do Ministério da Justiça. Como estamos prestes a ter aqui a ter os jogos, nós nos preocupamos com isso e fizemos uma capacitação. Foram 77 policiais que concluíram o curso, pensando exatamente em prevenir possíveis exploradores ou pessoas que venham com interesse em traficar pessoas. Então, a nossa cidade, esperamos, está preparada para receber esses visitantes, esperamos que não venham, mas estamos capacitados para recebê-los caso venham com essa má intenção. Foi um curso que começamos em março e terminamos agora no dia 5 de maio.

Além disso, estamos preparando também os policiais que trabalham no atendimento pelos telefones 190 e 193. Estamos com um projeto já pronto e devemos começar logo após o término dos jogos. São 150

pessoas que trabalham ali naquele atendimento, todos policiais civis, militares, bombeiros, para prepará-los para atendimento especificamente contra a questão da violência doméstica. É um trabalho que nós, inclusive, vamos procurar a Secretaria da Mulher, porque, além da questão legal, precisamos também ver qual a visão que a Secretaria tem, pois até já cobrou do Ministério Público essa questão do atendimento, que não está sendo a altura do que deveria ser.

Então, a nossa intenção é capacitar melhor esses atendentes de telefones de emergência para que possam dar um atendimento mais adequado às mulheres.

Assim, eu termino aqui a minha fala colocando-me à disposição para dirimir possíveis dúvidas. E estamos na sede da Secretaria de Segurança, no 3º andar, caso alguém queira nos fazer uma visita, fazer alguma sugestão ou ver o que estamos fazendo, colocamo-nos à disposição.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Sr. Sebastião Luiz da Silva, Gerente de Capacitação Profissional da Subsecretaria de Planejamento e Capacitação, do Governo do Distrito Federal.

Obrigada, Sr. Sebastião pela presença.

Quero fazer aqui algumas perguntas, algumas direcionadas à SPM e outras ao Ministério da Justiça e ao Governo do Distrito Federal.

Para a SPM, gostaria de saber, Ana Teresa, se estão sendo tomadas algumas iniciativas no sentido – pois na sua fala você lembrou isso, mas não percebi – de se está sendo tomada alguma iniciativa no sentido de montar esse banco de profissionais que têm a tarefa, a missão de fazer as capacitações nos Estados e Municípios.

Profissionais capacitados, profissionais preparados justamente para estarem disponíveis para os Estados e Municípios fazerem as capacitações – é a sugestão do relatório da CPMI da Violência contra as Mulheres.

Então, eu gostaria que você me respondesse a essa pergunta.

E para o Ministério da Justiça e a Secretaria aqui do DF, eu perguntaria: quais os critérios utilizados nas avaliações para medir o impacto das capacitações no atendimento às mulheres?

Então, deu para perceber que vocês têm um trabalho de capacitação para diversos profissionais, em diversas áreas, inclusive na área de criança e adolescente, na questão da violência sexual.

Mas, no que se refere às mulheres, eu gostaria de saber quais os critérios utilizados nas avaliações para medir o impacto dessas capacitações.

Também para o DF, especificamente para o DF: existe nas academias capacitação específica sobre a Lei Maria da Penha? Ou seja, nas academias policiais existe, de fato, uma capacitação específica sobre a Lei Maria da Penha? Se não existe, não seria o caso, já que as estatísticas mostram o elevado número de ocorrências de violência doméstica e familiar? Aqui no DF, principalmente no Entorno, percebe-se que há um alto número de violência contra as mulheres. A gente tem acompanhado isso, inclusive pela imprensa.

Da mesma forma, para o atendimento à violência sexual, cujos registros no DF são altíssimos, não acha que esse atendimento deveria ser especializado?

Então, são essas as perguntas que eu faria especificamente ao DF.

Eu vou retomar, talvez possamos começar pelo DF. Vamos fazer uma inversão agora, para o Sr. Sebastião Luiz da Silva poder responder; depois o Sr. José Francisco; depois a Ana Teresa; e, assim, a gente conclui esta audiência pública

O SR. SEBASTIÃO LUIZ DA SILVA – Ótimo!

Em relação às pesquisas, a segurança pública tem uma deficiência em relação à pesquisa. Nós realizamos uma pesquisa há sete, oito anos, não especificamente sobre a violência doméstica. Eu só estou falando isso para dizer que nós sofremos dessa carência de pesquisa. Então, qual é o indicador que nós temos? As ocorrências registradas. Não temos outra forma de medir esse índice de violência se não por meio das ocorrências, razão pela qual todos que falam pela segurança pública solicitam sempre que qualquer tipo de violência que o cidadão sofra seja registrada, porque é por meio do Boletim de Ocorrência que a Secretaria de Segurança vai saber qual é o maior número de ocorrência, que tipo de ocorrência, o local, o horário. Nós fazemos esse trabalho por meio dos registros de ocorrência. Como não temos outro tipo de pesquisa, não temos um indicador muito preciso para trabalhar o assunto.

Em relação às academias, tanto da Polícia Militar quanto da Polícia Civil, trabalham com a formação do policial basicamente. Os nossos policiais, depois de formados, demoram a retornar aos bancos das academias. Essa é uma deficiência que nós sabemos que existe, mas não tem sido possível trazê-los novamente aos bancos das salas de aula com uma frequência maior. Apenas após determinado período, no caso dos militares, quando fazem cursos para promoções. E os civis, depois de determinado tempo, quando eles vão passando de faixas, é que eles voltam para pequenos cursos de especialização.

Em relação à Lei Maria da Penha, como eu disse, é um assunto tratado nas academias, mas de forma transversal e multidisciplinar. Não há um curso específico para falar sobre a Lei Maria da Penha.

Ontem mesmo eu estive com o representante da Academia da Polícia Civil, exatamente procurando me subsidiar para possíveis questionamentos aqui e eu obtive esta resposta que eu estou passando para vocês. Inclusive agora nós estamos com um grupo de policiais civis, ou melhor, de pessoas entrando na Academia para formação. Este grupo receberá todas as informações relativas à Lei Maria da Penha. Eu estava dizendo, antes de sentar aqui, que hoje todos os nossos policiais têm curso superior, portanto, na maioria das vezes, já são pessoas mais bem esclarecidas que, às vezes, estudam até por si só aquilo que veem que será mais necessário no desempenho das suas atividades, e isso diminui um pouco a obrigatoriedade de abordar determinados assuntos com muita enfatização dentro das academias. Hoje, dentro das academias, os alunos absorvem muito mais facilmente do que há dez anos. Eu estou dizendo dez anos porque já fazia dez anos que não ingressava ninguém no corpo da Polícia Civil.

Então, mudou-se muito o curso de formação para policiais, mas não existe um curso para falar sobre a Lei Maria da Penha. Mas, hoje, todos os policiais conhecem muito bem a lei e sabem como agir.

Talvez o assunto não tenha sido bem colocado quando se fala do índice de violência no Entorno. A nossa segurança pública só tem ação dentro do território do DF. Infelizmente, nós sabemos que os Municípios, as cidades do Entorno, que pertencem a Goiás e Minas, têm, sim, um índice muito alto de ocorrências, mas isso fica para o Estado conter essa violência. E nós já percebemos que, muitas vezes, existe, sim, uma carência tanto de policiais quanto de delegacias para que isso seja tratado de melhor forma. Dentro do Distrito Federal, como eu disse, nós já temos um atendimento melhor. Nós temos as delegacias especializadas, nós temos núcleos de atendimento nas delegacias circunscricionais. Ou seja, a delegacia de cada cidade já trata do assunto sem necessariamente encaminhar, somente no caso da delegacia da criança e de proteção à criança e ao adolescente, que, aí sim, já traz, até mesmo pela especificidade do assunto, a questão de acolhimento. Quem conhece a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente sabe que lá existem ambientes próprios, bem montados e com psicólogos especialistas até para entrevistar uma criança vítima de violência, porque, muitas vezes, a criança não fala o que sofreu, até mesmo porque foi coagida em casa. Mas os ambientes montados na delegacia são preparados para tirar dela as informações necessária para que o assunto seja tratado como deve.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Muito bem. Agradeço profundamente ao Sebastião Luiz da Silva, que é o Gerente de Capacitação Profissional da Subsecretaria de Planejamento e Capacitação do Governo do Distrito Federal.

Obrigada pela presença e pelos esclarecimentos.

Vou, então, conceder a palavra ao Sr. José Francisco da Silva para que também possa responder às nossas questões e, se assim desejar, fazer, também, algumas outras complementações.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DA SILVA – Obrigado, Presidenta.

A questão que a senhora coloca é complexa. Nós não podemos, particularmente na área do ensino e da aprendizagem, ser passivos nem tão afirmativos como em uma equação matemática, em que há um resultado preciso.

Penso que quando se avalia o profissional de qualquer área, mas particularmente nessa área que envolve tantas situações e tantos cruzamentos, o ser humano com outro ser humano numa situação de gravidade e que fragilizada, na maioria das vezes, as pessoas e esse que vai dar o atendimento. Então, quando se faz a avaliação a partir daquele conhecimento, daquele conteúdo dado, há um resultado. Digamos 100, 95, eu aprendi tudo o que me foi aqui colocado. E expresso através da escrita ou oralmente esse conhecimento.

O que a senhora quer saber é sobre o desenvolvimento desse conteúdo, dessa conhecimento, na prática, no momento da ocorrência, no momento desse atendimento. Aí as interferências são muitas. Uma avaliação dessa não é algo simples de se fazer. Não é simplesmente, digamos, tivemos um maior número de inquéritos que foram finalizados, bem finalizados etc. O atendimento não resultou numa revitimização. Seriam esses os critérios, por aí, para que entendêssemos.

Então, digo que é uma preocupação, sim, que essa avaliação seja feita dessa forma, de uma forma muito sistemática, como já é previsto, mas tenho algo para informar a respeito do que acho que posso, num futuro próximo, ter uma resposta, uma resposta mais adequada. Por quê? Porque é fundamental, é importante, também esse profissional da segurança... Qual é a que percepção ele tem? Que percepção ele tem, então, desse atendimento e dentro desse tema: alguém que foi profundamente vitimizado dentro de quatro paredes. Ele foi lá fazer um atendimento ou essa pessoa foi até o seu local.

Nós fizemos uma proposta – e ela está sendo encaminhada – sobre, exatamente, medir a percepção do agente de segurança pública, do policial, em relação ao tema direitos humanos. Essa percepção será medida a partir dos temas. Então, no ato do atendimento, como ele é? Que resposta ele dá? Como ele pensa, como

ele percebe esse seu envolvimento como profissional e a sua capacidade de resposta a partir, então, desses conhecimentos envolvidos. Nós pensamos: isso não será nada teórico? Não se vai perguntar em relação ao conhecimento da Lei Maria da Penha, dos princípios fundamentais de direitos humanos, dos direitos à vida, mas uma resposta a partir, então, da percepção que tem desse atendimento e desse seu envolvimento.

Então, espero poder oferecer – através do Ministério da Justiça, que está conduzindo essa avaliação – uma avaliação interessante porque não somos nós que a estamos produzindo. Foi elaborado um edital.

Esse edital foi lançado à praça, então os institutos, as universidades, concorrerem a esse edital e, para nossa felicidade, dentre todos os editais, ele teve uma procura muito grande. Então, esperamos que, até o final do ano, tenhamos um mapa para dar uma resposta melhor e mais qualificada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada Sr. José Francisco pelas informações. José Francisco é o Coordenador-Geral de Análise e Desenvolvimento de Pessoal do Ministério da Justiça, do Depaid, Senasp.

É bom saber que tem um edital, já houve uma consulta, onde várias pessoas se manifestaram, para que até o final do ano possamos ter um resultado da efetividade dessas capacitações, se houve mudança de fato no comportamento, na postura, no atendimento. Que bom ter essa informação, que bom ter essa notícia.

Parabéns pelo trabalho.

Vou conceder a palavra agora à Ana Teresa Iamarino, da SPM.

A SRª ANA TERESA IAMARINO – Bom, gostaria então de responder a pergunta e fazer algumas considerações que foram me ocorrendo aqui enquanto ouvia os colegas de mesa.

Em relação ao banco de capacitadores e capacitadoras, a Secretaria está pesquisando a melhor solução para que possamos ter esse resultado, ter um banco, mas que ele seja construído de forma democrática, transparente. Está sendo analisado também pelo setor da nossa assessoria jurídica, porque entendemos e sabemos da responsabilidade de um banco recomendado, enfim, referendado pela Presidência da República, e suas implicações em termos profissionais e para esses capacitadores. Então, estamos estudando a melhor forma de fazê-lo.

Sempre tivemos a intenção de formar quadros que dessem conta da nossa diversidade, inclusive em termos nacionais sabemos que hoje tem algumas pessoas que são referência e são muito procuradas, em geral estão do eixo Rio-São Paulo-Sul e gostaríamos que esse banco contemplasse também as diversidades regionais. Então, temos buscado formas de atender a essa solicitação de forma democrática e transparente, como deve ser. Não temos ainda uma solução. Talvez a realização de um curso de capacitadores e formar multiplicadores para que isso ficasse à disposição para que as pessoas fizessem o curso. Enfim, está sendo estudada a melhor forma, mas ainda não temos um posicionamento finalizado a respeito disso.

Gostaria de complementar a minha fala, se eu tiver um tempo disponível. O meu colega do Ministério da Justiça, José Francisco, mencionou e esqueci-me de trazer para os senhores como resultado que considero de extrema importância que é a capacitação que está sendo feita no âmbito do programa Mulher, Viver sem Violência, que aborda especificamente a questão da violência sexual. É uma parceria entre a SPM, Ministério da Justiça e Ministério da Saúde, que tem dois grandes objetivos: qualificar e humanizar o atendimento às mulheres vítimas de violência sexual, que sabemos percorrer uma situação muito crítica na hora desse atendimento, quando já estão obviamente muito fragilizadas e muitas vezes acaba ocorrendo uma revitimização nesse processo; e, por outro lado, tem também um outro objetivo de enfrentar a grande impunidade nos casos violência sexual por falta de provas.

Pretendemos conseguir, enfim, de forma conjunta, atender bem às mulheres e produzir prova material desses crimes, para que possamos também combater, em termos de justiça e segurança. Então, o que está sendo feito é uma capacitação dos profissionais da saúde, para que possam fazer a coleta de material e com um olhar também da segurança pública, através de orientações dos peritos criminais, do que seria necessário para que o material fosse utilizado posteriormente como prova no processo.

Essa é uma atitude, uma ação que já vem sendo desenvolvida há um tempo e que a gente está conseguindo avançar. Já começamos as capacitações, já houve uma primeira iniciativa que foi muito exitosa em Minas Gerais com a previsão de se estender para todo o Território Nacional.

E aí eu gostaria também de enfatizar que, quando a gente fala de capacitação para o enfrentamento à violência, a gente acaba comentando mais da violência doméstica, em decorrência dos avanços que a gente teve a partir da Lei Maria da Penha, mas é bom não esquecer as demais formas de violência.

A gente também tem avançado bastante no que se refere ao feminicídio, não só no contexto da violência doméstica, mas também para que a gente possa ter um atendimento e um enfrentamento mais adequado dessa questão em todos os níveis nos diferentes setores de parceiros.

E, por fim, eu queria também salientar que a Secretaria tem a prática de que todas as reclamações que a gente recebe via 180 – porque o 180, além de prestar informação e orientação para as vítimas e qualquer pes-

soa da sociedade que queira tomar uma atitude em relação à violência contra as mulheres que tenha notícia, a gente recebe também reclamações de todos os níveis, reclamação em relação aos serviços, reclamação em relação aos atendimentos, foi ou não foi atendido – enfim, todas as reclamações que o 180 recebe, de todos os serviços, são sistematizadas e encaminhadas aos responsáveis para que isso possa servir de termômetro mesmo de como está sendo feito esse atendimento e possa balizar também o processo de qualificação e de aprimoramento desse atendimento.

Então, na nossa prática, a gente costuma enviar tanto para o reclamado, mas também para as secretarias e organismos de política para as mulheres, locais, para fazer o acompanhamento e para que se possa construir juntos soluções para essas reclamações e essas situações que são denunciadas.

Enfim, de tudo que foi falado aqui, eu gostaria de fazer essas considerações, que também dialogam com o que foi dito, e por fim gostaria de colocar de novo a Secretaria à disposição. A gente acha esse tema ainda muito importante e ainda há muito que se avançar, mas ele, sem sombra de dúvidas, é muito estratégico e a gente gosta muito de poder participar dessas oportunidades que permitem discutir, e aqui a audiência pública pode contribuir muito para um avanço nesse sentido.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada à Ana Teresa Iamarino, Assessora da Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, da SPM.

Foi muito bom poder ouvi-los. Acho que nos trouxe um retrato de que a questão da capacitação é uma preocupação de fato do Governo Federal, do Governo do Distrito Federal também, e vocês também constataram: nós precisamos cada vez mais avançar, precisamos cada vez mais poder ampliar esse trabalho, porque no enfrentamento à violência contra as mulheres, são várias as iniciativas, mas não é suficiente apenas ampliar os serviços de atendimento (delegacias, centros de referência), se os profissionais que lá estão não estão suficientemente preparados, capacitados para fazer esse atendimento, inclusive no sistema de Justiça, porque, muitas vezes, o olhar que se tem sobre uma determinada situação, sobre um determinado processo, se esse profissional, seja ele um promotor, um defensor público ou mesmo um juiz, se ele não tiver esse olhar atento do que que é a violência contra a mulher, do que que seja o feminicídio, ele poderá tratar como se fosse uma situação comum como qualquer outra. E é diferente, é bem diferente.

Então a capacitação é extremamente importante. Agora, eu entendo que é um passo que estamos dando. Nós precisamos avançar cada vez mais. Acho que talvez, quem sabe até o final do ano, até antes de concluir este ano de 2014, nós possamos aqui retomar esse debate para a gente fazer de fato um balanço do que nós conseguimos realizar no nosso País, não só no que se refere a capacitação de servidores, mas também sobre outras recomendações que a CPMI fez.. E a gente espera que as providências estejam sendo tomadas por todos os entes da federação, tanto pelo Governo Federal, quanto pelos governos estaduais e municipais para enfrentar mesmo a violência contra as mulheres.

Os números, a cada dia, são muitos altos, e é preciso realmente haver um grande investimento e uma mudança de cultura permanente das pessoas.

Então, finalizo aqui esta audiência pública agradecendo à Ana Teresa, ao José Francisco da Silva, ao Sebastião Luiz da Silva e, principalmente, a vocês que tiraram esta manhã para estar aqui.

Quero agradecer também à Ivonete Nascimento, Secretária Adjunta da Secretaria da Mulher do Distrito Federal, e também quero agradecer à Rita Polli, da Secretaria da Mulher do DF e a todos os servidores e servidoras que se fazem presentes aqui.

Muito obrigada.

Desta forma, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 50 minutos.)

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2014, TERÇA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 14 HORAS, NA SALA Nº 13, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e vinte e cinco minutos do dia vinte de maio de dois mil e quatorze, no Plenário número treze, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Ana Rita, Eduardo Suplicy, Randolfe Rodrigues e Wellington Dias. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. É registrada a presença dos Deputados Federais Marcon (PT/RS) e Padre João (PT/MG). A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública,** nos termos do Requerimen-

to da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 75 de 2013-CDH, de autoria da Senadora Ana Rita, aprovado em 05/09/2013, para debater o tema: **"Padrões de emissão de poluentes no Brasil: dos impactos da Siderurgia à proteção das comunidades"**. A Senhora Presidenta apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Kátia Visentainer, Produtora do Empório das Ideias Marketing e Comunicação; Carlos Bittencourt, Representante do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE; Durval Ângelo, Deputado Estadual da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; João Pedro Stédile, Representante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST; Padre Ari Antônio dos Reis, Assessor da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; Pablo Neri, Representante do Movimento Nacional pela Soberania Popular Frente a Mineração – MAM. A Senhora Kátia Visentainer apresenta o vídeo "Buraco do Rato", produção de Mídia Ninja e Comitê Nacional em defesa dos Territórios Frente à Mineração, com direção de Kátia V. O Senador Eduardo Suplicy anuncia a presença do Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário Mohamed Youla da República da Guiné (Guiné Conakry) no Brasil. A Senhora Presidenta cumprimenta o Embaixador e concede-lhe a palavra. A Senhora Presidenta faz os seguintes encaminhamentos: 1) enviar as denúncias afetas à questão ambiental para as autoridades competentes do Governo Federal e para a Comissão de Meio Ambiente do Senado; 2) fazer consultas às lideranças políticas quanto à possibilidade de instaurar CPI para apurar as denúncias contra a Vale; 3) estudar a possibilidade de revogar a Lei Kandir; 4) pedir providências ao Ministério da Justiça em relação às comunidades quilombolas que estão sendo retiradas de suas terras, principalmente em Conceição do Mato Dentro, MG, e à atuação de milícias privadas, com oficiais da reserva da Polícia Militar, em área de mineração, especialmente da Ferrous, da Anglo American e da Vale do Rio Doce, em Minas Gerais; 5) acompanhar os problemas decorrentes do uso concorrencial da água para mineração e para uso humano, no norte de Minas Gerais, na região do Vale do Rio Doce, por exemplo, no município de Açucena/MG; 6) requerer informações acerca dos processos em que a Vale é denunciada por trabalho escravo; 7) solicitar à TV Senado que exiba o vídeo "O Buraco do Rato". Fazem uso da palavra os Senadores Ana Rita, Eduardo Suplicy e Randolfe Rodrigues. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezessete horas e sete minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora ***Ana Rita,*** *Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa*

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Declaro aberta a 31ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 75, de 2013, da Comissão de Direitos Humanos, de minha autoria, aprovado em 5 de setembro de 2013, para debater o tema "Padrões de emissão de poluentes no Brasil: dos impactos da siderurgia à proteção das comunidades".

Convidamos para esta audiência pública, pedindo que esteja aqui, compondo a Mesa, João Pedro Stédile, representante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Também convido para compor a Mesa o Padre Ari Antônio dos Reis, assessor da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

João Pedro Stédile, por favor, sente-se aqui. Padre Ari, à minha esquerda. Muito obrigada pela presença.

Convido também o Deputado Estadual Durval Ângelo, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

É muito bom recebê-lo, seja bem-vindo.

Pergunto se o Pablo já está aí. (*Pausa.*) Está na fila, porque estão com dificuldade para entrar. Kátia também e o Carlos Bittencourt também? (*Pausa.*)

Convido a Kátia Visentainer, produtora do Empório das Ideias Marketing e Comunicação.

Seja bem-vinda, Kátia, prazer em recebê-la.

Esta audiência tem o objetivo de saudar a importância da criação do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, que completa, neste mês, um ano de articulação e enfrentamento às violações dos direitos humanos que as empresas da mineração têm causado às comunidades. Esse comitê tem, igualmente, um papel fundamental no acompanhamento e debate do Novo Marco Regulatório da Mineração, projeto esse que se encontra em tramitação na Comissão Especial da Câmara dos Deputados.

Aproveitando a presença do Carlos Bittencourt, por favor, Carlos, venha compor também a mesa.

Carlos Bittencourt é representante do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).

Seja bem-vindo, Carlos.

Antes de iniciarmos diretamente o tema a que nos propusemos, que é fazer o debate hoje sobre a questão do impacto da mineração frente às comunidades tradicionais, às comunidades quilombolas, indígenas, eu não poderia deixar de aproveitar esta oportunidade para chamar a atenção de todas as organizações aqui presentes e daquelas que nos acompanham também pela TV Senado sobre questões importantes que estão ocorrendo no Congresso Nacional, que atentam contra os direitos humanos. Quero aproveitar essa oportunidade para mencionar o PLS nº 508, de 2013, que está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal da reunião de amanhã, pela manhã. Vou ler uma nota, para publicação nas redes sociais, referente a esse assunto.

As mobilizações de junho de 2013 levaram centenas de milhares de pessoas às ruas de todo o Brasil, pessoas essas que reivindicavam mais direitos e maior participação política. Como todo grande processo de mobilização, devemos admitir que houve alguns excessos, tais como depredação de patrimônio público e de pequenos comerciantes.

Com pretexto de combater os "excessos", Parlamentares conservadores iniciaram uma ofensiva com o objetivo de emplacar medidas que reprimam ou dificultem mobilizações. Iniciaram com a tentativa de aprovar a Lei Antiterrorismo e agora depositam suas fichas no Projeto de Lei (PLS) nº 508, de 2013, que, originalmente, tipificava o crime de vandalismo, de autoria do Senador Armando Monteiro, com substitutivo do Senador Pedro Taques.

Na última quarta-feira (14/05), a proposta gerou intenso debate e foi alvo de muita polêmica durante discussão ocorrida na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, ficando para amanhã a votação.

Avaliando o perfil do debate, conclui-se que a tendência é que a matéria seja aprovada, o que exigirá do campo progressista grande mobilização para reverter este cenário.

Por que é que nos colocamos contra o projeto?

Em primeiro lugar, porque o projeto determina que uso de máscara, capacete e afins passa a ser causa de aumento de pena dos crimes por ele abrangidos.

Em segundo lugar, porque os crimes de homicídio, lesão corporal e dano ao patrimônio cometidos em manifestações, concentração de pessoas ou qualquer encontro de multidões passam a ser qualificados, havendo aumento considerável da pena.

Este projeto vai na contramão do que hoje é aplicado por juízes e tribunais, os quais costumam utilizar o contexto de multidão e forte emoção como atenuantes de pena, e não como agravantes, como estabelece essa proposta.

Destaca-se ainda a distorção do substitutivo do Relator, Senador Pedro Taques, quando trata do dano ao patrimônio. Taques propõe que a pena seja aumentada em quatro vezes em relação ao que hoje é praticado na versão qualificada, e nada menos do que 24 vezes a pena mínima da forma simples desse tipo de crime, que é maior se comparada à pena para lesão corporal. Ou seja, o patrimônio está sendo mais valorizado que a vida.

Por exemplo, hoje, a pena de dano ao patrimônio simples é de um a seis meses. Já no projeto apresentado pelo Senador Taques, esse mesmo crime, cometido num contexto de manifestações, passa a ser punido com pena de dois a cinco anos.

É inegável que essa iniciativa de lei atenta muito nitidamente contra a liberdade de expressão e manifestação. O projeto parte de uma premissa equivocada, pois é inerente e legítimo às manifestações algum grau de subversão da ordem vigente e mesmo de direitos alheios, como forma de causar o impacto necessário e a sensibilização do conjunto da sociedade e do Poder Público, a exemplo de manifestações que acumulam grande número de pessoas e acabam paralisando vias importantes.

Além de aumentar de maneira injustificada as penas e de ter grandes chances de ser utilizado como meio de criminalizar e impedir manifestações, o projeto é desnecessário, tendo em vista que já existe legislação suficiente para coibir os excessos ocorridos em protestos. Definitivamente, a solução mais viável não é reprimir ou limitar o exercício da cidadania e da liberdade de reunião e de manifestação, e, sim, a busca incessante pelo diálogo como melhor alternativa para dar respostas aos legítimos anseios populares.

Então, faço aqui essa breve introdução porque o projeto que está na pauta de amanhã da Comissão de Constituição e Justiça muito nos preocupa. Pelo grau de diálogo que temos tido aqui, especialmente na semana passada, esse projeto poderá ser aprovado. Como estamos num ambiente de representações de movimentos sociais, achei por bem trazer esse tema para essa reflexão aqui hoje também, para que seja do conhecimento de todos e que, de alguma maneira, os convidados aqui possam também, se assim acharem necessário, abordar, em suas falas, a respeito desse tema.

Não podemos demorar muito porque, às 16 horas, começa a Ordem do Dia da sessão deliberativa.

Quero aproveitar para convidar o Pablo Neri, que já chegou, representante do Movimento Nacional pela Soberania Popular frente à Mineração.

Pablo, seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Vou conceder a palavra à Srª Kátia Visentainer, produtora do Empório das Ideias Marketing e Comunicação.

Podemos combinar, para cada convidado, dez minutos. Se for insuficiente, teremos uma tolerância de mais três minutos. Ao final, teremos uma nova rodada para as complementações. Pode ser assim? (Pausa.)

Kátia, por favor.

A SRª KÁTIA VISENTAINER – Minha fala vai ser breve porque a gente vai passar o filme.

Quero saudar esta Mesa, na pessoa da Senadora Ana Rita, que nos proporcionou esta audiência.

Esse filme é uma sequência, a gente já fez o primeiro filme, Enquanto o Trem não Passa, em que a gente aborda a mineração em geral. Esse segundo filme, O Buraco do Rato, na verdade, trata um pouco da espionagem que a Vale vem fazendo nos movimentos sociais, com jornalistas, com políticos. Enfim, é um documentário sobre a espionagem da Vale. Espero que vocês gostem. Obrigada.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Agradecemos aqui à Kátia por nos proporcionar esse momento importante de retomada dos momentos de luta e dos depoimentos de tantas lideranças dos movimentos sociais, em particular do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Então, agradeço muito à Kátia, produtora do Empório das Ideias Marketing e Comunicação.

Eu vou conceder a palavra, agora, ao Sr. Carlos Bittencourt, representante do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).

Com a palavra, Carlos, por dez minutos. Se houver necessidade, poderemos ampliar o seu tempo um pouco mais.

O SR. CARLOS BITTENCOURT – Obrigado.

Quero saudar a iniciativa desta audiência, da Senadora Ana Rita, assim como ao pessoal do Mídia Ninja. A Kátia, além da produtora, é do Mídia Ninja. E essa foi uma parceira importante para que pudéssemos realizar esse filme.

Pego fôlego para falar depois de um filme forte como esse, que remete à vida e ao perigo de vida de muitas pessoas que estão aqui e que lutam contra os latifúndios, contra as mineradoras. É uma situação bem pesada.

Em geral, nessas audiências públicas, eu faço um papel de apresentar o cenário da mineração, mostrar dados, mostrar o que estava sendo debatido em torno do Código da Mineração na Câmara, onde a gente vinha fazendo um debate. Mas, hoje, nós estamos aqui também comemorando um ano de existência do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração. Então, na verdade, a minha fala será no sentido de tentar mostrar um pouco o que foi esse Comitê, nesses breves dez minutos, o que está sendo e o que vai ser. É óbvio que o que é fundamental, o de que ele se alimenta e o que mostra a sua autenticidade e a sua força são as pessoas que estão aqui, são os companheiros que vieram desde Marabá, atravessando o Maranhão, passando pelo Tocantins, de ônibus; os companheiros que vieram de Minas, da Bahia, de Parauapebas. Enfim, é evidente que isso mostra que ninguém está aqui à toa. A gente está aqui para construir um projeto alternativo, uma resistência comum, uma luta articulada frente a esse processo que a gente está vivendo.

Mas, antes de começar a falar do Comitê, é importante a gente falar sobre em torno de que se articula a mineração, hoje, no Brasil. A gente sabe que a mineração, nos últimos dez anos, experimentou um *boom* – isso a gente já estudou – de 550% do PIB relativo; que a participação da mineração no PIB cresceu 156%. Hoje, os títulos minerários, os requerimentos minerários representam 26% do Território Nacional, equivalem a uma área de 2,5 milhões de quilômetros quadrados, ou seja, mais do que os Estados do Amazonas, São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná juntos. Esses são os títulos minerários no Brasil. Então, a gente tem um quadro obviamente alarmante de subordinação de todos os nossos territórios, não só os territórios locais, que mexem com a nossa afetividade, mas também do Território nacional e da sua soberania a uma lógica privada de acumulação. Inclusive, a gente estava conversando sobre isso, hoje de manhã, na reunião do Comitê: uma lógica privada de acumulação totalmente voltada para fora e subordinada aos preços das *commodities* minerais e aos superlucros ou aos lucros extraordinários que eles vêm gerando.

Esse processo gira em torno de alguns eixos que todo mundo aqui tem vivido na pele, estando ou não em áreas atingidas pela mineração. Um deles, o principal, é a apropriação privada dos bens comuns, ou seja, você tem bens naturais comuns, públicos, em tese, segundo a própria legislação brasileira, bens da União, mas que só são públicos, da União ou comuns antes de ser feito um requerimento minerário. A partir do momento em que é feito o requerimento minerário, esses recursos se tornam privados e passíveis de exploração pelas mineradoras. E, junto com os minérios, que seriam um desses bens comuns, vão a água, a fertilidade do solo; vão, na verdade, os laços comunitários e um monte de coisa. Então, na verdade, um dos eixos que se articula é essa apropriação privada, essa espoliação, esse saque – e muitas campanhas têm usado essa expressão, dizendo "não ao saque dos nossos minérios" – dos recursos minerais e dos recursos a eles associados.

Outro elemento – e esse é muito grave – tem a ver com o impacto que essas grandes corporações fazem sobre a própria democracia. Na verdade, quando a gente pensa que avançou para um processo democrático e participativo, descobre que não inteiramente, pelo menos; que a gente tem uma democracia tutelada. Nós,

do Ibase, fizemos uma publicação que se chama "*Quem é quem no debate do Código da Mineração?*", onde, entre outras coisas, analisamos as doações de campanha aos Parlamentares desta Casa, da Câmara e dos membros do próprio governo, do Poder Executivo. E ficou evidente que as mineradoras têm um papel importante nas doações de campanha. Por exemplo, na Comissão Especial que trata do Código de Mineração na Câmara, apenas um Parlamentar daquela Comissão não recebeu dinheiro das mineradoras.

Então, será que essa Comissão tem capacidade e autonomia para avaliar esse processo, esse projeto tão importante para o País de forma desvinculada dos interesses das mineradoras? A nossa opinião, desde o princípio, foi: não, isso não é legítimo. A gente achava até que fosse legal, mas, nas últimas duas semanas, a gente teve uma surpresa. O companheiro Raul, do ISA (Instituto Socioambiental), que é um advogado brilhante, que participa do comitê e que contribui com o comitê, descobriu que, no Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, no art. 5º, inciso VIII, está escrito que é quebra de decoro parlamentar relatar matéria de interesse específico de doador de campanha eleitoral, seja pessoa física ou jurídica.

Então, quer dizer que o Relator do Projeto de Lei nº 5.807, de 2013, que é o Código da Mineração, que está tramitando na Câmara Federal neste momento, num congresso de conjunto, está incorrendo em quebra de decoro. E a gente já fez essa denúncia na Câmara. Essa foi uma denúncia inédita, inclusive, que o Comitê fez, porque nunca a sociedade civil tinha tomado a iniciativa de construir uma denúncia de quebra de decoro de um Parlamentar na Câmara. O Deputado recebeu 20% dos R$2 milhões de sua campanha de empresas do setor mineral, como a ArcelorMittal e outras. Mas, infelizmente, a nossa representação foi arquivada pelo Presidente da Casa, Henrique Alves, que descumpriu a legislação e tornou natural uma prática que para nós era apenas ilegítima, mas que, como descobrimos, era uma prática ilegal. Ele também recebeu... A campanha dele custou R$3,363 milhões.

Então, essa é uma lógica da naturalidade de uma democracia tutelada por essas empresas, e vamos fazer um esforço para rompê-la. Estamos em contato com a OAB e com os companheiros e companheiras que lutam pela reforma política neste momento, para construir uma representação, inclusive, no Supremo contra esse arquivamento e pela retirada do Deputado da Relatoria.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – O senhor me permita dizer: se isso ocorrer no Senado, por favor, o senhor nos informe, porque aí nós, Senadores do PT, por exemplo, poderemos tomar uma iniciativa. Eu gostaria de sugerir que possa informar a Bancada do PT na Câmara dos Deputados, para tomar a medida adequada a respeito disso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Aproveitando o fato de que houve a fala do Senador Eduardo Suplicy, quero registrar – eu devia ter feito isso antes –, então, a presença do Senador Eduardo Suplicy; do Deputado Valmir Assunção e também do Deputado Marcon, ambos Deputados Federais. O Deputado Valmir é do PT da Bahia, e o Deputado Marcon é do PT do Rio Grande do Sul.

Também registro a presença de Rafael Hidalgo, da Embaixada de Cuba, e da assessoria do Senador Wellington Dias.

Desculpem-me! Eu devia ter feito antes esse registro, mas fiquei meio impactada pelas imagens do filme e passei a palavra, logo em seguida, para o Carlos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Então, a Bancada do PT...

O SR. CARLOS BITTENCOURT – Já está ciente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – ... está avisada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Pois é.

O SR. CARLOS BITTENCOURT – Então, nesta semana, já vamos tomar novas iniciativas. Se os companheiros da Bancada do PT quiserem se somar a ela, temos construído um processo interpartidário na Câmara de acompanhamento de alguns Deputados.

Vou tentar concluir esta primeira parte sobre os eixos em torno dos quais a mineração se articula. Este é um aspecto grave: a nossa democracia é atropelada por esse processo das empresas que financiam campanhas e que esperam retorno ali na frente.

Outro elemento é o aspecto da monotonização econômica. Aonde a mineração chega, ela acaba com todas as outras formas de trocas econômicas e culturais e torna aquela comunidade, aquela região, dominada e dependente da estrutura e das trocas em torno da indústria mineral.

Há a questão da violência física e simbólica, que acho que o filme representa de forma muito clara. A mineração não chega sem violência, sem destruição de laços afetivos. Inclusive, há ameaça física ou concretização de ameaças através de morte. A Vale levou os policiais que fizeram o massacre de Carajás. Então, esse é outro aspecto fundamental.

Há concentração de riqueza e de terras. Cada vez mais, acho que os movimentos pela terra... Isso está ficando evidente. Hoje, por exemplo, a construção do Movimento Nacional de Atingidos pela Mineração, de que

o Pablo vai falar, impulsionado pelos companheiros e companheiras da Via Campesina, mostra esse vínculo. A mineração trabalha num processo de concentração de riquezas, como sempre ocorreu, mas, agora, também há um processo de concentração permanente de terras não só para a mineração, mas também para os portos, para as ferrovias, para os minerodutos, para tudo o mais.

Então, esse é um cenário em que esses aspectos se combinam. E a gente, como os teóricos, pode chamar isso de maldição de recursos. A maioria dos países ricos em recursos naturais padece desses males, dessas dificuldades, e não consegue, na verdade, gerar para o seu próprio povo as benesses que esses recursos geram para as empresas privadas, para os seus sócios que partilham esse lucro.

Frente a isso, se a mineração cresceu muito, se a expropriação e a espoliação também cresceram muito nesse período, as resistências também cresceram muito. As resistências saltaram de um processo de resistências locais para um processo de resistências regionais e nacionais. Acho que é aí que surge o comitê, e tento começar a finalizar a minha fala por aí.

Para nós, que constituímos o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, defender os territórios frente à mineração não é fazer a defesa...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS BITTENCOURT – Eu peço os três minutos, até por conta...

Defender os territórios e as comunidades não é defender os passivos, os coitados que estão sofrendo passivamente como vítimas de qualquer coisa. Não se trata disso, na verdade. Para nós, defender os territórios e as comunidades é apostar no futuro. Não é defender um modo de vida ultrapassado que atrapalha o progresso, como várias vezes querem falar dos indígenas, de quilombolas, de assentados, de geraizeiros, sejam lá quais forem as formas de ocupação da terra. Para nós, a defesa dos territórios – e o comitê se organizou em torno disso – é proposta de futuro. É proposta de pensar que esse modelo de apropriação e exploração dos recursos naturais, que esse modelo de exploração e apropriação da terra, do solo, das pessoas é um modelo inviável, na verdade. Está nos levando para o abismo, literalmente. Então, quando a gente aposta nas resistências, aposta na defesa dos territórios, a gente muito mais do que dizer um "não" à mineração, a gente está dizendo "sim" a um outro projeto alternativo, que muitas vezes não é escutado; não é escutado pela nossa democracia, porque, como eu disse, no mais das vezes, ela é tutelada pelas próprias empresas mineradoras e sente dificuldade de se apresentar no debate nacional.

Mas é muito bom, neste momento aqui e em vários outros que a gente construiu, dizer que não. Que este comitê é, sim, um espaço para a gente construir uma resposta alternativa, um processo que mostre que essas comunidades que são atacadas, afligidas, saqueadas, cotidianamente, pela mineração, os seus próprios modos de vida, que elas vinham constituindo há centenas de anos, às vezes é, sim, uma alternativa a esse modelo, que às vezes é substituído por uma lógica urbana: "Vamos levar para vocês o progresso, o emprego". É tudo o que aparece lá, mas, na verdade, no final das contas, o que chega é a violência, a prostituição, a violência de gênero sobre as mulheres ou a violência em geral, sobre todas as pessoas, as opressões. Na verdade, chegam com falsas promessas, e, ao final, a realidade sempre é bastante parecida. E aí os companheiros e companheiras que vivem em cidades que são cidades criadas por conta da mineração, como Marabá, Parauapebas, acho que podem apresentar muito claramente o que é isso, como se constituem essas cidades e como se constitui o cotidiano da vida ali.

Então, tentar constituir um espaço, e o comitê acho que se tornou um belíssimo espaço para isso, que também nos ensine que resistir localmente a uma lógica global de acumulação, quer dizer, que as comunidades isoladamente, mesmo os Municípios isoladamente, frente a uma empresa como a Vale, frente a uma empresa como a Anglo American, frente a uma empresa como a Carpathian Gold, a essas grandes multinacionais da mineração... Ninguém acorda "amanhã vou virar um minerador" para fazer mineração. A mineração, como dizem os técnicos, é intensiva em capital, em recursos naturais. Então, na verdade, você precisa de muito dinheiro para iniciar qualquer processo de mineração. Portanto, é impossível resistir localmente a esse processo, que é articulado globalmente com muito dinheiro, com muito poder e com muito apoio também dos Estados, polícias, inclusive.

O comitê também se constituiu em espaço de intercâmbio de compreensão das lutas comuns. É muito interessante.

Ontem, a gente estava reunido, não é, companheiros e companheiras? Apresentamos aos companheiros do Pará as lutas de Minas; aos companheiros da Bahia, as lutas do Pará; aos companheiros mesmo da Bahia que estão em lugares diferentes; aos que resistem ao urânio, aos que resistem ao ferro, aos que resistem ao porto. Então, na verdade, fazendo um intercâmbio que justamente tenta demonstrar as similaridades, que dizer, o que há de comum entre os que sofrem com os impactos da mineração em seus territórios e também como é necessário a gente entender o que tem de diferente para, em cada caso, articular a resistência, fazer a resistência e tudo o mais.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS BITTENCOURT – Então, para iniciar a conclusão, a gente sai daqui de Brasília desta vez... A gente conseguiu importantes vitórias neste último ano. A gente derrubou o regime de urgência do Código de Mineração, a gente realizou dois belos filmes, que a gente lançou aqui no Congresso, tanto Enquanto o Trem não Passa quanto o Buraco do Rato.

Agora fizemos essa ação inédita contra o Leonardo Quintão. E não vamos parar por aí, vamos seguir. Para o próximo período, queremos seguir com diversas lutas. Já anuncio aqui algo que estamos articulando, que é a luta em defesa das águas frente à mineração. Todas as comunidades aqui, sem exceção, nós sabemos que sofrem, pois a mineração no Brasil é sedenta por água. Segundo dados da ANA, incompletos – eu apresentei requerimento de informação, pelo Ibase, e eles mesmos reconhecem que os dados são incompletos, porque não há controle total do Território brasileiro –, a mineração consumiu 52 bilhões de litros de água em 2012, e, ao mesmo tempo, poluiu, transportou por minerodutos ou em barragens de rejeito, outros tantos bilhões de litros de água. Então, nós temos que sair dessa reunião do comitê lançando também uma campanha em defesa das águas frente à mineração e articulando para essa luta todas as comunidades, todos que estão aqui.

Eu queria, na verdade, fazer uma grande saudação ao Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração e a cada companheiro e companheira que aqui está sustentando e levando adiante essa luta, porque os que morreram, que ficaram pelo caminho, certamente, não se foram em vão. Muito mais do que construir uma proposta simplesmente de futuro melhor para nossos filhos, é redimir essas vidas perdidas, é levar adiante uma espécie de vingança positiva com relação a esses companheiros. Vamos substituir esse modo de exploração da vida e da natureza por outro que já construímos na prática, cotidianamente.

Sigamos juntos, vamos juntos, até a vitória! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Carlos Bittencourt, representante do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).

Aproveito para registrar a presença de outras entidades que estão aqui: além do Ibase, o Movimento Nacional pela Soberania Popular frente à Mineração, o MST, o Levante Popular da Juventude, o Inesc, a CNBB, o Movimento Geraizeiros, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Norte de Minas Gerais e de vários Municípios, também os atingidos e atingidas dos Estados de Roraima, Pará, Maranhão, Tocantins, Minas Gerais, Piauí, Ceará, Espírito Santo, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro, associações indígenas também do Maranhão, Pará, Tocantins e Roraima, e associações quilombolas do Pará, Maranhão e Minas Gerais.

Parabéns pela presença de todos vocês. Muito obrigada. Que bom! É uma audiência pública bastante representativa.

Obrigada, Carlos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Permita-me, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Permita-me, Srª Presidente, Senadora Ana Rita, registrar a visita à nossa Comissão de Direitos Humanos, nesta oportunidade em que discutimos questões relativas à poluição causada pela mineração e tantos outros problemas relativos ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil, do Embaixador da República da Guiné no Brasil, o Sr. Mohamed Youla, acompanhado de seus assessores na embaixada, que me trouxeram uma solicitação para que o Ministério da Saúde e o Ministério das Relações Exteriores encaminhem à Guiné ajuda a fim de prevenir e atacar suficientemente os problemas da epidemia de ebola, que causa uma febre que leva as pessoas à morte.

Eu queria dizer que encaminhei a solicitação ao Ministro Arthur Chioro, que já providenciou as medidas necessárias para que essa ajuda chegue à população da República da Guiné.

Nós temos aqui o João Pedro Stédile e o Padre Antônio dos Reis, da CNBB. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Eu solicito à assessoria que providencie uma cadeira para que o Embaixador possa se acomodar adequadamente.

Se puder ficar aqui, Embaixador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP. *Fora do microfone*.) – Eu ia levá-los ao plenário, mas achei que aqui está tão interessante!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Está tão bom. Pois é.

Embaixador, por favor, sente-se aqui. Se vocês puderem se acomodar...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP. *Fora do microfone*.) – Vamos assistir um pouco, depois, vou levá-los ao plenário.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Muito obrigada pela presença de todos vocês e que essa luta seja vitoriosa, que o Ministério da Saúde realmente possa providenciar a solicitação de vocês o mais breve possível.

Eu concedo a palavra, agora, ao Deputado Estadual Durval Ângelo, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

O SR. DURVAL ÂNGELO – Boa tarde a todos e a todas e, na pessoa da nossa Senadora Ana Rita, uma saudação a toda a Mesa dos trabalhos.

Sou Deputado Estadual de Minas Gerais há 20 anos, e 20 anos na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, um Estado que carrega a mineração em seu nome: Minas. Interessante que quase 20% dos 853 Municípios de Minas e 787 distritos carregam em seus nomes algo ligado à mineração, seja através de pedras preciosas, de adjetivos dados à questão da mineração, nomes de serra, de rios. O último distrito criado em Minas Gerais, em Itumirim, é Rosário do Rio Grande. Está aí presente a questão da mineração. Nós temos Diamantina, Ouro Preto, Turmalina, Ouro Branco, Água Boa, Água Comprida, Águas Vermelhas, Cristais, Berilo, Ouro Verde, Ouro Fino, Pedra Bonita, Pedra Dourada, Santa Rosa da Serra, São Domingos do Prata.

Então, cerca de 20% dos logradouros de Minas Gerais carregam o tema da mineração.

E é interessante que também os versos do poeta Carlos Drummond de Andrade, que escreveu *Confidência do Itabirano*, carrega também o protesto de alguém que viu a sua pequena Itabira sendo destruída pela insanidade da Vale do Rio Doce, a outrora Vale do Rio Doce.

E é interessante que em *Confidência do Itabirano*, ele diz:

Alguns anos vivi em Itabira.
Principalmente nasci em Itabira.
Por isso sou triste [...]: de ferro.
Noventa por cento de ferro nas calçadas.
Oitenta por cento de ferro nas almas.

E é interessante que, ao terminar o seu poema *Confidência do Itabirano*, ele mostra um pouco da sua sina, que é a sina das Minas Gerais. Ele conclui:

Tive ouro, tive gado, tive fazendas.
Hoje sou funcionário público.
Itabira é apenas uma fotografia na parede.
Mas como dói!

E por essa dor, é interessante que ele ficou até o final de sua vida, em protesto, sem voltar a Itabira, pelo que ele encontrou: o buraco na Serra, a poluição, a violação dos direitos humanos e, principalmente, essa dor com o buraco na alma – com o buraco na alma.

Interessante que, nesses 20 anos de Comissão de Direitos Humanos, na Assembleia Legislativa, um dos temas que mais a gente tem debatido é a questão da mineração e a violação dos direitos humanos. E talvez, num primeiro momento... E é interessante também que as reuniões mais expressivas da Comissão, até com 2 mil, 3 mil pessoas, ou 500, 700, 800, foram sempre protestos a respeito das consequências da mineração, que, cada vez mais, deixa sequela na vida de tantas pessoas. E quando tivemos, em Minas Gerais, recentemente, uma audiência pública do novo marco minerário de Minas Gerais, eu tive oportunidade de mostrar que Minas, hoje, padece de um quarto mineroduto que está sendo construído.

Em regiões como o norte de Minas e o Alto e o Médio Jequitinhonha, não há água, ali há uma carência muito grande de água. Interessante e contraditório que um copo de água vale mais que um saco de minério. E hoje, a gente padece... Estamos vendo a questão de Cantareira, mas a Região Metropolitana de Belo Horizonte vive um problema grave, gravíssimo, da questão da escassez de água.

E eu disse nessa audiência do Código Minerário que as políticas públicas de preservação, de resgate, de prevenção são muito tênues, nem atrasadas chegam, dado o poder enorme da mineração no Estado. Construiu-se uma cumplicidade com os Poderes Públicos locais quase que com fatalismo histórico, onde as medidas e as denúncias são mínimas. É interessante que essa promiscuidade não se manifesta só no poder político, mas até no Judiciário, onde a gente consegue algumas vitórias tênues, barrando projetos altamente poluidores, sem Estudos de Impacto Ambiental, e a gente vê que até no Judiciário, na segunda instância, todas as medidas impostas pela mineração são derrubadas quando conseguimos alguma vitória tênue na primeira instância. E o mais importante, foi afastado recentemente o secretário estadual de meio ambiente do PSDB porque estava vendendo pareceres, licenças e autorizações falsas, sem Relatórios de Impactos Ambientais para mineradoras do Estado explorarem, num verdadeiro absurdo.

A gente já viu de tudo lá na Comissão de Direitos Humanos. A gente sempre diz o seguinte: já vimos lá denúncias de trabalho escravo. No ano passado, recebemos denúncia de que na Anglo American, em Conceição do Mato Dentro, estava havendo ocorrência de trabalho escravo. No mês de dezembro, a Polícia Federal, com o Ministério Público Federal do Trabalho e um grupo que temos de combate ao trabalho escravo, identificou, em Conceição do Mato Dentro, haitianos submetidos a trabalho escravo, que foram resgatados por essa

força-tarefa, uma denúncia apresentada na Comissão de Direitos Humanos. E, na época, a empresa disse que era de empresas terceirizadas, como se ela não tivesse responsabilidade por isso.

Pois bem, continuando a investigação, em março deste ano foi constatado trabalho escravo na obra direta da própria Anglo American, nordestinos submetidos a 18 horas, a 17 horas de trabalho em maquinário pesado. E interessante que a própria Anglo American pediu autorização à Delegacia Regional do Trabalho para ampliação da jornada e essa autorização foi negada. Mesmo assim, esses trabalhadores foram resgatados na própria Anglo American. E eu pergunto: nós vamos assistir a isso até quando? Até quando situações como essa vão se repetir? Mas isso não é tudo! Isso não é tudo!

Tivemos também denúncias de trabalho infantil, há dez anos, na mineração, no corte de pedras em Ouro Preto. Denunciamos, houve constatação, deslocamo-nos para lá com a Polícia Federal, com o Ministério Público do Trabalho e agora, recentemente, a FTIEMG, que é a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas, há seis meses, levou denúncia de ocorrência de trabalho infantil em Alpinópolis, no sul de Minas.

(Soa a campainha.)

O SR. DURVAL ÂNGELO – Então, hoje a mineração se mantém com exploração do trabalho infantil.

Há denúncias também de pistolagem, de intimidações, nas quais essas mineradoras trabalham com oficiais da reserva da Polícia Militar, oficiais intermediários, de nível superior, para cuidar da segurança e que fazem intimidação e verdadeiro terrorismo.

Pasmem vocês! Uma equipe da Universidade Federal de Minas Gerais – e nós mandamos esta denúncia para esta Comissão, com as notas taquigráficas – foi ameaçada e impedida de executar seu trabalho em área privada e área pública, no Município de Conceição do Mato Dentro. Três professoras da Universidade Federal! E, ao recorrerem à Polícia, não tiveram – nós encaminhamos também para a Corregedoria da Polícia Militar – o apoio necessário. Essas milícias privadas impedem até que proprietários legítimos entrem em suas pequenas propriedades.

Então, eu acho que hoje, mais do que nunca, se tem que haver um olhar para o minério, que está embaixo da terra, tem que haver um olhar para o meio ambiente, que está acima da terra, tem que haver um olhar para as pessoas, que estão acima da terra.

Ao discutir o novo Código de Mineração, isso tudo tem que ser pensado. Até quando nós vamos ser pasto de rapina dessas mineradoras predadoras que, eu digo, trabalham com a mentalidade dos séculos XVIII e XIX e que abastecem um mercado internacional que se diz de Primeiro Mundo? Eu acho não podemos admitir isso.

E finalizo com Carlos Drummond de Andrade: "No meio do caminho tinha uma pedra" que atropela e mata gente. E a Vale do Rio Doce, Anglo American, Ferrous e tantas outras mineradoras menores, hoje, são as pedras que se abatem sobre os direitos humanos de muitas e muitas comunidades de Minas Gerais, cada vez mais desprotegidas. E Governo Federal e Governo estadual omissos, coniventes, em alguns momentos cúmplices, com uma situação dessas. Lamentável! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Deputado Estadual Durval Ângelo, do Estado de Minas Gerais, pela sua presença e pelo seu trabalho. Nós sabemos que é defensor dos direitos humanos há muitos anos. Preside aquela comissão há 20 anos e é um nome bastante conhecido nacionalmente. Parabéns pela sua coragem e pela sua determinação.

Antes de conceder a palavra ao nosso companheiro João Pedro Stédile, o Senador Eduardo Suplicy pediu que informasse que eles vão aqui permanecer aqui, para ouvir também a palavra do nosso companheiro João Pedro Stédile. Depois, ele vai levar o Embaixador até o plenário. É isso?

Com a palavra, João Pedro Stédile, representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O SR. JOÃO PEDRO STÉDILE – Boa tarde, companheiros e companheiras. Agradeço, lisonjeado, esta oportunidade que a Senadora nos dá, para vir aqui falar mal da Vale, acusar a Vale.

Venho aqui, em nome dos movimentos sociais e, em particular, do MST, e do povo brasileiro, denunciar que a Vale do Rio Doce é uma fraude desde o seu nascimento. Antes, ela era empresa nossa. Aí, no governo Fernando Henrique Cardoso, privatizaram de uma forma fraudulenta, porque ela valia R$100 bilhões, contabilmente marcados, independente das reservas, e o governo Fernando Henrique entregou para o capital internacional por R$2,4 bilhões. Roubaram a Vale do Rio Doce do povo brasileiro. E, sintomaticamente, Senador, ninguém teve a ideia de pedir uma CPI, para descobrir quem roubou a Vale do povo, até hoje.

Pois bem, alguns anos e depois, muitos – Deputados, inclusive – entraram na Justiça pedindo a anulação do leilão. Já em segunda instância, aqui no Tribunal Regional Federal de Brasília, o leilão foi anulado, e essa decisão da juíza está ainda pendente na Justiça até hoje, dez anos depois. E ninguém sabe por que o processo não anda. Porque a decisão de segundo grau já era que o leilão foi completamente fraudulento.

A Vale mudou de nome, ficou só Vale. Agora, quem manda na Vale: 58% capitais financeiros, que tem o Bradesco de testa de ferro, mas seus verdadeiros proprietários são americanos, de fundos de investimentos; e 42% permanecem brasileiros, seja do Fundo de Previdência do Banco do Brasil, que deveria ser nosso, e do BNDES.

Pois bem, ao longo desses anos de empresa privatizada, ela vem cometendo uma série de ilegalidades, que, inclusive, o Carlos e outras entidades têm estudos a respeito. Ilegalidades que ferem a economia nacional, como por exemplo, subfaturamento das exportações de minério, que ela usa as Ilhas Cayman, e subsidiárias nos Cayman e na Suíça para vender o minério abaixo do preço internacional. A Vale sonega impostos.

O então prefeito de Parauapebas chegou a entrar na Justiça cobrando impostos atrasados no valor de 700 milhões para uma única prefeitura. O Judiciário deu ganho de causa à prefeitura e até hoje ninguém cobrou. Se qualquer um de nós pobre ficar devendo uma prestação para as Casas Bahia, noutro dia vem o oficial da Justiça recolher a geladeira. Agora, a Vale dever 700 milhões para uma prefeitura que tem prestar serviços públicos, ninguém cobra.

Nessa mesma situação, a Vale tenta corromper juízes, como aconteceu com o juiz do Trabalho, de Marabá, que várias vezes investigou e deu ganho de causa aos trabalhadores, pois a Vale teve a petulância de entrar com uma medida cautelar contra o juiz no Tribunal de Justiça do Pará, alegando que ele vinha perseguindo a Vale, porque todas as sentenças dela era a favor dos trabalhadores. Olhem a petulância! O juiz estava julgando a favor da lei. E a Vale tentou afastar esse juiz lá, que acabou sendo transferido de Parauapebas para Marabá, porque, em Parauapebas, ele perseguia a Vale.

Bem, da mesma forma, um ex-funcionário da Vale denunciou as práticas ilegais da Vale, de fazer espionagem contra seus próprios funcionários, contra movimentos sociais e contra todos que ela acha que podem prejudicar as suas taxas de lucro.

No caso especial do MST, como o companheiro Charles, que está no filme, já denunciou, e esse ex-diretor de espionagem fez as denúncias, eles seguiram sistematicamente as lideranças da região. E, depois, como que num conluio entre Poder Judiciário e seu serviço de inteligência, quando houve um movimento popular em que mais de cinco mil pessoas pararam os trilhos da Vale, em Parauapebas, para exigir direitos entre eles, de ter proteção na estrada, onde ocorre tantos acidentes, a Vale teve a petulância de entrar na Justiça com dois processos: um em Marabá, contra as lideranças do MST, que eles já tinham mapeado, cobrando R$50 milhões por prejuízo, e outro processo foi contra mim.

Eu moro em São Paulo, não tenho nada que ver com trilho da Vale. Muitos de vocês moram perto e têm muito a ver, mas eu não moro perto da Vale, graças a Deus. E ela entrou com um processo contra mim. Bom, como responsável por ter parado os trilhos da Vale. O fato aconteceu em Parauapebas, eu moro em São Paulo. E sintomaticamente, o processo eles abriram no Rio de Janeiro, pedindo indenização de R$5 milhões, que eu deveria pagar para eles, porque eu sou muito rico e eles são muito pobres. Mas, lá no inferno, nós vamos nos acertar com o Agnelli, que era o então Presidente da Vale.

Então, o que aconteceu? Pelo jeito tem torcida o nosso time. (*Risos.*) Então, corre esse processo na Justiça do Rio de Janeiro. Os nossos advogados do MST perguntaram: "Por que eles abriram no Rio de Janeiro?" Provavelmente, no Rio de Janeiro, tem uma aquiescência do Poder Judiciário. É lá que está o escritório deles.

Eles têm contratado o melhor escritório do Rio de Janeiro, onde há ex-Ministros do STF, Senador Suplicy, e trabalham para a Vale e sabem todos os caminhos das pedras, denunciado pelo Carlos Drummond. E o processo está lá. Aí no meio do processo, os nossos advogados disseram para o juiz: "Meritíssimo, o processo tem que correr como sem custas judiciais, porque o rapaz, o João Pedro, não tem bens", o que de fato é verdade.

Bom, a empresa fez um serviço de espionagem e inteligência – e ela é muito inteligente –, e durante várias semanas filmou, fotografou uma casa num bairro lá de São Paulo e mandou as fotos, anexou as fotos dessa casa, dessa mansão ao processo, provando que a mansão era minha e que, portanto, não poderia haver isenção das causas judiciais.

Bom, o fato foi tão ridículo e eles devem ter gastado tanto dinheiro para fazer essa espionagem para saber onde eu morava, que o que eles filmaram foi o escritório de advocacia do Luiz Eduardo Greenhalgh. Eles filmaram o escritório, e está lá nos processos como coisa normal. Então, vejam a petulância dessa Vale!

Por último, em homenagem aos companheiros da Guiné, a Vale é tão prepotente na sua forma de agir que, lá na Guiné, ela se associou com um picareta de Israel e comprou a licença de exploração do minério de ferro por bilhão. Agora entrou um novo governo democraticamente eleito e que não é corrupto como o outro e o novo governo entrou com um processo e anulou a licença, porque foi corrupção.

Então, a Vale vai perder na Guiné 1 bilhão, e nenhum Senador vai pedir CPI? Ué? Também não afetou os interesses nacionais? Por que ela gastou esse dinheiro corrompendo os governantes da antiga Guiné corrupta? E aqui ninguém vai pedir CPI? Afinal, 42% da Vale continuam da Previdência do Banco do Brasil e do BNDES.

Então, o BNDES deveria pedir CPI para que a Vale devolvesse pelo menos 42% do dinheiro que ela vai perder lá na Guiné.

Mas isso eu digo como exemplo da prepotência que a Vale exerce em todos os campos. Olhem aqui todos os testemunhos que foram dados a respeito do jeito com que eles atuam com a Justiça, do jeito como eles atuam financiando campanhas dos políticos, do jeito como eles atuam com os movimentos sociais.

Então, para encerrar, eu queria pedir aqui aos Senadores que aproveitem a CPI da Petrobras, já que agora ela é ampla, e façam uma pequena investigação das estrepolias que a Vale está fazendo. E nós aqui como representantes dos movimentos sociais, queremos deixar claro para vocês: nós vamos lutar dia, noite, no outro dia de novo, noite, todos os dias...

(Manifestação da plateia.)

O SR. JOÃO PEDRO STÉDILE – ... toda semana, todo mês, todo ano, para garantir os direitos das pessoas que são afetadas pela mineração. Mas, além disso, nós vamos lutar todos os dias incansavelmente até que um dia a Vale seja reestatizada e que os responsáveis pelo leilão fraudulento vão para a cadeia, porque é lá que é lugar de ladrão do povo, para eles pararem de enganar a nossa população e de roubar, como foi dito aqui pelo Durval, porque nunca levaram tanto minério de ferro do Brasil para o exterior, sem que isso representasse nenhum benefício nem para a população vizinha das minas e muito menos para o povo brasileiro. Por quê? Também como herança maldita do governo Fernando Henrique Cardoso, foi aprovada nesta Casa a Lei Kandir. Infelizmente, nem vocês do PT tiveram coragem de revogá-la, porque a Lei Kandir isenta...

(Manifestação da plateia.)

O SR. JOÃO PEDRO STÉDILE – A Lei Kandir é um assalto aos cofres públicos, porque ela isenta do imposto de exportação, do ICM, todas as exportações de matéria-prima mineral, do petróleo, agora com o pré-sal, e das *commodities* agrícolas.

E, isentando de cena, afeta diretamente a população dos Estados e Municípios, porque é do ICM que sai o dinheiro para pagar o professor, o médico, os gastos que o Estado têm com a população. Então, o Governo Federal lava as mãos – não é comigo – e, lá na ponta, os prefeitos e os governadores ficam com o ônus dos serviços públicos para a população enquanto as empresas mineradoras, começando com a Vale, ficam com o lucro, que, para encerrar, no auge do preço da tonelada do ferro, quando estava US$200 a tonelada em 2011, a Vale teve de lucro, só no ano, R$29 bilhões, e não pagou nada de imposto para as populações locais. Imaginem o que parte dessa riqueza fantástica poderia representar em hospital e coisa parecida! Depois o nosso companheiro Pablo certamente vai dizer a situação que lá em Parauapebas, que o coração da maior mina de ferro que nós temos.

Então, contamos com a colaboração de vocês para nós pararmos essa exploração de minas, que o povo brasileiro tenha o controle e que a Vale algum dia seja reestatizada e que vocês tratem de revogar essa Lei Kandir, porque as leis vêm aí e nós estamos cada vez mais bravos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Eu vou precisar pedir licença porque eu tinha um encontro com o Embaixador para conversar um pouco com ele sobre aquele tema, mas eu achei que seria tão interessante ele poder ouvir alguns dos depoentes, o João Pedro Stédile, e ele aceitou ficar um pouco aqui, atrapalhou toda a agenda dele. Não vai ser possível ouvir toda a agenda.

A primeira sugestão que o João Pedro Stédile me fez, dentre as 15 que estão no pronunciamento dele, eu já assinei. Refere-se à solicitação ao Supremo Tribunal Federal de conceder o direito aos quatro membros do Partido dos Trabalhadores que estão lá na Papuda que possam, de fato, exercer o seu trabalho em regime semiaberto, como prevê a lei e o entendimento de grandes juristas em todo o Brasil. Anotei cada uma das suas sugestões aqui no meu computador cerebral. Vou levar em conta as suas sugestões e continuaremos a dialogar.

O SR. JOÃO PEDRO STÉDILE – Muito obrigado, Senador. O senhor terá o céu; não agora. (*Risos.*) (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Nós queremos agradecer profundamente as palavras e a presença do João Pedro Stédile, do MST, uma grande liderança não só nacional, mas também internacional.

Obrigada, João Pedro, por estar aqui conosco...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Se V. Exª permitir, o Embaixador agradecerá a gentileza.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Ah sim! Eu vou conceder a palavra ao Embaixador da Guiné. Agradecemos muitíssimo a presença dele e de toda a comitiva que está com ele.

Por favor, Embaixador.

O SR. MOHAMED YOULA (Tradução por profissional habilitado.) – Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Deixe-me solicitar. O intérprete podia ficar aqui. Se vocês pudessem ceder o espaço para ele usar o microfone. Use o microfone.

Por favor, Embaixador.

O SR. MOHAMED YOULA (Tradução por profissional habilitado.) – Nós agradecemos à Srª Presidente da Comissão de Direitos Humanos e todas as autoridades presentes aqui.

Agradecemos também o Sr. Senador pelo convite para esta reunião.

Nós agradecemos também às mulheres corajosas nesta sala e aos homens que estão lutando por uma coisa melhor.

Nós ouvimos tudo o que foi dito aqui desta tribuna. Nós sabemos que nesta sala que estamos usando hoje temos uma senhora, a Senadora Ana Rita, que é, digamos a dona desta Casa. (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Nem tanto.

O SR. MOHAMED YOULA (Tradução por profissional habilitado.) – Ela é a Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Eu vou falar algumas gracinhas, mesmo não sendo o momento de fazer isso. O direito, segundo a posição que cada um ocupa. Quando você pergunta ao *loup* – não sei muito bem o nome em Português – ele vai querer comer o bezerro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MOHAMED YOULA (Tradução por profissional habilitado.) – O lobo, então.

O lobo é livre para comer o cordeiro porque, se não o comer, não ficará satisfeito. O cordeiro também quer ser livre para não ser engolido porque, se for livre, vai querer comer as folhas da batata que estão plantadas. E as batatas são usadas, pelos seres humanos, para se alimentarem. Se as folhas não crescerem, não pulsarem, o ser humano não poderá comer as batatas.

As pessoas que têm problemas são as que têm de organizar os direitos. Aí, se nós deixarmos cada um fazer o que quiser, ou puder, a natureza não poderá crescer, não poderá evoluir. Por isso, vocês têm problemas e nós, também, temos problemas. Quando você ocupa um cargo de responsabilidade, você sempre terá um problema. Mas quando olho para trás, estou vendo os verdadeiros brasileiros e as verdadeiras brasileiras, pessoas bravas mesmo.

Então, nós estamos aqui para pedir outra coisa. Nós também temos um problema referente a essa epidemia de ebola. Nós não estamos pedindo o dinheiro, nós estamos pedindo uma ajuda humanitária. Vamos pedir medicamentos a vários lugares para que a população da Guiné fique satisfeita também.

Agradecemos muito a vocês e até logo. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Agradeço a presença ao Embaixador e a toda a sua equipe. Boa sorte!

Dando continuidade, agradecemos a presença do Embaixador da Guiné, sua equipe, que está no Brasil com certeza buscando uma ajuda para o seu país, uma ajuda humanitária, medicamentos, e esperamos que saiam daqui com boas notícias para o povo de lá.

Agradecemos profundamente a presença do João Pedro Stédile, essa liderança nacional e internacional da luta pela terra. É, sim, João Pedro, você é uma grande liderança. Obrigada pela sua presença.

Vou passar a palavra para o Padre Ari Antônio dos Reis, assessor da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Aproveito também para registrar presença do Senador Randolfe Rodrigues e do Movimento de Mulheres Camponeses que se faz presente aqui, como também a Rede Justiça nos Trilhos.

Com a palavra o Padre Ari Antônio dos Reis.

O SR. ARI ANTÔNIO DOS REIS – Muito obrigado, Senadora.

Também gostaria de saudar todos que estão aqui presentes, especialmente os representantes das comunidades impactadas, que estão aqui demonstrando sua cidadania, seu agir político, aprofundando o debate da mineração e suas consequências. Agradeço essa fala forte do João Pedro, expondo toda essa situação de justiça social ligada à companhia Vale, antiga Vale do Rio Doce.

Em nome da CNBB, queremos agradecer a oportunidade de contribuir com esse processo reflexivo.

Também gostaria de recordar, neste primeiro momento da fala, aquilo que a Senadora Ana Rita colocou para todos nós e também o filme que a Kátia passou para nós. Lembraria de quatro elementos que fala da Senadora Ana Rita e o filme trouxeram para nós e que devem reforçar nossa luta.

O primeiro elemento é lembrar que boa parte da elite brasileira não se acostumou com o posicionamento contrário à casa grande. Lembramos essa analogia casa grande-senzala, lembrando que para senzala sempre vai o resto, aquilo que a casa grande não quer aproveitar e dá para a população da senzala comer. Quando

quem está senzala pede alguma coisa a mais, a casa grande reage. Não se acostumaram ainda com o posicionamento contrário àquilo que a casa grande acha que tem que ser para todo o Brasil.

Numa segunda dimensão, lembrar que para essa questão da ordem e progresso, que muitas vezes tantos defendem, o bom cidadão é aquele que fica calado, aquele que não reage diante dos desmandos, aquele que não protesta, aquele cidadão que só lembra que é cidadão no momento de votar. Por isso lembramos da sua fala, Senadora, toda essa articulação querendo impedir qualquer protesto e toda perseguição a todos os agentes de movimentos sociais que têm reagido contra a exploração, contra a opressão. Foi lançado no mês passado o Caderno de Conflitos no Campo e ali aparecem tantas e tantas lideranças perseguidas, sobretudo lideranças indígenas e quilombolas. Não se concorda, não se aceita o protesto, a reação diante da injustiça.

Num terceiro momento, lembro aquilo que está muito presente na cabeça de alguns governantes: que os problemas sociais são resolvidos e ainda são tratados como caso de polícia, e não como um problema social ou político. Isso perpassa ainda a cabeça de muita gente. Então, todo aquele que reage diante da injustiça, diante da opressão, diante da mentira, diante do roubo, essa pessoa é considerada um caso de polícia e não alguém que está buscando, alguém que está defendendo o bem comum.

E aí fica para nós este compromisso de que a luta pelos direitos deve ser uma constante para todos nós. Onde quer que nós estejamos essa luta pelos direitos deve ser uma constante.

E, recordando aqui o que se colocava no começo, que o Carlos colocava, neste aniversário do Comitê, nós queremos, em nome da CNBB, agradecer a provocação que foi feita, de a CNBB tomar parte no Comitê, integrar esse grande grupo de organizações que estão buscando trabalhar, dialogar com a sociedade e defender os territórios diante desse avanço avassalador da atividade mineradora.

Nesse um ano de caminhada, nós conquistamos muitas coisas, mas, assim como o João Pedro, que fez uma fala escatológica, lembramos o que diz o profeta Elias: nós não podemos ficar na beira do caminho descansando. Nós temos um longo caminho ainda a percorrer. Portanto, precisamos buscar forças entre nós, buscar coragem, para continuarmos caminhando, para continuarmos defendendo.

Nós temos acompanhado com interesse a tramitação desse projeto da mineração, designado para uma comissão especial, não é? É um processo necessário. Contudo, nós não podemos desconectar esse processo das questões mais amplas que envolvem a Nação brasileira. Então, o Comitê tem insistido no diálogo profundo e aberto com a sociedade pela amplitude dos impactos sociais e econômicos na sociedade brasileira.

Também lembramos que a questão da mineração não se limita ao território brasileiro. Outros países também se deparam com a necessidade de discutir a atividade de mineração. Nesse sentido nós, povo brasileiro, comunidades, podemos contribuir de uma forma decisiva também para o Continente latino-americano. Sabemos que logo mais, na Guatemala, vai haver um encontro tratando desse tema. Também lembro que aqui em Brasília, no final do ano, os religiosos e religiosas que têm uma atividade ligada à mineração também terão um encontro para refletir, para dialogar sobre esse tema.

Então, é importante nós ampliarmos também esse diálogo e sabermos que nós, pela nossa atividade, pela nossa ação, podemos contribuir numa perspectiva para além do Brasil. E nós queremos dar essa contribuição que se prima pela justiça social, respeito às comunidades e o cuidado ambiental. Significa, então, um discurso propositivo, um discurso que lembra que o progresso não pode acontecer a qualquer custo, pois a ideia de progresso ela recorda a atenção, o carinho e o cuidado para com todas as pessoas.

A atividade mineral, sobretudo aquela voltada para a exportação, é altamente intensiva, e a gente lembra essa ideia, pelo uso da energia, não é? E o aumento da atividade implicará também na necessidade de mais energia. E todos nós estamos acompanhando o que significa hoje a produção de energia no Brasil, os impactos ambientais que ela tem gerado, o estrago que faz na vida e na cultura de tantas comunidades no nosso Brasil.

A mineração também consome, foi falado aqui, ela consome e polui muito a água, gerando conflitos com as comunidades locais onde há extração. A água, que deveria ser um bem de todos, passa a ser privada. Essa água é usada na mineração e falta para a população.

Todos vocês têm acompanhado o que está acontecendo no Estado de São Paulo, aquilo que se falou também, o Deputado falou, de Belo Horizonte. Muitas das nossas comunidades também estão com essa dificuldade. Então, deve-se ter cuidado e carinho com esse bem que é finito e que a atividade mineradora está acentuando cada vez mais a sua diminuição.

Em algumas localidades habitadas por quilombolas, por indígenas, por pequenos agricultores, essas comunidades, essas pessoas têm tido a sua sobrevivência impossibilitada pela contaminação da água.

A água está sendo contaminada e está afetando também a saúde dessas populações. Casos como esse se multiplicam em todo o Brasil. A preocupação com o uso da água interessa a todos nós.

É preciso também considerar os direitos das comunidades impactadas, medidas para evitar ou minimizar os impactos ambientais da atividade, além de considerar a possibilidade de áreas livres de mineração. Nós devemos insistir muito nesses pontos aqui.

Nós recordamos também o direito de consulta das comunidades impactadas. Também foi lembrada a saúde ocupacional dos trabalhadores da mineração ou os critérios de indenização daqueles que sofrem com a cadeia de transformação mineral.

Esses pontos já estão contidos em algumas leis. Nós precisamos insistir para que se tornem algo bem objetivo e que de fato cumpra com o seu papel.

Voltando à questão ambiental, nós não podemos considerar os impactos ambientais apenas de uma forma reativa ou corretiva, limitando a mencionar a possibilidade de responsabilizar o minerador. Nós precisamos cuidar para que o espaço da nossa vida, nosso *oikos*, nossa casa, que é o meio ambiente, seja cuidada, preservada, para nós e também para as gerações que virão depois de nós. Essa é uma responsabilidade que é colocada sobre todos nós, e os mineradores não estão talvez muito preocupados com isso.

Por fim, lembramos que esse assunto não interessa apenas às empresas nem apenas ao Estado, mas é uma responsabilidade de toda a sociedade. E o papel do Comitê, como comitê, como comunidades atingidas, nós precisamos potencializar a nossa luta, potencializar as nossas articulações, porque essa questão é grave. E necessitamos responder a essa gravidade com a potencialização dessas lutas.

Nós precisamos continuar com esse debate público com a participação do cidadão sobre esse tema, com o máximo de transparência, cobrar a transparência dos Poderes e cobrar o respeito pelas exigências da população. Exigências essas que são nossas e são direito nosso.

Nós precisamos, também, no nosso caso, como comunidades, como pessoas ligadas ao Comitê, continuar insistindo nessa luta. Lembramos: não podemos ficar parados à beira do caminho, descansando de algumas conquistas. Nós precisamos continuar caminhando, porque o direito das comunidades precisa ser respeitado, precisa ser cuidado e precisa ser valorizado.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Queremos aqui agradecer ao Padre Ari Antônio dos Reis, assessor da CNBB; agradecer a presença, Padre Ari, não só nesta audiência pública, mas todas as vezes em que a CNBB foi convidada e sempre se fez presente aqui na Comissão de Direitos Humanos, trazendo a sua contribuição.

Parabéns também pelo compromisso, pela luta e por se colocar sempre ao lado dos pobres, por estar sempre ao lado dos movimentos sociais. Então, parabéns. Muito obrigada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Antes de conceder a palavra ao Pablo, eu vou conceder a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, para que também possa se manifestar. Em seguida, Pablo Neri.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Obrigado, Presidente. Ainda há a Ordem do Dia, vou procurar ser breve.

Além de fazer a saudação aos integrantes desta Mesa e a esta audiência, eu não poderia passar por esta audiência sem fazer aqui três considerações.

A primeira é sobre o mérito de V. Exª, na condição de Presidente da Comissão de Direitos Humanos, de ter convocado esta audiência, porque traz para cá o debate do Código de Mineração sob a perspectiva daqueles a quem o Código de Mineração deve interessar e sob a perspectiva de alguns que não querem que o Código de Mineração seja debatido.

Os personagens que estão nessa mesa, que estão neste plenário, aqueles que querem que o Código de Mineração avance, que são as grandes mineradoras, não querem que estes participem do debate do Código de Mineração. As mineradoras não querem que as entidades aqui presentes, os trabalhadores, as populações atingidas, os trabalhadores, os sem-terra, aqueles que vão ser atingidos participem do debate do Código de Mineração. Porque querem que o Código de Mineração só interesse, só seja a partir dos interesses dos lucros das mineradoras.

Por isso que o debate do Código de Mineração está aqui no lugar certo, que é a Comissão de Direitos Humanos. Porque o impacto da mineração tem que interessar primeiro às pessoas, aos direitos das pessoas, aos direitos dos humanos que serão atingidos pelos impactos da mineração. Por isso, este é o local certo do debate sobre o Código de Mineração. Então, o Código de Mineração não pode avançar somente como objeto do lucro, somente como objeto dos lucros desenfreados das mineradoras, como alguns querem.

Portanto, quero saudar esta audiência, o objeto e o local onde ela está ocorrendo, que é o espaço da Comissão de Direitos Humanos, Senadora Ana Rita. Também quero propor que, daqui da Comissão de Direi-

tos Humanos, que a Comissão de Direitos Humanos seja, de fato, uma trincheira e um fórum dessas entidades para trazer esse debate sobre a tramitação do Código de Mineração não só quando chegar ao Senado, mas o debate do Código de Mineração no Congresso Nacional, da Comissão Especial em que ele está, e o debate dele no Congresso Nacional.

O segundo aspecto, João Pedro, eu tive acesso com você mesmo, com o senhor, com V. Exª. Mas eu tive acesso a sua entrevista no Instituto Humanitas da Unisinos e quero cumprimentá-lo. Você pauta o tema atual com muita... Em especial, pela clareza com que você pauta a atualidade da reforma agrária.

Já foi objeto, foi objeto e eu sei que você, como está sendo, somente... Você haverá de me responder, como diria Pessoa, Fernando Pessoa naquela poesia: "Não sou nada, nunca serei nada. À parte isso, carrego comigo todos os sonhos do mundo", porque você está sendo somente porta-voz do que foi o último congresso vitorioso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Mas quero repetir e afirmar aqui o compromisso do que você pauta nessa entrevista na Unisinos, na revista do Instituto Humanitas da Unisinos, sobre a atualidade do compromisso da reforma agrária. É importante pautar isso porque você fala que a reforma agrária agora tem uma atualidade que não é mais a reforma agrária campesina de alguns anos atrás.

Tão importante quanto saber qual é a luta é saber contra quem estamos lutando. O inimigo moderniza-se e o inimigo agora não é mais o capital industrial de outrora. O inimigo agora é o capital financeiro. Você faz uma constatação e eu quero reiterar minha concordância com a sua constatação. Se, antes, o inimigo era o capital associado naquele latifundiário, agora o inimigo é o capital industrial "financeirizado" que tem um conglomerado econômico-financeiro que monopoliza a produção de leite no Brasil. Hoje a produção de leite no Brasil está monopolizada em torno de três empresas de leite: a Nestlé, a Danone e a Parmalat, que monopolizam toda a produção de leite do Brasil. Esse capital monopolizou-se, "oligopolizou-se" e "financeirizou-se".

Por isso que a pauta – me permita aqui tangenciar o tema também desta audiência – a pauta da reforma agrária hoje não é pauta somente dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. É pauta de todo o povo brasileiro porque esse leite que é produzido pela indústria vem para a prateleira do supermercado todo envenenado. E é por isso que nós estamos comprando leite envenenado que vem para a prateleira do supermercado.

Por isso, a reforma agrária é hoje uma pauta popular e tem de ser feita junto com as pessoas que vivem na cidade. Por isso, a bandeira da reforma agrária é de uma reforma agrária popular e agroecológica também.

Você colocou isso com muita precisão. Viu que eu já estou sendo um aluno razoável dos ensinamentos por você ensinados? (*Risos.*)

Viu que eu li bem os ensinamentos do Prof. João Pedro na entrevista? Eu queria cumprimentá-lo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Passei? Mais ou menos 7,5?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Está bom.

Eu queria cumprimentá-lo pela qualidade com que pautou o tema da reforma agrária.

Por fim, Srª Presidente, eu queria aqui aproveitar a presença da diversidade desta Mesa. Eu acho que é necessário, Senadora Ana Rita... Há aqui presentes diferentes entidades, o Ibase, a CNBB, o MST, movimentos populares diferentes. Eu acho que é importante chamar todos para a votação importante que haverá amanhã, na Comissão de Constituição e Justiça, não é, Senadora Ana Rita?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Eu já falei sobre isso, Senador, mais cedo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Pois bem, então, permita-me reiterar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Muito bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Amanhã, nós vamos votar um projeto que é terrível para a luta em que nós todos estamos empenhados. É um projeto que, na prática, criminaliza a manifestação. Todos nós sabemos que quebrar vidraças é crime – isso sabemos. Todos nós sabemos que bater em alguém é crime. Agora, não pode aumentar a pena se isso ocorrer em manifestação! Passa a condição de estar em manifestação a ser crime. Não podemos aceitar e admitir a condição de estar em manifestação, que tem de ser algo normal e natural quanto andar na rua e quanto estar em casa, um direito constitucional conquistado pelo povo brasileiro depois de muita luta, depois de uma ditadura, ser criminalizado dessa forma. Então, eu queria só reiterar que essa mesma mobilização de hoje – a Senadora Ana Rita já fez o convite – tivéssemos aqui amanhã, porque vamos combinar que querer criminalizar manifestação tem nome e sobrenome e se chama fascismo.

Obrigado, Senadora Ana Rita. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Muito bem, Senador Randolfe.

Agradeço as manifestações do Senador Randolfe.

Nas audiências públicas, os Senadores têm preferência de fala. Por isso, tanto o Senador Suplicy quanto o Senador Randolfe falaram. Então, nós agora vamos ouvir o último convidado da nossa Mesa, o Pablo Neri, que é o representante do Movimento Nacional pela Soberania Popular frente à Mineração. Depois, ao final, o Deputado Padre João também gostaria de se manifestar, e, então, nós vamos conceder a palavra para ele. E assim vamos encerrar esta audiência pública.

Pablo Neri, também pelo tempo de dez minutos. Se houver necessidade, prorrogamos por mais três ou cinco minutos. Está bom?

O SR. PABLO NERI – O.k..

Boa tarde, pessoal, companheiros e companheiras.

Antes de começar, eu tenho de falar de onde venho, porque é essa região que eu estou representando. Eu venho do Pará, do Município chamado Parauapebas e de um assentamento chamado Palmares II. Esse assentamento é vizinho de 500m da maior mina de mineração a céu aberto do mundo, tem dentro do seu território a Ferrovia Grande Carajás, que está passando pela sua duplicação, tem os cabos de fibra ótica que transportam as informações da Vale e é cortada pelo rio em que são jogados os rejeitos da Vale. Então, nós estamos numa situação... Mas é esse assentamento que tem dado o exemplo para mim, como jovem, que tem dado o exemplo de resistência para a construção desse movimento. Esse assentamento que não difere dos territórios da maioria dos companheiros e companheiras que estão aqui tem dado o exemplo para esses barões do minério de que nós não estamos de brincadeira e de nós não iremos embora das nossas terras, pelo lucro do capital internacional.

As fronteiras da riqueza que são criadas, que são utilizadas com esse nome, são fronteiras de riqueza para quem? É difícil falar de direitos humanos aqui, nesta Casa, sem lembrar as crianças que estão, neste exato momento, fazendo carvão para alimentar as siderúrgicas de Marabá, que, neste exato momento, estão vendendo bala, laranja, água e outras infinidades de coisas para ter a sua subsistência.

A infância não foi inventada nesse território, companheiros? É isso? É difícil falar de direitos humanos numa região em que venho e assisto aos trabalhadores pegando os ônibus, para exercer o trabalho que mais mata, mutila e enlouquece no mundo?

Vejo meus colegas de classe pegando os ônibus em turnos cada vez mais estranhos, porque trabalhar da 1h às 6h da manhã e dormir o restante do dia é pedir para abdicar da vida – da vida.

E é difícil também falar de direitos humanos, sem imaginar que, neste exato momento, sem esperar conclusão de cálculos, sem esperar conclusão de pesquisa, há indígenas e quilombolas sem terras, trabalhadores sendo expulsos de suas terras à bala, com os cães do Estado mostrando os seus dentes, usando da cordial covardia de sempre.

Mas eu também queria dizer que a gente não é coitadinho. A gente é impactado, está cansado, está excluído nesse sistema, mas não é coitadinho. Não nos enganemos, companheiro, esses barões do minério têm medo da gente, tem medo desse povo organizado.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PABLO NERI – Companheiros e companheiras, se eles não tivessem medo, não investiriam milhões em investigação, João Pedro. Se eles não tivessem medo da gente, não botavam a polícia no nosso encalço, toda vez que veem 50 trabalhadores reunidos. Se eles não tivessem medo, não precarizavam o trabalho. Eles têm medo da gente, sabem que o poder de fato está com a gente. Somos milhões. E esse salto de qualidade que a gente está dando com o movimento nacional e com essa movimentação internacional provoca muito mais medo ainda, porque aí não seremos uma Palmares, não seremos o Município de Porteirinha, não seremos um Estado. Seremos trabalhadores contra a mineração predatória na América Latina e no mundo.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PABLO NERI – Morar nesse território, faz a gente aprender muito as coisas, não é? A primeira coisa que eu aprendi ainda jovem – e participei da luta em 2007, em que o João Pedro foi processado, e minha mãe também está devendo R$7 milhões para a Vale, porque nós somos ricos... (*Ricos*)

O SR. JOÃO PEDRO STÉDILE – Vamos ser colegas de cela.

O SR. PABLO NERI – Eu estava lá, e esse território me ensinou que é a luta que vai fazer a transformação na vida das pessoas, na vida de cada um e de cada uma que está aqui.

E, como o João Pedro disse, lutaremos hoje, amanhã, depois, sempre, até o basta, até o fim da negação, até que paremos de falar na inexistência de direitos humanos, para falar de fato de conquistas da classe trabalhadora, de camponeses, de indígenas, de quilombola, dos trabalhadores da mina, porque, se a gente não fosse importante, a Vale não se empregava tanto em formar uma cadeia ideológica que silencia a nossa juventude.

Companheiros e companheiras, a Vale – aí aproveito para denunciar – está construindo, nas cidades em que os projetos estão instalados, cadeias ideológicas, que transformam a nossa juventude em silenciadas, em cegas, porque a gente aprende desde cedo, nos joguinhos que a Vale distribui nas escolas infantis, que, se tu não conheces os projetos de melhoramento ambiental da Vale, tens de retornar duas casas, num joguinho de Ludo que é distribuído.

Isso é ou não lavagem cerebral, companheiros? Distribuir brinquedo, bala, com rótulo da Vale, nas escolas infantis de Parauapebas; colocar *outdoor*, na cidade, que diz assim "Agradeço primeiramente a Deus e depois à Vale" é ou não querer "divinificar essa demônio"? Isso é lavagem cerebral, companheiros, essa cadeia ideológica!

(Manifestação da plateia.)

O SR. PABLO NERI – Também não poderia deixar de falar que nas nossas cidades, principalmente no Pará, a gente está com os cemitérios cheios de jovens, jovens negros, pobres. E, diferentemente do que a Vale diz – que ela não tem nada a ver com a violência social –, olhem o que os dados mostram: que, das cinco cidades com maior índice de violência, três são no trecho da Ferrovia Carajás. Ela tem ou não tem culpa no cartório?

(Manifestação da plateia.)

O SR. PABLO NERI – Então, condenamos esse demônio pelas mortes dos nossos jovens na nossa cidade também! Isso é problema dela também! As nossas cidades, os nossos hospitais lotados, com sistema precarizado de saúde pública, com doenças advindas do mineralnegócio são problema da Vale.

E aí, finalizando a minha fala, gostaria de usar das palavras do Vinicius de Moraes para...

O SR. JOÃO PEDRO STÉDILE (Fora do microfone.) – Só dá poeta hoje! (*Risos.*)

O SR. PABLO NERI – ... do Vinicius de Moraes, para mandar meu recado. O poema é assim:

Senhores barões do minério
Preparai vossas mortalhas
Chegado é o tempo de guerra
[...]
Não a foice contra a espada
Não o fogo contra a pedra
Não o fuzil contra a enxada:
- União contra granada!
- Soberania contra metralha!
E a nossa guerra é justa
A nossa guerra não falha!
Obrigado. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Muito bem! Obrigada Pablo, representante do Movimento Nacional pela Soberania Popular Frente à Mineração. Confesso, Pablo, que eu fiquei encantada com você, viu? Falou muito bem! Uma presença bonita!

O SR. PABLO NERI (*Fora do microfone*.) – Obrigado!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – É muito bom ver a juventude – obrigada, Senador Randolfe – envolvida e comprometida com as causas sociais na intensidade em que você está. Por diversas vezes, esta Comissão de Direitos Humanos fez audiências públicas aqui para discutir o extermínio da nossa juventude. Os nossos jovens estão morrendo – não é verdade? – por causa da violência, por causa de tantas coisas. É tão bom ver jovens como você, Pablo, disposto a lutar, disposto a construir um Brasil melhor, com essa clareza, com essa disposição. Só 19 anos! Parabéns para você, Pablo. Que outros jovens possam, assim como você, também se envolver nesse movimento, nessa luta.

O Deputado Padre João gostaria de se manifestar, mas eu pergunto ao Deputado Estadual Durval Ângelo, que tem hora marcada para sair, se dá para ouvi-lo.

Então, eu vou conceder a palavra ao Deputado Padre João, e depois nós passaremos às considerações finais, rapidamente.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG) – Senadora, muito obrigado. Parabéns também por acolher aqui o movimento social...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Me desculpe, Padre João, só para eu fazer um registro, antes que eu esqueça.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG) – Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – A assessoria do Deputado Chico Alencar, do PSOL do Rio de Janeiro, se faz presente aqui também. Já registrei dos demais Deputados que passaram por aqui, e também o movimento social do Centro Novo do Maranhão e de Alto Turi, que também se faz presente aqui.

Por favor.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG) – Então, parabéns pela iniciativa. Cumprimento também o Deputado Durval Ângelo, que faz também um excelente trabalho, que tem sido também um amparo na Comissão de Direitos Humanos, para todos os movimentos sociais como um todo. Aqui também está o Padre Ari. Saúdo também quem representa as organizações, a Kátia, o Carlos, o Pablo. Parabéns. É a juventude assumindo o seu protagonismo. O João Pedro Stédile, porque também representa todo esse movimento, sobretudo em relação ao acesso à terra. Nós temos grandes conflitos nessa disputa.

Em relação ao Código da Mineração, nós entramos em uma conjuntura totalmente desfavorável, quando já – antes, era o primeiro artigo, agora acho que pulou para o terceiro – é considerada atividade minerária de utilidade pública e interesse nacional. Alimento não é de utilidade pública e interesse nacional, mas atividade minerária é. Por isso que, então, pode-se sacrificar os agricultores familiares, as comunidades tradicionais e inclusive as indígenas, que é o que estão querendo, inclusive terras já demarcadas. Se pegamos o conjunto das leis, eles querem rever tudo isso, as unidades de conservação. Isso, quando ampliamos, em relação também à PEC nº 215.

Então, é muito bom estar aqui. Lamento não ter participado antes, porque estávamos numa negociação da Medida Provisória nº 636, que, infelizmente, a bancada ruralista, no oportunismo, quer também abocanhar. Já não bastasse o tanto que eles recebem, seja, sobretudo o que querem, uma oportunidade, uma migalha que cai na mesa dos pobres ainda eles querem pegar uma parte.

E, além da reunião que está acontecendo agora, também na Secretaria-Geral da Presidência, com os atingidos de Aimorés, que pega Minas e Espírito Santo, Senadora, ali, no Baixo Guandu é uma luta, atingidos da Vale, que inviabilizou a agricultura, inviabilizou a vida dos pescadores, os reassentamentos até hoje são um faz de conta. Então, há um grande problema lá, os atingidos da Vale, ali da usina hidrelétrica de Aimorés. Toda uma cidade foi removida, que é Itueta. Hoje tem a Nova Itueta, com grandes problemas ali. Então, também uma comissão dos 20 atingidos que estão lá na Secretaria-Geral da Presidência.

Ademais, Senadora, aqui, cumprimentando também o Durval, dois presidentes combativos, orgulho também para nós, do Partido dos Trabalhadores, ressalto duas questões dentre milhares, na verdade – sem exagero nenhum quando falamos em milhares.

A primeira eu acho que o Deputado Durval não pôde acompanhar no início, mas acho que já fez aqui, em relação ao trabalho análogo escravo do Conceição do Mato Dentro pela Anglo American e companhias, e tantas terceirizadas. A terceirização também tem sido um instrumento de precarizar outras as condições de trabalho, coisa gravíssima. Então, vários, são centenas de trabalhadores em situação análoga a de escravo. Então, um problema seriíssimo e que, além de atingir a Minas-Rio, os agricultores familiares, como um todo. É o maior mineroduto; então, para eles é uma questão de orgulho, embora para os nossos, para os Municípios como um todo, alguns prefeitos, pelo menos, estão tomando também consciência da questão, é mais para a agricultura, para as nascentes, tem sido uma grande ameaça.

Outro problema gravíssimo é o que está para o norte de Minas, porque foi muito... O direito humano à alimentação é algo muito recente. Olha para ver, tão recente isso. O óbvio, para vir para a Constituição, algo recente. Agora, a água, comprometer a água? As famílias já estão sem água. Agora, o que é um duto, uma tubulação dia e noite, levando água do Jequitinhonha?! Então, Presidente, está sendo negado aos pescadores lá no reservatório de Aimorés, colocar um tanque rede, um tanque que vai manter a água, vai manter a água ali, no lugar e tudo isso está proibido. E o Governo de Minas não faz empenho, licenças todas são o maior problema.

Agora, tirar a água de lá de Irapé, tirar a água é permitido, já está garantido para eles, água que vai sair dia e noite para levar o minério que vai gerar emprego literalmente na China. Então, esse que é o grande problema que nós... Acho que ainda é um começo, a Comissão de Direitos Humanos vai estar discutindo também lá, dia 2 de junho, que pega Salinas, mas também lá em cima, mas se não somar os esforços dos atingidos, dos agricultores, mas dos poucos Parlamentares que têm um compromisso de fato com a qualidade de vida, não tem jeito, porque, mesmo no Governo, nós temos algumas dificuldades, Durval.

Dentro do próprio Governo do PT, é nosso, a Presidenta é nossa, nós sabemos de muitos infiltrados que há, não só no Ministério das Minas e Energia, mas também no Ministério da Agricultura, dentro da própria Embrapa, João Pedro.

Há um projeto de minha autoria que tramita aqui que era o de criar o banco de sementes. Randolfe falava sobre a questão da reforma agrária. Banco de sementes. Falava, citava três empresas do Brasil. Mas, na parte da agricultura, V. Exª bem sabe, nós temos menos de dez empresas que controlam as sementes do mundo, não é

só do Brasil, não. Controlam todas as sementes do mundo. E são as mesmas que controlam o veneno, na produção de alimento, matando o campo e a cidade. E ainda algumas já estão lá na farmácia, com seus medicamentos, esperando os trabalhadores adoecerem. Elas também estão com os medicamos nas farmácias! Então, é um grande desafio que nós temos, Senadora.

Nós reconhecemos que, no Brasil, avançamos muito nesses 11 anos, em relação à qualidade de vida dos brasileiros. Nós não podemos ignorar isso. São mais de 40 milhões de brasileiros que têm acesso a alimento com maior dignidade. Mas até essas conquistas estão ameaçadas quando avança a mineração. E, como prioridade absoluta, essa segurança alimentar continua ameaçada quando os próprios lençóis freáticos estão comprometidos, as nascentes estão comprometidas seja com a própria mineração, seja com a utilização de veneno, e ainda com um grande problema: não gera emprego coisa alguma! Não gera emprego coisa alguma! Isso é uma enganação. Não garante desenvolvimento, só cria problema. Desde o problema econômico, o problema social, o ambiental, o problema de saúde gravíssimo.

Então, essa é a realidade. Infelizmente, muitos prefeitos vão na onda. Às vezes, muitos são comprados. Por isso que acho que a maior derrota que nós tivemos nos últimos anos foi a não reforma política e, não havendo a reforma política, não ter havido o financiamento público de campanha. Muitos acham caro, mas é muito mais barato diante do que acontece aí.

Então, quero cumprimentar mesmo a CNBB, por estar também junto nessa luta. Acho que temos de avançar. A reforma política é a mãe de todas as reformas, de uma reforma tributária justa. Acho que nenhuma política vai avançar para fazer valer os direitos humanos, se não mudarmos a raiz de todas essas mazelas que começam no processo eleitoral. Não há como termos mandatários, sejam no Executivo, seja no Legislativo, que tenham de fato comprometimento com o povo brasileiro do campo e da cidade.

Muito obrigado, Senadora. Mais uma vez peço desculpas por não ter aqui... Porque infelizmente esta Casa é uma máquina de moer carne, de moer gente! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – De moer gente!

Muito obrigada, Deputado Padre João, que sempre está presente aqui conosco, principalmente em temas como esse, que tem rebatimento não só aqui, mas também na Câmara. Nós temos discutido, quase sempre em conjunto, aqui no Senado Federal. Então, obrigado, Deputado Padre João.

Antes de passar para as considerações finais, nós sempre definimos encaminhamos ao final de cada audiência pública. Então, eu vou fazer o encaminhamento da seguinte forma: primeiro, que esta audiência pública não é a primeira a relacionar essa questão da mineração. Nós já tivemos no ano passado uma outra audiência pública, em que o Padre João esteve presente; também o Deputado Valmir; o Deputado Marcon, o Deputado Chico Alencar também, além de outros Deputados da Câmara. Muitas denúncias foram feitas e, naquela época, fizemos também encaminhamentos.

Mas hoje tivemos muitas denúncias que eu ainda não havia ouvido. Eu acho que é importante fazermos o encaminhamento dessas denúncias – do vídeo que aqui foi apresentado, gostaríamos de ficar com cópia. Então, as denúncias que aqui foram colocadas pelos nossos convidados gostaríamos de fazermos o encaminhamento para as autoridades competentes do Governo Federal, do sistema de Justiça, e também levá-las à Comissão de Meio Ambiente aqui do Senado para que tome conhecimento do conteúdo aqui relatado, para que tentemos aqui...

Há questões aqui muito afetas à questão ambiental. Quase tudo está afeto à questão ambiental. É claro que há questões muito específicas de direitos humanos também, as quais nos cabe acompanhar e investigar, através dos órgãos competentes, mas a Comissão de Meio Ambiente também precisa fazer o debate sobre esses assuntos. É um espaço importante.

Então, vamos fazer esse encaminhamento.

Quanto ao outro encaminhamento, eu quero dizer para o nosso companheiro João Pedro que vou fazer uma consulta, aqui, no Senado Federal, sobre a possibilidade de se fazer uma CPI sobre a questão da Vale. Acho que a sugestão é muito boa. Precisamos comprar essa briga, que é necessária, importante. Portanto, faremos, aqui, um diálogo interno. Faremos uma consulta à Consultoria do Senado, mas, principalmente, às lideranças políticas, para que possamos, de fato, fazer uma reflexão sobre isso e, se possível, instalarmos essa CPI.

Uma outra coisa, também, com relação à Lei Kandir – o Senador Suplicy e eu fomos provocados pelo João Pedro –, e vamos fazer esse encaminhamento.

Então, precisamos encaminhar o que foi dito aqui. Minha tarefa como Presidente desta Comissão é essa. Não posso deixar de fazer nenhum encaminhamento que, aqui, foi colocado. Colocaria isso como encaminhamento final.

Vou passar a palavra para as considerações finais. Se ainda houver algo que precisa ser reforçado para que a Comissão de Direitos Humanos possa encaminhar, aproveitem esse momento das considerações finais para que possamos, também, relacionar essas outras sugestões.

Vou passar a palavra, primeiramente, ao Deputado Estadual Durval Ângelo, que está com horário de voo. Ao mesmo tempo, quero agradecer a presença dele aqui hoje.

O SR. DURVAL ÂNGELO – Há uma frase de Martin Luther King que acho muito significativa, em que ele diz que a injustiça, em qualquer lugar, ameaça a justiça em todos os lugares.

Por isso, queremos fazer uma saudação especial ao movimento dos atingidos pela Vale e pela mineração no Brasil, que estão reunidos. Acho que essa luta é uma luta só, é de todos nós. É como se estivéssemos tirando uma fotografia do Rio Grande do Sul ao Amapá, de Minas Gerais ao Mato Grosso, do Acre até Pernambuco. Acho que essa luta contra a injustiça tem que ser a luta de todos.

Vemos que as consequências, na mineração, são muitas. Fizemos, aqui, um encaminhamento, Senadora Ana Rita, pela Comissão de Direitos Humanos, e gostaria que, nesses encaminhamentos finais, fossem, também, tomadas...

Primeiro, nós denunciamos e encaminhamos documentação de comunidades quilombolas – já declaradas pela Fundação Palmares como comunidades quilombolas – de Minas Gerais que estão sendo retiradas de suas áreas, particularmente em Conceição do Mato Dentro. Acho que isso é um absurdo e uma violência contra comunidades que lutavam pela legitimação de sua terra.

Encaminhamos à Polícia Federal e, até agora, não tivemos retorno. Seria importante que esta Comissão encaminhasse. A atuação de milícias privadas, com oficiais da reserva da Polícia Militar, atuando em área de mineração, da Ferrous, da Anglo American e da Vale do Rio Doce, em Minas Gerais.

Particularmente, já fizemos encaminhamento, de alguns meses para cá, para que a Polícia Federal investigasse o atentado contra três professoras da Universidade Federal de Minas Gerias que foram ameaçadas de morte em Conceição do Mato Dentro.

Então, acho que essas seriam algumas medidas complementares que gostaríamos que esta Comissão tomasse. No geral, gostaria de elogiar o seu trabalho, Ana, que conhecemos muito bem, e o desta Comissão.

Acho que o que ouvimos, aqui, do Pablo Neri vale como referência. Os movimentos de luta dos atingidos pela mineração não têm medo. São eles que têm medo de nós. Até o uso da violência é sinal desse medo. Não vamos nos iludir. Se mantivermos essa luta, Pablo, firme, com toda essa união dos movimentos que lutam pela vida, vamos vencer, com certeza, porque a causa é justa. É a causa da verdade; é a causa da defesa da vida. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, então, Deputado Durval Ângelo, pela presença. Boa viagem. Que Deus o abençoe.

Eu vou conceder a palavra ao Carlos Bittencourt, representante do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).

O SR. CARLOS BITTENCOURT – Eu vou tentar ser breve também, mas agregando um elemento concreto de que talvez a Comissão possa fazer acompanhamento. Queria agregar a denúncia que os companheiros do norte de Minas vêm fazendo, e que o João Pedro também colocou aqui, sobre a questão do uso concorrencial da água.

Na verdade, a legislação de água do Brasil diz que, se há concorrência para o uso de água entre a atividade econômica e o uso humano ou agrícola, deve-se privilegiar o uso humano. E, no norte de Minas, agora ainda mais com a construção de minerodutos – que, não sei se todo mundo sabe, é o transporte de minérios por água em tubos de uma bitola mais ou menos desse tamanho aqui; transporte de minérios por água –, vai se pressionar ainda mais uma região que é semiárida, em que há dificuldade para o abastecimento hídrico para as pessoas, pelo uso por uma mineradora. Então, já é um problema que está afetando diversos Municípios.

Existe uma prefeita de uma pequena cidade chamada Açucena, lá em Minas Gerais, Prefeita Darcira – há que se fazer justiça com o nome dela –, que revogou a anuência prévia de instalação do mineroduto na cidade dela. Isso não resolve o problema de conjunto, mas para você ver que mesmo entes políticos, que são altamente pressionados pelas mineradoras, já estão revendo as anuências do mineroduto, porque o problema é realmente grave. Então, se fosse possível a Comissão acompanhar esse caso, acho que é de suma importância e afeta um problema que é central, que é a questão da água e, como dizia o Padre João, também é um direito humano fundamental à vida.

Para concluir, na verdade, quero saudar, mais uma vez, a audiência, a iniciativa, os companheiros da Mesa. Acho que foi muito importante a gente estar aqui nesse um ano – o Comitê vai fazer um ano exato no dia 29 de maio. Acho que esta audiência esteve à altura dessa história que a gente construiu e, na verdade, catapultou a nossa história.

Acho que a gente construiu uma reunião do Comitê muito representativa. Acho que a gente tem, sei lá, mais de 50 entidades aqui presentes – comunidades, movimentos e tudo mais. E acho que essa Mesa, a fala do Pablo, o filme, a fala dos companheiros, do João, do Padre Ari se somam a um processo que a gente vem construindo ao longo desse último ano muito importante para cada um de nós.

E esperamos que seja isto, como o Padre Ari falou: que não seja a lógica de conquistar a vitória e encostá-la em um alambrado. Acho que conquistar uma vitória é mais um motivo para a gente se mobilizar e conquistar mais companheiros e companheiras para fazer os enfrentamentos que a gente vem fazendo. Então, o Comitê é justamente uma junção disso, quer dizer, são ONGs, movimentos sociais, comunidades, pesquisadores.

Quero saudar aqui também o Prof. Rodrigo Santos, da Universidade Federal Fluminense, que está aqui e que contribuiu, desde o início do Comitê, com suas análises, seus estudos e outros professores também do País.

A gente agregou a produção de conhecimento com a luta nas comunidades, com a intervenção nestas Casas, no Governo, e esperamos que esta audiência seja só mais um passo nesse processo que a gente vem construindo.

Então, um viva, mais uma vez, ao Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração; um viva aos que resistem. E não há bala, não há violência que vá impedir que as resistências sigam crescendo e conquistando vitórias. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Carlos Bittencourt, do Ibase, pela presença e pela contribuição.

Eu vou conceder a palavra, agora, à Kátia Visentainer, produtora do Empório das Ideias Marketing e Comunicação.

A SRª KÁTIA VISENTAINER – Bom, na verdade, eu me sinto contemplada pela fala do Carlos; eu faço parte do Comitê também.

Quando a gente decidiu fazer o filme, embora a gente tivesse uma documentação muito rica nas mãos da gente, a gente, da mesma forma que fez o primeiro, que teve uma repercussão muito grande, queria levar a discussão às pessoas. Então, a gente procurou fazer um filme menos técnico e mais abrangente.

Mas, assim, duas coisas – eu gostaria de, depois, entregar essa documentação para o Jarbas entregar para a senhora – chocaram-me muito nesses documentos que a gente viu. São duas denúncias.

Uma é a quantidade de processos de trabalho escravo e trabalho infantil que não só a Vale, mas as fornecedoras e as terceirizadas da Vale têm. Em um desses documentos, a gente tem a relação de todos os números de processos – que foram paralisados por própria influência da Vale. Eu gostaria... Não tenho esse documento aqui, mas eu vou passar esse documento para o Jarbas, que é o nosso secretário do Comitê, para ele entregar isso para a senhora.

E outra coisa é um documento em que se prova o quanto a Vale deturpa todos os acidentes que ocorrem nas rodovias, onde as pessoas são atropeladas por pura incompetência, porque não há túnel, não há passarela, não há nada, e as pessoas morrem acidentalmente nas linhas do trem, e o quanto a Vale manipula suas famílias para admitir que a pessoa que morreu estava bêbada, estava deprimida e se suicidou. Aqui também tem um relatório, que eu gostaria de depois passar isso para o Jarbas, para que ele faça essa entrega para a senhora.

Agradeço essa audiência. Salve o Comitê! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Kátia. Obrigada pela sua presença e também pelo trabalho que realiza.

Vou conceder a palavra agora ao Padre Ari Antônio dos Reis, representando a CNBB, assessor da CNBB.

O SR. ARI ANTÔNIO DOS REIS – Eu gostaria de agradecer à Senadora Ana Rita por ter dado esta oportunidade para todos nós.

Como o Deputado Durval atacou com uma poesia, também o Pablo, eu não vou ficar devendo. Existe um ditado muito bonito, que escutei pela primeira vez num encontro de CEBs, em Porto Velho. Dom Moacyr Grechi, grande lutador pelo povo, disse este ditado, que é de tradição africana: "Pessoas sem importância, em lugares de pouco significado, fazendo pequenas coisas, conseguem feitos extraordinários."

Essa é um pouco a luta de todos nós, a luta das comunidades, a luta dos quilombolas, dos indígenas. Aquilo que o Pablo dizia: colocar medo nos poderosos, porque a nossa luta é válida, é necessária. Nessas lutas, a CNBB sempre quer ser parceira, quer ser aliada. Nós queremos que outros Senadores também possam estar conosco, estar com os mais pobres, com os mais fragilizados nessas lutas, na defesa dos direitos, na defesa da vida, na defesa da água para todo mundo.

Então, nesse sentido, queremos reforçar o nosso compromisso de estarmos aliados com vocês, para que essas coisas que estamos fazendo permaneçam sempre como coisas geradoras de vida, e vida para todas as pessoas. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Muito bem.

Obrigada, Padre Ari Antônio dos Reis. Mais uma vez, os nossos agradecimentos à CNBB pela parceria que tem tido com a Comissão de Direitos Humanos.

Vou passar a palavra ao Pablo Neri, que está representando aqui o Movimento Nacional pela Soberania Popular frente à Mineração.

O SR. PABLO NERI – Vai ser meio complicado de falar, porque estou nervoso.

Quero saudar a iniciativa, na pessoa da Senadora Ana Rita. Acho que esses espaços são muito importantes, acho também que a gente tem que ocupar esses espaços, como movimento social, mas com o povo, não é vir um ou dois, mas cem ou duzentos. É assim que a gente vai ocupando e vai, de fato, garantindo as conquistas do povo nesta Casa.

Eu também queria usar essa fala final, como foi enfatizado pela Senadora, para dizer que, primeiro, a gente tem presente uma articulação feita com a juventude que está construindo o movimento e o Comitê, que é a juventude atingida pela mineração. Então, é um coletivo de várias organizações que têm se preocupado especificamente com esse sujeito jovem, o que é uma preocupação muito grande, mas nada melhor do que o jovem para falar com o próprio jovem. Então, estamos tentando construir os nossos caminhos com a juventude.

A coisa que a gente mais fala é que essa luta, por mais que seja difícil, é necessária. A gente não está lutando por uma utopia mágica e bonita; ela é necessária, porque, daqui a uns anos, a gente vai ensinar nossos filhos a comer o quê? Plástico? A gente tem que pensar também desse jeito, é uma utopia necessária. Uma luta necessária, não uma utopia – uma luta necessária.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Muito bem, Pablo. Obrigada.

Para finalizar esta Mesa, convido o João Pedro Stédile para fazer a fala de encerramento.

O SR. JOÃO PEDRO STÉDILE – Além de agradecer, vou continuar fazendo pedidos, que é o nosso dever aqui.

Então, Senadora, agradeço enormemente, em nome dos movimentos, essa iniciativa e gostaria também de deixar como sugestão que a Comissão de Direitos Humanos requeresse nos fóruns todos aqueles processos que há da Vale contra nós ou que a Vale é ré, como nos casos de trabalho escravo. O simples fato de a senhora pedir cópia do processo para o juiz, ele já vai se dar conta que não é só a Vale que tem interesse, mas que a sociedade brasileira o está vigiando.

Há vários processos em Marabá, não é só o meu caso, que talvez seja o menos significante, mas esses que o Deputado Durval citou, dos processos que há no Ministério do Trabalho sobre trabalho escravo em mineração. Uma simples solicitação que venham esses processos aqui para a Comissão já agiliza para que haja algum tipo de encaminhamento.

Da mesma forma, eu gostaria de pedir que a senhora visse a possibilidade de passar esse filme na TV Senado porque a Vale, como a maioria das empresas, contrata empresas de jornalistas. Nesta semana, como eu vinha para cá, eu perguntei para alguns amigos jornalistas, e a empresa que protege a Vale da imprensa tem trezentos jornalistas trabalhando para ela. Trezentos! Então, qualquer noticiazinha que possa ferir a imagem da Vale, ela se antecipa, ligam para o editor e não sai nada.

Obviamente que não vai sair nada da nossa reunião aqui. Não aconteceu essa nossa reunião para a grande imprensa, porque, além de que é capaz de ter algum infiltrado acompanhando, eles bloqueiam todas as notícias. E, ao contrário, quando eles percebem que há mobilização popular e que não tem como negar, como os companheiros fizeram em Parauapebas, no mês seguinte, eles contrataram uma peça de publicidade com artistas da Globo e gastaram 50 milhões. Então, uma desgraça a mais, porque daí a Globo, para limpar a imagem ruim dela na estrada, pagou 50 milhões para a Globo, que enriqueceu nas nossas costas. Atenção, Família Marinho, vamos dividir, né? (*Risos.*)

Mas, brincadeiras à parte, se fosse possível passar esse filme na TV Senado, todos nós agradeceríamos, até porque nessas áreas da Amazônia, a turma pega pela parabólica, e isso vai ter uma repercussão. E, como todo mundo aqui se exibiu com as poesias... (*Risos.*)

...eu também vou terminar com uma do Carlos Drummond de Andrade em homenagem aos mineiros, que é "E agora, José?", que é um pequeno verso, em que ele dizia: "E agora, José? Se correr, o bicho pega..." A Vale pega. Se ficar, a Vale come... "E aí, José, o que fazer?" É comer o bicho.

Muito obrigado. (*Risos.*)

(*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, João Pedro. É uma liderança, realmente, que engrandece o povo brasileiro porque fala aquilo que gostaríamos de ouvir, aquilo que nós queremos ouvir.

Obrigada, João Pedro.

Quero agradecer a presença, mais uma vez, de todos os Parlamentares que por aqui passaram, do Senador Eduardo Suplicy, Senador Randolfe Rodrigues, do Deputado Federal Marcon, do Deputado Federal Valmir Assunção, do Deputado Federal Padre João, a assessoria do Senador Wellington Dias, a assessoria do Deputado Chico Alencar, além de todas as entidades que aqui já foram nominadas, agradecer profundamente cada um e cada uma que estão aqui, agradecer todos os nossos convidados, além do João Pedro Stédile, agradecer a Kátia,

agradecer o Pablo, agradecer o Padre Ari, o Deputado Estadual Durval Ângelo, o Carlos Bittencourt, também a assessoria do Deputado Ivan Valente, que também está presente aqui. Obrigada pela presença.

Relacionamos aqui todas as sugestões, que não vou ler novamente, mas gostaria de dizer, João Pedro, que esta audiência pública será, com certeza, reprisada pela TV Senado, e, dentro da audiência pública, o vídeo também estará sendo apresentado. (*Palmas.*)

Mas nada impede que a TV Senado, dentro da programação que puder, avalie a possibilidade de passar, em outros momentos, mais vezes o próprio vídeo que aqui foi apresentado.

Quero apenas destacar que eu e tantos outros que estão aqui somos defensores dos canais de televisão e de rádio que são públicos. A TV Senado precisa ser preservada. A TV, o *Jornal,* a Agência, a Rádio Senado são instrumentos de comunicação que levam notícias para aquela população que muitas vezes não tem acesso a outros meios de comunicação. A TV Senado tem conseguido chegar ao interior, tem conseguido chegar àqueles lugares mais distantes para quem tem TV a cabo, pela antena parabólica. As informações que chegam são informações do cotidiano aqui do Congresso Nacional. As pessoas ficam sabendo exatamente tudo o que acontece aqui. Às vezes, ficam sabendo mais coisas do que a gente mesmo. Nós estamos envolvidos com diversas atividades. Quem acompanha a TV Senado consegue saber exatamente a atuação dos seus representantes, o que cada um está fazendo, e acompanhar os debates, as informações. Enfim, é um importante meio de comunicação.

Nós estamos sabemos que houve uma redução do quadro de pessoal. Então, nós vamos acompanhar isso melhor porque não queremos que a TV Senado, que a Rádio Senado, que o *Jornal do Senado* tenham qualquer prejuízo, pois as informações precisam chegar a todas as pessoas, a todo o povo brasileiro.

Agradeço profundamente a presença de todos vocês.

Nada mais havendo a discutir, encerro a presente audiência pública.

Muito obrigada pela presença de todos.

(Iniciada às 14 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 7 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE ABRIL DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às catorze horas e quinze minutos do dia dois de abril de dois mil e catorze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador **Ricardo Ferraço**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Luiz Henrique, Alvaro Dias, José Agripino, Cyro Miranda, Randolfe Rodrigues, Pedro Taques, Roberto Requião, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro.** Assina a lista de presença os Senadores não membros desta Comissão Aécio Neves, Wilder Morais e Paulo Davim. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. Tem início a apreciação da **PAUTA: Audiência Pública** para debater o agravamento da crise econômica, social e política na Venezuela; em atendimento ao RRE nº 32/2014 – CRE. O Presidente convida a Deputada María Corina Machado a compor a Mesa e faz pronunciamento sobre o tema desta Reunião. Em seguida concede a palavra à Deputada para fazer a sua exposição. Usa a palavra o Senador Eduardo Suplicy e o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Faz, então, a sua exposição a Deputada convidada. Usam a palavra os Senadores Aécio Neves, Pedro Taques, José Agripino, Álvaro Dias, José Agripino, Randolfe Rodrigues e Roberto Requião, e as Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia. A Deputada responde os questionamentos apresentados. O Presidente registra a presença de Parlamentares da República Francesa: Senador Albéric de Montgolfier, Senador Jean-Claude Lenoir e Deputado Michel Herbillon. Do Embaixador Denis Pietton, da França no Brasil. Do Presidente da *Air France*. Do Deputado Hugo Napoleão, Presidente do Grupo Parlamentar Brasil–França, no Congresso Nacional. E do Senador Molina, da Bolívia. A Deputada responde os questionamentos apresentados. O Presidente concede a palavra ao Deputado Federal Raul Lima. A Deputada convidada faz suas considerações finais. O Presidente agradece a presença da Deputada. Nada havendo mais a tratar, a Reunião é encerrada às dezessete horas e treze minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço,** Presidente

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito boa-tarde senhoras, muito boa-tarde senhores, Srªs e Srs. Senadores, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debatermos o aprofundamento, o agravamento da crise política, institucional, evidentemente com

impactos sociais no dia a dia da vida da Venezuela, em atendimento ao Requerimento nº 32, que foi aprovado nesta Comissão.

Para participar desta reunião convidamos a Deputada Maria Corina Machado, que já se encontra entre nós. Solicito que o Senador Aloysio Nunes Ferreira acompanhe a Deputada Corina, para que possamos dar início à nossa audiência pública. (*Palmas.*)

Srªs e Srs. Senadores, seja a Deputada venezuelana María Corina Machado muito bem-vinda ao Parlamento brasileiro, em especial à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República. É uma honra e uma alegria receber V. Exª neste que é um espaço vital da democracia brasileira.

María Corina Machado elegeu-se Deputada em 2010, com a maior votação da história da Assembleia Nacional venezuelana. Trata-se da Parlamentar que mais votos recebeu para ocupar a Assembleia Nacional venezuelana em toda a história.

Na semana em que lembramos meio século do golpe de 1964, é obrigação de nossa geração cultivar as bases da democracia e do respeito aos direitos humanos, sobretudo à pluralidade de opiniões.

Cumpre recordar, para esclarecimentos das Srªs e Srs. Senadores e de todos aqueles que nos acompanham, que esta reunião é decorrência de um encontro que tivemos, o Senador Aloysio Nunes Ferreira e eu, há poucos dias, em Lima, no Peru, com a Deputada María Corina, no âmbito de um seminário da Fundação Internacional pela Liberdade, presidida pelo escritor peruano Mario Vargas Llosa. O Senador Aloysio e eu representamos o Senado e esta Comissão nesse evento. Já no primeiro dia do evento, em 24 de março, recebemos da própria Deputada María Corina a notícia de que seu mandato havia sido cassado pelo Presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, em caráter e em rito sumaríssimos, com prejuízo às garantias de ampla defesa e do devido processo legal.

O noticiário sobre confrontos entre venezuelanos com vítimas fatais oferece motivo para preocupações não apenas do Governo brasileiro, mas também no seio de nossa sociedade, particularmente no que se refere às populações que vivem, sobretudo, nas regiões de fronteiras, aos brasileiros domiciliados naquele país e, evidentemente, a um conjunto relevante de empreendedores brasileiros que operam a densa teia de interesses econômico-comerciais entre nossos países.

Por longa tradição diplomática e até por mandamento constitucional, o Brasil não intervém em questões domésticas de países amigos; defende o primado do entendimento e da solução pacífica de desavenças políticas. Por outro lado, há também uma longa tradição, segundo a qual impera, nos momentos de crise de instabilidade, o dever da solidariedade entre países que amam a democracia. É disso que tratamos aqui: solidariedade institucional, de facilitar o diálogo entre as partes em controvérsia e de prover, caso isso se demonstre construtivo, o espaço do Parlamento brasileiro para que as diversas vozes possam ser ouvidas e consideradas pelo Parlamento brasileiro.

Passo a palavra a S. Exª a Deputada María Corina Machado, para que possa se manifestar e se pronunciar perante o Senado da República.

A palavra é de V. Exª, pelo tempo que julgar adequado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Eu quero cumprimentar o Presidente, Senador Ricardo Ferraço, e a Deputada María Corina Machado e informá-la de que, quando foi apresentado e aprovado o requerimento da visita de S. Exª à Comissão de Relações Exteriores do Senado, avaliei que seria importante também que pudéssemos ouvir um representante da coligação que apoia o Presidente, para que tivéssemos ambos os pontos de vista. Eu até fiz o requerimento no sentido de que pudéssemos convidar o Deputado Rodrigo Cabezas, que é Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Parlatino e com quem eu tive um bom relacionamento. Com outros parlamentares do Equador e do Uruguai elaboramos um projeto sobre a instituição, por etapas, da renda básica de cidadania, para ser apresentado – o Brasil já aprovou isso – em todos os países da América Latina e do Parlatino. Inclusive, foi aprovado o requerimento para que ele pudesse vir. E ele encaminhou uma carta a mim agradecendo o convite, mas informando que a direção da Assembleia Nacional da Venezuela indicou a Vice-Presidente e Líder Blanca Eekhout, atual Vice-Presidenta, para aqui comparecer. Eu até ontem comuniquei ao Presidente Ricardo Ferraço a respeito. Não daria tempo para ela estar aqui também, mas eu gostaria, Sr. Presidente, que, concluída a exposição, pudesse V. Exª considerar o requerimento que, em princípio, já tinha sido aprovado. Agora é apenas um requerimento de natureza semelhante, mas com a substituição do Deputado Rodrigo Cabezas pela Srª. Blanca Rosa Eekout Gómez.

Então, se isso puder ser considerado, sem prejuízo agora da exposição... Mas acho importante até para a Deputada María Corina Machado verificar como será o procedimento aqui na Comissão de Relações Exteriores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós acolhemos a manifestação e a iniciativa de V. Exª. E com a mesma honra e a mesma satisfação que nós estamos acolhendo nesta data a Deputada María Corina, nós vamos formalizar o convite para que nós possamos, com a mesma honra, receber S. Exª a Deputada Blanca Gómez neste espaço reservado à democracia, à controvérsia e à civilidade.

Agradeço a V. Exª e vamos formalizar esse convite ainda no dia de hoje, Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Muito obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pela ordem ...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Essa senhora que virá aqui representa quem?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Ela é membro da Comissão de Relações Exteriores ...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – E é indicada por quem para representar ...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... e Defesa Nacional. A Deputada Blanca Gómez é a 2ª Vice-Presidente da Assembleia Nacional da Venezuela.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Portanto, faz parte da Mesa que cassou o mandato da Deputada Corina Machado de uma maneira arbitrária, inconstitucional, selvagem, que merece toda a nossa rejeição.

É isso.

Quero dizer que não virei a essa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – A palavra é de S. Exª a Deputada María Corina.

A SRª MARÍA CORINA MACHADO – (*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Solicito...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Sr. Presidente, quero a Segurança do Senado. Tirá-los para fora.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Já está acionada.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – São bandidos!

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Solicito que a Segurança...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Canalhas!

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – ...conduza essa pessoas por falta de civilidade à nossa Comissão.

Aqui não admitiremos qualquer tipo de manifestação que possa ser contrária à liberdade de expressão e à democracia.

Vamos continuar ouvindo a Deputada María Corina.

A SRª MARÍA CORINA MACHADO – (*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª MARÍA CORINA MACHADO – (*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Deputada María Corina, no processo constituído para a cassação do mandato que o povo da Venezuela lhe concedeu, do que V. Exª é acusada? Como se deu o processo de julgamento? Foi facultado a V. Exª o direito de defesa?

A SRª MARÍA CORINA MACHADO – (*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. Exªs são todos muito bem-vindos!

Deputada María Corina, peço que V. Exª... A palavra é de V. Exª.

A SRª MARÍA CORINA MACHADO – (*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, por ordem de inscrição. Em seguida, ao Senador Pedro Taques e, posteriormente, aos Senadores Aécio Neves, José Agripino, Alvaro Dias e Vanessa Grazziotin.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srª Deputada María Corina Machado, quero, em primeiro lugar, dizer a V. Exª que é com muita honra que nós a recebemos hoje na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado brasileiro.

Recebê-la aqui é um dever, um dever de solidariedade para com uma parcela considerável do povo venezuelano, solidariedade aos que sofrem com os desmandos, com a crise econômica, com o agravamento da situação social do seu país e solidariedade com aqueles que lutam pela liberdade, aqueles que foram vítimas desse regime opressor. Ao mesmo tempo, no meu ponto de vista, repúdio ao governo que deu ordens à Mesa Diretora da Assembleia Nacional para cassar o seu mandato. Repúdio a um governo que assassina seus opositores, que manieta a imprensa, que submeteu o Poder Judiciário a ponto de desfigurá-lo no exercício das suas funções, que se vale da ação de grupos paramilitares, verdadeiras brigadas fascistas, para tentar aterrorizar aqueles que se opõem a seus desígnios.

Mas ao mesmo tempo também é, Srª Deputada, uma manifestação que compartilho seguramente com muitos colegas, Deputados e Senadores que aqui estão e que desejam, por parte do Governo brasileiro, que o nosso Governo, o Governo de um país democrático, um Governo que fez sua transição para democracia já há muitos anos, que vem sendo governado por pessoas que se opuseram nas mais diferentes trincheiras à ditadura militar ininterruptamente, que este Governo, levando em conta evidentemente um dos mandamentos norteadores da nossa política externa, que é o respeito à autodeterminação dos povos, possa igualmente fazer valer e transformar na prática da sua ação internacional o princípio da prevalência da defesa dos direitos humanos, direitos humanos que estão sendo violados, como a senhora disse, de maneira generalizada e maciça no seu país.

O Governo brasileiro não pode permanecer equidistante. Eu, pelo menos, não fico equidistante. Minha vida política é longa, como de muitos colegas aqui. Tenho, com colegas aqui presentes, divergências em relação a muitas questões que dizem respeito a políticas públicas, opções do Governo em matéria de prioridades para esse ou aquele assunto. Temos divergências no dia a dia da nossa vida política aqui no Congresso, mas uma coisa que, para mim, é fundamental, que eu ergo acima de tudo é a liberdade, a defesa da democracia. Eu não faço, em relação ao governo do seu país, Srª Deputada, embora tenha muitas restrições à condução que o Governo Chávez e agora o Governo Maduro têm dado às questões de política interna no âmbito econômico e social, temas em que eu creio que ele usurpa o nome de Simón Bolívar... Simón Bolívar era um homem do século das luzes; era um herdeiro do século das luzes. Mas não cabe a mim julgar a orientação do Governo da Venezuela em matéria econômica e social, mas em matéria de liberdade, de democracia, eu não posso calar o meu repúdio.

Recebi aqui – tenho cópia da carta – do Sr. Deputado Rodrigo Cabezas, que, declinando do convite que lhe foi formulado por iniciativa do Senador Suplicy, nos informa que "o alto mando político do nosso processo e a direção da Assembleia Nacional da Venezuela delega a responsabilidade de vir aqui à sua compatriota Blanca Eekhout". Eu quero dizer que não virei, porque eu não fico equidistante entre a senhora, que luta pela liberdade do seu povo, pela democracia do seu país, que é vítima da repressão, que foi agredida no recinto da Assembleia Nacional venezuelana, agredida fisicamente por uma colega sua, sem que essa Mesa Diretora, que agora pretende enviar um representante seu para falar aqui... Nessas circunstâncias, eu não virei. Eu fico com a senhora.

Dirão: "Ah, o povo venezuelano apoia o atual governo." Pode ser. Mas, durante muito tempo, o povo alemão apoiou o regime de Hitler. Durante muito tempo, o povo italiano apoiou o fascismo de Mussolini. Aqui mesmo, no Brasil, a ditadura militar, que matou, assassinou, exilou teve, durante muito tempo, apoio popular, como teve o regime de Pinochet, como teve o regime militar na Argentina, a ditadura uruguaia. Durante muito tempo, tiveram apoio popular. Não importa.

Eu creio que há valores que transcendem as conjunturas políticas, que transcendem as fronteiras partidárias. São valores universais. E a presença da senhora aqui hoje é a presença de alguém que fala em nome destes valores universais: da liberdade e da dignidade da pessoa humana. Conte conosco! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Concedo a palavra a S. Exª o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB - MG) – Caríssimo Presidente Ricardo Ferraço, Srªs e Srs. Senadores, ilustre Deputada María Corina Machado, em primeiro lugar, na qualidade de Presidente Nacional do Partido da Social Democracia Brasileira, dou as boas-vindas a V. Exª. *Bienvenida* ao Brasil!

Em uma rápida explanação, ilustre Deputada, quero dizer que, por uma dessas coincidências da vida, nesta semana, nós marcamos os 50 anos de uma noite muito triste que se abateu sobre o Brasil, em 31 de março de 1964, e que nos levou a 21 anos de autoritarismo, de repressão, de perda de liberdades, mas também de perdas de vidas de inúmeros brasileiros. Foi a luta de muitos desses brasileiros que não estão aqui hoje e de tantos, como o Senador Aloysio, que agora acaba de usar da palavra, e de tantos outros que nos permitiu, há 30 anos, o reencontro com a democracia. Por isso, ilustre Deputada, nós a prezamos imensamente.

Vemos o povo venezuelano como um povo irmão, como os demais povos irmãos da América do Sul. Por isso a liberdade, a democracia, o respeito aos direitos humanos que queremos para nós – e lutamos para que não se percam outra vez – nós queremos para os nossos vizinhos. E, neste instante, nós os queremos, especialmente, para o povo venezuelano.

Acompanhamos com imensa apreensão o cerceamento crescente das liberdades do país de V. Exª e nos preocupa imensamente a posição passiva, quase de omissão grave, do Governo brasileiro, que, pela importância que tem – e vou até além, pela importância econômica, demográfica na região, mas até pelas relações que cultivou ao longo dos últimos anos com o Governo da Venezuela – deveria ter, a nosso ver, a obrigação de ter uma palavra de autoridade na busca do resgate das prerrogativas do povo venezuelano e, em especial, dos representantes do povo venezuelano.

A violência de que foi vítima V. Exª é uma violência contra todos os democratas, contra cidadãos e cidadãs que compreendem que, apenas a partir do respeito às liberdades e aos próprios adversários, é que vamos construir um tempo de maior justiça social e de maiores avanços econômicos.

Queria que V. Exª, neste instante, compreendesse, se não para todos os brasileiros, infelizmente, para muitos dos brasileiros – alguns que aqui estão – e tantos outros que representamos, a causa de V. Exª é a nossa causa. Nesta Casa do Congresso Nacional não faltará em qualquer instante abrigo, não apenas físico, a V. Exª – talvez dele V. Exª prescinda –, mas à palavra de V. Exª, à coragem de V. Exª e à esperança que essa coragem e essa palavra levam a tantos venezuelanos.

Quero eu, ilustre Deputada, que desta tribuna a voz de V. Exª possa ecoar pelo Brasil, por outros países vizinhos, mas, em especial, também pela Venezuela. Porque nós estaremos absolutamente atentos para daqui, como irmãos de fé, elevarmos, sempre que necessário, a nossa voz contra a opressão e contra um regime que, infelizmente, tem demonstrado muito pouco apreço pelas liberdades e pela própria democracia.

A voz de V. Exª, tenho certeza, não é a voz de uma Parlamentar – e V. Exª é Parlamentar e por nós é recebida como Parlamentar, na legitimidade do exercício da sua função – mas é a voz de muitos venezuelanos, que, nas ruas, nas barricadas, nas entidades de classe, se manifestam, pedindo apenas algo que é elementar: respeito, dignidade e sobretudo possibilidade de, através de um debate franco e sério, encontrar convergências.

O que nós esperamos é que a voz de V. Exª possa cada vez vibrar mais em defesa daquilo que ambos prezamos: o respeito às liberdades, ao Estado de direito, às instituições.

Espero, para encerrar, ilustre Deputada, que, dentro de algum tempo, esteja eu visitando o país de V. Exª quem sabe em uma outra condição e possa ser recebido por V. Exª na Assembleia Nacional Venezuelana, no exercício pleno das suas funções que lhe foram confiadas por seu povo e que não podem ser tiradas pela violência de quem quer que seja. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Pedro Taques, a palavra é de V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, Srs. Deputados que nos honram com a presença, Deputada convidada Maria Corina.

Deputada, V. Exª não está aqui nesta data por um favor do Congresso, mas está aqui em razão do cumprimento da Constituição da República. A Constituição brasileira, no art. 4º, determina as nossas relações internacionais e por isso V. Exª está na Comissão de Relações Exteriores.

Como princípios das nossas relações internacionais, o art. 4º da nossa Lei Maior fala na prevalência dos direitos humanos, fala em concessão de asilo político. E isso independente de Governo, porque a nossa Constituição não é uma constituição de Governo, é uma Constituição do Estado brasileiro.

Muito bem, para nós, só existe democracia quando alguns requisitos se fazem presentes. O primeiro requisito: liberdade de imprensa. Eu gostaria de indagar a V. Exª se existe liberdade de imprensa na Venezuela. É a primeira pergunta.

A segunda pergunta: para nós, só existe democracia se houver independência entre o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Aqui no Brasil, o Poder Judiciário não é submisso ao Poder Executivo. Eu gostaria de saber de V. Exª se na Venezuela existe ou não submissão do Poder Judiciário ao Poder Executivo.

Uma terceira pergunta a V. Exª: para nós, aqui no Brasil, Parlamentares – eu sou Senador da República pelo Estado de Mato Grosso –, Deputados Federais e Senadores têm imunidade parlamentar, eles são invioláveis pela sua fala, pela sua manifestação. Eu gostaria de saber se na Venezuela, hoje, existe imunidade e inviolabilidade do exercício da função parlamentar.

Eu gostaria de ouvir de V. Exª se a cláusula democrática prevista no Tratado de Assunção, que cria o Mercosul encontra-se respeitada, na opinião de V. Exª. Porque, de acordo com a reunião do Mercosul, quando o Mercosul suspendeu o Paraguai desse concerto desses Estados sul-americanos, o Paraguai teria quebrado a cláusula democrática. Gostaria de uma reflexão de V. Exª a respeito disso.

Só existe democracia no Brasil se o cidadão, independente de ser Parlamentar, tiver liberdade de manifestação. Se na Venezuela existe essa liberdade de manifestação.

Agradeço a presença de V. Exª aqui no Senado da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador José Agripino, a palavra é de V. Exª.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM - RN) – Deputada María Corina Machado, eu queria, inicialmente, dizer a V. Exª que V. Exª já ouviu a palavra do Líder do PSDB, que é o principal Partido de oposição, Senador Aloysio Nunes; ouviu a palavra do Senador Aécio Neves, que é ex-Governador de Minas Gerais, um dos mais importantes Estados do Brasil, e pré-candidato a Presidência da República; o Senador Pedro Taques, que é do PDT, um Partido que eu não diria de oposição porque ele faz parte da Base de Apoio ao Governo, mas é um cidadão independente, com opiniões e com coragem. Eu sou Presidente nacional do meu Partido, o Democratas, e estou aqui acompanhado de um grande número de Deputados Federais, de Parlamentares colegas de V. Exª que fizeram questão de vir aqui. À frente o Líder do meu Partido na Câmara, o Deputado Mendonça Filho; o ex-Líder, Deputado Ronaldo Caiado; vários Deputados do PSDB e de outros Partidos. O Líder do PPS aqui se encontra presente; há Parlamentares do PMDB, claro; a Senadora Vanessa Grazziotin, que é do PCdoB; o Senador Suplicy, que é do PT; o Senador Randolfe Rodrigues, que é do PSOL, pré-candidato à Presidência da República. Eu gostaria que V. Exª tivesse a consciência de que aqui está a essência de uma boa expressão da política no Brasil, que veio lhe ouvir.

É uma ocasião muito especial para a Comissão de Relações Exteriores, que, pela iniciativa do Presidente Ricardo Ferraço, que é um democrata por excelência, ele que é do PMDB, mas que tem independência de posição, traz V. Exª aqui para trazer luzes sobre uma coisa que preocupa a América Latina e o Brasil principalmente, que é país líder da América Latina.

Nós temos tido manifestações de inquietação em muitos países da América Latina. E os meios de comunicação do Brasil não mostraram inquietações nem perto do volume, do perigo e da violência do que tem ocorrido na Venezuela. É caso absolutamente singular. O Brasil não tomou a posição para valer. O Brasil não tomou posição, até este momento, para valer, com relação à questão dos conflitos internos que estão ocorrendo na Venezuela. Não se trata de tomar partido a favor ou contra o Governo, mas tomar partido a favor da legalidade e da solidariedade à sociedade venezuelana, ao povo venezuelano, por quem temos enorme apreço.

Eu, pessoalmente, fui contra a inclusão da Venezuela no Mercosul – eu e muitos do que aqui se fazem presentes –, por uma razão só: a cláusula democrática, que é uma exigência fundamental para participação de países no Mercosul, na minha opinião e pelo que V. Exª acabou de expor, não é preenchida na Venezuela. A Suprema Corte da Venezuela, ao que me está informado, foi praticamente toda preenchida pelos dois últimos Governos: Hugo Chávez e Maduro. O Poder Legislativo – eu posso estar enganado e não quero aqui cometer nenhuma leviandade – é, em grande medida, operado pelo Poder Executivo, que manobra adesões ao sabor dos interesses do Poder Executivo. A cláusula democrática, portanto, na Venezuela está comprometida.

Aí entra a minha colocação sobre a coragem de V. Exª. V. Exª é a única que, das escaramuças que o seu país vive, tem a coragem de, no dia seguinte em que é impedida violentamente de entrar na Casa para a qual V. Exª foi eleita, até com o uso de bomba de gás lacrimogênio, viaja da Venezuela a São Paulo, chega a Brasília e chega a esta Comissão prestar um depoimento para esclarecimento ao Brasil, um país líder, sobre o que está acontecendo na Venezuela.

Para provocar o quê? A solidariedade, que é o mínimo, Senador Ricardo Ferraço, que a Comissão de Relações Exteriores tem que colocar à apreciação, para que o Brasil se manifeste se está ou não solidário com os fatos que ela veio aqui expor, veio mostrar em vídeo, veio colocar.

Eu acho que a questão dos direitos humanos, a questão do respeito a princípios que são fundamentais... É incrível ouvir o que ouvimos da Deputada María Corina. Parlamentares da Venezuela são eventualmente comandados por militares cubanos! Eu tenho informação de que o Programa Mais Médicos, que é um programa sobre o qual não quero fazer crítica nenhuma, teria chegado à Venezuela às vésperas da eleição como efeito eleitoreiro, chamado Barrio Adentro, e queria que V. Exª confirmasse se procede essa informação. O Programa Mais Médicos hoje se implanta no Brasil com o uso de médicos cubanos. Não vai aqui nenhuma restrição nem crítica ao programa de atendimento ao povo, mas a pergunta que lhe faço: se nas proximidades da eleição, um programa semelhante ao Mais Médicos teria se instalado na Venezuela, o Barrio Adentro, com fins eleitoreiros.

Há coisas incríveis de relações de governo movidas por sentimento ideológico. O que me preocupa, Deputada María Corina, é um fato só, para terminar: eu admito que o governo Chávez tenha tido êxitos e tenha tido acertos.

A Venezuela é um grande produtor de petróleo. A PDVSA é uma grande petroleira no mundo, tem receita e o Presidente Chávez, enquanto essa receita existiu e o modelo econômico, foi capaz de produzir na Venezuela, distribuiu a renda com os mais pobres; daí as eleições sucessivas. Ocorre que a gestão é defeituosa e, do ponto de vista ideológico, pode ter sido comprometida. Ela produziu uma última eleição de Maduro, que entrega o país em condições de perda de capacidade de produzir as necessidades fundamentais do cidadão. O desabastecimento na Venezuela, ao que eu estou informado, é um fato decorrente de mau governo, de má gestão de

governo, que está levando o povo às ruas. E o povo não vai às ruas se não houver uma fundamentação que o leve às ruas, se não houver uma insatisfação clara que faça com que o povo vá às ruas dar seu grito de aflição.

De modo que, com essas colocações, eu quero fazer o registro do aplauso à sua coragem e de agradecimento, porque sua presença aqui é uma manifestação de resistência democrática não na Venezuela, mas num continente inteiro, que tem assistido muitas manifestações, até trocas de governo de forma pacífica. Mas não pode ser. Acho que o redentismo e a indignação têm que ser manifestações de caráter, têm de traço de personalidade, em cada país, em cada circunstância. E V. Exª traz ao conhecimento desta Comissão a indignidade do seu país, a Venezuela, com o sofrimento de um povo, decorrente de aflições produzidas por governos que estão mostrando claramente que, por razões ideológicas, caminham para o fracasso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Aloysio Nunes Ferreira, pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu peço licença a V. Exª que uma companheira nossa, do PSDB Mulher aqui de Brasília, entregue à Deputada María Corina Machado uma lembrança como sinal de boas-vindas e da nossa amizade.

Por favor, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Passo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Sr. Presidente, Srª María Corina, é verdadeiramente uma aberração típica de regime ditatorial a cassação de seu mandato pela Assembleia Nacional da Venezuela.

Aqui do Brasil, nós acompanhamos esse itinerário tortuoso vivido pelo povo venezuelano, agora nas ruas do país tentando salvá-lo dos déspotas. Violência, morte, censura à imprensa, cerceamento da liberdade, afronta aos direitos humanos é um cenário deprimente que exige uma reação internacional, até porque a liberdade não deve ter fronteiras.

É por essa razão que apresentamos um requerimento com voto de repúdio ao Governo venezuelano - e peço ao Presidente Ricardo Ferraço que, na primeira oportunidade, submeta-o a voto nesta Comissão –, para manifestar a posição que o Governo brasileiro, até agora, não ousou manifestar; mas, para manifestar o nosso repúdio, o repúdio do Parlamento brasileiro às afrontas e violências assacadas contra as liberdades democráticas na Venezuela.

A prepotência, a corrupção e a incompetência empurram o seu país para um abismo social sem precedentes. E a sua ação heroica é certamente a luta do seu povo para recuperar o seu próprio destino.

Eu tenho duas ou três indagações, que faço agora.

Aduzindo ao que já disse o Senador Pedro Taques, tenho a impressão de que o Poder Judiciário no seu país é uma extensão do Executivo e está ao seu serviço. Uma espécie de almoxarifado, onde o Poder Executivo pode buscar, quando quer, o produto que deseja.

É inevitável concluir que a pior ditadura é aquela que veste a roupa da democracia. E que faz essa encenação dos três Poderes interdependentes, quando, na realidade, eles só são aceitos quando servem passivamente e, de forma submissa, rastejam para aceitar as imposições do todo-poderoso de plantão.

A história da Venezuela é evidente que nós conhecemos em parte, mas sabemos deste tortuoso itinerário que percorre seu povo neste momento.

A indagação que formulo, portanto, na extensão da pergunta do Senador Pedro Taques, é exatamente sobre o comportamento do Poder Judiciário. A cassação de V. Exª, acolhida e avalizada pelo Poder Judiciário é a demonstração de que ele não existe como Poder Judiciário, mas, sim, como almoxarifado a prestar serviços ao Poder Executivo do seu país, avalizando essa aberração que, como V. Exª diz, é típica de regime ditatorial.

A outra indagação, na linha construtiva, é se V. Exª entende que a estratégia de sugerir negociações do Governo, de sugerir negociações, valendo-se da intermediação do Vaticano ou de um grupo de chanceleres da Unasul, poderia produzir solução consensuada, apta a pacificar o país e a conduzi-lo até as novas eleições. Eu não pergunto se Maduro seria eleito em uma nova eleição, porque o que vislumbramos a distância é que a sua derrota seria, sem dúvida, acachapante.

Enfim, concluo, Sr. Presidente, manifestando as nossas homenagens.

Antes, porém, creio que cabe mais uma indagação. Há alguns anos, oito ou nove anos, estive em Caracas e presenciei a guarda pessoal do Presidente Hugo Chávez constituída por jovens soldados cubanos que vestem uniforme venezuelano.

A notícia que nos chegou, através das redes sociais, é que, nesses momentos cruciais da luta do povo pela redemocratização da Venezuela, chegavam delegações de soldados cubanos, que, travestidos com uni-

forme do Exército venezuelano, iam para as ruas combater as manifestações que desejavam se constituir em manifestações pacíficas e democráticas e acabaram submetidas à violência do autoritarismo.

Em um regime que – para concluir, agora, Presidente – não podemos considerar de esquerda ou de direita; não podemos considerar comunista, socialista, fascista, trotskista. Um governo como esse, sem alma e sem sensibilidade humana, não possui ideologia: a sua ideologia é a da truculência, é a da prepotência inusitada. Portanto, se nós pudéssemos carimbar esse regime, certamente teríamos que carimbá-lo, na melhor das hipóteses, de um regime fascista truculento. Mas preferimos dizer que esse regime não tem ideologia, porque é o regime da prepotência, da violência e do desrespeito aos direitos humanos.

Concluindo agora, creio, Deputada María Corina Machado, que V. Exª chegou pelo voto ao Parlamento; dele foi retirada por lutar pelo voto e pela democracia e, certamente, a ele será devolvida pela democracia e pelo voto logo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Pela ordem, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM - RN) – Uma sugestão à Mesa. Como foram feitas cinco intervenções, por parte de cinco Senadores, acho que seria oportuno que a Deputada María Corina já pudesse responder a algumas indagações eventualmente feitas, para que não juntassem tantos assuntos na hora de responder. É uma sugestão que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Vamos acolher a contribuição de V. Exª.

Antes, vamos ouvir a Senadora Vanessa Grazziotin. Em seguida, devolveremos a palavra à Deputada María Corina, para que ela possa se estender no seu diálogo com Parlamentares brasileiros.

Com a palavra S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Quero cumprimentar a Srª María Corina Machado e só lembrar aqui, de forma preliminar, que certamente este Senado receberá tão bem a Parlamentar Blanca, que virá posteriormente à sua vinda, da mesma forma que nosso Presidente deverá organizar uma comitiva de Senadoras e Senadores para, brevemente, estar na Venezuela, para um diálogo importante com os nossos irmãos Parlamentares venezuelanos.

Mas quero, antes de mais nada, dizer que, de nossa parte, não temos qualquer tentativa de nos intrometer num assunto interno da Venezuela, nenhuma.

Para iniciar, quero dizer que discordo de muito do que foi dito aqui anteriormente. Para iniciar a minha fala, vou citar exatamente o Presidente Pepe Mujica, Presidente de um país vizinho, um pequenino país. É um homem que ficou preso durante muitos anos da sua vida, um homem, que, apesar de ser Presidente da República de um país, ainda vive da forma mais humilde que um cidadão pode viver. É um homem respeitado no mundo inteiro. O que disse Mujica?

Estou lendo apenas o que um *site* publicou – da RBA, http://www.redebrasilatual.com.br; nem sei que *site* é esse –, cuja manchete diz o seguinte: "Mujica diz que Estados Unidos não aprendem nada com a história e pede respeito à Venezuela. Presidente do Uruguai afirma que administração Obama desconhece que imposição de sanções serve para prejudicar os mais fracos e diz que venezuelanos devem resolver seus problemas sem ingerência externa". E abre aspas porque é tudo o Presidente Mujica que fala:

> *"Quando o mundo inteiro pede aos EUA para arquivarem sua política de bloqueio econômico de Cuba, surgem vozes desse governo ameaçando a Venezuela com sanções. [Diz ele] Você não aprendeu nada com a história? Será que essa atitude serviu para resolver alguma coisa que não seja impor dificuldades aos mais fracos em diferentes sociedades?"*

Mujica se referiu assim às recentes declarações do secretário de Estado dos EUA, John Kerry, que revelou que seu governo estudava a possibilidade de impor sanções a funcionários venezuelanos [...]

Desde o início da atual crise [...], em 12 de fevereiro, os Estados Unidos trabalham pela imposição de constrangimentos internacionais ao chavismo. A primeira tentativa de imposição de uma missão internacional para avaliar o caso falhou na Organização dos Estados Americanos (OEA). O pedido apresentado pelo Panamá recebeu [senhores e senhoras] *apenas três votos* [só três votos! Além, obviamente, do Panamá, país que a senhora representou – a senhora não esteve na reunião representando o seu país, mas representando o Panamá –, obteve o voto dos Estados e o voto do Canadá. Nenhuma outra nação do nosso continente americano acatou o pedido.]

Em seguida, a administração Obama sofreu novo revés na OEA quando se tentou promover um depoimento...

A matéria se refere ao seu depoimento, de que nos falou aqui. A senhora tem sido uma das principais líderes das mobilizações contra o chavismo, portanto, de oposição. A maioria dos países acatou a intervenção, segundo diz a matéria aqui, porque V. Exª estava representando o Panamá, mas o fez de portas fechadas. Por que de portas fechadas? Porque – dizem os chanceleres, não só os brasileiros, mas todos –, em relação à pro-

posta, dentro do regime de um organismo internacional, a opinião da maioria prevalece. E a opinião da maioria é que aquilo apenas seria um *show* e que ninguém merecia um *show* patrocinado por Washington – isso diz o Presidente Mujica.

Eu quero concordar com ele e dizer que, infelizmente, nessas situações, quem mais sofre é o povo. Diferentemente de colegas meus – à época eu não era Senadora, era Deputada –, eu sempre defendi a entrada da Venezuela no Mercosul pela importância do país, porque uma nação não se mede pelo seu governo. Uma nação se mede pela nação. Hoje o Presidente é Maduro, amanhã será outro; hoje é um partido, e amanhã será outro. Enfim, Venezuela entrou no Mercosul e isso tem sido muito importante. Tenho certeza de que ajuda não só o Brasil, mas ajudará também a Venezuela.

Creio que, neste momento, a forma como podemos ajudar não é incitando. Temos exemplos. Em junho do ano passado, o Brasil vivenciou as maiores manifestações já vistas neste País. Milhões, dois milhões, três milhões de pessoas nas ruas, em manifestações que, num primeiro momento, foram pacíficas, mas depois se transformaram em manifestações violentas.

Parece que é um pouco isto, Senador Ferraço, que acontece na Venezuela: manifestações que se tornaram violentas, porque, assistindo ao que nós assistimos aqui, o que fica parecendo? Qual foi a mensagem que tentaram nos passar naquele filmeto? Que nenhum defensor do governo sofreu qualquer tipo de ato violento; que apenas morreram e que sofreram violência os oposicionistas. E o que nós sabemos, pela imprensa brasileira e pela imprensa internacional, é que as mortes têm ocorrido de ambos os lados, seja dos oposicionistas, mas também daqueles que defendem o governo.

Se a manifestação parte da juventude, fica difícil para a gente, daqui de longe, entender por que universidades são depredadas. Se a manifestação é contra o desabastecimento, fica difícil a gente, daqui de longe, compreender por que caminhões repletos de alimentos, de utensílios são depredados, são queimados, enfim.

Eu quero dizer que isto aqui que a gente está vendo hoje... Meus colegas Deputados Federais, quero cumprimentar a todos; temos uma excelente convivência, temos posições políticas divergentes, muito diferentes, mas uma excelente convivência. Quero dizer que lamento muito por ter visto o que acabo de ver: uma foto aqui de um boneco de pano enforcado, representando o médico cubano. Essa foto seria da Venezuela. Um médico cubano sendo enforcado.

Ontem o Brasil assistiu a um episódio um pouco parecido. Em relação aos médicos, uma das médicas que pediu a saída do convênio foi bem recebida exatamente por esse grupo de Parlamentares que aqui está, a Ramona, a quem o grupo deu todo o apoio. Mas ao programa Mais Médicos os quase 10 mil médicos cubanos que estão no Brasil foram muito bem-vindos. A princípio, a oposição aqui tentou ser contrária, mas todos votamos a favor do projeto, porque, o que mais importa para nós outros não é se o médico é cubano, se o médico é peruano, colombiano, se o médico é indiano. O que mais importa é que o povo brasileiro não tem médico. E eles vêm para ajudar o povo brasileiro. Isso fala muito mais alto.

Essa fotografia que eu vi, de enforcamento de médicos cubanos, parece muito com uma faixa que foi estendida ontem na Câmara dos Deputados, num ato que relembrava o triste episódio da nossa história ocorrido em 1964, quando os militares, com o apoio norte-americano, também fizeram o golpe. A faixa dizia o seguinte: "Parabéns, militares. Graças a vocês o Brasil não é Cuba."

Eu gostaria de não ter vivido os 21 anos de ditadura e de ter sido privada, como todos do povo brasileiro, por 21 anos, de poder falar, de poder ter direito a nada.

Enfim, há outros cartazes aqui: Javu – Javu deve ser a Juventude Ativa Venezuela Unida. O que diz o cartaz? "Venezuela necessita de ti. Mata um chavista." Repito: "Venezuela necessita de ti. Mata um chavista."

Não sei quem é Carlos Montero. Diz aqui que é um correspondente da rede CNN espanhola – aliás, o Senador Roberto Requião já havia me mostrado algumas fotos – e que pede desculpas pelo Twitter dizendo: "Essa foto que eu postei no Twitter" – ele é um jornalista, ele é um correspondente da CNN espanhola, e ele mesmo se desculpa: "Essa foto que eu postei não foi de um episódio na Venezuela, como fizeram entender; isso aconteceu em Cingapura". E pediu desculpas pelo Twitter, o próprio Carlos Montero.

Enfim, nós estamos diante, parece, de uma situação muito complicada, e para que a paz se estabeleça naquele país tem de haver boa vontade.

Aí eu questiono a senhora, Srª Corina: por que a senhora não aceitou participar de uma conferência de paz que tinha o aval – porque a senhora pode até dizer: "Mas eles são maioria, eles mandam, eles mandam, a gente não pode falar, a gente não tem direito a nada" –, que tinha o aval da Unasul, do Mercosul? Não seria importante para quem quer a paz, como diz a senhora? Não aceitar...

Eu não quero entrar na questão da sua destituição do cargo. Sinceramente não quero, porque a Venezuela, como nós, tem uma constituição. Mas para nós não seria... Não sei, duvido... Qualquer um de nós que

fosse utilizar outro país para falar num organismo, sabendo que a constituição não permite isso, sabendo que a constituição não permite isso...

Por fim, eu pergunto à senhora: eu lamento muito ter assistido a esse filmeto, porque para todos nós, não sou uma *expert* da área de comunicação, mas, aquilo é uma montagem da mais grotesca. Pega algumas falas do Presidente Maduro, eleito pelo povo, um episódio e outro episódio, e corta, e coloca como uma posição política pretende colocar. Eu perguntaria à senhora: quem fez esse filmeto? Quem fez a tradução do filmeto?

E peço à senhora: não faça mais isso. Não é um desrespeito a mim e a minha posição política; eu que sou militante do partido comunista desde os meus 17 anos de idade. Isso é um desrespeito ao Senado do Brasil, Srª Corina. É um desrespeito. Qualquer pessoa, até uma criança vê que aquilo é uma montagem. Não queira nos enganar com aquilo, porque, daquela forma, não engana absolutamente ninguém.

No mais, seja bem-vinda ao Brasil! Blanca será bem-vinda. E certamente nós seremos... Nós não, não sei nem se eu vou; o Presidente formará a comissão para ir à Venezuela tentar... Mas sempre na busca da paz. Na paz.

Se o movimento começou pela saída... E aqui há uma foto sua chamando para o ato do dia 12, pela destituição do Presidente. Depois o movimento tomou um outro rumo, o rumo da violência. Aqui no Brasil foi assim também, mas aqui todos nós nos unimos contra a violência, absolutamente todos.

Então, espero ver a senhora brevemente, sentada numa dessas conferências, com o patrocínio dos organismos internacionais, buscando a paz. Eu acho que isso ajuda muito mais do que qualquer outro tipo de ação.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Deputada María Corina, são muitas as questões oferecidas pelas Srªs Senadoras, pelos Srs. Senadores, algumas convergentes, outras divergentes, mas todas feitas num ambiente de absoluta civilidade, respeito e, diria que, carinho por V. Exª por nos honrar com sua presença aqui.

Portanto, passo a palavra a S. Exª para que possa dialogar com os Senadores que lhe formularam questões.

A SRª MARÍA CORINA MACHADO – (*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Dando continuidade, passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente, se V. Exª me permite.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Estou sendo convocado agora pelo Presidente da Casa para uma reunião que antecederá o início da Ordem do Dia. Recebi neste instante a convocação do Presidente, assim como o Senador José Agripino. Por essa razão, deveremos nos ausentar agora, em razão desta convocação.

Antes disso, quero reiterar a expressão da minha solidariedade e do meu afeto à Deputada María Corina Machado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Presidente, se V. Exª...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM - RN) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pela ordem, Senador José Agripino. Em seguida, Senador Randolfe.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM - RN) – Só para apresentar minhas escusas pela minha saída e para solicitar à Deputada María Corina, sobre a pergunta que fiz a respeita do programa Barrio Adentro, uma resposta; se ela confirma ou não.

A SRª MARÍA CORINA MACHADO – (*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM - RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Randolfe. Em seguida, Senador Roberto Requião.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Presidente, eu tenho uma dúvida. Eu ouvi um cifra de US$250 mil médico/ano. É só isso que eu queria confirmar. Foi essa a informação?

A SRª MARÍA CORINA MACHADO – (*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Mas foi essa a informação? Foi isso?

A SRª MARÍA CORINA MACHADO – (*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)*

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Exª, a reunião para a qual o Senador Aloysio e o Senador Agripino irão é a reunião do Colégio de Líderes, para a qual eu também estou sendo convocado. Com a aquiescência de V. Exª e dos demais colegas, se for possível, após o Senador Suplicy, eu poderia fazer minha indagação à Deputada Corina?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Com a aquiescência do Senador Suplicy e da Senadora Ana Amélia, que são os oradores inscritos. Da minha parte não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Se está inscrita a Senadora Ana Amélia, peço para falar após ela. As mulheres sempre à frente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito bem! V. Exª está absolutamente correto.

Senador Roberto Requião, que pede a palavra pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Absolutamente!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – As mulheres e, com a competência da Senadora Ana Amélia, sempre à frente!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Mas eu preciso do senhor na reunião de Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Roberto Requião, V. Exª pede a palavra pela ordem.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Eu cheguei atrasado à reunião por motivos que não dizem respeito ao tema que estamos debatendo. Eu queria saber como foi organizada a reunião e se terei oportunidade de conversar com a Deputada María Corina Machado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. Exª está inscrito. Fará o uso da palavra o Senador Eduardo Suplicy, a Senadora Ana Amélia, o Senador Randolfe e, em seguida, V. Exª.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pede a palavra...

O SR. RAUL LIMA (PP - RR) – Na ordem não está o Deputado Raul Lima?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Quero consultar o conjunto dos Senadores.

Temos aqui alguns Parlamentares, alguns Deputados que nos honram com suas presenças. Os Deputados pedem a palavra, e pergunto se algum dos Srs. Senadores se opõe a que os nossos colegas Deputados Federais que desejam participar tenham a palavra. Se ninguém se opuser, nós vamos ouvir os Senadores e, em seguida, vamos ouvir os Deputados que nos honram com suas presenças.

Finalmente, passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – No Brasil, isso é possível, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer algumas perguntas objetivas à Deputada María Corina Machado.

Primeiro, se ela reconhece o resultado das eleições presidenciais de 2013, em que o Presidente Nicolás Maduro obteve 7.505.338 votos e o seu principal concorrente, Henrique Capriles, 7.270.403 votos, com 50,66% para Maduro e 49,07% para Capriles.

Se reconhece o resultado, por que iniciou uma campanha, a partir de janeiro de 2014, para propor a saída do Presidente, pedindo para os jovens e as pessoas ascenderem às ruas em luta? Por que não se empenhou para que, na próxima eleição presidencial e nas seguintes, pudesse haver uma nova oportunidade de persuadir as pessoas de seus objetivos?

Eu também gostaria de lhe perguntar por que, de início, V. Exª fez algumas críticas à situação da Venezuela, mostrando que a Venezuela está passando por uma situação de inflação muito alta – citou mais de 56% ao mês. É isso? Ao mês ou ao ano?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Ao ano. Mas é muito alta, sem dúvida. Estamos com algo perto de 5,9%. Então, é muito alta, de fato.

V. Exª também mencionou que as mães hoje precisam fazer filas muito longas para adquirir os seus produtos, os seus alimentos, mas eu pergunto se reconhece que, desde que se iniciou o governo Chávez, desde 2002 para cá, se houve alguns avanços de natureza muito significativa que poderiam até explicar as razões da popularidade que teve Hugo Chávez, que conseguiu a sucessão de seu sucessor, Maduro.

Alguns dados reconhecidos internacionalmente mostram que melhorou significativamente. Por exemplo, o Índice Gini, diminuiu 54%; a pobreza absoluta despencou de 70,8%, em 1996, para 21%, em 2010; a extrema pobreza caiu de 40%, em 1996, para 7,3%, em 2010; o que faria a Venezuela se colocar muito bem no cumprimento das Metas do Milênio da ONU.

Pergunto também se houve progressos. Pelo menos são dados normalmente divulgados e reconhecidos pela Unesco que a educação, principal determinante da saúde e da pobreza, teve uma atenção especial. O resultado é que a Unesco reconhece que a Venezuela se tornou um país livre do analfabetismo; que do jardim de infância à universidade, a educação é gratuita; que 72% das crianças frequentam escolas públicas; que 85% das crianças e adolescentes em idade escolar também frequentam escolas; que há um número muito signifi-

cativo de escolas; e também que houve alguns avanços – por exemplo, a dívida pública da Venezuela tem sido reduzida, pelo menos até 2011, pois era de 20,7% e baixou para 14,3%, e outros.

Eu lhe pergunto quais são os instrumentos de política econômica e social que V. Exª recomenda que sejam modificados ou introduzidos ou se acha que tudo na Venezuela está muito mal e não reconhece qualquer avanço nas diversas áreas.

Eu também gostaria de lhe fazer algumas perguntas, até porque o Presidente Ricardo Ferraço disse que teremos oportunidade de ouvir a Vice-Presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, Blanca Eekhout Gómez, e é capaz de ela aqui nos dar informações que eu gostaria que V. Exª nos explicasse até em sua defesa.

O noticiário informa que, segundo o art. 149 da Constituição da Venezuela, os funcionários públicos e as funcionárias públicas não poderão aceitar cargos, honrarias ou recompensas de governos estrangeiros sem autorização da Assembleia Nacional e, ainda pela explicação do noticiário, a Srª Deputada María Corina Machado, como cidadã e funcionária pública, tinha a obrigação de cumprir com o fundo e as formas previstas na Constituição da Venezuela. Acontece que V. Exª aceitou substituir o Representante Alterno da República do Panamá, a senhora substituiu a Cadeira da República do Panamá na conferência que se realizou sobre a Venezuela, na reunião da Organização dos Estados Americanos, e por essa razão, como teria V. Exª descumprido esse artigo, a Assembleia Nacional a teria destituído. E isso foi objeto de consideração pela Corte Suprema de Justiça da Venezuela, que teria confirmado em que medida teve V. Exª a oportunidade de rebater, de se defender primeiro na Assembleia Nacional e, depois, perante a Corte Suprema de Justiça da Venezuela.

V. Exª mencionou que a Corte Suprema é designada pelo Presidente Maduro e pelo anterior, Chávez, que não são independentes. Mas eu lhe pergunto: os ministros, os magistrados, os membros da Corte Suprema da Venezuela são, como nós no Brasil ou em outros países, designados pelo Presidente, mas então, arguidos pela Assembleia Nacional e uma vez submetidos à arguição são aprovados. Só para dar um exemplo aqui, o fato de, digamos, o Presidente Lula ter designado diversos ministros para que o Senado viesse a aprovar para o Supremo Tribunal Federal e depois também a Presidenta Dilma não significou que os Ministros do Supremo Tribunal tivessem qualquer – e isso demonstraram publicamente – ordem de estar obedecendo aos desígnios do Palácio do Planalto. Ao contrário, mostraram sua independência.

Então, eu gostaria de ouvir de V. Exª se há alguma citação. E gostaria também de saber se acredita que há muitos passos que foram dados pelo Brasil no campo da economia, dos programas sociais e dos programas que ainda serão objeto de realização pelo Brasil, porque já são objeto de lei, se conhece esses programas e se considera que poderão ser objeto de consideração na Venezuela.

Coloco-me à disposição de lhe informar mais aprofundadamente sobre isso.

Muito obrigado, Presidente Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Nós que agradecemos a intervenção de V. Exª.

Passo a palavra à Senadora Ana Amélia e, finalmente, em seguida, ao Senador Randolfe.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Faço questão que o Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP. *Fora do microfone*.) – Faço questão que seja a Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Faço questão que vocês se entendam. (*Risos.*) E me tirem desse constrangimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP. *Fora do microfone*.) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Obrigado, Senador Randolfe.

Senadora Ana Amélia, a palavra é de V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente Ricardo Ferraço, caros colegas Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, esta é uma Casa democrática e, particularmente, a Comissão de Relações Exteriores. Eu queria cumprimentar V. Exª, Senador Ricardo Ferraço, por esta oportunidade e dizer também que, como Casa democrática, aqui se pratica o contraditório, e esta é a essência da democracia. Eu também considero importante a presença da representante, Deputada Blanca Gómez, para demonstrar exatamente que aqui é o exercício da democracia e do contraditório. Estarei aqui também para ouvi-la.

Conheci um pouco, muito pouco, da história da Deputada Maria Corina Machado e fiz até, da tribuna do Senado, dois dias depois da sua cassação, uma manifestação solidária como mulher, Parlamentar, de primeiro mandato, e também pela condição, pela forma como se deu sua cassação, aparentemente com uma justificativa constitucional que não se sustenta do ponto de vista institucional e político.

Mas eu queria perguntar para a senhora se antes da sua cassação a senhora já havia sofrido dentro do Parlamento venezuelano algum tipo de violência dos seus colegas. Que tipo de violência? Por que a senhora

foi vítima de violência dentro do Parlamento? A senhora corre hoje riscos? Que tipo de riscos? Sua família tem algum problema com a segurança? A senhora pensa em deixar o país? Existem condições, na sua opinião, pacíficas para a solução da crise da Venezuela?

O que a gente percebe, pelo noticiário, é que as oposições ficaram divididas, com dois líderes. Um líder com, digamos, uma estratégia mais radical, está preso, e Capriles, de quem vimos até algumas fotos, estendendo a mão a Maduro no momento da morte daquela jovem, conhecida, não sei se atriz, estudante, uma modelo, mas, enfim, uma pessoa muito conhecida na Venezuela. Essa divisão das oposições não agrava os problemas no sentido de uma saída pacífica?

São essas as indagações que tenho a V. Exª em relação a esse problema. Nós queremos que a Venezuela encontre sua própria solução, sem intervenção ou a interveniência de qualquer país estrangeiro.

Quero dizer-lhe também que estamos hoje, no Brasil, vivendo um problema em relação a uma grande empresa petroleira, com a tentativa de fazer uma Comissão Parlamentar de Inquérito. A Venezuela tem também no petróleo sua principal fonte de renda, sua principal receita, sua principal riqueza, como exportadora de petróleo. Como é que a situação financeira da estatal venezuelana, a PDVSA, hoje, está representando no seu país? Porque advém dela as questões relacionadas a financiamento de programas sociais.

Então, as minhas questões, Srª Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Senador Randolfe, a palavra é de V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

Deputada Maria Corina Machado, seja bem-vinda ao Brasil, assim como certamente será bem-vinda também a Deputada Blanca, que, acredito, virá semana que vem, correto, Senador Ricardo Ferraço?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós já formalizamos o convite e estamos na dependência, basicamente, de acordarmos uma data. Mas, naquilo que depender desta Comissão, será já na próxima semana, para que o contraditório possa se estabelecer, até porque a democracia e a liberdade de expressão nesta Comissão são uma premissa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Obrigado, e que assim seja, porque creio que é importante esta Comissão ouvir os dois lados da crise política existente na Venezuela.

Deputada Maria Corina, Sr. Presidente, colegas Senadores, Deputados aqui presentes, senhoras e senhores, eu não acredito em nenhuma alternativa fora do Estado democrático de direito, e tem significado e diagnóstico o que nós estamos vivendo esta semana. Há 50 anos, o Brasil viveu a interrupção da vida democrática e, recuperando as manchetes dos jornais do nosso País de 50 anos atrás, quando ocorreu o golpe civil e militar de 1964, eu recupero, Senador Paulo Davim, Senador Roberto Requião, a manchete do *Correio da Manhã* de 1º de abril de 1964, que vem com o editorial "Fora!" ao Presidente João Goulart.

Presidente Ricardo Ferraço, eu tenho aversão à palavra de ordem "fora" a um presidente constitucionalmente eleito. Eu tenho aversão a palavras de ordem "fora", "saia já", porque isso é fora da ordem democrática.

Nós já tivemos um procedimento aqui, no nosso processo pós-redemocratização, depois de 1988, de um *impeachment*, tivemos manifestações de rua por isso, mas tudo dentro da regra democrática. Tivemos essa experiência no Brasil, mas dentro da regra democrática, dentro do jogo democrático. Nossa democracia foi experimentada para isso. Não foi fora da regra democrática.

Em 1964, poder-se-ia dizer que o Brasil estava dividido. De fato, não estava, é bom que se diga isso. Pesquisas do Ibope dizem que o Presidente João Goulart tinha o apoio de 60% dos brasileiros – são pesquisas que vieram à tona hoje. De qualquer forma, dizia-se que o Brasil estava "dividido" – entre aspas – na época, mas nada justifica, em 1964 – e hoje no Brasil há um consenso sobre isso –, a vida civil do País, a ordem constitucional ter sido interrompida, em especial em 1º de abril de 1964.

Assim como, Sr. Presidente, eu abomino qualquer interrupção da ordem constitucional que ocorra em qualquer lugar da América Latina. Eu reitero o que disse o Presidente da nossa Assembleia Nacional Constituinte em 1988, Presidente Ulysses Guimarães: devemos ter ódio e nojo de ditadura, ódio e nojo de qualquer interrupção de ordem constitucional, ocorra onde ocorrer, em qualquer lugar da América Latina.

Falo isso, Sr. Presidente, porque as notícias que tenho é que as últimas manifestações do dia 12 de fevereiro, Deputada Corina, de que V. Exª participou, tinham por objetivo pedir a saída, a destituição do governo do Presidente Maduro. Eu não acho que esse seja um bom caminho. Pode-se divergir politicamente do Presidente Maduro. É um direito democrático, sou o primeiro a defender. O direito à liberdade de manifestação, o direito à liberdade de expressão, serei o primeiro a defender. Mas os presidentes dos países latino-americanos, os presidentes sul-americanos, hoje, são eleitos. Há um reconhecimento, mesmo por pequena margem, da eleição do atual Presidente da Venezuela.

Ademais, Deputada, consta aqui – pelo menos são os documentos que me vêm, a senhora pode contestar – sua participação, pelo menos sua assinatura em uma lista daqueles que legitimaram o golpe de Estado que manteve, por um curto espaço de tempo, a junta de governo do Sr. Pedro Carmona, que derrubou, por um curto espaço de tempo, de 24 horas, o governo constitucional do Presidente Hugo Chávez. Pode-se divergir do Presidente Hugo Chávez, não condeno quem divirja. Mas há de se reconhecer que em 2002 houve um golpe de Estado, houve uma tentativa de golpe de Estado contra o governo do Presidente Hugo Chávez, e esta tentativa há de ser condenada. Como qualquer tentativa de golpe de Estado na América Latina, nos últimos 50 anos, causou, para o povo latino-americano, dor, sofrimento e morte, isso tem que ser condenado.

Então, eu acho que a Venezuela tem que ser chamada para o diálogo, para o entendimento. Quero qualquer solução para a Venezuela, desde que ela seja dentro da ordem democrática e dentro das resoluções, através do voto. Fora do voto e através de golpes não pode haver alternativas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Roberto Requião.

Em seguida, vamos ouvir o Deputado Raul Lima.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Quero cumprimentar o desempenho da Deputada Maria Corina Machado. Brilhante Deputada, discurso articulado e bem posto.

Mas quero ir um pouco mais além dessa visão colocada até aqui por V. Exª. Quero partir de uma análise da situação da Venezuela hoje e gostaria de saber se V. Exª concorda com essa análise ou não.

O problema básico da Venezuela hoje é desabastecimento. A Venezuela está com menos divisas, menos petróleo. Nós poderíamos dizer, inclusive, que isso decorre de uma fraca administração por parte da PDVSA. É um problema na condução da PDVSA na Venezuela que nós, por nossa vez, sentimos aqui no Brasil também em relação a nossa Petrobras.

A PDVSA vende petróleo para a Alba, para a Petrocaribe, para a China, para pagar empréstimos, por preços muito baixos e, em função dos problemas de abastecimento, recebendo uma parte desse valor em bens de alimentação e outra parte em dólar, mas sempre a preço muito baixo. A PDVSA oferece petróleo à população da Venezuela, nafta, gasolina, a preços tão baixos que até a gorjeta que o motorista dá ao frentista é maior do que o valor da nafta colocada em seu veículo.

Essa crise de abastecimento, que pode ser chamada também uma crise da administração da PDVSA, se dá num país que importa 53% de tudo que consome. E eu lembraria que essa situação já foi muito pior à época que a PDVSA era administrada pelos norte-americanos, em que um barril de petróleo era vendido no mercado americano, no mercado internacional dos americanos a US$7,00. O barril de petróleo hoje está sendo cotado a US$97,00, mas a baixa produção viabiliza a falta de divisas e provoca uma crise de abastecimento.

Dentro desse quadro, nós tivemos um acidente, um crime ocorrido na capital de Táchira, em San Cristóbal, na universidade. Uma moça foi estuprada. E lá, como aqui, isso provocou uma grande comoção popular, e aí começa o processo todo que levou à mobilização de grandes massas populares e às manifestações que estamos vendo até hoje.

No entanto, eu estive dando uma olhada na situação e na reação do governo venezuelano até agora. O governo criou um sistema de taxa de câmbio livre, porque o problema, na verdade, era câmbio, inflação e abastecimento. Chama-se Sicad 2. E o dólar paralelo, na Venezuela, caiu de 93 pontos, em relação ao dólar oficial, para 60, 70 pontos. E ontem – ontem, na data de ontem – caiu para 49,80. Então, de certa forma, é um avanço e um resultado positivo da política do governo.

A situação de governabilidade e de administração é uma situação que criou o clima para as revoltas populares, mas isso tudo tem sido objeto de uma tentativa, inclusive, de mediação por parte da Unasul, com a possibilidade de o próprio Vaticano entrar no processo de mediação; a participação do Vaticano não é uma participação improvável.

A Venezuela tem, de certa forma, reagido a esse processo. As crises, de certa forma, estão sob controle. Em quatro ou cinco Estados ou províncias continuam; em Táchira, Mérida e Carabobo, fundamentalmente. O governo tem erros, como, de resto, todos os governos têm, maiores ou menores erros, mas está tomando essas medidas em relação ao câmbio, à inflação. O processo da inflação, que é um processo corretivo da crise, que leva ao aumento do preço do petróleo nas bombas, por exemplo, vai agredir duramente as bases chavistas, que são os mais pobres, que, sem a menor sombra de dúvida, tiveram a sua condição social e econômica melhoradas.

Há uma ação muito clara de governo. Eu vi a crítica da ilustre Deputada em relação ao cerceamento da condição democrática e não coloco em dúvida muitas coisas do que V. Exª pontuou, até porque isso ocorre em qualquer governo sempre que há um conflito e que a polícia e o exército interferem no processo. Mas, na verdade, o que eu gostaria de saber em profundidade, dando consequência a sua vinda aqui, não transformando essa vinda apenas num lamento comovente, sem a menor sombra de dúvida, é o que o grupo a que V. Exª per-

tence na Venezuela faria se tivesse o poder hoje. Voltaria o petróleo a US$7,00. Teríamos um aumento de 800% do combustível. Esse ascenso das populações beneficiadas com o chavismo seria liquidado da noite para o dia. Seria, Senador Suplicy, como se retirássemos, no Brasil, todas as bolsas compensatórias, de uma hora para outra, com o ascenso do governo neoliberal. Isso, sem a menor sombra de dúvida, provocaria um protesto tão ou seguramente mais violento que o protesto que estamos vendo hoje, porque atingiria todo esse grupo da população que tem sustentado o chavismo eleitoralmente, que elegeram o Maduro e que foi beneficiário das políticas sociais do Governo venezuelano.

Então, em síntese e de forma clara e definitiva, o que faria V. Exª e seu grupo se estivessem no poder da Venezuela hoje com a suposta caída do Presidente Maduro? Neoliberalismo à moda do Chile, depois da queda do Allende? Quais seriam os caminhos? Deixando de lado a lamentação, a crise dos exageros policiais, que existem lá e existem aqui sem que a nossa crise tenha essas dimensões, quais seriam os caminhos da condução de um governo comandado pelas ideias que a levam a protestar?

É essa a questão que coloco, acredito, com bastante clareza.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Senador Roberto Requião, pela intervenção.

Sou instado pelos Senadores, Deputado Raul, porque a Ordem do Dia está se iniciando, a ceder a palavra à Deputada María Corina Machado para, em seguida, poder ouvi-lo.

Antes, porém, gostaria de registrar, com enorme prazer, que estamos recebendo uma visita em nossa Comissão de S. Exªs os Parlamentares da República Francesa. Eles nos honram com a sua presença. Entre nós, o Senador Albéric, o Senador Jean-Claude e o Deputado Michel. Além disso, estamos também recebendo a presença de S. Exª o Embaixador Denis Pietton. Também consta a presença aqui de S. Exª o Embaixador do Brasil na França, Embaixador José Maurício Bustani. (*Pausa.*)

Não estou vendo, mas me parece que está aqui.

De igual forma, a presença do nosso queridíssimo Deputado e ex-Senador Hugo Napoleão, Presidente do Grupo da Amizade Brasil-França. Também a presença do Presidente da Companhia Air France, que hoje está comemorando o voo inaugural entre Paris e Brasília. Saudações à companhia e aos nossos homólogos do Parlamento Francês do Senado ou da Câmara pela presença.

Estamos nesta data recebendo S. Exª a Deputada María Corina Machado, Parlamentar da Assembleia Nacional Venezuelana, a quem vou conceder a palavra. (*Palmas.*)

Sejam todos muito bem-vindos.

Vou devolver a palavra à Deputada Maria Corina. Em seguida, vamos ouvir o Deputado Raul.

A SRª MARÍA CORINA MACHADO – (*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Eduardo Suplicy, a palavra é de V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – A senhora teve a oportunidade perante a Assembleia Nacional de se defender, como faz agora?

A SRª MARÍA CORINA MACHADO – Não, não tive. Não me deram essa oportunidade.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Eu gostaria de dizer que, entre outros aqui, transmitirei à Deputada Blanca Eekhout Gómez que a Assembleia Nacional deve lhe dar o direito de defesa.

A SRª MARÍA CORINA MACHADO – Eu lhe agradeço, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Eu direi isso a ela.

A SRª MARÍA CORINA MACHADO – (*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – O Senador Roberto Requião pede a palavra pela ordem.

A palavra é de V. Exª.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Mais uma vez, ouvi a descrição de um conflito de um povo dividido, mas a pergunta que fiz não foi respondida.

A SRª MARÍA CORINA MACHADO – Qual é a pergunta?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Qual é a sua proposta para a economia da Venezuela? Volta o barril para os americanos dirigirem a PDVSA a R$7,00, numa época em que o preço estava em pouco mais de R$150,00. É o corte duro das vantagens sociais e das políticas compensatórias estabelecidas pelo chavismo?

A descrição do conflito foi perfeita, e a senhora é uma mestra nesse tipo de exposição, mas eu não vi uma única proposta de solução para a crise. O que fazer com a PDVSA, que não está funcionando bem? O que fazer

com o país, que consome 53% dos bens importados de fora? "Precisamos criar um mercado próprio." Como se cria um mercado próprio, cortando todos os benefícios sociais e levando a Venezuela a um período pré-Chávez?

Perdoe-me a franqueza. A senhora é uma mestra na descrição do conflito. É mesmo comovente. Mas, ao lado desse contexto emocional, o que de concreto se propõe para a Venezuela?

A SRª MARÍA CORINA MACHADO – Obrigada, Senador.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Já que o Senador fez uma réplica, quero dizer que foi muito mencionado aqui que a oposição está exercendo uma ação golpista. Quero só lembrar que o ex-Presidente Hugo Chávez, quando era coronel, tentou um golpe sem sucesso. Ele foi preso, foi, posteriormente, anistiado e chegou à presidência. Então, essa é uma referência, penso, para avivar a memória. São dois pesos e duas medidas em relação à situação política do seu país. Faço apenas esse lembrete adicional sobre a questão do golpe.

A SRª MARÍA CORINA MACHADO – (*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Finalmente, ouço, com alegria, o Deputado Raul Lima.

O SR. RAUL LIMA (PP - RR) – Srs. Senadores, eu queria agradecer a todos a oportunidade.

Especialmente neste momento, é muito emocionante para mim ter essa conversa com a Deputada María Corina Machado.

A partir deste momento, Rocha, você não precisa mais traduzir nada.

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

Basicamente, o que quero explicar para os Senadores e para as pessoas que estão aqui presentes é que, há muito tempo, quando eu era criança, quando morei na Venezuela, já que minha mãe me levou para lá, a situação na Venezuela era muito boa. Era uma época em que a democracia realmente existia. O valor do petróleo aumentou, e a situação na Venezuela decaiu, piorou. Isso não foi bom para a Venezuela. O sistema de lá não é o melhor. Com o valor do petróleo, com o tanto de dinheiro que entrou na Venezuela, posso falar para o senhor, Senador, que me deu este presente de ter a palavra nesta sessão: a situação na Venezuela piorou muito.

Agora, o que isso afeta o meu Estado, o Estado de Roraima? Por questões insignificantes, brasileiros são presos na Venezuela, e não existe um processo definido, claro, transparente para que eles sejam julgados. Eles são julgados por coisas irrelevantes. Vejam bem o que acontece na fronteira. Para os senhores terem uma ideia, nós estamos falando de coisas abrangentes, mas vamos tentar falar de coisas pequenas, como a bomba de gasolina, o posto de gasolina internacional na fronteira. Todo o câmbio e todas as operações comerciais são feitos pelo governo venezuelano, mas o posto de gasolina vende gasolina para os brasileiros a preços internacionais. Esse dinheiro não entra no caixa da Venezuela, e essa gasolina é usada no Brasil para sonegar impostos. Nesse processo, as pessoas vão para Santa Elena para comprar combustível. A Guarda, o Exército prende as pessoas. E, por 30 litros de gasolina, a pessoa perde o automóvel, perde a propriedade, é agredida e passa a morar em Vista Hermosa, naquela cadeia da qual falei no início em espanhol, por um tempo indescritível nas suas vidas.

Vejam bem! O que quero falar para os senhores? Essa crise venezuelana não é apenas dos venezuelanos, porque muitos roraimenses estão sofrendo nas cadeias venezuelanas. Aquelas pessoas cometeram um crime A ou B, mas isso não significa que não sejam seres humanos. Seus direitos precisam ser respeitados. Então, nesse contexto todo, Srs. Senadores e aquelas pessoas que me ouvem, vejo que temos de partir para o ponto humanitário. A sensibilidade, o ser humano, a unidade da sociedade precisam ser respeitados especialmente neste momento.

Há a necessidade, Senador Ricardo Ferraço, de que esta Casa decida pelo bem, para ir lá e dar uma olhada de perto no que acontece naquele país. Isso seria algo interessantíssimo. Aproveito a oportunidade para me manifestar neste sentido: se precisarem de alguém que tem um conhecimento amplo e que, há muitos anos, vive com o coração partido entre dois países, podem contar comigo.

Muito obrigado, Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Deputado Raul Lima, pela manifestação de V. Exª e por sua participação nesta reunião, em que temos o prazer de ouvir a Deputada María Corina Machado.

Deputada, agora, vamos ao plenário do Senado da República, oportunidade em que V. Exª terá contato com o conjunto das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores. Estamos num dia de sessão ordinária. Queremos passar a palavra a V. Exª, para que possa concluir sua manifestação. Quero convidá-la a ir ao plenário do Senado da República, onde estamos em sessão deliberativa.

A palavra é de V. Exª, para apresentar suas conclusões.

A SRª MARÍA CORINA MACHADO – (*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – A Comissão de Relações Exteriores do Senado da República agradece a presença de todos.

Registramos aqui a presença do Senador Molina, do vizinho país amigo Bolívia.

Agradeço a presença de todos.

Sinceramente, acredito que demos uma importante contribuição dando voz à Deputada María Corina Machado, que pôde aqui, ao longo dessas horas, dialogar, debater com o Parlamento brasileiro e expressar, manifestar livremente suas opiniões, denunciando aquilo que, a seu juízo, tem representado uma extraordinária violação aos princípios democráticos universais.

Dessa forma, a Comissão de Relações Exteriores vai continuar se conduzindo, manifestando-se com absoluto equilíbrio e abrindo voz e oportunidade para que possamos discutir princípios, valores e premissas que são fundamentais no exercício da atividade pública e política não apenas em nosso País, mas em toda a nossa região.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 13 minutos.)

ATA DA 13ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE ABRIL DE 2014, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e catorze minutos do dia três de abril de dois mil e catorze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador **Ricardo Ferraço**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Jorge Viana, Eduardo Suplicy, Anibal Diniz, Cristovam Buarque, Paulo Bauer, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Delcídio do Amaral, Ana Amélia, Flexa Ribeiro e Jayme Campos.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e faz pronunciamento sobre o futuro das relações Brasil e Estados Unidos da América. Tem início a apreciação da **PAUTA: Audiência Pública** para debater os rumos do relacionamento do Brasil com os Estados Unidos da América, para avaliar a situação atual, rumos e perspectivas; em atendimento ao RRE nº 6/2014 – CRE. O Presidente convida o **Embaixador Carlos Antonio da Rocha Paranhos,** Subsecretário-Geral Político I do Ministério das Relações Exteriores – MRE; o senhor **Paulo Sotero,** Diretor do Instituto Brasil do Centro Internacional *Woodrow Wilson*; e o Senhor **Gabriel Rico,** Presidente da Câmara Americana de Comércio no Brasil – AMCHAM; a comporem a Mesa. Usa a palavra a Senadora Ana Amélia. Em seguida o Presidente concede a palavra a cada convidado para suas exposições. Usa a palavra o Senador Cristovam Buarque, a Senadora Ana Amélia, o Senador Eduardo Suplicy e o Senador Aníbal Diniz. Os expositores respondem os questionamentos apresentados. A Presidente agradece a presença dos convidados. **MUDANÇAS NA PRESIDÊNCIA:** às onze horas e quarenta e quatro minutos assume a presidência a Senadora Ana Amélia; às doze horas reassume-a o Senador Ricardo Ferraço; e às doze horas e trinta e dois minutos assume-a novamente a Senadora Ana Amélia até o término desta Reunião. A Presidente propõe à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como lidas e aprovadas. Nada havendo mais a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço,** Presidente

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito bom-dia, Srªs e Srs. Senadores, Senadora Ana Amélia, brasileiros que nos acompanham pela TV Senado.

A audiência pública desta manhã tem origem em requerimento aprovado nesta comissão, com o objetivo de franquear este espaço democrático para ouvir, questionar e debater aspectos importantes da nossa multifacetada agenda bilateral com os Estados Unidos da América, além de propor ações que possibilitem a normalização desta agenda tão relevante, importante e estratégica para as duas maiores economias das Américas.

Por meio de iniciativas como esta, em outros exercícios similares de reflexão coletiva, estou certo de que será possível encontrar o melhor caminho para dinamizar nossa agenda bilateral, de modo que possamos avivar o potencial dormente que tanto pode beneficiar nossas respectivas sociedades, dentro evidentemente do respeito mútuo e da confiança restaurada.

Já tive a oportunidade de afirmar que diplomacia sem pragmatismo corre o risco de virar retórica vazia de significados e descompromissada com resultados, incapaz de cumprir o papel de ser um meio para alcançar sua finalidade, que é contribuir para o desenvolvimento do País, bem como para sua afirmação no mundo.

Ora, retomo esta reflexão ao pensar em alguns dos múltiplos e simultâneos desafios que marcam a atual agenda externa brasileira: negociações de liberação comercial entre o Mercosul e a União Européia; a agudização da crise econômica na Argentina e na Venezuela, bem assim suas consequências sobre o Mercosul; as importantes transformações que estão mudando a geografia do comércio internacional, mediante novas redes de acordos comerciais bilaterais e regionais, entre os quais merecem destaque: o acordo dos Estados Unidos da América com a União Européia, a Parceria Transpacífica, a Aliança do Pacífico, a formação do espaço econômico comum da Asean, prevista pelo próximo ano, entre tantas outras muitas iniciativas que estão redesenhando a economia, internacionalizada em torno de eixos globais estruturados em cadeia de valor que ignoram fronteiras.

Observa-se que a lista de questões que o Brasil precisa enfrentar é grande e muito relevante. Algumas não podem ser adiadas sob pena de resultar em prejuízos irreversíveis para o nosso País.

Neste contexto de grandes desafios, uma das questões que se impõem como urgente é a necessidade de revitalização de nossas relações bilaterais com os Estados Unidos da América, indisfarçavelmente prejudicadas pelos episódios revelados na esteira dos vazamentos de Edward Snowden.

Suscito o tema sem perder de vista o repúdio, de que todos comungamos, à intromissão indevida e desrespeitosa da NSA em assuntos brasileiros, o que é inaceitável entre países amigos e aliados. Embora justificadamente indignados, não me parece razoável que o Governo brasileiro deixe fluir todo o período deste segundo mandato do Presidente Barack Obama, deixando só para 2017, quando começará um novo Governo, a tarefa de procurar requalificar nosso relacionamento com os Estados Unidos da América, que são o nosso vizinho hemisférico e nosso segundo parceiro comercial. Aliás, nossos vínculos econômicos, comerciais são apenas uma dimensão dessa densa teia de interesses cruzados que sempre nos uniu.

É preciso franqueza para recordar que a chamada crise nas relações bilaterais refere-se, sobretudo, às relações entre os dois governos. Isso porque, entre as duas sociedades, entre os sistemas econômicos, a verdade é que não há crise, senão desafios que requerem gestão e obstáculos que pedem superação. As exportações brasileiras vêm perdendo mercado nos EUA, um comprador tradicional de nossos bens manufaturados, enquanto importamos cada vez mais dos norte-americanos, que, nos últimos quatro anos, conseguiram crescentes superávits comerciais com o Brasil. Não seria exagero afirmar que as dificuldades típicas de nossas densas relações econômico-comerciais, que se espraiam por todos os segmentos, felizmente estão mais atreladas aos humores da economia e dos mercados do que a eventuais "birras" diplomáticas, por mais nobres e fortes que sejam as motivações dos governos nacionais.

Ainda no plano das relações entre as nossas sociedades, basta atentarmos para os intensos fluxos de visitantes de lado a lado, seja para turismo, seja para negócios, seja para atividades no campo da educação, da cultura, do entretenimento, entre tantas outras. Ou atentar para os contingentes de brasileiros que emigraram para os EUA, ou para o número expressivo de norte-americanos que aqui estão domiciliados. Veja-se a quantidade de cursos de inglês, de estudantes de intercâmbio, de executivos e gerentes de empresas que transitam entre os dois países. Além disso, pode-se observar importante percentual dos brasileiros que estudam no exterior, no âmbito, inclusive, do extraordinário programa Ciência sem Fronteiras – são mais de cinco mil bolsistas em instituições norte-americanas –, assim como os demais brasileiros que estão matriculados em universidades dos EUA.

É chegado, acho eu, o momento de reconhecer que o lamentável episódio de espionagem, que veio a público em 2013 e que indignou igualmente outros aliados históricos, já repercutiu o bastante, tanto interna quanto internacionalmente.

Estamos prestes a concluir o trabalho na Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado, que está avaliando toda essa questão. Creio que nosso relatório poderá contribuir para fortalecer o aparato de segurança cibernética brasileiro, evitando a repetição do grave problema. No âmbito das Nações Unidas, por sua vez, encerramos 2013 com a aprovação, por aclamação da Assembleia Geral, da resolução proposta pelo Brasil e pela Alemanha, a qual eleva o direito à privacidade das comunicações cibernéticas à condição de direito humano inviolável. Outros amigos e aliados históricos dos EUA, como o México, a França e a própria Alemanha, já dão sinais claros de haver superado o episódio.

Como em outros momentos históricos em que nosso relacionamento com Washington atravessou fases de desgastes, é tempo de inventariar nossos interesses e reorganizar a agenda, a fim de que, de maneira racional, sejam enfatizadas e desenvolvidas as afinidades e os interesses comuns, com a mesma habilidade com que precisam ser gerenciados os pontos circunstancialmente negativos dessa pauta tão densa. Em uma palavra, é necessário desdramatizar as relações do Brasil com os Estados Unidos, para que a racionalidade volte a imperar.

A definição desta agenda há que levar em conta, para além dos diversos aspectos acima salientados, que os EUA representam mercado interno de US$16 trilhões e importam US$2,8 trilhões ao ano, dos quais apenas 1% corresponde a compras oriundas do Brasil. Para efeito de comparação, a China, que tem áreas de rivalidade direta e enormes diferenças com os Estados Unidos em termos de visão de mundo e de interesses concretos, exportou em 2013 para nosso vizinho hemisférico cerca de US$400 bilhões, ao passo que, no mesmo período, o Brasil vendeu US$30 bilhões para o gigantesco mercado norte-americano.

A Presidente Dilma Rousseff já fez ver ao Presidente Barack Obama e ao mundo o seu desagrado com a bisbilhotagem da qual foi vítima: adiou sua visita de Estado a Washington – creio que a única que a Casa Branca planejara para o segundo semestre do ano passado –, e aliou-se à Chanceler Angela Merkel, da Alemanha, outra líder agravada pela espionagem dos EUA, para aprovar na ONU a iniciativa que teve como endereço certeiro os EUA.

Seremos, no mês de abril vindouro, anfitriões da Conferência Internacional sobre Governança da Internet, a qual certamente estimulará o debate sobre a adoção de um novo marco universal para regular, de maneira compartilhada e mais transparente, a poderosa e onipresente rede mundial.

Mesmo em tempos de relativa desaceleração econômica, nosso fluxo de comércio com os EUA fala por si: cerca de US$ 60 bilhões em 2013, um claro e robusto sinal do que estaria por vir nos próximos anos. Traduz, por outro lado, a larga e profunda compreensão mútua, fundada na relação de proximidade que aproxima nossas sociedades, em heranças culturais comuns e no apreço aos valores democráticos.

Outro importante símbolo dessa afinidade está nos impressionantes dados que temos sobre os números de turistas brasileiros que visitaram o vizinho norte-americano no último ano: 1,5 milhão de brasileiros viajou aos Estados Unidos nesse período, o que representa acréscimo de 18% em relação ao ano anterior.

Como duas importantes nações do hemisfério Ocidental, o Brasil e os Estados Unidos desenvolveram uma densa rede de interesses interconectados e de aspirações partilhadas. Nossa amizade remonta a séculos de respeito e admiração recíprocos, em que pese nossas respectivas singularidades e perfil internacional.

Para a audiência pública desta manhã, convidamos um representante do Ministério das Relações Exteriores, que é o Subsecretário de Assuntos Políticos, responsável pelo relacionamento com os EUA, S. Exª o Embaixador Carlos Antonio da Rocha Paranhos. Conosco também o Sr. Gabriel Rico, Presidente da AMCHAM, que nos oferecerá a perspectiva do empresariado que, nos dois países, tem imensos interesses investidos num bom relacionamento bilateral. Por fim, temos o prazer de receber o Sr. Paulo Sotero, veterano profissional da imprensa brasileira, que há muitos anos vive no eixo Brasil – EUA e que dirige o Instituto Brasil, do prestigioso e influente órgão de pesquisa Wilson Center, em Washington.

A todos os nossos convidados agradeço a honrosa presença na Comissão de Relações Exteriores, fazendo votos de que este debate com meus ilustres pares no Senado Federal possa gerar mais luz do que calor, assim contribuindo para que nossas importantes relações com os EUA sejam beneficiadas por um esforço de desdramatização e de racionalização que permita que os dois Governos se sintonizem com o que me parece ser a clara sinalização das nossas respectivas sociedades.

Se nossos povos têm respeito e admiração recíprocos, se nossos agentes econômicos criam prosperidade conjuntamente, é apenas natural que nossos Governos saibam refletir essas inclinações que são positivas e amistosas.

Convido para que possa estar à mesa conosco o Dr. Gabriel Rico, Presidente da Câmara Americana de Comércio no Brasil. De igual forma, convido o Embaixador Carlos Antonio da Rocha Paranhos, Subsecretário Político do Ministério das Relações Exteriores. E o Dr. Paulo Sotero, Diretor do Instituto Brasil do Centro Internacional Wilson.

Sejam todos os senhores muito bem-vindos. (*Pausa.*)

Reitero o agradecimento a V. Sªs pela presença e pela disponibilidade de trazerem aqui suas visões e suas experiências, para que a Comissão de Relações Exteriores possa fazer um amplo debate.

Nós estamos sendo acompanhados pela TV Senado, que faz com que este debate possa ser acompanhado por entidades, pelos brasileiros, em razão da relevância e da estratégia deste debate, que foi alvo de um requerimento aprovado aqui na Comissão de Relações Exteriores.

Sejam V. Sªs todos muito bem-vindos. E eu renovo, mais uma vez, o agradecimento pela colaboração.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pela ordem Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Antes de V. Exª passar a palavra aos ilustres convidados, eu queria cumprimentá-lo pela iniciativa, porque precisamos não descuidar da natureza e da relevância das relações internacionais, especialmente no campo econômico e diplomático, no momento em que o País tem esse protagonismo em vários setores e também no momento em que o Senado está recebendo – e V. Exª fez referência na sua exposição ao justificar a iniciativa desta audiência pública – a questão relacionada à espionagem, porque chegou a esta Casa o projeto do Marco Civil da Internet, que foi aprovado na Câmara.

Tenho recebido representantes de várias corporações interessados nessa matéria e penso que é uma obrigação do Senado fazer algum aperfeiçoamento no que veio da Câmara, em alguns pontos e aspectos pertinentes.

Quero renovar os cumprimentos a V. Exª por mais uma oportuna iniciativa de um debate que, tenho certeza, por conhecer os três expositores razoavelmente bem, será enriquecedor.

Por fim, Presidente, agora do ponto de vista regimental ou administrativo da Comissão, também quero registrar que foi produtiva a reunião extraordinária que V. Exª convocou nesta semana para a sabatina de três embaixadores.

Claro que a gente fala sempre que a demora nas indicações não decorre desta Comissão, nem da sua boa vontade, que é muito grande para desengavetar as coisas que estão aqui. Eu sou testemunha disso. A demora é do Poder Executivo, mas nós temos respondido e correspondido a essa, digamos, lentidão do procedimento das indicações. Aprovamos extrapauta, na terça-feira, por sugestão de V. Exª, três embaixadores para Emirados Árabes, Sudão e Santa Lúcia.

Teremos, então, que fazer as sabatinas desses embaixadores. E eu proporia, porque foi muito útil a sua decisão de ter feito aquela reunião extraordinária na semana passada, repetirmos a iniciativa na próxima semana, mesmo sabendo que V. Exª não estará, mas eu estou à sua disposição para cumprir e representar – não no mesmo nível de V. Exª, mas bem – o Presidente, Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Vamos manter com intensidade os nossos trabalhos aqui na Comissão. Acolhendo a manifestação de V. Exª, vamos envidar esforços nessa direção, evidentemente ratificando que aquilo que V. Exª manifestou é a pura expressão da verdade.

Nós somos atropelados pelo Executivo, que atrasa o envio de suas mensagens à Comissão de Relações Exteriores e, quando as envia, envia sempre para ontem ou para anteontem. E nós precisamos sempre conciliar as nossas reuniões deliberativas, o que temos feito de maneira bastante produtiva.

Mas é verdade, também, que, nos últimos meses, por uma decisão coletiva desta Casa, nós assumimos um protagonismo maior, debatendo os temas da política externa brasileira e indo além daquilo que, de maneira tradicional, esta Comissão sempre fez, que foi, basicamente, deliberar sobre sabatinas de S. Exªs os nossos embaixadores, que chefiam as nossas missões diplomáticas.

Evidentemente, se essas mensagens chegassem aqui com mais planejamento, isso não isso não impediria que pudéssemos fazer as nossas duas atividades, ou seja, estabelecer um protagonismo em relação à política externa e, ao mesmo tempo, tratar desta que é uma matéria relevante para todos nós, considerando que os Embaixadores que chefiam as missões diplomáticas precisam ser sabatinados.

V. Exª me dá oportunidade para chamar a atenção do Ministério das Relações Exteriores e do Poder Executivo, para que planejem e gerenciem, de modo mais eficaz, o envio dessas mensagens, de modo a não atropelar os trabalhos desta Comissão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Fico grata porque o Presidente tem muito mais força do que uma Senadora que faz parte da Comissão.

Parabéns, Presidente! Assino embaixo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – A Presidência tem força quando conta, como tem contado, com o apoio de uma Senadora extraordinária, competente, dedicada, como V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Até o final vamos ajustar, para que, na semana que vem, possamos sabatinar os nossos Embaixadores, mas fica aqui uma mensagem pública, uma solicitação ao Poder Executivo, ao Ministério das Relações Exteriores, para que gerencie de maneira mais planejada o envio das mensagens, para que possamos tocar normalmente os nossos trabalhos.

Mas agradeço a contribuição e a solicitação de V. Exª, que vamos acolher.

Passo a palavra, sem mais delongas, ao Sr. Gabriel Rico, Presidente da Câmara Americana de Comércio no Brasil.

V. Exª tem o tempo adequado para fazer suas manifestações.

O SR. GABRIEL RICO – Muito obrigado.

Gostaria de agradecer o convite honroso para participar desta audiência pública convocada pelo Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, cumprimentar os Senadores membros desta Comissão e desta Mesa, Sr. Subsecretário-Geral, Embaixador Carlos Rocha Paranhos, nosso amigo Paulo Sotero, do Woodrow Wilson Center, nosso antigo companheiro – falei muito experiente; não falei velho não, porque houve uma reclamação lá dentro sobre o adjetivo, é nosso amigo de muito tempo.

Falo em nome da AMCHAM, a Câmara Americana que existe há 95 anos, representando 5 mil empresas. A grande maioria dos associados da AMCHAM são empresas brasileiras, mais de 80%, temos empresas nacionais de mais de 40 nacionalidades diferentes, as grandes empresas internacionais são associadas à AMCHAM, e, praticamente, todas as empresas americanas que operam no Brasil.

Antes de falar propriamente da relação econômica comercial, que é o foco da minha fala aqui, eu gostaria de alicerçar um pouco o que falarei, colocando num contexto um pouco mais amplo: das relações comerciais do Brasil como um todo no mundo. Os Estados Unidos é muito grande e é muito importante, é muito difícil, de fato, só falar de Estados Unidos, sem se colocar num contexto geral.

O Brasil, atualmente, apresenta apenas 1.3% das exportações, comparado em conjunto com todas as nações do mundo. É muito pouco para um País que tem uma economia que representa acima de 3% do PIB mundial; 1.3% das exportações é pouco. Este percentual é, praticamente, o mesmo percentual que tínhamos na década de 50 do século passado; a despeito de termos tido um *boom* de *commodities*, temos vivido um declínio substancial das exportações de manufaturados.

A pauta de exportação brasileira vem tomando um rumo perigoso. Exportamos cada vez mais para menos destinos, a nossa pauta de exportação se concentra cada vez mais em produtos de menor valor agregado e menos empresas participam do comércio exterior. Apenas 40 empresas representam mais de 50% das exportações brasileiras – 40 empresas! –; 300 empresas representam, praticamente, 90% daquilo que se exporta no Brasil. Portanto, o comércio exterior, hoje, não está sendo uma força que irriga a economia do Brasil como deveria ser.

E o que é fundamental para qualquer nação que aspire a um *status* de nação desenvolvida no mundo é que ela possa se inserir na cadeia global de valor. E o Brasil tem uma baixa inserção na cadeia global de valor, que, hoje, é a força motriz da globalização da economia mundial.

Raramente se pega um produto sofisticado em que todos os componentes sejam feitos num só país. Eles são feitos em vários países. É uma junção de esforços, é uma conjunção. Produz e provê mais aquele que tem melhores condições de qualidade, de custo, etc. Em suma, para se inserir na cadeia global de valor, nós passamos fundamentalmente pela questão da competitividade. Todos os indicadores de competitividade, cada vez mais, são requeridos, precisam ser preenchidos para que se possa participar da cadeia global de valor, e a nossa inserção é muito pequena.

Outro aspecto é que, de acordo com a Fundação Getúlio Vargas, 75% do comércio mundial se dão no âmbito de países que têm acordos que favoreçam o comércio entre eles; são acordos de facilitação de comércio, são acordos de livre comércio. E o Brasil, nesse aspecto, tem apenas dois acordos de livre comércio: nós temos o Mercosul, que é muito mais uma união aduaneira; não chega a esse estágio, tem aspectos muito positivos, mas, no conjunto, nós temos uma pobreza de acordos internacionais.

E aí nós temos realmente três elementos que se compõem e que compõem a força do comércio internacional, que têm a ver com a inserção dos países na cadeia global de valor. Ela fomenta e instiga o fortalecimento da competitividade dos países, e essas duas condições fomentam, levam o país a estabelecer mais e mais acordos comerciais. É um círculo virtuoso que se forma e, senão se entra nesse circuito, realmente ficamos distante desse processo de modernidade, de evolução que o mundo vive num ritmo bastante intenso.

O Brasil precisa levar isso em consideração, precisa se preparar para se inserir cada vez mais na cadeia global de valor. Portanto, aqui fica clara a posição, o clamor dos empresários que representamos: o Brasil precisa estabelecer acordos internacionais de facilitação de comércio, o Brasil precisa ampliar a sua pauta de comércio internacional e, para fazer isso, ao mesmo tempo, nós temos que fortalecer a competitividade da economia brasileira.

Isso dito, entro na relação Brasil/Estados Unidos. A relação Brasil/Estados Unidos tem uma característica bastante interessante. É talvez a única relação que o Brasil tem no mundo que nos insere na cadeia global de valor. Por que isso? Falei, há pouco, que 40 empresas brasileiras representam mais de 50% do comércio total do que exportamos, e 300 empresas representam quase a totalidade, pois, no comércio Brasil/ Estados Unidos, temos 6.300 empresas que exportam. Portanto, têm uma força de capilaridade, realmente fertilizam a economia brasileira, como nenhuma outra relação com outro país. Esse dado é muito importante.

Se isso não bastasse, da pauta de exportação com os Estados Unidos, 72% são produtos manufaturados ou semimanufaturados, muito acima do conjunto que temos com os outros países. Portanto, temos muitas empresas participando e temos uma exportação que dinamiza a própria economia do Brasil.

Se você não tem preço, não tem qualidade, é muito difícil entrar no mercado americano. Então, essas 6.300 empresas têm que fazer muito esforço e se dedicar para conseguir acesso a esse mercado. Esse é um fator de dinamização, de modernização da economia.

Queríamos lembrar também que outro elemento que fomenta a nossa relação é o estoque, é o investimento cumulativo dos Estados Unidos no Brasil. Esse capital cumulativo já supera US$120 bilhões e está presente pelo grande número de empresas americanas estabelecidas no Brasil há muito tempo. E essas empresas também fomentam o comércio *intercompany,* que ajuda a aumentar esse comércio de manufaturados entre o Brasil e os Estados Unidos. É uma força de modernização.

E, nesse movimento de investimentos, sempre falamos de investimento dos Estados Unidos no Brasil, mas entramos numa era em que existe investimento privado brasileiro nos Estados Unidos. Tivemos uma pri-

meira fase com Petrobras, Vale, Votorantim, Gerdau, Odebrecht. Temos uma segunda onda de investimentos com Braskem, Santana Textiles, Stefanini e uma série de redes de *fast food*.

Hoje, as empresas brasileiras geram emprego para americanos nos Estados Unidos ao redor de 40 mil posições de trabalho – 40 mil posições de trabalho já é algo representativo que essas empresas proveem na economia americana.

Por outro lado, há um dinamismo, como foi falado na abertura pelo Senador Ferraço. O dado que temos, Senador, é um pouquinho mais alto que o seu. O número de visitantes já bateu 2,096 milhões de visitantes, em 2013, e cresce, sim, a 18% ao ano, há três anos seguidos. Portanto, o número de visitantes cresceu em mais de 50% em três anos. São números muito expressivos.

Nós temos 154 voos semanais entre os países. No ano passado, foram emitidos 3,3 milhões de passagens aéreas entre os dois países – é mais do que o dobro em relação a oito anos atrás. Então, há um ritmo, um dinamismo dessa relação, o que é algo impressionante. Ela não para; ela é muito ágil; ela acontece de todas as formas.

Um dado interessante do IGBE, do Itamaraty, que eu cito aqui é que temos 1,066 milhão de brasileiros vivendo nos Estados Unidos. De cada 200 brasileiros, *grosso modo* podemos dizer que um vive nos Estados Unidos. É um dado muito expressivo. Nós não nos damos conta de que há mais de um milhão de brasileiros vivendo nos Estados Unidos, e o segundo contingente está no Japão, com distantes 200 mil brasileiros. Nós temos a ideia de que muitos brasileiros vão trabalhar no Japão, etc., mas o número é mais do cinco vezes maior nos Estados Unidos.

Graças ao programa Ciência sem Fronteiras, citado também pelo Senador, praticamente foi triplicado o número de estudantes brasileiros em universidades americanas. Esse número, hoje, é de 10,5 mil estudantes. Mas a contrapartida também é positiva, porque temos 4 mil estudantes americanos em universidades brasileiras. Essa interação, esse fluxo cultural é da maior importância para pavimentar relações futuras.

Eu cito algo que aconteceu aqui, Presidente, numa missão ocorrida em fevereiro deste ano, uma missão de cunho agrícola – o enfoque era agrícola. Foram visitadas as universidades de St. Louis, Bentonville e Houston, além da Universidade do Texas, a Texas A&M University – A&M quer dizer *agricultural* and *military*. Na verdade, essa universidade, muito conhecida, é a expressão de ponta do desenvolvimento tecnológico do ensino de agricultura nos Estados Unidos – é o que há de mais avançado.

Para surpresa dos membros da missão brasileira, nós encontramos dez professores brasileiros dando aula na mais importante universidade americana de agricultura. Isso significa que a interação Brasil-Estados Unidos no setor agrícola tem um campo que não dá para imaginar. São os dois maiores produtores agrícolas do mundo. Só pelo aumento da população, pelo crescimento da renda nos próximos 30 anos, está previsto um crescimento acima de 40% do consumo de alimentos no mundo, mas o mundo não tem terras férteis para produzir esses alimentos. Brasil e Estados Unidos têm um papel enorme nesse aspecto, um papel que transcende o campo econômico e vai até o campo da segurança mundial como um todo. E essa interação de tecnologia entre Brasil e Estados Unidos é um campo sem fim. Foi com muita alegria que vimos esses dez brasileiros presentes.

Mas não para aí. Nessa mesma universidade, nós encontramos em funcionamento um laboratório da Embrapa, que se chama Labex. É um laboratório virtual da Embrapa em pleno funcionamento, dentro da principal universidade americana de agricultura. E, nessa mesma viagem, vimos empresários brasileiros vendendo novas espécies, novos tipos de raça de gado nas feiras de Miami, nas feiras do Texas. Quer dizer, temos hoje espécies desenvolvidas no Brasil. Nós, que sempre importamos, estamos importando. Isso dá uma ideia do dinamismo dessa relação e do seu potencial.

No ano passado, nós recebemos na AMCHAM 400 empresas americanas que nos procuraram com interesse de estabelecer negócio no Brasil – 400 empresas. Do outro lado, tivemos 580 empresas brasileiras com interesse e negócio nos Estados Unidos. Quer dizer, existe um dinamismo dessa relação no meio empresarial, que eu diria é quase incontrolável, é uma forma muito grande que nos impulsiona a trabalharmos cada vez mais juntos.

No ano passado, tivemos contato com trezentos empresários americanos nas missões feitas e todos falam com muito otimismo em relação ao Brasil, do potencial, etc. Não falam só coisas boas, mas o entusiasmo em relação ao Brasil existe, é muito claro.

Nós emitimos, temos publicações sobre h*ow to do business in Brazil; how to invest in Brazil*, sobre variados temas, em uma cooperação, inclusive, com o Itamaraty, que coloca essas publicações no *site*. No ano passado, essas publicações foram acessadas por mais de setenta publicações. E em todas essas ações, inclusive nas missões comerciais que fazemos, nós contamos com a interação, com o apoio do Itamaraty, a quem somos muito agradecidos, e ela vai muito bem.

Eu queria falar sobre outro aspecto.

Quando se fala de ruídos na relação diplomática e em desencontros que temos tido, há alguns aspectos concretos que têm avançado. Isso não pode ser esquecido.

Desde 2010 para cá, com a vinda do Presidente Obama, houve uma ampliação e um aprofundamento da pauta da relação com os Estados Unidos. Várias questões que incomodavam a relação comercial foram resolvidas.

Já não se fala mais do subsídio do etanol, da disputa do suco de laranja na OMC. Nós tivemos um bom encaminhamento da questão do algodão; do acesso à carne suína nos Estados Unidos; está-se avaliando o acesso da carne bovina também aos Estados Unidos. Foi assinado o Tratado de Cooperação Econômica e Comercial, que o Itamaraty utiliza continuamente. É uma forma de diálogo que nos obriga a conversar, a os dois países se sentarem e conversarem sobre os aspectos econômicos e comerciais. É um tratado, que ainda não tem a formatação de obrigatoriedade. A obrigatoriedade é a de se conversar, mas já é alguma coisa. O *open skies* ainda aguarda ratificação, mas, sem ele, já tivemos um aumento de 50% do número de voos semanais. Nessas negociações também o visto de permanência, em ambos os países, cresceu de 5 para 10 anos.

Do lado brasileiro, vários esforços que passam por esta Casa, que passam pelo Senado, foram feitos. O Senado aprovou o acordo de troca de informações de contribuintes entre postos federais, entre os dois governos. É um acordo que estava pendente e que tem uma importância bastante grande nas relações. Ele também tinha a ver com as questões de lavagem de dinheiro, com transparência, com fluxos internacionais. Ele é importante.

E foi aprovado também um novo critério de preço de transferência que atualiza o critério nosso de tratar preço de transferência. Esses dois elementos aproximam o Brasil na negociação de acordos internacionais mais amplos. Esta Casa está de parabéns por isso.

Do lado americano houve uma resposta: aumentou-se a celeridade na emissão de vistos. Vocês veem que hoje é um problema menor, que o tempo é muito menor. Eles definiram dois novos consulados no Brasil: em Porto Alegre e em Belo Horizonte; há o apoio ao Ciência sem Fronteiras. Acho que nós testemunhamos em várias frentes que é o País que mais colaborou. É o maior número de estudantes brasileiros no exterior, não apenas abrindo as suas universidades, mas temos trabalhado em conjunto e com sucesso; as empresas estão abrindo as portas para os estágios, para que esses estudantes façam estágios e tenham experiência num ambiente de inovação e de desenvolvimento, inclusive, de patentes, que é algo de que precisamos muito.

Temos muitas coisas em conjunto. Por exemplo, o acordo de *biofuel,* de combustível para aviação, é da maior importância, em um trabalho em conjunto de empresas como Embraer, Boeing e GE...

(Soa a campainha.)

O SR. GABRIEL RICO – E uma experiência que acontece neste mês de maio, em que o aeroporto de Viracopos e de Miami, a que chamamos de operador econômico autorizado, que é uma forma de se reduzir muito a burocracia das importações e exportações. Quer dizer, empresas que têm um bom histórico de cumprir os seus compromissos, elas têm assim um *fast track;* elas passam rapidamente. Esse é o modelo que vem sendo debatido entre os dois países e que é muito importante. E esse modelo foi realmente a essência do acordo feito em Bali, recentemente, que é um acordo de facilitação de comércio. Então, a relação dos Estados Unidos inspirou, em grande parte, esse acordo.

Mas o que fazer daqui para frente? Esse dinamismo de todas as faces da relação, da interação, foi muito bem explanado também, na abertura, pelo Senador Ferraço, mas quais seriam os próximos passos que o empresário quer?

(Soa a campainha.)

O SR. GABRIEL RICO – Para que não digamos exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Vou disponibilizar para V. Sª mais 3 minutos, já que o tempo é de 20 minutos, para que V. Sª possa concluir, por gentileza, as suas manifestações.

O SR. GABRIEL RICO – Eu fecho. É um hábito brasileiro; preparamos mais do que concluímos, mas vou concluir em 3 minutos.

Estamos fazendo uma pesquisa junto aos associados da AMCHAM, para ver se eles querem ou não um acordo de livre comércio. Até o momento, 93,75% das respostas são a favor de um acordo de livre comércio. Dessas respostas, há 65% por parte de empresas brasileiras, 23% de empresas americanas e 12% de empresas internacionais que operam no Brasil. Ao mesmo tempo, temos feito um trabalho em conjunto com CNI, Fiesp, etc., e temos um estudo mais aprofundado em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas, para se avaliar ganhos e perdas de um acordo de livre comércio em ambas as partes.

Para concluir, é fundamental que o Brasil se insira na cadeia internacional de valor, é fundamental dar um salto, ter coragem para se fazer um acordo de livre comércio. O empresariado, por todos os indicadores, quer. Até há pouco tempo, entidades fortes tinham receio, tinham uma postura mais protecionista, mas o nosso modelo está exaurido.

Hoje, infelizmente, não é apenas uma questão de vontade do Brasil; temos que olhar os Estados Unidos, que têm outras prioridades. Eles têm o acordo com a União Europeia, o Acordo do Pacífico. Devemos trabalhar muito bem esse acordo.

Fechando, para incentivar essa integração, no dia 14 de maio, vamos ter aqui, inclusive, no Senado, Presidente, a visita de parlamentares americanos. Estamos trabalhando muito e vamos procurar trabalhar em conjunto, para que eles sejam muito bem recebidos e tenhamos uma integração maior também na frente parlamentar, o que é fundamental na aprovação de qualquer acordo internacional.

Muito obrigado, é o que eu tinha para falar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado a V. Sª, Sr. Gabriel Rico, Presidente da Câmara Americana de Comércio no Brasil, dando aqui as suas primeiras impressões acerca do nosso relacionamento, sobretudo a visão empresarial dessas relações.

Registro, com enorme carinho, a presença, entre nós, do Embaixador Pedro Borio, que sempre nos alegra e nos honra com a sua presença aqui, na Comissão de Relações Exteriores.

Passo a palavra ao Sr. Paulo Sotero, Diretor do Instituto Brasil do Centro Internacional Woodrow Wilson, que nos honra muito com a sua presença aqui, na Comissão, pela visão que irá expor e pela longa experiência nesse relacionamento do nosso País com os Estados Unidos da América.

A palavra é de V. Sª.

O SR. PAULO SOTERO – Muito obrigado, Senador, muito obrigado pelo convite. Muito obrigado pela presença dos Senadores e muito obrigado, especialmente, pela presença da Senadora Ana Amélia, com quem, em outros carnavais...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Poucos e recentes.

O SR. PAULO SOTERO – ... recentes carnavais, tive a alegria de compartilhar muitas coberturas de visitas presidenciais aos Estados Unidos e a outros lugares.

Preparei um texto que vou resumir. Peço que seja aceito como parte dos autos. É um prazer estar aqui acompanhado pelo Embaixador Paranhos; pelo Gabriel Rico, que é um bom amigo; e ver tantos amigos, inclusive o Embaixador Pedro Borio, presente hoje aqui.

Vou-me ater à parte, não vou repisar no terreno já explicado muito bem pelo Gabriel, e queria lembrar uma coisa que considero importante e que é parte do meu trabalho no Wilson Center: explicar o Brasil nos Estados Unidos, na sua complexidade. Orgulho-me muito de ter na minha sala, no Wilson Center, uma foto do presidente Lula e uma foto do presidente Fernando Henrique, ambas dedicadas a mim – tenho-as lado a lado, e já disse aos dois que, na minha sala, eles não brigam, eles sorriem para mim o tempo todo, porque somos apartidários, procuramos falar do Brasil na sua complexidade, na sua riqueza, na sua pluralidade, na sua diversidade.

As relações Brasil/Estados Unidos completam 190 anos neste ano. Os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil. É uma relação que passou por muitos altos e baixos. O que está acontecendo hoje é parte de uma trajetória de aproximações e distanciamento, mas o que diferencia este momento é que esse súbito esfriamento que houve recentemente, no segundo semestre do ano passado e que, obviamente, é a razão desta audiência publica, ele se deu no momento em que os governos dos dois países pareciam ter deixado para trás os desencontros e começavam a avançar em um caminho de uma aproximação produtiva, alicerçada no reconhecimento, em um mundo em transformação, de interesses nacionais convergentes. Em outras palavras, as relações entre Brasil e Estados Unidos sofreram um forte retrocesso no momento em que pareciam prestes a serem alçadas em um patamar mais elevado de engajamento.

A despeito dos percalços, creio que esse relacionamento avançou de forma muito significativa nas últimas duas décadas em resultado de um amadurecimento do diálogo político entre os dois países. Ele se deu como resultado, não apenas da estabilização econômica, da consolidação da democracia no Brasil, mas também de mudanças no quadro das relações globais que fizeram Washington acordar para o que antes ignorava. Os méritos e o valor, em um mundo em transformação, da exemplar transição do autoritarismo para a democracia de resultados que se reflete neste País e que se reflete não apenas em nossas aspirações, mas também em nossa pluralidade política e em nossa diversidade como Nação que é, a meu ver, nossa maior riqueza.

O Brasil passou a ser visto, em Washington, como parceiro relevante para atuar em questões internacionais complicadas: Haiti, Venezuela, Oriente Médio, África. Foi nesse contexto que se levou a uma intensificação dos contatos entre as duas sociedades, entre as duas economias tanto no setor privado quanto no setor público.

Os Presidentes Fernando Henrique e Bill Clinton entabularam um diálogo muito produtivo; o mesmo aconteceu com os Presidentes Lula e George W. Bush. Eu creio que os fatos sugerem que promover e projetar uma mudança de qualidade nas relações bilaterais foi a motivação do Presidente Obama a convidar a Presidente Dilma a fazer uma visita de Estado a Washington em outubro do ano passado. A primeira em quase duas

décadas. À aceitação do convite pela líder brasileira seguiram-se entendimentos que o Gabriel já relacionou aqui, com a ideia de uma mudança estratégica, uma mudança da natureza da relação.

Fontes oficiais, notícias nunca desmentidas sugerem, indicam, por exemplo, que a Presidente Dilma, em Washington, anunciaria uma compra importante de material bélico americano para reequipamento da Força Aérea Brasileira em um negócio que envolveria também a participação da Embraer e a ampliação do mercado de aviação militar da companhia brasileira para as Forças Armadas dos Estados Unidos. Esperava-se também um gesto, uma declaração, um sinal de Washington em relação às aspirações de liderança brasileira, de reforma dos órgãos de governança internacional, sobretudo no contexto das Nações Unidas. Prosperavam também várias iniciativas, aqui já citadas, e que encorpavam muito a relação. Esse forte estreitamento de laços vinha ocorrendo desde a chegada de Dilma Rousseff à Presidência, até por sua compreensão da importância dos Estados Unidos e de sua relação com o Brasil.

Eu cito aqui uma declaração que a Presidente fez ao dar uma entrevista, no final do ano de 2012, no dia 27 de dezembro, quando foi perguntada pelos jornalistas sobre como as divisões internas dos Estados Unidos, que paralisavam e seguem paralisando a política americana, afetavam a posição dos Estados Unidos no mundo, citando que os Estados Unidos era um país em declínio. A Presidente respondeu dizendo que previa, com a reeleição do Presidente Obama, que havia ocorrido há um mês, já teria sido beneficiada por um impacto positivo que a recuperação da economia americana, já então visível, teria para as relações bilaterais, teria, enfim, para a economia mundial. Cito a Presidente Dilma Rousseff, porque acho essa frase muito importante. Respondendo a essa jornalista, ela disse que a economia americana é uma economia muito flexível. Todos aqueles que acham que os Estados Unidos perderam importância internacional deveriam se lembrar de duas coisas: os Estados Unidos tem uma economia flexível em sua capacidade de se reinventar e é também uma economia extremamente inovadora.

A visita do presidente Barack Obama, aqui em março de 2011, já citada pelo Gabriel Rico, foi a primeira vez em que um presidente dos Estados Unidos visitou um Presidente do Brasil antes de ser por ele visitado. Foi um fato político, significativo. Intensificaram–se, a partir daí, como o Gabriel mencionou, as conexões, por exemplo, da aviação comercial, que são geradas por fluxos concretos, pela necessidade que têm executivos de negócios, turistas, estudantes brasileiros de estar nos Estados Unidos e vice-versa.

A propósito, gostaria de lembrar que 25% dos 40 mil universitários brasileiros contemplados, até o final de 2013, com bolsa de estudos do Programa de Mobilidade Científica, escolheram universidades americanas.

Como sabemos, a visita de Estado da Presidente não foi realizada. Enfim, a revelação das atividades de espionagem da NSA no Brasil tornou impossível politicamente a realização da visita. Houve uma quebra de confiança, é claro, e o caso não foi apenas com o Brasil. Quero dizer, as atividades, por exemplo, de espionagem de líderes de países amigos dos Estados Unidos suscitaram dúvidas, questões dentro do próprio Estados Unidos, como toda atividade da NSA em relação à privacidade dos próprios cidadãos americanos.

O Executivo e o Legislativo americano hoje estão empenhados em reformar, em conter, as atividades deste tipo para que elas, enfim, fortaleçam, ao invés de prejudicar, o relacionamento internacional dos Estados Unidos.

Houve outros desdobramentos que vocês conhecem como a visita do Presidente da França aos Estados Unidos. Recentemente, ele também foi alvo desse tipo de espionagem, mas declarou, enfim, que as relações dos Estados Unidos com a França eram muito importantes e que ele resolveria; deu o caso por encerrado e visitou os Estados Unidos, Washington, da mesma forma a Primeira Ministra da Alemanha, a Chanceler alemã, que é esperada agora no início de maio.

Acho que essas iniciativas dos líderes da França e da Alemanha de impedir que o caso Snowden continuasse a pautar a relação dos seus países com os Estados Unidos esvaziou uma demanda do Governo brasileiro, que inicialmente seria um pedido formal de desculpas, que os Estados Unidos apresentassem um pedido formal de desculpas, isso depois que o presidente Obama declarou publicamente que não faria.

Como sabem todos, o diálogo bilateral foi reiniciado, em nível ministerial, há três semanas, com a visita aqui do Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Jacob Lew. Veio também a Secretária de Estado Adjunta para Hemisfério Ocidental, Roberta Jacob e se tem notícia da vinda próxima do Vice-Presidente dos Estados Unidos ao Brasil no contexto da Copa do Mundo.

Acho que o desejo de retomada do diálogo Brasil-Estados Unidos esteve presente e visível, mesmo nas questões derivadas da espionagem. O Governo brasileiro convidou e o governo americano aceitou participar do comitê de coordenação de uma conferência internacional sobre governança da internet, que vai ser realizada em São Paulo, este mês, e o governo americano agradeceu publicamente o Brasil pela decisão de não conceder asilo a Edward Snowden. Enfim, mesmo na questão que causou controvérsia, os países souberam manter o contato.

Apesar de percepções em contrário, eu creio que essas atitudes são indicativas de que existem entre altos funcionários de outros países o entendimento de que os vetores desse diálogo bilateral estão em um

dinamismo crescente de aproximação entre as duas sociedades, seja entre indivíduos, entre empresas, instituições. É um diálogo que se dá independentemente dos governos e frequentemente apesar deles. Assim os funcionários parecem ter claro que, mesmo nos momentos de dificuldades, não devem esticar a corda, pois o seu rompimento não é opção aceitável em nenhum dos dois países.

A visão estratégica sobre o Brasil no *establishment* americano é positiva e foi resumida recentemente pelo ex-embaixador dos Estados Unidos aqui no Brasil, Thomas Shannon, em uma apresentação que fez no Wilson Center, cuja íntegra está disponível no nosso *site* na internet.

Eu, tendo acompanhado de perto os altos e baixos das relações bilaterais, seja como correspondente de imprensa, seja agora na minha atribuição no Wilson Center, eu acho que é muito importante compreender o engajamento de aproximação presente nas duas sociedades; é muito importante que os governantes o percebam ou, se não perceberem isso, enfrentarão reação ao hostil. Isso está visível na mídia, nos Estados Unidos e aqui. O colunista conservador David Books, do *The New York Times*, por exemplo, classificou de simplesmente "estúpido" – entre aspas – o programa da de espionagem eletrônica de líderes de países amigos da NSA.

Ao mesmo tempo, embora no Brasil a decisão da Presidenta Dilma de postergar a visita tenha sido perfeitamente aceita e compreendida pela opinião pública, eu creio que existe a demora em retomar o diálogo. Posturas assumidas pelo Brasil nas crises da Venezuela e da Crimeia são percebidas hoje na imprensa americana, nas mídias sociais, como formadas por uma atitude antiamericana e têm gerado fortes críticas.

Eu quero destacar que neste contexto a escalação do Secretário de Tesouro do Governo dos Estados Unidos para reabrir o diálogo de alto nível com o Brasil não foi casual. Ao enviar o Secretário do Tesouro, a Casa Branca que sinalizar ao empresariado brasileiro e americano que compreende a preocupação que os seus porta-vozes têm manifestado em comunicações reservadas, bem como em eventos públicos sobre os prejuízos que a revelação das atividades da NSA e o adiamento da visita da Presidenta Dilma causaram e continuam a causar nos negócios. São perdidos já US$ 6,5 bilhões em negócios dos Estados Unidos com o Brasil em função desses incidentes.

Quanto ao futuro – e queria concluir com isso –, a permanência de uma relação fraturada entre o Brasil e os Estados Unidos mina o ambiente de confiança mútua e afeta mesmo a avaliação, que hoje é negativa, sobre o desempenho e perspectivas da economia brasileira no mercado financeiro, conforme ilustrado por decisão recente de uma dessas agências de avaliação de risco de crédito.

A perda da competitividade de mercado da indústria brasileira citada pelo Gabriel, que é exacerba por uma sensação de isolamento crescente da economia do País nos fluxos dinâmicos e do comércio internacional, levou o Presidente da CNI, Robson Andrade, recentemente a manifestar-se publicamente em favor da negociação de um acordo de livre comércio com os Estados Unidos.

Há disposição dos empresários e de todos aqueles cujos interesses são afetados pela melhor qualidade das estações com os Estados Unidos. Enfim, creio que é hora de tornarem as suas posições públicas. Como lembrou recentemente o nosso Embaixador Roberto Azevêdo, Diretor-Geral da OMC, em uma visita a Washington, falando ao empresariado americano, comércio é um assunto difícil. As pessoas que se sentem negativamente atingidas por liberalização comercial são muito vocais, aqueles que são favoráveis a uma maior integração que se habilitem e também falem, porque os congressos, as organizações internacionais, os negociadores estão, enfim, sempre atentos a essas manifestações e procuram refleti-las.

Eu queria concluir dizendo que, apesar do estremecimento, apesar do estranhamento, apesar de um travo amargo que ficou desse episódio, há, por exemplo, iniciativas mesmo no Legislativo americano como a do Deputado Devin Nunes, Presidente do Brazil Caucus, que é um grupo de interesse dentro do congresso que cuida da relação com o Brasil. É um Deputado republicano da Califórnia, que propôs legislação para considerar o Brasil parceiro estratégico dos Estados Unidos.

Eu gostaria de ficar por aqui e deixar outras possíveis observações para o período de diálogo, mas quero reiterar o meu agradecimento ao Senador Ferraço pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós é quem agradecemos a disponibilidade de V. Sª, que voluntariamente participa desta reunião da Comissão de Relações Exteriores, colocando luz, nos ajudando a entender e a compreender os passos que precisam ser dados e a reflexão que nós precisamos fazer para seguir adiante, olhando pela proa, em razão dos interesses mútuos do nosso País com os Estados Unidos da América.

Muito obrigado a V. Sª.

Ao meu lado, o Embaixador Carlos Antonio da Rocha Paranhos, que é Subsecretário-Geral Político do Ministério das Relações Exteriores e que responde pela coordenação das relações pelo Ministério das Relações Exteriores entre o Brasil e os Estados Unidos da América.

É uma alegria e um prazer receber V. Exª, embaixador, a quem eu concedo a palavra.

O SR. CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS – Muito obrigado, Exmo Sr. Senador Ricardo Ferraço, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Exmos Srs. Senadores, Sr. Gabriel Rico, Sr. Paulo Sotero, é com grande satisfação que compartilho essa Mesa na presença dos dois.

Queria começar dizendo que é uma honra para mim, na condição de Subsecretário-Geral de Política I do Ministério das Relações Exteriores, participar desta audiência pública, uma oportuna iniciativa de V. Exª, Senador Ferraço, para tratarmos da relação bilateral Brasil-Estados Unidos.

Como é do conhecimento desta Comissão – isso já foi mencionado aqui pelos meus antecessores – as relações Brasil-Estados Unidos são absolutamente importantes para o Brasil e, por isso mesmo, exigem uma atenção constante. Elas são e continuarão a ser extremamente importantes para os dois lados.

Para avaliar o atual estado das relações entre o Brasil e os Estados Unidos e oferecer também uma visão de futuro, é necessário lançar um breve olhar retrospectivo sobre o padrão de relacionamento entre os nossos dois países. Os Estados Unidos, como foi assinalado aqui antes, foram o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil em 1823, lutamos juntos na Segunda Guerra Mundial contra as Potências do Eixo, colaboramos na criação e consolidação dos organismos multilaterais no pós-guerra.

Se olharmos os valores e aspirações de nossas respectivas sociedades, encontraremos muitos traços comuns que nos aproximam. Estamos falando de sociedades plurais, multiétnicas e que valorizam a liberdade e a democracia. Esses traços comuns, sem diluir as respectivas identidades, facilitam certamente o diálogo e o entendimento.

Além dos fatores objetivos mencionados anteriormente, esses valores comuns ajudam a cimentar os pilares de uma relação que está destinada a seguir crescendo no futuro. Queremos que esse crescimento se dê no quadro de uma cooperação madura e respeitosa, fundada na confiança mútua e no diálogo plural, democrático. A parceria entre iguais precisa ser mais do que um *slogan*, deve tornar-se uma realidade concreta em todas as esferas do relacionamento.

Hoje é perceptível a atualização do discurso oficial dos Estados Unidos sobre o lugar do Brasil no mundo e a respeito da importância da relação bilateral. Em seus pronunciamentos, altas autoridades norte-americanas reconhecem o progresso econômico brasileiro, o fortalecimento da nossa classe média e a projeção global de nossa política externa.

Essa atualização, mais do que um movimento retórico, foi uma imposição da realidade, porque o Brasil cresceu e passou a ter uma muito mais importante inserção internacional. O Brasil passou a ter mais peso e voz no cenário internacional. Os Estados Unidos perceberam que, para construir uma parceria duradoura com o Brasil, teriam de abandonar um esquema mental que remontava à Guerra Fria e pressupunha um grau de assimetria excessiva que deixou de existir. O mundo mudou e o Brasil ampliou sua projeção externa. Novos polos de poder surgiram. Os Estados Unidos deram-se conta de que, embora sigam sendo, sem a menor dúvida, o país mais poderoso do mundo, precisam do apoio e da cooperação de outros atores na busca de soluções para desafios globais.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é contra esse pano de fundo que se passa a falar de parceria entre iguais. É nesse contexto que os Estados Unidos admitem que o papel crescente do Brasil na cena internacional é irreversível e que esse papel contribui para a estabilidade e prosperidade na nossa região e no mundo. No entanto, como ocorre com certa frequência, o discurso das lideranças políticas pode estar à frente de práticas burocráticas e da cultura institucional de organizações e de agências governamentais. Nem sempre a atualização do discurso enseja a atualização de antigas práticas ou, dito de outro modo, a atualização de antigas práticas não se processa na mesma velocidade da atualização do discurso e da visão estratégica das lideranças.

Nesse contexto, as revelações sobre os programas de inteligência da agência NSA demonstraram que o desejo da parceria entre iguais encontra barreiras reais para se enraizar em determinados setores. Essa distância entre uma visão estratégica que se atualiza e as práticas ultrapassadas que persistem não é exclusividade da relação com o Brasil. Outros parceiros dos Estados Unidos foram vítimas da mesma falta de sincronia. Se efetivamente somos parceiros, é fundamental que haja confiança em todos os níveis, inclusive no tratamento de temas sensíveis que exigem cooperação entre governos.

Não queremos dramatizar a situação, mas tampouco podemos tomar decisões apressadas ou minimizar a gravidade das revelações. Não podemos aceitar menos do que o fim do monitoramento ilegal de comunicações. Vamos continuar perseguindo uma solução sem a ilusão de que a via bilateral por si só protegerá o Brasil contra esse tipo de intrusão no futuro.

O lado norte-americano reconheceu a legitimidade de nossas preocupações. Iniciamos um diálogo importante que ainda está em andamento. Estamos estudando as implicações das últimas mudanças anunciadas pelo Presidente Obama nos programas de coleta de informações. O esforço para nos proteger vai muito além dessa esfera de diálogo. No âmbito interno, passa também pela ampliação de nossa capacidade de defesa ci-

bernética e de proteção de dados. Uma legislação moderna sobre internet, em tramitação nesta Casa, poderá contribuir para que tenhamos melhores condições de responder aos novos desafios nesse campo.

No âmbito multilateral, continuaremos defendendo o direito à privacidade como um direito humano. A liberdade de expressão, para ser exercida em sua plenitude, exige o respeito e direito a privacidade conforme consagrado em nossa Constituição e em instrumentos internacionais.

Ainda no cenário global, continuaremos estimulando o diálogo com todos os atores relevantes – governo, sociedade, setor privado, academia – para garantir uma governança da internet que seja democrática e participativa, além de respeitosa dos direitos humanos. Nessa ordem de ideias, a Conferência Multissetorial Global sobre o Futuro da Governança da Internet, que se realizará em São Paulo, em 23 e 24 de abril, patrocinada pelo Brasil, pretende dar uma contribuição importante para esse objetivo.

Nesse contexto, eu gostaria de recordar que o Brasil convidou expressamente os Estados Unidos para compor o Comitê de Alto Nível encarregado de preparar o conteúdo dessa conferência.

Brasil e Estados Unidos, os dois maiores países da região, em termos de economia, população e território, não têm a opção de darem-se as costas. É natural que, numa relação tão intensa entre países complexos, os interesses nem sempre coincidam. Estamos, contudo, destinados a trabalhar juntos, a buscar o diálogo e a cooperação com respeito à individualidade e às posições de cada um.

O diálogo sobre temas regionais e globais, tanto na seara da paz e da segurança internacionais quanto no campo econômico e comercial, é crescentemente valorizado por ambos os lados. Esse diálogo constante propicia a identificação de objetivos comuns, inclusive em temas delicados, como mudança de clima, ajuda ao desenvolvimento, operações de paz e em negociações comerciais multilaterais.

Apesar do adiamento, e gostaria de sublinhar isso, não se tratou de um cancelamento, adiamento da visita da Senhora Presidenta da República a Washington, os canais de diálogo continuam abertos. Reuniões de mecanismo bilaterais têm sido realizadas com a geração de resultados concretos.

Temos todo o interesse em estreitar as relações econômicas, comerciais e de investimentos, e é o que temos feito de maneira pragmática, sem perder de vista nossos interesses de longo prazo. Altos executivos, associações empresariais e autoridades governamentais dos Estados Unidos seguem acreditando no potencial da economia brasileira.

Temos de redobrar o trabalho de promoção comercial de intensificação de parcerias, *joint ventures* e de cooperação na área estratégica de ciência e tecnologia e inovação.

Nosso comércio bilateral atingiu 60 bilhões em 2013, com um *déficit* para o Brasil de 11 bilhões, parte do qual em virtude da redução de compras também de vários produtos, inclusive de petróleo por parte dos Estados Unidos.

A importância da relação bilateral também é visível na área de investimentos recíprocos, como foi aqui assinalado antes. Os Estados Unidos são o maior investidor estrangeiro no Brasil com um estoque de aproximadamente US$135 bilhões, em 2013. A grande novidade no quadro das relações bilaterais é o crescimento significativo dos investimentos brasileiros nos Estados Unidos. Nossas grandes empresas, hoje, estão presentes no mercado norte-americano. Calcula-se que o estoque de investimentos brasileiros já seja da ordem de US$21 bilhões, e há, sem dúvida, espaço para fazer mais negócio e exportar mais. Vamos seguir ampliando a participação brasileira em feiras e eventos empresariais

O Itamaraty tem atuado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e com a Apex, e, recentemente, o Dr. Rico mencionou também, com a AMCHAM, nesse sentido. Os Estados Unidos continuarão sendo um dos alvos prioritários da ação de promoção comercial do Brasil.

Em fevereiro passado, tivemos reunião em Brasília do diálogo comercial entre o MDIC e o Departamento de Comércio norte-americano. Vários temas de facilitação do comércio foram tratados, e a Apex assinou o memorando com sua homóloga americana, a Select USA, para estimular o fluxo recíproco de investimentos.

Está prevista a missão conjunta dos Estados Unidos, do MDIC e do Mapa de 7 a 11 deste mês, para promover as exportações brasileiras e aprofundar o diálogo bilateral com autoridades comerciais norte-americanas. Entendimentos na área agrícola devem resultar num acesso de carne *in natura* brasileira de 14 Estados ao mercado norte-americano.

É claro que temos ainda questões pendentes também na área comercial. Há dificuldades, ainda, para a exportação do etanol, que estamos tentando debelar, o algodão e a nova lei agrícola dos Estados Unidos constituem uma questão sensível na área de relações de produtos da área de agricultura. O Governo brasileiro espera que as consultas bilaterais que serão levadas a cabo possam conduzir a uma solução satisfatória para o diferendo do algodão. De qualquer forma, a possibilidade de retaliação já autorizada pela Organização Mundial do Comércio continua sobre a mesa.

Na área de energia, continuamos a conversar com os Estados Unidos que são parceiros importantes por meio de suas empresas com presença no setor de petróleo e gás e no campo de energias renováveis. Os Estados Unidos estão vivendo, como é sabido, uma revolução na área de *shale gas*, gás não convencional ou gás de xisto. Delegações brasileiras, inclusive com a participação de Parlamentares e de representantes do setor privado, têm ido aos Estados Unidos para conhecer a experiência e explorar novas oportunidades. Temos um memorando sobre biocombustíveis que criou um marco para a cooperação nessa área – os dois lados podem e devem intensificar esforços para avançar nesse campo particularmente promissor.

O Brasil e os Estados Unidos mantêm uma bem-sucedida parceira em aviação, que tem proporcionado diálogo sobre diversos temas de interesse comum, não apenas dos governos, como também de nossas empresas do setor aeroespacial. Há interesse dos dois lados de utilizar o mesmo formato de parceira em aviação para outras áreas, como no campo de tecnologias de informação e comunicações. E outra área em que os avanços na cooperação bilateral são notáveis é o da educação – já foi mencionado aqui que há mais de 10 mil bolsistas nos Estados Unidos, no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a visão que a diplomacia brasileira tem do futuro das relações Brasil-Estados Unidos é uma visão, sem dúvida nenhuma, otimista. Não subestimamos as dificuldades e os desencontros, mas Brasil e os Estados Unidos possuem uma malha muito densa de interesses, em todas as áreas do relacionamento bilateral, o que torna a nossa sociedade cada vez mais conectada, aumentando os incentivos, para que atuemos de maneira convergente. O potencial da relação com os Estados Unidos é enorme no campo educacional, nas áreas de ciência, tecnologia e inovação.

Queremos que essa relação contribua para aperfeiçoar nossos recursos humanos e nossa base de pesquisa e inovação, ampliando os laços entre nossa comunidade científica e centros de excelência nos Estados Unidos. O êxito desse esforço deve traduzir-se em aumento de nossa participação em registro de novas patentes, em empresas que incorporam mais e mais inovação em seus processos produtivos, em participação crescente do Brasil em cadeias globais de valor. Queremos retomar a trajetória de uma relação bilateral ascendente.

A função da diplomacia é estimular o diálogo que conduz a soluções de consenso. Sem diálogo tais soluções não são possíveis. Por isso continuaremos mantendo os canais de diálogo em pleno funcionamento, em busca de um terreno comum, para reforçar a confiança – elemento indispensável de uma parceira entre países verdadeiramente amigos.

Gostaria, antes de terminar, de fazer uns comentários, sem, evidentemente, querer polemizar, mas...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas, se quiser, pode, não é proibido. É até saudável que possamos exercer esse contraditório, em razão daquilo que V. Exª mencionar. Se desejar, o faça.

O SR. CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS – Muito obrigado, Senador.

Gostaria de comentar esta questão: acabamos de realizar, no Itamaraty, um interessante exercício, em que o Senador Ferraço muito nos prestigiou, chamado Diálogos sobre Política Externa, no qual houve toda uma série de debates, inclusive sobre política comercial, a questão de inserção em cadeias globais de valor, a questão de negociação de acordos comerciais de livre comércio, etc. E o que se pôde observar é que não há uma visão, digamos assim, absolutamente predominante a respeito de certos temas. A questão, por exemplo, da negociação de acordos comerciais foi objeto de muita divisão de opiniões.

Os acordos comerciais não constituem, em si mesmos, acordos de livre comércio, panaceias ou soluções para problemas de incremento de comércio. Tivemos uma longa experiência de negociação ainda não finalizada com a União Europeia, como é sabido, com dificuldades que são conhecidas de todos, porque temos que negociar também no âmbito do Mercosul. E, evidentemente, acho que é importante ter presente que a concentração de esforços apenas em acordos comerciais não é consenso interno, não constitui consenso interno, tampouco pode ser visto como uma panaceia. Há visões no sentido de fortalecimento da nossa relação com o Mercosul, o fortalecimento do Mercosul, mas isso poderá ser objeto de debate mais adiante.

Agora, acho importante também ter presente que estamos abertos, e o Paulo Sotero se referiu ainda há pouco às visitas, eu pessoalmente recebi, com grande prazer, mais de duas vezes, a Subsecretária de Estado Roberta Jacobson, estamos mantendo um diálogo absolutamente normal e diria até intensificado com os Estados Unidos.

Agora mesmo estamos propondo, através de nossa embaixada em Washington, a reativação do grupo de trabalho bilateral sobre a questão de vistos, que estava previsto para se realizar em setembro passado, antes da visita adiada da Presidenta e que depois não voltou a ocorrer, estamos propondo a retomada dos trabalhos desse grupo de trabalho bilateral.

Então, quero dizer que a relação é muito tensa, muito intensa. Agora precisamos reforçar, digamos assim, a confiança do plano bilateral. Evidentemente esse é um processo, um processo que está em andamento.

Queria também comentar que foi feita aqui uma referência à questão também da visita do secretário do tesouro, que foi uma visita importante, foi recebido pelo Ministro da Fazenda etc. Portanto, estão sendo

retomadas visitas de altas autoridades, de missões num processo de reconstrução de confiança na relação bilateral. Eu evidentemente estarei à disposição para responder perguntas e desde já queria reiterar o meu agradecimento por esta oportunidade de falar pelo Ministério das Relações Exteriores nessa importante reunião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado a S. Exª Embaixador Paranhos por sua contribuição aqui em nossa Comissão.

Temos aqui já alguns oradores inscritos, Senadora Ana Amélia e Senador Cristovam Buarque.

Gostaria de perguntar a V. Sªs: há um registro de um estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas que teria estimado, em bases equilibradas, um acordo bilateral entre o nosso País e os Estados Unidos da América relacionando e dimensionando com clareza, de modo concreto, o impacto disso nas nossas exportações e nas nossas importações. Esses estudos, essas estatísticas, esses cenários estão prontos para que possamos debatê-los de maneira concreta, ou seja, em caso de construção de um acordo bilateral entre os nossos países, manifesta Gabriel Rico que numa pesquisa feita a todos os seus associados, que reúne grande parte dos empreendedores brasileiros que estão nesse fluxo de negócios, de que isso seria favorável, mas, do ponto de vista concreto e objetivo, quais são os cenários econômicos que teríamos como indicação em caso da construção de um acordo bilateral que fosse evidentemente construído em condições favoráveis aos dois países. Acordo por si só não significa nada. É preciso que esse acordo possa produzir um ambiente favorável a quem o subscreve.

Vamos passar a palavra a alguns dos Srs. Senadores e gostaria de ouvir V. Sªs a respeito dessa questão.

Senador Cristovam Buarque, ouço V. Exª com prazer.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bom dia a cada um, bom dia Sr. Presidente, Sr ªs e Srs. Senadores, lamento não ter chegado a tempo de ouvir, mas recebi um *briefing* do que foi falado.

Creio que falamos bem e de diplomacia, mas quero falar de política externa e longo prazo, que o Senador Paranhos tocou, mas queria explorar mais isso.

Temos falado muito em diplomacia, que é a política externa no presente, é a conjuntura, mas gostaria de explorar o que vai acontecer nos próximos anos e décadas. Onde vamos estar daqui a 50 anos o Brasil e os Estados Unidos? Ou dizer que é impossível pensar por causa do caos que vivemos num mundo desbussolado completamente. Então, não adianta a gente pensar. Vamos tatear na diplomacia. Mas eu quero insistir ainda em duas coisas. O que é que converge e o que diverge na relação Brasil-Estados Unidos a longo prazo? Quais são os problemas que vamos ter e quais são os vetores favoráveis que vão nos empurrar?

Para não ficar em uma pergunta assim, muito genérica, eu queria tentar ver se as preocupações que eu tenho se justificam e as esperanças também. Eu vou começar pelas preocupações, por exemplo: nós temos um problema com a relação dos EUA diante da posição dos Estados Unidos, histórica nas últimas décadas, quase todo século XX, de ser a polícia do mundo, mas, sobretudo, nas últimas décadas. Isso vai nos criar problemas... Nós vamos ter problemas cada vez que os EUA ameacem fazer uma intervenção como o fez na Síria. Qual a posição que a gente vai ter na diplomacia com um projeto de política externa a longo prazo, senão a gente vai errar.

Aliás, um problema que creio ser nosso e dos Estados Unidos, que política externa deles é muito imediatista – posso estar enganado. Mas creio que os EUA, apesar de ser a grande potência do mundo, reagem a fatos em vez de ter uma linha clara como, por exemplo, a China parece ter. A Síria é um exemplo: parece que os Estados Unidos estão mudando de posição em relação ao conflito Sírio. Perceberam que estavam ajudando a Al Qaeda, perceberam que o inimigo deles (o Presidente) é menos perigoso que o inimigo do inimigo deles. Tudo indica, pelo que converso com embaixadores de países árabes, que haveria uma mudança de posição nesses últimos meses (talvez) do Presidente Obama em relação a Síria. O medo é que venha outro presidente republicado e mude tudo. Essa é uma das preocupações que eu tenho de como ter uma política de longo prazo.

Primeiro: o papel policial dos EUA. Como a gente vai agir? Segundo: há alguns aliados que a gente não pode abrir mão nem desprezar. A gente pode, de repente, ignorar os governos, chamados hoje de bolivarianos e assumir a posição dos EUA em relação a eles ou, para manter a relação com eles, nós vamos precisar de ter conflito com os Estados Unidos? Hoje são alguns; amanhã, mudam-se os governos e virão outros. Eu ponho aí dentro Cuba. Esse é o problema de nossa política externa. Nós não estamos pensando em abandonar Cuba de nossa relação fraterna de latino-americano. Se não vamos abandonar Cuba, isso vai ser sempre uma pedra em nosso sapato em relação aos Estados Unidos.

Coloco também que, na hora em que tivermos uma política de desenvolvimento científico tecnológico em alguns pontos, nós teremos conflitos. Cito aí pesquisas espaciais. Na hora em que nós tivermos vetores que permitam transportar armas nucleares, mesmo que sejamos um país pacífico, de acordo com a Constituição que nos proíbe armas nucleares, mas isso vai acender uma luzinha vermelha nos Estados Unidos. Eles vão tentar influenciar para que isso não aconteça. Mas mesmo que não chegue a esse ponto, nós somos um país muito atrasado em matéria de pesquisas espaciais. Nós estamos atrás do Irã e atrás das duas Coreias. Agora mesmo,

caiu o avião na Malásia e, de vez em quando, uma notícia diz que um satélite de tal país fotografou destroços que talvez seja do avião. Não houve nem um satélite brasileiro, porque não há. Então, quando a gente tiver uma política radical de desenvolvimento científico e tecnológico em todos os ramos, inclusive nos ramos de ponta, mesmo nas áreas em que não tenham nada a ver com armas, nós teremos problemas.

Outro ponto que eu vejo como possível divergência é se o Brasil, por alguma razão, decidir aumentar, que seja um pouco, seus armamentos. Nem estou defendendo isso, mas nós somos um país hoje quase indefeso em relação ao tamanho do Brasil.

Quando nós nos transformarmos num país melhor defendido, até que ponto os Estados Unidos vão fechar os olhos, sobretudo se escolhermos comprar armas fora dos Estados Unidos, como no caso dos caças? Nossa linha, a longo prazo, por exemplo, seria de um alinhamento mais forte com os Estados Unidos nas armas ou menos alinhamento, como tem sido ultimamente?

Agora, o que me inspira são as convergências. Nós temos uma forte convergência histórica, mesma idade. Não é como a China, que tem 5.000 anos. Nós temos a convergência da democracia, que gera problemas quando a gente apoia alguns governos que não são claramente democráticos, mas é um princípio. Nós temos a convergência inevitável da geografia. Nós estamos do mesmo lado em relação ao Atlântico, por exemplo. Nós somos um Hemisfério, ainda que estejamos razoavelmente distantes deles, e nós temos fortes interesses econômicos. Mas esses interesses econômicos também podem vir a ser divergentes, na medida em que começássemos – porque estou meio desesperançado para dizer "quando começarmos"; aí eu disse "se começássemos" – a produção de certos bens que substituem os Estados Unidos, sobretudo na área de ciência e tecnologia, produtos de *high technology*, como se diz por aí.

Diante disso, eu queria era ouvir o que os senhores têm a dizer sobre estas duas preocupações: o que converge e o que diverge no longo prazo entre Brasil e Estados Unidos. Nós não queremos, amanhã, ser um Estado dos Estados Unidos, o 51º, mas não queremos ser um inimigo dos Estados Unidos. Eu acho que a única certeza que talvez a gente tenha são esses dois extremos, que não nos atraem. Não queremos ser colônia, não queremos ser dependentes, mas será que nós queremos ter uma relação mais "à la Colômbia", Chile e México do que "à la Venezuela"? Ou vamos inventar um caminho diferente nessa relação?

Eu poderia dar a minha posição, mas eu prefiro ouvir o que têm a dizer os senhores sobre isto: quais são as convergências, quais são as divergências e – eu sei que é muito abstrato – aonde nós queremos chegar na relação, daqui a 50 anos, com os Estados Unidos da América?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Talvez, incorporando a preocupação do Senador Cristovam Buarque, que traz uma pergunta enriquecedora, o que os diálogos que o Itamaraty acaba de fazer com a Academia, com diversos segmentos da sociedade civil, indicam em relação a essa questão e a essa reflexão que tempestivamente o Senador Cristovam Buarque apresenta? O Itamaraty acaba de consultar a sociedade sobre o seu plano estratégico em relação à sua política externa. Essas preocupações que o Senador Cristovam registra estiveram, estão presentes nos fóruns em que V. Sªs participam?

Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Ouço, com prazer, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente, agradeço-lhe muito a delegação da palavra.

Eu queria cumprimentar os expositores. Quero dizer-lhes que me chamaram a atenção todas as manifestações.

O Gabriel Rico, da AMCHAM, abordou uma expressão que para mim é nova: a cadeia global de valor. Eu queria lhe indagar: nessa cadeia global de valor, quais são os setores, digamos, mais relevantes nesse processo e quais as dificuldades para se introduzir o Brasil nesse processo? Se elas existem do ponto de vista da legislação, do ponto de vista do nosso emaranhado jurídico, a própria segurança jurídica. Que dificuldades existem para se introduzir essa nova questão?

Também as dificuldades que o Brasil está tendo na não conclusão de acordos comerciais com blocos ou com os Estados Unidos. Quais são as razões dessas dificuldades?

Também lhe pergunto se, do ponto de vista econômico, que é a sua área, o episódio da espionagem está superado. Em algum momento, tivemos a oportunidade de aceitar um convite da AMCHAM, com outros Senadores e Deputados, e percebemos um esforço da administração Obama no sentido de evitar o contágio disso.

V. Exª também falou muito da questão da aviação civil, e eu me lembro bem de ter ouvido, o que me impressionou muito, de uma autoridade do comércio dos Estados Unidos dizer que 30% ou 40% dos voos que chegam ao Aeroporto Reagan, em Washington, são de aviões da Embraer, fabricados pela Embraer – 30% ou 40%. Então, não é pouca coisa esse intercâmbio.

O Paulo Sotero fez uma boa explanação, como todos o fizeram, mas focou num tema que me interessou, que é a questão das trocas comerciais em defesa, armamentos.

O Brasil tomou uma decisão de optar pelos caças suecos e a Boeing, na sua seção militar, pretendia vender esses caças ao Brasil. Houve manifestação do Presidente Obama ao governo brasileiro em relação a isso. Está superada também essa questão dessa opção brasileira pela Suécia? E essas operações podem, evidentemente, ser um passo para esse entendimento entre Washington e Brasília, na questão comercial? Porque os Estados Unidos continuam sendo o maior parceiro do Brasil na área comercial.

Nessas dificuldades, digamos, políticas, de o Brasil fazer esses acordos, nós estamos vendo hoje e acompanhando um exemplar praticante do chamado pragmatismo diplomático e de pragmatismo de gestão, que, na sua simplicidade, talvez seja um caso raro na América Latina de uso do senso comum, ou do bom senso, nas decisões que tem tomado, algumas surpreendentes, como, por exemplo, a legalização da maconha, que foi determinada pela gestão José Mojica, considerado, pelas revistas internacionais de grande nome, o homem do ano.

A gestão Mojica chama a atenção nos Estados unidos ou no cenário internacional e, na sua avaliação, ela pode representar uma inspiração para os demais governos da América Latina ou é um caso isolado que só serve para um país pequeno, mas relevante, do ponto de vista estratégico? Também pode o Gabriel comentar.

Embaixador Paranhos, também agradeço a sua exposição. Muitas vezes conversamos, como jornalista – não direi como o Paulo Sotero: "de muitos carnavais". Estamos nesta luta desde 79, quando aqui cheguei – é, somos jovens.

Exatamente, voltando a esta questão, que dificuldade a diplomacia brasileira encontra? Porque o espaço da diplomacia não é o espaço que nós entendemos. É um espaço de muita paciência, de muita costura, de um vai, de um volta. Então, que dificuldade está acontecendo? Por subsídios demasiados em alguns setores fora do Brasil, como é que isso tem impactado acordos Mercosul-União Europeia? O Mercosul é um imbróglio. Isso tem facilitado ou dificultado a inserção do Brasil no cenário internacional, especialmente com os Estados Unidos?

Então, como é que, nessa questão desses acordos, que poderiam abrir um grande espaço para o Brasil ter o que está fazendo o Chile, por exemplo, ou a Colômbia, o próprio Peru, que está dando uma revelação de alto pragmatismo na sua gestão econômica, de investimentos, que é uma realidade – quem vai lá pode perceber isso claramente. A própria Bolívia está abrindo o seu mercado. Faz um discurso, digamos, politicamente de ultraesquerda ou de esquerda e, internamente, em economia, está adotando medidas liberais, muito liberais, trazendo investimentos do mundo inteiro. A infraestrutura boliviana e peruana são prova disso. Então, eu queria saber o que emperra os atores para um avanço maior em acordos comerciais.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Permitam-me V. Sªs, na linha do que acaba de manifestar a Senadora Ana Amélia, tocar num ponto: a questão do contencioso em torno do algodão é específica em relação a esse tema.

Em 2010, os Estados Unidos propuseram um arranjo provisório, mediante o qual estabeleceram um fundo para financiar atividades de cooperação e assistência técnica aos cotonicultores brasileiros. Dispuseram-se a repassar, anualmente, a título de compensação temporária, o valor de US$147,3 milhões para o fundo do algodão, correspondentes a parte dos subsídios que foram condenados na Organização Mundial do Comércio. Em setembro de 2013, os Estados Unidos decidiram, unilateralmente, descontinuar os pagamentos a esse fundo do algodão.

Como fator complicador, a nova lei agrícola, a *Farm Bill*, aprovada recentemente, prevê um esquema de seguro agrícola aos cotonicultores, que, na realidade, pode conferir ao algodão dos Estados Unidos vantagens desleais em relação ao comércio internacional. É como se fosse mais do mesmo, impedindo que uma questão altamente relevante como essa pudesse ser superada.

Nós fóruns de debate que V. Sªs estão participando ou têm participado, no caso específico do governo brasileiro, de que forma o Ministério e o governo estão enfrentando essa questão de modo a encontrarmos caminhos de superação para esse problema?

Antes, porém, vamos ouvir o Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, passo a palavra a V. Sªs, tendo em conta que já temos aqui um conjunto razoável de questões que merecem a sua intervenção.

Senador Eduardo Suplicy, a palavra é de V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Prezado Presidente, Senador Ricardo Ferraço; meu caro Embaixador Carlos Antonio da Rocha Paranhos; Sr. Paulo Sotero, Diretor do Instituto Brasil do Centro Internacional Woodrow Wilson; prezado Sr. Gabriel Rico, Presidente da Câmara Americana de Comércio no Brasil, achei muito interessantes esses dados a respeito de quanto cada Estado brasileiro tem realizado em termos de operações de comércio, em especial de exportações. Observo que São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Rio Grande do Sul se destacam, mas Mato Grosso e Goiás, por exemplo, têm uma exportação muito significativa, bem como outros Estados brasileiros, tal como o Pará, que também têm exportações muito significativas para os Estados Unidos, o que, obviamente, representa... Aliás, o Embaixador mencionou, salvo

engano, que nós estamos com cerca de US$60 bilhões de relações de comércio, o que é muito significativo. E é importante que tenhamos ainda um potencial de crescimento.

Para mim, é uma alegria poder rever o Sr. Paulo Sotero. Quando eu estive em Washington, Senadora Ana Amélia, eu aproveitei...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Suplicy, V. Exª me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Pois não.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Na abertura dos trabalhos, o Senador Ricardo Ferraço citou um volume de exportações brasileiras da ordem de US$40 bilhões; a seguir, o Embaixador falou em US$60 bilhões. Qual é o número real e quem está enganado nessa informação?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Se o senhor quiser informar agora...

Sim; US$60 bilhões é a relação exportações mais importações, no total – não é?

O SR. CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS – Senador, V. Exª me permite esclarecer: US$60,655 bilhões é o valor global, em 2013. Nós exportamos US$24,6 bilhões no ano passado e importamos US$36 bilhões, o que gerou um déficit de US$11 bilhões.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sim.

O SR. CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS – Mas o volume global foi de R$60 bilhões.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Está esclarecido, então, Anibal.

Eu tive a oportunidade de conviver um pouco com Paulo Sotero, que era corresponde de *O Estado de S. Paulo*. E tive a honra de ter sido convidado pelo Woodrow Wilson International Center for Scholars para passar o nosso recesso estudando lá, por 40 dias. Naquele tempo, o recesso era um pouquinho maior, e, em janeiro e no começo de fevereiro, estudei no Woodrow Wilson, como se retornasse à atividade acadêmica. Escrevi um texto. Então, ele acompanhou isso de perto. Na ocasião, interagi muito com as pessoas naquele Centro Internacional e dialoguei com a direção do Banco Mundial e do FMI.

Vou mostrar aos três o desenvolvimento do trabalho da Renda Básica de Cidadania. Mas sobre as relações entre o Brasil e os Estados Unidos tenho algumas perguntas a fazer, relacionadas a algumas questões que já foram elaboradas.

Estive numa missão do Congresso Nacional, em fevereiro último, por três dias, em Teerã, onde estavam o Senador Valdir Raupp e os Deputados Ivan Valente e Edson Santos. Ali observamos uma vontade muito grande dos iranianos de melhorar a relação com o Brasil e percebemos, nos diálogos, que isso dependia bastante da melhora das relações que começam a acontecer entre os Estados Unidos e o Irã. Nesse último ano e nos últimos meses, iniciou-se até um diálogo entre o Presidente Barack Obama e o Presidente do Irã. Houve diálogos com Secretários de Estado e o início de algo que o próprio Brasil, a Turquia e o Irã tinham iniciado em 2010, até pelo esforço do Ministro Celso Amorim. Aquela proposição não tinha alcançado bons resultados, mas, agora, esse relacionamento com os Estados Unidos, com a União Europeia e com o Irã poderá ser concluído com a eventual suspensão das barreiras do comércio e das relações dos Estados Unidos e da União Europeia com o Irã. Se isso ocorrer, há a expectativa de uma melhora também das relações com o Brasil. Então, agradeço se puderem nos informar como estão vendo essa evolução.

O segundo ponto, referido pelo Senador Cristovam Buarque, é o seguinte: em que medida poderá haver, na percepção dos três, que têm uma convivência com os Estados Unidos bastante intensa, o possível levantamento do embargo dos Estados Unidos a Cuba, tendo em vista os sinais recentes? Por exemplo, há o fato de que o governo cubano vem realizando diversas modificações, entre as quais uma nova lei que permite viagens dos cidadãos cubanos para o exterior. Exemplo disso foi a vinda da blogueira Yoani Sánchez ao Brasil. Depois de alguns anos em que foi recusada a vinda dela, ela veio aqui e foi bem recebida. Depois, ela foi aos Estados Unidos e falou de muitas coisas. O Presidente Barack Obama, num gesto de grande repercussão internacional, cumprimentou o Presidente Raúl Castro por ocasião do funeral do Presidente Nelson Mandela, o que parece um sinal de que as coisas vão caminhar. O Presidente Barack Obama tem dito que quer o término da prisão em Guantánamo.

Estou mencionando alguns sinais, mas em que medida avaliam – as informações lá poderão ser melhores do que as nossas – que isso possa ocorrer nos Estados Unidos? Eu acho que depende, salvo engano, de decisão do Presidente, e do congresso norte-americano, onde há dificuldades. Creio que, do ponto de vista do Brasil, é um desejo, pois o Brasil tem expressado isso na OEA, na ONU e em outros fóruns internacionais.

Com respeito aos acordos multilaterais, esteve aqui, eu acho que há duas semanas, o Diretor da OMC, Roberto Azevêdo, que nos explicou como os acordos multilaterais agora retomados, graças ao empenho do próprio Embaixador Roberto Azevêdo, muito colaborarão no sentido de que o Brasil desenvolva relações, inclusive melhores, com os Estados Unidos.

Eu agradeço se puderem nos expressar a avaliação que fazem do novo entendimento havido, no âmbito da OMC, em relação a esses acordos multilaterais.

Muito obrigado e meus cumprimentos aos três.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Não havendo mais indagações, passo a palavra, pela ordem das perguntas,...

Agora vamos inverter porque o Gabriel Rico iniciou a exposição.

Passo a palavra ao Embaixador Paranhos, e assim sucessivamente.

O SR. CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Eu gostaria de iniciar agradecendo ao Senador Cristovam Buarque pelas colocações. S. Exª se referiu à diplomacia e à política externa. Eu acho que é muito importante, como o senhor bem disse, Senador, pensar em termos de política externa no longo prazo. Não apenas no cotidiano, em que é necessário, como sublinhou a Senadora Ana Amélia, paciência, diálogo e um certo nível de reserva no encaminhamento de certas questões, mas no longo prazo. Como eu disse aqui antes, os Estados Unidos e o Brasil estão condenados a ter um relacionamento importante, denso, etc.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Condenados no bom sentido, não é, Embaixador?

O SR. CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS – No bom sentido. E, como eu disse, respeitoso. Respeitoso num sentido muito amplo, no sentido também de entender as limitações colocadas, digamos, pela busca permanente do exercício e da defesa do interesse nacional.

Como o senhor bem disse, eu acho que, em certos aspectos. Por exemplo, pelo menos no caso de bens de uso dual, de bens sensíveis, etc., não necessariamente haverá uma coincidência. E nós temos que lidar com a realidade de que, em muitos aspectos, não necessariamente haverá uma coincidência, o que não impede que o relacionamento seja muito bom. Desde que respeitadas as visões de cada qual, como o senhor bem assinalou. Quer dizer, certas opções de política externa regional ou referentes a relacionamentos com os países têm que passar necessariamente por um diálogo, por uma compreensão das motivações de cada qual e respeito pela posição do outro. E não aceitação à crítica de que o valor deve ser tal, de que tais países devem ser necessariamente alijados. Esse é o primeiro ponto fundamental.

Convergências. Eu acho que o próprio fato de sermos duas democracias pujantes, com um diálogo intenso nas nossas respectivas sociedades civis, um trânsito intenso de pessoas, contatos, etc., fará com que sempre esse diálogo exista. Agora, é preciso ter permanentemente a compreensão – e acho que o senhor, sem entrar em muitos detalhes, apontou – de que convergência não significa, necessariamente, total coincidência de interesses ou coincidência de visões sobre a política internacional, sobre determinados temas específicos da realidade internacional, etc. E eu acho que, na medida em que haja diálogo e compreensão de posições, é perfeitamente possível ter um relacionamento denso, importante e respeitoso.

Eu gostaria também de retomar a pergunta da Senadora Ana Amélia sobre dificuldades, etc. Eu diria que há ainda a necessidade de maior compreensão, digamos assim, do alcance das medidas propostas pelo Presidente Obama em relação à interceptação de comunicações, etc. – que, diga-se de passagem, ainda não foi aprovada. Há uma necessidade de compreensão. O Presidente Obama se referiu, na sua fala, a países amigos, a medidas que seriam adotadas em relação a países amigos e outros. Nós consideramos que o Brasil deva ser considerado um país amigo e, como tal, que determinadas medidas de desativação de certas práticas devam ser tomadas em consequência. Se somos amigos, somos amigos! E as medidas devem ser tomadas em consequência.

Então, eu acho que a palavra "dificuldades" é muito forte talvez. Eu acho que há, enfim, um diálogo, como eu disse no final da minha fala, que está em curso e uma necessidade de melhor compreensão do alcance de para onde vamos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Estaria faltando um gesto mais claro do governo americano em relação ao Brasil, no caso específico da espionagem?

O SR. CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS – A sua pergunta é muito precisa, e a minha resposta vai ser precisa: eu acho que sim.

Foi mencionada também pelo Senador Ricardo Ferraço a questão do algodão. E ele tocou num ponto central: os Estados Unidos descontinuaram os pagamentos; assumiram o compromisso, descontinuaram os pagamentos.

O Senador Suplicy colocou outras questões de natureza um pouco mais abrangentes sobre a intensificação – pelo que eu entendi, Senador – das relações do Brasil na hipótese de um levantamento de sanções ao Irã. Eu acho que é de se esperar que isso possa realmente acontecer, na medida em que há limitações a financiamentos, a financiamentos à exportação, limitações a operações bancárias, limitações até a relações, digamos assim, marítimas, etc. com o Irã. No que tange a essas sanções, no momento em que venham a ser levantadas, evidentemente, facilitarão a relação comercial.

Com relação ao embargo a Cuba – evidentemente, o senhor apontou alguns gestos –, pelas informações de que disponho, não antevejo, pelo menos por agora, uma mudança muito significativa na atual situação.

Depois poderemos, eventualmente, até elaborar um pouco algo sobre isso, mas creio que não há indicações de uma mudança significativa em termos de levantamento do embargo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Com a palavra, o Dr. Paulo Sotero.

O SR. PAULO SOTERO – Muito obrigado pelas perguntas, Senador Cristovam, Senador Suplicy e Senadora Ana Amélia.

Eu queria começar comentando algo que o Senador Cristovam Buarque disse sobre os Estados Unidos, sobre o seu papel de polícia. Acho que esse é um papel que os Estados Unidos estão pressionados pela sociedade americana a abandonar. Sim, há uma preocupação muito grande com a proteção dos Estados Unidos em função de atos terroristas, por razões óbvias – sabemos o que aconteceu –, mas, no julgamento da maior parte – creio – da sociedade americana, a resposta que os Estados Unidos deram inicialmente foi reprovada pela sociedade americana. A eleição do Presidente Obama foi resultado disso.

Os Estados Unidos, hoje, são um país que está se repensando. Os Estados Unidos, que falavam muito sobre suas estratégias, sobre algo chamado *nation building*, construção de nação, nos outros lugares, volta-se, hoje, muito para *nation building* nos Estados Unidos. Nos Estados Unidos, a classe média está encolhendo, há problemas de educação e de competitividade, os déficits aumentaram. Então, não vejo que haja, da parte das autoridades americanas e da sociedade americana o desejo de continuar a ser polícia do mundo. Não! É exatamente o oposto. Aliás, o atual Ministro da Defesa dos Estados Unidos acaba de propor um orçamento que vai ser muito problemático no Congresso, mas que reduz substancialmente o tamanho das forças armadas americanas, exatamente refletindo esta proposição: os Estados Unidos voltam-se para dentro. Os Estados Unidos, de certa forma, retiram-se um pouco. Hoje, inclusive, há livros tratando disso. É um reposicionamento que se vai dar ao longo dos vários anos.

O senhor menciona também as posições do Brasil, o fato de o Brasil ser ou não colônia. Tenho a impressão de que os Estados Unidos não estão interessados em ter o Brasil como colônia, primeiro por uma coisa que se diz em inglês: "*They can't afford it*." Os Estados Unidos estão muito satisfeitos com os seus 50 Estados.

Agora, lembro, com muita saudade, uma frase. Aliás, o nosso querido Embaixador Ítalo Zappa, com quem aprendi muito, falava sempre assim: "Paulo, o Brasil é um País de dimensões continentais. Nós somos muito grandes para caber no espaço dos outros. Nós definimos um espaço."

Aí passo para a sua outra pergunta sobre a questão dos chamados bolivarianos, que cabe a nós. Essa é uma decisão da sociedade brasileira. Por tudo que entendo e percebo, o Brasil fez a opção pela democracia com liberdade. Queiram ou não nossos vizinhos, o Brasil é um País que tem peso, história e valores para definir o espaço. Nada acontece na América do Sul contra a vontade do Brasil, creio eu. Dou um exemplo. Aí existe, sim, uma expectativa dos Estados Unidos. Creio – conversei com diplomatas americanos e com professores americanos – que não é que o Brasil faça a política dos Estados Unidos na América do Sul, seja ela qual for. É que o Brasil, um País democrático, onde há liberdade de expressão, onde há imprensa livre, onde se valoriza a liberdade, deve atuar, obviamente, de acordo na sua política externa. Não é por outra razão, creio eu, Senador, que líderes políticos da América Latina que são vistos como pessoas de perfil mais ditatorial não são populares no Brasil.

Dou um exemplo do que aconteceu. Que tipo de atuação o Brasil pode ter? O Brasil, em 2008, teve uma atuação na Bolívia, numa crise gravíssima, em que estados, províncias da Bolívia encostadas no Brasil falavam em separação. E o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva trabalhou junto com a Presidente Bachelet, então em seu primeiro mandato, numa reunião da Unasul. Eu sei disso porque ouvi um depoimento do então Chanceler do Chile, Alejandro Foxley, contando como foi a reunião na qual o Presidente Lula e a Presidente Bachelet, com o Presidente Chávez na sala insuflando instabilidade na Bolívia, como ele havia inclusive insuflado o Presidente Evo Morales a nacionalizar ativos da Petrobras na Bolívia... O Presidente Lula disse: "Evo, você quer o que no seu país? Você quer estabilidade? Você quer que o seu país seja um país, uma nação? Se você quiser isso, conte com o meu apoio, conte com o apoio da Michelle Bachelet. Se você quiser outra coisa, não há nada que nós possamos fazer."

Eu acho que essa intervenção do Presidente Lula e da Presidente Bachelet foi crucial para a reconciliação interna da Bolívia, e a Bolívia está hoje, eu creio, como, inclusive, disse a Senadora Ana Amélia, num caminho muito interessante de abertura, de busca, enfim, de um novo arranjo. O Brasil teve um papel político.

O que se espera do Brasil? Eu creio, e isto eu ouço em Washington, a respeito da atual crise na Venezuela, onde o Brasil tem interesses enormes empresariais, que, se houver um descontrole na Venezuela, empresas brasileiras, o Governo pagará um preço. Calcula-se, segundo o jornal *Valor*, um montante de US$20 bilhões em ativos, créditos, etc.. O que se espera é que o Brasil faça o que eu acho que já está mais ou menos apontado: que sirva, atue de forma a conseguir a conciliação, a estabilidade da Venezuela, para que os venezuelanos, em diálogo, consigam resolver, em democracia, suas diferenças, e ofereçam-se como exemplo, porque nós somos,

aqui no Brasil, um exemplo de País capaz de fazer isso. Nós resolvemos as nossas diferenças aqui, em diálogo, e estamos construindo essa democracia.

Então, era essa a observação que eu queria fazer ao senhor.

Voltando um pouco ao ponto da colônia, eu queria lembrar um outro grande ex-Embaixador do Brasil, Rubens Ricupero. Quando se fala dessas questões das relações econômicas do Brasil com o resto do mundo, ele sempre aponta para a perda de valor agregado das exportações brasileiras, o que torna o Brasil hoje cada vez mais um fornecedor de matérias-primas. Ele já chegou a dizer publicamente que a relação que o Brasil tem construído com a China lembras, às vezes, as relações de caráter colonial. Esse é um desafio. E acho que é esse o desafio que está muito nessa pressão crescente que a gente vê do empresariado aqui. Creio que está muito claro, na agenda da Presidente Dilma e na dos políticos, dos candidatos potenciais à Presidência, que o Brasil precisa ganhar produtividade; o Brasil precisa ganhar competitividade. Isso depende de políticas públicas no Brasil, que nós todos sabemos quais são.

Acho, sinceramente, um debate do passado se o Brasil é colônia ou não é. O Brasil não é. Nunca será. O Brasil é condenado a se resolver. Acho que se está resolvendo muito bem até.

Em relação aos Estados Unidos, creio que é importante fazer uma relação que seja resistente o suficiente aos abalos que ocorrerão.

Passando às perguntas da Senadora Ana Amélia, primeiro: o caso dos aviões da Suécia.

Eu acho que o Brasil tomou uma decisão de Estado. Vai encomendar os aviões da Suécia. Uma boa parte, uma porcentagem apreciável desses aviões suecos é de conteúdo americano, inclusive toda a parte sensível, todos os *avionics* são de fabricação americana. Não sei quais são. O Embaixador Shannon esteve no Wilson Center, foi perguntado a respeito e disse: "Parabéns à Suécia!" E seguimos.

Havia, sim, um interesse – creio que continua havendo – de maior integração à Embraer. De fato, sou assíduo frequentador desses aviões da Embraer que chegam e saem de Washington. Aliás, a Embraer é o melhor exemplo de empresa brasileira que está na cadeia de alto valor, é uma empresa global, a terceira maior empresa de fabricação de aviões do mundo.

Quer dizer, o Brasil não precisa buscar fora exemplos do que fazer e de como fazer bem. Basta ir a São José dos Campos. É uma empresa que começou de outro desafio que existe na área da inovação, que é a relação universidade e empresa. Em São José dos Campos nós temos o exemplo perfeito da cooperação universidade/empresa e temos o exemplo perfeito da cooperação Brasil/Estados Unidos, porque o nosso ITA começou da cooperação com o MIT. Quer dizer, nós temos no Brasil a receita de como se faz.

E temos a Embraer. Hoje, a Embraer tem um projeto considerado vencedor pelos especialistas: um novo avião de transporte que substituiria o Hércules, o C-130, construído, sob a liderança da Embraer, com vários países, e que tem um potencial imenso justamente no mercado americano.

Eu creio que, nos cálculos de muitas pessoas, inclusive da Embraer, potencialmente, um negócio mais forte de empresas americanas e brasileiras criaria maior apetite, nos Estados Unidos, para a aquisição desses aviões, cuja fabricação é liderada pela Embraer. Eu creio que, na questão específica do avião, isso é algo a ser construído.

Outra pergunta da Senadora Ana Amélia é sobre o Mujica, nosso grande Presidente do Uruguai. Aliás, o Presidente Mujica e o Papa Francisco são meus ídolos no momento. São duas figuras únicas e latino-americanas, pessoas muito modernas, de cabeça muito aberta.

O Presidente Mujica, claro, é notado nos Estados Unidos pelo que fez em relação à liberalização da maconha. Eu tenho quatro filhos. Dois moram no Colorado, onde hoje a maconha é legalizada. Graças a Deus, meus filhos já passaram da adolescência, então eu não preciso me preocupar. Só com os netos que virão e com os que já estão aí.

Enfim, esse debate existe nos Estados Unidos. Os Estados Unidos têm problemas de controle dessas substâncias. Aliás, teve grande impacto naquele país um filme, um documentário, chama-se "Quebrando o Tabu", que começou aqui no Brasil, graças à cooperação de ex-presidentes, do ex-Presidente Fernando Henrique, do ex-Presidente Gaviria, da Colômbia, e de vários outros. Hoje existe uma versão global, inclusive narrada por Morgan Freeman. O documentário propõe justamente a mudança de parâmetro dessa discussão, porque o *War on Drugs* fracassou: encheu as cadeias americanas e não resolveu a questão. Porque o tanto dessas substâncias...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – É um *business*.

O SR. PAULO SOTERO – É um *business*, e continua. Enfim, há uma nova...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Qual é o seriado, por favor?

O SR. PAULO SOTERO – Chama-se "Quebrando o Tabu", ou "Breaking the Taboo". Está na internet. É só entrar: Morgan Freeman, "Breaking the Taboo". O diretor da versão original do filme é um brasileiro, irmão do

Luciano Huck, esqueci o nome do rapaz. É uma cooperação. Estão lá os Presidentes Clinton e Jimmy Carter. Enfim, há que se achar outro jeito de tratar essa questão.

Com relação ao algodão, eu acho que o Governo brasileiro... A descrição é absolutamente correta: havia, sim, uma decisão da OMC. Os Estados Unidos, num momento de aperto fiscal, aprovaram uma série de medidas. O congresso americano limitou. Em certos pagamentos, começou a cortar linearmente tudo. Foram-se os pagamentos mandados pela OMC. Há uma nova lei agrícola, e eu acho que o Governo brasileiro tomou a atitude certa ao pedir à OMC. Este é o estado da arte hoje: o Governo brasileiro pediu à OMC que avalie a nova lei agrícola para ver se, na sua aplicação, ela corresponde, enfim, às regras, se os Estados Unidos estão respeitando as regras da OMC. Essa é a forma de buscar o entendimento. Claro que a adoção de retaliações comerciais pelo Brasil contra os Estados Unidos nesse caso, cobertos de razão e com o mandato da OMC, provavelmente produziria respostas e produziria exatamente o ambiente que o Gabriel Rico não quer ver, que é um ambiente de guerra comercial. E é bom, é excelente termos grandes negociadores lá em Genebra, e essa consulta está aberta.

Eu queria concluir, falando das questões que o nosso Senador de São Paulo, Eduardo Suplicy, levanta, que são, sobretudo, as questões relacionadas aos Estados Unidos e Irã, Estados Unidos e Cuba.

Acho que é um esforço valente...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A sua opinião sobre as escutas também, que a Senadora Ana Amélia perguntou ao Embaixador, seria interessante se o senhor pudesse...

O SR. PAULO SOTERO – A revelação das escutas desse programa de monitoramento gerou uma controvérsia imensa dentro dos Estados Unidos, que forçou o Presidente Obama, no dia de 17 de janeiro, a dar explicações públicas a respeito. Durante essas explicações, anunciou que, como disse o Embaixador Paranhos, a prática de monitorar comunicações de líderes de países amigos estava terminada. Até disse: "Se eu precisar saber alguma coisa da Angela Merkel, eu ligo para ela".

É um caso, há um debate nos Estados Unidos. Sobre o impacto do 11 de Setembro, o legislativo americano adotou várias medidas que deram cobertura a esse tipo de atividade. Hoje, sob o impacto das revelações do Snowden e sob o impacto também de ações dos serviços de inteligência, que afetam inclusive investigadores da Comissão de Inteligência do Senado, há hoje uma discussão muito forte, republicanos e democratas, dizendo que chegou a hora de limitar a ação, limitar o escopo dessas, colocá-los dentro de certos parâmetros. Por quê? Porque isso causa desconfiança interna e há algo de que os americanos são muito cônscios, e isso internamente, que é o direito à privacidade. Isso é o que movimenta internamente essa pressão, e há, sim... Esse debate está posto e o Congresso americano deve se pronunciar nas próximas semanas ou meses a respeito disso.

Agora, seria ingênuo acreditar que os Estados Unidos vão deixar de fazer coleta da chamada inteligência, que é informação analisada, como fazem todos os países, e me assusta de vez em quando saber que alguns não fazem, porque devem fazer para tomar decisões de políticas públicas de interesse nacional bem informadas. Por exemplo, eu acho que o Brasil não pode se dar ao direito de ser surpreendido pela nacionalização de bens da Petrobras num país vizinho. Acho que nós não temos esse direito de não ter essa informação. E isso se faz com o que se chama de *intelligence*, que é informação analisada. Como se obtém isso, cada país, dentro de suas regras, segundo seus valores, decide o que fazer.

Em relação ao Irã. Acho que há um esforço em curso. Um esforço que não é fácil, não é muito popular numa certa ala da opinião pública e do congresso americano, mas creio que o Secretário Kerry, o Presidente Obama, vendo a abertura dentro do Irã, a ascensão de uma nova liderança que quer buscar uma aproximação, exploram espaços nesse sentido. E hoje existe, sim; ninguém saiu comemorando nada, ninguém saiu de reunião comemorando acordo com o Irã. O que há, sim, é algo que está no começo, que está caminhando, que vai dar muito trabalho, mas é a principal questão de segurança internacional hoje e ela precisa ser resolvida. Eu tenho impressão de que aí... Eu lamento que quando o governo americano reiniciou esses esforços o Brasil tenha silenciado. O Brasil fez uma tentativa, que não deu certo, em 2010, mas acho que o Brasil tem que estar presente, até porque o Brasil juntamente com a Argentina são países exemplares nessa área. O acordo de cooperação, de monitoramento mútuo Brasil e Argentina, sob a supervisão das entidades da ONU, é um acordo exemplar para o mundo, é mais um desses exemplos em que as pessoas veem o Brasil: "Poxa, que país interessante em democracia." Agora, se o Brasil quiser, trata-se, enfim, de as pessoas eleitas para governar o Brasil. Inclusive de os senhores quererem ou não projetar isso e participar disso com o objetivo, que é assegurar a paz internacional, que eu acho que é uma vocação brasileira.

Por último, eu diria em relação a Cuba, a oposição ao governo castrista, ao governo do regime cubano nos Estados Unidos está perdendo altitude, porque o tempo está passando, os ódios do passado estão ficando para trás. Como alguns dizem lá, a biologia é um grande agente político, é um grande ator político e a preocupação que eu acho que existe hoje – e creio que essa é a preocupação do Presidente Obama quando faz um gesto de cumprimentar o Presidente Raúl Castro – é de abrir os espaços para que a transição inevitável em

Cuba se dê num ambiente de estabilidade, porque a última coisa que os Estados Unidos querem é um descontrole interno em Cuba que resulte numa nova onda de imigração para a Flórida e outros lugares. A outra coisa que os Estados Unidos não querem é que um descontrole interno em Cuba produza violência em Cuba, porque as interações são muito fortes entre os dois países, o número de cubanos americanos é muito alto e eu sei que é comentado publicamente até que militares americanos têm essa preocupação de que a condução da transição em Cuba seja segura e se dê num ambiente pacífico. Aí, eu concordo com o que disse recentemente o Presidente da Odebrecht, o Marcelo Odebrecht, dizendo que é preciso mais empresas brasileiras ajudando a preparar essa transição.

Aliás, recentemente fui perguntado em Miami sobre o embargo, havia vários empresários e outras pessoas, eu brinquei com eles e disse: "Olha, eu acho que vocês deveriam manter esse embargo, porque vocês mantendo o embargo, facilita a vida das empresas brasileiras, espanholas e outras que querem investir em Cuba." Imaginem investir em Cuba com a concorrência americana? Os americanos estão ao lado, são muito eficientes, têm uma população cubana muito grande, ganham de qualquer país. Foi uma forma irônica de dizer o que o empresariado americano disse, o que o ex-Secretário de Estado George Shultz disse, o que o ex-Secretário de Estado Henry Kissinger disse e todos: "Parem com isso, busquem um ambiente de aproximação." Eu acho que isso está neste governo, entre os democratas eu creio que seja uma posição muito clara. Não sei o que aconteceria na hipótese de uma mudança de governo em 2016. Mas acho, Senador, que aí há mais área de convergência do que de divergência, mais potencial para convergência. Eu sei inclusive que já existe um conselho de ex-presidentes, de ex-líderes, que inclui o ex-Presidente Fernando Henrique, que inclui o Felipe Gonzales e o ex-Presidente Lagos, que estão preocupados com essa situação e estão procurando criar também espaços para que esses diálogos se deem para que a transição de Cuba seja inevitável e sejam respeitados os direitos, a soberania nacional cubana e, sobretudo, que se tenham em mente os 12 milhões de habitantes de Cuba. Esse é o... Agora, nós podemos ter, sim, um papel – acho que já temos, o Brasil tem um papel, e creio ser positivo – na linha de reforçar isso. Agora, sempre lembrando quem nós somos. Nós somos uma democracia, nós somos um País com imprensa livre, nós somos um País onde as pessoas que não gostam do Governo têm o sagrado direito de protestar.

Eu, como o senhor e outros somos de uma geração que não podia protestar, nós conquistamos o direito de protestar e nós zelamos por isso.

Enfim, queremos que o Brasil, na sua inserção internacional, projete isso. Pessoalmente, tenho a impressão de que nos Estados Unidos a expectativa é essa também. E se há, às vezes, manifestações de decepção, é porque se percebe que o Brasil, por vezes, nessas situações complicadas, age de uma forma que não corresponde ao que se percebe como sendo nossos valores, os valores que nós proclamamos. Mas não há nenhuma dúvida de que, enfim, o Brasil tem interesse na estabilidade da região. O Brasil, creio, tem uma responsabilidade em relação à região porque da nossa prosperidade derivará muita prosperidade na região.

A região sabe disso, nós sabemos disso, e a forma de fazer isso é integrando o Brasil cada vez mais com a região e com o mundo. A percepção de que o Brasil está demorando a integrar-se nas grandes linhas de comércio é que faz com que, por exemplo, países como o Chile, o Peru, a Colômbia e outros não nos esperem. Eles estão se integrando porque o interesse nacional desses países é o de ganhar produtividade, de avançar na inovação, enfim, de realizar os seus objetivos nacionais.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Dr. Paulo Sotero.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Paulo, só um minutinho a mais ainda na sua resposta. Gostei muito da sua ironia de que este bloqueio norte-americano acaba sendo um elemento que beneficia as empresas brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – É mais uma contradição do que uma ironia. Acaba sendo um elemento beneficiário ao Brasil.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu perguntaria: o Porto de Mariel, construído pela Odebrecht, com apoio do Governo brasileiro, não pode também significar um importante elemento para atração comercial dos Estados Unidos, uma vez que ele tem ali uma necessidade de logística naquela região?

O SR. PAULO SOTERO – Eu acho que os Estados Unidos serão o principal beneficiário da existência de um porto moderno em Mariel. Eu não tenho a menor dúvida a respeito, porque dá para ir de lancha, demora 90 minutos, é ao lado.

Enfim, acho que um dia...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) *(Fora do microfone.)* – Um barco americano não tem onde atracar...

O SR. PAULO SOTERO – É exatamente esse tipo de atividade que os empresários americanos veem com muito bons olhos, já estão vendo estrategicamente onde estarão daqui a dez anos. Senador, como o senhor

sabe, os Estados Unidos são o maior supridor de alimentos a Cuba, hoje, às empresas agrícolas, com uma condição, claro, já que Cuba não tem crédito nos Estados Unidos, então é tudo pago em dinheiro, em *cash*. Mas 60% das necessidades alimentares de Cuba, segundo algumas estatísticas, são supridas pelos Estados Unidos.

Então esse é um caminho, enfim, quase que inevitável. O importante é que isso se faça de forma pragmática, em cooperação, em consulta, porque não há como ignorar que há uma história, há coisas passadas que criaram resistência nos Estados Unidos. Enfim, acho que há que ter isso em mente e agir de forma madura, num espírito de cooperação, cada país zelando pelo seu interesse nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós estamos concluindo, encaminhando aqui para nossa conclusão. O Senador Cristovam Buarque pede a palavra, pela ordem.

A palavra é de V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É um comentário ainda, Dr. Paulo, sobre duas coisas. Primeiro, uma preocupação que tenho como Relator que sou de uma comissão para analisar a conveniência ou não da regulamentação do uso da maconha. O senhor disse que felizmente os seus filhos cresceram, mas seus netos o preocupam. Isso quer dizer que a gente tem que se preocupar com esse negócio de legalização da maconha porque pode ser ruim.

O SR. PAULO SOTERO – Como avô, sim.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu sei. Mas quer dizer que a gente não pode ficar tranquilo de que a legalização vem sem problemas.

Então temos que analisar, com muito cuidado, que é o que estou tentando fazer.

Agora, sobre uma palavra que eu gostei e que o senhor usou, "ingenuidade". Eu acho que a gente tem tratado a escuta norte-americana com uma certa ingenuidade. O avanço técnico vai fazer com que isso vire natural. Não há quem impeça a escuta de dirigentes estrangeiros. Uma coisa é escuta de nacionais – aí, é a ética que controla. Outra coisa é a espionagem sobre outros países. Vão se usar sempre os mais modernos.

Hoje, o que se faz? Um diplomata pede para conversar com um ministro para ver se se descobre o que o primeiro-ministro está pensando. Mas, na hora que puder ler a mente, lá da distância, nem escutar vão mais.

Por que eu quero falar isso? Porque eu temo que com essa ingenuidade nos satisfaça um pedido de desculpas, como falou a Senadora Ana Amélia, do Presidente Obama. Eu acho que vai ser um pouco ou de hipocrisia ou de ingenuidade, porque, daqui a 20 ou 30 anos, isso vai ser prática.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Já é.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Já é. O que temos que fazer? O que temos que fazer é o seguinte: em vez de se preocupar muito com esse lado, é se preocupar em como a gente evita, como vamos dispor de instrumentos tecnológicos. E eu garanto que a Alemanha, como já é a mais escutada, já deve ter tomado providências, e os americanos vão descobrir como burlar as providências que eles tomaram para impedir. E vai ser essa luta pelo avanço tecnológico.

Então, o grande problema é como controlar o avanço tecnológico tecnologicamente. É uma ilusão achar vai se controlar a tecnologia apenas eticamente. Eu acho que a palavra que o senhor disse foi boa – é ingenuidade. Vamos fazer com que fique impossível um país usar isso contra o outro, por razões técnicas, se protegendo, e não apenas exigindo deles.

Agora, dentro do País, sim. Aí, a gente pode impedir, para evitar que isso vire União Soviética, Alemanha do Leste, que escutavam todos os seus cidadãos.

O SR. GABRIEL RICO – Senador.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Eu só queria aduzir, Senador Cristovam, porque tenho debatido aqui nesta Comissão, além da questão da tecnologia, o orçamento brasileiro para guerra cibernética, para a defesa cibernética – é melhor a palavra defesa cibernética –, além de ser pequeno, não está sendo cumprido. Então, era só uma informação, que é um dado relevante, especialmente ficou mais evidenciado quando a espionagem foi oficializada e denunciada.

Com a palavra, para encerrar, o Gabriel Rico, para fazer a sua declaração.

O SR. GABRIEL RICO – Três comentários muito rápidos sobre o que o senhor comenta em relação à regulamentação da maconha. Cada Estado nos Estados Unidos está fazendo isso de um jeito, e isso resultará em coisas que serão analisadas, e serão mantidas ou não. Há, claro, uma preocupação – é um entorpecente, enfim –, como é uma preocupação uísque, cachaça e todas essas coisas. Então, há, sim, que se manter alerta a isso tudo.

Eu queria ler, Senador, para o senhor a frase que o Presidente Obama, no discurso de 17 de janeiro, disse a respeito dos serviços de inteligência. Só com um parêntese: "Nós vivemos num mundo onde as pessoas revelam às vezes os seus segredos mais íntimos no Facebook" [aliás, eu fico impressionado com isso.]

Nós vivemos num mundo onde existe uma loja de produtos eletrônicos nos Estados Unidos – há uma chamada RadioShack –, onde o senhor compra um equipamento em que dá para ouvir, escutar a conversa do

outro lado da rua, num prédio etc. É uma coisa que eu acho muito pouco apropriada, mas isso, hoje, como o senhor diz, está disponível.

No entanto, eu acho que deve existir uma expectativa entre nações democráticas, que se dizem amigas e que querem ter uma relação estratégica, que elas possam ter canais de comunicação desimpedidos o suficiente para que haja confiança.

Deixe-me ler a frase do Presidente Obama. Ele disse, no dia 17 de janeiro, no seu discurso: "Os serviços de inteligência dos Estados Unidos continuarão a coletar informações ao redor do mundo sobre as intenções dos governos, e não dos cidadãos comuns, da mesma maneira como fazem os serviços de inteligência de outras nações." E ele acrescentou: "Não pediremos desculpas simplesmente porque somos mais eficazes."

Essa é a posição do governo, do Presidente dos Estados Unidos, por isso, enfim, a vida continuará. Eu creio que o Brasil e os Estados Unidos têm perfeitas condições de superar esse episódio.

Mas é por isso que, quando li isto aqui... Insistir num pedido de desculpas depois que o Presidente, num pedido formal de desculpas público, depois que o Presidente dos Estados Unidos disse isto aqui, me parece ingenuidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Eu agradeço muito ao Paulo Sotero.

E há mais uma razão para justificar o ponto de vista do Senador Cristovam, de que nós também devemos fazer isso, respeitando todas as questões de direito à privacidade, no caso dos indivíduos, e defendendo, com isso, com um sistema de inteligência e tecnologia, o interesse nacional, que está em jogo nesses procedimentos.

Com a palavra, para encerrar as respostas do Gabriel Rico em relação aos questionamentos oferecidos pelos Srs. Senadores.

O SR. GABRIEL RICO – Eu vou focar claramente as questões levantadas sob o aspecto econômico, comercial e não político – embora eu tenha muita vontade.

A primeira questão foi levantada pelo Senador Ferraço, a respeito do estudo da viabilidade do interesse concreto, quer dizer, econômico das vantagens de um acordo de livre-comércio com os Estados Unidos.

Queria dizer que já firmamos um acordo com a Fundação Getúlio Vargas, aprofundando os impactos de um eventual acordo desse tipo, considerando-se, inclusive, algumas hipóteses, porque o acordo de livre- comércio é alguma coisa muito ampla – mas, repito, considerando-se algumas hipóteses. Está claro que talvez a coisa que pareça mais importante, e que não é, são as tarifas alfandegárias.

O acordo de livre-comércio cria um clima, na verdade, de integração, e, ao redor desse clima, é que se dá o desenvolvimento econômico. Hoje em dia, as tarifas representam muito pouco, os Estados Unidos têm tarifas... As tarifas alfandegárias são de zero a 5%, 6%, o que é muito pouco, e o Brasil precisa olhar outros aspectos, quando se fala em acordo de livre comércio, em que o câmbio chega a ser muito mais relevante que as próprias tarifas.

Mas vamos ter esse estudo. Vamos nos preparar para chegar com uma proposta bastante fundamentada, tanto do interesse do empresário, que já está cada vez mais explícito, quanto da questão do impacto, inclusive, em setores – ganho e perda em cada setor.

Vamos partilhar, discutir, trabalhar com isso. Esse é um estudo para a sociedade como um todo.

Quanto aos aspectos levantados pelo Senador Cristovam Buarque, de divergência e convergência com os Estados Unidos, eu queria só puxar, levar para o lado econômico, dizendo que os Estados Unidos têm questões muito similares ao que o Brasil tem hoje. Se temos similaridades geopolíticas, etc., também o momento tem similaridade.

Os Estados Unidos lutam, enormemente, com a redução do seu déficit interno. Há uma questão importante, que é a postura do executivo em reduzir o orçamento de despesas militares. E isso tem sido feito, com a redução do esforço de guerra, o que é um benefício para o mundo como um todo. Há um esforço, o executivo quer reduzir, sim, subsídios agrícolas, mas há uma pressão, no congresso, dos vários cantões dos Estados Unidos que defendem subsídios para culturas específicas em determinadas regiões. É uma democracia, uma luta, mas há esse caminho.

Mas os Estados Unidos hoje estão fazendo enorme esforço para voltar a trazer para o país indústrias. Esse esforço de desenvolver energia – energia barata, e vai muito bem o *shale gas,* assim como outros esforços com energias renováveis – é um esforço enorme para gerar trabalho nos Estados Unidos, trabalho qualificado.

É uma discussão enorme, um grande esforço, por incrível que pareça, para melhorar a qualidade de ensino dos Estados Unidos – ensino básico, ensino médio. Há um esforço enorme para reter os talentos que não ficam nos Estados Unidos, inclusive de estudantes de outros países que vão lá; há um esforço para que eles fiquem lá, para que aquilo que aprenderam continue nos Estados Unidos. A retenção de talento é alguma coisa bastante grande e claro... Obrigado. E temos... Então, são pontos em comum, que eu resumiria numa única expressão: os Estados Unidos hoje buscam elevar a sua competitividade. Isso é claro. E a elevação da competitividade da

economia americana fala com a preocupação de elevação da competitividade da economia americana, aí eu linco com as questões levantadas pela Senadora Ana Amélia, que pediu que eu explicasse um pouco mais por que o Brasil tem essa dificuldade da inserção na cadeia global de valor?

Foi dito aqui, também citado pelo Paulo Sotero, do empobrecimento da pauta de exportação brasileira, que a gente exporta cada vez mais itens com menor valor agregado.

Esses pontos estão ligados, voltamos à questão central da pouca competitividade da economia brasileira, e ela se dá em dois aspectos. Ela afeta, desde a exportação de *commodities*, dos produtos que não têm praticamente processamento, mas ela também se dá através de produtos que, como a soja, a gente cada vez mais exporta *in natura* e não a soja beneficiada, porque, cada processo que se adiciona à soja, nós adicionamos tantos impostos, ela fica tão cara que se pede: "Não, eu quero comprar a soja *in natura*, porque eu vou processar aqui; fica muito mais barato". Quanto mais se processa no Brasil, mais o produto fica caro.

Eu queria lembrar que, pela OCDE, respondendo os pontos da Senadora Ana Amélia, a posição do Brasil no *ranking* de facilitação de comércio, entre 148 países, é 116º.

Na exportação de um contêiner brasileiro, para desembaraçar esse contêiner, o custo de logística e de desembaraço é de US$2,2 mil; para importar é de US$2,6 mil. A média da OCDE é de US$1 mil. As diferenças são muito grandes.

Um fabricante de uma usina de papel que fica ao redor de Ribeirão Preto disse que o custo de transporte e desembaraço de uma tonelada de papel de Ribeirão Preto e ao redor, para sair do Porto de Santos, é muito mais caro do que o custo dessa tonelada de papel que viaja até o porto de Xangai. Para entrar no porto de Xangai, esse desembaraço é muito mais barato. Então, isso significa falta de competitividade, o que afeta os itens inclusive básicos, os *commodities* do Brasil.

E, na outra ponta, na inserção da cadeia de valores, eu ilustro um pouco mais. Ela está presente em todos os componentes que têm a ver com alta tecnologia, com um número grande de componentes sofisticados. Pego o exemplo aqui da Embraer.

A metade, pelo menos, dos componentes da Embraer – e eu não quero precisar esse dado, mas é ao redor disso – vem dos Estados Unidos. Os jatos comprados pelo Brasil, como foi dito aqui, da Suécia, a essência, a parte mais sensível da tecnologia é americana. Os Estados Unidos fornecem para lá. Isso significa se inserir na cadeia global de valor.

Ela está muito presente na indústria automobilística, em que, cada vez mais, a importância dos itens eletrônicos no carro é fundamental. Então, essa integração se dá. Não é a GM, não é a Ford, não é a Fiat que produzem tudo; essa integração é vital. E hoje um carro da Fiat feito nos Estados Unidos, com Chrysler, ou na Itália, eles têm muito mais componentes que podem muito mais vir do Brasil; e a gente está pobre nisso.

Quando falamos de componentes, por exemplo, de equipamentos para a saúde, como os que fazem exame de ressonância magnética etc., a sofisticação daqueles equipamentos é enorme, e o Brasil tem muito pouca inserção nessa cadeia de valor. A gente produz muito pouco. Nesse aspecto, as limitações são grandes, a gente tem muitas restrições da integração da empresa com a universidade, há questões de propriedade das patentes, muitas coisas que a gente precisa vencer.

Então, eu diria que Estados Unidos e Brasil hoje têm uma agenda comum de competitividade, cada um tem sua agenda, mas são muito comuns, e o Brasil precisa dar um salto muito grande na questão da competitividade porque ela tem que vir junto, sim, com a negociação dos acordos. Só acordo sem fortalecer o que fazemos, não adianta, elas vêm junto. Agora, quando se expõe a um acordo de livre-comércio, a economia é obrigada a ser repensada, e rapidamente, para aproveitar esse espaço criado. Senão, também fazendo-se um acordo, se ficar parado, só um lado vai levar vantagem. É alguma coisa como a espionagem. Não adianta só reclamar, nós temos que fazer a nossa parte, nós temos que inserir tecnologia. E inserir tecnologia tem a ver também com a questão da inserção na cadeia global de valor.

Nós estamos falando quase que a mesma coisa, mas é uma convergência de pensamentos. E eu não quero me estender na questão de Cuba aqui levantada, mas, muito curiosamente, nos Estados Unidos, a maior entidade empresarial, a US Chamber, você conhece muito bem, tem um *paper*, um posicionamento absolutamente claro para o levante do embargo comercial em Cuba, pelas razões que o Paulo citou: é *business*, é comércio, quer dizer, faz todo sentido. Então, a comunidade de comércio também quer.

Agora, vamos colocar em perspectiva: para os Estados Unidos e para o Brasil, Cuba não vai resolver nossos problemas; é um mercado ainda muito pequeno. Temos de lembrar que, hoje, exportamos... Aquilo que os Estados Unidos importa do Brasil representa menos de 1% do que os Estados Unidos importam. A nossa possibilidade de dobrar esse nível de exportação não é pequena. Agora, nós não vamos só dobrar as exportações; nós vamos ter que importar mais para fazer acontecer a integração dessa cadeia de valor. Mas isso acontece com o Brasil crescendo e se abrindo.

O estudo direcional mostra que, se o Brasil tiver habilidade para se inserir... Porque o risco é ficar fora, voltando ao ponto do Senador Cristovam Buarque, o Brasil do futuro. Mas, na medida em que os Estados Unidos negociam acordos com a União Europeia, negociam o Acordo Transpacífico, o que sobra para nós? Nós temos de ter a visão de como nos integrarmos, porque, culturalmente, o Brasil é muito próximo dos Estados Unidos, é muito próximo da Europa. Nós não podemos perder essa oportunidade. Uma vez que os Estados Unidos negociam um acordo com a Europa, eles definem padrões, *standards* de produtos e de uma série de procedimentos. Na medida em que nós estivermos próximos desses *standards* definidos, a facilidade de comércio para nós com os Estados Unidos e com a Europa é muito grande. Nós temos uma grande oportunidade e um grande desafio.

Em suma, eu queria ficar nesses aspectos.

A questão do algodão já foi muito bem colocada, e tem sido muito sábia a postura da diplomacia brasileira ao procurar evitar posicionamentos mais agressivos. É essa a nossa postura. Nós temos trabalhado dos dois lados, e o encaminhamento dessa questão para a OMC para ver se a *Farm Bill*, a nova lei, atende àquilo que foi concordado, se está certo ou não. Se não estiver, nós teremos de fazer reparos; e o Brasil não deve ceder em nada daquilo que já conquistou.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Agradeço muito ao Sr. Gabriel Rico, Presidente AMCHAM, a Câmara Americana de Comércio Brasil/Estados Unidos; ao Sr. Paulo Sotero, Diretor do Instituto Brasil do Centro Internacional Woodrow Wilson; e ao Embaixador Carlos Antônio da Rocha Paranhos.

Gostaria de lembrar apenas uma passagem: falou-se aqui do dilema exportador de *commodities* ou matérias-primas *versus* importador. Nos anos 80 – e o Paulo e eu estávamos juntos nessas demandas –, os Estados Unidos viviam esse mesmo dilema – e não era a China, mas o Japão. Os Estados Unidos vendiam as *commodities* para o Japão, que era a fábrica do mundo. Hoje mudou, porque o Japão investiu em tecnologia e está em outro patamar econômico.

Eu quero também falar, concordando com as argumentações do Gabriel, sobre a questão dos acordos. Nem sempre um acordo pode representar quantidade de comércio, mas é um facilitador nas operações que são feitas. E lembro bem que estava por vencer um acordo entre o Brasil e a Europa na área de aviação civil, na área de indústria aeronáutica. Estava vencendo o prazo de validade de um acordo firmado, que precisava passar por aqui, pela Comissão de Relações Exteriores. À época, então, eu fui alertada pelas partes que tinham interesse, pois, findo o prazo, o Brasil ficaria fora desse cenário, correndo o risco de ter de fazer um novo acordo. Tudo isso por falta de um trâmite mais célere, não digo nem do Itamaraty, porque isso não é do Itamaraty, que apenas manda, mas de um processo que depende da Casa Civil. Aí, tivemos que trabalhar urgentemente para não perder a validade do acordo. E nós temos a Embraer! Quando me falaram sobre isso – e o Paulo Brum está aí, representante da Embraer –, eu disse: "Poxa, pelo amor de Deus; é uma coisa do maior interesse para o Brasil e para a Embraer". Ainda porque se trata de uma empresa que tem, como se diz, a questão global de valor. A Embraer foi o exemplo, inclusive, citado pelo Paulo Sotero.

Então, apenas para frisar as coisas que podem ser feitas sem demandar conflitos, apenas agindo com alguma eficiência na *démarrage* disso.

Eu queria também dizer que nós recebemos – e o Senador Ferraço introduziu isso aqui – participações, com interatividade, das pessoas que estão acompanhando esta audiência pública. Nós recebemos aqui, da Ana Flávia Schmidt, de Santa Catarina – eu até a conheço, ela é minha seguidora como Senadora no Twitter; também do Rogério Melo, do Rio de Janeiro; Lucas Nascimento Veiga, de Estância, de Sergipe; Renata Amorim, do Distrito Federal; William Santos, do meu Estado, o Rio Grande do Sul, que enviou dois comentários.

Agradeço a todos vocês pela participação, e a Secretaria vai encaminhar aos demais expositores, renovando, em nome do Presidente Ricardo Ferraço, os agradecimentos.

O Embaixador Paranhos solicita uma manifestação.

Com a palavra, o Embaixador Paranhos.

O SR. CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS – Muito obrigado.

Eu queria reiterar o agradecimento ao Itamaraty pelo convite para participar desta reunião.

Também gostaria de dizer, primeiro, que a relação com os Estados Unidos, como eu procurei sublinhar aqui, é muito importante. É muito importante, tanto para o Brasil quanto para os Estados Unidos. É uma relação densa, muito importante. Estamos trabalhando num diálogo permanente. Não há interrupção, não há uma situação de restrição. Houve determinado sentimento de surpresa em relação a comportamentos vistos como não condizentes com o de países amigos, mas eu gostaria de sublinhar – porque foi mencionada aqui a palavra "ingenuidade", etc. – que não há nenhum tipo de expectativa de ações, de pedidos de desculpas, etc. O que há é um desejo de estabelecer um diálogo sobre bases muito claras, um relacionamento respeitoso e de confiança mútua.

Gostaria de deixar isso muito claro porque pode parecer que há um descompasso entre posição de governo, posição de outros setores, etc. Eu acho que não. Foram discutidas muitas questões que dizem respeito a opções de política econômica, política fiscal, etc. e tal que muito pouco têm que ver com a relação com os Estados Unidos. Elas podem se refletir na relação com os Estados Unidos, mas não são, digamos, a essência da relação com os Estados Unidos, que é muito boa.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Agradeço ao Embaixador Paranhos. Fui parte desse processo, depois...

Na verdade, eu acho que, nessas coisas, existem alguns sinais, alguns sinais apenas; são sinais; sinais são sinais de afeto, sinais de elegância diplomática, sinais de habilidade política, que podem representar não uma atitude de ignorar a realidade – e que vai continuar acontecendo o que o Obama declarou –, mas um sinal que é expresso por esses gestos.

Então, eu entendi perfeitamente, e digamos que o Itamaraty está fazendo e defendendo o interesse brasileiro, porque nós, aqui, temos grande respeito pelo profissionalismo desta carreira de Estado que é a Diplomacia, a Casa de Rio Branco, que tanto nos honra. Esta Comissão tem testemunhado esse esforço, nem sempre no ritmo que as coisas acontecem, porque a diplomacia é isso.

Paulo Sotero.

O SR. PAULO SOTERO – Eu queria apenas dizer que concordo perfeitamente com o Embaixador Paranhos: a crítica aí, a observação que se faz é exatamente que, como a relação estava a ponto de ser alçada a um novo patamar, a percepção é que ela ia sair do processo – nós, os americanos e os brasileiros, somos muito bons de processo – para resultados. Foi por isso que mencionei, nas minhas palavras iniciais, "para tornar a relação mais produtiva", porque a minha percepção – e observo isso há 34 anos, como jornalista e agora no Wilson Center – é que, nesse particular, os governos, os dois governos, estão atrás das sociedades, estão atrás do setor privado. A integração vai acontecer. Eu acho que os governos têm que, enfim, ser mais velozes e participar desse processo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – O número de brasileiros nos Estados Unidos, não só os que moram lá, que vivem e que sobrevivem, mas também aqueles que vão anualmente para lá, é grande. São milhares de brasileiros.

Então, com a palavra, para suas despedidas, o Gabriel Rico, já que o Embaixador falou e o Paulo Sotero também.

O SR. GABRIEL RICO – Quero me congratular a Comissão de Relações Exteriores por esta reunião, eu acho que ela foi de uma riqueza impressionante, e, numa frase só, eu diria que, já que passamos o ponto de inflexão das relações diplomáticas, vamos dar um salto nas relações econômicas comerciais que usamos. Ambos os lados têm muito a ganhar.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Eu renovo o agradecimento a todos os nossos ilustres palestrantes e, antes de encerrar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Muito obrigada.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 55 minutos.)

ATA DA 14ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2014, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e seis minutos do dia dez de abril de dois mil e catorze, no plenário sete, sob a Presidência do Senador **Ricardo Ferraço**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Pedro Simon, Luiz Henrique, Paulo Bauer, José Agripino, Cyro Miranda, Delcídio do Amaral, Roberto Requião, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Jayme Campos.** Justifica a ausência o Senador **Jarbas Vasconcelos**. Assina a lista de presença o Senador não membro desta Comissão Wellington Dias. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente faz a leitura de comunicado. Usa a palavra o Senador Luiz Henrique, que solicita inversão de pauta para apreciação do item 6 da pauta; a solicitação é aprovada. Usa a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin. Passa-se então à deliberação do **ITEM 6 – MENSAGEM (SF) Nº 27, de**

2014, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora CARMEN LÍDIA RICHTER RIBEIRO MOURA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Bulgária e, cumulativamente, na República da Macedônia." O Presidente concede a palavra ao Relator, que profere o relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013–SF. Usa a palavra o Senador Roberto Requião. Usa a palavra o Senador Luiz Henrique, que solicita inversão de pauta e sua designação de Relator *ad hoc* para proceder a deliberação do item 7 da pauta; a solicitação é aprovada, então é deliberado o **ITEM 7 – MENSAGEM (SF) Nº 28, de 2014,** de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhor MARCOS VINICIUS PINTA GAMA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Suécia e, cumulativamente, na República da Letônia." O Presidente designa Relator *ad hoc* o Senador Luiz Henrique e concede a palavra, o qual profere o relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013–SF. Tem início a deliberação, em conjunto, dos três primeiros itens constantes da **PAUTA: ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 12, de 2014,** de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor SÉRGIO ELIAS COURI, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Lúcia." Sabatina Realizada. **ITEM 2 – MENSAGEM (SF) Nº 13, de 2014,** de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor PAULO CESAR MEIRA DE VASCONCELLOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos." Sabatina Realizada. **ITEM 3 – MENSAGEM (SF) Nº 15, de 2014,** de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Sudão." Sabatina Realizada. O Presidente convida a compor a Mesa o Embaixador **Sérgio Elias Couri,** o Embaixador **Paulo Cesar Meira de Vasconcellos** e o Embaixador **José Mauro da Fonseca Costa Couto.** O Presidente concede a palavra a cada um dos Embaixadores sabatinados para fazerem suas exposições. É aberto o processo de votação. O Presidente registra a presença do Embaixador Pedro Borio. Usa a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin, o Senador Eduardo Suplicy e o Senador Roberto Requião. Os Embaixadores respondem os questionamentos apresentados. **MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA:** às onze horas e quarenta e quatro minutos assume a presidência a Senadora Vanessa Grazziotin. A Presidente registra a presença da Embaixadora Eliana Zugaib, que teve sua indicação para a UNESCO aprovada no final de 2013. A reunião é tornada secreta às onze horas e cinquenta e seis minutos e reaberta às doze horas e seis minutos. Atua como secretário e escrutinador o Senador Eduardo Suplicy. A Presidente comunica a deliberação, pela Comissão, dos Embaixadores indicados. Passa-se à deliberação do **ITEM 4 – REQUERIMENTO Nº 343, de 2014,** de autoria do Senador Cyro Miranda, que "Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e para os fins do disposto no artigo 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, de 1º a 10 de maio próximo, a fim de representar o Senado Federal em visita à China, na condição de membro do Grupo Parlamentar Brasil – China. Comunica ainda, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do país no período supracitado." A Presidente designa Relator *ad hoc* o Senador Eduardo Suplicy e concede a palavra, o qual profere o Relatório. Aprovado. **ITEM 5 – REQUERIMENTO Nº 344, de 2014,** de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, de 1º a 10 de maio próximo, a fim de representar o Senado Federal em visita à China, na condição de membro do Grupo Parlamentar Brasil – China. Comunica ainda, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do país no período supracitado." A Presidente designa Relator *ad hoc* o Senador Eduardo Suplicy e concede a palavra, o qual profere o Relatório. Aprovado. Nada havendo mais a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e dez minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço,** Presidente

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

No início desta semana, eu tive a honra de, representando a Comissão de Relações Exteriores do Senado, participar de evento realizado em Nova Iorque sobre o BRICS, o arranjo que integra Brasil, Rússia, Índia e China, no âmbito de um importante seminário, o Fórum das Américas, ao lado do Vice-Presidente da República, Michel Temer.

Um seminário muito oportuno, em primeiro lugar, por ter sido justamente na cidade de Nova York, em 2006, quando, em reuniões de ministros de relações exteriores daquele tempo, os ministros de Rússia, Índia, China e Brasil, à margem da abertura de uma Assembleia-Geral das Nações Unidas, deram início, mesmo que de forma tímida, à formalização do BRICS, grupo ao qual mais tarde se agregaria a África do Sul.

Oportuno, em segundo lugar, por estarmos na antessala da 6ª Cúpula do BRICS, que, neste ano, realizar-se-á em Fortaleza, no Estado do Ceará.

O acrônimo BRICS nasceu do mercado, quase que por geração espontânea, ainda em 2001, quando Dean O'Neal cunhou a sigla destinada no tempo a ser famosa. Surgiu e se afirmou graças ao charme simbólico de seu sentido concreto no trocadilho bem achado de sua acepção em língua inglesa.

Alguns anos mais tarde, já em 2006, os governos de Brasil, Rússia, Índia e China trataram de navegar naquela boa sacada mercadológica, procurando capturar, ao menos em parte, a imagem de modernidade e dinamismo que passou a ser associada à marca BRICS.

As reuniões de cúpula realizadas anualmente ganharam projeção e visibilidade midiática em todo o mundo. Muito além disso, o êxito do BRICS precisa ser medido pela emergência dos cinco países de distintos quadrantes do globo na cena internacional contemporânea, emergência que sinaliza transformações de grande significado não apenas para o nosso País, não apenas para os países que compõem o BRICS, mas, quero crer, que também para o conjunto dos países que compõem os arranjos multilaterais.

Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul de certo partilham aspirações e objetivos em uma série de dimensões, sem o que a sigla não se teria tornado realidade com substância política e econômica.

Mas é importante assinalar que os cinco países também admitem limites à convergência de seus respectivos interesses, e, por considerações pragmáticas, não almejam tornar-se um bloco formalizado que vergue ao peso da burocracia, que duplique o trabalho de organismos e associações multilaterais e acabe refém da insuperável heterogeneidade de seus membros.

Insisto ainda que Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul reconhecem ou devem reconhecer não apenas as convergências que amplificam seu potencial de influência no cenário internacional, mas também divergências que recomendam o respeito às diferenças e às inclinações decorrentes de suas circunstâncias geográficas, políticas, socioeconômicas e culturais.

Aliás, não se deve perder de vista que os cinco países do grupo exercem políticas externas independentes que projetam as dimensões e o interesse permanente de cada um. No caso do Brasil, a nossa tradição de política externa é de índole universalista e visa à autonomia pela diversificação.

Em função de nossas dimensões e trajetória histórica, o Brasil é profundamente sul-americano e ocidental sem dúvida, mas resulta também de incorporação de elementos étnicos e culturais que nos fizeram o que somos, uma sociedade que sinaliza contribuições tão diversas quanto os variados fluxos de imigrantes que acolhemos desde sempre.

Não há exagero em afirmar que o BRICS se tornou uma coalizão sinérgica, que reforçou a atuação conjunta de cada um de seus membros, sobretudo após a crise econômica mundial em 2008. No contexto do G-20 financeiro, de modo particular, as contribuições do BRICS como bloco sintonizado decerto impulsionou a reação internacional tanto na adoção de medidas contracíclicas que já se faziam imperiosas quanto na promoção de um debate mais consequente sobre as estruturas de governança da economia mundial.

Assim como o Brasil e outros países importantes, há décadas, advogam a necessidade de reforma da ONU, que não pode continuar refletindo o mundo do pós-Segunda Guerra. A criativa atuação do BRICS e de outros países emergentes no G-20 evidenciou que o modelo de governança instituído em Bretton Woods já não assegurava as engrenagens requeridas para enfrentar os graves desafios da economia globalizada. Vale salientar que é grande a expectativa de que, na 6ª Cúpula, em Fortaleza, seja iniciado o processo de criação do novo Banco de Desenvolvimento do BRICS, voltado ao financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em países em desenvolvimento.

O capital inicial a se subscrito pelos cinco parceiros do grupo montará à cifra de US$50 bilhões a serem integralizados em aportes equivalentes, para que todos sejam sócios em mesmo tamanho.

Outra iniciativa que também conversa e dialoga com as tratativas do G-20 desde a crise de 2008 é o lançamento de um arranjo de contingente de reservas destinado a promover apoio mútuo dos membros do BRICS.

Neste caso, o valor gráfico total do fundo alcançaria a cifra de US$100 bilhões.

Merecem destaque ainda as conquistas sociais garantidas nos últimos anos pelos países membros do BRICS. Um bom exemplo é o avanço na erradicação da miséria e da fome, um dos principais objetivos do De-

senvolvimento do Milênio, assegurando que passos importantes foram dados nessa direção, mas efetivamente reconhecendo que outros tantos passos precisam ser dados para que os nossos países possam garantir conquistas sociais aos nossos cidadãos nacionais.

A meta estabelecida pela ONU era reduzir pela metade, até 2015, o número de pessoas que viviam abaixo da linha da pobreza ainda em 1990. Em 20 anos, 700 milhões de pessoas conseguiram se livrar da extrema pobreza. Grande parte desse progresso foi devido aos esforços de Índia, China e Brasil.

Na China, o salto social foi formidável: a população abaixo da linha da pobreza caiu de 60 pontos percentuais para 12 pontos percentuais entre 1990 e 2010.

Os avanços no Brasil também foram consideráveis. Nosso País atingiu a meta traçada pela ONU em 2002, 13 anos antes do previsto. E, mais, em 2008, já tínhamos reduzido de 26 pontos percentuais para 5 pontos percentuais, ou seja, para menos de um quinto, o percentual de brasileiros que viviam na extrema miséria.

Dados da ONU mostram ainda que, entre 2000 e 2010, o número de indianos em condições miseráveis nas favelas caiu de 42% para 30%.

Obviamente, esses avanços no campo social e dos direitos humanos, pois a fome e a miséria atentam contra os direitos humanos, se somam a outros elementos de *softpower* que valorizam a marca BRICS e potencializam sua influência internacional. Tomados em exemplo o conjunto, os países do BRICS representavam, em 2001, 8% das exportações globais. Em 2012, esses números subiram para 18%. Nas exportações agrícolas mundiais, correspondiam a 10% contra 14%, em 2012. Nas exportações de combustíveis e minerais, em nível mundial, correspondem atualmente a aproximadamente 15%. Quanto às exportações de manufaturas, respondem por 21% dos fluxos internacionais. No comércio intraBRICS, partiu-se de um patamar de US$27 bilhões, em 2002, para US$300 bilhões aproximadamente, dez anos mais tarde.

Todos esses números e as diversas áreas nas quais o dinamismo da parceria entre os membros do grupo se pode aprofundar demonstram que os BRICS são uma plataforma de grande expressão no redesenho mundial, nesse início de século, de um cenário internacional em rápida transformação. O processo de globalização, que convive com a estruturação de um sistema multipolar de poder e influência, que substituiu o maniqueísmo da guerra fria, deve ter nos BRICS uma coalizão vocacionada, em princípio, para a manutenção da paz e da estabilidade, sentimentos que estão presentes como tradição em nossa política externa, sinalizando perspectiva que seguramente motiva o Brasil nesse arranjo geográfico.

Portanto, compartilho com o conjunto dos nossos colegas Senadores nossa participação nesse importante evento, na antessala da 6ª Cúpula, que nós estaremos realizando no Estado do Ceará, na cidade de Fortaleza, em julho, em que todos esses países, por meio dos seus mandatários, estarão aqui no Brasil, jogando luz sobre as novas perspectivas a respeito do fortalecimento ainda maior do Brasil no BRICS e do BRICS no conjunto das nações que têm presença não apenas nas Nações Unidas, mas também num conjunto cada vez mais relevante de organismos multilaterais

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Presidente ...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique, que já havia solicitado; em seguida, Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de pedir que a assessoria me disponibilizasse uma cópia dessa análise perfeita que V. Exª acaba de fazer do BRICS, que nos deu aqui um conhecimento muito aprofundado dessa organização, do seu funcionamento; e a boa nova, ou seja, a possibilidade de ser criado o banco, agora, na reunião de Fortaleza.

Mas eu queria solicitar a V. Exª – vou encaminhar isso – que, se for possível, me seja dada a oportunidade para relatar o Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 2014, que aprova acordo de cooperação econômica e tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia, assinado no Rio de Janeiro, em 28 de maio de 2010. Se V. Exª puder me conceder essa relatoria, eu farei o meu parecer com toda a rapidez.

Eu gostaria também de solicitar a V. Exª que me concedesse, por preferência, a leitura do parecer sobre o Item nº 6 da pauta, que aprecia a Mensagem nº 67, de 28 de março, de 2014, da Senhora Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Srª Carmen Lídia Richter Ribeiro Moura, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Bulgária e, cumulativamente, na República da Macedônia.

Solicito, pois, a V. Exª, sendo possível, que me dê preferência para ler este parecer.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Solicita o Senador Luiz Henrique que nós possamos fazer uma inversão de pauta, antes de iniciarmos as sabatinas dos Srs. Embaixadores, e que nós lhe pudéssemos conceder a palavra para que ele apresente o seu relatório em relação à indicação do novo chefe da missão diplomática na Bulgária.

As Srªs e os Srs. Senadores que desejarem discutir podem fazê-lo.

Se não houver quem queira debater...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Gostaria de pedir a palavra, pela ordem, muito rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pois não, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Primeiro, queria cumprimentá-lo também. Segundo, quando eu estava chegando aqui, V. Exª falava a respeito de um evento que vai organizar na véspera da reunião da Cúpula do BRICS aqui, no Brasil, Sr. Presidente. É isso ou entendi mal?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós compartilhamos com o conjunto dos Senadores a nossa presença num importante foro das Américas que aconteceu na cidade de Nova York, na última segunda-feira, quando diversas delegações de países que compõem o BRICS debateram a importância do BRICS num arranjo global. Eu tive a oportunidade de participar desse evento na companhia do Vice-Presidente Michel Temer, quando nos foi oportunizada a palavra para que nós falássemos das expectativas do Brasil em relação ao BRICS e da VI Cúpula, que vai acontecer na cidade de Fortaleza, Ceará, no mês de julho, da qual seguramente nós vamos participar juntamente com delegações da Rússia, China, África do Sul e da Índia, um importante evento no Brasil, onde estarão os mandatários desses países.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – E V. Exª, então, organizará um evento coincidente no mesmo período?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós não temos isso ainda estruturado, mas V. Exª faz uma boa provocação no bom sentido da palavra...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Não, eu sugiro isso. Regimentalmente, inclusive, teríamos que ver – e considero isso um evento tão importante e acontece aqui, no País e no Nordeste – para que possamos fazer uma reunião da nossa Comissão de Relações Exteriores lá e que V. Exª pudesse coordenar e dirigir reunião com Parlamentares de comissões da Rússia, da China, África do Sul, similiares à nossa, também lá em Fortaleza, um evento que reunisse todos os Parlamentares que compõem as respectivas Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu recebo com enorme entusiasmo a proposta e a boa provocação tempestiva que V. Exª faz, na direção de nós fazermos repercutir isso em nossos respectivos Parlamentos, até porque todos esses arranjos que serão debatidos, como a formação da reserva de contingência, como a constituição de um banco de desenvolvimento, terão de ser ratificados pelos Parlamentos.

Então, será oportuno e tempestivo que a gente possa fazer isso, e nós vamos organizar e estruturar, para que o Parlamento brasileiro possa ter uma participação ativa nesta reunião, que seguramente chamará os olhares do mundo para o que acontecerá aqui, considerando a importância e o protagonismo que os BRICS exercem em nível global, nas diversas organizações multilaterais de que participam – o G-20 financeiro, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio e tantos outros –, inclusive na linha e na tese de nós rediscutirmos o formato da Organização das Nações Unidas em razão desse novo arranjo a que nós estamos assistindo em todo o mundo. Vamos organizar essa iniciativa que, em bom tempo, V. Exª traz à nossa Comissão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Passo a palavra ao Senador Luiz Henrique para que possa proferir o seu relatório, e, em seguida, terei o prazer de ouvir o Senador Roberto Requião.

ITEM 6

MENSAGEM (SF) Nº 27, de 2014
- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora CARMEN LÍDIA RICHTER RIBEIRO MOURA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Bulgária e, cumulativamente, na República da Macedônia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de mensagem da Presidente da República, submetendo à apreciação desta Casa o nome da Ministra de Primeira Classe

Carmen Lídia Richter Ribeiro Moura, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Bulgária e, cumulativamente, na República da Macedônia.

O processo está revestido de toda normalidade, é constitucional, legal e dispõe de juridicidade. Por isso, o meu parecer é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Em discussão a matéria, o relatório do eminente Senador Luiz Henrique.

As Srªs e Srs. Senadores...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Vamos conceder vista coletiva, não havendo nenhum Senador que se inscreva nesta oportunidade, de acordo com os termos da Resolução nº 41, de 2013.

Pela ordem, Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Presidente, a pedido de V. Exª, mantive contato ontem com o Sr. Ruy Pereira, o nosso Embaixador na Venezuela. E coloquei ao nosso Embaixador a proposta que avençamos, de que a nossa visita à Venezuela seja feita não na próxima semana, que é a Semana Santa, mas na semana posterior. O Embaixador se encarregou de conversar com o pessoal da Câmara, do Congresso venezuelano, para verificar uma data que seja mais confortável para estabelecermos os contatos necessários com situação, com oposição, e nos dará a resposta ainda hoje.

Mas, de qualquer forma, será sem ser na próxima semana, na outra. E seria interessante, desde já, verificarmos os interessados em participarem desta visita, obedecendo àquele critério do multipartidarismo. E, desta forma, estaríamos viabilizando a devida autorização do Senado, para que a viagem fosse feita.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Agradeço o esforço de V. Exª em organizar essa nossa ida a Caracas, dando continuidade aos debates e aos diálogos que temos feito aqui nesta Comissão, sem tomar partido, mas construindo todo um ambiente, um esforço, para que o nosso vizinho, o país amigo e irmão, possa encontrar um ambiente para a superação de sua grave crise. Então, vamos aguardar que o nosso Embaixador possa definir essa programação, mas, desde já, estamos compartilhando com os nossos Senadores que compõem esta Comissão que, na semana seguinte à Semana Santa, estaremos, por um ou dois dias, em Caracas, conversando com a Assembleia Nacional da Venezuela sobre esses entendimentos relacionados à superação da crise na Venezuela.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – E, desde já, Senador, inscrevo-me para participar dessa viagem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não abrimos mão da presença de V. Exª nesta missão que estaremos realizando.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Recebi da direção desta Comissão o pedido para que relate como *ad hoc* o relatório da Senadora Ana Amélia sobre a indicação do Ministro de Primeira Classe Marcos Vinicius Pinta Gama, para exercer cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Suécia e, cumulativamente, na República da Letônia.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Solicito ao Senador Luiz Henrique a inclusão na pauta, de forma *ad hoc,* da indicação da Presidência da República para o Reino da Suécia e, cumulativamente, para a República da Letônia do Sr. Marcos Vinicius Pinta Gama.

Em discussão o requerimento do Senador Luiz Henrique. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srªs Senadoras que votam favoravelmente permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ITEM 7

MENSAGEM (SF) Nº 28, de 2014
- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhor MARCOS VINICIUS PINTA GAMA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Suécia e, cumulativamente, na República da Letônia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Ana Amélia (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad hoc*: Senador Luiz Henrique
Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Passo a palavra a S. Exª para emitir o relatório de forma *ad hoc*, a quem agradeço em nome da Senadora Ana Amélia.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre indicação que a Srª Presidente da República faz do Sr. Marcos Vinicius Pinta Gama, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Reino da Suécia, cumulativamente com a República da Letônia.

O processo está devidamente formalizado.

Trata-se de diplomata de longa experiência, que ocupou funções muito relevantes na diplomacia do nosso País.

Por isso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, opino, como Relator *ad hoc*, endossando o relatório da ilustre Senadora Ana Amélia, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

Perdão, Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Que, a partir desse desempenho brilhante como relator *ad hoc*, o nosso Luiz Henrique passe a ser conhecido aqui, na Comissão de Relações Exteriores, como Luiz Henrique, o Breve.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Esta Presidência agradece a dedicação do Senador Luiz Henrique para que os processos aqui possam ter diligência, considerando a necessidade de nossas missões diplomáticas terem como seus coordenadores os nossos Embaixadores.

Não havendo quem queira discutir, fica, portanto, concedida vista coletiva, nos termos da Resolução nº 41, de 2013, para posterior debate e sabatina de S. Exªs os nossos indicados.

Nós temos hoje aqui o item nº 1 da pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 12, de 2014
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor SÉRGIO ELIAS COURI, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Lúcia.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Roberto Requião
Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.
Observações:
1 - Em 01/04/2014, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.
2 - A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Item nº 2 da pauta.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 13, de 2014
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor PAULO CESAR MEIRA DE VASCONCELLOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:
1 - Em 01/04/2014, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.
2 - A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Item nº 3 da pauta.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 15, de 2014
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Sudão.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Jorge Viana
Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.
Observações:
1 - Em 01/04/2014, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.
2 - A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Convido, para que tomem assento à Mesa S. Exªs o Sr. Embaixador Sérgio Elias Couri, o Embaixador Paulo Cesar Meira de Vasconcellos e o Embaixador José Mauro da Fonseca Costa, de igual forma, para que nós possamos dar início às nossas sabatinas, concedendo, sem mais delongas, a palavra a S. Exª o Embaixador Sérgio Elias Couri, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Santa Lúcia.

A palavra é de V. Exª pelo prazo de até 15 minutos.

O SR. SÉRGIO ELIAS COURI – Bom dia a todos. Exmo Sr. Presidente Ricardo Ferraço, da Comissão de Relações Exteriores, Sr. Relator, Roberto Requião, cumprimento, muito especialmente, o Senador Luiz Henrique, a quem agradeço os comentários elogiosos quando da leitura do relatório, secundando o Senador Requião. Cumprimento também os demais Senadores presentes, os amigos e os colegas que participam desta reunião.

Passarei muito brevemente pelos dados básicos, porque os Senhores já foram munidos pelo Itamaraty do relatório respectivo. Assinalarei apenas que se trata de um ilha de 616 quilômetros quadrados, com 167 mil habitantes, monarquia constitucional, tendo como soberana a Rainha da Inglaterra – é um país membro da *Commonwealth* –, com um legislativo bicameral, um PIB de US$1,259 bilhão, um PIB por poder aquisitivo comparado de US$2,234 bilhões, um PIB per capita de US$6.558, em 2012, o que faz com que Santa Lúcia seja considerado um país de renda média, com IDH de 0,725 por mil, o que faz com que esteja situado em 88º lugar entre os países da Comunidade Internacional.

O coeficiente de Gini foi de 0,42% em 2006 – não me foi possível conseguir um dado mais atualizado –, e um país sem salário mínimo. A política interna se caracteriza por uma alternância, desde 1979, entre o Partido Trabalhista de Santa Lúcia, SLP, e o Partido dos Trabalhadores de Santa Lúcia, o WP, que é conservador, em relação ao primeiro. Atualmente, o Primeiro Ministro é Kenny Anthony, presidente do SLP, que ocupa o cargo pela terceira vez. A política santa-lucense tem como temas centrais, sempre que se trata de eleições, a criminalidade e a economia. Nesse último caso, maiormente o desemprego, problemas de crescimento e déficit fiscal.

Quanto à política externa, trata-se de um país dependente de mercados externos e da cooperação internacional. Portanto, um país aberto às relações internacionais, à cooperação econômica, ao comércio e ao investimento. Com relação à economia de Santa Lúcia, trata-se de um país de baixa industrialização, comparada. O setor secundário responde por 17% do PIB, tendo como principais fontes de sustentação os serviços, particularmente o turismo. O setor de serviços responde por 80% do PIB santa-lucense. É um paraíso fiscal, embora muito obediente às regras estabelecidas internacionalmente para os paraísos fiscais. Vem-se notabilizando por sua condição progressiva de um empório, de um *hub*, como se diz, da qual nós nos servimos, e mais adiante explicarei. Exporta banana, que responde por 3% do PIB santa-lucense e também exporta açúcar, mas são lavouras consideradas declinantes no país. Beneficia-se da remessa de imigrantes. Há 10 mil santa-lucenses nos Estados Unidos e 10 mil na Inglaterra. É um país recipiendário da ajuda financeira internacional. Portanto, *a vol d'oiseau*, esses seriam os dados básicos que me pareceram relevantes nesta seção.

Passo, em seguida, às relações com o Brasil. Pela maneira como sistematizei essas relações, os senhores poderão ter uma ideia de qual seria o perfil de atividade que eu, em princípio, tencionaria exercer nessa nova missão. É um comércio de pequena pauta, magnificado, entretanto, pelas exportações de óleo para tanque-

ragem ou tancagem na ilha e, com relação às importações, são realmente diminutas. São importações de máquinas elétricas, incluindo termossensores e instrumentos de precisão.

Esse comércio, entretanto, surpreende, porque, em 2006, ele era as exportações brasileiras, que praticamente respondem por todo o comércio; eram de US$4 milhões de dólares. E passou, deu um salto gigantesco, a partir de 2007, situando-se em US$2,331 bilhões, na média dos anos de 2007 a 2012. Esse salto brutal se deve às exportações de petróleo.

A Petrobras assinou um acordo com a Hess Oil, que é uma companhia norte-americana sediada em Nova York, mas que tem um *hub* em Santa Lúcia para a exportação de petróleos brutos. E Santa Lúcia dali reexporta esse petróleo, assim como ela também armazena e reexporta produtos de petróleo refinado.

Eu assinalo que um comércio de US$2,331 bilhões, ainda que se deva a um só produto, que é o petróleo, é um comércio significativo, sendo superior mesmo ao comércio com muitos países com quem o Brasil tem inclusive mais afinidade, mais proximidade, mais identidade. Esse comércio supera o PIB de Santa Lúcia que é de US$1 bilhão, como eu disse, duzentos e tantos milhões.

Santa Lúcia tem demonstrado simpatia pelas posições brasileiras na diplomacia multilateral, como no que diz respeito ao Conselho de Segurança da ONU e pelos nomes que o Brasil tem apresentado aos organismos internacionais. Foi o caso do Graziano, que foi candidato à FAO, apoiado por Santa Lúcia; do Embaixador Roberto Azevedo, que Santa Lúcia apoiou também para a OMC e outros casos menos conhecidos.

Os principais momentos das relações Brasil/Santa Lúcia. Parece-me importante classificar, fazer uma classificação, por um critério cronológico, para que se possa entender a evolução dessas relações. O ano crucial, sem dúvida, foi 1980, quando do estabelecimento de relações bilaterais. Criou-se a Embaixada de Santa Lúcia, na época, cumulativa com Trinidad e Tobago.

Passa-se, então, para 2007, que foi o outro ano chave, porque em 2007 foi assinado o mencionado contrato da Petrobras com a Hess Oil St. Lúcia Limited, pelo qual o Brasil exporta petróleo, e a Hess, reexporta.

Ainda em 2007, certamente em decorrência desse contrato vultoso, foi aberta a Embaixada residente, em Santa Lúcia.

De 2007, passamos para 2010, que foi outro ano chave quando o Primeiro-Ministro de Santa Lúcia, Stephenson King, visitou o Brasil por ocasião da primeira cúpula Brasil-Caricom.

Essa visita teve consequências sensíveis, porque foram assinados na ocasião seis atos internacionais: o acordo de cooperação cultural, que está tramitando no Executivo; o acordo de cooperação educacional, que também tramita neste momento no Executivo; o acordo de cooperação técnica, que foi aprovado por esta Comissão de Relações Exteriores e pelo Congresso Nacional e aguarda aprovação por parte do Governo de Santa Lúcia; um acordo de isenção de vistos para passaportes diplomáticos oficiais e de serviços; um acordo de cooperação na área de segurança pública; e o memorando de entendimentos sobre cooperação técnica na área da agricultura.

Dessa visita do ex-*Premier* Stephenson King resultou também a oferta de cursos na área técnica feita em 2011 e um programa de cooperação Brasil-Santa Lúcia que, independentemente do andamento do acordo, incluiu quatro atividades que já foram concluídas, e concluídas de uma maneira exitosa: a capacitação da força policial de Santa Lúcia em técnica de ensino; a missão técnica de Gerente da Força Policial Real de Santa Lúcia, a Academia de Polícia Brasileira; capacitação de serviços de extensão para extensionistas de Santa Lúcia e *workshops* sobre desenvolvimento da cadeia produtiva para mercados domésticos em Santa Lúcia.

Ainda em 2010, tem início a operação de armazenamento de petróleo da Petrobras pela Rolls. Assinalo que, também em 2010, um ano tenso nessas relações bilaterais, este Senado Federal promulgou o Decreto-Lei nº 801, que autorizou o processo de adesão do Brasil ao Banco de Desenvolvimento do Caribe, em iguais condições com a Colômbia, o México e a Venezuela. Esse *status* de adesão, basicamente, coloca o Brasil e esses países vizinhos na condição de repassadores de fundos. Eles não tomam fundos, mas repassam. Isso foi muito bem recebido em Santa Lúcia.

De 2010, podemos saltar para o ano de 2012, que também representou uma movimentação nas relações bilaterais. Foi o ano da reunião do Conselho de Relações Externas e Comunitárias da Caricom, o Cofcor, com a presença do Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil. Esse ano resultou no aprofundamento da agenda política Brasil-Caricom – Santa Lúcia integra a Caricom, como se sabe; no apoio espontâneo ao Brasil, em contrapartida, na Caricom, às posições de Santa Lúcia na Celac. Isso foi mais ou menos um entendimento que ficou costurado nessa reunião. Foi feito, por ocasião dessa reunião, um anúncio de cooperação técnica com oito atividades prioritárias, entre as quais eu citaria capacitação em pecuária, em produção de sementes, planejamento do uso do solo e produção ambiental.

Finalmente, ainda em 2012, o Chanceler de Santa Lúcia, Alva Baptiste, visitou o Brasil, quando foram mantidas discussões sobre a agricultura familiar; segurança alimentar; combate à praga Sigatoka Negra, que é uma praga que ataca a lavoura da banana; conectividade aérea; isenção de vistos a turistas; e temas multilaterais.

Encerrarei essas considerações com uma breve indexação de temas que foram ventilados nas relações Brasil-Santa Lúcia, porque aqueles a que me referi fizeram parte de missões oficiais, visitas oficiais, mas houve certa troca de missões técnicas onde se veicularam certos assuntos; foram ventilados alguns temas. Farei uma brevíssima indexação, apenas para dar um sentido de complementação a essa exposição.

Essa indexação falaria de habitação popular; bioenergia; assistência técnica humanitária; combate à Aids, através de medicamentos antirretrovirais, testes laboratoriais e tratamento; formação de diplomatas – um diplomata santa-lucense cursou o Instituto Rio Branco, em 2010; divulgação de arte erudita e popular brasileira; pedido de indicação de técnico brasileiro em equipamentos de abatedouro; missão da Asbraer e da Embrapa, em 2012; cooperação na área de pequenos ruminantes; cultivo de mandioca; desenvolvimento de laboratório de pesquisa; recursos hídricos, no sentido de mudança climática; eventos extremos; água e conservação do solo; salinização das águas subterrâneas; escassez de água; planejamento de águas; recursos hídricos subterrâneos; hidrogeologia; intrusão de água do mar; e, finalmente, agricultura; agropecuária e alimentação escolar.

São essas as considerações, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que me cabia tecer.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Embaixador Sérgio Elias Couri.

Passo a palavra a S. Exª o Embaixador Paulo César Meira de Vasconcellos, indicado para chefiar nossa missão diplomática nos Emirados Árabes Unidos.

A palavra é de V. Exª.

O SR. PAULO CÉSAR MEIRA DE VASCONCELLOS – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, por intermédio de quem cumprimento todos os membros desta ilustre Comissão.

Gostaria de fazer um agradecimento especial à Senadora Vanessa Grazziotin, que muito me honrou ao aceitar a relatoria de minha designação para o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos.

Gostaria de agradecer a presença de meus colegas de Itamaraty que vieram aqui hoje e, em especial, do meu filho, Júlio Vasconcellos, que veio do Rio de Janeiro ontem apenas para prestigiar o pai aqui.

Sr. Presidente, os Emirados Árabes Unidos são um país com características muito especiais. É um país que tem apenas 42 anos; ele foi fundado apenas em 1971, da união de sete pequenos estados contíguos que ficam na margem ocidental do Golfo Pérsico.

É importante o mapa porque muito da realidade e das políticas do país é forjado a partir dessa sua localização geopolítica. Esses pequenos estados que então faziam parte de um protetorado britânico, com a descoberta do petróleo no final da década de 50 sofreram uma transformação radical: de pequenos estados pobres que viviam apenas da agricultura e que tinham uma organização política muito rudimentar, hoje em dia são uma grande potência econômica da área do Oriente Médio.

Esse país oferece para o Brasil oportunidades variadas e crescentes. Embora ainda seja pouco conhecido aqui no Brasil – as pessoas em geral conhecem Dubai, já estiveram em Dubai, já passaram por Dubai –, o país é um pouco mais além do que Dubai. Inclusive porque Dubai, que é o segundo emirado em importância – é o grande centro econômico e financeiro –, não é onde se localiza a maior parte da riqueza do país, porque o emirado mais rico é o Emirado de Abu Dhabi, que concentra 98% das reservas de petróleo.

Toda organização política dos Emirados Árabes se baseia nesse equilíbrio entre os vários emirados, entre o Emirado de Abu Dhabi, que concentra a maior parte da riqueza do país, o Emirado de Dubai, que é o grande motor da economia e do comércio, e dos outros pequenos emirados que vivem um pouco à sombra desses dois. Na organização política, o próprio Executivo, o presidente dos Emirados é sempre o emir de Abu Dhabi; o vice-presidente e primeiro-ministro é sempre o emir de Dubai. E o Executivo. nos Emirados Árabes, é o Poder forte. Não existe um Poder Legislativo; existe um Conselho Federal Nacional, que é apenas consultivo, e, na própria Corte Suprema, que seria o Poder Judiciário, a grande maioria dos seus membros são indicados pelo presidente da República.

A política externa é construída em função de três variantes. A primeira delas, a variante segurança. Como vocês podem ver pelo próprio entorno do país, os Emirados Árabes nasceram em 1971 sob a ameaça de que a Arábia Saudita poderia invadir essa região; daí a grande motivação de esses pequenos estados se juntarem numa federação.

Eles depois testemunharam a guerra Irã-Iraque, eles testemunharam a invasão do Kuwait pelo Iraque; eles hoje testemunham essa alegada tentativa do Irã de possuir armas nucleares. Então, o fator segurança é a principal vertente da política exterior.

É um país que faz aquisições de material de emprego militar constantemente. O Brasil, em ocasiões anteriores, já tentou participar das grandes licitações de material de emprego militar. Até o momento, não obteve nenhum contrato, principalmente porque nossa relação era ainda um pouco tímida, e eles tinham uma relação muito densa com países como Inglaterra, França e Suíça, que eram os grandes fornecedores. Eu estive nos Emirados Árabes há 27 anos, numa missão de três meses, e, desde então, voltei agora, quase 30 anos depois, e notei uma diferença; uma coisa como se você saísse do deserto e fosse para uma grande capital. Quer dizer, o país sofreu uma transformação enorme, e também as nossas relações. Eu me lembro de que, nesse momento, a Engesa levou para a prova lá aquele tanque Osório, que fez demonstração no deserto com um sucesso enorme, mas, no final, os Emirados decidiram comprar o tanque de um consórcio franco-suíço, pela aproximação política.

Hoje em dia, o Brasil está muito mais preparado para enfrentar essa concorrência. O Vice-Presidente dos Emirados está vindo ao Brasil no próximo dia 22 de abril, e, durante a visita do Vice-Presidente, será assinado um acordo de cooperação na área militar, que vai permitir maior intercâmbio de oficiais. E, com isso, pouco a pouco, vai haver maior entrosamento, maior conhecimento mútuo, e o Brasil vai poder participar desse mercado milionário.

As nossas relações comerciais com os Emirados também são altamente favoráveis ao Brasil. O comércio bilateral é de US$3,2 bilhões, dos quais US$2,6 bilhões são as nossas exportações. E as nossas importações são de apenas US$600 milhões. Quer dizer, nós temos um superávit anual de US$2 bilhões. Ou seja, não é uma coisa, na situação atual do nosso comércio exterior, desprezível.

Uma outra grande oportunidade que os Emirados Árabes oferecem ao Brasil é a de investimento em áreas de infraestrutura. O Fundo Soberano de Abu Dhabi, que é da ordem de aproximadamente US$800 bilhões, está sempre procurando oportunidades de investimentos em países do mundo, e eles têm um interesse muito grande de investimento no Brasil, muito grande.

Eles querem investir na área de portos. O Secretário de Portos já esteve em Dubai em 2009 e em 2010 e sentiu um grande interesse deles. O que está esbarrando nessa decisão deles de aumentar os investimentos é a inexistência ainda de um acordo de bitributação entre os dois países.

A comunidade brasileira nos Emirados é de aproximadamente 5 mil brasileiros – 4 mil situados em Dubai e aproximadamente mil, sendo a maioria em Abu Dhabi e uns poucos nos outros. A comunidade é formada de aproximadamente 300 funcionários das empresas aéreas – Emirates e Etihad –, entre pilotos, comissários de bordo, aeromoças e técnicos. Também há muitos técnicos, jogadores de futebol, vários brasileiros que trabalham nos hotéis e na área de turismo.

Uma coisa interessante é que existem 150 professores de jiu-jitsu brasileiro. O príncipe herdeiro de Abu Dhabi é faixa preta de jiu-jitsu brasileiro, teve aula com Renzo Gracie, que é um dos descendentes da família Gracie. E ele introduziu um programa nas escolas públicas de Abu Dhabi, em que, até 2015, todas as escolas vão ter que oferecer aulas de jiu-jitsu. E essa ligação dele com o Brasil através do jiu-jitsu faz dele hoje um grande defensor do aumento das relações com o Brasil. Ele acha que o Brasil é um dos parceiros do futuro para os Emirados.

Caso V. Exªs aprovem a minha designação para Abu Dhabi, eu pretendo atuar em duas áreas. Primeiro, na área comercial, como eu já disse, que tem muitas oportunidades. Há aproximadamente, hoje, umas dez empresas brasileiras com escritório nos Emirados Árabes, dentre elas, na área de bancos, Banco do Brasil e Banco Itaú; na área de empresas de engenharia, Odebrecht, Queiroz Galvão e Andrade Gutierrez; e várias outras, como Marcopolo, Embraer, Randon, Vale.

Há um número muito grande e muito amplo de empresas que estão lá e que precisam da Embaixada, principalmente como apoio político em casos de grandes licitações. A Odebrecht acabou de ganhar um contrato para a ampliação do aeroporto de Abu Dhabi. E há várias obras, estradas – o país está sempre crescendo, o país está sempre construindo. Então, é muito importante esse apoio político que a Embaixada pode dar em nome do Governo para as empresas brasileiras que participam dessas grandes licitações. Além disso, as próprias atividades de promoção comercial que são realizadas em coordenação com o escritório da Apex. A Apex, do MDIC, tem um grande escritório em Dubai e, em coordenação com a Embaixada, participa de feiras comerciais, dá apoio a missões comerciais – vários governadores de Estado estiveram lá com missões comerciais. Então, um objetivo desse apoio que a Embaixada pode dar na área comercial.

Outra área em que acho muito importante centrar minha atuação é de apoio à comunidade brasileira. A comunidade brasileira, de cinco mil brasileiros, parece que não é uma coisa muito grande, mas é uma comunidade muito organizada, muito vocal e tem vários desejos, várias necessidades, e uma delas é que a Embaixa-

da instale, que o Itamaraty instale uma seção consular em Dubai. Então, eu pretendo trabalhar no sentido de instalar essa seção consular em Dubai.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR.. PAULO CESAR MEIRA DE VASCONCELOS – Uma hora e meia, de carro. Quer dizer, todo brasileiro que quer renovar um passaporte tem que pegar o carro e ir até Abu Dhabi para fazê-lo.

Então, vai facilitar muito, principalmente para 80% da comunidade, que está em Dubai, eles terem esse serviço lá.

Outro programa que eu gostaria muito de implementar é um programa que o Departamento Cultural do Itamaraty mantém, que é de ensino de português aos filhos dos emigrados. Então, isso também é um pedido da comunidade, e eu pretendo estudar lá com a comunidade para que a gente possa fazer uma parceria para poder estabelecer esse programa de ensino de português para as crianças brasileiras nos Emirados.

As visitas de alto nível entre os Emirados são constantes. Desde 2007, já foram 25 ministros de Estado e 14 governadores de Estado aos Emirados Árabes; do Congresso Nacional, quase toda semana há algum Parlamentar, algum Senador, algum Deputado, que, de passagem, muitas vezes para a Ásia, decide aproveitar para conhecer os Emirados. E isso é muito importante, porque cada uma dessas visitas dá para a Embaixada a oportunidade de estabelecer e de descobrir novos campos, novos nichos de cooperação, às vezes do interesse do Estado, de um Senador ou de um Deputado. Então, essas passagens têm que ser monitoradas de perto, e é uma coisa que eu pretendo fazer – acompanhar, ver –, e muitas vezes vai aparecer um nicho de cooperação que nunca havia sido pensado.

Então, essa também é uma atividade que eu gostaria muito de priorizar.

Eu estou à disposição de V. Exªs para qualquer outro esclarecimento.

Eu acho que há vários temas aqui que eu ainda posso desenvolver mais, mas, para não atrapalhar o tempo, eu quase que consegui terminar exatamente no momento – foi um exercício difícil.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Embaixador Paulo Cesar Meira de Vasconcelos.

Passo a palavra a S. Exª o Embaixador José Mauro da Fonseca Costa Couto, indicado para chefiar nossa missão diplomática no Sudão. A palavra é de V. Exª.

O SR. JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço. Muito obrigado, membros desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. Obrigado também ao Senador Jorge Viana, por ter feito a relatoria de minha indicação.

Eu gostaria de agradecer a presença de meus colegas aqui – que vejo aqui ao fundo da sala e na lateral – e a oportunidade de estar aqui discutindo com os senhores uma plataforma de desenvolvimento de uma relação especial e mais profunda com o Sudão, que é um pouco o plano de trabalho que eu gostaria de desenvolver, caso os senhores aprovem a minha indicação para o posto.

Bom, eu gostaria de concentrar minha fala naquilo que considero mais relevante e que vai, necessariamente, permear todo o trabalho que vou desenvolver durante o tempo em que ficar no posto, caso, naturalmente, os senhores confirmem a minha indicação.

Apesar de o Brasil e o Sudão terem estabelecido relações diplomáticas em 1968, as relações só vieram a intensificar-se em meados dos anos 2000, muito em função do fato de o Sudão ter assinado um tratado de paz com o Sudão do Sul, pondo fim, então, a um longo processo de guerra civil que perdurou por 40 anos da história do país; um país jovem, que se tornou independente em 1956. Os senhores podem imaginar: são 60 anos de história até agora e 40 anos de guerra civil.

Esse conflito interno põe fim a um grande desgaste econômico do país e abre perspectivas interessantes para o desenvolvimento da nossa relação.

Em 2004, o Sudão abriu a sua embaixada em Brasília; dois anos depois nós abrimos a nossa. É uma embaixada jovem, portanto, com apenas oito anos de existência. E há uma lógica na atualidade para uma intensificação da nossa relação.

O Sudão identifica, na atualidade, o Brasil como um parceiro chave para o desenvolvimento de setores importantes da sua economia, principalmente aqueles que eles veem com maior potencial de crescimento a curto prazo, que são os de *agribusiness* e de mineração. Atualmente, por exemplo, 20% das fontes de renda do Sudão vêm do ouro, da exploração de ouro no País.

De outra parte, Cartum, sob o ponto de vista político, tem procurado países de relevo da comunidade internacional, atores que não impõem – e isso é extremamente relevante – condicionalidades para o desenvolvimento da relação bilateral.

O movimento de aproximação entre os dois países reflete-se na intensidade de visitas que nós temos recebido nos últimos três anos de altas autoridades do Sudão. Nesses últimos anos, portanto, nós recebemos cerca de uma dúzia de altas autoridades entre Ministros de Estado – o Ministro das Relações Exteriores esteve aqui duas vezes, o Ministro da Indústria esteve aqui duas vezes –, e isso tem dado muito corpo à perspectiva de uma maior intensidade das relações bilaterais.

Eles estabeleceram com o Brasil um comitê interministerial com ministérios chave. Com isso, temos uma moldura institucional que poderemos usar para aprofundar, com perspectivas de mais longo prazo, a nossa relação.

Em matéria de *agribusiness*, a parceria é considerada estratégica por eles e também por nós, naturalmente, e já há na atualidade a associação do Sudão com diversos grupos privados brasileiros que já estão explorando oportunidades naquele país. O primeiro deles e o mais relevante é o Brazilian Sudanese Agribusiness Corporation, composto pelo grupo Pinesso, do Mato Grosso, e pela empresa Tirolez, de São Paulo, com o governo sudanês, mais especificamente o Ministério da Agricultura.

O projeto, que foi firmado em 2010, e eu tive a grata satisfação de participar desse processo, porque foi no momento em que eu trabalhava no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e pude liderar a missão que foi ao Sudão e que partiu de Dubai para o Sudão. Nessa ocasião, eles firmaram um contrato que levaria o grupo, em seis anos, a alcançar 80 mil hectares plantados de algodão, milho, feijão, soja e arroz.

Na atualidade, eles já têm plantados 13 mil hectares, essencialmente de soja e algodão. Interessante saber que a produção de algodão lá é superior à nossa, sinal de que não existe um amplo potencial de crescimento para essa parceria.

Outra parceria muito importante é da empresa Irriger, de tecnologia de irrigação, que está apoiando o DAL Group e a Kenana Sugar Company na implantação de sistemas de irrigação e gerenciamento das culturas de arroz e cana-de-açúcar.

Há também a perspectiva de que possamos vender, no curto prazo, uma série de usinas de açúcar e de álcool para a Kenana Sugar Company, de nossa grande empresa produtora desse tipo de instalação industrial, que é a Dedini. A concorrência prevê a construção de 13 novas usinas de etanol e de açúcar, o que levará o Sudão a ser um dos grandes produtores de açúcar e de etanol do Planeta.

Outras parcerias interessantes nesse mesmo campo. O Governo do Estado de Goiás está em entendimento com o Governo da Arábia Saudita para investimento em agrobusiness numa área que o Sudão concedeu ao governo saudita de cinco mil quilômetros quadrados.

Outra empresa brasileira, a Aquavap, está desenvolvendo um projeto para criação e construção de uma cadeia integrada de produção de tilápias. Para apoiar esse esforço de aproximação no setor de agrobusiness, no campo da cooperação técnica, há um projeto que está sendo patrocinado pela ABC, em conjunto com o Instituto Pernambucano de Agricultura, com o objetivo de estabelecer uma biofábrica de multiplicação de mudas de cana-de-açúcar e, nesse mesmo projeto, o Sudão está disposto a dividir experiências em matéria de irrigação para a agricultura familiar, que é de nosso interesse, naturalmente.

O Governo do Distrito Federal estabeleceu uma parceria com a Prefeitura da cidade de Cartum e isso pode anunciar alguma cooperação também nesse setor. Outro projeto bastante interessante, que também deverá ser executado nos próximos tempos, é um projeto que prevê a criação de empregos para jovens em empreendimentos intensivos em mão de obra. Esse projeto está sendo financiado pelo Fundo Ibas.

Em matéria de energia, vale registrar que o Sudão deverá dar um grande salto com a perspectiva de construção das usinas de etanol e de açúcar na produção e financiamento de etanol. Na atualidade, o Sudão já exporta para a Europa etanol em grande quantidade e, no ano passado, chegou a exportar 5 milhões de litros de etanol para a Europa.

A Petra Energia, em parceria com a empresa sudanesa Sudapet, está fazendo exploração de petróleo *onshore*.

Há uma questão muito importante dentro da geometria de relação com o Sudão, que é a questão do reescalonamento da dívida do Sudão com o Brasil, e foi dado um importante passo para o adensamento das relações bilaterais quando o Sudão pôde receber – acho que foi em maio do ano passado, do ano retrasado – uma autorização para reescalonar a dívida com o Brasil, que era da ordem de US$44 milhões. Eles pagarão o remanescente da dívida que eles têm conosco em 12 parcelas. A última parcela será paga em dezembro de 2015.

Brasil e Sudão têm feito consultas políticas regularmente. Temos um mecanismo bilateral em funcionamento. O Senador Cristovam Buarque tem sido procurado por autoridades sudanesas para a criação de um grupo de amigos no âmbito parlamentar. Eu devo dizer que nós temos uma plataforma de cooperação bilateral bastante interessante com o Sudão, que deve promover suas primeiras eleições livres agora em abril do ano que vem. E há perspectiva da vinda ao Brasil de uma delegação sudanesa no curto prazo.

Naturalmente, há cooperação humanitária que nós estamos prestando ao país. Os senhores conhecem bem a situação de Darfur. E nós cedemos no passado elementos de nossas Forças Armadas para complementar o esforço de paz naquela região e naturalmente em outras regiões do país, mais especificamente na região de Abyei, que ainda é uma região disputada entre o Sudão e o Sudão do Sul.

No comércio bilateral, o Sudão é, com naturalidade, o 110º parceiro comercial do Brasil, 24º na África. Em valores, nós chegamos a ter US$100 milhões de comércio bilateral em 2008. Na atualidade, temos apenas US$53 milhões. Há perspectiva de crescimento a partir desses projetos que eu mencionei aos senhores.

As exportações são variadas. Elas são concentradas em semimanufaturados, principalmente açúcar, essencialmente insumos de perfumaria, goma arábica – o Sudão tem quase o monopólio de produção de goma arábica no Planeta.

Eu acho que, com perspectiva de futuro, se eu estiver podendo exercer a minha função de Embaixador em Cartum, eu terei a oportunidade de avançar na questão de construção de uma plataforma de exportação a partir do Sudão para máquinas brasileiras, quem sabe até com apoio de capitais árabes. E a Apex-Brasil – eu visitei o Presidente da Apex há algumas semanas – se dispõe a me ajudar nessa questão de criação de um armazém alfandegado no Porto do Sudão para a distribuição de máquinas na África Oriental.

Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores, como pôde verificar pela minha fala, existe uma base bastante firme para que as relações entre os dois países venha a decolar no curto prazo. Caso esta Comissão opte por confirmar minha indicação para a posição de Embaixador junto à República do Sudão, sinto-me estimulado a dizer que terei uma grande plataforma, uma grande base sobre a qual poderei trabalhar e desenvolver a relação entre os dois países.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Embaixador José Mauro da Fonseca Costa Couto, indicado para chefiar nossa missão diplomática na República do Sudão.

Desejo registrar com enorme prazer a presença entre nós do Sr. Embaixador Pedro Borio.

Nós temos aqui inscrita a Senadora Vanessa Grazziotin, a quem eu concedo a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Presidente Ferraço. Eu quero cumprimentar nossos embaixadores que aqui estão indicados para Santa Lúcia e para o Sudão, e o Embaixador Paulo Cesar Meira, de quem eu tive a honra, por designação do nosso Presidente, de proferir o relatório.

E quero desejar a todos, antes de tudo – não votei ainda, logo votarei, Sr. Presidente –, que tenham um bom trabalho. Eu fico muito encantada com a política de relações exteriores do Brasil, da diplomacia brasileira, que faz com que os senhores, dando este giro pelo mundo, consigam ter uma visão global e, dessa forma, tão bem representar o nosso País. E não só representar, mas trabalhar em prol do nosso País, da consolidação, do fortalecimento de alianças para, além de alianças comerciais, também alianças culturais.

Estivemos recentemente em Santa Lúcia, acho que eu participei da sabatina do embaixador que está lá ainda, e ele, por um tempo, serviu no meu Estado, o Amazonas, pelo Itamaraty, junto à Zona Franca de Manaus. Sei que o senhor, Dr. Sérgio, deverá dar continuidade a esse belo trabalho de relações cada vez maiores.

Mas eu quero me dirigir ao Embaixador Paulo César. O Embaixador vai, sem dúvida nenhuma, para um país muito importante. Basta dizer que é um dos maiores produtores de petróleo e de gás natural do mundo. Isso parece que ofusca outras questões que envolvem o Reino Unido Árabe; envolve, ofusca, porque é um país muito rico, porque é um país muito poderoso, porque é um país que tem uma proximidade como os Estados Unidos clara e objetiva. E isso ofusca o fato de lá não ser um país que preza pela democracia. E é aí que eu acho engraçado: por que alguns países, que nem são ditatoriais, que, aliás, têm regimes eleitorais, permanentes e tudo mais, esses, sim, são acusados de ditadores, de serem países que desrespeitam os direitos humanos; absurdos acontecem lá e nada se fala. É normal? É tudo muito normal.

Eu, por exemplo, como fiz o relatório, tive a oportunidade de ler mais. E ler, inclusive, manifestações de organizações não governamentais do mundo afora que denunciam o desrespeito aos direitos humanos, desrespeitam a trabalhadores de fora, que vão para lá trabalhar, mas isso a gente não lê pelos jornais. Esse tipo de ditadura parece que é aceitável. Ninguém reclama, ninguém fala, ninguém xinga. Não há ninguém que faça um ato de solidariedade, mas é um país que é o quinto maior produtor de petróleo do mundo, é o quinto maior produtor de gás do mundo.

Eu pergunto ao senhor, só a título de curiosidade. Quero lhe desejar isso tudo que eu estou falando, mas também sou uma defensora de que nossas relações sejam amplificadas, nossas relações comerciais, nossas relações culturais sejam amplificadas, mas, como cidadã, eu espero que lá também haja uma evolução, e que evolua muito a legislação no sentido de se respeitarem os direitos humanos, os direitos das mulheres, sobretudo.

Então vejam como é que é lá. O país é chefiado pelo primeiro ministro, é exercido pelo presidente da União e pelo Conselho de Ministros, chefiado pelo primeiro-ministro. O chefe de governo é escolhido pelo presidente e pelo Conselho Federal Nacional. O Conselho Legislativo é competência do Conselho Federal Nacional, que é composto por 20 membros, escolhidos pelo presidente e outros 20 membros sufragados por um restrito eleitorado. É como naquela época do passado no Brasil, em que só votava quem tinha dinheiro, Senador Pedro Simon, quem tinha posses. Quem não tinha posse e quem era mulher não podia votar, e lá é até hoje assim, mas ninguém fala nada. Falam muito da Venezuela; de Cuba, então, adoram falar de Cuba. Falam muito de Cuba, falam da Venezuela, criticam as relações que o Brasil tem com esses países, mas não criticam nada daqui.

Mas, enfim, eles são o quinto maior produtor de petróleo do mundo, o quinto maior produtor de gás natural do mundo, portanto, eles são poderosos, eles são muito ricos e são muito amigos dos americanos, que defendem os direitos humanos em Cuba, mas não defendem os direitos humanos aqui. E o Judiciário, da mesma forma, é exercido pela Suprema Corte, que também é nomeada por esse Conselho Federal Nacional, que é nomeada, a sua grande parte, dos Emirados Árabes Unidos – enfim, essas inúmeras denúncias de Organizações Não Governamentais.

Então, gostaria de perguntar tão somente a V. Exª, Dr. Paulo Cesar, se V. Exª pudesse nos informar – já que o Parlamento é composto por 20 membros, 20 escolhidos e 20 sufragados por um eleitorado, um colégio eleitoral muito restrito –, teria notícia de como é esse colégio eleitoral, quem tem o direito ao voto lá, para eleger a outra metade. O Senador aqui me deu uma dica, um dos fatores é que tem que ser lutador de *jiu-jitsu*, porque, se não for também, não pode. (*Risos*.) E, no mais, gostaria de desejar a todos os senhores um belíssimo trabalho!

E repito, fiz essas observações, porque me sinto na obrigação de fazer essas observações, como uma cidadã, uma mulher, defensora dos direitos humanos, e de mostrar o porquê que se tratam com dois pesos e duas medidas relações e países. Por quê? Pelo seu poderio econômico? Pela relação que esses têm com os grandes e poderosos do Planeta?

Enfim, é isso. Mas, no mais, gostaria de desejar um belíssimo trabalho a todos!

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Tomaria a liberdade de adicionar às questões levantadas, de maneira muito pertinente pela Senadora Vanessa Grazziotin, e pedir que V. Exª pudesse fazer uma abordagem sobre as questões políticas, na visão de V. Exª, as perspectivas, sobretudo do ponto de vista daquilo a que assistimos na região relacionada à Primavera Árabe, em 2011, se há expectativa de que, nesses países, também em razão de observarmos um *déficit* de democracia, se existe alguma expectativa em relação a isso.

E, para o Embaixador José Mauro, a Senadora Vanessa Grazziotin toca em um assunto relacionado a direitos humanos. E temos, no Sudão, também uma questão muito complexa: em 2009, o Tribunal Penal Internacional emitiu ordem de prisão contra Omar al-Bashir, que ainda é o Presidente do Sudão, pelo cometimento de crimes de guerra contra a humanidade. A ONU estima que aproximadamente 300 mil pessoas teriam morrido e milhões teriam ficado deslocadas de suas casas, de suas aldeias, de suas comunidades.

Enfim, o Brasil reconhece a jurisdição do Tribunal Penal Internacional. Ainda assim mantém, grosso modo, relações absolutamente normais e estabilizadas com o país, que é presidido, segundo o Tribunal Penal Internacional, por um genocida. Como se compatibilizam relações normais com um país que, em que pesem as suas contradições, que violenta, a todo momento, direitos humanos da pessoa? Gostaria que V. Exª pudesse fazer uma abordagem sobre esse tema.

E gostaria também de perguntar ao Embaixador Paulo Cesar Meira de Vasconcelos como que o Ministério das Relações Exteriores pode atuar, para corrigir algumas coisas que me parecem absolutamente equivocadas por parte do Governo brasileiro. Alguns países são considerados pela Receita Federal, pelo Governo Federal, como países que integram a chamada *black list,* a lista negra, de paraísos fiscais. Fico com a impressão de que alguns desses países, em que pese terem uma tributação no seu imposto de renda corporativo abaixo de 20 pontos percentuais, regra que identifica a Receita Federal, são importantes mercados para o nosso País, e a existência dessas listas negras, por parte da Receita Federal, tem impedido que o nosso País possa firmar acordos bilaterais na área da tributação. Isso é um impedimento na construção de um ambiente mais favorável a intercâmbios e a investimentos.

Eu cito uma fala recente do Diretor da BR Foods, que atua fortemente nessa região, que é uma multinacional brasileira de que nós devemos nos orgulhar, porque está presente hoje em muitos países.

A continuidade, por parte da conceituação desses países, leva à afirmação de uma importante companhia como essa no sentido de afirmar que ele não está atrás de paraíso fiscal, ele está atrás de mercado para seus produtos, para seus serviços.

Isso também acontece, por exemplo, em países como a Cingapura, que eu tive a oportunidade de recentemente visitar. Lá, conversando com importantes dirigentes de companhias como a Petrobras, como a Vale do

Rio Doce, como a própria BR Foods e a Embraer, constatei que a não existência de acordos bilaterais no campo da bitributação tem impedido o fluxo maior de investimentos.

A minha pergunta é a seguinte: como é que o Ministério das Relações Exteriores, como é que V. Exª, na condição de candidato a chefiar a nossa missão diplomática, pode atuar nessa direção para corrigir eventuais distorções? Porque alguns desses países são países com baixa tributação, e eu não sei se eles tributam com baixa tributação ou se nós é que tributamos além do que devíamos o cidadão e as pessoas jurídicas no nosso País.

É a pergunta que dirijo a V. Exª.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Quero, caro Presidente, Senador Eduardo Ferraço, desejar que tenha muito sucesso em suas respectivas missões com o Embaixador José Mauro da Fonseca Costa Couto, no Sudão, Paulo Cesar Meira de Vasconcelos, nos Emirados Árabes Unidos, e Sérgio Elias Couri, em Santa Lúcia.

Eu gostaria de informar que eu estive no Sudão, há cerca de três anos, para uma conferência de todos os ministros da área de desenvolvimento social e ali fui convidado para expor o desenvolvimento dos projetos de transferência de renda no Brasil, como o Programa Bolsa Família, agora com mais de dez anos, e a perspectiva de um dia chegarmos à Renda Básica de Cidadania.

Houve um interesse bastante grande por parte de todos os ministros e presentes. Eu continuo na divulgação deste tema. Vou encaminhar a cada um dos senhores uma palestra que recentemente preparei para estar presente em conferências que realizei, em janeiro e fevereiro, na Espanha, na Finlândia e no Irã e também para a conferência que ocorrerá no 15º Congresso Internacional da Rede Mundial da Renda Básica.

Eu gostaria até de perguntar ao Embaixador Paulo Cesar Meira de Vasconcelos se puder nos dar uma informação, sobre a sistemática que acredito seja vigente nos Emirados Árabes Unidos, onde, para os seus moradores originais, salvo engano, há uma forma de renda distribuída mensalmente a todos, mas não há um número tão grande de imigrantes que lá se instalam. Se puder nos dar essa informação, que resulta da sua riqueza tão significativa decorrente dos *royalties* do petróleo, eu agradeço e me coloco à disposição de estar discutindo esses assuntos.

Eu achei muito interessante que tenha nos informado a respeito do papel do judô. O senhor disse que uma pessoa da família Grace estimulou esse desenvolvimento tão significativo de haver ali 150 professores de judô. Não conhecia isso, mas é muito interessante. Também achei bastante interessante que a comunidade brasileira estimada lá seja de quase cinco mil pessoas. Por exemplo, no Sudão, que é um país tão grande, apenas 20. É uma presença muito significativa.

Agradeceria se pudesse nos dar uma breve informação de por que tantos brasileiros têm sido atraídos para ali realizarem trabalhos nas mais diversas áreas que mencionou.

Eu gostaria que nos desse uma informação mais precisa de em que medida há uma pacificação agora nas relações entre o Sudão, que é o norte, e o Sudão do Sul; se, tendo em vista os conflitos que aconteceram em anos recentes, presentemente começa a haver um entendimento adequado por parte dos dois lados.

O Embaixador Elias Couri poderia nos informar a razão de um dado que considero muito positivo em Santa Lúcia? A informação foi dada ao senhor. Para um país da América Latina e do Caribe chegar a ter um coeficiente Gini apenas de 0,42, isso é bastante positivo. O coeficiente Gini dos Estados Unidos é 0,47. A unidade da federação com maior índice Gini de desigualdade é o Distrito de Columbia, onde está Washington D.C., com 0,533, maior do que o nosso presentemente, que está em torno de 0,51. O lugar nos Estados Unidos onde há um índice menor que o de Santa Lúcia, o mais baixo, é o Alasca, exatamente decorrente da experiência de 30 anos havida lá, de um dividendo igual pago a todos.

Se puder me informar por que Santa Lúcia tem um coeficiente GINI relacionado a outros indicadores positivos que o senhor nos deu, eu agradeço.

Muito obrigado. Desejo sucesso aos três embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado ao Senador Eduardo Suplicy.

Passo a palavra ao Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Eu adianto, Senador Ferraço, o meu voto favorável aos três excelentes quadros na nossa chancelaria que se apresentam aqui hoje. Mas quero fazer algumas considerações a respeito do pragmatismo da nossa política externa, na linha da Senadora Vanessa Grazziotin.

Eu vejo que, em Santa Lúcia, nós temos uma plataforma de comercialização de petróleo e uma usina. Deposita-se petróleo brasileiro na conta de uma empresa americana e o movimento de petróleo supera o produto interno bruto do país. Então, o coeficiente GINI já não se torna, para mim, tão atrativo. Agora, nos Emirados, a situação é muito interessante também. Eu só não sugiro a substituição do nosso Paulo César Meira de

Vasconcelos pelo Hélio Grace porque, ao contrário de Abu Dhabi, em Dubai o filho do *sheik* é um aficionado pela equitação e pelo jogo de hóquei.

Então, teríamos aí uma indecisão diante de um judoca ou de um cavaleiro.

Mas o que caracteriza a existência dos Emirados é um desprezo profundo pelo trabalho. Trabalhadores que vêm de outros países não têm nenhuma garantia, não tem atendimento de saúde; se ficam doentes, são colocados dentro de um avião e mandados para o local de origem, um desrespeito absoluto em relação à mão de obra. E é um regime autoritário, centralizado, dominado pelos *sheiks* e pelo dinheiro. Mas está lá o nosso Brasil mantendo embaixada e administrando alguns interesses.

Já no Sudão a coisa é muito parecida com a África também. Nós começamos perdoando, através de uma regra de negociação generosa, uma dívida com o Brasil. Dirigido e comandado por um ditador, como colocou bem o Senador Ferraço, e nós estamos ali, pela descrição feita pelo nosso futuro embaixador, fundamentalmente, de uma maneira muito pragmática – para mim, não tanto agradável –, defendendo interesses do agronegócio brasileiro.

É uma política externa no mínimo estranha essa nossa. É a dominância absoluta do interesse de algumas empresas que têm gerenciado essas representações, essas aberturas de embaixadas, e isso me causa alguma espécie e, para mim, é de difícil explicação e de quase impossível aceitação – não a respeito do trabalho dos nossos três futuros embaixadores, mas eu tenho alguma dificuldade de entender um governo progressista com uma política tão pragmática e tão vinculada a interesses econômicos, com um desprezo absoluto, por motivações; e nos fizeram, entre outras coisas, no meu caso pessoal, por cinco vezes, apoiar o PT nas eleições presidenciais.

É só uma consideração, e eu não peço nenhuma resposta em relação a isso, para não constrangê-los.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Passo a palavra, então, pela ordem, aos Srs. Embaixadores Sérgio Elias, Paulo Cesar Meira e José Mauro, para que possam dialogar com as questões que foram levantadas aqui pela Srª Senadora e pelos Srs. Senadores.

O SR. SÉRGIO ELIAS COURI – Passarei a responder diretamente a pergunta que formula o Senador Suplicy, que é a que me foi dirigida.

Antes de tudo, esclareço que o Coeficiente de Gini é uma medida derivada da Curva de Lorenz, e, trocando em miúdos, esse coeficiente é uma medida da igualdade ou desigualdade existente em um país. Então, é um coeficiente de desigualdade. Essa é uma explicação muito sumária, enfim, caso seja necessário.

Eu acredito que, em Santa Lúcia, Senador Suplicy, não há uma razão única para que isso ocorra. Eu acho que há uma concorrência de fatores. Eu citaria, por exemplo, o fato de que lá os dois partidos políticos, os dois partidos que têm expressão política, são partidos trabalhistas, são partidos de trabalhadores – um mais conservador e um menos, mas são partidos laborais. Eu acho que isso representa um fator importante.

Eu acredito também que a população reduzida do país e a renda *per capita*, que é relativamente elevada – essa renda é de US$6,5 mil *per capita*, sendo que, se for considerado o poder aquisitivo, ela praticamente dobra –, como se sabe, quando a renda é mais folgada, a acomodação social fica mais fácil, e o Índice de Gini é um índice de acomodação social.

Vejo também certa significância na remessa de imigrantes. Como tive oportunidade de assinalar, são 20 mil imigrantes – 10 mil nos Estados Unidos, 10 mil na Inglaterra –, e essa remessa impacta no Coeficiente de Gini.

Agora, eu acho que a explicação de caráter institucional me parece relevante, porque Santa Lúcia, desde a sua independência, nos anos 70, tem observado uma alternância de poder normal, dentro das regras do jogo pluralista, entre dois partidos de orientação, de inspiração laboral. Isso permite uma composição; isso permite um diálogo. Não há rupturas políticas; não houve radicalismos políticos.

E acho que, nessa linha, o fato de que Santa Lúcia é uma ex-colônia britânica e, até hoje, um país membro da Commonwealth também tem a sua importância – porque, até o fim da Guerra Fria, foram muitos beneficiados pela sua condição de membros da Commonwealth. Mas continuam inspirados, esses países são muito inspirados pelo modelo político inglês. A última corte, a última instância judiciária em Santa Lúcia é Londres; há possibilidade de recurso a Londres.

E nós sabemos que a política inglesa, desde 1945, no final da guerra, quando Clement Attlee chegou ao poder, foi uma política, inicialmente, de socialização da Grã-Bretanha e que depois foi temperada também por uma alternância de poderes, sobretudo, pela chegada ao poder de Margaret Thatcher. E hoje o jogo político inglês também flui nessa ordem com medidas hora de caráter liberalizante, hora de caráter socializante.

De forma que eu acho que são esses os fatores que me parecem relevantes assinalar na resposta a pergunta que me faz V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Esse foi o Embaixador Sérgio.

Eu passo a palavra ao Embaixador Paulo Cesar Meira de Vasconcellos.

Antes, gostaria de comunicar, registrar a presença neste Plenário –, e, ao mesmo tempo, fazer a devida saudação –, da Embaixadora Eliana Zugaib, que teve sua indicação aprovada como embaixadora junto à Unesco; sua aprovação foi em 2013, aqui no Senado Federal. Seja bem vinda, embaixadora.

Embaixador Paulo Cesar.

O SR. PAULO CESAR MEIRA DE VASCONCELLOS – Muito obrigado, Srª Presidente.

Sobre a pergunta que a senhora fez, eu acho que todos que pensam nos Emirados Árabes e nas relações com o Brasil se deparam com essa dúvida.

Definitivamente, o país não tem, em seu governo, as características de uma democracia ocidental; não tem. Agora, o que deve ser levado em conta é que se trata de um país de apenas 42 anos. Os "emirates", que são os nacionais do país, há 50 anos, estavam andando de camelo, pescando e plantando tâmara. Eles tinham uma organização política extremamente rudimentar e viviam de uma economia de extração. Então, a primeira geração, que foi a que fundou o país, é claro que vivia de acordo com as tradições e a cultura de seus antepassados.

Essa segunda geração, que é a atual, já teve oportunidade de estudar no exterior, de ter mais contatos com pessoas de países diferentes, e isso vem evoluindo. Agora, essa evolução é muito lenta. Ainda vai demorar algum tempo para que os Emirados Árabes, e mesmo aqueles outros países ali do Golfo, atinjam um nível de democracia plena.

E, efetivamente, como a senhora disse, a própria estrutura do governo é a seguinte: o Executivo é o Presidente, que é o Emir de Abu Dhabi; o Vice-Presidente e Primeiro-Ministro, que é Emir de Dubai, que chefia um Conselho de Ministros e que recebe ordem dos dois. Existe o "Poder Legislativo", entre aspas, que é esse Conselho Federal Nacional e que não legisla; ele é apenas um órgão consultivo.

Esse Conselho Federal Nacional tem 40 lugares – 20 são indicados pelo Presidente e 20 são eleitos indiretamente, digamos assim.

Isso já representa uma melhoria, porque, antes, os 40 lugares eram indicados pelo Presidente. Eu acho que essa, inclusive, foi a única palpável melhoria no sentido de liberalização do governo após a Primavera Árabe.

No auge da Primavera Árabe, o governo dos Emirados prometeu realizar reformas, mas até agora nada de concreto aconteceu. A única coisa foi essa de que metade dos lugares desse Conselho Federal Nacional, que, volto a dizer, não é o Legislativo, é apenas consultivo, é agora eleita por um colégio.

Então, efetivamente, o objetivo de uma democracia ocidental vai caminhar aos poucos. Não é um país em que houve democracia depois. Não houve. Eles vieram do deserto e estão, pouco a pouco, tentando formar uma organização política mais liberalizante.

Outra pergunta, do Senador Suplicy – e a Senadora Vanessa também mencionou –, é sobre a população do país.

A população do país, de nove milhões de habitantes, é formada por 13% desses "emirates", que são os originários do país, únicos habitantes que têm a cidadania do país, e 87% são estrangeiros. Eu acho que não há outro país em que 87% da população seja estrangeira. E esses estrangeiros não têm direito à cidadania. Mesmo o filho de um estrangeiro que nasça lá não tem direito à cidadania.

Os estrangeiros só podem ficar no país se portarem um visto que, por sua vez, tem que estar ligado a um patrocinador, seja uma companhia, seja um órgão estatal, que os empregue. No momento em que termina o visto, ele tem que sair do país. Então todas as facilidades para os Emirados, como mencionou muito bem o Senador Suplicy, são estendidas apenas a esse um milhão de pessoas. Todos os empregos públicos são privativos dos "emirates", todas as companhias estrangeiras têm que ter 51% de propriedade de um "emirate", então muitos são contratados até ali só para figurar como executivos da companhia.

Então, efetivamente – e eu não posso dizer isso para todos –, eles não trabalham muito, os "emirates", mas os imigrantes trabalham muito, muito mesmo!

Os brasileiros que foram para lá foram em busca de boas oportunidades. Vários pilotos, comissários de bordo e aeromoças de companhias brasileiras como a Varig, que tinham uma grande experiência, e não tinham emprego, foram contratados pela Emirates e pela Etihad. Então, muitos dos antigos ex-pilotos da Varig estão hoje morando em Dubai ou em Abu Dhabi e trabalhando para as companhias.

Esses brasileiros – eu ainda não conheço a comunidade de lá – não têm o objetivo de ficar lá. Como é uma comunidade muito recente, eles vão com o objetivo de fazer uma economia e voltar. Problema poderá haver com o tempo se essa política rígida de concessão de nacionalidade continuar e várias gerações de estrangeiros estiverem no país.

Outro assunto que o Senador Ferraço levantou foi a inexistência de um tratado de bitributação.

Efetivamente, o Itamaraty tem feito todos os esforços junto à Receita Federal para ver até que ponto pode ser flexibilizada essa posição rígida com relação aos Emirados Árabes e a Cingapura também, como disse o Senador Ferraço, que estão nessa lista de paraísos fiscais que impedem o Brasil de ter um acordo de bitributação.

No caso dos Emirados, perdemos muito em investimento dos fundos soberanos públicos e privados dos Emirados, que querem investir no Brasil e deixam de fazê-lo pela inexistência do acordo de bitributação.

Uma das soluções que acho que devemos procurar é, pelo menos, dar início a uma conversa, ou seja, acho que funcionários da Receita com funcionários da Receita dos Emirados devem sentar-se e tentar explicar um pouco como é o regime tributário de cada país e, com isso, tentar encontrar alguma fórmula comum, até para que haja um acordo de bitributação se possível restrito; acordo de bitributação que cobriria apenas investimentos em infraestrutura em atividades produtivas, da infraestrutura do país e advindos de fundo soberano do Estado.

Então, acho que tudo isso pode ser conversado, mas a Receita Federal, quando tem um parecer contrário a um acordo de bitributação, vê apenas do ponto de vista tributário (se vai receber menos ou mais) e não vê no marco maior do interesse nacional, de receber investimentos e de ter uma relação mais estreita com economias com as quais o Brasil pode ter muito lucro.

Eu espero ter respondido a todas as perguntas, mas continuo à disposição.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Muito obrigada, cumprimentamos também o Embaixador Paulo Cesar Meira de Vasconcellos e passo a palavra imediatamente ao Embaixador José Mauro.

O SR. JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO – Muito obrigado, Srª Presidenta.

Eu vou começar pela pergunta que me foi formulada pelo Senador Ferraço.

Ele perguntava como é que o Brasil poderia compatibilizar as relações com um país que, na opinião dele e na opinião de alguns veículos de mídia, principalmente, violenta os direitos humanos.

Em primeiro lugar, e isso me parece bastante óbvio, a nossa geometria e lógica de relação com o Sudão não é necessariamente com os seus governantes na sua totalidade; ela é, principalmente, com o seu povo, com a nação, e, por isso, essa relação se dá com perspectiva sempre de mais longo prazo.

Esse é um comentário que faço *a priori*. E depois, em outra dimensão, vale a pena lembrar, e isso se aplica ao Sudão e também, de maneira geral, à África e ao Oriente Próximo, temos em nossa população 52% de afrodescendentes, e mais uns tantos outros milhões de descendentes de árabes. O Sudão, ao norte, hoje, capital Cartum, é essencialmente muçulmano, faz parte da Liga Árabe, mas, ao mesmo tempo, faz parte da União Africana.

Então, esses brasileiros que acompanham e participam, de forma mais ou menos ativa, do desenvolvimento de nossa relação com o continente africano e com os países do Oriente Próximo, são pessoas que veem com olhos muito construtivos essa aproximação entre o Brasil e essas regiões nesses países, por um lado.

Por outro lado, esses países, e nesse caso, principalmente os países africanos, olham para o Brasil como exemplo de um país onde prevalece a paz, onde prevalece o Estado de direito e que logrou sair do subdesenvolvimento para o estágio de avanço econômico, político em que está na atualidade, e gostariam muito de seguir alguns dos caminhos, das trilhas que o Brasil logrou perceber.

Esses brasileiros do lado de cá, por outro lado, quando se aproximam da África e do Oriente Próximo, veem, quando vão conhecer melhor suas raízes, que esses países são países que têm tradição, mais especificamente o Sudão, tem mais de dois mil anos de história. O Sudão, que era o Alto Egito, se impôs, militarmente e economicamente, ao Baixo Egito por séculos no passado. E, ao fazer esse exercício de aproximação com esses países da África e Oriente Próximo, esses cidadãos brasileiros acabam desenvolvendo um apreço pelo trabalho que o Itamaraty e o Parlamento brasileiro desenvolvem de aproximação com essas regiões, porque descobrem que são países que têm civilização, são países que têm muito a oferecer a nós.

Essa é minha resposta. Essa é minha reação a essa pergunta do Senador Ferraço. E diz respeito, tenho a impressão, ao essencial do que nós procuramos com a relação com o Sudão.

Em relação à colocação e à pergunta feita pelo Senador Suplicy... Muito obrigado, em primeiro lugar, Senador, pelos comentários que o senhor fez em relação ao trabalho que o Brasil tem feito com muita competência no campo do que estamos chamando agora de tecnologias sociais. Acho que elas serão extremamente úteis – já estão sendo – para o Sudão.

Em que medida há pacificação entre o norte e o sul na atualidade? Em julho do ano passado, logo antes de julho do ano passado, os dois presidentes, o Bashir e o Salva Kiir, encontraram-se e decidiram acabar com as pequenas escaramuças e disputas que havia na região fronteiriça, muito em função de os países hoje comporem um único *cluster*, uma única geometria de produção, refino e, digamos, distribuição de petróleo. O Sudão do Sul e o do norte, hoje, são vistos pela comunidade produtora de petróleo como um *cluster* produtor único, e as disputas entre os dois países, entre as duas regiões, os dois povos, se dava muito em função disso.

Então, Salva Kiir e Omar Bashir optaram por distender as relações de forma definitiva, de forma a retomar a produção de petróleo de forma mais fluida. E, logo em julho, Salva Kiir deparou-se com o seu primeiro obs-

táculo: ele conseguiu descobrir que o vice-presidente – de uma tribo rival, os Nuer –, Rieck Machar, pretendia, enfim, disputar a autoridade de Salva Kiir como presidente do país e dissolveu o governo.

Em dezembro passado, Salva Kiir tentou um golpe de Estado, militarmente, para remover Salva Kiir do poder, e, com o apoio da União Aricana, a questão está, digamos, estabilizada. O sul conseguiu retomar a produção de petróleo, e o norte tem apoiado o sul de forma tangível para que este recupere a sua produção de petróleo e tenha, de uma forma, digamos, serena, apoiado os movimentos que estão sendo feitos por Salva Kiir para resolver a questão no sul. Então, é interessante notar que essa crise que houve no sul provocou uma reaproximação mais intensa entre os dois países.

Esse é, essencialmente, o comentário que eu queria fazer, Senador, de forma a dar a informação mais recente que consegui levantar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Portanto, os dois lados, de alguma forma, estão chegando a um consenso sobre como a população de ambos os países, agora divididos – antes, eram sul e norte, não é? –, mas que todos possam partilhar da riqueza comum de ambos. É isso?

O SR. **JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO** – Exatamente. Isso é o que está acontecendo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Muito obrigado.

Uma solução mais eficaz será caminhar na direção da renda básica igual para todos os habitantes do norte e do sul.

O SR. **JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO** – Naturalmente.

Muito obrigado, Senador.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Cumprimentamos, da mesma forma, o Embaixador José Mauro da Fonseca Costa Couto e, de acordo, com o disposto no inciso IV do art. 32 da Constituição Federal c/c o § º do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a reunião será transformada em secreta.

Designo o Senador Eduardo Suplicy para atuar como Secretário e escrutinador da presente votação.

(A reunião torna-se secreta às 11 horas e 56 minutos e volta a ser pública às 12 horas e 06 minutos.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Então, vamos começar, porque tenho uma palestra por fazer agora na Embaixada.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – A reunião, portanto, está reaberta neste momento.

Eu quero comunicar a aprovação dos seguintes Embaixadores: Embaixador Sérgio Elias Couri, indicado para Santa Lúcia; Embaixador Paulo César Meira de Vasconcellos, indicado para os Emirados Árabes Unidos; e Embaixador José Mauro da Fonseca Costa Couto, indicado para o Sudão.

Em nome desta Comissão, do seu Presidente e dos Senadores e das Senadoras, eu quero cumprimentar os Embaixadores e desejar a todos êxito à frente das novas embaixadas onde servirão representando o nosso País.

Os Srs. Embaixadores estão autorizados a se retirarem para que possamos dar segmento á reunião, visto que há dois pontos de pauta ainda.

Muito obrigada a todos.

Parabéns!

Voltando à nossa pauta, item 4.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 343, de 2014
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e para os fins do disposto no artigo 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, de 1º a 10 de maio próximo, a fim de representar o Senado Federal em visita à China, na condição de membro do Grupo Parlamentar Brasil - China. Comunica ainda, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do país no período supracitado.

Eu gostaria de nomear o Senador Eduardo Suplicy como Relator *ad hoc*.

Senador Suplicy, peço a V. Exª que leia, de uma forma bem resumida, o relatório.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Trata-se de missão que o Senador José Agripino realizará como membro do Grupo Parlamentar Brasil-China, de 1º a 10 de maio, o que é plenamente justificável.

O meu parecer é pela aprovação do requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Senador Suplicy.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado, e a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Item 5.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 344, de 2014

Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, de 1º a 10 de maio próximo, a fim de representar o Senado Federal em visita à China, na condição de membro do Grupo Parlamentar Brasil - China.Comunica ainda, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do país no período supracitado.

O Relator era o Senador José Agripino.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Os dois Senadores que vão fazer a viagem como parte da visita oficial à República Popular da China são, respectivamente, o Senador Flexa Ribeiro e o Senador Cyro Miranda, o que é plenamente justificável.

Então, o parecer para ambos é plenamente favorável.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Perfeito.

Como já votamos o item 4 da pauta, Requerimento 346, do Senador Cyro Miranda, faço uma pergunta a V. Exª. O item 5 é o Requerimento 344, com o mesmo conteúdo, do Senador Flexa Ribeiro, pedindo autorização...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Ambos deverão realizar um trabalho de grande relevância...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Perfeitamente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – ... de 1º a 10 de maio, na República Popular da China. O parecer é favorável.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Portanto...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Boa viagem ao Senador Cyro Miranda e ao Senador Flexa Ribeiro.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Portanto, em discussão o Requerimento nº 344, de 2014.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento. (*Pausa*.)

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado o requerimento.

A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Nada mais havendo a tratar - e o nosso Presidente está aqui na sua sala também em reunião -, quero encerrar a presente reunião.

Muito obrigado a todas e a todos pela audiência.

(Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é tornada secreta às 11 horas e 56 minutos, volta a ser pública às 12 horas e 06 minutos e é encerrada às 12 horas e 10 minutos.)

ATA DA 15ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2014, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e nove minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e catorze, no plenário sete, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Cyro Miranda, Delcídio do Amaral, Randolfe Rodrigues, Gleisi Hoffmann, Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justificam ausência os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos. A Presidente declara aberta a Reunião e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Tem início a deliberação dos dois itens

constantes da PAUTA: ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 27, de 2014, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora CARMEN LÍDIA RICHTER RIBEIRO MOURA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Bulgária e, cumulativamente, na República da Macedônia." Sabatina Realizada. ITEM 2 – MENSAGEM (SF) Nº 28, de 2014, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MARCOS VINICIUS PINTA GAMA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Suécia e, cumulativamente, na República da Letônia." Sabatina Realizada. O Presidente convida a compor a Mesa a Embaixadora Carmen Lídia Richter Ribeiro Moura e o Embaixador Marcos Vinicius Pinta Gama. Usa a palavra o Senador Álvaro Dias, que solicita inversão de pauta para apreciação do item 3 da pauta; a solicitação é aprovada. É deliberado, então, o ITEM 3 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº36, DE 2014, de autoria do Senador Alvaro Dias, que "Nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, solicito que seja convidado a prestar depoimento nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Relações Exteriores, Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, a fim de discutir a atual situação da crise na Ucrânia e na Venezuela." Aprovado. A Presidente concede a palavra a cada um dos Embaixadores sabatinados para fazerem suas exposições. É aberto o processo de votação. A Presidente registra a presença do Embaixador Pedro Borio e do Secretário Rodrigo Baena do Ministério das Relações Exteriores. Usa a palavra o Senador Cristovam Buarque e o Senador Eduardo Suplicy. Os Embaixadores respondem os questionamentos apresentados. EXTRAPAUTA: ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 332 de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa, que "Concede pensão especial aos ex-integrantes do "Batalhão Suez"." A Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Eduardo Suplicy, que profere o Relatório. Lido o Relatório e encerrada a discussão, fica adiada a votação. A reunião é tornada secreta às onze horas e cinquenta minutos e reaberta às onze horas e cinquenta e três minutos. Atua como secretário o Senador Cristovam Buarque e como escrutinador o Senador Eunício Oliveira. A Presidente comunica a deliberação, pela Comissão, dos Embaixadores indicados. Nada havendo mais a tratar, a Reunião é encerrada às onze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Presidente Eventual e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senadora **Ana Amélia**, Presidente Eventual

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 27, de 2014
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora CARMEN LÍDIA RICHTER RIBEIRO MOURA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Bulgária e, cumulativamente, na República da Macedônia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Item 2 da pauta.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 28, de 2014
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da

Senhor MARCOS VINICIUS PINTA GAMA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Suécia e, cumulativamente, na República da Letônia.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatoria *ad hoc* do Senador Luiz Henrique.

Em 10 de abril, foram lidos os relatórios e concedida a vista coletiva para as matérias.

Convido para que tomem assento à Mesa a Embaixadora Carmen Lídia Richter Ribeiro, indicada para a República da Bulgária e, cumulativamente, à República da Macedônia; e o Embaixador Marcos Vinicius Pinta Gama, indicado para o Reino da Suécia e, cumulativamente, à República da Letônia.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Consulto V. Exª se não seria possível inverter e votarmos, rapidamente, já que não há contestação, o requerimento de convite ao Ministro de Relações Exteriores para falar na Comissão sobre a crise da Ucrânia e da Venezuela.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Sim.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº , DE 2014
- Não terminativo -

Nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, solicito seja convidado a prestar depoimento nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Exmo. Senhor Ministro de Estado de Relações Exteriores, Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, a fim de discutir a atual situação da crise na Ucrânia e na Venezuela.
Autoria: Senador Alvaro Dias

Passo a palavra ao Senador Alvaro Dias, para fazer a sustentação do requerimento.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia, recebemos recentemente a visita do Embaixador da Ucrânia no Brasil, acompanhando uma delegação de ucranianos oriundos do Paraná, especialmente, onde vivem cerca de 500 mil descendentes. E, na presença do Presidente desta Comissão, o Senador Ricardo Ferraço, fez-se um apelo para que esse assunto pudesse ser novamente debatido por esta Comissão. E a sugestão foi exatamente a de convidar o Ministro de Relações Exteriores, Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, a fim de discutir a situação atual da Ucrânia. E também, aproveitando a oportunidade da presença dele, já que, recentemente, recebemos aqui uma parlamentar da Venezuela, que colocou as questões referentes à crise venezuelana, podemos ouvi-lo também sobre a situação de crise na Venezuela, que tem sido debatida intensamente no Senado Federal.

É essa a justificativa para esse requerimento, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Em discussão o requerimento do Senador Alvaro Dias. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento do Senador Alvaro Dias.

Agradeço a V. Exª.

Quero informar também, apenas à guisa de esclarecimento, que o Embaixador recebeu a representação do Parlamento do Mercosul para tratar dessa questão da Venezuela. Ele foi extremamente transparente, mostrando o esforço feito no âmbito da Unasul quanto à mediação dos chamados garantes, que é liderada pelo Brasil, pelo Vaticano – há uma representação diplomática do Vaticano – e também pelo Equador e pela Colômbia, que fazem parte desse grupo que está acompanhando a Venezuela, os desdobramentos, sempre respeitando a soberania do país e as questões relativas ao relacionamento com o Brasil.

Portanto, penso seja oportuno também que o Embaixador, o nosso chanceler venha à Comissão de Relações Exteriores, porque a situação da Ucrânia inspira muitos cuidados.

Eu tive a oportunidade, Senador Alvaro Dias, de receber aqui a representação ucraniana, a maior parte dela. Inclusive, há um vereador de origem ucraniana em Curitiba, no Paraná. Eles manifestaram muita preocupação com a instabilidade que está havendo naquele país.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – É o Vereador Chico do Uberaba, de Curitiba.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – É o Chico do Uberaba, exatamente! Ele é muito ativo.

É muito interessante o fato de que todas as pessoas têm alto nível cultural. Citaram poetas ucranianos sobre a questão da liberdade e da democracia. É um país muito rico. Tive o privilégio de conhecê-lo. Lá fui mais de uma vez.

Então, penso que realmente é parte nossa, até porque, como disse V. Exª, há meio milhão de descendentes de ucranianos vivendo no Paraná. Então, temos responsabilidade e prestamos nossa solidariedade ao povo ucraniano.

Meus cumprimentos a V. Exª pela iniciativa, Senador Alvaro Dias.

De imediato, eu queria informar a todos os Senadores que está aberto o processo de votação. Vamos passar a palavra à Embaixadora Carmen Lídia Richter, para fazer sua exposição.

Como temos feito aqui, como sabemos da competência dos nossos diplomatas, especialmente daqueles guindados à representação oficial brasileira no exterior, costumo conceder dez minutos, porque, em geral, são muito habilidosos no manejo da palavra, o que faz parte do bom exercício da diplomacia.

Concedo a palavra a V. Ex por dez minutos.

Depois, eu a concederei ao Embaixador Marcos Vinicius Pinta Gama.

Já informei, Senador Alvaro Dias, que está aberto o processo de votação da indicação dos nossos embaixadores.

Então, com a palavra, a Embaixadora Carmen Lídia.

A SRª CARMEN LÍDIA RICHTER RIBEIRO MOURA – Bom dia!

Muito obrigada, Senadora Ana Amélia.

Obrigada, colegas e Senadores aqui presentes.

Eu gostaria de agradecer ao Senador Luiz Henrique da Silveira, que foi meu Relator, o Relator da mensagem pela qual a Senhora Presidenta Dilma Rousseff indica meu nome como Embaixadora na Bulgária e também na Macedônia.

Não quero decepcionar a Senadora Ana Amélia com relação aos dez minutos e à capacidade de síntese. Vou procurar me ater a esse tempo e mencionar alguns aspectos que acho mais relevantes em relação à Bulgária e também à Macedônia.

Quando olhamos para o mapa da Bulgária, já vemos que o país se encontra numa encruzilhada entre o Ocidente e o Oriente. Ao norte, faz fronteira com a Romênia; a oeste, com a Sérvia e a Macedônia; e ao sul, com a Grécia e a Turquia, sendo que o Mar Negro está a leste.

A Bulgária é um país importante dos Bálcãs. Como vimos agora pelo requerimento do Senador Alvaro Dias, a crise na Ucrânia, que começou especificamente na Crimeia, tem um impacto relevante na Bulgária.

O fato de que a Bulgária está nessa encruzilhada determinou, e ainda determina, em grande medida, a história do país. O país sofreu muitas disputas territoriais e influências as mais diversas, sobretudo por parte da Rússia, do Império Otomano e das potências ocidentais. O domínio otomano durou cinco séculos, de 1362 até o final do século XIX, 1877. E a Rússia teve um papel muito importante na Bulgária com relação à própria independência do país, que foi atingida em 1908, e em 1909 o Brasil reconheceu a independência búlgara.

Durante as duas guerras, houve as guerras balcânicas, e, na segunda delas, a Bulgária perdeu território, inclusive o da atual República da Macedônia. E depois, nas duas grandes guerras também, a Bulgária esteve aliada ao lado perdedor; ou seja, também teve perdas territoriais e econômico-financeiras.

Durante o período socialista, que foi de 1946 até 1989, eles viveram um socialismo. Em 1991, foi adotada a Constituição democrática, que está em vigor até hoje, que estabeleceu uma república com parlamento unicameral, de 240 assentos. No momento, o governo é de orientação socialista. Há quatro partidos representados no parlamento, o que significa que nem a coalizão nem a oposição têm maioria absoluta. Isso gera uma instabilidade política. E, também, o fato de 24% do eleitorado não estarem representados no parlamento faz com que haja um descontentamento, que está por trás dos atuais protestos de rua, que, no momento arrefeceram um pouco, mas ainda prosseguem na Bulgária, e causaram também a queda do governo anterior.

A população da Bulgária está diminuindo, está em torno de 7,2 milhões habitantes, justamente por causa das sucessivas crises econômicas e do grande fluxo emigratório do país.

Passando agora um pouco para a política externa, as forças que mais determinam a política externa búlgara são a União Europeia e a Rússia, mas tanto o governo anterior, de orientação centro-direita, como o atual, socialista, têm como política de Estado também incrementar as relações com outros países, inclusive com o Brasil, porque a Bulgária tem grande interesse em aumentar investimentos estrangeiros.

Com relação à União Europeia, existem alguns problemas. Eles aderiram, em 2007, mas não fazem parte do espaço Schengen nem da Zona do Euro. Eles são monitorados por um mecanismo de cooperação e verificação, que faz relatórios periódicos, e esse mecanismo verifica basicamente a reforma do Poder Judiciário, o combate ao crime organizado e o combate à corrupção. O último relatório, que foi em janeiro, concluiu que realmente não houve grande progresso em nenhuma dessas três frentes. Em consequência, o Parlamento Europeu, no dia 8 de abril passado, aprovou uma recomendação no sentido de que a Comissão Europeia reveja a política de concessão de fundos comunitários, de fundos estruturais, para a Bulgária. Isso deverá ter um forte impacto na economia e é uma fonte de preocupação muito grande para o governo búlgaro.

Com relação à Rússia, obviamente a influência histórica da Rússia na Bulgária ainda permanece, muito embora eles tenham aderido a mecanismos como União Europeia, OSCE (Organização para Segurança e Cooperação na Europa) e Otan (***Organização do Tratado do Atlântico Norte)***, e há uma dependência também muito grande em relação ao gás. O gás importado pela Bulgária passa pela Ucrânia. Por essa razão, além do fato de que 300 mil búlgaros vivem na região que foi a Bessarábia, que hoje está na Ucrânia, Odessa, eles têm uma preocupação bastante grande com o desenvolvimento da crise ucraniana.

Em relação ao Brasil, o Brasil reconheceu, como eu disse, a independência búlgara em 1909 e estabeleceu relações diplomáticas em 1934. Portanto, há 80 anos. Mas durante a guerra, em 1943, as relações foram suspensas. Em 1961, foram retomadas, mas, durante a Guerra Fria, não houve grande aproximação entre Brasil e Bulgária.

Nos últimos anos, ocorreu um fato também muito relevante: os laços familiares da Presidente Dilma Rousseff com o país. O pai dela e um meio-irmão eram búlgaros. Ela fez uma visita àquele país, em outubro de 2011, onde foram iniciadas algumas ações e retomadas outras para maior aproximação com a Bulgária. Um dos aspectos de que ela tratou foi a possibilidade de uma cooperação em temas sociais, uma vez que a população da Bulgária, sobretudo as minorias turca e romana, são 49% da população; ou seja, metade está ameaçada de pobreza séria. Essa cooperação teria, então, uma perspectiva bastante boa com a Bulgária. E o Brasil, com a experiência que adquiriu nessa área, também poderia contribuir com isso.

Outros temas importantes são o tema econômico. Como eu disse, a Bulgária tem muito interesse em investimentos estrangeiros e na parte de educação e cultura, que também tem andado bastante bem. A Universidade de Sófia tem um curso de Português há 20 anos e também a Universidade Veliko Tarnuvo tem curso de Português. E nós temos feito lá festivais de cinema, publicações de livros, uma série de ações para aumentar a presença do Brasil naquele país.

Na parte de comércio, o comércio é pequeno e se ressente das barreiras da União Europeia, mas também haveria espaço para se estudar algum incremento no comércio bilateral.

Há diversos acordos em negociação com a Bulgária, mas eu acredito que, independentemente da aprovação desses acordos, muitas ações poderiam já ser feitas.

Em resumo, com relação à Bulgária, eu acho que o meu trabalho lá seria realmente lutar pela aproximação maior entre os dois países nas áreas política, cultural e educacional; na área social, em que ainda não há cooperação; retomar a negociação dos acordos bilaterais pendentes; e, obviamente, o ponto de observação estratégica, com relação à Crimeia, ao Kosovo, também tem bastante importância para o Brasil – como ator global, nós favorecemos o fortalecimento do multilateralismo. Enfim, há uma série de assuntos importantes a tratar com a Bulgária.

Com relação ainda à Macedônia, eu não sei se já esgotei o tempo, mas...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Três minutos.

A SRª CARMEN LÍDIA RICHTER RIBEIRO MOURA – Três minutos, eu acho que daria tempo. A Macedônia é uma das ex-repúblicas da antiga Iugoslávia, e eles declararam independência em 1991. É um país bastante pequeno, 2 milhões de habitantes, mas tem um índice altíssimo, 30%, de desemprego.

Eles tiveram uma guerra civil em 2001, que foi resolvida pelo Acordo de Ohrid, mas até hoje persistem fortes tensões étnicas, entre as etnias eslavo-cristãs e as etnias albanesas islâmicas. Há 360 mil refugiados, que saíram do Kosovo para lá, e isso, numa população de 2 milhões de habitantes, é bastante forte.

Com relação às relações bilaterais, o Brasil reconheceu a independência em 95, e nós estabelecemos relações em 98.

O comércio bilateral é pequeno, mas nós exportamos carne bovina e frango, e haveria espaço para colocação de produtos manufaturados brasileiros uma vez que a Macedônia ainda não é parte da União Européia, e, portanto, as barreiras fitossanitárias e outras não afetam o comércio bilateral.

No ano passado esteve aqui o Primeiro-Ministro da Macedônia e também, embora seja um país bastante pequeno, para o Brasil, a importância de ter uma embaixada lá, cumulativa com Sófia, é justamente aumentar

a nossa presença nos Bálcãs e também estar presente num país que pertenceu à ex-Iugoslávia e que poderá contribuir para a estabilidade da região.

Muito obrigada, Senadora.

Era isso que eu tinha a dizer.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – A senhora foi precisa e ainda ficou com crédito de 1 minuto e 15 segundos. A senhora lembra uma figura de que nós, gaúchos, gostamos muito, que é Lya Luft – o tom de voz, a forma física também e a elegância no trato da palavra. E escreve muito bem. Então, Embaixadora, a senhora me reporta uma pessoa que eu quero bem.

(Soa a campainha.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Agora, a campainha veio para mim. É a vingança da campainha.

Mas parabéns pela sua exposição, bastante clara.

Passo a palavra de imediato ao Embaixador Marcos Vinicius Pinta Gama, que vai para a República da Letônia.

O SR. MARCOS VINICIUS PINTA GAMA – Exmª Srª Presidente, Senadora Ana Amélia, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a V. Exª por minha relatoria e também pela oportunidade de comparecer pela primeira vez perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, o que muito me honra evidentemente.

Cumprimento minha amiga de muitos anos, Embaixadora Carmen Lídia, os colegas do Itamaraty aqui presentes, na pessoa do Embaixador Pedro Borio, também do Ministro Rodrigo Baena, que é o nosso encarregado de defesa no Itamaraty.

Trabalho atualmente em Londres, como representante permanente do Brasil junto aos organismos internacionais sediados no Reino Unido. São sete organismos, sediados naquele país, e, num deles, a Organização Internacional do Café, tivemos a oportunidade de contar com a participação importante do Presidente desta Comissão, Senador Ricardo Ferraço, nos trabalhos da OIC e também na eleição do seu diretor-executivo, o brasileiro Robério Oliveira Silva.

A Excelentíssima Senhora Presidente da República houve por bem submeter ao Senado a minha indicação para a Embaixada do Brasil no Reino da Suécia, cumulativa com a República da Letônia, e eu tentarei aqui apresentar, brevemente, um panorama geral e também prospectivo das relações com esses dois países, sem me ater, evidentemente, aos dados sobre política interna, economia e comércio, que já figuram na mensagem presidencial e nos anexos que V. Exªs já receberam.

A Suécia é uma monarquia constitucional estável, dotada de uma economia altamente desenvolvida, um sistema avançado de garantias sociais e é governada por uma coalizão chamada Aliança pela Suécia, formada por partidos de centro-direita, que governa o país desde outubro de 2006, tendo à frente o Primeiro-Ministro Fredrik Reinfeldt, do Partido Moderado.

As próximas eleições parlamentares ocorrerão em setembro deste ano.

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Suécia são muito antigas, datam de 1826, e sempre se caracterizaram pela cordialidade. Mas o relacionamento econômico se intensificou, notavelmente, ao longo das últimas décadas, e, hoje, acredito, estão dadas as condições para um salto qualitativo nas relações bilaterais.

Nós dispomos dos instrumentos jurídicos necessários – já se encontram em vigor ou em fase de internalização nos dois países. Eu não pretendo aqui relacionar os convênios existentes, que são muitos, mas talvez mencionar alguns. Um acordo de cooperação econômica industrial e tecnológica de 1984; os mais recentes: um memorando de entendimento sobre cooperação na área de bioenergia, incluindo biocombustíveis, que é uma área bastante promissora, é um memorando de 2007; um protocolo adicional sobre cooperação em alta tecnologia industrial inovadora, de 2009; um memorando de entendimento sobre estabelecimento de mecanismo de consultas políticas, de 2009; e um memorando de entendimento para parceria e diálogo sobre desenvolvimento global, de 2012.

Finalmente, eu não poderia deixar de mencionar os dois instrumentos mais recentes, que foram assinados neste mês, por ocasião da visita a Estocolmo dos Ministros da Defesa e do Gabinete de Segurança Institucional, que é o acordo-quadro de cooperação em defesa, que é um acordo guarda-chuva, que permite a celebração de convênios específicos no campo da defesa, e um acordo sobre a proteção das informações classificadas, que permite que os dois Estados protejam seus segredos industriais e possam, portanto, engajar-se numa cooperação industrial mais ampla.

Soma-se a esses acordos um plano de ação de parceria estratégica, assinado em 2009; a cooperação em ciência, tecnologia e inovação pode também se incrementar pelo oferecimento de vagas para bolsistas brasileiros em universidades suecas. A Suécia ofereceu 1,6 mil vagas para bolsistas do Programa Ciência sem Fronteiras.

E nós observamos que, no plano político estratégico, o Brasil e a Suécia apresentam uma forte convergência em áreas como promoção da democracia, proteção dos direitos humanos, a governança da internet – um assunto tão recente e à luz da reunião que se encerra hoje em São Paulo –, a redução da pobreza, a preservação da paz e da segurança internacionais.

A parceria estratégica bilateral se sustenta em vários fatores. Primeiro, pelo fato de a Suécia não constituir uma potência militar intervencionista, por não possuir um passado colonial e não pertencer a alianças militares, como a Otan. A Suécia não participa de guerras há 200 anos e soube adotar uma postura neutra nos grandes conflitos mundiais e na Guerra Fria. Mas esse esplêndido isolamento, evidentemente, tem um preço, que foi o desenvolvimento de uma indústria de defesa de ponta no país.

A Suécia ingressou na União Europeia em 1995, mas a adoção do euro foi rejeitada em referendo em 2003.

Falando um pouco das relações com o Brasil, é histórica, é importantíssima a contribuição do capital sueco ao desenvolvimento brasileiro. O Brasil abriga mais de 200 empresas suecas. Fala-se de São Paulo como, talvez, a terceira cidade industrial sueca após Estocolmo e Gotemburgo. Foi também criado um centro de inovação Brasil-Suécia em São Bernardo do Campo. O intercâmbio bilateral é um intercâmbio importante, mas deficitário para o Brasil, e, certamente, é uma área em que podemos fazer um maior esforço para equilibrar a balança comercial, que também é agravada pela remessa de lucros das empresas suecas instaladas no Brasil.

Há também, acredito, forte possibilidade de ampliação do intercâmbio bilateral na área de biocombustíveis, em que a Suécia pode apoiar a transformação do etanol em *commodity* global e abrir o mercado europeu, no momento em que a União Europeia discute novos mandatos para biocombustíveis. Também na área de biocombustíveis de segunda geração, há uma possibilidade importante de cooperação.

Vejo agora que tenho três minutos. Não sei se os minutos que a Embaixadora Carmen Richter não utilizou podem ser transferidos para mim; caso não possam, vou entrar, talvez, no tema mais importante no momento, que é a cooperação bilateral em matéria de defesa, à luz da decisão do Governo brasileiro, em dezembro de 2013, de selecionar o avião de caça Saab-Gripen NG, no contexto da concorrência FX-2. Esse é um contrato importante, da ordem de US$4,5 bilhões, e a escolha recaiu sobre uma aeronave de menor custo e de alto desempenho, comercializada em três continentes, em países como África do Sul, Tailândia, República Tcheca, Hungria e, mais recentemente, a Suíça. Essa aquisição dos Gripen se dará com ampla transferência de tecnologia, com fabricação conjunta dessas aeronaves, tanto para o mercado brasileiro, quanto para o mercado regional. Acredito que nós devemos pensar nesse projeto Gripen como a nossa graduação para projetar e construir nosso próprio avião de caça no futuro. Uma política inteligente de *offset* também deve trazer compensações importantes para o Brasil, tanto no campo aeronáutico, quanto em outros setores. No curto prazo, também será necessário tratar do empréstimo de aeronaves para preencher a lacuna deixada pelo descomissionamento dos Mirage 2000 na Base de Anápolis, e, certamente, há outras perspectivas de negócio com outras forças – Exército, Marinha.

A cooperação em defesa cibernética também pode ser um ponto importante, e há uma adidância de defesa que está sendo estabelecida em Estocolmo. Ela operava em Londres e, no final do ano, deve ser instalada em Estocolmo.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS VINICIUS PINTA GAMA – Eu tenho mais um minuto e vou procurar finalizar, apenas dizendo que isso tudo não significa que haverá um foco exclusivo em defesa. Evidentemente, caso aprovado, eu procurarei trabalhar por uma parceria estratégica genuína, que pressupõe uma visão compartilhada do mundo, uma interação entre as sociedades. E isso se dá, entre outras coisas, pela cooperação cultural, educativa. A área desportiva também é uma prioridade na defesa dos interesses da comunidade brasileira na Suécia.

Será que eu teria mais um minuto? (*Pausa*.)

Obrigado, Senadora.

Apenas para acrescentar em relação à Letônia, que a República da Letônia alcançou novamente sua independência em 1991; aderiu à União Europeia e à Otan em 2004. Adotou o euro recentemente, em 1º de janeiro e pretende também ingressar na OCDE, reforçando suas credenciais junto ao Ocidente. E a política externa letã evidentemente prioriza as relações euro-atlânticas e, no caso, o alinhamento com os Estados Unidos responde a preocupações defensivas em relação à Rússia. O tratamento das minorias russas na Letônia constitui o principal ponto de atrito entre Riga e Moscou.

A Letônia também é governada por uma coalizão de centro-direita. As próximas eleições serão em outubro de 2015 e o que eu posso dizer, resumindo, é que as relações entre o Brasil e a Letônia são ainda incipientes, havendo um grande desconhecimento mútuo que devemos, aos poucos, procurar eliminar.

A Letônia gostaria de se tornar um centro logístico de distribuição de produtos brasileiros nos países vizinhos e na Ásia Central. Essa é, talvez, uma ideia que possa ser explorada no futuro, com a intensificação de visitas.

A comunidade brasileira lá é extremamente pequena – são 30 brasileiros –, mas a população brasileira de origem letã é de 20 mil habitantes no Brasil.

Então, eu gostaria de encerrar aqui, Srª Presidente, agradecendo a atenção e me colocando à disposição para responder a quaisquer perguntas.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Embaixador Marcos Vinicius Pinta Gama, que vai representar o Brasil no Reino da Suécia e, cumulativamente, na República da Letônia, o senhor irá substituir uma Embaixadora da maior qualidade – falo isso como Senadora do Rio Grande do Sul; o Senador Simon compartilha dessa mesma posição e pensamento –, a Embaixadora Leda Lucia Camargo, uma brilhante profissional que serviu em Moçambique, República Tcheca e também no Reino da Suécia, onde teve uma atuação importante junto com o nosso chanceler, o nosso Ministro da Defesa, Celso Amorim, e o Comandante Juniti Saito na questão do acordo referido por V. Exª na Saab Gripen para o caça que vai fazer a transferência tecnológica, dando um *upgrade*, eu diria, para a indústria aeronáutica brasileira. Isso é realmente muito importante.

Queria agradecer aqui também a presença do Embaixador Pedro Borio; do Ministro Rodrigo Baena, que nos dá a alegria da sua visita, voltada à área de defesa; ao Ministro Aldemo Garcia; ao nosso Rodrigo, também da secretaria, que atende a área de assessoria parlamentar.

Eu queria, à luz do que disse a nossa Embaixadora Carmen Lídia, perguntar: a senhora fez referência às restrições existentes, às barreiras, melhor dizendo, na Bulgária, por pertencer à União Europeia, às questões fitossanitárias. Estamos às vésperas da assinatura de um acordo Mercosul-União Europeia. Eventualmente a assinatura desse acordo pode destravar algumas restrições nesse campo, a partir desse acordo?

A outra questão é a seguinte: na sua exposição, eu anotei aqui, a senhora falou sobre a dependência de algumas regiões da Bulgária à Rússia e também da dependência do gás natural que vem pela Ucrânia para abastecer o mercado búlgaro, o território búlgaro. Essa relação de intimidade, pelo menos de algumas regiões da Bulgária com a Rússia, pode, em algum momento, ampliar as tensões na região, tendo como base a Ucrânia e o que está acontecendo hoje? É a indagação que eu faço para a senhora.

No caso da Macedônia, a senhora lembrou aqui a questão de frangos. Como a Macedônia não está no mercado europeu, na União Europeia, ela não tem as mesmas barreiras fitossanitárias. Houve alguma manifestação? Porque eu sou de um Estado, o Rio Grande do Sul, que é produtor de frangos, tem uma boa indústria; o Paraná, da nossa querida Senadora Gleisi Hoffman, também, assim como Santa Catarina, do nosso Senador Luiz Henrique, que foi seu Relator *ad hoc* – cabia a mim relatar a sua indicação –, que é de Santa Catarina. Esse espaço é um espaço importante.

E, para o Embaixador Marcos Vinicius: o senhor falou das 1,6 mil vagas do programa Ciência sem Fronteiras que é, talvez, hoje, a menina dos olhos numa relação de integração, sobretudo envolvendo os universitários brasileiros. A língua sueca é muito difícil – é evidente que talvez sejam alunos para a língua inglesa; então, fez uma referência interessante na questão da bioenergia.

Estive duas vezes na Suécia e percebi que o país tem uma política de grande envolvimento com as questões ambientais. Houve um determinado momento em que a Suécia estava importando etanol do Brasil para ter a chamada energia limpa. Só que começou uma propaganda contra o Brasil, afirmando que a cana estava sendo produzida na Amazônia, e isso acabou impactando negativamente na questão. Perguntaria ao senhor se isso está resolvido, se foi apenas uma falta de informação adequada sobre a produção brasileira de etanol. Então, é essa a questão.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Srª Presidente, Sr. Embaixador, Srª Embaixadora, eu tenho, em minhas participações nesta Comissão, evitado fazer perguntas específicas sobre o país, mas tentado colocá-los no cenário mundial, no cenário global; ou seja, quais problemas o mundo enfrenta e como a posição do Embaixador do Brasil em um país pode afetar? Então, eu fico sempre curioso: o que esse país pode ter, por exemplo, e aparentemente não é o caso de vocês dois, a ver com o problema do terrorismo? Esse assunto eu já descarto, a não ser que queiram falar. Mas eu não vejo problema nem na Macedônia nem na Suécia.

Mas e os outros problemas? Problema dos recursos naturais. São países sujeitos a problemas ambientais? Comércios ilícitos não são o mesmo que droga. Droga é o consumo. Comércio ilícito é o que existe hoje: de mulheres, de crianças para adoção, de órgãos. Outro problema é o armamentismo, de países cuja economia depende da venda de armas. E aí, talvez, um pouquinho tenha a ver com a Suécia no que se refere aos aviões,

aos caças. Há o problema da educação, da contribuição para melhorar o nível de educação, ciência e tecnologia no mundo inteiro. Até que ponto esses dois países podem colaborar nesse sentido?

Também aí, creio que a Macedônia até pode fazer algo, que é no nível da cultura. Como o Embaixador do Brasil, a Embaixadora presente... A região mesmo, não só a Macedônia, pode fazer o Brasil tirar proveito de um avanço cultural, utilizando os recursos que existem nesses países.

Então, eu gostaria de ver como é que cada um percebe o papel do Embaixador do Brasil nesses países, diante dos grandes problemas que a humanidade enfrenta globalmente. Eu citei alguns, mas, obviamente, estaria muito aberto e contente que trouxesse outros problemas que eu não citei.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Concedo a palavra à Embaixadora Carmen Lídia e, depois, ao Embaixador Marcos Vinicius.

A SRª CARMEN LÍDIA RICHTER RIBEIRO MOURA – Muito obrigada por sua pergunta. Com relação ao acordo Mercosul-União Europeia, eu não estou informada dos detalhes da proposta brasileira, mas suponho que, sim, deverá haver um impacto positivo em relação às barreiras fitossanitárias, porque uma das questões básicas é a agrícola. Então, eu imagino que deverá, sim, haver um impacto positivo.

Com relação à dependência do gás natural que é importado pela Bulgária, que vem via Ucrânia, realmente é um problema. E o governo búlgaro está bastante preocupado com isso. Eles têm também o projeto South Stream, que é um outro gasoduto, o qual, inclusive, não é muito aprovado pela União Europeia, mas eles vão continuando a obra e estão fazendo isso em conjunto com a Rússia. Então isso, de certa maneira, atenua um pouco a questão, o problema.

Quanto às tensões na região, certamente também, estão aumentadas devido à crise ucraniana e também porque existem... O Ministro Kristian Vigenin, ministro das relações exteriores da Bulgária, esteve recentemente na Ucrânia, visitando a comunidade búlgara. A Bulgária faz parte da OSCE, que é a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa –, e a OSCE tem a missão de acompanhamento do acordo de Genebra, que foi celebrado em 17 de abril, está acompanhando a situação no leste da Ucrânia. Realmente tem havido escaramuças, mortes; enfim, acredito que ainda falta bastante para ser equacionada essa questão no leste da Ucrânia.

Com relação à Macedônia, à questão sobre a exportação de carne bovina e de frangos, exportamos 32 milhões. Ainda é um montante pequeno, mas, tanto para a região do Kosovo... Nós não reconhecemos a independência do Kosovo, mas exportamos; o mercado "kosovar" é abastecido por carne brasileira, e haveria espaço para aumentar um pouco essas exportações, mas, como é um país pequeno, acredito que haja mais espaço para alguns produtos manufaturados brasileiros na área de odontologia ou microônibus, produtos desse tipo.

Espero ter respondido a sua pergunta, Senador.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Já que a senhora abordou o microônibus, nós temos, no Rio Grande do Sul, precisamente em Caxias do Sul, a Marcopolo, que hoje é talvez a mais globalizada das empresas, operando em vários países. Então, acho que eles deveriam procurar explorar esse mercado, que é muito importante também, apenas à guisa de informação.

A SRª CARMEN LÍDIA RICHTER RIBEIRO MOURA – Caso aprovada, eu pretendo também fazer esses contatos.

Com relação às perguntas do Senador Cristovam Buarque, só queria lembrar que ele foi meu professor de Economia no Instituto Rio Branco nos idos de 1979. Realmente, se eu aprendi alguma coisa de Economia, foi muito graças às aulas do Prof. Cristovam.

Agradeço suas perguntas, Senador, porque tocam em problemas que afetam a todos.

Na questão do terrorismo, bom, o terrorismo é um tema bastante complexo. Até hoje, nas Nações Unidas, não houve um acordo sobre a definição do que é um ato terrorista. Então, o que há são convenções sobre atos específicos.

A Macedônia é, sim, afetada por terrorismo. Os acordos de Ohrid, de 2001, resolveram em parte a guerra civil. Mas a OSCE também mantém uma missão permanente em Skopje (Escópia), que cuida de verificar se a segurança, realmente, se a conservação da paz está prosseguindo. Mas há essa preocupação ainda também na Macedônia.

Na Bulgária, o que há são os protestos de rua, que prosseguem. Num primeiro momento, eles foram causados pela carestia e pelos problemas da transição do regime socialista para o capitalismo, mas, hoje em dia, eles também são devidos a essa falta de representatividade de 24% do eleitorado no parlamento.

Bom, com relação aos problemas ambientais, a Bulgária sofreu muito também pelo uso de pesticidas, por exemplo, uso indiscriminado de pesticidas, o que destruiu boa parte dos recursos naturais. Esta é também uma preocupação que o governo tem: recuperar essa parte.

A parte de educação, ciência e tecnologia eu acho bastante importante. O setor de educação na Bulgária tem sofrido muito por causa da economia. O número de professores no país tem diminuído, mas ainda há algumas áreas de excelência. Eu sei que, na parte de engenharia de materiais, há algumas áreas em que nós poderíamos procurar uma cooperação e, do ponto de vista da promoção cultural, dos cursos de Português que existem na Bulgária, nós poderíamos também nos beneficiar.

Com relação à parte cultural, hoje, a República da Macedônia é uma pequena parte do que foi a antiga Macedônia, e eles têm muito interesse em promover, chamar para si, essa antiga cultura macedônia. Existe o projeto Skopje, que apresenta uma série de iniciativas, mas que encontra grande oposição por parte da Grécia e por parte da Bulgária também. A Grécia tem uma preocupação específica, porque existe uma minoria macedônia no norte da Grécia, e o país considera que, caso a República da Macedônia entre na União Europeia, haverá um estímulo, nesse norte da Grécia, para a separação. Então, essa parte cultural valeria a pena, mas em parte com relação à Macedônia.

Muito obrigada, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Embaixadora Carmen Lídia, antes de passar a palavra ao Embaixador Marcos Vinicius, eu queria saber se a participação das mulheres na política da Bulgária é expressiva como em outros países do leste europeu ou da Europa Ocidental.

A SRª CARMEN LÍDIA RICHTER RIBEIRO MOURA – Obrigada, Senadora.

Eu imagino que não, embora a Srª Irina Bokova seja a Diretora-Geral da Unesco. Ela, talvez, seja a personalidade búlgara mais conhecida. Mas, pelo que vi até o momento, não haveria grande participação das mulheres na política na Bulgária.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – O Brasil, com uma descendente de búlgaros, é uma boa inspiração para aumentar a presença das mulheres na política na Bulgária.

A SRª CARMEN LÍDIA RICHTER RIBEIRO MOURA – É verdade.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Há outra descendente importante representando as mulheres de ascendência búlgara, não é?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Já falei da Presidente Dilma.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – A Presidenta Dilma.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Eu falei isso exatamente. Eu disse que uma Presidente de ascendência búlgara pode estimular a maior presença das mulheres lá, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – É verdade. Inclusive, ela já foi muito bem recebida na Bulgária.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Foi até uma visita afetiva da Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Foi uma visita muito afetiva mesmo, muito importante.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Obrigada, Senador Suplicy, pela contribuição. A gente tinha mencionado isso. A própria Embaixadora Carmen Lídia havia feito essa referência sobre a visita da Presidente, em função de ter essa relação, esse laço de família. Os familiares dela ainda estão lá. Falamos da visita que ela fez.

Agora, passo a palavra ao Embaixador Marcos Vinicius Pinta Gama, que vai para a representação brasileira no Reino da Suécia e na República da Letônia.

O SR. MARCOS VINICIUS PINTA GAMA – Muito obrigado, Srª Presidente.

A Senadora Ana Amélia fez algumas indagações. Com relação à primeira pergunta, sobre as 1,6 mil vagas oferecidas por universidades suecas para bolsistas do Ciência Sem Fronteiras, sem dúvida, o idioma sueco representa um desafio, mas estou informado de que, na Suécia, os cursos de pós-graduação, de mestrado e de doutorado, são ministrados em língua inglesa. Portanto, pelo menos para os alunos de pós-graduação, os cursos são ministrados em inglês. Para a graduação, uma parte ainda é feita em sueco, e uma parte, em inglês. Mas, evidentemente, o idioma inglês é amplamente falado no país. Acredito que os bolsistas que dominam o inglês não tenham dificuldade em se especializar no país, que oferece, sem dúvida, muitas oportunidades para especialização.

Outra pergunta da Senadora Ana Amélia diz respeito à bioenergia, à questão da política ambiental. A Senadora se referiu a essa visão equivocada de que se planta cana na Amazônia. Evidentemente, não há cana alguma na Amazônia. Mas há, sem dúvida, uma discussão importante na União Europeia. A Suécia, evidentemente, como Estado-membro da União Européia, deve seguir as diretrizes do grupo. E há, neste momento, um debate sobre os novos mandatos para biocombustíveis. Nós observamos o nível de ambição dos europeus, pelo menos na área de transportes, que é uma área em que é preciso fazer maiores esforços para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, porque é justamente um dos setores mais poluentes da economia. Nós

temos percebido que há uma redução dessa ambição para metas de redução de emissões de gases de efeito estufa, e isso pode ter implicações em relação ao etanol brasileiro.

Evidentemente, a Suécia pode apoiar, tem interesse; é um país comprometido com o meio ambiente e que tem uma política ambiental forte. Inclusive, o próprio Rei da Suécia, Carlos XVI Gustavo, é um defensor do meio ambiente. E os dois países podem cooperar, podem manter consultas sobre a forma de fortalecimento do setor de biocombustíveis na União Europeia.

Com relação a esse ponto também, outro tema importante seria pesquisa e desenvolvimento de biocombustíveis de segunda geração, o chamado etanol celulósico, que tem duas grandes vantagens: uma, de que não compete com a produção de alimentos; e a segunda, de que não impacta o chamado Iluc, que é a mudança no uso indireto da terra, alegação recorrente dos europeus em relação ao etanol brasileiro.

Com relação às perguntas do Senador Cristovam Buarque, complementando o que foi dito pela Embaixadora Carmen Lídia, sem dúvida, a Suécia é um membro extremamente ativo das Nações Unidas, participa ativamente de discussões sobre temas globais, como terrorismo, meio ambiente e comércio ilícito – tráfico ilícito tanto de drogas como de armas e de pessoas, que é um comércio ilícito que movimenta grande soma de recursos. A Suécia, evidentemente, também segue a própria política da União Europeia nesses campos. É um país com o qual o Brasil tem um diálogo muito forte no âmbito das Nações Unidas.

Com relação ao tema do armamentismo, eu me referia, algum tempo atrás, à neutralidade sueca nos conflitos armados, a esse esplêndido isolamento, como alguns dizem, e ao preço que a Suécia pagou, que foi justamente o de desenvolver uma indústria de defesa importante a fim de preservar essa postura neutra.

O que eu posso dizer em relação ao Gripen? O contrato deve ser firmado até o final do ano. A decisão do Brasil de selecionar esse avião de caça sueco me parece extremamente oportuna e correta no sentido de que a aeronave apresenta uma série de vantagens. Esse desenvolvimento conjunto que pode acontecer, com transferência irrestrita de tecnologia, capacitação e geração de empregos no Brasil e condições muito favoráveis de *offset,* eu acho que colocam o Brasil em uma situação muito interessante no desenvolvimento dessa aeronave e na possível fabricação de um caça brasileiro no futuro.

Também a educação para a ciência e tecnologia no mundo é, sem dúvida, um assunto de grande importância. O Brasil e a Suécia dispõem de uma parceria para o desenvolvimento global em que as agências – no caso do Brasil, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC); no da Suécia, a Sida (*Swedish International Development Agency*) – podem cooperar nesse campo em países em desenvolvimento na África e em outras regiões. Sem dúvida, é um campo a ser explorado no futuro. É um instrumento relativamente recente e que deverá ser implementado.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Embaixador Marcos Vinicius, eu queria um comentário adicional seu sobre uma manifestação sua durante a exposição, da forte convergência na área da governança da internet.

Nesta semana, nós tivemos um grande avanço, embora eu, por exemplo, tenha manifestado o desejo de que o Senado, como Casa revisora, tivesse tido a oportunidade de colocar algumas emendas. Eu acho que o trabalho parlamentar é exatamente o de aperfeiçoar – penso que o Senador Suplicy, o Senador Cristovam, o Senador Flexa têm também um pensamento análogo sobre essa urgência –, mas o projeto que aprovamos sobre o Marco Civil da Internet ficou três anos na Câmara, e nós tivemos muito pouco tempo. Foram 41 emendas. Mas foi um projeto muito importante, foi um avanço realmente significativo, o Brasil ganhou com isso projeção internacional – a França, a Europa aplaudiu essa iniciativa. Apenas repito esse reparo que fizemos aqui na votação, mesmo reconhecendo não só o conteúdo geral do projeto, muito bem relatado na Câmara pelo Deputado Alessandro Molon, do Rio de Janeiro, mas também aqui no Senado Federal, pelos relatores que trabalharam nele.

Nessa área de governança da internet, que eventuais parcerias poderiam ser estabelecidas com a Suécia? A Suécia está mais voltada a *software* ou a *hardware*, na área da TI ou da própria internet?

O SR. MARCOS VINICIUS PINTA GAMA – Muito obrigado, Senadora.

Sem dúvida, essa área da governança da internet é uma área de extrema importância. Eu fiz questão de mencioná-la na possibilidade de cooperação bilateral com a Suécia. Eu acho que a própria presença do Chanceler Carl Bildt em São Paulo – que se reuniu ontem com o Ministro Figueiredo à margem da reunião – mostra que a Suécia atribui grande importância ao tema da governança da internet, que é também um assunto de alta prioridade no Governo brasileiro. E a senhora mencionou a aprovação do Marco Civil da Internet, que foi, sem dúvida, um momento importante; não posso me pronunciar sobre aspectos específicos da legislação, mas eu também observei a forma como ela foi acolhida. Então, acredito que, na relação bilateral com a Suécia, o tema da governança da internet, o tema da proteção da privacidade na internet são assuntos que poderão ser de-

senvolvidos. A Suécia é um país extremamente avançado também nessa área. Eu não tenho absoluta certeza, mas acredito que, tanto em *hardware*, quanto em *software*, sei que há, por exemplo, interesse na área militar em uma cooperação em defesa cibernética, que também é um assunto de grande relevância para o Brasil. Eu acho que é uma área em que a relação bilateral pode se fortalecer através de maior conhecimento, realização de visitas, que possam estimular uma cooperação entre os dois países.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Eu agradeço muito ao Embaixador Marcos Vinícius pelos esclarecimentos.

Eu vou interromper uns instantes o nosso processo de sabatina, porque estamos no aguardo de apenas um voto, tendo em vista que são necessários, no quórum da Comissão de Relações Exteriores, dez votos.

Então, espero que consigamos encerrar o processo.

Assim, faço uma interrupção...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Eu ainda não formulei perguntas, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Desculpe-me, Senador Suplicy. O senhor tem todo o direito.

Está retomada a reunião, e fico feliz; eu estava até achando assim: "Puxa, o Senador Suplicy é sempre tão atuante..."

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Eu estava aguardando a minha vez. (*Risos*.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – E o senhor nos ajuda bastante, Senador Suplicy.

Eu só queria alertá-los de que, na Comissão ao lado da Comissão de Relações Exteriores, está acontecendo um grande debate – e eu também sou atenta a ruídos; é um debate extremamente acalorado sobre uma questão polêmica no Brasil, que é o exame da OAB.

Nós, na CAS, também estamos aprovando um projeto do Senador Tião Viana que trata do exame de proficiência, que segue essa lógica da OAB para a área da Medicina. É extremamente relevante esse exame. É um projeto do Senador Tião Viana. Foi aperfeiçoado, foi feita a relatoria do Senador Cyro Miranda. Então, aqui na outra sala, está esse debate, eu imagino extremamente acalorado, sobre a questão do exame da OAB. Eu, com muita honra...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Há um expositor lá que está falando. Não sei se é a voz dele que está tão alta ou se é o sistema de alto-falante, mas acho que seria bom recomendar que...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Mas a gente pediu. Nós já pedimos. Já pedimos e já houve...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Ah, já pediu?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Pelo menos, ajudamos a serenar os ânimos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Ah, que bom.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Porque, quando vai muito alto, pode resultar numa inconveniência de atitudes.

Mas, com muita alegria, passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Eu queria falar pela ordem, Srª Presidente, antes da minha indagação, se for possível.

Tendo em conta que, inclusive, ontem, o Senado Federal aprovou a indenização para os chamados soldados da borracha, há outro projeto, do Senador Humberto Costa, que assegura o pagamento de pensão vitalícia aos ex-integrantes da tropa brasileira conhecida como Batalhão Suez, que inclusive foram a Suez e...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Há muitos gaúchos nesse batalhão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Muitos gaúchos. Então. E como eu sou autor do parecer a respeito, encaminho a V. Exª. Se for possível ser considerado, agradeço, mas fica a critério de V. Exª. Se não para hoje, o primeiro item para...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – É... Não, hoje é... Ele é terminativo, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Ah, certo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Essa matéria é terminativa. Requer um quórum bem expressivo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Qualificado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – É, exatamente. Então, fica...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Em todo caso, eu deixo às mãos para que possam...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Ótimo. Fica como prioridade na votação, assim que tivermos quórum.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Possa ser considerada na próxima reunião.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Perfeito, na próxima reunião.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Porque, de alguma forma, se relaciona ao que votamos ontem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Perfeito. Ótimo. É uma matéria análoga. Por questão de direito, a questão dos soldados da borracha, que votamos ontem. E agora essa dos Pracinhas de Suez.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Mas quero cumprimentar a Embaixadora Carmen Lídia Richter Ribeiro Moura e desejar-lhe todo o sucesso na sua missão na Bulgária e na Macedônia, bem como ao Embaixador Marcos Vinícius Pinta Gama, respectivamente, na Suécia e na Letônia.

E queria dizer que ambos os países têm um significado especial para mim. Eu tinha 21 anos, era 1962, quando resolvi fazer uma viagem aos países da Europa Ocidental e do Leste Europeu para conhecer o que era, de um lado, à época, o progresso do Mercado Comum Europeu. Ainda não existia a União Europeia, como hoje. E, por outro lado, saber o que era o socialismo. Parei de estudar por um semestre para justamente visitar e refletir sobre o que eram as experiências desses países, países como a França, a Itália, a Suíça, a Áustria e outros. E, de outro lado, de examinar o que existia na... Também fui à Finlândia, participar do Festival da Juventude pela Paz e pela Amizade.

Mas, depois, resolvi visitar a União Soviética. Polônia, Checoslováquia. Peguei um dia o expresso oriente saindo de Genebra, cruzando a Itália, a Iugoslávia, a Bulgária. E, em retorno, depois, a Hungria, a Áustria e até a Suíça.

Mas foi uma viagem de descobertas para mim. Até chegar à conclusão de que era importante, sim, lutar por uma sociedade mais justa, mas que era importante termos instituições democráticas. Então, foi muito importante para mim. Especialmente, uma semana, praticamente, que passei em Sófia, mas também percorrendo o interior da Bulgária. Há uma característica de ambos os países.

A Bulgária tem um Coeficiente de Gini relativamente baixo, 0,46 de desigualdade – é melhor que o brasileiro, atualmente 0,51, algo assim –, mas é um país que viveu a experiência de ser governado por partidos comunistas, com a ideologia socialista.

E uma das perguntas que tenho é: ainda prevalecem algumas das características da economia da Bulgária e da organização da Bulgária do tempo em que ela foi governada pelo partido comunista ou pelos partidos socialistas? Como se caracteriza hoje a convivência da presença do Estado com o sistema de mercado, a iniciativa privada? E também: quais são os sistemas hoje vigentes na Bulgária que significam uma rede de proteção social? Em que medida há diretrizes por parte do governo ou dos partidos existentes para avançar ainda mais?

A Bulgária, dentre os países da União Europeia, é um dos mais pobres e é bastante afetada pela crise mundial. Como é que o governo da Bulgária vem hoje tentando enfrentar essa crise? Que características de política econômica e social vêm hoje sendo implementadas neste país? E qual a natureza do debate ali existente sobre estes temas?

E, tendo em conta essa proximidade até da Presidenta brasileira – que V. Exª destacou e a Senadora Ana Amélia também –, em que medida poderão as relações do Brasil com a Bulgária ser significativamente aumentadas? Ainda mais tendo em conta que há uma evolução positiva, conforme destacou a senhora na sua exposição, pois, em especial, as exportações brasileiras, no ano 2012, foram bastante acentuadas – US$359 milhões. Por outro lado, talvez, isso só virá a se desenvolver na medida em que por outro lado haja um maior equilíbrio, e que o Brasil venha também a importar mais da Bulgária. Que perspectivas existem para o aprimoramento e maior dinamicidade desse comércio bilateral?

Com respeito à Suécia, eu até conversei com o Embaixador Marcos Vinicius ontem a respeito de como eu sempre tive um grande interesse – inclusive, por ter formatura e doutoramento em economia – de estudar alguns dos grandes economistas suecos, como Gunnar Myrdal, que teve livros importantes na minha formação, como o Drama Asiático.

Eu próprio, um dia, quando concluí o meu doutorado em 1973, fiz uma visita a Estocolmo e fui à residência de Gunnar Myrdal e tive um diálogo com ele, expressando a minha admiração por todos os ensinamentos que ele havia deixado em seus livros tão significativos.

E a Suécia é um dos países que se caracterizam por sua neutralidade, pois há 200 anos estão sem participarem de qualquer guerra. Mas o que levantou a minha curiosidade foi que o senhor disse que a Suécia, até por causa de sua neutralidade, desenvolveu uma indústria de defesa bastante aprimorada. Nisso ela contrasta um pouco com a Suíça, que também tem a diretriz de se manter neutra, mas, salvo engano, não desenvolve muito a sua indústria de defesa. Como o senhor nos disse que por causa da sua neutralidade a Suécia desenvolveu um aparelho de defesa muito aprimorado, gostaria que fizesse uma reflexão sobre isso.

Mas o que a Suécia tem de muito positivo, além de ter hoje uma renda *per capita* da ordem de US$55 mil para os seus 9,1 milhões de habitantes, um índice de alfabetização altíssimo, 99%, é o coeficiente de Gini, de desigualdade. Se o da Bulgária é menor que o nosso, 0,46%, o da Suécia é o dos mais baixos no mundo, 0,23%.

Eu agradeceria se pudesse nos informar quais as instituições da Suécia, ao longo desses 200 anos de paz, mas, sobretudo, nos séculos XX, XXI, que a levaram a ser esse país com um grau de justiça social de maior igualdade, o que é tão significativo. Que fatores levaram a isso? Quais são as instituições, na área econômica e social, que permitiram isso? Qual a natureza do envolvimento do Estado sueco, do seu governo e a sua convivência com o sistema de mercado, com a iniciativa privada? Que interação houve para permitir que haja esse grau de igualdade tão acentuado?

Finalmente, gostaria de dizer a ambos que tenho acompanhado com atenção um movimento, na União Europeia para que os países venham a considerar a instituição de uma renda básica incondicional como um direito à cidadania para todos. No ano passado, inúmeros países da União Europeia iniciaram um movimento para coletar assinaturas para pedir que o Parlamento Europeu realizasse audiências públicas sobre esse tema, inclusive na Suécia.

Há um dos países, a Suíça, que tem por norma, por suas leis, que, quando mais de cem mil cidadãos preenchem uma petição ao parlamento, o parlamento tem o prazo de quatro anos para realizar um plebiscito ou um referendo sobre aquele tema. E em 4 de outubro último, 126 mil cidadãos suíços entregaram em Berna, ao parlamento, uma petição para que, nesse prazo de quatro anos, talvez se realize em dois, se proponha a todos os cidadãos da Suíça votarem se desejam ou não a instituição de uma renda básica para os oito milhões de suíços, e da ordem de 3.500 ou 2.500, algo como R$6 mil por mês. É algo compatível com a renda *per capita* da Suíça.

Eu menciono isso porque, como o Brasil tem lei aprovada neste sentido para um dia chegarmos à instituição de uma renda básica incondicional, gostaria de lhes dizer que tenho o maior interesse em interagir com ambos sobre movimentos que possam ser realizados nesta direção seja na Bulgária, na Macedônia, na Suécia e na Letônia.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Eduardo Suplicy.

Passo imediatamente a palavra à Embaixadora Carmen Lídia e, em seguida ao Embaixador Marcos Vinícius para responderem aos questionamentos do Senador Eduardo Suplicy.

A SRª CARMEN LÍDIA RICHTER RIBEIRO MOURA – Muito obrigada, Senadora Ana Amélia. Agradeço as perguntas do Senador Eduardo Suplicy.

A primeira delas realmente remete a uma questão até filosófica entre quais seriam as vantagens do regime socialista e do regime capitalista e a transição que começou na Bulgária em 89. Nos últimos 25 anos, entendo que essa transição ainda não se completou. De alguma maneira, embora haja vantagens nos dois tipos de regime, o regime de mercado causou alguns problemas também na Bulgária.

Em 97 a Bulgária adotou o Fundo de Estabilização Cambial, o Courrency Board. Eles atrelaram a moeda búlgara, o lev, ao marco e, posteriormente , ao euro. Esse regime mantém as a inflação baixa, as taxas de juros também baixas, mas prejudica de alguma maneira as exportações e engessa a economia. Só que isso garante uma estabilidade econômica. De fato, a economia da Bulgária, embora tenha crescido pouco – no ano passado, a estimativa é 0,6% –, está inserida no mercado, na União Europeia e vem, digamos, se mantendo assim.

Agora, o governo anterior de centro-direita caiu em função justamente da carestia. Isso porque não há mais preços subsidiados, nada disso. Então, por causa da vigência da economia de mercado, uma parte substantiva da população foi prejudicada. O poder aquisitivo não corresponde às necessidades reais.

Portanto, o governo, que assumiu há cerca de um ano, a coalizão socialista pretende aumentar o gasto social de maneira a atender essas populações, sobretudo as minorias de origem turca, e também a etnia roma, que são as mais atingidas por esse problema.

Na parte econômica mesmo, ainda há uma base industrial que vem do regime comunista, que ainda subsiste. Mas a maior parte da economia búlgara hoje são serviços, sendo que a agricultura também ainda tem papel importante.

Eles têm sempre de ter um equilíbrio, sempre muito difícil de manter, entre atender os requisitos da União Europeia, e ainda o relacionamento com a Rússia, que é bastante importante.

Os fundos comunitários têm muita importância, e a continuidade disso depende da *performance* búlgara em relação à reforma do Judiciário, em relação ao combate à corrupção e ao crime organizado. Então, eles tem de se dedicar a esse problema, porque já houve aprovação de emenda pelo Parlamento Europeu, agora em abril, no sentido de rever a política de concessão de fundos à Bulgária. E isso, se realmente for diminuído o fluxo de fundos, afetará bastante a economia búlgara.

De qualquer maneira, Senador, acho que a parte social, que foi um dos principais pontos tratados pela Presidenta Dilma, quando esteve na Bulgária em 2011, é um dos aspectos que, caso seja aprovada, pretendo trabalhar com as autoridades búlgaras, porque acho que a experiência brasileira em muitas áreas poderá ser aproveitada pela Bulgária, no sentido de melhorar o bem-estar da população.

Na parte de comércio, como o senhor disse, em 2012 houve um crescimento, mas isso foi devido a um *leasing* de alguns aviões da Embraer à Bulgária. Então, em 2013 voltou o fluxo ao que tem sido normal, de 250 milhões. Caso o acordo Mercosul/União Europeia venha a ser concluído, haverá benefícios também para o comércio bilateral. A importância, obviamente, da Presidenta Dilma Rousseff para os búlgaros é enorme, não é? Eles a consideram uma cidadã búlgara, de um sucesso extraordinário. Então, realmente essa influência deverá ser muito benéfica ainda para o adensamento das nossas relações bilaterais.

Enfim, acho que é isso que eu gostaria de dizer. Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Eu queria saber se o Senador está satisfeito com as informações muito transparentes e precisas da Embaixadora Carmen Lídia. Se o Senador estiver satisfeito, passo imediatamente a palavra ao Embaixador Marcos Vinícius.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Antes que ele inicie a resposta, eu também quero cumprimentar a Embaixadora Leda, que ele vai substituir, porque eu também a conheço. Aliás, ela me recebeu, por duas vezes, na suas duas missões; a última, em Moçambique. Tinha insistido para que eu fosse a Estocolmo, mas não pude ir até agora. Quero dizer de como ela tem sido uma Embaixadora excelente. Então, o senhor vai estar num posto em que estava uma representante do melhor nível, conforme a Senadora Ana Amélia mencionou.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Eu agradeço, muito honrada, essa referência, porque é uma amiga muito estimada, a Embaixadora Leda Lúcia Camargo, Senador Suplicy. Não é em retribuição, mas assim que encerrarmos a sabatina e a votação, vamos fazer a leitura do seu projeto, do que o senhor é relator. A leitura. Mesmo não tendo quórum necessário, faremos a leitura para adiantar, e será incluído na pauta, como extrapauta, o projeto que trata dos Soldados do Suez, brasileiros que trabalharam no Suez. Então, trago isso para a sua informação.

E com a palavra o Embaixador Marcos Vinícius.

O SR. MARCOS VINICIUS PINTA GAMA – Muito obrigado, Senadora. Agradeço ao Senador Suplicy por suas indagações e também pelo seu relato sobre viagem à Suécia, o contato com o Gunnar Myrdal, sem dúvida um expoente de longa tradição de pensadores economistas, que continua. A Suécia é, sem dúvida, um país de ponta nessa área.

Antes de tudo, um breve parêntese para dizer que sinto que é uma grande responsabilidade substituir a Embaixadora Leda Lúcia Camargo, que fez um excelente trabalho em Estocolmo e, portanto, é com um sentido de responsabilidade que, caso aprovado, assumirei essas funções.

Com relação ao tema da neutralidade sueca e um possível contraste com a Suíça, eu acho que a neutralidade *per si* não explica o desenvolvimento de uma indústria bélica de ponta na Suécia.

Sem dúvida a Suécia, historicamente, nos Século XVII e XVIII, foi uma potência militar, mas no Século XX optou por uma política de neutralidade, que foi uma política bem-sucedida, uma política de distanciamento, inclusive, em relação aos grandes blocos de poder. Em 1949, decidiu não aderir à Otan e até hoje a opinião pública e os partidos políticos têm mantido essa opção por não participar de um bloco militar.

Em relação à indústria, no entanto, acho que há outras explicações. Em primeiro lugar, há o fato de que a Suécia é também um país com grandes recursos naturais, por exemplo, é um grande produtor de minério de ferro. Nesse sentido, é também um competidor do Brasil. Então a disponibilidade de recursos naturais e a ênfase na atividade industrial responde por, creio, quase 27% do PIB sueco.

Também direcionaram um desenvolvimento quase que natural na área da indústria militar e que também respondeu a uma necessidade de proteção, a uma necessidade de poder responder a desafios estando, de certa maneira, isolada no seu entorno, embora não tão isolada, porque há outros países vizinhos, por exemplo, a Finlândia, que também têm uma postura de neutralidade.

Acredito que o contraste em relação à Suíça talvez não seja tão profundo assim, porque a Suíça, apesar de não dispor de uma indústria importante de defesa, é um país que tem grandes preocupações na área de defesa e que investe em defesa. Eu tenho a informação de que, no caso da aquisição das aeronaves Gripen pela Suíça, há também um esforço na área de manutenção das aeronaves, com participação da indústria suíça. Portanto, aí, eu acho que o contraste talvez não seja tão grande assim, embora, de fato, a Suíça não tenha se especializado numa indústria bélica.

O fato é que, como o Senador indicou, a Suécia é dotada de indicadores extraordinários na área social, não apenas na área econômica, não apenas com uma renda *per capita* altíssima de US$55 mil, mas com índices

tão baixos de desigualdade e índices tão altos de alfabetização que mostram que é uma sociedade, na origem, profundamente igualitária e que desenvolveu um Estado de bem-estar social. Sem dúvida, é um país com o qual o Brasil tem muito a aprender. É claro que a crise financeira internacional em 2008 teve um impacto também sobre esse sistema de garantia de proteções sociais. A Suécia se viu na contingência de adotar políticas para a promoção do emprego, mas também políticas de austeridade. A coalizão atualmente no poder se viu compelida a seguir essas políticas que, de certa maneira, relativizaram um pouco esse Estado de bem-estar social, mas é ainda uma sociedade profundamente igualitária que dispõe de mecanismos e que dispõe, sobretudo, de um grande consenso nacional em torno de um projeto de país.

Eu acho que o Brasil, que realizou também um grande esforço na área de redução da pobreza, teria um grande interesse num aprofundamento maior da cooperação entre o Brasil e a Suécia também na área social, com intercâmbio e transferência de conhecimentos em relação a programas sociais. Caso aprovado, eu acredito que essa seria uma área de trabalho da Embaixada, além das outras assinaladas em minha apresentação e na resposta às perguntas.

Muito obrigado, Senadores.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Pelo que já disse o Senador Suplicy, eu, então, interrompo a sabatina. Podem permanecer a Embaixadora Carmen Lídia e o Embaixador Marcos Vinícius. Eu, então, coloco extrapauta o item que trata do Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2011. Ele é terminativo, mas poderíamos adiantar o trabalho.

EXTRAPAUTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, de 2011
- Terminativo -

Concede pensão especial aos ex-integrantes do "Batalhão Suez".
Autoria: Humberto Costa.
Relatoria: Eduardo Suplicy.
Relatório: É pela aprovação do projeto, com quatro emendas.
Observações: *Em 20/02/2014, foi lido o relatório do Senador Eduardo Suplicy e concedida a vista ao Senador Cyro Miranda.*

Em 02/04/2014, a matéria foi encaminhada ao gabinete do Relator, o Senador Eduardo Suplicy, para reexame do relatório.

Como eu disse, é um projeto terminativo, mas vamos apenas começar a fazer a apresentação. Depois, no dia em que houver quórum, será votada a matéria.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy, Relator deste Projeto de Lei do Senado nº 332.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Vou aproveitar, Senadora Ana Amélia, para convidar o Senador Randolfe Rodrigues, que ele é o que está faltando para...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Ele está nos ouvindo, seguramente, que é muito atento. Eu falei com ele agora, e ele está chegando aqui, ao Senado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Que bom. Está ótimo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Está muito satisfeito – até queria falar com o Senador Cristovam, vamos nos reunir – diante do que decidiu a Ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, sobre esta questão que envolve a relação institucional entre o Poder Legislativo e a questão jurídica da instalação de uma CPI exclusiva, que foi requerida por um grupo de Parlamentares.

Então, essa decisão tem um impacto político interessante e é institucionalmente, também, um interesse nosso dos Parlamentares, não só dos Parlamentares de oposição, como é o meu caso – o Senador Cristovam também, pois nós somos Senadores independentes aqui, nesta Casa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Considero muito importante a reflexão que todos os Senadores e Senadoras farão a partir da decisão da Ministra Rosa Weber, uma Ministra que foi designada pela Presidenta Dilma Rousseff, que se sabe que tem uma relação, inclusive afetiva e de respeito mútuo, mas que se eleva neste momento da decisão tomada.

Acho que será importante que os Senadores da Base aliada ao Governo e os da oposição cheguem agora a um diálogo, uma vez que vai haver, então, uma comissão parlamentar de inquérito. Que seja feita da forma mais...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Responsável possível.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – ... equilibrada, responsável, serena e com vistas a, sobretudo, estarmos fazendo tudo para que a Petrobras, como um patrimônio nacional de extraordinária relevância, possa ser sempre resguardada e melhorada em todas as suas atividades.

E tenha certeza de que esse, também, é o propósito tanto de Sergio Gabrielli, como de Graça Foster, ex-Presidente, Presidente e, principalmente, da Presidenta Dilma Rousseff.

Então, é nesse estado de espírito que eu acho que deveremos aqui, agora, agir no Senado Federal.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – É esse o propósito, Senador Eduardo Suplicy, especialmente deste grupo de Senadores independentes.

Nós tínhamos dúvidas a respeito desta questão para evitar, exatamente, o contágio político-eleitoral desse procedimento. E por isso nós fomos à Procuradoria-Geral da República e estivemos com o Procurador-Geral a respeito disso.

A Procuradoria, o Ministério Público, é uma instituição independente, como se revelou agora também o Supremo Tribunal Federal, na manifestação sábia da Ministra Rosa Weber, que, para meu orgulho, é uma mulher e uma Ministra do Rio Grande do Sul. Ela, pela forma como fez – V. Exª fez uma boa lembrança de ela ter sido indicada pela Presidente Dilma –, deixou falar mais alto o seu dever constitucional de interpretar a lei como ela é.

Então, eu fico particularmente grata. Quero dizer para o senhor que, do que depender do grupo dos Senadores independentes – não sou porta-voz, mas o Senador Cristovam está aí presente –, o nosso objetivo exclusivo é preservar a Petrobras, e só o faremos trazendo à luz as irregularidades para que elas sejam corrigidas, os responsáveis sejam punidos, na forma da lei, com todo o direito de defesa, preservando esse grande patrimônio de todos os brasileiros, que é a nossa Petrobras.

Esse é o nosso objetivo, e penso que isso seja compartilhado pelo Senador Cristovam e pelo Senador Randolfe Rodrigues, que está chegando aqui.

Então, com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy para apresentação do seu relatório ao Projeto de Lei do Senado 332, de 2011.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Srª Presidenta, Senadora Ana Amélia, esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Lei do Senado 332, de 2011, que assegura o pagamento de pensão especial vitalícia no valor de R$600,00 mensais aos ex-integrantes da tropa brasileira conhecida como Batalhão Suez.

A matéria foi distribuída em 14 de junho de 2011 a este Colegiado em decisão terminativa. Em 24 de abril de 2013 o projeto foi a mim redistribuído para relatar.

A proposição em tela pretende assegurar o pagamento de pensão especial vitalícia no valor de R$600,00 mensais aos ex-integrantes da tropa brasileira conhecida como Batalhão Suez.

O art. 1º em seu § 1º, porém, restringe benefício ao ex-integrante que comprove renda mensal não superior a dois salários mínimos ou que não possua meios para prover sua subsistência e de sua família. É importante assinalar que, segundo o § 2º do mesmo artigo, o benefício é transferido somente à viúva e aos filhos do ex-integrante desde que comprovem não possuir meios de subsistência.

O art. 5º estabelece reajuste do valor da pensão especial a ser realizada sempre no mês de janeiro de acordo com a variação anual do Índice Nacional do Preço ao Consumidor Amplo, do IBGE. E seu § 2º veda acumulação do benefício com quaisquer outros recebidos dos cofres públicos, ressalvado os cargos públicos, que admitem acumulação remunerada e desde que a remuneração não ultrapasse dois salários mínimos.

Estabelece finalmente que as despesas decorrentes do exposto da presente proposição correrão a conta do programa orçamentário indenizações de pensões especiais de responsabilidade da União e que o Ministério da Previdência Social baixará as instruções necessárias à execução da lei no prazo de 60 dias.

Nos termos do art. 113, incisos V e VIII, do Regimento Interno, compete a esta Comissão emitir parecer sobre assuntos afetos às Forças Armadas, como é este caso.

Os ex-integrantes da tropa brasileira conhecida como "Batalhão Suez" tomaram parte na Força Internacional de Emergência, constituída mediante Resolução da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas, de 7 de novembro de 1956, com o objetivo de manter a paz e a segurança internacionais na região compreendida entre o Canal de Suez e a linha de Armistício entre Israel e Egito fixada na mesma resolução.

No mérito, o projeto de lei em exame é altamente oportuno. Com efeito, os ex-integrantes do Batalhão Suez expuseram-se aos grandes perigos existentes em área de conflito armado, sofreram as consequentes sequelas físicas e psicológicas e foram tratados de modo injusto e desonroso em seu retorno, conforme esclarece a Justificativa: "Apesar disso, esses homens foram excluídos do Exército sem exame de junta médica e sem quarentena, mesmo tendo permanecido mais de um ano, quase todos, em uma das regiões mais violentas e endêmicas do mundo". Nas palavras do autor, Senador Humberto Costa.

Obtiveram, finalmente, reconhecimento internacional ao receberem o Prêmio Nobel da Paz, em 1988, e a Medalha da Força de Emergência das Nações Unidas, outorgada pelo Secretário-Geral da ONU; e, finalmente, receberam o reconhecimento nacional oficializado pelo Decreto nº 43.800, de 23 de maio de 1958, que considera a referida missão "serviço nacional relevante". Assim, não seria justo que os ex-integrantes do "Batalhão Suez" ficassem à míngua de qualquer compensação pecuniária, o que constitui o mínimo que o Estado brasileiro pode fazer para resgatar moral e materialmente a sua dívida com esses verdadeiros heróis nacionais.

Com a finalidade de aperfeiçoar a matéria, apresentamos duas emendas. A primeira modifica o art. 1º para estabelecer o teto de dois salários mínimos para o valor da pensão especial aos ex-integrantes do Batalhão Suez, nos moldes do que está proposto para o chamado Soldados da Borracha. A segunda suprime os §§ 2º e 3º do art. 1º , para evitar que o benefício pessoal seja estendido a terceiros. A terceira suprime o § 2º do art. 5º para possibilitar que todos os ex-membros da tropa, que prestaram serviço nacional relevante no Canal de Suez possam receber a pensão desde que estejam dentro das limitações impostas pelo art. 1º. A quarta determina que o reajuste anual do benefício seja realizado sob o mesmo índice que é utilizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social para as suas aposentadorias.

Cumpre ressaltar que as despesas decorrentes do disposto neste projeto de lei correrão sob as expensas do programa orçamentário Indenizações e Pensões Especiais, de responsabilidade da União, sendo que o Ministério da Previdência Social deverá baixar as instruções necessárias à execução da Lei no prazo de sessenta dias.

Com base no exposto e considerando ser a presente proposição conveniente e justa ao reparar uma dívida do País para com os nossos ex-combatentes e uma vez que atende os requisitos da boa técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2011, com as seguintes emendas:

A que dá ao art. 1º do PLS 332 a seguinte redação:

É assegurado o pagamento de pensão especial vitalícia no valor de dois salários mínimos mensais aos ex-integrantes da tropa brasileira conhecida como Batalhão Suez, que tomaram parte na Força Internacional de Emergência constituída em consequência da Resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, de 7 de novembro de 1956, com o objetivo de manter a paz e a segurança internacional na região compreendida entre o Canal de Suez e a linha de Armistício entre Israel e Egito, fixada por aquela resolução.

Emenda 2ª:

Suprima-se do Projeto de Lei do Senado (PLS) 332, de 2011, o § 2º do art.5º, renomeando-se o seu remanescente para "Parágrafo único" e dê-se ao caput do art. 5º do PLS 332 a seguinte redação:

> *"Art. 5º O valor da pensão especial instituída por esta Lei será reajustado sempre no mês de janeiro, de acordo com a variação anual do INPC ou de índice que reajusta as aposentadorias do INSS".*

Este é o voto, Srª Presidenta, como Relator. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Eu agradeço a leitura do relatório do Senador Eduardo Suplicy.

Como já alertamos, trata-se de uma matéria de caráter terminativo, nesta Comissão de Relações Exteriores.

A matéria está em discussão.(*Pausa*.)

Como não há nenhum interesse na discussão, deixaremos então... V. Exª pretende discuti-la, Senador?

Não há interesse na discussão, então nós deixaremos para a próxima reunião.

Encerrada a discussão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – O Senador Eunício chega na hora H.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Eu agradeço ao Senador Eunício Oliveira pela gentileza. Obrigado, Senador Eunício Oliveira.

Eu retomo nossa sabatina e o procedimento regimental das indicações das sabatinas que foram encerradas e, de acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, c/c §1º do art. 386 do Regimento Interno do Senado, a reunião da Comissão será transformada em secreta a partir deste momento.

Designo o Senador Cristovam Buarque para atuar como Secretário.

(*Tornada secreta às 11 horas e 50 minutos, a reunião volta a ser pública às 11 horas e 53 minutos.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Nós retomamos a nossa audiência para o debate em torno da sabatina cuja votação acabamos de realizar e comunico a deliberação dos embaixadores. Embaixadora Carmen Lídia Richter Ribeiro, indicada para a República da Bulgária e, cumulativamente, República da Macedônia; o Embaixador Marcos Vinícius Pinta Gama, indicado para o Reino da Suécia e, cumulativamente, República da Letônia.

Cumprimento, em nome da Comissão de Relações Exteriores, do nosso Presidente Ricardo Ferraço e dos demais membros desta Comissão, os embaixadores, desejando a ambos êxito à frente das nossas embaixadas.

Os embaixadores estão autorizados a se retirarem para darmos segmento à reunião que está, neste momento, encerrada, por termos concluído muito bem o nosso trabalho de hoje.

Muito obrigada e parabéns a todos.

(Iniciada às 10 horas e 09 minutos, tornada secreta às 11 horas e 50 minutos, tornada pública às 11 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 54 minutos.)

ATA DA 17ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE MAIO DE 2014, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia oito de maio de dois mil e catorze, no plenário sete, sob a Presidência do Senador Ricardo Ferraço, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Eduardo Suplicy, Anibal Diniz, Cristovam Buarque, Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Paulo Bauer, Delcídio do Amaral, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Ana Amélia e Jayme Campos. Assina a lista de presença o Senador não membro desta Comissão Inácio Arruda. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justifica ausência o Senador Cyro Miranda e o Senador Flexa Ribeiro. O Presidente declara aberta a Reunião e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como lidas e aprovadas. O Presidente convida o Excelentíssimo Senhor Mauro Borges Lemos, Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, a compor a mesa. O Presidente faz pronunciamento referente ao tema desta reunião. Tem início a apreciação da PAUTA – 1ª PARTE: Audiência Pública para debater a agenda do Mercosul para o ano de 2014, tendo em vista a desafiadora conjuntura político-econômica apresentada; em atendimento ao RRE nº 7/2014 – CRE. O Presidente concede a palavra ao Ministro para a sua exposição. Usam a palavra a Senadora Ana Amélia, o Senador Roberto Requião, o Senador Eduardo Suplicy e o Senador Inácio Arruda. O Ministro responde os questionamentos apresentados e faz suas considerações finais. O Presidente agradece a presença do ministro e, então, passa-se à PAUTA – 2ª PARTE: Deliberativa, ITEM 1 – REQUERIMENTO Nº 39 DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, de 2014, de autoria do Senador Cristovam Buarque e do Senador Ricardo Ferraço, que "Requeiro, nos termos do §1º do artigo 96-B (Res. 44/13) do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE avalie a política nacional de proteção aos brasileiros vítimas de tráfico internacional de pessoas e violências assemelhadas no exterior." Aprovado. EXTRAPAUTA: ITEM 2 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 40, de 2014, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, a constituição de comitiva oficial de Senadores que desejem participar da reunião de chefes de estado do grupo BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – que estarão reunidos em Fortaleza em 14, 15 e 16 de julho no Centro de Eventos do Ceará, com o objetivo de avaliar as conquistas dos BRICS e planejar o futuro dos países membros deste grupo de nações emergentes." Aprovado. EXTRAPAUTA: ITEM 3 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 41, de 2014, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debater o aumento expressivo do número de refugiados no Brasil, sua situação, bem como a capacidade do Estado brasileiro em responder às novas demandas de refúgio, também em ritmo crescente. Para tanto, solicitamos a presença dos seguintes convidados: • Sra. Jana Petaccia de Macedo – Coordenadora-Geral de Assuntos de Refugiados; e • Sr. Paulo Abrão Pires Junior – Secretário Nacional de Justiça e presidente do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE)." Aprovado. EXTRAPAUTA: ITEM 4 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 42, de 2014, de autoria do Senador Ricardo Ferraço e do Senador Inácio Arruda, que "Requeiro, nos termos do art.93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para tratar das expectativas dos países que compõem o grupo BRICS, em relação a cúpula de Chefes de Estado, a realizar-se em Fortaleza nos dias 15 e 16 de julho no Centro de Eventos do Ceará. Para tanto, solicito a presença dos Embaixadores da Rússia, Índia, China e África do Sul, bem como, representante do Ministério das Relações Exteriores responsável pelo assunto." Aprovado. Nada havendo mais a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e vinte e um minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço,** Presidente

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Encerrando a reunião anterior da Comissão de Relações Exteriores em conjunto com a Comissão de Agricultura, oportunidade em que discutimos

o contencioso do nosso País com os Estados Unidos em relação ao algodão, vamos abrir a 17ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores.

Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Para participar desta reunião, queremos convidar S. Exª o Ministro Mauro Borges Lemos, Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. (*Pausa.*)

É com muita alegria que recebemos nesta oportunidade o Ministro Mauro Borges Lemos, para que possamos dar continuidade, Sr. Ministro, ao diálogo iniciado há cerca de um ano, ainda com o então Ministro Fernando Pimentel, sobre a atuação do nosso País e a conjuntura vivida pelo Mercosul, os desafios que o bloco sul-americano terá que enfrentar para recuperar seu dinamismo e sua relevância.

Em nome dos integrantes da Comissão, quero dar as boas-vindas ao nosso convidado desta manhã, Ministro Mauro Borges Lemos, que assumiu a Pasta em março do corrente ano, portanto há muito pouco tempo, e nesse curto período já tem obtido importante reconhecimento de amplos setores da sociedade brasileira pelo esforço e pelos resultados que começa a implementar.

Antes, presidia a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, além de ter sido professor titular do Departamento de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais.

É uma alegria ver um quadro egresso da Academia, por mérito, galgar tão destacado posto na Administração Pública federal, um sinal muito positivo na direção da meritocracia.

Aqui, na Comissão de Relações Exteriores, Sr. Ministro, já tivemos inúmeras oportunidades de salientar que o comércio global está em profunda transformação. Assistimos à configuração de um ambicioso quadro de novas parcerias e entendimentos comerciais entre importantes *players* do tabuleiro econômico internacional – vide a negociação em curso entre os Estados Unidos e a União Europeia, além da Parceria Transpacífica, que agrega e congrega atores ocidentais e até orientais, além da Aliança do Pacífico aqui em nosso Território, aqui na região.

Com efeito, o nosso bloco não pode continuar, a nosso juízo, limitando o seu horizonte comercial apenas entre os nossos vizinhos. Nos últimos dez anos, foram assinados pelo menos 500 acordos bilaterais de comércio no mundo, fomentando exportações e importação entre diferentes países e regiões. Por sua vez, o Brasil e o Mercosul firmaram apenas nesse período três acordos: com Israel, com o Egito e com a Autoridade Palestina.

Desde sua criação, há pouco mais de 20 anos, o Mercosul tem contribuído de forma decisiva para o incremento de trocas comerciais no Cone Sul. O comércio intrabloco aumentou 12 vezes a sua movimentação, saltando de US$4,5 bilhões, em 1991, para aproximadamente US$57 bilhões, em 2013. Enquanto o comércio mundial cresceu apenas cinco vezes, o comércio intrabloco cresceu 10 vezes.

Apesar, enfim, das patentes dificuldades econômicas enfrentadas pelos nossos parceiros nos últimos dez anos, a verdade é que o Brasil acumulou um superávit aproximadamente de US$50 bilhões. Ressalte-se ainda que, na última década, 91% das exportações brasileiras para o Mercosul eram produtos manufaturados, ou seja, bens de valor agregado.

É evidente que o Mercosul foi e continua sendo um importante instrumento de expansão das exportações brasileiras e da integração regional. No entanto, não há como tapar o sol com a peneira, Sr. Ministro, não há como não deixarmos de identificar que, nos últimos tempos, o Mercosul vem perdendo relevância, vem perdendo brilho e importância em nossa economia. Não podemos estar satisfeitos evidentemente; ainda há uma enorme distância entre o potencial e o espaço que o Brasil está destinado a ocupar no cenário econômico mundial.

No auge de seu dinamismo, o Mercosul chegou a representar 16% de todas as trocas do Brasil. Hoje, corresponde a apenas 8,6% desse mesmo intercâmbio internacional do Brasil.

O debate que nos reúne nesta manhã diz respeito ao futuro do nosso Mercosul. Não pairam dúvidas sobre a importância do bloco não apenas para nossas exportações, mas também para a integrante e necessária integração da América do Sul, processo sem volta.

Contra esse pano de fundo é que se coloca a negociação do acordo de liberalização comercial entre o Mercosul e a União Europeia, que tem sido apontada por muitos analistas como indispensável para revigorar e dar novo impulso ao combalido, por assim dizer, bloco do Cone Sul.

V. Exª já teve oportunidade de manifestar, em recente depoimento na Câmara dos Deputados, que a conclusão desse acordo seria um passo para a continuidade da abertura da economia brasileira. Espero que V.

Exª hoje possa ser portador de boas novas sobre a oferta da Argentina, que, segundo se noticia tanto no Brasil quanto no exterior, continua travando as negociações.

Mais uma vez, a troca de ofertas entre o Mercosul e a União Europeia deve ser postergada. Seriam apresentadas no começo de abril passado, o que não ocorreu, sendo novamente adiada para o final de maio ou início de junho, a depender da capacidade da parte argentina de ultimar e consolidar sua oferta.

Caso seja impossível consolidar uma oferta comum do Mercosul, é importante que o Brasil tenha latitude política para poder eventualmente levar adiante suas próprias negociações tarifárias com a União Europeia, mesmo que isso signifique liderar um processo de flexibilização das normas que hoje obrigam a negociação conjunta de novos acordos com terceiros países. Se a Argentina estiver impossibilitada de apresentar sua proposta, que saibamos e possamos seguir em frente, com os parceiros que reúnem as condições internas política e economicamente adequadas para acompanhar o Brasil na conclusão desse relevante acordo.

Mais do que apenas ampliar o acesso a mercados compradores de grande potencial, o acordo de liberalização comercial, como esse que o Mercosul ora negocia com Bruxelas, fará com que o Brasil participe e se beneficie de formas e padrões comerciais que estão sendo criados no bojo desses ambiciosos acordos internacionais, o que pode gerar, cada vez mais, efeitos positivos para nossa competitividade geral, na medida em que as empresas exportadoras se vêm obrigadas a observar padrões cada vez mais universais de qualidade. Trata-se, portanto, de um quadro de normas inovadoras em áreas politicamente estratégicas, como investimentos, concorrência, facilitação de comércio, compras governamentais, propriedade intelectual, comércio eletrônico, trabalho e meio ambiente.

Enfim, a nossa expectativa, Sr. Ministro, é que possamos revisitar toda essa conjuntura, a nossa expectativa é que possamos atualizar as informações relacionadas às negociações do Brasil com a União Europeia, do Mercosul com a União Europeia, negociações estas que já estão a demandar pelo menos dez anos de uma negociação.

É para isso que nós queremos agradecer a S. Exª a presença, para realizar este diálogo com a Comissão de Relações Exteriores.

Passo a palavra a V. Exª.

O SR. MAURO BORGES LEMOS – Bom dia a todos.

Gostaria, primeiro, de manifestar minha alegria por esse convite. Cumprimento o Senador Ricardo Ferraço, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Cumprimento todos os nossos Senadores presentes: Eduardo Suplicy, a Senadora Ana Amélia, o Senador Luiz Henrique e a Senadora Kátia Abreu.

É um grande prazer poder estar aqui e discutir temas, como o nosso Senador enfatizou tão bem, de alta relevância para o País. Esses são temas estratégicos para o Brasil, e o compromisso do Governo é discutir da forma mais transparente para ver o suporte fundamental do Congresso brasileiro, particularmente do nosso Senado Federal, para que todos esses desafios sejam enfrentados com sucesso. Então, é muito importante o apoio parlamentar. Sem o apoio do Congresso Nacional nenhum desses desafios terá sucesso.

Sabemos muito bem como isso funciona, por exemplo, nos Estados Unidos, e sabemos que, sem o Congresso americano, nada acontece do ponto de vista de acordos comerciais.

Aqui, no Brasil, é a mesma coisa. Somos um País democrático e, nesse sentido, essa discussão é fundamental. Vim, aqui, também, para obter apoio e suporte dos senhores, que é fundamental. Sem esse suporte, só o Governo, só o Executivo não executa. Resolvemos tecnicamente as questões, mas sabemos que, em última instância, os acordos são uma comunhão de interesses geopolíticos, em que os Parlamentos nacionais são fundamentais para que isso ocorra e que tenha perenidade.

Isso porque, muitas vezes, pode-se fazer um acordo no papel e ele não ser efetivado por falta de força política. Isso é muito comum. Conhecemos, na história dos acordos comerciais, vários acordos fracassados, do tipo ganhou, mas não levou. Há vários exemplos desses acordos, como os que o Senador Ricardo Ferraço citou. Dentre centenas de acordos firmados no mundo, menos de 10% foram acordos efetivamente realizados.

Então, há um lado que é peça de *marketing* e propaganda, que os países, inclusive, fazem, e acordos efetivos que, de fato, resultaram em ampliação da corrente de comércio, ampliação da integração comercial e produtiva dos países. Muitas vezes, há muita fantasia, também, nessa questão do *marketing* dos acordos comerciais. O que são acordos para valer, acordos que vieram e podem gerar mudanças radicais na economia mundial e acordos que são muito mais um *mise-en-scéne*, que é parte da política diplomática e comercial dos países.

Então, sou muito pé no chão. Não só porque tenho uma formação acadêmica nessa área de economia internacional, esse assunto é, absolutamente, recorrente para mim do ponto de vista de pesquisa. Precisamos ter muito cuidado para peneirar o que é para valer e o que não é para valer. Temos, então, uma preocupação nesse sentido.

As questões que o Senador colocou são, de fato, as questões-chave. Essa é a nossa agenda. Você colocou aqui, Senador, o que são as agendas cruciais para o Brasil, no momento. Vou tentar, sinteticamente, responder uma a uma, para termos uma discussão fraterna sobre como o Senado brasileiro pode nos ajudar a dar celeridade a toda essa agenda, que é fundamental.

Começaria discutindo o Mercosul. Vamos deixar algumas coisas claras. A integração regional do Mercosul foi um passo fundamental do ponto de vista geopolítico, como todo mundo sabe. Esses países eram, na maioria, países muito polarizados pelos Estados Unidos, e, na verdade, havia uma situação paradoxal, pois o Brasil, um País continental, não tinha uma intensidade de comércio tão grande quanto o nosso grande irmão do Norte. Era uma situação absolutamente paradoxal. Qualquer história da geopolítica mundial mostra que os países vizinhos são os primeiros a celebrar acordos comerciais. Isso é evidente, porque há ganhos evidentes de aglomeração espacial de escala. Quer dizer, os grandes espaciais de aglomeração são, na teoria econômica, considerados os elementos vitais de competitividade no comércio internacional. Então, pela história das relações comerciais, a gente vê que os países vizinhos são os primeiros a celebrarem acordos. Isso é o óbvio.

Nós, nesse sentido, estávamos num atraso. Quer dizer, se olharmos para os escritos, por exemplo, do grande baluarte teórico do desenvolvimento da América Latina, que é Raúl Prebisch – anterior a Celso Furtado –, vermos que ele já propunha uma área de livre comércio na América Latina ainda nos anos 50. Quer dizer, isso é uma demanda antiga. O Mercosul, na verdade, chegou atrasado; mas chegou. Foi fundamental a gente criar um bloco.

Obviamente, esse bloco tem um nível de heterogeneidade muito grande, ao contrário da União Europeia. Quando ela começou, o seu núcleo duro era um núcleo de países com nível de desigualdade e desenvolvimento muito pequeno – o nível de heterogeneidade era pequeno. Só agora que a heterogeneidade da União Europeia é muito grande, mas há um núcleo duro que segura a união comercial, produtiva e financeira. Se não houvesse esse núcleo duro, a estabilidade desse acordo regional seria precária.

No caso do Mercosul, por questão de fatores históricos, o nível de desigualdade entre os países é muito grande. Nós temos dois países com nível de desenvolvimento muito similar, que felizmente são os dois maiores países – e é isso que dá a base da estabilidade e sustentabilidade do acordo –, e temos dois países com níveis de desenvolvimento muito diferentes.

Quer dizer, o Uruguai já chegou a ser uma nação ranqueada no mundo como uma nação com renda *per capita* muito alta, nos níveis dos países desenvolvidos – como todo mundo sabe –, mas é um país diminuto, com um nível de integração ainda precário com o Rio Grande do Sul, que é o nosso grande Estado, que teria um potencial muito forte de uma integração muito positiva com o Uruguai, no sentido de escala produtiva. É fundamental.

É óbvio que o Rio Grande do sul tem muito mais condições de desenvolvimento econômico do que o Uruguai, uma vez que é parte de uma grande nação. Em qualquer país – também, sabemos disso –, em regiões avançadas – como o é o Rio Grande do Sul, que tem uma das maiores rendas *per capita*, maiores níveis educacionais, tendo, então, enormes vantagens comparativamente aos outros Estados brasileiros –, seria natural que essa integração acontecesse. Então havia uma questão particular estratégica para o Brasil.

E havia o Paraguai e outros países vizinhos que são importantes, como Bolívia, Venezuela, o Chile, que é uma aliança estratégica do Brasil secular – a aliança com o Chile é secular –, e isso estava no escopo do Mercosul. Independente de quem entrou e de quem não entrou naquele momento, esse é o esforço para construir.

Então, quais são os problemas? O Senador pontuou aqui, extremamente bem, os problemas do Mercosul. Quer dizer, nós fomos muito ambiciosos no primeiro momento, que é criar, de cara, uma união aduaneira; e, obviamente, o nível de heterogeneidade e os estágios de estabilidade macroeconômica desses países obviamente dificultaram a efetivação dessa união aduaneira.

Como estamos hoje, que é o que importa? Como é que estamos hoje? Do ponto de vista de corrente de comércio, nós demos um salto. O Senador deu os dados aqui; são dados impressionantes. O que era um comércio marginal para este País, tornou-se um comércio extremamente substantivo.

No caso da nossa relação com a Argentina, é importante dizer que, mesmo com essa queda, que o Senador apresentou, de 16% para 8,6%, em relação à corrente de comércio brasileira, temos que olhar o que foi a década passada – dos anos 2000. Não quero encobrir, colocar nenhuma sujeira embaixo do tapete aqui, não; eu quero ser sincero. Quer dizer, o Brasil teve um salto na sua integração com o mundo, dado que houve um *boom* das *commodities*.

O Brasil é uma potência exportadora de *commodities*, tanto minerais quanto agrícolas, e nós aproveitamos isso, como deveria ser e como Estados Unidos também aproveitou, porque é uma potência agrícola também. Não nos esqueçamos disso. Os Estados Unidos nunca abriram mão desse privilégio. Isso é um privilégio; poucos países podem ser potências agrícola e mineral. Nós conseguimos juntar esses dois privilégios em um

único país. Isso é para poucos, tanto o é que o Brasil tem um superávit estrutural graças às nossas vantagens comparativas da base agrícola e mineral. Esse é o superávit estrutural; nós estamos do lado dos países superavitários do mundo por conta dessa base.

Então, quero deixar muito claro o seguinte: nós aproveitamos essa onda na década passada e, relativamente, o comércio com a Argentina caiu. Em termos absolutos, o comércio com a Argentina e com o Mercosul aumentou significativamente. Vou dar um dado agora recente. De 2008 para cá, apenas na metade desse comércio que era da cadeia automotiva, esse comércio aumentou mais de três vezes.

Bom dia, Senadora. É um prazer tê-la aqui na Comissão.

Portanto, deixo muito claro que nós tivemos um salto, mesmo no período de crise, no comércio com a Argentina. O nosso comércio, inacreditavelmente, teve uma taxa de crescimento no comércio com a Argentina de mais de 6% ao ano, de 2008 para cá. Assim, para você dizer que esse comércio não é um comércio dinâmico, eu gostaria de saber um exemplo de relação bilateral, de outros acordos regionais em que houve um dinamismo comercial nesse período longo da crise mundial. Quer dizer, nós estamos muito bem no comércio bilateral com a Argentina.

Não dá para a gente pegar uma questão específica, que é a dificuldade de divisas no curto prazo que a Argentina viveu nos últimos seis meses do ano passado e nesse início de 2014, principalmente até março, antes de a soja e de outras *commodities* agrícolas entrarem no mercado internacional, a gente não pode pegar um período de oito meses e analisar toda a estrutura dos avanços, toda a estrutura do acordo comercial do Mercosul e as suas conquistas. Isso seria um equívoco, é uma visão de curto prazo, imediatista, que não é uma boa política de comércio internacional.

Todas as políticas de comércio internacional são políticas estruturais, de longo prazo, têm visão estratégica de geopolítica. Então não vamos olhar para o imediatismo, sem olhar a estrutura desse comércio. A estrutura desse comércio é altamente vantajosa para o Brasil; vamos desfazer isso para começar.

A gente está fazendo um esforço enorme, Senador, para a normalidade desse comércio nesse início de ano. Houve reunião dos Ministros na semana passada – do lado brasileiro o Ministro Guido Mantega e eu coordenamos essas reuniões; do lado argentino, o Ministro da Economia, Axel Kicillof, e a Ministra da Indústria, Débora Giorgi –, e os termos desse acordo para manter a corrente de comércio este ano era o tema principal. A reunião foi extremamente bem-sucedida, todas as questões-chave foram abordadas, e o Banco Central argentino se dispôs a cursar normalmente as divisas necessárias para a fluidez desse comércio. Isso foi acordado na reunião entre os Ministros e tem que ser comemorado, já que, num momento de dificuldade cambial da Argentina, você ter um compromisso entre Governos de que isso vai ser mantido é fundamental.

O que foi pedido ao setor privado? Que ele tivesse metas que garantissem o comércio intrazona, o que é absolutamente razoável. Os Estados Unidos fazem isso cotidianamente com o setor privado; a Europa faz isso cotidianamente com o setor privado. Nós temos, muitas vezes, complexo de vira-lata, medo de falar isso – vamos usar aí o termo de Nelson Rodrigues. Por que não? O Brasil fica intimidado de exercer soberanamente a sua força comercial. A força comercial pode, sim, dizer ao setor privado: olha, há metas importantes, que são a preservação do comércio bilateral, fundamentais para haver ganhos de escala e produtividade; sem isso não temos. Se a gente aumenta a participação do comércio extrazona, enfraquecem-se os ganhos de escala no comércio intrazona. Isso, sabidamente, ocorre em qualquer acordo. Se a gente olhar a história do acordo dos Estados Unidos com o México e o Canadá, o Nafta, é a mesma história. Assim, esse compromisso com o setor privado para ampliar a corrente de comércio é fundamental.

Senador Requião, é um prazer tê-lo aqui. Muito obrigado pela presença.

Portanto, eu gostaria primeiro de dizer isto: essa questão é fundamental; nós estamos trabalhando com a Argentina; todas as questões envolvidas nesse acordo de curto prazo foram cumpridas pelos dois Governos, e estamos finalizando. O setor privado vai apresentar as metas finais de compromissos que eles têm com esse comércio na terça-feira que vem.

Então, a reunião foi muito bem-sucedida. O Governo brasileiro apresentou alternativas de mecanismos de financiamento privado, crédito comercial, de curto prazo, 120 dias; a Argentina apresentou alternativas, assumiu o compromisso de cursar todas as divisas necessárias para que esse comércio se mantenha. Assim, eu acredito que nós andamos muito bem.

O Mercosul é suficiente? Evidentemente que não. Então, vamos chegar à famosa Aliança do Pacífico. Quer dizer, muitas vezes, chegam determinados acordos no Brasil que parecem ser a Meca da salvação – esse é outro grande equívoco. E achar que o comércio internacional funciona desse jeito, sinceramente, é um desconhecimento. O comércio internacional não funciona assim.

O que é importante na Aliança do Pacífico? Primeiro, é um bloco extremamente relevante. Do lado da América Latina, representa 212 milhões de habitantes, ou seja, é um bloco maior do que o Brasil isoladamen-

te. Evidentemente, não é maior do que o Mercosul. Calma aí: a Argentina é a segunda economia da América do Sul. Na América Latina como um todo, é Brasil, México e a Argentina em seguida. É a terceira economia. A Colômbia está chegando perto da Argentina, mas não esqueçamos: a Argentina continua como a terceira economia da América Latina e a segunda da América do Sul. Brasil e Argentina juntos, nós somos o terceiro e o quarto mercado do mundo em inúmeras mercadorias – os dois juntos. Na maioria das vezes, nós somos mercados maiores do que a Alemanha. No setor automotivo, nós passamos a Alemanha se os dois estão juntos. O Brasil sozinho é o quarto mercado automotivo do mundo; o terceiro, Brasil e Argentina; em nível de produção, somos a quarta maior plataforma de produção do mundo. Maior do que a Alemanha hoje. Vejam bem. Em uma cadeia em que a Alemanha tem enormes vantagens comparativas com o resto do mundo, o Brasil é a quarta plataforma de produção, junto com a Argentina, na cadeia automotiva.

Então, não vamos fazer fantasia da Aliança do Pacífico. Ela é positiva para o Brasil e o Mercosul? Altamente positiva. Por que ela é positiva? O Brasil – os senhores sabem disso – tem acordo de livre comércio com todos esses países da Aliança do Pacífico. Tem acordo com o Chile; os tarifários com o Chile estão praticamente em 100%; alguns até mais avançados do que dentro do próprio Mercosul. Com o Peru, o Acordo de Complementaridade Econômica tem um cronograma de desgravação de até 2017, sendo que, do lado brasileiro, já foram cumpridos mais de 80%. Então, quanto ao Peru, também estamos muito bem. Do lado da Colômbia, também o nosso acordo de complementaridade econômica está em torno de 75% a 80%; o lado colombiano é um pouco mais tímido, em torno de 64%. No caso do México, o Acordo de Complementaridade Econômica, infelizmente, até agora, restringiu-se apenas ao acordo automotivo, por restrição do México – vamos deixar isso muito claro.

O Governo brasileiro, a Presidenta Dilma tem enorme vontade de ampliar o Acordo de complementaridade Econômica, trazendo o México para um acordo de livre comércio, integrando o conjunto da América do Sul. Esse é um projeto secular da América Latina – nós sabemos disso –, e a gente tem todo o interesse no acordo com o México. O Brasil já manifestou essa oferta de ampliar o Acordo de Complementaridade Econômica com o México, além do setor automotivo.

Então, no tocante aos países do bloco do Pacífico do lado de cá, nós temos acordos exatamente com todos. Mais do que isso, na reunião do grupo Mercosul, do GMC, na segunda e terça-feira da semana que vem, a proposta brasileira que está na pauta da reunião é para antecipar esse acordo de livre comércio para 2016. O Brasil quer, efetivamente, concluir uma zona de livre comércio na América do Sul – isso é fundamental – e caminhar mais rapidamente com o México.

Nós não temos uma política tímida de aliança comercial. Nós temos uma política cuidadosa e efetiva. Não vamos transformar os acordos comerciais em peça de *marketing*. Isso o Brasil não vai fazer, nunca fez; nós temos uma tradição de que os acordos comerciais que fazemos são acordos para valer, e é nesse sentido que nós estamos caminhando para os últimos momentos de selar o acordo com a União Europeia. Esse é o objetivo.

Então, nós temos uma visão estratégica que é de unificação comercial e produtiva na América do Sul e do aprofundamento da nossa integração no comércio mundial. E nós estamos caminhando para fechar um acordo com um dos três maiores parceiros comerciais do Brasil. O Brasil tem três grandes parceiros comerciais, além dos países vizinhos da América do Sul e América Latina. O Brasil tem uma corrente de comércio muito forte com os Estados Unidos, com a União Europeia e com a China, como todo mundo sabe. Desses três, nós já temos um trabalho de estruturação de um acordo comercial com a União Europeia há dez anos. Esse processo foi longo, tem explicações; isso não é sem explicação. A Europa, como os senhores sabem, em 2004, apresentou uma oferta na área agrícola extremamente tímida, e não nos interessa oferta tímida na área agrícola. Nós somos um País, com todo o orgulho, de uma base agroindustrial exportadora de excelência mundial. Não vamos abrir mão de ter acesso ao mercado europeu. Esse acordo nos interessa fundamentalmente em produtos em que temos interesse em complementaridade econômica com a Europa, no caso a indústria, e em setores em que a Europa não tem vantagem comparativa, que é exatamente o agro. Nesse setor, a Europa definitivamente não tem vantagem comparativamente ao Brasil, e nós podemos ocupar de uma forma vigorosa uma parte substantiva do mercado europeu.

Então, sem uma oferta agrícola para valer, nós não vamos continuar esse acordo. Isso é muito claro. Não vamos ser ingênuos aqui. Estamos abrindo a nossa indústria, temos grande potencial de criar economias de escala com a indústria europeia. Há vários segmentos, várias grandes cadeias da Europa que são muito integradas hoje com as brasileiras. Há empresas europeias fundamentais, estratégicas, que operam no Brasil há mais de cem anos e que são fundamentais para uma integração produtiva com a Europa. Então, a gente sabe disso. Agora, na parte que nós temos vantagem comparativamente, de forma definitiva, clara, a gente quer vantagens claras; não vamos fazer esse acordo sem vantagens claras.

Como está o processo de fechamento da proposta do Mercosul? Primeiro, para a gente tirar os fantasmas, a Argentina não tem sido um óbice – nesse processo recente; pode ter sido em outros períodos – para

o fechamento de uma oferta comum do Mercosul. A Argentina quer fazer uma oferta conjunta com o Brasil, Paraguai e Uruguai. A Argentina, em nenhum momento das negociações, colocou-se à parte desse processo; ao contrário, a Argentina é parte fundamental desse acordo. Esse acordo vai ser uma oferta única do Mercosul.

Isso é um motivo de grande orgulho para nós. Não estamos fazendo uma proposta isolada do Brasil ou dos três parceiros: Paraguai, Uruguai e Brasil, mas sim dos quatro parceiros do Mercosul. Os quatro vão fazer uma oferta única. O que tem para a Argentina fechar nesse acordo hoje, no exato momento agora, é quase meio-dia, é praticamente em decimais. No caso da Argentina, nós estamos fechando NCM em decimais. Não é mais em pontos percentuais, um ponto, dois pontos, mas em decimais.

Eu fui, ontem, ao Paraguai, reuni-me com o Presidente Cartes, com o Ministro da Indústria e Comércio, com o Chanceler do Paraguai, com o Presidente do Banco Central e com o Ministro da Fazenda. Então, tivemos reuniões ao longo de todo o dia, terminando com a reunião com o Presidente Cartes que autorizou a todos os negociadores do Paraguai que fechem a parte paraguaia até a reunião de segunda e terça-feira em Caracas. Hoje está tendo uma reunião de Ministros no Paraguai para fechar a oferta paraguaia nos termos que o Brasil propôs.

E no caso do Uruguai, também estamos operando em casas decimais. Quer dizer, nem o Uruguai, nem a Argentina estão neste momento constituindo em óbice, muito menos o Paraguai, que é um país irmão muito integrado ao Brasil e que tem todo o interesse, inclusive na parte agrícola, que é fundamental. O Paraguai junto com o Brasil são dois países, além da Argentina, que têm enorme interesse nesse acordo com a União Europeia.

Então, a proposta brasileira é que a gente rapidamente vá a Bruxelas dizer para as autoridades da Comunidade Europeia que nós estamos prontos para fazer a troca de ofertas. O Mercosul estará pronto para fazer a troca de ofertas. E nós queremos ver o que eles têm para nos oferecer. Quer dizer, ao invés de a gente ficar nas cordas – porque usualmente a gente tem essa postura, ou seja, a gente já chega ao ringue nas cordas, o que é uma postura muito negativa –, nós temos que chegar ao centro do ringue e falar: "Estamos com a oferta pronta. O que vocês têm de interessante para nos oferecer?" Esse é o lado deles. Essa é uma questão em que a nossa Presidenta tem insistido o tempo todo. Quer dizer, o que eles têm a nos oferecer? Nós estamos com a nossa oferta nos termos estabelecidos em 2010. O que eles têm agora para nos oferecer? Então, vamos sair das cordas. Vamos começar essa peleia no centro do ringue. Por que não? O que nos impede de fazer isso? O Brasil tem base industrial, base agrícola, base mineral para uma proposta competitiva. Então, nós estamos levando, sim, para o Mercosul uma proposta competitiva.

Senador, mais alguma questão em que eu falhei ou em que me esqueci de pontuar as questões fundamentais? Estou tentando me ater às questões estratégicas. Se a Comissão entender que podemos ampliar este debate, a gente pode abordar outros temas.

Estou à disposição dos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Ministro.

Nós temos um conjunto de Senadores inscritos para esse diálogo com V. Exª.

Eu passo a palavra à Senadora Ana Amélia; em seguida, aos Senadores Roberto Requião e Senador Eduardo Suplicy.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente Ricardo Ferraço, cumprimento-o pela iniciativa de trazer, de convidar o Ministro Mauro Borges, meu parente; gostaria que fosse, "Lemos " é o meu sobrenome.

O SR. MAURO BORGES LEMOS – "Lemos", que eu saiba, só existe um no Brasil.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Então, está bom.

O SR. MAURO BORGES LEMOS – Veio da Galícia, não é?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Sendo bom, eu digo sempre, sendo bom é sempre meu parente.

Ministro Mauro Borges, eu prestei muita atenção nas suas declarações e, como Senadora do Rio Grande do Sul, agradeço-lhe as referências, o reconhecimento da importância dos empreendedores que fazem a riqueza do nosso Estado. Temos um parque de máquinas agrícolas que responde por 60% de toda a produção brasileira.

E essa vinculação com o Uruguai mais do que no econômico é uma vinculação histórica. Eu quando vou a Montevidéu acho que é muito parecida com Porto Alegre; quando estou em Porto Alegre, acho que é muito parecida também com Montevidéu. Temos um carinho muito grande nessa relação fronteiriça e isso nos aproxima muito. O Uruguai, mesmo que seja um país pequeno, tem sido muito audaz em muitas iniciativas. E a prova é a liderança de José Mujica no processo político, com iniciativas revolucionárias, como a questão da maconha.

O Uruguai adotou uma política de estabelecimento, na zona de fronteira, de *free shops* e ali são comercializados recursos dos consumidores brasileiros que vão em busca de produtos de menor preço. Isso representa mais de US$1,2 bilhão. Esta é uma cifra que não pode ser desconsiderada: US$1,2 bilhão!

Nós aqui, no Congresso, aprovamos um projeto que cria do lado de cá – e a Receita Federal está trabalhando nisso para regulamentar – também a igualdade e a isonomia de tratamento. O Uruguai conseguiu, com isso, desenvolver uma área deprimida, usando o comércio como ponta de lança para essa estratégia de desenvolvimento. E com o dinheiro arrecadado, criou-se um fundo de desenvolvimento regional no Uruguai.

Então, essa é a prova de que algumas medidas inteligentes e criativas fazem isso.

Porém, o senhor lembrou que é muito boa essa relação, mas o Uruguai conseguiu que o Brasil modificasse o acordo automotivo, o que foi uma pendência, um *lío* grande, porque nós estávamos querendo que não fosse apenas uma montagem, mas que houvesse um índice de nacionalização. O Uruguai bateu o pé e conseguiu mudar a posição brasileira.

O Uruguai também exporta para o Brasil – e eu sou de um Estado produtor de frangos – uma grande quantidade de carne de ovinos. Nas nossas churrascarias, grande parte da carne é de ovino. Só que nós não conseguimos exportar para o Uruguai carne de frango. Quer dizer, não pode nem ser considerada a questão sanitária, porque nós exportamos para mais de 160 países frangos de todo o Brasil. E a Região Sul é a mais afetada por isso.

Estou lhe falando do Uruguai, mas, para terminar essas avaliações, existe uma discussão hoje a respeito de que o Brasil estaria financiando a instalação de um porto na Província de Rocher, para haver um porto de profundidade de até 20m de calado, o que, na visão de especialistas e operadores no transporte marítimo, poderia significar um prejuízo não só ao Porto de Rio Grande – que é muito competitivo, é um porto público –, mas a outros portos também, como Paranaguá. No caso do Porto de Rio Grande, houve um programa de dragagem feito em 2007, pelo qual foram feitos investimentos ali para dragagem, melhorando as condições do Porto de Rio Grande, de R$700 milhões. Só que essa dragagem foi feita, e não foi feito, segundo a informação que eu tenho, o registro ou o reconhecimento pela Marinha do Brasil, e aquela dragagem está-se indo pelas águas.

Queria saber se V. Exª tem alguma informação.

Lembrando agora o caso da Argentina, eu percebi do senhor – e como é praxe – um grande otimismo em relação ao Mercosul. Nós, do Rio Grande do Sul, gaúchos, sofremos talvez a fatalidade geográfica de estar tão próximos e ser tão competitivos. E não foi ainda solucionada a questão das barreiras que a Argentina impôs aos calçados do meu Estado; 710 mil pares de sapatos não conseguiram entrar no mercado, importados por empresas argentinas. Foi uma demanda grande que, até agora, não saiu do papel. E a Argentina conseguiu agora do Governo brasileiro financiamento às importações. Eu lhe indago como é que esse financiamento será feito. Criaremos uma linha tipo *Eximbanks* (Export-Import Bank) internacionais. Será operado por quem? Pelo BNDES? Pelo Banco do Brasil? Qual é o agente financeiro que vai fazer isso?

Mesmo que o senhor tenha sublinhado a questão do Mercosul, houve em 2013 uma queda de 20% na relação com a Argentina. O Mercosul já representou 16% do comércio exterior brasileiro; hoje representa 8,6%. Então, como é que essa projeção pode se estabelecer para mais tempo?

E o senhor também agora disse que está tudo fechado em relação ao acordo Mercosul/União Europeia. Deveria ter havido uma reunião dos Presidentes em dezembro, que seria a reunião semestral do Mercosul e que não aconteceu, para se debater exatamente esta questão: Mercosul/União Européia. E nem está marcada ainda uma reunião para este ano, no primeiro semestre, para examinar o mesmo tema.

Ainda na questão do comércio, o Mercosul tem, talvez, nesse acordo Mercosul/União Europeia o principal, digamos, ponto de grandeza comercial, porque a questão agrícola é extremamente sensível. E eu queria dizer-lhe que o que o Mercosul fez até agora foi um acordo comercial com Israel, um com o Egito – e esse acordo com o Egito inclusive esbarra em problemas para o meu Estado na questão de ônibus – e outro com a Autoridade Palestina. Então, mesmo que reconheça a relevância deste país, do ponto de vista do significado comercial e econômico, isso não ocorre.

Finalmente, estive com o Embaixador do Brasil em Buenos Aires, o qual disse que 70% da sua agenda são dedicados às travas no comércio bilateral. O Embaixador Everton Vieira Vargas é gaúcho e, então, conhece bem o que nós temos lá. O comércio é bom para o Brasil, mas, no caso do Rio Grande do Sul, é extremamente prejudicial, com essas barreiras que a Argentina levanta em relação ao comércio bilateral.

Muito obrigada, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Requião, a palavra é de V. Exª.

Nós vamos ouvir os nossos Senadores, Sr. Ministro, e, em seguida, nós passaremos a palavra a V. Exª para uma rodada de respostas.

Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – A minha preocupação é relação a esses acordos bilaterais com o comércio europeu se reportam ao que isso pode acarretar no projeto do Mercosul. O Mercosul fez com que o comércio brasileiro crescesse 968% nesses últimos anos, que é mais do que o dobro do que cresceu o comércio do Brasil com o mundo.

A Europa, com a crise econômica, está naquele dilema que, em determinado momento, o Fernando Henrique traduziu aqui no Brasil como "exportar e exportar; sem exportação, não há salvação". Ela está sem mercado interno. Ela está cortando salário, cortando verba da educação, da previdência, da saúde e está diante de uma situação, que é exportar e exportar. A única saída deles é abrir o mercado.

Então, preocupa-me que esse acordo vem tomando a cara de uma nova Alca; uma "Alca" com a Europa agora. E, depois de uma "Alca" com a Europa, pode ressurgir a tese da velha Alca com os Estados Unidos, que o Lula sepultou algum tempo atrás. Preocupa-me muito essa negociação.

É uma negociação que o Congresso Nacional não tem ideia de como é que está sendo feita. Consultam-se os interesses empresariais, as grandes empresas, mas o Congresso brasileiro não tem a menor ideia do que se discute. Isso está absolutamente fechado para nós, e ao fim e ao cabo, é o Congresso que vai ter que aprovar esse processo todo.

Então, se fala muito na urgência – "vamos resolver isso" –, mas eu acredito que não se resolve isso em dois ou três anos, levando em consideração a lentidão desses processos.

O SR. MAURO BORGES LEMOS – Em geral, três anos, o período normal de negociação.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – A Casa Civil pode dar uma engavetada nisso. Não quando a Gleisi estava lá, porque ela era muito rápida, mas acaba isso tudo sendo mais um discurso do que uma negociação efetiva. Tem que vir para o Congresso.

A respeito disso, inclusive, eu e o Samuel Pinheiro Guimarães, no meu primeiro mandato, fizemos um projeto de *fast track*, que teria um prazo de aprovação, por decurso, desde que o Congresso Nacional estivesse participando das negociações, estivesse presente em todas as negociações. Acabou sendo engavetado aqui por uma manobra do meu companheiro Suplicy, que pediu uma audiência pública. Ele nunca sugeriu com quem, e a Comissão de Relações Exteriores nunca marcou. O Suplicy tinha um projeto semelhante que estava tramitando, já estava na Câmara; ele engavetou o meu com muita habilidade. Não sei se nós ganhamos com isso, mas o projeto do *fast track*, que eu fiz em parceria com Samuel Pinheiro Guimarães, acabou não tramitando mais; ele está enterrado, à espera de uma audiência pública, cuja participação nunca foi indicada e nunca foi marcada.

Então, preocupa-me muito essa "Alca" com a Europa, principalmente porque a Europa não tem mercado interno, ela não tem poder de compra, e nós não vamos competir com produtos chineses, nem japoneses e, muito menos, com os produtos com a tecnologia da própria Europa.

O que eu vejo nisso é um desejo desesperado de abertura do mercado do Mercosul, do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai. Agora, eu, para não ficar só nessa apreensão que tenho em relação a isso, elogio, nessa negociação toda essa tentativa de criarmos uma política semelhante à do Hjalmar Schacht, que recuperou a Alemanha – foi primeiro um auxiliar importante de Hindenburg e, depois, do Hitler –, quando criou uma moeda não moeda, que era um título garantido pelo Banco Central alemão e que viabilizou o crescimento econômico da Alemanha num momento em que a sua própria moeda estava muito desvalorizada e não tinha valor no mundo inteiro. Falo desse acordo, para o qual também me faltam informações, de viabilizar um esquema de financiamento bancário que evitaria, definitivamente, por exemplo, um ataque que provocasse o desabastecimento da Argentina, que criou um fluxo extremamente fluído da Argentina com o Brasil. Então, eu acho que a coisa mais positiva dessas negociações todas é esse...

O SR. MAURO BORGES LEMOS – É CCR o instrumento.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Era a moeda que o Schacht criou, que era a moeda de quatro empresas alemãs, que tinha uma garantia de... Era um título, uma moeda não moeda.

O SR. MAURO BORGES LEMOS – Uma quase moeda.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Não implicou uma inflação, porque não havia emissão de papel. Viabilizou as *autobahns* e, posteriormente, o horror da indústria armamentista alemã, que levou à grande crise na mão do maluco do Hitler. De qualquer forma, uma operação muito interessante. O que o Schacht fez na Alemanha naquela época deve ser olhado com muita atenção hoje. Esse é o lado mais positivo.

Vejo com apreensão essa abertura bilateral, mas, ao mesmo tempo, acho que isso acaba sendo uma conversa excessivamente cantada em prosa e verso, mas não vai se realizar no curto prazo ambos fazerem esse acordo. O que me parece é que o Brasil está acenando, não pode deixar de conversar, mas, concretamente, apesar da anuência da Argentina e tudo o mais, a impressão que tenho é que, se a Argentina está de acordo, Senadora Ana Amélia, nós vamos fazer uma proposta muito boa para nós e inaceitável para eles. Se for muito boa para eles, será rigorosamente inaceitável para nós.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Os europeus ou os argentinos?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Inaceitável para os europeus, que querem o mercado, e nós não podemos aceitar uma abertura absoluta. Eu não vejo muito o que eles possam oferecer para as nossas *commodities*, porque eles já têm uma tributação extremamente reduzida para a entrada de

commodities. Não vejo o que eles possam reduzir no que já reduziram pela sua própria necessidade, falta de produção interna. Então, Ministro, perdoe-me a vulgaridade da expressão, mas essa conversação toda é um pouco de conversa mole.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Eduardo Suplicy, a palavra é de V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, prezado Ministro Mauro Borges Lemos, acho que, primeiro, eu preciso dar uma explicação com respeito ao projeto do mandato negociador.

É fato que solicitei uma audiência pública – e peço ao Presidente Ricardo Ferraço que providencie o quanto antes a realização da audiência pública sobre o projeto do Senador Roberto Requião –, mas eu nunca solicitei qualquer impedimento a quem quer que fosse para que não se realizasse. Ademais, uma das razões pelas quais eu apresentei a solicitação de audiência pública foi para que também fosse considerado o projeto de objetivo semelhante que apresentei.

Aprovado pelo Senado Federal, tramitou na Câmara dos Deputados e foi recém-aprovado pela Câmara dos Deputados o projeto que institui mandato negociador, projeto que também fiz ao tempo em que era Colega do Senador Roberto Requião, ao tempo do Governo do Presidente Lula, quando era Ministro das Relações Exteriores o Ministro Celso Amorim e Secretário Executivo Samuel Pinheiro Guimarães. E o fiz também em cooperação com uma das pessoas com quem tenho um relacionamento excelente com o nosso querido Samuel Pinheiro Guimarães, o Paulo Nogueira Batista Júnior, hoje diretor do FMI, que representa o Brasil e diversos outros países. Lá na Câmara dos Deputados, depois de longa tramitação, com parecer favorável, mas com algumas modificações feitas pelo ex-Senador e Deputado Esperidião Amin, o projeto foi aprovado, após as sugestões que ele recebeu do próprio Itamaraty. Foi aprovado e voltou para o Senado, dada a modificação.

Então, quero dizer ao querido Senador Roberto Requião, que quem sabe possamos aproveitar e fazer a audiência pública sobre as duas proposições, que têm objetivos semelhantes. Então, ao que puder ser resultado dessa audiência eu me coloco à disposição. E agradeço ao Senador Roberto Requião, se puder examinar o projeto tal como aprovado na Câmara, em que medida contempla o que ele próprio propôs e, se ele tiver sugestões de modificação, a nossa Comissão poderá assim decidir.

Tendo em conta aquilo que o Senador Requião enfatizou e que inclusive foi objeto de uma análise recente na revista *Carta Maior*, no artigo "A União Europeia e o Fim do Mercosul", do ex-Secretário Executivo Samuel Pinheiro Guimarães, ele ali cita alguns dados que eu gostaria reproduzir:

7. Desde que o Mercosul foi criado, em 1991, foram os seguintes os principais resultados:

a. *o comércio entre os países do Mercosul aumentou mais de onze vezes desde 1991 enquanto que o comércio mundial cresceu apenas cinco vezes;*

b. *a expansão dos investimentos das empresas privadas nacionais dos países participantes em outras economias do Mercosul;*

c. *o grande influxo de investimentos diretos provenientes de países altamente desenvolvidos, com excedente de capital, e da China, dirigido aos países do Mercosul;*

d. *o financiamento de obras de infraestrutura nos países do bloco por entidades financeiras de países do Mercosul;*

e. *a criação de um fundo, o FOCEM, Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul, com contribuições diferenciadas (97 % do Brasil e da Argentina) para, através de recursos não reembolsáveis, permitir a realização de obras de infraestrutura, em especial no Paraguai e no Uruguai [...];*

f. *o aumento da mobilidade da mão de obra através da assinatura de acordos de residência e de previdência social;*

g. *a coordenação e o intercâmbio de experiências em programas sociais, em especial no campo de combate à pobreza;*

h. a defesa e a consolidação da democracia.

8. Para o Brasil, foram os seguintes os principais resultados da sua participação no Mercosul [aqui assinalados]:

a. *o comércio do Brasil com o Mercosul aumentou dez vezes entre 1991 e 2012 enquanto o comércio do Brasil com o mundo aumentou oito vezes;*

b. *oitenta e quatro por cento das exportações do Brasil para os países do Mercosul são produtos manufaturados enquanto apenas 53% de suas exportações para os Estados Unidos, 36% de suas exportações para a União Européia e 4% de suas exportações para a China são produtos manufaturados;*

c. os países do Mercosul, em especial a Argentina, absorveram 21% das exportações totais de manufaturados brasileiros;

d. *o Brasil teve superávits comerciais com todos os países do Mercosul nos últimos dez anos enquanto tem tido déficit, nos últimos anos, com os países altamente desenvolvidos;*

e. *em 2013, o saldo comercial do Brasil com o Mercosul foi mais do que o dobro do saldo total brasileiro, compensando os déficits comerciais com os Estados Unidos de 11 bilhões de dólares e com a União Europeia, de 3 bilhões de dólares;*

f. *as empresas de capital brasileiro realizaram investimentos importantes nos países do Mercosul, que constituem sua área natural de expansão inicial para o exterior;*

g. *os empréstimos feitos pelo BNDES para a realização de obras de infraestrutura em países do Mercosul resultam em contratos com empresas brasileiras de engenharia e na exportação de bens e serviços pelo Brasil;*

h. *parte importante dos investimentos diretos estrangeiros que se realizam no Brasil tem como objetivo exportar para o conjunto de países que constituem o Mercosul;*

i. *a participação do Brasil no Mercosul permitiu contribuir para a consolidação e defesa da democracia na região e, portanto, para a estabilidade em nossa vizinhança imediata.*

Então, muitos desses aspectos V. Exª, Ministro Mauro Borges Lemos, tinha também salientado, mas eu quis aqui registrá-los porque acho que, se for para realizarmos o acordo com a União Europeia, é importante que sejam resguardados todos esses avanços que obtivemos com o Mercosul e que não haja retrocesso.

Portanto, como poder compatibilizar o avanço do progresso em tudo aquilo que de positivo houve com o Mercosul e realizar um entendimento com a União Europeia que não signifique nenhum prejuízo para essas diretrizes aqui assinaladas com o desenvolvimento do Mercosul?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Ministro, é com muita alegria que a gente vê o otimismo com que V. Exª manifesta a possibilidade de estarmos a caminho das conclusões, pelo menos do entendimento, em relação à construção da nossa proposta para que possamos conhecer a proposta da União Europeia.

Evidentemente que não faz sentido fazer acordo por acordo, mas é fundamental que possamos unificar a nossa posição, e a construção ou o esforço para a construção dessa unificação, que vai permitir o bloco Mercosul apresentar a sua oferta, não tem sido possível.

Mas V. Exª traz efetivamente um sinal muito positivo de que estamos na antessala de fechamento dessa proposta. A expectativa de V. Exª é que isso poderá se dar ainda no mês de maio? E em que período nós estaremos sentando com a União Europeia para finalmente conhecermos a proposta e aí sim avaliarmos se esse é um acordo que interessa ao Mercosul e ao Brasil.

A pergunta que faço é em relação ao *timing,* porque são dez anos de uma negociação que anda de lado, e de fato o sinal que dá V. Exª é de que estamos muito próximos, na casa dos decimais, para fecharmos esse acordo.

Eu gostaria que V. Exª pudesse sinalizar se temos algum *dead line*, algum tempo previsto para essa conclusão.

Mas passo a palavra a S. Exª para as questões que foram levantadas pelos Srs. Senadores, trazendo aqui uma preocupação que está manifestada pela Associação de Comércio Exterior do Brasil, que anda muito preocupada com as nossas relações com a Argentina, evidentemente em razão das questões macroeconômicas daquele país.

A Argentina é muito importante para o nosso comércio externo. Não é pouco, é muito importante. Ela representa aproximadamente 90% das nossas exportações de automóveis, 55% das autopeças, 56% dos veículos de carga, 58% dos tratores. O Brasil, como V. Exª mesmo falou, é o nosso terceiro maior parceiro comercial e mais de 90% do que o Brasil vende para a Argentina é manufaturado; ou seja, uma relação comercial absolutamente distinta da relação comercial nossa com a China, que se estabelece quase que com plataformas de uma relação colonial, considerando essa relação em torno de *commodities*.

Ainda assim, a Associação de Comércio Exterior do Brasil manifesta preocupação e não descarta a possibilidade de um déficit comercial.

O último aconteceu em 2013. Acha a AEB que as exportações do Brasil para a Argentina tendem a cair no mínimo 10% este ano, pelas restrições impostas por uma crise cambial que afeta a Argentina, pelas reservas cambiais da Argentina, que estão muito baixas, na ordem de 28 a 30 bilhões de dólares, segundo estimativas do mercado.

Portanto, são circunstâncias e conjunturas que estão colocadas para além da vontade da Argentina, da nossa vontade, mas são circunstâncias que podem impactar positivamente essa questão.

Eu gostaria que V. Exª pudesse fazer uma abordagem sobre essa questão, assim como uma outra questão que a AEB manifesta, que tem a ver com o chamado desvio de comércio nas nossas relações com a Argentina.

O Brasil chegou a responder por 36%, 36,5% de tudo o que os argentinos compravam no exterior em 2005. No ano passado, o que era 36,5% caiu para 26,5%, e há expectativas de que, neste momento, se atuali-

zarmos esses dados, eles estão próximos de 20%. Portanto, há uma perda efetiva de participação de produtos brasileiros no mercado argentino em função de um desvio de comércio ou de favorecimentos que a Argentina estaria possibilitando a produtos da China.

Era o comentário que eu gostaria que V. Exª pudesse fazer, ao lhe passar a palavra.

O SR. MAURO BORGES LEMOS – Obrigado Senador Ricardo Ferraço. Gostaria primeiro de uma resposta mais geral e depois eu entraria em algumas questões que a Senadora Ana Amélia levantou.

Antes dos meus comentários, quero cumprimentar o Senador Inácio Arruda, que...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – (*Fora do microfone.*) É um prazer enorme.

O SR. MAURO BORGES LEMOS – Muito prazer, Senador. A sua presença aqui é muito importante, para nos dar um *feedback* sobre o que estamos fazendo, sobre se estamos no rumo correto, o que é muito importante.

Obrigado.

A primeira questão é dirimir uma dúvida, porque acho que com os números nós não podemos brigar.

Em 2004, a nossa corrente de comércio no Mercosul era de US$17 bilhões; em 2013, de US$50 bilhões, um aumento de US$43 bilhões. Gente, com números também não podemos brigar. Quer dizer, é óbvio que esse acordo comercial é benéfico para o Brasil.

O nosso Senador aqui já deu os números. O conteúdo desse comércio é fundamentalmente de produtos manufaturados, de serviços tecnológicos e de serviços ligados à atividade produtiva.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Cinquenta e cinco por cento, do setor automotivo.

O SR. MAURO BORGES LEMOS – Então, esse é um acordo altamente vantajoso, não vamos brigar com os números.

Agora, se pegarmos o dado – a estatística é sempre uma coisa perigosa de mexer, porque se pode ir para o lado que interessar. Não é o meu caso aqui. Estou com todos os números transparentes, essa não é a questão.

Mas, obviamente, em 2011, houve um pico de corrente de comércio de US$53 bilhões. Isso – vamos dizer – é um ponto fora da curva. Por quê? Por uma razão muito óbvia: o Brasil em 2010 cresceu, simplesmente, 7,5% da sua economia. Isso foi fundamental para o volume de comércio estar nesse tamanho.

A Argentina cresceu nesse ano 8%. Isso é taxa de crescimento chinês, gente. Não se consegue manter um volume de comércio com economias crescendo na média de 7%, 8% por toda a vida. Isso não é real no mundo das economias nacionais efetivas. Então, vamos ter mais cuidado, senão começamos a colocar questões muito fora do que é o chão do comércio internacional.

Então, esses são números reais, os números que estou mostrando aqui.

Vamos pegar um dado também que nos interessa. A crise de 2008 foi... O Professor Delfim Netto cunhou um termo muito interessante, que chamou de grande recessão 2007/2008, fazendo obviamente uma analogia com a Grande Depressão, de 1929. Por que ele fez essa analogia? Porque, por tudo que aprendemos de política econômica ao longo do século XX e da primeira década do século XXI, o mundo impediu, os bancos centrais, os governos, que tivéssemos uma nova depressão como foi a de 1929, mas tivemos uma grande recessão, de 2007/2008, que afetou principalmente os países desenvolvidos. Afetou os emergentes em nível menor, mas afetou. Estamos vivendo essas dificuldades para o conjunto da economia mundial. Então, foi um período extremamente difícil.

Vou dar o número dessa corrente de comércio do Mercosul. Em 2008, aliás, em 2009, que é a referência dos efeitos da crise – esse foi o período mais duro para o Brasil, inclusive –, a corrente foi US$33 bilhões e, em 2013, US$50 bilhões, no período da grande recessão do Professor Delfim Netto.

Então, vamos ter mais cuidado, senão começamos a colocar determinadas coisas na mesa que são infactíveis do ponto de vista da condução da política de comércio exterior do Governo brasileiro. Quer dizer, vamos ver o mundo em que estamos realmente pisando.

Esse comércio é altamente vantajoso. Ele é suficiente? O Senador deixou muito claro: é insuficiente. Nós somos uma potência econômica hoje, então...

Aí a Senadora Ana Amélia tem toda a razão: temos de ir muito mais além disso. Falar que estamos restritos a pequenos acordos comerciais, com Israel, isso é falado recorrentemente como um argumento de retórica. Nós sabemos que não é isso. Quer dizer, o Brasil – já falei no início do meu pronunciamento – tem acordos comerciais, acordos de complementaridade econômica com quase 80% dos países da América do Sul e América Latina e, do ponto de vista de corrente de comércio, isso tem uma cobertura de mais de 90%.

Todos nós temos acordos de livre comércio, pois nós estamos num processo de desgravação. Como eu disse na reunião de segunda e terça-feira em Caracas, o Brasil está propondo antecipar esse processo de desgravação para 2016.

Então, isso é fundamental. Esses são os nossos vizinhos com quem a gente nunca teve uma corrente de comércio tão consistente como agora. Então, não temos acordo comercial? Temos. E você faz acordo comer-

cial com quem, do ponto de vista estrutural? O Senador Requião foi muito bem. Com os nossos vizinhos mais próximos. O Mercosul foi o imediato – e atrasado, inclusive, com décadas de atraso. Estamos fazendo o nosso dever de casa.

Nenhum país explora vantagens de economias de aglomeração, economias de escala sem que seja geograficamente contíguo aos outros países. Acordo comercial envolve contiguidade geográfica por definição. Isso é uma coisa clássica em economia internacional. Isso é be-a-bá. É aula que a gente dá no primeiro ano de economia internacional na faculdade de economia. Então, não vamos inventar a roda. Esse é o caminho natural e o Brasil está rigorosamente cursando esse caminho.

É possível fazer acordos com países não geograficamente contíguos? É possível. São os grandes parceiros comerciais. Estamos dando um passo para o bloco que era o bloco que, por razões históricas desse comércio, tinha as maiores possibilidades, que é o bloco da União Europeia. Estamos prestes a concluir esse acordo. Não é porque demoramos dez anos que não podemos concluir esse acordo agora em maio ou junho.

Nós temos, Senador Ferraço, prazo, sim. A proposta do Brasil é que a gente conclua na semana que vem a oferta do Mercosul e que a gente apresente essa oferta o mais rapidamente, possivelmente no final de maio início de junho, e a União Europeia é que vai nos dizer quando é que vai estar pronta. Nós estaremos prontos para trocar a oferta no final de maio. Estaremos prontos para trocar a oferta. O Mercosul estará pronto. Se houver qualquer atraso, qualquer problema de adiamento dessa troca de ofertas, essa será uma responsabilidade da União Europeia e não do Mercosul. Vamos deixar isso claro. Vamos deixar um pouco o complexo de vira-lata de lado. Nós estamos sendo protagonistas nessa oferta. Não é a União Europeia, ela não colocou de forma nenhuma a sua oferta na mesa. Vamos colocar a nossa oferta antes deles. Não sei quanto de cota de carne eles vão oferecer, por exemplo, eu tenho uma ideia. Mas essa proposta não está efetivamente colocada.

Senador Requião, interessa, sim. E por que interessa? Ao contrário do que muitas vezes tem se falado, a tarifa de importação de produtos agrícolas na União Europeia é elevadíssima, elevadíssima. Ela funciona com esquema de cotas, onde a cota do Mercosul e particularmente do Brasil é muito pequena. O que a gente quer é multiplicar por quatro ou cinco vezes o volume de exportação de produtos agrícolas para a Europa, porque as nossas cotas são muito diminutas e se você exportar extra cota há um imposto de exportação que inviabiliza a efetivação desse comércio.

Quer dizer, não temos outro caminho a não ser um acordo com a União Europeia para que a nossa competitividade agrícola se pronuncie na corrente de comércio com a Europa. Não há outro mecanismo.

Temos vantagem de complementaridade na indústria? Temos sim. Nós temos, por razões históricas, uma presença de empresas europeias aqui e, nos últimos 20 anos, particularmente do ano de 2000 para cá, empresas brasileiras na Europa. Hoje nós temos uma relação de investimento cruzado em torno de um para seis; nos Estados Unidos é de um para quatro. Há 30 anos a gente não imaginava que seria possível estar investindo tão fortemente nos Estados Unidos e na Europa e eu acredito que o apoio da União Europeia vai acelerar fortemente os investimentos brasileiros na Europa. Quer dizer, isso aí implica que a nossa desigualdade com a Europa, que era uma relação inteiramente desigual de investimentos cruzados – praticamente, o Brasil não tinha investimentos na Europa –, hoje essa realidade com o acordo comercial vai acontecer e isso vai significar integração produtiva.

Temos vantagem na indústria? Temos. O Brasil hoje, a nossa indústria – ao contrário da maioria dos países emergentes, com exceção da China –, nós temos uma matriz industrial extremamente sofisticada. Nós não optamos pelo que o México fez, que é uma opção de desenvolvimento, que é ser um país de montagem.

O Brasil é um país fabril. Tem uma matriz industrial, cadeias produtivas extremamente adensadas, comparativamente aos países emergentes. Quer dizer, nós fizemos a opção... Essa opção foi do Estado brasileiro. Isso foi feito ainda na primeira metade do século XX. Já é uma opção que eu considero que qualquer governo não mudaria essa trajetória. E, consequentemente, se a gente tem uma base industrial sofisticada, nos interessam acordos comerciais. Quer dizer, temos vantagem de escala, temos possibilidade de investimentos cruzados e, evidentemente, nós temos que fortalecer as nossas vantagens comparativas nesse processo de integração na indústria.

Então, este é o momento, sob o risco de a gente estar fora das cadeias globais.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Em que setor? Em que setor nós teríamos vantagens...

O SR. MAURO BORGES LEMOS – No setor metal mecânico, temos inúmeras vantagens. Quer dizer, o próprio setor automotivo, para dar um exemplo, que é um setor que inicialmente tem só empresa estrangeira, o que a gente conseguiu adensar na cadeia automotiva hoje com empresas estabelecidas no Brasil e com centros de pesquisa e desenvolvimento é altíssimo. O setor de fármacos, em que os europeus têm enormes vantagens comparativas, hoje a gente tem uma indústria de fármacos no Brasil bastante avançada. Nós temos

oito empresas brasileiras, capital nacional de fármacos já com centros de P&D. Começaram com produção de genéricos, hoje estão adensando o seu conhecimento na área de biofármacos, na área de biotecnologia. São empresas altamente capitalizadas.

Quer dizer, por que nós não podemos exportar também biofármacos para a Europa se os nossos custos do ponto de vista estrutural são muito menores que os da Europa?

Quer dizer, onde tem um mercado de trabalho enrijecido, estamos caminhando para a modernização do mercado de trabalho brasileiro. Somos uma economia de mercado muito mais jovem do que a Europa, com muito mais dinamismo.

Então, em um acordo com a Europa, que é uma economia relativamente velha, nós temos só a ganhar. Se a gente não fizer esse passo, nós vamos ficar isolados das dinâmicas das cadeias mundiais. Essa é uma oportunidade. O cavalo está passando encilhado uma única vez. A Europa tem outras possibilidades de acordo. Vamos montar nesse cavalo, que os nossos ganhos são grandes.

O Brasil fez estudos para todos os setores. Nós temos estudos de impacto econômico dessa integração. Não estamos fazendo isso de uma forma voluntarista, aventureira. Isso está sendo feito com estudos econométricos, estudos matemáticos, estudos de modelagem matemática sólidos, com análise econômica fundamentada. Temos que trazer para esta Casa. O senhor tem toda a razão. Isso não vai para frente sem que esta Casa aprofunde essa discussão. Uma vez feita a oferta inicial, que é o procedimento usual, esta Casa é que vai dar o tom a partir desse momento da oferta. Quando for feita essa oferta, as rédeas passam para o Senado, para o Congresso Nacional. Essa é a dinâmica usual. Nós não estamos deixando de fazer nenhum rito programado no processo de consolidação desse acordo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Só aproveitando essa sua imagem equina, o que me preocupa é o desenvolvimento da indústria brasileira. V. Exª falou que temos um cavalo encilhado passando. E eu vou lá para Portugal, para os autos do Gil Vicente: "Antes um burro que me carregue do que um cavalo que me derrube".

O SR. MAURO BORGES LEMOS – Perfeito. Temos que ter o maior cuidado, Senador. Agora, o cuidado não significa que a gente tenha que caminhar. Como o Sr. sabe, eu sou mineiro. Mineiro, por definição, é um ser mais cuidadoso, conservador no sentido das suas ações. E, obviamente que o Governo, a Presidenta não daria esse espaço se a gente não tivesse muita segurança de que esses passos são seguros e que não vão comprometer uma matriz industrial que foi construída a duras penas.

Nós temos mais de cem anos de construção dessa matriz industrial. Quer dizer, não vamos jogar isso da noite para o dia para fora. Sabemos disso. Quer dizer, o Governo tem muita responsabilidade, tem uma política industrial que está acoplada a essa política comercial, que é uma política, de fato, mais agressiva. Mas, nós temos uma política industrial muito bem sucedida no Brasil, que tem resultados concretos, importantes. Então, essa é uma questão que eu gostaria de registrar.

As questões que a Senadora levantou. A demanda de debruçarmos sobre a questão da isonomia tributária na zona fronteiriça com o Uruguai, considero de alta relevância. Sem dúvida, essa zona fronteiriça pode ser uma plataforma de *free shop* com toda a lógica dessas zonas fronteiriças, não só do Brasil com o Uruguai, mas há exemplos no mundo inteiro. Considero que a proposição da senhora, Senadora, é absolutamente consistente e pertinente. Temos que colocar isso na Mesa, na pauta de conversações para que esse tipo de proposta tenha solidez e efetividade. Considero que é uma proposta que faz todo o sentido do ponto de vista econômico e geopolítico, pelas razões que a senhora muito bem expressou.

O assunto do Porto de Rocher não foi um ponto prioritário da minha agenda desde que entrei no Ministério. Prometo à senhora que vou me debruçar sobre esse tema, que é importante na relação bilateral.

Temos plena consciência da importância estratégica, para o Brasil, do Porto do Rio Grande. Esse porto tem que ganhar escala. Ele tem um enorme potencial e o Brasil não poderia comprometer, de forma nenhuma, o projeto do Porto do Rio Grande. Dentro dos interesses bilaterais Brasil-Uruguai, evidentemente temos que ter uma postura positiva com o Uruguai, mas não podemos comprometer projetos estruturantes, como é o Porto do Rio Grande para a economia brasileira, não só para a economia gaúcha, para a economia brasileira. Há vários segmentos na área, por exemplo, de petróleo, de gás e naval, onde o porto já tem um papel estratégico. Estamos muito conscientes e temos que ter muito cuidado nesse processo. A minha promessa, aqui, é trazer esse tema para a minha mesa de trabalho.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Pela ordem, Presidente. Como o Ministro Mauro Borges terminou de responder as minhas questões, queria fazer apenas duas ponderações.

O SR. MAURO BORGES LEMOS – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Começo pelo fim, em relação ao *free shop*, caro Ministro. O autor do projeto de lei foi o Deputado Marco Maia, e eu fui a relatora, aqui, em caráter definitivo e, também, no

plenário. Este projeto pega toda a fronteira brasileira porque não é só o Rio Grande do Sul que tem essa, digamos, distorção em uma região competitiva, que é a fronteira. O Mato Grosso do Sul também tem fronteira com o Paraguai e com a Bolívia e, ali, também, é praticado o sistema de *free shop* do lado paraguaio e do lado boliviano. Então, isso vale para todo o território brasileiro. Praticamente todos os Estados a oeste serão beneficiados.

Essa explicação sobre a questão do *free shop*, que já está em andamento. A Secretaria da Receita Federal está trabalhando na regulamentação, pois, como foi sancionado, agora, cabe a regulamentação. A Receita está convivendo, tecnicamente, com um modelo que nunca foi praticado no Brasil. Apenas para lhe esclarecer sobre autorias e iniciativas.

Agradeço, também, a sua disponibilidade em relação às informações sobre o Porto de Rocher. Quero esclarecer, com relação a isso, Ministro, que eu não sou contra. Pelo contrário, sou favorável sim a, cada vez mais, termos uma aproximação com o Uruguai, especialmente, por conta de toda identidade que temos.

Só penso que o correto é que o Brasil faça os investimentos aqui dentro em áreas estratégicas, como é o sistema portuário. Quando fizer aqui, pode fazer lá da mesma forma. O que não me parece justo é, para os operadores, para o mercado exportador, que se faça fora, e nós continuamos com deficiências na logística. Esse é apenas meu ponto de vista. Queremos ajudar.

E, quando o senhor começou a falar sobre a questão do comércio no Mercosul, pareceu que eu sou contrária ao Mercosul sobre a questão das vantagens. Absolutamente, Ministro.

Eu entendo, como gaúcha de um Estado que tem dois países... O Uruguai, por exemplo, só faz divisa, só tem fronteira com o Rio Grande, e grande parte da fronteira da Argentina é com o meu Estado – para muito orgulho nosso. Estamos já trabalhando em mais uma terceira ponte sobre o Rio Uruguai, para ligação com a Argentina. Temos Uruguaiana-Libres, por onde passa 70% do que vem da Argentina ou do que vai daqui para lá. Visitei o porto seco da região; é extraordinário. Estou lutando por aumentar o efetivo na fiscalização aduaneira da Polícia Rodoviária Federal, todo aparato de Estado para esse trabalho.

E queria lhe informar também, dada a relevância desse tema, que eu consegui destravar, na Câmara dos Deputados, a pedido do Itamaraty, mas também por entender que é o Estado do Rio Grande do Sul o maior beneficiado, um acordo bilateral de fronteira Brasil-Argentina, que estava tramitando fazia mais de dois anos, e eu consegui apressar a Câmara a fazer isso. Portanto, isso mostra o meu interesse nessa relação bilateral.

E, agora, consegui que o Ministério da Agricultura desse a última assinatura, e o Ministério da Saúde da mesma forma, porque os ministérios precisam ratificar acordos que Presidentes da República fazem – eu não entendo esse processo, mas é assim; espero que um dia seja facilitado. Agora depende apenas do Ministério das Relações Exteriores a finalização desse processo, e da Casa Civil.

Finalmente, portanto, o fato de eu abordar problemas, não significa que eu seja contra; eu estou fazendo aquilo que compete a mim fazer, para reconhecer dificuldades e resolver os problemas. Tão somente isso. Eu tenho a máxima e a melhor disposição, como Senadora do Rio Grande do Sul, de entender que o Mercosul é, sim, um projeto estratégico.

Nós até tínhamos, lá nos anos 80, Presidente Sarney e eu, jornalista, falado que se criaria uma moeda própria para o setor que se chamaria gaúcho ou *gaucho*, como chamam os castelhanos.

Apenas para esclarecer, para que não restem dúvidas sobre o meu interesse em relação ao Mercosul e ao reconhecimento das suas vantagens, mas o que não me impede de mostrar algumas das nossas pendências, dos nossos *líos*, como diriam os argentinos.

Muito obrigada.

O SR. MAURO BORGES LEMOS – Obrigado, Senadora; obrigado pelos esclarecimentos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Presidente, brevemente, para uma indagação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – É uma indagação simplória, Mauro. Muitas coisas já foram discutidas – eu estava em outra reunião e não tive oportunidade de acompanhar a sua exposição inicial.

Mas, que Estados do Mercosul e da América do Sul são superavitários com o Brasil nas suas relações comerciais? Qual país é superavitário com o Brasil? Quais entre os do Mercosul e na América do Sul?

O SR. MAURO BORGES LEMOS – Olha, praticamente nenhum. Secretário, há algum? Secretário de Comércio Exterior, qual é... Bolívia, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAURO BORGES LEMOS – Só a Bolívia.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Por conta do gás que é importado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Claro. Então somente a Bolívia é superavitário com o Brasil – relação direta com a importação de gás praticada pelo Brasil.

O SR. MAURO BORGES LEMOS – Exatamente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Então, isso é para dar a dimensão do que nós temos que fazer, como país, o Brasil, na contribuição aos nossos países da América do Sul, para que eles acessem o mercado brasileiro, porque também é vantagem para o Brasil que os nossos vizinhos cresçam.

Normalmente há a ideia de que tem que ser o contrário: nós temos que sufocá-los em exportações, impedi-los de se desenvolver e transformá-los em mercados cativos, subordinados. Isso seria um grande equívoco. Aí, sim, seria praticar uma política colonialista, que seria absurdamente inadequada para o Brasil.

É importante que as pessoas, no País inteiro, saibam que o único país que tem superávit com o Brasil, na América do Sul, é a Bolívia, por conta do gás que nós compramos. O Brasil é superavitário em todos os países da América do Sul. Portanto, a nossa relação comercial é, digamos assim, desequilibrada em relação aos nossos vizinhos. Eu acho que isso é um dado que temos sempre de considerar bastante no Brasil, para que possamos estreitar mais as relações comerciais e políticas, porque, senão, as relações políticas terminam se esgarçando por conta da incapacidade dos países de acessarem o mercado brasileiro ou desenvolverem o seu parque industrial. É muito importante para o Brasil que eles cresçam, porque são nações importantes, e nós temos interesses em fortalecer esses laços. Então, crescer essa relação comercial ainda mais talvez exija de nós apostarmos também em financiar parte da infraestrutura dessas nações, ao mesmo tempo em que estamos fazendo a nossa.

Eu digo para o senhor que há um porto novo no Ceará que tem recebido muitos investimentos do Governo Federal. Alguns portos da nossa região também têm recebido muitos investimentos do Governo Federal. Eu acho que nós estamos numa ampliação dos recursos na logística portuária no Brasil inteiro, mas ainda há um gargalo gigantesco na nossa região, que é a ligação ferroviária, que praticamente não existe no Brasil, além de a relação ferroviária nossa com os países da América do Sul é inexistente praticamente, ou seja, não há ligação ferroviária nenhuma. É uma coisa trágica. Nós precisamos também apostar nessa malha nova que temos de fazer entre nós e a América do Sul.

Eu fiz essa indagação apenas para que pudéssemos...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Destacar a relevância, a importância.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – ... deixar clara a importância das relações nossas. Que os países cresçam é importante para nós, muito importante para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Ministro Mauro...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Eu não sei se já é possível, agora, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não, não, não. Não é possível. Nós não encerramos aqui. Em seguida, vamos faze a nossa parte deliberativa.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Pronto. Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – E aí, como V. Exª quer encaminhar um requerimento extrapauta com o nosso apoio, nós deliberaremos.

Ministro, agradecendo a presença de V. Exª e, sobretudo, o otimismo com que V. Exª está liderando o coroamento desses entendimentos com os países que compõem com o Brasil o Mercosul, nós queremos agradecer a presença de V. Exª e desejar, evidentemente, todo o êxito, porque o êxito de V. Exª será o êxito do Brasil e do Mercosul. Não há questionamento em relação à importância do Mercosul. A questão central é esta: o Mercosul é fundamental para o nosso País, para a nossa região, não apenas pelas questões comerciais, mas pelos aspectos culturais e pelas convergências que o Brasil precisa continuar construindo como líder natural na região, mas é evidente que o Mercosul é insuficiente para a dimensão da economia brasileira. E esse é um bom problema.

Eu não posso, Ministro, perder a oportunidade de registrar a V. Exª uma preocupação desta Comissão. Nós temos sido procurados aqui, na Comissão, por brasileiros e empreendedores – e já tivemos a oportunidade de conversar com V. Exª – sobre a situação do Instituto Nacional de Propriedade Industrial. Há, aqui, inclusive, uma matéria da *Folha de S.Paulo*, Ministro, do último 20 de abril, dando conta de que o Brasil está levando até 14 anos para garantir a proteção à inovação, na prática. No setor de telecomunicações, Ministro, mais de 14 anos! No setor de telecomunicações, mais de 14 anos; no setor de alimentos, plantas e correlatos, mais de 13 anos; no setor de biologia molecular e correlatos, mais de 13 anos; em embalagem, em metalurgia, em agricultura... Portanto, faz-se necessário, Sr. Ministro, que nós possamos olhar para essa questão, porque, se nós não protegermos os nossos brasileiros empreendedores e inovadores, é como se nós estivéssemos entregando, usando uma linguagem popular, o galinheiro para a raposa tomar conta. Não há a menor possibilidade neste mundo de Deus em que nós estamos vivendo, com essa competição estabelecida, que o INPI continue oferecendo essa baixa qualidade de atenção à inovação brasileira. V. Exª é da área, é do ramo. Eu quero aqui fazer um

apelo público a V. Exª para que nós possamos colocar no centro das suas preocupações e das suas prioridades a questão da proteção da inovação e do empreendedor brasileiro que, de forma republicana, como cidadão, precisa receber por parte do INPI uma resposta efetiva para a sua capacidade empreendedora. Os países que conseguiram se desenvolver, entre tantos outros fatores, o fizeram protegendo a inovação, apostando na ciência e na tecnologia. Portanto, não posso perder a oportunidade de apelar a V. Exª, que está há poucos meses no Ministério, que possa colocar como prioridade. Sei das dificuldades estruturais do INPI, e o Senado e esta Comissão querem se colocar ao lado de V. Exª e dos funcionários do INPI para que possamos reestruturar esse órgão, para que eles possam responder de maneira mais adequada às necessidades do inovador brasileiro que está em uma via-crúcis em função de seus inventos e de sua inovação.

Portanto, com essa manifestação, passo a palavra a V. Exª para que possamos concluir. Agradeço muito a presença de V. Exª.

O SR. MAURO BORGES LEMOS – Agradeço ao Senador Ricardo Ferraço e agradeço, em nome do Senador, toda a Comissão de Comércio Exterior, mais essa oportunidade de o Ministro da Indústria e Comércio Exterior poder vir aqui. É minha primeira vinda a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – E que não seja a última, apenas a primeira.

O SR. MAURO BORGES LEMOS – Estarei à disposição, o senhor sabe disso, que estou sempre à disposição para vir e discutir. Acredito plenamente que as coisas acontecem nesta Casa. Sem que os executivos estejam inteiramente alinhados com a agenda da Casa, a gente não consegue evoluir. Nós, como uma sociedade democrática, estamos aprendendo isso, que esse é o caminho.

Então, realmente quero trabalhar junto com o Congresso Nacional e, particularmente, com esta Casa que é o Senado Federal.

Muito obrigado pela oportunidade.

Gostaria de dizer especificamente, como o Senador sabe, o INPI está vivendo um processo de modernização. No Brasil, sempre existem duas situações. Muitas vezes você tem um copo e tem sempre um lado vazio e um lado cheio dele. Quando você olha para o lado vazio – e ele é verdadeiro, não é fantasioso – esses números que o Senhor citou são números verdadeiros, é o nosso déficit, quer dizer, ele tem um déficit acumulado de décadas, e não foram tomadas as devidas medidas e se acumulou um déficit naquele setor.

No caso do INPI, tem um *backlog* extremamente alto de patentes e marcas, principalmente patentes, o senhor falou muito bem, esse é um diagnóstico comum que o governo tem. E o senhor sabe que estamos implementando um processo de modernização. O que estou falando aqui não é que vamos fazer a modernização, o INPI está em pleno processo de reestruturação, de modernização. O seu novo presidente, que é o diplomata Otávio Brandelli, fez a carreira no Itamaraty especializado nesse tema, ele é altamente capacitado para liderar o processo de modernização do INPI.

Queria agradecer a esta Casa, porque foi aprovado em lei, no ano passado, o aumento de 300 vagas para analistas, tanto analistas de patentes como de marcas, e isso vai dar uma nova escala para o INPI. Estamos caminhando, com a aprovação que foi feita nesta Casa dessas vagas adicionais, e vamos chegar em todo o processo de realização de concurso, são etapas, porque são especialistas. Não se pode abrir um concurso para admitir todo mundo, eles exigem um nível de especialidade muito alto. Então, você tem que ter cuidado nos concursos. Já temos um cronograma de concurso nos próximos três anos. O INPI vai sair de um corpo técnico de 1.020 funcionários para 1.800 funcionários.

Nesse sentido, estaremos entre os cinco maiores institutos de análise de propriedade intelectual do mundo, equivalente ao tamanho da nossa economia. O senhor tem toda razão, temos que tornar a propriedade intelectual adequada, por exemplo, a um acordo como esse da União Europeia. Como vamos fazer a integração comercial com a Europa sem um instituto muito forte de propriedade intelectual? Seria tecnicamente inviável, não aproveitaríamos essa oportunidade que é essa oferta, essa integração comercial.

Então, estamos em pleno processo de modernização do INPI. Existem já várias etapas. Essa modernização está organizada em várias medidas, em um cronograma de implementação e, se o senhor considerar adequado, a gente pode trazer aqui para uma comissão conjunta e apresentar todo o plano de modernização como ele está.

Quer dizer, aí eu estou olhando para o lado cheio do copo; o lado vazio existe, eu não nego, eu o estou vendo aqui, ele é real, os dados que o senhor deu são verdadeiros, agora, eu estou olhando também para o lado cheio do copo, e, se o senhor assim o desejar, se a Comissão achar adequado, podemos fazer uma apresentação na Comissão de Inovação e Tecnologia junto com a Comissão de Comércio Exterior, porque tem tudo a ver com propriedade intelectual, não conseguimos fazer política comercial sem um instituto de propriedade intelectual muito sólido, é estado da arte no mundo, não tem jeito, seria ilusão. O Brasil tem uma economia de meio bilhão de dólares de corrente de comércio, é uma economia grande, não podemos brincar com isso.

Então, está aqui a oferta, a gente viria com todo prazer apresentar o plano de modernização do Instituto Nacional de Propriedade Industrial brasileiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Está feita a oferta e está aceita a provocação; vamos fazer em parceria, vamos propor ao Senador Zezé Perrella, da Comissão de Ciência e Tecnologia, onde atuo, uma audiência pública compartilhada para que nós possamos discutir e debater os passos que já foram dados na direção de reestruturarmos o Instituto Nacional de Proteção Industrial, as dificuldades e os gargalos que estão postos e, eventualmente, até a adequação da legislação, com mecanismos de *fast track* que possam possibilitar ao INPI, ao Ministério que V. Exª conduz, que é o guardião da nossa política industrial, para que arranjos econômicos que fazem parte da prioridade da política industrial brasileira possam, de alguma forma, terem celeridade na avaliação da proteção à inovação enquanto esse processo de estruturação se dá, já que é um processo que tem passos que não são tão curtos.

Mas a provocação de V. Exª vem em boa medida, nós aceitamos e vamos compartilhar com a Comissão de Ciência e Tecnologia a construção de um debate para que nós possamos, como parlamentares, conhecer as dificuldades do INPI e, aí, auxiliar V. Exª nessa direção, que é, de fato, um mecanismo fundamental o de proteger a capacidade da inovação do empreendedor brasileiro.

Queremos agradecer a presença de V. Exª e dizer que para nós é uma honra e uma alegria receber aqui não apenas o Ministro, mas o Prof. Mauro Borges.

Muito obrigado.

O SR. MAURO BORGES LEMOS – Muito obrigado, Senador; muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós temos alguns requerimentos que precisam ser deliberados.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 39, de 2014

Requeiro, nos termos do §1º do artigo 96-B (Res. 44/13) do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE – avalie a política nacional de proteção aos brasileiros vítimas de tráfico internacional de pessoas e violências assemelhadas no exterior.
Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros

Coloco em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos encerrar a discussão e colocar em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 40, de 2014

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, a constituição de comitiva oficial de Senadores que desejem participar da reunião de chefes de estado do grupo BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – que estarão reunidos em Fortaleza em 15 e 16 de julho no Centro de Eventos do Ceará, com o objetivo de avaliar as conquistas dos BRICS e planejar o futuro dos países membros deste grupo de nações emergentes.
Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Sr. Presidente, talvez tivéssemos apenas que agregar o dia 14, porque a reunião, como V. Exª disse, dos chefes de Estados é nos dias 15 e 16, mas já no dia 14 há uma série de eventos, inclusive na área industrial, de agricultura sendo realizados.

Então, talvez fosse o caso de agregarmos o dia 14.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Vamos fazer a retificação aqui, oportunamente, solicitada pelo Senador Inácio Arruda, para os dias 14, 15 e 16, para que o Parlamento e o Senado possam acompanhar este importante encontro, em que estarão presentes os mandatários do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, na cidade de Fortaleza, capital do nosso querido e estimado Estado do Ceará.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 41, de 2014

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debater o aumento expressivo do número de refugiados no Brasil, sua situação, bem como a capacidade do Estado brasileiro em responder às novas demandas de refúgio, também em ritmo crescente.

Para tanto, solicitamos a presença dos seguintes convidados:

• Sra. Jana Petaccia de Macedo – Coordenadora-Geral de Assuntos de Refugiados;

• Sr. Paulo Abrão Pires Junior – Secretário Nacional de Justiça e presidente do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE).

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento que propõe... A audiência pública dos BRICS já foi aprovada.

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Sr. Presidente, com a anuência de V. Exª, a quem solicitei o apoio, e V. Exª não pestanejou, imediatamente indicou o requerimento, que estou subscrevendo, sobre a realização de audiência com os embaixadores dos países do BRICS, Rússia, Índia, China e África do Sul, para que possamos examinar. Já aprovamos uma comitiva que vai até a cidade de Fortaleza e seria muito importante para nós que pudéssemos ouvir os embaixadores antes de estarmos em Fortaleza. Então, a minha proposta é que a gente consiga ouvir os embaixadores dos países do BRICS e também o representante brasileiro, que está negociando a realização do encontro no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Solicita, portanto, o Senador Inácio Arruda, extrapauta, a constituição de uma audiência pública para que possamos convidar os senhores embaixadores, o que dará, evidentemente, grande honra e alegria a esta Comissão e ao Senado: receber S. Exªs, os Embaixadores da Rússia, da Índia, da China, da África do Sul e o representante do Ministério das Relações Exteriores, que está trabalhando diretamente na construção dessa assembleia de cúpula dos BRICS, que será realizada na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 42, de 2014

Requeiro, nos termos do art.93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para tratar das expectativas dos países que compõem o grupo BRICS, em relação a cúpula de Chefes de Estado, a realizar-se em Fortaleza nos dias 15 e 16 de julho no Centro de Eventos do Ceará. Para tanto, solicito a presença dos Embaixadores da Rússia, Índia, China e África do Sul, bem como, representante do Ministério das Relações Exteriores responsável pelo assunto.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço e outros.)

Vamos ultimar o convite às S. Exªs os senhores embaixadores, para que possamos marcar o mais rápido possível essa audiência pública, agradecendo a iniciativa oportuna e tempestiva do Senador Inácio Arruda.

Não havendo mais nenhum tema a ser tratado, vamos encerrar a nossa reunião, agradecendo a presença de todos os Srs. Senadores e Senadoras, e, naturalmente, a audiência dos brasileiros que nos acompanham pela TV Senado.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 21 minutos.)

ATA DA 18ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2014, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e três minutos do dia quinze de maio de dois mil e catorze, no plenário sete, sob a Presidência do Senador Jarbas Vasconcelos, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Jorge Viana, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Anibal Diniz, Lídice da Mata, Pedro Simon, Paulo Bauer, Cyro Miranda, Delcídio do Amaral, Roberto Requião, Ana Amélia, Flexa Ribeiro e Cícero Lucena. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justifica ausência o Senador Ricardo Ferraço e o Senador Cristovam Buarque. O Presidente declara aberta a Reunião e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Tem início a apreciação da PAUTA: ITEM 1 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 232, de 2011, de autoria do Senador Paulo Paim, que "Concede benefícios para projetos que favoreçam a integração regional na América do Sul." TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 726, de 2011, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que "Concede incentivos a projetos que favoreçam a integração regional na América do Sul." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Roberto Requião, para proferir o Relatório. Na discussão, usa a palavra o Senador Pedro Simon e o Senador Eduardo Suplicy. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 726, de 2011 e rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2011, na forma da Emenda nº 1-CRE, Substitutivo. EXTRAPAUTA: ITEM 8 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 43, DE 2014, de autoria do Senador Roberto Requião, que "Requeiro, nos termos regimentais, que seja promovida audiência pública com os Ministros de Estado das Relações Exteriores, do Desenvolvimento, dos Transportes, da Fazenda, das Minas e Energia, do Planejamento e Gestão e da Casa Civil da Presidência da República, com vistas a promover um debate sobre as propostas legislativas destinadas a desenvolver a integração regional no âmbito da América do Sul; requeiro, ainda, que sejam comunicadas a Comissão de Assuntos Econômicos e a Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL, para que seus membros sejam convidados a assistir à audiência." Aprovado. ITEM 4 – PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 6, de 2014, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Irlanda e dá outras providências." O Presidente designa Relator ad hoc o Senador Pedro Simon, que profere o Relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, pela aprovação da matéria. ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa, que "Concede pensão especial aos ex-integrantes do "Batalhão Suez"". Adiado. ITEM 6 – REQUERIMENTO Nº 707, de 2013, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que "Nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, requer voto de aplauso ao Ministério das Relações Exteriores, pela iniciativa de negociação de tratado internacional entre a República Federativa do Brasil e a República de Cuba, com o objetivo de permitir a atuação de médicos cubanos em áreas carentes do país." O Presidente designa Relator ad hoc o Senador Eduardo Suplicy, que profere o Relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, pela aprovação da matéria. ITEM 7 – REQUERIMENTO Nº 1236, de 2013, de autoria do Senador Inácio Arruda, que "Requer, nos termos regimentais, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família, ao Governo do Vietnã e a sua Embaixada no Brasil, pelo falecimento do General Giap, em 4 de outubro de 2013." O Presidente designa Relator ad hoc o Senador Eduardo Suplicy, que profere o Relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, pela aprovação da matéria. ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 324, de 2011, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "Modifica a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que criou o Programa Universidade para Todos, com a finalidade de permitir que estudantes estrangeiros sejam beneficiados pelo programa." Adiado. ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 500, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que "Autoriza o Poder executivo a desenvolver, lançar e operar satélite que atenda a Região Amazônica e a firmar acordo com demais países para compartilhamento dos custos e da utilização do satélite." Adiado. EXTRAPAUTA: ITEM 9 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 44, DE 2014, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que "Requeiro, nos termos regimentais, seja oficiado ao Ministério das Relações Exteriores a necessidade de o Governo Brasileiro realizar urgentes gestões junto ao Governo Iraniano para mitigar o sofrimento dos bahá'is e, em especial, para que o mesmo seja instado a conceder imediata liberdade aos líderes da Comunidade Bahá'i que estão presos." Aprovado. Nada havendo mais a tratar, a Reunião é encerrada às onze horas e vinte e quatro minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Jarbas Vasconcelos,** Presidente

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB - PE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Ordem do Dia.

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 232, de 2011
- Não terminativo -

Concede benefícios para projetos que favoreçam a integração regional na América do Sul.
Autoria: Senador Paulo Paim

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 726, de 2011
- Não terminativo -

Concede incentivos a projetos que favoreçam a integração regional na América do Sul.
Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Relatoria: Senador Roberto Requião
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 726 de 2011, nos termos do substitutivo apresentado, e pela rejeição do PLS nº 232 de 2011.
Observações: *1. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.*

Em 9/07/2013 foi realizada audiência pública destinada a instruir a matéria em atendimento ao requerimento nº 39, de 2013, de autoria do Sr. Senador Roberto Requião.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião para proferir seu relatório.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – É um relatório longo, baseado num trabalho muito bonito do Senador Paim, que visa à criação de incentivos para a integração latino-americana, a integração da América do Sul.

Em análise nesta Comissão, para decisão não terminativa, os Projetos de Lei do Senado (PLS) nº 232, de 2011, do Senador Paulo Paim, e 726, de 2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que concedem incentivos a projetos que favoreçam a integração regional na América do Sul.

Os dois projetos tramitam em conjunto em razão da aprovação do Requerimento nº 172, de 2012, em 15 de maio de 2012, pelo qual foi determinado o exame da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul e, posteriormente, da Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Assuntos Econômicos.

Na justificativa, o autor defende que é necessário estimular a integração econômica da América do Sul e que, além de mecanismos comprovadamente eficientes, como a constituição de blocos regionais, seria preciso buscar soluções mais ágeis, como incentivos a empreendimentos de caráter econômico que estejam diretamente relacionados à integração regional.

Após afirmar que o Produto Interno Bruto brasileiro destinado aos investimentos é baixo, lembra que a tributação excessiva sobre investimentos é um entrave ao desenvolvimento produtivo e que o art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), restringe a possibilidade de concessão de incentivos ou benefícios de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.

A esse conflito, o projeto apresenta como solução, em vez de conceder benesses fiscais para setores específicos da economia, a concessão de algum tipo de benefício fiscal para novos projetos a serem apresentados e aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo.

Ao restringir a aplicação da proposição a novos projetos, que deverão ser previamente aprovados para a concessão dos benefícios, não haveria qualquer impacto negativo à arrecadação fiscal, de modo a não violar o art. 14 da LRF.

Além disso, a proposta prevê como requisito para o recebimento dos incentivos a apresentação de contrapartidas sociais, tais como qualificação da mão de obra e desenvolvimento socioeconômico das comunidades situadas na região dos empreendimentos.

O PLS 232, de 2011, contém texto muito semelhante ao do PLS 726, de 2011, cujo conteúdo provém do Parecer 1.369, também de 2011, da Comissão de Direitos Humanos, elaborado pelo Senador Paulo Paim, como um aperfeiçoamento do 232.

Quanto ao seu conteúdo, a proposta original estabelecia, inicialmente, as seguintes diretrizes e objetivos:

I - responsabilidade fiscal;

II - desenvolvimento integrado do Continente Sul-Americano;

III - aumento da competitividade das economias sul-americanas;

IV - uso racional e sustentável dos recursos naturais;

V - estímulo à qualificação da mão de obra;

VI - responsabilidade social e promoção do desenvolvimento social das comunidades situadas na região dos empreendimentos;

VII - proteção do meio ambiente.

O art. 2º limitou a definição de empreendimentos de integração às seguintes situações:

I - atividades realizadas por empresas formadas ou financiadas por capitais de, ao menos, dois países da América do Sul, devendo a participação de cada país ser de, no mínimo, 10%.

II - atividades econômicas realizadas em alguma das seguintes áreas:

a) infraestrutura de transportes, energia e telecomunicações;

b) estudos e desenvolvimento de energia limpa;

c) exploração e industrialização de recursos minerais.

O art. 5º estabeleceu as espécies de benefícios fiscais para os projetos:

I - isenção da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e do Imposto de Renda da pessoa jurídica;

II - isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados relativo aos bens de capital;

III - isenção do Imposto de Importação, nas seguintes hipóteses:

a) insumos oriundos dos países do Mercado Comum do Sul (Mercosul);

b) insumos oriundos de demais países, após prévia autorização do órgão competente do Mercosul.

O art. 6º estabelece a competência para processar o pedido de inclusão de projeto nos efeitos da lei.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas aos projetos.

Análise.

Os projetos têm conteúdo semelhante, pelo que a análise serve ao mesmo tempo para os dois.

Nos termos do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à nossa Comissão, a CRE, opinar sobre as matérias que lhe forem submetidas em temas que envolvam as relações do Brasil com outros países. No presente caso, por se tratar de trânsito, deve a CCJ opinar também quanto ao mérito das proposições.

Em ambas as proposições, verifico não haver impedimento insanável à sua aprovação do ponto de vista regimental, nem quanto à técnica legislativa empregada. Todas estão materializadas na espécie adequada de lei, respeitam o princípio da reserva de iniciativa e versam sobre matéria inserida entre as competências da União.

Os projetos são essencialmente meritórios, tanto nos seus propósitos, como no desígnio de obedecer aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Todavia, não guardam a necessária consonância com a Constituição Federal.

Ocorre que a construção dos incentivos, como prevista nos projetos, acaba por criar uma dupla categoria de pessoas jurídicas no Brasil para efeitos tributários: aquelas que hoje se encontram – e se manteriam – em um regime geral e outra, agraciada pelo regime novel, e que se instalaria com baixa tributação e que viria a concorrer com a primeira, em desigualdade de condições.

Tal determinação afronta o princípio da isonomia tributária, ou de igualdade do tratamento tributário, insculpido no inciso II do art. 150 do texto constitucional, com os seguintes dizeres:

> Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:
>
> .....
>
> II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos títulos ou direitos.

De fato, não seria de bom alvitre constitucional dar a uma sociedade formada por capital polinacional benefícios tributários que as faria concorrer em enorme vantagem com a empresa nacional.

Esse dispositivo da Lei Maior visa à proteção da concorrência e à satisfação dos ideais de justiça tributária.

Quanto ao mérito de seu conteúdo e sua oportunidade, há que se reconhecer que o projeto de lei coloca no centro do debate sobre nosso desenvolvimento econômico e social a necessidade imperiosa de apro-

fundamento do processo de integração da América do Sul. Não se trata, mais, de um sonho de visionários. A integração tornou-se um imperativo no contexto internacional de uma crise que se arrasta há cinco anos nos países industrializados avançados, sobretudo na Europa, e que começou a transbordar sobre o Brasil e os demais países sul-americanos na forma de queda acentuada de exportações de produtos primários e de manufaturas, e de crescente estreitamento do saldo comercial, chegando agora, Senador Jarbas, ao déficit.

É grande a extensão das consequências da crise internacional para nossas vidas e nosso destino. Depois do baque de 2009, que levou a uma contração de nossa economia, vivemos um ano de crescimento em 2010, logo esquecido pela pífia *performance* do PIB em 2011 e 2012 e, agora novamente, em 2013. Hoje percebemos que a crise contracionista dos países industrializados avançados chegou às nossas praias como mar revolto. E o pior, caso não reajamos estrategicamente, ainda mais estará por vir.

A estratégia a que me refiro é o aprofundamento da integração sul-americana. A Europa está em crise não em razão das determinações de um ciclo econômico abstrato. Está em crise porque assim querem os líderes políticos europeus, subordinados aos ditames da ortodoxia alemã. A Europa renunciou à política de expansão fiscal e esgotou as possibilidades da expansão monetária. Para retornar ao crescimento, dentro dessa opção política, só lhe resta exportar mais e importar menos.

Aliás, Senador Jarbas, é o que querem com essa nova Alca com a Europa, abertura absoluta do Brasil às exportações europeias, e, consequentemente, o fim da possibilidade de crescimento da indústria manufatureira nacional. Para retomar o crescimento, dentro dessa opção política, só lhe resta, a Europa, exportar mais e importar menos. Isso é lógico, só não veem as autoridades que estão tratando desse acordo de abertura bilateral com o Mercado Comum Europeu.

É, porém, uma equação insustentável: como todos os países industrializados do mundo, da Alemanha aos Estados Unidos, da França ao Japão, podem fazer grandes saldos comerciais ao mesmo tempo sem que os demais países sejam deficitários?

Se o acordo bilateral é para aumentar o saldo comercial da Europa, como é que ele pode se realizar sem que nós, na outra ponta, não sejamos deficitários? É uma falta de lógica absoluta o prosseguimento desses acordos que estão sendo levado a efeito pelo nosso Governo Federal.

De fato, o Governo Obama tem como meta dobrar as exportações dos Estados Unidos a cada cinco anos – o Presidente Obama tem deixado isso muito claro. O Governo japonês mantém uma maxidesvalorização do câmbio para recuperar sua participação nas exportações mundiais. A Alemanha continuará com sua estratégia de megassuperávits comerciais. A China, por sua vez, sustentará sua política exportadora, porém reduzindo importações de nossas matérias-primas. O que farão, nesse quadro, os países ricos de menor competitividade da Europa? Tolhidos pela crise fiscal e sem os estímulos da política monetária, só lhes resta partir para o *dumping* comercial, vendendo a qualquer preço e a qualquer prazo, apenas para se manterem à tona.

É a análise que eu tenho feito insistentemente dessa nova Alca com a Europa. Não vejo como o Brasil possa ganhar com isso. Ou fazemos uma proposta tão boa para nós, que é inaceitável para eles, ou eles farão uma proposta rigorosamente inaceitável para nós. Nós temos dificuldade de encaminhar essa proposta com os quatro países do Mercosul. Imaginem a Europa, que tem 28 países, alguns do leste europeu ainda.

Já estamos assistindo às consequências desse processo: a balança comercial brasileira, depois de décadas, e assim como a de outros países sul-americanos, tornou-se deficitária. Simplesmente estamos nos transformando na parte compradora do mundo, caminhando celeremente para crises cambiais como num triste passado. Se os ricos se colocaram como objetivo exportar mais, somos nós, os emergentes e os países em desenvolvimento, o mercado a ser depredado. Depredado, sim, porque quem pagará a conta, em última instância, são os setores produtivos internos, nossos e de nossos vizinhos sul-americanos, na forma de baixo crescimento do Produto Interno Bruto, queda e concentração de renda, e finalmente desemprego e crise de balanço de pagamentos. Pior: não é uma situação conjuntural; a partir da crise europeia, tende a tornar-se uma crise estrutural.

Não há saída individual para essa situação. O Brasil, assim como qualquer outro país sul-americano que imprudentemente se especializou em exportação de matérias-primas nos últimos anos, não pode simplesmente fechar seu mercado porque teria de enfrentar as retaliações no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Há necessidade imperiosa do aprofundamento da integração. Como um bloco integrado, podemos criar barreiras de proteção de nossos mercados como instrumento de desenvolvimento regional de nosso setor produtivo de bens e serviços. A integração tem múltiplas vantagens. Esta, porém, é a que sintetiza nossa estratégia de desenvolvimento econômico e social.

O projeto proposto visa essencialmente à promoção da integração produtiva como passo decisivo rumo ao desenvolvimento regional. É uma iniciativa brasileira que, esperamos, seja replicada nos demais países sul-americanos tendo em vista vantagens indiscutíveis que apresentam. Vamos dar o primeiro passo para que não seja necessário o longo processo dos acordos internacionais.

A ideia é que este projeto seja apresentado nos congressos dos diversos países do Mercosul. Estamos, de certa forma, passando por cima dos lentos e difíceis acordos internacionais. Estamos procurando um consenso congressual e administrativo dos países que compõem o Mercosul.

Como disse, o projeto proposto visa essencialmente à promoção da integração produtiva como passo decisivo rumo ao desenvolvimento regional. É uma iniciativa brasileira que, esperamos, seja replicada nos demais países sul-americanos tendo em vista vantagens indiscutíveis que apresentam. Vamos dar o primeiro passo para que não seja necessário o longo processo dos acordos internacionais.

Com a integração produtiva, assumimos a perspectiva de romper com o paradigma tradicional da exploração e exportação de recursos naturais *in natura*. Isso, sabemos muito bem, não gera desenvolvimento. Em determinadas condições, como aconteceu a partir do ano de 2005 até a crise financeira global, uma conjuntura favorável de preços e quantidades importadas pela China trouxe resultados positivos para a nossa balança comercial e a acumulação de reservas de todos os países exportadores de *commodities*. Sabemos, contudo, que não são condições que perduram muito. O normal é a tendência crônica de deterioração de preços relativos contra as *commodities* minerais. Além disso, a exploração e exportação de *commodities* minerais *in natura* geram poucos empregos diretos e indiretos, e é fortemente concentradora de renda.

A industrialização é fundamental para a geração de empregos de qualidade, para indução de uma estrutura de fornecedores e uma cadeia de serviços e para maior geração e disseminação de renda. Além disso, aumenta o valor agregado dos produtos comercializáveis e exportáveis, rompendo a maldição das *commodities*, também conhecida, Senador Jarbas, como "doença holandesa".

É evidente o valor positivo para o desenvolvimento da industrialização na própria região dos recursos naturais abundantes na América do Sul. Contudo, para que se deslanche esse processo, é essencial tomá-lo como um movimento integrado de âmbito regional. O básico, fundamental mesmo para estimular o investimento industrial privado ou público é a logística. Não há como transferir recursos naturais de minas para outros sítios de industrialização e de sítios de industrialização para os mercados consumidores internos ou externos sem base logística. Por outro lado, não existe rede logística sem investimentos maciços e esses não são rentáveis em se tratando de regiões pioneiras. Portanto, a menos que sejam oferecidos incentivos e formas de redução de custos, haverá pouco interesse privado ou mesmo do setor público para investir nesses projetos.

Pelo que está exposto, o projeto em apreço não deve ser considerado como uma iniciativa tópica e isolada. Deve ser considerado como elo numa cadeia de ações que correspondem a uma verdadeira estratégia de integração do continente sul-americano. É fundamental superar as contingências do curto prazo e lançar um olhar mais adiante, buscando construir um destino de prosperidade comum – nada de deixar por conta da mão, a mão oculta, do mercado. O contexto internacional não deixa ao Brasil e aos demais países sul-americanos, mesmo que alguns deles não o reconheçam de pronto, outra fronteira de expansão a não ser para dentro deles mesmos.

Por um lado, a América de Sul, se entrar num ciclo de prosperidade produtiva, será o grande mercado para a indústria de bens de capital brasileira e argentina; por outro lado, Brasil e Argentina poderão ser o grande mercado de bens industriais e produtos manufaturados do resto da América do Sul. Essa macroespecialização reproduziria entre nós o que aconteceu com grande sucesso no Mercado Comum Europeu, onde Alemanha e França têm sido os grandes supridores de bens de capital, com a contrapartida de seus mercados abertos para os demais países do bloco. Outros níveis de especialização industrial poderiam reforçar as economias dos membros do bloco de forma complementar mediante a implementação do projeto proposto.

Tudo isso, de fato, começa pelo primeiro passo. E o primeiro passo para desbloquear o processo de integração sul-americana é o projeto proposto de promoção da integração produtiva.

Por tais razões, cientes do grande mérito material e do potencial de alavancagem do desenvolvimento econômico, propomos o aproveitamento das ideias mestras do projeto com significativas transformações nos parâmetros de definição dos destinatários do benefício fiscal, tornando-os independentes da origem do capital e aplicando-os às situações em que haja tendência de fortalecimento do mercado regional e da infraestrutura de interligação da América do Sul, nas suas diversas modalidades.

Para tanto, sugerimos a aprovação do substitutivo ao final transcrito, sobre cujo conteúdo passamos a discorrer.

Art. 1º. Proponho a criação de um órgão de planejamento com enfoque holístico para as ações do Governo brasileiro no âmbito da América do Sul. Para ter a visão holística, a melhor solução técnica é um sistema de administração colegiada, com representantes de várias instituições organizados na forma de um conselho de administração.

Art. 2º. Esse conselho deverá ter representantes do Ministério da Relações Exteriores, porque é o órgão que estrutura nossas relações exteriores, dos principais ministérios da área econômica, Ministério do Desen-

volvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento e Gestão, porque definem a orientação econômica e a disponibilidade de recursos; dos principais ministérios que trabalham com a área de infraestrutura, transporte e energia, Ministério dos Transportes e Ministério das Minas e Energia, porque infraestrutura de transporte e comércio de energia são uma das prioridades da integração; da Casa Civil, para manter a coordenação com o resto do Governo e dos principais bancos de comércio exterior e financiamento a grandes projetos, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e Banco do Brasil, porque eles são os melhores avaliadores de projetos que existem hoje no Brasil.

Art. 3º. Proponho também que participem desse conselho dois representantes da sociedade civil e quadro do Parlamento do Mercosul, porque poderão trazer ao conselho um rico contraditório democrático, enriquecendo as discussões e proposições do conselho com observações diversas, vindas da sociedade e dos meios políticos brasileiros.

O presidente do conselho precisa ter um mandato fixo. Com isso será possível cobrar responsabilidade pelos méritos e equívocos empreendidos. Um mandato de dois anos é o mais recomendável, porque não é tão curto de forma a permitir obter alguns resultados e impactos das ações empreendidas e nem tão longo que prejudique a diversificação de concepções e pontos de vistas.

Todavia, o presidente do conselho precisa ser nomeado entre os representantes do Executivo, porque as políticas regionais são políticas de Estado e precisam estar coordenadas com o resto das outras políticas do Governo.

Propomos um quórum mínimo, para realização das sessões do conselho, de dois terços de seus membros e suas deliberações serão tomadas por maioria simples dos presentes, de forma a simplificar os procedimentos e evitar que disputas possam levar à paralisia do processo decisório.

Art. 4º. Proponho também que o conselho defina quais devem ser os empreendimentos de integração prioritários elegíveis a incentivos, para fins desta lei, porque ele será o único órgão especializado em integração regional no Brasil e terá uma visão completa sobre a perspectiva estratégica brasileira para os diversos projetos.

Os projetos devem ser de infraestrutura para Integração e projetos de integração produtiva. Não há razões para limitar qual o tipo de propriedade e se o empreendedor é público, privado ou economia mista.

Para reduzir interferências políticas fisiológicas e valorizar os outros órgãos nacionais e supranacionais que trabalham com integração da infraestrutura regional e manter a coordenação governamental, vamos sugerir que os projetos de infraestrutura, que podem ser aprovados pelo conselho, façam parte da carteira de projetos do Cosiplan (Conselho de Infraestrutura e Planejamento da Unasul) ou deverão ser definidos como prioritários no âmbito do Mercosul ou da Unasul.

Art. 5º. Para que o conselho não perca o ritmo do processo administrativo é necessário manter uma rotina de compromissos administrativos para seus membros.

Assim propomos que a cada ano o conselho deverá publicar uma lista de projetos selecionados e classificados como empreendimentos de integração.

Para que o conselho tenha efetivo poder de delegação, é necessário que tenha poder para definir um prazo máximo que o órgão responsável lance o edital de concessão do projeto.

Art. 6º. Sugerimos que o conselho mantenha também a obrigação regular de publicar a listagem de obras de infraestrutura que serão realizadas diretamente pelo governo que gozarão dos incentivos fiscais ou creditícios previstos nesta lei. O conselho terá poder de impor prazos para realizar o edital de escolha dos fornecedores para a obra.

Assim, será conseguido que o conselho mantenha em funcionamento uma rotina administrativa que o impeça de afastar dos objetivos estratégicos formulados quando de sua criação e poder para realizá-la.

Art. 7º. Para que os projetos de infraestrutura de integração regional não sejam relegados a segundo plano frente a projetos realizados em regiões de alta densidade econômica, é necessário que recebam incentivos fiscais de operação nos casos dos projetos em concessão e, também para o caso de obras realizadas diretamente pelo governo, incentivos fiscais para reduzir o custo da obra.

Obedecidos aos parâmetros desta lei, os empreendimentos de integração que serão objeto de concessão ou de execução direta pelos governos, desde que aprovados de acordo com critérios definidos em regulamento, gozarão dos seguintes benefícios tributários:

Art. 8º. A integração produtiva é um processo ainda mais complexo que a construção de obras de infraestrutura regional, pois depende de maior número de fatores fora do controle do Governo.

A Constituição Brasileira não permite e a teoria econômica não recomenda que sejam discriminadas empresas de um mesmo setor que receberam e que não receberão incentivos fiscais.

Os incentivos à produção devem então ser concedidos em nível setorial. E quando falamos de Integração produtiva, o conceito de setor econômico mais adequado organiza-se a partir da ideia de cadeias produtivas

regionais, que são redes de fornecedores e clientes que precisam envolver empresas de mais de um país do subcontinente.

Para manter a efetividade da política, é necessário concentrar incentivos fiscais que, realmente, possam sensibilizar as empresas a investir. Para que os recursos não sejam desperdiçados, é preciso uma política focalizada nas cadeias produtivas com maior capacidade de resposta e maior valor econômico ou estratégico.

Em razão da visão multissetorial e multidimensional do Conselho, ele poderá definir melhor do que outros órgãos quais devem ser as cadeias produtivas que poderão dar o maior retorno aos incentivos fiscais concedidos.

Para que a política tenha os efeitos pretendidos, as cadeias produtivas escolhidas tenham determinadas características, como: possuir elos ou subsetores em potencial na cadeia produtiva a serem desenvolvidos em pelo menos um país da América do Sul além do Brasil; a cadeia produtiva deve ter potencial razoável de geração de emprego, renda ou ter importância estratégica; e deve existir, na cadeia produtiva, de acordos, contratos ou termos de compromisso de comercialização ou estudos relacionados entre empresas brasileiras e de outros países da região.

Art. 9º. Os incentivos fiscais não podem ser concedidos para toda a cadeia produtiva escolhida como prioritária, porque as cadeias costumam ser muito grandes e, assim, o custo fiscal seria maior do que o desejável. Além disso, em boa maior parte da cadeia produtiva, a resposta da produção e do investimento ao incentivo fiscal não é suficientemente alta.

Proponho, dessa forma, que apenas alguns elos ou subsetores das cadeias produtivas prioritárias recebam os incentivos. Caberá ao Conselho publicar anualmente os elos e subsetores elegíveis de cadeias produtivas prioritárias que receberão incentivos fiscais e creditícios a partir dos seguintes critérios:

1) o Brasil deve ser importador de algum insumo ou de algum produto produzido por esse elo ou subsetor da cadeia produtiva escolhida. Esse critério parte do princípio de que se o Brasil não for importador do insumo, o incentivo fiscal promoverá apenas a produção interna do insumo e não sua importação originária de algum país da América do Sul. Mas o Brasil pode não ser importador do insumo, apenas porque não produz o bem que utiliza o insumo. Por isso, dois dos princípios da escolha do subsetor é o Brasil ser importador do insumo ou do produto produzido pelo elo que se pretende incentivar.

2) as importações devem vir da América do Sul, por isso, deverá haver algum país da América do Sul que seja um fornecedor em potencial de algum insumo relevante utilizado neste elo ou subsetor escolhido.

Sr. Presidente, eu acho que a essência do projeto já foi estabelecida nesta leitura do relatório até aqui. Este projeto ainda será submetido à Comissão de Constituição e Justiça e, finalmente, para um exame mais minucioso, à Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu acho que cabe a nossa Comissão de Relações Exteriores tomar conhecimento e aprovar ou não a necessidade e a tese dessa integração como saída para a crise que vivemos, diante da necessidade absoluta que os países europeus mais desenvolvidos, alguns menos desenvolvidos que outros, têm de exportar ou exportar. Eles têm como objetivo de sobrevivência acessar o nosso mercado, e nós precisamos fortalecer essas cadeias do Mercosul.

Eu acredito que a leitura do relatório até aqui é material suficiente para conhecimento e decisão desta Comissão.

Cumprimentando o Senador Paim pela iniciativa, e, ao mesmo tempo, fazendo referência aos assessores do Mercosul – ao Gustavo, ao Samuel e ao economista José Assis –, que colaboraram na execução desta proposta, peço à Comissão a sua aprovação e o encaminhamento às outras comissões de mérito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB - PE) – Senador Requião, eu quero, primeiro, parabenizar V. Exª pela relatoria, pelo seu relatório que acaba de ser apresentado aos membros da Comissão de Relações Exteriores.

Eu sou testemunha de que V. Exª, quer como Governador, quer como Parlamentar, é uma das pessoas mais interessadas na verdadeira e real integração da América do Sul, em todos os aspectos, sobretudo nesse projeto que concede incentivos a projetos que favoreçam essa integração.

O seu relatório, como sempre V. Exª faz ao longo da sua vida política, pública, é de muito conteúdo, de muita correção, de muitos conceitos que V. Exª aprofundou e traz ao conhecimento de todos nós.

Parabéns verdadeiros e reais a V. Exª pelo seu longo, mas substancioso relatório sobre o projeto.

O projeto está em discussão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – O Senador Pedro Simon está pedindo a palavra antes de mim, então...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB - PE) – Senador Pedro Simon.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Se me permite o Senador Pedro Simon, eu apenas gostaria de assinalar que estão presentes aqui algumas dezenas de servidores da TV Senado, que têm

contribuído extraordinariamente para que os nossos trabalhos sejam bem divulgados em todo o território nacional pela TV Senado.

Eles já estiveram hoje, pela manhã, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, onde houve o apelo da parte dos Senadores presentes, no sentido de que possa a Mesa Diretora, o Presidente Renan Calheiros, considerar a importância do trabalho deles para que haja a continuidade desses trabalhos.

Eu queria apenas – perdão, Senador Pedro Simon – fazer esse registro. Eles estão aqui com essa camiseta "Eu defendo a TV Senado". Então, eis aqui a expressão de nossa solidariedade também a eles e votos de que possam continuar bem o trabalho que têm realizado para a divulgação tão significativa de tudo que nós aqui realizamos, no interesse do povo brasileiro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB - PE) – A intervenção do Senador Eduardo Suplicy é em nome de toda a Comissão, que tem o nosso apoio e o nosso referendo.

Com a palavra, o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB - RS) – Eu faço minhas as palavras do Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB - RS) – Lá se vai muito tempo. Pelo que eu me lembre, eu fui uma das primeiras pessoas que, do Senado, quando parecia uma utopia, defendia que nós devíamos ter um canal de televisão.

Eu dizia que o Congresso Nacional não podia ficar, de tudo o que acontecia durante a sessão, as coisas mais graves e importantes, à mercê de uma linha ou duas linhas que sairiam no Jornal Nacional, e o resto era letra morta.

Essa missão está sendo excepcionalmente bem desenvolvida. E podemos dizer que o relacionamento do Senado e da Câmara com a sociedade brasileira se divide em duas partes: antes do canal de televisão e depois do canal de televisão. Mesmo no início, quando o raio de ação era bem inferior do que é hoje e ainda é inferior ao que vai ser, eu já dizia que, pelo menos lá no Rio Grande do Sul, pelo menos as lideranças da igreja, do comércio, da política, as entidades sociais conheciam, debatiam e analisavam. Acho isso altamente positivo.

Agora, o que acontece neste Senado é que as coisas acontecem e "desacontecem" sem o Plenário tomar conhecimento. Essa decisão que está sendo tomada agora a gente ficou sabendo porque os funcionários apareceram; a gente não tomou conhecimento.

O Serviço Médico do Senado foi aumentando, aumentando, chegando ao serviço máximo, sem a gente saber; desautorizaram, terminaram, sem a gente saber. Criaram uma Polícia do Senado, que, da maneira que a gente vê nos Poderes, praticamente é outro poder. A gente deve dizer que a polícia é o Exército, a Marinha, a Aeronáutica e a Polícia do Senado? E agora, inclusive, baixou uma recomendação – achei fantástico! –, a Polícia recomendou à Mesa do Senado que as pessoas, nos projetos importantes e que são polêmicos, para entrarem no plenário, na parte superior do plenário, na assistência, têm de ter autorização e têm de ter a determinação porque eles acharam que há perigo, e baseado nisso mudaram completamente. Hoje, as pessoas que estavam acostumadas a subirem, naturalmente, ao Senado, têm de licença, têm de ter determinação e têm de até acompanhante.

Então, eu vejo essa questão do Senado, realmente, do problema da TV, que a tese é importante, o assunto é sério, é grave, sou solidário, mas eu gostaria de conhecer, porque, na verdade, na verdade, o Senado fez, a Mesa, tudo, sem a gente saber; e agora quer desfazer, sem a gente saber. Acho que a primeira coisa a ser feita seria a Mesa dizer o que está feito, quais são as dúvidas e nós termos as condições de dar as respostas.

Felicito o Senador Requião. Ele, na verdade, não só como governador *in perpetuum* do Paraná, já faz mais de 30 anos que ele se repete lá, e tem uma imensa fronteira com a Argentina e com o Paraguai. Ele, como membro do Mercosul, como Presidente, como Líder da nossa Bancada, tem tido uma atuação realmente muito importante e muito significativa.

Eu participei do grupo que iniciou a criação do Mercosul. Foi lá no governo do Presidente Sarney. Eu era Ministro da Agricultura e fui chamado para uma reunião em que se discutia que o Itamaraty tinha tido uma atuação realmente importante, ainda no tempo da ditadura, e que o Brasil tinha que escolher uma fórmula através da qual se manifestasse e iniciasse a sua movimentação externa. E a conclusão a que chegaram foi que a fórmula de iniciação e modificação seria através do diálogo com a Argentina, que nós devíamos restabelecer o diálogo com a Argentina e, por meio dela, com a América do Sul. Aí o Chanceler, que era o Presidente do Banco Itaú, propôs que a maneira de iniciar seria uma reunião com a Argentina, na qual abriríamos a pauta às teses que a Argentina defendia, que era uma exportação maior de vinho argentino para o Brasil, uma exportação maior de maçãs para o Brasil e uma outra série de produtos.

Por isso fui chamado, pois era Ministro da Agricultura, e os rivais disso eram os do Rio Grande do Sul, por serem produtores de uva, por serem produtores de maçã e outros artigos. Quando eu pude falar, disse:

"Olha, sou totalmente solidário e quero dizer a V. Exª que acho muito importante esta posição de começar um diálogo com a América Latina, e acho realmente que, para começar um diálogo com a América Latina, temos de começar pela Argentina, porque, ao longo da história, isso aí não sei de onde, além dos Estados Unidos, se dissipou a perspectiva de que seria inevitável uma guerra do Brasil com a Argentina e, por ser inevitável essa guerra, mais dia menos dia, uma série de providências seriam tomadas. Nós, do Rio Grande do Sul, pagamos um preço, a bitola do trem é larga no Brasil inteiro, a bitola do trem é larga na Argentina, mas, no Rio Grande do Sul, a bitola é estreita, porque, como seria inevitável a invasão da Argentina, nós tínhamos de ter bitola estreita, para evitar que isso acontecesse. Durante cerca de 70, 80 anos, metade do Exército Brasileiro esteve na fronteira do Brasil com a Argentina. Há cidades, como Santiago e Alegrete, que têm quatro quartéis. Volto a repetir: metade da população militar do Exército Brasileiro está na fronteira do Brasil com a Argentina. Agora, o senhor querer ir à Argentina e começar a negociação, para aumentarmos a importação de maçã e de vinho é piada, Presidente. O senhor quer realmente ser recebido e aplaudido na Argentina, tome duas providências: primeiro, a Argentina sempre foi a grande fornecedora de trigo para o Brasil."

No Brasil, naquela época – hoje mudou, porque a Embrapa conseguiu um tipo de semente que se produz no País –, era quase impossível, e a importação no Brasil, durante muito tempo, foi toda da Argentina. Mas, durante a guerra e na época da Guerra Fria, após a guerra, houve uma grande dificuldade na produção de trigo e um racionamento enorme. E a Argentina, que era nossa eterna fornecedora, pura e simplesmente, como os preços dobraram e conosco eles eram praticamente fixos, deixou de nos vender; durante anos, não vendia mais para o Brasil. O Brasil passou a ter de comer pão de milho ou coisa parecida, porque não tinha trigo.

Na hora em que isso mudou, em que a produção de trigo aumentou, o Brasil deu o troco. Naquela época, o Brasil importava 6 milhões de toneladas, 4,5 milhões de toneladas dos Estados Unidos e 1,5 milhão de toneladas do Canadá.

Eu disse ao Presidente: o senhor quer ser aplaudido na Argentina? Compre duas toneladas de trigo dela. Chegando lá, o senhor vai ser recebido como herói, porque isso modifica toda a balança da Argentina.

O senhor quer ser bem recebido na Argentina? O Brasil importa petróleo praticamente do mundo inteiro, e, naquela época, a Argentina era exportadora de petróleo. Faça uma determinação: o petróleo que vem da Argentina é igual ao outro e é mais barato, porque, por quilômetros de distância, chega ao Rio Grande do Sul. Importe uma quantidade de óleo da Argentina.

E foi isso que o Presidente fez. Foi, através dessa abertura, principalmente, do trigo, que houve uma renegociação íntima e grande com a Argentina, e foi em cima disso que saiu o Mercosul.

Uma decisão, realmente, muito importante, que começou com Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Brigamos para trazer o Chile, mas como ele já tinha programas diretos de negociação com o americano, estava diretamente ligado a projeto especial com os Estados Unidos e não quis fazer parte.

Esse programa foi adiante e foi grande, se criou, inclusive, o Parlamento do Mercosul, um órgão que significava, que tinha a simbologia de querer limitar, através do tempo, o congresso europeu.

Isso foi indo, os anos foram acontecendo, mas, na verdade, na verdade – o Requião é um apaixonado por isso –, nós fomos lá, fazendo papel de bobos. O Congresso do Mercosul é um zero à esquerda. Para o senhor entender o que é um zero à esquerda, até hoje não me lembro de que o Presidente dos Estados Unidos tenha visitado o Congresso do Mercosul, que é em Montevidéu – a sede é em Montevidéu.

Também não tenho lembrança de termos sido convidados a ir ao Palácio do Governo para visitar o Presidente do Uruguai. As nossas negociações são bobas, até agora não vi uma coisa séria ser debatida, ser discutida no Mercosul. E o relacionamento também é praticamente... Eu quase diria que é zero, em termos de relacionamento. São um negocinho aqui, uma coisinha ali.

Mas, na verdade, na verdade, isso que o Senador Requião colocou é um plano de governo excepcional, é algo notável! Eu diria para o Requião que isso que ele está tentando aqui é o que falávamos na hora de criar o mercado, só que nada foi feito.

Há um problema muito sério, meu amigo Requião, nessa negociação do Brasil com a Argentina. Se a gente olhar ali no mapa, atrás de V. Exª, a gente verifica que hoje o Brasil é São Paulo. São Paulo dá as normas, dá as regras, dita e faz tudo. Eu era Governador do Rio Grande do Sul quando fiz um movimento intenso pela criação do Mercosul. Eu mostrava no mapa, dizendo que hoje tudo gira em torno de São Paulo. Se nós fizéssemos o Mercosul, isso mudaria, porque o meu Estado, por exemplo, o Rio Grande do Sul, não seria os pés do Brasil, não seria o fim do mundo do Brasil, mas estaria no centro. Se nós olharmos Santiago do Chile e Buenos Aires, Porto Alegre é praticamente o centro... Perdão, se olharmos Belo Horizonte e Santiago, Porto Alegre estaria praticamente no centro. Entre São Paulo e Buenos Aires também aconteceria isso. Então, mudaria o foco e o centro de desenvolvimento se espalharia por todo o Brasil.

Mas, lamentavelmente, não tem acontecido isso. São Paulo continua sendo o foco. Como o Rio Grande do Sul praticamente produz o mesmo que a Argentina produz – arroz aqui, arroz lá, trigo aqui, trigo lá, frutas aqui, frutas lá, vinho aqui, vinhos lá –, é uma discussão tremenda. No Mercosul, a gente discute piada, que é meia dúzia de contrabando ou coisa parecida entre Brasil e Argentina, e principalmente o coitado do Uruguai, que tem uma produção pequena de arroz e exporta para o Brasil, e quer ter um preço especial, senão ele não tem condições de concorrer. São Paulo, não. São Paulo, felizmente para ele, produz banana, e a Argentina não produz banana; produz máquinas, e a Argentina não produz máquinas; produz café, e a Argentina não produz café. Então, o grande exportador de produtos para a Argentina é São Paulo, e os grandes importadores somos praticamente nós, do extremo Sul. Por isso, eu acho que o projeto que o Requião está apresentando é algo muito positivo.

Eu não sei qual tem sido, Requião, a participação do nosso Governo na discussão desse projeto. Não sei se já foi feito, mas nós devíamos trazer o Governo para dentro dessa discussão, para que a coisa fosse feita. Hoje, o Mercosul – o Requião é testemunha – não vale dois mil réis. Quem faz as discussões, as decisões, são os Presidentes do Mercosul, e às vezes as grandes teses não são nem os Presidentes. Os Presidentes reúnem-se para consolidar, mas são os Ministros que fazem a discussão das teses e, quando muito, o representante do Mercosul... O Requião, como representante do Congresso, representante brasileiro, inclusive Presidente do Congresso, foi a essas reuniões. Mas a nossa participação é festiva. Temos que agradecer o Itamaraty, porque todas as vezes que nós temos reunião lá em Montevidéu, nós vamos jantar na casa do Embaixador. O Embaixador nos recebe com muita gentileza, nos leva para o hotel, essa coisa toda, e nos reúne para discutir o feijão com arroz. Mas para coisa nova, para fazer alguma coisa, o Congresso do Mercosul é um zero à esquerda.

Por isso, eu vejo com muito carinho esse projeto que está sendo discutido. Acho que nós devemos não botar na gaveta para discutir. Devemos correr na discussão, mas discutir com profundidade, para fazer com que ele realmente venha para valer, que fique alguma coisa de positivo, e que ele tenha integrado... Eu não pude me aprofundar, Senador Requião, não vi qual é a participação do Congresso sul-americano nesse órgão que está sendo criado, mas acho que é muito positivo, muito importante. Eu vou pedir uma cópia de todo esse material. Pretendo me dedicar ao estudo. Acho que nós devemos fazer o máximo, porque a matéria é nota dez.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB - PE) – Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sr. Presidente, considero importante a iniciativa do Senador Paulo Paim e o parecer do Senador Roberto Requião. Acredito, como o Senador Pedro Simon aqui colocou, que seria importante termos uma avaliação dos órgãos do Governo, do Poder Executivo, que aqui estão listados, bem como da representação de todos os principais Ministérios envolvidos, como o de Relações Exteriores, Desenvolvimento, Transporte, Fazenda, Minas e Energia, BNDES, Ministério do Estado de Planejamento e Gestão, Casa Civil, Banco do Brasil, dos representantes do Parlamento no Mercosul, dois Deputados e dois Senadores, Presidente do Conselho, estabelecendo-se quórum mínimo de dois terços dos seus membros.

Trata-se de um organismo de bastante complexidade para tomar decisões importantes sobre como criar estímulos para maior integração e desenvolvimento do Mercosul. O objetivo, portanto, é muito positivo, mas avalio que será importante termos a apreciação do conjunto desses órgãos sobre a viabilidade de efetivamente termos um órgão dessa natureza para objetivos que são muito positivos.

Eu aqui expresso meu voto favorável.

Como o Senador Requião mencionou, ainda deverá ser objeto de exame de outras comissões e teremos a oportunidade de ouvir do Governo seu parecer a respeito dessa iniciativa muito positiva.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB - PE. *Fora do microfone*.) – Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Pela manifestação do nosso abundante Plenário, eu dou por aprovado o projeto.

Ele tramitará nas outras comissões, mas, do pronunciamento do Senador Suplicy, do pronunciamento do Senador Jarbas, que preside a Comissão hoje, e do pronunciamento do Senador Pedro Simon, surge-me a ideia de fazer uma sugestão em termos de proposta à Comissão: que nós realizemos, apesar de aprovado e da tramitação seguir, uma audiência com a Casa Civil, o Ministério do Planejamento e o Ministério das Relações Exteriores sobre a proposta aqui mesmo na Comissão de Relações Exteriores. Seria uma audiência que não travaria a tramitação do projeto, mas nós, no âmbito da Comissão, teríamos uma apreciação bastante interessante.

Por outro lado, quero dizer que tenho discutido este projeto com os governos de outros países, mas nós estamos realmente com essa instalação do Mercosul muito precária. É um órgão de opinião, não é um órgão decisório, mas tem tido grandes dificuldades para funcionar. Está regularizado há mais ou menos um mês. No dia 12, teremos uma reunião plenária em Montevidéu. Será a primeira reunião plenária depois da anterior, que

foi uma reunião para posse das delegações, com a participação da Venezuela e a presença, como observadora, da Bolívia, que se prepara para entrar no processo.

Mas é um processo que tem tido muitas dificuldades. Eu fico pasmo quando vejo o Governo brasileiro pensar nessa história de bilateralismo com o Mercado Comum Europeu, que precisa desesperadamente exportar e manter favorável a sua balança comercial. E, como já disse durante o relatório, é impossível que a Europa tenha uma balança comercial favorável sem o prejuízo dos parceiros dessa balança.

Essa proposta de unificação e de integração logística e de processamento de produtos primários do Mercosul, no seu próprio âmbito, é extremamente interessante para o nosso desenvolvimento, a nossa industrialização e a geração de emprego. Então, com essa proposta, nós não somos vítimas da crise, mas nós somos protagonistas de um processo de superação.

Eu coloco à Mesa a proposta de, com a participação do Planejamento, Casa Civil e Ministério de Relações Exteriores, fazermos um debate na Comissão.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB - RS) – Apenas um adendo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB - PE) – Pois não, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB - RS) – Eu concordo plenamente com o Senador, mas eu acho que nós devíamos deixar para aprovar depois dessa reunião. Senão 90% vão embora e a reunião perde o conteúdo. Se forem embora, o que vamos fazer?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB - RS) – Não. Não. Eu acho que podia ficar o projeto mais um tempo aqui, vamos discutir e aí tem efeito. Se sair daqui, perde o conteúdo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB - RS) – Não. Não. Vai haver.

Eu sou a favor, mas que não se aprove hoje, que se aguarde a reunião, porque, se aprovarmos e mandar embora, eles vão vir aqui fazer o quê? Já foi embora o projeto. Eu acho que é importante.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB - PE) – A Secretaria da Comissão chama a atenção da Presidência de que, a matéria seguindo hoje para a Comissão de Assuntos Econômicos, se for feita uma audiência pública, o processo terá que retornar a esta Comissão.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB - RS) – Sim, mas é melhor que, antes de ir para lá e voltar para cá, já para lá com...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – (*Intervenção fora do microfone.*) – ...a observação da Secretaria.

Nós estamos propondo um debate, não uma audiência pública formal e não tem que retornar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB - PE) – Concomitante, que não tinha nada a ver.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Não tem nada a ver uma coisa com outra, e não há retorno obrigatório.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB - PE) – Eu entendo assim também.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB - RS) – Eu sou a favor que não se vote o projeto, que se espere a realização dessa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB - PE) – Mas a intervenção do Senador Requião, Relator da matéria, é que uma coisa não tem nada a ver. Para não impedir a tramitação do projeto, que não vai à CCJ, ele vai à Comissão de Assuntos Econômicos, para prosseguimento da tramitação, a gente fazia uma discussão sobre o tema e não sobre o projeto em si. É sobre o tema. A discussão do tema é importante sem embargo de que o processo, concomitantemente, possa tramitar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Permita-me, Senador Requião.

Eu acho que é possível que, na presença dos Ministros propostos por V. Exª, Relações Exteriores, Planejamento e Casa Civil... São estes?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Exatamente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Que esses ministros venham propor alguma sugestão ao projeto que iria, então, com maior força para...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Ele vai passar nas outras comissões, e nós não estamos julgando aqui o mérito da iniciativa. Comissão de Relações Exteriores aprova o mérito da iniciativa, a necessidade da integração, e qualquer modificação pode ser feita nas outras comissões, senão, apesar da boa intenção, nós vamos ter a paralisação desse processo. Eu sei das dificuldades de convocar os ministros, eles vão ter que adequar as suas agendas para isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB - PE) – V. Exª veja a dificuldade que foi a sua relatoria. V. Exª fez dois terços da leitura do seu relatório, e não havia ninguém aqui presente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB - PE) – Então, eu encerro a discussão.

Peço ao Senador Relator, Roberto Requião, que formalize o pedido, seu gabinete formalize a solicitação, para que seja incluído na Ordem do Dia, seja discutido e votado.

Em votação, a matéria.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A matéria foi aprovada e vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação.

A gente pode também, Senador Roberto Requião, para ganhar tempo, pôr em votação a sua proposta, se V. Exª formalizar.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Formaliza posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB - PE) – O mais imediato possível, formaliza o pedido, mas a gente já discutiria, está gravado já o que V. Exª propõe, a gente abre a discussão, encerra essa discussão e bota em votação a sua proposta.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Para que as coisas fiquem bem claras, o nosso burocrata ali não fique nervoso. Eu não estou propondo uma audiência pública do ponto de vista regimental. Estou propondo um debate sobre o tema, que será discutido no Congresso e nas outras comissões. Portanto, ele não paralisa coisa alguma.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – E a natureza do debate é um convite aos ministros. É isto?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Exato.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB - PE) – Em votação, a proposta do Requião para uma audiência pública, conforme já explicitado, também conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Para o debate, o convite já está aberto à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB - PE) – A todos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – E aos Parlamentares que se interessarem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB - PE) – A todos, de um modo geral.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Requião.

Em face das ausências dos relatores dos itens 2 e 3, passamos a discutir o item 4.

ITEM 4

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 6, de 2014
- Não terminativo -

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Irlanda e dá outras providências.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Observações: *1. A matéria vai à Comissão Diretora.*

O Senador Cristovam não pôde chegar à Comissão de Relações Exteriores para relatar. Portanto, designo o Senador Pedro Simon para ser Relator *ad hoc*.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB - RS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, o Senador Cristovam Buarque apresenta o relatório do Projeto de Resolução do Senado nº 6, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Irlanda e dá outras providências.

Na Comissão de Relações Exteriores, a matéria foi distribuída ao Senador Cristovam para relatar, em 16 de abril do corrente ano.

A proposição institui, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Parlamentar Brasil-Irlanda, a ser integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem.

O art. 3º dispõe que a cooperação interparlamentar dar-se-á por meio de visitas parlamentares; realização de congressos, seminários, simpósios, etc.; permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa; intercâmbio de experiências parlamentares e outras atividades compatíveis com os objetivos do Grupo.

O parágrafo único determina que o Grupo poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como de cooperação técnica, com entidades nacionais e estrangeiras.

O Grupo Parlamentar reger-se-á pelo seu regulamento interno ou, na falta desse, pela decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

O Grupo Parlamentar Brasil-Irlanda tem por finalidade incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre os respectivos Poderes Legislativos desses dois países.

Na justificação, o autor destaca que o Brasil e a República da Irlanda vêm adensando suas relações diplomáticas nos últimos anos, com a abertura da Embaixada do Brasil em Dublin, em 1991, e a da Irlanda em Brasília, em 2001.

Como fruto desse relacionamento, entre 2007 e 2012, houve acréscimo de 26,9% do intercâmbio comercial, passando de 771,4 bilhões de dólares a 1.057, embora com saldo desfavorável ao Brasil.

A amizade baseia-se também no compartilhamento de valores, como a defesa do multilateralismo, do pacifismo e do desarmamento. É base também importante desse relacionamento a parceria no setor educacional, com cooperação na área de nanotecnologia aplicada à medicina e à exploração do petróleo, bem como em física aplicada. Nesse campo, desponta ainda o programa Ciência sem Fronteiras, com a oferta pela Irlanda de 4.000 vagas de pós-graduação em universidades e institutos tecnológicos, fato que incrementará a população brasileira ali residente que já é da ordem de 18.000 pessoas.

O autor assinala, ademais, que a formação de Grupo Parlamentar Brasil-Irlanda permitirá maior aproximação entre membros do Poder Legislativo de ambos os países e o fortalecimento das relações bilaterais já existentes entre o Brasil e a Irlanda.

A influência dos Parlamentos nas relações internacionais vem ampliando-se em razão da crescente participação de legisladores em organizações parlamentares de âmbito regional e internacional, tais como a União Interparlamentar e o Parlamento Latino-Americano.

A par dessa tendência, é possível identificar também um interesse maior, entre os parlamentares, pelos rumos que tomam as relações externas do Brasil. De fato, as decisões concernentes à política internacional vêm produzindo, cada vez mais, maiores e mais profundos impactos no interior dos países, reverberando também, como é de se esperar, no Congresso Nacional.

É, portanto, salutar e natural a crescente atuação de grupos parlamentares transnacionais na recente prática parlamentar brasileira, reflexo do mundo globalizado, cujos problemas já não mais comportam soluções unilaterais e isoladas. A interação entre legisladores de diferentes nações promove o entendimento entre os povos e facilita soluções comuns para problemas que afetam o conjunto dos países.

Cumpre ainda ressaltar que, do ponto de vista regimental, nada há que obste a criação de grupos parlamentares de natureza internacional.

Por essas razões, sou totalmente favorável ao projeto de resolução, afirma o Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB - PE) – Em discussão o relatório do Senador Pedro Simon. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o aludido relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para prosseguimento da tramitação.

O item nº 5 é terminativo. Não há quórum para deliberação.

Vamos votar os requerimentos que constam dos itens 6 e 7.

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 707, de 2013
- Não terminativo -

Nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, requer voto de aplauso ao Ministério das Relações Exteriores, pela iniciativa de negociação de tratado internacional entre a República Federativa do Brasil e a República de Cuba, com o objetivo de permitir a atuação de médicos cubanos em áreas carentes do país.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Face à ausência da Senadora Vanessa, a Presidência designa o Senador Eduardo Suplicy como Relator *ad hoc*.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sr. Presidente, a negociação para a vinda de seis mil médicos cubanos para suprir a falta de profissionais em áreas carentes do Brasil foi anunciada pelo

Ministro Antonio Patriota, das Relações Exteriores, em maio de 2013. Entretanto, as negociações foram paralisadas, no começo de julho, com o lançamento do Programa Mais Médicos, que, entre outras medidas, prevê a abertura a profissionais estrangeiros para preencher vagas não ocupadas por brasileiros nas regiões carentes do território nacional. Como o programa determina a inscrição de forma individual, Cuba ficou de fora, pois o país caribenho tipicamente faz convênios coletivos com governos.

O resultado da primeira chamada do programa, porém, mostrou que os médicos que já atuam no Brasil preencheram apenas 6% das 15.460 vagas e que somente 11,5% dos Municípios foram atendidos. As inscrições individuais de médicos no exterior, na primeira rodada, também não foram suficientes para suprir a demanda. Foram inscritos 1.920 médicos que atuam no exterior com ainda menos finalizações de cadastros.

Diante da ainda baixa adesão de profissionais brasileiros no Programa Mais Médicos, o Governo recuperou o discurso de que será preciso buscar médicos no exterior, o que incluiu os profissionais de Cuba. A participação da ilha é estratégica para o Brasil, já que atende aos requisitos principais do programa: número de médicos superior ao recomendado pela Organização Mundial de Saúde e idioma semelhante ao português. Além disso, a medicina cubana prioriza o atendimento básico, um dos pilares da proposta do Governo.

Assim, o Senador Randolfe Rodrigues apresentou o presente requerimento de voto de aplauso, como forma, inclusive, de manifestar o interesse do Senado Federal no tema, sobre o qual não poderá deixar de exercer seu papel de fiscalização e controle quando necessário.

À época dos acontecimentos, o então Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, afirmou que o Governo iria buscar na Espanha, em Portugal e na Argentina, países que têm o maior número de inscrições na primeira rodada do Mais Médicos, e em Cuba, que já ofertou seis mil médicos para o Ministério das Relações Exteriores. Admitiu também que outras medidas seriam necessárias para suprir o déficit de médicos no País, como, por exemplo, a aprovação de uma PEC que autorize médicos militares a fazerem atendimentos à população fora do seu expediente militar, que já foi inclusive aprovada pelo Senado Federal. Essa medida liberará cerca de seis mil médicos para darem plantões à noite e aos finais de semana ou, no caso de médicos que trabalham 20 horas semanais nas estruturas militares, trabalharem meio período na rede pública.

Os governos do Brasil e de Cuba, com o apoio da Organização Pan-Americana de Saúde, acertaram a vinda de médicos cubanos para trabalharem nas regiões brasileiras mais carentes. A parceria de Cuba com o Brasil é intensa principalmente nas áreas econômica, social e turística. O comércio aumentou mais de sete vezes no período de 2003 a 2012. De 2010 a 2012, as exportações brasileiras para Cuba cresceram 36,9%. No ano passado, em 2013, o comércio bilateral alcançou o recorde de US$661,6 milhões.

São muito claras a competência e a clareza com que o Governo vem implementando as políticas para suprir de mais recursos materiais e humanos as necessidades de saúde da população brasileira. Tem havido constante diálogo com setores representativos da área médica do Brasil. Percebe-se também inabalável respeito pelos direitos individuais e coletivos dos profissionais de saúde formados na sociedade brasileira, com permanentes adaptações das políticas a partir do diálogo estabelecido. Não houve, como alguns setores alardeiam, posições unilaterais de vontades políticas, mas decisões tomadas após retornos das medidas prévias. Assim, o Governo priorizou, inicialmente, as inscrições individuais para o preenchimento das vagas existentes. Essa dinâmica permanecerá e estará sempre aberta, em renovações periódicas do programa.

Feitas essas considerações, e apreciando como consistentes e transparentes as medidas que vêm sendo discutidas e implantadas pelo Governo brasileiro nessa seara, apoiamos a proposta do Senador Randolfe Rodrigues, diz a Relatora, a Senadora Vanessa Grazziotin.

Com base no exposto, o voto é pela aprovação deste requerimento.

Eu gostaria de acrescentar que, há cerca de três, quatro semanas, eu estive na conclusão do curso de aproximadamente 700 médicos cubanos, ali no auditório do Hotel Excelsior, em São Paulo. Na ocasião, tive a oportunidade de um diálogo de uma hora e meia com eles e percebi que eles estão com uma disposição, uma vontade grande de exercer essas funções para as quais têm o devido treinamento realizado na sua formação em Cuba. Estão inclusive dispostos a irem às áreas mais carentes de nossas grandes metrópoles ou nas áreas do interior de Municípios onde há, de fato, falta de médicos. Eles estão com muita disposição e vontade mesmo de colaborar com o Brasil. Naquela ocasião, eram cerca de 700 médicos cubanos, aos quais eu dei as boas-vindas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB - PE) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para prosseguimento da tramitação.

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 1236, de 2013

Requer, nos termos regimentais, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família, ao Governo do Vietnã e a sua Embaixada no Brasil, pelo falecimento do General Giap, em 4 de outubro de 2013.

Autoria: Senador Inácio Arruda

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin (Substituído por Ad Hoc)

A Presidência designa, novamente, o Senador Eduardo Suplicy para fazer o Relatório *ad hoc*.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Trata-se de proposição de inserção em ata de voto de pesar apresentação de condolências à família, ao Governo do Vietnã e a sua Embaixada no Brasil, pelo falecimento do General Giap, em 4 de outubro de 2013.

O requerimento do Senador Inácio Arruda traz a justificativa de que o General Giap, apelidado Napoleão Vermelho, foi fundamental à afirmação e à independência do Vietnã em face de agressões externas.

Visa o requerimento a prestar homenagem à família por meio de voto de pesar, conforme o Regimento Interno do Senado, que dispõe, no art. 222, que requerimento de aplauso, regozijo, louvor, solidariedade ou congratulações só será admitido quando diga respeito a ato público ou acontecimento de alta significação nacional ou internacional, requisito este devidamente atendido por esta proposição.

Então, o parecer da Senadora Vanessa Grazziotin, com o qual estou de acordo, é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB - PE) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para prosseguimento da sua tramitação.

Encerrada a Ordem do Dia já informada...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Perdão, Sr. Presidente. Eu só queria... Pensei que iria concluir a reunião. Apenas...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB - PE) – Encerrados os itens da Ordem do Dia, conforme anunciado e distribuído para os senhores, há um requerimento extrapauta, do Senador Eduardo Suplicy, nos seguintes termos regimentais:

EXTRAPAUTA
ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 44, de 2014

Requeiro, nos termos regimentais, seja oficiado ao Ministério das Relações Exteriores a necessidade de o Governo Brasileiro realizar urgentes gestões junto ao Governo Iraniano para mitigar o sofrimento dos bahá'is e, em especial, para que o mesmo seja instado a conceder imediata liberdade aos líderes da Comunidade Bahá'i que estão presos.

Eu abro a discussão em Plenário aos Srs. Senadores que queiram discutir a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Não havendo mais matéria a ser discutida e votada, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 3 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 24 minutos.)

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2014, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e catorze, no plenário sete, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador **Roberto Requião**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buar-**

que, Cyro Miranda, Ana Amélia e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os demais Senadores. Assina a lista de presença o Senador não membro desta Comissão **Wellington Dias** e a Deputada Federal **Benedita da Silva**. Justificam ausências os Senadores **Jorge Viana, Ricardo Ferraço, Luiz Henrique** e **Aloysio Nunes Ferreira.** O Presidente declara aberta a Reunião e apresenta os convidados presentes, à mesa: Exmo. Sr. Guillermo Carmona, Deputado Nacional pela Província de Mendoza; e Exmo. Sr. Embaixador Daniel Filmus, Secretário para Assuntos relativos às Ilhas Malvinas. O Presidente registra, também, a presença de delegação argentina composta pelos seguintes membros: Sr. Ministro Gonzalo Urriolabeitia, diplomata do Ministério das Relações Exteriores e Culto da República Argentina; Sr. Secretário Maximiliano Alaniz, diplomata da Embaixada da Argentina; Sr. Secretário Juan Navarro, diplomata da Embaixada da Argentina; e Sr. Federico Pensado, tradutor. Tem início a apreciação da pauta: primeira parte – V**isita de Autoridades argentinas. Finalidade:** Recepção de Parlamentares e Secretário Argentinos. **Convidados: Deputado Guillermo Carmona,** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Culto da Câmara dos Deputados da Argentina – CREyCULTO; e **• Embaixador Daniel Filmus,** Secretário de Assuntos Relativos às Ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul e os Espações Marítimos Circundantes no Atlântico Sul do Ministério de Relações Exteriores e Culto da Argentina – MREyCULTO. O Presidente concede a palavra ao Deputado Guillermo Carmona e, em seguida, ao Embaixador Daniel Filmus. Usa a palavra o Senador Cristovam Buarque, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Eduardo Suplicy. O Presidente concede a palavra ao convidado da 2ª PARTE desta Reunião, Sr. Adriano José Alves Moreira, Presidente da Academia das Ciências de Lisboa – ACAD. Os expositores apresentam suas considerações finais. O Presidente agradece a presença dos convidados e dá por encerrada a primeira parte desta Reunião. **MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA:** às dez horas e quarenta e três minutos assume a presidência o Senador Cristovam Buarque, até o término desta Reunião. Passa-se à segunda parte da Pauta: **AUDIÊNCIA PÚBLICA. Finalidade:** debater "A Extensão da Plataforma Marítima de Exploração Econômica Pacífica dos Países Lusófonos", para um primeiro colóquio defendendo o reconhecimento internacional da extensão da soberania de exploração dos recursos minerais e petrolíferos nas plataformas continentais oceânicas dos países de língua portuguesa, com limites a serem fixados com os vizinhos e aceitos pela organização das Nações Unidas; em atendimento ao Requerimento nº 16, de 2014–CRE, de autoria do Senador Cristovam Buarque. **Convidados: Adriano José Alves Moreira,** Presidente da Academia das Ciências de Lisboa – ACAD; e **Marcus Henrique Paranaguá,** Subchefe da Divisão do Mar, Antártida e Espaço do Ministério das Relações Exteriores – MRE. O Presidente convida os expositores a comporem a mesa, convida também o Professor Vamireh Chacon. O Presidente registra a presença de 15 alunos do curso de Relações Internacionais da FAAP, São Paulo, acompanhados pela Professora Fernanda Magnotta; e, também, dos seguintes membros do corpo diplomático: Embaixador da Guiné Equatorial, Dr. Benigno-Pedro Matute Tang e o Encarregado de Negócios da Embaixada da Guiné Bissau, Sr. Jorge Luís Mendes. O Presidente concede a palavra ao Sr. Adriano José Alves Moreira, para a sua exposição; em seguida ao Sr. Marcus Henrique Paranaguá. Usa a palavra o Senador Wellington Dias e o Senador Eduardo Suplicy. Os expositores fazem suas considerações finais. O Presidente concede a palavra ao Embaixador da Guiné Equatorial, Dr. Benigno-Pedro Matute Tang; depois faz suas considerações finais e agradece a presença dos convidados. Nada havendo mais a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente Eventual e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Roberto Requião,** Presidente Eventual

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB - PR) – Declaro aberta a 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A primeira parte desta reunião destina-se a recepcionar autoridades argentinas.

Já, na mesa, à minha direita, o Deputado Guillermo Carmona, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Culto da Câmara dos Deputados da Argentina; e, à minha esquerda, o Embaixador Daniel Filmus, Secretário de Assuntos Relativos às Ilhas Malvinas.

Registro a presença dos outros integrantes da delegação argentina: Ministro Gonzalo Urriolabeitia, Diplomata do Ministério de Relações Exteriores e Culto da República Argentina; Secretário Maximiliano Alaniz, Diplomata da Embaixada da Argentina; Secretário Juan Navarro, Diplomata da Embaixada da Argentina; e Federico Pensado, tradutor.

Informo aos convidados que terão a palavra para exporem as razões de sua visita.

Como começamos isso, Carmona? Começa você ou começa o embaixador?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB - PR) – Então, com a palavra, Guillermo Carmona, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Culto da Câmara argentina.

O SR. GUILLERMO CARMONA – (*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando tradução.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB - PR) – Em seguida, com a palavra o Embaixador Daniel Filmus, Secretário de Assuntos Relativos às Ilhas Malvinas.

O SR. DANIEL FILMUS – (*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB - PR) – A Mesa agradece a exposição dos dois argentinos, o Deputado Carmona, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, e do Embaixador Daniel Filmus; e esclarece ao nosso plenário que pesquisas internas na Inglaterra viabilizaram a manifestação da população inglesa favorável à independência das Malvinas. Agora, é evidente que os interesses econômicos são muito grandes. E se a pesquisa for feita nas Ilhas Malvinas, ela será feita com os ocupadores das ilhas, e o resultado será diverso.

Quero passar a palavra ao plenário.

Está inscrito para uma intervenção o Senador Cristovam Buarque. Com a palavra o Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, eu quero, em primeiro lugar, manifestar a satisfação de estar aqui junto com colegas argentinos numa luta que eu quero dizer que não é só deles, é de todos nós.

Fico muito feliz de ver aqui o Daniel Filmus, meu velho amigo, que, por razões protocolares, falou espanhol, mas fala português perfeito, aprendido em Niterói, Rio de Janeiro.

Eu quero dizer a vocês que, na sua luta, podem contar conosco aqui. Eu diria que não posso falar em nome dos Senadores todos, mas de uma grande parte, especialmente do Senador Requião, que sempre tem tido uma posição muito clara de defesa do espírito latino-americano.

Queria sugerir – tendo em vista a presença aqui entre nós do Dr. Adriano Moreira, que é um ex-Primeiro-Ministro, Vice-Primeiro-Ministro de Portugal em momentos muito decisivos – que façamos aqui, sobre o Atlântico Sul, o que ele vem trazer como proposta aqui hoje: ele vem trazer a proposta de um grande pacto marítimo entre os países de língua portuguesa, ou seja, que atravessaria. Eu acho que valeria a pena a gente fazer um sobre o Atlântico Sul no lado de cá, se fosse o caso, até acrescentando a África também. Sugiro que levemos essa ideia aos Ministérios de Relações Exteriores e, quem sabe, fazermos uma audiência aqui, como esta que vamos fazer hoje com o Dr. Adriano, em um breve tempo, chamando pessoas de diversos países do Atlântico Sul, ou até mesmo só Brasil e Argentina.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Senador Cristovam, há uma proposta, que foi discutida e aprovada no Parlasul, na nossa última reunião, no Uruguai, para realizarmos uma reunião no Parlasul sobre as Malvinas em Buenos Aires – proposta do Deputado Carmona, que foi aprovada. Então, na verdade, essa sua proposta se concretizará, num primeiro momento, lá, e nada impede que, num momento posterior, nós façamos o mesmo tipo de simpósio, de reunião, aqui no Senado da República.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Essa está ótima. Eu gostaria de participar. Eu me ofereço, Senador Requião, mas acho que vale a pena fazermos sobre todos os problemas envolvidos na questão marítima. Sobre as Malvinas – tem que manter só para as Malvinas também, senão dispersa –, mas, além disso, discutir todos os outros aspectos, como o próprio aparecimento de petróleo nessas águas territoriais de um país que a gente pode considerar que é do continente. Então, fica aqui a sugestão de, além dessa das Malvinas e sem diluir a questão das Malvinas no resto dos problemas marítimos, que façamos um debate sobre os interesses marítimos comuns entre os nossos países.

Eu não sei se o português saiu inteligível ou não.

Eu quero dizer a vocês que ouvi uma história muito interessante esses dias e é importante o Dr. Adriano tomar conhecimento. Eu soube que o Embaixador do Cabo Verde foi apresentar suas credenciais ao Papa Francisco e o Papa Francisco disse: "Aqui pode falar em português, mas do Brasil, porque o dos portugueses eu não entendo nada". (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB - PR) – Senador, assim como o nosso Embaixador aprendeu o português no interior do Rio de Janeiro, o nosso Deputado Carmona fala o português do Carnaval baiano.

Com a palavra, Deputado.

O SR. GUILLERMO CARMONA – (*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB - PR) – Não havendo mais nenhum Senador inscrito…

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador, uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB - PR) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Apesar de eu estar ansioso para escutar o Dr. Adriano, eu não sei se já está decidida a cidade onde vai ser feita essa reunião sobre as Malvinas. Se

não estiver, eu gostaria de sugerir que, em vez de Buenos Aires – que nós todos adoramos, claro – seja numa cidade o mais próxima possível das Malvinas. Ali.

O SR. GUILLERMO CARMONA – Ushuaia. Não sei se o entendi. A proposta é que seja ali? (*Pausa.*)

Excelente. Ushuaia.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB - PR) – Registrada a proposta do Senador Cristovam.

Senadora Vanessa Grazziotin, com a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Senador Requião, quero cumprimentar a V. Exª e aos convidados para esta reunião.

Não pude estar aqui mais cedo por conta de outro compromisso, mas faço questão de registrar que, pessoalmente – não apenas eu, meu Partido – temos uma posição muito firme ao lado do povo argentino, desse vizinho, país amigo e irmão, no que tange à defesa da posse, do poder e da integração do território das Malvinas, e ilhas adjacentes, àquele país. Então, é apenas para expressar essa que, muito mais do que uma opinião minha, é uma opinião de meu Partido. Entendemos que a época das colônias já se foi e que essa é uma luta não só dos senhores, não só da Argentina, mas de todos aqueles que lutam por autodeterminação dos povos, por democracia, por Estados nacionais autônomos.

Sejam todos bem-vindos. Certamente foram tratados com muito carinho pelo nosso Senador Requião e pelo Senador Cristovam, que têm sido grandes Parlamentares, não só brasileiros, mas internacionalistas também.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB - PR) – Senador Suplicy, V. Exª deseja usar a palavra?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Também quero expressar minha solidariedade ao Embaixador Daniel Filmus e ao Deputado Guillermo Carmona, sobretudo a respeito dessa questão do direito da Argentina sobre as Ilhas Malvinas, porque acho que, se existisse uma área tão próxima do Brasil onde estivessem residindo brasileiros, naturalmente deveria estar integrada ao território brasileiro, e também estaríamos solicitando a solidariedade dos Argentinos.

Tive um horário médico agora cedo e não pude estar presente desde o início da reunião, mas quero transmitir ao Deputado Guillermo Carmona, tendo em conta a importância dessa reunião presidida por nosso coordenador de ações no Mercosul, que tem levado para as reuniões do Parlamento do Mercosul a palavra sempre importante do estreitamento dos laços entre nós, países que compõem o Mercosul, que o Senador Roberto Requião tem papel fundamental nessa direção. Meus cumprimentos a V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Senador Requião, o Senador Cristovam comentou: "Mas você não falou o seu Partido." Eu falei: "Mas todo mundo sabe." Porém, estamos com pessoas de fora. Eu sou do Partido Comunista do Brasil, do PCdoB.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB - PR) – Não há mais nenhum orador inscrito no plenário para se pronunciar. Pretendo, então, passar a palavra aos nossos convidados para suas despedidas, mas, antes, quero oferecer a possibilidade de o nosso palestrante da próxima reunião, Sr. Adriano José Alves Moreira, Presidente da Academia das Ciências de Lisboa, dizer alguma coisa sobre essa questão, se for de seu interesse.

O SR. ADRIANO JOSÉ ALVES MOREIRA – Sr. Presidente, em primeiro lugar, tenho a dizer que me sinto muito honrado por esse convite e julgo que nessa questão das Malvinas, embora seja proeminente o interesse nacional da Argentina, tem muito que ver com a vida política interna da Inglaterra. A questão surgiu num momento de grandes dúvidas sobre o destino do Partido Conservador durante as eleições, e não há nada que mais garanta uma melhora ou uma maioria do que ter uma questão patriótica em discussão a ocupar a população. Julgo que foi essa questão menor que determinou esse conflito tão grave, que é necessário eliminar rapidamente porque a situação mundial em que estamos é exigentíssima de que não haja atritos dessa natureza. Não é apenas no Atlântico Sul, mas é, fundamentalmente, para os nosso interesses imediatos, no Atlântico Sul. E por isso acho que essa questão merece uma solução internacional urgente, útil para a continuação da paz, que está extremamente ameaçada neste momento.

Não sei se o meu português é compreensível para seu espanhol, mas, às vezes, mesmo falando entre pessoas que pertencem à Língua Portuguesa… Lembro de um dito de Churchill, que diz que a América e a Inglaterra eram dois países separados pela mesma língua. Vamos ver se evitamos esse equívoco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB - PR) – Para suas considerações finais, passo a palavra, inicialmente, ao Embaixador Daniel Filmus.

O SR. DANIEL FILMUS – (*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB - PR) – Mas canta excepcionalmente bem, também. (*Risos.*)

O SR. DANIEL FILMUS – (*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB - PR) – Para suas palavras finais, o Deputado Guillermo Carmona.

O SR. GUILLERMO CARMONA – (*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB - PR) – Agradecendo a presença do Embaixador Daniel Filmus e do Deputado Guillermo Carmona, nós suspendemos esta reunião, que, em seguida, será reaberta sob a presidência do Senador Cristovam Buarque, quando ouviremos o Sr. Adriano José Alves Moreira, Presidente da Academia das Ciências de Lisboa.

Está encerrada esta primeira fase.

(Iniciada às 9 horas e 32 minutos, a reunião é suspensa às 10 horas e 30 minutos e reaberta às 10 horas e 43 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bom dia a cada uma e a cada um.

Dou por aberta a 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Na verdade, é a segunda parte da reunião, que se destina à realização de audiência pública com o objetivo de debater "A extensão da plataforma marítima de exploração econômica pacífica dos países lusófonos" para um primeiro colóquio, defendendo o reconhecimento internacional da extensão da soberania de exploração dos recursos minerais e petrolíferos nas plataformas continentais oceânicas dos países de língua portuguesa, com limites a serem fixados com os vizinhos e aceitos pela Organização das Nações Unidas, em atendimento ao Requerimento nº 16, de 2014, desta Comissão, de minha autoria.

Antes de passar a palavra ao Dr. Adriano José Alves Moreira e ao 1º Secretário da Divisão do Mar, Antártida e Espaço do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Marcus Henrique Paranaguá, quero dizer que é uma bela coincidência que estejamos fazendo esta audiência logo depois de uma reunião que terminou há pouco sobre o papel das relações internacionais dos países da América do Sul em relação ao direito Argentino às Malvinas.

Na verdade, as duas coisas têm a ver. Se houvesse o que o Dr. Adriano vem propor aqui já há algum tempo, a extensão da plataforma marítima de exploração econômica pacífica dos países da América do Sul, provavelmente o assunto das Malvinas estaria sendo tratado de outra maneira. Fico muito feliz pela coincidência desses dois eventos.

Antes de começar a reunião, eu queria convidar os que estão de lado a se sentarem aqui; os que quiserem, obviamente.

São os alunos do curso de Relações Internacionais da FAAP, em São Paulo, que vêm acompanhados pelo Prof. Fernanda. Eu os chamo para que se sentem e assistam a esta sessão no lugar onde se sentam os Senadores. Professor, aqui no Senado, acostumamo-nos a fazer essas audiências mais para a televisão do que mesmo para cada um de nós Senadores, que estão neste momento em alguma Comissão, em seus gabinetes ou, como estamos em período eleitoral, em seus Estados, fazendo campanha. Mas, como tudo isso é transmitido pela televisão, nós temos, a partir disso, a criação de uma consciência nacional – mais até do que a ideia, a criação de uma consciência sobre o assunto.

Aqui estão também o Embaixador Deputado Guiné Equatorial, Benigno Pedro Matute Tang, e o Encarregado de Negócios da Embaixada da Guiné-Bissau, Jorge Luis Mendes.

O Dr. Adriano, figura das mais conhecidas na Europa, tem uma trajetória extremamente rica do ponto de vista acadêmico e do ponto de vista político. É um desses raros intelectuais que conseguem se dar na vida pública com a competência e com a força que ele desenvolveu a partir das suas atividades, tendo sido Ministro do Ultramar de 1961 a 1963, Deputado entre 1979 e 1995, Presidente do Partido Centro Democrático Social, Vice-Presidente da Assembleia da República por quatro anos, entre 1991 e 1995, o que corresponderia, creio que pode dizer, a uma espécie de vice-Primeiro Ministro, já que o Primeiro Ministro é o Presidente da Assembleia ou, pelo menos, o Presidente do partido majoritário.

Então, nesse sentido, além de muitas outras atividades acadêmicas e políticas, para nós, Dr. Adriano, é uma grande honra tê-lo conosco. Por isso, passo-lhe a palavra, lembrando que esta reunião foi uma ideia sua, trazida pelo Prof. Vamireh Chacon. Então, é uma ideia de audiência que veio de fora, o que dá uma grandeza maior a ela.

Com a palavra o Dr. Adriano.

O SR. ADRIANO JOSÉ ALVES MOREIRA – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque, seus assistentes, em primeiro lugar, quero dizer que uma das maiores honras que tenho recebido é ter sido convidado para vir a esta reunião, sobretudo porque – isso tem sido a minha vida – posso reparar uma injustiça da Universidade de

Brasília. Sou o segundo Doutor *honoris causa* da Universidade de Brasília e fui preterido por um general de duas estrelas, que é o número um. Eu se que ele se chamava De Gaulle, mas só tinha duas estrelas. E fui preterido.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Ou seja, De Gaulle foi o primeiro. Na verdade, De Gaulle foi o primeiro, Era o único. Então, a UnB deu o título ao senhor. Devo dizer que a Universidade de Brasília é uma das mais exigentes de todas na atribuição de *honoris causa*. Fui reitor lá e creio que não demos nenhum – aliás, talvez dois – salvo um que iniciamos, que foi ao Mandela. Iniciamos o *honoris causa* Mandela quando ele ainda estava preso. E, quando o processo terminou, eu já não era reitor, mas ele recebeu aqui, logo depois de solto, o seu título *honoris caus*a.

Então, eu lhe agradeço por ter lembrado isso, porque eu havia esquecido. Para mim, ex-reitor, é um dos pontos mais altos da sua carreira.

O SR. ADRIANO JOSÉ ALVES MOREIRA – Muito obrigado.

(*Aguardando tradução.***)**

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Nós que agradecemos. Passo a palavra, depois do professor, político, Dr. Adriano José Alves Moreira, ao Marcus Henrique Paranaguá.

O SR. MARCUS HENRIQUE PARANAGUÁ – Muito obrigado. Bom dia a todos.

Sr. Senador, é com muita honra que compareço nesta Comissão de Relações Exteriores do Senado para discutir um pouco as questões relacionadas à plataforma continental, de acordo com a regras da Convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar. Eu gostaria de cumprimentar também o Prof. Dr. Adriano Moreira, que conheço muito de nome, Servi na Embaixada do Brasil em Portugal entre 2004 e 2007 e tive oportunidade de ler muito, muitos artigos, e conheci-o muito, de televisão, de colóquios e conferências. Portanto, é uma grande honra compor esta mesa hoje na Comissão de Relações Exteriores na presença de tão ilustre figura acadêmica e política portuguesa.

Cumprimento também o Prof. Vamireh Chacon, cumprimento o Embaixador da Guiné Equatorial, país que atualmente integra a CPLP como observador e cumprimento também o representante da Embaixada da Guiné- Bissau, também presente aqui hoje, que muito nos honra.

Como bem explicou o professor, eu gostaria, antes de abordar o tema da plataforma continental de acordo com o que está prescrito na Convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar, de fazer uma breve recordação do histórico dessa negociação não apenas no âmbito das Nações Unidas, mas dos fundamentos jurídicos históricos que culminaram na adoção da Convenção do Mar. E aqui peço vênia ao professor porque onde há cardeais, padre não fala. Sendo o Prof. Adriano Moreira um especialista consumado e reconhecido na área, peço vênia para fazer algumas considerações de cunho histórico jurídico,

Como os senhores sabem, a navegação, o direito do mar têm uma longa tradição de discussões que vêm desde o final da Idade Média. E, por aí, temos as discussões no Século XVI, da Escola Jusnaturalista Peninsular, com grandes expoentes portugueses e espanhóis, que debatiam a navegação. O Tratado de Tordesilhas dividiu o mar atlântico entre as Coroas de Portugal e de Castela. Com isso, tendo como fundamento histórico, jurídico e filosófico, as postulações dessa Escola Jusnaturalista, de fundamentação transcendental, ou seja, de todos os aportes dados pelo cristianismo primitivo desde São Paulo, passando pela patrística, escolástica, São Tomás de Aquino, todas essas discussões foram muito debatidas durante o Século XVI bem como o foram a navegação, o mar aberto e o mar fechado.

Todos nós – e aqui temos alunos de universidade – já ouviram falar na famosa discussão entre o jurista Hugo Grotius e os que defendiam a Escola Peninsular Ibérica.

Aqui é importante ressaltar – para o professor ver que fiz o meu dever de casa, até Serafim de Freitas cheguei a consultar – o célebre debate entre Hugo Grotius, que defendia a livre navegação dos mares, tendo em vista o apresamento de um navio português no Oriente, o que gerou enormes protestos da Coroa portuguesa. Os holandeses, a fim de defender sua posição em favor da livre navegação dos mares, contrataram o jovem jurista Hugo Grotius, que belamente construiu a teoria do mar livre. Essas discussões todas são fundamentos das discussões posteriores sobre direito do mar e oceanos.

Há um historiador chamado Louis Henkin que afirma que o convívio entre as nações pode ser medido num movimento civilizatório da força para a diplomacia e da diplomacia para o direito, e do direito para as instituições. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar é, portanto, a culminância de um processo histórico, jurídico, filosófico sobre os espaços oceânicos entre os países.

Para fazer uma breve recordação do processo que culminou na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, essas discussões mais recentes do Século XX começaram já na época da Liga das Nações e posteriormente com as Nações Unidas, já em 1958. Em 1963, houve a tentativa de Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que não redundaram sucesso, não houve consenso. A partir de 1967, sobretudo com

o discurso do representante de Malta na Assembleia Geral das Nações Unidas, começou-se também a elaborar o convencimento, na comunidade internacional, do conceito de patrimônio comum da humanidade, que também veio a ser encapsulado pelas prescrições da convenção.

Em 1973, dá-se início à 3ª Conferência das Nações Unidas sobre Direito do Mar, que durou nove anos. Muitas sessões foram realizadas. E, finalmente em 1982, foi adotada, em Kingston, na Jamaica, a Convenção de Montego Bay, que é o tratado internacional que corporifica, ou seja, que é a culminância de toda essa discussão histórica, política, filosófica, jurídica e que nos dá os conceitos com os quais trabalhamos hoje em política internacional em relação a oceanos e Direito do Mar. Ela estabelece, de acordo com suas prescrições, o regime jurídico, delimitação das áreas marinhas, o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental, às quais os estados costeiros possuem direitos soberanos, e o alto-mar.

O acordo, a Convenção do mar consagra ainda a definição dos recursos minerais dos fundos marinhos e oceânicos e o seu subsolo para além dos limites da jurisdição nacional como patrimônio comum da humanidade, de acordo com o discurso de 1967, do Embaixador de Malta na ONU, que formulou o conceito de patrimônio comum da humanidade.

E essa relação, esse conceito tem a ver com a extensão da plataforma continental porque, ao ampliar o limite da plataforma continental além das 200 milhas, o estado invade o espaço, digamos, apropria-se de parte do espaço que é da área internacional, portanto, patrimônio comum da humanidade. E, aí,há uma relação entre o art. 76, que prevê a plataforma continental, com o art. 82, que é uma questão – não é o caso de se discutir agora – acerca da qual se poderia, Senador, organizar um seminário para se discutir as implicações do art. 76 tendo em vista o art. 82, que prevê pagamento de *royalties* para a exploração de recursos não vivos para além da plataforma das 200 milhas.

O Brasil, com base nas prescrições do art. 76 da Convenção do Mar, iniciou, através do plano de levantamento da plataforma continental brasileira, instituído pelo Decreto nº 98.145, de 1989, sob coordenação da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – e aqui quero reconhecer a presença de dois integrantes da CIRM, dois comandantes da CIRM que coordenam programas no âmbito daquela comissão – realizou o levantamento da plataforma continental brasileira, a fim de ampliar a jurisdição nacional sobre porções da plataforma continental além das 200 milhas previstas na Convenção do Mar, de acordo com o art. 76 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Em maio de 2004, o Brasil submeteu à Comissão de Limites da Plataforma Continental, que é um dos órgãos criados pela Convenção, junto com o Tribunal Internacional do Direito do Mar e Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, em Nova York, a sua proposta de delimitação de área além das 200 milhas marítimas, a chamada plataforma continental estendida. Ela foi distribuída nas seguintes áreas: Região Norte, no Cone do Amazonas, na região da Cadeia Vitória Trindade, no meio do País, e na Região Sul. Essas foram as três áreas em que o Brasil apresentou o pleito de aumento da sua plataforma continental em 960 mil km².

A foz do Amazonas, a cadeia norte brasileira, a cadeia Vitória Trindade, como eu disse e a margem continental sul. A comissão não fez objeções em relação à grande parte do pleito brasileiro. O Brasil pleiteou o aumento em 960 mil km², e a comissão, nas suas recomendações, em 2007, respondeu, questionando algumas posições do Brasil em relação a 190 mil km² ou aproximadamente 19% da área pleiteada.

Tendo por base o art. 8º do Anexo II da Convenção, que afirma que se o país não estiver satisfeito com as recomendações da comissão, poderá fazer uma nova submissão ou uma submissão revista, revisada para a Comissão de Limites da Plataforma Continental.

Tendo por base o art. 8º do anexo II da Convenção, o Brasil decidiu preparar uma nova proposta revisada dos limites exteriores da sua plataforma continental de forma a responder às recomendações da CLPC (Comissão de Limites da Plataforma Continental) e, assim, assegurar a totalidade do pleito brasileiro.

Em dezembro de 2008, o Leplac iniciou nova fase de coleta de dados na margem continental brasileira a fim de garantir que todo o pleito brasileiro seja endossado pela comissão. Essa fase foi concluída em 2010. Agora, passou-se à fase de processamento e interpretação desses novos dados coletados. Aqui, quero destacar o grande trabalho realizado pela Marinha do Brasil, pelo GT de que participam os técnicos da Marinha, os oficiais da Marinha, representantes da comunidade acadêmica brasileira. E, nessa segunda fase, há participação de empresas privadas também na elaboração dessa proposta revisada na qual o Brasil trabalha atualmente.

Em setembro último, a subcomissão para o Leplac, coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores, o Itamaraty, decidiu pela submissão parcial da proposta brasileira, da proposta revisada brasileira. Os senhores se recordam, temos três porções do nosso pleito de extensão da plataforma continental: Região Norte, no meio do País e na Região Sul. Tomamos a decisão de apresentar, de dividir a proposta realizada em três e realizar, num primeiro momento, os pleitos da Região Sul, dividindo-a em três áreas: sul, equatorial e leste, cada uma compondo uma submissão parcial.

Estamos trabalhando, no momento, nessa parte sul, que deverá ser a primeira área a ser submetida, a previsão é que ela seja finalizada ainda este ano. Não quero aqui dar datas, para não gerar expectativa, mas, em princípio, estima-se que seria possível, até o final do ano, concluir essa parte, a parte sul da submissão brasileira. A partir daí, portanto, será elaborada uma apresentação juntando os dados técnicos todos de morfologia, de batimetria, de todos aqueles dados que precisamos apresentar à comissão para que ela chancele o nosso pleito.

Além disso, será preparada e coordenada pelo Itamaraty a apresentação da parte política da submissão a fim de que possamos garantir a totalidade do pleito brasileiro junto à Comissão. O relatório da submissão, incluindo os aspectos políticos, legais e técnicos, como eu disse, era produzido por um grupo de trabalho coordenado pelo Itamaraty, e composto pelos Ministério de Minas e Energia, pela Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha, pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar e pelo perito brasileiro na Comissão de Limites da Plataforma Continental e por peritos *ad hoc*. O atual perito brasileiro na Comissão é o Almirante Ribas, que foi eleito recentemente na reunião dos Estados Partes, há dois anos. Ele é o nosso representante na Comissão de Limites da Plataforma Continental, que é composta por 21 peritos, tendo por base o critério de distribuição geográfica. Essa Comissão se reúne em Nova Iorque três vezes por ano: durante o inverno, três semanas; depois, no verão; e depois, no outono, mais três semanas, porque a carga de trabalho da Comissão…

Inicialmente ela se reunia em menos sessões, mas tendo em vista o número crescente – atualmente são 73 submissões encaminhadas pelos países de extensão da plataforma continental além das duzentas milhas – foi necessário se tomar uma decisão de aumentar o tempo de trabalho dos peritos em Nova York, a fim de poder minimamente dar cabo desse trabalho, que é crescente, muito técnico e, em alguns casos, pode levar anos.

Há algumas submissões que podem ser feitas em um período de três sessões. Portanto, em um ano de análise da subcomissão e depois encaminhamento da comissão, pode ser equacionado, resolvido em um ano. Há casos de países que, desde 1995, se encontram sob análise da subcomissão e da Comissão de Limites.

Portanto, é um projeto de longo prazo. São 73 países que submeteram o pedido de extensão da plataforma continental. Então, levará muito tempo até que tudo isso esteja concluído e que essas fronteiras marítimas estejam definidas de acordo com as regras da Convenção.

O Brasil foi o segundo País a apresentar a sua proposta de extensão da plataforma continental, em 2004, como eu disse, logo após a federação russa. Portanto, o Brasil tem uma *expertise,* já adquiriu conhecimentos técnicos não só pelo trabalho primoroso que tem sido feito sempre pela Marinha e pelos pesquisadores tanto oficiais como civis – os membros da comunidade acadêmica, como eu disse – mas por empresas privadas também, que deram e têm dado ao Brasil uma *expertise* na área da capacitação e formação de capacidades para coletar, interpretar e preparar essas submissões, que são de caráter muito técnico e são analisadas pela comissão, em Nova York. Por isso, o Brasil adquiriu...

Também pela tradição que o Brasil já tinha e tem nas discussões sobre o direito do mar, sempre o País procurou... Desde as primeiras convenções, as primeiras reuniões que redundaram na Convenção sobre o Direito do Mar, o Brasil sempre teve uma participação muito ativa, tanto político-diplomática como jurídico-técnica, e isso deu ao Brasil, no âmbito das Nações Unidas, certo protagonismo; e mais até do que protagonismo, uma certa responsabilidade nas discussões sobre direito do mar. Tanto é que durante muito tempo o Brasil, por intermédio de um Embaixador brasileiro já aposentado, coordenou as consultas para a Resolução Omnibus de Oceanos e Direito do Mar. Portanto, o Brasil tem credenciais na área de oceanos e direitos do mar, credenciais diplomáticas, políticas – como eu disse – e também técnicas.

Com relação à extensão da plataforma continental dos países da comunidade CPLP, até o momento, de acordo com a pesquisa realizada há dois dias, no *site* da Doalos (Divisão das Nações Unidas para Assuntos do Oceano e Direito do Mar), apenas Brasil, Portugal, Angola e Moçambique apresentaram o seu pleito de extensão. Com exceção do Timor Leste, os demais países da CPLP, portanto, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe não apresentaram, até o momento… Apresentaram porque havia um prazo estipulado pela Convenção segundo o qual em dez anos a partir do momento em que entrasse em vigor, estes países teriam de apresentar o seu pleito de extensão da plataforma além das duzentas milhas. Como muitos países, por ocasião da 11ª Reunião dos Estados-Partes em 2001, muitos países – e foi uma discussão muito importante naquele momento – reivindicavam um alargamento do prazo tendo em vista dificuldades técnicas de montar um pleito de extensão da sua plataforma. Naquela ocasião, decidiu-se pelo alargamento do prazo, ou seja, foi concedido que os países pudessem apresentar ainda que informações iniciais sobre o pleito que submeteriam posteriormente à Comissão. Essa reivindicação foi acolhida na decisão dos Estados-Partes, em 2001, dando portanto até 2009 para que os países apresentassem, ainda que inicialmente, e manifestassem, junto ao secretariado, o seu desejo de apresentar o pleito de extensão da plataforma.

Com isso, os países São Tomé, Cabo Verde e os demais, com exceção do Timor Leste, apresentaram suas considerações iniciais a fim de cumprir o prazo determinado pela Convenção.

O trabalho, como eu disse, de coleta dos dados, de preparação técnica, de análise de todos esses dados, a fim de comprovar... Porque, como os senhores sabem, o art. 76 da Convenção prevê a possibilidade de extensão da plataforma. De acordo com as regras da Comissão, temos as doze milhas das águas do mar territorial, depois há mais doze milhas de uma zona contígua. A partir daí, começa a zona econômica exclusiva até as 200 milhas, onde o País tem direitos absolutos sobre o solo, o subsolo e sobre a coluna de água sobre os recursos vivos e não vivos.

A plataforma continental, a extensão da plataforma continental, a possibilidade de extensão da plataforma continental consubstanciada no art. 76 dá aos países a possibilidade de ter o direito, porque a plataforma é de direito dos países *ab initio et de jure*, ou seja, é direito ainda de quem não seja signatário da Convenção, como é o caso do Timor Leste.

Os Estados Unidos não são signatários da Convenção do Mar e em 1943, se não me engano, houve uma proclamação do governo americano decretando os limites da sua plataforma continental. Ou seja, como eu disse, essas discussões vêm ao longo de muito tempo e culminaram na adoção dessas regras atuais da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Mas alguns países – como eu disse, os Estados Unidos – que não assinaram até hoje a Convenção, por proclamação do governo americano, delimitaram a sua plataforma continental. É uma *de jure* e *ab initio*.

Para os países que ainda não fizeram o pleito de extensão da plataforma continental de acordo com as regras do art. 76... E aqui é um tema absolutamente técnico e eu, por mais que já tenha lido tantas e tantas e tantas vezes sobre esse artigo e estudado sobre o assunto, muitas vezes ainda me confundo com as regras que o art. 76 cria. Daí a necessidade de um corpo técnico-jurídico preparado para montar a submissão desses países.

O Brasil, como eu disse, Senador, já tem *expertise* no assunto, tendo já ajudado Angola e Namíbia na elaboração do seu pleito de extensão da plataforma continental. É um processo que demanda recursos humanos de grande densidade; recursos econômico-financeiros, porque não é barato fazer uma coleta de dados, pois são muitas horas de navios e de pesquisa oceânica e de coleta de dados. Isso leva muito tempo e custa bastante dinheiro.

Alguns países podem sentir a necessidade de cooperação dos países maiores para a elaboração do pleito junto à Comissão. O Brasil tem, sim, capacidade para isso. Já participou da elaboração do pleito de Angola e da Namíbia, mas imagino que, tendo em vista os custos de elaboração de uma proposta dos demais países da Comissão, isso teria que ser muito bem analisado sobre como o Brasil poderia ajudar.

Por ocasião da Reunião dos Ministros do Mar ocorrido em Oeiras, em Portugal, em 2010, o Brasil ofereceu aos países da CPLP a possibilidade de uma cooperação inicial, levando os técnicos daqueles países a conhecerem a DHN e o Programa Leplac, para que eles pudessem começar a tomar consciência do desafio que terão pela frente.

A cooperação brasileira continua de pé. O Brasil está disposto e segue firme, tendo em vista não apenas o que prescreve a Convenção do Mar, mas também a sua decisão política de cooperação entre os países. Não só os países de língua portuguesa, mas também os países da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Ou seja, o Brasil pode cooperar com os países de língua portuguesa, mas, como eu disse, em razão dos elevados custos, teria de ser feito em bases comerciais, provavelmente, porque os custos são muito altos.

Na proposta que apresentamos, em 2004, só para os senhores terem uma ideia, os custos estimados – e aqui são estimados – nessa primeira fase em que participaram a Marinha, técnicos das universidades e a Petrobras, eram de R$40 milhões para a primeira fase do nosso plano de levantamento. Na segunda fase, que está no momento em processo, os custos são ainda maiores, tendo em vista a necessidade de o Brasil garantir os 19% daquela área de 160 mil km^2 que pleiteamos da plataforma continental estendida.

Assim é que, para concluir, gostaria de dizer da importância desse assunto, para o Brasil, da plataforma continental, nossa zona econômica exclusiva. E, com a possibilidade de que o nosso pleito seja atendido na totalidade, cumprimento aqui o Senador Wellington Dias, ilustre amigo, conterrâneo. É um prazer tê-lo aqui.

A possibilidade de extensão da nossa plataforma além das 200 milhas, que já é a garantia que nos dá a Convenção sobre o Direito do Mar, estenderá o território brasileiro e todos os recursos, na área da zona econômica exclusiva, vivos e não vivos, e na área da plataforma estendida, dos recursos não vivos, a uma área... O Brasil tem um território de 8,5 milhões de km^2. Com a zona econômica exclusiva a nossa plataforma continental de 200 milhas e mais a extensão da nossa plataforma, nós incorporaremos – se a Comissão de Limites da Plataforma Continental, em Nova York, atender à totalidade do nosso pleito – mais de 50% do que nós temos hoje. Ou seja, o que isso representa em termos de biodiversidade, recursos minerais, exploração de petróleo é de uma importância fundamental. Daí o engajamento de todos os Ministérios na Comissão Interministerial

para os Recursos do Mar, como eu disse, e na importância que confere o Estado brasileiro a esses programas e a esse pleito brasileiro…

(Soa a campainha.)

O SR. MARCUS HENRIQUE PARANAGUÁ – … na Comissão de Limites da Plataforma Continental, a fim de garantir às gerações futuras do nosso País um patrimônio riquíssimo em biodiversidade e em recursos minerais e a presença brasileira no Atlântico Sul como um todo. Incorporar em área mais da metade do que já temos hoje é um desafio enorme e uma possibilidade magnífica para o Brasil.

Por isso o Itamaraty, juntamente com os outros Ministérios e com a Marinha do Brasil, tem trabalhado com afinco para que a nossa proposta de extensão da nossa plataforma seja reconhecida na sua totalidade pela Comissão de Limites da Plataforma Continental.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito obrigado.

Nós terminamos as duas apresentações. Temos uma pergunta vinda pela Internet e dois Senadores. Quero saber se algum quer usar a palavra. E deixarei para fazer a pergunta que veio de fora depois.

Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Sr. Presidente, saudando aqui o Prof. Vamireh Chacon; saudando aqui o Dr. Adriano José Moreira; e V. Exª, pois é um prazer muito grande cumprimentá-lo.

Quero apenas dizer do orgulho de todos nós piauienses e brasileiros pelo trabalho desenvolvido pelo Dr. Marcos Henrique Paranaguá, da região sul do Estado do Piauí, e tem dados grandes contribuições também ao nosso Estado e ao Brasil. Com certeza, esse trabalho feito, próprio da diplomacia e com a sua habilidade, aqui o que nós queremos é apenas manifestar não só a torcida, mas também o empenho e o apoio, para que tenhamos êxito nos propósitos aqui relatados.

Basicamente, Presidente, eu queria fazer esta saudação e dizer da alegria de recebê-lo aqui, no Senado, na Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Caro Presidente, Senador Cristovam Buarque, cumprimento-o pela iniciativa de propor que o Prof. Adriano José Alves Moreira, a quem cumprimento, tenha vindo dar a sua contribuição.

O Presidente Cristovam Buarque nos transmitiu que o senhor veio aqui trazer esse depoimento tão significativo. Nascido em 1922, aos 92 anos, teve a disposição de viajar de Portugal para o Brasil e trazer esse depoimento. Eu acho que isso é muito significativo. Quero cumprimentá-lo só por este ato generoso para conosco aqui, no Senado Federal, e para como Brasil.

Cumprimento também o Primeiro-Secretário da Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, do Ministério das Relações Exteriores, Marcus Henrique Paranaguá, e o caro Professor Vamireh Chacon, que, acredito, vai poder colaborar conosco.

Mas eu tenho algumas indagações, porque estou muito aprendendo com os senhores, que têm se preocupado com o assunto, sobre o qual eu não tenho tanta familiaridade. Então, estamos aqui aprendendo.

Prof. Adriano Alves Moreira, eu gostaria, primeiro, que fizesse a gentileza de repetir o nome da professora, intelectual de tamanho significado, cujas palavras o senhor citou. Mas eu vou pedir a atenção de repetir o nome dela e as palavras que aqui mencionou, que me pareceram de grande significado. Peço que fale mais perto do microfone, para que eu compreenda melhor. Eu achei tão interessante, mas acho que eu perdi um pouco do sentido e percebi o grande significado que quis dar a ela.

O senhor mencionou que a comunidade de povos de Língua Portuguesa devem desenvolver um interesse muito grande, sobretudo pela riqueza extraordinária que temos nos oceanos, em especial, o Atlântico. O Timor Leste, por exemplo, está no Pacífico – South Pacific ou Pacífico do Sul. Eu já tive a oportunidade, até convidado pelo Presidente José Ramos Horta, de fazer uma visita ao Timor Leste. E, na oportunidade, por volta de 2008, estava ali se falando justamente da possibilidade de o Timor Leste, recém-independente, ter os direitos de exploração, digamos, do petróleo, logo em frente. Então, acho que é muito importante que possa o Timor Leste ter a possibilidade de usufruir dos recursos do mar que está em torno do seu território. Isto é mais do que de bom senso. Todavia, eu agradeceria se puder nos informar como é que o Timor Leste está desenvolvendo a exploração do petróleo e de outros eventuais recursos e como conseguiu estabelecer isso, uma vez que, até há pouco, estava sob domínio da Indonésia, tendo conquistado a sua independência apenas há pouco; e se, efetivamente, está conseguindo usufruir dessa riqueza e se, porventura, ali se estabeleceu o limite das 200 milhas, ou mais, já que está relativamente próxima da Indonésia e também de outros países. E em que medida ela está assegurando?

O senhor nos colocou aqui a importância de sermos solidários, como povos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, ao Timor Leste, para que ele tenha esse direito de bem usufruir da riqueza marítima de que dispõe em seu litoral.

Gostaria, ainda, de lhe perguntar que países, na sua avaliação, tiveram as melhores experiências na utilização da riqueza marítima. Eu também gostaria que o 1º Secretário Marcos Henrique, também, pudesse responder a essa pergunta: que países entre aqueles da Comunidade de Países de Língua Portuguesa desenvolveram muito bem a capacidade exploratória dos recursos do mar? Há exemplos, como possivelmente da Noruega e de outros países, como os Estados Unidos, de elevado grau de utilização das riqueza marítimas e que podem nos servir de exemplo?

Primeiramente, o Secretário Marcus Henrique nos disse de como o Brasil vem se empenhando – e esta me parece uma das suas principais atribuições – para estender os limites dos seus direitos de exploração para além das 200 milhas náuticas; e mencionou que há a possibilidade de se estender esse limite para, pelo menos, 50% a mais. Assim, agradeço se puder nos informar se esses 50% mais significam mais 100 milhas ou o que exatamente. E, ainda, se puder nos informar: no caso do Brasil, que, por exemplo, nesta última década, conseguiu desenvolver a capacidade exploratória e até encontrou a camada petrolífera do pré-sal, em que limite se deu exatamente isso? Dentro das 200 milhas? E foi detectado, por ventura, por parte da Petrobras ou demais empresas petrolíferas, que, se forem um pouco além disso, haverá recursos petrolíferos muito significativos que poderão, portanto, ser objeto de exploração? E com quem o Brasil estaria, eventualmente, disputando esse direito, uma vez que são águas internacionais? E em benefício de quem? Do Planeta Terra? Em algum momento, o Prof. Adriano mencionou que falou do direito de todos os povos do Planeta Terra de usufruírem da riqueza existente no Planeta e não apenas os povos de uma nação. Será a riqueza que poderemos encontrar nos mares, nos oceanos poderão um dia significar que todos os habitantes do Plante Terra poderão usufruir melhor, pelo menos igualmente, dessa riqueza comum?

O senhor conhece algum exemplo de nação que já fez isso? Eu conheço um bom exemplo. O Senador Cristovam sabe que, às vezes, conto, mas estive no Alasca, em 1995, só por sete dias estudar e perguntar a respeito e, desde então, venho estudando esse exemplo. Em 2012, saíram três livros, que divulgam como o Alasca pode servir de exemplo para todos os demais países.

Permita-me contar-lhe brevemente a história. Acho que o Marcus Henrique Paranaguá já conhece. Já esteve lá?

O SR. MARCUS HENRIQUE PARANAGUÁ – No Alasca? Não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Mas conhece o que lá existe sobre a exploração?

Na verdade, o prefeito de uma pequena vila de pescadores, no início dos anos 60, observou que, de lá saía uma grande riqueza na forma da pesca, mas muitos eram pobres. Então, eu disse a ele: vamos criar um imposto de 3% sobre o valor da pesca para instituir um fundo que a todos pertencerá. Mas impôs-se uma enorme resistência.

Demorou cinco anos para persuadir a comunidade. Uma vez instituído, foi tão bem-sucedido que, dez anos depois, se tornou governador, aquele ex-prefeito de Bristol Bay, Governador Jay Hammond, que, ao final dos anos sessenta, descobriu enorme reserva petrolífera na Baía de Prudhoe, como encontramos recentemente na camada pré-sal do Atlântico.

Em 1976, ele disse aos seus 300 mil concidadãos, que hoje são mais de 700 mil "Nós precisamos pensar não apenas nesta geração, mas na futura. O petróleo e outros recursos naturais não são renováveis. Vamos separar uma parcela dos royalties para instituir m fundo que a todos pertencerá." Quis que todos debatessem e votassem. Setenta e seis mil disseram "sim" e 38 mil disseram "não". Aqueles recursos, então, passaram a ser investidos em títulos de renda fixa, US Bond, ações de empresas do Alasca, de forma a contribuir para diversificar sua economia, dos EUA, internacionais.

Na última observação que fiz do Fundo Permanente do Alasca, havia ali ações de 87 empresas brasileiras das mais rentáveis, como a própria Petrobras, a Vale do Rio Doce, o Itaú e o Bradesco, o que significa que nós, brasileiros, contribuímos para que isso funcione lá, e empreendimentos imobiliários. O valor do Fundo Permanente do Alasca evoluiu de aproximadamente US$1 bilhão, no início dos anos oitenta, para US$51 bilhões hoje.

Cada pessoa residente no Alasca – se o Prof. Adriano José Alves Moreira estivesse ali residindo desde os anos oitenta, preencheria um formulário de apenas uma página, entre 1ª de janeiro e 31 de março, em que diria: "sou Adriano José Alves Moreira, moro em tal endereço, trabalho em tal lugar." Não precisa dizer qual a sua remuneração nem seu patrimônio acumulado, porque é igual para todos, de qualquer idade.

A única exigência é dizer "estou aqui residindo há um ano ou mais, se viajei até o Brasil, foi por este motivo, ou seja, fui convidado pelo Senador Cristovam, mas estou aqui de volta" – se isso já existisse em Portugal. Duas pessoas que o conheçam bem testemunhariam, dizendo: esta declaração é verdadeira, responde por suas

crianças até 18 anos, por elas receberem. Se lá estivesse residindo, então, no início dos anos 80 teria recebido 300, depois 400, 500 por ano.

Em 2008, ano em que o preço do petróleo foi lá para cima, foi o ano em que maior dividendo se pagou, por acaso, o último ano da então Governadora Sarah Palin, uma senhora conservadora, que foi candidata a vice do John McCain quando concorreu Barack Obama. Exatamente no último ano, ela até acrescentou na receita do orçamento do Alasca mais US$1,2 mil, e o pagamento foi de US$3,269 mil por pessoa a todos os seus habitantes. Isso começou no início dos anos oitenta.

O senhor sabe qual foi a consequência? O Alasca, em 1980, quando começou, ou melhor, pouco antes de começar, tinha o mais alto Coeficiente Gini de desigualdade dos 50 estados norte-americanos. Trinta anos depois, segundo os dados de 2012 que tenho, o Coeficiente Gini dos Estados Unidos está em 0,47, mais baixo que o nosso, que é de 0,51. O Coeficiente Gini do Distrito de Columbia, onde fica Washington DC é de 0,533, o mais alto dos Estados Unidos, mais alto que o nosso agora. No Alasca é de 0,40, o mais baixo de todos os Estados americanos.

Do ponto de vista de uma nação que queira caminhar na direção de maior equidade e justiça, o exemplo foi altamente positivo. Considera-se suicídio político até para Sarah Palin, para qualquer liderança no Alasca, propor o fim desse sistema.

Conto essa história porque, afinal, na Baía de Prudhoe, um mar interno do Alasca, foi de onde se achou a riqueza tão significativa que propiciou essa experiência. Nós, agora, definimos que boa parte da riqueza do petróleo será destinada, sobretudo, à educação e saúde. Acho que, de alguma forma, deveremos também considerar que de alguma riqueza gerada no País um dia vamos ter algo como o Alasca tem feito, ou seja, uma renda suficiente para atender a todas as necessidades vitais de todos e incondicionalmente para todos os 201 milhões de brasileiros e brasileiras, inclusive para os estrangeiro aqui residentes, algo que Portugal poderá também fazer e todos os membros da comunidade dos povos de língua portuguesa. Acho que é um bom exemplo.

Então, ficam essas ponderações, Senador Cristovam Buarque. Muito obrigado pela oportunidade de estamos aprendendo mais com essas brilhantes pessoas que V. Exª convidou.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Nós que agradecemos, Senador Suplicy, sua presença, sua fala.

Antes de passar a palavra para os dois – eu me reservarei para falar depois –, quero fazer a pergunta que foi feita por uma senhora, a Ana Flávia Smith Weiss Baranski. A pergunta é: e um plano de contingência para um país apoiar o outro caso ocorra um desastre ambiental, vocês levam em conta nessa análise? Essa é a pergunta dela. Ela começa dizendo: "vocês falaram em exploração, e pergunto: a existência de um plano de contingência para um país apoiar o outro caso ocorra um desastre ambiental. O que vocês acham disso?" Acho que a pergunta é muito oportuna sobretudo porque vamos correr riscos de desastres ambientais com a exploração do pré-sal. Pode não acontecer nada, mas sempre é um risco. Então, fica essa pergunta.

Eu passo a palavra primeiro ao Secretário Marcus Henrique Paranaguá.

O SR. MARCUS HENRIQUE PARANAGUÁ – Muito obrigado, Sr. Senador. O Senador Suplicy comentou e fez uma pergunta relacionada aos países da CPLP no sentido de que quais deles já desenvolveriam capacidades exploratórias dos recursos marítimos. Foi isso?

Nós sabemos que a Angola é um país muito rico, tem grande quantidade de minérios e é um país com grande potencial na área de petróleo. Do Brasil não precisamos falar, sabemos do potencial do Brasil como segundo da América do Sul na exploração e em tamanho de depósitos de petróleo.

Gostaria também de mencionar que as áreas onde estão localizados hoje os poços, a área do pré-sal, os poços e a área Tupi, todos aqueles, estão dentro das nossas 200 milhas. Ou seja, já estão garantidas pela Convenção do Direito Mar como sendo de soberania brasileira. Portanto, acredita-se que seja possível que além das 200 milhas, naquela região possa haver também outros poços para exploração de petróleo, consequentemente, caso a Comissão de Limites da Plataforma Continental aceite nosso pleito de extensão, o Brasil poderá se beneficiar desses recursos abundantes naquela região. Sabemos também que Cabo Verde teve ou está tendo o seu pleito de extensão da plataforma continental ajudado por países europeus. A Noruega aportou uma quantidade de recursos para um fundo – um Trust Fund –, provavelmente oriundos dos recursos abundantes que eles têm na área de petróleo, para ajudar países em desenvolvimento a montarem, elaborarem suas propostas de extensão da Plataforma junto à Comissão da ONU. Cabo Verde é um dos países que se beneficia dessa cooperação norueguesa.

O senhor comentou sobre o pré-sal. No Brasil – que é essa região onde estão os nossos poços, que fique bem claro para todo mundo – os poços do pré-sal estão dentro das 200 milhas. Ou seja, o Brasil poderá se beneficiar de novas descobertas naquela região que, até o momento, é área internacional. Porque, a partir do momento em que a Comissão fizer as suas recomendações finais, o Brasil depositará junto ao secretariado da

ONU os seus limites definitivos de extensão da sua plataforma estendida. E a partir daí – como eu disse, vale a pena recordar um pouco, porque é um ponto muito interessante dessa discussão – a possibilidade de extensão da plataforma continental, por ocasião da Terceira Conferência das Nações Unidas, gerou a necessidade de – como eu disse, tendo em vista o discurso e a defesa da tese do patrimônio comum da humanidade levantado primeiramente pelo Embaixador de Malta, em 1967, que redundou no conceito de patrimônio comum da humanidade da área internacional, ou seja, tudo que está além das 200 milhas é área internacional – no momento em que os países podem, de acordo com a Convenção, segundo o art. 76, ampliar as 200 milhas a que têm já direito para 350 milhas, eles têm a obrigação, de acordo com o art. 82, de pagamento de *royalties*, porque eles estão – digamos assim – entrando numa área que originalmente deveria ser patrimônio comum da humanidade. Então, ao entrar, ao se apropriar de recursos como o petróleo, por exemplo, na área além das 200 milhas, eles incorrem – e aí foi o *trade-off*, a moeda de troca – para aprovação da possibilidade de extensão da plataforma, foi a compensação por meio dos *royalties* prevista no art. 82, porque essa área, como os senhores sabem, é área internacional.

A implementação desse art. 82 ainda não aconteceu. Há uma discussão no âmbito da Isba (Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos), que é – como eu disse – o organismo criado pela Convenção para administrar os fundos internacionais na área internacional. Há uma discussão sobre a implementação desse art. 82, é uma discussão longa, lenta, complicada, porque há muitas implicações do ponto de vista técnico, jurídico, político e diplomático. Ou seja, pode levar muito tempo até que se chegue a implementar definitivamente o art. 82.

Eu tive a honra de participar em 2012 de um seminário em Pequim, organizado pela Isba, justamente para discutir, o primeiro já havia acontecido em Blair House, alguns anos antes, que redundou num relatório muito completo, que está à disposição no *site* da Autoridade dos Fundos Marinhos.

Eu participei, em 2012, de uma segunda reunião, de um segundo colóquio, uma conferência, na qual estiveram presentes peritos da Comissão, membros de universidades, especialistas em Direito Internacional, especialistas em Geologia, Geomorfologia, batimetria. Todas essas questões são discutidas e a dificuldade de se implementar o art. 82.

Algumas pessoas chegam a dizer que o art. 82 foi aprovado como moeda de troca pela extensão da plataforma, mas que não se tinha intenção de implementá-lo jamais, porque é muito difícil prever pagamento de *royalties* a partir do quinto ano de exploração, chegando até a um limite de 7% da exploração. Esses recursos... Teriam que ser pagas contribuições por intermédio da autoridade internacional dos fundos marinhos. Ou seja é uma discussão muito complexa, por isso que até hoje não se logrou implementar as prescrições do art. 82, que prevê esse pagamento de *royalty* além das 200 milhas náuticas.

Obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – O Professor Doutor Adriano.

O SR. ADRIANO JOSÉ ALVES MOREIRA – Sr. Presidente, em primeiro lugar vou recordar o nome: Sophia de Mello Breyner.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Muito bem.

O SR. ADRIANO JOSÉ ALVES MOREIRA – Foi, provavelmente, a melhor poetisa portuguesa do século passado e vai entrar no Panteão Nacional por causa dessas declarações.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sophia Breyner.

O SR. ADRIANO JOSÉ ALVES MOREIRA – Sophia Breyner.

Ela deixou, por outras palavras mais poéticas do que as minhas, este conselho ao povo: resistir sempre, reclamar sempre, respeitar a paz sempre. Essa foi a mensagem da Sophia.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Bonita.

O SR. ADRIANO JOSÉ ALVES MOREIRA – Começando pela pergunta sobre Timor, eu queria dizer o seguinte: eu sou muito pessimista sobre a ordem internacional. Eu gostaria de morrer mais tranquilo quanto ao mundo e com uma fé inabalável quanto ao além, mas são circunstâncias tais as que vivemos que esses dois valores e ambições estão postos em caos.

Em primeiro lugar, eu queria dizer que, também formado em Direito, como seu conselheiro e brilhante expositor das regras que estão em vigor, a minha confiança no Direito tem diminuído. Eu penso que o grande problema da Terra, da humanidade, é descobrir o paradigma comum do comportamento dos povos e nós não descobrimos o paradigma comum. E enquanto não descobrirmos o paradigma comum a que se entrega – por exemplo, o Prof. Küng, tão audaz que até o João Paulo II o proibiu de dar aulas – enquanto não descobrirmos o paradigma comum, o Direito é um instrumento condicionado para o poder. É a nossa dificuldade em que vivemos. E é por isso que, por exemplo, a União Europeia, que dá tantos passos e deu tantos passos na definição da cidadania europeia, não está afeita, é muito difícil. E o interesse comum da humanidade exige um conceito

paradigma comum, cidadão do mundo e também não está afeito, não está em contrato. Verifica-se mesmo uma coisa em relação ao sistema jurídico que está em vigor e, por isso mesmo (…)

(Aguardando tradução.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Quero dizer ao Professor Adriano que, se depender de nós, esta está longe de ser a última vez que ele vem aqui, porque nós vamos fazer muitos convites. Se depender do Brasil, às vezes a gente realmente acha que talvez não sobreviva por muito tempo nas atuais condições em que nós estamos dentro do Planeta Terra.

O Embaixador quer fazer uma pergunta? Não, pode fazer.

O SR. BENIGNO PEDRO MATUTE TANG – (*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Embaixador.

Antes de encerrar, eu queria fazer uma referência à sua fala, pena que não haja mais tempo. É um ponto que talvez polemizemos e que eu polemizo muito com o Itamaraty.

Aliás, o único ponto que eu polemizo é que, no lugar de estarmos lutando para termos uma cadeira permanente no Conselho, nós deveríamos lutar para acabar com membros permanentes do Conselho. Eu creio que o Brasil perdeu a chance de ser um líder moral nessa luta e pagamos um preço...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Ah, devagar. Desculpe. O.k., obrigado. Eu dizia que mais importante ou mais forte do que…

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Mais forte do que ter um membro do Conselho de Segurança, membro permanente, seria lutarmos para acabar com membros permanentes no Conselho de Segurança. Isso daria ao Brasil uma força moral, um *soft power*. Em vez de ficar lutando desesperadamente para ter aquela cadeira, pagando um preço altíssimo, eu acho, de concessões de vez em quando em diversos aspectos para conseguir um voto aqui e um voto ali, se a África inteira se unisse na luta para acabar com os membros permanentes no Conselho de Segurança, eu creio que daria uma grande força a essa luta. Alguns do Itamaraty dizem: "Nunca vamos conseguir acabar." Eu digo: ótimo!, porque, enquanto não conseguirmos acabar, continua a nossa bandeira moral de lutar contra este absurdo de alguns países serem permanentes. Então, é o único ponto.

No mais, eu concordo com o senhor sobre o fato de que à África tem sido imposto um sistema que força divisão. Até mesmo quando a culpa pode ser dita que é dos africanos, porque não há uma pressão política de fora neste momento, mas culturalmente – e é a cultura que faz a posição política –é uma influência externa que tem provocado. E a luta pelo petróleo é uma desses pretextos.

Quero voltar à nossa Mesa e rapidamente dizer o seguinte: Fernando Pessoa... O Dr. Adriano citou a Sophia. Eu quero citar Fernando Pessoa que disse: "O português é a minha pátria." Como eu não sou poeta, prefiro dizer: o português é a força de atração que nos une no mundo. Entre nós, dentro de cada país e através das fronteiras nacionais, há uma lei de gravidade social, econômica. E essa lei de gravidade tem como elemento fundamental de atração o idioma; o português, para nós, o inglês, para outros, o francês para outros. E nós temos que trabalhar a unidade dessa atração, porque a atração está no plano cultural – o Embaixador falou muito bem da importância. Mas transformar a atração, ou melhor, usar a atração para fazer a unidade é uma questão política. Questão política que demos um grande salto com a CPLP, e aproveito aqui para fazer o reconhecimento do nosso querido ex-Governador, ex-Embaixador, ex-Deputado José Aparecido de Oliveira. Foi a luta dele que fez com que a CPLP existisse.

Nós temos que transformar a atração em unidade, ou melhor, usar a atração para fazer a unidade. Essa unidade tem que ser no plano cultural, tem que ser no plano econômico e tem que ser muito no plano territorial. E aí eu uso território não no sentido de terra, mas no sentido político, incluindo o mar. Temos que usar a nossa atração para nos protegermos e usarmos melhor este recurso que é o mar, para nós, que nos separa, mas nos une. Alguns republicanos brasileiros, e mesmo no Império, queriam unir Brasil e Angola em um só país. Não conseguiram, mas tem toda lógica, até porque a distância não impede o Alasca ser parte dos Estados Unidos. Não impediu, durante algumas décadas, o Paquistão do Leste e o Paquistão do Oeste. No fim, realmente, não foi possível manter. Portugal, Brasil e Algarves foram, durante muito tempo, um só império. Então, nós temos que lutar ao máximo por essa unidade.

A vinda do senhor aqui, que fez uma belíssima palestra do ponto de vista acadêmico para todos nós, do ponto de vista político é uma semente que o senhor deixa aqui. O senhor nos passou uma mensagem in-

telectual e nos deixa uma semente política: de lutarmos para aumentar essa unidade e conseguirmos ter um conjunto de regras que nos apoiem nessa riqueza marítima.

O pessimismo que fica – tomando um pouco o seu discurso – é que de fato o Estado hoje não é capaz de enfrentar os problemas planetários e de longo prazo. Mas é mais do que o Estado: somos nós, políticos, que não temos condições de enfrentar os problemas planetários e de longo prazo, porque os nossos votos vêm dos interesses imediatos e de curto prazo. Por isso que é difícil ser estadista num mundo global, porque cada um está pensando no seu eleitor, que está pensando no seu redor, que está pensando no seu amanhã, e não no seu novo século.

Essa é uma crise grave da democracia. A democracia foi iniciada em cidades, chegou a Estados nacionais, mas não deu salto para o mundo global. Nós temos o conceito de cidadania, não temos o conceito de "planetania". E o mundo está exigindo que se substitua a cidadania pela "planetania", incluindo aí os problemas do meio ambiente, os problemas das desigualdades entre populações de países diferentes. Nesse ponto, é possível ser pessimista, é possível ter pessimismo pela incapacidade da democracia política em enfrentar os problemas contemporâneos que vão muito além de cada país, de cada Estado, de cada cidade.

Diante disso, a gente vai precisar que o senhor volte aqui mais vezes para nos ajudar a refletir, pensar e, se não conseguirmos, deixar sementes, como o senhor deixou hoje aqui. Muito obrigado por sua presença.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 32 minutos, suspensa às 10 horas e 30 minutos, reaberta às 10 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 45 minutos.)

ATA DA 20ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2014, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e nove de maio de dois mil e catorze, no plenário sete, sob a Presidência Eventual da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Pedro Simon, Paulo Bauer, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Delcídio do Amaral, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro e Jayme Campos. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justificam ausência os Senadores Jorge Viana, Ricardo Ferraço, Luiz Henrique e Aloysio Nunes Ferreira. A Presidente declara aberta a Reunião e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como lidas e aprovadas. Tem início a apreciação da PAUTA: ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 324, de 2011, de autoria do Senador Marcello Crivella, que "Modifica a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que criou o Programa Universidade para Todos, com a finalidade de permitir que estudantes estrangeiros sejam beneficiados pelo programa." A Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Cristovam Buarque, que profere o Relatório. Na discussão, usa a palavra o Senador Flexa Ribeiro. Aprovado o Relatório, com incorporação de emendas, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à matéria. ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 500, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que "Autoriza o Poder executivo a desenvolver, lançar e operar satélite que atenda a Região Amazônica e a firmar acordo com demais países para compartilhamento dos custos e da utilização do satélite." A Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Flexa Ribeiro. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela rejeição da matéria. ITEM 4 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 50, de 2014, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que "Aprova o texto do Acordo sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a República da Turquia, assinado em Ancara, em 7 de outubro de 2011." A Presidente designa Relator ad hoc o Senador Cristovam Buarque, que profere o Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à matéria. ITEM 6 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 47, de 2014, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia, assinado no Rio de Janeiro, em 28 de maio de 2010." É designado Relator ad hoc o Senador Flexa Ribeiro. Aprovado o Relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável à matéria. ITEM 7 – REQUERIMENTO Nº 542, de 2014, de autoria do Senador Luiz Henrique, que "Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal e arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para desempenhar missão no exterior, em Santiago do Chile, no período de 8 a 10 de junho de 2014, quando participará de reunião sobre o tema "Los desafios futuros en ciencia y tecnología para América Latina: el rol de los parlamentario". Comunica, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no período supracitado." É designado Relator ad hoc o Senador Cristovam Buarque. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à matéria. EXTRAPAUTA: ITEM 12 – REQUE-

RIMENTO Nº 546, de 2014, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que "Requer, nos termos dos arts. 13 e 40, §1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenho de missão no exterior, para representar o Senado Federal no 15º Congresso da Basic Income Earth Network (Rede Mundial da Renda Básica), que ocorrerá em Montreal, Canadá, entre os dias 27 e 29 de junho de 2014.Comunica, ainda, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente no período de 25 a 30 de junho de 2014. É designado Relator o Senador Mozarildo Cavalcanti, que profere o Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à matéria. ITEM 8 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 45, de 2014, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, subscrito pela Senadora Ana Amélia, que "Requeiro, nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública conjunta no âmbito das Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE e Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação – CCT, para tratar da proteção à inovação no Brasil. Para tal, solicito sejam convidados os Exmos. Srs. Ministro de Estado de Ciência Tecnologia e Inovação, Clelio Campolina Diniz. Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Mauro Borges Lemos." Aprovado. ITEM 9 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 46, de 2014, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, subscrito pela Senadora Ana Amélia, que "Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE, para discutir violações de regras do comércio internacional que têm prejudicado a exportação de produtos brasileiros. Para tanto, recomendamos a presença dos seguintes convidados: Embaixador Paulo Estivallet de Mesquita – Chefe do Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores; Representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)." Aprovado. ITEM 10 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 47, de 2014, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, subscrito pela Senadora Ana Amélia, que "Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de tratar do balanço e perspectivas da manutenção de tropas brasileiras no Haiti, bem como de seus reflexos na imigração de haitianos ao Brasil e situações decorrentes." Aprovado. ITEM 11 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 48, de 2014, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, subscrito pela Senadora Ana Amélia, que "Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de tratar de uma mais efetiva inserção das Forças Armadas nas tarefas relacionadas com a Segurança Pública." Aprovado. ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa, que "Concede pensão especial aos ex-integrantes do "Batalhão Suez". Adiado. ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, de 2014 – Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que "Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para extinguir o sigilo bancário nas operações ativas de instituições oficiais de crédito que tenham como contraparte Estados estrangeiros." É designado Relator ad hoc o Senador Flexa Ribeiro. Na discussão, usa a palavra o Senador Eduardo Suplicy. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às onze horas e quarenta e dois minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Presidente Eventual e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senadora **Ana Amélia,** Presidente Eventual

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião, Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

O item 1 da pauta é o Projeto de Lei do Senado, PLS nº 324, de 2011:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 324, de 2011
- Não terminativo -

Modifica a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que criou o Programa Universidade para Todos, com a finalidade de permitir que estudantes estrangeiros sejam beneficiados pelo programa.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação da matéria, com a incorporação das 3 (três) emendas apresentadas pelo autor.

Observações:

1) A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte em decisão terminativa.

2) A matéria constou da pauta da Reunião da Comissão do dia 15/05/2014.

Portanto, aqui, ela não é terminativa.

Eu concedo a palavra, com muito prazer, ao Relator, Senador Cristovam Buarque, para apresentar o seu relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bom dia, Srª Presidenta. Bom dia, Srs. Senadores, Srªs Senadoras. Antes de ler o meu relatório, quero fazer uma pequena declaração.

Se nós olharmos a educação brasileira, especialmente a superior, e todo o impacto da superior sobre a educação básica, nós vamos ver que por trás disso, em grande parte estão bolsas de estudo concedidas a estudantes brasileiros em países estrangeiros. Eu, aliás, sou um exemplo disso, com uma bolsa do Governo francês, lá nos anos 70.

Nós sempre recebemos esse apoio para formar os profissionais brasileiros. É mais do que justo que o Brasil, no momento em que atravessa, passe a dar contribuições a países mais pobres do que o nosso, para formar os seus cidadãos.

Isso, de certa forma, está sendo feito em uma universidade criada no Governo do Presidente Lula, que visa a trazer para o Brasil estudantes universitários de países da África, da Ásia e da América Latina.

No fim, saiu diferente do que eu imaginava. Eu imaginava que essa universidade seria apenas uma entidade pequena e administrativa, que desviaria os estudantes para as universidades já existentes. E, no fim, o aluno sairia com um diploma com dois carimbos: o da universidade onde estudou e o desta universidade, que teria por finalidade trazer universitários de fora do Brasil. No fim, preferiu-se fazer uma universidade mesmo, fisicamente à parte, no interior do Ceará, que começa a funcionar.

Mas, deixando de fora essa do ensino superior e das bolsas de países para estudantes, nós temos outro tipo de solidariedade, É a solidariedade com estrangeiros que imigram para o Brasil. Os filhos dos imigrantes brasileiros lá, ou seja, nossos emigrantes na ótica do Brasil, chegam aos Estados Unidos e têm vaga na hora nas suas escolas; na hora. E, nos países europeus, eles têm vagas nas escolas. Os sujeitos são abrigados, acolhidos.

Nós precisamos fazer, a meu ver, um gesto parecido, sobretudo em um mundo globalizado, em que, cada vez mais, as fronteiras nacionais são fronteiras de cultura, não de economia e de sociedade. É preciso manter as fronteiras de culturas, porque elas enriquecem a humanidade pela diversidade.

Então, nós temos no Brasil a possibilidade de fazer esse gesto, apoiando estrangeiros residentes no Brasil que preencham as mesmas condições dos brasileiros, como renda, nota do Enem, para que recebam apoio em projetos do tipo ProUni. É uma manifestação de solidariedade compatível com o mundo globalizado.

Nesse sentido, o meu parecer é favorável ao projeto do Senador Crivella, parecer que passo a ler.

O projeto, Senadora Ana Amélia, objetiva alterar a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que criou o Programa Universidade para Todos com a finalidade de permitir que estudantes estrangeiros sejam, por igual, beneficiados pelo programa.

Em sua justificativa, o autor sustenta que "uma das deficiências observadas nas universidades brasileiras é o reduzido contingente de estudantes estrangeiros no seu corpo discente", que realmente tem uma característica que indica que a qualidade da universidade é o aumento do número de estrangeiros – o nosso é pequeno. Essa circunstância, segundo entende, é "traço impróprio em um mundo marcado pelo multiculturalismo e pelo dinamismo dos intercâmbios em todos os aspetos da vida social".

O Senador Crivella alega, ainda, que o número de estrangeiros nas mais respeitadas universidades estadunidenses está por volta de 20% do quadro discente e que, na Universidade de São Paulo, que é a melhor de todas as nossas, esse índice mal chega a 3%. Lembra, por fim, que a proposição confere prioridade aos candidatos de países africanos e latino-americanos de modo a fortalecer os laços com as nações vizinhas e promover a integração cultural com os Estados africanos.

Não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental.

Após a análise por esta Comissão, a proposição, como a senhora disse há pouco, segue para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Na minha análise, quero dizer que compete a esta Comissão o exame do mérito, da constitucionalidade e da técnica legislativa.

Quanto à forma e adequação constitucional, o projeto não apresenta qualquer vício. Com efeito, de um lado, insere o dispositivo que se quer na lei de regência; de outro, não exorbita das atribuições legislativas no tocante à matéria.

No mérito, a iniciativa é, a vários títulos, meritória.

A alteração que se pretende na lei que instituiu o ProUni vai beneficiar expressivo contingente de estrangeiros de países africanos e latino-americanos, em consequência aos jovens bolsistas, aos seus países e ao Brasil.

É, pois, concebível imaginar que, no futuro, a iniciativa lançada pelo Senador Crivella produzirá importantes frutos nas relações do Brasil com outros países.

No processo de discussão do projeto, o próprio autor recebeu várias contribuições de organismos governamentais brasileiros envolvidos no tema e de cidadãos cientes da importância de se abrigar em nosso sistema educacional pessoas de outras nacionalidades. Assim, apresentou-me sugestão de emenda ao projeto, com o intuito de produzir definição mais exata dos beneficiários e dos critérios de escolha, incluindo a seguinte expressão...

Por esta razão, solicito aos demais Senadores o apoio para aprovar este projeto de lei.

Voto, Senadora.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n° 324, de 2011, com a seguinte emenda: na redação dada com a incorporação das Emendas apresentadas pelo autor, passa o PLS 324, de 2011, a ter a seguinte redação:

PROJETO DE LEI DO SENADO – com a modificação sugerida e mesmo *caput*.

Modifica a Lei n° 11.096, de 13 de janeiro de 2005.

O CONGRESSO NACIONAL decreta – caso aprovada a lei:

Art. 1º. Os §§1º e 2º do art. 1º da Lei n° 11.096 passam a vigorar com a seguinte redação – mantém-se o texto do artigo e acrescenta-se:

§1º A bolsa de estudo integral será concedida a brasileiros e estrangeiros residentes em situação regular, não portadores de diploma superior cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de um salário mínimo e meio.

§2º As bolsas de estudo parciais de cinquenta por cento ou de vinte e cinco por cento, cujos critérios de distribuição serão definidos em regulamento pelo Ministério da Educação, serão concedidas a brasileiros e estrangeiros residentes em situação regular, não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até três salários mínimos, mediante critérios definidos pelo Ministério da Educação.

No art. 2º, ele passa a vigorar acrescido do seguinte art. 2º-A:

Art. 2º-A. O regulamento disporá sobre a concessão de bolsas do programa a estudantes estrangeiros residentes em situação regular, assegurada prioridade aos de nacionalidade de países africanos e latino-americanos.

Esse é o meu parecer, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Em discussão o relatório do Senador Cristovam Buarque.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Para discutir, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Com a palavra, para discutir, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Senadora Ana Amélia, que preside esta reunião; Senador Cristovam, o parecer de V. Exª por si só já dá os meios para que o Plenário da Comissão possa aprová-lo. A única preocupação – e é uma consulta que eu faço a V. Exª – é se o programa PROUNI tem recursos suficientes para atender a todos os brasileiros? E que haja excedente de recursos para que – com o que eu concordo – possamos oferecer a estudantes estrangeiros, com prioridade para os africanos e os latino-americanos. Então, havendo recurso para isso, não há por que não atender. É a pergunta que eu faço a V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Os recursos disponíveis vão depender do Governo, do Executivo. Nós não temos condições de influir. Mas aqui está claro que a prioridade são os brasileiros. Havendo recursos excedentes, esses recursos poderão ser usados para bolsistas estrangeiros também. E eu espero que o Governo aumente o valor do PROUNI.

Eu quero dizer que a concepção do PROUNI surgiu em 2003 e só foi aprovada em 2005; e houve uma modificação fundamental e lamentável, embora como estava, tiraria muitos votos para o Governo. A concepção inicial que eu tenho a honra de ter elaborado chamava-se Programa de Apoio ao Estudante (PAE), que ficou guardada na Casa Civil durante todo o tempo do então Ministro José Dirceu, colocava que para receber a bolsa era preciso ser alfabetizador de adultos durante um semestre do seu curso, ou seja, tinha uma contrapartida.

Lamentavelmente, provavelmente porque isso tiraria voto, pois o jovem quer a bolsa como favor, não quer ter que pagar nada em troca. Essa é a realidade do mundo individualista de hoje, não só do Brasil. Diferentemente do tempo em que nós éramos jovens, em que a gente se inscrevia voluntariamente para ser alfabetizador. Isso foi tirado. Além disso, o PROUNI seria para alunos dos cursos de Pedagogia e Licenciatura, até completarmos todos os quadros de professores de que nós necessitamos. E se fala em 400 mil, no Brasil.

Lamentavelmente, virou um programa – como eu tenho dito – de privatização do público. Em vez de visar a resolver um problema público, a gente visa a beneficiar o interesse privado ou do bolsista; em vez de usar o bolsista para resolver um problema do Brasil, estudando aquilo que o Brasil precisa e dando a sua contribuição.

A gente corre o mesmo risco em um programa formidável que se chama Ciência sem Fronteiras. Formidável! É uma maravilha o Brasil mandar estudantes para fora. Mas está sendo visto como um benefício ao estudante e não como um benefício para formar um jovem e tirar dele aquilo que trará para o Brasil com a sua formação.

Tem havido uma privatização dos programas públicos no Brasil. Essa é uma deficiência que eu acho da concepção do atual Governo. Ontem, se tentou até mudar algumas coisas no Bolsa Família, que também está sendo assim.

O meu projeto, Senador, de que colocaria como condição para receber o Bolsa Família naquele mês os pais irem à escola, pelo menos uma vez por ano – deveria ser a todo mês –, o Governo não deixou ser aprovado na Câmara. Não deixou. Na última Comissão eles conseguiram impedir, porque eu fui falar com a Ministra. Coisa aliás que eu não faço é andar nessa esplanada visitando Ministro. Mas fui. Nesse caso, fui. E ela disse que a gente iria sacrificar os pobres.

E na escola do filho, não é sacrificado nem rico nem pobre. É uma obrigação de pobre e de rico ir à escola. E colocou-se que eles têm que trabalhar. Coloque-se de noite, coloque-se no sábado. Façamos uma lei dando um dia para que eles compareçam à escola, se for o caso, mas não fazer como se fez.

É que o Bolsa Família não foi visto como um programa para que as crianças dos pobres estudem porque o Brasil precisa, mas como um favor aos pobres. Essa é a trágica privatização das políticas sociais no Brasil nos últimos anos. O ProUni devia ter era uma cobrança desses alunos, ou seja, qual curso que interessa ao Brasil e/ou que eles deem uma contrapartida, que, naquele momento, era, durante um semestre, seis horas por semana, só, de alfabetizador de adultos. Já teríamos resolvido o problema do analfabetismo e, em vez disso, como aconteceu no ano anterior, aumentou o número.

Então, essa é a resposta, Senador.

Prioritariamente, é para os brasileiros. Agora, os jovens, residentes, que têm pais estrangeiros e que nasceram foram, eles já são brasileiros, eles vão ficar aqui e interessa à gente que eles sejam formados e graduados, até porque vão pleitear, provavelmente, a naturalidade brasileira.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Mais uma manifestação, Senador Flexa?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Senadora Ana Amélia, quero concordar com o Senador Cristovam e dizer que, priorizando os brasileiros, não temos por que não aprovar, desde que haja recursos suficientes. Concordo com ele no sentido de que deve ser cobrado do beneficiado algo de retorno para o País ou algum tipo de trabalho, como ele propõe. Lamento, Senador Cristovam Buarque, que o Bolsa Família e os programas sociais deste Governo sejam usados como programas eleitoreiros. Essa que é a verdade.

O Senador Aécio Neves está com um projeto tramitando, parece-me que foi aprovado ontem na CAS, para transformar o Bolsa Família em política de Estado, para evitar esse curral eleitoral que antigamente era feito no Nordeste brasileiro e hoje, lamentavelmente, é feito pela exploração dos miseráveis. Então, vamos acabar com isso, transformando em política de Estado e não de um partido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Eu queria, Senador Cristovam, cumprimentá-lo pelo debate aberto, o questionamento procedente do Senador Flexa Ribeiro, porque, em outras áreas, não só na área da educação, do ensino superior, estamos falando do caso do ProUni, que é para o ensino superior, mas há uma dificuldade da população em entender que o Governo cria alguns programas que são necessários para financiar países amigos, enquanto nós, aqui, carecemos de muitas demandas; temos demandas não atendidas, represadas, sob a alegação de falta de recursos.

Então, essa questão de se dar uma atenção prioritária aos estudantes brasileiros que recorrem ao ProUni é fundamental. A sua explicação para mim, já na abertura, em que o senhor fez um preâmbulo, porque a gente que convive com muitos brasileiros que moram no exterior e cujos filhos estão em escola, seja na França, seja nos Estados Unidos, na escola pública, são abertos lá, a escola pública que é para todos e democratizada. Agora, no ProUni, não, é diferente o sistema.

Também concordo com o senhor. Hoje, as nossas universidades públicas, especialmente, estão em geral com a maior ocupação das vagas por alguns de maior poder aquisitivo. A pública deveria ser uma escolha – hoje há um sistema de cotas, que já uma forma social de uma acolhida maior da sociedade, mas deveria haver uma cota social, não racial, porque aí haveria a questão econômica prevalecendo sobre a questão racial ou não prevalecendo, ela sendo equiparada à questão racial, que é tão importante quanto. Mas a questão social é a questão da igualdade. Então, penso que o tema foi extremamente rico nesse debate estabelecido pelo seu relatório muito bem-feito e pelos questionamentos do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senadora, me permite? Vamos tirar proveito daqui para debater esse assunto. Primeiro, se a gente colocar o critério como corte social, a gente está vendo o benefício para aquela família e não para o País. Se o que a gente é um benefício para o País, se o filho do mais rico brasileiro quiser estudar a cura do câncer, a gente tem que cobrar imposto alto para esse cara, in-

clusive sobre a fortuna dele, mas não cobrar para que o filho dele estude. Agora, se ele quer uma profissão de que o País não está precisando, aí, realmente, eu acho que não tem por que dar nenhum subsídio. Aí eu discuto o subsídio na própria universidade estatal. Se está sobrando uma determinada profissão, por que o Estado, a Nação, o povo vai gastar dinheiro para financiar esses cursos, mesmo que seja de um pobre?

Então, a ideia da cota social tem essa deficiência. Quer dizer, a gente quer beneficiar a família e não o País inteiro.

A outra é que, se a gente for pela cota social, raros pobres vão ser beneficiados, porque no Brasil tiramos 13 milhões que são analfabetos, tiramos 70 milhões que não terminaram o ensino médio, porque a gente não dar bolsa para estudar na universidade se não fez o ensino médio. Os que fizeram e que estão entrando, 40% dos que hoje estão nas universidades não sabem ler e escrever direito.

A ideia,a meu ver, tem que ser a cota racial por outras razões, não por razões sociais, e a cota do interesse do curso, isso sim. Esse é um ponto.

Outro ponto é sobre os programas. Eu não vou usar a palavra forte de que são eleitoreiros. Agora, estão tirando proveito da necessidade social para ter voto. Isso aí é verdade. De certa forma, merece o adjetivo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Já disse "eleitoreiro".

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É. Estão tirando proveito. Em vez de dizer "vamos resolver o problema brasileiro", "vamos resolver daquele pessoal e pegar o voto".

É aí que eu tenho dito que estou atrás de um candidato presidente que faça a seguinte declaração: enquanto uma família brasileira precisar de uma Bolsa Família, meu governo manterá. Mas eu só vou comemorar quando eu entregar a Bolsa Família da última família que precisava. Até lá eu não comemoro. É como comemorar colocar famílias debaixo de uma inundação numa escola, num abrigo, num estádio. A gente não comemora. A gente não comemora o aumento de famílias que precisam ficar abrigadas durante uma inundação, ou – não é o caso do Brasil – durante um terremoto. Isso não se comemora, isso se faz, é uma obrigação.

A Bolsa Família tem que ser vista como uma necessidade, mas não como uma solução. E olhem que eu me orgulho muito de ter criado esse negócio. Um professor, quando concebi, escrevi o livro sobre a Bolsa Escola e depois, como governador, quando eu criei aqui, no meu primeiro dia de governo. Muito antes do Presidente Fernando Henrique, que levou para o Brasil inteiro, em 2001, não foi em 2004, como diz a propaganda de hoje da Bolsa Família. Foi em 2001. Aliás, O Fernando Henrique não se convenceu muito, e eu tentei muito convencê-lo desde a transição, quando eu levei para ele o meu livro. Ele começou até depois do México. Então, se for por presidente, o Zedillo começou antes do Fernando Henrique e começou muito antes do Lula. A diferença – eu vou contar aqui uma coisa pessoal – é que o Lula pegou isso e disse: esse é o centro do meu projeto. O Fernando Henrique ainda foi a estabilidade monetária, e isso foi uma coisa secundária.

O que eu disse que ia contar é o seguinte: eu sou do Conselho das Nações Unidas que define as regras para cálculo do IDH. Eu estava numa reunião desse Conselho, em Nova York, quando se falou muito na Bolsa Família e, obviamente, no governo Lula. Eu saí da sala, pedi licença um minuto, fui ao corredor e liguei para o Fernando Henrique Cardoso. Eu disse: Presidente, aqui está se falando o tempo todo na maravilha da Bolsa Família. Onde é que nós perdemos a paternidade? Como é que foi que isso virou um programa do Governo Lula?

Ele deu uma explicação que eu não gostei muito, ele disse propaganda. Propaganda é verdade, mas a propaganda vem porque o Lula pegou isso e disse: "essa é minha bandeira", que ele era contra. O Lula era contra a Bolsa Escola. A ideia da Bolsa Escola foi levada para o governo paralelo. Eu era o chamado "ministro paralelo da educação", em 1990. E foi retirado o documento, porque o Barelli, que era o encarregado da economia, disse que isso aí era uma loucura, que iria gastar dinheiro demais. Foi retirado.

Depois, quando o Lula começou seu governo, eu, Ministro da Educação, dei uma declaração – obviamente um Ministro não poderia ter dado, pela televisão; saiu na Globo – de que o Brasil não precisava do programa Fome Zero, bastava ampliar a Bolsa Escola e dobrar o valor.

Eu não sei como ele esperou tanto para me demitir, era para ter demitido naquela hora, porque era o grande programa dele. Mas é o que ele fez.

Quem fala no programa Fome Zero? Já ouviu alguém falar nisso? Só um historiador que pode falar nisso. Ele fez o que era preciso, até porque na época eu disse, fiz um filmezinho, passei para ele, que dizia: há dois tipos de fome no mundo; há a fome africana, aí aparecem uns aviões jogando comida no deserto; e há a fome brasileira, aí aparece supermercado cheio com gente pobre fora. A fome africana se resolve levando comida; a fome brasileira, colocando dinheiro no bolso dos pobres. Era tão óbvio. Mas levou um ano para o Lula ser convencido disso. Aí eu não sei por quem, porque não fui eu que tive essa influência. E eu acho que até uma das razões pelas quais eu saí, além de muitos outros conflitos, deve ter sido um pouco porque eu era visto como muito ligado ao Bolsa Escola de antes, e porque acho que foi um erro mudar o nome.

O Lula cometeu três erros ao criar um programa maravilhoso, que é o Bolsa Família, mas ele carrega três erros. Os filhos da gente carregam erros, deficiências. A gente tem que dizer.

Primeiro foi misturar os diversos programas que tinha o governo Fernando Henrique em um só, porque aí descaracterizou a educação do Bolsa Família. Porque há gente sem filho que recebe o Bolsa Família. Então não pode ser obrigado a colocar filho na escola se não tem. Tinha que haver um programa para velho, diferente, e para jovem, diferente para quem tem filho.

Segundo foi tirar do Ministério da Educação, foi um erro grave. A Ministra Tereza Campello, quando se nega a aceitar minha proposta de exigir que os pais compareçam à escola para receber a bolsa, tem razão na ótica dela, que é o Ministério da Assistência Social, embora se chame do Desenvolvimento; mas é da assistência. Ela tem razão, ela está lutando é para que aquele pobre receba o dinheiro e não para que o filho dele estude.

E o terceiro foi mudar o nome, porque não é à toa que a gente... E fui eu. Mais uma vez, desculpem, mas fui eu que bolei o nome Bolsa Escola, durante a campanha de 1994.

Aliás, no meu livro não se chamava ainda assim, era Renda Mínima Vinculada à Educação. Tanto que eu agradeço ao Suplicy; no livro estou agradecendo. Mas na campanha eu me lembro que o pessoal que discutia publicidade dizia: "Quem é que vai entender renda mínima vinculada à educação?" Aí eu sentei um dia lá e coloquei Bolsa Escola. Mas havia uma razão. Quando uma mãe recebe um dinheiro chamado Bolsa Escola, ela pensa: "Eu recebo esse dinheiro porque meu filho vai à escola, e pela escola a gente vai sair da pobreza." Quando ela recebe um dinheiro chamado Bolsa Família, ela pensa: "Eu recebo porque minha família é pobre, e se eu sair da pobreza, eu perco." É uma mudança, completamente. Os neurolinguistas explicam isso: a palavra faz a coisa. A palavra faz a coisa!

E lamentavelmente foram três erros graves do ponto de vista de um instrumento transformador. Agora não há dúvida de que com a genialidade do Lula e do Duda Mendonça, que foi quem bolou o nome Bolsa Família, é uma grande sacação do ponto de vista eleitoral, sem dúvida alguma. Bolsa Escola não faria um presidente ser considerado o pai do pobre; a Bolsa Família faz. Em compensação, a Bolsa Escola, se viesse com a escola, faria do presidente o grande transformador da sociedade brasileira. A Bolsa Família, em si, não faz isso. Ela não é transformadora. Ela tem a qualidade maravilhosa da generosidade, de atender quem está precisando, como quem está precisando durante uma inundação e deve ficar num abrigo provisório. Ela não está sendo vista como provisória e nem como instrumento da educação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Cumprimento V. Exª, Senador Cristovam Buarque, porque V. Exª deu agora uma aula de uma matéria que conhece bem, pela autoria do projeto, que eu acompanhei aqui em Brasília. Porque, aqui, V. Exª como governador iniciou esse trabalho. E lembro bem que envolvia também o material escolar das crianças. Penso que esse envolvimento da família, a chamada contrapartida de quem recebe o Bolsa Família, com o acompanhamento escolar, é fundamental, primeiro, no comprometimento dos pais, não só com o desempenho do seu filho na escola, mas para ele acompanhar, para educar, para cobrar da escola um ensino de qualidade; cuidar da merenda escolar, cuidar da convivência, de como está aquela escola, fornecendo o principal patrimônio que é a educação para o seu filho.

Assim, estaríamos, juntos, criando uma cidadania mais cuidadosa em relação à própria sociedade. E ela estaria melhor. Inclusive naquela sua tese, que é fantástica, sobre a questão da alfabetização, de melhorar os níveis do ensino e da qualidade, porque tudo começa na alfabetização, tudo começa no ensino fundamental.

Hoje, essas deficiências de alunos, que no próprio Ciência sem Fronteiras estão encontrando dificuldades, vêm da origem, da base desse fundamento. E V. Exª tem tanto se dedicado a isso.

Então, parabéns.

Nós tivemos uma aula, Senador Flexa, sobre esse programa social, com uma visão, eu diria, muito séria. Não é uma visão de arrasa quarteirão, de crítica, não. Nós reconhecemos todos os grandes benefícios, mas, também, como muito bem apontou o Senador Cristovam, os detalhes do seu aperfeiçoamento caso tivesse mantido a proposta original do Bolsa Escola.

As palavras têm força, de fato, muita força. Mas para mim escola tem uma força muito grande, tanto quanto família. Família são mais pessoas, não é?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu queria pedir a palavra para fazer justiça.

A ideia da Bolsa Escola foi publicada com o nome de Renda Mínima para a Educação, em 1987. Em 1992, foi eleito em Campinas o Prefeito Grama, que me chamou para conversar com ele dizendo que tinha conhecimento da ideia e que queria implantar. Foi o primeiro executivo no Brasil que se interessou por isso. Estive lá fazendo palestra e tudo.

No fim, começamos juntinho, porque ele levou dois anos para preparar tudo – aí já foi em 1995. Mas o Grama foi o primeiro chefe de Poder Executivo a se interessar pelo assunto. Para isso é preciso fazer justiça nesse sentido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Mais um valor a ser reconhecido com o nosso Senador educação, Senador Cristovam Buarque.

Acho que fomos muito felizes no rico debate.

Eu queria então imaginar que está esgotada a discussão da matéria.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com aplausos ao Relator, Senador Cristovam Buarque.

Vamos passar para o item 2, não terminativo:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 500, de 2011
- Não terminativo -

Autoriza o Poder executivo a desenvolver, lançar e operar satélite que atenda a Região Amazônica e a firmar acordo com demais países para compartilhamento dos custos e da utilização do satélite.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela rejeição da matéria.
Observações:
1) A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.
2) A matéria constou da pauta das Reuniões da Comissão dos dias 20/02; 13/03 e 15/05/2014.
3) Em 20/02/2014 foi lido o relatório e concedida vista coletiva.

Consulto o Senador Flexa Ribeiro se mantém seu relatório lido anteriormente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Presidente, Senadora Ana Amélia, o relatório foi lido e eu o mantenho.

Não sou contra a proposta da Senadora Vanessa, acho importante que a Amazônia tenha um satélite que possa cobrir toda a nossa área. O problema é que o projeto dela é autorizativo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Não é competência nossa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – E, como tal, não é competência do Legislativo. Já foi definido, inclusive na CCJ, que esses projetos autorizativos não avançariam. Só em função disso que opinei pela reedição. Não é o mérito, é a forma.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Não é o mérito, é a questão na forma, exatamente.

Então, como está mantido o seu relatório, não há alteração, nem acolhimento de novas emendas, e também pela autoexplicação, não seria considerado constitucional, mas isso é para a CCJ discutir.

Está em discussão. (*Pausa*.)

E vamos votar, então, já que houve a explicação clara.

Os Srs. e Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Está aprovado o relatório do Senador Flexa Ribeiro, que vai ser encaminhado à CCJ.

Na verdade, o relatório é pela rejeição da matéria e vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

Apenas para complementar, o relatório aprovado do Senador Cristovam Buarque vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte em decisão terminativa. Foi aprovado e irá para aquela Comissão.

Como o Relator do item 3 não está ainda presente, vamos, para ganhar tempo, para o item 4. E queria pedir para o Senador Cristovam Buarque que procedesse à relatoria *ad hoc* do item 4:

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 50, de 2014
- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a República da Turquia, assinado em Ancara, em 7 de outubro de 2011.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)
Relatoria: Senador Pedro Taques
Relatório: Pela aprovação

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, Relator *ad hoc* deste relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Srª Presidente, como V. Exª mesma falou, trata-se de um projeto cujo Relator foi o Senador Pedro Taques, e o relatório tenho a honra de ler.

De acordo com o disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 64, de 20 de fevereiro de 2013, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a República da Turquia.

Na Câmara dos Deputados, o acordo foi apreciado pela Comissão de Finanças e Tributação e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, as quais se pronunciaram favoravelmente.

Acompanha a Mensagem Presidencial, Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Relações Exteriores, na qual se destaca que o acordo sob exame destina-se a ampliar a cooperação jurídica penal bilateral, com vistas ao combate às mais diferentes formas de criminalidade.

Versado em 21 artigos, o acordo adota modernos instrumentos jurídicos, como o traslado de peritos e testemunhas residentes no Estado solicitado que devam prestar depoimento no Estado solicitante. Ademais, adota sistema pelo qual define autoridades centrais, fixadas nos Ministérios da Justiça de ambos os países. A exposição de motivos esclarece que esses pedidos coexistirão com o sistema de cartas rogatórias; porém, permitirão tramitação mais fluida das solicitações e do fornecimento de provas e depoimentos.

O ato internacional em apreço determina as modalidades de assistência. Quanto ao alcance do Acordo, o art. 1º, §1º, estabelece que as partes cooperarão entre si.

Análise.

Trata-se de ato internacional cuja negociação e assinatura são produtos reflexos da cooperação jurídica penal e suas diretrizes gerais, estabelecidas pela Convenção da ONU contra o Crime Organizado Transnacional, conhecida como Convenção de Palermo, celebrada em 2000. Esse instrumento multilateral recomenda, expressamente, a negociação de acordos destinados a facilitar o combate ao crime transnacional, a fim de atuar coletivamente no sentido da promoção da segurança comum.

O acordo em tela configura, portanto, instrumento de grande importância para a apuração e sanção dos ilícitos penais cujas práticas, consequências e apurações não se limitam às fronteiras físicas e geográficas do nosso País.

Embora o ato seja de origem do Governo e esse parecer que eu li seja do Senador Pedro Taques, não posso deixar de manifestar a minha satisfação em ser escolhido como Relator *ad hoc,* porque diversos problemas no mundo hoje não são mais administráveis dentro do País. Diversos. Meio ambiente, por exemplo, não tem saída dentro do País. E o crime organizado também não. Com a internet, o crime, por exemplo, do colarinho branco é um crime internacional, não é mais nacional, não tem como.

Nesse sentido, é um ato extremamente oportuno, uma cooperação necessária e que, a meu ver, vai trazer grandes frutos na luta contra as diversas formas de crime internacionalizado que hoje nós temos.

Por todo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 2014.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Cristovam Buarque.

Está em discussão o relatório do Senador Cristovam Buarque, Relator *ad hoc* do relatório do Senador Pedro Taques. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Passo imediatamente ao item 6, pedindo o apoio do Senador Flexa Ribeiro para a relatoria *ad hoc*.

O item 6 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 2014, também igualmente não terminativo:

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 47, de 2014
- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia, assinado no Rio de Janeiro, em 28 de maio de 2010.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)
Relatoria: Senador Luiz Henrique
Relatório: Pela aprovação.

Vejam só, esse é um item para o qual temos que chamar a atenção.

Em 2010 foi assinado um acordo. Nós temos tratado muito disso. Teríamos que criar aquele sistema do *fast tracking*, o Senador Luiz Henrique é tão defensor disso. Em 2010 e só agora esta Comissão... E não é por causa da Comissão. Tanto o Senador Ferraço como o Senador Collor que o antecedeu, eram sempre, com o apoio da

Secretaria desta Comissão, muito diligentes na distribuição dos processos. O prolema é a demora para chegar aqui. E aí pagamos uma conta que não é nossa.

Com essa observação, eu passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, como Relator *ad hoc* dessa matéria.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Presidente, Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, antes de ler o relatório do Senador Luiz Henrique, porque com muita honra o farei, quero concordar com V. Exª ao fazer o comentário sobre a demora na aprovação, pela CRE, desses acordos. E não é, como disse V. Exª, responsabilidade nossa, é que há a demora de chegar aqui. Assim que chegam são pautados.

Precisamos, realmente, fazer uma ação no sentido de que cheguem mais rápido esses acordos, porque senão o acordo vai ter que... E esse está até próximo, de 2010 para 2014. Há outros muito mais antigos.

Diz o relatório do Senador Luiz Henrique:

Esta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional examina o Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 47, de 2014, que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia, assinado no Rio de Janeiro, em 28 de maio de 2010.*

Em atenção ao disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, que estabelece atribuição exclusiva do Congresso Nacional para aprovar atos internacionais, combinado com seu art. 84, inciso VII, o Poder Executivo enviou às Casas Legislativas a Mensagem nº 445, de 26 de junho de 2008, solicitando apreciação da matéria.

Na Câmara dos Deputados, o ato internacional em apreço foi aprovado em 20 de março de 2014 – aí, Senadora Ana Amélia, a Câmara aprovou em março de 2014, nós estamos aprovando agora em maio. Quer dizer, a demora não é do Senado –, na forma do Projeto de Decreto Legislativo, formulado pela Comissão de Relações Exteriores daquela Casa.

Posteriormente, tramitou também, naquela Casa, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, que opinaram pela sua aprovação.

O ato internacional em exame se faz acompanhar de Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores, que destaca que o Acordo promove a cooperação bilateral em todos os campos considerados adequados, especialmente nos setores econômico e tecnológico, incluindo, em específico, o desenvolvimento e a prosperidade das respectivas indústrias, o estímulo à cooperação econômica e ao progresso tecnológico no campo econômico, a proteção e a melhoria do meio ambiente e a contribuição ao desenvolvimento de suas respectivas economias e da qualidade de vida de suas populações.

A cooperação estimulará o desenvolvimento de contatos de negócios entre empresas dos dois países, a transferência recíproca de informação sobre legislação em vigor e a identificação de projetos específicos e de setores de interesse potencial para colaboração conjunta nas áreas de metalurgia, mineração, extração e refino de petróleo, a indústria automobilística e a manufatura de vagões ferroviários, aeronaves e peças para aeronaves.

Análise, Srª Presidente.

Trata-se de ato internacional firmado entre dois países, destinado a fornecer e desenvolver a cooperação entre as partes e lançar as bases para um acordo comercial com fundamento na igualdade e no interesse mútuo.

Voltado para o fomento da cooperação econômica e tecnológica entre as partes, o acordo tem, por objetivo, segundo dispõe seu art. 2º, estimular o desenvolvimento de contatos de negócios entre empresas dos dois países, a transferência recíproca de legislação em vigor e a identificação de projetos específicos de setores de interesse potencial para a colaboração conjunta nas áreas de metalurgia, mineração, extração e refino do petróleo, indústria automotiva, manufatura de vagões ferroviários e de aeronaves e suas peças.

Para tanto, foi criada uma Comissão Mista que examinará a evolução e a perspectivas das relações econômicas bilaterais, estimulará a cooperação nas áreas de interesse mútuo, informará suas respectivas comunidades empresariais a respeito de oportunidades de investimento na outra parte contratante, manterá sistema recíproco de informações concernentes às leis e regulamentos em vigor; promoverá e intensificará a cooperação econômica e tecnológica com os setores público e privado; atuará como corpo consultivo às partes e avaliará, periodicamente, a implementação do Acordo.

O Acordo, assim,se enquadra aos regulares padrões de cooperação diplomática bilateral, seguindo as boas práticas de prospecção política e econômica de oportunidades mutuamente vantajosas nos setores comercial e tecnológico.

É sabido que Romênia tem apresentado fulgurosa recuperação econômica e se notabiliza pela exportação de manufaturados e pela grande dependência do comércio europeu. Nada mais oportuno que a ampliação de espaço de diálogo com um parceiro em destacado crescimento.

Vamos ao voto, Srª Presidente.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 2014, que *aprova o texto do acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia, assinado no Rio de Janeiro, em 28 de maio de 2010.*

Este é o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Flexa Ribeiro, pela relatoria *ad hoc*.

Está em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Aliás, a propósito do que havíamos comentado, eu até imagino os dilemas que o Itamaraty tem quando o País parte de um acordo como esse, no caso a Romênia, cobra de nossos diplomatas, com sede na capital da Romênia, a demora disso. Então, não só nós estamos questionando a demora, mas imagino que haja um desconforto, no mínimo, do Itamaraty em justificar um atraso tão grande em relação a isso.

Apenas para ilustrar, uma matéria feita pela repórter Lisandra Paraguassu, da Agência Estado, divulgada no dia 22 de abril, agora, de 2014.

*O Brasil tem mais de 300 acordos sem ratificação. As dezenas de tratados multilaterais e bilaterais, assinados pelo Brasil todos os anos, têm destino certo: as gavetas dos Poderes Executivo e Legislativo [*aqui, de nosso lado, já falamos*].*

A contagem mais recente, obtida pelo jornal, por meio da Lei de Acesso à Informação, naquele momento, é de 313 acordos sem ratificação; desses, apenas 47 já haviam chegado ao Congresso [então, aqui já está a prova de que nossa responsabilidade é bem menor nesse processo]. Há casos antigos como o de uma convenção [olhem só] da Organização Internacional do Trabalho, de 1982, outro, simplesmente, tornam atos do Executivo irregulares como, por exemplo, a realização da Conferência Rio+20, em julho de 2012.

Até hoje o acordo entre o Brasil e as Nações Unidas, para a organização do encontro, não foi ratificado pelo Congresso.

São os casos que vivemos do que é *nonsense* praticamente.

Então, queria fazer uma defesa do Itamaraty, porque acho que sofre também com esses atrasos, essas delongas. São muito aplicados os nossos diplomatas. E também sofre a parte que fazermos no Congresso.

Então, já informei que a matéria vai à Secretaria da Mesa.

Para o item 7, também da mesma forma queria solicitar ao Senador Cristovam Buarque a gentileza de nos ajudar na relatoria *ad hoc*:

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 542, de 2014
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal e arts.13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para desempenhar missão no exterior, em Santiago do Chile, no período de 8 a 10 de junho de 2014, quando participará de reunião sobre o tema "Los desafios futuros en ciencia y tecnología para América Latina: el rol de los parlamentario". Comunica, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no período supracitado.

Autoria: Senador Luiz Henrique

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação.

Então, queria contar com a relatoria *ad hoc* do Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senadora Presidenta, esse é um desses requerimentos a que precisamos dar toda a atenção e urgência, porque, como diz mesmo a proposta, tenta enfrentar os desafios futuros em ciência e tecnologia na América Latina quanto ao papel dos Parlamentares.

Precisamos começar a criar Parlamentares sem fronteiras, Senadora Ana Amélia, Parlamentares que sejam capazes de pensar os problemas globais do mundo e de longo prazo, e não ficarmos apenas presos aos problemas imediatos e locais. Nesse sentido que o Senador Luiz Henrique requer, nos termos do art. 55, inciso III, da Constituição Federal, do art. 13 e do art. 40 do Regimento Interno do Senado, licença para desempenhar missão no exterior, em Santiago do Chile, no período de 8 a 10 de junho, quando participará de reunião sobre o tema "Os desafios futuros em ciência e tecnologia para a América Latina: o papel dos Parlamentares."

Acompanha o requerimento convite assinado pela Secretaria Executiva da Cepal e pelo Presidente da Câmara de Deputados do Chile. A matéria também tem por fundamento o inciso III, do art. 55, da Constituição Federal.

Ante o exposto, voto pela aprovação do requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Agradeço ao Senador Cristovam Buarque pela relatoria *ad hoc*.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs e as Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria, que vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Vamos, extrapauta, a um requerimento. Gostaria de pedir ao Senador Mozarildo Cavalcanti que faça a gentileza da apresentação do requerimento:

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO Nº 546, de 2014
- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 13 e 40, §1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenho de missão no exterior, para representar o Senado Federal no 15º Congresso da Basic Income Earth Network (Rede Mundial da Renda Básica), que ocorrerá em Montreal, Canadá, entre os dias 27 e 29 de junho de 2014. Comunica, ainda, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente no período de 25 a 30 de junho de 2014.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatório: Pela aprovação.

Então, designo o Senador Mozarildo Cavalcanti para relatar a matéria.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB - RR) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o pedido está em consonância com o art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, que determina que o Senador deverá comunicar ao Presidente sempre que se ausentar do País, mencionando o prazo do seu afastamento.

O art. 40, por sua vez, estipula que ausência do Senador, no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário. Se houver ônus para o Senado, estabelece, ainda, em seu §4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ou aquela que tiver maior pertinência.

O requerimento tem por fundamento o inciso III, do art. 55, da Constituição Federal, que faculta ao Parlamentar deixar de comparecer às sessões ordinárias da Casa a que pertencer, desde que em gozo de licença ou em desempenho de missão por esta autorizada.

Voto.

Ante o exposto e em face da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria em exame, opino pela aprovação do Requerimento nº 546, de 2014.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Vou fazer a leitura de requerimentos de que sou subscritora também, pedindo o apoio dos Srs. Senadores:

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 45, de 2014

Requeiro, nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública conjunta no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE e Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação – CCT, para tratar da proteção à inovação no Brasil. Para tal, solicito sejam convidados os Exmos. Srs. Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, Clelio Campolina Diniz. Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Mauro Borges Lemos.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Vou ler todos os requerimentos e poderemos votá-los em bloco.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 46, de 2014

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE, para discutir violações de regras do comércio internacional que têm prejudicado a exportação de produtos brasileiros. Para tanto, recomendamos a presença dos seguintes convidados: Embaixador Paulo Estivallet de Mesquita – Chefe do Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores; Representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 47, de 2014

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de tratar do balanço e perspectivas da manutenção de tropas brasileiras no Haiti, bem como de seus reflexos na imigração de haitianos ao Brasil e situações decorrentes.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 48, de 2014

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de tratar de uma mais efetiva inserção das Forças Armadas nas tarefas relacionadas com a Segurança Pública.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Esses são os quatro requerimentos recebidos com o meu apoio.

Submeto-os à apreciação dos Srs. Senadores. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação os relatórios dos diversos requerimentos.

As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Senador Eduardo Suplicy, já que o senhor é o Relator do item 5, com muito prazer passo a palavra a V. Exª, porque aí teremos concluído toda a apreciação da pauta de hoje. Agradeço muito a sua gentileza de estar aqui conosco para discutir.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, de 2011
- Terminativo -

Concede pensão especial aos ex-integrantes do "Batalhão Suez".

Autoria: Senador Humberto Costa

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Pela aprovação com 4 (quatro) emendas apresentadas.

Observações:

1) A matéria foi incluída extrapauta da Reunião da Comissão do dia 24/04/2014, quando foi lido o relatório, encerrada a discussão e adiada a votação.

2) A matéria também constou da pauta em 15/05/2014.

Como se trata de projeto terminativo, vai exigir quórum. Mas, para adiantar o serviço, V. Exª pode fazer a leitura do seu relatório.

Já foi lido o relatório.

Encerrada a discussão. Foi lido o relatório no dia 24 de abril.

A matéria constou da pauta no dia 15/05/2014.

Como é terminativo, consulto o Senador Eduardo Suplicy se deseja fazer alguma consideração a respeito dessa matéria.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Trata-se de projeto do Senador Humberto Costa que assegura o pagamento de pensão vitalícia aos ex-integrantes da tropa brasileira conhecida como Batalhão Suez.

Os ex-integrantes da tropa brasileira conhecida como Batalhão Suez tomaram parte na Força Internacional de Emergência, constituída mediante resolução da Assembleia-Geral da ONU de 1956, com o objetivo de manter a paz e a segurança internacionais na região compreendida entre o Canal de Suez e a linha do armistício entre Israel e Egito, fixada na mesma resolução.

O projeto é altamente oportuno. Com efeito, os integrantes do Batalhão de Suez expuseram-se aos grandes perigos existentes em áreas de conflitos armados, sofreram as consequentes sequelas físicas e psicológicas e foram tratados de modo injusto e desonroso em seu retorno.

Na justificativa, Humberto Costa diz que, apesar disso, esses homens foram excluídos do Exército, sem exame de junta médica, sem quarentena, mesmo tendo permanecido mais de um ano quase todos em uma das regiões mais violentas e endêmicas do mundo.

E eles obtiveram reconhecimento internacional, receberam o Prêmio Nobel da Paz em 1988, a Medalha de Força e Emergência das Nações Unidas, outorgada pelo Secretário-Geral da ONU, receberam reconhecimento nacional, oficializado em 1958, pelo Decreto nº 43.800, que considera a referida missão "serviço nacional relevante". Não seria justo que os integrantes do Batalhão Suez ficassem à míngua de qualquer compensação pecuniária, que constitui o mínimo que o Estado brasileiro pode fazer para resgatar moral e materialmente a sua dívida.

O voto, portanto, é, com base no exposto, para reparar a dívida do País para com os nossos ex-combatentes.

Opino pela aprovação.

O art. 1º diz que é assegurado pagamento de pensão especial vitalícia no valor de dois salários mínimos mensais aos ex-integrantes da tropa brasileira conhecida como "Batalhão Suez", com o objetivo de manter a paz e a segurança internacional quando houve a linha de armistício entre Israel e Egito, fixada pela resolução.

Então, o valor da pensão especial instituída com esta lei será reajustado sempre no mês de janeiro, de acordo com a variação do INPC ou o Índice Nacional do Seguro Social.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Suplicy.

Como eu antecipei, ele requer um quórum como matéria terminativa. Não havendo, fica suspensa a votação propriamente dita – porque já houve até discussão – para a próxima reunião da Comissão de Relações Exteriores.

Para concluirmos, eu solicito, então, ao Senador Flexa Ribeiro a relatoria *ad hoc* do item 3:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, de 2014 – Complementar
- Não terminativo -

Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para extinguir o sigilo bancário nas operações ativas de instituições oficiais de crédito que tenham como contraparte Estados estrangeiros.
Autoria: Senador Alvaro Dias
Relatoria: Senador Pedro Taques
Relatório: Pela aprovação com 3 (três) emendas que apresenta.
Observações:
1) A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e à Comissão de Assuntos Econômicos.

Nas citadas Comissões é onde terá caráter terminativo.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, como Relator ad hoc.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Presidente, Senadora Ana Amélia; Srs. Senadores, farei a leitura do parecer do Senador Pedro Taques, com muita honra.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) n° 26, de 2014, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera o §1º da Lei Complementar n° 105, de 10 de janeiro de 2001, para extinguir o sigilo bancário nas operações ativas de instituições oficiais de crédito que tenham como contraparte estados estrangeiros.

Na justificação, o autor sustenta que o sigilo bancário não deve ser "indevidamente estendido para tornar opaca a operação do setor público, o qual, salvo raras e justificadas exceções, deve se pautar pela publicidade, até mesmo em obediência a princípio constitucional".

Lembra, ainda, que instituições oficiais de crédito, a exemplo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, têm recebido recursos subsidiados do Tesouro Nacional que são repassados na forma de

operações de crédito a tomadores finais. Destaca, por igual, que "os custos do Tesouro Nacional com as emissões que lastreiam esses empréstimos finais têm sido sistematicamente superiores ao retomo que obtêm. E, o que é mais preocupante, esses custos têm crescido exponencialmente".

Registra, por fim, o Senador Alvaro Dias, que "se existe esse imenso subsídio nas operações de crédito lastreadas em endividamento público, é incompreensível que o benefício seja estendido a outras nações à custa do sofrido contribuinte brasileiro".

Para além desta Comissão, a matéria foi distribuída para o exame das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos. Na Comissão de Relações Exteriores, a matéria foi a mim distribuída em 16 de abril de 2014. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Análise.

Tendo em conta o disposto no art. 103, VIII, do Regimento Interno do Senado Federal, a proposição em análise insere-se no conjunto de matérias sujeitas ao exame de mérito desta Comissão.

A proposta em apensação tem o saudável intento de oferecer maior transparência aos empréstimos concedidos por instituições financeiras controladas por entes de direito público interno. Para tanto, afasta o sigilo bancário nas operações ativas quando a contraparte for Estado estrangeiro ou na hipótese de a operação contar com garantia direta ou indireta de Estado estrangeiro. E mais, determina que os instrumentos contratuais e possíveis aditivos das referidas operações serão divulgados em página específica da instituição na rede mundial de computadores e em jornal de grande circulação na praça de sua sede.

O projeto é, a vários títulos, louvável. O controle do uso de dinheiros públicos pela administração só é possível mediante absoluta transparência na sua utilização. Nesse sentido, é oportuno recordar que a responsabilidade da administração pública com o uso do dinheiro da coletividade tem por fundamento, entre outros, o princípio constitucional da moralidade administrativa. A esse princípio soma-se, por exemplo, o da publicidade, por meio do qual todos os atos públicos devem ser de conhecimento geral de forma a que a sociedade possa fiscalizar a ação dos agentes públicos. Assim sendo, a aplicação do sigilo bancário para operações financeiras em que se lança mão, sobretudo por meio de instituições oficiais de crédito, de recursos públicos é insustentável.

Não tenho dúvidas acerca da validade jurídica de inserir tais disposições na lei que, por expressa delegação constitucional, regulamenta o próprio instituto do sigilo bancário. De outra parte, é insustentável a defesa de posições no sentido de que tais operações bancárias seriam "sigilosas" a qualquer título, eis que envolvem recursos públicos. Além disso, são voluntárias: contrata créditos com o Poder Público aquela empresa ou ente público, nacional ou estrangeiro, que o deseje – submetendo-se por iniciativa própria aos regramentos vigentes para o pleiteia, não lhe sendo lícito arguir posteriormente o acobertamento do sigilo por qualquer motivo. Se não convém aos seus negócios que seja conhecido de terceiros o favor que então recebe, não contratará o crédito. Tampouco a transparência é prática que viola o direito internacional: baste ver que os financiamentos das agências multilaterais como o Banco Mundial são ampla e minuciosamente publicitados.

Sob o ponto de vista do mérito, é inquestionável a necessidade da providência trazida pelo projeto. Temos assistido nos últimos meses a uma avalanche de denúncias sobre a concessão de créditos favorecidos a entidades e projetos estrangeiros por agências financeiras oficiais, enquanto o País encontra dificuldade de financiar seus próprios investimentos. Quando se tenta ampliar o conhecimento acerca desses desembolsos, o Poder Executivo veta o acesso da sociedade e do Parlamento a qualquer informação sob o pretexto do sigilo bancário. Trata-se de prática a todos os títulos condenável, que tem de encontrar franco repúdio no ordenamento jurídico.

A este respeito, cabem algumas pequenas medidas de aperfeiçoamento para melhor atender aos objetivos do projeto. O que se pretende é tornar transparente o uso de recursos públicos para financiar projetos que beneficiem outros países. Ora, este tipo de aplicação não se limita aos empréstimos a países estrangeiros ou por eles garantidos: boa parte dos projetos que são financiados em países estrangeiros decorre de créditos de financiamento à exportação concedidos a empresas exportadoras brasileiras de bens e serviços, as quais são as tomadoras finais dos empréstimos, não dependendo da garantia formal de países estrangeiros. Portanto, quando houver aplicação de recursos públicos neste tipo de financiamentos, também deve ser afastado o sigilo bancário.

Mas é preciso aproveitar a oportuna iniciativa do projeto para ousar na defesa do patrimônio público: qualquer aplicação de recursos públicos (assim definidos como os recursos provenientes de aportes diretos ou indiretos do Tesouro do ente público controlador) tem de ser tomada transparente ao público, da mesma forma como o são todas as despesas públicas. Não há razão legítima para que sejam sonegadas essas informações ao público. Afinal, a interpretação que vem prevalecendo na aplicação da Lei de Acesso à Informação é de que até os salários das servidores públicos são passíveis de divulgação pública. Se as pessoas físicas, titulares de direitos fundamentais, que percebem parcelas de recursos públicos devem ter seu direito à privacidade

sopesado ante o princípio da publicidade, muito mais deverá ser aplicado às pessoas jurídicas que celebram transações comerciais com recursos.

Apresento, portanto, uma emenda para acrescentar às hipóteses do projeto uma ampliação muito maior da transparência nas operações dos aplicadores dos fundos públicos. Ao contrário das hipóteses originais, em que a razão da publicidade é o destinatário dos recursos (sejam públicos, sejam aqueles geridos comercialmente pelas agências financeiras oficiais), essa extensão contempla operações definidas em função da origem dos seus recursos. Toda e qualquer aplicação de recursos extraídos diretamente, ou repassados, do orçamento público, ainda que por meio de empréstimos aos entes controlados, deve ser tornada conhecida em seu destino. Nada mais justo para proteger o patrimônio público, o que impõe, inclusive,restrições ao direito ao sigilo dos beneficiários privados. Dispensa-se a divulgação tão somente no caso das operações exclusivamente financiadas com o produto da captação de mercado realizada pelas instituições financeiras oficiais.

Esta ampliação é, ademais, perfeitamente aplicável: as modernas regras de gestão bancária exigem que as instituições financeiras tenham controle individualizado de suas operações ativas e passivas e que, portanto, saibam com exata precisão a aplicação de quaisquer recursos, obtidos do ente público, quer na forma de repasse de fundos orçamentários, quer como empréstimos específicos. No jargão bancário, qualquer banco conhece exatamente a composição do *funding* de cada uma de suas operações, e não terá qualquer dificuldade operacional para identificar quais operações ativas são lastreadas por recursos públicos.

Caberia perguntar acerca de uma eventual não retroatividade da aplicação da lei quanto aos contratos em andamento. Penso que não se impõe cláusula neste sentido: não se está a alterar qualquer contrato já celebrado, mas sim a modificar regra de Direito Público acerca do acesso à informação na instituição financeira. Portanto, não se atingem direitos dos contratantes.

Tampouco foi cogitada a irretroatividade da obrigação de divulgação de informações sobre as despesas públicas e nem mesmo dos proventos dos servidores, quando iniciada a aplicação da Lei de Acesso à Informação na Administração Pública.

Em virtude da emenda ora proposta, faz-se ainda necessária a emenda de redação, para ajustar a ementa da proposição ao seu novo conteúdo.

Por fim, verifico que publicidade das operações desse tipo inclui, no projeto, a obrigação de divulgá-las em jornal de grande circulação na sede da agência financiadora. Entendo tratar-se de exigência desnecessária, que apenas acrescentaria custos ao Poder Público sem ampliar o impacto em termos de transparência. A par da exigência de divulgação na internet (o meio de divulgação por excelência no mundo moderno), o projeto faz o que é essencial: suprime a opacidade indevida proporcionada pelo sigilo bancário.

Desta forma, tornar-se-ão direta e imediatamente aplicáveis todas as formas de transparência previstas na Lei de Acesso à Informação e na legislação concernente às prerrogativas dos órgãos de controle interno e externo. A publicação em jornais comerciais, além de custosa, muito pouco acrescentaria a esses recursos. Proponho, assim, outra emenda para suprimir essa exigência.

Voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, voto pela aprovação, no âmbito desta Comissão, do Projeto de Lei do Senado n° 26, de 2014, com as emendas de números 01, 02 e 03 abaixo.

EMENDA n° 01-CRE

Dê-se à ementa do PLS n° 26, de 2014, a seguinte redação:

> *"Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 5, de 10 de janeiro de 2001, para extinguir o sigilo bancário nas operações ativas de instituições oficiais de crédito que tenham como contraparte Estados estrangeiros ou que sejam custeadas com recursos públicos."*

EMENDA N° 02-CRE

Dê-se ao § 5º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, na redação proposta pelo art. 1º do PLS nº 26, de 2014, a seguinte redação:

> "Art.1º .....
> §5º Não estão protegidas pelo sigilo bancário disciplinado nesta Lei as operações ativas efetuadas por instituições financeiras controladas por entidades de direito público interno quando, alternativamente:
> I - a contraparte for Estado estrangeiro;
> II - a operação contar com garantia direta ou indireta de Estado Estrangeiro; ou

III - tratar-se de operação custeada total ou parcialmente por recursos provenientes de fundos orçamentários ou da concessão de empréstimos à instituição financeira por parte do respectivo ente público, controlador." (NR)

EMENDA Nº 03-CRE

Suprima-se a expressão "e em jornal de grande circulação na praça de sua sede" do §6º do art. 1º da Lei Complementar n° 105, de 10 de janeiro de 2001, na redação proposta pelo art. 1º do PLS n° 26, de 2014.

Esse é o Relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro pelo relatório bastante detalhado. O Senador, Relator original, Pedro Taques, como homem da lei, teve o cuidado de fazer isso.

Com a palavra, para discutir, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Srª Presidenta, com todo respeito à iniciativa do Senador Alvaro Dias e ao consubstanciado relatório feito pelo Senador Flexa Ribeiro, dada a complexidade dessa matéria e considerando também que a Lei Complementar nº 105, de 2001, já de alguma forma fala a respeito desse tema, mas levando em conta também que por vezes informações sensíveis e estratégicas referentes a outros países devam ser observadas, eu gostaria de pedir vista, Srª Presidenta, para melhor exame da matéria.

Peço vista.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – É um direito de V. Exª, mas ele está esclarecido que fica excetuado para preservar exatamente essas questões.

De qualquer maneira, como é um direito regimental do Senador Eduardo Suplicy, consulto...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Vista coletiva.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Vista coletiva.

Voltará a matéria na próxima reunião.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Eu gostaria, Srª Presidenta, antes de encerrar, agradecer o parecer do Senador Mozarildo Cavalcanti com respeito ao requerimento que apresentei, solicitando licença para participar do 15º Congresso Internacional da Base Income Earth Network, da qual eu sou copresidente de honra, que se realizará em Montreal, no Canadá, nos dias 27, 28 e 29 de junho próximo. Será algo extremamente significativo para nós.

Quero até aproveitar para anunciar que, hoje, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, haverá o lançamento do livro do Prof. Josué Pereira da Silva "Por que a Renda Básica", onde ele coloca as razões tão significativas sobre como será positivo o dia em que implementarmos para valer o que o Congresso Nacional, por todos os partidos, já aprovou em 2002 e 2003, respectivamente no Senado e na Câmara, e sancionou o presidente Lula em 8 de janeiro de 2004.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Parabéns, Senador Suplicy, pelo sacerdócio que faz em defesa da sua proposta de renda mínima.

Como o senhor está indo para a parte francesa do Canadá, *bon voyage*!

Não havendo mais temas a serem discutidos, esgotada a nossa pauta, dou por encerrada a nossa reunião desta manhã da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Muito obrigada a todos.

(Iniciada às 10 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 42 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2014, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dezoito horas do dia dezenove de maio de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. São lidos os Comunicados da Presidência e o Requerimento de autoria do Senador **Ruben Figueiró**. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao **Requerimento nº 01, de 2013 – CI**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 27 de fevereiro de 2013, que "*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates*

ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país". O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o Senhor **Eduardo Teixeira**, Sócio-Diretor da Creta Planejamento; o Senhor **Vinicios Leôncio**, Representante da Advocacia Empresarial Vinicios Leoncio; e o Senhor **Márcio Holland de Brito**, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às vinte horas e catorze minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Declaro aberta a 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Leitura de documentos.

Recebido de S. Exª o Senador Ruben Figueiró:

Em relação aos Requerimentos nºs 55, de 2013, da Comissão de Infraestrutura, e 16, de 2014, também da Comissão de Infraestrutura, de minha iniciativa, sobre a realização de audiência pública relativa à viabilidade técnica e econômica da interligação Bioceânica Atlântico/Pacífico, iniciando-se no território brasileiro nos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, adentrando nos territórios das Repúblicas do Paraguai, da Argentina e do Chile, aprovados por esta douta Comissão e designada por V. Exª para o dia 7 do corrente mês e que, por fatores supervenientes, transferida *sine die,* encareço que seja designada nova data e, se possível, no mês de agosto, quando da realização de semana de esforço concentrado desta Casa, para que sejam reiterados os convites para debater o importante tema aos Srs. Juan Audes Afara Maciel, Vice-Presidente da República do Paraguai, André Puccinelli, Governador do Mato Grosso do Sul, Dr. Heitor Miranda dos Santos, Prefeito de Porto Murtinho, Mato Grosso do Sul, e Deputado Federal Edson Giroto, Secretário de Estado de Obras Públicas e Transportes de Mato Grosso do Sul, como expositores, e, para o mesmo evento, sejam expedidos convites para os Srs. Embaixadores da Argentina, do Chile e do Paraguai.

Eu solicito à Secretaria desta Comissão que, conforme solicitado por S. Exª o Senador Figueiró, se verifique a data solicitada do esforço concentrado do mês de agosto.

Comunicados.

A Presidência comunica o recebimento do Ofício Conleg/SF nº 094, de 2014, de autoria do Consultor Geral Legislativo, Paulo Mohn, encaminhando a Nota Informativa nº 951, de 2014, sobre o Aviso nº 568 (Seses/TCU/Plenário), que trata sobre auditoria destinada a conhecer e avaliar as medidas implementadas pela Petróleo Brasileira S.A. (Petrobras), para compatibilizar o cronograma das obras das tubovias, com o planejamento geral para início da operação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

A referida nota técnica informa que "reverter os atrasos no contrato das tubovias é de grande importância, pois estes podem provocar potencial prejuízo da ordem de R$213 milhões por mês, devido à postergação da partida do primeiro trem de refino do Comperj".

Sugere, por fim, que, uma vez identificados pela Secretaria de Fiscalização de Obras de Energia e Saneamento do TCU (SecobEnerg), os responsáveis diretos e indiretos pelo contrato auditado, a Comissão de Serviços de Infraestrutura poderá promover audiência pública própria com esses dirigentes para certificar-se de que os problemas foram sanados e não mais se repetirão.

Cópias desses documentos encontram-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão.

É interessante notar que o Tribunal de Contas da União, daqui a mais um pouco, vai ter subsecretarias em igual número ao que nós temos de Ministérios. É a burocracia avassaladoramente avançando sobre a nossa administração. Quer dizer, o TCU tem Secretaria de Fiscalização de Obras de Energia e Saneamento, tem sobre Biodiversidade. Enfim, sobre cada um dos temas que dizem administrativamente aos Ministérios que foram criados, existe uma secretaria criada no Tribunal de Contas da União para fiscalizar. Que coisa!

Comunicado da Presidência.

Relato do 4º Painel do 7º Ciclo de Audiências.

Em continuidade ao ciclo de audiências públicas denominado "Investimento e gestão: desatando o nó logístico do País", esta Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou na quarta-feira, dia 14 de maio, o 4º Painel dos Temas Transversais, enfocando as agências reguladoras, com a participação do Sr. Marcelo Guaranys, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), do Sr. Romeu Rufino, Diretor-Geral da Agência

Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e do Sr. Vinícius Fuzeira de Sá e Benevides, Presidente da Associação Brasileira de Regulação (Abar).

Eu peço a Secretaria da Comissão que dê como lido, para posterior publicação, o relato desse 4º Painel do 7º Ciclo de Audiências, que enfocou o tema "Agências Reguladoras", com a participação das autoridades aqui já referidas.

(É o seguinte o comunicado dado como lido:

Relato do 4º Painel do 7º Ciclo de Audiências.

Em continuidade ao ciclo de audiências públicas denominado "Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do país", esta Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou, na quarta-feira, dia 14 de maio, o 4º Painel dos temas transversais enfocando as "Agências Reguladoras", com a participação do Sr. Marcelo Pacheco dos Guaranys, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), do Sr. Romeu Donizete Rufino, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e do Sr. Vinícius Fuzeira de Sá e Benevides, Presidente da Associação Brasileira de Agências de Regulação (Abar).

O Sr. Vinícius Fuzeira explicou que a Abar é uma entidade de direito privado existente há 15 anos, sem fins lucrativos, apartidária, com 50 agências reguladoras associadas, e que tem como objetivo promover a mútua colaboração entre as associadas e os poderes públicos, na busca do aprimoramento da regulação e da capacidade técnica.

O palestrante apresentou dados que evidenciam o excesso de normas e de entraves burocráticos que afetam a competitividade brasileira e a questão regulatória, pois, segundo ele, o tamanho do mercado é o fator mais importante para atração de investimento, seguido pela estabilidade política e pelo ambiente regulatório, à frente de fatores importantes tais como a estabilidade macroeconômica, a presença de competidores, qualidade de infraestrutura, etc..

Para ele, a regulação precisa dispor de uma plataforma de condutas em seu trato, de modo a aumentar a confiança dos governos, dos agentes regulados, dos usuários e dos consumidores. As agências foram criadas em diferentes tempos, com diferentes legislações, mas há uma plataforma comum de ações, de condutas que devemos ter.

A ascensão das agências reguladoras, explicou o palestrante, se deu na década de 1980, em diversos lugares – no Chile, na Europa, nos Estados Unidos – cujos governos iniciaram a transformação da administração pública, passando de uma administração burocrática para uma administração gerencial.

No Brasil, afirmou o Sr. Vinícius, tivemos uma série de fatores que implicaram o custo crescente da administração - descontrole do déficit público, instabilidade causada pelas altas taxas de inflação, endividamento externo, etc. – levando ao que chamamos "a nova gestão pública", com a reforma do Estado, iniciada no Governo Collor, após o esgotamento do modelo de intervenção do Estado na economia. O novo caráter assumido pelo Estado passava a ser de coordenador-regulador, em substituição a uma atuação centralizadora nas funções de execução e prestação dos serviços públicos.

Basicamente, observou ele, essa nova gestão compreende descentralização administrativa e política; devolução de funções e autonomia ao mercado e à sociedade; gestão mais flexível, maior ênfase na qualidade de processos e produtos; preocupação com eficiência e redução de custos; bem como, a busca de maior transparência nos procedimentos e aumento do controle social sobre políticas e programas.

A Lei 8.987/95, Lei das Concessões, ressaltou o palestrante, válida não só para a área federal, mas também estadual e municipal, permitiu a entrada do setor privado nas concessões brasileiras, e pela primeira vez falou em eficiência, em modicidade tarifária e em equilíbrio econômico-financeiro das concessões. A privatização e a concessão de serviços públicos provocou a necessidade de novas regulações e deu origem às agências reguladoras.

As características marcantes das agências reguladoras, explicou ele, são, basicamente, fixar normas para a definição de tarifas; fiscalizar o cumprimento dos atos regulatórios; estimular a competência dos prestadores de serviços; e mediar os interesses desses agentes e dos usuários e consumidores, abrindo campo a novos investimentos privados, nacionais e estrangeiros.

Para isso, em função dos interesses públicos envolvidos, necessitam de autonomia frente ao governo e ao mercado. Especialmente autonomia decisória, caracterizada pelos aspectos financeiro – presença de fontes de receitas próprias, normalmente oriundas dos serviços regulados; estrutural – existência de um quadro de pessoal especializado e próprio; e funcional – disposição de uma diretoria colegiada, mandatos alternados dos diretores e quarentena dos dirigentes.

O palestrante apresentou observações de especialistas da área, ressaltando que, segundo o professor Floriano de Azevedo Marques, "o balanço é positivo, mas é preciso avançar na transparência e procedimen-

talização da atuação das agências e no estabelecimento de marcos claros de metas e objetivos nas políticas públicas setoriais e de mecanismos de controle sobre a atuação das agências".

Já o economista Luiz Schymura, disse o palestrante, afirma ser fundamental que os membros do conselho das agências, a principal instância de decisão, tenham mandatos fixos, não coincidentes e escalonados; que a cúpula das agências reguladoras seja constituída de técnicos; e que as atribuições das agências sejam definidas com precisão para cada setor regulado.

Em pesquisa realizada pela Câmara de Comércio Americana no final de 2012, informou o palestrante, foram apontados como principais pontos positivos da regulação no Brasil a promoção de maior segurança ao consumidor, maior controle dos produtos, garantia de qualidade dos produtos, maior credibilidade e equilíbrio entre as partes. Como principais aspectos negativos foram citados lentidão, morosidade em processos, excesso de burocracia, interferência política e falta de investimento em capacitação.

Concluindo, o Sr. Vinícius apresentou sete princípios que a Abar entende que poderiam ser colocados para todas as agências reguladoras: 1 - apoio ao desenvolvimento econômico: permitir ou encorajar o desenvolvimento econômico e somente intervir, quando houver uma clara necessidade de proteção. 2- análise de risco das intervenções: elaborar uma análise consistente de risco de suas intervenções, de modo a priorizar os recursos nas áreas que mais necessitam. 3 - informações e orientações: fornecer, com autoridade, orientações de fácil entendimento e de baixo custo. 4 - inspeções: nenhuma inspeção deve ser feita sem um motivo bem definido. 5 - solicitação de dados e informações: os agentes regulados não devem ter que dar informações desnecessárias ou as mesmas informações mais de uma vez. 6 - capacidade de coerção: regulados que, de maneira persistente, deixam de cumprir com a regulação, devem ser identificados de imediato, para a aplicação das sanções, enquanto aqueles que consistentemente atingem bom nível de cumprimento devem receber incentivos. 7 - transparência na prestação de contas: os reguladores devem ser verificados quanto à eficiência e efetividade de suas ações (*accountability*), mantida a independência nas suas tomadas de decisão.

O segundo palestrante, Dr. Romeu Donizete Rufino, lembrou que a missão da Aneel é proporcionar condições favoráveis para que o mercado de energia elétrica se desenvolva com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade. Por ter uma estrutura muito centralizada, disse ele - ela só tem escritório em Brasília - conta com o apoio de agências estaduais conveniadas que fazem uma boa parte dos trabalhos, especialmente de fiscalização.

O papel da regulação, explicou o palestrante, é exercido onde necessário e sob previsão legal, com a finalidade de garantir tarifa justa, estimular a competição em condições leais e assegurar a universalização do serviço. Já a fiscalização, mais orientativa e preventiva, e, só em último caso, punitiva, busca zelar pela qualidade do serviço e exigir os investimentos necessários, pois não adianta ter modicidade tarifária se o serviço não for de boa qualidade.

São ainda competências da Aneel a mediação, que é arbitrar conflitos entre os diversos agentes e consumidores, e a realização dos leilões de energia, novos empreendimentos e autorizações, que não é uma competência originária, mas a Aneel realiza por delegação e de acordo com as diretrizes emanadas do poder concedente.

A Aneel é regida por Regulamento próprio, com base na Lei nº 9.784/99. Clareza, transparência e publicidade dos atos é preocupação essencial da agência, que dispõe de um código de ética e busca preservar os direitos e deveres dos interessados, afirmou ele.

A Aneel submete à audiência pública e aprova uma agenda regulatória, normalmente com um horizonte de dois anos, em que a sociedade é ouvida e os temas são nela inseridos. Evidentemente, observou o palestrante, não é exaustiva, mas indica os temas que pretendemos tratar nos próximos dois anos. Em 2013 tivemos 132 audiências públicas e para 2014 e 2015 estão previstas em torno de 55.

Muitas contribuições são recebidas e temas incluídos por sugestão da sociedade. Exemplo disso foi a questão do acesso às concessionárias, reivindicado pelos consumidores. Dentre os atos regulatórios emitidos pela Aneel o palestrante destacou as Resoluções nº 414/2010, que trata dos direitos e deveres dos consumidores; nº 451/2011, que regula o Conselho de Consumidores; nº 470/2011 – Regulamentação das Ouvidorias; e nº 540/2013, que estabelece e disciplina a Análise de Impacto Regulatório.

Entre os avanços regulatórios alcançados, o Dr. Rufino destacou o estabelecimento e acompanhamento rigoroso de Indicadores de Qualidade dos serviços prestados, inclusive com penalidades às prestadoras e ressarcimento aos consumidores por seu descumprimento diretamente na conta de energia.

Destacou, ainda, a Análise de Impacto Regulatório, processo sistemático de avaliação da necessidade e das consequências de uma possível nova regulação, e o ressarcimento por danos elétricos causados aos consumidores, agora com prazo de 45 dias para solução e inversão do ônus da prova, que cabe à distribuidora.

O palestrante informou a perspectiva de implantação, num prazo de 2 a 3 anos, da Tarifa Branca, que estabelece valores diferentes de tarifa ao longo do dia, e do Pré-pagamento, que visa a reduzir a inadimplência, ressalvando que sua implantação depende de homologação dos medidores pelo Inmetro.

Quanto à Geração Distribuída, que permite ao consumidor gerar sua própria energia a partir de fontes renováveis, especialmente a solar, e jogar os excedentes na rede, esperamos sua disseminação nos próximos 2 anos, afirmou ele. A cobrança de ICMS nessas operações por parte dos Governos Estaduais tem criado dificuldades. Alguns Estados já isentaram essa operação da incidência do ICMS, mas creio que não é uma questão de isenção, e sim de não incidência do ICMS, completou o palestrante.

Os desafios de regulação que se apresentam à Aneel, disse ele, dizem respeito à consolidação da autonomia administrativa e orçamentária; adequação do quadro de pessoal; clareza dos papéis institucionais do setor elétrico; aprimoramento da fiscalização, e; utilização de ferramentas computacionais de análise, cálculo estatístico e de geoprocessamento.

Respondendo a questionamentos, o palestrante explicou que houve discussão prévia com o Confaz e que o regulamento da Geração Distribuída foi adaptado, incluindo restrições quanto ao CPF/CNPJ, para evitar a incidência do ICMS, mas a interpretação de alguns Estados foi diversa e não compete à Aneel disciplinar a questão tributária.

Quanto à questão da qualidade dos serviços prestados pela Celg (Centrais Elétricas de Goiás), o palestrante concordou que são deficitários e informou que a Aneel está acompanhando e aplicando as sanções possíveis, mas que o problema do controle societário da empresa precisa ser resolvido entre o Governo Federal e o Estado de Goiás.

A questão orçamentária, da autonomia financeira das agências ainda tem que avançar, afirmou ele. A Aneel cobra do consumidor uma taxa de fiscalização e esse valor não é integralmente utilizado para custear as atividades da Agência, porque o orçamento não é aprovado na plenitude do pedido. Quanto à segurança energética nos estádios da Copa, há algum atraso em alguma distribuidora, mas nada que comprometa a segurança absoluta de que a energia não vai faltar aos Estádios, temos absoluta segurança disso, concluiu o Dr. Rufino.

A Agência Nacional de Aviação Civil, explicou o Dr. Marcelo Guaranys – último palestrante –, é a autoridade aeronáutica do setor de aviação civil, ou seja, é responsável por regular quase tudo o que tem no setor, tanto de infraestrutura, quanto de transporte em todos os seus itens. Nós praticamos ampla gama de serviços, pois regulamos não só a qualidade da infraestrutura, mas as necessidades de segurança, emitimos carteira para os pilotos e emplacamos as aeronaves, exemplificou ele.

No mundo inteiro, o grande foco de regulação no setor de aviação civil é a segurança. Desde 1947, temos uma agência ligada às Nações Unidas que cuida de aviação civil justamente para compatibilizar todos os regulamentos de todos os países, de forma que esse nível de segurança seja mundialmente aceito e praticado por todos. Por causa dessa força de regulação é o setor tido como o mais seguro no mundo dos transportes, afirmou ele.

A direção da Anac é uma estrutura colegiada, formada por cinco diretores, hoje, ainda denominados por área, mas já atuando em regime colegiado, onde todos interagem com todas as áreas da agência e deliberam sobre todos os assuntos, afirmou o palestrante. A agência tem quatro grandes macroprocessos finalísticos: regulação, certificação, fiscalização e representação institucional.

O principal objetivo da regulação é garantir a segurança do transporte aéreo; mas também a eficiência e a melhoria da qualidade. A partir do momento em que regulamos, precisamos certificar que todos estes entes da nossa cadeia de aviação civil – empresas aéreas, aeronaves, empresas de manutenção, simuladores de voo, profissionais, escolas, aeroportos – estão preparados, estruturados e treinados para seguir essas regras, explicou o Dr. Guaranys.

O Brasil, observou ele, junto com a União Europeia, os Estados Unidos e o Canadá é um dos quatro países que, por terem indústria de aeronáutica de porte, fazem certificação de grandes aeronaves no mundo. Certificar é garantir que aquele produto está sendo produzido dentro de todas as regras de segurança e será aceito no mundo inteiro, o que é muito importante para o nosso comércio internacional, com os produtos exportados pela Embraer.

A partir disso, precisamos fiscalizar, fazer a verificação e o acompanhamento de que as condições que nós certificamos, dada a nossa regulação, estão sendo mantidas, afirmou o palestrante.

O quarto macroprocesso é a representação institucional, não só junto aos outros órgãos de Governo, mas também junto à OACI (Organização da Aviação Civil Internacional), responsável por elaborar regras para o mundo inteiro. É importante, ressaltou o Sr. Guaranys, que tenhamos uma boa representação e participemos das discussões na OACI. Assim, há permanentemente na representação em Montreal coordenada pelo MRE,

um funcionário da Polícia Federal, um da Aeronáutica e um da Anac, para discutir a criação e aprimoramento das regras.

Segundo o palestrante, quatro pilares sustentam nosso transporte aéreo: segurança (o principal deles); eficiência operacional; liberdade de oferta, e liberdade tarifária. Atuamos hoje em regime de concorrência, em que as empresas aéreas podem praticar os voos para onde quiserem, desde que haja condição operacional e de infraestrutura, e são livres para cobrar os preços que quiserem.

Entre as medidas adotadas pela agência para aumentar a concorrência, o palestrante destacou: a regulamentação dos usos de *slots*, obrigando a empresa que não use um horário a passá-lo para outra; a liberalização tarifária internacional e a abertura dos aeroportos centrais Santos Dumont e da Pampulha.

De 2002 para 2012, tivemos uma queda da tarifa média da ordem de 43%, e passamos a pagar 56% a menos por quilômetro voado, informou o palestrante. Tarifas abaixo de R$100,00, inexistentes em 2002, em 2012 representaram cerca de 13% dos assentos. Já as tarifas inferiores a R$ 300,00, que em 2002 representavam 23% dos assentos, em 2012 passaram a 65% dos assentos. Também houve redução de 50% nos cancelamentos de voos, de 35% nos atrasos superiores a 60 min e de 23% nos atrasos superiores a 30 min, completou ele.

Visando à melhoria da qualidade, foram reguladas a prestação de assistência ao passageiro nos casos de atraso, cancelamento e preterição; a divulgação de informações quanto à regularidade e pontualidade do voo, disponíveis no momento da compra; informações sobre nível de conforto da aeronave, mediante um selo afixado à mesma classificando-a conforme o espaço útil entre os assentos; e o atendimento a passageiros com necessidades especiais, transferindo das companhias aéreas para a operadora aeroportuária a responsabilidade pelo fornecimento de mecanismos adequados para seu embarque ou desembarque, relacionou o palestrante.

Regulação da infraestrutura é outro ponto importante na busca de qualidade de serviço, exigindo regulação maior, porque um aeroporto tende a ser um monopólio natural, afirmou ele. As concessões para alguns deles buscam expandir a infraestrutura de forma mais rápida, melhorar o nível de serviço, difundir melhores práticas de gestão aeroportuária e introduzir concorrência no sistema aeroportuário do Brasil.

Com as concessões de aeroportos, que estamos fazendo em um ano da decisão até sua execução, estamos inaugurando uma nova era para o transporte aéreo. Esses aeroportos concedidos, que já têm uma obrigação inicial grande para entregar uma grande infraestrutura, com maior qualidade, passam a ser medidos por essa qualidade e pelo seu dimensionamento, explicou o palestrante.

Eles têm que cumprir rígidos parâmetros de qualidade e crescer de acordo com a demanda, com previsão de multas pesadas para o não cumprimento desse crescimento ou dessa qualidade.

Os desafios atuais da agência, segundo o Dr. Guaranys, são seu Programa de Fortalecimento Institucional, visando à modernização da agência em bases estruturantes, e a Operação Copa do Mundo FIFA 2014.

Para a Copa serão mobilizados cerca de mil servidores, e as principais medidas dizem respeito à alocação de *slots* nos aeroportos e sanções aos operadores que descumprirem a programação, disciplinadas pelas Resoluções nºs 316 e 317/2014; fiscalização da segurança operacional e da qualidade do serviço aos passageiros; acompanhamento dos planos de contingência das empresas aéreas e; edição da Cartilha "Dicas aos Passageiros Copa 2014" em língua portuguesa, com versões em inglês e espanhol.

Entre os principais Projetos em andamento, o Dr. Guaranys citou o estabelecimento de regulação semelhante à dos contratos de concessões para Aeroportos Infraero e demais; revisão da regulamentação de alocação e uso de *slots*, e nova regulamentação para bagagens.

Em resposta a questionamentos, o palestrante lembrou que a Anac não é responsável pela decisão de conceder, mas discute todo o modelo e participa dos subsídios técnicos necessários para isso. Ressaltou que a rapidez dos investimentos, com grandes estruturas novas e modernas, construídas em menos de dois anos, é um grande diferencial já constatado das concessões.

Vamos acompanhar a operação, pois é importante ver se os aeroportos vão ser bem operados. Até agora, as impressões são muito boas, vamos continuar analisando e fiscalizando e esperamos que continue assim, concluiu ele.

Temos um orçamento controlado pelo Tesouro que tem sido suficiente para o desempenho das nossas atribuições, mas se todos os recursos arrecadados com taxas e multas fossem repassados para a agência melhoraria nossa atuação, considerou o palestrante. Pessoal é a área em que mais carecemos de recursos, pois, criada em 2005 com previsão legal de 1.750 servidores, temos hoje cerca de 1.200 concursados, com 500 vagas para serem preenchidas e um aumento acelerado de demanda.

Para a Copa, afirmou o Dr. Guaranys, independente da infraestrutura, a chave para o sucesso do nosso planejamento é fazer com que os voos caibam dentro da capacidade disponível. Além da aviação comercial, já controlada todos os dias, precisamos fazer esse controle para a aviação geral, a aviação executiva. Não é im-

pedir que a aviação executiva voe, mas organizar, só permitir pouso caso haja um slot disponível, e controlar a ocupação dos pátios, concluiu ele.)

Por último, antes de iniciarmos a nossa audiência pública, gostaria de, mais uma vez, informar todos que estiverem assistindo ou ouvindo pela TV e pela Rádio Senado os nossos debates que podem participar, bastando, para isso, ligar para o Alô Senado, número 0800-612211, ou enviar a sua contribuição pela internet, no endereço www.senado.leg.br/alosenado, ou ainda nos perfis do Alô Senado do Facebook, ou pelo Twitter@AloSenado.

Qualquer cidadão ou cidadã pode participar das nossas audiências públicas, como aliás vem participando. E quero, em nome dos integrantes desta Comissão, agradecer o interesse que estão tendo nos debates aqui realizados nas nossas audiências públicas, e mesmo fora delas, quando das reuniões ordinárias desta Comissão.

A presente reunião, portanto, destina-se à realização de audiência pública sobre políticas fiscal, monetária e tributária e suas consequências para o desenvolvimento da infraestrutura – 5º Painel sobre Temas Transversais, última etapa da Agenda 2013/2014, "Investimento e gestão: desatando o nó logístico do País", da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Para debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas, a quem aproveito para desejar as melhores boas-vindas, ao tempo em que os convido para que tome assento à mesa: Sr. Ministro, Dr. Eduardo Teixeira, Sócio-Diretor da Creta Planejamento, Dr. Márcio Holland de Brito, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Dr. Vinicios Leoncio, representante da Advocacia Empresarial Vinicios Leoncio.

Iniciando a audiência pública, passo a palavra a S. Exª o Sr. Ministro Eduardo Teixeira, hoje na iniciativa privada, Sócio-Diretor da Creta Planejamento.

O SR. EDUARDO TEIXEIRA – Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer o convite de estar aqui no Senado mais uma vez, discutindo as grandes questões nacionais. Particularmente, a agenda de hoje me parece absolutamente não apenas importante, mas crucial, e este é o momento oportuno para discutirmos isso. Por quê? Porque passamos na nossa economia, a economia brasileira, de um ciclo mais centrado no consumo, e teremos, agora, para sustentar o crescimento com estabilidade, de fazer um grande esforço em investimento.

Ora, um dos setores que mais precisam receber investimentos neste momento no Brasil é, com certeza, o setor de infraestrutura. Então, a exposição que eu pensei, que seria de 20 minutos, vai ser dividida em quatro grandes tópicos: a importância do investimento em infraestrutura, política fiscal, política tributária e política monetária, como manda a pauta.

O investimento é o ponto fulcral de qualquer desenvolvimento econômico. Ele é o ato, o fluxo de despesa que sustenta o crescimento, gera condições de multiplicação da renda e da riqueza e, portanto, assume um papel que a gente chama de crucial, único no processo de desenvolvimento econômico.

A questão importante é falar da decisão de investir em si. Essa é uma decisão que nós, economistas, chamamos de solitária por parte dos empresários, que têm uma lógica, e, por parte do setor público, não solitária, porque tem uma lógica de Estado por trás. Mas o investidor – e estou falando do investidor privado – lida, antes de mais nada, com a incerteza. A incerteza em relação ao que vai acontecer no futuro basicamente, o que, portanto, vai garantir ou não a rentabilidade do gasto que ele faz no presente.

A incerteza no futuro, você pode relacionar a vários tipos, como a demanda por produto que se pretende produzir, os custos e como eles vão evoluir, se terei financiamento adequado não apenas para fazer investimento no presente, mas para continuar investindo ao longo do processo como um todo, se as regras tributárias mudarão ou não, as questões referentes à regulação, que são cada vez mais importantes em economias capitalistas maduras, principalmente devido à concentração dos mercados, se eu tenho ou não oportunidades alternativas. Em outras palavras, se eu posso direcionar os meus recursos e a minha capacidade de endividamento para outros investimentos ou não.

Cada um desses pontos possui correlações diversas com as políticas públicas, como, por exemplo, as aqui citadas anteriormente – fiscal, tributária, monetária –, mas também a comercial, a salarial, a administração de preços e outras tantas. Então, fica claro que, se nós queremos que haja um ciclo de investimento e se concordamos que o investimento é crucial para a sustentação do desenvolvimento econômico em termos intertemporais com estabilidade, cabe à sociedade, não apenas ao governo, diga-se de passagem, ou a um determinado governo, a um governo federal ou estadual ou municipal, mas à sociedade como um todo gerar dentro de si regras estáveis que suportem o investimento produtivo, basicamente minimizando esse conjunto de incertezas potenciais que o empresário tem que enfrentar no seu dia a dia.

No caso específico do investimento de infraestrutura, que é o objeto primário deste debate, ele assume ainda mais um papel central, notadamente no momento em que o País vive. Ele gera externalidades positivas para a economia, ele gera horizonte para o setor privado, não apenas porque o setor privado gera demandas, mas por externalidades que fazem com que alguns investimentos privados sejam inclusive complementares, e reduz custos.

Fala-se muito no custo Brasil. Eu não gosto da expressão, porque só adjetivo o nosso País com adjetivos positivos. E o custo Brasil tem sempre uma coisa pejorativa. E não é verdade. O custo da sociedade como um todo é a sociedade quem define, a sua estruturação, e não esta ou aquela pessoa ou país.

O investimento em infraestrutura, então, tem esse papel fulcral, um papel singular para a sustentação do crescimento econômico. Daí as minhas palavras iniciais, Sr. Presidente, quanto à oportunidade deste debate no momento em que o Brasil precisa acelerar o seu processo de crescimento e há o consenso de que ele tem que ser alicerçado nesta quadra, em cima de um aumento do investimento.

O Brasil foi muito exitoso na saída da crise de 2008. Isso é importante deixar muito claro. As políticas macroeconômicas desenvolvidas e executadas foram extremamente positivas, tanto assim é que nós tivemos uma *performance* realmente singular e o País, rigorosamente falando, ficou em crise por meses, não chegou nem a um ano. Mas foi um ciclo alicerçado no consumo, como era adequado, diga-se de passagem, à época. E a recuperação do investimento como um todo – basicamente eu falo de formação de capital fixo, ou seja, da agregação de máquinas e equipamentos à estrutura produtiva – não reagiu tanto.

Chegou a aumentar até mais de 20%, mas hoje continua em torno de 18% a 18,50% do PIB. Então, nesse momento, é a hora do investimento, é a hora do investimento produtivo, é a hora do investimento da infraestrutura basicamente.

O investimento da infraestrutura tem características que lhe são próprias. Ele tem um ciclo longo, há uma certa concentração dos desembolsos no tempo, ele possui baixa liquidez, em outras palavras, é muito difícil alienar um projeto ou vender partes. Ele tem uma influência dos pontos acima. O primeiro ponto principalmente sofre uma influência maior do arcabouço jurídico e de políticas públicas como as mencionadas no tema que hoje nós debatemos: a fiscal, a tributária e a monetária. E tem, por outro lado, uma avaliação do projeto um pouco mais complexa, pelas suas próprias características de longo prazo.

O investimento em infraestrutura feito diretamente pelo setor público apresenta algumas características.

Estou falando um pouco rápido por causa do tempo e pela impressão de que o debate que se seguirá às apresentações será extremamente interessante.

O investimento feito diretamente pelo setor público, aí entendido o Governo Federal, os governos subnacionais e mesmo agentes dependentes, tem o condicionante das contas públicas. Os investimentos das empresas estatais têm outra peculiaridade, porque há empresas que não são dependentes e, portanto, têm mais liberdade, digamos assim, para executar o seu plano de investimento se financiamento conseguir.

Eu gostaria de ressaltar três pontos que são cruciais neste momento. Primeiro, o saneamento básico, que tem uma externalidade extraordinária, porque reduz as despesas com saúde, melhora a qualidade de vida, a esperança de vida, a capacidade da própria mão de obra, e ele é basicamente provido pelos governos estaduais. Como se sabe, só existem as companhias estaduais de saneamento. Essas companhias, com exceção do Estado de Tocantins, são todas estatais. Existe também, é claro... De 20 anos para cá, começaram a se desenvolver concessões plenas ou mesmo PPP no setor e, portanto, o investimento privado entrou no setor de saneamento decisivamente. Hoje, nós temos algumas grandes empresas privadas operando no Brasil, mas as maiores empresas ainda são as estatais, notadamente a empresa de São Paulo, que é uma das maiores do mundo na área de saneamento.

Na parte de transportes, há sistemas múltiplos...

No saneamento eu esqueci – perdão – de ressaltar o apoio financeiro do Governo Federal, seja através da Caixa Econômica Federal e de suas diversas linhas, seja através do BNDES e de suas linhas, seja através da administração pela Caixa Econômica Federal do chamado Fundo de Investimento em Infraestrutura, que tem uma ação decisiva na área de saneamento básico como investidor e como financiador. Ou seja, esse fundo aporta... É um fundo privado, administrado pelo ente público, por uma empresa pública, que é a Caixa Econômica Federal, e faz aportes de recursos no capital das empresas de saneamento não apenas privadas, mas também pode fazer em públicas. São linhas diferentes, mas, enfim, é decisivo na expansão do investimento em saneamento.

A parte de transporte, que eu também gostaria de ressaltar, diz respeito aos diversos modais, como rodovias, porque nós basicamente trabalhamos no País com concessão plena, ou seja, uma concessão em que o próprio pedágio ou o usuário sustenta financeiramente o investimento, no sentido de gerar rentabilidade para o investidor. Há outras áreas de transporte em que isso não ocorre, mas em rodovias particularmente sim.

Quanto às ferrovias, o transporte ferroviário tem uma particularidade, porque ainda está em processo de discussão, de operacionalização na verdade, um grande e ambicioso programa de concessão para o setor privado. E houve recentemente os leilões dos aeroportos. Houve um corte diferente no caso do Rio Grande do Norte, em Amarante, mas depois houve uma mudança. As cinco concessões firmadas, derivadas de dois leilões...

Os leilões são simultâneos. Eu digo que são dois, mas se fez a concessão de cinco aeroportos: Viracopos, Cumbica, Brasília, Galeão e Confins. Já tem uma formatação um pouco diferente, mas é um grande sucesso,

porque o investimento acelerou muito nessas áreas desses aeroportos e os resultados são notáveis. Os valores investidos em tão pouco tempo foram realmente notáveis.

No caso da mobilidade urbana, também eu digo que assume peculiaridades. Aliás, o investimento de infraestrutura assim o é. Dependendo do setor que estamos discutindo, ele tem peculiaridades que lhe são próprias. Por isso sempre devemos ter cuidado para não generalizar.

Mobilidade urbana é um grande esforço de investimento. Estamos falando de metrôs, que basicamente têm o apoio do Governo Federal. São desenvolvidos por Estados e Municípios, depende da conformação. Estamos falando de BRTs, estamos falando de corredores exclusivos de ônibus. Esse é um esforço de investimento grande, que assume características diferentes, dependendo do modal.

Eu chamo de interação público-privada porque o nome Parceria Público-Privada é usado com diversas conotações. Nós temos uma legislação que nos é própria, que coloca só como PPP as chamadas PPPs patrocinadas e administrativas. E a concessão no Brasil não é considerada, digamos assim, uma PPP apesar de outros países assim procederem. Por isso eu chamo de interação.

Na interação você tem a concessão comum, uma rodovia como a Rio-São Paulo ou qualquer outra. Em outras palavras, o usuário sustenta financeiramente o projeto, ou seja, o setor privado, ao investir, seja construindo, seja administrando, aperfeiçoando e melhorando. O caso específico da Dutra foi assim. Não se construiu uma nova Dutra. Fez-se um grande investimento na área de conservação, manutenção e principalmente melhoria. Essa é a concessão antiga, dos anos 90. É uma concessão comum ou plena se você preferir, porque nós, usuários, ao transitarmos pela rodovia, geramos um fluxo de caixa que, à luz da modelagem e da estrutura de custo, sustenta o investimento produtivo que foi feito, é feito e será feito.

Nós temos as duas formas de PPP: a administrativa e a patrocinada. Na administrativa, o setor público é o responsável pelas receitas que o concessionário vai auferir, enquanto na outra há um misto entre o setor público e o próprio usuário. Como patrocinada, por exemplo, podemos citar a Linha 6 do Metrô de São Paulo, recentemente licitada. A administrativa normalmente se usa para prédios que são típicos, que têm uma tipicidade, como hospitais, cadeias, centros administrativos.

O que eu chamo de outras estruturações na interação público-privada são essas novas modalidades em que o setor público entra na SPE como acionista. Caso clássico e muito bem sucedido é o exemplo da Infraero sendo acionista dos consórcios que hoje administram esses cinco aeroportos. Há uma tecnicidade, os consórcios se habilitam, vão a um leilão, e a Infraero entra na segunda SPE, ou seja, entra no consórcio vencedor. Hoje em dia, ela entra com 49%. Essa estruturação mitiga riscos para o setor privado, porque PPP é um negócio em que há uma divisão de riscos entre o setor privado e o público. Há uma série de características, mas o tempo não vai dar para nós nos alongarmos muito sobre isso.

Fundamentalmente, isso agiliza o investimento. E essas outras estruturações já começaram há algum tempo. O Banco do Brasil fez isso nos anos 90, quando entrou no setor de seguros. E se fazia como? Sempre com a participação acionária do ente público, com 50% menos uma ação, para não caracterizar a criação de uma empresa estatal.

No financiamento do investimento da infraestrutura no Brasil, mais uma vez, é crucial o papel do BNDES e da Caixa Econômica não apenas em saneamento, como me referi. De modo geral, todos os grandes projetos são financiados pelo BNDES, são financiados pela Caixa Econômica. O sistema financeiro privado brasileiro entra tomando o risco, ou seja, muitas vezes, ele é o agente financeiro de uma parte da operação de crédito. O BNDES e a própria Caixa trabalham com o misto de operação direta, *funding* BNDES, risco BNDES e indireta *funding* BNDES e risco do agente.

E o mercado de capitais também tem originado recursos para o setor, basicamente através de debêntures. E a debênture de infraestrutura foi um avanço nesse ponto.

Os impactos da política fiscal, eu dividi simplificadamente entre associados à demanda e à oferta.

A política fiscal austera pode reduzir o crescimento da renda agregada e, consequentemente, a demanda agregada.

Esse é um velho embate. Eu sou da UFRJ, da Unicamp. Então, esse eu não compro, mas sei, sim, que em momentos de grande pressão de demanda corrente você pode ter que fazer uma política austera, fiscal e monetária, mas não necessariamente você perde o produto. Não é o nosso caso.

Uma menor demanda agregada deprime, a princípio, a demanda por serviços públicos relacionados à infraestrutura e, portanto, entra no cálculo aquele momento de decisão de investir, aquele momento em que o investidor, o empresário e mesmo o setor público tem que avaliar tudo, principalmente a demanda corrente, as receitas futuras. Ele tem que levar isso em consideração.

Em relação à oferta, grande parte dos gastos públicos são correntes, com pouca margem de redução. Gastos públicos em investimentos podem ser reduzidos com mais facilidade, variável de ajuste. Essa é a história do País.

Infelizmente, as demandas de se fazer superávit primário em qualquer circunstância, mesmo em momentos de fragilidade da demanda, o que é um contrassenso teórico, mas é explicável para outras circunstâncias, é claro, levam a política fiscal a sempre ser um campo de batalha, em que diferentes interesses se defrontam, o que é legítimo nos regimes democráticos. É mais fácil cortar gastos de investimentos ao fim e ao cabo. Então, entra muito como variável de ajuste. Isso é muito fácil. Basta olhar os orçamentos aprovados, a execução feita. Isso vem desde 1822.

A necessidade do setor público de promover investimentos em projetos menos atrativos em termos financeiros, mas com grande retorno social e econômico é o grande gancho da PPP. Por quê? Porque às vezes você tem projetos com grande retorno financeiro. Você faz uma concessão comum. Não há necessidade de se fazer PPP. Mas há projetos que têm um grande retorno econômico, ou seja, além do retorno financeiro, que pode até não ser suficiente para induzir o investimento privado puro, portanto não dá para ser concessão, eles geram externalidades, como mencionado anteriormente, de tal ordem que o ganho econômico é muito grande.

Em outras palavras, você tem a viabilidade econômica do projeto – eu estou separando viabilidade financeira, que é a lógica do investidor, da questão do País como um todo –, ele gera retornos não apenas financeiros, como estruturação da economia e suporte ao crescimento econômico, que autorizam o poder público a tomar a decisão de fazer uma PPP. Portanto, é necessário para viabilizar o investimento privado que haja ou um aporte ou uma contraprestação, dependendo da característica.

Política monetária restritiva – basicamente vou falar da restritiva – aperta no crédito e tem juros mais elevados. Obviamente, você tem um impacto ou custo financeiro para o investidor, custo de oportunidade. Aumenta o custo do capital próprio, na verdade. Há uma dificuldade maior de financiamento, contratação, prazos, custos financeiros e estruturação de garantias.

Isso é menos visível na história recente do País, porque, ao contrário da grande maioria dos países que não têm moeda conversível, nós temos um sistema de financiamento de longo prazo – mais uma vez eu faço esta ressalva –, que é o BNDES e a Caixa Econômica, o que, para mim, muitas vezes, não é percebido pela sociedade, ou pelo menos por parte da sociedade, com a grandeza que deveria ser percebido.

Isso é uma coisa extraordinária, singular que o nosso País tem, que deve ser preservado, reforçado e a ele dado o devido valor.

Evidentemente, políticas monetárias restritivas são até mesmo executadas para fazer uma "administração" – entre aspas – da demanda agregada, o que faz com que, *ceteris paribus* – desculpem a expressão, economista fala isso, ele não resiste –, pode levar a uma redução da rentabilidade prevista dos projetos. É importante o "prevista", porque eu tomo uma decisão com determinada política monetária, um determinado horizonte, o.k.? Se essa política monetária muda por qualquer razão, eu tenho um problema. Isso não é matéria de reequilíbrio econômico-financeiro dos projetos. E por quê? Isso é risco do investidor, e não poderia ser diferente.

Então, a política monetária restritiva eu poderia concluir dizendo que ela é obviamente um desestímulo ao investimento como um todo, mas particularmente, pelas características, é investimento em infraestrutura. Estou me referindo aí, obviamente, à tomada de decisão do investimento no setor privado. A lógica do setor público, obviamente, é de outra natureza.

A política tributária tem dois pilares. Há uma longa e velha discussão sobre a reforma tributária, que já vem de anos. É algo que é muito fácil de falar, principalmente para quem está na academia, mas difícil de fazer, porque isso engendra conflito dos representantes legitimamente instituídos na sociedade, não apenas basicamente o Congresso Nacional, mas também os representantes do Poder Executivo, as associações de classe e tudo. É uma tarefa complexa. Obviamente, que há a crítica de sempre: de que o investimento poderia ter uma estrutura tributária menos pesada e, portanto, induziria o aumento do investimento produtivo.

Quanto à desoneração tributária, essa é uma discussão inconclusa, mas é um pouco diferente. Por exemplo, eu vou fazer um aeroporto no Município x. Eu engendro, como investidor, um fluxo de renda e riqueza naquela sociedade muito grande, por causa dos meus gastos. Eu demando bens, serviços e tudo. O ISS vai ficar igual? É justo? É um investimento que é único... Desculpe, único não, mas claramente determinado no tempo? Pode ser feita alguma coisa, pode ser feito um aperfeiçoamento? Eu sei que o ISS é no mínimo 2%, no máximo 5%. Mas é razoável você onerar um investimento em infraestrutura em uma situação como essa, por conta de uma estrutura tributária, do meu ponto de vista, injusta? Não é só isso. Estou dando o exemplo do ISS, mas há outros, o.k.? Há várias coisas a respeito disso: a questão do ICMS, a dos impostos... Os impostos federais menos, porque a maioria deles é imposto sobre a renda, mas os impostos sobre faturamento federais também poderiam estar nessa mesma discussão.

Aqui fiz um anexo, que não terei tempo para discutir: o custo de capital de contratos de concessão. Esse é um trabalho que fizemos há algum tempo e, implicitamente, ele sintetiza um pouco as discussões que vamos ter aqui – que eu passei muito rápido – a respeito dos impactos das diferentes políticas sobre a decisão de investir. Depois, a decisão sendo tomada, vem a execução do investimento e depois a administração, aí sim, dessa empresa que é detentora de um ativo que presta um serviço continuado ao setor privado.

Vou passar rapidamente, porque já estourei o prazo, e eu gostaria de deixar para reflexão dois pontos. Nós temos uma legislação única para PPP administrativa e patrocinada. Vamos desde o começo. As suas alterações, atualizações – a última foi em 2012, com relação à Medida Provisória nº 575 em lei. Mas elas ficam no mesmo instrumento legal. Talvez valesse a pena fazer uma reflexão sobre separá-las. Por quê? Porque são estruturas financeiras diferentes, são montadas pelo setor privado, são decisões de gastos que, portanto, são levadas na grande maioria a serem tomadas pelos mesmos fatores, mas um ou outro, não. É diferente o risco para o setor privado, em uma patrocinada da administrativa. E não é só para o investidor, é também para o órgão financeiro, quem financia, que assim trata.

A outra coisa é a questão do limite sobre a receita corrente líquida de 5%. Os entes subnacionais só podem comprometer até 5% da sua receita corrente líquida. Se não, não podem receber mais repasses voluntários da União, a União não dá garantia. É legítimo isso e tem a ver com o controle das finanças públicas e tudo. Começou com 1%, passou para 3% e agora é 5%. E a mim me parece que talvez valesse a pena uma reflexão um pouco maior, por exemplo, retirando das despesas que podem ser geradas a partir de uma PPP as despesas que já eram feitas.

Vou dar um exemplo. Eu faço um BRT. Eu faço um BRT no Município A e, por isso, deixo de fazer... Vou fazer uma PPP claramente patrocinada, uma parte o usuário vai pagar, a outra parte o poder municipal, neste nosso exemplo, vai pagar, e tudo entra no limite dos 5%. Toda contraprestação. Quando poderia ser feita uma coisa – e já existe uma discussão longa a respeito –, só o que aumenta a despesa pública. Isso porque o ente estatal, o ente público, o Poder Concedente, já paga o setor privado para operar as suas linhas de ônibus. Então, é um paradoxo. Você desestimula determinados entes a fazerem esse tipo de coisa, porque, senão, aumenta o limite de 5%. Ele bloqueia isso. Então, talvez mereça uma reflexão.

Outra coisa importante, que é uma inovação que a última edição da Lei da PPP fez, é a questão dos chamados aportes. O que é o aporte? Aporte é que você abriu a possibilidade de o ente público pagar, aportar dinheiro à SPE antes que o serviço seja disponível para a sociedade. Essa é uma inovação importante, mas não está claro para o setor público e, portanto, também para os investidores em potencial nesses projetos, se entram ou não no limite de 5% da receita corrente líquida. Cada Estado pensa de um jeito. Hoje em dia isso só afeta o Estado de São Paulo – a Linha 6, mais uma vez, a que eu me refiro. A interpretação que eles fazem, obviamente, é defensiva, mas talvez valesse a pena esclarecer esse ponto.

Por último, temos um problema de ordem formal. Eu, Estado, não posso dar o ICMS como garantia do meu fundo garantidor. Eu posso dar a contribuição da iluminação pública, no caso do Município; posso fazer com outras receitas, mas não de impostos. Talvez valesse a pena uma interação do Governo Federal com o Governo estadual, para que o Governo Federal dê essa garantia e o Governo estadual – como estou dando o exemplo do ICMS; portanto, refiro-me ao Governo estadual – dê uma contragarantia na própria arrecadação de ICMS. Com isso, ele consegue melhorar as condições da estruturação financeira, mitigando riscos e, portanto, a sociedade recebendo serviços a um preço menor.

Essas são as minhas considerações iniciais. Agradeço o tempo. É uma matéria fascinante e complexa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Muito obrigado ao Ministro Eduardo Teixeira, hoje dedicado à iniciativa privada como Sócio-Diretor da Creta Planejamento.

Passo a palavra ao representante da Advocacia Empresarial Dr. Vinicios Leoncio, Dr. Vinicios Leoncio, para sua explanação.

O SR. VINICIOS LEONCIO – Cumprimento a Mesa e, em especial, o Senador Fernando Collor pela oportunidade de discutirmos um tema tão indigesto que é a burocracia tributária brasileira.

Eu dediquei os últimos 23 anos em uma tentativa de consolidar a legislação tributária brasileira para que, uma vez visualizada, materializada, pudesse, então, refletir realmente o volume dessa legislação. Sempre falamos que a legislação é extensa, mas, na verdade, ninguém nunca viu essa legislação. Um *pen drive*, os arquivos etc. não refletem o que é a verdadeira legislação tributária brasileira.

Eu consegui concluir, depois de 23 anos e 2 meses de trabalho, este livro. Mas não consegui a consolidação total da legislação tributária brasileira. Eu trouxe este livro aqui a Brasília no dia 25 de março, com o apoio da Câmara Federal.

Faltaram ainda cerca de 420 Municípios cuja legislação eu não consegui ainda consolidar. Isso resultou, então, em um livro de 41.266 páginas, no formato de 2,10m X 1,50m com uma lombada de 2,16m, pesando 7,53 mil quilos. Aí estão apenas cerca de 92% a 93% da legislação tributária do Brasil.

Quando nós falamos em reforma tributária sempre questionamos a questão do tributo em si. Eu acho que o problema do contribuinte brasileiro, do investimento do empresário brasileiro hoje não é a carga tributária de 37% a 38% do PIB. A questão está no custo dessa burocracia que traz para o contribuinte o custo da incerteza. O empresário trabalha três, quatro décadas e um dia acorda e descobre que deve todo o patrimônio que demorou três, quatro décadas para ser auferido.

Essa questão do imposto único no Brasil, nós já tivemos essa experiência, que durou de 1734 a 1751. E, dentro daquele contexto, foi um imposto que não foi para frente, porque a forma tributária foi extremamente injusta. E, por volta de 1750, chegou-se à conclusão de que o imposto único não era definitivamente viável no Brasil. Após isso, outras tentativas foram levadas a efeito, mas nenhuma conseguiu realmente emplacar o projeto de imposto único no Brasil.

O meu estudo, a singela contribuição que eu tentei dar é especificamente no que se refere à burocracia. Eu não estou questionando se a carga tributária brasileira é alta ou não. Eu até acho que não é, porque não podemos querer, no Brasil, um serviço da Noruega, enquanto cada brasileiro paga, *per capita*, U$3,9 mil de tributos anuais e o norueguês paga U$25 mil. Então, é evidente que nós não podemos querer, com essa arrecadação *per capita*, o mesmo serviço que têm esses países que tanto citamos.

A burocracia está extremamente ligada à desonestidade de uma sociedade. Hoje, tecnicamente caminhamos no sentido de defender que a burocracia é que cria a desonestidade, e não a desonestidade que cria a democracia. O Ministro Hélio Beltrão já defendia essa tese no passado, no Ministério da Desburocratização.

Na medida em que eu crio um emaranhado de normas, provoco automaticamente uma transgressão dessas normas. O Egito é a administração pública mais antiga do mundo e está infernizada também em um processo burocrático do qual ele não consegue sair. Infelizmente, tudo que nós tivemos até hoje, em todos os modelos de administração, passamos por um processo extremamente burocrático. Até Cristo burocratizou: "Ninguém vai ao Pai, senão através de mim". Eu não posso chegar a Deus sem passar por ele.

Mas a verdade é que, de 1988 a 2011, foram editadas 4,3 milhões de normas no Brasil; 518 normas editadas por dia; 33 normas por hora. Isso, de forma geral, em todos os níveis legislativos. Somente na área tributária foram 275 mil normas. A maioria dessas normas legisladas pelo Poder Executivo, e não pelo Poder Legislativo. Este é um outro drama tributário: em matéria tributária, todo mundo pode legislar.

Então, o que ocorre com o drama legislativo tributário? É que nós temos cerca de 95% a 96% de normas editadas pelo Poder Executivo. Não são normas emanadas do Congresso Nacional. Então, isso faz com que nós tenhamos 33 normas criadas diariamente no Brasil sobre tributos – isso acontece todos os dias!

Cada empresa brasileira hoje tem que preencher 2,2 mil campos de formulários anualmente. Isso em 2014. O faturamento de uma empresa tem que ser informado 94 vezes. E em cada lugar, é um nome. Em um lugar, chama-se faturamento; em outro, receita; em outro, receita bruta. Enfim, não há consenso terminológico. E cada vez em que eu informo um valor desse errado, eu sou punido com multas astronômicas. Não são multas pequenas, temos multas que chegam a 40% do faturamento bruto anual de uma empresa. O regulamento, o ICMS de Minas Gerais... Eu venho de um Estado em que se diz que se soma a data na base de cálculo do tributo, porque é um Estado que historicamente está muito ligado às convulsões tributárias do Brasil, multas chegam a 40% do faturamento bruto, não por sonegação, mas porque se cometeu um erro de preenchimento de guia, o carimbo era do lago esquerdo e carimbou-se do lado direito; a tinta só vale se for roxa, a preta não vale! A burocracia tributária chega a esse absurdo!

Hoje, existem no Brasil 90 milhões de processo pendentes de julgamento. Desses 90 milhões, 30% envolvem questões tributárias. Se nós triplicarmos o número de juízes, desembargadores e ministros, não conseguiremos julgar esses processos. Um processo tributário demora em média 12 anos para ser julgado, para chegar-se ao fim do processo, à definição tributária, deixando o contribuinte nessa longa incerteza.

Um estudo do Banco Mundial analisou o quanto uma empresa brasileira gasta anualmente somente para atender à burocracia tributária. Em uma análise, com os 15 países mais burocráticos do mundo, uma empresa brasileira gasta 2,6 mil horas anuais. E isso não é custo para pagar o tributo, é custo para pagar reuniões, com tempo, com contadores, com advogados, com fiscal etc. O Brasil é líder mundial em burocracia, com 2,6 mil horas. A Bolívia vem em segundo lugar, com pouco mais de 1,1 mil horas. E nós analisamos que o Brasil é simplesmente quatro ou cinco vezes pior que o Congo, Camarões etc.

Quando nós analisamos com os 15 menos burocráticos do mundo é que também vemos que, dos 15 países menos burocráticos do mundo, a Noruega é o mais burocrático, tendo em vista que uma empresa norueguesa gasta apenas 80 horas por ano com burocracia tributária.

Analisamos com os 10 países mais pobres do mundo, os dez piores PIBs do mundo. Isso também nos traz perplexidade. Estamos pior do que Serra Leoa, do que Etiópia, do que o Chade, em termos de burocracia tributária. E muito pior! Somos cinco ou dez vezes mais burocráticos.

Dentro da América, é a mesma coisa. Estamos em um nível cinco, seis, até dez vezes superior a todos os países da América. Isso faz com que o custo da arrecadação tributária no Brasil seja três ou quatro vezes maior do que a dos países mais desenvolvidos. O Brasil gasta 1,3% do PIB para cobrar os seus impostos.

São 13 vezes mais do que a Noruega, porque esse emaranhado de leis causa incerteza no contribuinte, causa dificuldade do Fisco em arrecadar, o que vai desaguar no Poder Judiciário, com 30 milhões de processos pendentes de julgamento hoje, somente no âmbito tributário. Essa burocracia custa para as empresas brasileiras hoje algo em torno de 1,4% do PIB, R$43 bilhões por ano, somente para atender o lado em que o carimbo tem que ser batido na folha de papel!

E isso traz algumas consequências. O Brasil tem 713 mil advogados. O Brasil hoje forma 70 mil advogados por anos e apenas 32 mil engenheiros. Então, há alguma coisa errada dentro do procedimento. Eu sou advogado, nasci advogado. Se eu morrer e puder ser advogado de novo, serei. Amo a minha profissão. No entanto, há alguma coisa errada nesse procedimento. Nós estamos formando o dobro, o triplo de advogados do que de engenheiros. E nós sabemos que nós advogados somos grandes especialistas em produzir entraves burocráticos.

O Brasil hoje tem 1,24 mil faculdades de Direito, enquanto o resto do mundo tem 1,1 mil. Quanto à gravidade dessa falta de cientistas no Brasil, só a Toyota, em 2009, registrou mil patentes internacionais. O Brasil inteiro registrou 450 patentes a menos. A nossa produção científica está extremamente baixa, mas a nossa produção burocrática lidera com tranquilidade.

Quando nós criticamos... É muito fácil falar que a carga do Brasil é alta, mas nós temos de ter responsabilidade técnica, científica, matemática, de modo que não adianta eu tentar passar o ICMS para 10%, o Cofins para 3%, o PIS para 0,5%, porque eu não tenho respaldo técnico para isso. Não adianta tentarmos diminuir carga tributária. O que temos de fazer é diminuir déficit público, diminuir custo público, para depois podermos promover uma redução de impacto de carga tributária.

E quando comparamos a contribuição *per capita* de cada brasileiro, de cada americano, vamos ver que precisamos aumentar a nossa produtividade, e aumentar produtividade é um problema que passa por outras questões. Temos a reforma trabalhista. Com a nossa CLT, não conseguimos produtividade. Não há como! Há certos instrumentos dentro da legislação trabalhistas que são verdadeiros entraves.

Eu tenho dois motoristas de ônibus. Um passa pelo quebra-molas a 80km por hora com 80 passageiros; o outro não faz isso, mas eles têm de ganhar de forma igual. Nós não privilegiamos a produtividade. Essa equiparação salarial, a meu ver – e não sou um especialista no ramo trabalhista; sou um aprendiz de advogado tributarista apenas –, mas nós passamos por outras grandes necessidades de reforma.

Quando nós analisamos, o Brasil editou nos últimos 14 anos três grandes programas de parcelamentos tributários: o Refis, o Paes, o Paex e, agora,o chamado Refis da Crise, em 2009. Esses números precisam ser muito refletidos por V. Exªs. Todos os parcelamentos que o Brasil editou nenhum deles foi suficiente para arrecadar mais do que 3%, 3,5% do Estoque de Dívida Tributária. O Estoque de Dívida Tributária da União hoje está em torno de R$1 trilhão. Ou seja, toda a sociedade, somente em termos de impostos federais, deve R$1 trilhão para a União. Desse R$1 trilhão, ela consegue receber apenas 2% ou 3%.

Agora, como quem está do outro lado da mesa faz essa leitura? Como nós fazemos essa leitura?

Primeiro, a União não quer receber seus créditos, porque, se realmente quisesse receber os seus créditos, editaria normas claras, que permitissem às empresas manter seus parcelamentos, porque, hoje, com relação à última lei que foi editada, a Lei 11.941, eu preciso de um especialista em cada artigo dela. Nenhuma empresa consegue aderir àquele parcelamento. É impossível. Não é uma lei técnica, não é uma lei objetiva, são legislações editadas para que a empresa faça a adesão ao programa de parcelamento e, logo em seguida, seja excluída do programa, e, aí, aquele estoque de dívida tributária, aquele R$1 trilhão, só estamos aumentando.

O que pensamos como alternativas de minimização dessa burocracia tributária? Nós temos hoje, no Brasil, 5.670 códigos tributários municipais. Os senhores não têm noção do inferno que isso traz para as empresas no dia a dia. Quem me fizer a pergunta: "Tenho uma empresa sediada em Brasília, uma filial em Goiânia e presto um serviço em Tocantins, onde pago ISS", eu não sei. O certo é pagar nos três lugares, porque as três prefeituras vão cobrar. Então, a segurança é essa. Por quê? Porque, constitucionalmente, os Municípios podem supletivamente legislar em matéria tributária da competência dele. Como o ISS é da competência dele, eu tenho uma norma federal, que é uma lei complementar, que rege todo o ISS no País. No entanto, eu tenho isoladamente cada Município com um código tributário municipal, e isso inferniza a vida das empresas, principalmente as empresas de grande porte, que trabalham em vários Municípios.

Outro dia eu estava discutindo isso com um departamento tributário de uma empresa que opera em cerca de cem Municípios. Eles têm hoje mais de 200 pessoas envolvidas somente para descobrir onde é que paga o ISS, porque de Direito Tributário, no Brasil, hoje, quem falar que entende ou é gênio, ou é mentiroso. E eu não conheço nenhum gênio.

Bom, caminharmos para a edição de apenas um código tributário estadual, porque isso é um outro problema. Nós temos 27 legislações estaduais. O caminhão que sai do Rio Grande do Sul para ir para Belém tem que entender de seis legislações estaduais, porque cada um exige que bata o carimbo na nota de um lado e de uma cor, porque é sempre por isso. Não é o pagamento do tributo em si, é a questão de saber onde se bate o carimbo no papel. Com esses dois pontos, se conseguíssemos consolidar as duas legislações, a estadual e a federal – e essa municipal é possível fazer sem quebra da autonomia municipal, porque os Municípios continuam com o poder de fiscalizar e arrecadar – somente com uma legislação federal tratando do assunto, reduziríamos em torno de 87% a burocracia tributária.

Criação de uma estrutura judiciária especializada em tributos, porque hoje o que acontece? Os juízes julgam de tudo: de briga de cachorro, de separação, de homicídio, de facada, de tiro, inclusive, de PIS, Cofins e ICMS. É humanamente impossível o Poder Judiciário ter conhecimento de matéria tributária, principalmente fora das capitais, onde não há varas especializadas em tributos.

Instituição de parcelamentos simplificados, com leis claras, objetivas e que realmente queiram resolver o problema desse R$1 trilhão de estoque de crédito tributário da União.

Uma maior proximidade do Fisco com o contribuinte. O Fisco é muito distante do contribuinte, e, aí, não o contribuinte empresário, que é cercado de grandes assessorias, mas o cidadão comum. O Fisco tem que falar com o cidadão. O Fisco tem que transmitir para o cidadão o que é certo e o que é errado, e não apenas mandar-lhe um auto de infração depois.

E a exigência de técnicos específicos dentro do sistema de fiscalização, principalmente da Receita Federal. Hoje, sabemos que, para ser auditor de tributos federais basta ser graduado em um curso superior, o que, na prática, traz enormes problemas, porque nós temos pessoas fora da área, fora do âmbito científico contábil analisando sistema contábil de empresas. Então, eu pego pessoal da área de saúde fazendo auditoria contábil, e o problema é gravíssimo, a lambança é muito grande.

Então, com essas considerações, eu encerro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Obrigado ao Dr. Vinicios Leoncio, representante da Advocacia Empresarial Vinicios Leoncio.

Passo a palavra ao Dr. Márcio Holland de Brito, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

O SR. MÁRCIO HOLLAND DE BRITO – Boa noite a todos.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de cumprimentar o Presidente, Senador Fernando Collor, ao qual desde já agradeço o honroso convite para estar aqui debatendo com os senhores sobre questão relevante como o é a discussão de investimentos em infraestrutura.

Eu gostaria de cumprimentar o Eduardo Teixeira, o Vinicios, bem como os jornalistas, a assessoria, os demais Senadores e presentes nesta reunião.

Eu fiz uma apresentação, tentando dar um sentido à importância desses investimentos de infraestrutura no Brasil, ao que se pode chamar de condicionantes e requisitos, ao que estamos fazendo e ao que temos feito nos últimos anos nesta direção. Basicamente esse o teor da apresentação, que, provavelmente, vai dialogar com questões de conjuntura, com questões de macroeconomia, bem como com questões de investimento, de fomento ao investimento, com questões associadas às chamadas demandas da sociedade, porque investimento em infraestrutura movimenta tudo isso. É um dos mais espetaculares investimentos que uma sociedade pode promover ao longo dos anos.

Primeiro, coloco uma pergunta: por que estamos tão obstinados, por que desejamos tanto e por que investimento em infraestrutura é tão importante no Brasil?

Eu gostaria de ficar rouco de repetir algumas frases aqui. E é bom que tenhamos essa obstinação com esse assunto, do qual vou tentar demonstrar a importância.

O primeiro deles é o elevado efeito multiplicador de renda dos investimentos em infraestrutura. Provavelmente um dos maiores multiplicadores de renda e investimento...

Perdoem-me. O Dr. Eduardo já pediu desculpas pelas expressões de economês, mas tenho de usá-las obrigatoriamente e assim o farei.

De qualquer forma, aqui há uma ideia bem geral: para cada um real de capital investido em infraestrutura há uma média de R$3,00 a R$3,50 na economia, na renda nacional. É um dos maiores multiplicadores de investimentos que temos em comparação com outros setores da economia. Eu não vou citar nenhum setor,

mas se consideramos um setor de atividade econômica industrial, o multiplicador pode estar em torno de 2, 2,5, 2,7, e o de investimento em infraestrutura, em torno de 3, 3,5, o que é indicador muito grande. Tem o efeito de eliminação de gargalos em geral, de redução de custos, conhecido por todos aqui.

Em geral, os investimentos em infraestrutura são muito atrativos e muito rentáveis; talvez, pouco líquidos, como dito pelo Dr. Eduardo, mas é uma combinação. Às vezes um investimento muito líquido tem o que a gente chama de *duration* de zero dia, ou seja, ele é para hoje ou ele é para amanhã. E é bom que ele seja pouco líquido, porque ele tem um casamento com poupança de longo prazo, ele tem um casamento com alongamento de títulos da economia, ele tem um casamento com alongamento de papéis em geral, seja do lado dos ativos ou do lado dos passivos de instituições financeiras e não financeiras da economia. Estamos falando de um país mais alongado, mais ou menos assim, que não se preocupa com o que acontece amanhã ou depois de amanhã em uma mesa de tesouraria.

Então, em geral, eles são muito atrativos porque, em geral, estamos falando, em grande parte, de investimentos que envolvem 20, 30, 35 anos. E, se já há demanda, e demanda crescente, é mais ou menos como se fosse realizar o investimento ciente de que você tem cliente no dia seguinte à porta esperando o produto. Investimento em infraestrutura no Brasil é isto: é mais abrir um boteco com uma fila de pessoas esperando para você abrir a cerveja e servir a coxinha no mesmo dia.

Com concessões acontece, o que é mais interessante ainda, porque, obviamente há um maior envolvimento do setor privado. E, ao haver maior envolvimento do setor privado, nós temos maior envolvimento de *expertise*, de *know-how*, de filosofia do setor privado na gestão dos investimentos em infraestrutura, o que é muito importante, sem pressões ou sem comprometimentos excessivos de custos em termos de Orçamento Público Federal.

Há estudos sobre a importância dos investimentos em infraestrutura, por exemplo, na Europa, que está passando por uma discussão sobre a recuperação após a grande crise de 2008. E esses estudos mostram que, se os governos europeus em geral, de vários países da Europa, se dedicassem a fazerem investimentos em infraestrutura do orçamento, recuperariam, em um intervalo de tempo muito curto, a arrecadação gerada por aquela despesa e isso se compensaria no tempo. É uma forma inclusive de a Europa tentar resolver problemas de recuperação da atividade econômica em alguns países, sem grandes pressões do lado fiscal, que é o problema que aqueles países vivem.

Entre outros, estamos falando de um investimento que promove o desenvolvimento de mercado privado de crédito e de capitais de longo prazo no País e que estimula a poupança privada de longo prazo, estimula o que chamamos *balance sheet*, alongam-se as estruturas de balanços no País em geral.

Obviamente não estou querendo ser exaustivo nessa discussão. É só uma ideia geral. Poderíamos ficar aqui a reunião toda discutindo por que é tão importante investir em infraestrutura.

A segunda consideração que eu gostaria de fazer tem a ver com o fato de se temos as condições para tais investimentos no Brasil. Acho que a boa notícia é que o Brasil tem hoje todas as condições necessárias, requeridas para se fazer amplos, compreensivos e diversificados investimentos em infraestrutura. Estou falando em investimento em infraestrutura logística, diversificada, energia, segurança, de provisão, de insumos em geral para atividade econômica. A lista aqui também não é compreensiva, mas ela passa desde um ambiente macroeconômico de estabilidade. Nós temos mercados de crédito – eu vou mostrar para os senhores o que significou a Lei de Debêntures Incentivadas no Brasil, aqui citada pelo Dr. Eduardo. Tenho dados atualizados sobre isso, como nós, com um pouco de atitude, um pouco de ação, desenvolvemos um mercado como esse.

Geralmente tem atratividade de *players*. Eu não preciso falar que o Brasil está figurando entre os cinco países – em quarto, terceiro, quinto, conforme o ano – que mais recebem investimentos diretos estrangeiros no mundo. Independente da crise internacional, temos recebido na ordem de 65 bilhões de investimentos diretos. O Brasil é um país importantíssimo hoje como captador ou receptor de investimentos diretos estrangeiros. Recebíamos entre 2% e 2,5% dos investimentos diretos externos totais do mundo; passamos, em poucos anos, a receber 4,5%, 4,6% de todo o fluxo de investimento direto mundial. É um país com segurança jurídica, estabilidade política, democracia, em que a sociedade faz diálogos francos em seus vários níveis e com o Governo Federal, com Poder Legislativo e o Poder Judiciário. Ao mesmo tempo, como já falei, são projetos atrativos.

Obviamente nós temos demandas. Vou listar aqui alguns exemplos da quantidade de demanda já existente e alguns exemplo de potencial de demanda, o que torna esses projetos altamente atrativos. É quase um caminho sem volta investirmos, ano após ano, cada vez mais em infraestrutura no Brasil.

Quando a gente fala em investimento em infraestrutura, eu separaria basicamente em duas grandes dimensões. Nós estamos falando, antes de mais nada, Senador, em atender a demanda da sociedade por serviços de qualidade. Acho que esse é um ponto essencial. Cada investimento em infraestrutura significa melhores serviços, serviços de melhor qualidade. A cada real, a cada centavo gasto ali, temos uma qualidade melhor de

um serviço associado à infraestrutura em transportes, em aeroportos, em rodovias, em ferrovias, em portos, em geral, na economia.

Eu dividiria em duas dimensões: do lado do trabalhador ou da família, e do lado das empresas. Do lado do trabalhador, o investimento em infraestrutura melhora a vida do trabalhador, em termos de mobilidade urbana, habitação, saneamento. A gente fala em investimento em infraestrutura sempre pensando em investimento e sempre pensando do lado da empresa, mas a vida do trabalhador melhora imediatamente após o início de um projeto de investimentos em infraestrutura não só pelo emprego gerado como também pela qualidade do serviço prestado a partir daquele novo investimento. Isso é visível, é observável, é palpável. Do lado das empresas melhora, certamente, ao reduzir custos, a gente fala em economia para facilitar, a gente fala em custos de transação, para falar sobre qualquer outro custo que esteja associado. É muito comum associar investimentos em infraestrutura a custos de transporte, porque ele é mais físico, mais observável, mas há uma série de outros custos estão sendo mitigados, reduzidos, quando há investimento em infraestrutura, como desperdícios. No Brasil, que está para 200 milhões de toneladas no Plano Safra anunciado hoje, nós temos necessidade de reduzir custos, inclusive com a redução de desperdício no escoamento da produção, assim como há o custo em si da produção, o custo de transporte de insumos em geral. Certamente, ao movimentar, com investimento em infraestrutura em aeroportos, portos, entre outros, aumenta-se substancialmente a integração comercial do País, até pela competitividade do País como plataforma de importação ou exportação. Então, esse é um ponto importante.

Falando rapidamente sobre as condições que temos, se vocês observarem, verão que a primeira delas é que o Brasil tem recuperado taxas ao longo do tempo. Acho que vale a pena uma qualificação aqui: quando a gente está falando de investimento em infraestrutura, estamos falando de macroeconomia, talvez seja importante separarmos o que a gente chama de componentes cíclicos de curto prazo, movimentos, como, por exemplo, agora o processo de normalização da política monetária americana, que se iniciou em maio do ano passado, em dezembro, iniciou um ciclo de redução de retirada dos estímulos e, em janeiro, picos de volatilidade dos mercados financeiros em geral. Mas esse não é necessariamente o horizonte de tempo do investimento em infraestrutura; talvez haja o retardo de um dois, três, alguns meses naqueles investimentos. Em sendo lucrativo, em sendo rentável, em tendo demanda, assim que esse horizonte de curto prazo se suaviza, o projeto de investimento volta, o projeto de financiamento volta, o projeto de emissão de uma debênture associada volta imediatamente após.

O que nos interessa é observarmos os ciclos da economia brasileira, muito mais em uma perspectiva de médio e longo prazo. O Brasil tem recuperado taxas de crescimento a taxas crescentes, que havíamos perdido nos anos 80, na chamada década perdida. O Brasil começou a recuperar taxas de crescimento maiores. Todo mundo sabe que passamos por uma crise em 2008, com prolongamentos em 2012 e em 2013; agora, estamos em fase de recuperação global. Todos nós sabemos que essa recuperação global está acontecendo de forma moderada; em alguns casos mais para modesta; em alguns casos com velocidade maior; e outros com velocidade menor. Ou seja, a velocidade dessa recuperação não é igual no mundo, mas o mundo está em processo de recuperação, está passando por um processo de normalização de suas políticas econômicas, e o Brasil está recuperando esse *drive* de crescimento que é o mercado internacional lentamente. Então, o crescimento econômico brasileiro está vindo nesse processo.

Outro dado importante é que o Brasil já vem realizando investimentos. Certamente todo mundo sabe que a taxa de investimento no PIB é aquela combinação entre máquinas, equipamentos e construção civil. O Brasil tem crescido a sua taxa de investimento ano após ano. Ano passado, para se ter uma ideia, o investimento cresceu 6,3%, com o PIB crescendo 2,3%. O item máquinas e equipamentos no ano passado apresentou um crescimento de 10,2% contra 2,3% da construção civil. Então, os 6,3% é uma combinação de máquinas e equipamentos com construção civil ou, se preferir, com infraestrutura, no sentido mais geral. Então, o Brasil tem realizado investimento; o investimento tem crescido acima do consumo e do PIB no Brasil.

O que acontece – e as estatísticas são claras quanto a isso, e eu poderia apresentar várias estatísticas em relação a isso – é o investimento em infraestrutura e construção civil no Brasil, que poderia ter sido ainda maior e tem sido cada vez maior, e o Governo tem realizado políticas de incentivo nessa direção, especialmente a partir do PAC em 2007, PAC 2, em 2010, o PIL (Programa de Investimentos em Logística), em 2012, e o que temos aí pela frente em investimentos em infraestrutura.

Vou pular este eslaide.

Outro item, a estabilidade monetária é fundamental, sem dúvida nenhuma. E a trajetória é muito clara, olhando em termos de tendência. Eu gostaria de convidá-los a pensar sempre em termos de tendência para falarmos em investimentos em infraestrutura.

Projetos de investimentos de 20, 30, 35, 40 anos e não projetos de investimentos de meses, dias ou de um ano para outro. Estou falando de um grande volume de investimento que envolve uma concessão, o uso de uma atividade econômica por um longo período de tempo.

O que você pode observar é isso: temos obtido um resultado em termos de controle inflacionário nos últimos anos extremamente importante. A inflação não só caiu, mas tem-se mantido relativamente estável e nós estamos com esse controle do quadro inflacionário brasileiro.

O outro é o lado fiscal. A despeito da crise internacional – vocês têm repercutido isso e eu tenho observado isso no Brasil e em várias matérias, os jornais têm mostrado –, a dívida bruta mundo afora tem crescido muito. Na Europa, em vários países chegou a dobrar; em outros países aumentou 30%, 40%, 50% do PIB. No Brasil, o deslocamento da dívida bruta em relação ao PIB no período da crise foi em um nível relativamente muito pequeno perto do que temos de experiência internacional. E a trajetória tem sido de redução do endividamento líquido, independente dessas adversidades, como se pode observar nas barrinhas verdes, no Brasil. E as bolinhas se referem à dívida bruta, que tem, após esse ciclo de ajustes da dívida bruta por conta certamente de políticas fiscais anticíclicas e importantíssimas para mitigar as adversidades e os efeitos adversos da crise, que já apresenta uma trajetória de estabilidade e redução.

O outro diz respeito à chamada demanda. Quando se fala em investimento é preciso ter demanda ou demanda potencial existente e prospectiva. Não se faz investimento sem uma demanda prospectiva. A oferta e demanda caminham juntas nesse processo.

Eu vou citar apenas dois ou três números só para vocês terem uma ideia do quanto o Brasil tem de crescimento de demanda por serviços associados aos investimentos em infraestrutura. Muitos já conhecem esses números.

O tráfego aéreo brasileiro, por exemplo, em 2002, era da ordem de 35 milhões de passageiros/ano. Hoje está em torno de 111 ou 112 milhões de passageiros/ano. E o setor tem nos informado que, até aproximadamente 2020, estes 111 milhões de passageiros/ano deve passar de 200 milhões de passageiros/ano. Ou seja, quando falo em investimentos em aeroportos no Brasil, estou me referindo a investimentos com uma demanda preparada, pronta e crescente no tempo.

Outro exemplo é a safra de grãos. Para homenagear o dia de lançamento do maravilhoso Plano Safra anunciado hoje, tivemos um incremento substancial da safra agrícola brasileira indo para mais de 190 milhões este ano e para mais de 200 milhões na próxima safra.

A conta corrente que é exportações mais importações, que é aquilo que a gente precisa de portos, somava algo em torno de US$100 bilhões/ano – é o último número –, e já passa de US$450 bilhões/ano de movimentação, que depende de portos e, em muitos casos, de aeroportos, porque parte desses transportes são cargas aéreas, cresceram mais de 340%, com uma tendência de crescimento ainda muito maior. E note que nós estamos adicionando ali períodos de crescimento em que o comércio mundial está reduzindo a sua taxa de crescimento de 2008 para 2013. Está saindo de 10 ou 12% de crescimento anual para 2,5% de crescimento de comércio mundial. O comércio está se apertando, está se esmagando nesse período.

E o volume de comércio exterior brasileiro está aumentando nesse período. E a demanda por serviços de portos e aeroportos está aumentando. Imaginem com o comércio mundial voltando a crescer ainda mais nos próximos anos, nessa fase da recuperação das economias mundiais.

Quando se fala em investimento, tem que haver demanda, mais uma vez – vou acelerar esta parte –, nós temos uma classe média brasileira. Nós somos um País de classe média. No Brasil, em 2003, a classe C representava mais ou menos 37% da população; hoje, projetando-se os dados do IBGE para a população brasileira, já representa 60% da população. Uma classe que está demandando, agora, serviços de mobilidade urbana, transportes, infraestruturas diversas, de telecomunicação, de tecnologia de informação e comunicação, entre outros. Então, essa população está aí, demandando isso.

E o que estamos fazendo?

Nós temos uma visão muito clara da importância desses investimentos, tanto é que o Brasil já iniciou esse ciclo. Se eu tivesse tempo, obviamente, eu poderia elaborar mais: por que não muito antes? Mas, em 2007, nós iniciamos o PAC, e os resultados do PAC foram muito claros em termos de resultados de importância.

Anunciamos o PAC 2 – nós, o Governo Federal brasileiro – em 2010, e os números do PAC 2 mostram, mais uma vez – eu tenho aqui alguns exemplos numéricos –, que ele supera ainda mais o PAC 1. Nós investimos, ano após ano, cada vez mais em relação ao que nós projetávamos antes. Só para ter uma ideia, o último dado do balanço do PAC é de dezembro do ano passado, quando foi feito o nono balanço, em fevereiro deste ano. Nós temos aí um balanço vindo agora, no próximo mês, atualizado. O PAC 2, em três anos – 2011, 2012 e 2013 –, tinha, naquele período, superado em 25% a execução de todo o PAC 1. Então, anos após ano, os investimentos de infraestrutura estão acontecendo.

Considerados o crescimento de investimentos em capital humano – os investimentos no MEC, o orçamento do MEC já passa de R$110 bilhões por ano –, combinados com investimento em inovação, com setores estratégicos com investimentos que vocês conhecem muito bem, como o plano de negócios da Petrobras para petróleo e gás no Brasil, nós temos aí uma combinação muito interessante para os próximos anos, em termos de crescimento com investimento em infraestrutura, com inovação, com incremento de melhora dos recursos humanos no Brasil, que é o capital humano, pela educação. O MEC teve um crescimento de orçamento nesse período de tempo, e o nível de escolaridade no Brasil, nesse período de tempo, já aumentou de forma relevante. Ou seja, já se gerou resultado importante.

Aqui é só para vocês terem uma ideia – esse dado eu poderia considerar até abril, meados de abril; a atualização é um pouco mais complicada –, de qualquer forma, só os investimentos previstos mais recentes, dentro do plano de concessões, ou, se você preferir, os investimentos associados às concessões mais recentes – 2011, 2012, 2013 – já representam R$153 bilhões. Quando se projetam todos esses investimentos em concessões para 2014 – não estou falando do PAC, estou falando somente do PIL (Programa de Investimentos em Logística) –, nós podemos chegar a R$265 bilhões neste ano. Em poucos anos, um resultado muito interessante em concessões em rodovias, aeroportos, mobilidade, tecnologia de comunicação, portos – na verdade, são terminais privados, estações de transbordo de carga em geral.

Do outro lado, há a perna *funding:* fomento ou financiamento para investimento em infraestrutura, que não é algo trivial, porque nós estamos falando de investimento de longo prazo, portanto, financiamento voltado para o longo prazo. Por isso mesmo, nós desenvolvemos, no final de 2011, a Lei nº 12.431, que passou a ser chamada a Lei das Debêntures, ou Debêntures Incentivadas, justamente voltadas para o financiamento nessa área de infraestrutura.

Só para vocês terem uma ideia, nós aprovamos no final de 2011 a Lei nº 12.431, tivemos que trabalhar, em 2012, para fazer uns retoques legais, para dar segurança jurídica a qualquer praça de advocacia internacional. Então, na jurisdição de Nova York, ao ler a lei, poder-se-ia observar toda a segurança legal. Fizemos um trabalho nesse sentido, e aperfeiçoamos essa lei através da Lei nº 12.417, de setembro de 2012.

Portanto, em curto intervalo de tempo, de 2012 até agora, já temos portarias autorizativas envolvendo Capex da ordem de R$152 bilhões, só nesse período, envolvendo debêntures incentivadas no Brasil. Como se cria, fácil e rapidamente, mercados nessa área, no Brasil.

Essa é a demanda a que estou me referindo. Não sei se está claro. É a demanda por serviço, por instrumentos financeiros, aplicações financeiras. Só para se ter uma ideia, a maioria dos portadores dessas debêntures são pessoas físicas no Brasil. Isso é importante dizer.

As debêntures, propriamente ditas, o volume de emissão – dados para maio deste ano – já totalizam R$2,6 bilhões. O Capex envolvido nessas debêntures são, no total, de 2012 para 2014, de R$152 bilhões.

Isso, em curto, muito curto intervalo de tempo econômico. Aqui, temos tanto um professor de Direito quanto o pessoal formado em Economia, que pode concordar comigo que é um tempo muito curto para a vida econômica para se gerar isso, em período de estresse internacional, adversidade nos mercados de capitais, volatilidade no mercado de ativos, em geral. E fazemos esse trabalho todo em alinhamento, o tempo todo, com aquilo que, realmente, dá segurança jurídica ao emissor e ao investidor, residente e não residente.

Isso é só para lembrar o que temos no *pipeline* em termos de projeto, de investimento, em várias áreas de infraestrutura no Brasil. Acho que vocês já conhecem bem esse material. Estamos falando em investimentos desde a melhoria das condições de vida do trabalhador, que é mobilidade, saneamento, em geral, para a melhoria da vida das empresas no Brasil.

Aqui, isso se refere a dados do PAC 2, para dizer que também temos investimentos do PAC, que são muito importantes. O total já executado do PAC já beira R$773 bilhões em fevereiro deste ano. Em dezembro do ano passado, já tínhamos executado 76% do previsto para dezembro deste ano, o que é de conhecimento dos senhores, mas não custa recordar.

Ou seja, os investimentos estão acontecendo em infraestrutura no Brasil. O Minha Casa Minha Vida é só um *case* do tamanho do significado disso, porque quando se fala em melhoria de vida do trabalhador, fala-se em mobilidade urbana, habitação, saneamento. Estamos falando de um programa que já desembolsou R$38 bilhões e já tem, de financiamento contratado, R$75 bilhões. É um grande programa de habitação, sem dúvida nenhuma, beneficiando mais de 3,7 milhões de famílias no Brasil até o final deste ano.

Os investimentos públicos, ali no orçamento, continuam crescendo no Brasil, de R$6 bilhões, em 2003 para R$73,8 bilhões, em 2014, previsto para este ano. Tudo isso porque acreditamos que é preciso manter a taxa de crescimento, em média, em algo em torno de 7% ao ano. Quando se fala em 7% ao ano, não se fala em estabilidade, em taxa constante, todos os anos, de crescimento no investimento. Acreditamos nos ciclos econômicos, nos ciclos de negócios. Isso aí é uma média. Quando alguém questiona – estou vendo um erro ali: em

2013, a taxa de investimento cresceu 6,3% e não 6,2%, como está ali; amanhã eu acerto isso com o estagiário –, mas, de qualquer forma, estou vendo ali também a média aritmética de crescimento, 6,1%, poderíamos usar a média geométrica, que dão 5,9%, para ficar bem rigoroso aqui, para dizer que, 5,9% ou 6,1%, qualquer que seja a média, esse tem sido o crescimento médio anual brasileiro nos últimos anos.

Portanto, crescer 7% ao ano nos próximos anos é bem factível com tamanha vontade e determinação. Se crescemos em torno de 6% ao ano nos últimos anos sob um ambiente de crise internacional, imaginem o que podemos fazer nesse ambiente de recuperação dos ciclos econômicos mundiais! É por isso que acreditamos que é possível e estamos fazendo todos os esforços e trabalhando rumo a um crescimento do investimento, de modo a obtermos uma taxa de crescimento no PIB da ordem de 24% do PIB nos próximos anos no Brasil, pois é isso que dá sustentação a um crescimento de longo prazo, que aumenta a capacidade de oferta, que desloca o produto potencial, e, ao mesmo tempo, nós estamos falando em ganhos de produtividade, aumento de competitividade da economia, redução de custos, melhoria de bem-estar social de toda a população brasileira.

Desculpe-me, Senador, se eu me alonguei ou se utilizei o tempo extra, mas acabou de zerar ali. Eu agradeço muito a oportunidade. Desculpe-me pela correria, mas somos obstinados por este assunto. Agradeço o convite.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Muito obrigado ao Sr. Secretário Dr. Márcio Holland de Brito, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Estão chegando algumas perguntas, que passo aos senhores.

Estas duas são para os três convidados.

A primeira delas:

> *"Acerca do financiamento da infraestrutura, o BNDES tem exercido um papel relevante, ainda que contestado, devido aos subsídios anuais de cerca de R$12 bilhões. O que pensam V. Sªs acerca do papel que deveriam exercer o mercado de capitais e o de crédito privado no financiamento à infraestrutura?"*

Passo a palavra ao Ministro Eduardo Teixeira, para dar a primeira resposta, e, em seguida, ao Dr. Vinícios e ao Dr. Márcio.

O SR. EDUARDO TEIXEIRA – Eu tenho dificuldade de ver esse tamanho de subsídio que está na pergunta, de R$12 bilhões. Eu não conheço esse cálculo. Mas o papel do BNDES é decisivo. Ele acelerou seus desembolsos ao longo dos últimos anos. Em 2008, por exemplo, no auge da crise, estava em R$90 bilhões, no ano passado foi para R$190 bilhões. Sem ele, certamente, a superação da crise, em que o Brasil foi tão exitoso, teria sido, no meu ponto de vista, impossível.

O que muito se discute é a forma como o BNDES está recebendo recursos, por parte do Tesouro Nacional, que são empréstimos, operações, para cumprir essa obrigação estratégica que ele tem hoje. O que se poderia discutir é se esses empréstimos fossem convolados em aumento de capital. Isso ficaria mais claro na contabilidade pública, mesmo porque teria que passar pelo Orçamento da União, se isso acontecesse.

Agora, o BNDES é crucial. Inclusive a expansão dessas suas operações tem uma dinamização com a própria parceria com o setor financeiro privado, seja com os bancos operando como agentes indiretos de algumas dessas operações estruturadas, as maiores, inclusive aeroportos, mas também porque ele é um grande sustentáculo da emissão das chamadas debêntures de infraestrutura, como bem mencionado pelo Secretário Holland, e tem uma interação do público com o privado também no sistema financeiro. Isto é importante. É muito relevante o papel do Banco. Eu sou absolutamente defensor do papel do BNDES, inclusive na quadra atual.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Muito obrigado.

Dr. Vinicios Leoncio.

O SR. VINICIOS LEONCIO – É inquestionável o papel do BNDES na economia, principalmente nesses períodos de crise de 2008 para cá. Agora, uma questão precisa ser bastante refletida, porque, como alertou o Ministro, a origem dos repasses do BNDES é através de captação de recursos no Tesouro Nacional. E essa origem só virá através de aumento de carga tributária, porque é o único caminho.

E essa carga tributária está chegando vagarosamente, essa majoração de carga tributária. Nós sabemos que temos aí pela frente a tributação da distribuição de lucros das empresas, que, possivelmente, a partir de 2015, já devem ser tributado. Então, acho que a questão para refletir é: de onde estão vindo os recursos do BNDES para os subsídios? Eles vêm do empréstimo do Tesouro que, por consequência, virá de aumento de carga tributária.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Dr. Márcio Holland de Brito, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

O SR. MÁRCIO HOLLAND DE BRITO – Bem, se entendi a pergunta, eu penso que tanto o BNDES quanto o mercado privado de crédito e o mercado de capitais são complementares na estrutura de financiamento da economia brasileira. Então, há uma complementariedade muito importante. Tanto pelo fato de que o mercado

privado de crédito se desenvolve, em grande parte, até com recursos do próprio BNDES, que são repassados via rede de sistema privado, quanto pela sua interação em várias estruturações financeiras, como aqui já colocaram. E um não exclui o outro. O desenvolvimento de um e o exercício do financiamento por parte de um não exclui o por parte do outro, até porque eles atuam em complementariedade.

Destacada aqui a participação maior do BNDES no período da crise. Quando se observa o crédito direcionado, percebe-se que ele cresce no período da crise em relação ao crédito privado, que recolhe no período da crise. Todos nós sabemos que crédito privado é muito sensível a situações de crises internacionais, de confianças internacionais dos agentes, e o BNDES cumpriu um papel extraordinário nesse período, mantendo as taxas de investimento, mantendo o emprego, mantendo a produção, mantendo a média de crescimento da economia brasileira nesse período.

Quando se fala em subsídio – eu sei bem dessa questão, porque a minha Secretaria é que calcula todos os subsídios, creditícios e financeiros, implícitos, explícitos, e encaminha para a sociedade, publica, torna público; na página da minha Secretaria, há essa divulgação –, refere-se a custos; nós não falamos de benefícios. Então, R$12 bilhões que sejam de custos de subsídios do BNDES para um volume de investimento desse que movimenta a produção de máquinas e equipamentos no Brasil – eu me refiro a máquinas agrícolas, rodoviárias, ferroviárias, linha amarela, retroescavadeira, motoniveladora, colheitadeira; eu me refiro a máquinas da indústria seriada, da indústria não seriada –, ou seja, eu estou me referindo a um crescimento de 10% no ano passado na indústria de máquinas no Brasil, de crescimento de acordo com as cotas nacionais do IBGE. Portanto, acho que... E a taxa de desemprego no Brasil, que saiu de percentuais bem elevados para ordem de 5%, sustentada inclusive por conta desses investimentos realizados através de financiamento do BNDES.

Então, se eu fosse calcular o benefício desse custo, provavelmente, o benefício seria imensamente maior do que esse custo.

E nós temos o desafio de trabalhar nesse sentido de ter metodologia para mensurar benefícios dos recursos ou dos empréstimos do BNDES para a sociedade. Mas, de qualquer forma, o que nós temos é que o BNDES e o mercado privado têm se desenvolvido em conjunto no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Ministro Eduardo Teixeira, algum complemento às respostas?

O SR. EDUARDO TEIXEIRA – Só três pontos.

Essa questão do subsídio é sempre associada a despesas do Tesouro e, portanto, uma ameaça à sanidade fiscal.

É importante ressaltar o seguinte: esse fluxo de financiamento, ao sustentar a recuperação da economia brasileira e impedir – vamos falar francamente – que, no Brasil, fosse reproduzida, como em outros países, uma crise de proporções grandes, ele engendra, ao sustentar esse processo, um fluxo de recebimentos por parte do próprio Poder Público, seja ICMS, seja ISS, seja Imposto de Renda, seja PIS, seja Cofins. De outra maneira, essas receitas não seriam auferidas pelos diversos entes públicos. Portanto, essa conta é uma conta muito complexa, e eu fujo um pouco desse debate, normalmente, porque considero um pouco simplificador. E em economia, a gente aprende, ainda no primeiro semestre de faculdade, que, quando o cara simplifica, ele está escondendo; ele está escondendo alguma coisa e a gente tem que tomar muito cuidado. Esse é o primeiro comentário.

O segundo comentário: as estatísticas estão aí, senhores.

Os bancos públicos federais sustentaram o crédito no momento da crise. A participação dos bancos públicos aumentou aceleradamente, compensando a natural retração do sistema bancário privado. Não seria possível ser diferente. O que houve é uma capacidade de resposta adequada. Volto a dizer, a maior prova disso é que nós saímos relativamente bem da crise. Podemos discutir se o ciclo de consumo que sustentou essa saída é reproduzível ou não, mas isso é uma dimensão diversa desse debate. Mas é importante que os dados estão mostrando isso.

E, por último – eu não quero me estender nos comentários –, nós temos que admitir que o sistema privado bancário brasileiro tem ainda um longo caminho para ser autonomamente financiador de desenvolvimento econômico. Ele tem uma certa dificuldade de fazer coisas que o sistema bancário alemão fez, ainda no século XIX, que, entre outras coisas, é transformar prazos de uma maneira aprofundada, vou chamar assim.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Muito obrigado ao Ministro Eduardo Teixeira.

A segunda pergunta, também para os três convidados:

> *"Parece-nos forçoso reconhecer o atraso em licenciamentos e concessões, bem como a inadequada remuneração de tarifas propostas nos últimos anos como fatores agravantes do quadro precário da infraestrutura brasileira. A despeito de diversos incentivos tributários já concedidos, V. Sªs vislumbram outros*

mecanismos para incentivar o investimento e, consequentemente, a oferta de infraestrutura adequada no Brasil?"

Dr. Márcio Holland de Brito, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

O SR. MÁRCIO HOLLAND DE BRITO – Agradeço a pergunta do internauta.

Senador, eu acho que fiz uma apresentação mostrando que os esforços têm sido imensos na direção de ampliar, ano após ano, os investimentos na infraestrutura no Brasil. Poderíamos ter começado antes? Poderíamos. Mas talvez tivéssemos ali – lembrando que, no início do ano 2000, o Brasil tinha uma relação dívida líquida/PIB de 60%, estávamos com a inflação muito alta e a taxa real de juros de curto prazo muito elevada, não estavam ali colocadas as condições mais adequadas para falarmos em investimento de 30 a 40 anos.

Ao longo desse período, houve um processo de consolidação de fundamentos macroeconômicos que permitiram a melhoria desse ambiente para que os investimentos viessem. Tanto é que nós iniciamos já com o PAC, em 2007. Assim que se abriu a janela – vamos chamar assim – de condições ou de requisitos macroeconômicos e diversos da economia, o Governo prontamente anunciou e colocou de volta a agenda do crescimento econômico.

Eu estava como professor na Fundação Getúlio Vargas nesse período, e não me esqueço – aliás, eu não me esqueço de nenhum debate de economistas desde os anos 80, porque dou aula sobre isso há um bom tempo – que esse era o debate que estava colocado em 2007. Se vocês recuperarem o noticiário, verão que todos nós economistas falávamos: "Enfim recuperamos a agenda do crescimento brasileiro. Precisávamos ter feito isso". Ficamos aí, mais ou menos 20, 30 anos, crescendo 2% ao ano, estávamos ali recuperando.

A partir daí, caro internauta, o que nós temos é um aperfeiçoamento desse processo. Não é isso, Senador? É um aperfeiçoamento. Ano após ano, a gente tem desafios novos e a gente vai incrementando. Se alguns acreditam que o processo de licenciamento é um pouco mais lento, a sociedade brasileira vai descobrindo, vai corrigindo, vai consertando esses processos; as concessões andaram muito aceleradamente no final do ano passado, houve um processo de aprendizado muito interessante, e a tendência é essa, de continuar.

Tenho usado uma frase muito simplória: "nós pegamos gosto pelo negócio". Isso é bom! E é isto que nós temos que fazer: ano após ano, aperfeiçoarmos, contando aqui sempre com esta Casa, com o Legislativo, com o Senador, para melhorar legislações, marcos regulatórios de concessão, de licenciamento. E esse é um processo democrático do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Dr. Vinicios.

O SR. VINICIOS LEONCIO – Eu vou fugir um pouco da análise econômica e vou me prender à questão burocrática.

Para iniciar a exploração de uma jazida mineral, hoje, no Brasil, são gastos 17 anos – 17 anos para iniciar sua exploração.

Do dia em que é detectado o recurso minerário até o dia da outorga da licença de operação são necessários 17 anos. Uma patente hoje é concedida com uma média de 12 anos.

Então, o que vai ser concedido do invento, de uma patente, de uma marca hoje, quando o Estado outorga essa patente, nós já temos a superação tecnológica e não serve para mais nada.

É essa questão burocrática, a meu ver, que causa um grande entrave nesse desenvolvimento de infraestrutura. Se nós não tentarmos eliminar esse entrave burocrático... Não tem lógica demorar 17 anos para explorar uma jazida mineral no Brasil. Eu acho que nós temos que mirar muito bem esse entrave burocrático brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Muito obrigado.

Uma pergunta específica para o Dr. Márcio Holland de Brito, que é o Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Ela é um pouco extensa e crítica:

A credibilidade do Banco Central do Brasil nunca esteve tão abalada, desde a implantação do regime de metas para a inflação. Desde setembro de 2011, há uma sensação generalizada, falsa ou verdadeira, de que a taxa de juros é calibrada para produzir resultados no crescimento do PIB em vez de atingir a meta para inflação, na esperança vã de que mais inflação contribua para a economia crescer mais no médio prazo. Todavia, como era de esperar, estamos em um claro processo estagflacionário que, apesar de ainda não ter gerado desemprego, põe em dúvida o potencial de crescimento da economia brasileira.

Dessa forma, pergunto: V. Sª concorda que a política monetária expansionista que ultrapassa os limites da estabilidade é contrária à previsibilidade dos negócios e ao Desenvolvimento?

Dr. Márcio.

O SR. MÁRCIO HOLLAND DE BRITO – Agradeço a pergunta, Senador.

Normalmente eu não falo de política monetária e de Banco Central. Essa é uma matéria para o Banco Central, para o presidente e seus diretores. De qualquer forma, genericamente falando, permita-me gentilmente discordar da avaliação.

Independente de ser Secretário de Política Econômica, de estar no Ministério da Fazenda ou não, como cidadão e como um professor de Economia, observo o Banco Central como uma instituição extraordinária no Brasil. Tem grandes fundamentos, tem credibilidade, tem capacidade de conduzir muito bem a política monetária, tem mostrado isso nesse período tão difícil, que é o período de crise internacional, lembrando que os bancos centrais mundo afora fizeram a política monetária do *quantitative easing*, fizeram a política de taxa real de juros negativa, de juros zero, e fizeram uma boa, digamos, variada no leque ou no menu de políticas monetárias, conforme previsto no livro-texto, até que os economistas passaram a chamá-la de uma política pós-crise ou durante a crise, e estão passando por um processo de normalização das suas políticas monetárias. E o Banco Central já havia iniciado esse processo antes aqui no Brasil, com uma visão extraordinária do que está acontecendo.

Portanto, nós temos enfrentado uma situação, de 2008 para cá, que não é de normalidade internacional, não é uma situação de normalidade internacional. Os bancos centrais já compravam mais de US$9 trilhões de títulos do mercado num mundo de juros real negativo, e ainda assim essas economias não se desenvolveram o suficiente, não apresentaram crescimento. A Europa inclusive viveu dois anos de crescimento negativo; só este ano parece indicar um crescimento positivo. Estados Unidos estão passando por um processo de recuperação, com taxa de desemprego ainda elevada, e não é o caso do Brasil. O Brasil saiu-se muito bem, a despeito de uma crise tão severa, profunda e prolongada. E o Banco Central, na minha avaliação, tem cumprido muito bem o seu papel nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Ministro Eduardo Teixeira, algum comentário sobre essa pergunta?

O SR. EDUARDO TEIXEIRA – Eu gostaria, porque essa é uma pergunta muito importante. O debate está aberto.

Antes de mais nada, presto uma informação pública: eu trabalhei por 20 anos no Banco Central, então conheço um pouco a organização.

Um ponto importante é que a incapacidade, eu diria até, desses países centrais em sair da crise tem muito a ver com a incapacidade também de fazerem políticas fiscais expansionistas por diversas razões. A política monetária dos Estados Unidos e da União Europeia ficou, no fundo, sobrecarregada.

No Brasil nós demos também alguma dimensão a esse problema, porque, infelizmente, o Ministério da Fazenda tem que lidar com as expectativas, com uma série de questões que se embaralham e geram uma situação concreta de necessidade de superávits fiscais que, no meu ponto de vista, até acima do que a teoria econômica sugere no momento em que nós vivemos. Mas isso é outro ponto.

O Banco Central brasileiro tem feito um excelente trabalho nos últimos anos. Não tem nenhuma perda de credibilidade detectada, no meu ponto de vista. Tanto assim é que a inflação, apesar de impactos muitos específicos que ocorreram nos últimos tempos, permanece dentro da meta. Ela pode ser menor? Deve ser menor? É uma discussão em aberto. Mas eu acredito que nenhum economista em nenhum momento hoje defenda a inflação para recuperar crescimento. Esse é um debate que, uma vez sobre a mesa, simplifica ao invés de aprofundar as questões. Ninguém defende isso. Eu não conheço alguém que defenda isso. Você pode discutir um *mix* de política fiscal e monetária dentro de um contexto maior. Então, eu não acredito.

A única crítica que posso fazer à política monetária dos últimos dez anos é que o Banco Central do Brasil foi dos únicos dois bancos centrais do mundo que aumentaram a taxa de juros quando a crise eclodiu. O segundo foi o Banco Central Europeu, do Prof. Trichet. Mas essa é outra administração, diga-se de passagem. A atual é absolutamente inocente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Uma outra pergunta, também dirigida ao Secretário de Política Econômica, Dr. Márcio Holland de Brito:

V. Sª considera que a política fiscal do Governo Federal e a chamada contabilidade criativa para atingir o superávit primário têm prejudicado os esforços do Banco Central do Brasil de atingir a meta para a inflação?

Gostaria de ouvir V. Sª acerca da consistência da política econômica.

O SR. MÁRCIO HOLLAND DE BRITO – Obrigado, mais uma vez, por mais uma pergunta.

Em primeiro lugar, na verdade, o interessante da crise internacional têm sido os fóruns de debates internacionais, com especialistas internacionais mundo afora sobre o que se pode chamar de medidas econômicas em períodos de dificuldades no mundo.

Mundo afora, passou-se a consagrar a ideia – e isso tem ocorrido com validação e chancela de organismos internacionais, de pesquisadores internacionais, de Nobel de Economia – de que são importantes políticas anticíclicas para lidar com as adversidades da crise internacional.

No Brasil ainda persiste alguma dúvida, algum erro de interpretação, alguma dificuldade de compreensão sobre o que é política fiscal anticíclica e o que é uma crise financeira internacional da dimensão da que nós estamos vivendo.

Então nós temos dois defeitos de origem na pergunta: o primeiro é a compreensão da chamada crise internacional. Eu adoraria, se quiserem eu fico aqui até amanhã discutindo isso, seria um prazer muito grande, mas a crise internacional de 2008 é uma crise extremamente complexa. Ela se iniciou nos mercados financeiros, nos mercados de crédito, nos mercados de *real state* americanos, imobiliário, prolongou-se pela crise de insolvência e soberana em países europeus, voltou para os Estados Unidos como crise fiscal, retroalimentou-se com a crise de confiança mundial, gerou impactos de produto no mundo, gerou impactos de crescimento no mundo, de crescimento do comércio no mundo e de emprego no mundo. Esse é o desenho mais rápido e sintético que eu pude fazer da crise internacional. E nós estávamos lidando e convivendo com isso.

Quando a gente compara o Brasil com outras crises internacionais, eu poderia citar vários economistas que tentaram fazer isso, desde Paul Krugman, que é Nobel em Economia.

Em uma das frases de um dos livros dele, ele diz assim: "Quando se falava em crise, se pensava em latino-americano". Agora, vamos falar de países desenvolvidos em crise, os latinos-americanos estão muito bem. Ou professores, outros professores diversos de economia, com os quais tive contato nesses últimos três, quatro anos, discutindo políticas fiscais em vários países do mundo, inclusive tem um livro que acabou de sair, que está na Amazon agora, com dois nobéis de Economia, o Prof. Stigler, de Columbia, o Prof. Akerlof, de Berkeley, com Olivier Blanchard e Romer, que tem um capítulo meu lá inclusive, discutindo exatamente isso: a política econômica durante a crise e depois da crise.

Esses economistas, aos quais estou me referindo, nobel de Economia, economista chefe de instituições internacionais, todos recomendaram o que nós fizemos durante a fase da crise. Então, não há uma discussão de política fiscal expansionista ou contracionista, ela é anticíclia ou pro-cíclica, esse é o debate.

Após esse período, em que conseguimos mitigar os efeitos da crise, o Governo iniciou um processo de consolidação fiscal, a partir de meados de 2012 para cá, 2013, principalmente, em meados de 2013, perdão, para cá, com retirada dos incentivos fiscais, tributários, desonerações em geral, nesse processo de consolidação, tão logo identificado que a economia brasileira já estava num processo de retomada gradual e segura do crescimento e da confiança em geral. E recuperamos tão logo os resultados fiscais, inclusive, no ano passado, tanto a dívida bruta quanto a dívida líquida caíram no Brasil, é bom que se diga: tanto a dívida bruta quanto a líquida caíram no Brasil, ambas caíram.

Não há essa discussão de contabilidade criativa, também é um falso problema. Nós publicamos todos os atos, e as contas são aprovadas pelo Tribunal de Contas da União, pertencente a esta Casa. Eu acho que tem uma discussão sobre o uso de receitas extraordinárias ou não uso, em outra hora podemos discutir aqui, não é uma discussão resolvida no mundo, na literatura internacional, a qual conheço um pouco, não é tão simples assim, tira ou põe, quanto é, quando não é. Quando se faz, por exemplo, uma concessão de aeroporto e o Tesouro tem a receber por 30 anos seguidos, todos os anos, recursos, eu não sei se essa receita é extraordinária ou não, a literatura não sabe sobre isso, para discutir se a receita é extraordinária ou não. Então não é tão trivial assim, não vamos reduzir os problemas.

Eu gostaria de convidar os senhores a uma discussão mais profunda sobre o que tem no estado atual da arte da literatura sobre esse assunto. Tenho me envolvido nisso, tenho discutido isso com vários professores de economia de universidades americanas, europeias, em geral. Estou disposto a falar mais sobre isso.

Mas, de qualquer forma, a política fiscal brasileira está migrando de um processo anticíclico ou contracíclico para um ambiente de neutralidade, portanto, em 2011, é bom que se diga que fizemos excelente resultado fiscal, que foi inclusive importantíssimo para o processo de flexibilização da política monetária. De 2012 para 2013 o mundo piorou bastante, fizemos a política anticíclica e já retomamos o processo de consolidação. Portanto não há ideologia, há movimentos técnicos consubstanciados de decisão de política fiscal no Brasil em tempos de dificuldades.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Ouvimos o Dr. Márcio Holland de Brito, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e alguns comentários do Ministro Eduardo Teixeira sobre a pergunta formulada ao Sr. Secretário de Política.

O SR. EDUARDO TEIXEIRA – Antes de mais nada, queria ressaltar que os resultados fiscais do Brasil, ao contrário do que alguns insistem, são muito bons, não são bons desde hoje, são bons há muito tempo.

Eu até me permito ir em outro sentido. Eu gostaria de muito mais do que ficar discutindo resultado fiscal *stricto sensu*, discutir composição de despesa. Eu defendo que é o momento de o próprio Tesouro aumentar gastos diretos em investimentos produtivos, mas essa é outra discussão.

Outra reflexão também é que os instrumentos de mediação das finanças públicas – e eu aí tenho a concordância absoluta com o Secretário – eles se mostraram obsoletos, eles, na verdade, vêm de uma crise totalmente diferente, de outra natureza, que foram montados no começo dos anos 80, basicamente para fazer uma disciplina fiscal para determinados países, países centrais nunca se incluíram nesse processo à época, e hoje se surpreendem pensando que também terão que ter alguma disciplina fiscal.

Mas talvez uma reflexão maior, não apenas em relação aos fluxos futuros de recebíveis que a Infraero terá. A Infraero é uma empresa pública, não é uma empresa que tem ações em bolsas. Ela terá, nos próximos 50 anos, 35 anos, dependendo – têm 20, 25, 35 anos as concessões aeroportuárias –, como tratar.

Mas resta claro, em meu ponto de vista, senhores, que um dos desafios – e esse é um desafio que a academia, os organismos internacionais, os governos estão enfrentando – é tentar melhorar a mensuração da situação fiscal. Todo mundo fala o seguinte: déficit público; não, por favor, resultado fiscal, resultado das contas públicas, o nome que quiser. E é um gancho interessante aproveitar para fazer isso, porque há um trabalho recente do FI que, finalmente, admitiu que é o investimento que cria a poupança. Então, talvez fosse o momento de aprofundar essa discussão em outros parâmetros.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Muito obrigado ao Ministro Eduardo Teixeira.

Antes de agradecer a participação dos senhores convidados para o debate de hoje, gostaríamos, em função de tudo aquilo que foi colocado pelos nossos palestrantes, de dizer que as políticas fiscal, monetária e tributária tiveram consequências muito positivas para o desenvolvimento da infraestrutura do País, nos últimos anos, sobretudo, a partir de 2007, com o PAC 1; de 2009, com o PAC 2 – se não me engano –, e de 2012, com o PIL.

Isso está demonstrado, conforme uma das transcrições aqui feitas pelo Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Dr. Márcio Holland, em relação ao que foi efetivamente gasto e ao percentual do efetivamente executado nas obras do PAC. Mais – acredito – não foi feito em função de algo com que aqui nesta Comissão nós temos nos confrontado semanalmente, que não é somente a burocracia, a que se refere tão bem o Dr. Vinicios Leoncio, mas aquilo que chamo de pior que a burocracia: é a licenciocracia, é a auditocracia, a controlocracia, que, na realidade, se tornaram os verdadeiros gestores do País.

Quando nós escolhemos alguém, pelo voto, para ser gestor municipal, estadual ou federal, acreditamos que esses podem cumprir, rigorosamente, aquilo que estão dizendo no palanque. Isso, há alguns anos, era até verdadeiro; hoje, não. Em função dessas distorções que essa máquina burocrática tomou, ela impede o gestor de cumprir um programa de governo aprovado nas urnas pela população que o elegeu. Isso é um absoluto contrassenso.

Estamos chegando a um ponto de ruptura desse processo. Nós não podemos continuar aceitando essas intromissões indevidas desses órgãos licenciadores, desses órgãos de auditoria e de controle sobre as ações governamentais. Não que nós estejamos distantes da necessidade de fiscalização de aplicação de recursos públicos. Não; há que haver a fiscalização. Houve aplicação de recursos públicos, tem que haver uma fiscalização. O que não pode acontecer, o que não pode haver, o que tem que parar imediatamente é essa concorrência entre os órgãos de controle, de auditoria, de fiscalização, de licenciamento para ver quem paralisa mais obras, quem consegue restringir o trabalho executado nas diversas áreas da infraestrutura, e assim por diante.

Outro dia, foi colocado aqui pelo Líder do Governo no Congresso Nacional, o Senador Ministro José Pimentel, um caso emblemático: as obras da BR-101 estavam transcorrendo normalmente, no Estado do Ceará, que é o Estado de origem do Senador Ministro José Pimentel.

E, no momento em que uma máquina estava fazendo o trabalho de terraplanagem, se descobriu uma ossada. Veio o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e determinou que aquela obra fosse suspensa imediatamente, enquanto não se averiguasse a origem daquela ossada, imaginando que fosse de um dinossauro ou de algo dessa família. A obra da BR-101 ficou paralisada, prejudicando a mobilidade urbana daquela população, encarecendo a obra, enfim, inúmeros prejuízos pessoais, materiais, humanos, durante seis meses. Ao final desses seis meses, se descobriu que a ossada pertencia a um jegue, a um jerico, a um burro daqueles que, no Nordeste, são utilizados, hoje já substituídos pelas motocicletas, para o trânsito de pessoas e de cargas. Vejam os senhores a que ponto se chegou. Então, é isso que não podemos mais deixar que aconteça.

O Tribunal de Contas da União está em marcha batida para ter um número maior de secretarias sob o seu comando do que o número de ministérios. Para cada ministério hoje existente, e são muitos, existe uma secretaria especializada para controlar aquele ministério. Quer dizer, uma burocracia em cima de outra burocracia. E o Tribunal de Contas da União é um órgão para auditar contas, não é um órgão para substituir a trena do engenheiro, que lá está no DNIT ou no Ministério dos Transportes, por uma caneta ou por uma decisão que ele tome, burocraticamente, em seu gabinete aqui em Brasília. O método está equivocado, e isso significa ainda uma maior burocracia.

É necessário que entendamos que várias dessas obras que estão hoje inconclusas e que integram o rol de obras dos PACs e também do PIL, várias delas não estão sendo concluídas, porque existem problemas como esses de interferências desses órgãos ditos de controle, de licenciamento, de auditoria, seja lá o que for, impedindo que elas avancem. Agora acontece que há um prejuízo enorme, cada obra dessa que é paralisada por um motivo ou vários motivos A, B e C, mesmo que esses motivos não persistam ao chegar, ao final, à análise desses mesmos motivos dentro de seis, sete, oito meses ou às vezes um ano, a obra ficou parada, foi desmobilizado o canteiro de obras, o responsável pela obra a abandonou e não aceita mais voltar pelo mesmo preço pelo qual foi contratado originalmente para realizar aquela obra. Nova licitação tem que ser feita, nessa nova licitação o preço estará aumentado e, em função disso, o custo será repartido por toda a população brasileira, por todos os contribuintes brasileiros.

Então, essas questões são frutos de uma reflexão profunda, aqui no âmbito desta Comissão, que já apresentou um projeto de lei propondo que aqueles que fizerem a paralisação de uma determinada obra, se o motivo apontado pelo qual aquela obra foi paralisada não ficar comprovado depois de um x número – se estabelece um certo período de tempo para não se estender *ad eternum* –, se não ficar comprovado que aquele motivo era um motivo real para que se parasse aquela obra, se interrompessem os trabalhos daquele obra, que aquele que anotou essa paralisação seja responsável, cível e penalmente, por aquela paralisação, porque é a única maneira de fazermos com que essas pessoas tenham um pouco mais de responsabilidade e tenham um pouco mais de visão do conjunto quando, de forma inopinada, muitas vezes, paralisam certas obras que são essenciais para o desenvolvimento brasileiro e para a nossa infraestrutura.

Os meios costumam divulgar, com muito estardalhaço, quando alguns desses órgãos, sobretudo o Tribunal de Contas da União, paralisam uma determinada obra. "Foi paralisada pelo Tribunal de Contas determinada obra; R$400 milhões estavam sendo investidos...". E a forma com que isso é transmitido ao público é criminosa, porque faz com que o público entenda que foi paralisada porque houve algum erro grave naquela obra, houve alguma malversação de recursos naquela obra, houve algum sobrefaturamento naquela obra, e, em muitas vezes, isso não é verdade. Em muitas vezes, são problemas técnicos de simples solução, são problemas de projetos. Tivemos muitos problemas de projetos nesse início do PAC, por exemplo, porque não havia projetos, o Governo não havia ainda se tornado um indutor de novos investimentos e não provedor único, porque muitos confundem também que a União tem que ser a provedora única desses investimentos. Não, o Governo pode ser o indutor de investimentos, mas a provisão desses recursos é uma parceria, como já ouvimos aqui em diversas audiências públicas e debates, as Parcerias Público-privadas e, sobretudo, incentivando o investimento público, dando a esse investimento público a segurança jurídica de que necessita o investidor privado, melhor dizendo, para confiar naquele empreendimento a que ele está se dedicando a fazer.

De modo que são essas as questões em que precisaríamos nos deter e estamos nos detendo sempre aqui na Comissão de Infraestrutura, bem como também na necessidade de melhorarmos a qualidade dos nossos produtos, a competitividade.

Eu me lembro de que, em 1991, lá atrás, nós implantamos um programa, o PBQP (Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade) exatamente com a finalidade de incentivarmos a indústria nacional a adquirir uma melhor produtividade e, consequentemente, também oferecer produtos de melhor qualidade para competir com a abertura comercial recém-inaugurada.

Assim, a participação dos senhores hoje, aqui na Comissão de Serviços de Infraestrutura, foi de extrema importância para esclarecermos alguns pontos sobre aspectos das políticas fiscal, monetária e tributária e as suas consequências para o desenvolvimento da nossa infraestrutura.

Ao encerrarmos a presente reunião, gostaria de agradecer, mais uma vez, a presença de todos e, em especial, a dos nossos convidados, Ministro Eduardo Teixeira, hoje dedicado à iniciativa privada como Sócio-Diretor da Creta Planejamento; Dr. Márcio Holland de Brito, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; e Dr. Vinicios Leoncio, representante da Advocacia Empresarial Vinicios Leoncio, que nos trouxe dados aqui extremamente tenebrosos, frutos dos seus estudos – tenebrosos no sentido de que, graças a ele, estamos chegando a esses números aqui apresentados sobre a influência maléfica dessa burocracia no processo de desenvolvimento brasileiro.

Parabéns pelo seu trabalho, Dr. Vinicios, e muito obrigado por tê-lo apresentado aqui no Senado da República, na Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Agradecendo, então, mais uma vez, a presença de nossos convidados, convoco nossas próximas reuniões, que irão se realizar amanhã, terça-feira, às 8h30 da manhã, uma audiência pública em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, e com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para debater o funcionamento da telefonia celular no País, que será realizada no Plenário 6, da Ala Senador Nilo Coelho.

Convoco também para nossa outra reunião, no dia 21 de maio, na próxima quarta-feira, neste plenário, às 7h30 da manhã, com a audiência pública sobre a carência e deficiência da capacidade técnica na realização de projetos e obras de engenharia, além de pauta deliberativa.

Muito obrigado a todos pela presença e, particularmente, aos internautas que participaram ativamente deste nosso debate na noite de hoje.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 17 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 14 minutos.)

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 7 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às sete horas e trinta e três minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Wilder Morais**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Inácio Arruda, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro, Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Kátia Abreu, Vicentinho Alves, Ruben Figueiró** e **Jayme Campos.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. São lidos os Comunicados da Presidência. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao **Requerimento nº 01, de 2013 – CI**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 27 de fevereiro de 2013, que "*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país*". O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o Senhor **General Jorge Ernesto Pinto Fraxe,** Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); o Senhor **Tarcísio Gomes de Freitas,** Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); o Senhor **Wilson Lang**, Ex-presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea); e o Senhor **Florentino Souza Filho**, Diretor Financeiro da Federação Nacional dos Engenheiros. Fazem uso da palavra os Senadores **Sérgio Petecão** e **Flexa Ribeiro**. São lidos os Requerimentos de autoria da Senadora **Kátia Abreu** e do Senador **Sérgio Petecão**. Faz uso da palavra a Senadora **Kátia Abreu** e o Senador **Sérgio Petecão**. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dez horas e catorze minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Wilder Morais,** Presidente em exercício da Comissão

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM - GO) – Declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Leitura de documentos:

Ofício nº 278

A S. Exª o Senador Fernando Collor
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal

Assunto: Relatório final do "1º Fórum Nacional de Infraestrutura – Soluções para o Desenvolvimento Brasileiro".

Sr. Presidente,

Faço referência ao Ofício nº 158/2014-CI/PRES, de 7 de maio de 2014, por meio do qual V. Exª encaminhou relatório final do "1º Fórum Nacional de Infraestrutura – Soluções para o Desenvolvimento Brasileiro".

A esse respeito, agradeço a V. Exª pelo envio do mencionado trabalho realizado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, bem como informo que o citado relatório foi encaminhado às Secretarias do Ministério de Minas e Energia para análise e considerações sobre a Matriz, com as recomendações formuladas ao Poder Executivo.

Atenciosamente, – Ministro de Estado de Minas e Energia **Edison Lobão.**

Comunicado da Presidência.

Em algumas décadas atrás, os gestores brasileiros tinham a visão de que o Estado deveria prover e intervir em quase todas as atividades econômicas no intuito de garantir o progresso.

Nossas finanças eram regidas constantemente por normas protecionistas e sob a tutela de um Estado empresário. Visão essa que acabou agregando alguns ganhos para a nossa economia, principalmente em relação à indústria nacional que era, naquele momento, ainda nascente. Além disso, fortaleceu-se alguns setores fundamentais para o desenvolvimento industrial do nosso País, como a indústria de base e a indústria de bem de capitais.

É verdade dizer que o Estado brasileiro deu o pontapé para o nosso crescimento econômico. No entanto, essa fórmula começou a apresentar sinais de exaustão e de atraso quando verificada a necessidade de grandes investimentos em áreas estratégias para o País, como é o caso do investimento em infraestrutura.

O orçamento público, por assim dizer, possui cerca de 80% dos seus recursos vinculados, obrigatoriedade, com poucas possibilidades de remanejamentos para setores que induzam ao desenvolvimento econômico.

O Estado brasileiro não tem mais fôlego financeiro para caminhar junto às necessidades de investimentos que se fazem necessários. Desse modo, sem cortar as despesas obrigatórias, como pagamento de servidores, de aposentadorias e pensões, benefícios de programas sociais, amortização da dívida e pagamento das transferências constitucionais e federativas, restaram apenas dois grupos para serem contingenciados ou remanejados. Trata-se das despesas de custeio e manutenção da máquina pública, como passagens, diárias, contas de água e luz, material de consumo, serviço de terceiros etc., e, no outro grupo, os investimentos indutores do crescimento econômico.

Os investimentos, como sabemos, foi historicamente o grupo que mais sofreu com os cortes e falta de recursos. Sendo assim vale registrar que o investimento público em infraestrutura no Brasil caiu da faixa de 3% do PIB, na média do período de 1981 a 1986, para 1% em 2011, o que explica o nosso atraso atual e o sucateamento das áreas estratégicas para o nosso País.

Contingenciamentos constantes de recursos para o desenvolvimento da infraestrutura de transporte é uma exemplo disso. Hoje o Brasil utiliza uma malha viária de manutenção cara, extremamente onerosa para o setor produtivo, implicando uma perda de produtividade e de competitividade internacional.

Além disso, o baixo nível de investimento e a má qualidade da infraestrutura não são apenas uma questão de falta de fundos para os investimentos, mas também de capacidade gerencial e de planejamento do setor público.

O abandono do investimento público em infraestrutura na década de 80 levou à desvalorização dos órgãos e empresas públicas dedicadas ao planejamento do setor público. A incapacidade estatal de gerir todos os investimentos públicos em infraestrutura nas décadas de 80 e decorrentes levou à desmobilização dos órgãos e empresas públicas dedicadas ao planejamento e a uma grande desvalorização e falta de estímulos para as áreas fundamentais para o desenvolvimento de qualquer País, como a área de engenharia e desenvolvimento em tecnologia.

Segundo os dados da Federação Nacional dos Engenheiros, o Brasil precisaria formar cerca de 300 mil novos profissionais até 2015 para manter o fôlego econômico planejado. Hoje se formam aproximadamente 38 mil engenheiros por ano, mas, para atender às necessidades do mercado na Copa de 2014 e nas Olimpíadas, esse número precisaria chegar a 60 mil engenheiros por ano.

Portanto, hoje o Governo brasileiro tem o desafio de dar continuidade às mudanças na percepção do Estado brasileiro, deixando o mesmo de ser um Estado empresário que intervém em todos os níveis econômicos para ser um Estado que induz o desenvolvimento, dando facilidades perante a sua burocracia, dando regras claras e certas e diminuindo a carga tributária.

Hoje a necessidade de formar engenheiros para gerir bons projetos, desenvolver novas tecnologias é tão fundamental quanto a necessidade de reforma tributária e a necessidade de fortalecimento institucional das agências reguladoras. É fundamental o fortalecimento das participações da iniciativa privada nos grandes projetos do País e utilizar sua *expertise* gerencial para trazer celeridade ao ritmo econômico brasileiro.

Para termos os saldos necessários à economia moderna, devemos colocar o Governo na posição de regulador e facilitador dos investimentos, do contrário, as empresas simplesmente deixarão o Brasil para investir em países que têm essas reformas mais consolidadas.

Por isso, além da necessidade de mais engenheiros, temos a necessidade de bons projetos para planejar o Brasil para as próximas décadas sem políticas reativas ou atendendo meramente questões de curto prazo. Sem querer nos consolidar como uma Nação desenvolvida que provê bem-estar e educação para seu povo... O avanço dessas reformas se mostra tão prioritário quanto os avanços sociais de participação que tivermos nos últimos anos.

Esse é um relato para dizer o quanto o Brasil não tem planejado também a formação de profissional. Isso tem tudo a ver com a nossa palestra de hoje aqui, a nossa audiência pública, que é exatamente para tratar da falta de equipamento humano dentro das instituições do Governo, não só federal, mas também dos governos estaduais e municipais.

Comunicado.

Documento recebidos pela Presidência da CI.

A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 658-Seses/TCU, de autoria do Ministro Aroldo Cedraz, Vice-Presidente no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo nº TC 012.949/2013-2, na Sessão Ordinária de 07/05/2014, que trata do desequilíbrio entre a oferta e a demanda de energia elétrica entre os anos de 2009 e 2016.

Na forma do Ato nº 3-CI, de 2012, o Aviso será encaminhado à Consultoria Legislativa para análise e, caso cabível, sugestão de iniciativa ou providência a ser adotada no âmbito desta Comissão.

Cópia deste documento encontra-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

Outro comunicado.

Documentos recebidos pela Presidência da Comissão.

A Presidência comunica o recebimento da Nota Informativa nº 462, de 2014, da Consultoria Legislativa do Senado Federal, com recomendações relativas ao Aviso nº 88-GP/TCU, do Tribunal de Contas da União.

O Aviso trata de fiscalização, executada pelo TCU, para elaborar diagnóstico sobre os motivos da paralisação de contratos de empreendimentos rodoviários administrados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

A partir das informações disponibilizadas pelo DNIT, constatou-se que, de um total de 1.145 empreendimentos administrados pela autarquia, 134 se encontram paralisados. Foi ainda diagnosticado que deficiências ou desatualizações de projetos de engenharia e pendências administrativas do próprio DNIT são as principais causas de paralisação.

O trabalho revelou, também, deficiências nos controles do DNIT quanto às informações acerca da situação das obras paralisadas e à gestão dos contratos.

Diante disso, por meio do Acórdão 162/2014-Plenário, o TCU determinou ao DNIT que estabelecesse meios suficientes para manter sob seu controle informações sobre as obras paralisadas, os motivos que levaram às paralisações, bem como as ações que devem ser realizadas para a continuidade das obras.

A paralisação de contratos está intrinsecamente relacionada a problemas de gestão do DNIT. Falhas na elaboração de projetos e deficiências na fiscalização de obras são achados recorrentes nas fiscalizações realizadas pelo TCU.

Conforme auditoria operacional na gestão de obras do DNIT (processo TC 032.446/2011-0), no Sistema de Acompanhamento de Contratos (Siac) (processo TC 043.821/2012-0), e na avaliação da qualidade de projetos de obras rodoviárias (processo TC 007.422/2012-1), foram os seguintes os achados:

a) ineficiência na análise de projetos;

b) falta de procedimento para aplicação de penalidades a empreiteiras, assim como a empresas projetistas e supervisoras;

c) deficiência na estrutura das superintendências regionais e unidades locais;

d) precariedade das atividades de controle e de acompanhamento das obras rodoviárias;

e) pouca integração entre os setores do DNIT;

f) deficiência nos sistemas de informações gerenciais e de protocolo; e

g) atrasos nas obras por questões ambientais e indígenas.

A Nota Informativa da Consultoria Legislativa sugere que a Comissão de Serviços de Infraestrutura obtenha informações atualizadas sobre o andamento das ações, as dificuldades e as limitações enfrentadas para colocar em prática o plano de ação para implantação do modelo de gestão estratégica do DNIT, o que poderia ser feito mediante a realização de audiência pública com representantes do Ministério dos Transportes, da Diretoria do DNIT e do TCU; ou por meio do envio de requerimento de informações ao Ministro de Estado dos Transportes.

Cópias da nota informativa e do aviso do TCU encontram-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

Antes de iniciar a nossa audiência pública de hoje eu gostaria de informar que a população poderá participar de nosso debate enviando perguntas e comentários aos nossos convidados.

Gostaria de convidar para estarem conosco daqui a pouco os nossos palestrantes.

Os nossos ouvintes podem participar ligando gratuitamente para o Alô Senado, no telefone 0800-612211, enviando sua contribuição pela internet ao endereço www.senado.leg.br/senado/alosenado/ ou ainda pelos perfis Alô Senado, Facebook ou pelo Twitter@AloSenado.

Portanto, qualquer cidadão, ouvinte ou telespectador pode, desde já, enviar sua pergunta ou seu comentário aos nossos convidados.

Há outro comunicado da Presidência, que é o relatório do 5º Painel do 7º Ciclo de Audiência. Solicito que o documento seja dado como lido, ficando à disposição na mesa.

(É o seguinte o comunicado dado como lido:

Relato do 5º Painel do 7º Ciclo de Audiências.

Em continuidade ao ciclo de audiências públicas denominado *"Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do país"*, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou, na segunda-feira, dia 14 de maio, o 5º painel dos temas transversais abordando as *"Políticas fiscal, monetária e tributária e suas consequências para o desenvolvimento da infraestrutura"*, com a participação do Dr. Eduardo Teixeira, Sócio-Diretor da Creta Planejamento, do Dr. Márcio Holland de Brito, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, e do Dr. Vinícios Leoncio, Representante da Vinícios Leoncio Sociedade de Advogados.

O Dr. Eduardo Teixeira destacou que o investimento produtivo em infraestrutura é que sustenta o crescimento econômico, por seus resultados diretos e externalidades positivas que gera para a economia. A decisão de investir é momento único e crucial, disse ele, pois o investidor lida com a incerteza do retorno, cabendo à sociedade gerar regras estáveis e políticas públicas que incentivem o investimento e minimizem essas incertezas.

Segundo o palestrante, o investimento em infraestrutura se caracteriza pela baixa liquidez, complexa avaliação dos Projetos, ciclo longo e concentração dos desembolsos no tempo, maior influência do arcabouço jurídico e das políticas públicas (Fiscal, Tributária, Monetária, etc.). O financiamento público, através do BNDES e da Caixa Econômica Federal, é crucial para o setor, afirmou ele, pois o sistema bancário privado brasileiro ainda não é capaz de assumir totalmente essa função.

Os investimentos públicos em infraestrutura são condicionados pelas contas públicas e vêm sendo realizados prioritariamente por meio de empresas estatais, disse ele. A participação privada ocorre onde há retorno financeiro, por meio de Concessão Comum (Lei 8.987/95), sustentada pelos próprios usuários, ou, quando o retorno é econômico, ou Parceria Público-Privada - PPP (Lei 11.079/04), sendo Administrativa, quando o setor público responde por todas as receitas, ou Patrocinada, quando as receitas são divididas entre o setor público e os usuários.

Investimentos na área de Saneamento Básico, setor importante pelos ganhos indiretos da sociedade em termos de saúde e qualidade de vida, são basicamente conduzidos por Empresas Estaduais ou por meio de Parcerias Público-Privadas (PPP) com apoio financeiro federal através da Caixa Econômica Federal, que administra um fundo privado de capital importância para o setor, explicou o Dr. Eduardo.

Já na área de transportes, houve significativo crescimento do investimento com as concessões de rodovias e, principalmente de aeroportos, aguardando-se investimentos significativos também no setor ferroviário, cujas concessões estão em preparação, afirmou o palestrante. Também na área de Mobilidade Urbana há um grande programa de investimentos, cuja formalização varia de acordo com o modal envolvido (metrô, BRT, VLT, etc.).

Uma política fiscal austera, explicou o palestrante, pode reduzir o crescimento da renda agregada e, consequentemente, a demanda agregada, o que reprime a demanda por serviços públicos relacionados à infraestrutura. Gastos públicos com investimentos são comumente usados como variável de ajuste, pois podem ser reduzidos com mais facilidade, uma vez que grande parte dos gastos são correntes e com pouca margem de redução. É necessário, no entanto, que o setor público promova o investimento em projetos menos atrativos em termos financeiros, mas com grande retorno social e econômico, completou ele.

Já uma política monetária restritiva, com aperto no crédito e juros mais elevados, aumenta despesas financeiras e custo do capital, com impacto negativo na demanda agregada e redução da rentabilidade prevista dos projetos, desestimulando o investimento como um todo, e, particularmente, dadas suas características, o investimento em infraestrutura, asseverou o Dr. Eduardo.

No campo tributário, o palestrante considerou que a carga tributária sobre investimentos em infraestrutura deveria ser menos pesada, mas que a questão da desoneração tributária é uma discussão inconclusa. Diante do impedimento de usar receitas de ICMS como garantia, o governo federal deveria prestar essa garantia com uma contragarantia do Estado, sugeriu ele.

A utilização, nos Contratos de Concessão, da metodologia de verificação do custo de capital pelo CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), apresenta como pontos críticos, afirmou o palestrante: baixa liquidez dos ativos; ativo indivisível; investimento de longo prazo, e; o trinômio Incerteza – Risco – Retorno.

É importante a taxa de desconto a ser aplicada em casos de reequilíbrio econômico-financeiro estar alinhada com o custo de capital do projeto, caso contrário pode ocorrer, por um lado, a inviabilização de um investimento adicional ou, por outro, a obtenção de uma taxa de retorno pelo investidor mais elevada do que

o custo de capital. Por isso, disse ele, é necessário proceder a uma atualização/revisão do custo de capital com o objetivo de evitar os problemas de descasamento citados.

Concluindo, o Dr. Eduardo apresentou a sugestão de edição de legislação específica para PPP Administrativa e PPP Patrocinada, considerando a diferença de risco de cada modalidade, e que o comprometimento para contraprestação pecuniária (5%) seja calculado apenas sobre o acréscimo da RCL (receita corrente líquida).

Em resposta a questionamentos, o palestrante afirmou que o Banco Central tem feito excelente trabalho, mantendo elevada credibilidade, e que, embora seja discutível a forma como o BNDES tem recebido recursos, sua atuação foi crucial na sustentação do fluxo de desenvolvimento e geração de recursos.

O segundo palestrante, Dr. Vinícios Leoncio, afirmou que o maior problema não é a carga tributária brasileira, mas o custo e a incerteza gerada pela burocracia. De 1988 a 2011 foram publicadas, nos três níveis da administração, disse ele, 4.353.665 normas, correspondendo a 518 normas editadas por dia, das quais 275.095 de natureza tributária, correspondendo a 33 normas tributárias por dia.

Das normas tributárias, asseverou o palestrante, 95% tem origem nos executivos e não há consenso técnico, criando extrema dificuldade de entendimento, de forma que multas por erro de preenchimento de formulários podem chegar a até 40% do faturamento da empresa.

No Brasil existem hoje 90 milhões de processos pendentes de julgamento, dos quais 30% envolvem questões tributárias. O processo tributário, afirmou ele, leva em média 12 anos. Não adianta diminuir a carga tributária, pois a contribuição per capita não é elevada, precisamos diminuir custos e aumentar a produtividade.

Cada empresa brasileira é obrigada a preencher aproximadamente 2.200 campos de formulários, e o tempo gasto para pagamento de impostos não encontra similar no mundo, ressaltou o Dr. Vinícios. Enquanto nos países desenvolvidos o custo da arrecadação tributária varia de 0,1 a 0,4 % do PIB, no Brasil o custo é da ordem de 43 bilhões de reais, correspondente a 1,4 % do PIB.

Os repetidos parcelamentos da dívida tributária promovidos pelo governo são ineficientes, pois as leis não são técnicas nem objetivas, afirmou ele. Nenhum parcelamento foi capaz de arrecadar mais de 3,5% da dívida ativa da União, hoje estimada na casa de um trilhão de reais.

Burocracia, disse o palestrante, reflete desonestidade. No Brasil, o processo para iniciar a exploração de uma jazida mineral leva 17 anos, e para concessão de uma patente, 12 anos. Além da legislação federal, existem 5.670 códigos tributários municipais e 27 estaduais, o que impossibilita que alguém possa dizer que conhece integralmente a legislação tributária brasileira.

Como alternativas, o Dr. Vinícios sugeriu a edição de apenas um código tributário municipal e um código tributário estadual, o que, segundo ele, reduziria em 87% a burocracia tributária, sem ferir a autonomia desses entes. Propôs, ainda, a criação de uma estrutura judiciária especializada em tributos (Tribunal de Tributos); a instituição de parcelamentos simplificados; uma maior proximidade do fisco com o contribuinte; e a exigência de técnicos específicos da área contábil e jurídica para o exercício da fiscalização.

O Dr. Márcio Holland, último palestrante, ressaltou a grande importância dos investimentos em infraestrutura para o país, em função da atratividade e rentabilidade dos projetos, de seu elevado efeito multiplicador, da eliminação de gargalos e redução de custos de transportes e de produção.

Com as concessões, disse ele, obtemos maior participação do setor privado com sua *expertise*, sem custos adicionais para o orçamento público e estimulamos o desenvolvimento de mercados privados de crédito de longo prazo. Um real investido em infraestrutura gera três reais de renda, e por serem pouco líquidos, argumentou, geram poupança de longo prazo.

As condições requeridas para os investimentos em infraestrutura, afirmou o palestrante, estão dadas: ambiente de estabilidade macroeconômica; mercados privados de credito de longo prazo; atratividade para importantes *players* nacionais e internacionais; ambiente de segurança jurídica e de estabilidade política; projetos de investimentos atrativos e rentáveis; e demanda por serviços associados aos investimentos em infraestrutura crescente ou com potencial de crescimento.

Investimentos em infraestrutura, observou ele, permitem atender a demanda da sociedade por serviços de qualidade, melhorar a vida da população, aumentar a produtividade e a competitividade da economia, reduzir custos de produção e custos de vida; aumentar a integração comercial com mercados externos e promover os investimentos estrangeiros.

O Dr. Márcio ressaltou que os investimentos no país crescem mais que o consumo a par do controle da inflação e de trajetória descendente da dívida pública nacional. Com as concessões recentes, só no período 2011- 2014, informou ele, foram realizados investimentos no valor de R$ 153 bilhões, com previsão de atingir R$ 265 bilhões.

O palestrante destacou a criação das "Debêntures de Infraestrutura" (Lei 12.431/2011), voltadas para investimentos que visem à implantação, ampliação, manutenção, recuperação, adequação ou modernização

dos setores de transporte, mobilidade urbana, logística, saneamento básico, energia, irrigação, telecomunicações e radiodifusão. O valor do CAPEX (*capital expenditure*) das Portarias autorizativas já emitidas chega a 152 bilhões de reais, informou ele.

Em síntese, concluiu o Dr. Márcio, o País, com o PAC 1/2007, PAC 2/2010 e o PIL/2012, já vem caminhando na direção de ampliar, ano após ano, os investimentos neste setor. Com investimentos em infraestrutura, combinados com melhoria da educação e incentivos à inovação, o País deverá experimentar um ciclo de crescimento sustentável com aumento da produtividade e da competitividade da economia.

Questionado sobre a atuação do BNDES, o palestrante afirmou que BNDES e setor privado são complementares no financiamento da infraestrutura, e que o crescimento da participação do banco oficial no momento da crise supriu o natural recolhimento do setor privado. Subsídios são custos, observou ele, mas o benefício decorrente da atuação do BNDES na geração de empregos e no desenvolvimento nacional é muito maior que esse custo.

Quanto aos investimentos e concessões, o Dr. Márcio considerou que antes de 2007 não havia condições adequadas, mas que, a partir da estabilização das contas públicas e da dívida, a agenda foi recuperada e vem sendo constantemente aprimorada.)

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública sobre a "carência e deficiência da capacidade técnica na realização de projetos de obras de engenharia", 6º Painel do Ciclo sobre Temas Transversais, última etapa da agenda 2013/2014, Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País, da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Para debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas, a quem aproveito e convido para que tomem assento à nossa mesa:

General Jorge Ernesto Pinto Fraxe, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); Wilson Lang, ex-Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia; Florentino Souza Filho, Diretor Financeiro da Federação Nacional dos Engenheiros.

Eu gostaria de agradecer a presença de cada um dos senhores e informar aos nossos convidados que o tempo destinado à apresentação inicial será de 20 minutos, com uma tolerância de mais três minutos.

Após a exposição, concederemos a palavras às Srªs e aos Srs. Senadores para os esclarecimentos que V. Exªs acharem necessários.

Eu gostaria primeiramente de passar a palavra ao Gen. Jorge Ernesto Pinto Fraxe, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Com a palavra, Sr. General.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Bom dia, Senador Wilder, na pessoa de quem saúdo toda a Mesa e todos os presentes. É uma satisfação renovada estar presente na Comissão de Infraestrutura. Faço-me acompanhar do nosso Diretor-Executivo do DNIT, Dr. Tarcísio, que se encontra aqui, em plenário. Dentro dos meus 20 minutos, peço para dividir dez minutos para mim e, até para prestigiar mais a Comissão, dez minutos para ele, um engenheiro altamente especializado, que vem trabalhando comigo há muitos anos. Éramos do Exército, à época. Ele era capitão, eu era coronel. Hoje, estou na reserva, e ele é do órgão de controle da CGU, mas temos uma história em conjunto e uma experiência de engenharia muito interessante.

Então, o que fiz aqui, já que o tema é muito fascinante? O tema é fascinante, sobre a questão da carência tecnológica de projetos.

Primeiramente, eu gostaria que a população brasileira e os dignos presentes olhassem para a minha direita. Há uma pilha de volumes aqui. São 64 volumes, cada um com 150 páginas. Então, temos mais de seis mil páginas, de apenas um projeto. É um projeto simples: restauração da Ponte Barão de Mauá.

As pessoas falam, comentam, reclamam que o DNIT demora com um projeto! Projeto de engenharia rodoviária, de uma ponte, de um viaduto, é diferente do projeto de uma casa. Então, vejam, está aqui para a população ver – eu gostaria que o cinegrafista focasse isso e mostrasse – o tamanho de um projeto de engenharia de uma ponte. Não estou falando de uma pista de 100km, com ponte, com viaduto. Então, isso é para demonstrar o nível de complexidade de elaboração de um projeto de engenharia. Estamos falando aqui de mais de 6,5 mil páginas de cálculos, de estudos.

E que matérias são essas? Um projeto de engenharia é um projeto multidisciplinar, para se ter uma ideia, da ordem de 25 matérias. Existe estudo de tráfego, estudo topográfico, estudo hidrológico, estudo geológico, estudo de traçado, estudo geotécnico, estudos ambientais, estudo de interferência de redes de gasoduto, de oleoduto, de rede elétrica, de saneamento, de cabos de fibra ótica. Tudo isso interfere num projeto de engenharia. E são as concessionárias e suas redes que vão buscando a faixa de domínio da rodovia para tornar mais barata a implantação dessas redes. Inclusive, existe até, tramitando no Congresso, um projeto para não cobrar mais a banda larga, mas utilizar a própria faixa de domínio do DNIT. Já existe isso aqui. Há projeto de terrapla-

nagem, de intercessões, projeto de drenagem, de pavimentação, de obras de arte, enfim, cronograma da obra, plano de desenvolvimento, plano funcional, plano de ataque da obra. Então, isso redunda num trabalho intelectual multidisciplinar em que inúmeros profissionais se dedicam a elaborar um projeto.

É o DNIT que faz o projeto? Não. Não é. Nós terceirizamos. Vamos deixar muito claro isto aqui: os projetos de engenharia de quando o DNIT licita uma obra são projetos contratados mediante licitação no mercado. A qualidade do projeto é o nível do mercado. O DNIT tem um acervo de mais de 50 anos de normas técnicas que vêm do DNER, que é um exemplo de normas. E continuamos evoluindo para normatizar o desenvolvimento de projeto, mas não há como analisar a qualidade de projeto sem fazer referência ao mercado. Não estou dizendo que o mercado é ruim ou bom. Eu estou dizendo que um projeto de engenharia envolve o mercado e os analistas do DNIT.

Para os senhores terem uma ideia, cada projeto de engenharia elaborado por uma empresa de consultoria, quando é recepcionado na coordenação-geral de projeto do DNIT, entra, em média, com 200 não conformidades. Eu vou repetir bem devagarzinho: cada projeto de engenharia que é recepcionado pelos analistas do DNIT é entregue com 200 não conformidades. Aí o DNIT passa a analisar esse projeto com essas não conformidades e a fazer cadernos de perguntas e respostas e a solicitar correções.

Quando nós chegamos ao DNIT, existia um problema muito sério: esses projetos eram devolvidos a empresas, mas não era dado prazo à empresa para retornar com o projeto. Então, tinha projeto no DNIT que fazia cinco anos que ficava viajando, indo e vindo, indo e vindo e, muitas vezes, repetindo os mesmos erros. Aí os analistas diziam: "O senhor está vendo aqui, Diretor? Os erros se repetem." Eu dizia: minha filha, qual é a apenação que você está fazendo à empresa? Não tem notificação? Não tem multa? Porque nós não podemos trabalhar assim. Isso não é maneira de trabalhar.

Então, nós mudamos essa fase gerencial do DNIT, mudamos completamente e hoje, sob a tutela do Dr. Tarcísio, nós temos uma coordenação em que a empresa que constrói mal, que não cumpre cronograma, que faz serviço malfeito ou a consultoria que não cumpre cronograma e faz projeto errado é apenada. Ela é apenada, inicialmente, com advertência, vai para multa e até com suspensão de licitar, que é o que cabe na competência do DNIT.

Então, a minha parte é essa dentro dos 20 minutos e eu paro aqui. Gostaria que meu amigo Dr. Tarcísio complementasse com algumas ideias esses comentários iniciais que eu fiz aqui sobre a questão de projetos de engenharia no DNIT.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM - GO) – Com a palavra o Sr. Tarcísio.

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Sr. Presidente, obrigada pela oportunidade.

Sr. General Fraxe, colegas da Mesa, presentes, a primeira ideia que eu queria estabelecer aqui é tentar conduzir um raciocínio. Existe realmente deficiência técnica nos projetos de engenharia, na execução das obras de engenharia? Aí eu tenho alguns exemplos práticos para mostrar da experiência do DNIT. Tudo que eu for falar aqui é baseado na nossa experiência, não é invenção, não é anedota, é o que aconteceu.

Eu vou começar citando, por exemplo, a BR-101 Nordeste, lote 7, projeto executivo, contratado por uma licitação, Lei 8.666, técnica e preço. Previa, por exemplo, a duplicação passando por sobre um açude que fazia o abastecimento do Município de Ribeirão em Pernambuco. O açude estava lá há 48 anos. Então, a empresa projetista não foi no campo. E essa empresa projetista foi punida pela atual gestão com dois anos de suspensão do direito de licitar com a administração.

Nós tivemos na BR-101 Nordeste também quantitativos de terraplanagem, modelo digital do terreno adulterado em computador para gerar quantitativos de terraplanagem artificiais.

Nós tivemos a ponte de Itacoatiara, a ponte do porto flutuante de Itacoatiara que rompeu logo que o porto foi inaugurado, quando passou uma carregadeira.

Nós temos problemas de drenagem. Nós temos, por exemplo, duplicação sendo feita em 30km e o orçamento previa 60km de barreira New Jersey. Erros desse tipo em projetos executivos.

Isso, obviamente, repercute na execução da obra. Então, temos problemas? De fato, temos problema. Isso é notório. Existe problema na consultoria nacional, existe problema nos projetos de engenharia e nós enfrentamos isso.

Por que existem esses problemas? Podemos tentar estabelecer aí uma razão histórica. O Brasil passou, desde a década de 30 até hoje, por dois grandes surtos de desenvolvimento: um na década de 50, no período JK, e outro na década de 70 por causa dos planos nacionais de desenvolvimento. E na década de 80 nós enfrentamos uma crise de modelo desenvolvimentista. Nós passamos pela crise do petróleo, tivemos fuga de capital estrangeiro, deficiência para investir, altos índices de inflação, e houve um esvaziamento dos investimentos na área de infraestrutura.

Então, nós ficamos sem investir em infraestrutura. Na verdade, se perdeu essa memória. E aquele pessoal que vinha trabalhando ficou, de repente, de uma hora para a outra, sem demanda.

As grandes construtoras nacionais, para sobreviverem, se especializaram em outros ramos. Posso citar exemplo da Andrade Gutierrez, que enveredou no ramo da telefonia. As empresas se voltaram para o mercado externo, foram trabalhar com petroquímica, como o caso da Odebrecht. Enfim, saíram do ramo da engenharia porque não tinham demanda.

E isso, obviamente, gera um problema. A engenharia deixa de ser procurada nas faculdades. A gente sente o reflexo disso até hoje. Se a gente for a uma livraria, eu acho livro até de esoterismo, mas não acho de engenharia. É um negócio complicado.

Isso, obviamente, tem um reflexo na qualidade dos projetos.

O General bem falou que o DNIT, hoje, tem 1.106 contratos em execução. E o que nós reparamos? Em média, 200 não conformidades para cada projeto apresentado na primeira apresentação, entre pequenas falhas formais e defeitos graves em termos de concepção, em termos de descumprimento de norma, em termos de orçamento.

Um projeto leva mais ou menos 30 meses para ser aprovado no DNIT por causa das idas e vindas, da interlocução com as projetistas. E, de maneira geral, as projetistas têm uma estrutura muito pequena. Há projetistas que têm um orçamentista apenas. Então, houve um enfraquecimento dessa área de engenharia.

O Brasil retomou o investimento, mas a gente não estruturou o setor para essa retomada de investimento. Isso reflete na baixa *performance* contratual.

Quando nós chegamos ao DNIT, começamos a monitorar as obras por metro valor agregado. A gente começou a comparar custo orçado do trabalho agendado, quer dizer, a curva de agregação de valor (Curva S) daquilo que era previsto em projeto com o custo orçado do trabalho realizado; a Curva S com o que tinha sido agregado de valor na obra com os custos de contratação. E o que reparamos? Um desvio de agenda. E isso tem tornado as obras públicas caras. Então, o que torna a obra pública cara, iminentemente, é o desvio de agenda, não é o sobrepreço x que o TCU aponta, que normalmente é um sobrepreço que muitas vezes não existe, é questão de ponto de vista, que tem muito a ver com as deficiências dos nossos referenciais de custo. Mas o que realmente faz a obra ficar cara é esse desvio de agenda, esse deslocamento das curvas.

Se a gente for fazer um diagnóstico, por que isso acontece? Por que acontece deficiência no projeto e por que ocorre a deficiência na contratação da obra? Podemos estabelecer causas para o problema no projeto e causas para os problemas das obras.

No que diz respeito a projeto, eu poderia listar algumas deficiências. Primeiro, a administração não sabe fazer termo de referência, não sabe pedir, não sabe dizer o que quer, não estabelece metas e não cobra da empresa prazos.

O que acontecia no DNIT e por que esses projetos demoravam tanto tempo para serem concluídos? A empresa ia lá, apresentava um relatório, o pagamento era por relatório. Às vezes ela corria para apresentar o relatório para receber, para materializar a medição, e apresentava o relatório com os mesmos erros da apresentação passada. Então, com isso, o processo fica demorado.

Outra causa é equipe de licitação. As equipes de licitação da Administração Pública de maneira geral são equipes despreparadas. A Administração Pública não olhou para suas áreas de licitação, porque área de licitação tem que ser uma coisa sofisticada. A licitação tem que ter profissionais multidisciplinares. A licitação tem que ter, por exemplo, analista de mercado. Quem faz parte de uma equipe de licitação tem que ter, por exemplo, uma valorização, uma comissão, porque o nível de exposição é muito alto. Então, a Administração Pública nunca se preocupou com isso de maneira geral.

Eu estou falando no DNIT. Imaginem que o que eu falo do DNIT posso elevar a algumas potências em relação ao que acontece em governos de Estado, em prefeituras, que têm uma estrutura e um corpo técnico muito inferior ao que nós temos. Então, as equipes de licitação não são preparadas para fazer licitação.

Eu não tenho hoje, numa equipe de licitação da administração pública, por exemplo, um analista de mercado, alguém que entenda o mercado e possa montar um edital de maneira que eu busque no mercado aquelas empresas que tenham aptidão para fazer aquele tipo de serviço.

No que diz respeito à contratação da consultoria em particular, a licitação tem que ser repensada. A forma de fazer licitação tem que ser repensada, porque deveríamos adotar práticas que já são adotadas, por exemplo, em licitações do Banco Mundial. Eu tenho que escolher a consultoria. Fazer uma licitação normalmente vai trazer consultorias de um nível não tão elevado, sem tanta estrutura e que mergulham nos preços.

As maiores consultorias do Brasil hoje, em termos de engenharia, não participam de licitação com a Administração Pública. Então, os melhores projetistas do Brasil, hoje, não participam de licitações, estão fora das concorrências públicas, porque não têm competitividade.

Outro problema que podemos listar são os valores pagos às consultorias. Então, hoje se remunera muito mal a consultoria. Tem-se aquela ideia de que um projeto – esses são dados de literatura – corresponde de 3%

a 5% do valor do empreendimento, e o que a gente observa nas nossas contratações de projeto é que estamos remunerando a 0,5%, 0,6%, 1% do valor do empreendimento, se muito. Então, há um problema de remuneração.

Ora, se a consultoria é mal remunerada, ela também não investe em qualidade, em profissionais. Aí temos outro problema: baixo nível de utilização das ferramentas de TI. Nós temos ferramentas de TI, hoje, para projeto, muito sofisticadas e que não são utilizadas. A gente não percebe essas ferramentas sendo utilizadas, chegando e traduzindo isso em qualidade dos nossos projetos. Então, eu tenho o quantum, com o que faço uma aerofotogrametria, tiro o modelo digital do terreno, já o referencio todo, tenho uma precisão enorme nos quantitativos. Mas isso não está acontecendo.

No que diz respeito à contratação de obra, os problemas são mais ou menos os mesmos. Não sei fazer um termo de referência, não tenho uma equipe de licitação preparada, com analistas de mercado, que olhem e estratifiquem o mercado.

Tenho deficiência nos referenciais de custo da administração. Os referenciais de custo que foram eleitos, aí, como referência, que foram para a LDO, que estão sendo repetidos por esta há alguns anos e, agora, são decreto presidencial – o Sicro e o Sinapi – contêm muitas deficiências.

Obviamente, não conseguimos traduzir isso em termos de orçamento. É por isso que, hoje, algumas licitações fracassam. Tenho uma lista de serviço, coloco um preço médio para cada serviço, mas não consigo, neste orçamento, traduzir a modelagem da obra; não consigo traduzir a logística da obra; não consigo traduzir os custos de capitação. Enfim, há uma série de custos não representados naquele orçamento referencial.

Além disso, tenho uma série de erros nas composições. Isso não é percebido, inclusive, pelos trabalhos de auditoria, conduzidos pelo Tribunal de Contas, pela Controladoria, etc.

É por isso que falo: a maioria dos sobrepreços apontados, na verdade, não existe. Vou citar um exemplo: usinagem de CBUQ. Tenho na composição, lá, o aquecedor. O custo do aquecedor é de R$4,77 por hora. Ora, R$4,77, estou falando de 2 litros de óleo diesel por hora. Um aquecedor consome 35 litros de óleo diesel/hora. Então, há uma defasagem ali.

Quanto ao preço de insumo asfáltico, tenho uma defasagem. Assim, são situações onde o empreiteiro está perdendo dinheiro. Obviamente, se ele perde dinheiro nesse serviço, ele está ganhando em outros. No Brasil, temos a cultura da demonização do lucro desgraçadamente.

Outro problema: supervisão de obra. Nós tínhamos um modelo de supervisão, em que contratamos empresas de supervisão, fracassado, porque a supervisora estava sendo remunerada por um valor integral. Então, ela tinha um valor mensal pela permanência da obra, não tendo, então, comprometimento com dar solução para os problemas que apareciam.

Independente de a obra andar ou não, a consultoria recebia a mesma coisa. Então, o que acontece? A consultoria tem o maior interesse do mundo em fazer com que a obra ande o maior tempo possível do mundo, porque, na pior das hipóteses, estou garantindo o seu capital de giro. Então, nós temos de dar solução para isso.

Outro problema nas obras: legislação de meio ambiente. Hoje, há muita interferência de meio ambiente mesmo após a concessão da licença de instalação. Às vezes, ficamos com obra paralisada, porque, depois da licença de instalação, se exige estudo arqueológico, por exemplo, em jazida de material, uma coisa que pode ser concomitante à obra, ou a manifestação tinha que ser feita antes da expedição da licença.

O que acontece? Nós temos uma lei só que trata do meio ambiente, a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, de 1981; Resoluções Conama, de 1986 e, a partir daí, só normativos infralegais. Assim, falta legislação para disciplinar essa área do meio ambiente.

Então, ela tem a interferência do meio ambiente, mesmo depois da licença de instalação. E a concessão da licença virou uma odisseia, porque as questões custo-benefício, relacionadas à economia do meio ambiente, são desconsideradas. Assim, o licenciamento, hoje, tem muito mais um caráter ideológico do que técnico. Então, isso tudo repercute para a baixa execução. É isso que tem acontecido.

Então, como resolver isso? É o DNIT que vai resolver o problema? Não! Esse é um problema de Estado, que vai envolver um esforço coletivo; é um problema que, para ser resolvido, vai envolver, por exemplo, esforço legislativo. Acho que a questão do meio ambiente se resolve com esforço legislativo; questão de contratação se resolve com esforço legislativo.

Aí, queria aproveitar esta oportunidade para dizer o seguinte: o RDC resolve muitos desses problemas colocados. Tenho acompanhado os debates do RDC, aqui no Congresso, por causa da Medida Provisória nº 630, que passou na Câmara e, hoje, está sendo discutida no Senado. Acho oportuno fazer esse comentário, porque o RDC é um instrumento fora de série, que não trouxe nada de novo.

O RDC, na verdade, traz boas práticas, que já estavam positivadas no mundo afora. A contratação integrada, a contratação *design-build*, já é usada em todo o mundo, nos Estados Unidos e na Europa. É uma maneira moderna de fazer contratação, que resolve boa parte dos problemas aqui citados, porque muda a ques-

tão "garantias". Na Lei nº 8.666, eu tinha três formas de ter garantia para uma obra, que é a caução, ou seja, o seguro garantiu a fiança bancária, limitada a 5% do valor do empreendimento e a 10%, se o empreendimento for considerado de grande porte.

Com o RDC, eu posso estabelecer, posso usar seguros que são usuais no mercado. Então, o DNIT hoje está trabalhando com seguro de responsabilidade civil cruzada, está trabalhando com seguro risco de engenharia, está trabalhando com seguro garantia de 30%. Ora, o seguro de 5% não cobria sequer a multa contratual por um descumprimento do contrato e os contratos de seguro, as apólices que estão chegando no DNIT, do DNIT ao segurado, estão vindo com cláusulas do tipo: "A seguradora assume a obra no caso de fracasso da construtora." Isso é um avanço. Outra: "A seguradora fiscaliza a obra." Então, além da fiscalização da administração, além da empresa de supervisão, estou colocando o banco para fiscalizar a obra. Então, isso é uma revolução, é uma mudança grande. Eu passo a ter um novo *player* fiscalizando a obra. E o próprio mercado segurador, no futuro, vai fazer a seleção das empresas, porque a empresa que não performa não vai conseguir apólice, o prêmio dela vai lá para cima. Então, isso é um avanço.

Outra coisa: a possibilidade de fazer a contratação integrada, contratar com anteprojeto. E aí o pessoal diz: "Bom, então, nós vamos perder qualidade no projeto?" Não entendo dessa forma, porque, na verdade, se criou um monstro no que diz respeito a conceito de projeto básico, de projeto executivo e tem-se falado, em minha opinião, muita bobagem com relação a isso.

O que é o anteprojeto de engenharia? É preciso a gente saber o que é o anteprojeto. Se eu pegar as normas do DNIT, as normas mais antigas, vou ver que antigamente se falava em estudos preliminares, anteprojeto e projeto. Se eu pegar as normas de hoje, se fala em fase de projeto básico e fase de projeto executivo. Se eu pegar os estudos, as instruções de serviço que compõem um anteprojeto e as instruções de serviço que compõem um projeto básico, a gente vai ver que são as mesmas; ou seja, o projeto básico é o anteprojeto.

(Soa a campainha.)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Então, eu não tenho perda de qualidade. Esse é um ponto importante.

Uma coisa importante também: quando eu faço a contratação com o anteprojeto, eu estou passando a responsabilidade para o construtor. O construtor vai terminar o projeto da obra. Onde é que eu ganho com isso? Revisão de projeto em fase de obra. Eu deixo de ter essa fase de revisão de projeto em fase de obra. E isso vai representar o quê? Compressão de cronograma. E a compressão de cronograma vai tornar as obras melhores e mais baratas, porque tem uma relação direta com o custo. Nos Estados Unidos, esse tipo de contratação representou uma diminuição de cronograma da ordem de 14%. Então, é uma maneira bastante eficaz de fazer contratação.

Outra coisa, a gente hoje consegue trabalhar no regime do RDC com um orçamento em cima de uma curva de distribuição de probabilidade. Então, a gente não trabalha mais com o orçamento determinístico. No DNIT, a gente estabelece uma curva de distribuição de probabilidade para o orçamento e, dentro dessa curva de distribuição de probabilidade, eu determino o intervalo de confiança com que eu vou trabalhar, e esse intervalo de confiança é que me dá o orçamento da obra. Ou seja, eu estou compartilhando o risco com o privado, remunerando o risco com o privado e quebrando, subvertendo um pouco aquela lógica perversa que existia do BDI tabelado, que tentou ser imposto à administração. A gente quebra um pouco esse paradigma com essa questão.

Então, existe uma série de medidas que têm que ser tomadas. A principal, em minha opinião, capacitação dos servidores públicos. E aí é preciso que, dentro de uma política de Estado, haja valorização dessas carreiras de infraestrutura, que precisam ser reposicionadas no Executivo. Se a gente pegar o nosso mapeamento estratégico, pegar as nossas funções estratégicas e pegar as nossas competências para ocupar aquelas funções estratégicas, a gente vai ver que temos lacuna de competência. Nós não temos profissionais para ocupar aquelas funções estratégicas por causa da evasão, por causa do salário, que não é atrativo. Hoje o cara do controle ganha mais do que o engenheiro que está fazendo. Fora isso, o gestor tem que se sentir à vontade para criar. Hoje, o gestor trabalha com medo. O gestor trabalha com medo do Ministério Público, trabalha com medo do TCU. Então, existe uma série de questões que não são isoladas, todas se interligam para resolver o problema da qualidade de projeto e de obra.

Então, passa por uma ampla reforma, uma reforma profunda institucional, em que eu tenho que criar garantia para o gestor, que tem que trabalhar com mais tranquilidade, ele precisa se possível até ter um seguro, precisa passar por um esforço legislativo. E, falando em esforço legislativo, acho que a consultoria pode ajudar muito a Comissão de Serviços de Infraestrutura, por exemplo, neste trabalho – e aí eu faço até apelo aqui, pois eu tenho acompanhado também a nomeação dos consultores do Senado e é importante que essa área de transporte seja valorizada. E, aí, é preciso um padrinho; é preciso um padrinho, porque, senão, vai haver nomeações de consultores de outras áreas em detrimento dessa área tão importante, o que pode comprometer essa agenda legislativa.

Passa pelo emprego de TI, passa pela capacitação dos servidores, para que eles possam, inclusive, aplicar as penalidades. Os servidores não sabiam aplicar a penalidades a empresas; então as empresas não faziam o serviço e não eram punidas. Essa é a realidade na maior parte do País. Agora, no DNIT, a gente está começando a punir, a suspender, etc. Então, isso é importante.

Então, são basicamente esses os problemas, e essa é, mais ou menos, a linha de solução.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM - GO) – Obrigado, Tarcísio Gomes, por sua explanação.

General Fraxe e Tarcísio, por coincidência e oportunidade, sou engenheiro e, assistindo a explanação sobre a iniciativa privada, eu não consigo entender até hoje. Vejo essas faltas, tudo e até a discussão do RDC ou não, General.

Se temos as nossas rodovias hoje – vou dar o exemplo das nossas rodovias que não são duplicadas –, por que o Governo não licitou ou licita todos os projetos relativamente aos 3%, como foi dito agora? São projetos de alta capacidade de qualidade técnica que não vão a 3%, a 5%. É muito baixo! Por que não se faz um planejamento?

Agora, para resolver a falta de planejamento, estamos criando o RDC, que, na verdade, é para facilitar tudo isso que não pôde ser feito com planejamento. E dou um exemplo disso: eu fui Secretário de Estado de Infraestrutura em Goiás, e diagnosticamos que havíamos recebido a malha do Estado toda danificada. Fizemos um planejamento pelo qual teríamos de reconstruir 6 mil quilômetros de rodovias que eram asfaltadas, mas estavam danificadas; fazer manutenção em 4 mil ; e ainda havia mais 10 mil quilômetros de rodovias não asfaltadas. O que fizemos, General? Imediatamente, fomos atrás dos projetos. Então, nos primeiros 2 mil quilômetros, houve realmente uma dificuldade grande, porque tiveram de ser feitos a toque de caixa, mas para os outros 3 mil, 4 mil, 5 mil houve prazo, até porque fizemos um escalonamento para fazer a reconstrução de 2 mil quilômetros por ano.

Então, eu não consigo entender, até porque não faço nada público; sou da iniciativa privada, onde a gente toma um planejamento inicial. E a coisa principal: se sabemos o que queremos e hoje temos um projeto, por que não temos os projetos executivos já prontos para simplesmente uma decisão financeira no futuro? Isso eu acho que seria, talvez, a grande saída para que a gente pudesse desenvolver o nosso Brasil com infraestrutura.

Temos conhecimento, sabemos das dificuldades, como foi citado agora. Um projeto, quando está sendo feito, entra na análise, como foi dito pelo senhor, com 200 não conformidades. Então, a gente tem que começar isso com antecedência. Se a gente começa isso com antecedência... Vamos dizer, hoje, nas rodovias do Brasil, quantos mil quilômetros poderiam estar com projeto executivo de duas pistas, de quatro pistas e que precisariam apenas de uma decisão no futuro? Nós tínhamos de ter isso; seria uma decisão simplesmente de Governo. Com certeza, isso iria facilitar muito a vida dos órgãos, no caso o DNIT e o TCU, que teriam condições de analisar esses projetos com tempo, o que hoje não ocorre.

Infelizmente é uma decisão de Governo, e cada Governo decide como vai avançar no futuro, sem fazer um planejamento para o Brasil para os próximos cinquenta anos. É importante definir quais são as principais rodovias, portos e aeroportos e dar sequência a isso. Então, esse é o nosso grande problema.

General, acho que esta Comissão é muito importante neste sentido, que possamos fazer esse debate. Senão, vamos ficar correndo atrás do rabo, como se diz no linguajar popular. Sempre vamos ter... O exemplo da Copa: nós tivemos sete anos para planejar a Copa. O Governo demorou tanto que, depois, teve de criar um regime para fazer as obras a toque de caixa. E, infelizmente, no setor público, a corrupção mora ao lado, ou de frente ou no fundo; sempre está criando situações.

Portanto, se o Brasil não tiver planejamento e antecipar-se aos projetos, General, nós vamos ter sempre esses problemas aqui expostos por V. Exª, juntamente com oTarcísio.

Eu gostaria de passar a palavra para o nosso segundo palestrante, o Sr. Wilson Lang, ex-Presidente do Conselho Regional Federal de Engenharia e Agronomia.

O SR. WILSON LANG – Muito bom dia a todos os presentes!

Gostaria de saudar o Senador Wilder Morais que, neste momento preside a Comissão de Serviços de Infraestrutura, saudar os demais colegas que fazem parte desta Mesa que debate assunto de altíssima relevância.

Por que estamos falando, aqui, sobre capacitação técnica e infraestrutura? Qual é a motivação que nos leva a discutir esse tema?

Podemos adotar vários procedimentos. Eu gostaria de lembrar que existe um relatório de órgãos internacionais pontuando os países de acordo com as suas posições em determinados setores da infraestrutura. E o relatório mais representativo, feito em 2013, aponta a seguinte situação para o Brasil: o Brasil está, na área de rodovias, em 120º lugar no mundo; na área de ferrovias, o Brasil está no 103º lugar; no setor de portos, em 131º lugar, e no setor de aeroportos no 123º lugar. Ou seja, no caso de aeroportos, existem 123 nações na nossa frente. É por isso que nós estamos conversando sobre infraestrutura.

Se tivéssemos que analisar outros setores, Senador, também não iríamos muito longe. Recentemente, minha filha trabalhou e fez uma pós-graduação na Universidade de Kyoto, no Japão, na área de transportes e logística, e a Universidade de Kyoto é a 21ª universidade do mundo. O Brasil não tem nenhuma nas 100 primeiras. E achamos que temos universidades de nome, de peso, e que realmente até temos, mas na comparação do globo, nos estamos perdendo a partida.

A tecnologia é um processo excludente, quem tem terá mais e quem não tem não terá e não participará desse jogo.

No setor da indústria espacial, por exemplo, que é a grande propulsora do desenvolvimento científico-tecnológico em todo o mundo, nós não vamos a lugar algum, nós não conseguimos colocar nenhum artefato a mais de 18 mil quilômetros de altura. O nosso belo e brilhante projeto de avião da Embraer vai mais ou menos a essa altura, no limite de suas potencialidades e acabou a nossa possibilidade de desenvolvimento científico, não porque queremos ir para o espaço, mas sim, porque essa indústria é propulsora de um conjunto muito grande de outras.

Eu gostaria de fazer algumas observações de natureza um pouco mais abrangente, porque o nosso colega Tarcísio pontuou, de forma brilhante, algumas questões. Eu queria aproveitar algumas colocações do Senador para dizer o seguinte: na nossa concepção, nós temos alguns problemas de natureza fundamentais, que precisam ser considerados.

Nós temos uma natureza exuberante, um clima absolutamente espetacular, uma insolação fantástica, um regime hídrico sem nenhum outro precedente no mundo; temos um *mix* básico da formação étnica de natureza contemplativa – e aí começam os nossos problemas também. A nossa base étnica é de natureza contemplativa, não é de natureza conquistadora, não é de natureza de rebeldia, de enfrentamento.

Nós temos uma histórica existência de governos que somam um conjunto de perversidades extremamente comprometedoras. Temos, aí, definida, então, a base do que nós queremos tratar.

Quando se fala em obra de engenharia, a gente fala em pelo menos quatro coisas. A gente fala em planejamento: eu preciso planejar a obra. Eu não posso, Senador, criar um armário de projetos para um dia fazê-los. Os projetos são decorrentes de circunstâncias daquele momento. Cada intervenção de engenharia que você faz suscita um conjunto de transformações muito rápidas. Você faz isso diariamente. Todos nós fazemos isso diariamente. Nós vamos de casa para o serviço por um trajeto. Se nesse trajeto surge uma questão intermediária, alguma interferência, a gente muda de trajeto. E assim você vai mudando o planejamento do transporte urbano.

Então, nós executamos... Por exemplo, eu tive a oportunidade, na época, como presidente do Crea e de uma comissão que analisou a licitação, de fazer uma duplicação, Senador, da BR-101, em Santa Catarina, com um projeto com mais de 20 anos para trás. Vá lá ver a estrada que foi feita, certo? Não se tinha outra. Aí, vem a questão: nós temos que fazer a obra. Há um compromisso do governo e queremos fazê-la, e cadê o projeto? "Ah, o projeto é esse."

Esse projeto que está sendo inaugurado aqui, no DF – eu não me lembro o nome, é expresso sul, ou qualquer coisa assim –, é um projeto de 20 anos para trás. A realidade é completamente diferente hoje. Vai fazer algum efeito? Provavelmente, vai. Vai ser bom em algum ponto? Provavelmente, vai, mas seria muito diferente se houvesse um projeto considerando as circunstâncias do momento.

Então, esse planejamento não é uma coisa que possa ser feita hoje para ser executada daqui a 30 anos, daqui a 20 anos ou daqui a 15 anos. Você tem que ter um planejamento sistemático. A nossa vida é assim. Nós fazemos um planejamento sistemático: todo dia, acordamos e planejamos o que vamos fazer naquele dia e no outro, no outro, e vamos fazendo as devidas modificações, o devido *feedback*. As obras e a vida da sociedade são exatamente iguais.

Depois do planejamento, vem o tal do projeto, quando, então, se colocam as coisas no papel. Depois, vem a execução e, depois, vem a operação. Eu construo uma usina nuclear – eu tenho que pô-la em operação. Eu construo uma estrada – eu tenho que pô-la em operação.

Feito isso, eu gostaria de salientar uma questão que me parece muito importante, que, digamos assim, abraça tudo que já foi dito aqui neste momento.

O Estado brasileiro – e, aí, eu falo de todos os níveis, verticais e horizontais, não tiro ninguém – esqueceu, Senador, as suas funções básicas. Ele perdeu, por conta desses regimes de natureza de idolatria do Governo... Quer-se idolatrar o Governo. O Governo tem uma máquina de comunicação gigantesca para dizer o quê?

Eu acompanhei, por exemplo, a questão dos médicos. Nós importamos, aí, mais de 10 mil médicos. Por quê? Por que nós importamos médicos? Porque falta médico?

Uma informação que é importante para colocar aqui é a seguinte: nós formamos 40 mil engenheiros por ano, neste País. A China produz 500 mil. Dá para sentir o padrão da conversa?

Desses 40 mil engenheiros que são formados no Brasil, 60% não estão na atividade profissional. Conheço engenheiros com doutorado nas melhores universidades do mundo, com mestrado nas melhores universidades do mundo, que estão chutando pedra. Por quê? Porque não há um planejamento, porque não sabemos aonde queremos ir, estamos mais preocupados em atender às demandas da bolsa disto, da bolsa daquilo, estamos preocupados porque o Bolsa Família tinha ...

(Soa a campainha.)

O SR. WILSON LANG – ...no ano passado, quatro milhões e agora tem cinco milhões. Isso é importante? Não, é completamente equivocado. Mas eu queria só aproveitar esse tempo final para dizer que o Estado perdeu a capacidade de intervir nas suas funções básicas.

Quais são as funções básicas do Estado? As funções básicas do Estado são: segurança. Alguém tem alguma dúvida sobre esse tema? A segunda função do Estado é educação.

Alguém tem alguma dúvida sobre a tragédia educacional? É só pegar as análises das pesquisas do MEC. Mais de 70% não sabem fazer três operações básicas sucessivas. Ou seja: ele vai ao *shopping,* compra um tênis com 10% de desconto, e não sabe fazer essa conta. Agora, estão começando a usar aquele modelo americano "se você comprar o segundo produto, você tem 50% de desconto". Cinquenta por cento de desconto é sobre o segundo produto, ou seja, você tem que somar ao primeiro produto os 50% do segundo. Então, complicou mais ainda. Além disso, no campo do português, mais de 80% não sabe decidir o que é importante em um texto de seis linhas. Essa é a nossa educação, e milhares de estudantes, coitados, indo para escola com professores formados só Deus sabe como, mal preparados, mal motivados. O GDF lançou agora um evento, um concurso para contratar, Senador, 6.500 professores temporários.

O terceiro elemento de função básica do Estado é a saúde. Já falei sobre ela. O quarto é a justiça, o quinto é a engenharia, é a infraestrutura. Se você não tem infraestrutura, você não vai a lugar nenhum.

O Brasil é um país continental, com prospecções e cenários de desenvolvimento em marcha. Estamos em marcha, não ocupamos o Brasil inteiro ainda. Para eu sair aqui de Brasília e ir ao Oceano Atlântico, tenho que andar 1,2 mil km, o senhor sabe disso. Se eu tivesse uma estrada cruzando direto, eu faria o caminho por muito menos. Então, quero dizer o seguinte: os nossos problemas neste momento estão na ineficiência do Estado, em como o Estado vê as coisas.

E, quando digo o Estado, Senador, digo Legislativo, Executivo e Judiciário. O Estado tem um primeiro problema, que são os marcos regulatórios. O DNIT, por exemplo, que recentemente – cumprimento a direção do DNIT – fez um seminário nacional sobre desapropriação e assentamentos, tem que fazer – o General não falou sobre isso, não era o objetivo, mas eu vou falar – mais ou menos 20 mil desapropriações nos próximos dez anos. E, além das 20 mil desapropriações, ele tem que fazer nove mil reassentamentos.

Hoje, se vou fazer uma rodovia, tenho a alocação da rodovia e, no meio dela, há comunidades. Alguém juntou meia dúzia de gaiatos, sentou à beira do caminho e não sai. E tenho, então, todo um aparato social – e precisa haver, não estou falando mal dele. Quero saber é como o camarada faz a rodovia com a turma sentada ali em cima. O cidadão vai fazer uma rodovia, vai aumentar uma quarta faixa, aí, há um camarada sentado lá em cima. E não tenho tribunais especializados nisso no Judiciário. O Senado poderia pensar em um projeto para criar tribunais especializados para resolver esses problemas. Ou vocês acham que, nos próximos dez anos, vamos resolver 20 mil desapropriações na Justiça e mais 9 mil reassentamentos? Não vamos. Depois, vamos fazer outra reunião aqui para criticar o DNIT, que não faz estrada, não consegue fazer.

O nosso marco regulatório, ou seja, as leis... O Tarcísio falou aqui em licenciamento ambiental. Qual é o problema do licenciamento ambiental? Não tem norma. Tem que ter o controle, tem que ter a proteção do meio ambiente? Isso é óbvio! Mas não tem norma.

(Soa a campainha.)

O SR. WILSON LANG – Eu tenho um projeto particular para o qual estou esperando uma decisão de um órgão do meio ambiente há quatro anos. Ele não sabe o que me dizer. E, como ele não sabe o que me dizer, ele não me diz nada. Como ele não me diz nada, eu não posso fazer a obra. Então, senhores, nós temos que pensar muito, se é que nós efetivamente queremos fazer alguma coisa, modificar alguma coisa, nessa redefinição da eficiência de gestão.

O Tarcísio colocou aqui uma situação brilhante: não tem gente para contratar, não tem pessoal especializado em lugar nenhum. O nosso problema aqui em Brasília, por exemplo, Senador, é resolver um probleminha de 40 ônibus no bairro de Arapoanga lá em Sobradinho. Nós queremos fazer um trem de alta velocidade. Não resolvemos... Quer dizer, as agências regulamentadoras, a Agência Nacional de Transporte Terrestre, por

exemplo, não tem pessoal. Diga se não é verdade? Quantas vezes a ANTT vai lá no DNIT pedir pelo amor de Deus para fazer determinado serviço porque eles não têm pessoal? Então, não dá.

Eu vou dizer mais uma coisa que eu acho importante ser dita: as diferenças salariais que foram aqui também citadas são brutais, elas nos levam para um inferno inexistente. Eu não consigo entender porque um professor da UnB, inicial, ganha R$8 mil, com doutorado, tem que ter Ph.D., e um advogado ganha R$21 mil para ser juiz do trabalho, no começo. Eu não entendo! Se vocês tiverem a resposta que justifique isso diante de um cenário de desenvolvimento de uma sociedade moderna, vou me curvar a ela, mas não encontro nenhum paralelo neste Planeta.

Então, no instante em que o Estado tirou a engenharia da sua função... Ele tanto tirou que a engenheira não tem nenhuma função na carreira de Estado. Engenheiro não é uma função de carreira de Estado. Quer dizer, eu vou tocar uma obra que custa US$1 milhão o quilômetro e sou o quê? Lá no Norte, no Nordeste, o engenheiro ganha R$4 mil por mês e vai tocar uma obra de US$1 milhão por quilômetro. É completamente fora de foco! Ou o sistema de gestão pública muda, ou continuaremos discutindo essas mesmas coisas nos próximos anos tantos quantos forem necessários.

Enquanto isso, alguns órgãos, como o DNIT e outros, fazem um esforço brutal, buscam uma infraestrutura – veja bem, não é uma análise crítica –, buscam uma infraestrutura que não é normal – normal que eu digo quanto à função. Hoje, busca-se o Exército para a segurança nacional, quer dizer, o Exército tem que controlar as favelas no Rio de Janeiro. Isso é um negócio absurdo! Temos que chamar as inteligências do Exército para tocar o DNIT, da CGU para tocar...

Essa ausência de preocupação com o setor básico da função do Estado é a alma principal do problema que nós estamos discutindo. Ou, Senador, esta Casa ajuda a construir marcos regulatórios que resolvam esses problemas, que se criem tribunais especializados para dar suporte a essas demandas jurídicas que absolutamente de forma normal surgem e temos uma função de Estado definida, ou vamos continuar conversando sobre o assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM - GO) – Obrigado, Sr. Wilson Lang, por sua explanação, ex-Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), pela sua explanação.

Gostaria de passar a palavra, agora, ao nosso terceiro convidado, Florentino Souza Filho, Diretor Financeiro da Federação Nacional dos Engenheiros.

Com a palavra, Sr. Florentino, o senhor tem dez minutos para fazer a sua explanação.

O SR. FLORENTINO SOUZA FILHO – Dez? Vamos lá.

Bem, bom dia a todos. Queria cumprimentar o Senador Wilder Morais, que preside neste momento esta Comissão. Parabenizo a Comissão por estar ouvindo as entidades, as instituições, nesse tema tão interessante da questão de infraestrutura.

Eu estive observando dois pontos principais em relação a essa questão da engenharia e da infraestrutura. Acho que o companheiro do DNIT, Tarcísio, e o meu colega ex-Presidente do Confea – fomos colegas de Confea – , Presidente Lang, já deram uma deixa para que possamos levar a nossa posição em relação a essa situação da carência e da dificuldade nos projetos em obras e engenharia.

A Federação Nacional dos Engenheiros é um sistema sindical composto por 18 sindicatos de 18 Estados, no País, e tem desenvolvido atividades diante de uma luta inglória, Presidente Lang, e até uma luta fora do propósito quando buscamos, dentro dessa situação, a questão da valorização profissional do engenheiro.

O colega Tarcísio, do DNIT, colocou algo interessante. Nós passamos praticamente mais de duas décadas num processo de crescimento econômico pífio, neste País. Isso levou à falta de investimento em infraestrutura.

Esse processo, evidentemente, fez com que o sistema de engenharia, que está atrelado diretamente ao processo de desenvolvimento do País, começasse a desmontar. E desmontou-se em dois sentidos. Um foi na estrutura das empresas, que não viram mais obras e serviços para realizar – e assim desmontavam suas atividades e partiam para outras atividades – e desmontaram-se os profissionais da engenharia, que buscavam o serviço público ou o serviço privado para trabalhar e foram atrás de novos rumos, a maioria no setor financeiro brasileiro, onde passaria a ter um salário mais digno.

A questão básica dessa situação levou a essa carência muito grande no setor de engenharia do País. A fuga dos próprios engenheiros já formados das empresas de engenharia, fugindo das atividades por falta de investimento em infraestrutura neste País e por falta de uma questão muito básica que é a sua valorização profissional, o seu salário.

Para os estudantes de segundo grau, a engenharia deixava de ser a segunda categoria mais procurada nos vestibulares; perdia apenas para a medicina. Mas face à sua complexidade e dificuldade, e à posterior dificuldade de trabalho e de salário, também houve uma fuga dos jovens quanto à busca dessa profissão. Isso levou o País a formar apenas 25 mil – como diz o Prof. Lang – profissionais de engenharia no País.

Retornamos a um processo de reinício de desenvolvimento no País. Vieram as demandas, que surgiram se deparando com essa grande dificuldade. Faltaram setores da engenharia especialista em projetos para infraestrutura, profissionais de engenharia que pudessem entrar no serviço público ou até no serviço privado, com a desvalorização profissional e salários pífios, Prof. Lang, porque no Nordeste não se pagam R$4 mil a um profissional de engenharia no serviço público; no Nordeste se paga R$1,5 mil, no máximo, a um profissional no serviço público.

No Estado de São Paulo, se você observar, o plano de carreira do Estado se chegar a R$2 mil, chega a muito, no início de carreira. Isso fez com que as entidades sindicais partissem para um processo de luta diferenciada, e a Federação Nacional dos Engenheiros não podia deixar de partir para esse trabalho esse trabalho. Era um trabalho que poderia fomentar e levar os Poderes Públicos e seus gestores, através do Presidente da República, à busca novamente do processo de investimento em infraestrutura para que a gente pudesse retomar o crescimento deste País. Aí, sim, estaria valorizando-se a engenharia. Quando se retoma o crescimento, há a necessidade da categoria nesse processo.

O que ocorreu? A Federação Nacional dos Engenheiros, em 2006, lançou um projeto chamado Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento – eu queria depois repassá-lo. Com esse projeto, nós saímos da base sindical, da luta pelos salários, da luta pelas melhores condições de trabalho, que é a questão básica do sindicalismo, para irmos em busca do Poder Público, através de proposições, para que pudéssemos retomar o crescimento. Pedimos, naquela época, em 2006, que o crescimento do País, que estava em 2.3% do PIB, pudesse chegar a 6%, com investimentos, principalmente, em energia, em um patamar de 8%. Era aquilo que a gente queria.

E a Federação Nacional dos Engenheiros desenvolveu atividades em vários Estados das cinco Regiões da Federação brasileira, discutindo projetos de infraestrutura nas áreas de saneamento, energia, transporte, em todas as áreas de infraestrutura, para que pudesse se alavancar esse crescimento. E, dali, surgiu um documento com proposições, orientações feitas por especialistas e por todos os engenheiros deste País. Em 2006, na época eleitoral, foi ele entregue a cada um dos presidenciáveis.

O Presidente Lula recebeu esse documento da Federação, que saiu do seu fechamento sindical para levar um projeto de desenvolvimento para o País. Esse projeto, então, foi entregue o Presidente Lula e, logo em seguida, surgiu o Programa de Aceleração do Crescimento. Agregado ao PAC, estavam muitas das proposições presentes no nosso documento. Era uma maneira de alavancar esse projeto de valorização profissional e desenvolvimento para este País.

Concordo com o Presidente Lang de que é um problema de Estado. Vamos ver por quê. A Federação não parou neste projeto; não parou em 2006. Ela deu continuidade e, com o surgimento do PAC, fizemos uma avaliação daquilo que havíamos proposto e do que havia sido feito com o PAC. Fizemos discussões técnicas e apresentamos outro documento a todos os âmbitos do Poder Público – Municipal, Estadual e Federal – com as nossas proposições sobre o que poderia ser agregado ao PAC 1, lançado em 2007.

Bom, esse projeto é muito dinâmico. Discutimos, depois, a crise internacional. A Federação, novamente, apresentou as nossas propostas para uma saída da crise. E, agora, estamos trabalhando em um convênio com o Ministério dos Esportes, dando consultoria ao Ministério para que possamos ter uma Copa do Mundo com infraestrutura aceitável. É verdade que não estamos conseguindo chegar aonde queríamos.

Dentro desse projeto todo, há um problema crucial que a Federação defende. Primeiro, há falta de engenheiros porque eles estão fora das suas atividades em função da falta de valorização profissional. É inadmissível que o Poder Público remunere – como diz o meu amigo Wilson Lang, ex-Presidente do Confea – em R$20 mil um advogado e R$2 mil um engenheiro do seu quadro. E isso está espalhado em todos os âmbitos do Poder Público. E, na esfera privada, a situação é grave. Temos uma lei que estabelece um salário mínimo, e é mínimo mesmo, de nove salários mínimos nacionais, ou seis mil, cento e poucos reais... E a maioria das empresas privadas, que são obrigadas a atender essa lei federal, não a atendem.

E a Federação pede ainda, nesse caso, que haja uma fiscalização efetiva sobre essa questão da Lei nº 4.950-A, porque os projetos hoje saem com problemas e com deficiências em função dessa falta de valorização do profissional na sua essência principal, que é o salário, e ele vai procurar trabalhar uma parte naquela empresa e outra parte em outro lugar, em outra atividade, para poder sustentar a família. É essa a questão.

E eu queria encerrar, ao tempo que me resta, e fazer aqui as proposições para esta Comissão da Federação Nacional dos Engenheiros bem especificado. Então, a proposição: propõe aprovar a PLC nº 13, de 2013, cuja relatoria favorável é do nobre Senador Romero Jucá, que caracteriza como essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por engenheiros, arquitetos e engenheiros agrônomos ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal – corroborando, com o nosso amigo Wilson Lang, que é nossa proposta da Federação.

Aplicação efetiva da fiscalização, em cima das empresas privadas, da Lei nº 4.950-A, sobre o salário mínimo profissional; e a extensão dela para o serviço público federal, através já de uma PEC que existe no Senado

para que essa lei seja ampliada, para que o salário mínimo profissional seja extensivo aos estatutários, porque ela hoje não é aplicável ao pessoal estatutário.

Investimento em qualificação de mão de obra. Dessa forma, a Federação também não ficou parada. A Federação saiu das entranhas do sindicato e criou o Isitec junto com o sindicato dos engenheiros do País todo, sob a coordenação do Sindicato do Estado de São Paulo e do seu Presidente, Murilo Celso de Campos Pinheiro. Criou o Isitec, um instituto de tecnologia, que lança, agora em 2015, seu primeiro curso de graduação em Engenharia de Inovação e vários cursos de especialização em engenharia.

A valorização profissional. Não adianta só serem criadas vagas, porque as vagas começam a ser criadas e, se não houver a valorização financeira – não adianta –, continuará faltando profissionais na casa. O problema do profissional da casa, da carência de profissional, para que a gente tenha, em quantidade suficiente, é sua valorização através dessas leis que nós já solicitamos que sejam fiscalizadas e sejam implementadas.

Queremos, também, a implementação, Sr. Presidente, efetiva da engenharia pública e a já editada Lei nº 11.888, de 2008, para assegurar assistência técnica para a população de baixa renda – assistência técnica nos Municípios, nos Estados e em nível Federal para a população de baixa renda. Para isso, também, é preciso que haja a valorização salarial neste fato.

Eu queria aqui pedir desculpa, pelo meu tempo já estar vencido – foi muito pouco dez minutos; queria falar mais alguma coisa –, pela ausência do nosso Presidente da Federação, Murilo Celso de Campos Pinheiro. Esteve, evidentemente, com alguns problemas para vir e nos pediu para substituí-lo.

Quero novamente dizer, ao nosso Senador e à nossa Mesa e ao nosso General aqui, sobre o problema hoje no País: ou se parte para uma valorização profissional do engenheiro, ou – vou falar como Lang – vamos continuar conversando, conversando, e a falta de engenheiro continuará sendo o grande problema dessa situação.

Até porque, lá no DNIT, se os engenheiros tivessem uma remuneração condizente com a sua capacidade, com a sua posição, a nossa fiscalização seria mais efetiva em cima das obras, e poderiam estabelecer curso de aperfeiçoamento das empresas privadas contratadas terceirizadas para as obras dentro das normas estabelecidas por essa entidade.

Queria, evidentemente, encerrar as palavras com essas proposições – que eu vou repassar para o Senador – da Federação Nacional dos Engenheiros, pedindo desculpa pela ausência do nosso Presidente.

E quero aproveitar, evidentemente, porque eu sou do Piauí, e pedir licença à Casa para falar aqui com o nosso Presidente do DNIT: que olhe um pouco para o nosso Estado, porque agora nós estivemos em uma situação meio difícil. Falaram tanto de duplicação de BRs, e me doeu o coração quando vi, em nosso Estado, o nosso Governador do Estado contratar empréstimo do Governo do Estado para duplicar uma obra de BR federal, que era de responsabilidade do DNIT. Que se observe essa questão e que essa questão seja tomada como prioridade pelo DNIT. É um pedido nosso aqui, aproveitando este momento, já que nosso Presidente está aqui.

Muito obrigado.

Só um minutinho, Presidente, eu queria que a minha amiga Odineia... eu queria dizer que nós temos aqui o nosso diretor, dois diretores da Federação, o Sr. Azambuja, do Rio Grande do Sul; e a Odineia, Diretora da Federação Nacional dos Engenheiros e Subsecretária Metropolitana do Estado do Maranhão. Eu gostaria que ela trouxesse os documentos que a gente produziu durante todo esse período de 2006 para cá, pela Federação, para que a gente pudesse entregar ao Senador e ao pessoal para compor aí a Comissão.

Também o nosso projeto dos 50 anos da Federação, que completou este ano 50 anos de existência. (*Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM - GO) – Agradeço as palavras do Sr. Florentino Souza Filho, Diretor Financeiro da Federação Nacional de Engenheiros, e agradeço a presença de toda a sua equipe, que se faz presente.

Antes de passar a palavra às Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer algumas perguntas aos nossos convidados. Começo pelo Gen. Jorge Ernesto Pinto Fraxe, com as perguntas encaminhas pela nossa assessoria.

A primeira pergunta: o corpo de engenheiros do DNIT é suficiente para cumprir as atribuições do órgão?

A segunda: a carreira de engenheiro do DNIT é atrativa? Ocorre risco de perda de profissionais experientes do órgão? O DNIT consegue completar seu quadro de engenheiros?

A terceira pergunta: V. Sª tem sugestões de caráter executivo ou legislativo para melhorar a qualidade e reduzir o prazo dos projetos de engenharia na área de infraestrutura?

A quarta pergunta: a sistemática de manifestações de interesse tem funcionado adequadamente? A qualidade dos projetos melhorou com essa sistemática da PMI? Comparando-se aos padrões internacionais, V. Sª avalia que a qualidade dos projetos de engenharia do Brasil é boa?

E a última pergunta: como V. Sª avalia o projeto que altera a Lei nº 8.666, de 1993, de licitações. Ele elimina os principais entraves da contratação de projetos de engenharia?

E ao nosso segundo convidado, o Sr. Wilson Lang, as perguntas também da nossa assessoria:

Primeira: como V. Sª avalia a qualidade técnica dos engenheiros formados no Brasil? Eles estão adequados, preparados para as exigências de mercado?

A segunda pergunta: como V. Sª avalia os cursos de formação continuada para engenheiros no Brasil?

E a terceira: a estrutura dos cursos de engenharia e as definições e as atribuições dos engenheiros, de competência dos CREAs e do Confea, tem acompanhado o avanço da tecnologia e as necessidades de mercado? Onde o Brasil está errando na formação dos engenheiros, na quantidade e qualidade necessárias para o progresso do nosso País?

E ao nosso terceiro convidado, o Sr. Florentino Souza Filho: as carreiras públicas, no geral, não privilegiam o mérito. O bom e o mau engenheiro recebem o mesmo salário, o que, evidentemente, desestimula os bons profissionais. Como V. Sª avalia essa situação?

Então, eu gostaria de passar primeiramente a palavra para o Gen. Jorge Ernesto Pinto Fraxe para fazer as suas considerações; responder e fazer também suas considerações a respeito dessas perguntas.

Com a palavra, General.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Vamos aqui buscar as respostas aos questionamentos.

Inicialmente, quero dizer que o DNIT possui engenheiros muito bem preparados. Temos engenheiros doutores, PHDs, mestres, especialistas. Agora, o corpo de engenheiros é suficiente para cumprir a missão? Não. Não é suficiente. Ele é bastante pequeno.

A carreira é atrativa? Consegui junto ao Ministério do Planejamento, no ano passado, autorizar a fazer um concurso, porque, hoje, o que é o DNIT? Ele é uma autarquia. Ele é um braço executivo do Ministério dos Transportes. E é apenas isso! O DNIT não decide qual é a rodovia que vai duplicar, qual a rodovia que ele vai pavimentar. Ele não decide isso. Essa decisão não é do DNIT. Ele simplesmente executa as decisões de nível superior – Ministério dos Transportes, Ministério do Planejamento e Presidência da República.

Muito bem. Então, fui autorizado a fazer um concurso público e briguei por 1.200 vagas, para diminuir a deficiência do DNIT. Não foi para eliminar, mas diminuir a sua dificuldade. Senhoras e senhores, 117 mil candidatos se inscreveram, pagaram a inscrição e fizeram a prova; apenas 800 foram aprovados.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Foram aprovados 800 e 117 mil fizeram a prova. Menos de 1% foi aprovado no concurso, entre engenheiros, administradores, economistas. E houve uma grande deficiência de topógrafo e laboratorista de solos e de concreto. Há uma carência no País! Há uma carência, porque o Brasil descapitalizou intelectualmente o profissional de engenharia, seja ele o engenheiro, seja ele o topógrafo, seja ele o laboratorista. Falta topógrafo no Brasil! Não se faz engenharia sem topógrafo! Falta laboratorista! Sem ele, não tenho controle tecnológico da obra, seja da parte de resistência de concreto, de aço, de tensões.

São profissionais de nível médio, mas que dão todo o suporte ao engenheiro. Engenheiro sem topógrafo e laboratorista não é um engenheiro inteiro, ele é um pedaço de engenheiro. Concorda, doutor, comigo?

Então, toda obra e todo projeto tem dois tipos de controle: o quantitativo e o qualitativo. O controle quantitativo se faz através principalmente dos topógrafos, com instrumentos modernos, que são as quantidades de serviço; e o qualitativo, através de laboratorista.

Eu não consegui preencher as vagas. Os senhores sabem quantos topógrafos havia no DNIT antes do concurso? Zero! O DNIT não tinha topógrafo. O DNIT não tinha laboratorista nenhum! Por quê? Porque o DNIT terceiriza o controle da obra. Mas eu não posso entregar ao mercado uma ação do Estado brasileiro, que é controlar a obra. Ou, então, pelo menos, se não posso colocar como servidor público, para cada obra, um topógrafo, um laboratorista, o dia inteiro, eu precisava ter pelo menos um time para fazer auditoria em cada superintendência.

Então, bolamos assim: nesse concurso, como existe vaga, vamos colocar quatro topógrafos e quatro laboratorista por Estado da Federação. Não conseguimos cumprir as vagas. Ficaram em aberto. Não passaram. Não houve gente suficiente para isso.

Ainda agora, o nosso digno Wilson Lang estava falando sobre a questão da educação. Está aí um fato. Não existe. Não consegui. E pedi à Escola de Administração Fazendária para fazer a prova, porque não era só prova de certo e errado. Havia uma primeira parte objetiva e uma segunda parte que era discursiva. Eu não quero analfabeto funcional no DNIT, não!

A Ordem de São Bento tem regras que sobreviveram a todas as guerras santas. E a regra nº 1 de São Bento diz o seguinte: seleção e formação são estratégicas para qualquer instituição. Ou somos muito rigorosos na seleção e na formação dos nossos técnicos, ou não teremos uma grande instituição. Agora, com esse salariozinho aí, fica difícil, não é? Fica realmente muito difícil! Então, entramos num círculo vicioso com relação a essa questão do DNIT.

Respondo às questões.

O DNIT possui, sim, engenheiros de alto nível, inclusive com doutorado fora do Brasil, mas em quantidade pequena demais para atender a essa infraestrutura, para atender a esse passivo de infraestrutura que o Brasil tem. Se o Brasil tivesse feito por ano mil quilômetros de rodovias bem feitas nos últimos cem anos, o Brasil seria outro, seria completamente diferente.

Então, o que falta no Brasil? Planejamento estratégico de longo prazo. O Brasil perdeu a capacidade de fazer planejamento estratégico de longo prazo. Ou perdeu essa capacidade ou não o faz. E isso se reflete na engenharia, porque engenharia é diferente de se dar uma receita médica: o cara coloca o estetoscópio e dá a receita. A engenharia é um processo, é um processo longo, demorado. É um processo longo, difícil. Imaginem! Façam uma reforma no banheiro da casa dos senhores! Isso já causa transtorno e confusão. A madame não gosta do ladrilho, muda a cor e diz: "Não é este, tem de ser aquele." Imagine fazer isso numa rodovia, num porto!

Então, planejamento estratégico é algo que precisa ser repensado no País para longo prazo. É preciso dizer: anualmente, o Brasil precisa implantar tantos quilômetros de projeto para executar em tantos anos seguintes. Você tem de fazer o projeto, entrar num processo de licenciamento ambiental, realizar o projeto de desapropriações e realocações, para, depois, iniciar as obras. Isso não se faz do dia para a noite, tranquilamente. Daí a necessidade de um planejamento estratégico que extrapole o mandato de governo, seja municipal, seja estadual, seja federal. Planejamento estratégico de infraestrutura de transporte não pode ser pensado em um mandato de governo, vamos esquecer isso aqui.

Há perdas de profissionais do DNIT? Há, exatamente por conta dessa desvalorização do DNIT, como autarquia. Se você fizer um gráfico de salário, você vai ver que ele está na rabiola do gráfico, lá atrás.

Então, é o seguinte – desculpem-me até a expressão chula: no nosso querido Brasil, a profissão que dá *glamour* e ganho de salário é jogar pedra nos outros; para se carregar pedra, o salário é muito pequenininho. Estou usando uma expressão meio chula, mas a verdade é essa. Para jogar pedra nos outros, para acusar os outros, o salário fica lá em cima!

O Brasil se especializou, por exemplo, em arrecadar bem. Os profissionais da arrecadação são profissionais do Estado. É um corpo muito bem preparado. O Brasil arrecada muito bem, mas o Brasil não investiu em saber gastar bem. Esse é um hiato que temos de melhorar no País, e nisso se inclui o DNIT como braço executivo dessa parte de infraestrutura.

Que proposta é essa? O meu diretor executivo falou aqui sobre a questão de redução de prazos, que é a questão do RDC. Vou dizer aqui para os senhores qual é a nossa grande visão do RDC. O RDC permite que o construtor faça engenharia, que ele apresente uma solução de engenharia. Que ele apresente uma solução de engenharia que não seja aquela amarrada no DNIT. Ele apresente outra solução, desde que seja melhor do que a que nós pensamos e que cumpra toda a finalidade.

Do que nós precisamos? De rodovias confortáveis, seguras, limpas e bem sinalizadas. É disso que nós precisamos. Em palavras bem simples, para qualquer um entender, é disso que nós precisamos. E o RDC permite fazer isso? Permite com muita sabedoria. O que nos está faltando? Por ser um assunto novíssimo – ele não saiu ainda nem da infância, o RDC, nasceu agora –, ele vai ter que adquirir maturidade.

Por exemplo, eu fiz um contrato com a FGV, um contrato grande, caro, com a Fundação Getúlio Vargas, para desenvolver um novo sistema de custos para o Brasil. O Tarcísio falou aqui de muito custo, que ele existe, mas não está sendo considerado no ciclo. Tem que ser considerado. Simplesmente dizer que as emulsões asfálticas têm que seguir a tabela da ANP é um equívoco. É um equívoco tremendo.

Então, nós desenvolvemos e continuamos desenvolvendo com a Fundação Getúlio Vargas um novo sistema de custos. Isso é uma revolução! Criamos uma câmara técnica. Convidamos para dentro dela o Tribunal de Contas da União, a Controladoria-Geral da União, o mercado brasileiro, através da Aneor, da ABCR e convidamos até a própria Polícia Federal, para todo mundo participar dessa câmara técnica para um novo sistema de custos.

Ao mesmo tempo, estamos convidando o Ibec (Instituto Brasileiro de Engenharia de Custos) a nos ajudar a desenvolver uma metodologia de custos sob o método da parametrização. O que é isso? Ora, o acervo de obras do DNIT é tão grande, inclusive porque ele herdou também do DNER, que tenho custos médios referenciais hoje para cada família de serviços. Então, eu tenho um custo médio gerencial em que sei quanto pode custar o metro cúbico de uma terraplanagem em determinada região do Brasil; quanto custa o quilômetro de um solo pantanoso mole; quanto custa o quilômetro de uma rodovia feita sobre pedra; e vai por aí afora. E o que precisamos fazer? Desenvolver uma metodologia para que se façam anteprojetos com base na parametrização desses custos referenciais. Um método científico. E o Ibec disse: "Estamos juntos com o senhor, General." Então, vai nos apresentar agora um orçamento, e nós vamos evoluir também nessa direção.

Portanto, estamos buscando fazer com que o DNIT tenha ferramentas, método. Método é uma palavra que vem do grego. Significa "caminho para o resultado". Planejamento é um método a longo e médio prazo para se chegar a algum resultado. A infraestrutura requer isso.

Volto a dizer: falta planejamento estratégico.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Estou há dois anos e meio no DNIT.

A engenharia brasileira é excelente. Nossos engenheiros são grandiosos, os mais velhos, os que já estão prateados. Os mais jovens precisam ir para o campo. Engenharia se começa no terreno. Quem sai de uma faculdade de Engenharia e pede para ir para um escritório de consultoria está errado. Está completamente errado. O engenheiro tem que ir para a poeira, para a lama. Ele tem que conviver com o terreno, com as possibilidades, as dificuldades, os imponderáveis do terreno, para que ele possa crescer como profissional. E mais lá na frente, depois de muita labuta no campo... Por isso concordo que tem que ser uma profissão de Estado, porque é uma profissão de abnegação, de sacrifício, de muito sacrifício. O bom engenheiro se sacrifica e sacrifica muito a sua família.

A minha vida militar foi ligada ao DNER. A coisa que eu mais fiz na minha vida militar foi estrada, desde 1976. Era eu com aquela cachorra nas costas e minha esposa me acompanhando no meio do mundo. Assim como eu, os demais engenheiros.

Então, é uma carreira de Estado. Está completamente equivocado quem não valorizar a carreira do engenheiro. Está equivocado. E para ele ter maturidade – a palavra é esta: maturidade – profissional ele precisa passar pelo menos, no mínimo, no mínimo, cinco anos no campo, direto, experimentando as mais diversas dificuldades do terreno, para buscar soluções de engenharia. A partir daí, ele pode dizer que é um engenheiro. Ainda não sênior. Dez anos depois, ele será um engenheiro sênior. E aí ele poderá ser um consultor, ele poderá ser um projetista. Sem isso, não adianta. Vai sair lambança, me perdoe a expressão.

Então, para esse homem ir para o campo, ficar longe da família, ficar morando em barraco qualquer, comendo comida ruim, bebendo aquela água, vivendo aquelas coisas difíceis do campo, esse homem tem que ser valorizado. Ele tem que ser valorizado.

A Lei nº 8.666 eu diria que está bastante obsoleta, bastante ultrapassada. Não é só a minha visão. É a minha, é a do Tarcísio, é a da minha equipe toda do DNIT.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Nós precisamos ter uma lei que realmente dê mais agilidade à contratação e que possibilite aos competidores de uma licitação que façam engenharia e apresentem propostas de engenharia que sejam econômicas, que sejam criativas e que contenham tecnologia de ponta.

Por último, alguém falou em PMI numa pergunta. PMI não tem nada a ver com o DNIT. Tem a ver com a ANTT. PMI está ligado à concessão. O DNIT não trata de concessão rodoviária. Quem trata de concessão rodoviária é o Ministério dos Transportes e a ANTT.

Espero que com isso, Sr. Senador, eu tenha conseguido responder, não sei se bem, as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM - GO) – Respondeu, e muito bem, por sinal.

Eu gostaria de passar a palavra ao Senador Sérgio Petecão para que também faça suas perguntas. Vamos finalizar esta audiência com os questionamentos de S. Exªs o Senador Sérgio Petecão e o Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra, o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Obrigado, Senador Wilder Morais, que preside esta Comissão na manhã de hoje.

Gostaria de saudar os nossos expositores, de fazer uma pergunta ao Gen. Fraxe e de parabenizá-lo por sua sinceridade, por sua franqueza. Sempre que vem a esta Comissão, tem agido dessa forma.

Gen. Fraxe, estamos no Senado, e nesta audiência estão as maiores autoridades do País na área de Engenharia, assim como o departamento que trata das nossas estradas, que é o DNIT, o braço, como o senhor diz, do Ministério dos Transportes.

Os trabalhos desta Comissão se iniciam às 7 horas. O Brasil tem a oportunidade de assisti-la ao vivo, transmitida pela TV Senado, que tem uma audiência maravilhosa no País todo. E eu fico pensando como deve estar a cabeça do cidadão que está lá no Estado do Acre, meu Estado. Ora, se aqui no Senado, a Casa Maior, onde estão os Senadores e onde são feitas as leis que, queiram ou não, bem ou mal, que tratam da situação deste País.

Ora, se o DNIT, que lida diretamente com as nossas estradas, está dizendo a quem esse cidadão, o vereador, o deputado estadual, o cidadão comum tem que recorrer, porque não há condições... A quem ele tem que recorrer?

O senhor está falando de um projeto de governo. Mas não é um projeto de um governo. Já se vão 12 anos. Não é projeto de um governo. Já se vão 12 anos do Governo que está aí. No meu Estado, são 20 anos.

E aí se diz: "Falta planejamento". Sim, mas quem tem que planejar senão o DNIT e o Ministério dos Transportes? Não são os senhores que lidam com isso? "Ah, mas tem que planejar!" Mas quem tem que planejar somos nós mesmos. Aqui no Senado, nós temos que fazer as leis, e o DNIT e o Ministério dos Transportes têm

que planejar. Senão, nós teremos que recorrer a quem? Nós vamos reclamar a quem se as decisões estão em nossas mãos? Estão nas mãos do Governo que está aí.

Então, eu fico pensando no cidadão simples que está lá no Acre – estou falando no Acre, mas não é diferente do Ceará, do Pará –, que deve pensar: se eles que estão lá no Senado, e está lá o diretor do DNIT, que é o homem que manda, o Gen. Fraxe, estão lá os engenheiros, o pessoal das instituições de engenharia deste País, eles estão mostrando os problemas, e não tomam decisões, quem é que vai tomar?

Isso é para que nós possamos fazer uma reflexão. Quem tem que planejar é o Ministério dos Transportes. Quem tem que executar é o Governo que está aí. E nós não estamos falando de um governo. Temos que planejar para gerações. Mas este Governo já está aí há 12 anos, oito com o Presidente Lula, mais quatro com a Presidente Dilma. Então, não é um governo, mas uma sequência de governos que estão num mesmo projeto.

No meu Estado, nós temos problemas de estradas seriíssimos, e o Governo do Estado está lá há 20 anos. Ora, se não planejou em 20 anos, aí não existe mais jeito. Vai planejar em quantos anos?

Então, eu estou aqui chamando a atenção para fazermos uma reflexão. Não adianta tirarmos a responsabilidade de cima de nós, de cima do Senado, da Câmara Federal, se aqui nós somos uma das últimas instâncias; depois, só se recorrer ao céu. Porque, aqui na terra, as instâncias maiores estão sentadas aqui a esta mesa.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM - GO) – Obrigado pelas palavras, Senador Sérgio Petecão.

Fazendo um complemento, Senador Sérgio, eu fui secretário de Estado e fizemos um diagnóstico das rodovias do Estado, aí eu fiz uma pergunta para o Governador de qual critério que seria usado, se técnico ou político.

O grande problema nosso, Senador, é que a maioria das nossas decisões são políticas, não são de Estado; esse é o grande problema. Não dão sequência aos projetos, independente se de desenvolvimento do Brasil, o segundo, o terceiro governante. Então, à pergunta do meu Estado, a resposta foi: "Senador, a nossa resposta é técnica". E foi muito simples: pegamos os seis mil quilômetros que deveriam ser refeitos, chamamos as entidades de classe e criamos um critério de qual era a prioridade do Estado, independente de situação política de cada Município. Isso aconteceu de uma maneira tranquila, e hoje nós estamos terminando o mandato do Estado de Goiás com os seis mil quilômetros praticamente executados, porque houve uma decisão técnica. E, politicamente, o Governo se saiu bem. Por quê? Quando se tem uma decisão técnica, não há discussão política sobre aquilo, independendo da cor partidária de onde se deve começar a refazer as rodovias.

Eu gostaria de passar a palavra ao nosso Senador Flexa Ribeiro, para que faça também as suas perguntas ao nosso convidado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Presidente, Senador Wilder Morais, senhores convidados, lamentavelmente, eu não assisti às apresentações dos senhores, apenas parte do Gen. Fraxe. Mas, engenheiro que sou de formação, tenho que concordar exatamente com aquilo que aqui foi dito e imagino também dito pelos demais convidados.

Nós temos, evidentemente, uma falta de profissionais no País com formação suficiente para atender às demandas. O Brasil, temos consciência, deixou de investir, por muito tempo, na infraestrutura. Isso trouxe gargalos que são difíceis de serem vencidos, mas, independentemente do governo que esteja à frente, terão que ser enfrentados.

O Gen. Fraxe fez referência a questão que reputo da maior importância também, que é a questão dos custos que são ofertados para as empresas. Eu acredito que está faltando engenheiros e está faltando empresas também. Não só engenheiros. Há uma concentração muito grande num leque de cinco ou seis empresas, e há necessidade de mais empresas, em todas as regiões do nosso País. Então, no tocante a esses custos que são apresentados e que o TCU fiscaliza, no tocante a esse banco de preços, eu queria ouvir dos senhores só se ele é inadequado hoje, se ele realmente é um dos grandes gargalos para que os projetos tenham êxito. As empresas entram com um custo que é apresentado; às vezes, ainda dão preços menores do que os previstos; depois, ficam com dificuldades de dar conta do contrato que assinaram.

E também nós precisamos fazer – o Crea, o Confea –, acredito, uma reformulação da grade curricular do curso de Engenharia, assim como deve ser feita uma reformulação em outros cursos, como o de Medicina, porque nós aumentamos, é verdade, o número de vagas nas universidades, mas não nos preocupamos com a qualidade. Houve um aumento da quantidade, mas a qualidade do que está sendo ofertado no mercado ainda não é suficiente. Uma empresa, quando contrata um engenheiro recém-formado, vai investir nesse engenheiro, por vários anos, recursos para que ele realmente se capacite. Como disse o Gen. Fraxe, só se é engenheiro depois de cinco anos no campo. E quem vai fazer isso? É a empresa. E o resultado, muitas das vezes, não é o que se esperava.

Então, eu diria que nós temos que vencer. Nós temos que vencer essa dificuldade. Em função da falta de planejamento do Estado brasileiro, as empresas – e, por consequência, o profissional – são demandadas em determinada época e, em outras épocas, não têm o que fazer. Isso faz com que as empresas percam aquilo de maior

valor para ela que é seu quadro de profissionais. Não há como mantê-los. E, quando é chamada novamente para um aumento de investimentos, a empresa está completamente deteriorada na sua qualificação profissional.

Assim, eu quero concordar com o que ouvi do Gen. Fraxe – e acho que dos outros palestrantes. Penso que tem que haver planejamento. E a questão do planejamento leva à questão de projetos.

O RDC, ainda ontem, no plenário do Senado... Na quarta-feira passada, nós íamos derrubar o projeto do RDC. Não derrubamos por falta de três votos. E outro nós aprovamos, mas retirando aquilo que havia sido acrescentado à medida provisória. E foi criada pelo Presidente Renan uma comissão que vai rever a Lei nº 8.666. É preciso, sim, ser revista. Isso já está sendo estudado aqui, no Senado, há pelo menos cinco anos, e ela não avança. Não se avança nessa discussão.

Espero agora que, com a determinação do Presidente Renan e com a questão do próprio Governo em transformar em RDC toda e qualquer licitação, se possa, juntamente com os órgãos, com os representantes da iniciativa privada e do Governo, fazer uma revisão da Lei nº 8.666 para melhorar a questão das licitações.

Eu não tenho nenhuma pergunta a fazer, a não ser essa, em relação ao planejamento: Gen. Fraxe, no DNIT, há um plano de aplicação de recursos a longo prazo. Então, temos que avançar nos projetos. Quando houver recursos para licitar a obra, o projeto executivo já tem que ter sido feito há muito tempo. Tem que estar pronto. Nós vamos fazer uma estrada, não há um projeto. Nós vamos fazer estrada em cima de quê? Em cima de um projeto provisório ou básico? Ou vamos fazer em cima de um projeto executivo? Aí não há resposta, e se vem para o RDC, que é realmente a licitação sem projeto, com risco para a empresa.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM - GO) – Obrigado, Senador, pelas palavras.

Anteriormente, eu até disse isso. Meu colega Wilson chegou a dizer que projeto de engenharia não pode ser feito com 15 anos, 20 anos. Eu até discordo, porque os projetos de engenharia básicos de rodovia podem ser feitos, sim, não há tantas tecnologias. O problema é que se faz um projeto e não se acompanha, no decorrer do projeto, as interferências que pode haver. Então, é só não deixar acontecer, porque os projetos do mundo inteiro foram feitos a longo prazo e estão todos funcionando. O problema é que o Governo não tem o controle, que deveria ser regulador. É o que fazemos com a faixa de domínio, com tudo isso que acontece nas rodovias. Um negócio está planejado para ter três, quatro, cinco pistas e, de repente o Governo abandona essa fiscalização, e infelizmente acontece o que o senhor disse, alguém se senta no meio do caminho, e nós começamos a ter a desapropriação.

Eu gostaria de passar a palavra ao nosso convidado Wilson Lang, para que responda às perguntas e faça também as suas considerações finais.

O senhor tem cinco minutos para a gente terminar.

O SR. WILSON LANG – Sr. Senador Wilder Morais, Srs. Senadores aqui presentes, demais colegas da Mesa, eu peço que, diante do tempo, os senhores acionem um mecanismo psiconeurolinguístico chamado efeito DOG, que significa que, em alta velocidade, vai haver distorções, omissões e generalizações. Portanto, não me crucifiquem por isso.

Fizeram-me aqui três perguntas, e eu queria pontuar as duas que os Senadores colocaram.

A primeira delas é muito simples: no Brasil se trabalha muito pouco; no Senado se trabalha muito pouco; na Câmara dos Deputados se trabalha muito pouco. O senhor falou em cinco anos discutindo-se um tema. O senhor quer que nós, a Engenharia, fiquemos esperando cinco anos para ter uma decisão, para daí tocar uma obra? Não dá.

O RDC é uma lei adequada à circunstância para a qual ela foi criada. A circunstância é uma circunstância episódica. Pelo amor de Deus, faz sete anos que tínhamos que fazer algo e não fizemos nada e agora temos que fazer tudo em alta velocidade. Então, criam um mecanismo.

Temos que parar de ser obedientes ao Poder Executivo. O Legislativo tem que ter a capacidade de propor soluções para este País, e não ficar correndo atrás de aprovar ou de não aprovar, de ficar ao sabor do que o Executivo quer. O Executivo é episódico, o Executivo é idolátrico. Ele não tem nada a ver com a sociedade. Quem representa a sociedade é o Legislativo. O Executivo é a mão invisível que o Legislativo tem para executar o bem-estar da sociedade. E isso se inverteu completamente neste País, completamente, está tudo virado de cabeça para baixo – primeira questão.

A segunda questão: o senhor reclamou, perguntando o que o cidadão lá do Acre vai fazer.

Eu não quero aqui assumir as dores do DNIT, mas o DNIT cumpre ordens, ele é um órgão executivo. Se o Senado, se o Congresso mandar fazer algo e gerar os recursos, disponibilizar os recursos para isso, ele vai executar. Agora, ele não pode ficar inventando de fazer coisas para resolver o problema daqui, dali, de lá. E mais uma, Senador: há uma outra distorção, que não foi aqui comentada, que está criando um problema gigantesco – gigantesco. O seu Município lá do Acre não tem mais recursos para manter os seus ativos em infraestrutura. Os Municípios não conseguem mais sustentar a manutenção das suas coisas, da sua infraestrutura de desenvolvimento, porque o sistema de transferência de recursos veio todo para o Central. Então, ele tem que apelar

para um convênio com o DNIT, e transfere para o DNIT uma responsabilidade que o DNIT também não consegue executar, porque também não tem recurso para isso, não tem gente para isso.

No instante em que o Brasil decidiu criar um processo de terceirização, um processo de contratação de terceiros – o que eu penso que está correto –, ele teria que ter pensado que, ao fazer isso, se tem que gerar uma inteligência de contratação. Se for contratar a reforma do seu banheiro em casa e não tiver uma definição clara do que quer reformar, o senhor vai ver o tamanho da confusão que vai arranjar. E nós estamos falando de obras que interferem na sociedade.

Quando eu falei, Senador, que não se trata de criar um banco de projetos, a questão é muito simples: vai se fazer um projeto... Por exemplo, há um caso típico aqui no Pará...

(Soa a campainha.)

O SR. WILSON LANG – Quer dizer, há um projeto para um porto, aí vem uma companhia e constrói outro porto numa cidade 500km para frente. Toda aquela rodovia que ia para aquele porto não serve mais para nada, porque agora o porto é outro.

Agora, respondendo rapidinho, Senador, às três questões que me foram colocadas: "Como o senhor avalia a qualidade técnica dos engenheiros formados no Brasil?"

No Brasil, se formam engenheiros com, no mínimo, 3,6 mil horas; nos Estados Unidos, 1,8 mil horas. Eu dei uma prova de pontes alguns anos atrás e, na resposta de cinco linhas, o engenheiro cometeu dez erros de português.

"Eles estão adequados e preparados para as exigências do mercado?"

Não; as universidades brasileiras também têm seus problemas, elas não acompanham o mercado, elas não têm essa velocidade de transformação, embora procurem fazer o melhor possível com o que têm de disponibilidade.

(Soa a campainha.)

O SR. WILSON LANG – "Como o senhor avalia os cursos de formação continuada para engenheiros no Brasil?"

Eu penso, Srs. Senadores, que os senhores poderiam propor, sugerir uma lei gerando condições para que esses órgãos como o DNIT, a ANTT e outros tantos pudessem ter recursos para uma formação continuada. Uma formação continuada, por exemplo, por meio de educação a distância, ajudaria muito. Não é preciso trazer gente do Brasil inteiro para Brasília, a aula pode ser dada lá em Cruzeiro do Sul, sem nenhum problema. E a qualidade da educação a distância, quando bem-feita, é muito, mas muito melhor do que a presencial.

A terceira pergunta é: "A estrutura dos cursos de engenharia, as definições e as atribuições de engenheiros de competência dos CREAs e do Confea têm acompanhado o avanço das tecnologias e necessidade do mercado? Onde o Brasil está errando na formação de engenheiros, na quantidade e qualidade necessárias para o progresso do País?"

Aqui se falou em Crea e Confea. Como ex-presidente do órgão, eu tenho a liberdade de dizer o seguinte: os sistemas de regulamentação profissional no Brasil estão completamente equivocados. Uma legislação anacrônica, feita em 1930, por ali... Quer dizer, a OAB tem um regime ótimo, e o resto todo tem que pedir a benção para o Congresso. É bom pedir a benção para o Congresso? É bom, só que isso cria um conjunto de distorções – todos os senhores sabem o que é um projeto tratando de regulamentação profissional tramitando nesta Casa. É preciso haver mais liberdade de ação; é preciso haver mais liberdade de assumir responsabilidades. Então, eu penso que há também que se mudar a legislação desses órgãos de regulamentação profissional.

Erros na formação de engenheiros, quantidade e qualidade, têm a ver com uma série de coisas. Um engenheiro ganhando R$9,8 mil por mês, seis vezes mais do que aquele lá do Nordeste...

(Soa a campainha.)

O SR. WILSON LANG –... como diz o meu amigo Florentino, vai ganhar R$2,580 milhões em 30 anos. Se esse engenheiro fizer 10 quilômetros de estrada, que custam R$3 milhões cada quilômetro, ele vai ganhar, supondo que o lucro dele seja de 10%, R$3 milhões. Essa é a diferença. Dez quilômetros de estrada. Perguntem ao nosso colega do DNIT quantos mil quilômetros de estrada ele tem para fazer, diante da necessidade existente hoje, e quantos milhares de quilômetros ele tem para fazer se quiser sair do lugar 120º em rodovias, que nós ocupamos no mundo. O senhor não estava aqui quando eu disse que o Brasil está no lugar 120º. Há 120 países na nossa frente em termos de malha e qualidade rodoviária.

Então, eu entendo os senhores – e aí faço as minhas considerações finais e já peço escusas por ter adiantado um pouco –, mas penso que marcos reguladores, condições de trabalho e profissão de Estado para as

áreas de engenharia são fundamentais para o desenvolvimento do País. Não se trata aqui apenas de defesa da regulamentação profissional, não se trata aqui da defesa da valorização profissional. Não. Trata-se aqui de como é que vamos construir um Brasil. Sem isso, não existe, na história da humanidade, país que se desenvolveu sem engenharia e sem infraestrutura. Esqueçam isso! Não existe. Talvez estejamos querendo fazer com que o Brasil seja o primeiro. Eu não acredito que isso aconteça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM - GO) – Agradeço ao Sr. Wilson Lang.

Gostaria de passar a palavra ao Sr. Florentino Souza Filho, diretor financeiro da Federação Nacional dos Engenheiros, para responder a essa pergunta e também fazer as considerações finais.

O senhor tem cinco minutos.

O SR. FLORENTINO SOUZA FILHO – Primeiro, quero saudar os Senadores aqui presentes e o nosso amigo Senador Wilder, que preside a reunião.

Eu queria fazer aqui uma colocação. Em 2007, o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados e o Senado, aprovou lei que regulamenta o saneamento básico, a Lei nº 11.445.

A Lei nº 11.445 estabelecia, à época, que, até o final de 2010, todos os contratos de concessões de saneamento público deveriam ser renovados, deveriam ser reeditados, através das novas normas estabelecidas pela lei, e que, para isso, um dos primeiros pontos seriam os planos municipais de saneamento.

Chegamos a 2010 e, dos 5,5 mil Municípios deste País, acho que uma média de 400 Municípios conseguiram fazer seus planos municipais. Então, isso impediria ali de continuar o recebimento de recursos públicos para saneamento ou para qualquer coisa dentro dos Municípios. Foi prorrogado para 2011... dezembro de 2013. Chegamos a dezembro de 2013 e não chegamos sequer a 700 Municípios brasileiros que tenham desenvolvido esse plano municipal de saneamento.

Observe-se que, nessa situação, novamente o Ministério das Cidades teve que prorrogar esse prazo, agora para dezembro de 2015, para evitar que os Municípios não recebam mais recursos federais para tais obras.

Observem que, dentro desse plano, cada um desses 5,5 mil Municípios, se considerarmos que 500 Municípios tenham um engenheiro contratado, dentro desses Municípios, para fiscalizar a obra ou para dar andamento igual em qualquer tipo de ações dentro do Município, é muito. A maioria dos Municípios não tem um engenheiro contratado e, quando contrata qualquer obra, não tem quem fiscalize.

Nessa questão dos planos municipais, o Município – como disse a nosso Wilson Lang – além de não ter as condições financeiras para estabelecer as ações técnicas de que necessita para dar infraestrutura – ele citou o caso do Acre, mas é no País inteiro –, também não tem condições de pagar engenheiros e muito menos uma firma de consultoria para desenvolver essas atividades. É uma questão técnica e política que precisa ser resolvida e equacionada.

A lei que estabelece a carreira de Estado poderá começar a resolver essa questão, porque aí cada Município poderá ter a sua condição de contratar os engenheiros necessários para que possam desenvolver essas atividades. Dentro desse procedimento, evidentemente que não é só a carreira de Estado, acompanhado dela terá que vir a valorização profissional e essa valorização profissional está especificada claramente na valorização econômica do pagamento dos salários desses profissionais.

A pergunta que me foi feita sobre a questão: o que desestimula a categoria? São várias questões. Entre as questões principais, está a questão do salário do engenheiro. Não há categoria que suporte um salário desses sem poder sobreviver e sustentar sua família para fazer uma atividade tão complexa e, como disse o Presidente Lang, envolvendo tantos recursos, em que há aqueles que jogam pedra, General, ganhando rios de dinheiro e aqueles que lutando e carregando a pedra para o desenvolvimento desse País. Concordo que é esta a grande questão.

As questões fundamentais para que essa valorização exista e é preciso que essa Casa observe; a questão do salário, a questão da carreira de Estado, e a questão política de que o Senador Wilder falou. Os cargos que são exclusivos da engenharia, hoje, em Municípios e Estados, são colocados politicamente por pessoas leigas e que não dão andamento às obras e às atividades de engenharia na forma como deveriam dar, porque não têm conhecimento técnico, de forma ilegal e vou considerar também irresponsável. E a gente buscando, através do nosso sindicato, fazer as denúncias necessárias para evitar o mínimo possível de agressão à sociedade nessa situação.

Quero terminar as minhas considerações finais agora, agradecendo esta Casa e à Comissão e peço que repassem ao Senador Collor por esse trabalho com esta Comissão de Infraestrutura e que a Federação Nacional dos Engenheiros, envolvida como está no projeto de desenvolvimento, como se viu, desenvolvendo trabalhos em todo o País, está sempre à disposição sempre desta Casa, para, juntamente com ela, buscar soluções para infraestrutura deste País.

E repasso ao senhor as proposições feitas pela Federação Nacional dos Engenheiros, da qual havia falado e não havia repassado, em relação à questão da infraestrutura do País.

Também quero encerrar, dizendo que a Federação Nacional dos Engenheiros está ligada diretamente a uma nova confederação criada com mais seis federações, que é a Federação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários. E repasso uma ao General, outra para o meu Senador, as atividades da Confederação Nacional dos Trabalhadores Universitários, à qual estamos filiados, que também têm desenvolvido juntamente com os médicos, odontólogos, nutricionistas, economistas e outras entidades, um trabalho grande em prol do desenvolvimento não só da engenharia, aí num âmbito grande de profissões.

Muito obrigado. Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM - GO) – Agradeço as palavras do Sr. Florentino Souza Filho, Diretor Financeiro da Federação Nacional de Engenheiros. E passo a palavra, agora, para suas considerações finais e para responder também às perguntas do Senador Flexa Ribeiro e Senador Sérgio Petecão, ao General Jorge Ernesto Pinto Fraxe.

Com a palavra, cinco minutos para fazer as considerações finais.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Senador Petecão, tenho visto em V. Exª um homem comprometido com a sua base de cidadãos, preocupado. E vou dizer o seguinte: o problema do Acre é o mesmo problema do Amapá, de Roraima e até do Distrito Federal: não havia superintendente.

Então, o Brasil, por muitos e muitos anos, esse gigante ficou adormecido nessa questão de infraestrutura e deixou Estados como o Acre, o Amapá, Roraima e o próprio Distrito Federal, sem superintendente. Então, o superintendente de Rondônia acumula o Acre. Imaginem! Isso não dá certo, Senador. Então, foi criada agora. O Governo finalmente criou a Superintendência do Acre. Nós já estamos correndo atrás de colocar lá uma pessoa idônea, uma pessoa de engenharia, capaz, para ser o Superintendente do Acre, assim como no Amapá, em Roraima e no Distrito Federal. Então, essa é uma questão.

E aí o que é que veio ao longo do tempo? Convênios, convênios e convênios com execuções problemáticas, que o senhor já conhece e eu não vou detalhar aqui.

Bom, eu quero dizer que, pela primeira vez na história de 11 anos do DNIT, que é o filho do DNER, nós fizemos o Plano Nacional de Controle de Tráfego, contagem eletrônica de tráfego. Nós temos agora a empresa espalhada no Território Nacional, com equipamentos eletrônicos, contando o tráfego. E fizemos um termo de cooperação com o Exército brasileiro para ele fazer um outro tipo de pesquisa de tráfego, que se chama origem/destino. Cruzando essas informações, nós vamos ter os eixos estruturantes do País que precisam de grandes investimentos.

Então, os senhores vejam que o feijão com arroz não se fazia. Para se fazer o planejamento estratégico, precisa haver isto: ter o chamado VMD, o Volume Médio Diário de tráfego, porque é isso que impõe esforço ao pavimento e faz com que ele dure ou um ano, ou dois, ou três, ou quatro ou dez. O dimensionamento da estrutura desse pavimento está relacionado com o número n que resulta de toda essa conta de volume de tráfego. Então, nós estamos nesse caminho. Essa é outra revolução.

Pela primeira vez o DNIT tem o Plano Nacional de Manutenção, o Plano Nacional de Controle de Tráfego, essa pesquisa de origem e destino. Isso é importante, muito importante.

Então, eu acho que essa questão do DNIT com base executiva tem uma outra leitura. Nós estamos concluindo uma proposta de reestruturação do DNIT. Estamos refinando uma primeira que nós fizemos quando nós chegamos lá no DNIT e vamos apresentar isto aos nossos superiores – esse plano de reestruturação do DNIT, que tem ações de curto e de médio prazo. Esperamos que eles leiam isso com cuidado.

Em terceiro lugar, Senador, eu queria dizer o seguinte. Eu acho que a Comissão de Infraestrutura, eu diria assim, tem que ser o grande padrinho do DNIT. Aqui, nesta Comissão, é onde tem que se fazer a defesa dos engenheiros do DNIT, da instituição DNIT, seja como autarquia hoje, seja como empresa pública no futuro, se for o caso.

Com relação ao Senador Flexa Ribeiro, a questão dos custos tem um outro foco de mercado. É o mergulho do preço. Há muita empresa irresponsável que mergulha nos preços das licitações e, depois, não dá conta do recado. Daí nós precisarmos desenvolver no DNIT um sistema de pré-qualificação de empresas, para não tratar igualmente os desiguais. Para cada nível de obra, de complexidade e tamanho, um grupo de empresas pré-qualificadas. Para outras médias, outro grupo. E, para pequenas obras, outro grupo. Isso está faltando no DNIT.

Quando eu assumi o DNIT, ele estava paralisado. Ele não podia avançar em nenhuma revisão de projetos em fase de obra, em setembro de 2011. Está lembrado, não é, Tarcísio? Sabe por quê? Porque todos os contratos que o DNIT tinha de grandes obras, de duplicação, por exemplo, e adequação de capacidade, com o projeto executivo, já estavam ultrapassando os 25%. Aí o que o DNIT estava tentando fazer naquela época? Tira um pedaço de pista, tira a passarela, tira uma passagem inferior para poder abater as coisas para caber dentro dos 25% que a lei permitia de aditivo, o famoso aditivo do contrato. O que é que o TCU disse? Negativo, parou. Estão começando a descaracterizar o objeto contratado. Não permitiu mais isso. Qualquer mudança só sobe,

nunca desce. A consequência é que estava tudo parado quando eu cheguei ao DNIT. Foi uma luta de 60 dias para que nós conseguíssemos dizer ao TCU e o TCU aquiesceu ao nosso pedido, dizendo: "O que está em jogo vamos terminar. E, daqui para a frente, nós vamos mudar essa regra do jogo."

Então, essa inteligência de contratação é importante. Lá no DNIT ela é crucial. A inteligência de mercado é crucial no DNIT, mas, se não tivermos o apoio parlamentar daqui da Comissão de Infraestrutura, nós seremos órfãos. A Comissão de Infraestrutura deve apoiar o DNIT nas suas pretensões. Tanto que trarei uma proposta do plano de restruturação do DNIT à Comissão de Infraestrutura, para que nos apoie e esse plano siga adiante.

Muito obrigado a todos pela oportunidade. Muito obrigado aos telespectadores, a gente brasileiro que nos escuta.

Concluo dizendo que aqui há um projeto, apenas um projeto, de restauração de uma ponte, a ponte Barão de Mauá – são 64 volumes, mais de 6.500 folhas. Engenharia não é para amador. É para profissional experiente, responsável e honesto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM - GO) – Agradeço as palavra do General Fraxe.

E passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, que tem algumas perguntas ainda a serem feitas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Presidente Wilder Morais, eu não poderia deixar de perguntar ao Gen. Fraxe sobre o Pedral do Lourenço, porque o Pará inteiro nos assiste pela TV Senado e, todas as vezes que eu me encontro com o Gen. Fraxe, a pergunta que não quer calar tem que ser feita, sobre o Pedral do Lourenço.

Nós estávamos na expectativa, General, do dia 8 de maio; foi prorrogado para o dia 30. Eu pergunto se no dia 30 vamos realmente ter já aberta o RDC.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Eu agradeço muito a sua pergunta, Senador.

E a todos os amigos do Pará, do Tocantins, enfim, a todos os produtores que sonham em usar o Tocantins como hidrovia, por que nós adiamos essa licitação? Porque o mercado pediu. Eu tenho três documento – que posso lhe mostrar se o senhor ao DNIT – de três construtoras que pediram mais prazo para estudar melhor o projeto do RDC.

Veja que coisa bonita! Pela primeira vez no DNIT, as empresas estão pedindo mais prazo para estudar melhor o terreno, para ver que proposta vão apresentar. Isso é fazer engenharia séria. Antigamente, o cara entrava com aventura. Ele não sabia nem se ia ter equipamento para mobilizar e fazer a obra. Ele chegava lá e começava a dar lance, mergulhava, dava 30%, 40%, 45% de desconto no custo de uma obra e não terminava a obra.

Hoje, com o RDC, o cara pede mais prazo: " Eu quero ir ao terreno, eu quero estudar melhor." Por quê? Porque não há aditivo no RDC. No preço que ele fechar, está fechado. Acabou a figura do aditivo, Senador.

Então, nós adiamos não por nossa vontade. Foi para atender a um reclamo do mercado que eu considero saudável. Demonstra seriedade do mercado.

Não sei se lhe respondi bem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Lógico que sim. Estamos aguardando o dia 30 próximo.

Presidente Wilder, só para fazer um comentário sobre o que foi dito pelo Dr. Wilson Lang, ex-Presidente do Confea, de que o Senado trabalha pouco.

Eu diria que a visão está distorcida. O Senado trabalha muito, produz pouco. E isso não é culpa dos Parlamentares, é culpa da falta de independência dos Poderes. Há, por parte do Executivo uma pressão sobre o Congresso Nacional, em que se acaba aprovando ou produzindo apenas aquilo que o Executivo quer. Se for feita uma avaliação do trabalho legislativo, é muito pouco aquilo que parte dos Parlamentares, que é o que deveria ser feito – projetos dos Parlamentares. O que está sendo aprovado aqui, lamentavelmente, são ações impostas pelo Governo, pelo Executivo, por medidas provisórias, que trancam a pauta, e não se pode trabalhar ao longo do tempo.

Trabalhar nós trabalharmos muito, produzir é que nós produzimos pouco.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM - GO) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Agora eu passo a palavra, para as considerações finais, ao Sr. Tarcísio Gomes de Freitas, Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura, do DNIT.

O senhor tem cinco minutos para fazer as suas considerações finais.

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, quero cumprimentar a Comissão de Serviços de Infraestrutura pela iniciativa de discutir um tema tão relevante e fazer algumas reflexões até em torno do que o Dr. Wilson Lang colocou, sobre as posições do Brasil na questão da infraestrutura, no nosso ranqueamento.

A infraestrutura está tão na moda, e todo mundo falando falta infraestrutura, falta infraestrutura, e aí vem a questão: de quem é a responsabilidade? A responsabilidade não é do DNIT não, é de todos, é de todo mundo.

Observe o seguinte: por que nós temos portos ineficientes? Nós ficamos com o mesmo regramento vigente para portos desde 1934 até 1993, o mesmo regramento anacrônico de 1934, na Era Vargas, até 1993. Em 1993, a situação dos portos era tão precária por causa da extinção da Portobrás, em 1990, que foi necessário fazer uma lei, que foi aperfeiçoada agora em 2012. De quem é a responsabilidade da falta de eficiência do transporte ferroviário? As concessões de ferrovias foram feitas na década de 90, antes de a estrutura regulatória ser montada. De quem é a responsabilidade, então?

Nós estamos falando de questões de Estado. O esforço para resolver essas questões é coletivo, é o esforço do Executivo, é o esforço do Legislativo, é o esforço do Judiciário.

Não adianta achar que nós vamos ter infraestrutura forte com carreira de infraestrutura fraca. E de quem é a responsabilidade de ter uma carreira de infraestrutura forte? Quando a carreira de infraestrutura vai ser questão de Estado? Quando vai sair do discurso e vai passar para a prática? Não adianta achar que nós vamos ter eficiência, ou vamos deslanchar nas obras de infraestrutura, se a gente não mudar o regramento do licenciamento. E quem vai mudar o regramento do licenciamento ambiental? A quem compete isso?

Então, é uma série de questões que estão ligadas, que exigem ações do Executivo, exigem ações do Legislativo, acho que há uma agenda legislativa enorme para ser vencida. Como o gestor vai trabalhar se ele não tiver tranquilidade para trabalhar, se ele é pressionado o tempo todo pelo Ministério Público, pelo Tribunal de Contas, pela Controladoria? Há um fazendo, e dez controlando. Isso é uma questão de Estado.

Então, a responsabilidade é de todos. É de todos. A responsabilidade não é do DNIT somente. O DNIT é uma parte desse processo e o DNIT tem inovado muito nesse sentido, fez muita coisa nesse período.

Falou-se aqui, por exemplo, na questão do mérito do engenheiro que trabalha pouco vai ganhar a mesma coisa que o engenheiro que trabalha muito. Acho que muito pior do que isso, e eu tenho um sonho, parafraseando ou imitando Martin Luther King, que sempre começava os seus discursos dizendo: "*I have a dream*". Eu tenho um sonho, um sonho de ver um órgão que possa ter o seu treinamento, a sua capacitação em camadas, que possa ter os seus cargos executivos ocupados por pessoas de carreira, que foram qualificadas ao longo da vida para ocupar aqueles postos. Aí é uma questão de maturidade política. Quando é que eu vou ver isso? Eu tenho fé de ver isso antes de morrer. O Brasil não vai crescer se a gente não tiver gente qualificada para desempenhar essas funções e para tocar essa missão.

Por fim, só para falar do RDC, só sabe o quanto o RDC é bom quem está no Executivo fazendo licitação, quem fez Lei nº 8.666 e quem está fazendo RDC. A quantidade de ferramentas interessantes...

(Soa a campainha.)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS –... que o RDC trouxe para a gestão pública, seja no compartilhamento de risco, trazendo as seguradores para dentro do processo, eliminando a revisão de projeto em fase de obra, contribuindo para a compressão dos cronogramas.

As obras que foram licitadas pelo DNIT, pelo RDC, em que nós não temos pendências ambientais, todas, sem exceção, estão com seus cronogramas hoje adiantados: túnel do Morro do Formigão, a BRs 163 e 364 no Mato Grosso, a ponte da BR-319, estações de fronteira do Oiapoque. Basta visitar as obras. Todas estão com os cronogramas adiantados. Então, é uma revolução, que não trouxe nada de novo, só incorporou boas práticas internacionais, o que já era usado no mundo, no regramento das contratações. Isso é muito interessante.

Cumprimento a Comissão pela iniciativa. Estamos à disposição do DNIT para contribuir com as soluções dos problemas de infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM - GO) – Agradeço as palavras do Tarcísio Gomes Freitas, Diretor Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Tarcísio, eu acho que, num órgão como o DNIT, como ouvi do General, que tem um legado e uma história antiga, o RDC pode até ser considerado. Como vocês têm parâmetros, como vocês têm condições técnicas de avaliar, isso, com certeza, pode funcionar bem, mas, em outros órgãos, em que não há nada disso, isso é um pouco temerário. Exemplo disso é a Copa do Mundo. Nós não temos nenhuma arena praticamente igual à outra em termos de preço. A discrepância é gigante. É por isso que isso é comentado, os números que temos e que têm chegado para nós no Senado são muito grandes com relação à Copa. Não é um item específico como acontece nas rodovias.

Antes do encerramento e de agradecer a presença de vocês, chegaram à Mesa dois requerimentos.

Um é da Senadora Kátia Abreu, que vou ler agora:

REQUERIMENTO Nº 20, DE 2014 – CI

Requeiro, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, seja o estudo e apreciação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 559, de 2013, que "institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", realizado em reunião conjunta da Comissão de

Serviços de Infraestrutura (CI), Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Autoria: Senadora Kátia Abreu

Esse é o requerimento da Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu queria apenas cumprimentar todos os convidados, especialmente o General Fraxe – é um prazer e uma alegria revê-lo –, e justificar esse requerimento, que foi um acordo de Plenário ontem para que nós votássemos a MP do RDC para o sistema prisional da forma como veio. Foi acordado que agilizaríamos o PLS nº 559, de que sou Relatora, da comissão especial criada pelo Presidente Renan para discutir a Lei nº 8.666, o RDC e o pregão, numa lei só. Inclusive, Tarcísio Gomes Freitas, do DNIT, foi um grande colaborador na construção desse relatório. Então, achamos por bem juntar as três Comissões nesse acordo amplo para agilizar, mas para não deixar de passar nas Comissões, para não ir direito ao plenário. Então, eu gostaria da aprovação dos colegas Senadores.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM - GO) – Agradeço as palavras da Senadora Kátia Abreu.

Vou ler também o outro Requerimento, de nº 19, de 2014, do Senador Sérgio Petecão:

REQUERIMENTO Nº 19, DE 2014 – CI

Requeiro, nos termos regimentais, a designação de uma comissão composta por membros dessa Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, incumbida de realizar visita técnica às instalações da Usina Hidrelétrica de Jirau, no Estado de Rondônia, objetivando promover uma análise do projeto no contexto geral energético brasileiro.

Autoria: Senador Sérgio Petecão

Com a palavra, Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Presidente, esse requerimento é para que nós, membros desta Comissão... Inclusive, já conversei ontem com o Presidente Collor, que é o Presidente desta Comissão, para que ele, dentro das possibilidades, possa estar presente. O Brasil todo tomou conhecimento das situações difíceis por que passamos lá no Acre. O Acre ficou isolado por quase 30 dias por conta das enchentes. E algumas ONGs e algumas instituições responsabilizaram essa hidrelétrica do Jirau por esse alagamento da BR-364.

Então, eu, pessoalmente, já estive lá visitando. É uma obra maravilhosa, de grande importância para o nosso País, mas seria importante que esta Comissão pudesse fazer uma visita lá, para que nós pudéssemos ter informações de se realmente essas enchentes que chegaram a transbordar e isolaram o Acre do resto do País foram prejudicadas pelas obras da hidrelétrica do Jirau.

Então, esse é o objetivo do nosso requerimento, para que nós possamos estar abrindo um diálogo com os técnicos, os responsáveis, os engenheiros e saber realmente o que tem de informação positiva, porque não podemos ficar no "achismo". Achamos que essas enchentes ocorreram por conta dessa condição. Eu, pessoalmente, acho que não, mas é importante que possamos abrir esse debate aqui, nesta Comissão. Daí o objetivo do nosso requerimento.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente, apenas para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM - GO) – Pela ordem, Senadora.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB - TO) – O Secretário da Comissão talvez tenha... Eu não tenha me expressado bem: é uma reunião conjunta, da CCJ, CAE e CI. E é PLS. Eu disse PLC; desculpa, é PLS.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM - GO) – O.k., Senadora.

Então, agradeço a presença de todos, em especial os nossos convidados: General Jorge Ernesto Pinto Fraxe, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT); Sr. Wilson Lang, ex-Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia; Sr. Florentino Souza Filho, Diretor Financeiro da Federação Nacional dos Engenheiros; e também o Sr. Tarcísio Gomes de Freitas, Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT).

E, por fim, convoco nossa próxima reunião, a realizar-se imediatamente após o encerramento desta pauta deliberativa.

Gostaria de tirar uma foto com nossos palestrantes aqui presentes.

Esta reunião está encerrada.

(Iniciada às 7 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 15 minutos.)

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2014, QUARTA-FEIRA, IMEDIATAMENTE APÓS A 20ª REUNIÃO, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e dezenove minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Wilder Moraes, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores Jorge Viana, Inácio Arruda, Clésio Andrade, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro, Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Kátia Abreu, Vicentinho Alves, Ruben Figueiró e Jayme Campos. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa de leitura e aprovação das atas das 17ª, 18ª, 19ª e 20ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. Tem início a apreciação da pauta. Item 1 – Projeto de Lei do Senado nº 408, de 2012, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que "altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para alargar a faixa não edificável ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias". **Relatoria:** Senador João Capiberibe. Resultado: Retirado de Pauta. Item 2 – Projeto de Lei do Senado nº 446, de 2012, de autoria do Senador Aécio Neves, que "reduz a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins incidentes sobre operações com energia elétrica". **Relatoria:** Senador Delcídio do Amaral. Resultado: Retirado de Pauta. Item 3 – Projeto de Lei do Senado nº 317, de 2013, de autoria do Senador Ataídes Oliveira, que "isenta do Imposto sobre a Importação os equipamentos e componentes de geração elétrica de fonte solar". **Relatoria:** Senador Delcídio do Amaral. Resultado: Retirado de Pauta. Item 4 – Ofício "S" nº 34, de 2013, de autoria do Governo do Estado de São Paulo, que "encaminha relatório relativo ao cumprimento dos limites e parâmetros da Parceria Público-Privada por parte do Estado de São Paulo, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004". **Relatoria:** Senador Antônio Carlos Rodrigues. Relator ad hoc: Senador Sérgio Petecão. Resultado: Aprovado. Item 5 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 18, de 2014, de autoria do Senador Jorge Viana, que "em adendo ao RQI - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 5, de 2014, aprovado na reunião de 12/03/2014, requeiro que seja incluído representante do Ministério da Integração Nacional, no rol de convidados para a audiência pública destinada a discutir a escassez de água e seus reflexos, para abordar o tema com ênfase na situação da Região Nordeste.". Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e vinte e cinco minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Wilder Morais,** Presidente em exercício da Comissão

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM - GO) – Declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 4º Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Sessão Legislativa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 17ª, 18ª, 19ª e 20ª Reuniões.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Os itens 1, 2 e 3 ficam retirados de pauta por solicitação dos relatores.

(São os seguintes os itens retirados:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, DE 2012
- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para alargar a faixa não edificável ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatoria: Senador João Capiberibe
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 446, DE 2012
- Não Terminativo -

Reduz a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins incidentes sobre operações com energia elétrica.

Autoria: Senador Aécio Neves
Relatoria: Senador Delcídio do Amaral
Relatório: Pela rejeição.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, DE 2013
- Não Terminativo -

Isenta do Imposto sobre a Importação os equipamentos e componentes de geração elétrica de fonte solar.
Autoria: Senador Ataídes Oliveira
Relatoria: Senador Delcídio do Amaral
Relatório: Pela aprovação.
Passo ao item 4 da nossa pauta:

ITEM 4

OFICIO "S" Nº 34, DE 2013
- Não Terminativo -

Encaminha relatório relativo ao cumprimento dos limites e parâmetros da Parceria Público-Privada por parte do Estado de São Paulo, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004.
Autoria: Governo do Estado de São Paulo
Relatoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues

Designo o Senador Sérgio Petecão como Relator *ad hoc,* a quem concedo a palavra.
Com a palavra o Senador Sérgio Petecão.
O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Relatório.
Submete-se ao exame desta Comissão o Ofício "S" nº 34, de 2013, enviado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo, em cumprimento ao disposto no art. 28 da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada (PPP) no âmbito da administração pública.
Trata-se do processo de contratação de PPP, pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), na modalidade de concessão administrativa, para a prestação de serviços de operação e manutenção do empreendimento Sistema Produtor São Lourenço.
Vou ao voto, Presidente.
Em face do exposto, manifesto meu voto pelo conhecimento do Ofício "S" nº34, de 2013, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura e seu posterior arquivamento, bem como pela comunicação dessa decisão do Senado Federal ao Ministério da Fazenda.
É lido, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM - GO) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.
Em votação o relatório.
As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Item 5:

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 18, de 2014

Em adendo ao RQI - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 5, de 2014, aprovado na reunião de 12/03/2014, requeiro que seja incluído representante do Ministério da Integração Nacional no rol de convidados para a audiência pública destinada a discutir a escassez de água e seus reflexos, para abordar o tema com ênfase na situação da Região Nordeste.
Autoria: Senador Jorge Viana
Observações: o requerimento foi lido na reunião do dia *07/05/2014.*

A audiência pública referida no presente requerimento tem sua realização prevista para o dia 4 de junho de 2014.
Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.
Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o requerimento.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradecendo a presença de todas as Srªs e Srs. Senadores, convoco a nossa próxima reunião a ser realizada neste plenário, no dia 26 de maio de 2014, segunda-feira próxima, às 18 horas, com a audiência pública sobre o tema Segurança Jurídica para Investidores Privados – necessidade de revisão, modernização da legislação vigente, 7º Painel integrante do ciclo sobre temas transversais da agenda de Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País.

Serão ouvidos os seguintes especialistas: Dr. Almir Pazzianotto, ex-Ministro do Trabalho e Presidente do Tribunal Superior do Trabalho; e Alexandre Aragão, Professor de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Esta reunião está encerrada.

(Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 25 minutos.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 10ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES (12ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL), DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 8 DE MAIO DE 2014.

Às oito horas e quatorze minutos do dia 8 de maio de dois mil e quatorze, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência do Senador RICARDO FERRAÇO, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senadores ANA AMÉLIA, BENEDITO DE LIRA, CRISTOVAM BUARQUE, DELCÍDIO DO AMARAL, EDUARDO SUPLICY, JARBAS VASCONCELOS, JAYME CAMPOS, KÁTIA ABREU, LUIZ HENRIQUE, PAULO BAUER, RUBEN FIGUEIRÓ, WALDEMIR MOKA e WALTER PINHEIRO. Deixam de comparecer os demais Senadores. Os Senadores Flexa Ribeiro e Cyro Miranda justificam a ausência, em razão da visita oficial à China, na condição de membros do Grupo Parlamentar Brasil-China. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior das Comissões, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Ricardo Ferraço, informa que a Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 4, de 2014, de autoria do Senador Waldemir Moka; Requerimento (RRE) nº 5, de 2014, de autoria do Senador Ricardo Ferraço; e Requerimento (RRE) nº 13, de 2014, de autoria da Senadora Ana Amélia, destina-se a debater sobre o contencioso do algodão envolvendo Brasil e Estados Unidos, com a participação dos seguintes convidados: Sr. Enio Cordeiro – Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério das Relações Exteriores – MRE (representante de: Luiz Alberto Figueiredo Machado); Sr. André Alvim de Paula Rizzo - Secretário da Câmara de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC (representante de: Mauro Borges Lemos); Sr. Benedito Rosa do Espírito Santo - Diretor do Departamento de Assuntos Comerciais da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (representante de: Neri Geller); Sr. Gilson Ferrúcio Pinesso - Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão - ABRAPA. Os Senhores Senadores Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Waldemir Moka, Kátia Abreu, Ana Amélia, Jayme Campos, Eduardo Suplicy, Ruben Figueiró e Walter Pinheiro fazem uso da palavra. O Senhor Presidente, Senador Ricardo Ferraço, apresenta os seguintes requerimentos para deliberação das Comissões: 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 17, de 2014, e REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 37, de 2014 - Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA, conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE, para debater o "Contencioso do algodão com os Estados Unidos na OMC". Para tanto, que sejam convidados: Luiz Alberto Figueiredo Machado - Ministro de Estado das Relações Exteriores – MRE; Mauro Borges Lemos - Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC; Neri Geller - Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Gilson Ferrúcio Pinesso - Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão - ABRAPA. Resultado: Aprovados. 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 18, de 2014, e REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 38, de 2014 - Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA, conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE, para uma análise dos impactos da nova Lei

Agrícola dos Estados Unidos da América na agricultura brasileira e mundial. Resultado: Aprovados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Ricardo Ferraço,** Presidente da CRE

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Srs. Senadores, senhoras e senhores convidados, Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, com quem a Comissão de Relações Exteriores compartilha, em pé de igualdade, esta 10ª Reunião Conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Agricultura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata das reuniões anteriores das duas Comissões, que, com a anuência do Plenário, serão dadas como aprovadas. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se opor, ficam, portanto, aprovadas as atas das reuniões anteriores.

A presente reunião destina-se a audiência pública, em cumprimento ao requerimento de autoria do Senador Waldemir Moka, também do Senador Ricardo Ferraço e da Senadora Ana Amélia, que tem por finalidade debater o contencioso do algodão, envolvendo o Brasil e os Estados Unidos da América, com a presença de um conjunto relevante de convidados, aos quais queremos agradecer a disponibilidade do tempo de V. Sªs, para que possamos fazer esse importante debate.

Estão aqui conosco o Sr. Gilson Ferrúcio Pinesso, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão, a quem gostaríamos de convidar para que tomasse assento à Mesa; também o Sr. Benedito Rosa do Espírito Santo, Diretor do Departamento de Assuntos Comerciais da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; o Sr. André Alvim de Paula Rizzo, Secretário da Câmara de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; o Sr. Enio Cordeiro, Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério das Relações Exteriores.

A questão que nos reúne aqui hoje diz respeito não apenas ao futuro da cultura do algodão, mas ao futuro da própria agroindústria brasileira, a joia da coroa das exportações brasileiras, que terminou 2013, com o saldo comercial de US$78 bilhões de dólares, um setor que representa uma espécie de oásis, num universo de notícias incertas com relação ao desempenho da nossa economia.

Em boa medida, a continuidade desse processo de avanços de competitividade que experimentamos no campo, graças ao esforço de tantos brasileiros, depende agora, mais uma vez, de nossa reação e de nossa efetiva ação diante da lei agrícola norte-americana, aprovada no início de 2014. Por essa nova lei, o governo norte-americano está autorizado a retomar o aumento de subsídios para o algodão, soja e milho. De acordo com as projeções da Confederação Nacional da Agricultura, esses subsídios impactarão negativamente o mercado internacional ao estimular o aumento da produção, o que, por sua vez, empurrará ou poderá empurrar os preços para baixo. Ademais, subsídios reduzem o risco do produtor, que responderá com o aumento da área de cultivo, sem compromisso com o nível de demanda existente no mercado, o que certamente poderá deprimir os preços.

O Governo brasileiro precisa estar atento, vigilante, ativo e mobilizado para que essas negociações possam se dar na defesa dos interesses da eficiente agricultura brasileira. O fato é que não podemos admitir que uma lei predatória, originária de uma potência econômica que se diz campeã do livre mercado, possa ceifar as relevantes conquistas que obtivemos no campo e no agronegócio ao longo das últimas décadas.

De especial interesse do Brasil na "Farm Bill" é a questão do algodão. Em suas quase 700 páginas, a nova lei substitui subsídios à exportação – demanda vencida pelo Brasil no âmbito da OMC –, mas mantém, no lugar dos pagamentos diretos aos produtores, um esquema de seguro agrícola que pode ser capaz de dar ao algodão dos EUA outras vantagens desleais no comércio internacional.

Pela avaliação dos produtores brasileiros de algodão, o novo mecanismo poderá causar mais distorções do que os anteriores. Segundo a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão – aqui presente nesta audiência pública, dependendo das cotações do algodão no mercado internacional, as perdas dos exportadores brasileiros podem ficar entre US$100 milhões e US$600 milhões por ano.

Vale recordar que vitória do Brasil na Organização Mundial do Comércio, no chamado "contencioso do algodão", teve início em setembro de 2002, quando o Brasil apresentou pedido formal de consulta aos Estados Unidos, na OMC, por considerar que os subsídios domésticos concedidos pelo país ao setor de algodão e os programas de garantias de crédito à exportação eram incompatíveis com os acordos da Organização Mundial do Comércio.

O Órgão de Solução de Controvérsias adotou decisão sobre o caso, em 2005, autorizando o Brasil a retaliar os EUA em US$829 milhões nas áreas de bens, propriedade intelectual e serviços.

Já em 2010, às vésperas do início da aplicação das contramedidas pelo Brasil, os Estados Unidos propuseram um arranjo provisório mediante o qual estabeleceram um fundo para financiar atividades de cooperação e assistência técnica em benefício dos cotonicultores brasileiros.

Para tanto, dispuseram-se a repassar anualmente, a título de compensação temporária, o valor de US$147,3 milhões ao Fundo do Algodão – correspondente à parte dos subsídios condenados pela Organização Mundial do Comércio –, a serem pagos em parcelas mensais de US$12,275 milhões, até que fosse aprovada uma nova legislação agrícola nos Estados Unidos. Em setembro de 2013, os EUA decidiram unilateralmente descontinuar os pagamentos ao Fundo do Algodão, na expectativa de que a nova lei agrícola de seu país mudasse a situação, o que certamente não ocorreu. Ao contrário, pode, inclusive, trazer ainda maiores prejuízos ao ambiente de competição internacional.

Diante desse quadro, a CAMEX determinou o reinício dos trabalhos técnicos com vistas à possível retomada do processo de retaliação, suspenso em 2010. Foi reaberta, em 2 de janeiro de 2014, consulta pública para identificação de contramedidas na área de propriedade intelectual. A CAMEX também determinou que o Grupo de Trabalho Interministerial, criado para acompanhar o processo, apresentasse propostas para viabilizar a adoção de contramedidas concretas nas áreas de bens, serviços e propriedade intelectual, caso não seja possível encontrar uma solução definitiva para o contencioso, o que ainda não ocorreu.

A nossa expectativa é de que o Governo Federal adote todas as medidas em seu alcance para insistir em solução amigável, em diálogo bilateral com os EUA, que já tiveram oportunidade de verificar que o Brasil não tergiversará, não poupará esforços para preservar o ambiente da concorrência internacional, sob pena de involução civilizatória no comércio mundial, com o retorno dos riscos do unilateralismo e da lei do mais forte contra o mais fraco.

Esse é o ambiente da reunião aqui no Senado da República, da audiência que estamos compartilhando com a Comissão de Agricultura, presidida pelo Senador Benedito de Lira, a quem passo a palavra para manifestações iniciais, se assim desejar, ou, então, poderemos ouvir o requerente desta proposta, o Senador Waldemir Moka, para, em seguida, ouvirmos os nossos convidados, a fim de que o debate possa se estabelecer.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP - AL) – Eu queria cumprimentar o Senador Ferraço, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, cumprimentar os colegas e os nossos convidados. V. Exª já discorreu muito bem sobre o sentido, o objetivo desta audiência pública.

Quero cumprimentar o autor do requerimento, o prezado companheiro Waldemir Moka, porque isso é, realmente, um sentimento que mexe com todos nós. A política agrícola, no meu País, no nosso País, melhor dizendo, infelizmente, sofre a intervenção exatamente de um país amigo, pois nesse campo e em outros não existe amizade. Apesar das sanções da Organização Mundial do Comércio, aqueles que pregam o processo democrático no mundo são, na verdade, verdadeiros predadores.

Então, eu queria cumprimentá-lo e, logicamente, para que a gente possa dar sequência, continuidade, melhor dizendo, à nossa audiência pública, dizer a V. Exª que continue comandando e determinando as regras de como nós devemos nos comportar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, querido e estimado Senador Benedito de Lira.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Waldemir Moka, requerente desta audiência pública.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Meu caro Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Ricardo Ferraço; Senador Benedito de Lira, nosso comandante na Comissão de Agricultura; André Alvim, que representa aqui o Ministro de Indústria e Comércio; nosso Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros, Enio Cordeiro, a quem agradeço pela presença; meu caro amigo Gilson Pinesso, que representa aqui os produtores de algodão do nosso País; e Benedito Rosa do Espírito Santo, nosso grande amigo de longa data, que conhece tudo sobre agricultura. É impossível, numa reunião de agricultores, de quem milita na agricultura, haver alguém que não conheça essa pessoa que tem ajudado tanto a agricultura brasileira.

Muito obrigado, Benedito, pela sua presença.

Eu me sinto contemplado, Senador Ricardo Ferraço, pois V. Exª fez um retrato exato do que está acontecendo, um retrato muito bem feito. Aliás, eu não esperava menos da competência de V. Exª. Acredito que, embora a demanda seja da agricultura, o foro indicado seja este da Comissão de Relações Exteriores, e é exatamente do Itamaraty que nós da Comissão de Indústria e Comércio queremos cobrar. O Senado, o Congresso brasileiro tem que deixar muito claro ao governo dos Estados Unidos que nós não vamos aceitar essa situação como ela está. Ou seja, houve um rompimento unilateral e as informações que nos chegam são de que, em-

bora a lei ainda não tenha sido colocada na prática, a projeção disso já demonstra que os prejuízos poderão e deverão ser maiores do que já foram no passado. Quer dizer, nós não podemos, usando uma expressão chula, ser "levados na barriga".

Na minha avaliação, o que é preciso fazer nesta audiência pública? Ouvir aqui os expositores, com os dois Presidentes, e, logo em seguida, passar a integrar e acompanhar de perto essas negociações que estão acontecendo. É claro que caberá aqui aos expositores que representam o Governo brasileiro dizer em que pé está a situação. É claro que nós sempre queremos uma solução amigável, mas essa solução amigável, a meu ver, só existirá se o governo americano perceber nitidamente que o Governo brasileiro pode e tem condições de retaliar. O Itamaraty deve propor, de imediato, um painel para que a gente possa realmente colocar com clareza que a lei que foi votada, embora tenha tirado o que nós rejeitávamos inicialmente, propôs outra forma... Tiraram subsídio direto e colocaram subsídio indireto, o que, a nosso ver, pode representar e representa um subsídio ainda maior do que o subsídio que o produtor de algodão americano já tinha.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – E mais disfarçado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Claro, mais disfarçado.

Então, acho que é exatamente nesse contexto.

Para não atrasarmos, paro por aqui. Quero ouvir os expositores, mas é um encaminhamento que faço, em nome dos Senadores da Comissão de Agricultura, a quem tenho, neste momento, delegado pelo nosso Presidente, honrosamente representado. Faço questão de dizer que essa é a opinião, já discutimos isso na Comissão de Agricultura; é unânime na Comissão de Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado a V. Exª.

E, para uma contextualização sobre todo esse cenário, sua conjuntura e desafios, vamos ouvir o Sr. Gilson Ferrúcio Pinesso, que é o Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão. A palavra é de V. Sª. Agradecemos a sua presença.

O SR. GILSON FERRÚCIO PINESSO – Muito obrigado. Bom dia a todos!

Queria começar agradecendo ao Senador Ricardo Ferraço, Presidente desta Comissão; ao Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão de Agricultura; ao Senador Moka, grande Senador pelo meu Estado do Mato Grosso do Sul – plantamos bastante algodão naquele Estado –, um grande companheiro do agronegócio brasileiro e, não poderia ser diferente, um Senador muito representativo para convocar esta reunião, que é muito importante para o Brasil e para nós, produtores de algodão –; ao Senador Ruben Figueiró, lá do Mato Grosso do Sul; ao Senador Jayme Campos, que esteve aqui; ao ex-Senador Gilberto Goellner, que está aqui presente nos prestigiando, eterno Senador pelo Mato Grosso; ao Benedito do Espírito Santo; ao nosso companheiro Carmona, que também está por aí; ao Enio Cordeiro, do MRE; à Daniela, que também está por aí; ao André Alvim, da Indústria e Comércio (Camex); ao nosso companheiro da CNA; e aos produtores rurais que estão aqui presentes, que vieram de vários Estados do Brasil, Moka, porque entendem a importância desta reunião para o futuro do algodão brasileiro.

Acho que o Ricardo fez uma explanação fantástica aqui sobre o algodão, mas vou ser talvez um pouco repetitivo, porque este é o sentimento dos produtores do Brasil. Então, gostaria aqui de fazer uma leitura dessa história que já virou livro, tese universitária, tese de mestrado, já virou livro na história deste País e do algodão mundial:

> "Há décadas, a agricultura brasileira sofre a concorrência de produtos agrícolas subsidiados na Europa e nos Estados Unidos da América. No caso do algodão, os subsídios começaram em 1933, mas eram destinados a agricultores de baixa renda. Hoje, são grandes agricultores e firmas comercializadoras que recebem grande parte dos imensos recursos destinados a subsidiar o algodão.
>
> Economias como a europeia e a norte-americana já apresentam elevado consumo per capita e baixo crescimento populacional. Em contraponto, para crescer e garantir a própria segurança alimentar, os países agrícolas dependem dos mercados externos. Esses, sim, crescentes, principalmente em países asiáticos e africanos.
>
> Para conquistar e manter esses mercados, alguns países usam toda sorte de subsídios, para proteger e estimular as suas produções, não importando o efeito que isso gere em países mais fracos. No caso dos Estados Unidos, o progressivo investimento em subsídios agrícolas, ao longo da história, e a crescente necessidade de escoar a produção para terceiros países explicitam um pouco da relevância do comércio internacional para o setor.
>
> O Brasil, atento ao movimento norte-americano, durante a história do setor, e considerando as normas da Organização Mundial do Comércio (OMC), em vigor desde 1995, decidiu questionar os

Estados Unidos e abrir um contencioso sobre o algodão, produto fortemente protegido por vários programas da lei agrícola norte-americana.

A Abrapa, consultada pelo Governo brasileiro, prontamente se comprometeu a apoiar uma ação na OMC, no final de 2002. Foram realizadas consultas preliminares entre representantes do Brasil e dos Estados Unidos em Genebra, na sede da OMC. O Brasil apresentou uma longa lista de perguntas sobre os programas irregulares dos norte-americanos, que, por sua vez, responderam a todas dizendo que essa informação estava disponível na Internet, sem se preocupar com grandes explicações. De posse das informações necessárias, após as consultas, no começo de 2003, o Brasil decidiu, sem demora, iniciar o contencioso. Vale dizer que o entendimento entre a Abrapa e o Governo brasileiro, especialmente com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Agricultura, foi excelente antes e durante todo o caso.

Era a primeira vez que um país decidia desafiar os programas norte-americanos para agricultura na OMC. A tarefa era considerada impossível de ser vitoriosa. Foi um procedimento complexo, que contou com o interesse e a participação de outros países-membros da OMC.

No caso dos subsídios contestados pelo Brasil, era necessário não apenas provar a sua existência, como também mensurar os prejuízos causados a nossa economia. A argumentação legal, combinada com detalhados modelos econométricos apresentados pelo Brasil, resultou no sucesso do contencioso. Ficou determinado que os Estados Unidos deveriam revisar e adequar sua legislação agrícola às normas do comércio internacional.

Os Estados Unidos apelaram, mas o Órgão de Apelação na OMC manteve praticamente todas as decisões da primeira instância, favoráveis ao Brasil. No entanto, como era de se esperar, os Estados Unidos não respeitaram as determinações e recomendações da OMC. Então, em 2010, a fim de evitar a retaliação comercial a que o Brasil tinha direito, os Estados Unidos resolveram firmar um acordo, comprometendo-se a pagar uma espécie de indenização ao Instituto Brasileiro do Algodão (IBA), que passou a receber pagamentos parcelados, que deveriam somar US$147,3 milhões anuais, até a aprovação da nova lei norte-americana, em que eles se comprometiam, realmente, a cumprir as determinações a que foram condenados.

Em 2013, como muito se falou durante o último ano, os Estados Unidos interromperam os pagamentos, em setembro, meses antes da aprovação da nova lei, deixando, unilateralmente, de cumprir o acordo.

Recentemente, em fevereiro de 2014, uma nova lei agrícola foi aprovada em substituição à de 2008. A nova lei elimina alguns dos programas anteriores de subsídio e introduz um programa novo, chamado Stax, que, junto com os programas remanescentes, os principais deles o seguro de colheita e subsídios para empréstimo de comercialização, constitui severas ameaças ao algodão dos demais países do mundo, não só ao do Brasil.

A nova lei agrícola, pelos cálculos da Abrapa e dado o nível de preços esperados no mercado de algodão durante a próxima safra de 2014, resultará em prejuízos para o Brasil maiores do que a lei agrícola anterior, de 2008. Resumidamente, estima-se que, ao preço médio esperado de US$0,80 a libra-peso, que é o que indicam hoje os preços em Nova York, nós teremos aí um prejuízo anual de algo como US$335 milhões por ano. Isso significa uma redução do PIB brasileiro, pelos nossos cálculos, de US$1,8 bilhão e perdas estimadas de 8 mil novos empregos.

Os programas regulados pela nova lei agrícola norte-americana, sobretudo o Stax e o CIP, eliminam praticamente qualquer risco de preço aos produtores norte-americanos. O risco é totalmente eliminado, e o produtor norte-americano ganha mesmo se os preços despencarem e se as colheitas forem perdidas.

O Brasil não usou o direito de retaliação que obtivera na fase anterior e aceitou um acordo de compensação financeira em 2010, que acabou não sendo cumprido pelos Estados Unidos da América.

Atualmente, o Brasil considera abrir um painel de implementação para provar que os Estados Unidos não cumpriram com as recomendações da OMC nessa nova lei, a nova Farm Bill que foi criada, o que já havia sido reconhecido pela OMC reiteradamente no passado. Vamos provar, mais uma vez, que a nova lei agrícola norte-americana prejudica o Brasil e ganharemos o contencioso com certeza. Já se sabe, no entanto, o quão importante são os programas da nova lei agrícola para os produtores norte-americanos. Provavelmente, venceremos a disputa, mas os Estados Unidos possivelmente continuarão desrespeitando as recomendações da organização e os produtores brasileiros continuarão sendo seriamente prejudicados no comércio mundial."

Nós, produtores, e o Governo brasileiro, contamos com este Parlamento, com o apoio mútuo para vencermos mais essa batalha: fazer valer a decisão da OMC, ainda que seja com retaliações comerciais, como o Brasil já teve direito e pode fazer.

Gostaria de dizer que o setor do algodão movimenta, junto com a cadeia têxtil brasileira, algo como US$19 bilhões. É quase o PIB do nosso vizinho Paraguai. Toda a soma da riqueza do Paraguai é movimentada pelo setor de algodão, que produz algodão para a indústria têxtil. Nós somos a segunda indústria que mais emprega no Brasil, algo como 1,7 milhão de empregos. Nosso negócio é muito importante para o Brasil assim como deve ser para os americanos, porque eles protegem demais o setor de algodão lá, o que causa um prejuízo muito grande para nós. Nós precisamos é enquadrar os americanos, pois não cumprem a determinação de uma organização que eles criaram. Foram eles os mentores intelectuais da criação da OMC e são eles que desrespeitam a instituição.

Eu acho que o Brasil tem que fazer valer as decisões que foram tomadas lá. É isso que a gente espera e, para tanto, conta com o apoio do Parlamento brasileiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Presidente.

Queríamos saudar e convidar para que pudesse ter assento conosco, já o fez, o Deputado Jayme Campos, e reforçar a presença entre nós do ex-Senador Gilberto Goellner. Seja muito bem-vindo à Casa que V. Exª já representou.

Dr. Benedito Rosa do Espírito Santo, diante dessas questões que foram aqui muito bem colocadas e objetivamente afirmadas pelo Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão, qual é a posição do Ministério da Agricultura diante dessa conjuntura?

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO – Perfeitamente.

Desculpe, Sr. Presidente, quero sugerir que o Embaixador Enio Cordeiro fale primeiro em nome do Itamaraty. É possível? Senão, eu falo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – É possível.

O Dr. Benedito pede que V. Sª, Embaixador, possa fazer uso da palavra. Queremos agradecer a presença de V. Sª.

Diante dessas questões todas, como o Ministério das Relações Exteriores, como braço efetivo do Governo nas relações internacionais, está entendendo essa questão? Qual é a estratégia que o Ministério das Relações Exteriores está construindo para que nós possamos nos colocar de maneira afirmativa e soberana diante desse cenário, que indica um conflito com data para começar, mas sem data para terminar? Enfim, qual é a estratégia do Ministério das Relações Exteriores? São as perguntas, os questionamentos que fazemos a V. Sª, agradecendo a presença.

O SR. ENIO CORDEIRO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Sou eu quem agradeço.

Sr. Presidente Ferraço, Sr. Presidente Benedito de Lira, da Comissão de Agricultura, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, senhores representantes do setor produtivo, senhoras e senhores, é um grande prazer atender, em nome do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, o convite para participar desta reunião conjunta da Comissão de Relações Exteriores e da Comissão de Agricultura para tratar de um assunto de tamanha atualidade para os interesses do setor produtivo brasileiro.

Eu vou me permitir, se o Sr. Presidente assim aquiescer, fazer uma breve exposição, na qual faria um breve histórico do contencioso, uma apresentação dos desdobramentos mais recentes a partir da aprovação da lei agrícola norte-americana e, em seguida, discorrer sobre os últimos desdobramentos nas tratativas com o governo norte-americano. Vou tratar de ser o mais breve possível.

Como todos os senhores sabem, o caso é antigo, iniciou em 2002, e ainda não produziu todos os frutos e todos os resultados buscados, desde o início, pelo governo brasileiro.

O governo brasileiro solicitou, em 2002, ao Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, a instituição de um painel para examinar os programas norte-americanos de apoio domésticos e de subsídios à exportação de algodão. O governo norte-americano recorreu, à época, das decisões do painel. Em março de 2005, o Órgão de Solução de Controvérsias adotou as recomendações do painel, modificadas pelo Órgão de Apelação e acolheu a maior parte dos pleitos brasileiros. A decisão determinou que fossem modificados ou eliminados os seguintes programas norte-americanos: o Programa Market Loan, um programa subsidiado de crédito, de preço mínimo; o programa Step 2; o programa Market Loss Assistance; o Programa Counter-cyclical Payments, cujos desembolsos causavam grave prejuízo ao Brasil em razão da redução significativa que provocavam nos preços internacionais do algodão. O Órgão de Solução de Controvérsias da OMC entendeu também que esses programas diretamente vinculados ao nível de preços isolavam o produtor norte-americano dos sinais do mercado e levavam à produção artificial de excedentes.

A decisão do órgão também determinou que os programas de garantia de crédito à exportação, conhecidos como GSM 102, 103, e SGPC, por embutirem subsídios proibidos nos termos do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias e também nos termos do Acordo sobre Agricultura, deveriam ser modificados ou eliminados.

Como resultado disso, os Estados Unidos tinham até julho de 2005 para dar cumprimento às decisões, adequando seus programas de apoio ao algodão. Alguns desses programas, como o Step 2, o GSM 3 e o SGP foram progressivamente eliminados, mas os programas mais distorcivos, como o GSM 102, de garantia de crédito à exportação, e o Market Loan, programa de subsídio de preço mínimo, foram mantidos sem maiores modificações.

Apesar da decisão da OMC, entre 2005 e 2009, os níveis dos subsídios dos Estados Unidos mantiveram-se elevados. Na verdade, em 2009, a média para os últimos anos até então foi da aplicação de subsídios que equivaliam a uma taxa média de 53% do valor bruto da produção de algodão dos Estados Unidos. Eles totalizavam naquela época US$2,470 bilhões, o que correspondia, como disse, a 53% da produção dos Estados Unidos.

Nessas condições, o Brasil entendeu então que as medidas adotadas pelos Estados Unidos não eram suficientes para dar cumprimento às recomendações do Órgão de Solução de Controvérsias no contencioso, razão pela qual o governo brasileiro solicitou autorização para adotar contramedidas, tanto em relação aos subsídios proibidos quanto aos subsídios acionáveis. Subsídios proibidos são aqueles que o Código de Subsídios e o Código de Agricultura da OMC tratam como subsídios proibidos e que, portanto, não podem ser mantidos, que têm que ser removidos; e os subsídios acionáveis são aqueles que podem mantidos, mas, que por causarem efeitos adversos e prejuízos sérios a outros países e ao mercado internacional, devem ser modificados ou removidos.

Em junho de 2008, o Órgão de Solução de Controvérsias determinou que Estados Unidos não tinham cumprido as recomendações anteriormente aprovadas. O órgão concluiu que as modificações realizadas no Programa GSM 102 não tinham eliminado o subsídio à exportação. O Órgão de Solução de Controvérsias entendeu também que os programas de apoio domésticos continuavam a causar efeitos adversos ao comércio internacional. O Brasil foi, por isso, autorizado, em novembro de 2009, a adotar contramedidas em um montante composto de duas partes: uma primeira parte, um valor fixo no montante de US$147,3 milhões por ano, relativo aos subsídios acionáveis; e um montante variável para os subsídios proibidos a ser calculado a cada ano, atualizado com base em dados relativos às exportações norte-americanas de vários produtos beneficiados pelos programas de crédito à exportação.

O laudo arbitral que fixou os montantes reconheceu, ainda, o direito do governo brasileiro de proceder à chamada retaliação cruzada. Retaliação cruzada é um tipo de retaliação que permite que o governo retaliante possa fazer não apenas em bens, mas também em serviços e em propriedade intelectual a retaliação em contramedidas para compensar subsídios proibidos no âmbito da OMC. Essa retaliação cruzada é autorizada caso se alcance um valor de retaliação que ultrapasse determinado gatilho, calculado de acordo com uma fórmula estabelecida pelos árbitros. Utilizando o ano-base de 2008, que era o período de informações mais recentes à época da divulgação do laudo arbitral, o gatilho que permite a retaliação cruzada foi calculado em US$561 milhões. Assim, o Brasil foi habilitado, está habilitado e continua habilitado a retaliar os Estados Unidos por um total de US$829 milhões por ano, dos quais US$561 milhões exclusivamente na área de bens, e os restantes, US$268 milhões, nas áreas de bens, propriedade intelectual ou serviços.

Em 2010, diante da iminência da aplicação pelo Brasil das medidas de retaliação autorizadas pela OMC, o governo dos Estados Unidos propôs a adoção de entendimento provisório entre os dois países. Por força desse arranjo, esse entendimento provisório foi formalizado mediante a assinatura de um memorando de entendimento e de um acordo-quadro – foram dois os instrumentos assinados por Brasil e Estados Unidos em 2010 – e, nos termos desse memorando de entendimento e desse acordo-quadro, o Brasil concordou em suspender a aplicação das medidas de retaliação em contrapartida de compromissos específicos assumidos pelo governo americano, até a publicação de uma nova lei agrícola, de uma nova Farm Bill, como é chamada, prevista essa publicação para o ano de 2012. Mas, na verdade, isso só aconteceu no começo deste ano. O memorando de entendimento previa uma compensação financeira, como foi dito, no total de US$147,3 milhões ao ano, a serem pagos em parcelas mensais de US$12,275 milhões por mês para o fundo do algodão, até a aprovação da nova legislação agrícola dos Estados Unidos.

Esse fundo está sob a gestão do Instituto Brasileiro do Algodão e é destinado à capacitação e à assistência técnica do cotonicultor brasileiro, e a cooperação internacional do Brasil também é no mesmo setor. Hoje, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), dispõe de recursos do Fundo IBA para desenvolver programas de cooperação internacional com países africanos na área de desenvolvimento de produção e controle de pragas em países africanos.

Até setembro de 2013, o Instituto Brasileiro do Algodão já havia recebido, nesse fundo, o equivalente a US$505,5 milhões, e 10% desse valor estão destinados a programas de cooperação internacional.

O acordo-quadro, por sua vez, o segundo instrumento, estabeleceu mecanismo de consultas trimestrais. Desde então, realizam-se trimestralmente consultas entre o governo norte-americano e o governo brasileiro para busca de uma solução acordada e mutuamente satisfatória para o contencioso. O acordo-quadro estabeleceu também para o governo dos Estados Unidos a obrigação de fixar um limite anual para os seus programas de subsídios domésticos. Determinou também modificações do programa GSM-102, envolvendo parâmetros objetivos para o aumento dos prêmios cobrados pelo governo e a limitação a 16 meses do prazo médio de repagamento dos créditos da exportação garantidos pelo GSM. Inicialmente, esse prazo era de 36 meses, e o acordo-quadro firmado em 2010 reduziu para 16.

Adicionalmente, e isso é bastante importante, os Estados Unidos, em 2010, firmaram, por meio de cartas, compromissos adicionais em matéria sanitária, que visavam a facilitar o acesso de produtos cárneos brasileiros ao mercado norte-americano. Os compromissos específicos foram o de acelerar o reconhecimento do Estado de Santa Catarina como área livre de aftosa, sem vacinação para autorizar a importação de carne suína produzida naquele Estado e de acelerar o processo de reconhecimento de 18 Estados brasileiros como áreas livre de aftosa com vacinação, para autorizar a importação de carne bovina *in natura* para os Estados Unidos.

Ao amparo do memorando de entendimento e do acordo-quadro, foram realizadas 12 reuniões bilaterais de consultas até hoje. Apesar dos esforços desenvolvidos pelo Brasil, no entanto, não foi possível chegar, ao longo de todos esses esforços e de todas essas reuniões, a uma solução satisfatória e definitiva para o contencioso.

Em setembro de 2013, como já foi dito e repetido, os Estados Unidos descontinuaram unilateralmente o pagamento mensal que faziam ao fundo do algodão, sob a alegação de que o sequestro orçamentário que então vigia no orçamento norte-americano determinara cortes horizontais que impediam a CCC (Commodity Credit Corporation) de fazer esses pagamentos. Em função disso, a Camex reagiu de imediato e determinou o reinício dos trabalhos técnicos, com vista à possível retomada do processo de retaliação, suspenso em 2010 por força daqueles entendimentos firmados. Foi então reativado, por decisão da Camex, o Grupo de Trabalho Interministerial, encarregado de preparar propostas de retaliação em bens, em serviços e em propriedade intelectual. Foi também reaberta a consulta pública para identificação das contramedidas na área de propriedade intelectual. O contencioso entrou, no entanto, numa nova etapa poucas semanas depois, com a aprovação da nova legislação agrícola norte-americana da nova Farm Bill em fevereiro de 2014.

A aprovação de nova Farm Bill teve algumas consequências automáticas, no âmbito do Memorando de Entendimento e também no âmbito do acordo-quadro. A primeira consequência automática, em primeiro lugar, a aprovação da nova Farm Bill, deu causa à expiração do Memorando de Entendimento. O Memorando de Entendimento prevê que, com a edição de uma nova lei, ele expiraria. Esse memorando, como eu disse, criou o fundo IBA, o fundo do algodão. Esse fundo, então, com a edição da nova lei, deixa de existir. Com isso, os Estados Unidos, que já haviam suspendido, em setembro, o pagamento do fundo, ficaram desobrigados de fazer novos pagamentos.

Outra consequência do acordo-quadro é que ele também perdeu vigência 60 dias após a promulgação da nova lei. Então, não apenas o Memorando de Entendimento que criou o fundo deixou de existir. O acordo-quadro, que previa uma série de negociações para se chegar a um entendimento definitivo e consultas trimestrais, também esperou 60 dias depois da promulgação da lei.

Outra consequência que temos do acordo-quadro: as duas partes tinham que, uma vez promulgada uma nova lei, entrar imediatamente num último exercício de consultas, para definir se uma solução acordada pode ser alcançada à luz da edição da nova lei. Então, o que estamos seguindo, na verdade, é um roteiro de ações que estavam previstas naqueles acordos que o Brasil firmou em 2010. Nós estamos, nesse momento, exatamente, num processo de consultas para decidir, juntamente com o governo norte-americano, se é possível, em função da edição da nova lei, chegar a uma solução acordada e se essa solução pode ser alcançada.

Evidentemente, quando há consultas entre dois governos, há posições convergentes e posições divergentes. O governo norte-americano sustenta que a nova Farm Bill atendeu às determinações do Órgão de Solução de Controvérsias e às reivindicações do Brasil no âmbito do contencioso. A reação do Brasil é exatamente ao contrário. Do lado brasileiro, nós sustentamos que as modificações introduzidas pela nova legislação americana não cumprem – não cumprem – as decisões do Órgão de Solução de Controvérsias.

Quais são as características da nova lei? E o que nos leva a chegar a essas conclusões?

A nova lei norte-americana criou modificações nos programas de apoio interno e também introduziu algumas modificações no programa de garantias a créditos das exportações. Os senhores todos sabem que as principais modificações em termos de programas internos foram: a criação do programa Stax, que é um programa de seguro de receita que pode ser contratado pelos produtores de algodão e de outros produtos também

e que prevê um elevado percentual de subsídio governamental ao prêmio que é pago pelo produtor e outras modificações que correspondem ao programa Marketing Loan, que é o programa de preços mínimos. Embora tenha sido considerado incompatível com as regras da OMC, esse programa foi mantido na nova lei. É um programa subsidiado de preços mínimos, e seus desembolsos estão vinculados à queda dos preços internacionais a um valor abaixo de um determinado gatilho. Foram também introduzidos pagamentos transitórios para os anos de 2004 e 2005, que serão realizados até a efetiva implementação do programa Stax, que é de seguro de renda, e que não poderão ser pagos de forma acumulatória.

As modificações incluídas na Farm Bill não contemplam as sugestões feitas ao longo do período de consultas pelo governo brasileiro e que foram sintetizadas em cartas, em sucessivas cartas enviadas pelo governo brasileiro, não só ao governo norte-americano, mas também a membros do Congresso norte-americano.

As análises feitas com base no modelo econométrico indicam que, nos patamares de preços atuais, a nova legislação terá impacto distorcivo ainda maior do que os programas da Farm Bill anterior, que era de 2008, e que esses impactos oscilariam entre 2,8% a 3,3% numa estimativa conservadora, impacto em termos de redução de preços internacionais do algodão.

A distorção poderia ser ainda maior, em torno de 6% a 7%, se o modelo for ajustado para contemplar efeito conjunto de programas. No caso de preços do algodão voltar a patamares da época do contencioso as distorções poderiam oscilar entre 9% a 13%.

O setor privado tem cálculos a que o Sr. Pinesso acaba de se referir, Sr. Presidente, que dizem respeito a possíveis impactos em termos de redução do PIB no Brasil, impactos sobre níveis de emprego no Brasil e níveis de arrecadação.

Procuro apressar, e lhe peço, Sr. Presidente, três minutos para poder concluir.

No âmbito de garantias de crédito à exportação do programa GSM 102, a nova Farm Bill reduziu o prazo máximo dos créditos garantidos de 36 para 24 meses, o prazo de concessão de créditos garantidos pelo sistema. E, a rigor, esse novo prazo máximo já vinha sendo observado pelo departamento da agricultura e continua muito mais longo do que as condições normalmente existentes no mercado, que são de seis meses.

Adicionalmente, o cálculo dos prêmios passará a levar em consideração alguns elementos adicionais de cálculo. Retirou-se da legislação um dispositivo que impedia que os níveis de prêmios cobrados ficassem abaixo do necessário para cobrir os custos operacionais do programa.

Em um dispositivo, e isto é bastante importante, ligado ao contencioso com o Brasil, a nova Farm Bill permite alguma flexibilização para utilização dos recursos do fundo do algodão. Além das atividades autorizadas pela seção IV do memorando de entendimento, como controle de pragas, curso e capacitação, aquisição de bens de capital e outras, a nova lei possibilita que também sejam autorizadas atividades de pesquisa, desde que essas pesquisas sejam feitas com instituições norte-americanas e haja uma solução negociada no âmbito do contencioso.

Em linhas gerais, as mudanças apresentadas dão maior latitude ao governo dos Estados Unidos para negociar com o Brasil os parâmetros do programa GSM 102, de créditos à exportação. E o Brasil apresentou sugestões especificas de que o prazo máximo para as garantias seja de 12 meses, com alguma flexibilidade na definição dos prêmios ou que o prazo máximo seja de 16 meses, mas com regras bastante rígidas na definição dos prêmios.

O contorno final de algum acordo também dependerá da necessidade de que os Estados Unidos realizem o pagamento de 60 milhões adicionais ao fundo, que são os correspondentes ao que não foi pago entre setembro de 2013 e fevereiro de 2014.

Qual é, então, Sr. Presidente, a situação atual? Diante desse quadro, em reunião realizada no dia 19 de fevereiro, a Camex decidiu autorizar a solicitação de novo painel de implementação na OMC para determinar se a nova Farm Bill atende às recomendações do órgão de solução de controvérsias, no caso de algodão.

O painel deverá fazer uma avaliação neutra sobre as modificações introduzidas nos programas de apoio ao algodão pela nova legislação, à luz das regras da OMC. Paralelamente, o governo brasileiro deu início a um processo de consulta com os Estados Unidos e nisso estamos, em um esforço adicional de encontrar uma solução negociada que atenda aos interesses brasileiros.

As discussões técnicas entre os dois países estão em curso neste momento, de modo a avaliar as possibilidades de entendimento tanto no que respeita à parte doméstica dos subsídios quanto no que se refere ao programa GSM de crédito à exportação.

Ficou evidente nas discussões em curso que os Estados Unidos têm pouca margem para alterar os parâmetros da Farm Bill recentemente aprovada no que respeita aos programas de apoio doméstico. Um eventual entendimento sobre esse aspecto do contencioso dependeria, portanto, de identificação de outras formas de compensação, que teriam de ser analisadas.

As discussões sobre o GSM, o programa de crédito à exportação, parecem, no entanto, mais promissoras, em razão das mudanças já realizadas e de maior flexibilidade que a administração norte-americana tem para efetuar ajustes e promover uma redução maior de prazos e a elevação das taxas do prêmio. Um acordo, como eu disse, estará condicionado ao equacionamento do problema dos pagamentos atrasados.

Quais são, então, os próximos passos? Os representantes do Brasil e dos Estados Unidos continuarão a manter, nas próximas semanas, contatos frequentes, a fim de tentar encontrar uma solução negociada. Está prevista uma nova reunião bilateral na segunda quinzena de maio. Nessas reuniões, embora as presenciais sejam feitas de 15 em 15 dias ou de 20 em 20 dias, na verdade, há uma intensidade de videoconferências, o que se realiza com muita frequência. Nós estaremos numa delas a realizar-se hoje, durante a manhã e à tarde.

Caso não seja possível chegar a um entendimento até junho, o Brasil deverá formalizar o pedido de abertura de um novo painel de implementação, já autorizado pela Camex. Nesse sentido, os trabalhos preparatórios já estão avançados, e nós já temos no Itamaraty, inclusive, o próprio pedido já formulado de instalação do painel de implementação. Haverá uma reunião. A próxima reunião que poderá, no Órgão de Solução de Controvérsias, considerar esse pedido será feita em junho. E, se não chegarmos, até o início de junho ou até a metade do mês, a uma solução satisfatória, será formalizado o pedido do painel de implementação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Embaixador.

Passo a palavra ao Sr. Benedito Rosa do Espírito Santo, na condição de representante do Ministério da Agricultura.

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, eu gostaria de justificar a ausência do Ministro Neri Geller, que está neste momento anunciando as projeções de safra. Pessoalmente, eu me sinto muito orgulhoso de comparecer a esta sessão e de falar em nome do Ministério da Agricultura mais uma vez.

Eu gostaria de saudar o Senado Federal e de elogiar a sua atuação nessa matéria.

Inicio cumprimentando o Presidente Ferraço, da Comissão de Relações Exteriores; o Presidente da Comissão de Agricultura, Benedito de Lira; os Senadores aqui presentes, inclusive os que assinaram o requerimento, o Senador Waldemir Moka, a Senadora Ana Amélia. Quero saudar a nossa Presidente da CNA, Senadora Kátia Abreu; os demais Senadores; Gilberto Goellner, caro à agricultura brasileira; os componentes da Mesa; o Presidente da Abrapa, Gilson Pinesso; e os produtores aqui presentes.

Inicialmente, eu gostaria de ressaltar a importância deste evento e, nesse sentido, de cumprimentar os Senadores que tomaram essa iniciativa, visto que, ainda que não tenhamos qualquer decisão incisiva numa reunião como esta, a presença na pauta do Senado brasileiro de um tema como esse, certamente, repercutirá nos Estados Unidos e em outros setores da agricultura brasileira que estão atentos ao que ocorre, a um fato dessa importância.

Quero lembrar que, desde 2002, o Ministério da Agricultura tem participado ativamente da discussão sobre esse tema devido à importância do assunto.

Aliás, aproveito a oportunidade para ir do final para o começo.

Na verdade, estamos falando de distorções no mercado internacional de produtos agrícolas. Neste momento, a OMC não está dando a atenção que deveria ao tema referente à eliminação de subsídios às exportações, uma vez que, em Bali, foi decidido que entraria na pauta da OMC como prioridade a eliminação de subsídios para a agricultura.

De passagem, lembro que os subsídios de exportação de produtos industriais já foram eliminados há décadas e que os da agricultura não entram em uma pauta objetiva de discussões no âmbito da OMC pelas mesmas razões que levaram os Estados Unidos a terem uma postura como essa no caso do algodão. Ou seja, estamos falando de um mesmo fenômeno, e entendemos por que isso. Os países querem manter espaço no comércio internacional para as suas exportações, o que é legítimo, mas à custa de medidas que distorcem a concorrência com os outros. Essa é a raiz do problema, que, no caso do algodão, deslanchou, a partir de 2002, com uma ação invejável por outros países, em que governo e setor privado atuaram de forma competente nesse painel.

Comentei que o Ministério da Agricultura, por dever de ofício, e com prazer, acompanhou esse processo desde o início, participou, e assim continuará fazendo.

As negociações levadas a efeito após a aprovação da lei agrícola americana, em 7 de fevereiro, criaram um clima de incerteza quanto a que movimentos fazer, uma vez que, de um lado, o governo americano, o congresso introduziu modificações na lei agrícola sim, e são evidentes, mas, de outro lado, nosso argumento é de que não foram suficientes para contornar os desvios que ainda continuam provocando. Esse ponto é muito importante porque embasa a decisão de continuar ou não com a mesma postura em relação à prática de medidas

que distorcem o comércio. Não se trata de uma questão de opinião, mas de comprovação técnica de análise cuidadosa a que tanto o representante do setor privado quanto o do governo estão atentos e levando adiante.

Por outro lado, também é inegável que os Estados Unidos introduziram um novo elemento na sua política agrícola, que é o seguro conhecido como Stax, um elemento novo que precisa ser avaliado. Também temos que levar em conta que não é fácil conduzir argumentos num painel de juízes que conhecem os temas apenas com projeções ou um exercício teórico. Precisamos ter paciência de avaliar o programa e ter mais segurança com relação ao impacto negativo que esse programa trará. Certamente, trará. O grau desse impacto é que pode ser objeto de opiniões divergentes.

Há hipóteses de que só esse programa pode provocar mais distorções do que o GSM e as medidas de apoio interno. Há outras alternativas, sim, mas não serão tão fortes, porque nesse programa, espertamente, os Estados Unidos colocaram variáveis de mercado, além de outra variável, que é a autossuficiência do fundo, que foi um dos argumentos que atacamos antes. Não é o caso de entrar em detalhes aqui, quero apenas ressaltar que a proposta do Ministério da Agricultura dentro da Camex, e é assim desde sempre, é de que a atuação seja feita de forma consistente, com segurança, sobre argumentos que estejam favorecendo o Brasil – nesse caso, continuam –, à luz dos acordos firmados pelos Estados Unidos e por outros 148 países na OMC. Esse, certamente, é o caminho que seguiremos.

A Camex, na sessão de fevereiro deste ano, decidiu que, diante desse quadro, diante do rompimento dos Estados Unidos, unilateralmente, do cumprimento do memorando e do acordo-quadro de efetivar os pagamentos de US$147 milhões por ano – portanto, não pagou US$59 milhões –, é uma falta que os Estados Unidos estão cometendo e que o governo brasileiro tem que cobrar. Cobrar eu digo não o dinheiro, mas o cumprimento do acordo. Esse é um dos pontos que está pendente. O outro, que é a avaliação dos programas, está em curso. E assim a Camex, eu creio que de maneira lúcida, decidiu, em fevereiro deste ano, que o Governo brasileiro deve insistir na busca de uma solução negociada, porém, já se preparar para o painel de implementação.

O Embaixador Enio Cordeiro historiou todo esse episódio e indicou os passos que estão sendo dados atualmente.

Nós do Ministério da Agricultura estamos – aí vai um pouco de opinião pessoal – um pouco descrentes quanto à possibilidade de os Estados Unidos procederem a modificações que o Executivo americano pode fazer no Programa GSM, dentre os quais a redução do prazo de cobertura do financiamento externo para exportação de algodão. Estamos, inclusive, pouco crentes de que os Estados Unidos farão, nas próximas semanas, tudo que estamos pedindo, inclusive, flexibilização na aplicação dos recursos do fundo, em função do pagamento acordado, não apenas em pesquisa e, sobretudo, com empresas americanas necessariamente; isso não é aceitável. Enfim, a posição da Camex de fevereiro é a mesma que o Ministério da Agricultura defende: iniciar um painel de implementação e, pessoalmente, o prazo para a solução negociada me parece que já está prestes a se esgotar.

O Senado Federal está acompanhando, monitorando o processo, parece-me algo importantíssimo. E a atuação do governo articuladamente com o setor privado, como vem sendo feita, é outro ponto forte do processo. E pessoalmente, eu acho que não há muita dúvida sobre os próximos passos: ouvir ainda as propostas dos Estados Unidos nas próximas semanas e iniciar o processo logo em seguida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Dr. Benedito Rosa do Espírito Santo.

Passo a palavra ao Dr. Alvim de Paula Rizzo, Secretário da Câmara de Comércio Exterior do MDIC.

O SR. ANDRÉ ALVIM DE PAULA RIZZO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a todos!

Quero saudar e cumprimentar o Presidente, Senador Ricardo Ferraço; o Senador Benedito de Lira; as demais autoridades; todos os presentes do setor privado; os colegas de Mesa também...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. Sª me permite?

O SR. ANDRÉ ALVIM DE PAULA RIZZO – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu gostaria de convidar o Ministro Alysson Paulinelli para tomar assento à Mesa. É um prazer e uma honra recebê-lo aqui – ao lado da Senadora Kátia Abreu. V. Exª é sempre muito bem-vindo a esta Casa. O Brasil o reconhece pelos extraordinários esforços que liderou pela agricultura brasileira.

Peço perdão.

O SR. ANDRÉ ALVIM DE PAULA RIZZO – Não, excelente a sua intervenção, Presidente.

Representando a Câmara de Comércio Exterior, também preparei uma apresentação semelhante à do próprio Embaixador Enio, sem combinar nada, com uma ordem cronológica do roteiro dos fatos, e vou poupá-los não repetindo.

É muito importante que o Poder Legislativo venha para este debate, que já é intenso, de longa data, dentro do Poder Executivo e com o setor privado junto.

É uma questão complexa. E já deu para perceber, porque isso começou em 2002, estamos em 2014, e ainda vamos ter muito chão para percorrer. A questão não é meramente simples, não é uma questão de retórica; é uma questão técnica de alta complexidade e de alta relevância para o comércio mundial, não só brasileiro. Como colocou bem o Dr. Benedito, é do comércio mundial que estamos falando, quando se fala em subsídio à agricultura, em subsídio a exportações.

O Brasil, neste tempo todo, agiu exatamente dentro das regras da OMC. Desde a abertura do painel até este momento agora, não cometemos nenhum deslize com relação ao cumprimento das normas. Estamos sempre agindo conforme a OMC determina.

Como já dito, começou em 2002. Em 2005, eles foram condenados a remover as medidas objeto da controvérsia, e não houve isso. Fizemos uso, em 2006, do painel de implementação e foi um sucesso, porque foi do painel de implementação que decorreu o montante depois arbitrado para possível retaliação.

Então, já em 2005 para 2006, quando houve divergência entre norte-americanos e brasileiros sobre se havia ou não o cumprimento anterior da decisão, um painel de implementação foi movimentado pelo Brasil, com um novo ganho para nós, donde resultou aquela condenação calculada em US$829 milhões aproximadamente – dado de comércio de 2008 –, que é muito importante, como o Embaixador Enio colocou, pois, pela fórmula, esses valores são calculados a cada ano. Então, ele é possivelmente variável. Assim, é possível, é necessário ter cautelas quando falamos no valor exatamente dito.

O Governo brasileiro – e aí eu quero falar um pouquinho – criou grupos de trabalho dentro da Camex. Lideramos uma equipe multiministerial, com todos os ministérios que compõem a Camex e mais outros – Saúde, Cultura, todos os que poderiam ser afetados numa eventual retaliação, seja em bens, seja em propriedade intelectual. Todos os ministérios foram chamados, de maneira que houvesse a máxima cobertura de opiniões dentro do Governo, dentro da sociedade.

Seguindo, foi importante também dizer que o Brasil precisou e foi ao Mercosul, obteve a Decisão 1.809 do Mercosul, que permitia fazer a retaliação. Era algo que ainda não estava previsto nas normativas do Mercosul; foi um passo importante, necessário.

Também por iniciativa do Governo foi conduzida ao Congresso Nacional a Medida Provisória 482, de 2010, que depois foi convertida na Lei 12.270, de 2010. Foi essa lei a primeira lei brasileira que permite retaliação em propriedade intelectual. Nós não tínhamos legalmente, no ordenamento interno, autorização para fazer a retaliação em propriedade. Então, foi necessário estruturar uma lei, trazer ao Congresso e, com apoio integral do Congresso, aprovar essa lei. Foi mais uma atitude.

Ainda em março de 2010, a Camex publicou a sua resolução em que listava as mercadorias que seriam passíveis de retaliação. É uma lista pública, está no *Diário Oficial*, está na nossa página. Essa lista abarcou produtos das mais diversas origens: do reino animal, soro, trigo – teríamos que retaliar em trigo –, navios, barcos a motor, xampu, pasta de dente. Ou seja, pegou-se do mais básico ao mais elaborado, de maneira que se diversificou ao máximo essa lista. É uma lista que atingiria... Inclusive, algodão estava na lista – obviamente, o algodão que vem de lá.

Quando se fala em retaliação, estamos falando, primordialmente, em bloqueio de comércio. Nós estamos querendo que, de lá, não venha mais nada até eles se adequarem à regra do jogo. Obviamente, isso tem repercussão no nosso mercado interno também, porque quem compra vai ter que procurar alternativas de mercado, outros fornecedores, porque as tarifas calculadas para aquela retaliação foram tarifas altas, tarifas que, por cálculos econométricos, visavam a uma retaliação efetiva, a um cumprimento efetivo.

Também ainda decorrente desse contencioso todo, nós fizemos as consultas sobre propriedade intelectual. Essas não chegaram ao final porque, antes disso, houve um memorando de entendimento. A partir desse memorando, surgiu e nasceu o IBA, o Instituto do Algodão, que acabou sendo a entidade beneficiada pelos pagamentos acordados entre o Brasil e os Estados Unidos. Foi um montante bastante razoável. Somado tudo, algo próximo, talvez, de US$500 milhões, que já foram pagos por eles. Outros benefícios, citados aqui pelo Embaixador Enio, nós negociamos também no âmbito do memorando. Então, no nosso modo de ver, foi bastante profícuo aquele acordo temporário.

Houve a suspensão unilateral, lamentável, dos Estados Unidos; não cumpriram até o momento o passivo. Eles têm um passivo conosco, precisamos buscar isso.

A partir da publicação da Farm Bill em fevereiro de 2014, o Governo suspendeu seus trabalhos de propriedade de retaliação, e o Conselho de Ministros, reunido lá, unanimemente, deliberou pela abertura de um painel de implementação – um segundo painel, porque já houve um anterior. Ficou também orientado que se buscasse, na via diplomática, uma possível nova negociação que não levasse a novo desgaste desse tamanho.

Até o momento, os encontros têm acontecido com rotina, com bastante intensidade, e estamos esperando uma proposta deles que seja realmente satisfatória para o setor produtivo e para o Governo brasileiro.

Tentando justificar um pouco o motivo da implementação do painel, o porquê de irmos ao painel, e não para a retaliação, eu aproveito até as palavras do Dr. Benedito Rosa, quando ele diz que a lei americana foi sendo mudada, novos elementos foram introduzidos, e, então, é esse grau de subsídio novo que ficou um tanto impreciso. Apesar dos cálculos feitos, não são eles os mesmos benefícios que estão calculados na fórmula da condenação da OMC. E é importante dizer que precisamos seguir a fórmula da OMC. Não podemos simplesmente fazer apenas as nossas contas. Temos que ter o respaldo da decisão da OMC.

Então, esse painel vai aclarar isso. Esta é a intenção do Governo brasileiro: receber de novo da OMC outra fórmula, outra decisão favorável. Temos convicção de que seremos vencedores, porque os elementos distorcidos já estão identificados. Então, diante dessa nova fórmula, novamente vamos preparar o que for necessário para a completa implementação da decisão da OMC.

Ainda lembrando, os colegas fizeram um levantamento para nós. De 400 casos na OMC, em apenas em dez vezes foi permitida, autorizada a retaliação. Dessas dez, em apenas quatro casos até hoje efetivamente se retaliou. É um dado importante que estávamos coletando, porque a retaliação, enfim, é o último dos elementos, é a última das opções a que nós devemos recorrer, porque ela é drástica, ela, em si, é uma figura que bloqueia comércio quando todos querem o comércio amplo, livre e ampliado. Isso traz também obviamente todo um esgarçamento da relação à medida que a gente vai fazendo retaliações e outras formas mais fortes de cumprimento.

Ainda com relação a esse tema, é importante dizer que o Brasil, em outros tantos painéis, esteve a favor das boas práticas. Poderia citar um painel da Emenda Byrd, que o Brasil também ganhou contra eles, que era relativo à aplicação de direito antidumping, em que passava a receita para as empresas afetadas. Nós fizemos uma disputa com eles com salvaguarda de produto siderúrgico. Eles retiraram. Nós tivemos contencioso para suco de laranja também. Enfim, estivemos em outras tantas frentes.

O Brasil sempre atuou e vai continuar atuando com a máxima firmeza. O Governo brasileiro ainda, até este momento, tem-se mostrado muito coerente em todas as suas atitudes, desde sempre seguindo a regra da OMC à risca, o manual, e não porque está contra os Estados Unidos, a Europa ou qualquer outro. Nós estamos sempre atuando para conseguir remover...

Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB - TO) – (*Inaudível*.)

O SR. ANDRÉ ALVIM DE PAULA RIZZO – Senadora, um momento, por favor.

Pelas nossas contas, seria de US$829 milhões, isso em dados de 2008, a retaliação de 2009; US$591 milhões em concessão de bens. Nós teríamos que fazer um bloqueio de US$591 milhões. Quero deixar claro que não se trata de receber US$590 milhões deles. É bloquear comércio na ordem de US$590 milhões. Depois disso, teríamos o gatilho, chegando a esse número o valor da retaliação em propriedade intelectual, a suspensão de concessões de direitos, que seria da ordem de US$238 milhões. Isso em dados de 2009, calculados pelo fluxo de comércio dos dois países em 2008, Senadora.

Finalizando, Sr. Presidente, para não tomar muito tempo e permitir o debate de todos, são essas as minhas considerações pelo MDIC.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Dr. André pelos esclarecimentos.

Na condição de requerente desta audiência pública, passo a palavra ao Senador Waldemir Moka e, em seguida, à Senadora Ana Amélia, também requerente desta audiência pública com o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Nós lá da fronteira temos a mania de ser cavalheiros. Consulto a Senadora se quer falar primeiro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – (*Inaudível*.)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu quero dizer que estou, em tese, satisfeito com a exposição. É uma opinião pessoal, meu caro Presidente Gilson Pinesso.

Penso que os expositores colocaram com muita clareza o contexto, o que está acontecendo e os passos que serão dados. Para não me prolongar, eu só pergunto: e se fosse o inverso? O Congresso americano já teria pressionado o governo a retaliar o Brasil. Eu não tenho a menor dúvida disso.

Entendo que essa questão de retaliação é realmente complicada, mas entendo também, Dr. André, que, se o governo norte-americano não tiver claro isso, se o Brasil não tiver esse acordo, aí, eu acho que será importante, meus caros Presidentes Benedito de Lira e Ricardo Ferraço, que a gente dê um prazo. Eu acho que o Governo brasileiro, o Congresso, o Senado têm que dar um prazo a essa comissão interministerial que hoje

está atuando. É claro que essa questão é técnica, mas nós temos que dar um prazo. Se em junho, no final de junho, isso não tiver acontecido, nós não teremos mais o que esperar.

Sugiro que aqui no Congresso, no Senado e na Câmara dos Deputados, os Parlamentares comecem também a fazer pronunciamentos no sentido de denunciar o que está acontecendo. Isso porque é preciso, em algum momento, que as empresas americanas que vendem, que comercializam aqui comecem a incomodar o governo norte-americano: "Olha, eles vão retaliar. Nós vamos ter prejuízo lá." Eu acho isso importante, por que como é que nós vamos – eu estou falando do executivo americano - pressionar o governo para um acordo ou pelo menos para haver um acordo que beneficie realmente os produtores de algodão? Quando aqueles que nos vendem, as empresas americanas que têm lucros aqui – e não são poucos – sentirem que serão retaliadas, quer dizer, que vai haver um bloqueio se houver necessidade.

É claro que até lá nós confiamos que o Governo brasileiro – posso ouvir outros Senadores, mas eu gostaria de ficar nesta posição –, que o Senado brasileiro, o Congresso Nacional vão acompanhar isso muito de perto, com muita atenção. Nós não estamos falando só do algodão. Nós estamos falando dos empregos de milhares e milhares de brasileiros. Nós estamos falando da redução do nosso PIB, e atrás disso, podem ter certeza, não está só o algodão. Há aí outras coisas envolvidas. Nós temos soja, nós temos o milho, e isso vai por aí afora.

Então, eu acho, Senador Ricardo Ferraço, para ser bem objetivo, sem colocar nenhuma pergunta, mas colocando com clareza o que eu gostaria – essa é a minha opinião –, que, ao encerrar esta audiência, nós poderíamos, acordados com os expositores que aqui representam o Governo brasileiro, estabelecer qual o prazo mínimo que eles acham necessário para tentar essa negociação amigável. A partir daí, nós iríamos partir para alguma coisa que seja mais efetiva, a fim de que se possa realmente pressionar duramente o governo americano.

Eu paro por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Com base na manifestação de V. Exª e com base na constatação efetiva, nós não estamos falando de evidências, nós estamos falando de constatações de que a nova lei agrícola americana, de maneira mais disfarçada, está descumprindo regras de um comércio internacional neutro e competitivo – muito bem –, minha proposta, Senador Moka, que eu quero compartilhar com o Senador Benedito e com V. Exªs, é que nós possamos deixar aprovada já uma segunda rodada de discussão com as mesmas autoridades aqui presentes, já para o princípio de agosto. Após o recesso parlamentar, a primeira reunião que nós faríamos aqui na Comissão seria com as mesmas autoridades, envolvendo o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio Exterior, o Ministério das Relações Exteriores, para que nós pudéssemos ter uma resposta, pudéssemos ter uma visão, uma fotografia de como evoluíram as negociações do nosso País. Até porque o Dr. Benedito faz aqui a denúncia – e eu gostaria de ouvir o Ministério das Relações Exteriores a respeito – de que a Organização Mundial do Comércio não estaria priorizando as questões relacionadas aos subsídios agrícolas, que são de fundamental importância para o nosso País do ponto de vista econômico e do ponto de vista social, pelos desafios que a agricultura brasileira enfrenta hoje. Eu acho que essa questão...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... colocada pelo Dr. Benedito merece uma fala do Ministério das Relações Exteriores. Até porque a Organização Mundial do Comércio é presidida hoje por um brasileiro que, aliás, foi o brasileiro que, como nosso embaixador na Organização Mundial do Comércio, conseguiu essa vitória extraordinária nesse contencioso do nosso País com os Estados Unidos, que foi o Embaixador Roberto Azevêdo.

Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB - TO) – Sr. Presidente, eu gostaria de louvar a sua sugestão, vinda do debate com o Senador Moka, mas eu considero da maior importância que, nessa próxima reunião, fique acertado que os Ministros estarão presentes.

Nós sabemos da impossibilidade de estarem nesta reunião. Nós concordamos com a substituição. Foi uma concordância pacífica, porque, de fato, os compromissos existiam, mas, numa segunda rodada, nós não queremos deixar a menor impressão de que o Governo brasileiro não esteja comprometido com esta causa. Nós temos conversado inúmeras vezes com a Presidente Dilma Rousseff, que está muito interessada no assunto. E a presença dos Ministros, para nós, é fundamental para uma sinalização internacional de que nós estamos falando duro e sério.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Até porque, com essa antecedência, cria-se toda a condição de os Ministros se planejarem para que eles possam se fazer presentes aqui.

Então, eu vou encaminhar, de maneira verbal, um requerimento que vou submeter aos Srs. Senadores para que a gente aprove, para a primeira semana de agosto, outra audiência pública, a fim de que nós possa-

mos parametrizar as ações que foram adotadas nesse período, com a presença de S. Exªs os Ministros da Agricultura, das Relações Exteriores e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Fica, então, aprovado este requerimento, convidando S. Exªs os Srs. MInistros para estarem aqui na primeira semana de agosto.

Com a palavra, S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente Ricardo Ferraço e Senador Benedito de Lira, da Comissão de Relações Exteriores e Agricultura e Reforma Agrária respectivamente, esta audiência conjunta visa debater o contencioso comercial que envolve o algodão, uma das matérias-primas mais importantes da nossa pauta de exportação.

Eu acho que o ponto central de todo este debate está no que disse o Dr. Benedito, porque os países europeus ou da América do Norte, especialmente os Estados Unidos, são essencialmente protecionistas no setor agrícola, e não há perspectiva de alteração. A OMC não consegue vencer essa barreira. Então, nós vamos continuar nessa guerra. É uma guerra comercial. E nós temos a diferença com um tesouro muito rico, o dos Estados Unidos: o produtor de algodão ou de soja brasileiro, quando planta, olha para o céu para saber se São Pedro vai ajudar que chova; o americano olha para o tesouro, lá para Washington, para saber a liberação do recurso que ele vai ter, a garantia da renda. A diferença é essa. Como não vai mudar esse quadro, eu queria perguntar para o Gilson Pinesso o que fazer do ponto de vista da produção para vencer isso.

O senhor disse aqui que, desde 2002, o setor vem acompanhando, junto com as autoridades brasileiras, as negociações no âmbito da OMC ou no âmbito internacional com os Estados Unidos, mais com os Estados Unidos diretamente, nas reuniões bilaterais. Eu quero saber se essa participação é apenas como ouvinte ou a entidade tem efetivamente obtido do Ministério das Relações Exteriores e do MDIC esse protagonismo que foi dito que vêm acompanhando. Acompanhar é uma coisa, é dizer: "A nossa posição é esta e isto vai ser respeitado pelas autoridades".

Do Dr. Benedito eu queria saber, de fato, como é que se trabalha politicamente junto à OMC, já que os países maiores dentro da OMC são os mais ricos, são os que têm mais voto. Quer dizer, nós não conseguimos, desde o GAT, Rodada Uruguai, resolver esse mesmo problema. É a história do Mercosul e União Europeia. Então, quero saber se o senhor tem otimismo de que isso mude.

Para encerrar, queria me dirigir ao Dr. André Rizzo. O senhor disse que tem sido muito enfática – vamos dizer assim – ou muito ativa a posição do Governo brasileiro nessa questão e tem até adotado algumas medidas de retaliação comercial. Tem que ser meio, no comércio, toma lá, dá cá; amigos, amigos, negócios à parte. Eu penso que é o princípio que rege hoje uma economia globalizada.

Eu, como sou Senadora pelo Rio Grande do Sul, tenho que sempre puxar brasa para o meu assado, Secretário André. Por que digo isso? Porque a mesma energia usada e defendida por V. Exª, que tem que continuar – é o que nós acreditamos que a autoridade brasileira tem que fazer –, não está sendo usada em relação ao contencioso comercial, com as travas que a Argentina faz para calçados, por exemplo. Há 700 mil pares de calçados que não conseguiram entrar na Argentina, comprados do Brasil. Isso é matéria-prima, é do setor agropecuário a origem de tudo isso, e nós nos sentimos, nesse ponto... O comércio do Rio Grande do Sul com a Argentina cai, embora o maior aumente, porque 55% do comércio bilateral estão no setor automotivo, e nós temos máquinas agrícolas, nós temos móveis, calçados, produtos que estão sendo barrados pelas travas que a Argentina faz. Por que não há, nesse caso, também uma atitude mais enérgica em relação a essas questões?

Ao Embaixador Enio Cordeiro pergunto se a presença do Roberto Azevêdo na OMC tem algum significado para o Brasil em relação a essas questões de contencioso, o que ele pode, isoladamente, fazer para resolver esse contencioso tão agudo e que tende a se repetir, como disse o Senador Moka, em outras áreas, como milho, como soja e tantas outras.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, que está trazendo, incorporando a este debate a questão da indústria de calçados, que é de fundamental importância.

Em seguida, nós estaremos recebendo aqui na Comissão o Ministro do Desenvolvimento Econômico, para que, quanto ao nosso comércio exterior, possamos tratar dos rumos do Mercosul.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Desculpe-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Tire o calçado. Deixe o assunto do calçado para a reunião com o nosso representante do Mercosul, que vamos ter logo em seguida, mas eu incluiria aqui, na pauta do Ministério das Relações Exteriores e do MDIC, uma outra questão que é crucial para o Estado: a Convenção-

-Quadro para o Controle do Tabaco. É um tema que, é claro que eu sei, é polêmico, só que isso diz respeito a produtores de propriedade pequena, à agricultura familiar tipicamente, em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Paraná.

Na reunião que vai acontecer em Moscou, eles tentam entrar, pelo menos como observadores, nesse debate da Convenção-Quadro e, até agora, não obtiveram uma permissão oficial para que pelo menos possam acompanhar esse debate em relação à produção de tabaco, que é uma produção de renda, para a agricultura familiar de uma região, no meu Estado, extremamente importante, não só o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mas, como eu disse, Paraná, Bahia e vários Estados que são produtores de tabaco.

Então, eu queria saber por que esse setor não tem tido a força e a política da Abrapa para o caso do Tabaco.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – (*Falha na gravação.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM - MT) – Srs. Presidentes, Senador Ricardo Ferraço e Senador Benedito de Lira, e demais convidados, serei muito prático aqui.

Eu ouvi atentamente aqui e percebi que há um bom encaminhamento pelos Ministérios que naturalmente estão envolvidos nessa área. Eu quero apenas dirimir algumas dúvidas que eu tenho na cabeça: se nós tínhamos lá uma garantia, um acordo firmado, transferindo já, até certo ponto, um bom valor dos recursos que estavam previstos no acordo firmado, e, de uma hora para outra – acho que o Embaixador responderia melhor – se faz ali o quê? Um corte, de forma unilateral, não respeitando esse acordo. Ora, nesse caso, eu acho que o governo americano, através da lei, a Farm Bill, deveria respeitar aquilo que está firmado.

Eu imaginei que o Governo brasileiro iria fazer o quê? Cumprir aquilo lá. Existe um passivo, existe uma dívida firmada, seja através da decisão da OMC, mas, sobretudo, do governo americano. Eu acho que isso é um deboche, meu caro mestre. Estão debochando da sociedade brasileira, não só do setor do algodão. Muito pelo contrário, isso é uma falta de respeito com o Governo brasileiro.

O Brasil tem que ser mais firme nas suas posições, caso contrário, nós vamos atravessar, daqui a pouco, outras dificuldades como essa. O Governo brasileiro, com todo o respeito que tenho por ele, tem deixado muito a desejar. Para mim, tem fraquejado, tendo em vista que, há pouco tempo atrás, foram lá, tomaram lá uma base da Petrobras na Bolívia e: está tudo certo? Tudo certo. Daqui a pouco, dá um cano em nós um país desse aí e estará tudo certo.

Nós não podemos aceitar. Nós vivemos num Estado democrático de direito, nós temos uma democracia plena e o Brasil tem contribuído sobremaneira, naturalmente, com o mundo, com a exportação das nossas *commodities*, através da soja, do milho, da nossa carne, etc., de forma que eu não entendi... Eu não sei se o nosso embaixador ou o Sr. André me responderiam: é possível isso acontecer? Para isso, não cabe demandar judicialmente na justiça americana, nós buscarmos aquilo que é direito assegurado, que foi acordado, que está assinado? Quer dizer, tudo que assinou não valeu nada, tem de rasgar e jogar na lata de lixo? Não é possível, minha gente!

O Governo brasileiro tem de ser mais respeitado; nós, brasileiros, temos de ser mais respeitados. Caso contrário, não vejo outra saída senão reagirmos, André. Está esgarçada essa política de retaliação, mas é a única ferramenta, o único instrumento que temos, que é legítimo também. É aquela velha história: dá cá e recebe lá, mas não pode acontecer isso. Daqui a pouco vamos ter outras situações, criadas todos os dias.

Nós somos um país competitivo. O Brasil, indiscutivelmente, como disse a Senadora Ana Amélia aqui, sofre as intempéries do tempo. O americano é subsidiado pelo tesouro em tudo. Nos Estados Unidos há uma feira de agropecuária. Lá, o cidadão, quando é produtor rural, é subsidiado até na placa da sua caminhonete, não paga IPVA, não paga nada. Até o policial que está fiscalizando as rodovias americanas, quando vê o cidadão com uma placa diferenciada, de um produtor rural, já sabe que é um homem de bem. Aqui não, aqui é diferente, é na pancada, é preso. Essa é a realidade dos fatos.

De maneira que quero externar aqui o meu apoio, como Senador deste País. Certamente, exijo um mínimo de respeito do governo americano. O americano tem estado contra nós ao longo de sua história, sempre usou os brasileiros. Nós, brasileiros, temos de ter a nossa independência.

O Brasil tem contribuído. O Brasil é um país que certamente está matando a fome. O Brasil é tão competitivo, mesmo com esses subsídios do tesouro nacional americano. Aqui não temos subsídios. Qual é o subsídio que temos? Nenhum, quase nada. Temos impostos caros, carga tributária excessiva, política ambiental nefasta, que tem prejudicado o setor produtivo, sobretudo o homem rural. Não temos nada que nos dê garantia e segurança jurídica, e é o que queremos.

Neste caso, venho aqui para manifestar, Gilson, o meu apoio, na certeza, como bem disse o Senador Moka, de que o Congresso Nacional tem de se posicionar, evidentemente, dando um prazo, de forma negociável, até fim de junho. Vamos negociar. Entretanto, temos de nos posicionar.

O Congresso Nacional tem um papel preponderante, minha cara Presidente da CNA, minha amiga pessoal, Kátia Abreu, que é muito competente na área. Temos de ser claros naquilo que é direito líquido e certo nosso. Não estamos pedindo mais nada, Senador Ricardo Ferraço, mas o que está acordado. Imagine uma coisa acordada e daqui a pouco, unilateralmente, alguém vai lá e diz que isso não vale mais nada. Como vamos ficar? De quatro? Não podemos! Nós temos de reagir de forma democrática, competente, mas, acima de tudo, lutar por aquilo que é direito legítimo e que nos é assegurado pelo firmado anteriormente.

Eu pergunto se é possível, de forma unilateral, que se encerre aquilo que está acordado e o Governo brasileiro, o setor, fique prejudicado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP - AL) – Senador Jayme Campos, eu queria somente complementar o seu raciocínio com relação à isenção do IPVA das placas dos carros dos agricultores americanos. Aqui, recentemente, tomamos uma decisão para evitar o emplacamento de máquinas agrícolas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senadora Kátia Abreu, V. Exª deseja fazer uso da palavra?

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB - TO) – Sim, obrigada, Sr. Presidente.

Agora há pouco, inclusive, consultei o nosso Ministro Alysson Paulinelli se gostaria de usar da palavra, mas ele me disse que hoje quer ficar como ouvinte. Disse a ele que sua palavra é sempre bem-vinda, que ele pode falar, porque tenho certeza de que todos os colegas concordariam com a sua participação.

Eu gostaria de agradecer a participação de todos os nossos convidados, parabenizar o Senador Moka, a Senadora Ana Amélia por essa iniciativa, agradecer a presença dos produtores de algodão, que vieram de todo o país, e lembrar que o Brasil, hoje, é o quarto maior exportador de algodão do mundo, e o Estado onde V. Exª produz, que é o Estado de Mato Grosso, representa mais de 50% da produção nacional do algodão, nas piores condições, em termos de logística, e enfrentando toda essa questão americana, toda essa questão da lei agrícola americana.

Eu gostaria apenas de não ser repetitiva. Os colegas aqui foram tão bem nas suas falas, a Senadora Ana Amélia, o Senador Moka e o Senador Jayme Campos, com toda a sua indignação, por ser o seu Estado tão representativo na atividade de algodão, por estar muito bem preparado com relação ao assunto –parabéns Senador Jayme Campos! –, mas eu gostaria de falar principalmente da próxima lei agrícola, essa que foi aprovada recentemente.

O Benedito Rosa do Espírito Santo disse agora há pouco, e com muita propriedade, que talvez essa leniência ou o enfraquecimento do assunto na OMC tenha feito com que os americanos se encorajassem tanto e passassem o óleo, como nós conhecemos no interior do Brasil, para fazer essa lei agrícola nova, porque não tem explicação plausível que justifique um atrevimento dessa natureza em termos de aprovação de uma lei como essa, não só para o algodão, mas para todos os grãos. É alguma coisa acintosa!

E claro que nós Senadores, produtores rurais, temos uma forma diferente cada qual de agir. Sabemos da importância de toda a interlocução do Ministério das Relações Exteriores, do Itamaraty, do MAPA, mas nós temos que encontrar um meio do caminho, um meio termo que talvez não seja tão rude com os produtores. Nós somos inexperientes na área, mas nem tanta diplomacia, exagero e exorbitância por outro lado, porque essa própria lei agrícola americana nova, eu sei que nós precisamos esperar o resultado dela, são as regras da OMC, ainda não teve o gatilho disparado para o seu funcionamento e, se Deus permitir que os preços internacionais mantenham-se altos, essa lei agrícola poderá não funcionar. Mas nós sabemos das perspectivas dos preços internacionais, de queda nos preços internacionais. Então nós não temos dúvida de que esses gatilhos serão disparados a qualquer momento.

O que mais me surpreendeu foi exatamente a lei agrícola europeia, que sempre foi, para nós, foco de observação, porque é muito mais protecionista do que a dos americanos. Mas felizmente os europeus deram um grande exemplo de avanço com relação a essas questões do comércio internacional. Por exemplo, a União Europeia abandonou os subsídios para mercados e produtos específicos. Ao contrário dos americanos – eles estão subvencionando diretamente produtos com nome, endereço e CPF; é a forma de subsídio mais distorciva, agressiva e desonesta que pode existir no mundo –, os europeus, com toda a dificuldade de competitividade, de produtividade, que não chega nem perto da dos brasileiros, por exemplo, foram mais dignos. Eles estão com os seus subsídios na forma de um pagamento único por fazenda, por hectare, de forma linear. A única escolha que ficou na lei agrícola europeia é que os Estados membros podem escolher quanto cada Estado-membro vai receber. Os subsídios às exportações, que já chegaram a €3,3 bilhões de euros, foram praticamente eliminados e o pagamento é por hectare, repito. Então isso ainda é subsídio, mas muito menos nocivo do que o que os americanos se atreveram a fazer. Eu até devo declarar uma ponta de inveja, porque nós não temos sequer 50% da nossa área agrícola segurada por clima.

Então, às vezes a gente discute tanto, Senador Moka, a questão do seguro – e eu até acho bom que, às vezes, o engano seja melhor; é mais fácil viver com o engano –, os produtores brasileiros pensam que o seguro agrícola americano de quase 100% é com relação a clima, mas não, nós é que estamos pelejando para chegar em 50% com relação a clima. Lá clima nem se discute, é direto na veia a renda. Então se choveu ou não choveu, se fez sol ou deu praga, não importa, porque, na verdade, se a renda não veio por causa de uma praga, por ausência de chuva ou por excesso dela, não é comigo, o problema não é meu. Eu vou receber, em qualquer hipótese, porque a minha renda não foi garantida, estabelecida pela política agrícola.

Então nós fizemos um trabalho – convidamos para colaborar conosco o Agroanálise, uma empresa de consultoria da maior qualidade no Brasil – que foi apresentado em coletiva na CNA. Nós estamos finalizando as publicações em português e em inglês para distribuir para todo mundo.

O que de fato, num disparo desses gatilhos da lei agrícola nova, vai significar de perda para os produtores do mundo? Nós precisamos nos aliar inclusive os europeus, nós precisamos nos aliar a outros produtores de grãos que estão diretamente afetados. Poderíamos, Senador Ricardo Ferraço, com toda experiência e histórico que V. Exª tem, imaginar como poderíamos, de alguma forma, no segundo semestre, nos unir a esses países que também serão afetados. Para termos uma ideia, Agroanálise fez... O nome correto é Agroanálise ou Agroícone?

A Agroícone determina que, com relação ao milho, nós deveremos ter um impacto nos preços mundiais, uma redução de 3% a 5%; na soja, de 2% a 4%; e no algodão pode-se chegar a quase 5% a redução do preço internacional do algodão com essa nova lei. E nós estamos falando de subsídios diretos para o milho de US$40 bilhões de dólares; se nós formos para a soja, são de US$20 bilhões de dólares e, para o algodão, de US$5 bilhões. Isso vai impactar e reduzir a renda dos produtores no mundo, inclusive de países muito mais pobres que o Brasil e que vivem e sustentam sua economia local com a produção de algodão, por exemplo. São países pobres que nós conhecemos.

O que os americanos fizeram, além disso tudo? Além da subvenção por produto – porque escolhem um produto e falam: "Agora vou matar o resto dos produtores do mundo agora. Neste minuto, quando ligar meu gatilho." E não de forma linear –, além de fazer toda subvenção direta por produtos escolhidos, nomeados e eleitos para funcionar, eles aumentaram o valor do preço de referência. Isso é quase uma calamidade pública! Não só mudaram a forma do subsídio, mas aumentaram o valor de recebimento por parte dos produtores. Nós chegamos ao algodão, por exemplo, com uma cobertura de 90% por parte dessa nova lei agrícola americana. Então, para mim, tanto faz produtividade ou não; a outra lei agrícola americana exigia produtividade nos últimos cinco anos, mas a essa agora não interessa a produtividade. Então, isso desestimula a competência e a eficiência que os americanos sempre disputaram conosco, em uma gincana positiva, em termo de produtividade. A partir desses próximos cinco anos, ninguém quer saber disso nos Estados Unidos, ou seja: estou totalmente remunerado, sendo competente ou incompetente.

No seguro – esse é o Stax, de que nós falamos aqui há pouco –, o seguro adicional para as demais lavouras que não a de algodão chega a 86%, a cobertura e a subvenção quase a 70%. Então, nós estamos, nesse plano agrícola brasileiro, exigindo que o Governo Brasileiro extinga a exigência de seguro, porque o seguro é exigido e não há dinheiro para todo o mundo.

Então, estamos pedindo que o seguro não seja mais, nesta safra, obrigatório, porque nos dá um prejuízo enorme. Quando nós comparamos o preço de referência com o preço de meta dessa política agrícola americana é impressionante essa condição – isso para não dizer uma palavra mais indelicada.

Eu gostaria que pudéssemos ter uma estratégia, sabedores de que toda ação diante da OMC ainda precisa de resultados, mas eu acho que um alerta mundial, quando estamos falando em segurança alimentar, quando falamos de 2050... Isso é hipocrisia diante de uma lei dessa! Estamos fazendo papel de bobo!

Reunimo-nos em torno de fóruns, preocupados com que o Brasil aumente sua produção 40%, por causa de 9 bilhões de pessoas em 2050. Conversa para boi dormir, aproveitando a oportunidade aqui do agro. Conversa para boi dormir! Isso vem em total oposição à luta que estamos empreendendo no mundo pela segurança alimentar. Acho que, com uma frente mundial de países que podem ser afetados por isso que, poderemos chegar a um grau de constrangimento junto aos americanos para que alguma providência seja tomada. Se tomarmos providências isoladas e ficarmos discutindo internamente... Nós temos de ir a outros fóruns, fazer denúncia em bloco e dizer o quanto essa lei é nociva para o mundo e não só para o Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senadora Kátia Abreu, V. Exª, a meu juízo, traz com muita oportunidade um tema mais que relevante para o nosso País.

O que me parece adequado é que o Congresso brasileiro possa se posicionar em relação a essa nova lei agrícola norte-americana, por tudo que ela é nociva, não apenas ao País, mas à sadia competição que os países devem estabelecer em busca da competitividade.

A proposta que eu faria é que pudéssemos, em parceria com a Confederação Nacional da Indústria, fazer um seminário, uma audiência pública para que nós aqui pudéssemos trazer os melhores especialistas, que pudessem analisar o impacto dessa nova lei agrícola, não apenas na agricultura brasileira, como na agricultura global.

Nós vamos ter agora, no mês de julho, uma reunião dos BRICS aqui, em nosso País, na cidade de Fortaleza. Aqui, estarão reunidos Brasil, China, Índia e Rússia, quatro países que se agregaram em torno dessa configuração, que é uma configuração engenhosa, que representa muito globalmente em termos de território, em termos de população, em termos de participação na economia global. Eu acho que seria bom se a Comissão de Relações Exteriores e a Comissão de Agricultura, em parceria com a CNA, fizesse uma audiência pública, um seminário e que pudéssemos ter embasamento e sustentação para tirarmos uma posição do Congresso brasileiro neste primeiro instante, a qual já poderia ser levada para essa reunião dos BRICS na cidade de Fortaleza, através de uma comissão que nós poderíamos constituir aqui, no Senado.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB - TO) – Ótima ideia.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Aqui, estarão China, Rússia, Brasil...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB - TO) – E a Índia – algodão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Então, este assunto da nova lei agrícola norte-americana, como se diz popularmente, tem tudo a ver não apenas com os desafios da cultura do algodão, mas com o próprio futuro da agricultura brasileira e mundial.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB - TO) – Senador Ricardo Ferraço, nosso Presidente, eu gostaria de complementar com uma informação: durante a reunião dos BRICS em Fortaleza, nós estaremos fazendo a reunião empresarial desses quatro países, de forma paralela. Vão-se encontrar as cúpulas, os governos, mas nós da CNA e da CNI estaremos trabalhando em seminários paralelos em que poderíamos até apresentar um manifesto e um estudo técnico que nós temos, feito por André Nassar, do Icone, como disse agora há pouco, uma consultoria contratada pela CNA. Nós poderíamos, já de posse desse material, fazer essa entrega oficial e o nosso protesto com relação a essa lei.

Eu acho a ideia magnífica.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós podemos, inclusive, programar, em razão da relevância e da urgência, uma reunião na próxima semana, na próxima quinta-feira. Podemos combinar com o Senador Benedito, se assim ele considerar conveniente, com as Srªs e os Srs. Senadores e aí fazer um debate mais aprofundado e tirar uma posição do Congresso, do Senado brasileiro, pelo menos, não apenas das nossas confederações, tratando do posicionamento que nós esperamos desses países e do nosso Governo com relação a essa nova lei agrícola em razão dos dados que V. Exª traz para a reunião.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB - TO) – O André Nassar pode vir fazer a apresentação aqui para todos os Senadores desses estudos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Podemos combinar, em seguida, isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Eu fiz uns questionamentos aos expositores e queria saber se eles vão responder.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pois é, nós estamos ouvindo os Senadores, para, em seguida, ouvirmos os nossos expositores. Nós estamos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não, não, não. Estamos, inclusive, com um problema, porque, às 10 horas, nós iniciamos aqui a segunda etapa da nossa reunião com a presença do Ministro da Indústria e Comércio Exterior. Então, nós vamos precisar estabelecer aqui um *deadline* para o encerramento das nossas conclusões, ouvindo o Senador Suplicy e, evidentemente, os Senadores que desejarem fazer uso da palavra.

Há outro encaminhamento a ser submetido aos Senadores desta Comissão. Na próxima quinta-feira, poderíamos fazer uma audiência pública das duas Comissões em parceria com a Confederação Nacional da Agricultura e outras entidades, visando fazer uma análise sobre o impacto da nova lei agrícola americana para a agricultura do Brasil e do mundo.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Fica aprovada. Nós podemos fazer, já na próxima quinta-feira, essa mesma reunião para tirarmos uma posição e aproveitar a oportunidade da reunião dos BRICS na cidade de Fortaleza, no mês de julho.

A palavra é de S. Exª o Senador Eduardo Suplicy...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Às 10 horas? Podemos combinar o horário. Podemos começar como começamos hoje, às 8 horas, enfim... O tema é um tema muito abrangente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Podemos até começar às 7 horas, Senador Jayme Campos.

Eu nunca tive dificuldade de acordar cedo, graças a Deus.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sr. Presidente...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP - AL) – Perguntei ao Presidente qual era o horário, para fazermos essa conciliação, considerando que temos, na Comissão de Agricultura, já uma audiência pública, para tratar da Embrapa Cerrados.

Nós faremos às 8h lá e, às 10h, fazemos a conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Vamos criar uma convergência de conciliação, mas acho que, após a reunião, fazemos isso.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP - AL) – Acho que sim.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Só para uma contribuição. Está marcada, para quinta-feira, na nossa Comissão, presidida pelo Senador Benedito de Lira, uma audiência pública, para debater o caso da Embrapa na questão da Embrapa Cerrados.

Então, apenas para compatibilizar os horários.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Vamos encontrar uma solução, um ponto de convergência. Isso não é problema.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Quero cumprimentar os Srs. Enio Cordeiro, Benedito Rosa do Espírito Santo, André Alvim de Paula Rizzo, Gilson Ferrúcio Pinesso pelas contribuições.

Quero fazer uma pergunta apenas, que também é uma sugestão.

Na medida em que, nos Estados Unidos, a autoridade principal que decide, por exemplo, a *farm bill* é o Congresso Nacional e não tanto o Executivo, pelo que conhecemos – acho que o Subsecretário de Assuntos Econômicos, Enio Cordeiro, pode até dizer sobre isso –, será que não seria adequado, Presidente Ricardo Ferraço, Presidente Senador Benedito de Lira, que o Senado Federal, quem sabe, fizesse uma comissão, para dialogar com o Senado norte-americano sobre as conclusões a que chegarmos a respeito do assunto?

Deixo essa sugestão como um possível encaminhamento, para ajudar a autoridade brasileira, o Itamaraty, nas negociações.

É apenas isso que gostaria de expressar aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – A contribuição de V. Exª é mais do que oportuna e poderia vir como decorrência de um posicionamento e de um debate que faríamos aqui, no Senado, ouvindo as entidades. Aí, sim, num passo seguinte, construiríamos um painel com o Senado norte-americano nessa direção.

Agradeço a contribuição de V. Exª como consequência disso que estamos iniciando nesta manhã.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Bem, vou passar a palavra ao Senador Ruben Figueiró.

A palavra é de V. Exª.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Srs. Presidentes, Senador Ricardo Ferraço e Senador Benedito de Lira, senhores componentes da Mesa e debatedores, meus colegas Senadores e Senadoras e senhores produtores rurais que nos honram com suas presenças, depois de ouvirmos as explanações dos eminentes expositores e os nossos colegas Senadores e Senadoras, só posso dizer da minha satisfação de ouvir as explanações de todos.

Eu acompanho a posição indignada de todos os oradores, Senadores que aqui se manifestaram. Acho que o Brasil precisa tomar uma posição mais positiva, menos tolerante do que a que tem tomado até agora. E digo isso, Srs. Presidentes, porque venho de um Estado, o Mato Grosso do Sul, que tem expoentes como produtores de algodão.

A nossa produção é pioneira no Centro-Oeste. Ela começou em Ponta Porã, na fronteira com o Paraguai, depois se deslocou para São Gabriel do Oeste e Sonora e hoje está com uma extraordinária proeminência no Município de Chapadão do Sul, onde há o maior produtor individual de algodão deste País.

É testemunha disso o eminente produtor Gilson Pinesso. Aliás – talvez V. Exªs não saibam –, a família, o grupo dele é produtor de caráter multinacional, até na África lá estão. Minhas homenagens, portanto, ao espírito pioneiro da família Pinesso.

Em razão disso, Srs. Presidentes, nós, repito, precisamos realmente tomar posições absolutamente radicais. Não é possível mais tolerar essa proeminência, esse imperativo de um parceiro privilegiado como são os Estados Unidos.

Mas eu me resumo aqui. Eu só gostaria de fazer duas indagações: uma ao Sr. Gilson Pinesso e outra ao Sr. Embaixador Enio Cordeiro.

Eu gostaria de saber, Sr. Gilson Pinesso, se as exportações brasileiras são só para os Estados Unidos?

O SR. GILSON FERRÚCIO PINESSO – Não. O Brasil exporta basicamente para a Ásia. Os americanos são os nossos competidores.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Nossos competidores. E qual é o percentual entre os dois, a Ásia e os Estados Unidos?

O SR. GILSON FERRÚCIO PINESSO – Os Estados Unidos são o maior exportador de algodão do mundo. O Brasil, no ano retrasado, foi o terceiro maior. E eles competem conosco oferecendo algodão com prazos muito longos e financiamentos muito baratos. Para o senhor ter uma ideia, a Coreia é um grande comprador de algodão brasileiro, mas a gente só não vende mais algodão na Coréia porque os americanos, além de irem com o algodão, vão também com o prazo que chega a 24 ou 36 meses e juros módicos. E aí chegamos lá para oferecer o nosso algodão, que tem mais qualidade, e eles dizem que precisam de financiamento e nós dizemos que não temos financiamento. Então, a gente vende menos algodão, somos menos competitivos porque eles têm, além disso...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Ruben Figueiró, nós precisamos ouvir V. Exª para depois ouvir os questionamentos da Mesa.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Pois não.

A pergunta também o Embaixador Enio Cordeiro pode adotar.

V. Exª falou *en passant*, rapidamente, que um dos acordos que estão sendo tratados em razão da *farm bill* é a questão da exportação da carne bovina.

Eu não entendi bem a extensão da explanação que V. Exª fez e gostaria que respondesse.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Walter Pinheiro, a palavra é de V. Exª, concluindo essa etapa ouvindo só os Srs. Senadores.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este debate envolvendo principalmente as nossas relações comerciais e particularmente até o nível de enfrentamento que há em todos os setores. Meu caro Moka, não é só na agricultura; ela se expressa de forma muito mais incidente na agricultura, até exatamente pelo que aqui, de forma muito enfática, colocou o Deputado Jayme Campos: exatamente pela desproporção...

Eu falei Deputado, mas é porque todos nós viemos de lá, não é Mokinha?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Ele pensou no Deputado Júlio Campos.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Exatamente. Por extensão, Julinho. Mas é o Senador Jayme.

É um embate, Senadora Kátia. Eu me recordo, por exemplo, de que nas poucas vezes que tive oportunidade de ir às rodadas da OMC, era um negócio massacrante; a gente tinha uma representação tão diminuta, e as resoluções todas tomadas por grupos e sem nenhum tipo de capacidade de recurso na chamada plenária final.

Então, acho que a nossa própria posição no que diz respeito a essa questão da retaliação cruzada, que conseguimos de certa forma aprovar já a partir da Medida Provisória nº 482... Acho que é importante chamar a atenção para isto: o Brasil tomou uma decisão. Poder-se-ia até dizer: por que o Brasil não fez isso? Por que o Brasil não retaliou? Por que o Brasil optou por retaliar apenas a importação dos produtos provenientes como se normalmente isso seria a sequência natural? É óbvio que as dificuldades que nós temos no que diz respeito a essa chamada retaliação cruzada nós poderíamos até identificar em alguns casos no caso de bens de capital, máquinas, e outros insumos, enfim. Mas eu, por exemplo, acho, Senadora Kátia, que a gente podia dar uma sacudida, também, em outras áreas que mexem muito mais com os Estados Unidos, o que, portanto, poderia obrigar, até, outros setores a uma movimentação contrária a esse subsídio que afeta, principalmente, o algodão e afeta a agricultura como um todo. Por exemplo: por que a gente não poderia imaginar uma retaliação

sobre direito de propriedade intelectual, serviços de audiovisual, que têm um efeito muito forte no caso dos Estados Unidos e que nós temos capacidade de fazer?

Fizemos aquele acordo. Mesmo, da orientação da OMC, por conta da crise mundial, o Brasil fez um acordo que, até então, os Estados Unidos vinham cumprindo – acho que até setembro – rigidamente. De lá para cá, alegaram orçamento público. Esse dinheiro não vem do orçamento público; portanto, a alegação é recheada de inverdades, algo extremamente ruim.

Esse cenário, agora com o *farm bill*, é um cenário que nos coloca diante de uma situação, Senador Ricardo Ferraço, em que nós temos que agir a partir da nossa posição, mas, como disse V. Exª, buscando outros parceiros, porque o preço vai cair. A estimativa, inclusive, que faz, aqui, a nossa associação é que isso chegue, talvez, a 14% no mercado. Então, consequentemente, nós não vamos suportar isso.

Eu parto do seguinte princípio: reclamar do subsídio que os Estados Unidos dão é um troço que, é óbvio, a gente pode fazer, mas, ao invés de reclamar, a gente devia fazer nossa parte. Por exemplo: eu não vou reclamar de um negócio que, para a política deles, Moka, eles estão avaliando que está correto. Como diz o nosso amigo, Senador Jayme, até a placa, então, eles vão achar que nós é que estamos reclamando de algo que é de função deles.

Outra coisa que acho que é importante agregar é isso que o Senador Suplicy coloca: a decisão de política agrícola, inclusive com subsídio, não é do Executivo americano, ela é do Congresso.

Então, façamos nós, aqui, a nossa parte. Vamos ver como a gente trabalha esse pedaço de maneira que o Congresso Nacional passe a ter muito mais incidência, até porque, por conta da nossa capilaridade, tanto os Senadores quanto os Deputados, nós é que temos, talvez, autoridade, ou, pelo menos, a relação direta com esse setor: é quem convive na ponta, é quem sofre lá no Mato Grosso Sul, é quem sofre na Bahia, quem sofre no Rio Grande do Sul, é quem está em cada cidade, porque esse é um drama cujo maior reflexo, meu caro Ferraço, não é para a União; ele se estabelece no Município. Portanto, a crise, quando se estabelece, impacta exatamente no local da produção. E o esforço que a gente vem fazendo, pelo menos no nosso caso, lá no Estado da Bahia, é para aproveitar essas potencialidades e promover o desenvolvimento, inclusive local.

Então, não dá para a gente aceitar isso de maneira tão passiva assim.

Eu acho que, até respeitando toda a condução da OMC, acho que, para aquele momento, o Brasil agiu de forma até no espírito da negociação, buscando fazer as tratativas para compreender o período. Tanto é verdade que volto a afirmar: tanto o Congresso quanto o governo americano cederam a esse tipo de negociação, mas, exatamente, com data marcada para nos ferrar, como quem ferra gado.

Então, na realidade, essa é uma situação em que eu quero voltar a buscar esse tipo de apoio. Aí, é importante, Senador Ferraço, que a gente tenha essa compreensão do papel do Parlamento e que o Governo Federal também tenha essa compreensão, porque, às vezes, Senadora Kátia, os governantes acham que podem tocar a relação com o Parlamento só com o envio de medidas provisórias. Aí, mandam para cá e a gente vai tocando as coisas. Quando chega num momento desses, que é um momento de enfrentamento, tem que chamar o Parlamento, o envolvimento nosso! Às vezes, o governo tem a síndrome da iniciativa: se não for feito por ele, não resolve. Então, tem que ter um nível de compartilhamento. Nós estamos tratando de algo que é da economia, algo que é da vida e que, portanto, requer, agora, um envolvimento.

Eu sempre tenho dito aqui, Senador Moka, principalmente na OMC, nos debates que tenho travado, principalmente no campo, no ramo que é a minha praia, que é a área de tecnologia, eu tenho dito o seguinte: se a gente não se juntar e não adotar uma posição de Estado, nós vamos ficar vendo a ação dessa ou daquela empresa e vamos perder como Nação.

Essa é uma decisão de Estado e, portanto, o Congresso Nacional tem que colocar o dedo na ferida, ou melhor, a mão no algodão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Estará colocando, inclusive, a partir dessa primeira reunião que nós estaremos fazendo para fazer essa análise, como propôs a Senadora Kátia Abreu. Em seguida, a ideia é que nós possamos partir para um posicionamento firme.

Eu sou obrigado a ser absolutamente indelicado com os nossos convidados porque o Ministro Mauro Borges já aguarda aqui, na Comissão, para um debate relacionado ao Mercosul e às demandas que estão nesse contexto em razão das negociações do Mercosul com a União Europeia. Nós precisamos encerrar esta reunião, impreterivelmente, às 10 horas e 30 minutos, para podermos começar a segunda reunião, que tratará de temas também bastante delicados.

Então, vou passar a palavra aos nossos convidados e peço desculpas pela indelicadeza em razão de o inimigo tempo não permitir que nós possamos aprofundar mais este debate. Mas não faltará oportunidade.

Passo a palavra, portanto, ao Embaixador Enio Cordeiro para que ele possa, sinteticamente, abordar os temas que lhe foram dirigidos.

O SR. ENIO CORDEIRO – Sim, Sr. Senador.

Muito obrigado.

Eu, rapidamente, quero apenas dizer que, na pessoa do Ministro Luiz Alberto Figueiredo, na minha própria e na de qualquer outro funcionário do Itamaraty responsável pelo tratamento deste assunto, estamos inteiramente à disposição desta Casa e das iniciativas da Comissão de Relações Exteriores e da Comissão de Agricultura para dar seguimento, junto aos senhores do Congresso Nacional, ao acompanhamento das tratativas que estão em curso e ao acompanhamento do seguimento do contencioso, que, provavelmente, terá desdobramentos que requererão orientação política, e a participação do Senado, obviamente, é das mais importantes.

A decisão do governo brasileiro de solicitar um painel de implementação foi, certamente, a mais adequada. Nós poderíamos, em determinado momento, dar por encerrado o contencioso, o que seria um absurdo, ou partir, de imediato, para uma retaliação. Eu não vou abundar nas razões que nos conduziram a entender que estávamos trabalhando, a partir deste momento, com um bicho novo, como diz e explicou a Senadora Kátia Abreu. Um painel de implementação permitirá, inclusive, que os elementos novos desse bicho possam ser questionados no âmbito da OMC, com uma nova decisão que nos habilite a requerer uma modificação do que é novo, não do que é velho.

O nosso interesse também é sempre, do ponto de vista do Itamaraty e do governo brasileiro, buscar caminhos que resolvam o problema e não, soluções de compensação, que não resolvem o problema. O interesse da economia brasileira, do setor produtivo é se livrar dos subsídios. E aí havia uma pergunta que o senhor fez, motivada por uma intervenção do Sr. Benedito Rosa. A agricultura – não é de hoje que isso acontece – é o setor relegado e esquecido no âmbito da OMC. Sempre foi assim, desde o princípio. A OMC nasceu sem a agricultura. Os subsídios na área industrial estão proibidos desde 1958 no âmbito da OMC. Nós estamos falando de 1958. Há mais de 50 anos que nós temos os subsídios proibido na área industrial. Eles são permitidos na área agrícola, simplesmente permitidos, porque nós só fomos tratar, no âmbito da OMC, da questão agrícola de uma forma um pouco mais eficiente com os acordos da Rodada Uruguai. E ali os grandes países subsidiadores consolidaram níveis bastante altos de subsídios permitidos. Esses subsídios só podem ser questionados quando causam um efeito adverso ou quando são proibidos nos textos dos acordos da OMC. E é o que nós estamos fazendo da forma mais enérgica possível.

Quero transmitir esta mensagem de parte do Ministro das Relações Exteriores de que a resposta que tem sido dada é a mais enérgica possível. Não há complacência do Governo brasileiro com rupturas intempestivas, com decisões unilaterais, e nós estamos, de qualquer forma, abertos a uma conversação e ao diálogo, até porque a nova lei norte-americana estabeleceu parâmetros que permitem, com relação a um dos aspectos mais difíceis da legislação norte-americana, que é o dos programas de crédito à exportação, que possam ser reduzidos os prazos e trabalhadas as questões das taxas de comissão de forma a atender as reivindicações brasileiras.

Eu gostaria de responder diretamente a duas perguntas da Senadora Ana Amélia, porque elas diziam respeito especificamente a alguma coisa do Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Por favor.

O SR. ENIO CORDEIRO – Senadora, com relação ao meu colega Roberto Azevêdo, ele não é parte desse contencioso nem como juiz. Ele é chefe do secretariado da OMC. E, como tal, não seria próprio que tomasse nenhum contencioso de que o Brasil é demandante, nenhum contencioso em que o Brasil é demandado, alguma posição pública. Eu sei onde o coração dele está, mas isso não é nada que se possa revelar publicamente.

Com relação à questão do tabaco, eu vou levar ao Ministro Figueiredo a sua preocupação com relação ao interesse do setor privado de participar das preparações e, se possível, da delegação brasileira à reunião de Moscou.

A informação que eu tenho em relação à reunião de Moscou é que existe um comitê preparatório que envolve o Ministério da Saúde, o Ministério das Relações Exteriores, a Anvisa. E que há, sim, contato com o setor privado e que estão participando dessas reuniões.

E, com relação aos painéis sobre a questão da lei australiana, nós somos terceira parte nos painéis e estamos em contato com o setor privado definindo, juntamente com outros setores do Governo, as posições que, como terceira parte, o Governo brasileiro levará.

Eu peço desculpas, Sr. Presidente, para não atrapalhar também o tempo. Mas continuo simplesmente à disposição e poderei complementar essas respostas em contatos pessoais com os Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Embaixador. Nós é que agradecemos a...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, o Sr. Embaixador não respondeu a minha indagação. Gostaria de ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – S. Exª, Embaixador, tem o registro da pergunta do Senador Figueiró?

O SR. ENIO CORDEIRO – Sim. Sim. Eu tenho o registro de todas as intervenções. O Senador Figueiró fez o comentário de que o Brasil deveria ser menos tolerante e perguntou também sobre carne bovina.

Sobre o primeiro aspecto, eu respondi que eu acho que não deve ficar a impressão de que nós somos tolerantes com relação a essa questão. Desde o primeiro momento, em cada passo, têm sido passadas as mensagens e as respostas e as reações mais enérgicas por parte do Governo brasileiro. Evidentemente que tudo isso dentro dos limites do que é a convivência civilizada. Nós podemos reclamar e nós podemos reagir dentro daquilo que são os parâmetros que os códigos da OMC nos permitem fazer. E é nesse caminho que estamos.

Especificamente com relação à carne bovina, Senador, quando nós tivemos, no ano de 2009, uma decisão favorável ao Brasil e que nos habilitou a dar início à retaliação, o Governo norte-americano, para evitar a iminência da retaliação em bens, em propriedade intelectual e serviços, propôs um acordo que foi aceito pelo setor governamental e pelo setor privado brasileiro, que redundou na criação do Fundo Ibas e que redundou numa série de acordos que estão consolidados nesse memorando de entendimento no Acordo Quadro.

Paralelamente a isso, houve um acordo com o governo norte-americano que resolveria também os problemas de acesso das exportações de carne brasileira para o mercado norte-americano. E especificamente dois compromissos foram assumidos: um com relação à carne suína do Estado de Santa Catarina e outro com relação à habilitação de estabelecimentos de quatorze Estados brasileiros para exportação de carne bovina.

Esse assunto arrasta-se desde então. E nós estamos em intensas negociações do Ministério da Agricultura com o Departamento de Agricultura do Governo dos Estados Unidos. O ex-Ministro da Agricultura esteve, poucos meses atrás, nos Estados Unidos tratando especificamente dessa questão. Nós estamos no aguardo de que nos próximos meses possa ser editada a regulamentação interna nos Estados Unidos que habilite as importações brasileiras, as normas sanitárias que habilitem as importações de carne *in natura* brasileira. Era sobre isso que eu estava me referindo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós, infelizmente, vamos ser obrigados a encerrar a nossa reunião porque já estamos atrasados para a segunda reunião. S. Exª o Ministro Mauro Borges já se encontra aqui entre nós.

Eu quero muito agradecer a presença do Embaixador Enio Cordeiro, do Doutor André Alvim, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Doutor Benedito Rosa do Espírito Santo, do Doutor Gilson Ferrúcio, a quem eu passo a palavra para rapidamente poder encerrar aqui a nossa reunião.

A palavra é de S. Exª, Doutor Gilson Ferrúcio.

O SR. GILSON FERRÚCIO PINESSO – Bem. Bem rapidinho. Senadora, a nossa integração com Ministérios a respeito do caso é total. Por isso, tivemos grande sucesso nesse caso. Os nossos economistas, econometristas e advogados estão sempre conversando e interagindo. Por isso chegamos ao sucesso do caso.

O maior competidor do nosso setor não são os produtores americanos, é o Tesouro americano, porque, em plantar algodão, esta turma que está aqui é especialista. Somos bons, produzimos algodão com produtividade e qualidade. O nosso concorrente é o Tesouro de lá. É difícil. Infelizmente não dá para competir, nem o Brasil compete, nem o Tesouro brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Vamos interromper a nossa reunião por cinco minutos, para que possamos desfazer a Mesa. E, em cinco minutos, estaremos retornando com a presença do Ministro Mauro Borges, para debatermos os rumos do Mercosul, em face da negociação emperrada do nosso País, do Bloco com a União Europeia.

A reunião fica suspensa por cinco minutos, muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 30 minutos.)

ATA DA 13ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 15 DE MAIO DE 2014.

Às oito horas e dezessete minutos do dia 15 de maio de dois mil e quatorze, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência dos Senadores BENEDITO DE LIRA e RODRIGO ROLLEMBERG, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores DELCÍDIO DO AMARAL, ACIR GURGACZ, EDUARDO SUPLICY, ANA AMÉLIA, WALDEMIR MOKA, CYRO MIRANDA, RUBEN FIGUEIRÓ, JAYME CAMPOS, FLEXA RIBEIRO, LÍDICE DA MATA e do Deputado IZALCI (PSDB/DF). Deixam de comparecer os Senadores Gleisi Hoffmann, Zeze Perrella, Clésio Andrade, Casildo Maldaner, Sérgio Petecão, Kátia Abreu e Gim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata

da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Benedito de Lita, dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 11, de 2014, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Ana Amélia, com a finalidade de debater sobre a ameaça de retirada da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Cerrados, de uma área de 90 hectares, localizada próxima a BR-020, no Distrito Federal, onde desenvolve, há mais de 30 anos, relevantes pesquisas sobre solo e produção agropecuária, com a participação dos seguintes convidados: Sr. José Roberto Rodrigues Peres - Chefe-Geral da Embrapa Cerrados - CPAC; Sr. Paulo Valério Silva Lima – Subsecretário de Regularização da Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano – SEDHAB/GDF; Sr. Luciano Nobrega Queiroga - Diretor Extraordinário de Habitação e Regularização Fundiária da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal - TERRACAP; Sr. Sérgio Antônio Gonçalves - Superintendente da Secretaria do Patrimônio da União - SPU; Sra .Helena Bonciani Nader - Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC; Sra. Cristina Rasia Montenegro - Promotora de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT; Sra. Ieda de Carvalho Mendes - Pesquisadora da Embrapa Cerrados. A Senhora Senadora Ana Amélia e os Senhores Senadores Rodrigo Rollemberg, Eduardo Suplicy, Ruben Figueiró e o Senhor Deputado Izalci (PSDB/DF) fazem uso da palavra. Em sua manifestação, o Senador Rodrigo Rollemberg sugere que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária delibere uma Nota, a ser encaminhada à Senhora Presidente da República, Dilma Rousseff, ao Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, Clelio Campolina Diniz, e ao Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Aloizio Mercadante, no sentido de manifestar a sua posição contrária à retirada da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Cerrados de uma área de 90 hectares próxima à BR-020, no Distrito Federal, onde desenvolve pesquisas sobre solo e produção agrícola. O Senhor Presidente, Senador Benedito de Lira, apresenta o seguinte requerimento para deliberação da Comissão: 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 19, de 2014 - Em aditamento ao Requerimento nº 11, de 2014-CRA, aprovado por esta Comissão para a realização de audiência pública para "debater sobre a ameaça de retirada da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Cerrados, de uma área de 90 hectares, localizada próxima a BR-020, no Distrito Federal, onde desenvolve, há mais de 30 anos, relevantes pesquisas sobre solo e produção agropecuária", solicito a inclusão da Senhora Cristina Rasia Montenegro – Promotora de Justiça da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – PRODEMA/MPDFT, entre os convidados. **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira,** Presidente da CRA

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Requeiro dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que passo a ler.

Em aditamento ao Requerimento nº 11, de 2014, aprovado por esta Comissão para a realização de audiência pública para debate sobre a ameaça de retirada da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Cerrados de uma área de 90 hectares, localizada próxima à BR-020, no Distrito Federal, onde desenvolve, há mais de 30 anos, relevantes pesquisas sobre solo e produção agropecuária. Solicito, ao mesmo tempo, a inclusão da Srª Cristina Rasia Montenegro, Promotora de Justiça da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Senador Rodrigo Rollemberg.

A presente reunião de audiência pública é para dar cumprimento ao requerimento, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg e da Senadora Ana Amélia, para debater sobre a ameaça de retirada da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Cerrados de uma área de 90 hectares próxima à BR-020, no Distrito Federal, onde desenvolve pesquisas sobre solo e produção agrícola.

Encontram-se presentes os nossos convidados. Eu gostaria de chamá-los para tomarem assento à mesa: Sr. José Roberto Rodrigo Peres, Chefe-Geral da Embrapa Cerrados; Sr. Paulo Valério Silva Lima, Subsecretário de Regularização da Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano; Sr. Luciano Nobrega Queiroga, Diretor Extraordinário de Habitação e Regularização Fundiária da Agência de Desenvol-

vimento do Distrito Federal (Terracap); Srª Helena Bonciani Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; Sr. Sérgio Antônio Gonçalves, Superintendente da Secretaria do Patrimônio da União no Distrito Federal; e Srª Cristina Rasia Montenegro, Promotora de Justiça da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Normalmente, a pauta se inicia com a exposição feita pelo autor do requerimento, mas para que possamos ganhar tempo – já estamos com 21 minutos de atraso para o início da nossa reunião –, concedo a palavra, como primeira expositora, à Promotora de Justiça, considerando que a Promotoria de Justiça normalmente tem algumas observações a fazer. E, ao fazê-las, lógico que os outros expositores deverão ficar de ouvidos bem abertos, porque o Ministério Público não é brincadeira.

Com a palavra a Srª Cristina Rasia Montenegro, Promotora de Justiça da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Distrito Federal.

Gostaria de estabelecer, tendo em vista que são três expositores, o prazo de 15 minutos para cada um. Logicamente, se houver necessidade, haverá algum tempo de prorrogação.

Tem a palavra a nossa Promotora.

A SRª CRISTINA RASIA MONTENEGRO – Bom dia a todos. Eu queria agradecer, em primeiro lugar, a oportunidade de, neste ambiente de debate de ideias, ambiente democrático, trazer a posição do Ministério Público tão importante quanto é essa tentativa de despejo da Embrapa Cerrados. A nossa preocupação maior, como Promotoria de Meio Ambiente, é que essa área de Planaltina DF é tradicionalmente conhecida por ser o berço das águas do Brasil. Por isso temos ali a Estação de Águas Emendadas.

Ao mesmo tempo que é um orgulho para o Distrito Federal sermos o berço das águas do Brasil, também é um problema para a comunidade que vive ali, porque, como é área de nascentes, a disponibilidade hídrica é reduzida. E aí nós temos, desde os anos 80, anos 90, um contínuo adensamento do que era antigamente conhecido como Vila Agroagrícola, ou áreas tradicionalmente rurais de Planaltina. Esse adensamento foi trazendo problemas. Aqui o nosso Secretário de Habitação, tenho certeza, a Terracap vai poder até falar um pouquinho melhor sobre o adensamento de toda essa área.

O problema do adensamento, do ponto de vista da Promotoria de Defesa de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, é a questão de prover a essa população água e esgoto. A água, como aqui os técnicos presentes sabem melhor do que eu, é finita. Então, por mais que a gente consiga trazer, fazer adutoras, bombear, soluções de engenharia maravilhosas, essa água vai ter um custo cada vez maior; e esse custo pode ser reduzido através do uso racional e respeitando o perfil, a característica da área.

O que funciona agora lá é que a Embrapa, hoje, trabalha quase como um trampolim ali de biodiversidade para a área de Águas Emendadas, Parque Nacional e a Reserva da Contagem. Quando a gente tem esses espaços livres, a gente consegue facilitar não só o andamento de fauna, de flora, mas a gente também consegue garantir um pouquinho de qualidade ambiental, que vai repercutir nas nascentes que vão garantir o abastecimento de água.

Então, a gente tem um sistema que é um sistema muito delicado, que é um sistema muito bonito de se ver e que, exatamente por essa delicadeza dele, não vai suportar essas constantes agressões. Tanto não vai suportar que nós já temos, dentro do histórico da Caesb, que é a nossa companhia de saneamento do Distrito Federal responsável pelo abastecimento de água, históricos de encerramento de captação de água nessa região. E, nos anos 90, infelizmente, a Caesb, a mesma companhia, usou esse fato como justificativa para construir estações de captação de água dentro da Estação de Águas Emendadas, que é uma unidade de conservação de um nível muito restritivo. Ela construiu duas estações sob o argumento de que não podia, na Capital da República, faltar água em Planaltina.

Isso foi discutido longamente e, como o uso humano tem prevalência sobre qualquer outro uso, até hoje nós temos lá as captações funcionando dentro de Águas Emendadas, sem que a nossa companhia de água pague qualquer serviço ambiental para Águas Emendadas.

Então, a gente continua tendo uma visão arcaica de que a água é fácil, a água vem de qualquer lugar e a gente não precisa pagar por ela; e não é verdade – infelizmente, não é verdade.

A água é cada vez mais um recurso precioso, fundamental para a nossa vida; e isso tem um valor e também tem um custo.

O que nós estamos fazendo é desprezar o valor da água e o custo dessa água, adensando uma região que tem problemas hídricos.

Planaltina vivia, periodicamente, nos anos 90 e início de 2000, racionamento de água. Nós ainda temos carros-pipas abastecendo parte de Planaltina. A gente ainda tem esgoto a céu aberto em Planaltina. Quer dizer, temos ali problemas graves ambientais relacionados à água e esgoto que não foram solucionados. Agora,

adensar essa área com mais vinte mil, dez mil, quinze mil, o número que seja, é fechar os olhos para os problemas que esses cidadãos já enfrentam todos os dias e criar uma nova área de demanda.

Então, como a gente cria novas demandas se já temos uma situação de limite? Essa é a nossa preocupação com a questão dos novos parcelamentos, novos assentamentos nessa área específica.

A questão dos moradores de aluguel aqui, no Distrito Federal. A gente tem uma experiência que eu acho que não podemos esquecer. A história é uma grande professora, mas também é uma professora, Presidente, que pode ser muito rigorosa quando não se aprende direito. E ela mostrou aqui, no Distrito Federal – e está aqui na beira da gente, para qualquer um ver –, o que é a cidade administrativa hoje do Itapuã. Ela foi um movimento social que nasceu pelos moradores de aluguel. Então, a gente tem toda uma cidade criada para moradores de aluguel e que aparentemente não resolveu e não vai resolver, porque essa é uma demanda, esse é um círculo infinito. São Paulo hoje, segundo informações governamentais, tem 25% de demanda de moradia. Pelo menos 25% de demanda de moradia.

Então não é buscar a solução mais fácil que vai resolver o nosso problema. Nós temos que buscar a melhor solução.

A nossa responsabilidade aqui…

Nós estamos na Capital da República e temos o dever de, pelo menos aqui, fazer um trabalho bem feito.

Nós temos o maior índice de doutores, mestres e conhecedores que dão esse aporte, que fazem essa discussão toda, mas não basta - a ciência, a tecnologia está aqui do lado - se os tomadores de decisão, como é o nosso Executivo, não escutam e não seguem esse caminho.

Aí a gente entra no segundo ponto, que também é de grande interesse da Promotoria do Distrito Federal, que é a questão da representatividade da Embrapa Cerrados como patrimônio cultural.

A Embrapa Cerrados – vai ser melhor explicado aqui – desenvolve um trabalho enorme e importantíssimo para todo o bioma Cerrado. E o bioma Cerrado não é Distrito Federal. O bioma Cerrado é Brasil e é para o Brasil que a Embrapa Cerrados trabalha. A gente está se esquecendo disso quando coloca a Embrapa Cerrados numa situação impossível, como se ela estivesse disputando algo com alguém.

A Embrapa Cerrados não está disputando nada com ninguém. Por quê? Porque ela presta um serviço essencial para todo mundo. Esse serviço deveria ser premiado pelo Governo do Distrito Federal, e não ser, na verdade, chutado para fora de uma área da BR-020.

Houve agora a abertura da exposição agropecuária no Distrito Federal. No primeiro dia, a nossa exposição movimentou 1 milhão e 300 mil pessoas. No primeiro dia! Isso é trabalho de produção. É a ciência trabalhando ao lado da sociedade, capacitando as pessoas para produzir sustentavelmente. Essa possibilidade de produção sustentável está intimamente ligada aos saberes que foram criados nesta região. Então não é a mesma coisa que trocar de sapato ou trocar de apartamento ou trocar de casa.

A Embrapa Cerrados está aí por uma razão muito séria, porque ela tem uma série histórica que precisa ser preservada. Esse conhecimento de ciência e tecnologia é protegido pela nossa Constituição.

O Ministério Público vem aqui fazer novamente um apelo ao nosso Governo do Distrito Federal, de que por favor se sensibilize com essa questão. Aqui nós não estamos num jogo de trocar uma coisa por outra. Já passou esse momento. Hoje em dia, no Século XXI, nós temos que entrar no jogo de ganha-ganha. Ganha o Distrito Federal por estar a Embrapa Cerrados aqui, ganha a Embrapa Cerrados por preservar a sua área total de 300 e tantos hectares para manter as pesquisas que fazem deste nosso Brasil, que fazem desse nosso cerrado algo sustentável e economicamente viável.

Então a nossa mensagem nesta Comissão é mais uma vez de alerta.

Nós não precisamos ir às cortes, nós não precisamos discutir o que a nossa Constituição tão claramente já diz.

Agradeço muito a oportunidade de estar aqui.

Espero que todos os debates se alinhem no sentido de que, sim, é possível a gente ter desenvolvimento sustentável, é possível ter cuidado com o meio ambiente e é possível ter uma política fundiária responsável.

É possível que o tomador de decisões aqui do Distrito Federal faça uma equação ganha-ganha e sair dessa tragédia em que vivemos, pela qual para um ganhar outro tem que perder.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Agradeço à Drª Cristina, que inclusive foi até mais econômica quanto ao tempo que lhe foi reservado.

Muito obrigado.

Gostaria de chamar a atenção dos Srs. Senadores e Senadoras porque o Senador Rodrigo Rollemberg apresentou requerimento de aditamento ao requerimento inicial para o convite da Drª Cristina Montenegro.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A regra da Comissão é, inicialmente, facultar a palavra aos autores do requerimento.

Peço permissão ao nobre Senador Rodrigo Rollemberg, pois a Senadora Ana Amélia também é autora e vai ter preferência, num primeiro momento.

Tem a palavra a Senador Ana Amélia.

Considerando que V. Exª é o primeiro subscritor, mas quando num conjunto de pessoas existe uma mulher, ela tem preferência. Pelo menos a meu ver.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB - DF) – Quem sou eu para desobedecer a orientação de V. Exª, Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Sr. Presidente, penso ouvir os demais expositores, mas, em primeiro lugar, eu queria cumprimentar a Drª Cristina. Nós aqui fizemos uma grande campanha para defender o Ministério Público. Apreciamos aquela famosa PEC, famigerada PEC que tentava colocar uma mordaça no MP. Eu, pessoalmente, tenho um respeito muito grande pela instituição do Ministério Público.

O seu depoimento aqui revela, realmente, o compromisso da instituição com a sociedade e com as questões relacionadas a ela, em todas as demandas, no chamado interesse difuso, em que, entre outras coisas, estão a questão do saneamento, todas as questões ambientais e a questão do abastecimento de água.

Mas o nosso objetivo aqui é mais no sentido de preservar um patrimônio – a Drª Helena Nader, da SBPC representa isso muito bem – que diz respeito à ciência e a um lugar sagrado, porque ciência para mim é como religião. Quer dizer, temos que respeitar e que ajudar a ciência sempre, sem preconceitos, com a visão clara de que é na ciência que está o caminho para a sociedade ter uma vida melhor, em todos os campos.

Então, esse centro da Embrapa Cerrados – eu passo muito por lá – é um lugar sagrado, porque ali há pesquisa, há a busca do conhecimento e do desenvolvimento, para fazer do Brasil o que ele é hoje no cenário internacional. De maneira absolutamente sustentável. A Embrapa tem esse papel. Hoje, a Embrapa é um orgulho muito grande para todos nós. Para o Senador Moka, o Senador Figueiró e o Senador Rodrigo, que é patrono da feira do PAD/DF, referência em matéria de tecnologia e de avanço. Por quê? Porque a ciência e a Embrapa estão ali juntas.

Eu queria cumprimentá-la apenas, depois das exposições. Eu lamento muito porque fui convocada para presidir uma comissão mista de medida provisória que tem a ver com a agricultura e com os assentamentos, medida provisória que trata de recursos para os assentamentos e os assentados da reforma agrária. Então, às 9h30, eu vou ter que deixar esta audiência. Lamento muito, mas nossos colegas Senadores são comprometidos com esta causa, sem dúvida. O Senador Figueiró, semana sim, semana também, defende a Embrapa porque lá trabalhou e tem filho na Embrapa. Portanto, ele é um protetor, um patrono da Embrapa, como todos aqui somos.

Estou muito feliz com o Senador Rodrigo Rollemberg porque ele é do Distrito Federal e, mais do que eu, que sou do Rio Grande do Sul, tem esse compromisso. Quando assinamos o requerimento proposto por ele, nosso objetivo foi tão somente preservar. O Distrito Federal possui muitas áreas para executar o programa, que também é importante. O programa habitacional tem um cunho social importante. Eles não são adversos, são complementares. Daí a necessidade de encontrar áreas, muitas delas hoje invadidas irregularmente por pessoas que se valeram do interesse econômico, não interesse social, para fazer a exploração indevida, eu diria até criminosa, com a grilagem de áreas que pertencem à União ou ao Distrito Federal.

Parabéns à senhora pelo depoimento.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra, o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB - DF) – Sr. Presidente, serei breve para que possamos ouvir os nossos convidados.

Quero cumprimentar V. Exª; cumprimentar todos os convidados que nos honram com suas presenças hoje na Comissão de Agricultura; cumprimentar os nossos Senadores, Rubem Figueiró, Waldemir Moka e Ana Amélia. E dizer que a Senadora Ana Amélia é uma brasiliense adotada por nós.

É uma coisa inusitada estarmos em pleno século XXI, em plena época da sociedade do conhecimento, fazendo uma audiência pública para proteger uma empresa de pesquisa do Governo do Distrito Federal.

O Governo, que deveria ter a responsabilidade de promover a ciência, a tecnologia e a inovação, está querendo retirar – parece inimaginável isso – uma área que há 35 anos está dedicada ao desenvolvimento científico e tecnológico. É uma falta de compreensão do futuro, de compromisso com o futuro impressionante. É um pensamento rasteiro, é um pensamento curto, é um pensamento tacanho, porque não compreende.

Eu ouvi o ex-Secretário de Habitação, Deputado Geraldo Magela, dizer: "Não, mas ali a Embrapa desenvolve pesquisa com pecuária. Aquilo é uma fazenda." E não percebe o que significa uma pesquisa sobre solos do Cerrado, que é feita ali, há muitos anos. E é por isso que tem que ser ali, não pode ser ao lado, porque é ali

que são feitos os experimentos e todo o acompanhamento ao longo de trinta anos, de como se comporta o solo a cada ação desenvolvida pelos pesquisadores, para fazer com que o Cerrado se transforme – como vem se transformando – na grande alternativa de produção de alimentos do Brasil.

Por outro lado, parece que as pessoas do Governo do Distrito Federal estiveram distantes do debate sobre o Código Florestal. E para esta Casa, Moka, V. Exª é testemunha disso, a Senadora Ana Amélia estava à frente da Comissão de Meio Ambiente, a Drª Helena foi convidada algumas vezes para que a ciência pudesse se posicionar sobre o Código Florestal, está muito claro que uma das questões ambientais mais importantes para o País neste momento é aumentar a produtividade da pecuária brasileira. Por quê? Porque nós temos uma pecuária extensiva, um rebanho enorme, o Brasil é um grande produtor e exportador de carne, mas utiliza grandes quantidade de terra para essa pecuária. E à medida que essa pecuária se torna mais produtiva, nós podemos produzir mais carne, utilizando menor quantidade de terras, com isso liberando terras para a produção de alimentos, para a agricultura, para a agroenergia, sem pressionar os biomas preservados.

Então, o Governo do Distrito Federal, que deveria estar conversando com a Embrapa e com outras instituições científicas do País no sentido de criar ambiente, criar condições para que outras instituições viessem para o Distrito Federal – porque essa é a vocação da capital, ser um grande polo de ciência, tecnologia e inovação –, está querendo simplesmente retirar, expulsar uma instituição que é orgulho dos brasileiros e respeitada em todo o mundo.

Eu fiz um apelo à Presidente Dilma, no plenário, à ex-Ministra Gleisi, que estava no plenário, de que essa é uma questão sobre a qual o Governo Federal tem responsabilidade. Por isso que convidamos inclusive o Ministro da Ciência e Tecnologia, porque estamos falando da imagem do Brasil, de uma questão importante e estratégica para a produção nacional. E é inadmissível que isso esteja acontecendo.

Eu quero fazer uma sugestão. Sei que isso tem um caráter meramente político, mas que a Comissão de Agricultura pudesse deliberar uma nota, uma manifestação a ser encaminhada à Presidenta da República, a ser encaminhada ao Ministro da Ciência e Tecnologia, a ser encaminhada ao Ministro Aloizio Mercadante, no sentido de manifestar a sua posição contrária à retirada da Embrapa daquele local.

Como disse a Senadora Ana Amélia, os programas habitacionais são importantes. É indiscutível isso e ninguém está discutindo isso. A Drª Cristina foi brilhante em dizer que nós temos que fazer – e o Governo tem instrumentos para isso – um ganha-ganha, e não que um ganhe e o outro tenha que perder, porque o Distrito Federal – e aqui nós temos essa condição, porque grande parte do território do Distrito Federal ainda é de terras públicas – ainda tem inúmeros outros locais em que isso pode ser feito.

Agora, isso nos leva até a pensar em quem está sendo beneficiado com isso. Qual é a empresa que vai desenvolver esse projeto? Acho que seria importante dizer qual é a empresa que vai desenvolver. Por que o Governo quer tanto fazer ali, e não pode ser do outro lado em outro lugar? Qual o valor imobiliário daquela área?

Portanto, essa manifestação… Olhe, Senador Benedito, eu acho que isso é uma agressão. O que estão querendo fazer com a Embrapa Cerrados, o que estão querendo fazer com a sociedade brasileira nesse caso é uma agressão! É uma agressão ao bom senso. E o Senado, especialmente a Comissão de Agricultura, não pode se omitir, não pode permitir que isso aconteça.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Serão adotadas, nobre Senador, as providências na Comissão e, depois, nós submeteremos à apreciação do Plenário, para que seja encaminhado documento às autoridades constituídas do Governo, quer do Distrito Federal, quer do Governo da República.

Dando sequência, eu vou conceder a palavra, agora, sem dúvida nenhuma, ao Sr. José Roberto Rodrigues Peres, que é o Chefe-Geral da Embrapa Cerrados.

O SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES PERES – Bom dia a todos. Senador Benedito de Lira, para nós da Embrapa é uma satisfação muito grande. Quero agradecer o convite para participarmos desta audiência pública, parabenizar a Senadora Ana Amélia, o Senador Rollemberg pelo requerimento e agradecer também aos demais Senadores, que sempre estão apoiando, sem medir nenhum esforço, todos os pleitos da Embrapa.

Senador, eu queria fazer uma sugestão. A nossa intenção aqui é trazer informações sem fazer nenhum juízo de valor com relação a essas informações, para buscarmos os melhores encaminhamentos possíveis e necessários para que tenhamos soluções dentro do que já foi dito aqui, de uma decisão ganha-ganha.

A ciência é tão importante quanto a habitação. Nós temos que resolver o nosso problema sem conflitos. E nós, da Embrapa, temos aqui essa incumbência de mostrar… A minha primeira proposta é mostrar um histórico das negociações, fazer uma linha do tempo dessa área – da área da Embrapa Cerrados – até o momento; e depois a nossa pesquisadora, Drª Ieda, dará respostas sobre o quanto essa área tem gerado de tecnologia para inserir o Cerrado no processo produtivo, para que o Brasil de fato tenha chegado a dominar as tecnologias da agricultura tropical.

Então, rapidamente, eu vou fazer essa linha do tempo.

Por favor, pode passar.

A Embrapa Cerrados foi criada em 1975. Em 1975, o Ministério Público… Desculpem. O Ministério da Agricultura firmou um convênio com o Distrito Federal, com a interveniência da Embrapa, para que a Fundação Zoobotânica, que na época era responsável pela pesquisa e pelo fomento da agricultura do DF, disponibilizasse toda a sua estrutura para a Embrapa, que assumiria o papel da pesquisa no DF.

Já em 09/01/75, foi celebrado um contrato entre a Embrapa e a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, para a cedência de todos esses imóveis.

Depois de 33 anos… Em 1975, foi passada a área para a Embrapa. Depois de 33 anos de investimento em P&D, em 2008, o Governo do Distrito Federal, através da Terracap, solicitou à Embrapa a cedência dessa mesma área para construir um polo de agricultura do Distrito Federal. A Embrapa, nesse primeiro momento, sentiu que nós precisávamos regularizar toda a nossa área da Embrapa Cerrados. E entrou com solicitação à SPU/DF, para regularização dessa área, em 2008.

Por favor, pode passar.

Ainda em 2008, a Embrapa mandou uma comunicação à Terracap, justificando a manutenção da posse dessa área para a Embrapa Cerrados. A conclusão foi a de que a Terracap compreendeu a solicitação da Embrapa e não concluiu o Polo do Agronegócio. Já em 25/04/2009, a Câmara Legislativa do Distrito Federal, por meio de Lei Complementar, aprovou o PDOT, do qual não fomos informados, transformando a nossa área, que era rural, em área urbana.

Em 22/12/2009, aconteceu o episódio em que fomos invadidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. E, naquele momento, a Embrapa ofereceu 134 hectares para o assentamento dos Sem Terra numa área em que não tinha sido investido nenhum recurso em pesquisa. E a SPU, naquele momento, como contraparte, prometeu, firmou um compromisso com a Embrapa, um termo de compromisso, comprometendo-se em regularizar não só a área da Embrapa Cerrados, mas toda a área da Embrapa no Distrito Federal. Hoje, praticamente, não somos regularizados.

Por favor.

Depois de mais de dez correspondências, de discussões, em vários momentos, nós não tivemos êxito quanto à regularização prometida nesse termo de compromisso.

Em agosto de 2012, eu já como chefe da Embrapa Cerrados recebi um requerimento, uma notificação, um ofício da Secretaria de Habitação solicitando a saída da área dentro de 30 dias porque aquela área estava sendo destinada à construção das casas do Programa Minha Casa Minha Vida. Nós reagimos com uma nota técnica dizendo da importância estratégica que tinha aquela área para a Embrapa Cerrados, haja vista o investimento e a construção daquela área como estratégica para geração de tecnologia, até então.

Por favor.

Foram feitas cerca de treze reuniões para se discutir essa reação da Embrapa.

Em 16/08/2012, a Embrapa encaminhou à Secretaria de Habitação essa correspondência, falando sobre o termo de compromisso celebrado entre a SPU e a Embrapa.

Por favor, a próxima.

Nós não tivemos êxito nessa negociação, em que a Secretaria informou à Embrapa da impossibilidade de aceitar a permanência. E, no continuado das discussões, em 21/03/2013, a Embrapa recebeu uma correspondência do GDF propondo que desocupássemos a área e dando como contraparte a regularização de toda a área da Embrapa. Diante dessa exigência, não houve prosseguimento nas negociações. A Embrapa não aceitou essa condição.

Por favor, a próxima.

Em 30/07/2013, por meio de ofício, o Governo do Distrito Federal comunicou ao Presidente da Embrapa que a área ocupada, o Cerrado localizado… Ah, aí foi outra decisão. Nós fomos surpreendidos também, porque nós tínhamos outra área contígua a Sobradinho que estava incluída também no PDOT. Nós fomos notificados.

Paralelamente a essa notificação, nós da Embrapa recebemos uma notícia de que a Diretoria Colegiada da Terracap tinha autorizado a Terracap a celebrar um termo de cessão de uso em título precário não oneroso com a União para o uso da Embrapa das áreas ocupadas pela Embrapa em todo o Distrito Federal. Foi uma decisão e nós ficamos muito felizes de ter recebido esse comunicado da decisão da Terracap, do Conselho da Terracap dizendo da regularização das áreas. Paralelamente a essa decisão, o assunto foi para o Conselho de Administração da Embrapa, que também em reunião posicionou-se a favor de que a Embrapa tivesse que envidar todos os esforços para que não houvesse a cedência da área. Isso no Conselho de Administração da Embrapa.

Em 2/10/2013, a Embrapa solicitou à SPU a ratificação da solicitação da doação da área da Embrapa citada na decisão do Colegiado da Terracap. Então, a Embrapa operacionalizou a decisão do Colegiado da Ter-

racap, comunicando à SPU dos encaminhamentos necessários. Naquela época, o Superintendente da SPU, Sr. Sergio Antônio Gonçalves, encaminhou ao Sr. Abdon, Presidente da Terracap, correspondência informando a ratificação da solicitação da referente doação das áreas utilizadas pela Embrapa, bem como o termo de cessão de uso a título precário a ser firmado em nome da Embrapa.

Em 18/10/2013, a Diretoria Executiva da Embrapa informou à Terracap que a SPU já havia ratificado a doação das referidas áreas, solicitando a adoção e providências para celebração do termo de cessão e uso do título precário.

Em 20/11/2013, a Embrapa recebeu a informação de que a Diretoria Colegiada da Terracap tinha revogado a decisão que versava sobre a autorização da cessão da área à Embrapa.

Por favor, a próxima.

Então, a Terracap oficializou à Embrapa a decisão tomada no seu Colegiado.

Em 3/12/2013, a Diretoria da Embrapa, o Presidente da Embrapa encaminhou à Superintendência da SPU um ofício manifestando o seu desapontamento pela decisão tomada da revogação daquela decisão anterior da cedência de autorização de legalização de todas as áreas da Embrapa.

Em algumas considerações finais, nós queremos aqui mais uma vez enfatizar que a Embrapa reconhece a importância e apoia plenamente os programas de políticas sociais de construção de moradia popular, mas também acredita na possibilidade da perfeita convivência entre a cidade e a pesquisa científica e tecnológica, tanto que a Embrapa possui mais de 20 unidades localizadas dentro das cidades.

Vou citar o exemplo da Embrapa no Pará, onde nós temos mais de 1.500 hectares dentro da cidade de Belém, com um convívio completamente harmonioso entre a pesquisa e o meio urbano. Inclusive, prestando serviços de proteção às áreas da União com prestação de serviços ambientais.

Por favor, pode passar.

Então, a conclusão é que nós estamos aqui sem fazer juízo de valor, passando as informações para que busquemos alternativas – porque existem alternativas – à construção dessas moradias, a não ser nas áreas da Embrapa.

Em seguida, eu gostaria que a Drª Ieda fizesse uma apresentação rápida sobre o que essa área já gerou de tecnologias que permitiram o desenvolvimento do Cerrado.

A SRª IEDA DE CARVALHO MENDES (*Fora do microfone*.) – Bom dia a todos. Muito obrigada à Comissão de Agricultura pela oportunidade de estar aqui falando um pouco das terras da Embrapa Cerrados na BR-020.

Vamos iniciar a nossa apresentação apresentando a Embrapa Cerrados.

A Embrapa Cerrados é um centro ecorregional da Embrapa…

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB - DF) – Marcelo, acho que está sem som.

Presidente, acho que está sem som.

A SRª IEDA DE CARVALHO MENDES – Ela está localizada a 40km do Plano Piloto, na Saída Norte, próxima à cidade de Planaltina e de Sobradinho.

Esta é uma visão aérea da Embrapa Cerrados. Temos 2.130 hectares, dos quais 35% são áreas de reserva, 1.354 hectares são efetivamente utilizados na pesquisa, e temos uma área quadrada, em torno de 60 mil metros quadrados, com mais de 15 laboratórios, casas de vegetação, viveiros etc.

Somos, ao todo, 430 empregados.

A Embrapa Cerrados foi criada em 1975. E, naquela época – está até aqui a capa do *Correio Braziliense* notificando isso –, a Embrapa Cerrados foi criada para abrir uma frente agrícola no Cerrado. Naquela época, éramos o Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado. E, nos anos 70, o que era dominante nas terras do Cerrado? Pastagens nativas. E todo mundo considerava as nossas terras como impróprias para a agricultura.

Dentre os vários visitantes que tiveram a oportunidade de nos visitar, ao longo desses quase 40 anos de história, chamou-nos muita atenção quando o Sr. Norman Borlaug, Prêmio Nobel da Paz e pai da "revolução verde", visitou-nos, em 2006, e disse assim: "olha, gente, nunca ninguém iria imaginar que os solos do Cerrado um dia se tornariam produtivos".

De fato, eles se tornaram produtivos. E hoje, 39 anos depois, o que é a nossa região do Cerrado? Uma importante fonte de alimentos para o mundo inteiro; tem um papel fundamental na geopolítica da segurança alimentar do mundo; é a maior fronteira agrícola do mundo. Hoje, da região do Cerrado saem 36% da produção nacional de carne, 60% da de soja, 95% do algodão, 40% do feijão, 45% do milho. Enfim, hoje, temos no Cerrado a única grande agricultura tropical do mundo. Em todos os lugares do mundo onde a agricultura se desenvolveu, os solos eram de alta fertilidade, em locais de climas temperados, onde chovia o ano inteiro. Ninguém nunca fez uma agricultura tão poderosa como essa em solos de baixa fertilidade e onde temos somente seis meses de estação seca e seis meses de estação chuvosa.

A maior parte das tecnologias que possibilitaram a inserção do Cerrado ao processo, ao sistema de produção agrícola foi desenvolvida aqui na nossa unidade, a Embrapa Cerrados. Então, daqui, desses 2.100 hectares, saíram tecnologias que impactaram nos 207 milhões de hectares de todo o bioma Cerrado.

Nesta audiência, hoje, estamos aqui para discutir o futuro da Embrapa Cerrados. Como foi mencionado, a maior parte das nossas terras está localizada em áreas públicas, que pertencem ou ao GDF ou à União, e estamos aqui para falar dessa questão da desocupação dessa área de 300 hectares, às margens da BR-020, que representa nada mais, nada menos que 20% do nosso campo experimental, um quinto do nosso campo experimental. E o motivo dessa desocupação pelo GDF é exatamente a implantação de um empreendimento habitacional para quase cinco mil famílias.

Vou tentar explicar para vocês por que essa área é tão importante para a Embrapa Cerrados, por que não podemos perder essa área. Para explicar isso, vou ter de explicar começando desde o início: por que decidiram fazer a Embrapa Cerrados aqui onde ela foi construída?

No início, quando a Embrapa Cerrados foi criada, havia a opção de ela ficar ali perto da Granja do Torto, onde hoje temos o Parque de Exposições. Na época, essa decisão não foi acatada, preferimos ficar aqui em Planaltina, exatamente porque aqui, nesse local, a área era representativa de todo o bioma Cerrado. Então, aqui, na nossa área, temos representatividade de todos os tipos de relevo, solos e vegetação que ocorrem em nosso bioma. Por isso, tudo que fazemos aqui pode ser extrapolado para a região toda. Temos todos os tipos de vegetação que ocorrem no Cerrado, os tipos de solo, então, nossa área é representativa de todas as condições edáficas do bioma.

E por que isso é importante? Porque cada combinação de solo e vegetação resulta em um manejo diferente na agricultura. Então, se a gente tem todo esse campo experimental representativo, é um grande laboratório para nós.

Aqui temos uma foto da área em questão. São 300 hectares, dos quais 90 usamos efetivamente para a pesquisa. É uma área localizada bem na entrada da Embrapa Cerrados, fica em torno de 13km da nossa entrada; e aqui está a rodovia BR-20.

Aqui é uma foto da área, como ela está hoje; aqui está a rodovia BR-20.

E vou contar um pouco da história dessa área, o que essa área já fez pelo Brasil.

De 1980 a 1995, tínhamos aqui, nessa área, o famoso Experimento Central da Embrapa Cerrados. O que era esse Experimento Central? Era um grande experimento, em que avaliávamos e validávamos, em larga escala, de forma integrada, sob sistemas de produção, todas as tecnologias que a gente gerava nas parcelinhas pequenas. Por isso esse trabalho começou aqui em 1980, porque de 1975 a 1980, a gente já estava fazendo trabalhos de experimentação nas parcelinhas pequenas e quando já estávamos com essas tecnologias desenvolvidas que precisavam se validar em larga escala, fomos para essa área. Daqui saíram todas as tecnologias que possibilitaram a inserção do Cerrado ao processo produtivo.

Vou citar algumas dessas tecnologias. A baixa fertilidade do solo. Aquilo que Pero Vaz de Caminha escreveu na carta para o Rei de Portugal falando dos solos do Brasil, "aqui se plantando tudo dá", não se aplica aos solos do Cerrado, porque os nossos solos são de baixíssima fertilidade; e, além de possuir uma baixa fertilidade, eles têm um pH muito baixo – são solos ácidos –, e a única coisa que eles têm em abundância é alumínio, que é um elemento tóxico para as plantas.

Esse trabalho de construção do solo, através de calagem e adubação, foi uma coisa revolucionária e foi todo desenvolvido na Embrapa Cerrados. Foi um trabalho tão revolucionário que um dos pesquisadores pioneiros envolvidos nisso aí foi homenageado, em 2006, com o Prêmio Mundial da Alimentação, uma honraria que até hoje só foi concedida a um pesquisador brasileiro, exatamente por causa desse trabalho.

Outra tecnologia que quebrou paradigmas foi o uso do gesso na agricultura. O gesso, isso que a gente usa quando quebra o braço, perna e tal, pode ser utilizado na agricultura para melhorar o desenvolvimento das raízes das plantas. Antigamente, tínhamos isso aqui: montanhas de gesso nas fábricas de fertilizantes. E, hoje, esse gesso é usado na agricultura com uma tecnologia muito poderosa para melhorar a tolerância das plantas a problemas de *stress* hídrico.

Outra tecnologia que também foi desenvolvida e validada na BR foi a parte de tropicalização da soja. A soja é uma planta que se desenvolve em clima destemperado. Então, houve todo um trabalho de melhoramento de genética para ter cultivagem de soja adaptada a baixas latitudes e, juntamente com a parte de melhoramento de soja, de desenvolvimento de cultivagem de soja, veio também outro trabalho revolucionário que foi o uso de bactérias que substituem a adubação nitrogenada. Essas bactérias formam essas bolinhas aqui nas raízes, são os chamados nódulos, e as quatro bactérias que são utilizadas no produto que o agricultor usa, que é o inoculante, foram selecionadas aqui na Embrapa Cerrados e validadas nessa área das terras da BR. Só para

vocês terem uma ideia, só com o uso dessa bactéria e por não utilizar adubo nitrogenado, o Brasil economiza por ano US$11 bilhões, sem contar que é uma tecnologia que não polui o meio ambiente.

Para termos uma ideia de comparação, o orçamento da Embrapa hoje é da ordem de US$1 milhão, quer dizer, uma tecnologia só é capaz de pagar quase 11 vezes o que é investido na empresa.

E, como resultado desses trabalhos, temos esse retrato aqui hoje. A área de soja do início da década de 70 era de menos de um milhão de hectares; hoje temos 27 milhões de hectares cultivados com soja; e a produtividade da cultura que, em 1970, era da ordem de uma tonelada por hectare; hoje é de quase três toneladas por hectare; e tudo isso graças à pesquisa de melhoramento genético, fertilidade de soja, fixação biológica de nitrogênio, manejo de pragas e doenças. O saldo comercial do complexo de soja hoje no Brasil é da ordem US$29 bilhões por ano.

De 1990 a 1995, tivemos, aqui na área da BR, experimento com irrigação sob pivô central. Foi um dos primeiros pivôs centrais instalados na região do Cerrado. Hoje é comum a gente sobrevoar a região e ver vários pivôs centrais, mas naquela época não. O primeiro pivô central que muito estudante de agronomia viu pela primeira vez na sua vida foi o pivô da BR.

E aqui houve o desenvolvimento de experimentos com irrigação, principalmente com feijão e trigo. Hoje, no caso do trigo, temos variedades de trigo tropical capazes de produzir até quase oito toneladas por hectare.

E atualmente o que temos nas terras da Embrapa? Hoje lá temos experimentação com a parte de manejo de pastagens. E por que pastagens? Porque hoje um dos grandes problemas, um dos grandes passivos ambientais que o Brasil possui são exatamente os 35 milhões de hectares de pastagens degradadas ou em algum estágio de degradação.

No início da década de 70 o que a gente tinha aqui no Cerrado era pastagem nativa. Com o trabalho de seleção de espécie forrageira, principalmente as braquiárias, a gente passou a ter passagens cultivadas. E, ao longo desse processo, muitas áreas de pastagens foram se degradando.

Esse é um problema tão sério, que é um dos compromissos voluntários assumidos pelo Brasil na COP 15, em 2009, e também é um dos pilares do Programa ABC, o nosso programa interministerial de agricultura de baixa emissão de carbono. E o objetivo no ABC é exatamente recuperar, incorporar pelo menos 15 milhões de hectares de pastagens degradadas, visando a exatamente reduzir, mitigar essas emissões de CO_2.

E recuperar pastagem aumentando a taxa de lotação animal é a melhor forma de aumentar a fronteira agrícola sem derrubar uma única árvore. Quer dizer, a gente pode incorporar ao nosso processo agrícola 35 milhões de hectares sem desmatar nada, só aproveitando o que já está por aí. Coisas como essa daqui.

E lá na BR a gente tem hoje uma combinação ganha-ganha de genética de gramíneas forrageiras e também de genética animal. Para vocês terem uma ideia, essa combinação lá na BR hoje está proporcionando ganhos que a gente nunca imaginava, jamais imaginaria que iriam ocorrer.

Por exemplo, hoje, no cerrado, o que é comum na época seca é o animal perder peso. As nossas vacas, na época seca, não têm onde pastar, então o animal perde peso.

Lá nas terras da BR, com essa combinação de genética de gramíneas e de genética animal, os nossos animais têm ganhos – na época seca – diários da ordem de 180 gramas por dia. Ao invés de o animal perder peso, ele ganha peso.

E por que isso? Porque na genética de plantas nós temos espécies forrageiras que têm uma maior longevidade durante a época seca; e também há a parte de genética animal. Ali nas terras da BR hoje nós temos todos os animais que são a base do programa de melhoramento animal da Embrapa, são animais da raça BRGN, Brasil e genética Nelore. E esses animais têm como características a rusticidade. São adaptados às condições do Cerrado, principalmente à questão da seca, têm um elevado desempenho zootécnico, uma velocidade de crescimento muito maior e atualmente, dentro dessa raça, a gente está selecionando matrizes para a maciez de carne, que é um fator muito importante para tornar nossa carne mais rentável no mercado exterior

Essa questão da contribuição genética é muito interessante porque um animal melhorado, nas mesmas condições ambientais chega a ser de 10% a 18% mais produtivo do que um animal que não é melhorado. E essa combinação ganha- ganha de animal e planta lá na BR tem feito isso aqui hoje.

Hoje, no Brasil, a taxa média de lotação das nossas pastagens é de 0,8 unidade animal por hectare. Uma unidade animal é o equivalente a 450 quilos de carne por hectare.

Lá nas terras da BR, na estação seca, a gente consegue ter de 1,5 a 1,8 unidade de animal por hectare, o dobro, e na estação chuvosa, quatro unidades animais por hectare.

Para a gente ter uma ideia do que isso representa, se no Brasil a gente aumentar a taxa média de lotação das nossas pastagens de 0,8 para 1,75, a gente libera para a agricultura quase 26 milhões de hectares, ou seja, a gente praticamente dobra a área cultivada hoje no Cerrado apenas aumentando a taxa de lotação das nossas pastagens.

É o único País do mundo que pode dobrar sua área cultivada sem desmatar e sem derrubar uma árvore.

E essa questão das pastagens… porque muita gente olha para a pastagem e fala: Isso é capim! Não, gente, isso não é capim, isso é futuro, isso é tudo de bom, isso é tecnologia. Sabe por quê? Porque esses capins hoje não são usados só para o animal comer. Não, hoje a moderna agricultura do Século XXI no Cerrado usa capim. Os capins são a grande vedete dos nossos sistemas modernos de agricultura. Por quê?

A gente planta a soja em outubro. Agora nós temos variedades precoces que podem ser colhidas já em fevereiro. Depois da colheita da soja a gente planta o milho e junto com o milho a gente planta essas espécies forrageiras, esses capins.

Quando a gente colhe o milho, esse capim fica lá e serve ou para alimentar o gado na época seca ou serve para a cobertura do solo. E isso aí é outra grande revolução tecnológica que a gente está fazendo na agricultura tropical. É o único lugar do mundo em que podemos ter três colheitas em um mesmo ano. Isso nós estamos falando de seis meses, que é o que a gente tem de chuva aqui na região.

E depois, isto aqui é uma foto lá do Oeste baiano, isso é o resultado, o que esse capim promove no solo. Olha a cachoeira de raízes que esses capins deixam no solo. Isso aqui ajuda a manter o nosso solo biologicamente ativo e produtivo. Em outras palavras, aumenta a sustentabilidade dos nossos sistemas agrícolas.

E tudo o que a gente quer hoje é produzir com sustentabilidade. E o que a gente vai perder se essas terras da BR forem efetivamente utilizadas para a construção desse empreendimento habitacional? Nós vamos perder 35 anos de pesquisa numa área que gerou, gera e precisa continuar gerando dados que vão impactar a agricultura brasileira, uma área com um histórico totalmente conhecido e documentado. Mudar para outra área é começar do zero.

Às vezes as pessoas falam assim: Mas por que a Embrapa não sai daí, não entrega essa área? O GDF dá outra área para a Embrapa. Não, se a gente for para outra área é como começar do zero. Os sistemas agrícolas evoluem ao longo do tempo. É como um ser humano. Então, você pegar uma criança de cinco anos e um adulto de 35 anos é completamente diferente.

No sistema agrícola é assim e a história da agricultura na região dos cerrados tem essa idade aqui. A nossa agricultura é uma agricultura recente, 35 anos. Então, essa área é uma memória fidedigna de tudo o que foi feito na agricultura brasileira, no Cerrado, nos últimos 35 anos, por isso a gente não pode perder essa área. E essa área é ao mesmo tempo representativa do bioma Cerrado e única dentro da Embrapa Cerrados.

Nós não temos uma outra área na Embrapa Cerrados para fazer pesquisas em larga escala de forma extensiva, nós só temos essa área das serras da BR; e perder essa área é também perder um patrimônio valioso para os trabalhos de pesquisa relativos às mudanças nas propriedades químicas, físicas e biológicas do solo. E o solo é a base de tudo, é a base de todos os nossos sistemas agrícolas.

O que a gente quer deixar para as gerações futuras? Desertos ou jardins? Então, a gente trabalha para deixar jardins para o pessoal que vem por aí.

E, para finalizar, só destacar como a pesquisa agropecuária ajudou a mudar a vida do povo brasileiro. Esse gráfico aqui é um gráfico que nos deixa, trabalhadores da pesquisa, muito orgulhosos, porque aqui a gente observa a evolução da produção, da área e do rendimento dos grãos no Brasil, no período de 1977 a 2010.

A Embrapa foi criada em 1973. Ao longo desses quase 40 anos o que a gente observa? Que a superfície cultivada, a área cultivada no Brasil teve um crescimento de 31%, mas nesse mesmo período a nossa produtividade e a nossa produção tiveram aumentos da ordem de 300 e 366%, ou seja, no Brasil, a gente aumentou a produção de alimentos não pela expansão da área cultivada, mas pelo uso de tecnologia; e essa tecnologia chega ao bolso da população brasileira porque, com o aumento da oferta de alimentos, houve uma redução sensível nos preços, de tal forma que a cesta básica hoje custa 20% do que ela custava em 1975.

Se as pessoas gastam menos para comprar alimentos, sobra dinheiro para gastar com outras coisas. Então, nesse mesmo período houve um aumento do poder de compra do salário mínimo da ordem de 160% e – já está finalizando – só para dizer o seguinte: que o crescimento com sustentabilidade é uma grande oportunidade para o Brasil.

O Brasil é o único País que tem condições de, além de ser uma potência agrícola, ter tudo para ser no século XXI uma potência energética e uma potência ambiental. E a Embrapa Cerrados precisa ajudar e quer continuar ajudando o Brasil a escrever essa história.

Quando saiu essa manchete no *Correio Braziliense* em 1975, os pesquisadores que estavam trabalhando na Embrapa Cerrados, jamais iriam imaginar que 40 anos depois o trabalho deles ia ser objeto de reportagem no *The New York Times*, no *The Economist,* na *Nature,* no *The Washington Post*. Eles jamais iriam imaginar isso, mas hoje se a gente perder essa área aqui, a gente não sabe se daqui a 40 anos a gente estará aqui para falar da nossa unidade.

A perda dessa área pode se tornar o início do fim da Embrapa Cerrados! (*Palmas*.)

Dificilmente, os experimentos que a gente tem hoje lá vão conseguir superar essa pressão exercida por uma cidade de 25 mil pessoas bem na nossa entrada. Então, a gente acredita que é possível conciliar e nós sabemos que a Embrapa e o GDF têm uma parceria muito bem sucedida de 40 anos.

Não sei se vocês sabem, mas o Distrito Federal é o lugar do mundo que tem a maior concentração de pesquisadores em agronomia por metro quadrado; e essa combinação de pesquisadores junto a uma potente, excelente estrutura de extensão rural representada aqui pela nossa Emater-DF, que é ligada à Secretaria de Agricultura, que é ligada ao GDF, essa parceria tem resultado em coisas que a gente jamais imaginaria. Por exemplo, vocês sabem que hoje o campeão nacional de produtividade em trigo no Brasil é o Distrito Federal? Produzimos trigo quase com uma média de sete toneladas por hectare, enquanto a média do Brasil é em torno de 2,6 toneladas por hectare? O feijão? A média brasileira é uma tonelada e no DF são três toneladas. Então, tudo isso é reflexo de pesquisa e extensão lado a lado, ciência.

Interromper as pesquisas nas terras da BR é uma perda irreparável com prejuízos que vão muito além dos limites do Distrito Federal. E é por isso que a gente fala que a Embrapa Cerrados é um patrimônio de Brasília e de todos os brasileiros.

Para finalizar, só mostrar aqui essa foto tirada da Serra da BR, onde a gente vê aqui atrás a Estação Ecológica de Águas Emendadas. Aqui, senhoras e senhores, é onde nascem as nascentes de duas grandes importantes bacias hidrográficas brasileiras. Aqui temos as nascentes das bacias Tocantins/Araguaia e bacia do Paraná. Até 2009, essa área era considerada Zona de Amortecimento de Águas Emendadas; e desde 2009, com a promulgação do PDOT, ela passou a ser uma zona de mata ou zona urbana. E a gente realmente considera que isso aqui é muito importante pra a preservação de águas emendadas.

Muito obrigada pela atenção.

Muito obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Dando sequência a este trabalho na nossa reunião, gostaria de cumprimentar este grupo de pessoas que estão vestidas de preto em uma demonstração de… Eu vi escrito luto e tenho a informação de que são funcionários da Casa ameaçados. Pelo menos ouvi uma declaração ontem do Presidente da Casa.

Nobre Senador Flexa, acho interessante que ao longo da vida, ao longo do tempo a TV Senado, a Rádio Senado são os dois instrumentos de comunicação que fazem o trabalho de informar ao Brasil sobre as ações praticadas pelos Senadores aqui.

A título de economia, segundo declarações do Presidente, ontem, até por uma provocação do Senador Rodrigo Rollemberg, centenas de pessoas estão ameaçadas de serem demitidas, a exemplo do que já aconteceu antes. Os pequenos, até o pessoal terceirizado, no começo dessa gestão. E eu não sei o que, sinceramente – a não ser que nos comuniquem –, melhorou o Senado! Pelo menos já estou aqui há praticamente quatro anos e não vi nada que viesse trazer qualquer tipo de benefício para a população brasileira e praticamente para que os Senadores pudessem desenvolver um trabalho com muito mais eficácia.

Senador Flexa Ribeiro, V. Exª que é o 1º Secretário da Casa, seria interessante que evitássemos… Lógico que eu não tenho absolutamente acesso àquilo que o Senado recebe e àquilo que o Senado gasta. Agora é preciso que se aprofunde, porque tem outras despesas que me parecem até certo ponto supérfluas e que não trazem benefícios para a coletividade, mas, sim, podem trazer até benefícios de ordem pessoal.

Então, quero hipotecar a nossa solidariedade aos senhores e senhoras e dizer que ontem fomos alertados disso. Evidentemente os Senadores ficam muito passivos diante desse tipo de ação, mas a Casa é de todos e todos nós temos compromisso e responsabilidade com a boa gerência e ao mesmo tempo com aquilo que realmente mostre à sociedade o que esta Casa faz, o que esta Casa pratica. Por isso, sejam bem-vindos a esta reunião de audiência pública. (*Palmas*.)

Mas está feito o apelo ao eminente Senador Flexa Ribeiro, 1º Secretário da Casa, um homem que tem demonstrado, ao longo da sua presença aqui, muita sensibilidade no que diz respeito a isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – É preciso hoje dizer às pessoas, às vezes, que ninguém deseja favor. O trabalho dignifica as pessoas. O suor do trabalho, a sua capacidade, a sua qualificação é exatamente em função daquilo que é natural, primitivo: a manutenção da sua família.

Então, queria, abrindo este parêntese, até fora da nossa audiência pública, mas é uma situação que requer uma atenção toda especial nossa parte, que fazemos a Casa.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro, pela ordem. Antes, porém, convido o eminente Senador Rodrigo Rollemberg para dar continuidade a esta audiência, considerando que eu tenho um compromisso fora e, ao mesmo tempo, tenho viagem marcada para o meu Estado e, infelizmente, eu não tenho avião, viajo no avião dos outros. (*Risos.*) Então, eu tenho que chegar na hora absolutamente certa.

Eu queria agradecer aos nossos convidados. Estou muito feliz pelas apresentações que foram feitas e queria cumprimentar a Drª Ieda pela bela exposição feita, ao tempo que eu cumprimento a todos que fazem a Embrapa Cerrados, no Distrito Federal. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro e, em seguida, a Senadora Ana Amélia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, o Senador Benedito de Lira trouxe à Comissão um assunto que preocupa a todos nós.

Os funcionários terceirizados do Senado Federal da área de comunicação estão preocupados em função de uma orientação da Mesa Diretora no sentido de redução de gastos. Por proposta nossa, hoje, antes de definir qual o percentual de redução do quadro da TV – porque a TV e a Rádio Senado são conquistas do Senado Federal e devem ser preservadas, fortalecidas inclusive – nenhuma ação da Mesa será feita no sentido de reduzir a capacidade de ação da TV e da Rádio Senado. Pelo contrário. Nós vamos fortalecê-las, inclusive equipando-as com equipamentos de última geração, para que possamos, inclusive, ter digitalizado todo o sistema.

Como eu disse, por sugestão nossa, nós vamos fazer uma reunião com a Mesa Diretora exclusivamente para que possamos tratar da questão da área de comunicação do Senado Federal. O Diretor da área, Dr. Davi, vai expor à Mesa Diretora a situação da área de comunicação, que fará uma proposta para que nós possamos tomar uma decisão, como eu disse, de tal forma que não venha a prejudicar os trabalhos tão bem executados pela TV e pela Rádio Senado.

Então, eu quero tranquilizar aos colaboradores nossos, terceirizados, da TV Senado, porque a redução que haverá será aquela que não venha trazer nenhum impacto negativo aos trabalhos da televisão e da rádio. Podem ficar tranquilos, com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Presidente, eu queria aproveitar até, como disse o Senador Benedito, foi um parêntese aberto nesta audiência pública da maior relevância. Tudo o que nós estamos ouvindo aqui nos leva a assumir um compromisso ainda maior com a Embrapa e com esta causa. Ela é inquestionável.

Aproveitando que a TV Senado e o pleito que está diretamente relacionado a isso. O que é a TV Senado? É a divulgação daquilo que nós estamos debatendo aqui. Então, esse núcleo… Eu faço até um apelo aos colegas da TV Senado para que ampliem e repercutam, usando a TV Senado e usando todos os veículos da área de comunicação do Senado, para expandir e repercutir o que nós estamos debatendo aqui. Ao mesmo tempo eu quero dizer, como disse o Senador Flexa Ribeiro, membro da Mesa, é claro que uma modernização e uma atualização tecnológica pressupõem pessoas operando. Não adianta uma máquina muito moderna se atrás dessa máquina ou nela não estiver uma pessoa para dar eficiência a essa máquina. (*Palmas.*)

Eu queria dizer também, num depoimento pessoal, que eu, como jornalista, posso avaliar com maior, digamos, atenção, o que significa esse trabalho. Eu percorro o Rio Grande do Sul e aonde eu vou a referência maior é: "Vimos e ouvimos o seu discurso pela TV Senado!" Quer dizer, ela está em todos os cantos deste País – em todos os cantos, Senador Flexa; em todos os cantos! Lá no seu Pará, aonde V. Exª vá, certamente ela lá está, porque como ela está na parabólica, mesmo em uma distante propriedade rural, no Pará, pela parabólica, se acessa à TV Senado. Então, este foi um grande avanço de, digamos, massificar o acesso à TV Senado, com uma grande qualidade de apresentação e de imagem.

Como Senadora do Rio Grande, talvez o Rio Grande do Sul seja o Estado que tenha o maior índice de audiência da TV Senado.

E temos que ter, na TV Senado, como o temos até hoje, um veículo para a transparência das nossas atividades. É isso que também ajuda a TV Senado. Falamos tanto em transparência, e o papel de um instrumento como a TV Senado, ou a Rádio Senado, ou o Jornal do Senado, todos os veículos, o nosso sistema das redes sociais, Facebook, Twitter, o Alô Senado, todos eles, é que em muitas de nossas audiências públicas há a participação direta da população, quando discutimos por aqui pesquisa clínica, ou o tratamento do câncer, ou quimioterapia, todos esses aspectos, ou excessos de morte no trânsito nas motocicletas. Então, o papel que esses veículos da TV Senado têm nesse contato direto, nessa participação direta da comunidade é inquestionável.

Faço um apelo à Mesa, como fizeram o Senador Benedito e o Senador Rodrigo Rollemberg, aliás, ontem, o Senador Rodrigo usou a tribuna também para falar sobre esse tema e com muita propriedade, para que mantenhamos – como disse o Senador Flexa – essa equipe, inclusive para que também possamos dar continuidade e visibilidade maior a esse tema da Embrapa Cerrados, para preservá-la onde ela está. Porque como disse a nossa professora que deu uma aula com tanta simplicidade para mostrar que ali está o retrato bem-acabado de todo o Bioma do Cerrado, tirar aquilo dali é como se você estivesse violentando um grande pedaço do trabalho que os cientistas e pesquisadores estão fazendo naquele lugar sagrado.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Antes de passar a palavra ao Senador Ruben Figueiró, sobre esse tema – depois, precisamos retomar ao nosso tema, e aí quero reintroduzir o tema –, faço questão de dirigir algumas palavras. Alguém falou aqui, acho que foi o Senador Benedito de Lira, que estava presidindo, como se não houvesse relação entre o tema da nossa audiência pública e essa manifestação dos servidores terceirizados da TV Senado. Há, sim, há sim muita relação, primeiro porque parece que estamos vivendo um ambiente em que está imperando a falta de bom senso, porque, tanto no caso da Embrapa – e a manifestação da Ieda deixou isso muito claro, e vou voltar a falar disso – como na questão da importância da TV Senado como instrumento da transparência. Há quem interessa que a TV Senado não tenha capacidade de cobrir todas as atividades do Senado brasileiro? Até mesmo as reuniões desta Comissão, em que os agricultores brasileiros de todos os rincões, neste momento, estão tendo a oportunidade de acompanhar este debate, que é um debate que não diz respeito apenas ao Distrito Federal, é uma ação equivocada do Governo do Distrito Federal que tem repercussão em todo o País, tem repercussão na questão da segurança alimentar.

Repito: quem tem o interesse de que essas coisas não sejam vistas pelos brasileiros? O que a TV Senado, o que as TVs públicas, as TVs legislativas garantiram, em âmbito nacional, é a transparência, é o controle social, é a possibilidade de que o cidadão, em qualquer lugar do Brasil, possa acompanhar atividade do seu parlamentar ou dos demais parlamentares, fazendo juízo de valor.

É importante registrar, Senador Flexa, e vou apresentar esses dados no plenário, diretamente ao Presidente Renan Calheiros, que os dados que o Presidente Renan apresentou, ontem, no plenário, não são verdadeiros e não cabe comparação. (*Palmas.*) Primeiro, o número de terceirizados não é o que o Presidente se referiu, e depois é importante registrar que querer comparar com emissora de televisão, com a TV Globo do Distrito Federal, que temos o maior respeito, mas que produz telejornais, poucos telejornais, uma programação pequena durante o dia. O que nós temos aqui são 24 horas de programação, programação diversa, programação ao vivo, como está sendo feito neste momento. (*Palmas.*)

Então, nós queremos, como Senadores – e eu como Líder do PSB solicitei isso e quero reafirmar –,nós queremos participar desse debate. Acho importante que o Presidente abra as contas do Senado, todas, para que os Senadores possam identificar onde deve haver o corte, onde está havendo excesso de despesa, mas não cortar de onde é exatamente a relação pública do nosso trabalho com a população, ou seja, a oportunidade da população brasileira saber o que está se fazendo no Senado Federal, com toda a sua profundidade.

Portanto, quero aqui manifestar a minha solidariedade aos servidores efetivos e aos terceirizados da TV Senado, que estão irmanados nessa luta em defesa da comunicação, em defesa da possibilidade da transparência, para que a população brasileira possa continuar acompanhando os trabalhos do Senado, como está neste momento. Estamos ao vivo, aqui neste momento, neste debate tão importante para o Brasil e que se não fosse a TV Senado, a população brasileira não estaria tomando conhecimento dele. (*Palmas.*)

Concedo a palavra ao Senador Flexa e, em seguida, Senador Ruben Figueiró.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Senador Rodrigo Rollemberg, vou reafirmar a V. Exª que a preocupação de V. Exª é a preocupação de todos os Senadores membros da Mesa Diretora do Senado Federal. Temos a obrigação de zelar pela administração e pelos recursos do Senado. O que pretendemos não é inviabilizar ou deixar de dar condições para que o sistema de comunicação do Senado Federal funcione, como tem funcionado até hoje, com reconhecimento de todos nós. A TV Senado e a Rádio Senado fazem um trabalho magnífico, levando à sociedade brasileira a ação parlamentar do Senado Federal, como bem disse a Senadora Ana Amélia.

Na minha região, talvez a região mais afastada e de menor possibilidade de comunicação, quando se viaja ao interior do interior, você chega à casa de um pequeno agricultor, um caboclo, como dissemos, está lá uma parabólica e ele diz que assiste nos viu na TV Senado. Então, é um símbolo do Senado que não pode e não será – e aí quero que V. Exª possa ter certeza – não será atingido e prejudicado por qualquer decisão da Mesa Diretora, muito pelo contrário. A preocupação nossa é de fortalecer o sistema, de fazer com que ele fique cada vez mais fortalecido e com melhores equipamentos.

Então, o que vamos decidir hoje com tranquilidade, e por isso é que a Mesa Diretora decidiu ouvir o diretor da área, para que o diretor da área, que é a pessoa que administra todo o sistema, possa dizer à Mesa qual a sua posição quanto à redução. Senador Rodrigo Rollemberg, já fizemos redução em outras áreas que não trouxe nenhum prejuízo à atividade parlamentar. Essa é a obrigação nossa: fazer a redução que precisa ser feita, até porque nós temos que – e V. Exª é um dos defensores – chamar aqueles que fizeram o concurso e são excedentes, pois o número de vagas abertas pelo concurso já foi todo preenchido, e nós estamos chamando

aqueles que passaram no concurso, mas não estavam dentro das vagas determinadas. Ou seja, aqueles excedentes estão sendo chamados, e eles vão substituir, lamentavelmente, que é o caminho natural, os terceirizados.

O que nós temos que ter é, sem sombra de dúvida, o cuidado para que se mantenha o nível de excelência do trabalho feito até hoje pela área de comunicação do Senado Federal, e isso será feito. V. Exª pode ter a tranquilidade e participar, inclusive, se quiser, da própria reunião da Mesa Diretora. Não há nada que não possa ser explicitado e discutido com todos os membros do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – É uma alegria ter os funcionários da TV Senado aqui, mas peço apenas para respeitarem o Regimento e não se manifestarem.

Com a palavra, Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, quando a minha assessora de comunicações deu-me a notícia de que a Mesa do Senado iria promover a rescisão de contrato com os chamados funcionários terceirizados, para mim, constituiu um impacto emocional profundo.

Eu considero a TV Senado, conforme já afirmaram os nossos eminentes colegas, o pulmão que permite o vigor da nossa voz. E isso se deve não somente pelos equipamentos que temos, mas, sobretudo, pela inteligência e operosidade dos funcionários que manipulam esses equipamentos. Melhorias, sim, são necessárias, mas se deve levar também em conta o aspecto humano e social que uma medida dessa ordem vai trazer para centenas e centenas de homens e mulheres que nos ajudam, que impulsionam a nossa atividade parlamentar.

Eu não quero prosseguir, Sr. Presidente, até para podermos não prejudicar o andamento desta audiência pública. Mas eu quero aqui reiterar a manifestação que eu fiz ao Líder do meu Partido, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que me assegurou que o Partido, através da sua representação lá, na pessoa do eminente Senador Flexa Ribeiro, seria no sentido de transmitir a nossa preocupação, a preocupação do nosso Partido, e o desejo de que uma solução razoável seja dada a essa questão e, sobretudo, mantenha o trabalho daqueles que hoje aqui estão em uma manifestação democrática do seu desejo e do seu protesto.

A eles todos, portanto, também como V. Exªs fizeram, a minha mais integral solidariedade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado, Senador Ruben Figueiró.

Com a palavra, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Sr. Presidente Rollemberg, Srªs e Srs. Senadores, o Presidente Renan está cometendo um engano muito grande. Ele está confundindo custo com investimento. (*Palmas.*)

Ontem, ele falou que custava para o Senado não sei quantos milhões. Isso não é custo, isso é investimento. Isto é próprio de quem não sabe administrar, fazer essa diferenciação.

O Senado faz uma das coisas que mais nós pedimos, que é ajudar a politizar o povo brasileiro. Através da rede de comunicação do Senado, nós estamos conseguindo politizar o povo brasileiro. Talvez, a alguns, isso não interesse.

Este é um dos maiores patrimônios do Senado: esta rede de comunicação. E nós não vamos permitir que isso seja dilapidado. Talvez, porque essa rede de comunicação tenha uma independência, pode estar incomodando. Então, tem toda a nossa solidariedade.

Eu acho que nós temos que fazer um movimento, porque não é apenas uma pessoa que pode dar o destino sozinho de um sistema como esse.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado.

Eu consulto se sobre esse tema algum outro Parlamentar quer se pronunciar? (*Pausa.*)

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Minha inteira solidariedade também para a continuidade dos trabalhos da TV Senado. Mas eu gostaria de dizer a todos aqui, que merecem a nossa solidariedade, que precisamos continuar o importante debate para ouvir todos os convidados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado.

Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Para prestar, Sr. Presidente, também a minha solidariedade à TV Senado, que é indispensável hoje ao trabalho de cada um dos Srs. Parlamentares desta Casa.

Ela representa transparência, ela representa a divulgação e ela representa a força do Senado. Aliás, a marca principal do Senado, na sua diferenciação talvez com a Câmara, foi justamente a qualidade da sua TV Senado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado, Senadora Lídice.

Eu quero agradecer a presença dos servidores da TV Senado.

O Senador Flexa percebeu, como primeiro Secretário da Mesa, a manifestação unânime deste Plenário, da importância da TV Senado, da importância dos servidores da TV Senado, para prestação de um serviço da maior importância para a democracia brasileira e tenho certeza que V. Exª saberá interpretar o sentimento do conjunto dos Senadores na defesa da TV Senado, desse instrumento de transparência do trabalho legislativo.

Agradeço a presença dos servidores da TV Senado. Os senhores nos alegrarão muito em continuar acompanhando a nossa audiência pública.

Registro, com alegria, a presença do Deputado Izalci Lucas nesta Comissão.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. (*Palmas.*)

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Senador Rodrigo, apenas para uma questão rápida. É que eu estou no Conselho de Ética, tanto que agora está acontecendo uma reunião, mas eu não poderia deixar de passar por aqui para me referir à Embrapa. Quero comunicar a V. Exª que, praticamente, nós já fizemos duas audiências públicas na Câmara, e está prevista outra agora na Comissão de Desenvolvimento Urbano, mas quero dizer que fiz uma indicação, com 280 assinaturas de Deputados, para a Presidente da República, para que ela possa intervir nisso para evitar e não deixar acontecer essa desapropriação, essa insânia do Governo do Distrito Federal.

Muito obrigado a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado, Deputado Izalci.

Retomando a nossa audiência, antes de passar a palavra para o próximo convidado, eu quero cumprimentar a Drª Ieda Mendes que nos emocionou aqui com a sua apresentação extremamente rica, mostrando a importância do trabalho dessa área da Embrapa Cerrados, para Brasília, para o Distrito Federal, para a Região Centro-Oeste, para os Cerrados e para o Brasil.

Eu acho que, na apresentação, fica claro que é inadmissível que se dê continuidade a esse processo de desapropriação dessa área da Embrapa pela importância estratégica que ela tem para o Brasil.

Continuando com o nosso debate, vamos ouvir neste momento o Sr. Paulo Valério Silva Lima, Subsecretário de Regularização da Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal (SEDHAB).

O SR. PAULO VALÉRIO SILVA LIMA – Ex.mo Sr. Senador da República pelo Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, em nome de quem eu cumprimento a todos os presentes na Mesa; Ex.ma Srª Senadora da República, Ana Amélia, em nome de quem eu cumprimento aos demais Senadores presentes a esta audiência; demais senhores e senhoras, essa questão acabou alcançando uma temperatura além da fervura normal, acabou tomando aspectos passionais e acabou sendo carregada por alguns conceitos ou definições que acabam por não representar efetivamente a verdade daquilo que está se propondo para a sociedade.

Por essa razão, Sr. Presidente, primeiramente, quero agradecer a oportunidade de poder socializar o conjunto das informações que levaram o Governo do Distrito Federal à decisão de propor o empreendimento habitacional denominado Planaltina Parque.

Eu gostaria de, aqui, fazer uma breve apresentação.

Temos, ali, a localização do empreendimento denominado Planaltina Parque. O compromisso assumido pelo Governador do Distrito Federal foi ofertar ao conjunto da sociedade do Distrito Federal 100 mil soluções de habitação de interesse social. No entanto, esse não é único empreendimento habitacional que o Governo do Distrito Federal está empreendendo, este é um dos empreendimentos, em diversas áreas do Distrito Federal, em que está sendo ofertada solução de moradia. Então, o Planaltina Parque – que aqui se localiza – é um deles.

Cabe aqui esclarecer ao conjunto da Mesa e ao conjunto da Plenária que esta área não foi definida por este Governo como área de Habitação de Interesse Social. Ela foi definida por um pacto social que há na sociedade do Distrito Federal, pacto este denominado Plano Diretor de Ordenamento Territorial, que está em vigor desde 2009, e que, para que viesse entrar em vigor, passou por uma bateria de audiências públicas, foram 84 audiências públicas.

Eu participei de pelo menos 40 dessas audiências públicas e me recordo, até porque somos todos militantes políticos do Distrito Federal, tanto na questão do desenvolvimento urbano quanto da habitação, recordo-me de haver encontrado o Senador Rodrigo Rollemberg em diversas dessas audiências públicas quando debatíamos com o conjunto da sociedade do Distrito Federal aquelas que eram as possibilidades de oferta de solução de moradia para o conjunto da sociedade.

Então, as audiências foram feitas no decorrer do ano de 2008 e, em 2009, foi levada à votação – parece que tivemos aqui um pequeno problema técnico – e, em 2009, a área foi definida como urbana e área de oferta de Habitação de Interesse Social. Além disso, em 2012, portanto, há quase dois anos, a área, em um processo de revisão do PDOT (Plano Diretor de Ordenamento Territorial), o Ministério Público, por ocasião da votação, indicou uma série de artigos que eram considerados inconstitucionais, e este PDOT precisou ser levado, de novo, ao Poder Legislativo do Distrito Federal. E, lá na Câmara Legislativa, a área não só foi confirmada como

zona urbana, com o foi, já nesta Legislatura, com ampla maioria dos Deputados Distritais que avaliaram a matéria, sendo a área também definida como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS).

Então, na verdade, para além da decisão política da atual gestão do Governo do Distrito Federal em ofertar a área, há um pacto social denominado Plano Diretor de Ordenamento Territorial que indica aquela área como área urbana e Zona Especial de Interesse Social.

Também convém aqui esclarecer que não há que falar em despejo da Embrapa. A área em que o empreendimento Planaltina Parque incide, área hoje irregularmente ocupada pela Embrapa – são seis grandes áreas em todo o Distrito Federal ocupadas irregularmente – corresponde apenas a 10% da área da Embrapa.

Então, aqui, o Sr. José Roberto Rodrigues, chefe da Embrapa, e a pesquisadora Ieda citaram diversos exemplos em que há compatibilidade entre a pesquisa e a malha urbana. É isso que se propõe: apenas 10%. Foi mostrada, Srs. Senadores e demais senhores e senhoras, uma imagem aérea na apresentação da própria Embrapa, mostrando onde estava a biblioteca, o conjunto de laboratórios, a área administrativa. Eu quero esclarecer ao conjunto do Plenário desta audiência que tudo isso fica preservado no empreendimento Planaltina Parque. Nada disso é afetado.

Vou tentar avançar aqui.

Percebam: toda essa área aqui e uma parte que inclusive não aparece na imagem permanece preservada.

Toda essa área fora da linha vermelha e mais um pedaço que não aparece na imagem permanecem preservadas; uma outra área nessas proximidades permanece preservada. Então, para o empreendimento Planaltina Parque o que se propõe é a utilização de apenas e tão somente a poligonal, que está em vermelho, que corresponde – vou repetir – a 10% da área hoje ocupada pela Embrapa.

Por que o Planaltina Parque está sendo ofertado exatamente nessa área?

Senhores, eu tenho aqui um grande aglomerado urbano, que também o PDOT denomina Setor Habitacional Mestre D'Armas, que é uma ARIS. O que vem a ser uma ARIS? Área de Regularização de Interesse Social. Então, esse aglomerado foi promovido pela sociedade, há cerca de duas décadas, pela ausência de política habitacional clara ofertada pelo Governo do Distrito Federal. Sabemos todos que a cidade é um organismo vivo e que, quando o conjunto de atores do Governo não oferece à cidade solução para os problemas que a cidade demanda, esse organismo vivo busca a sua própria solução. Então, há cerca de duas décadas, aquele aglomerado surgiu e hoje está consolidado. É uma Área de Regularização de Interesse Social, assim prevista no Plano Diretor de Ordenamento Territorial e não pode ser regularizada, porque como os senhores podem perceber, embora a imagem não seja muito boa, porque é uma imagem aérea distante, mas a concentração aqui deste aglomerado – até porque ele foi feito não pelo Governo, mas por conta da ausência do Governo – não previu a instalação de equipamentos públicos. Não há espaço para escolas, posto de saúde, centro comunitário, praças.

Então, o Planaltina Parque, além de ofertar 4.972 unidades habitacionais, ofertará 28 equipamentos públicos para atender não só a essa demanda, mas também para atender à demanda desse aglomerado. O Planaltina Parque, nesse quesito, passa a ser uma oportunidade de regularização do Setor Habitacional Mestre D'Armas.

O Planaltina Parque está situado na BR-020. Temos aqui a Região Administrativa de Sobradinho e a Região Administrativa de Planaltina. Faz parte do Plano Diretor de Transportes Urbanos que essa via de ligação seja incrementada e atendida com um sistema de transporte chamado BRT, que são os ônibus articulados que fazem uso de vias exclusivas.

Esse empreendimento faz parte do PAC da Mobilidade, já está contratado, já passou por todas as fases de licenciamento e atenderá transporte de massa moderno e de qualidade, levando a população de Planaltina, Mestre D'Armas e Sobradinho para o Plano Piloto. Assim, do ponto de vista da mobilidade social, da mobilidade urbana, o empreendimento Planaltina Parque mostra-se também uma oportunidade.

O Planaltina Parque ofertará ao conjunto dos seus habitantes e ao conjunto do Distrito Federal uma série de equipamentos públicos, a fim de promover geração de emprego e renda para os próprios moradores que serão atendidos aqui e para aqueles que já moram nas redondezas.

Então, aqui, nós temos uma pequena imagem que demonstra o futuro plano de ocupação do Planaltina Parque. Tudo aqui em volta é a área da Embrapa que não será mexida. Tudo aqui embaixo é área da Embrapa que não será mexida.

Para além disso, volto a dizer, esse hexágono mais claro é a área que tem interferência do empreendimento com a área da Embrapa, que corresponde a 10% do conjunto daquilo que a Embrapa, hoje, ocupa no Distrito Federal. Com relação ao empreendimento, é um empreendimento que 80% dele será para a população de faixa 1 do Minha Casa Minha Vida. Significa dizer, Srs. Senadores e demais presentes, que, de 4.972 unidades que serão ofertadas, 80% delas serão para pessoas que recebem de zero reais a R$1.600,00 por mês, e que terão subsídios dentro do Programa Minha Casa Minha Vida de até 90%.

Nós estamos aqui partindo de uma cidade, o Distrito Federal, que tinha por mau hábito ofertar como solução de moradia o lote semiurbanizado. Entendam o "semi" muito entre aspas, porque as pessoas recebiam um pedaço de terra, às vezes, com mata nativa do Cerrado, e as pessoas tinham que se virar para fazer daquilo pelo menos um lote com condições de receber um barraco.

Nós estamos falando que vamos atender quem recebe até R$1.600,00, com apartamentos de dois quartos com 90% de subsídio. É a oportunidade de atacar frontalmente a desigualdade social que existe na cidade do Distrito Federal e de dar oportunidade para a baixa renda de ter acesso ao seu direito inalienável, que a ONU determina como direito humano, que é o direto à habitação.

Na área de Sobradinho e Planaltina, nós temos um cadastro geral de inscritos na Secretaria de Habitação, e a área de Sobradinho e Planaltina tem um déficit habitacional de 45 mil unidades habitacionais – 45 mil homens e mulheres não têm onde morar, ou comprometem mais de 30% da sua renda familiar, ou moram em sub-habitações, habitações subnormais, e terão a oportunidade, parte dessa demanda, 4.972, de ter acesso à moradia, com uma solução de moradia completa, com apartamento, vizinhança, regularidade fundiária, mobilidade urbana e sustentabilidade ambiental, porque o projeto prevê a instalação de parques urbanos que deem sustentabilidade ao empreendimento.

Com relação – ali há alguns detalhes do projeto – à demanda, a grande parte da demanda que virá a ser atendida ali daquele empreendimento já mora naquela região, já bebe água daquela região; portanto, já faz uso da rede de esgotamento sanitário daquela região.

É ingênuo argumentar que se está levando 20 mil novas pessoas para aquela região. As pessoas serão selecionadas daquela região, e lá já estão, e terão acesso à solução habitacional naquela região.

O empreendimento prevê a construção de uma subestação elevatória que recolherá todo o esgoto e levará para a estação de tratamento de esgoto.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO VALÉRIO SILVA LIMA – As concessionárias já foram consultadas e já deram o seu parecer pela viabilidade técnica do empreendimento no tocante ao fornecimento da infraestrutura para o empreendimento.

Então nós estamos falando de uma área que pertence ao conjunto da sociedade do Distrito Federal, nós estamos falando de uma área que é malha urbana do Distrito Federal, nós estamos falando de uma área que é Zona Especial de Interesse Social no Distrito Federal, nós estamos falando de uma área que será atendida por um modal moderno e eficiente de mobilidade social, que é o BRT, e nós estamos falando de uma área que representa 10% do conjunto da área ocupada pela Embrapa Cerrados naquela região.

Além disso, o Governo do Distrito Federal – e quero repetir isso publicamente – já disse ao conjunto da direção da Embrapa que pretende dar segurança jurídica, escriturando definitivamente as seis áreas que a Embrapa ocupa e que não têm perfil nem vocação habitacional, além de dar a escritura definitiva de 90% da área daquela região também ocupada pela Embrapa Cerrados.

Esse era o conjunto de informações que eu gostaria de socializar, porque, pelo conjunto das apresentações, para mim, que conheço o tema, ficou a impressão de que toda a área seria removida, o que não corresponde à verdade, de que toda a área seria utilizada, o que não corresponde à verdade. A proposta do Governo é garantir a escritura definitiva de todos os imóveis ocupados pela Embrapa no território do Distrito Federal, que hoje não dão à empresa segurança jurídica.

Eram os meus esclarecimentos.

Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Pela ordem, eu vou passar a palavra a V. Exª, Senadora Ana Amélia, mas antes, eu queria fazer uma pergunta ao Dr. Paulo Valério. Essa área, esse projeto a ser implementado o Planaltina Parque já foi licitado? Qual é a empresa responsável?

O SR. PAULO VALÉRIO SILVA LIMA – O.k., Sr. Presidente.

Nós colocamos um edital de chamamento em setembro do ano passado, diversas empresas apresentaram interesse em participar, as duas finalistas eram um consórcio composto por uma empresa de Belo Horizonte e duas pequenas empresas do Distrito Federal, e a concorrente era a empresa que tem construído grande número de unidades habitacionais para a faixa 1, que acabou se sagrando vencedora, a Direcional Engenharia, que acabou de produzir 5.500 unidades do Minha Casa Minha Vida, em Manaus, e que, no Distrito Federal, está produzindo também o empreendimento Paranoá Parque, cujas primeiras unidades inclusive foram entregues. Foram 280 unidades do total de 6 mil. A próxima entrega será nos próximos dez ou doze dias.

Então está a cargo da Direcional Engenharia, que já iniciou o projeto urbanístico, como vocês puderam ver em algumas imagens, e o estudo de impacto ambiental, que está em fase avançada. Só não pôde ainda ser concluído porque, infelizmente, os técnicos não estão conseguindo acessar a área.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado.

Eu vou voltar ao tema.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Pedi esse aparte, caro Presidente Rodrigo Rollemberg, porque o Ministro Aldo Rebelo está na Comissão de Educação, da qual eu sou Vice-Presidente e sou a requerente da audiência. Então, eu quis me manifestar, Dr. Paulo Valério Silva Lima, que representa aqui o Distrito Federal, para dizer que o senhor fez um relatório bastante claro sobre o que aconteceu.

Quero lhe dizer que o senhor abriu a sua exposição falando de um debate apaixonado, efervescente ou do calor de um debate, a que a área política dá uma amplitude maior ainda. Só faltou o senhor dizer que era uma disputa eleitoral, assim ficaria completo.

Vou lhe dizer que de minha parte adotei Brasília, uma cidade que quero muito bem, trabalho aqui há muito tempo, não é esse o meu objetivo. Como disse na primeira manifestação, nós não estamos debatendo entre a relevância de uma ou de outra coisa. Interesse social, habitação é fundamental, é prioridade. O Brasil hoje é um país que está inserido mundialmente num protagonismo de pesquisa e ciência na área da agropecuária, que é reconhecido pelo mundo inteiro. E o braço que levou a bandeira dessa projeção se chama Embrapa. Então essas duas forças são igualmente importantes, relevantes, e nós não podemos nos omitir em relação a isso.

Então, o seu depoimento, o senhor pode falar, eu queria lhe dizer que, de minha parte, estou aqui interessada nesses dois pilares, que é o que o senhor apresenta: habitação social, interesse social e a questão da ciência.

Também penso que não foi justo S. Sª menosprezar "pequenos laboratórios", "uma biblioteca", são só 10%. Parece que aquilo ali vai atrapalhar um projeto maior que tem um interesse – social tem – mas não importa que também se discuta quais os outros interesses que estão atrás dessa cortina bonita, que é o interesse social. Quais os interesses? Eu não estou levantando suspeitas, mas eu tenho que questionar. Esse é o nosso papel aqui.

Agora, depois do seu depoimento, já está tudo sacramentado. O que o senhor disse aqui é que já está tudo feito e que não tem mais volta. Essa é a conclusão que tenho.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – E agora vai ser feito o estudo de impacto ambiental

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – E eu, então, vou confiar, meu caro Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, tive a honra de com o senhor ter provocado esta audiência pública, que agora tenho confiança ainda maior em duas instituições: o Ministério Público e a Justiça. Eu penso que não há mais, não há mais o que fazer. Não há mais o que fazer em relação a isso. (*Palmas.*)

Vamos continuar debatendo, mas, pelo que disse o Dr. Paulo Valério, são esses dois caminhos que nos restam. Não é um embate entre um grupo e outro, é um embate que agentes políticos conduziram por alguns interesses por um caminho que não deveria ser trilhado. Eu penso que nós temos aqui essa responsabilidade. E agora aproveito a Drª Cristina Montenegro para dizer a senhora que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária confia muito que o Ministério Público mantenha essa posição em relação a esse projeto, porque nós não podemos aceitar aquilo que é desmanchar um trabalho que foi feito. E a nossa pesquisadora apresentou aqui claramente o que representa esse pedaço de terra ali, que agora entrou nessa disputa, eu diria até, sob certo aspecto, incompreensível, incompreensível. E a área debaixo ali, Dr. Valério, foi uma área invadida. O Estado não se fez presente para impedir a invasão daquela área. Ali tudo é uma invasão. Eu passo por ali há mais de 20 anos. E outras áreas. Eu penso que em Planaltina também tenha outras áreas para fazer esse projeto, muitas outras áreas. E por que logo ali? Por que logo ali? Que apelo tem?

Agora, eu faço um apelo para não judicializarmos mais isso. Vamos encontrar uma forma de fazer. Mas se não houver, que seja o caminho da judicialização.

Obrigada, Presidente. Tenho que lá cumprir essa missão em relação ao Ministro Aldo Rebelo. (*Palmas.*)

Lá também temos que discutir que se investiu aqui no DF mais de R$1 bilhão para um estádio para fazer a Copa, com tantas carências habitacionais, com tantas carências habitacionais. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. É por essas e outras que V. Exª é considerada uma Senadora brasiliense.

Passo a palavra agora ao Luciano Nobrega Queiroga, que é Diretor Extraordinário de Habitação e Regularização Fundiária da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (Terracap).

O SR. LUCIANO NOBREGA QUEIROGA – Sr. Presidente da Mesa, eminente Senador Rodrigo Rollemberg, por meio do senhor, até para gente poder avançar, eu cumprimento os demais membros desta Mesa; cumprimento os Senadores aqui presentes; cumprimento os meus amigos da Embrapa; cumprimento todas as senhoras e senhores aqui presentes.

Agradeço a oportunidade de estar aqui fazendo parte deste debate. Já viemos a um debate anterior na Câmara dos Deputados. Teremos este e já foi anunciado que teremos um outro debate também. Isso nos alegra, porque prova que todos nós estamos dispostos ao diálogo, a buscar a melhor solução possível para uma questão que se apresenta realmente de extrema importância.

O que foi colocado aqui mostra, digamos assim, o papel da Terracap. Qual é o papel da Terracap? A Terracap é a proprietária da área e convive com duas necessidades extremamente fortes. De um lado, a Embrapa, pela qual a gente tem uma admiração muito grande, e eu, particularmente, porque sou técnico agrícola, sou veterinário e quase agrônomo também. Até porque sou um dos pioneiros lá no oeste da Bahia. Nos idos de 1979, eu estava no oeste da Bahia e vi o que era só Cerrado, digamos assim, indesejado pelas pessoas como área de exploração, em função do trabalho de pesquisa que a Embrapa desenvolveu, se transformar num celeiro lá e em várias regiões de Cerrado no Brasil. Então, temos uma admiração muito grande. Mas, de outro lado, nós temos um Distrito Federal que proporcionalmente apresenta – eu estou falando proporcionalmente – o maior déficit habitacional do Brasil. Ou seja, nós convivemos com uma situação em que nós temos 150 mil famílias que não têm onde morar; vivem ou em barracos alugados, em situações extremamente precárias. Temos um segundo déficit também aproximado de cerca de 150 mil famílias que vivem em situações precárias em áreas que, quem conhece as cidades-satélites de Brasília pode compreender a situação do déficit e a situação das moradias que temos. E ainda temos um outro déficit de mais ou menos cerca de 120 mil de habitações subnormais. E aí vai um déficit no total que chega a cerca de 450 mil famílias sem habitação.

Então, temos de um lado a Embrapa, este ícone da pesquisa nacional e até mundial, e, de outro lado, um ambiente de extrema necessidade, o que mostra a dificuldade nossa, na Terracap, e a expectativa de que a realmente a gente avance com relação a essa questão.

Eu gostaria de reforçar, mas usando as palavras do nosso chefe da Embrapa, o Zé Roberto Rodrigues, a nossa intenção é, sem fazer julgamentos, que a gente possa avançar nessa questão.

O Paulo Valério falou aqui e eu estou agora reforçando, em termos de imagem, aquilo que ele, que me antecedeu, não mostrou. Realmente, sem nenhum demérito, sem nenhum deboche, não é essa a nossa intenção, a nossa preocupação é deixar as coisas o mais claro possível. Ouve-se muito e até a convocação fala em retirar a Embrapa de uma área de 90 hectares em que ela está situada. Mas aqui, concretamente, em termos de imagem, a situação que nós temos hoje é esta aqui: a Embrapa hoje ocupa essa poligonal toda circunscrita em azul, na forma de posse, o que – digamos assim – precisa ser corrigido com o tempo, mas tudo isto aqui é área de posse do Imbrac e a BR-20, uma área explorada pela Embrapa Cerrado e este outro lado também. E o que se propõe, em termos de projeto habitacional que se apresenta à Terracap, é esta área que está circunscrita, hachurada, ou seja, permaneceria com a Embrapa este lado e todo o lado.

De um lado, nós temos aqui uma área que hoje, pelo PDOT, como foi explicado, é urbana e, do outro lado, onde a Embrapa Cerrado já está, uma área rural, de uso controlado dois. Esta é – digamos assim – a imagem mais elucidativa do caso.

Uma pergunta que se pode fazer imediatamente que também tem sido feita até por outros interessados, além daqueles que estão aqui: "Mas me diga uma coisa: Não há outro lugar para a gente colocar esse projeto habitacional?" Eu posso dizer para os senhores que é possível que a gente encontre outro local para fazer essa discussão e – quem sabe – pensar nesse projeto habitacional. Agora o que nós estamos aqui para fazer é exatamente pensar todas as possibilidades, de forma que a gente tenha uma solução – digamos – mais balizada, mais madura.

Não encontraremos objetivamente nenhuma área no Distrito Federal com essa dimensão para – digamos – aportar cerca seis mil famílias, em que essa área já não esteja, de alguma forma, ocupada, porque a grande verdade é que a omissão do Estado, ao longo dessas décadas, desde a instalação de Brasília, produziu ocupações desordenadas. É difícil hoje… Por exemplo, a Drª Cristina é testemunha conosco aqui de que nós estamos procurando uma área para construir uma escola lá na Fercal, e cada área que a gente vai buscar só para instalar uma escola, de cerca de 2 hectares, 1 hectare, é impossível encontrar uma área, mesmo naquela região, que você chegue e não tenha alguém já ocupando o espaço. Então, a carência da necessidade de resolver o problema, o tempo curto que nós temos para resolver é um fator que trabalha contra nós, que a gente tem que ponderar em termos de solução de um projeto habitacional. Ou seja, objetivamente, quando se escolheram essas áreas, no início de 2011, para que fossem alocados esses projetos habitacionais, em cima do PDOT, que definia o que era área de regularização e área de Habitação de Interesse Social, essa foi uma das áreas. Então, é uma questão que tem que ser ponderada, e aí todo um processo que precisa ser recomeçado.

Para nós, inclusive, da Terracap seria uma busca extremamente difícil encontrar alguma área que disséssemos: esta área não tem ocupação, esta área não tem algum tipo de litígio ou algum tipo de embate pela ocupação da área.

Outra questão que a gente tem que abordar, sobre a qual conversamos bastante com a Drª Cristina, é que a própria questão que se discute aqui sobre o impacto ali em Águas Emendadas, que ficam do outro lado. Mas o Paulo Valério ponderou um fato com o qual a gente corrobora. Aqui, nós temos uma área extremamente desordenada em termos de ocupação. Quando se fala do impacto principalmente sobre os recursos hídricos ou o impacto sobre as Águas Emendas, o que se espera que aconteça, ao contrário, é uma grande racionalidade em termos de uso de recursos hídricos. Imaginem os senhores como deve ser o consumo de água e de outros fatores, além dos recursos hídricos nessa região, ocupada da forma como foi. Ou seja, o que nós esperamos aqui é provocar uma grande racionalidade em termos de consumo de água principalmente, uma sistematização nesse consumo.

E aí é o seguinte, na verdade, nós não vamos, não há intenção – nós temos 40 mil pessoas cadastradas nessa região –, de trazer pessoas de fora. O cadastro não permite nem trazer pessoas de outra região. O que se pretende é sistematizar melhor, aglomerar melhor e estabelecer melhor, inclusive, as condições de uso.

Outro fator é a questão ambiental. Ela já foi considerada? Sim. Quem conhece o PDOT, o Plano Diretor de Ordenamento Territorial, sabe que ele estabelece as pré-condições de cada uma das áreas. E essa área é considerada uma zona urbana de uso controlado. A partir daí, com suas especificidades, com suas especificações, faz com que se permita, a partir daí, estabelecer um projeto habitacional.

Ao mesmo tempo, consideramos também, lá na Terracap, o seguinte: quando se propõe um projeto habitacional, você chama as entidades, e, nesse caso, foram chamadas cerca de 14 entidades – CEB, Caesb –, todo mundo foi chamado para essa discussão, e aí essas pessoas não estão ali meramente para fazer uma concordância. Elas vêm com os seus trabalhos e dizem em que condições um projeto habitacional se estabeleceria naquela região e de que forma.

Essa é uma discussão – como foi colocada aqui até pelo chefe geral da Embrapa – que não é nova. É uma discussão que vem desde 2008. A gente vem discutindo… Foi a primeira vez que o Distrito Federal pediu… Aliás, até o PDOT definir isso como área urbana, desde 2008 o Distrito Federal pediu a cessão da área para projetos e essa discussão vem desde aquele tempo.

Sei que poderíamos, também, de ambos os lados, ter pensado em alternativas. Conheço, também, a questão da pesquisa. Sei que pesquisa, realmente – concordo com a Embrapa –, não é uma coisa que se abandona aqui e se começa ali. Mas faço até um apelo aos nossos amigos da Embrapa, aos nossos técnicos da Embrapa, que coloquem, também, em que condições. Não que isso já seja uma decisão sobre o que fazer, mas que coloquem e estudem também. Efetivamente, nós colocamos várias contribuições que a Embrapa Cerrado fez, mas quantas dessas contribuições são todas oriundas dessas áreas e quantas dessas contribuições nós poderíamos salvar. Nós temos situações, no Brasil, temos situações, em vários casos, em que foi preciso fazer, por exemplo, novos reservatórios de água, hidrelétricas. E aqui a gente tem de fazer uma série de resgates. Então, não estou aqui dizendo que se faça, mas também acho que os dois lados podem fazer um esforço nesse sentido e verificar, efetivamente, o que a gente poderia fazer ou o que o GDF, inclusive, poderia fazer no sentido de minimizar. No caso de ser inevitável essa colocação, como se poderia minimizar, no que o Distrito Federal poderia ajudar?

Para não me alongar muito, da nossa parte, lá da Terracap, estávamos em andamento com reivindicações da Embrapa por quatro áreas além dessas outras duas aí. Por exemplo, a Embrapa sede continua até hoje em uma ocupação, que era uma das reivindicações – me corrijam se não for verdade – continua até hoje em uma área que não está, digamos assim, sob condição de registro regularizado. A Embrapa Hortaliças, com pouco mais de 490 hectares, na saída para Goiânia, continua também uma área rural que não está regularizada também.

A Embrapa Cenargen e outras áreas da Embrapa que a Terracap se coloca à disposição para que a gente, aproveitando esse limão que temos na mão, no bom sentido, essa situação que nós temos e que Deus nos iluminará para que a gente caminhe para uma boa solução, a Terracap se coloca aqui à disposição para, imediatamente, retomar essa questão da regularização de todas as suas áreas que se encontram ainda, lamentavelmente, não por culpa da Embrapa, mas por culpa dos anos que nós tivemos de, digamos, pouco acompanhamento dessas questões, então, a Terracap se coloca à disposição para que, rapidamente, a gente avance na regularização dessas áreas.

Muito obrigado pela oportunidade, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado, Luciano.

Passo a palavra agora ao Dr. Sérgio Antônio Gonçalves, Superintendente do Patrimônio da União.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Infelizmente eu terei que estar na Comissão de Relações Exteriores, a reunião se iniciou, mas quero cumprimentá-lo pela iniciativa de, juntamente com a Senadora Ana Amélia, colocar essa questão em debate. Eu acho que a exposição da Srª Ieda foi de excelente qualidade, nos mostrou a qualidade do trabalho da Embrapa. Acho que são importantes, obviamente, os pro-

jetos habitacionais do Distrito Federal, mas avalio que será importante colaborar para se chegar a um entendimento. Então, acho que o trabalho da Promotoria é muito importante e também o de todos que estão… Não pude ouvir ainda a Srª Helena, Presidente da SBPC, mas quero muito ouvi-los aqui. No entanto, tenho que estar presente, com essa dificuldade de sermos três ao mesmo tempo quase toda terça, quarta e quinta.

Então, peço desculpas, mas eu vou precisar me ausentar para outro compromisso onde tenho que estar presente. Espero que haja uma decisão de preservação do trabalho da Embrapa e de solução para o problema habitacional, tão significativo.

Meus cumprimentos a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Agradecendo a intervenção do Senador Suplicy, passo a palavra ao Sr. Sérgio Antônio Gonçalves, Superintendente do Patrimônio da União.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES – Em primeiro lugar, um bom-dia a todas e todos.

Senador Rollemberg é um prazer, e agradecemos muito a oportunidade de participarmos desta audiência tão importante. Aproveito para trazer os cumprimentos especiais da Ministra de Estado do Planejamento Miriam Belchior e da Secretária Nacional do Patrimônio da União Cassandra Maroni Nunes.

O Patrimônio da União não tem como missão julgar ou ver quem é o mais importante, se a área habitacional ou a área de pesquisa, e nem teria como, porque são duas políticas do Governo Federal colocadas hoje como importantes. Não há dúvida, no Governo Federal, do que se tem feito nesses últimos anos acerca dos programas no resgate da sociedade, da cidadania, no resgate das políticas de Habitação de Interesse Social. E essa parceria é muito forte com o GDF. Há uma parceira clara e forte com o GDF para essas políticas dentro dos programas do GDF e dentro dos programas do Governo Federal. Como também nesses últimos anos as áreas de ciência e tecnologia – eu também como servidor de carreira há algumas décadas, acompanho os orçamentos da União –, este ano, foram uma das mais poupadas nos cortes históricos, históricos, na área do Governo. Então também não há, no meu entendimento, como um gestor e um servidor, o que se discutir sobre a importância que o Governo Federal está dando para as áreas de ciência, tecnologia e pesquisa, com programas colocados à disposição.

Então, nós não podemos cair numa armadilha, numa falácia da "escolha de Sofia". Isso não existe. Estou plagiando aqui o que foi dito algumas vezes até pela Secretária do Patrimônio. Não é isso; não é escolha, não se deve escolher. No País têm que ter as duas políticas, como tem que ter outras políticas também.

O que se tem hoje, aliás, é a nossa missão, missão dada à Ministra do Patrimônio da União é: dentro da sua limitação, porque existem as limitações do Patrimônio da União, estar presente para, da melhor forma possível, em parceria com o GDF, que é muito forte e que existe e há essa boa vontade o tempo todo, e a parceria nas discussões com a direção da Embrapa, onde também fizemos várias reuniões, e já há alguns meses, desde o ano passado, quando eu entrei no Patrimônio da União do Distrito Federal tenho participado de algumas reuniões escutando todos os lados. Mas a nossa função não é nem deve ser essa – repito – não é a nossa missão e nem o povo brasileiro nos deu essa competência para saber quem deve ou não ficar com a área, mas, sim, ver, desses interesses, todos legítimos, qual é o melhor caminho. Para tanto, tem que haver negociação. Isso é natural. Se não houver renegociação e sim radicalização, alguém perde e alguém ganha, e isso é muito ruim para qualquer lado: o lado habitacional ou para o lado da pesquisa.

Então esse cuidado, essa missão dada ao Patrimônio da União é acompanhar. Esperamos poder estar juntos para ver e colocar alternativas sim. Todas elas podem ter um pouco de perda de alguma coisa? Podem. Porque negociar é esse ato; negociar é essa ciência, porque é uma ciência também, negociar, para que todos possam não se sentir prejudicados, extremamente prejudicados é o que importa hoje. Porque também se extrapolar, o Patrimônio da União em determinado momento não poderá contribuir e sim só aceitar as definições e, na sua área de patrimônio gerencial que é Patrimônio da União, verificar.

Temos uma parceria muito forte, até além de uma parceria, mas também como sócios da Terracap que somos, porque detemos 49% da União, e 51% é do GDF, mas também todo o sistema, com toda nossa diretoria temos assento na Terracap, no Conselho de Administração, então, essa boa vontade – eu quero só expressar – existe de todas as partes: da Terracap, do GDF e do Governo Federal. Existe sim. Claro que em momentos naturais, um pouco mais exaltados ou não, ou defendendo suas teses, porque isso faz parte da democracia e deve fazer, porque quando você acredita e defende deve colocar todo esse amor no que defende, mas nesses momentos existe e deve existir sim. Mas também há um momento, claro, do entendimento, em que chegamos a algumas alternativas para serem analisadas, porque temos que ter alternativas. Não podemos queimar pontes, porque senão não se tem recuo. Isso é muito ruim para qualquer processo, para qualquer um dos dois, principalmente para duas políticas tão importantes quanto elas são.

Então o nosso posicionamento, Senador, é que a gente possa, como Patrimônio da União, acompanhar, ajudar, verificar possibilidades, para que a gente possa construir o entendimento, porque essa é a nossa missão. É essa a missão dada ao Patrimônio. Esperamos, neste momento, contribuir com isso.

Então, já até encerrando a minha fala, quero dizer que – para ficar claro – essa é a determinação da Ministra de Planejamento e da Secretária do Planejamento, o acompanhamento constante e estar aberto todo o tempo para as possibilidades que possam vir. Elas devem ser estudadas para que nós possamos ter uma saída boa para todos. Essa é a nossa missão.

Senador, assim, encerro a minha fala, porque, tecnicamente, já foi feito pelos especialistas. Não tenho nem o que falar, porque não sou especialista na área de pesquisa, mas dizer desse compromisso do Governo Federal, junto com o GDF, junto com a Terracap, nosso e da Embrapa, de criarmos uma saída importante e benéfica para todas as áreas. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado, Sergio, Superintendente de Patrimônio da União.

Vamos ouvir agora a nossa última convidada, a Drª Helena Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

A SRª HELENA BONCIANI NADER – Bom dia a todos. Senador Rodrigo Rollemberg, obrigada pelo convite para estar aqui. Em seu nome saúdo a todos da Mesa; e na pessoa da Drª Cristina eu saúdo a todas as mulheres da comunidade científica e da sociedade brasileira.

Eu trouxe três pranchas. Se você puder projetar a primeira.

Eu gostaria de começar colocando a Embrapa Cerrados: o papel na ciência e na economia. Mantenha isso, por favor.

Eu gostaria de colocar, Senador, que estou aqui como Presidente da SBPC. Também neste ato eu represento o Prof. Jacob Palis, Presidente da Academia Brasileira de Ciências, da qual também sou membro. Comuniquei a ele que estaria aqui e perguntei se poderia dizer que falo em nome da Academia. Então, a Academia Brasileira de Ciências também está aqui presente. Mas, mais importante é que aqui eu posso representar a sociedade civil, porque não tenho cor, não tenho partido, não tenho religião, eu sou o povo brasileiro e estou aqui pela ciência, que é do povo brasileiro.

Olhando a plateia eu vejo que tem muitos jovens. Eu já estou com 66 anos de idade, tenho tempo estourado de aposentadoria na universidade, mas, por algum motivo que eu ainda não consegui decifrar direito, tenho de continuar trabalhando. Poderia ter me aposentado, poderia ter um segundo salário, mas eu ainda acho que preciso daquele contato com o jovem no dia a dia para discutir e trocar informações. Acho que é isso o que estamos fazendo aqui.

Também gostaria de colocar para os jovens que, eu, pela minha idade, lembro de um Brasil que importava alimentos; eu lembro de um Brasil que não tinha leite, que não tinha queijo; eu lembro de um Brasil que não tinha cereais na mesa, e não faz tantos anos. Eu estou com 66 anos e a minha memória, por mais gênio que eu seja, e não sou, me diz que isso remonta há uns dez anos. Os Estados Unidos doavam alimentos para este País. Houve uma inversão, porque o Brasil tomou a decisão não do hoje versus o amanhã, mas, sim, de apostar no futuro.

Hoje, o que estamos olhando neste debate é uma solução rápida para um problema antigo do País em detrimento de uma aposta que deu certo, que está mostrando para o mundo que o Brasil pode, sim, ser a solução, e é apontado, onde a gente vai, como o País da segurança alimentar. Nós estamos, o Brasil está exportando para a África, com a Embrapa, tecnologias para resolver problemas, por causa de semelhanças de solo, e está podendo adequar, inclusive, uma região. A minha filha trabalhou durante um ano, ela é jornalista e educadora. Por um ano trabalhou em Gana, onde ela pode ver a Embrapa de Gana. Então, o Brasil tem isso. Nós éramos importadores, hoje somos exportadores. A gente só está… E eu queria também trazer isso para esta Mesa.

A primeira escola de agricultura do Hemisfério das Américas foi a escola de agricultura que hoje é a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. É a mais antiga das Américas. Então, a Embrapa nasceu com um história que vem da época de Dom Pedro, das escolas de agricultura. Havia escolas de agricultura, tem a Esalq. E esse conjunto percebe que tem uma necessidade de criar uma empresa, que tem 42 anos. Essa empresa mudou a economia do País.

Nós só estamos distribuindo renda porque tem uma economia pujante que não é da indústria automobilística, que é da indústria da agropecuária. Eu quero trazer isso. Nós só podemos hoje, com dez anos de uma política que vem sendo feita nacionalmente, discutir, dar habitação, porque hoje nós temos um recurso que não tínhamos antes. Então, o País é pujante numa economia. Nós só viramos sexta, sétima, oitava… depende do dia, quando aquele povo da economia, que eu não entendo, faz a fotografia da colocação do nosso País. O agronegócio… Eu acho ruim o nome "agronegócio", mas essa é a realidade. E isso aconteceu pela aposta na Embrapa.

Não que a Embrapa não dialogue. Ela está dialogando. Ela estará sempre dialogando. Mas ela é a fronteira. A Embrapa é o passado, é o presente e é o futuro. Então, aquela área não é… Para moradia se pode discutir uma outra área. O espaço onde a pesquisa está sendo feita… Pesquisa não é um negócio que você faz do dia para a noite, ainda mais pesquisa na agricultura. Eu não sou dessa área, eu sou da área da saúde. Mas eu estudo para estar à frente dessa sociedade. A gente tem que ter orgulho!

Quem tem pessoas como a Embrapa, tem que ter orgulho neste País. Eu tenho orgulho! Quando eu vou para fora, levo vários diapositivos para mostrar não só a Embraer, que é um orgulho; não só a Petrobras, mas a minha Embrapa, a nossa Embrapa! Então, eu trouxe aqui só três diapositivos, para encerrar.

Pode passar o próximo, por favor.

Aqui. Ninguém… Todo mundo achava… Eu sei que falar depois da lêda é muito difícil como subsídio real técnico, mas eu estou trazendo a visão, agora, da sociedade civil. Ninguém apostava que o Brasil poderia produzir soja da maneira que produz. Quem conseguiu? A Embrapa. E hoje – o meu dado é talvez mais antigo – 20% da produção nacional, que ultrapassa os 50%, a Embrapa Cerrado foi que desenvolveu.

Próximo, por favor.

Mais uma.

Aqui. Fixação de Nitrogênio. O solo que parecia que não dava, com tecnologia totalmente nacional, com a inovação que a nossa Presidenta nos pede sempre, está aí. Quem faz inovação vai ser penalizado? É a pergunta que eu quero deixar como sociedade. A tecnologia de fixar… Sem nitrogênio a planta não cresce. E, com as bactérias, rizóbios, que são fixadores de nitrogênio, nós conseguimos! Nós o povo brasileiro. Está aí. São sete bilhões!

E minha última transparência, por favor.

Isto aqui é só para mostrar números. Isso aí eu peguei… Quando americano coloca esse número… USDA (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos). Eu quero que vocês vejam aí os números. Estados Unidos, Brasil, Argentina, etc., ao longo dos anos. E olhem 2012, 2013 – o dado é de novembro –, em termos de produção de tonelada, o Brasil é o primeiro. De novo graças à ciência, à tecnologia, à inovação, que está sendo distribuída para os outros, das pesquisas realizadas pela Embrapa.

Então, o que eu gostaria de ver, como cidadã, é realmente se colocar de lado as emoções, como o senhor falou, para se tentar ver aquela área, que é tão pequena mas que impacta violentamente a ciência, que nos levou a poder distribuir renda… Eu torno a insistir nisso. A gente distribui renda, porque tem um negócio, que é uma agricultura e uma pecuária fantástica, que não tínhamos 40 anos atrás.

Leite; a gente recebia leite em pó dos Estados Unidos. Eu sou velha, mas há alguns da minha idade aqui que também se lembram disso. Então, nós temos leite, nós fazemos queijo, nós estamos fazendo de tudo, graças a uma ciência. Porque, enquanto o Brasil tentou adaptar a ciência da agricultura que era produzida no Hemisfério Norte, ele não conseguiu dominar a terra. Foi só quando ele parou para olhar e buscou a sua própria ciência que chegou a essa condição.

Então, eu gostaria de ver uma mesa real de negociação em torno do "manutenção e criar". O senhor colocou "zona especial de interesse social". Eu também coloco o mesmo termo: "zona especial de interesse social": o interesse do povo brasileiro.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado, Drª Helena Nader, que traz aqui a voz da ciência brasileira representando a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e a Academia Brasileira de Ciências.

Eu quero aqui agradecer a presença de todos os pesquisadores, servidores da Embrapa, que nos honram com suas presenças; agradecer a todos os nossos convidados. E quero aqui fazer algumas ponderações e algumas colocações.

Em primeiro lugar, com todo o respeito que tenho ao Paulo Valério, eu quero dizer, Paulo, que…

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Pela ordem.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Nós não ouviríamos a Drª Cristina?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Ela foi a primeira. É porque foi logo no início. Mas eu vou dar a palavra novamente a todos. É que eu quero provocar o debate. Mas se quiser a palavra…

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Após V. Exª se pronunciar, eu gostaria de me manifestar também.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Perfeito, com alegria. Sei que V. Exª é um defensor da Embrapa.

Mas eu acho que nós não podemos distorcer o foco desse debate. Não dá para querer passar a imagem, porque ela não cola, de que alguém aqui possa ser contra. Percebo a importância de termos programas habitacionais para a população de baixa renda. A questão não é essa. Todos aqui somos favoráveis. Eu sou favorável. Sou favorável ao programa Minha Casa Minha Vida. Então, a questão não é essa.

Mas também nós não podemos menosprezar a inteligência dos Senadores no sentido de achar que um empreendimento com cinco mil novas famílias não vai ter nenhum impacto sobre a questão da água ou sobre a questão do esgotamento sanitário e que as pessoas serão as mesmas que estão ali do lado e que vão morar ali. É menosprezar a inteligência. Até porque, se fosse assim, não haveria déficit habitacional. E a gente sabe que há um déficit habitacional e há um déficit de qualidade.

Então, não é essa a questão que está sendo colocada aqui. Ela é uma questão secundária neste debate, embora importante: qual é o impacto que mais um núcleo habitacional ali vai ter sobre a Estação Ecológica de Águas Emendadas, local em que temos uma nascente de duas grandes bacias hidrográficas brasileiras.

O que está colocado aqui é o fato de o Governo do Distrito Federal estar elaborando um projeto habitacional – já existe uma empresa escolhida, licitada – para ser instalado em uma área na qual há mais de 30 anos se realizam pesquisas com toda uma série histórica importante para tais pesquisas. Aí impressiona-me, Paulo, com todo respeito, pois me parece querer menosprezar dizer que são apenas 10% da área ocupada pela Embrapa Cerrado. Dez por cento podem ser muito pouco e dez por cento podem ser muito! O Chefe-Geral da Embrapa Cerrado referiu-se a 20% da área de pesquisa da Embrapa, porque ali há as áreas de preservação, as de reserva legal, as de preservação permanente. Ali é área de pesquisa.

Toda vez… No mapa que você mostrou, ao lado existe uma área preservada e que está sendo utilizada, pois ali estão sendo realizadas as pesquisas. É importante registrar que a Embrapa ofereceu a área ao lado, contígua à Embrapa e contígua ao Mestre D'Armas para ser utilizada pela Secretaria de Habitação, inclusive com equipamentos públicos para a população de Mestre D'Armas. Para o quê? Dando-se os anéis para não serem dados os dedos, por quê? Porque a riqueza é aquela área, Senador Ruben Figueiró, pois ali estão sendo desenvolvidas as pesquisas.

A lêda me impressionou e me emocionou muito com sua apresentação, com o seu comprometimento como pesquisadora, em função de todas essas questões que Helena traz ao debate, ao mostrar umas figuras como uma régua em que aparecia o solo, sua textura, sua profundidade, como o solo reage a determinadas intervenções humanas… Isso tem uma série histórica! Se isso for ser realizado… Se a Secretaria de Patrimônio da União ou a Terracap disser: "Agora, nós lhe daremos essa área." Ela vai ser importante, mas perderemos 35 anos de pesquisa! As pesquisas estão sendo realizadas ali! Ali que estão sendo realizadas as pesquisas.

É importante registrar, e eu gostei muito dessa comparação que a Helena faz de que ali é uma área de altíssima relevância e interesse social para esta e para as futuras gerações, pelo que aquilo representa. Há a questão da contabilidade – quando da apresentação da Helena –, de R$7 bilhões que ganhamos com o aumento da produtividade, com a fixação de nitrogênio. A lêda traz números extremamente relevantes sobre o que significa a produção agropecuária no Brasil a partir de pesquisas desenvolvidas pela Embrapa Cerrados e a partir de experimentos realizados naquela área e não em outra. Ali foram desenvolvidos pequenos experimentos; antes em laboratório, para depois serem testados ali, naquelas condições. Agora estão sendo testadas outras, que é a questão da qualidade das pastagens e a questão da produtividade do rebanho. Esses experimentos poderão ser utilizados para outras coisas no futuro em função do acompanhamento do que se faz com o solo.

Aí, Paulo, o que me parece, quando me referi no início, é que essa questão tem me indignado. Existe uma visão – vou repetir a expressão – tacanha, pequena, de quem não tem uma perspectiva de futuro e de perceber o que significa isso, o que significam aquelas pesquisas que estão sendo desenvolvidas ali. Não é apenas a questão econômica. A questão econômica é muito relevante, mas não é só. Por exemplo, com a Embrapa Cerrados, pelas informações da lêda, ali houve um componente, com participação importante naquela área, que se desenvolveu… Há uma pesquisadora reconhecida mundialmente, Johanna Döbereiner, que desenvolveu a bactéria fixadora de nitrogênio no solo, o rizóbio. Isso é um feito científico. Talvez a Johanna, quem sabe, um dia, ainda vá receber um Prêmio Nobel, em reconhecimento da magnitude do que isso representa.

O SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES PERES – Ela foi indicada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – O Peres está me dizendo aqui que ela foi indicada.

Primeiro, pelo que significa do ponto de vista de economia. O Brasil é um grande importador de nitrogênio. Isso tem um custo altíssimo na agricultura brasileira. Essa descoberta permitiu um aumento de produtividade enorme no País afora.

E hoje se está pesquisando – sei isso porque, como Presidente do Fundo Setorial do Agronegócio, ajudei a financiar pesquisas nesse sentido – também bactérias fixadoras de nitrogênio para as gramíneas, principal-

mente cana-de-açúcar, o que tornará também a nossa cana-de-açúcar extremamente produtiva. Então, vejam a importância do que isso significou economicamente, mas é mais do que isso.

Hoje, um dos grandes problemas da humanidade – e comecem a perceber a importância que aquela pequena área, aqueles 10% da área, tem para a humanidade –, um dos grandes desafios das mudanças climáticas é a redução das emissões. E a incorporação de nitrogênio, dessa bactéria incorporadora de nitrogênio, reduz substancialmente as emissões. Isso está no programa como um dos grandes desafios. Portanto, reduzindo as emissões, reduz os impactos da agricultura no aquecimento global.

Mas vou mais, para mostrar a importância desses 10% dessa área para a humanidade.

Na Rio+20, tive o privilégio de assistir a um debate muito emocionante sobre oceanos. Se alguém esteve lá vai entender o que estou falando. Uma pesquisadora, bem idosa, cujo nome não vou saber, começou a sua apresentação falando que ela tinha vindo de outro planeta. Ela começou a descrever o planeta de que tinha vindo para mostrar que hoje estávamos vivendo em um planeta completamente diferente, e os dois planetas eram o Planeta Terra. Mas ela se referia à acidificação dos oceanos e que esse processo – se eu estiver enganado, por favor, corrijam-me, porque aqui está cheio de cientistas; olhem o risco que estou correndo aqui nesta mesa – começa com a questão do nitrogênio, a lixiviação do nitrogênio da agricultura, que vai para os córregos, que vai para os rios, que vão para os oceanos. E isso está produzindo um processo de acidificação dos oceanos, com um impacto ambiental monumental – monumental!

E os 10% do Cerrado brasileiro, graças à dedicação da pesquisa científica, do desenvolvimento científico e tecnológico, estão contribuindo – não irá contribuir; está contribuindo – para buscar a resolução de problemas desse tipo.

Então, vejam: eu tenho a impressão de que ninguém teve tempo – ou o Governador não teve tempo ou o Deputado Magela, como Secretário de Habitação, não teve tempo – de ver uma apresentação desta. Eu gostaria muito de solicitar que uma apresentação da Iêda fosse feita ao Governador do Distrito Federal e ao novo Secretário de Habitação, Deputado Magela, para saber se eles continuariam com essa ideia de fazer o que querem fazer ali, porque acho que eles não estão percebendo. O Magela me falou que aquilo era uma fazenda de gado. Ele falou assim: "Não. Ali tem vaca." E não percebe que estamos tratando de outra dimensão completamente diferente.

Mas quero trazer outra questão para este debate. Foi falado que ali o Plano Diretor de Ordenamento Territorial determinou que aquilo é uma área urbana, área de relevante interesse social. Tudo bem. Agora, existem várias outras. O Distrito Federal tem várias outras áreas que podem contemplar um empreendimento como esse, mas é bom lembrar: perdeu até de 2009, Caixa de Pandora. Vocês se lembram da Caixa de Pandora? A origem da Caixa de Pandora foi o Plano Diretor de Ordenamento Territorial. Todo mundo sabe, a Câmara Legislativa sabe, alguns Deputados já foram condenados, estão inelegíveis, em segunda instância, em função de Caixa de Pandora. Então, é importante fazer essa observação em relação a isso.

E eu quero, para concluir, não quero me alongar, para passar, novamente, a palavra para os demais inscritos, dizer ao Luciano Nobrega Queiroga, representante da Terracap, que é estranha a Terracap nas suas observações finais a respeito da regularização fundiária da Embrapa, porque esse é um processo que cabe à Terracap fazer. E por que não fez? Vamos fazer.

Tudo bem, já foram perdidos aí quatro anos, não foram feitos, mas vamos fazer agora. É importante, porque é para preservar, para que, no futuro, nós não precisemos perder o nosso tempo com debates como esse, porque as áreas de relevante interesse científico e tecnológico, as áreas de relevante interesse social, em função da ciência e tecnologia, estarão preservadas da sanha – muitas vezes – da especulação imobiliária travestida por uma cortina, como disse a Senadora Ana Amélia, do interesse social.

Portanto, eu quero concluir fazendo esse apelo. Eu ainda tenho esperança de que o bom senso prevaleça, que o Ministério, que o Ministro da Ciência e Tecnologia… Eu tinha ligado, anteriormente, para o Ministro Marco Antonio Raupp. Eu vou procurar, novamente, esse Ministro da Ciência e Tecnologia. Eu gostaria de sugerir, Helena, a você, como Presidente da SBPC, que procurasse, que levasse, transmitisse… Nós vamos fazê-lo também, através de documento, mas que levasse ao Ministro da Ciência e Tecnologia a nossa preocupação; levasse ao Ministro Aloysio Mercadante, que foi Ministro da Ciência e Tecnologia, a nossa preocupação, para tentar conter essa ação, porque me desculpem a expressão que eu vou utilizar, mas é um crime! Eu considero que nós… Se o Governo do Distrito Federal perpetrar, for em frente com isso, estará cometendo um crime! Não é apenas um crime contra a população do Distrito Federal, é um crime contra a população brasileira. É um crime contra a segurança alimentar, pelo que representa a Embrapa Cerrados e pelo que representa aquela área, aqueles 10% para o desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro.

E passo a palavra ao Senador Ruben Figueiró. (*Palmas.*)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg; senhores expositores, eu quero inicialmente me dirigir à Srª Helena Bonciani Nader.

V. Sª se referiu, aí, à sua idade. Eu quero dizer-lhe que, há muitos anos, eu li um pensamento de um sociólogo americano que dizia que não se envelhece com o passar dos anos, mas, sim, pelo abandono dos ideais. A senhora me parece que tem 63 anos – 66, é porque eu tenho problema auditivo, eu rejuvenesci a senhora em três anos. Eu tenho 83 e me sinto, ainda, jovem, porque juventude é esse idealismo que a senhora demonstrou aí, e eu procuro, insistentemente, na minha idade, também mantê-lo. Portanto, todos nós somos jovens, tão jovens quanto os que estão aqui nos aplaudindo.

Eu venho de um Estado, Mato Grosso do Sul, em que, no passado, a atividade principal era a pecuária. Mas com o tempo, as suas terras pastoris foram devastadas. Quem as recuperou? A Embrapa.

Da pecuária, nós passamos para a agricultura da soja, do milho, do algodão. E hoje nós somos o terceiro ou quarto produtor de grãos do País e estamos oferecendo, como V. Sª afirmou, condições para que o Brasil mantenha na pauta das exportações uma posição de privilégio. E hoje somos o maior produtor de soja do mundo.

V. Sª significou tudo isso aí porque representa uma contribuição de caráter econômico, não resta a menor dúvida, mas sobretudo de aspecto social. Sobretudo.

Eu ouvi as explanações dos expositores, alguns inclusive falando com uma paixão contida. Evidentemente que nós Parlamentares, aqui somos a voz do povo, temos que nos manifestar de acordo com o que povo pensa e deseja, como fez o Senador Rodrigo Rollemberg e como fez a Senadora Ana Amélia. Temos que respeitar o ardor das suas palavras e refletir muito sobre elas. Os homens, os técnicos precisam entender disso. Aqui é a Casa do povo, aqui temos que dizer o que o povo pensa e não os que os técnicos desejam nas janelas envidraçadas da Esplanada dos Ministérios. Isso disse – quero dizer a V. Sªs – o Presidente Dutra em 1950, que não se o governa o Brasil das janelas envidraçadas da Esplanada do Castelo. E hoje eu falo dessa Esplanada dos Ministérios, aqui.

Então, eu gostaria que as pessoas respeitassem a voz do Parlamentar, porque a voz do Parlamentar é a voz do povo. Mas o que nós precisamos agora é sentar e analisar com prudência como é a sugestão do Sr. Sérgio Antônio Gonçalves, que aliás tem 51%… 49% dos interesses. Aliás, o Distrito Federal, compreendeu, é também produto da contribuição da Nação brasileira. A nossa contribuição para o erário de Brasília é substancial. E vem de onde? Vem das nossas riquezas do interior, dos nossos bolsões de produtos do nosso imenso País. Mas é preciso que haja prudência, é preciso que haja respeito.

Eu entendo, Sr. Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, que a presença da Presidência da República é importante nessa questão, porque tanto o Distrito Federal como os órgãos do Governo Federal, como é a Embrapa, têm que se submeter a uma ordem maior que deve partir da Presidência da República. Talvez partirmos para uma judicialização não seja o caminho ideal, porque isso inclusive demandará tempo. As posições estão postas aí de uma forma, creio, que muito consolidada, então, precisamos que uma autoridade maior que veja de uma forma global a solução do problema e a ela interfira e dê a sua solução.

Eu gostaria de dizer que no meu Estado de Mato Grosso do Sul mais ou menos um terço da sua área é de cerrados, e hoje todo ele em franca produção. Portanto, é de extrema importância que nós mantenhamos a Embrapa Cerrado daqui, porque é daqui que partem as sementes que vão produzir lá no meu Estado, em todo o Centro-Oeste e, hoje, em todas as projeções que vi aqui, chegam até ao leste do Estado do Pará. É imensa a área. Talvez nós ocupemos hoje mais do que dois terços do território nacional na produção de grãos, que trazem, repito, a riqueza desta Nação.

Quero finalizar dizendo aos senhores, eu anotei aqui, que não se deve destruir árvore que gera frutos. A Embrapa gera frutos. Por que destruí-la? Por que destruir a célula *mater* da Embrapa Nacional, que é a Embrapa Cerrados?

Gostaria que os Srs. Luciano Nogueira e Paulo Valério de Silva Lima, cujas posições se antagonizam a nossa, mas por respeito aos senhores, ao princípio de cidadania que V. Sªs representam aqui, que pensem bem, que não vejam só o interesse valioso de se implantar um núcleo habitacional em Planaltina, mas que vejam o interesse nacional com o qual o Distrito Federal tem uma responsabilidade muito grande, porque aqui está a matriz da nossa consciência.

Meus respeitos aos senhores, com as observações que me permiti fazer, que não são nada pessoais, mas representam um sentimento que parte do meu íntimo. Não destruam a Embrapa. A Embrapa hoje é a excelência do desenvolvimento econômico e tecnológico de nosso País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Obrigado, Senador Ruben Figueiró, por suas palavras.

Vou passar a palavra agora para todos os membros da Mesa, dando um tempo de cinco minutos, para que possam fazer suas considerações.

Passo inicialmente a palavra à Drª Cristina Montenegro, Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural.

A SRª CRISTINA RASIA MONTENEGRO – Gostaria que ficasse bem claro aqui para todos que o Ministério Público está presente em todas essas reuniões, porque acreditamos realmente que o Governo do Distrito Federal tem bom sendo e tem inteligência para discutir o projeto. Se não acreditássemos nisso, já estaríamos judicializando essa discussão.

Por que acreditamos nisso? Porque, em várias outras ocasiões, já demonstramos para o Distrito Federal, em sede judicial, os erros que eles cometeram em implantação de projetos assoberbados. Em alguns outros momentos, através de discussões, como esta que estamos fazendo aqui no Senado Federal, o Distrito Federal refez, reformulou, reapresentou projetos na área habitacional.

Então, acreditando no bom senso do Governo do Distrito Federal, estamos aqui para conversar. O que causa um pouco de espanto para gente do Ministério Público são duas ausências muito sentidas aqui, do Ministério da Ciência e Tecnologia, que o Senador já apontou, e da Presidência da Embrapa Nacional. Esses são dois atores fundamentais que deveriam estar aqui desde o começo dessa discussão, inclusive para subsidiar melhor essa discussão.

Causou muito espanto, está aqui o superintendente de Patrimônio da União que participou da reunião da Terracap, que revogou o termo em que estava sendo feita a…

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES – Perdão, é uma questão de esclarecimento…

A SRª CRISTINA RASIA MONTENEGRO – Mas é importante isso.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES – Um esclarecimento, o Patrimônio da União participa do Conselho de Administração, que não foi quem revogou. Quem revogou essa questão foi a Diretoria Colegiada da Terracap, na qual o Patrimônio da União não tem assento.

A SRª CRISTINA RASIA MONTENEGRO – E também não se manifestou até que essa situação chegasse ao ponto que chegou, ou seja, a Superintendência do Patrimônio da União, que tem responsabilidade com o Distrito Federal, infelizmente, até o presente momento, foi silente.

É isso que estou colocando aqui como Ministério Público. Ou seja, não precisa judicializar, se todas as agências cumprem o seu papel. Esse é o ponto. A Caesb, infelizmente, no Paranoá Park, e o Paulo e o Dr. Luciano, da Terracap, sabem disso, quando autorizou o empreendimento Paranoá Parque, foi expressa e disse: não pode haver adensamento populacional no Paranoá, salvo depois de colocar sistema produtor de água do Paranoá, salvo depois de incrementar a estação de esgoto do Paranoá. Isso já aconteceu? Não aconteceu. Como está sendo feito o Paranoá Parque? Está sendo feito com poço artesiano. Quer dizer, na Capital da República, há abastecimento de água com poço artesiano. Água subterrânea é o último recurso que temos de usar, e já estamos usando. E isso porque foi entregue parte do empreendimento.

Então, temos que tomar muito cuidado. E é essa a nossa preocupação como Ministério Público, porque entra governo, sai governo, o problema ambiental vai ficar. E é esse passivo ambiental que a gente está deixando. Não é só construir, levantar parede de tijolo. É mais do que isso. Dignidade – eu concordo com o Sr. – dignidade de moradia é fundamental, mas a gente tem que dar realmente essa dignidade de verdade.

Então, fazer o Paranoá Parque hoje com poço artesiano é uma irresponsabilidade. E a gente está perguntando agora: quem são os responsáveis? São as mesmas agências que deram os pareceres favoráveis para o Planaltina Parque. Uma falta de visão sistêmica completa.

Quando se fala, quando se defende aqui o plano de ordenamento aqui do território – bem lembrado, feito ainda sob o manto da Caixa de Pandora…

(Soa a campainha.)

A SRª CRISTINA RASIA MONTENEGRO – … a gente esquece que isso só poderia ter sido feito depois do zoneamento ecológico-econômico. O zoneamento ecológico-econômico é um instrumento que vai apontar essas fragilidades para o gestor público poder tomar melhor a sua decisão.

No Distrito Federal, a gente gasta milhões em estudos, diagnósticos e consultorias e não usa, não aplica. Então, a gente não tem, até hoje, aqui, zoneamento ecológico-econômico, por isso o nosso plano diretor é essa maluquice, que permite situações absurdas, como a que a gente está vivendo aqui, de ter que vir aqui no Senado Federal defender uma empresa, como bem lembrou aqui o Senador, que produz bons frutos. A gente está defendendo aqui o óbvio e dói no coração do Ministério Público ter que fazer isso. Por quê? Porque era o GDF que tinha que estar dando medalha para a Embrapa Cerrados. (*Palmas.*)

Eu prometo que vou falar rapidinho só mais uma "coisinha". Quando a gente fala zona urbana *versus* pesquisa, isso é um falso dilema. Se a gente começar a realmente acreditar que você, em zona urbana, não pode ter atividade de pesquisa, o que vai acontecer com a nossa UnB? A gente vai também azulejar a UnB e fazer

assentamento lá? Porque tem… Você está cheio de laboratórios de pesquisa fazendo água limpa dentro de áreas urbanas.

Então, vamos pensar seriamente no que nós estamos querendo para a nossa Brasília. Não existe essa incompatibilidade total, como se está querendo mostrar. Essa incompatibilidade existe porque foi desrespeitado um pré-requisito, que é no estudo prévio de impacto ambiental – é por isso que o nome diz "prévio" – você tem que dar opções locacionais. Ou seja, no próprio estudo, você tem que dizer: "Olha, pode ser tal área, pode ser tal área, pode ser tal área". E não como está sendo feito agora, um estudo justificador numa decisão política já tomada, como a gente viu agora nessa audiência pública.

(Soa a campainha.)

(*Palmas.*)

A SRª CRISTINA RASIA MONTENEGRO – E as duas últimas coisas que eu vou falar bem rapidinho, eu sei que já tocou duas vezes, é o seguinte. Primeiro, a gente não pode esquecer que a Embrapa não estar sendo regularizada é uma vergonha para o Distrito Federal. Eu acho que não poderia nunca ter sido levantado isso aqui. (*Palmas.*)

E o senhor desculpa, Doutor Luciano, se eu entendi errado, mas pareceu até uma ameaça à Embrapa aqui: "Olha, se vocês não fizerem isso, eu vou fazer aquilo". Porque vocês estão irregulares. Eu espero ter entendido mal a sua fala, eu espero ter entendido atravessado isso. Mas o Distrito Federal já deveria ter regularizado a – e todas as Embrapas – porque é um orgulho para o Distrito Federal o que nós conseguimos produzir aqui.

E a última coisa que eu gostaria de falar para todos vocês é que, assistindo a essas apresentações da Secretaria Fundiária, e dizem é só 10%, é só 10%. Eu não consigo parar de lembrar de *O Mercador de Veneza*, essa famosa obra de Shakespeare. O que ele pedia? Ele pedia só uma libra de carne do coração. Era pouquinho que ele estava pedindo.

Então, nós não podemos entrar nessas tragicomédias aqui no Distrito Federal. Shakespeare deixou uma linda mensagem para a gente. Vamos lembrar que 10%, sim, pode matar. Uma libra de carne, sim, teve o poder de anular aquele contrato abusivo que ele tentou fazer.

Muito obrigada, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado. Agradeço a presença e a participação da Doutora Cristina Montenegro, representando o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Passo a palavra agora ao Doutor Peres, Chefe-Geral da Embrapa Cerrados.

O SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES PERES – Vou ser breve. Acho que quase tudo, tudo já foi falado. Eu só queria deixar aqui claro que o propósito da Embrapa foi de trazer as informações que justificam a importância estratégica daquela área para continuarmos fazendo pesquisa na Embrapa Cerrados. O Presidente Maurício pediu que eu colocasse de maneira clara que a Embrapa está aberta ao diálogo. Nós queremos conversar e buscar alternativas, para que a gente encontre soluções que contemplem a todos, sem radicalização. Mas pensar seriamente e decidir com conhecimento de causa em função das informações colocadas aqui.

Quero dizer à Drª Cristina que o Dr. Maurício nos deu plena liberdade para representá-lo aqui e trazer informações para que o diálogo fosse estabelecido, e com a capacidade, inclusive, de decisão, se fosse necessário, em nome dele.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado, Dr. Peres, Chefe-Geral da Embrapa Cerrados.

Vamos ouvir agora o Dr. Paulo Valério Silva Lima, Subsecretário de Regularização da Secretaria de Estado da Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano do GDF.

O SR. PAULO VALÉRIO SILVA LIMA – Eu gostaria de agradecer a oportunidade de trazer o ponto de vista da Secretaria de Habitação do Governo do Distrito Federal.

Quero aproveitar também a oportunidade para informar ao Ministério Público que os postos artesianos do Paranoá Park foram outorgados pela Adasa, conforme previsto na legislação federal e local. Então, se a legislação está incorreta ou se o processo que levou às outorgas é correto, os órgãos que fazem essa análise – que não sou eu – devem proceder-lhe.

Para além disso, quero lembrar – e aí fazendo uso das palavras do Senador Rodrigo Rollemberg, que preside esta audiência – que efetivamente não dá para distorcer o objeto da discussão. Não se está aqui colocando em dúvida a importância da Embrapa ou o mérito de todo arcabouço científico gerado e de que maneira isso impacta a agricultura brasileira. Não é esse o debate que está colocado. Estamos debatendo especificamente uma área em que há um instrumento pactuado com a sociedade.

Embora esteja aqui representada a sociedade, ela não está em sua totalidade. Há uma parte da sociedade que não está aqui dentro. Há os movimentos sociais de luta pela moradia que não estão aqui representados. O movimento de desenvolvimento urbano não está aqui representado. Diversos movimentos que lidam com a área do setor produtivo especificamente da construção civil não estão aqui representados.

Então, são nuances que precisam estar apontadas no debate para que ele se torne mais democrático, sob pena de fazermos um debate incompleto.

Do ponto de vista dos escândalos que envolveram o PDOT, que está em vigor, eu prefiro não julgar o mérito, porque eu acho que quem vai fazer isso é o Judiciário. Diversas matizes e tonalidades políticas foram envolvidas. Alguns, inclusive, estão querendo voltar ao Governo agora. E houve dinheiro encontrado em todo lugar, inclusive em jardins.

O dado concreto é que, em que pese o escândalo que abalou o Distrito Federal, o Ministério Público disse, naquele instrumento que foi colocado em dúvida, quais eram os que tinham problema. E levados ao Poder Legislativo do Distrito Federal, aqueles apontados pelo Ministério Público foram corrigidos.

E considerando-se que depois disso não houve mais manifestações em contrário, é o Plano Diretor de Ordenamento Territorial que está em vigor. E ele diz que há uma área de interesse social para oferta de habitação de interesse social no Distrito Federal, e o Governo do Distrito Federal entendeu por fazer uso dessa área para combater o déficit que torna Brasília uma das cidades mais desiguais do Brasil.

Para além disso, há que se considerar, finalmente, que…

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO VALÉRIO SILVA LIMA – … todos os nossos editais de chamamento foram submetidos ao Tribunal de Contas e foram considerados válidos e viáveis, razão pela qual as cem mil unidades ofertadas estão em início de obra em todo o território do Distrito Federal.

E o EIA/RIMA, que é o estudo de impacto ambiental de cada um dos empreendimentos, fez parte do escopo dos editais de chamamento que foram aprovados pelo Tribunal de Contas.

Então, eram as minhas considerações. Mais uma vez agradecendo pela oportunidade dos esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Agradeço ao Sr. Paulo Valério, com sua presença representando o Governo do Distrito Federal.

Lamento não ter focado efetivamente na questão da importância da área para pesquisa e quero apenas registrar que se há alguém aqui que representa a população do Distrito Federal é aquele que foi eleito pelo voto popular.

Passo a palavra ao Sr. Luciano Nobrega Queiroga, Diretor Extraordinário de Habitação e Regularização Fundiária da Terracap.

O SR. LUCIANO NOBREGA QUEIROGA – Srs. Senadores, eu até iria declinar da minha palavra, mas como é difícil e complicada a comunicação e o quanto temos que corrigi-la e medir cada palavra que utilizamos.

Surpreende-me extremamente que, ao final da fala, a gente abra, digamos assim, e se coloque totalmente disponível para ajudar e contribuir o máximo possível a instituição, no caso a Terracap, para resolver as questões fundiárias e registrárias, que são imensas – e a Embrapa está dentro disso – e isso possa ser interpretado como uma ameaça.

Pelo amor de Deus. Que ameaça, gente? Desculpe-me, Drª Cristina, mas o que fiz foi abrir meu coração e dizer: "Estamos aqui como um soldado, para ajudar." Não sei como isso pode ser entendido como uma ameaça.

Gostaria de dizer também, Senador, que estamos aí. O senhor pode até ver. A Diretoria Extraordinária de Habitação e Regularização Social é uma diretoria, digamos, de vida curtíssima. Começou a funcionar há alguns poucos meses com sete funcionários, mas passou a existir exatamente a partir do momento em que o Governo do Distrito Federal percebeu que a questão da regularização deveria receber um cuidado muito maior do que efetivamente a Terracap a ela vinha dedicando.

O senhor conhece, ao longo do tempo, o papel que foi dado à Terracap; ao longo desses anos todos de sua existência. A Diretoria de Habitação e Regularização Fundiária da Terracap veio exatamente para tentar suprir essas lacunas que permitem, que permitiram, por exemplo, que a Embrapa ficasse, como um ente tão importante, com suas áreas – chamamos tecnicamente – irregulares.

Mas a nossa intenção, na Diretoria de Habitação e Regularização Fundiária da Terracap, é realmente, agora, dar um impulso maior a essas questões. Isso significa também que estamos sob a égide das leis, ou seja, a Terracap tem duas leis que são extremamente fortes. A Lei nº 3.807, no seu art. 6, estabelece que é obrigação da Terracap ceder as suas áreas de interesse social, de habitação de interesse social ao Governo do Distrito Federal, e a Lei nº 4.020 repisa, no seu art. 16, esta questão. Ou seja, não há a possibilidade de não doar as áreas de habitação de interesse social. Aliás, a Terracap nem sequer tem a possibilidade de comercializá-las; elas são

obrigatoriamente destinadas à habitação de interesse social e devem ser colocadas, quando requeridas, a serviço dos projetos habitacionais.

Mas há o lado da regularização. E, aqui, o Dr. José Roberto Rodrigues, os amigos que estão aqui representando a nossa Embrapa… Estamos, desse minuto em diante, totalmente disponíveis para desenvolver esforço no sentido de que avancemos nessa questão da regularização das áreas da Embrapa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado, Dr. Luciano, representando aqui a Terracap.

Agora vamos ouvir o Dr. Sergio Gonçalves, Superintendente do Patrimônio da União.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES – Senador Rollemberg, em primeiro lugar, eu quero aqui me desculpar com a Drª Cristina por ter interrompido a fala dela, porque eu deveria ter aguardado o meu momento de falar. Então eu peço desculpas.

Os meus comentários são para reafirmar o processo do Governo Federal como patrimônio da União, dos interesses dos entes da União. A Embrapa é um ente da União também. Então, temos que cuidar disso tudo.

Temos um parceiro fundamental e importante que é o GDF; também, um parceiro de políticas públicas importantes e de avanços sociais importantes. Temos uma parceria de sociedade com a Terracap, pela importância histórica que isso tem para o desenvolvimento do Distrito Federal. Então, a nossa função é, aqui, chegar a um bom termo. E o bom termo significa que as partes possam se sentir confortáveis para que as políticas possam seguir.

Eu também queria, só para fechar, colocar algumas coisas que são mais técnicas e são importantes, até para a compreensão mesmo. Aí, eu vou reafirmar o que eu falei um pouquinho antes.

A União tem 49% da Terracap e, com isso, tem assentos no Conselho de Administração com um número determinado, proporcional aos seus 49%, e trata de assuntos específicos de que o Conselho de Administração trata – que não são todos. A Terracap tem a sua vida natural, os seus diretores colegiados, que tratam de vários assuntos que são inerentes à administração do dia a dia da Terracap.

Então, é só para reafirmar que aquela resolução existia antes. O processo – já vem de alguns anos o processo de regularização das seis áreas da Embrapa que ainda estão em nome da Terracap – já existe; não é de agora. Esse é um processo de 2008.

Às vezes, também, não é tão fácil – como gostaríamos – regularizar, porque nós também temos problemas cartoriais, problemas de registro, problemas de litígio. Antes fosse fácil registrar as terras no território do Distrito Federal.

Independentemente disso, há um procedimento, sim, do qual havia uma resolução da diretoria da Terracap, a qual a própria diretoria, dentro do seu âmbito de legalidade revogou – até a prova em contrário, porque, aí, é uma outra esfera – e fez uma resolução nova.

Mas nós – só para ficar claro –, o Patrimônio da União no DF, temos ofícios anteriores – e meu também –, reafirmando o interesse da Embrapa em regularizar as terras.

Então, Drª Cristina, dentro das possibilidades administrativas, as que são possíveis de serem feitas são feitas. E dentro de um processo natural de negociação, porque, também, a Terracap tem que seguir suas leis; tem suas preferências e suas obrigações de colocar. Então é só um esclarecimento um pouco mais técnico.

E agradeço mais uma vez ao Senador Rodrigo Rollemberg pela oportunidade de estarmos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado, Sergio, pela sua colaboração.

Eu fiquei com uma dúvida aqui que eu preciso esclarecer – eu peço desculpas – antes de passar a palavra para a Drª Helena.

Efetivamente havia uma decisão do Conselho Administrativo da Terracap, da Diretoria Colegiada da Terracap para proceder à regularização das áreas da Embrapa. E essa decisão foi modificada em que instância? Foi revogada em que instância, na mesma instância?

Eu só gostaria de aproveitar a presença do Dr. Luciano para perguntar o que motivou a modificação dessa decisão.

O SR. LUCIANO NOBREGA QUEIROGA – Senador, nós estamos aqui diante do fato mais forte, que é, digamos assim, o motivador dessa questão: a própria indefinição do debate em torno da questão, ou seja, o que se deve fazer ali. Essa decisão foi tomada em outro momento, em outra diretoria, e essa diretoria é que passou a vivenciar esse momento de descompasso entre o que fazer exatamente com essa questão.

No final das contas, digamos assim, há as duas leis que foram colocadas aqui e fazem com que nós tenhamos que cumprir o que está nessas duas leis.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Foi dito aqui que a Embrapa tem diversas áreas. Ainda que houvesse dúvidas em relação à utilização dessa área, em relação às outras não há esse tipo de questionamento. Para mim está ficando claro que a preocupação da promotora, Drª Cristina, está se confirmando,

na verdade, e é muito grave isso, Senador Ruben Figueiró; eu quero que se atende para a gravidade da informação que nós estamos tendo.

Ao que parece, a Terracap mudou a decisão de regularizar as áreas da Embrapa como uma retaliação à Embrapa por estar se recusando, resistindo a sair da área. Essa é uma informação de extrema gravidade. (*Palmas.*)

Com a palavra a Drª Helena Nader.

A SRª HELENA BONCIANI NADER – Bom, eu quero mais uma vez agradecer o seu convite, Senador Rodrigo Rollemberg, a quem a gente preza muito, batalhador da educação e da ciência, que são as duas áreas em que eu milito muito.

O que eu posso trazer como conclusão de novo é dizer que eu fico triste como cidadã de ver que o Distrito Federal, que tem o privilégio de, no seu campo, na sua área, ter uma instituição quarentona, ainda enxuta, que é orgulho do País, estar questionando essa instituição. Realmente, para a gente – eu sei que foi colocado que estão faltando outros atores aqui, sempre está, é quase difícil –, mas, em alguns momentos, talvez o que a gente tenha que chegar é a um plebiscito com esclarecimento para o povo brasileiro, não só para o povo do Distrito Federal.

Eu gostaria de deixar claro que o povo tem que estar esclarecido, de fato, do que está acontecendo ali, o que aquilo permitiu, porque tem que ser muito claro. A gente não pode chegar e esclarecer, porque se você chegar e oferecer: você quer a casa ou você quer a comida, é muito simples. Tem que dizer o que ali está acontecendo e porque o Brasil chegou nessa posição. Eu torno a dizer a todos: a gente só está podendo fazer distribuição de renda, a gente só está podendo ter um PAC da habitação, PAC da mobilidade porque tem uma economia pujante.

De novo: não é pela venda de automóveis, porque a gente até retira IPI deles, não vamos esquecer, mas é por ciência, tecnologia e inovação totalmente brasileiras, que é o que a Presidenta Dilma vive cobrando da ciência brasileira; ela tem um exemplo. Tem que chegar para ela claramente que, se isso se perpetuar, quem vai estar perdendo é a Nação brasileira. Eu acho que, além dos Ministros, a gente vai encaminhar novamente à Presidenta uma carta da sociedade científica, assinada por todos, assinada pela academia, sobre o que está em jogo, que são 40 anos de história, 30 anos de pesquisa. Não adianta mudar de lugar, porque não vai ser a mesma coisa. Então, é isso que eu queria colocar e dizer que sinto, sinto mesmo! É uma tristeza ver que – pode ser que eu esteja errada – o diálogo não parece que vai acontecer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Quero agradecer a presença de todos, a presença dos servidores da Embrapa, dos pesquisadores da Embrapa, e o faço na pessoa da lêda Nunes, agradecendo sua apresentação, sua contribuição ao debate. Agradeço a todos os nossos convidados.

Nós queremos dar consequência a esse debate no sentido de tirar uma manifestação do Senado para a Presidente da República, para o Ministro da Ciência e Tecnologia, da nossa preocupação com o avanço dessa medida. Faço esse apelo e tenho certeza de que será acolhido pela Presidente da SBPC, Drª Helena Nader, e pela Academia Brasileira de Ciências, na figura do Jacob Palis, para que também façam esforços no sentido de levar essa manifestação da comunidade científica, da comunidade política, do Senado Federal, ao Ministro da Ciência e Tecnologia, à Presidente Dilma, ao Ministro Aloizio Mercadante. Faremos todos os esforços para evitar essa medida, que trará um prejuízo irreparável à ciência e à tecnologia brasileira.

Repito: consideramos muito importantes os programas de habitação de interesse social. Entendemos que o Distrito Federal tem outras áreas, o Distrito Federal ainda tem essa condição, tem muita área pública no Distrito Federal, mas não podemos abrir mão de uma área que há mais de 30 anos se dedica à pesquisa científica, que tem uma série histórica, com uma contribuição enorme que já deu, que está sendo dada e que poderá ser dada ainda mais no futuro para toda a população brasileira.

Não havendo mais nada a tratar e agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 46 minutos.)

ATA DA 14ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 22 DE MAIO DE 2014.

Às oito horas e dezenove minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e quatorze, no Plenário 3 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador BENEDITO DE LIRA, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: EDUARDO SUPLICY, ANA AMÉLIA, WALDEMIR MOKA, CYRO MIRANDA, RUBEN FIGUEIRÓ, JAYME CAMPOS, RODRIGO ROLLEMBERG e FLEXA RIBEIRO. Deixam de comparecer, os Senadores Delcídio do Amaral, Gleisi Hoffmann, Zeze Perrella, Clésio Andrade, Casildo Maldaner, Sérgio Petecão, Kátia Abreu e Gim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Relator do Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 10, de 2014, que altera o Regimento Interno do Senado

Federal para estabelecer procedimento de avaliação de políticas públicas, Senador Ruben Figueiró, apresenta a Proposta de Plano de Trabalho para avaliação da Política Pública de Crédito Rural no Brasil desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, que colocada em votação é aprovada pela Comissão. Passa-se à deliberação dos seguintes itens da Pauta: ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 679, de 2011 - Terminativo - EMENTA: Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senador Ivo Cassol (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 679, de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo), com a Subemenda que apresenta. 1- Não foram oferecidas Emendas no prazo regimental perante a CMA. 2- A Matéria foi apreciada pelas Comissões: a) de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, com Parecer favorável nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). b) de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, com Parecer favorável na forma da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo). 3- Na 22ª Reunião da CRA realizada em 12/09/2013, colocada em discussão, após a leitura do relatório pela Senadora Ana Amélia, e não havendo Senadores inscritos para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão do PLS nº 679, de 2011, e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão. 4- Matéria em fase de votação. 5- O Projeto constou também da Pauta da 23ª, 25ª, 26ª, 29ª, 34ª e 40ª Reunião da CRA em 2013 e da 1ª, 3ª, 5ª, 7ª, 9ª, 10ª e 11ª Reunião em 2014. 6- Aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, de 2013 - Terminativo - EMENTA: Altera o art. 18 da Lei nº 5.889, de 08 de junho de 1973, para elevar o valor das multas cobradas pelo descumprimento das normas reguladoras do trabalho rural. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senador Cidinho Santos. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 323, de 2013, da Emenda nº 2 (apresentada pela Senadora Ana Amélia) e pela rejeição da Emenda nº 1-CAS. 1- Não foram apresentadas emendas perante a CAS no prazo regimental. 2- A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. 3- Em 13/03/2014, a Senadora Ana Amélia apresentou a Emenda nº 2 ao Projeto. 4- O Projeto constou da pauta da 11ª Reunião da CRA. 5- A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa. Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 3: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 20, de 2014 - Requer, nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e artigo 102-A, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta, no âmbito das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para debater sobre o tema "Florestas Plantadas" e a união das entidades que representam o setor, constituindo a Indústria Brasileira de Árvores – IBÁ. Para tanto, solicita que sejam convidadas as seguintes autoridades: Presidente do Conselho Consultivo da IBÁ – Sr. Carlos A. Lira Aguiar; e a Presidente Executiva da IBÁ – Elizabeth de Carvalhaes. **Autoria:** Senador Waldemir Moka. No encaminhamento, os Senadores Waldemir Moka e Ruben Figueiró usam da palavra. Resultado: Aprovado o Requerimento. EXTRAPAUTA: ITEM 4: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 21, de 2014 - Requer, nos termos regimentais, audiência pública desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença do Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Neri Geller, para tratar do Plano Safra 2014/2015. **Autoria:** Senador Benedito de Lira e outros senadores. Resultado: Aprovado o Requerimento. O Senhor Presidente, Senador Benedito de Lira, comunica que a pauta da presente reunião, inicialmente destinada à realização da audiência pública para tratar da regulamentação do Medicamento Genérico de Uso Veterinário, foi cancelada em razão da impossibilidade de comparecimento do Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller, e lamenta pela Lei nº 12.689, de 19 de julho de 2012, que estabelece o medicamento genérico de uso veterinário, ainda não ter sido executada e pelo silêncio do Ministério. A Senadora Ana Amélia e os Senadores Waldemir Moka e Ruben Figueiró manifestam acerca do assunto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e onze minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira,** Presidente da CRA

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa, Ordinária, da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

Com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias da pauta.

Os itens 1 e 2, como são matérias terminativas, eu os retiro de pauta.
(São os seguintes os itens retirados da pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 679, DE 2011
- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural.
Autoria: Senadora Ana Rita
Relatoria: Senador Ivo Cassol
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 679, de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo), com a Subemenda que apresenta.
Observações:
1- Não foram apresentadas emendas perante a CMA no prazo regimental.
2- A Matéria foi apreciada pelas Comissões: a) de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, com Parecer favorável nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). b) de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, com Parecer favorável na forma da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo).
3- Na 22ª Reunião da CRA realizada no dia 12/09/2013, colocada em discussão, após a leitura do relatório pela Senadora Ana Amélia, e não havendo Senadores inscritos para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão do PLS nº 679, de 2011, e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão.
4- Matéria em fase de votação.
5- O Projeto constou também da pauta da 23ª, 25ª, 26ª, 29ª, 34ª e 40ª Reunião da CRA em 2013 e da 1ª, 3ª, 5ª, 7ª, 9ª, 10ª e 11ª Reunião em 2014.
6- Aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, DE 2013
- Terminativo -

Altera o art. 18 da Lei nº 5.889, de 08 de junho de 1973, para elevar o valor das multas cobradas pelo descumprimento das normas reguladoras do trabalho rural.
Autoria: Senadora Ana Rita
Relatoria: Senador Cidinho Santos
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 323, de 2013, e da Emenda nº 2, apresentada pela Senadora Ana Amélia, e pela rejeição da Emenda nº 1-CAS.
Observações:
1- Não foram apresentadas emendas perante a CAS no prazo regimental.
2- A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS.
3- Em 13/03/2014, a Senadora Ana Amélia apresentou a Emenda nº 2 ao Projeto.
4- O Projeto constou da pauta da 11ª Reunião da CRA.
5- A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Comunico à Comissão o recebimento da proposta de Plano de Trabalho sobre o Requerimento nº 10, de 2014, que passo a ler.

REQUERIMENTO Nº 10, de 2014

Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), consoante a Resolução nº 44, de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), no exercício de 2014, seja o planejamento, a execução e o controle do crédito rural no País.
Autor: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (SF)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Conforme anunciou V. Exª, passarei a apresentar o meu relatório sobre a proposta de Plano de Trabalho de Planejamento, Execução e o Controle do Crédito Rural no Brasil.

A avaliação de políticas públicas visa a mensurar os impactos da gestão do Estado na comunidade que beneficia, sejam os esperados pelos idealizadores da ação, sejam aqueles imprevistos, indesejados. Nesse contexto, estabelecem-se as condições necessárias para o aprimoramento da Administração Pública, por meio da reprodução de práticas bem-sucedidas e da revisão de medidas com alto custo-benefício.

De acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), avaliar políticas públicas é mensurar se sua implementação é eficiente, eficaz, efetiva e sustentável no longo prazo. As informações obtidas nesse processo demonstram-se, portanto, fundamentais para a tomada de decisões do Poder Público, haja vista os interesses da sociedade que beneficia.

Tradicionalmente, as estratégias de avaliação são implementadas ao final da execução das políticas públicas. A Resolução do Senado Federal n° 44, de 2013, contudo, tem por objetivo promover, também, a avaliação antes do início do ciclo de execução dessas políticas. Por meio da avaliação de impacto legislativo, pretende-se dotar o Congresso Nacional de insumos importantes para a discussão de proposições, tanto as que estabelecem novas políticas públicas, quanto às que visam aprimorar programas existentes.

A avaliação legislativa tem alto potencial de minimizar efeitos indesejados de políticas públicas, aumentando benefícios junto a seu público-alvo. Ao adequar os dispositivos normativos às necessidades sociais, ressalta a eficácia das leis. Os recentes trabalhos de avaliação legislativa realizados pelo Congressional Research Service norte-americano e pela British Law Comission inglesa representam exemplos dessa tendência contemporânea.

No Senado Federal, com base na Resolução n° 44, de 2013, as Comissões Permanentes elegeram, em abril de 2014, temas de sua competência para serem avaliados. No âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), serão analisadas as políticas públicas de Recursos Hídricos para o Semiárido Nordestino e as de Planejamento, Execução e Controle do Crédito Rural no Brasil. No que diz respeito ao Crédito Rural, objeto deste Plano de Trabalho, espera-se que sua avaliação contribua para aprimorar a concessão de crédito a agricultores, de modo a ampliar a produtividade no campo, um dos principais vetores do crescimento do Produto Interno Bruto do País nas últimas décadas.

Atividades propostas.

A fim de estruturar a avaliação das políticas públicas relacionadas ao Planejamento, à Execução e ao Controle do Crédito Rural no Brasil, sugere-se que a CRA realize as seguintes atividades: requisição de informações ao Poder Executivo (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Integração Nacional; Ministério da Pesca e Aquicultura); requisição de informações à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); requisição de informações a instituições bancárias e financeiras – Banco do Brasil, Banco Central do Brasil, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social e bancos privados; requisição de informações ao Tribunal de Contas da União; identificação de atores sociais relacionados ao tema; análise da legislação correlata; realização de audiências públicas; realização de seminários; ações pelo E-Cidadania, ou seja, opiniões espontâneas e pesquisa de opinião por meio do Data Senado.

As atividades ora mencionadas deverão enfatizar os seguintes subtemas, dentre outros: financiamento do crédito para a agropecuária e agroindústria; revisão do sistema de financiamento do setor sucroalcooleiro; financiamento aos Municípios para possibilitar a substituição de pontes de madeira por pontes de concreto; reavaliação do Programa para Construção e Ampliação de Armazéns nas propriedades rurais em que foi implantado.

Sugere-se que os primeiros meses de trabalho sejam dedicados à realização de audiências públicas com os representantes do Estado e da sociedade que apresentam relação com a política agrícola no Brasil. Desta feita, espera-se que órgãos governamentais, instituições do sistema financeiro e agricultores das diversas regiões do País apresentem suas contribuições a respeito do assunto, seja no que diz respeito aos problemas e aos desafios constatados nos últimos anos seja no que tange a possíveis soluções para esses desafios.

Após os primeiros meses dos trabalhos, a CRA deverá organizar seminário para que se apresente relatório preliminar sobre a avaliação do Planejamento, da Execução e do Controle do Crédito Rural no Brasil. Prevê-se que o referido relatório seja analisado inicialmente em outubro de 2014, logo após as eleições gerais no País. O relatório final deverá ser apreciado e votado pela Comissão em dezembro de 2014.

Cronograma.

Temos, em maio de 2014, a reunião preliminar em que será apresentado este Plano de Trabalho. A partir de então, caso seja aprovado, propomos a seguinte programação para as próximas reuniões.

Seguem-se, Sr. Presidente, as diversas atividades, como audiências públicas com os temas: "O Poder Executivo e o financiamento da agricultura: soluções para o endividamento rural no Brasil"; "A importância do Sistema Financeiro para o crédito agrícola no Brasil: desafios e perspectivas"; "Reflexões sobre o financiamento da infraestrutura agrícola no Centro-Oeste"; "Aumento produtivo e soluções para o endividamento rural na Região Nordeste"; "Problemas e alternativas para a Política de Crédito Rural na Amazônia brasileira"; "Renegociação de dívidas rurais, incentivos econômicos e custo fiscal da política de crédito agrícola no Sudeste brasileiro"; "Evolução do modelo de financiamento rural na Região Sul"; "Balanço dos desafios e das perspectivas para a Política de Crédito Rural no Brasil".

Quero dizer a V. Exª, Sr. Presidente, e aos demais Senadores que a realização destas audiências seria de maio até outubro do corrente ano.

Sr. Presidente, atendendo a determinação de V. Exª, apresento esse plano e espero merecer a concordância de V. Exª e dos demais pares.

É o meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Em discussão.

Com a palavra o Senador Moka. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Plano de Trabalho, Requerimento nº 10.

Requerimento de autoria do Senador Waldemir Moka.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 20, DE 2014

Requeremos nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e artigo 102-A, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta, no âmbito das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para debater sobre o tema "Florestas Plantadas" e a união das entidades que representam o setor, constituindo a Indústria Brasileira de Árvores – IBÁ.

Para tanto, solicito seja convidado às autoridades relacionadas abaixo:

-Presidente do Conselho Consultivo da IBÁ – Sr. Carlos A. Lira Aguiar e,

-Presidente Executiva da IBÁ – Elizabeth de Carvalhaes.

Autoria: Senador Waldemir Moka

Senador Waldemir Moka com a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu recebi no meu gabinete a visita de uma comissão que representa esse setor de florestas. Eles constituíram essa entidade que tem como sigla IBA, na verdade, é a indústria brasileira que representa essa questão das florestas. Houve uma fusão de três entidades com a formação da IBA. E eu achei que seria oportuno se esta Comissão de Agricultura, junto com a Comissão de Meio Ambiente... Para tanto, contatei o Senador Jorge Viana, que também está entrando com um requerimento para que a gente possa fazer essa audiência em conjunto.

Na verdade, seria uma audiência que pretende dar conhecimento da fusão e, ao mesmo tempo, falar das políticas de florestas, de reflorestamento e tudo o que advém daí: setor moveleiro, papel e celulose e daí por diante. Penso que essa audiência pública também vai acabar mostrando que, quando nós fizemos o Código Florestal, o texto permitiu que as áreas degradadas já antropizadas fossem recuperadas mediante essa política de reflorestamento.

Então, eu acho que é muito oportuno, no momento em que o próprio Governo regulamenta o CAR, que a gente possa discutir e implementar essas políticas públicas e mostrar que foi acertada essa decisão. Tenho por mim, Sr. Presidente, que isso aqui pode recuperar milhares e milhares de terras degradadas.

É com esse objetivo, com essa finalidade que proponho um requerimento que, na verdade, pretende uma audiência pública não só da Comissão de Agricultura, mas também do meio ambiente. Na verdade, eu penso até que essa audiência pública pode ser tanto aqui na Comissão de Agricultura como também na de Meio Ambiente. Mas as duas juntas seria mais oportuno. E convidei exatamente as pessoas que representam essa entidade que é a fusão das três já existentes.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Continua em discussão.

Com a palavra o Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, com essa minha manifestação quero prestar solidariedade com o requerimento proposto pelo Senador Waldemir Moka, sobretudo para ressaltar que, no nosso Estado, Mato Grosso do Sul, nós estamos recuperando vastas áreas de terras ou que estão erodidas ou que estão degradadas justamente através dessas chamadas florestas plantadas. Eu quero crer que, na região do bolsão do meu Estado, com o plantio de eucalipto, inicialmente tenhamos ao redor de um milhão de hectares, o que tem proporcionado um desenvolvimento econômico e social para aquela região de forma extraordinária, com o levantamento dos índices de renda e salário da população, sobretudo nas cidades que têm como polo central Três lagoas.

Hoje também, em outra região do Estado, no leste do Estado, principalmente no Município de Cassilândia, está se iniciando um processo de florestas plantadas através da seringa, que hoje já planeja atingir uma área correspondente a mais ou menos 300 mil hectares. Portanto, a proposta do eminente Senador Waldemir Moka vem ao encontro de um problema que realmente, se resolvido, vai recuperar vastas áreas do território nacional. Louvo, portanto, a proposta do eminente Senador Waldemir Moka e quero acrescentar a V. Exª que isso faz parte, inclusive, do programa recentemente aprovado nesta Comissão, sobre o planejamento e execução de controle até do crédito rural, porque, para realizar esses investimentos, sem dúvida nenhuma, há necessidade da implementação do crédito rural.

Meus cumprimentos ao Senador Moka Petrobras pela feliz iniciativa que teve.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Continua em discussão.

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra, o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu tomei o compromisso com o Presidente da Abrapa, Gilson Pinesso, que pediu – ele enviou agradecimento – que eu pessoalmente agradecesse a V. Exª aquela audiência pública em que discutimos o contencioso do algodão. Houve uma repercussão muito grande, o Governo brasileiro chamou a entidade e, nesse momento, estão sendo tomadas todas as medidas, aquelas medidas, inclusive, sugeridas durante a audiência pública. Então, veja como foi importante, Senador Figueró, que fizéssemos uma audiência pública, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores, e, em determinado momento, estiveram presentes 12 Senadores naquela audiência pública, além de vários produtores de algodão.

A Abrapa representa produtores do Brasil todo. Havia representações de vários Estados, inclusive do nosso Estado de Mato Grosso do Sul. Então, tomei esse compromisso, e quero cumprimentá-lo, como Presidente da Comissão, por ter, junto com o Senador Ricardo Ferraço, que preside a Comissão de Relações Exteriores, organizado aquela audiência pública no momento em que era importante que o Senado tomasse realmente conhecimento e que se posicionasse em relação a essa questão do contencioso do algodão.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Muito obrigado ao Senador Waldemir Moka.

Eu queria fazer uma comunicação à Comissão. Trata-se da realização do 3º Seminário do ciclo de debates e palestras no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Senado Federal, que tem por finalidade debater e avaliar as metas e resultados do Programa de Regularização Fundiária na Amazônia Legal e das políticas de crédito rural, a realizar-se amanhã, dia 23 de maio de 2014, às 14h, por ocasião da 3ª Feira de Inovação e Tecnologia na cidade de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.

Hoje, estava definida a realização de uma audiência pública para tratarmos dos genéricos. O Ministro, em função de sua pauta, nos encaminhou um diretor. Eu, então, disse que não aceitava, até porque já tivemos conversas com diretores da área, e solução zero. Então, convidamos o Ministro, que, por conta da sua dificuldade de agenda, não pôde comparecer.

Às vezes, as pessoas têm razão em dizer: lei, no Brasil, tem demais. Agora, a sua praticidade, a sua execução é que deixa muito a desejar.

O Congresso Nacional, depois de 10 anos de tramitação dessa matéria, aprovou-a e ela foi sancionada pela Presidenta Dilma.

Essa lei se encontra nas gavetas do Ministério da Agricultura, com o que eu me surpreendo. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Reforma Agrária cuida do setor primário do País, do setor agropecuário.

Existe um instrumento legal que lhe proporciona oportunidade de diminuir os custos para aqueles que criam, para aqueles que produzem, para aqueles que geram emprego e que dão o equilíbrio na balança comercial brasileira.

Infelizmente, o Ministério da Agricultura, a bem da verdade, não moveu uma palha até hoje, e nós precisamos saber na Comissão, porque esse projeto nasceu de um debate na Comissão de Agricultura, quando nós éramos Deputados, eu e V. Exª, Senador Moka. Esse projeto tramitou nas duas Casas por um longo período: audiências, públicas, encontros, reuniões, convocação das autoridades sanitárias, quer sejam do Ministério da Agricultura, quer sejam de outros órgãos que têm corresponsabilidade. Lamentavelmente, não tivemos, ainda, qualquer ação promovida pelo Ministério para tratar do assunto.

"Não pode." Por que não pode? "Não devem existir genéricos para produtos veterinários." Por que não devem? Ou devem por isso ou por aquilo, mas silenciar diante de um projeto dessa importância para o setor produtivo pecuário do Brasil é qualquer coisa inadmissível.

Nós vamos renovar o convite - eu gostaria de ouvir a opinião dos Srs. Senadores - ao Sr. Ministro e, na hipótese de o Ministro também não poder vir, então, nós faremos a convocação, porque não tem outro caminho. Não tem outro caminho, porque isso não é um assunto para brincar, nem tampouco uma lei para dizer que existe uma lei. E cadê o produto na prateleira das empresas que comercializam produtos veterinários?

Então, é uma coisa primária. Isso já vem, esse é o terceiro Ministro com que nós conversamos a respeito. É o terceiro. Então, eu queria fazer esta comunicação à Comissão, porque os senhores precisam saber por que não houve a audiência pública.

Logo mais, às 10:30, eu estou com encontro marcado, com audiência marcada com o Secretário Nacional de Defesa Animal e vou tratar desse assunto também com ele, porque já estive com ele, o atual secretário, estive com o secretário anterior, estive com o secretário anterior ao anterior, e estão tratando com muita, dando pouca importância, melhor dizendo, a um fato da maior importância, ao que significa isso.

Quando vamos para a ponta do lápis, sabemos o quanto isso ajudaria os nossos criadores, as pessoas que têm a responsabilidade de cuidar da produção animal no País. Infelizmente, tem determinadas ações que o Governo proporciona, mas, na sua maioria, é a força, a vontade, a determinação do criador e do produtor do País, para que esse setor possa sobreviver com muita capacidade, possa sobreviver com responsabilidade e, acima de tudo, parceiro das ações governamentais, e recebe tratamento dessa espécie.

Temos dito, sempre, que o Ministério da Agricultura, que deveria ser, na Esplanada dos Ministérios, o Ministério mais importante deste País, infelizmente, carece de ações mais efetivas para que as coisas possam acontecer dentro do seu tempo e do seu limite.

Por isso, eu queria pedir desculpas a V. Exªs por não estar realizando a audiência pública, mas não foi motivado por nada da Comissão, muito pelo contrário, a motivação foi a falta de tempo ou de agenda, segundo informações, do Ministro da Agricultura e do Secretário Nacional de defesa animal.

Eram essas as explicações que eu desejava fornecer e concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, porque a vi mexendo ali no microfone.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – O senhor está adivinhando... (*Risos*)

O senhor falou que o Ministério não mexeu uma palha. Acho que precisa muito mais do que palha nesta hora. É preciso meter fogo na palha para mexer...

Eu queria apenas fazer um registro Senador.

Todas as suas ponderações são absolutamente adequadas. A burocracia, a demora na eficiência, tira também do setor que sustenta a economia brasileira, pois 60% de toda a balança comercial vem do campo, o que foi visto na posse do Presidente da Aprosoja, na posse do Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária na Câmara, nas palavras das lideranças do setor. O próprio Governo sabe disso, porque não fosse assim, no lançamento do Plano Safra, a Presidente Dilma não teria de novo tecido grandes referências ao setor agropecuário. Então, ignorar a relevância desse setor para o País, para a geração de emprego e renda, para o desenvolvimento de áreas remotas do nosso, como o senhor se refere bem no seu Estado...

Mas eu entendo que o Ministro Neri Geller tem dado e tem se esforçado pessoalmente, pelo menos eu dou o testemunho pessoal, no sentido de atender todas as demandas, primeiro, porque é um produtor e, segundo, porque foi um Deputado, é um Deputado Federal, até encerrar o mandato. Imagino que ele não será candidato, porque senão teria que ter saído. Ele é um Deputado. Então, ele convive nas duas pontas: na pressão de quem é da área e na habilidade política de construir.

Às vezes, no debate técnico, como é esse dos genéricos, o Secretário de Defesa Agropecuária, animal e vegetal, para mim, me parece a pessoa mais autorizada, porque é um técnico. Ele seria suficiente. O Ministro, que tem, eu reconheço, uma agenda grande, teria que cuidar das políticas gerais do Ministério e dar o reforço político. O que eu penso é que o Ministro deveria estar aqui na Comissão para destrinchar o Plano Safra, por exemplo, porque envolve políticas gerais. Nesse caso, acho que a Comissão poderia convidá-lo para falar quais são as metas para a safra no curto prazo, Safra 2014/2015, e num prazo médio 2014/2020. O Ministro daria e abordaria genericamente todos esses entraves que nós temos.

Não sou advogada, não sou Procuradora do Ministro, mas apenas preciso, por uma questão de justiça, dar um depoimento. Ele tem sido sempre muito solícito, o Ministro Neri Gueller, e acho que talvez uma questão de comunicação com ele para fazer uma defesa.

Sinceramente, eu sou crítica. Tivemos o caso de um Ministro, e nem vou citar o nome, aliás, eu vou citar, o Ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, e o Senador Moka está de prova, que foi convidado pela Comissão de Educação, várias vezes, para falar sobre um tema relevante, o problema do Arquivo Nacional, onde está a história, a memória do País. Marcou, desmarcou, marcou, desmarcou, marcou desmarcou... Nesse caso, já não dá certo. Então, convocamos o Ministro e ele teve que vir. Sempre é um convite da Comissão. Ele teve que vir e veio. A mesma coisa foi com o Ministro do Esporte. Entendemos. O Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, também é um Deputado, sempre solícito, só que é aquela história da agenda, etc., e não dão o valor devido. Reclamamos, falamos, pedimos e o Ministro teve sensibilidade. Ele foi avisado, compareceu e falou durante duas horas para a Comissão.

Para o Ministro Neri Geller, da mesma forma, eu acho que a Comissão poderia ouvi-lo nessas políticas.

E aproveito, caro Presidente, porque interessa, para informar que recebi da Federação da Agricultura do Estado do Paraná um tema que interessa também, e muito, ao Rio Grande do Sul, que, como o Paraná, também é um produtor de trigo.

Os produtores estão apreensivos com uma possível nova redução para zero da tarifa externa comum do trigo importado de países não membros do Mercosul durante a próxima reunião do Conselho de Ministros na Câmara de Comércio Exterior (Camex), prevista para hoje, 22 de maio.

A produção nacional de trigo na safra 2013/2014 deve totalizar 6,9 milhões de toneladas, de acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), um aumento de 24,5% em relação à safra passada, reduzindo a necessidade de importação de trigo pelo Brasil [o Brasil é o maior importador de trigo do mundo – veja só, com toda essa área agricultável].

Entre janeiro e abril de 2014, o Brasil importou 2 milhões de tonelada. À safra brasileira a ser colhida de 6,9 milhões [quase 7 milhões] de toneladas soma-se mais 1 milhão de toneladas da safra anterior em estoque, que será adicionada ainda à entrada do trigo importado da Argentina, Uruguai e Paraguai, que terão disponibilidade de 8,4 milhões de toneladas para exportação [os três países juntos]. Significa que este ano não haverá problemas de oferta de trigo para suprir a demanda interna de 11,1 milhões de toneladas.

Dessa forma, não há necessidade de zerar a TEC, pois tal medida pressionaria os preços internos com a entrada de trigo do Canadá e dos EUA bem no momento da comercialização do trigo nacional, que daqui a 90 dias inicia as primeiras colheitas em nosso Brasil [não só no Paraná, mas também no Rio Grande do Sul].

Então, esse apelo eu o faço em nome dos produtores de trigo do Rio Grande do Sul e do Paraná, porque se se fizer isto, a redução dessa tarifa, pressionará para baixo os preços do trigo nacional logo na hora em que ele é estimulado, ele fez a sua parte, aumentou em 24% a produção acreditando que ele teria um estímulo de parte do Governo para que um dia chegar à autossuficiência. Nós temos condições, temos tecnologia para isso. A Embrapa Trigo e Soja lá em Passo Fundo faz um trabalho extraordinário para plantar trigo em áreas de Cerrado, porque hoje o trigo é plantado em áreas de clima temperado. Então, isso é um avanço tecnológico enorme e ter autossuficiência nessa área estratégica de trigo, que é o pão nosso de cada dia, massas e biscoitos... Quer dizer, talvez seja a matéria-prima mais relevante e das que mais impacta no custo da cesta básica brasileira hoje em todos os países.

Então, eu faço este apelo: que as autoridades reunidas hoje tenham cuidado em relação a isso.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Muito obrigado a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Ainda com relação à não vinda do Ministro, eu quero, a exemplo do que fez a Senadora Ana Amélia, talvez eu seja até suspeito, mas eu convivi com Neri, acho que V. Exª também, na Comissão de Agricultura... Ele, sem dúvida alguma, tem um compromisso muito grande com o setor. Eu não tenho a menor dúvida disso. Talvez o tempo que ele esteja à frente não tenha sido suficiente para tratar dessa questão.

Mas eu temo, Sr. Presidente, que essa questão seja maior do que isso. Eu enfrentei também, junto com o Deputado Federal, hoje Presidente da Frente, Luis Carlos Heinze, quando se toca em genérico, tanto para produtos médico-veterinários como agroquímicos, um *lobby* dessas multinacionais, um *lobby* poderoso. Nós temos realmente que conversar com o Ministro. Não sei se o Ministro... Tenho certeza de que um segundo convite de V. Exª e com o apelo da Comissão, dos Senadores, não saindo em defesa, mas praticamente justificando e mostrando o grau de compromisso, tenho certeza de que ele virá. Assim como a Senadora, também acho que

juntamente com o Ministro tem que vir o Secretário Nacional de Defesa Agropecuária e talvez até especificamente aquele que trata, pois, dentro dessa secretaria há dois departamentos: o de produção e defesa animal e o de produção e defesa vegetal – da vigilância animal e vegetal, pelo menos, era assim, normalmente chefiados por médico veterinário. Esse pessoal conhece isso daí. Então, é importante que a gente discuta. Só que há uma diferente no caso específico meu e do Heinze: a gente não conseguia votar. É diferente! O projeto de V. Exª foi discutido e aprovado nas duas Casas.

Hoje, é lei e, por falta de uma regulamentação, não há como fazer com que a lei seja exequível, porque não há a normatização. Quero que V. Exª me corrija se eu estiver equivocado na minha avaliação.

Então, a vinda do Ministro aqui é no sentido de entender por que, depois de dois anos, até hoje, não se normatizou. Talvez até haja alguma dificuldade.

Mas, na verdade, o assunto é importante. É verdade também que o custo desses medicamentos médico-veterinários, se pudessem ser feitos por indústrias brasileiras e pelo chamado genérico, ia abaixar muito.

É claro que estou fazendo uma especulação, mas me parece que a dificuldade deve ser mais ou menos por aí, que nós enfrentamos e, depois, acabamos vencendo. Hoje, já existe essa questão. Aí, ela vai passar pela Anvisa e por outros órgãos, que vamos ter de, em conjunto, fazer força para normatizar.

Encerro aqui e tenho certeza de que, no segundo convite que V. Exª fará, pelo que eu conheço e pelo compromisso que ele tem, o Ministro da Agricultura virá a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Na verdade, conheço muito bem o Ministro Neri Geller. Sei perfeitamente que ele não tem essa disposição. Paralelamente, também foram convidados o Presidente da Anvisa, mandando a informação de que este órgão não tem competência para tratar do assunto, considerando que ela cuida de medicamento para humanos e não para animais. Então, ele justificou a impossibilidade da sua presença.

Foi muito bem dito aqui – por falta de agenda do Ministro. Nada contra, muito pelo contrário...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Só uma informação: o registro de nova formulação de produtos médico-veterinários não passaria pela Anvisa?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Esta foi a informação que ele mandou para a Comissão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – De qualquer forma, vou-me ater por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Então, nós vamos renovar o convite ao Ministro e ao Secretário Nacional de Defesa Animal, para que possamos realmente saber deles qual é a dificuldade para a regulamentação, conforme disse V. Exª, da lei.

Sei perfeitamente que o *lobby* é muito forte, porque vi isso acontecendo na tramitação do projeto. Ele saiu da Câmara, veio para o Senado – à época, pedi até ao Presidente da Comissão, se fosse possível, designar o Senador do setor...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Foi o Senador Jonas.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Foi o Senador Jonas Pinheiro. Ninguém melhor do que nós, para saber que o Senador Jonas Pinheiro, na verdade, era a pessoa que representava com muita dignidade, com muita responsabilidade,...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Inclusive médico veterinário.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Pois é. O Senador Jonas Pinheiro ficou assustado com o que viu.

O fato é que, infelizmente, o Senado Jonas morreu, e projeto não foi apreciado sob a sua relatoria. Houve uma mudança de relator, após a sua morte, e ele realmente ficou aqui por três anos, para receber o parecer da Comissão de Agricultura.

Então, entendo que, quanto a esta matéria, a insistência de ver acontecer ou não é por conta da importância que ela tem, na minha observação e da Comissão, conforme manifestação de V. Exªs, para o setor pecuário brasileiro.

É por isso que estamos insistindo nessa tese.

Concedo a palavra ao Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Presidente, eu me louvo nas palavras da Senadora Ana Amélia e do Senador Waldemir Moka para que nós insistamos no convite para que o Sr. Ministro da Agricultura esteja aqui presente. Pelos títulos que ele tem, pela sua formação nitidamente ruralista, ele naturalmente haverá de conceder um tempo necessário para vir aqui prestar as informações que esta Comissão deseja.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de lembrar aqui uma expressão do então Presidente Eurico Gaspar Dutra, lá pelo início da década de 50. Ele dizia que não se governa o Brasil das janelas envidraçadas da esplanada do

castelo àquela época. Eu utilizo essa expressão para dizer a V. Exªs que aqui está acontecendo o mesmo: não se governa o Brasil dos prédios envidraçados da Esplanada dos Ministérios.

Essa questão poderia ser perfeitamente resolvida já há algum tempo se nós nos lembrássemos de que existe um dispositivo constitucional na nossa Carta Magna de 1988 que prevê para esses casos o chamado mandado de injunção, ou seja, se a autoridade competente não cumpre suas obrigações, pode-se propor no Supremo Tribunal Federal um mandado, obrigando-o a cumprir o seu dever; no caso específico, que o Ministério da Agricultura regulamente o projeto tão bem lembrado por V. Exª.

É apenas a manifestação que eu lembro aqui e V. Exª, em nome da Comissão, inclusive, poderá tomar essa providência se, dentro do prazo estabelecido, nós não merecermos a consideração do Ministério da Agricultura, atendendo ao convite de V. Exª. É apenas essa explicação para que se possa amanhã ter outras luzes para exigir do Governo o cumprimento da sua obrigação constitucional.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – É só para fazer um registro, Sr. Presidente.

O Governador Simão Jatene esta indo esta semana a Paris para receber o certificado que dá ao Estado do Pará seu rebanho livre de febre aftosa por vacinação. São vários hoje os Estados, me parece, que irão receber e também participar dos 90 anos do Brasil como membro fundador da Organização Mundial de Saúde Animal.

Era o registro que eu queria fazer acerca da importância disso para o Estado do Pará, que tem o quarto ou quinto rebanho bovino do País. E é importante essa certificação, porque vai abrir novos mercados para o nosso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Muito obrigado ao Senador Flexa Ribeiro.

Também assim o meu Estado, Alagoas. Na última conversa que eu tive com o Governador, ele me informava que também está se deslocando até Paris para participar dessa reunião e receber a certificação e abertura das barreiras de aftosa com vacinação.

Foi muito importante isso para o Nordeste, Norte, para que nós possamos ter um Brasil único, porque nós temos um Brasil livre de aftosa e outro Brasil com aftosa. Então, havia uma dificuldade para os nordestinos e parte da Região Norte.

Cumprimento V. Exª. Isso realmente vai fazer com que nós estejamos vivendo um Brasil único no setor pecuário brasileiro.

Para esclarecimento até do Senador Moka, quero trazer ao conhecimento de V. Exªs o expediente que nós recebemos da Anvisa. Passo a ler para que os senhores possam tomar conhecimento.

Assunto: Resposta ao Requerimento nº 8, de 2014.

Em atenção ao Requerimento nº 8, de 2014, da CRA, no qual requer, nos termos regimentais, audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para tratar da regulamentação de medicamento genérico de uso veterinário, informo que o Diretor-Presidente da Anvisa encontra-se em missão oficial, no exterior, participando da Assembleia Mundial da Saúde.

Esclareço que o assunto em pauta não está compreendido nas competências dessa agência, sendo atribuição do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) o registro de medicamento genérico para uso veterinário, conforme o previsto no art. 2º da Lei nº 12.689, de 2012.

Para fins de registro de medicamento genérico de uso veterinário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o interessado deverá comprovar cumulativamente.

Diante do exposto, solicito dispensa dessa agência na referida audiência pública, desde já colocando-me à disposição.

Jaime César de Moura Oliveira, Diretor-Presidente Substituto.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, isso merece um comentário. O nosso requerimento tratava da regulamentação. Realmente, quem regulamenta produtos médicos veterinários é o Ministério da Agricultura. Mas esses produtos, para serem regulamentados, precisam de um registro na Anvisa. Aí estamos falando de novas formulações, porque esses genéricos a que V. Exª se refere terão, evidentemente, uma formulação... Pelo menos no meu entendimento, o genérico tem a mesma fórmula. E para ser genérico deve ter exatamente a mesma fórmula.

O requerimento fala de regulamentação. Agora, de qualquer forma, para ser autorizado, para que o Ministério da Agricultura autorize esses medicamentos, eles vão ter que existir. E quem vai fazer o registro? Eu entendo que não tem outra entidade que registre produtos, porque agroquímicos é lá! Por que médico veterinário não seria?

Então, eu não vejo... Defensivo agrícola, por exemplo, é na Anvisa. Não se trata de medicamento humano. Seria quase um medicamento... um defensivo para vegetais. Então, salvo melhor juízo, ele está dizendo o seguinte: a regulamentação...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – É isso aí, Senador Moka. Talvez a formulação é que tenha se equivocado e feito aquilo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – ...é do Ministério da Agricultura, mas o Ministério da Agricultura, para regulamentar, precisa que o produto esteja devidamente registrado. Mas eu posso também estar equivocado. Eu acho que o melhor aqui...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu não vou polemizar essa questão porque está me faltando segurança nesse momento para fazer tal afirmação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Aqui, Presidente. Pela ordem.

No próprio portal da Anvisa está a explicação do porquê ela foi criada:

A Agência tem como campo de atuação não um setor específico da economia, mas todos os setores relacionados a produtos e serviços que possam afetar a saúde da população brasileira. [Isso, evidentemente, atinge um produto já usado.] *Sua competência abrange tanto a regulação sanitária quanto a regulação econômica do mercado.*

Olha, está claro aqui, no portal da própria Anvisa, quais são suas funções e atividades. Portanto, isso tem a ver. Não é claro, como disse V. Exª, a regulamentação, que depende do Poder Executivo e do Poder Legislativo em alguma medida.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Vamos continuar insistindo. E não custa nada amanhã fazermos a audiência pública para que eles venham aqui e provem, evidentemente...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sem dúvida. V. Exª tem o meu apoio. Só que eu acredito que esse convite que acabamos de subscrever é o suficiente para resolvermos essa pendência.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Há requerimento subscrito pelos Senadores Ana Amélia, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Ruben Figueiró e pelo Presidente da Comissão.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 21, de 2014

Requer, nos termos regimentais, audiência pública desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença do Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Neri Geller, para tratar do Plano Safra 2014/2015.

Autoria: Senador Benedito de Lira e outros

Renovamos o convite ao Secretário Nacional de Defesa Animal para, também nessa audiência, tratar do assunto que nós estamos debatendo agora.

Em discussão.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – V. Exª acrescentou a Anvisa?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – A Anvisa já está no primeiro requerimento.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – É só reiterar mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – É só reiterar o convite.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Encerrada a Ordem do Dia, dou por encerrada a presente reunião e convoco V. Exªs para a próxima reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 11 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2014.

Às quatorze horas e quinze minutos do dia vinte de maio de dois mil e quatorze, na sala nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Zeze Perrella, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Anibal Diniz, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, José Agripino, Eduardo Amorim, Rodrigo Rollemberg, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Maria do Carmo Alves reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Angela Portela, Walter Pinheiro, João Capiberibe, Lobão Filho, João Alberto Souza, Luiz Henrique, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Gim e Alfredo Nascimento. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião

anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 337, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "Acrescenta o § 5º ao art. 46 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a fim de regular a utilização das licitações dos tipos "melhor técnica" e "técnica e preço" na contratação de serviços de propaganda e publicidade." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira que oferece relatório pela aprovação, na forma do substitutivo aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com as subemendas oferecidas. A deliberação da matéria é adiada. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 635, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que "Dispõe sobre o sistema de pagamentos e transferências de valores monetários por meio de dispositivos móveis (STDM)." O relator designado é o Senador Delcídio do Amaral que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A deliberação da matéria é adiada. **Item 3: Projeto de Lei da Câmara n.º 36, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Marcos Montes, que "Altera a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM, e dá outras providências." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da matéria é adiada. **Item 4: Ofício "S" n.º 3, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Jornal de Piracicaba Editora Ltda, que "Comunica, em cumprimento ao art. 222, § 5º, da Constituição Federal, e art. 3º, da Lei nº 10.610, de 2002, a alteração de seu quadro societário." O relator designado, ad hoc, é o Senador Vital do Rêgo que oferece relatório pelo arquivamento da matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, pelo arquivamento da Matéria. **Item 5: Projeto de Decreto Legislativo n.º 476, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO URSA MAIOR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arroio dos Ratos, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro que oferece relatório pelo sobrestamento da matéria. A deliberação da matéria é adiada. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo n.º 146, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO FELIZCIDADE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camaçari, Estado da Bahia." A relatora designada é a Senadora Lídice da Mata que oferece relatório pelo encaminhamento ao Ministério das Comunicações de denúncia formulada e pelo sobrestamento da matéria. A deliberação da matéria é adiada. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 398, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CLUBE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sítio Novo do Tocantins, Estado do Tocantins." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 437, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização ao INSTITUTO REGALDO MILBRADT para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boracéia, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 420, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA PLANALTO DE RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 390, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à CABO TV PAULISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco." O relator designado é o Senador Cícero Lucena que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 292, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÓCIO CULTURAL DA CIDADE DE LAGARTO - LAGARTO FM para executar serviço de radiodifu-

são comunitária na cidade de Lagarto, Estado de Sergipe." O relator designado é o Senador Eduardo Amorim que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 315, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ESTAÇÃO FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carlos Barbosa, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Eduardo Amorim que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 402, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO ABSOLUTA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matão, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 404, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO OFICINA DE RÁDIO CAPANEMENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capanema, Estado do Pará." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 440, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JARDIM SÃO PEDRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 434, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA TORRE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarani d`Oeste, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 356, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA SERRANEGRENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra Negra do Norte, Estado do Rio Grande do Norte." O relator designado, ad hoc, é o Senador Vital do Rêgo que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 373, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM 90 LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salto, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Vital do Rêgo que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 459, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL "PRÓ-ARTE" DE NAZARÉ - TOCANTINS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazaré, Estado do Tocantins." O relator designado, ad hoc, é o Senador Vital do Rêgo que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 425, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CASCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mostardas, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Vital do Rêgo que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 231, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de

Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE COMUNICAÇÃO CORREIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marizópolis, Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Vital do Rêgo que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 324, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO GRANDE BARROSO I para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará." O relator designado, ad hoc, é o Senador Vital do Rêgo que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 338, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE FORTALEZA DO TABOCÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza do Tabocão, Estado do Tocantins." O relator designado, ad hoc, é o Senador Vital do Rêgo que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 408, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EVANGÉLICA TRINDADE para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás." O relator designado, ad hoc, é o Senador Vital do Rêgo que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 350, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE MONTESIONENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tombos, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Vital do Rêgo que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 363, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DIFUSÃO ALTERNATIVA DE DIVINÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Vital do Rêgo que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às quatorze horas e cinquenta e seis minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – Senador **Zeze Perrella,** Presidente Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 20 de maio de 2014.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Vamos aos itens 7 ao 16:

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 398, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CLUBE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sítio Novo do Tocantins, Estado do Tocantins.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Alfredo Nascimento

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 437, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização ao INSTITUTO REGALDO MILBRADT para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boracéia, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Alfredo Nascimento

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 420, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA PLANALTO DE RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senadora Angela Portela

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 390, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à CABO TV PAULISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cícero Lucena

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 292, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÓCIO CULTURAL DA CIDADE DE LAGARTO - LAGARTO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagarto, Estado de Sergipe.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Eduardo Amorim

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 315, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ESTAÇÃO FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carlos Barbosa, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Eduardo Amorim

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 402, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO ABSOLUTA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matão, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 404, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO OFICINA DE RÁDIO CAPANEMENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capanema, Estado do Pará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 440, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JARDIM SÃO PEDRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Gim

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 434, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA TORRE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarani d`Oeste, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Ivo Cassol

Concedo a palavra como Relator ad hoc ao Senador Cícero.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como os relatórios foram distribuídos anteriormente, eu vou direto aos votos.

O item 7 trata da outorga de autorização à Associação Rádio Comunitária Clube FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sítio Novo do Tocantins, Estado do Tocantins.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 398, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Clube FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sítio Novo do Tocantins, Estado do Tocantins, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O item 8, da mesma forma, vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 454, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Orlândia, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Item 9. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 420, de 2013, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada ao Sistema Planalto de Radiodifusão Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Item 10. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 390, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Cabo Branco TV Paulista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Item 13, Presidente. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 402, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Absoluta FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matão, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Item 14. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 404, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Oficina de Rádio Capanemense para executar os serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Capanema, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Item 15, Sr. Presidente. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 440, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Jardim São Pedro para executar os serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Item 16, Sr. Presidente. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 434, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão ao Sistema Torre de Comunicação Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarani d´Oeste, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esses são os votos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Obrigado, Senador Cícero.

Vamos aos itens 17 a 26. Senador Vital do Rêgo:

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 356, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA SERRANEGRENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra Negra do Norte, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Relatoria: Senador José Agripino

ITEM 18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 373, DE 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM 90 LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salto, Estado de São Paulo

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

ITEM 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 459, DE 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL "PRÓ-ARTE" DE NAZARÉ - TOCATINS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazaré, Estado do Tocantins.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

ITEM 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 425, DE 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CASCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mostardas, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI),
Relatoria: Senador Valdir Raupp

ITEM 21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 231, DE 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE COMUNICAÇÃO CORREIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marizópolis, Estado da Paraíba.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)
Relatoria: Senador Vital do Rêgo

ITEM 22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 324, DE 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO GRANDE BARROSO I para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)
Relatoria: Senador Walter Pinheiro

ITEM 23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 338, DE 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE FORTALEZA DO TABOCÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza do Tabocão, Estado do Tocantins.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)
Relatoria: Senador Walter Pinheiro

ITEM 24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 408, DE 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EVANGÉLICA TRINDADE para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)
Relatoria: Senador Walter Pinheiro

ITEM 25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 350, DE 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE MONTESIONENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Tombos, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)
Relatoria: Senador Zeze Perrella

ITEM 26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 363, DE 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DIFUSÃO ALTERNATIVA DE DIVINÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)
Relatoria: Senador Zeze Perrella
Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sr. Presidente, os itens elencados por V. Exª foram todos instruídos pela Secretaria da Comissão, que confrontou com a documentação posta.

O item 17, cujo Relator é o Senador José Agripino, outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Serranegrense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra Negra, no Estado do Rio Grande do Norte, recebeu parecer favorável, opinando pela aprovação.

O item 18, da mesma forma, renova a permissão outorgada à Rádio FM 90 Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Salto, Estado de São Paulo. A Relatora, Senadora Lídice da Mata, em seu relatório, opina pela aprovação do ato, por força do exame da documentação que o acompanha.

Da mesma forma, sobre o item 19, o Senador Sérgio Petecão analisou a outorga da autorização para a Associação Artística e Cultural Pró-Arte de Nazaré, Tocantins, e opinou pela sua aprovação, não evidenciando violação da legislação pertinente nem havendo reparos ao PDS nº 459.

O item 20, cujo Relator é o Senador Valdir Raupp, aprova o ato de outorga à Associação de Radiodifusão Comunitária Quilombola de Casca para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mostardas, Estado do Rio Grande do Sul. O Senador analisou a documentação e opinou pela aprovação do PDS nº 425.

No item 21, PDS 231, de nossa autoria, aprovo o ato que outorga permissão à empresa de Comunicação Correio Ltda. – o Senador Cícero Lucena conhece bem essa cidade – para executar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Marizópolis, onde o Senador esteve várias vezes. Estivemos juntos.

Após analisar o ato de outorga ao sistema de comunicação Correio, vislumbramos a sua aprovação, tendo em vista que não há evidência de violação da legalidade e da legislação pertinente, não havendo reparos quanto à sua constitucionalidade.

O item 22, do Senador Walter Pinheiro, outorga de autorização à Associação de Moradores do Grande Barroso I para executar serviços de radiodifusão na cidade de Fortaleza, no Ceará. O Senador Walter Pinheiro não encontrou vício de inconstitucionalidade, de injuridicidade ou de técnica legislativa e, por isso, opina pela aprovação do PDS nº 324.

O item 23, também do Senador Walter Pinheiro, na cidade de Fortaleza do Tabocão, Estado de Tocantins: outorga de autorização de funcionamento da Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Fortaleza do Tabocão. É o PDS nº 338. Não há vício de inconstitucionalidade de injuridicidade ou afronta à técnica legislativa. O Senador Walter Pinheiro opina pela aprovação.

O item 24, também do Senador Walter Pinheiro, que analisou outorga de permissão à Fundação Evangélica Trindade para executar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás. Não há vício de inconstitucionalidade. O Senador votou pela aprovação do PDS nº 408, de 2013.

O item 25 é de V. Exª, Sr. Presidente. V. Exª me dá a honra de poder relatar *ad hoc* uma avaliação que fez sobre a outorga de permissão à Sociedade Montesionense para explorar serviço de radiodifusão na cidade de Tombos, no Estado de V. Exª, o Estado de Minas Gerais. Cidade de Tombos – não sei se o Cruzeiro já jogou por lá.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Já jogou uma vez. Há um time lá, o Tombense.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Tombense.

Ao analisar, o Senador Zeze Perrella avaliou a documentação do PDS nº 350 e não evidenciou vícios de inconstitucionalidade, de injuridicidade ou de afronta à técnica legislativa. Por isso, o Senador Zeze Perrella aprovou o ato de outorga da permissão da Sociedade Montesionense de Radiodifusão na cidade de Tombos.

Por último, o item 26, de V. Exª também, no Estado de Minas Gerais, na cidade de Divinópolis, Associação Comunitária de Difusão Alternativa de Divinópolis. V. Exª analisou a documentação, não viu violação à legisla-

ção pertinente e não houve reparo quanto aos aspectos constitucionais, de juridicidade e de técnica legislativa e, por isso, aprovou a Associação Comunitária de Difusão Alternativa de Divinópolis.

Eram todos os relatórios dos itens que V. Exª me confiou para relatar *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Muito obrigado, Srs. Senadores. (*Pausa.*)

Uma retificação a respeito do item 8.

Com a palavra, o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Presidente, trouxeram-me o voto corrigindo o que estava na pauta cheia.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 437, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização ao Instituto Regaldo Milbradt para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boraceia, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo ordinário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Obrigado, Senador Cícero.

Sobre o Ofício nº 3, de 2014, de autoria do Senador Alfredo Nascimento, o Senador Vital do Rêgo poderia ler como Relator *ad hoc*?

ITEM 4

OFICIO "S" Nº 3, de 2014
- Não terminativo -

Comunica, em cumprimento ao art. 222, § 5º, da Constituição Federal, e art. 3º, da Lei nº 10.610, de 2002, a alteração de seu quadro societário.
Autoria: Jornal de Piracicaba Editora LTDA
Relatoria: Senador Alfredo Nascimento

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB - PB) – O Senador Alfredo Nascimento relata acerca de declaração encaminhada ao Senado Federal pelo Jornal de Piracicaba Editora Ltda. acerca da alteração de seu quadro societário, registrada como Ofício "S" nº 3, de 2014, item 4.

Tendo em vista o exposto, opinamos pelo arquivamento do Ofício "S" nº 3, de 2014, que comunica a alteração de controle societário da empresa Jornal de Piracicaba Editora Ltda.

É o voto do Senador Alfredo Nascimento.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a discussão.

O relatório está aprovado e passa a constituir o parecer da CCT pelo arquivamento da matéria.

Estamos aguardando só a chegada do Senador Eduardo Amorim, que pediu para que ele próprio relatasse os itens 11 e 12. (*Pausa.)*

Com a palavra o Relator, Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, colegas Senadores, vamos ao item 11. Vou direto ao voto, Sr. Presidente.

Antes de manifestar aqui o nosso voto, confesso que sentimos falta de V. Exª hoje, lá no encontro das Comissões, para debater a telefonia móvel, numa audiência pública que terminou às 13h30, uma hora atrás. Estavam lá o Senador Cícero Lucena e o Senador Flexa Ribeiro. Foi extremamente produtiva, mas a audiência continua na próxima semana, desta vez com a vinda do Ministro das Comunicações, Sr. Paulo Bernardo.

Hoje foi o dia dos presidentes de tele. Apenas um presidente de tele não esteve, mas mandou um diretor e foi apreciado lá pelos colegas Senadores, que permitiram que o diretor se manifestasse. Mas a ideia inicial era somente os presidentes de teles.

Estiveram presentes o Ministério Público, o representante da Unale, numa audiência pública extremamente proveitosa. Mas reafirmo que sentimos a ausência de V. Exª.

Vamos ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 292, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Beneficente Sociocultural da Cidade de Lagarto - Lagarto FM, no meu Estado, para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Lagarto, Estado de Sergipe, na forma do projeto do decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, Sr. Presidente.

Esse é o nosso voto.

O item 12 posso ler?

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Sim, por favor, Senador.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – O item 12, Sr. Presidente. Vou direto também ao voto, como foi distribuído previamente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 315, de 2013, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto ao aspecto de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela renovação do ato que renova a permissão da outorga à Rádio Estação FM Ltda., para executar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Carlos Barbosa, no Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Obrigado, Senador Eduardo.

Então, vamos aguardar mais três Senadores. Qual o item que todos...

Do item 7 ao item 26, como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Como vota o Senador Eduardo Amorim?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Com os Relatores, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Senador Vital do Rêgo?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – O Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – A Senadora Maria do Carmo Alves?

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoria/DEM – SE. *Fora do microfone*.) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Então, aprovado...

Ah, estão faltando três. Parcialmente aprovado.

O Senador Eduardo Amorim, voltando ao tema, nós estamos esperando mais três Senadores para acabarmos de fechar a votação, mas eu tenho absoluta convicção de que a reunião... Eu não tive como estar presente; eu acabei tendo problema lá em Minas, perdi o voo e não consegui chegar a tempo, mas a nossa grande... Se eu quiser falar alguma coisa sobre a reunião, porque a minha preocupação maior, não sei de V. Exª sentiu naquele dia, era com relação às antenas, para que houvesse *wi-fi* nos jogos da Copa. Eu não sei qual é a posição do pessoal das teles, o que eles disseram sobre isso, porque é aquele negócio de um jogar a culpa no outro, jogar a culpa no outro. Foi produtivo nesse sentido, se V. Exª puder...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Foi produtivo porque as empresas deram algumas explicações e, ao que pareceu, Sr. Presidente, para a Copa do Mundo, parece que vai estar quase tudo bem. Quase tudo bem. Eu digo quase tudo bem porque nem tudo estará bem, mesmo porque há alguns Estados, segundo as empresas, que não ficaram prontos a tempo até de as empresas de telefonia atuarem e colocarem os equipamentos necessários, mas o padrão FIFA deveria permanecer, ou se manter, ou se estender em todos os cantos deste País depois.

Lamentavelmente, dou aqui um exemplo do meu Estado, o menor Estado geograficamente falando do País, Sergipe, uma cidade dista da outra no máximo 22km, 23km. Nós deveríamos ser um exemplo. Não só o Sergipe; Brasília também deveria ser um grande exemplo do pleno funcionamento, com qualidade, da telefonia móvel, mas nem isso acontece. Vemos também que o que ficou lá concluído é que, além dos investimentos necessários, da carga tributária perversa, existe, sim, uma omissão por parte do poder estatal em alguns aspectos. Em determinados processos licitatórios de concessão não se exige, muitas vezes, que a abrangência seja ampla e universal para todas as empresas. Não se exige isso. Eu fiquei até surpreso. Isso não é uma cobrança que está lá registrada.

Também fiquei assustando quando se disse – isso foi comentado – que, na área da internet, a Anatel não tem obrigação de fiscalizar todos os aspectos, desde a propaganda, muitas vezes enganosa, àquilo que se oferta e que não se tem... E de quem é, então, a obrigação? Entendo que muitos que estavam na Mesa entendiam que isso se deve, sim, à Anatel; de fiscalizar, de acompanhar, de cobrar, quando se pagam 3G, 4G, não sei quantos Gs, e não se tem absolutamente G nenhum. Então, isso ficou muito patente. Vamos aguardar aí o final da audiência pública, que será na próxima semana, como eu disse, com o convite para o Ministro Paulo Bernardo para que lá esteja.

As empresas falam dos investimentos, da tributação pesada, não concordam quando se diz que temos um dos serviços mais caros do planeta, porque o preço que é visto é o preço que está lá registrado na Anatel...

Enfim, muita gente discordou desse aspecto. E o representante da Unale, o Deputado Augusto Bezerra, falou-nos que foram instaladas 17 CPIs: 17 Estados instalaram CPIs para averiguar, para acompanhar essa questão, realmente, das teles, da telefonia. Sugeriu até que, nas Assembleias Legislativas, também se instale um Procon para acompanhar todos esses aspectos. Ele levou até dados importantes, muitas vezes desconhecidos por todos nós: quem paga de forma antecipada, naquele tipo de relação, de pagamento pré-pago e pós-pago, o pré-pago muitas vezes paga um valor maior e não há acompanhamento algum de se realmente o serviço foi oferecido. Apenas o usuário, o cidadão é que recebe a mensagem de que está terminando a carga e sugerindo que compre mais tempo, mais minutos. Mas não há uma transparência disso, de forma alguma.

Então, algumas dúvidas foram, de fato, tiradas, mas percebemos que é preciso evoluir muito, porque o povo brasileiro ainda está perdendo muito com essa questão, principalmente com a fiscalização. Se tivéssemos uma fiscalização mais rígida, mais dura, e é necessária, com certeza o cidadão estaria muito mais protegido.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Obrigado, Senador Eduardo Amorim.

É uma preocupação que temos que ter constante, em um país onde há mais telefones celulares do que habitantes. E a telefonia, realmente... Acho que as teles devem uma satisfação à sociedade brasileira, até porque são concessões públicas. Eu tenho o entendimento de que, se é concessão pública, a Anatel deveria, é óbvio, acompanhar. Ou seja, quem vai acompanhar isso? É uma obrigação do Estado. Então, é uma coisa que nos deixa, às vezes, perplexos.

Talvez, a falta de cobrança... Porque o Governo, na verdade, sabe multar, mas, na hora de fazer os editais para esse tipo de licitação, às vezes não o faz de maneira adequada. Estamos vendo uma das teles que tem o valor de multa maior do que o valor da própria empresa hoje. Ou seja, o Governo... Acho que o papel do Governo não é só multar. Deveria, realmente, fiscalizar e, na hora das licitações, exigir dessas empresas que elas, realmente, prestem um papel social.

Hoje, a situação, na maioria dos Estados menores, como disse V. Exª, realmente é preocupante. Nós vemos a Amazônia, os Estados menores da Região Amazônica, principalmente, aonde a internet às vezes nem chega. E eles, obviamente, querem investir ou, se tiverem de investir, vão investir naquelas regiões que economicamente são melhores para eles, financeiramente, esquecendo-se de que é uma concessão pública. Deveriam preocupar-se, sim, com Estados menores e levar, realmente, um serviço de qualidade.

É, realmente, uma preocupação muito grande, e acho que tínhamos que ter, de repente, uma legislação específica para o tratamento com essas empresas.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Vamos aguardar e ver o que o Ministro vai dizer sobre esses questionamentos, sobre essas falhas e muitas vezes omissões por parte do Governo nessas questões. O que não pode, de forma nenhuma, é o consumidor, o cidadão brasileiro não ter a quem recorrer e não ter a proteção necessária, merecida e devida nessa questão.

Foi extremamente salutar. Foram quase cinco horas de audiência. Na próxima semana, encerraremos com a vinda do Ministro. Espero que o senhor possa estar presente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Vou estar com certeza, Senador.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Obrigado, Senador.

Senador Anibal Diniz, sua presença estava sendo ansiosamente aguardada.

Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu voto de acordo com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Obrigado, Senador.

(Interrupção do som.)

Como vota o Senador Ricardo Ferraço, para fechar com chave de ouro. Como vota V. Exª?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, por considerar que são projetos já avaliados por um conjunto de Senadores, que se debruçaram sobre essa tarefa, em confiança a esses Senadores que deram esses pareceres, nós acompanhamos os pareceres votando favoravelmente, "sim", Sr. Presidente.

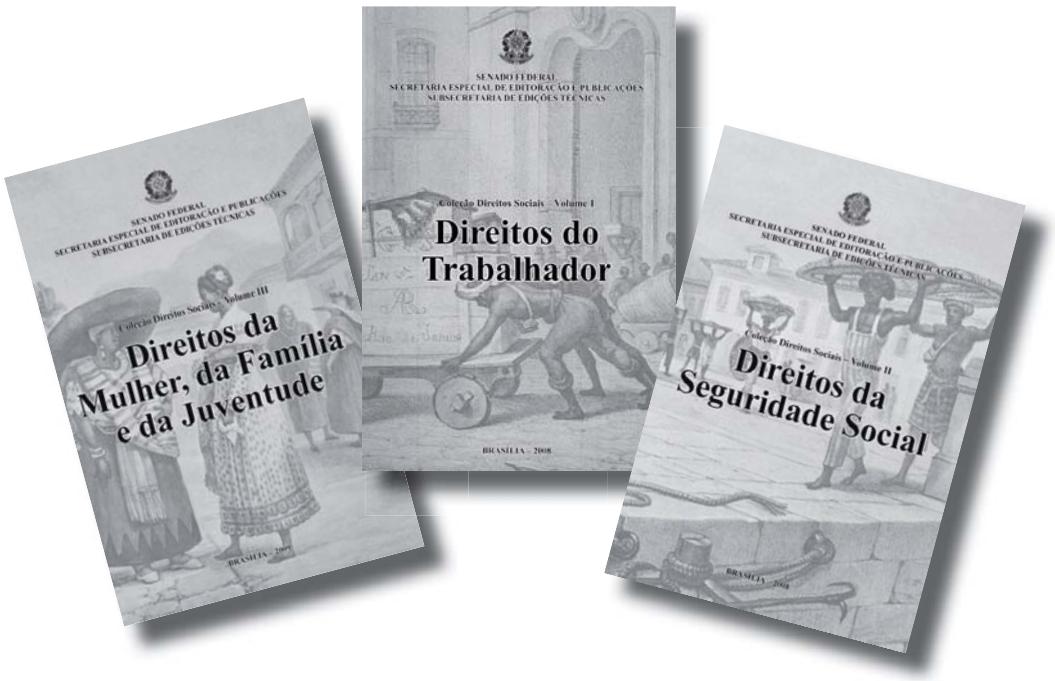
O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

Então, não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 56 minutos.)

SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 624 páginas

(O.S. 12947/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL